SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 17 de Março de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3490

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO N 031 - DISPENSA N 008-2026 - MAMBORÊ

1 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026 DISPENSA Nº 008/2026 TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MAMBORE E DE OUTRO, CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, CUJO OBJETO É REPASSE DE CONTRATO DE RATEIO JUNTO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR., nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O MUNICIPIO DE MAMBORE, com sede na Rua Guadalajara n° 645 – Centro Cívico, inscrito no CNPJ sob n° 75.368.928/0001-22, neste ato representada pelo Sr. SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ, inscrito no CPF n° 661.269.249-91 e RG n° 4.790.857-4 SESP/PR, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, inscrita no CNPJ sob nº 37.584.276/0001-74, com sede e domicilio na (o) Rua VOLUNTARIOS DA PATRIA, 400, CENTRO (101), no Município de Curitiba - PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato devidamente representada por AIRTON ANTONIO AGNOLIN, inscrita (o) no CPF sob n° 676.205.159-68, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO (A), em decorrência do Processo Licitatório Dispensa de Licitação N.º 008/2026, resolvem celebrar o seguinte CONTRATO, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 14.133/21 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto o, REPASSE DE CONTRATO DE RATEIO JUNTO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR. Conforme pacto financeiro definido entre as partes e que a contratada declara ter condições de executar em estrita conformidade com o pactuado DECRITIVO OPERACIONAL ANUAL 2026, contido na Dispensa de Licitação n° 008/2026 e demais documentos que integram o presente termo. RELAÇÃO DE ITENS Item Qtde Unidade Valor Unitário Valor Total Produto 1 1 SERVIÇO R$39.993,59 R$39.993,59 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO CONSÓRCIO - CIEDEPAR TOTAL GERAL : R$ 39.993,59 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e três e cinquenta e nove) Parágrafo Primeiro: A pactuação dos serviços a que tem direito o CONTRATANTE poderá ser alterado pelas partes, desde que com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e mediante formal e expressa justificativa. Parágrafo Segundo: Serviços adicionais aos limites do pactuado financeiramente, somente serão pagos pelo CONTRATANTE, se solicitados e autorizados previamente por este. DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS 2 CLÁUSULA SEGUNDA - Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Processo de Dispensa nº 008/2026. DO REGIME DE EXECUÇÃO CLÁUSULA TERCEIRA - A execução do presente contrato dar-se-á na sede do CONTRATADO no endereço sede ou em outro estabelecimento do CONTRATANTE, e se dará de forma parcelada de acordo com a necessidade da demanda apresentada pela CONTRATANTE. DO VALOR CONTRATUAL CLÁUSULA QUARTA - O valor total deste contrato é de R$ 39.993,59 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e três e cinquenta e nove) conforme ao Processo Administrativo nº 019/2026 e este valor estão consignados no DESCRITIVO OPERACIONAL ANUAL: Parágrafo Primeiro: Os valores referentes aos itens serão empenhados conforme a utilização/faturamento dos serviços, sendo os valores acima utilizados como referência. Parágrafo Segundo: É parte integrante deste contrato o DESCRITIVO OPERACIONAL ANUAL assinado com o CONDESCOM, onde constam todos os serviços disponibilizados e as formas de utilização de cada um destes serviços. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO CLÁUSULA QUINTA - O Contratante efetuará o pagamento a contratada até 30 (trinta) dias após o documento fiscal e/ou recibo, após conferência das informações pelo fiscal de contrato e ordenar de despesa. Parágrafo primeiro: Após a emissão do empenho o consórcio emitirá um recibo em nome do Município de Mamborê - PR, indicando no corpo do mesmo o número do empenho, o número e nome do Banco, Agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento. Parágrafo segundo: Não gerará direito a reajuste e atualização monetária a entrega do serviço com atraso imputável à Contratada, ficando A prefeitura municipal, autorizada a aplicar as sanções a que se refere à Cláusula Décima Primeira deste ato. Parágrafo terceiro: Em havendo atraso de pagamento dos créditos resultantes da execução deste contrato, serão acrescidos ao valor do respectivo rateio à aplicação da taxa SELIC, ou outra que vier a substitui-lo conforme estabelece o estatuto da CONDESCOM. Parágrafo quarto: O atraso no pagamento de serviços prestados por um período maior que 30 (trinta) dias, após o vencimento das faturas, acarretará a suspensão automática da prestação de serviços pelo Contratado, até a regularização das pendências. Parágrafo quinto: Em caso de serviços ofertados pelo Contratado e que sejam pagos com recursos próprios do Contratante, sendo observada a ausência de pagamento, acarretará a 3 suspensão automática da prestação de serviços pelo Contratado até a regularização das pendências. Parágrafo sexto: A contratada deverá manter durante a execução dos serviços, as mesmas condições de regularidade apresentada na fase de habilitação e no ato do pagamento a empresa deve estar com todas as certidões de regularidade fiscal dentro do prazo de validade. DO REAJUSTE CLÁUSULA SEXTA - Os valores contratuais estabelecidos se houver prorrogação sofrerão reajuste pelo índice IPCA/IBGE, e/ou por outro cálculo em caso de deliberação do Conselho de Prefeitos do CIEDEPAR. DOS PRAZOS CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo da vigência contratual fica estabelecido até o final do presente ano, ou seja, até 31/12/2026, o qual terá vigência a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por prazo estipulado e acordado entre as

partes conforme art. 105 da Lei n° 14.133/2021. Parágrafo Único: o Prazo de Vigência será de 60 (sessenta) dias a mais do estabelecido (caso necessário) para o prazo de execução a fim de trâmites dos procedimentos internos administrativos para os pagamentos finais. DA FISCALIZAÇÃO CLÁUSULA OITAVA - Cabe ao Contratante, na pessoa de seu fiscal e/ou gestor contratual, como representante titular desse poderá agir como interlocutor, fiscalizador e preposto, com poderes amplos e irrestritos, para agir e atuar em todos os assuntos referentes a realização dos serviços objeto deste Termo, podendo sugerir, criticar positivamente, reivindicar e pactuar os serviços. Parágrafo primeiro: A existência e a atuação da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas. Parágrafo Segundo: A Contratada se obriga a acatar as observações, determinações e reclamações da fiscalização relativas à qualidade do serviço e a refazer ou consertar, no todo ou em parte, o que, a critério da Fiscalização, não atender as especificações técnicas, disposições ou elementos integrantes do Edital. DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO CLÁUSULA NONA – O Município fiscalizará diretamente os serviços, através de funcionário designado para este fim. A fiscalização do contrato será exercida pela servidora: ALINE MARIA DE SA DOS SANTOS NASCIMENTO – Designada pela Secretaria de Educação. Parágrafo primeiro: O gestor do contrato ou instrumento equivalente será o (a) senhor (a) ANDREIA DE OLIVEIRA VICENTE PAZINATTO. DOS RECURSOS FINANCEIROS 4 CLÁUSULA DÉCIMA – As despesas decorrentes deste contrato correrão a conta das seguintes(s) dotação (ões) orçamentárias(s): Dotação Utilizada Código DotaçãoDescrição 2026 363Referência 4Secretaria de Educação 1Depto. de Educação - Educacional e Administrativo 2029Manutenção Divisão de Administração Geral da Educação 3.337.170.390.500.000.000Outros Serv. Terc. Pes Jur - Ciedepar 0Recursos Ordinarios(Livres)-Exerc.Corren DAS RESPONSABILIDADES CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato é intransferível não podendo a CONTRATADO se valer deste para vincular terceiros a presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas no termo. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao Contratado: a) arcar com todos os ônus e obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com o serviço contratado, inclusive no tocante a seus empregados, dirigente e prepostos; b) garantir a prestação de serviços especialmente no que se referem as especificações, carga horária e quantidades estabelecidas na Dispensa nº 008/2026; c) cumprir rigorosamente o prazo pactuado no presente contrato; d) Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, tributárias, trabalhistas, securitárias e previdenciárias e que incidam ou venha a incidir sobre o objeto deste contato; e) responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo Contratante; f) indenizar os danos e prejuízos referidos no inciso anterior; g) indenizar as vítimas de danos decorrentes de atos ilícitos consumados ou tentados na área do serviço sob sua responsabilidade; h) providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o Contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem devidos em relação ao serviço contratado; i) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos e subordinados; j) ensejar, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da Fiscalização do Contratante, e atender, prontamente, às observações e exigências que lhe forem dirigidas; k) acatar as determinações do Contratante no sentido de reparar ou corrigir, refazer e remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. l) prestar os serviços de forma pessoal por profissional devidamente habilitado. m) Fornecer ao contratante relatório dos serviços prestado, de forma pormenorizada, indicando quantitativos, nomes, datas e outros dados de interesse da Contratante. 5 n) Se responsabilizará por todo e qualquer prejuízo que possa ser acarretado ao Contratante pelo não cumprimento de dispositivos legais relativos aos serviços acima enumerados, com exceção daqueles em que não lhe possam ser atribuídos, por motivos estranhos à sua vontade, tais como força maior comprovada, impossibilidade notória ou instruções determinantes de órgão público, ou falta de comunicação e/ou fornecimento de dados e elementos necessários nos prazos convenientes, por parte do contratante. o) manter durante a execução dos serviços, as mesmas condições de regularidade apresentada na fase de habilitação. Parágrafo primeiro: Caberá ao Contratante: a) efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidas neste contrato; b) dar à Contratada as condições necessárias a regular execução do contrato; c) Para a execução dos serviços ora contratados compete ao contratante a disponibilização ao contratado das informações necessárias, com antecedência definida em normatização expedida pelo conselho Curador deste. d) Fornecer ao contratado as diretrizes dos serviços a serem executados e a determinar a todos os seus setores que emprestem o máximo de colaboração a este, quando na execução de suas tarefas, seja no que tange ao fornecimento de informações e documento, seja no que diz respeito ao cumprimento de instruções e determinações do DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções: a) advertência; b) multa, de valor equivalente a 1% (um por cento) no caso de atraso injustificado no cumprimento do cronograma, incidente sobre o valor da parcela em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 5% (cinco por cento); c) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por 02 (dois) anos; Parágrafo primeiro: Em caso de infração de qualquer outra disposição contratual, será aplicada à Contratada multa penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, ou sobre o remanescente, caso tenha ocorrido o adimplemento parcial das obrigações assumidas, sem prejuízo de responder pelos danos decorrentes da infração. Parágrafo segundo: As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Contratante poderá extinguir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no art. 137, da Lei n. 14.133/21, quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. 6 Parágrafo primeiro: Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações. I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz. Parágrafo segundo: O contratado terá direito à extinção do contrato nas hipóteses previstas no § 2º do Art. 131 da Lei nº 14.133/21. DOS ENCARGOS E ALTERAÇÕES CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - Os encargos sociais e previdenciários devidos, na forma da lei vigente, correrão por conta da Contratada. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. Parágrafo primeiro: O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Parágrafo segundo: Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato. DA CESSÃO OU

TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, a qualquer título, no todo ou em parte. DAS DESPESAS DO CONTRATO 7 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA - Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/21, de 01 de abril de 2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. DOS CASOS OMISSOS CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n. 14.133/21, e dos princípios gerais de direito. DO FORO CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - É eleito o Foro da Comarca de Mamborê para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo. Município de Mamborê-PR, 16 de março de 2026.

MUNICIPIO DE MAMBORÊ CONTRATANTE CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA CONTRATADA

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:A4AB2544

GABINETE DO PRESIDENTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Ficam convocados todos os integrantes do conselho fiscal do **CIEDEPAR – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ**,
para uma reunião para analisar os relatórios da prestação de contas do exercício de 2025 e emissão de parecer, de forma presencial/virtual, dia 31 de março de 2026, com início às 9:00 horas, a ser realizada na sede do CIEDEPAR na Rua Voluntários da Pátria, 400 – Conjunto 402 – Cond. Wawel – Curitiba – Paraná para deliberar sobre a seguinte pauta:

ORDEM DO DIA:
Apreciação da prestação de contas do exercício de 2025;
Apreciação do parecer do Conselho Fiscal, referente as contas do exercício de 2025;
Apresentação do relatório do Controle Interno do CIEDEPAR sobre as contas do exercício de 2025;
Emitir parecer sobre as contas do exercício de 2025;
O presente Edital de Convocação será publicado nos sites: www.ciedepar.com.br e www.ampr.org.br; no diário oficial dos municípios do Paraná.
Curitiba, 16 de março de 2026.

AIRTON ANTÔNIO ANGOLIN
Presidente do CIEDEPAR e Prefeito de Nova Cantú – PR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:1B5E4014

ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO PATRIS

HOSPITAL E MATERNIDADE DE CONTENDA/PR
EXTRATO 003

O INSTITUTO PATRIS, Organização Social, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade dispensa de licitação nº 003/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos, materiais médicos, químicos, equip./acessórios, uniformes, material de escritório/informática e de limpeza para o Hospital e Maternidade Miquelina Franco e Elisa Padilha em Contenda-PR, conforme especificações disponíveis nas ID'S 1478562, 1478820, 1478889, 1478910, 1478921 E 1478952. Entrega das propostas até 26/03/2026, 18h, via plataforma eletrônica https://site.apoiocotacoes.com.br/. Contenda/Pr, 16/03/2026.

COMISSÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES.

Publicado por:
Mayara Martelli
Código Identificador:9ECE5C4A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1811, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Concede férias regulares ao servidor público municipal Valmor Tessaro, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei municipal 12.06/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares de 20 (vinte) dias, no período de 17 de março de 2026 a 05 de abril de 2026, ao servidor público abaixo relacionado:

Nome	CPF	Cargo	Período Aquisitivo
Valmor Tessaro	554.408.949-34	Chefe Da Divisão De Apoio À Pequena Propriedade	2025/2026

Art. 2° - No que se refere ao restante dos dias do período aquisito, ou seja, 10 (dez) dias, os mesmos estão sendo pagos em pecúnia.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do executivo municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:2DD783ED

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento nos documentos constantes nos autos do processo, destacando-se o parecer contábil

indicando a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, conforme PPA, LDO e LOA, e o parecer técnico da Procuradoria Legislativa indicando a regularidade do presente processo administrativo e favorável à contratação por meio de inexigibilidade de licitação**, DECIDE**

1. **AUTORIZAR** a contratação, a fim de atender às necessidades da edilidade, cujo objeto é o custeio de duas inscrições referente à capacitação denominada "GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E PROCESSO LEGISLATIVO SEM RISCO JURÍDICO", promovida pelo CCGP – Centro de Treinamento e Capacitação LTDA, a ser realizado nos dias 17 a 20 de março, em Curitiba/PR, para participação da Presidente do Legislativo e da Assessora Jurídica, conforme justificativa e demais informações constantes do presente processo administrativo.

A escolha da contratada justifica-se, especialmente, em razão de a capacitação atender à demanda existente, possuindo relevância e pertinência com as atividades desenvolvidas por este Legislativo. Ressalta-se tratar-se de serviço técnico de natureza predominantemente intelectual, cujos valores encontram-se de acordo com o praticado e a contratada devidamente habilitada. Ainda, conforme justificativa da solicitação, a escolha se dá pela atuação especializada na oferta de cursos voltados à gestão pública e ao processo legislativo, bem como pela qualificação do palestrante responsável pela capacitação, o advogado Rafael Oliveira, profissional com experiência na área de direito público e administração pública, com atuação no Poder Legislativo e no Poder Executivo e experiência na condução de comissões legislativas, conforme documentação anexada ao processo.

2. HOMOLOGAR a presente contratação, sob a forma de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº 007/2023 desta Câmara Municipal.

3. ADJUDICAR o objeto em favor de **CCGP – Centro de Treinamento e Capacitação LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº **36.282.191/0001-79,** no valor total de R$ **3.594,00** (três mil, quinhentos e noventa e quatro reais), observadas as cláusulas estabelecidas no respectivo termo de contrato.

Chopinzinho/PR, 16 de março de 2026.

(Assinado Digitalmente)
LÍDIA POSSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Nataly Klabunde
Código Identificador:34220C35

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 076 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 11.413.213,74 (onze milhões quatrocentos e treze mil duzentos e treze reais e setenta e quatro centavos), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
03.01.04.122.0002.2.006.3.3.90.93 (2243)	598	5.578,81
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.50.41 (314)	000	379.537,80
07.02.10.301.0007.1.021.4.4.90.52 (343)	303	186.774,34
07.02.10.301.0007.1.021.4.4.90.52 (1891)	5304	50.228,31
07.02.10.301.0007.1.021.4.4.90.52 (1893)	5500	440.000,00
07.02.10.301.0007.1.025.4.4.90.51 (2217)	662	5.500.000,00
07.02.10.301.0007.1.025.4.4.90.51 (1859)	580	778.541,98
08.01.16.482.0021.1.003.4.4.90.51 (2182)	659	3.250.000,00
08.01.16.482.0021.1.003.4.4.90.51 (2185)	580	525.952,50
08.03.08.243.0009.5.001.4.4.90.52 (1813)	5589	85.000,00
08.03.08.243.0009.6.002.3.3.90.39 (2180)	5589	191.000,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.60.45 (551)	000	10.600,00
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.39 (557)	000	10.000,00
TOTAL		**11.413.213,74**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.05.27.812.0022.1.019.4.4.90.52 (308)	000	110.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.1.90.11 (311)	000	269.537,80
07.02.10.301.0007.1.025.4.4.90.51 (345)	303	127.000,00
07.02.10.301.0007.2.035.3.1.90.11 (348)	303	59.774,34
09.01.23.691.0015.1.033.4.4.90.51 (544)	000	20.600,00
TOTAL		**586.912,14**

II – Superávit financeiro - Rec. Vinculado:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	5304	50.228,31
Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde – Portaria nº 204-GM, de 2007	5500	440.000,00
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	5589	276.000,00
TOTAL		**766.228,31**

III – Excesso de arrecadação - Rec. Vinculados:

CODIGO DA RECEITA	FONTE	VALOR
1.3.2.1.01.1.1.02.12.00 (232)	598	5.578,81
2.4.2.1.50.0.1.31.00.00 (300)	662	5.500.000,00
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00 (183)	580	1.304.494,48
2.4.2.2.99.0.1.15.00.00 (301)	659	3.250.000,00
TOTAL		**10.060.073,29**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 16 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:5859F2FF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO 246-2025 - GIORGI SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO LTDA

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 246/2025. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Giorgi Sistema de Irrigação Ltda. CNPJ: 29.726.514/0001-00. Objeto: acréscimos de quantidades e valores, bem como alteração da Gestão contratual. Valor dos Acréscimos: R$ 12.525,00 (doze mil e quinhentos e vinte e cinco reais). Valor do Aditivo: R$ 62.625,00 (sessenta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco reais). Origem: Pregão Eletrônico nº 90060/2025. Fundamento Legal: Artigos 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 16/03/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro pelo Município e Sandra Teresinha Naconeski Giorgi, pela Empresa.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:BE598A87

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO SECRETARIAS N° 001/2026 - CREDENCIAMENTO DE INSCRIÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS, JURÍDICAS E ENTIDADES CIVIS INTERESSADAS EM PATROCINAR O "DIA DA MULHER CHOPINZINHENSE 2026" - EVENTO ALUSIVO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, A

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2026

O Município de Chopinzinho, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 76.995.414/0001-60, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº

3.811, através da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, torna público que fará, no período entre a publicação deste Edital até 25 de março de 2026, CHAMADA PÚBLICA, para fins de credenciamento de inscrição de pessoas físicas, jurídicas e entidades civis interessadas em patrocinar o "Dia da Mulher Chopinzinhense 2026" - Evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, a ser realizada no dia 28 de março de 2026, no Splendore Centro de Eventos. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.chopinzinho.pr.gov.br/. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, do Município de Chopinzinho, ou através do telefone (46) 3242-2005 / (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:0A32DE9F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90010/2026 - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO DOS PONTOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETI

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90010/2026. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 01 de abril de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para futura e eventual Prestação de Serviços Técnicos de Manutenção dos Pontos da Rede de Iluminação Pública, Manutenção Preventiva e Corretiva dos Semáforos da Rua 14 de Dezembro e Serviços de Troca de Lâmpadas e Refletores nos Espaços Esportivos, visando o Atendimento das Secretarias Municipais do Município de Chopinzinho – PR. Valor máximo estimado: R$ 112.141,08 (cento e doze mil, cento e quarenta e um reais e oito centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:AA6AD2A6

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 64-2026 - INEX 10-2026

Espécie: Extrato do Contrato n° 64/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: J. da Rosa Produções. CNPJ: 18.156.723/0001-40. Objeto: Locação de espaço físico destinado a realização de evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher 2026 e Feira da Mulher Empreendedora. Valor: R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação n° 10/2026. Fundamento Legal: Artigo 74 da Lei Federal 14.133/21. Elemento de despesa: (1945) Fonte: 000. Data da assinatura: 16/03/2026. Assinam: Álvaro Denis Ceni Scolaro, pelo Município e João da Rosa, pela Contratada.

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:DFA9576C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 10-2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 51/2026
MEMORANDO ELETRÔNICO: 765/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021 - Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
"V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha."

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por intermédio da Secretária de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, com sede na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, Bairro São Miguel, CEP 85.560-00, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.995.414/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Senhor Álvaro Denis Ceni Scolaro, inscrito no CPF sob o n.º 009.378.889-40, portador da carteira de identidade n.º 8.124.995-4 SSP-PR.

CONTRATADA: J. DA ROSA PRODUÇÕES, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.156.723/0001-40, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 3507, Bairro Frei Vito, no município de Chopinzinho – Paraná, neste ato representada legalmente pelo Sr. João da Rosa, portador do CPF nº 016.490.749- 13 e do RG 5.980.301-8 SSP-PR.

DO OBJETO
Locação de espaço físico destinado a realização de evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher 2026 e Feira da Mulher Empreendedora.

DO VALOR
O valor total do contrato é de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais).

DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO
O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de assinatura.

FONTE DE RECURSOS
A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos:

Gestão/Unidade:	08.05 – Fundo Municipal dos Direitos da Mulher
Fonte de Recursos:	000 - Recursos Ordinários (Livres)
Programa de Trabalho:	1442200122.100 - Manutenção das Políticas Públicas de fortalecimento e enfrentamento as violências contra mulher
Elemento de Despesa:	3.3.90.39 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobrado:	1945 - Locação de Imóveis
Empenho:	Não se Aplica

DA JUSTIFICATIVA
A presente contratação tem como finalidade viabilizar a realização do evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, promovido pela Administração Municipal de Chopinzinho, Secretaria de Assistência Social, em parceria com a Associação Comercial e Empresarial de Chopinzinho (ACEC).
O evento tem como objetivo prestar homenagens às mulheres do município, promover apresentações culturais e shows, bem como realizar a Feira da Mulher, espaço destinado à exposição e comercialização de produtos e serviços desenvolvidos por mulheres empreendedoras locais, fomentando o desenvolvimento econômico e incentivando o fortalecimento dos negócios liderados por mulheres.
Considerando a estimativa de público aproximada de 2.000 (duas mil) pessoas ao longo dos dias de evento, faz-se necessária a locação de espaço físico adequado, que possua capacidade compatível com o público previsto e estrutura apropriada para garantir conforto, segurança e qualidade na realização das atividades programadas.
Ressalta-se que o Município não dispõe de espaço público ou centro de eventos com estrutura suficiente para atender às dimensões e às necessidades técnicas do evento, especialmente quanto à capacidade de público e climatização, o que justifica a contratação de espaço privado que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos.
A contratação atende ao interesse público, observando os princípios da eficiência e da economicidade, garantindo condições adequadas para a realização de evento institucional de relevante impacto social e econômico para o Município.
Dessa forma, a presente contratação se mostra necessária, oportuna e plenamente justificada diante da natureza, finalidade e importância do evento, atendendo ao interesse público e aos objetivos institucionais da Administração Municipal.
Importa destacar que a locação em questão observa os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, uma vez que o

espaço a ser contratado possui estrutura compatível com as exigências técnicas do evento, localização estratégica e capacidade para atender ao fluxo intenso de visitantes, o que justifica a sua escolha, considerando que não há no município, outro espaço que atenda as características físicas/estruturais necessárias à realização do evento.
Dessa forma, manifesta-se favoravelmente à viabilidade da contratação por inexigibilidade, por se tratar de medida adequada, necessária e compatível com os princípios da legalidade, economicidade e interesse público.
Chopinzinho-PR, 16 de março de 2026.

NEIDE GASPARETTO PASQUALI
Secretária de Assistência Social Mulher e Diretos Humanos

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei n. º 14.133, de 1º de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou o saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.
Chopinzinho-PR, 16 de março de 2026

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:357CC8BF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 074/2026 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL PSS ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 074/2026

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Atendente de Consultório Dentário, Edital de Abertura nº 123/2025.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Atendente de Consultório Dentário publicado pelo Edital nº 050/2026 em 10 de março de 2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:14F81DD8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 075 - ALTERA DECRETO 552/2025

DECRETO Nº 075, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Altera Decreto 552/2025, de 29 de dezembro de 2025, que Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Chopinzinho/PR, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Portaria nº 278/2026, que Designa a servidora Andreia da Silva como Pregoeira/Agente de Contratação;
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o Art. 1º do Decreto nº 552/2025, de 29 de dezembro de 2025, que Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Chopinzinho/PR, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:
*"**Art. 1º** Ficam nomeados os servidores, Sra. Andreia da Silva, Sr. Paulo Egídio Dalsasso e Sr. Sílvio Alves da Rosa, para exercerem a função de Agente de Contratação/Pregoeiro do Município de Chopinzinho para o exercício de 2026."*
Art. 2º Os demais artigos permanecem inalterados.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:F578FD26

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 054/2026 - CONVOCAÇÃO ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Atendente de Consultório Dentário, realizados de acordo com o edital de abertura nº 123/2025;
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	LAURA CAROLINE SCOPEL
2º	MARIA CLEUNICE LEITE MARTINS
3º	MARLENE SILVA

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:EADED5CA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 055/2026 - ABERTURA PSS MOTORISTA TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 055/2026

ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA

O Prefeito de Chopinzinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 089/2017, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital estabelece instruções para seleção e contratação temporária de Motorista, conforme disposto no Quadro 1, para atuar junto ao Poder Executivo do Município de Chopinzinho. Na época oportuna, respeitada a conveniência da Administração e a ordem de classificação, será lavrado contrato administrativo de trabalho temporário pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

1. DOS REQUISITOS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA:

QUADRO 1 – MOTORISTA TEMPORÁRIO

Função	Motorista de Caminhão e Veículos Pesados
Carga Horária	40 horas Semanais
Remuneração	Salário Base: R$ 1.931,75 Auxílio Alimentação: R$ 546,47
Escolaridade Mínima	Ensino Fundamental e CNH categoria D ou E
Vagas	01 (uma), mais cadastro de reserva

2. CRONOGRAMA:

2.1 Este Processo Seletivo Simplificado será composto das seguintes fases:

Impugnação do Edital de Abertura	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Inscrições	Das 09h00 do dia 20 de Março de 2026 às 17h00 do dia 05 de Abril de 2026
Upload Laudo Médico PCD	Das 09h00 do dia 20 de Março de 2026 às 17h00 do dia 05 de Abril de 2026
Upload Auto Declaração Pessoa Negra	Das 09h00 do dia 20 de Março de 2026 às 17h00 do dia 05 de Abril de 2026
Comprovante de Inscrição	Imediato
Publicação dos Inscritos (Ampla Concorrência, PCD e Pessoa Negra)	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 07 de Abril de 2026
Recursos quanto às Inscrições	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Homologação das Inscrições	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 13 de Abril de 2026
Convocação para Prova Prática	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 13 de Abril de 2026
Realização da Prova Prática	**Na data provável de 18 de Abril de 2026**
Classificação Provisória	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 23 de Abril de 2026
Recurso quanto à Classificação Provisória	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Convocação para Prova de Títulos	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 23 de Abril de 2026
Convocação para Proced. de Heteroidentificação Étnico-racial	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 23 de Abril de 2026
Realização da Prova de Títulos	**Na data provável de 27 de Abril de 2026**
Realização do Proced. de Heteroidentificação Étnico-racial	**Na data provável de 27 de Abril de 2026**
Classificação Final	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 28 de Abril de 2026
Recursos quanto à Classificação Final	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Homologação do Resultado Final	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 05 de Maio de 2026

3. MEIO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL:

3.1 A divulgação oficial do inteiro teor deste edital e dos demais editais relativos às etapas deste Processo Seletivo Simplificado, dar-se-á com a publicação no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e também no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp.

4. DAS INSCRIÇÕES:

4.1 As inscrições serão realizadas no site do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, no link destinado à inscrição, no período previsto no CRONOGRAMA deste Edital.

4.2 O candidato deverá se cadastrar no sistema de Processo Seletivo Simplificado para poder realizar a inscrição. A mera realização do cadastro no sistema de Processo Seletivo Simplificado não implica em inscrição.

4.2.1 Para o cadastro, deverá ser utilizado o número do CPF. O candidato estrangeiro que desejar se cadastrar, deverá ter CPF emitido no Brasil.

4.2.2 O Município colocará à disposição dos candidatos, junto à Recepção do Paço Municipal, localizada à Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, 01 (um) servidor que dará apoio aos candidatos interessados a realizarem sua inscrição e, se for o caso, impetrar recurso.

4.3 A inscrição será efetivada desde que não haja qualquer interrupção antes da finalização dos procedimentos.

4.4 O comprovante de inscrição poderá ser emitido imediatamente após o encerramento da inscrição.

4.5 Após efetivar a inscrição, não será possível incluir ou alterar as informações. A inscrição poderá ser excluída e novamente realizada durante o período de inscrição.

4.6 Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo, provisórias ou condicionais.

4.7 A homologação da inscrição ficará vinculada à verificação do cumprimento integral dos requisitos exigidos para a mesma.

4.8 O candidato é responsável pelas informações fornecidas no momento da inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, civil e penal.

4.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.10 A participação no presente Processo Seletivo Simplificado está isenta do pagamento de taxa de inscrição.

4.11 É facultada à Comissão Organizadora, Executora e Julgadora, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente no momento das inscrições.

5. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

5.1 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PCD) o direito de inscrever-se no processo seletivo simplificado, desde que as atribuições da função escolhida sejam compatíveis com a sua deficiência.

5.2 Às pessoas com deficiência (PCD) que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto da Lei Municipal nº 3.109/2013, é assegurado o direito de inscrição, ficando asseguradas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas na presente seleção.

5.2.1 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos PCD, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.2.2 As nomeações incidirão, proporcional e concomitantemente, sobre as listas de candidatos aprovados no concurso geral e específica das pessoas com deficiência (PCD), observando-se, em relação a esta última, sempre o percentual de reserva de vagas fixado no respectivo edital.

5.2.3 Ocorrendo a nomeação do mesmo candidato, inscrito nos termos desta lei, simultaneamente nas listas geral e específica;

I – Prevalecerá à nomeação pela lista geral, ficando o candidato automaticamente excluído da lista específica;

II – No lugar do candidato excluído, na forma do inciso anterior, será automaticamente nomeado o candidato subsequente da lista específica, respeitada a ordem de classificação desta.

5.2.4 Não havendo candidatos aptos na condição de pessoa com deficiência (PCD), as vagas existentes, ou que venham a surgir durante a vigência do processo seletivo simplificado, serão destinadas a lista geral de candidatos.

5.3 Para fazer jus à reserva de vagas de que trata este item, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a opção pessoa com deficiência (PCD).

5.3.1 Para comprovação da deficiência, no momento da inscrição, o candidato deverá fazer upload de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a sua provável causa da deficiência.

5.3.2 O candidato na condição pessoa com deficiência (PCD) deverá, no ato da inscrição, requerer o tipo de atendimento especial que necessitará para a realização da prova, se for o caso.

5.4 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção através do uso de lentes ou aparelhos específicos.

5.5 O candidato que se inscrever como pessoa com deficiência (PCD) concorrerá também, além das vagas reservadas por força de lei, às vagas de ampla concorrência.
5.6 O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital, bem como no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de realização da prova.
5.7 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência (PCD), se convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se à perícia médica, com profissional indicado pela Divisão de Recursos Humanos, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do emprego.
5.7.1 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico emitido até 60 (sessenta) dias antes da realização da referida perícia. O laudo médico deverá conter:
a) a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência;
b) indicação se faz uso de órteses, próteses ou adaptações;
c) se com deficiência auditiva: o laudo deverá estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 6 (seis) meses a contar da data de início da convocação para assumir a vaga;
d) se com deficiência múltipla: constando a associação de duas ou mais deficiências;
e) se com deficiência visual: o laudo deverá estar acompanhado de acuidade em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual.
5.8 A não observância do disposto no subitem 5.6.1, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia, acarretará perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.
5.9 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo seletivo e responderá civil e criminalmente pelas consequências decorrentes do seu ato.
5.10 Após a investidura no emprego, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação e/ou aposentadoria por invalidez e/ou concessão de horário especial.

6. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS NEGRAS:
6.1 Às pessoas negras que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto da Lei Municipal nº 3.991/2022, é assegurado o direito de inscrição, ficando reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas na presente seleção.
6.2 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
6.3 O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas na forma deste item concorrerá também, além das vagas reservadas por força de lei, às vagas de ampla concorrência.
6.4 Para fazer jus à reserva de vagas de que trata este item, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a opção pessoas negras.
6.4.1 O candidato deverá ainda, no momento da inscrição, fazer upload da declaração constante no Anexo I deste Edital se auto declarando negro de acordo com os critérios de raça e cor utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que, pelo fenótipo, são assim vistos e reconhecidos como tal pela sociedade.
6.5 A auto declaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade.
6.5.1. Sem prejuízo do disposto no caput, a auto declaração do candidato será confirmada mediante Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.
6.5.2 A presunção relativa de veracidade de que goza a auto declaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial e Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-racial.
6.6 Considera-se Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial a identificação da condição autodeclarada pelo candidato realizada pela Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico- racial criada especificamente para este fim.
6.7 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial submete-se aos seguintes princípios e diretrizes:
Respeito à dignidade da pessoa humana;
Observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;
Garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre os candidatos submetidos ao procedimento de heteroidentificação promovido no mesmo concurso público;
Garantia da publicidade e do controle social do procedimento de heteroidentificação, resguardadas as hipóteses de sigilo previstas neste Decreto;
Atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela administração pública; e
Garantia da efetividade da ação afirmativa de reserva de vagas a candidatos negros no ingresso no serviço público do Município de Chopinzinho.
6.8 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital, deverão se submeter ao Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.
6.8.1 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será promovido sob a forma presencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.
6.8.2 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial considerará as características fenotípicas dos candidatos.
6.9 A convocação para o Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.
6.10 O candidato que não comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será eliminado da lista de reserva de vagas para negros e concorrerá somente na lista da ampla concorrência.
6.7 A Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no Processo Seletivo Simplificado.
6.7.1. Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação étnico-racial.
6.7.2. Não serão considerados, para os fins do caput, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.
6.8 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será filmado e seus registros serão utilizados na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos perante a Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-racial.
6.8.1 O candidato que recusar a realização da filmagem do procedimento, nos termos deste caput, será eliminado do processo seletivo simplificado, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.
6.9. Serão eliminados do processo seletivo simplificado os candidatos cujas auto declarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, desde que comprovado má fé.
6.9.1 A eliminação de candidato, nos termos deste caput, por não confirmação do auto declaração, não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.
6.9.2. Não comprovada má-fé na auto declaração, no caso de sua não confirmação, nos termos da Lei 3.991/2022, pela Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-Racial, ou em sede de recurso, pela Comissão Recursal de Heteroidentificação, o candidato será eliminado da lista de reserva de vagas para negros e passará a concorrer, exclusivamente, nas vagas oferecidas para ampla concorrência.
6.10 Das decisões da Comissão Ordinária de Heteroidentificação caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação.
6.11 No julgamento dos recursos referidos no item 6.10 serão considerados: a filmagem do procedimento de Heteroidentificação, o

parecer elaborado pela Comissão Ordinária, bem como, o conteúdo de recurso interposto pelo candidato.
6.12 As decisões da Comissão Recursal de Heteroidentificação serão publicadas no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br.
6.13 Das decisões da Comissão Recursal de Heteroidentificação não caberá recurso.

7. DA DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS:
7.1 A lista dos candidatos inscritos será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.
7.2 Da divulgação da lista dos candidatos inscritos caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

8. DA PROVA PRÁTICA:
8.1 A prova prática será de caráter classificatório e eliminatório.
8.2 A convocação para a realização da prova prática será publicada no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.
8.3 Caso o número de candidatos inscritos impossibilite a realização da prova prática toda no mesmo dia, a Comissão Organizadora, Executora e Julgadora poderá realizar a prova em dias distintos, definido em edital próprio, juntamente com a convocação para a prova.
8.3.1 A divisão dos candidatos quanto a realização da prova em dias distintos se dará por ordem alfabética, em relação ao nome do candidato.
8.3.2 Caso haja ocorrência de chuva que impossibilite a realização da prova prática, a Comissão Organizadora, Executora e Julgadora poderá remarcar a prova prática para nova data.
8.4 Para realização da prova prática, será disponibilizado 01 (um) caminhão caçamba.
8.5 Os candidatos serão avaliados por uma banca examinadora específica, composta por 03 (três) servidores efetivos do Município, com domínio de conhecimento e experiência sobre o caminhão utilizado, sua manutenção, sua operação, bem como dos trabalhos a serem realizados.
8.6 A nota final de cada candidato será obtida pela média das notas atribuídas pelos examinadores.
8.6.1 Ao final da realização da prova prática, um membro da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do certame fará a soma das notas da banca examinadora e encontrará a nota final, da qual o candidato terá conhecimento e dará ciência.
8.7 Para a realização da prova, o candidato deverá assinar a lista de presença, apresentar documento oficial de identificação com foto e Carteira Nacional de Habilitação, categoria D ou E.
8.7.1 O candidato que não apresentar a CNH, conforme o requisito mínimo para o cargo, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.
8.7.2 Os candidatos deverão comparecer preparados no que se refere à alimentação e agasalho, por não haver previsão para o término das provas práticas, e estar trajando camisa, calça e calçado fechado (sapato, botina, coturno ou similar).
8.8 O candidato somente deverá realizar a prova prática se estiver em condições físicas e técnicas para tal. É de sua exclusiva responsabilidade eventual dano causado a si, ao patrimônio ou a terceiros.
8.8.1 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
8.8.2 A banca examinadora terá autonomia para interromper a execução da prova quando observado que o candidato está colocando em risco sua integridade física e/ou a de terceiros.
8.8.3 Não sendo realizada a prova ou ocorrendo a interrupção da mesma, o candidato será eliminado do certame.
8.9 A prova consistirá em: conduzir o caminhão do ponto de partida ao ponto de carregamento, carregar o caminhão e conduzir ao ponto de descarga, descarregar o caminhão e retornar ao ponto de partida.
8.10 Serão avaliados os seguintes critérios:
Inspeção diária do caminhão: indicar 03 (três) itens de verificação diária;
Condução do caminhão: uso de cinto de segurança e de retrovisores, sinalização, aceleração e rotação do motor, uso de freios, embreagem e cambio, freio estacionário e desligamento do motor.
Manobras: Marcha ré, alinhamento do caminhão, estacionamento adequado e controle do veículo em espaço delimitado.
Operação da caçamba: Posicionamento seguro, acionamento do sistema hidráulico, elevação da caçamba e retorno da caçamba à posição inicial.

8.11 A prova prática terá pontuação máxima de 10 (dez) pontos, distribuído conforme os critérios estabelecidos:

ITEM AVALIADO	NOTA MÁXIMA
1 - Inspeção diária do caminhão	1,0 Pontos
2 - Condução do caminhão	3,0 Pontos
3 - Manobras	3,0 Pontos
4 - Operação da caçamba	3,0 Pontos
TOTAL	**10 Pontos**

8.12 Somente serão classificados os candidatos que atingirem a nota mínima: 6 Pontos.
8.13 O tempo máximo de duração da prova será de 30 (trinta) minutos.

9. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA:
9.1 A classificação provisória será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.
9.2 A classificação provisória se dará conforme a nota da prova prática.
9.3 Da divulgação da classificação provisória caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

10. DA PROVA DE TÍTULOS:
10.1 A prova de títulos do presente Processo Seletivo Simplificado consistirá somente em cômputo do Tempo de Serviço, de caráter classificatório, com pontuação de 0 (zero) a 2 (dois) pontos.
10.2 A convocação para a comprovação do tempo de serviço será publicada no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.
10.3 A contagem de pontos será efetuada pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do certame, de acordo com os documentos apresentados e considerados válidos.
10.4 Para que seja computada a pontuação, o candidato deverá apresentar documentação que comprove experiência profissional como motorista de caminhão e de veículos pesados.
10.5 Será considerado para comprovação do Tempo de Serviço os seguintes documentos:
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com as páginas de identificação do empregado e do contrato de trabalho – original e cópia;
Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (CTPS Digital) com as páginas do contrato de trabalho – impresso;
Contrato de trabalho, constando data de início e fim – original e cópia;
Declaração do empregador, devidamente assinada e carimbada com CNPJ e identificação do declarante, com as informações das atividades desenvolvidas e o respectivo período – original;
10.6 A pontuação atribuída ao tempo de serviço será de 0,5 ponto por ano comprovado, podendo contar até 04 (quatro) anos.
10.6.1 O período igual ou superior a 06 (seis) meses será considerado como 01 (um) ano, pontuando, e o período inferior a 06 (seis) meses será desconsiderado.
10.7 Para efeito de pontuação do tempo de serviço, não será admitida a contagem cumulativa de períodos concomitantes. Caso o candidato tenha exercido atividades simultâneas em mais de um vínculo, será considerado apenas um dos períodos coincidentes. 10.8 Não serão considerados documentos apresentados fora do prazo, local e horários estabelecidos para comprovação e/ou em desacordo com o disposto no Item 10.5.

11. DO DESEMPATE:

11.1 Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate processar-se-á com os seguintes critérios:
a) maior idade, considerando-se o ano, mês e dia de nascimento;
b) persistindo o empate entre os candidatos, após aplicado o critério acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio, que será realizado junto ao auditório do Paço Municipal ou em outro local determinado pela Comissão Organizadora, com a presença dos candidatos interessados e dos membros da Comissão.

12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:
12.1 Após a análise conclusiva dos recursos quanto a classificação provisória, os critérios de desempate e a pontuação da prova de títulos, a Classificação Final será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.
12.2 Da divulgação da classificação final caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13. DOS RECURSOS:
13.1 Serão admitidos recursos quanto:
a) ao indeferimento/não processamento da inscrição;
b) à classificação provisória, compreendendo neste, a nota da prova prática;
d) à classificação final, compreendendo neste, a prova de títulos e a decisão da banca de heteroidentificação;
13.2 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação nos meios oficiais da decisão, endereçados à Comissão Organizadora, Executora e Julgadora.
13.3 Os recursos deverão ser fundamentados e apresentados através do formulário disponível no link do Processo Seletivo Simplificado, constante no site oficial do Município.
13.4 É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo Simplificado.
13.5 O candidato deverá interpor 01 (um) recurso por questionamento apresentado, salvo quando o recurso envolver várias questões, situação em que bastará 01 (um) único recurso para questionar uma ou várias questões.
13.5.1 Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato, com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovações ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo recursivo.
13.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e/ou cujos dados solicitados não estejam devidamente preenchidos e/ou quando não contiverem fundamentação mínima.
13.7 Os recursos serão analisados pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora, a qual emitirá parecer conclusivo.
13.7.1 A Comissão Organizadora, Executora e Julgadora constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão outros recursos administrativos.
13.8 As decisões proferidas nos recursos serão conhecidas coletivamente, através do site oficial do Município, no link de Processo Seletivo Simplificado.
13.9 Este edital poderá ser impugnado em até 02 (dois) dias úteis após sua publicação.

14. DAS ATRIBUIÇÕES
14.1 Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes ao cargo para o qual se inscreveu, conforme descrição a seguir:

MOTORISTA
I - Conduzir veículo automotor destinado ao transporte de passageiros e cargas;
II - Manter o veículo em perfeita condição de funcionamento, comunicando qualquer defeito porventura existente no veículo, não transitando com o mesmo até que se realize o conserto;
III - Manter o veículo em perfeita condição de funcionamento;
IV - Fazer reparos de emergência;
V - Zelar pela conservação do veículo, promovendo o abastecimento de combustível, água e óleo do veículo, providenciando a lubrificação, quando indicada, verificando o grau de densidade e nível da água de bateria, bem como a calibragem dos pneus;
VI - Checar diariamente o sistema de freios e o nível de óleo do motor;
VII - Verificar o funcionamento do sistema elétrico;
VIII - Transportar pessoas, materiais, correspondências e equipamentos, garantindo a segurança dos mesmos;
IX - Executar o serviço de transporte que lhe for atribuído e, no caso de materiais, encarregar-se de sua carga e descarga;
X - Operar, eventualmente, rádio transceptor;
XI - Observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar plena condição de utilização do veículo;
XII - Realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientações recebidas, da quilometragem, viagens realizadas, objetos ou pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e controle;
XIII - Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência ou de carga que lhe for confiada;
XIV - Providenciar carga e descarga no interior do veículo;
XV - Dirigir obedecendo à sinalização e velocidade indicadas;
XVI - Auxiliar médicos e enfermeiros na assistência a pacientes, conduzindo caixas de medicamentos, tubos de oxigênio, macas, etc.
XVII - Recolher o veículo à garagem ou local destinado a esse fim, ao término da jornada de trabalho, deixando-o corretamente estacionado e fechado;
XVIII - Dirigir veículos abaixo de três mil e quinhentos quilogramas quando determinado pelo seu superior, de acordo com as necessidades da municipalidade;
XIX - Executar outras tarefas correlatas.

15. DOS DEVERES
15.1 Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes ao cargo, com:
assiduidade;
pontualidade;
urbanidade;
discrição;
lealdade;
respeito às instituições constitucionais e administrativa a que servir;
observância das normas legais e regulamentares;
obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência;
guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;
se apresentar decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;
proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;
submeter-se a perícia médica quando determinado pela autoridade competente.
Respeitar os deveres, obrigações e proibições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Chopinzinho.

16. DA CONTRATAÇÃO
16.1 A contratação do candidato para assumir a vaga está condicionada aos requisitos para o exercício da atividade, juntamente com os itens descritos abaixo, a serem comprovados no momento da convocação:
Ser brasileiro, de acordo com o que dispõe o art. 37, inc. I, da Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal nº 3.200/2013 e demais legislações específicas.
Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da contratação.
Comprovar, por meio de documentos, as informações dadas no momento da inscrição.
Ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital;
No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis Entre Brasileiro e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, inciso II, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436/72, de 18/04/1972;
Gozar de boa saúde física e mental para o desempenho da função;

Não acumular cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal, apresentando declaração própria sobre essa condição;
Ter a situação regularizada perante o serviço militar, se do sexo masculino;
Ter situação regularizada perante a Justiça Eleitoral;
Não ter sido condenado por sentença penal ou civil, já transitada em julgado, que leva à perda do cargo, se servidor;
Não ter sofrido nenhum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial nos últimos 05 (cinco) anos;
Não ser dependente de álcool ou substância entorpecente;
Não acumular proventos e vencimentos ou optar por vencimento se for servidor aposentado em órgão público.
16.2 Para a contratação e exercício da função, o candidato deverá também apresentar a seguinte documentação:
a) Carteira de Identidade – RG (original e cópia);
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal – CPF (original e cópia);
c) Título de Eleitor (original e cópia);
d) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
e) Comprovante de endereço atual (original e cópia);
f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se candidato do sexo masculino e com idade inferior a 45 anos (original e cópia);
g) Comprovante de Escolaridade, conforme o cargo (original e cópia);
h) Certidão de Nascimento ou Casamento (original e cópia);
i) Exame admissional, realizado por Médico do Trabalhado nomeado no Município;
i.1) Na realização do exame admissional, o médico analisará clinicamente o candidato e também os laudos dos exames apresentados.
i.2) O candidato será eliminado do certame, caso, no exame admissional ficar constatado sua incapacidade laborativa, quer seja parcial ou total.
j) Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
k) Certidão Negativa de Crimes Eleitorais, expedida pelo Tribunal Regional eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
l) Certidão Negativa Criminal emitida por Cartório Distribuidor do Fórum da cidade onde reside, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Estadual, do estado que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Federal, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
o) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05(cinco) anos, nem perdido o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, devendo estar firma reconhecida em cartório ou atestada por verdadeira por servidor público;
p) Declaração de que não é servidor público vinculado à Administração Pública Direta, Indireta do Poder Executivo do Município de Chopinzinho e não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.;
q) Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio privado e do cônjuge, se for o caso;
r) Declaração de que não recebe proventos de aposentadoria por conta de RGPS ou qualquer outro RPPS em âmbito Federal, Estadual ou Municipal decorrentes de cargos, empregos ou funções públicas;
s) Declaração que não participa de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista;
t) Declaração de que não possui parentesco com os organizadores e/ou examinadores do Processo Seletivo Simplificado;
u) Documentação legal comprovando os quesitos registrados no ato da inscrição;

16.3 A falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a contratação e/ou exercício da função ou a não apresentação dos documentos comprobatórios declarados, bem como daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários, impedirá a contratação do candidato implicando sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.
16.4 Verificada a falsidade dos documentos apresentados, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com nulidade da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
17.1 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores temporários implica, desde logo, a ciência e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações.
17.2 Antes de efetuar a inscrição, é de responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores temporários e certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar provas, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo por ocasião da contratação, se aprovado e convocado.
17.3 Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa, ou inexata, o candidato em fase de avaliação será excluído deste Teste Seletivo ou, se já contratado, terá seu contrato rescindido, observada a ampla defesa e o contraditório.
17.4 Não serão fornecidos por telefone, pessoalmente ou por meio eletrônico, informações que constem neste edital.
17.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e editais referentes a este Processo Seletivo Simplificado e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o processo.
17.6 As despesas relativas à participação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado, em todas as etapas, correrão às expensas do próprio candidato.
17.7 Os candidatos aprovados serão convocados, gradualmente, em época conveniente oportuna, de acordo com as necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e as vagas existentes.
17.7.1 A mera aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não implicará obrigatoriamente na sua investidura.
17.8 Caso a localização e condições da vaga para a qual o candidato foi convocado não atendam às suas expectativas e este não aceite a convocação, o referido candidato deverá optar pela desistência da vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.
17.9 O não comparecimento do candidato, quando da sua convocação, no prazo estabelecido em Edital, implicará na desistência automática do mesmo.
17.10 Terá seu contrato rescindido o candidato que não se apresentar na unidade para a qual foi designado, a partir data de início da vigência do contrato, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho.
17.11 Este Processo Seletivo Público terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.
17.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

Alvaro Denis Ceni Scolaro
Prefeito

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA

Eu, _____, abaixo assinado (a), de nacionalidade_____, nascido (a) em ___/___/_____, no Município de _____, UF _____, filho (a) de _____ e de _____, estado civil_____,

residente no endereço _____, Município de _____RG nº _____, UF___, expedido em ____/____/_____, órgão expedidor _____ e de CPF nº _____ INSCRITO(A) na lista de pessoas negras do Processo Seletivo Simplificado, do Municipio de Chopinzinho, declaro, sob as penas da lei, que sou pessoa negra, apresentando características fenotípicas negróides. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Chopinzinho, _____ de _____de _____.

_____
Assinatura do (a) candidato(a)

*A validade deste documento estará sugeita à homologação pela Banca de Heteroidentificação em conformidade com a Lei Municipal nº 3.991/2022 e Decreto nº211/2023.

"Decreto-Lei nº2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade Ideológica. Art. 299: omitir, em documento público ou particular, delcaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qe devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular."

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:A9BEC12D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 056/2026 - CONVOCAÇÃO PSICÓLOGO TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor e Psicólogo, realizado de acordo com os editais de abertura nº 101/2024 e 080/2025,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: PSICÓLOGO TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
11º	MARISTANE R. DA SILVA

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:A1F480BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 284/2026 - NOMEIA COMISSÃO PSS MOTORISTA TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 284/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Motorista, edital de abertura nº 055/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR os servidores: Carlos Antonio Ansiliero, Bruno Lazzari e Camila Cancelier para comporem a Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:5DD088C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 286 - 2026 - DIARIAS KELI CAROLINE DE CAMPOS

PORTARIA Nº 286/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder à Servidora Keli Caroline de Campos, Chefe de Divisão Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, CPF nº 066.***.***-65, 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem, no valor total de R$ 900,00, conforme Art. 11, § 1º e § 2º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, com pernoite, saída no dia 17 de março de 2026 e retorno no dia 20 de março de 2026, para Curitiba - PR, para participar do Evento de Serviço de Proteção Básica e Domicílio Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 16 de março de 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:953AC59E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 287 - 2026 - DIARIAS ALISSON ANDREY PUSKA

PORTARIA Nº 287/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Alisson Andrey Puska, Diretor de Inovação e Tecnologia, matrícula nº 3874-6, CPF nº 061.***.***-71, 02 e 1/2 (duas e meia) diárias de viagem, no valor total de R$ 900,00, conforme Art. 11, § 1º e § 2º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, com pernoite, saída no dia 24 de março de 2026 e retorno no dia 27 de março de 2026, para Curitiba - PR, para participar do Fórum Nacional de Secretárias, Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana, visita a Feira Smart City Expo Curitiba 2026, articulação de parceria com FIEP, UFPR e Laboratórios do SENAI - Centro de Tecnologia em Saneamento e Meio Ambiente (CIC), a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 16 de março de 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:BEAC61B4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01-2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 02-2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: L.M SILVA & SILVA COMBUSTÍVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Guarani n° 187 – Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP. 86.970-240, com Ramo do Comércio Varejista de Combustível para veículos Automotores, devidamente inscrita no CNPJ sob n° 33.764.795/0001-63 e no Cadastro do ICMS sob n° 908.15820-22, neste ato representado por sua titular o senhor **CRISTIANO FERREIRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tapajós, n° 411 – Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade Rg n° 7.547.494-6-PR e CPF n° 022.143.579-47.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE DE PREÇO – Com base na Cláusula Oitava do Contrato primitivo, nº 04/2024, fica reajustado o seguinte produto:

Item	Descrição	Valor Inicial	Valor Sugerido	Valor Unitário Ajustado
3	Diesel S 10	R$ 6,32	R$ 7,08	R$ 7,08
TOTAL DO ADITIVO: 205.934,92 (duzentos e cinco mil, novecentos e trinta e quatro rais e noventa e dois centavos)				

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor total do contrato passa a ser R$ 2.440.624,92 (dois milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 11 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

L.M SILVA & SILVA COMBUSTÍVEIS LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:E95730DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07-2025 – DISPENSA Nº 01-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: CONTABILBOT SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 58.216.470/0001-77, com sede na Rua Antônio Grola, nº 692, Santa Rita, cep.: 86.935-000, na cidade de Lunardelli – Pr, neste ato representada pelo Sra. **GISELE MARIA NEVES MOLEIRO**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliado na Praça com Geremia Lunardelli, nº 135, Centro, cep.: 86.935-000, na cidade de Lunardelli- Pr, CPF. Nº 037.768.849-59.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – Fica prorrogado o prazo de prestação dos serviços estabelecido na Cláusula Sexta do Contrato Primitivo para o dia 18 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de vigência estabelecido na Cláusula Décima do Contrato Primitivo para o dia 18 de abril de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

CONTABILBOT SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:20F66906

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09-2025 – DISPENSA Nº 14-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal,

residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: K.C APARECIDA MONTEVERDE- TELECOMUNICAÇÕES** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 35.905.928/0001-08 e Inscrição Estadual nº 90879676-43, com sede na Rua Prefeito Devete De Paula Xavier, n 288, Centro-, cep.: 87301-100, na cidade de Campo Mourão-PR, neste ato representada pelo Sra. **KAUANA CAROLINE APARECIDA MONTEVERDE**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras, nº 203, Casa A, Jardim Residencial Araucária, cep.: 87.301-350, na cidade de Campo Mourão-Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 12.499.271-9e CPF. nº 083.545.039-25.

CLÁUSULA PRIMEIRA:DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – Fica prorrogado o prazo de prestação dos serviços estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato Primitivo para o dia 26 de março de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA:DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado o prazo de vigência estabelecido na Cláusula Nona do Contrato Primitivo para o dia 26 de abril de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes do Contrato Primitivo.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Contrato, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

K.C APARECIDA MONTEVERDE- TELECOMUNICAÇÕES
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:ECF77CF6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07-2025 – DISPENSA Nº 01-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: CONTABILBOT SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 58.216.470/0001-77, com sede na Rua Antônio Grola, nº 692, Santa Rita, cep.: 86.935-000, na cidade de Lunardelli – Pr, neste ato representada pelo Sra. **GISELE MARIA NEVES MOLEIRO**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliado na Praça com Geremia Lunardelli, nº 135, Centro, cep.: 86.935-000, na cidade de Lunardelli- Pr, CPF. Nº 037.768.849-59.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS - Por força da prorrogação de prazo estabelecida no Primeiro Termo Aditivo, dando continuidade na prestação dos serviços, o valor original do contrato de R$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais) passa para R$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais).

Item	Und	Qtde.	Descrição	Vlr. Unt.	Vlr. Total
1	Sv	12	Cessão de uso de software de automação financeira	R$ 3.400,00	R$ 40.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

CONTABILBOT SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:F72891FA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09-2025 – DISPENSA Nº 14-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-250, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-240, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: K.C APARECIDA MONTEVERDE- TELECOMUNICAÇÕES** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 35.905.928/0001-08 e Inscrição Estadual nº 90879676-43, com sede na Rua Prefeito Devete De Paula Xavier, n 288, Centro-, cep.: 87301-100, na cidade de Campo Mourão-PR, neste ato representada pelo Sra. **KAUANA CAROLINE APARECIDA MONTEVERDE**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras, nº 203, Casa A, Jardim Residencial Araucária, cep.: 87.301-350, na cidade de Campo Mourão-Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 12.499.271-9e CPF. nº 083.545.039-25.

CLÁUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMOS - Por força da prorrogação de prazo estabelecida no Primeiro Termo Aditivo, dando continuidade na prestação dos serviços, o valor original do contrato de R$ 7.104,00 (sete mil, cento e quatro reais) passa para R$ 14.208,00 (quatorze mil, duzentos e oito reais).

Item	Und	Qtde.	Descrição	Vlr. Unt.	Vlr. Total
1	Und	12	Plano de telefonia móvel com 16 linhas e cobertura em todo território nacional. 4GB de dados móveis + 2GB se utilizar whatsapp. Não consome dados. Ligações ilimitadas para todo o Brasil e 100 sms	R$ 592,00	R$ 7.104,00

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Primitivo vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 16 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

K.C APARECIDA MONTEVERDE- TELECOMUNICAÇÕES
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:A4699E41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 12/2026

MUNICIPIO DE CORUMBATAI DO SUL
Estado do Paraná CNPJ 80.888.662/0001-89
Exercício: 2026
Decreto nº 12/2026 de 02/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1118/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 266.677,17 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e setenta e sete reais e dezessete centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0007.2.012.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
419 - 3.3.90.39.00.00	36494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	
06.001.08.122.0008.2.020.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
440 - 3.3.90.30.00.00	36018	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
06.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0008.2.065.		Manutenção do Piso Social Básico - P.S.B	
435 - 3.1.90.11.00.00	33934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
436 - 3.1.90.13.00.00	33934	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
06.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
06.003.08.243.0008.6.074.		Manutenção do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescentes C. Sul	
437 - 3.3.90.30.00.00	35934	MATERIAL DE CONSUMO	352,38
06.004.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
06.004.08.241.0008.2.089.		Manutenção do Fundo Municipal do Idoso - FUMAPI	
438 - 3.3.90.39.00.00	3900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.324,79
439 - 4.4.90.52.00.00	3900	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
		Total Suplementação:	**266.677,17**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2023 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CORUMBATAÍ DO SUL , Estado do Paraná, em 02 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:69777B29

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1126/2026

LEI Nº 1126/2026

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operações de crédito com a Agência de Fomento do Paraná S/A.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Agência de Fomento do Paraná S/A, operações de crédito até o limite de **R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).**

Parágrafo Único - O valor das operações de crédito está condicionado a obtenção pela municipalidade, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público através de Resoluções emanadas do Senado Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 2º - Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão aos normativos das autoridades monetárias federais, e em especial Resolução do Senado Federal, e as normas específicas da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 3º - Os recursos oriundos das operações de crédito autorizadas por esta Lei, podem ser destinados, tão somente, para a seguinte finalidade:

I – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS.

Art. 4º - Em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder à Agência de Fomento do Paraná S/A, as parcelas que se fizerem necessárias da quota-parte do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 5º - Os recursos provenientes das operações de crédito a que se fere esta lei deverão ser consignados como receita no Orçamento (PPA, LDO e LOA) ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 6º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias as amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativo(s) ao(s) contrato(s) de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, suplementares ou especiais, para viabilizar as operações de crédito, até o limite fixado no artigo 1º desta Lei, e para fazer face às receitas e às despesas provenientes das operações de crédito.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Corumbataí do Sul - PR, 16 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:B91296B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1127/2026

LEI MUNICIPAL 1127/2026,
DE 16/03/2026.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 107/1995, 475/2009 E 435/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, ALEXANDRE DONATO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Altera parcialmente a tabela inserida no art. 22 da Lei Municipal 475/2009, alterada pela Lei 1.073/2025, que constará doravante com a seguinte redação:

SIMBOLOGIA	VALOR
CC-1-A	R$ 16.730,00
CC-1-B	R$ 11.000,00

Art. 2° Altera parcialmente a tabela inserida no anexo IX da Lei Municipal 107/1995, que constará doravante com a seguinte redação:

Cargo	Grupo Ocupacional	Vagas	Carga Horária
Médico	P 1.111	2	40h

Art. 3° Altera parcialmente a tabela inserida no anexo I da Lei Municipal 435/2008, que constará doravante com a seguinte redação:

Código	Cargo	Referência	Grau Inicial	Grau Final
140	Médico	S-XXIV	1	40

Art. 4° Fica alterado o anexo II da Lei 435/2008, fixando o salário inicial da Referência S-XXIV-1 em R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:35EC8EF0

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
PORTARIA 032/2026- EQUIPE DE APOIO PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

PORTARIA Nº 032/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a designação de Agentes Públicos para condução de processos licitatórios e de contratação direta no âmbito do Poder Legislativo do Município de Cruzeiro do Iguaçu-PR, e dá outras providências".

JULIANO MORELLI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no inciso no Art. 28 do Regimento interno da Casa, considerando a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso L, da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7º e 8º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO as disposições constantes no art. 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.455/2022, que dispõe sobre o quadro de pessoal e o Plano de Carreira dos servidores do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO o quadro reduzido de servidores desta Casa Legislativa e a necessidade de observância do princípio da segregação de funções nos processos licitatórios e de contratação pública;

DECIDE:

Art. 1º Designar a servidora comissionada **Agda Kayane Nunes de Oliveira,** matrícula nº 6114-22, inscrito no CPF sob o nº 1**.4**.989-**, para conduzir os processos licitatórios e procedimentos de contratação direta, tomar decisões, dar impulso ao procedimento, acompanhar o trâmite da licitação, promover diligências necessárias ao esclarecimento de dúvidas, receber e examinar documentos, julgar propostas e habilitação.

Art. 2º Designar a servidora comissionada **Edina Ogliari,** matrícula nº 6114-23, inscrito no CPF sob o nº 0*8.6**.789-**, para exercer as funções de membro da Equipe de Apoio à Agente de Contratação, competindo-lhe auxiliar nas atividades materiais dos processos licitatórios e de contratação direta, bem como na análise e verificação da documentação apresentada pelos licitantes, conforme as exigências estabelecidas no edital.

Parágrafo único. Fica ainda designada a referida servidora para exercer a função de Fiscal de Contrato Substituta, atuando nos casos de ausência ou impedimento da Fiscal titular, acompanhando e fiscalizando a execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, evitando-se sua atuação na fiscalização de contratos decorrentes de processos licitatórios nos quais tenha participado diretamente.

Art. 3º Designar a servidora efetiva **Jocineia Toldo,** matrícula nº 6106-01, inscrita no CPF sob o nº 0*9.0**.579-**, para exercer, em caráter permanente, a função de Fiscal de Contrato, competindo-lhe acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificar o cumprimento das cláusulas estabelecidas no instrumento contratual, registrar eventuais ocorrências, adotar as providências necessárias para a regularização de falhas ou irregularidades, bem como atestar o recebimento do objeto para fins de pagamento.

Parágrafo Único: A presidência da Equipe de apoio, incumbirá a servidora e agente: Agda Kayane Nunes de Oliveira, matricula nº 6114-22, inscrito no CPF sob o nº 1**.4**.989-**, que em suas ausências e/ou impedimentos será substituída pela servidora Edina Ogliari, matrícula nº 6114-23, inscrita no CPF sob o nº 0*8.6**.789-**.

Art. 4º A Agente de Contratação e Equipe de Apoio possuem a prerrogativa de solicitar assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º Esta Portaria terá vigência a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de março de 2026.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

JULIANO MORELLI
Presidente

Registra-se e Publica-se.

AGDA KAYANE NUNES DE OLIVEIRA
Secretária Executiva

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:9BFE1BBC

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
ATA 001-2026 PNAB

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – PNAB
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se nas dependências do Departamento Municipal de Cultura do Município de Cruzeiro do Iguaçu, os membros da **Comissão de Avaliação e Seleção**, devidamente designados para conduzir os trabalhos de análise e julgamento das propostas apresentadas ao **Chamamento Público nº 001/2026**, vinculado à **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB**, instituída pela Lei Federal nº 14.399/2022. A presente reunião teve como finalidade proceder à análise, avaliação e deliberação acerca das propostas inscritas para a realização do **Espetáculo Cultural de Páscoa**, conforme previsto no referido instrumento convocatório. Encerrado o prazo de inscrições e realizada a conferência da documentação apresentada pelos proponentes, verificou-se a inscrição de **uma única proposta**, protocolada pela empresa **Arte Encenada Produções Artísticas LTDA**. A Comissão procedeu à análise técnica e documental da proposta apresentada, verificando sua conformidade com os critérios estabelecidos no edital, bem como a adequação do plano de trabalho, proposta artística, viabilidade de execução e atendimento às exigências administrativas previstas no Chamamento Público nº 001/2026. Após a devida análise e discussão entre os membros da Comissão, constatou-se que a proposta apresentada pela empresa **Arte Encenada Produções Artísticas LTDA** encontra-se **regular e em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital**, atendendo aos critérios técnicos, artísticos e documentais exigidos. Diante do exposto, a **Comissão deliberou, por unanimidade**, pela **aprovação e classificação da proposta apresentada**, declarando **HABILITADA e SELECIONADA** a empresa **Arte Encenada Produções Artísticas LTDA** para a realização do **Espetáculo Cultural de Páscoa**, no âmbito do Chamamento Público nº 001/2026 – PNAB. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente **Ata de Reunião**, que após lida e considerada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão de Avaliação e Seleção. Cruzeiro do Iguaçu, onze de março de 2026.

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:39A7BF90

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7777-2026

PORTARIA Nº 7777/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Diárias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria de Saúde, conforme segue:

Servidor: **ANDRÉ FELIPE PEREIRA DOS SANTOS**
Função: **Enfermeiro**
Cidade: **Planalto - PR**
Datas: **03/03/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 203,89 correspondente a 50% = R$ 101,95**
Justificativa: **Acompanhar pacientes para consultas, exames e cirurgias.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:CEB8A39D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7778-2026

PORTARIA Nº 7778/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Diárias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria de Saúde, conforme segue:

Servidora: **LORENI DE FÁTIMA DE ALMEIDA**
Função: **Diretora de Enfermagem**
Cidade: **Planalto - PR**
Datas: **03/03/2026**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 203,89 correspondente a 50% = R$ 101,95**
Justificativa: **Acompanhar pacientes para consultas, exames e cirurgias.**

Meio de Transporte: **Terrestre**
Veículo Oficial: **Sim**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Não**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:E038F07C

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7779-2026

PORTARIA Nº 7779/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Diárias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme segue:

Servidora: **MARGARETE INÊS CAPPELLESSO VIGANÓ**
Função: **Coordenadora de Educação**
Cidade: **Brasília - DF**
Datas: **22 a 24/03/2026**
Quantidade de Diárias:**02 diária x R$ 710,93 correspondente a 100% = R$ 1.421,86**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 710,93 correspondente a 30% = R$ 213,27**
Justificativa: **Cerimonia da 2ª edição do Selo Nacional do Compromisso com a Alfabetização.**
Meio de Transporte: **Aéreo**
Veículo Oficial: **Não**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Sim**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:8384D167

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7780-2026

PORTARIA Nº 7780/2026

Concede DIÁRIA.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que dispõe a Lei n° **1354/2020** de **15** de **maio** de **2020** e Decreto nº **5928/2025** de **17/03/2025**.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Diárias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme segue:

Servidora: **GRASIELE FILIPIAK**
Função: **Coordenadora Geral da Educação**
Cidade: **Brasília - DF**
Datas: **22 a 24/03/2026**
Quantidade de Diárias:**02 diária x R$ 710,93 correspondente a 100% = R$ 1.421,86**
Quantidade de Diárias:**01 diária x R$ 710,93 correspondente a 30% = R$ 213,27**
Justificativa: **Cerimonia da 2ª edição do Selo Nacional do Compromisso com a Alfabetização.**
Meio de Transporte: **Aéreo**
Veículo Oficial: **Não**
Passagens e Despesas com Locomoção: **Sim**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:AE393C4D

SECRETARIA DE FINANCAS
ATA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA – RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h00min (nove horas), nas dependências da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – PR, em sessão pública conduzida pela Agente de Contratação, Sra. Tatiane Aparecida do Prado Gulhak, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de proceder ao recebimento e abertura dos envelopes apresentados no âmbito do **Edital de Concorrência nº 90001/2026**.
Iniciados os trabalhos, procedeu-se ao credenciamento dos representantes das empresas participantes do certame, sendo registradas as seguintes licitantes: **JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.876.608/0001-63;**SM RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 08.715.392/0001-87.Após a etapa de credenciamento, a Agente de Contratação deu início à abertura do **Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação**, contendo os documentos apresentados pelos licitantes em atendimento às exigências estabelecidas no edital. O objeto da presente licitação consiste na **pavimentação de estradas rurais em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ)**, a ser executada nas **Estradas Paineira/Aeroporto**, no Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.Na sequência, os envelopes de habilitação foram rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes das empresas presentes,

procedendo-se à análise da documentação apresentada análise técnica foi realizada pelo Engenheiro Civil do Município, Sr. Alexandre Tiezzi Zuntini, em conjunto com os membros da Comissão Permanente de Licitação, verificando-se o atendimento às exigências previstas nos itens **6.1 a 6.9 do edital**, abrangendo a documentação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, bem como os demais documentos exigidos. Após análise detalhada da documentação apresentada pelas licitantes, constatou-se que ambas atenderam integralmente às exigências estabelecidas no edital, motivo pelo qual **foram declaradas habilitadas** para prosseguimento no certame. Na sequência, a Agente de Contratação consultou os representantes das empresas quanto à intenção de interpor recurso na presente fase. Ambas as licitantes manifestaram **expressa renúncia ao prazo recursal**, permitindo o imediato prosseguimento do procedimento licitatório para a fase de **abertura dos envelopes de proposta de preços**. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão às **09h40min (nove horas e quarenta minutos)** do mesmo dia. Eu, **Diosser Fernandes Zenewich**, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão e demais presentes.

TATIANE APARECIDA DO PRADO GULHAK
(agente de Contratação)

DIOSSER FERNANDES ZENEWICH
Secretário

ALEXANDRE TIEZZI ZUNTINI
Engenheiro Civil

SIRLEI DA ROCHA
Comissão de Apoio

JIRAU ALTO INCORPORADORA E COSNTRUTORA LTDA

SM RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:5BAC9023

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90020-2026 – UASG **985473**

EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR. torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com as condições particulares do Edital, Decretos Municipais nº5581/2024,5584/2024, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria para Registro de Preços para a aquisição de aparelhos condicionadores de ar (tipo Split), visando atender às necessidades de climatização de diversos setores das Secretarias Municipais.

DATA E HORA DE ABERTURA: 31 de março de 2026 a`s 08h00min.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço global por item.
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

Edital na íntegra à disposição dos interessados: O Edital e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através: No Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=CRUZEIRO%20DO%20IGUA%C3%87U&status=todos &pagina=1
No site oficial do Município com endereço eletrônico:**www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão
com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3191-1330.

Cruzeiro do Iguaçu, 16 de março de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:A9F0C88C

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90021-2026 – UASG **985473**

EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR. torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com as condições particulares do Edital, Decretos Municipais nº5581/2024,5584/2024, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria para **Registro de Preços** para eventual aquisição de camisetas personalizadas em malha de Algodão, Poliamida (Dry-fit) e Malha PV, destinadas à identificação de servidores, voluntários e público assistido pelos programas sociais (CRAS, SCFV, Pessoa Idosa e Mulher).

DATA E HORA DE ABERTURA: 31 de março de 2026 a`s 14h00min.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço global por item.
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

Edital na íntegra à disposição dos interessados: O Edital e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através: No Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=CRUZEIRO%20DO%20IGUA%C3%87U&status=todos &pagina=1
No site oficial do Município com endereço eletrônico:**www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão
com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3191-1330.

Cruzeiro do Iguaçu, 16 de março de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:3C0C1E94

SECRETARIA DE FINANCAS
DECISAO

DECISÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
OBJETO: Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para realização de leilões públicos de bens móveis inservíveis do Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR.
I – RELATÓRIO
Trata-se de impugnação ao Edital de Credenciamento nº 001/2026 apresentada pelo leiloeiro Marciano Mauro Pagliarini, que requer o

cancelamento integral do edital sob alegação de vícios de legalidade e inconsistências internas no instrumento convocatório.
Em síntese, o impugnante sustenta:
1. Ausência de critérios objetivos para distribuição das demandas entre os leiloeiros credenciados;
2. Inconsistência na fundamentação jurídica, com utilização simultânea dos institutos de credenciamento e inexigibilidade;
3. Contradições no edital e na minuta contratual quanto à existência ou não de ônus financeiro para a Administração.
É o relatório.
II – DA ADMISSIBILIDADE

Verifica-se que a impugnação foi apresentada tempestivamente e por parte legítima, razão pela qual conheço da impugnação, passando à análise de mérito, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
III – DA ANÁLISE DE MÉRITO
1. Dos critérios de distribuição das demandas entre credenciados
O impugnante sustenta que o edital não define de forma clara o critério de distribuição das demandas entre os credenciados, havendo contradição entre os itens 10.1 e 10.8 do edital.
Conforme verificado no instrumento convocatório:
- o item 10.1 prevê a realização de sorteio para formação do rol inicial de credenciados;
- o item 10.3 estabelece a utilização de rodízio entre os credenciados;
- o item 10.8 menciona a ordem de protocolo da documentação.
A coexistência dessas expressões pode gerar ambiguidade interpretativa. Nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o credenciamento deve observar critérios objetivos, transparentes e impessoais.
Assim, assiste razão parcial ao impugnante, tratando-se de falha sanável mediante retificação do edital.
2. Da alegada incompatibilidade entre credenciamento e inexigibilidade
O credenciamento constitui procedimento auxiliar da contratação pública, nos termos do art. 78 da Lei nº 14.133/2021. Já a contratação decorrente ocorre por inexigibilidade de licitação, conforme art. 74 da mesma lei, em razão da inviabilidade de competição.
Dessa forma, o credenciamento é o procedimento administrativo utilizado, enquanto a inexigibilidade é o fundamento jurídico da contratação decorrente.
Contudo, recomenda-se ajuste redacional no edital para maior clareza.
3. Das alegadas contradições relativas a custos e pagamento
O Termo de Referência e o item 5.1 do edital estabelecem que não haverá ônus para a Administração, sendo a comissão do leiloeiro paga exclusivamente pelo arrematante.
Entretanto, a minuta contratual contém cláusulas genéricas relativas a pagamento e reajuste, típicas de contratos administrativos convencionais, o que indica necessidade de adequação da minuta.
IV – DA CONCLUSÃO
Não há vício capaz de invalidar integralmente o edital. Existem inconsistências formais sanáveis mediante retificação, especialmente quanto:
- ao critério inicial de distribuição entre credenciados;
- à clareza da fundamentação jurídica do credenciamento;
- à adequação da minuta contratual ao modelo sem ônus para a Administração.
V – DECISÃO
Diante do exposto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, DECIDO:
1. CONHECER da impugnação apresentada por Marciano Mauro Pagliarini;
2. DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para reconhecer a necessidade de ajustes formais no edital;
3. DETERMINAR a retificação do Edital de Credenciamento nº 001/2026 para:
- definir claramente o critério inicial de formação da ordem de convocação dos credenciados;
- explicitar que o credenciamento constitui procedimento auxiliar que resultará em contratação por inexigibilidade;
- adequar a minuta contratual, suprimindo cláusulas de pagamento incompatíveis com a ausência de ônus para o Município;
4. Após as correções, proceda-se à republicação do edital com a reabertura dos prazos necessários.
Publique-se.
Cumpra-se.

Cruzeiro do Iguaçu/PR, 26 de março de 2026.

Agente de Contratação
Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:AB790D34

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO

EXTRATO DE DISPENSA Nº 012/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR DISPENSA 012/2026
	RADAR INTELIGENCIA LTDA – CNPJ: 00.481.961.0001-65
OBJETO:	Contratação de empresa instituto ou entidade especializada na prestação de serviços para elaboração de quatro pesquisas de opinião pública, cada uma com aproximadamente 300 entrevistas pessoais e residenciais, compreendendo planejamento e realização de projetos de pesquisa quantitativa, da coleta e análise de dados à elaboração de relatório e apresentação de resultados, visando avaliar o desempenho administrativo e identificar o grau de satisfação e insatisfação da população em relação aos serviços prestados pela Administração Municipal. As áreas a serem avaliadas incluem: Administração, Assistência Social, Agricultura, Cultura, Educação, Esporte, Saúde, Obras e Serviços Urbanos, Serviços Rodoviários, Indústria, Comércio e Turismo.
VALOR TOTAL:	R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)
DOTAÇÃO:	3.3.9.0.39.00.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:AA7469C6

SECRETARIA DE FINANCAS
RETIFICACAO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CREDENCIAMENTO N 001/2026

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu torna público, para conhecimento dos interessados, do **CREDENCIAMENTO N 001/2026**, que resolve RETIFICAR o edital de CREDENCIAMENTO N 001/2026, de 30 de janeiro de 2026.

Para sanar os vícios apontados na impugnação e garantir a segurança jurídica do certame, apresento abaixo a proposta de Retificação do Edital de Credenciamento nº 001/2026 e a devida Justificativa Jurídica para a adoção do sorteio como critério de desempate e ordenação.
1. Proposta de Retificação das Cláusulas
ONDE SE LÊ (Item 10 - Da Seleção e Rodízio):
10.1. O sorteio ou sistema de rodízio será realizado para elaborar o rol de credenciados.
10.8. O credenciamento será realizado de acordo com a ordem de chegada da documentação.
PASSA A VIGORAR (Redação Retificada):
"10. DA SELEÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDAS
10.1. Todos os interessados que preencherem os requisitos de habilitação deste Edital serão considerados CREDENCIADOS.
10.2. A ordem de convocação para a execução dos serviços será definida exclusivamente por SORTEIO PÚBLICO, a ser realizado em sessão gravada, em data e hora a serem publicadas no Diário Oficial do Município após a fase de habilitação.
10.3. O sorteio definirá a Lista de Antiguidade/Rodízio. O primeiro sorteado receberá a primeira demanda, o segundo a próxima, e assim sucessivamente.
10.4. Uma vez finalizada a lista de todos os credenciados, o rodízio reiniciará obrigatoriamente pelo primeiro da lista.
10.5. Fica suprimido o critério de ordem de chegada (antigo item 10.8), prevalecendo a impessoalidade do sorteio para a definição da ordem inicial de prestação de serviços."
ONDE SE LÊ (Anexo IV - Minuta do Contrato e Cláusulas de Pagamento):
(Cláusulas genéricas sobre dotação orçamentária e prazos de pagamento pela Prefeitura)
PASSA A VIGORAR (Redação Retificada):

"CLÁUSULA DA REMUNERAÇÃO:
O Município de Cruzeiro do Iguaçu não efetuará qualquer pagamento direto ao Leiloeiro Credenciado. A remuneração do contratado dar-se-á exclusivamente mediante o recebimento da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser paga diretamente pelo arrematante, conforme previsto no Decreto Federal nº 21.981/32. Ficam excluídas desta minuta quaisquer cláusulas referentes a dotação orçamentária, empenho ou cronograma de desembolso por parte do erário municipal."
2. Justificativa para a Adoção do Sorteio
A opção pelo Sorteio Público como critério de ordenação do rodízio fundamenta-se nos seguintes princípios e normas da Lei nº 14.133/2021:
* Princípio da Impessoalidade e Igualdade (Art. 5º): O sorteio elimina qualquer subjetividade ou margem de escolha discricionária pela Administração Pública. Diferente da "ordem de chegada", que pode beneficiar quem possui informações privilegiadas sobre o momento exato da abertura do protocolo, o sorteio coloca todos os habilitados em pé de igualdade, independentemente da velocidade de protocolo.
* Objetividade do Credenciamento (Art. 79, Parágrafo Único): A Nova Lei de Licitações exige que a distribuição de demanda no credenciamento seja feita de forma a não privilegiar um prestador em detrimento de outros. O sorteio é a ferramenta mais transparente para definir a "fila de trabalho" inicial quando o objeto (leilão) não permite a contratação simultânea de todos.
* Segurança Jurídica: Ao estabelecer uma sessão pública para o sorteio, o Município afasta alegações de favorecimento, garantindo que a rotatividade (rodízio) seja auditável por qualquer órgão de controle ou pelos próprios licitantes.
3. Síntese das Alterações Realizadas
* Eliminação da Contradição: Foi removido o critério de "ordem de chegada", mantendo-se apenas o sorteio como definidor da ordem de serviço.
* Ajuste da Fundamentação: Reforçou-se que o credenciamento é o procedimento auxiliar e a inexigibilidade é a via de contratação, nos termos do Art. 74, IV da Lei 14.133/2021.
* Saneamento da Minuta: Retiraram-se as menções a custos para a prefeitura, alinhando o contrato ao Termo de Referência (custo zero para o município).
Esta retificação atende integralmente aos pontos da impugnação, preserva o interesse público e garante a continuidade do certame dentro dos parâmetros da legalidade.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do Edital e Anexos, a qual consta a **NOVA DATA** de **Credenciamento: às 09:00 horas do dia 06/04/2026.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital com as devidas alterações poderá ser obtido através do webpage: http://www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/ e demais informações através do telefone (0xx46) 3191- 1330; e Email: licitacaocruzeiro@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br. Torno público.
Cruzeiro do Iguaçu – Pr, 16 de março de 2026.

DIOSSER FERNANDES ZENEWICH
Agente de Contratação

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:DE4F9BEE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOMEIA GIOVANA

PORTARIA N° 4175/2026

Designa servidor para monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora **GIOVANA CRISTINA CICHOSKI TONELLO**, Enfermeira, inscrita no Conselho Regional de Enfermagem (COREN-PR) sob o número 752964, para monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde referente ao quadriênio 2026-2029.

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 16 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:997B8463

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOMEIA GIOVANA I

PORTARIA N° 4176/2026

Dispõe sobre a designação de profissional responsável pela coordenação/gerência da Atenção Primária à Saúde do Município de Enéas Marques e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora GIOVANA CRISTINA CICHOSKI TONELLO, Enfermeira, inscrita no Conselho Regional de Enfermagem (COREN-PR) sob o número 752964, para assumir a Coordenação da Atenção Primária à Saúde (APS) do Município de Enéas Marques.

Art. 2º Compete ao profissional designado coordenar a rede de atenção básica, planejar, organizar e supervisionar os serviços de atenção básica, monitorar metas e indicadores de saúde, articular ações intersetoriais e garantir a qualidade do atendimento no SUS municipal.

Art. 3° Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 16 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:5E378732

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOMEIA GIOVANA II

PORTARIA N° 4177/2026

Designa servidor para a elaboração, avaliação e atualização da delimitação dos territórios de atuação das equipes da atenção primária.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora GIOVANA CRISTINA CICHOSKI TONELLO, Enfermeira, inscrita no Conselho Regional de Enfermagem (COREN-PR) sob o número 752964, responsável para a elaboração, avaliação e atualização da delimitação dos territórios de atuação das equipes da atenção primária.

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 16 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:56EDFB42

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Contrato Nº 49/2026
Inexigibilidade Nº 23/2025

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **ARMINDO FRANCIO**.
Objeto: **Chamada Pública para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/ PNAE das Unidades de Ensino do município de Enéas Marques - Pr, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **16/03/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 16 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:76C486FE

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE OBJETO E VALOR DO CONTRATO Nº211/2024

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato Do Terceiro Termo Aditivo De Objeto E Valor Do Contrato Nº211/2024
Concorrência Nº 09/2024

Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **PAVIMAR - CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-EPP**.
Objeto: **Pavimentação asfáltica de Estrada Rural em CBUQ com área de 11.800,00 m2, incluindo serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial descritivo dos Serviços, Cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, edital e seus anexos, com critério de julgamento (menor preço GLOBAL).**
Fica acrescido o montante de R$ 77.796,60 (setenta e sete mil setecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).
O valor total do contrato passa a ser de R$ 1.524.016,40 (um milhão quinhentos e vinte e quatro mil e dezesseis reais e quarenta centavos).
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Data Assinatura: **16/03/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**
Enéas Marques, 16 de março de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:CCA924E8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CONVÊNIO Nº01/2026

CONVÊNIO Nº01/2026

CONVÊNIO Nº01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FÊNIX/PR E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Fênix**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º76.950.021/0001-30, com sede à Rua Jangada, 25 – Centro, nesta cidade de Fênix - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Exmo. Sr. Eurípedes Molina Tasca Júnior**, portador da cédula de identidade RG n.º6.510.470-9 SSP-PR e do CPF n.º029.715.219-07, residente e domiciliado na Avenida São Vicente de Paula nº 27, em Fênix (PR) – CEP 86.950-000, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).
CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:
I – PREFEITURA MUNICIPAL:
a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 120.000,00 em quatro parcelas de R$ 30.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;
j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.
II - AO CONSÓRCIO:
a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 06.001.10.303.0014.2072, elemento de despesa - 3.3.71.70.00.00, Fonte: 1039
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.
CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.
CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.
Fênix, 25 de fevereiro de 2026

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal
Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – **Alexandre de Pádua dos Santos**
CPF: 044.015.639-48
Contador

2 – Cassio Bressan Toniello
CPF: 099.583.769-46
Fiscal de Tributos

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:BD53F37B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026

O MUNICÍPIO DE FÊNIX – ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do Departamento de Licitações, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, e as exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMAS EMPILHÁVEIS.

VALOR: R$ 37.416,25 (trinta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 16/03/2026
Até 19/03/2026 às 07:59

PERÍODO DE LANCES
De 19/03/2026 às 08:00
Até 19/03/2026 às 14:00

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

O Edital da Dispensa com detalhes da estará à disposição dos interessados, diretamente na PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) e no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do e-mail:licitacao@fenix.pr.gov.br ou pelo fone (44) 92000-6590.

Fênix, 16 de março de 2026.

NILSON CRISTIANO MEIRA ALEIXO
Agente de Contratação

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:6F5E0448

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ALTERA A COORDENAÇÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CMI/PBF

DECRETO N.º 19/2026

Súmula: ALTERA A COORDENAÇÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CMI/PBF

O Prefeito Municipal de Fênix Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Nota Técnica Conjunta n°01/2015 da SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SEDS/SEED/SESA do Governo do Estado do Paraná, que trata de orientações para criar e fortalecer a Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família.

Considerando que a execução do Programa Bolsa Família exige a realização de um trabalho intersetorial, cuja pratica propõe-se a considerar as diferenças e aproximar os objetivos comuns.
Considerando a nota técnica conjunta n° 01/2015- SEDS/SEED/SESA que trata de orientações para criar e fortalecer a Coordenação Municipal e Intersetorial e aproximar os objetivos em comuns.
DECRETA: Art. 1º – Substitui a Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família – Unidade Executora (Gestora) de atuação municipal, sendo responsável por:
Acompanhar e Monitorar o cumprimento e registro (a evolução do acompanhamento) das condicionalidades do programa na Saúde, Educação e Assistência Social; (assim como o registro nos sistemas específicos;)
Planejar e articular estratégias, com a rede de proteção social, da saúde e de educação para superação das situações de vulnerabilidade, das famílias em descumprimento das condicionalidades, conforme os resultados e (dos) motivos de descumprimento;
Subsidiar e prestar informações aos Conselhos Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde nos conteúdos e dimensões do PBF;
Construir e executar o Plano Intersetorial do PBF;
Submeter, anualmente, o Plano Intersetorial do PBF e seu Relatório de Execução para apreciação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação;
Informar, periodicamente, aos Conselhos Municipais a execução do Plano Intersetorial do PBF, apresentando os resultados e as dificuldades.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor a Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família:

Centro de Referência de Assistência Social- CRAS
Rosilene Aparecida de Oliveira - Operadora do Programa Bolsa Família
Elaine Cristina Damata - Coordenadora do CRAS
Carla Sturion Rodrigues – Assistente Social
Beatriz Rabelo Tomeix – Psicóloga

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Dayane Fernanda de Sá Molina – Secretária de Assistência Social
Josy Neres Figueredo Goulart – Diretora de Assistência Social
Scheila Trindade de Almeida – Assistente Social

Secretaria Municipal de Saúde
Elizeu Marcos Barreto Ribeiro – Auxiliar Administrativo
Silvia Mara Peternelli – Enfermeira
Leda Cristina Bertoncini Dias – Coordenadora da Administrativa de Saúde

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Valdineia de Souza Aguiar De Oliveira - Diretor do Departamento de Educação
Conselho Tutelar
Adriana Ibner de Miranda – Conselheira Tutelar

Art.3° As funções exercidas pelos membros da Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família não serão remuneradas, sendo consideradas como de relevante interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

Fênix, 16 de março de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:DF5B97F7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 23, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Estabelece a composição do Conselho Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento Básico (COMAMESB) do Município de Nossa Senhora das Graças/PR para o biênio 2026–2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 726/2014;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros que irão compor o Conselho Municipal da Agricultura, Meio Ambiente e Saneamento Básico (COMAMESB) do Município de Nossa Senhora das Graças/PR, para o biênio 2026–2028, conforme segue:

SETOR PÚBLICO

Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente:
Titular – Edinei Junior Southier
Suplente – Edson Reami Henrique

Secretaria Municipal de Educação:
Titular – Adevanir Zanela
Suplente – Denize da Silva Marques

Secretaria Municipal da Saúde:
Titular – Marcos Paulo Ladislau
Suplente – Fabiana Rosseto

Administração Municipal:
Titular – Mauro Vialle
Suplente – Alessandra Ribeiro da Silva Scabello

IDR-Paraná:
Titular – Milton Takeo Yabe
Suplente – Valdemir Luciano Miquelini

Secretaria Municipal de Obras:
Titular – Luciano Cavalheiro
Suplente – João Demetrio Bozzeli

Vigilância Sanitária:
Titular – Ana Beatriz Josino de Souza
Suplente – Lorena Coutinho Iani

SOCIEDADE CIVIL

Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular – Vagmar Martioli
Suplente – Antonio Marques

Produtores Rurais:
Titular – Nilson Antonio Gatti
Suplente – Renirço José Rufato

Associação Comercial:
Titular – Orlando Aparecido dos Santos
Suplente – Ana Paula Lavaque Colombo

Vila Rural Wilson Volpato:
Titular – Rosely Ferreira de Moraes
Suplente – Paulo Maratti de Matos

Vila Rural Antonio Jorge de Souza:
Titular – Sebastião Afonso Vieira
Suplente – Saulo Ferreira Flores

Distrito Municipal:
Titular – José Carlos Francisco

Suplente – Ivo Freitas

Titular – Adão Vieira dos Santos
Suplente – José Valter Ferreira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças/PR, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:B7E150F4

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 167/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais) a favor do Sr. Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito Municipal, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias, face a viagem do dia 16/03/2026 a 18/03/2026 para Curitiba – PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 13 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:15B59F39

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 168/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.375,00 (Mil trezentos e setenta e cinco reais) a favor do Sr. Rafael Júnior Maiorar Secretário de Esportes e Lazer, referente ao pagamento de 2 e 1/2 (duas e meia) diárias, face a viagem do dia 17/03/2026 a 19/03/2026 para Curitiba-PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 13 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:45EBD29A

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 175/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Laryssa Claudia Mariano, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem do dia 15/03/2026 à 16/03/2026 para Jacarezinho-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde para levar paciente.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:489A533D

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 176/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Vanessa da Silva Maziero, motorista, referente ao pagamento de 1 (uma) diária, face a viagem do dia 15/03/2026 à 16/03/2026 para Curitiba-PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde para levar paciente.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:5F8F777A

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 177/2026

Altera a composição da Comissão designada pela Portaria nº 152/2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão responsável pela condução do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 152/2026, passando a vigorar com a seguinte composição:

I – Renata Lucena Alves, Analista de Recursos Humanos, que presidirá os trabalhos;
II – Francilene Benedita Luz Boselli, Assistente Administrativo;
III – Helen Verling Barbosa Scabello, Professora de Educação Física.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria nº 152/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:78A95256

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 178/2026

Instaura sindicância, nomeia comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no art. 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada Sindicância Administrativa, com fundamento nos arts. 199 e seguintes da Lei Municipal nº 323/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), para apuração de possíveis faltas injustificadas do (a) servidor (a) J.M.G, no local de trabalho.

Art. 2º Para condução dos trabalhos da sindicância, fica constituída Comissão composta pelos seguintes servidores, integrantes do quadro desta municipalidade:

I – Marcos Paulo Ladislau, Agente Comunitário de Saúde, que atuará como Presidente da Comissão;

II – Josiane Sergio da Rocha, Professora de Educação Física;

III – Debora Caroliny Porfirio, Assistente Administrativa.

Art. 3º O Presidente da Comissão designará um dos membros para exercer a função de secretário, sem prejuízo do direito a voto nas deliberações.

Art. 4º A Comissão deverá iniciar os trabalhos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, devendo apresentar relatório conclusivo ao final dos trabalhos, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º A Comissão poderá dedicar-se aos trabalhos da sindicância durante o horário de expediente, sempre que necessário ao regular andamento dos trabalhos.

Art. 6º No curso da sindicância, a Comissão deverá ouvir todas as pessoas que possam contribuir para o esclarecimento dos fatos, bem como realizar as diligências que entender pertinentes à completa elucidação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças/PR, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:610B011D

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO 24 2026

DECRETO Nº 24/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 69.016,35 (sessenta e nove mil, dezesseis reais e trinta e cinco centavos) nas seguintes dotações:

04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.001.00.000.0000.0.000	- ADMINISTRAÇÃO GERAL		
04.001.04.129.0003.2.401	- MANTER O SETOR DE ARRECAÇÃO		
3.3.90.93.00.00	- Indenizações e Restituições		
31884	- Convênio Enfeite Natalino - 2025	R$	709,57
33884	- Convênio Enfeite Natalino – 2025 – Ex Ant	R$	35.306,78
09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	- DESPORTO AMADOR		
09.001.27.812.0012.2.903	- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
3.3.90.47.00.00 - 536	- Obrigações Tributárias e Contributivas	R$	
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	5.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.003.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
13.003.08.245.0008.2.135	- MANTER AS ATIVIDADES DO CRAS		
3.3.90.32.00.00 – 638	- Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuíta		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**69.016,35**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Ao cancelamento parcial das seguintes dotações:

09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	- DESPORTO AMADOR		
09.001.27.812.0012.2.903	- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR		
3.1.90.11.00.00 – 527	- Vencimentos e Vantagens Fixas – PC	R$	
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	5.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
13.003.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
13.003.08.245.0008.2.138	- MANTER O SERVIÇO DE CONV. E FORT. DE VINC.		
3.1.90.11.00.00 – 643	- Vencimentos e Vantagens Fixas – PC		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	15.000,00
3.3.90.30.00.00 – 647	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	10.000,00
3.3.90.39.00.00 – 648	- Outros Serviços de Terceiros – PJ		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**69.016,35**

ao Superávit Financeiro no valor de R$ 35.306,78 (trinta e cinco mil, trezentos e seis reais e setenta e oito centavos) apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do Art. 43 § 1º da Lei 4.320/64. Conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
33884	- Convênio Enfeite Natalino – 2025 – Ex Ant	35.306,78

Ao excesso de arrecadação conforme tabela abaixo no valor de R$ 709,57 (setecentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
31884	- Convênio Enfeite Natalino – 2025	709,57

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Evandro Carlos Porto
Código Identificador:E1CB7843

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°20/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa Adm Médica Gestão E Saúde Ltda.
CNPJ n°49.303.261/0001-70.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.

DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:73ECF81F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°21/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa M E Sugihara Vidoto Serviços Médicos Ltda.
CNPJ n°58.420.079/0001-90.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.
DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:689003AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°22/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa Daniel F Kronbauer Cuba Ltda.
CNPJ n°53.270.727/0001-55.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.

DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:5C4398EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°23/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa Day Corp - Clinica Medica E Estetica Ltda.
CNPJ n°35.675.109/0001-03.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.
DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:4B2A895C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°24/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa Medconnect Ltda.
CNPJ nº63.324.632/0001-20.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.

DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:8080170E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°25/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa
RLM Servicos Medicos Ltda.
CNPJ nº61.382.655/0001-66.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.

DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:F1913236

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N°26/2026

ESPÉCIE: Prestação de Serviços.
REF.: Inexigibilidade n°15/2026.
PARTES: O município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná e a empresa
R T Oliani Servicos Medicos Ltda.
CNPJ nº55.784.038/0001-94.

DO OBJETO: É objeto deste instrumento a CREDENCIAMENTO para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na prestação de serviços médicos "PLANTÕES MÉDICOS", visando futura e eventual contratação, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde 24 horas, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.

DO VALOR: R$124.800,00(cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, do dia 16 de março de 2026 á 16 de março de 2027.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:33BACF4D

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 07/2026- DO CONCURSO PUBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS N° 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital n° 025/2024 da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças;
CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – www.diariomunicipal.com.br no dia 18/04/2024;
1. CONVOCA o(a) concursado(a) aprovado e classificado abaixo citado e relacionado no ANEXO I, para se apresentar no prazo de **5 (Cinco)** dias úteis, ou seja, do dia **17 até o dia 23 de Março de 2026**, o(a) Concursado(a) deve se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Situada à Praça Deputado Nilson Batista Ribas, N° 131-Centro-Nossa Senhora das Graças/Pr, no horário de 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, munidos de documentação citada no ANEXO II:
2. O candidato(a) aprovado(a), classificado(a), após a entrega da documentação citada no anexo II, será nomeado(a) através do **Ato de Nomeação** que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – www.diariomunicipal.com.br
3. O candidato(a) nomeado e constado no **ANEXO I**, que não comparecer no prazo e horário fixado nesta **CONVOCAÇÃO** ou que não apresentar a documentação obrigatória necessária neste edital, estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO,** conforme item 10 e sub item 10.2 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/Pr, não cabendo qualquer reclamação com pedido de reclassificação ou revisão à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
4. Neste caso, o Poder Público poderá chamar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, o que será feito através de outra CONVOCAÇÃO, com a publicidade usual.
5. O candidato poderá desistir da vaga, desde que compareça à Prefeitura e assine a desistência.

Nossa Senhora das Graças, 16 de março de 2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO – OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Fernando Lopes Leal	*3°*

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de inexistência de acúmulo de cargos públicos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (art. 37, §10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal:
p) Para assumir o emprego, o candidato deverá apresentar atestado de aptidão física e mental compatível com o exercício do cargo, que terá caráter eliminatório e será firmado por médico Clínico Geral. Na avaliação médica o candidato deverá ser considerado apto para ser contratado. Se o laudo médico acusar inaptidão para o exercício da função, o candidato será desclassificado do Concurso Publico:

OBS: OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO SER APRESENTADOS EM CÓPIAS AUTENTICADAS.

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:E166F799

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 174/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Nomear nos termos da Lei 722/2014, a partir de 17/03/2026 a funcionária:
Nádia Lino dos Anjos – Cargo – Auxiliar de Serviços Gerais – Feminino.

Aprovada e classificada em concurso público, edital 001/2024, publicado no dia 16 de abril de 2024, de divulgação de resultado final.

PUBLICA-SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:B149E915

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 176/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, o funcionário efetivo: **JURANDIR ALVES BARBOSA**, matrícula nº 1236. A pedido do Servidor, a partir do dia: 16/03/2026.

PUBLICA-SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 16 dias do mês de março do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:7ACA9BD9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 5º TERMO CONTRATO 34/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 34/2024**, parte integrante do(a) Concorrência nº 3/2024
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**SM RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA – CNPJ nº.** 08.715.392/0001-87
Objeto:	**O presente Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência/execução do contrato originário nº 34/2024, passando o mesmo a ter sua vigência até 15/05/2026.**
Prazo de vigência	**15/05/2026**
Data assinatura	13/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:9AC3AC0C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3144 REVOGA LIC IVAN LUCAS ESPADILHA

Portaria n. 3144/2026

Gilmar Paixão, Prefeito em Exercício de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº 3071/2026, que concedeu licença para tratar de Assuntos de Interesses Particulares do Servidor Sr. **IVAN LUCAS ESPADILHA**, portador do CPF. º 102.964.949-92, a partir de 17 de março de 2026.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 17 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:53BC2803

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A REGULAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4920/2026

Dispõe sobre a regular prestação de serviços extraordinários e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge d'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial com base no disposto nos incisos VII, alínea "a", do Artigo 68 da Lei Orgânica do Município c/c o Art. 230 da Lei Complementar Municipal nº 004/2025 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Jorge d'Oeste – PR), e demais disposições atinentes à matéria:
CONSIDERANDO que a Administração Pública se rege pelos princípios insculpidos no art. 37, caput, da Constituição da República, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais vinculam integralmente a atuação administrativa, inclusive no exercício do poder regulamentar;
CONSIDERANDO que o laboro extraordinário é destinado somente ao atendimento de necessidades emergenciais, urgentes ou de calamidade pública, bem como deve preceder de devida autorização do chefe imediato, devidamente justificada, não podendo ultrapassar o limite máximo de 40 (quarenta) horas extras mensais;
CONSIDERANDO que o serviço extraordinário (horas extras) possui natureza constitucionalmente excepcional e temporária (Art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal), destinando-se exclusivamente a atender situações de emergência ou de acúmulo transitório e imprevisível de serviços, sendo vedada a sua utilização como mecanismo de complementação salarial habitual, conforme pacífica jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR e dos Tribunais Superiores;
CONSIDERANDO que o pagamento irregular de verbas remuneratórias configura, em tese, ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, previsto no Art. 10 da Lei Federal nº 8.429/1992, sujeitando os responsáveis ao ressarcimento integral do dano e demais sanções legais;
CONSIDERANDO as possíveis irregularidades relativas ao pagamento de horas extras, apontadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná no Procedimento Administrativo n° 0178.23.000189-7.
CONSIDERANDO o teor da Recomendação Administrativa n° 01/2026, expedida pelo Ministério Público do Paraná, Comarca de São João - PR, de 12 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO ainda o teor da Recomendação Jurídica n° 007.02/2026, expedida em data de 23 de fevereiro de 2.025 pela Procuradoria Jurídica deste Município de São Jorge d'Oeste – PR;
DECRETA:
Art. 1°. A partir do dia 01 de abril de 2.026, ficam os Senhores SECRETÁRIOS(AS), com responsabilidade integral quanto a liberação e/ou deferimento de prestação de serviços extraordinários (horas extras) aos Servidores lotados em suas respectivas Secretarias, respondendo pessoalmente por eventuais irregularidades.
§ 1°. Ficam também alertados de que as únicas exceções que permitem o laboro extraordinário (horas extras), é o atendimento das necessidades emergenciais, urgentes e de calamidade pública, devendo, nestes casos, haver previamente, comprovação de tais fatos, relatadas, justificadas e autorizadas pelo respectivo Secretário(a).
§ 2º. A autorização para realização de serviço extraordinário, devidamente justificada e onde deve haver a menção das necessidades emergenciais, urgentes e de calamidade pública que ocasionaram sua realização, devem ser enviadas à Divisão de Recursos Humanos – RH, para decidir sobre a regularidade/legalidade das horas extras, podendo ainda, em caso de dúvidas, solicitar posição da Procuradoria Jurídica do Município.
§ 3°. Em quaisquer hipóteses, as horas extras não poderão superar a quantidade de 40 (quarenta) horas extras mensais por servidor, conforme dispõe o Artigo 99 da Lei Complementar Municipal n° 004/2025 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município).
§ 4°. Fica ainda determinado que cada Secretário (a), encaminhe a Divisão de Recursos Humanos – RH, até o dia 10 de cada mês, o relatório minucioso das horas extras realizadas por cada servidor lotado em sua secretaria, a respectiva autorização de que trata o §2º deste artigo, bem como a comprovação de que o laboro extra se deu para atender necessidades emergenciais, urgentes e de calamidade pública.
Art. 2°. Caso haja a liberação de qualquer prestação de serviços extraordinários (horas extras), fora dos casos de necessidades emergenciais, urgentes e de calamidade pública, e sem as providências acima mencionadas, a Divisão de Recursos Humanos – RH, está autorizada a não incluir no pagamento qualquer valor a título de horas extras, sem prejuízo da apuração de eventual falta funcional dos responsáveis.

Art. 3°. Fica determinado aos senhores Secretários, que até a entrada em vigor deste Decreto, realizem minuciosa verificação se servidores de sua pasta recebem adicional por serviço extraordinário (horas extras) como mecanismo de complementação salarial habitual, e, em caso positivo, devem determinar a IMEDIATA cessação do referido serviço extraordinário, bem como realizar a devida comunicação aos respectivos servidores, à Divisão de Recursos Humanos e ao Gabinete.
Parágrafo Único. Havendo a hipótese mencionada no *caput*, fica a Divisão de Recursos Humanos – RH autorizada a não realizar o pagamento de qualquer valor a título de horas extras.
Art. 4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de abril de 2026.
Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:24F0C51D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
REVOGA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90011/2026 – PROCESSO 52/2026.

DECRETO Nº 4.921/2026

Revoga o Procedimento Licitatório – Pregão Eletrônico n° 90011/2026 – Processo 52/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de adequações ao objeto do Pregão Eletrônico n° 90011/2026 – Processo 52/2026.
CONSIDERANDO o contido no Art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.
CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, que confere à Administração Pública a capacidade de rever, anular ou revogar os seus próprios atos em razão de vícios, ilegalidades e também de interesse público.
DECRETA:
Art. 1º Fica revogado o procedimento licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico n° 90011/2026 – Processo 52/2026, pelas razões acima descritas.
Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:EE664FCF

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
ERRATA DA RESOLUÇÃO 04/2026. DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E PLANO DE AÇÃO DO RECURSO INCENTIVO PROJETO VIAJA MAIS 60 – FASE III DELIBERAÇÃO 004/2026.

ERRATA DA RESOLUÇÃO 04/2026.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Recurso Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase III Deliberação 004/2026.

AONDE LÊ-SE:
A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI de São Jorge d'Oeste, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, considerando a pauta apresentada e discutida em Reunião Extraordinária realizada no dia 19 de novembro de 2025.

LEIA-SE:
A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI de São Jorge d'Oeste, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, considerando a pauta apresentada e discutida em Reunião ordinária realizada no dia 10 de Março de 2026 com ATA Nº 56/2026.

Os demais artigos permanecem inalterados.

São Jorge d'Oeste, 16 de Março de 2026.

LOURDES DALMASSO
Presidente do CMDI
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:88743041

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CRAS
ERRATA DA RESOLUÇÃO 05/2026. DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO TERMO DE ADESÃO E PLANO DE AÇÃO DO RECURSO PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ "PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO POR MEIO DE PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E DE EST. COGNITIVAS" FASE II DELIBERAÇÃO 005/2026

ERRATA DA RESOLUÇÃO 05/2026.

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação do Recurso Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de est. Cognitivas" FASE II Deliberação 005/2026.

AONDE LÊ-SE:
A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI de São Jorge d'Oeste, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, considerando a pauta apresentada e discutida em Reunião Extraordinária realizada no dia 19 de novembro de 2025.

LEIA-SE:
A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI de São Jorge d'Oeste, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, considerando a pauta apresentada e discutida em Reunião ordinária realizada no dia 10 de Março de 2026 com ATA Nº 56/2026.

Os demais artigos permanecem inalterados.

São Jorge d'Oeste, 16 de Março de 2026.

LOURDES DALMASSO
Presidente do CMDI
Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Eliane Teresinha Gattini Ferreira
Código Identificador:E6571AEE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº6/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 6/2026-PMSI.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE UM MOTOR GASOLINA ESTACIONÁRIO.**
VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 23.343,33 (vinte e três mil trezentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos).
DATA DA SESSÃO: 25/03/2026.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 9h às 10h.
LOCAL: www.bll.org.br "**Acesso Identificado** no link – licitações". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu - **Setor de Licitações**, localizada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Centro - CEP: 85.568-000, TEL: 0800 090 6545 – ramal 212, e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br
Saudade do Iguaçu, 16 de março de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:BD54CF65

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 085 2026

PORTARIA Nº 085/2026, de 16 de março de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no memorando nº 113/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARCILEINE SHIRAIVA NAMIE, portadora do RG nº 13.***.***-5/SESP-PR e CPF nº ***.***.80*-77, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Programas de Promoção da Saúde,** percebendo CC-3.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 16 de março de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:3393365E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº33/2026, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº33/2026, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

Regulamenta a apresentação, validação e homologação de atestados médicos e a concessão de licença para tratamento de saúde e por motivo de

doença em pessoa da família no âmbito do Município de Saudade do Iguaçu/PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, **ROGÉRIO GALLINA**, no uso das atribuições legais, especialmente o art. 253 da Lei nº 376/2006,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 110 a 116, 122, 242 e 244 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que disciplinam a licença para tratamento de saúde, a licença por motivo de doença em pessoa da família, a comprovação de dependência e a inspeção/ratificação médica oficial;
CONSIDERANDO que compete à Administração Pública exercer o poder de autotutela e controle dos atos administrativos, nos termos da legislação vigente;
CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os procedimentos administrativos relativos à apresentação, tramitação, análise e homologação de atestados médicos e documentos correlatos, de modo compatível com a estrutura administrativa reduzida do Município;
CONSIDERANDO o dever da Administração de zelar pelo erário e prevenir eventuais irregularidades, abusos ou fraudes na concessão de licenças médicas;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar equilíbrio entre o direito do servidor e o regular funcionamento dos serviços públicos municipais;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica disciplina a apresentação, conferência, validação e homologação de atestados médicos e documentos correlatos, para fins de justificativa de ausência e concessão de licença previstas nos arts. 110 a 116 e 122 da Lei nº 376/2006.
Art. 2º Somente serão aceitos documentos que contenham, no mínimo:
I – identificação do profissional emitente, com nome, CRM/CRO, assinatura e carimbo, ou assinatura eletrônica válida;
II – identificação do servidor ou do familiar/dependente;
III – data de emissão e período de afastamento indicado;
IV – indicação expressa de inaptidão temporária para o trabalho ou, quando se tratar de terceiro, justificativa objetiva da necessidade de assistência/acompanhamento;
V – local de atendimento.
§1º Em observância ao art. 114 do Estatuto, não será exigida indicação de diagnóstico, salvo hipóteses legais.
§2º Documentos ilegíveis, rasurados, genéricos ou incompletos poderão ser indeferidos.
Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se licença para tratamento de saúde o afastamento temporário do próprio servidor, motivado por incapacidade laborativa decorrente de condição de saúde, comprovada por atestado ou laudo médico, na forma dos arts. 110 a 116 do Estatuto.
§1º Não se enquadram como licença para tratamento de saúde do servidor:
I – declaração de comparecimento a consulta, exame ou procedimento, sem indicação de incapacidade laborativa;
II – documento relativo à saúde de terceiro, ainda que familiar ou dependente;
III – declaração de acompanhamento de familiar ou dependente, salvo quando processada na forma do art. 122 do Estatuto e deste Decreto;
IV – documentos que apenas indiquem presença em atendimento, sem afastamento médico expresso.
§2º A apresentação de documento médico referente a familiar ou dependente não gera, por si só, licença para tratamento de saúde do servidor, por se tratar de hipótese distinta daquela prevista nos arts. 110 a 116 do Estatuto.
Art. 4ºA licença para tratamento de saúde do próprio servidor, até 15 (quinze) dias, será concedida mediante apresentação de atestado médico, nos termos do art. 110 do Estatuto.
Art. 5º Quando o afastamento do servidor for superior a 15 (quinze) dias, o servidor será encaminhado ao Instituto Nacional da Seguridade social – INSS.

CAPÍTULO II
DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 6º A licença por motivo de doença em pessoa da família observará exclusivamente o art. 122 do Estatuto, possuindo natureza excepcional e condicionada à comprovação e ao procedimento previstos neste Decreto.
Art. 7º Para os fins deste Decreto, a licença por motivo de doença em pessoa da família constitui afastamento excepcional do servidor, somente cabível quando a enfermidade do familiar ou dependente exigir assistência pessoal, direta e indispensável do servidor, e desde que essa assistência não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo nem mediante compensação de horário.
§1º A licença de que trata o caput não se confunde com mero acompanhamento a consulta, exame, procedimento ambulatorial, retirada de resultado, transporte para atendimento ou presença ocasional, salvo quando houver comprovação médica expressa de que tais circunstâncias geram dependência funcional temporária e exigem assistência direta do servidor.
§2º A licença será concedida apenas pelo período estritamente necessário, vedado o deferimento automático com base em declarações genéricas ou documentos que não demonstrem objetivamente a indispensabilidade da assistência direta.
Art. 8º Somente poderão fundamentar pedido de licença por motivo de doença em pessoa da família:
I – cônjuge ou companheiro(a);
II – pais;
III – filhos;
IV – padrasto, madrasta ou enteado;
V – dependente que viva às expensas do servidor e conste previamente do assentamento funcional.
§1º O rol é taxativo.
§2º A inclusão posterior de dependente não convalida ausência pretérita.
Art. 9ºÉ vedado considerar declaração de acompanhamento ou comparecimento de terceiro como justificativa automática de falta, abono, dispensa de expediente ou afastamento remunerado.
Parágrafo único. Tais documentos poderão apenas subsidiar pedido de compensação de horário, com reposição integral, observadas as regras deste Decreto.
Art. 10O pedido de licença do art. 122 deverá conter cumulativamente:
I – relatório médico circunstanciado do familiar/dependente;
II – declaração expressa e fundamentada de indispensabilidade da assistência direta do servidor;
III – comprovação do vínculo familiar ou dependência;
IV – declaração formal do servidor quanto à inexistência de outro familiar apto, impossibilidade de revezamento e inviabilidade de compensação.
§1º Documentos genéricos ou que apenas informem “acompanhou”, “compareceu”, “esteve presente” ou expressão equivalente serão considerados inidôneos.
§2º Em regra, consulta, exame ou atendimento eletivo pontual de familiar/dependente não caracteriza, por si só, indispensabilidade de assistência direta para fins de licença integral, devendo ser priorizada a compensação de horário, salvo quando relatório médico circunstanciado demonstrar incapacidade funcional temporária, dependência para autocuidado, necessidade de vigilância ou restrição objetiva de locomoção, com indicação do período estritamente necessário.
Art. 11 Antes da concessão de licença integral, será obrigatoriamente analisada a possibilidade de compensação de horário, nos termos do art. 122, §1º, do Estatuto.
I – Existindo possibilidade de compatibilização, revezamento familiar ou compensação, a licença integral será indeferida;
II – A compensação dependerá de viabilidade operacional atestada pela chefia imediata.
Parágrafo único. É vedado à chefia conceder “abono” por mera liberalidade; somente compensação com reposição integral, ressalvada a hipótese excepcional prevista neste Decreto.
Art. 12 Nos pedidos de afastamento por motivo de doença em pessoa da família de até 5 (cinco) dias, a compensação de horário será prioritária e preferencial, somente sendo deferida licença quando houver demonstração médica expressa de incapacidade relevante do familiar/dependente, dependência para autocuidado, necessidade de vigilância contínua ou restrição objetiva de locomoção, além da impossibilidade de compensação.

CAPÍTULO III
DA COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Art. 13 A compensação de horário deferida nos termos deste Decreto deverá ser cumprida com reposição integral no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil subsequente à ciência da decisão administrativa.

§1º A chefia imediata fixará, de forma objetiva, a escala de reposição, compatibilizando-a com o interesse do serviço.

§2º Não cumprida a compensação no prazo do caput, sem justificativa aceita pela Administração, o período correspondente será convertido automaticamente em falta, para fins de registro e desconto, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CAPÍTULO IV
DA AVALIAÇÃO MÉDICA OFICIAL

Art. 14 Para fins de licença do art. 122, o servidor será submetido à avaliação médica oficial realizada pelo médico do Município.

Art. 15A avaliação do médico do Município poderá ser suficiente para pedidos de até 3 (três) dias consecutivos, desde que:

I – não haja prorrogação;

II – não haja reincidência no prazo de 60 (sessenta) dias;

III – não exista dúvida fundada quanto à documentação;

IV – esteja demonstrada a indispensabilidade e a inviabilidade de compensação.

§1º Pedidos fracionados que totalizem mais de 3 (três) dias dentro de 7 (sete) dias corridos serão considerados como único afastamento.

§2º A recusa à avaliação implicará indeferimento.

§3º A reincidência constitui critério de controle procedimental, não implicando presunção de má-fé.

Art. 16 Nas hipóteses de afastamento superior a 3 (três) dias, prorrogação, reincidência dentro de 60 (sessenta) dias ou dúvida fundada, será constituída Junta Médica Oficial ad hoc, composta por 2 (dois) médicos, sendo obrigatoriamente um deles o médico do Município, e outro médico designado pela Administração, preferencialmente da rede pública ou credenciado.

§1º A Junta será formalmente designada por ato administrativo.

§2º O parecer limitar-se-á à confirmação da indispensabilidade e à fixação do período necessário, preservado o sigilo.

Art. 17 Atestados emitidos fora do Município dependerão de avaliação pelo médico do Município, nos termos do art. 244, §2º, do Estatuto.

CAPÍTULO V
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 18 O pedido deverá ser protocolado no sistema oficial (1DOC) até o primeiro dia útil subsequente ao início da ausência.

§1º A ausência de protocolo tempestivo implicará lançamento de falta até decisão final.

§2º Urgência ou impossibilidade material deverão ser justificadas formalmente.

§3º Deferido o pedido e comprovada a impossibilidade material de protocolo tempestivo, a decisão poderá produzir efeitos retroativos à data de início da ausência, com ajuste dos lançamentos funcionais.

Art. 19 Compete ao chefe imediato ou ao Secretário da Pasta decidir motivadamente pelo:

I – indeferimento;

II – concessão de compensação;

III – deferimento excepcional de licença;

IV – autorização de dispensa remunerada excepcional, nos termos do art. 21 deste Decreto.

§1º O Setor de Pessoal atuará apenas de forma operacional, limitando-se a conferir documentos, encaminhar à avaliação médica quando exigida, registrar a decisão e lançar no assentamento funcional.

§2º A decisão indicará objetivamente o fundamento adotado, vedada informação clínica.

CAPÍTULO VI
DOS EFEITOS FUNCIONAIS E REMUNERATÓRIOS

Art. 20 Nas ausências motivadas por acompanhamento, comparecimento ou assistência relacionada a familiar ou dependente, a Administração observará a seguinte ordem:

I – avaliará se a hipótese configura licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do art. 122 do Estatuto;

II – não configurada a hipótese do art. 122, poderá ser deferida compensação de horário, se viável, na forma dos arts. 11 a 13 deste Decreto;

III – não sendo possível a compensação por inviabilidade operacional, ou não sendo cumprida no prazo, a ausência será registrada como falta, com desconto automático na remuneração, nos termos do art. 68, inciso I, do Estatuto.

§1º Configurada a hipótese do art. 122 do Estatuto, com comprovação da indispensabilidade e da impossibilidade de compensação, a ausência será registrada como licença, vedada sua conversão em falta.

§2º O desconto previsto no inciso III independe de novo despacho, bastando a certificação do Setor de Pessoal quanto ao indeferimento ou inviabilidade de compensação e à inexistência de deferimento de licença.

Art. 21 Excepcionalmente, poderá ser autorizada dispensa remunerada, por ato motivado do Secretário da Pasta ou do chefe imediato, somente quando, cumulativamente:

I – tratar-se de acompanhamento inadiável de filho menor de 12 (doze) anos, ou de dependente com deficiência, ou de menor sob guarda ou tutela regularmente comprovada, desde que conste do assentamento funcional;

II – houver declaração ou relatório do atendimento indicando a necessidade de presença do responsável no período;

III – restar formalmente reconhecida a impossibilidade de compensação no prazo do art. 13, por inviabilidade operacional;

IV – não se tratar de hipótese que exija licença do art. 122 do Estatuto.

§1º A dispensa remunerada de que trata o caput limita-se ao período estritamente necessário, até o máximo de 01 (um) dia por evento.

§2º A reiteração de pedidos de dispensa remunerada no prazo de 60 (sessenta) dias sujeitará o caso, obrigatoriamente, à avaliação do médico do Município e, se necessário, à Junta Médica ad hoc, sem prejuízo de indeferimento quando ausentes os requisitos.

§3º É vedada a concessão de dispensa remunerada por mera liberalidade ou como substituto genérico de compensação de horário.

CAPÍTULO VII
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 22 A apresentação de documento falso, adulterado ou ideologicamente inverídico sujeita o servidor às penalidades estatutárias, inclusive demissão, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com suporte da Assessoria Jurídica.

Art. 24 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, PARANÁ, 13 de março de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:96D28197

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 34/2026, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 34/2026, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia Membros para comporem o Conselho Municipal de Saneamento Básico Ambiental - CMSBA do Município de Daudade do Iguaçu – PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 504/2009 e suas alterações promovidas pela Lei nº 1.624/2025, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico Ambiental – CMSBA e institui a Política Municipal de Saneamento Básico, com fundamento na Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a qual estabelece diretrizes nacionais

para o saneamento básico, respeitadas as competências da União, dos Estados e dos Municípios, visando à melhoria da qualidade da sanidade pública, à proteção do meio ambiente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico Ambiental – CMSBA, para o biênio 2025–2027, assim constituído:
I – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Alcir de Lima
Suplente: Gilmara Lúcia Dalla Riva.

II – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Edvania Strapazzon;
Suplente: Vanderleia Aparecida Pasquali.

III – Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Daniela Helena Confortin Gnoatto;
Suplente: Letícia Zanella.

IV – Representante da Associação Comercial de Saudade do Iguaçu:

Titular: Gean Confortin.
Suplente: Marilaine Aurora Cemin Bochio.

V – Representante da Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR):

Titular: Ivan Lucas Formigheiri.

VI – Representante da SANEPAR:

Titular: João Carlos Martinello.
Suplente: Noeli Boccardi.

VII – Representante dos Sindicatos:

Titular: José Fagundes;
Suplente: Clóvis Moreto.

VIII – Representante das Associações Comunitárias:

Titular: Amarildo Pereira dos Santos;
Suplente: Paulo Roberto Smolark dos Santos.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico Ambiental – CMSBA será de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução, sendo considerado serviço de relevante interesse público, não remunerado, vedada qualquer espécie de gratificação.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 15/2026, de 10 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Saudade do Iguaçu/PR, 16 de março de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:864EF5ED

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE DECISÃO – PA Nº 350/2025

EXTRATO DE DECISÃO – PA nº 350/2025. O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu/PR, no âmbito do Processo Administrativo nº 350/2025, decidiu pela invalidade de instrumento de outorga de uso firmado em 27/12/2024 relativo ao imóvel matrícula nº 30.730 (Lote 04 da Quadra 98) e demais máquinários/bens e determinou medidas de tutela patrimonial (inventário/termo de constatação), vedação de cessão/subcessão e retirada de terceiros, bem como, a instauração de procedimento competitivo para destinação definitiva do uso, nos prazos e condições fixados na decisão. Determinou, ainda, providências de regularização por procedimento competitivo quanto ao Patrimônio 1087. Saudade do Iguaçu/PR, 16/03/2026.

ROGÉRIO GALLINA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:87B84967

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRONICA Nº 35/2026

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 35/2026
Nº PROC. ADM. 65/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES.

PUBLICAÇÃO: 16/03/2026 15:00
INÍCIO REC. PROPOSTA: 17/03/2026 08:00
FIM REC. PROPOSTA: 23/03/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 24/03/2026 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 18.342,8000

OBJETO DO PROCESSO

CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS EM TECIDO OXFORD NA COR AZUL MARINHO E TECIDO LINHO NA COR BEGE, COM ILHÓS E VARÃO, com as medidas e quantidades conforme relação anexa.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link:https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D3GPfNeuA9OPoTQL14ksvrjkiE6OhZE38Emm5soSx%2FlexQ0zaMHocunf6oZ1NhawUqYjpnJrOuTDSCpMBHiWq3iYy_t8Fl92uFw5ImZhctfc%3D

_____

ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS
Abatiá- PR - 16/03/2026

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:1D393AB9

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CONVENIO 01/2026

CONVÊNIO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ABATIA-PR E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ

SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Abatia**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.743.567/0001-57, com sede à Rua Avenida João Carvalho d Melo nesta cidade de Abatia - Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr.ª Sônia Aparecida de Souza Chaves, portador da cédula de identidade RG n.º 3303448-2 PR e do CPF n.º 447.258.179-53, residente e domiciliado em Avenida João Carvalho de Melo nº 328, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 180.000,00 em quatro parcelas de R$ 45.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente específica do Banco do Brasil, até o dia 05 dos meses de março, junho, setembro e dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º 05.001.10.303.0502.2033.3.3.72.32.00.00, Fonte: 303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Abatia, aos 09 de fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal
Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

Mara Cristina Carvalho
Secretaria Municipal de Saúde
CPF:899.194.839-15

Luana Pitoli Yamagami
Diretora de Saúde
CPF:080.544.759-85

Publicado por:
Mara Cristina Carvalho
Código Identificador:56CD96B5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
Processo Adm: Nº 558/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 08 PNEUS RADIAIS 17.5R25 L3, DESTINADOS À PÁ CARREGADEIRA XCMG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO ETP/DFD. NO VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 71.428,16 (SETENTA E UM MIL, QUATROCENTOS E VINTE E OITO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS)

Empresas vencedoras valor total: R$ 48.640,00(quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais):**COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.**(88197330000160) com os lotes: 1 no valor total de R$ 48.640,00 (quarenta e oito mil e seiscentos e quarenta reais).

A Prefeita do MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), segunda-feira, 16 de março de 2026

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:F6DFFC0D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
Processo Adm: Nº 420/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, EM REGIME DE COMODATO, DE SISTEMA INTEGRADO DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO E LEITURA AUTOMÁTICA DE PLACAS VEICULARES (LPR), POR UM PERÍODO DE 12 MESES, NO VALOR MÁXIMO DE 196.153,80 (CENTO E NOVENTA E SEIS MIL, CENTO E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS)

Empresas vencedoras valor total: R$ 131.880,00(cento e trinta e um mil e oitocentos e oitenta reais):**MOVVI SISTEMAS LTDA**(36667857000107) com os lotes: 1 no valor total de R$ 131.880,00 (cento e trinta e um mil e oitocentos e oitenta reais).

A Prefeita do MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), segunda-feira, 16 de março de 2026

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:BF521DE3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025
Processo Adm: Nº 330/2025

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS E MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, NO VALOR MÁXIMO DE R$ 233.606,47 (DUZENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, SEICENTOS E SEIS REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS)

Empresas vencedoras valor total: R$ 159.719,36(cento e cinquenta e nove mil e setecentos e dezenove reais e trinta e seis centavos):**SANDRO VILMAR PIRES ME**(09253952000191) com os lotes: 3, 4 no valor total de R$ 35.262,00 (trinta e cinco mil e duzentos e sessenta e dois reais).**TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA**(08619872000144) com os lotes: 6 no valor total de R$ 36.930,00 (trinta e seis mil e novecentos e trinta reais).**JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA**(45298461000120) com os lotes: 5 no valor total de R$ 12.150,00 (doze mil e cento e cinquenta reais).**DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA**(18861730000142) com os lotes: 7, 10, 11, 13 no valor total de R$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).**ALLSET TECNOLOGIA LTDA**(55149591000236) com os lotes: 12 no valor total de R$ 5.852,70 (cinco mil e oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos).**D. D. DE PAULA NETO LTDA**(26732482000168) com os lotes: 2, 14, 20 no valor total de R$ 13.599,00 (treze mil e quinhentos e noventa e nove reais).**HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA**(48099152000110) com os lotes: 1, 9, 19, 21 no valor total de R$ 12.895,84 (doze mil e oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos).**PISONTEC LICENCIAMENTO DE SOFTWARE EIRELI - EPP**(12007998000135) com os lotes: 17, 18 no valor total de R$ 3.854,82 (três mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).**49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA**(49387926000170) com os lotes: 15, 16, 22, 23, 24 no valor total de R$ 6.975,00 (seis mil e novecentos e setenta e cinco reais).

A Prefeita do MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), segunda-feira, 16 de março de 2026

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:EC7C3ED4

SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ABATIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA N° 003/2026

O SAMAE de Abatiá – Estado do Paraná, torna público que realizará Licitação na Modalidade Dispensa Eletrônica nº 03/2026, que tem por objeto "**ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL QUÍMICO (DICLORO - SAIS ÁCIDO DICLORO ISOCIANURATO DE SÓDIO 56%), PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SAMAE, NO VALOR MÁXIMO DE R$ 30.420,00 (TRINTA MIL E**

QUATROCENTOS E VINTE REAIS). O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**. **A abertura para recepção de propostas ocorrerá no dia 18 de março de 2026 às 08h00min e se encerrará as 08h00min do dia 24 de março de 2026, iniciando a disputa no dia 24 de março de 2026, às 09h00min, no site www.bll.org.br.** A íntegra do Aviso de Contratação e outras informações poderão ser obtidas no endereço **samaedeabatia@gmail.com.br**, em horário de expediente das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 15:30 horas, pelo telefone (43) 3556-1400 ou pelo Portal de Transparência no site **www.abatia.pr.gov.br**.

Abatiá PR, 16 de março de 2026**.**

WILLIAN CUSTÓDIO NOGUEIRA
Diretor

ANDRÉ SEBASTIÃO DO NASCIMENTO
Agente de Contração / Pregoeiro

Publicado por:
Willian Custodio Nogueira
Código Identificador:B08FACA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 185/2025 - ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR CONCURSO PUBLICO - CICERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA

PORTARIA nº 185/2025, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão de Servidor Público Municipal por Concurso Publico e da outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais, considerando...

a) Os princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal;

b) O disposto no inciso II, do art. 37 e no parágrafo primeiro do art. 169 da Constituição Federal:

c) O disposto nos Arts. 16, 17, 18, 19, 20 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000);

d) A Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;

e) A existência de recursos financeiros e disponibilidades para o município arcar com a respectiva despesa;

f) A necessidade de funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

g) Concurso Público CP – nº 01/2022.

Resolve baixar a seguinte PORTARIA

ARTIGO 1º - Fica admitido o Sr. CICERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA, portador da RG nº 3.730.467-0 PR, para exercer o cargo de MOTORISTA DA SAÚDE, com vencimentos de "Nível 100 – CE-14".

PARAGRAFO PRIMEIRO – Tendo como atribuições do cargo: Ocondutorsocorrista auxilia a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida, nas imobilizações e notransportede vítimas. Também realiza medidas de reanimação cardiorrespiratória básica e identifica todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade.Dirigir ambulância e veículos disponíveis, obedecendo o Código Nacional de Trânsito; Transportardoentes e acidentados, auxiliando os profissionais da área de saúde acomodar os mesmos nas macas; Vistoriar oveículo diariamente, antese após suautilização,verificandooestadodospneus, nível de combustível, óleo do cárter, bateria, freios,faróis,parteelétricaparacertificar-se das condiçõesdetráfego; requisitar a manutenção dos veículos quando apresentarem qualquer irregularidade; Observar a sinalização e zelar pela segurança dos passageiros, transeuntes e demais veículos; Realizar reparos de emergência;manteroveículolimpo,internaeexternamenteeemperfeitas condições;
zelarpelasferramentas, acessórios e documentos do mesmo; Observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização; realizar anotações, segundo as normas estabelecidas e orientaçõesrecebidas,daquilometragem,viagensrealizadas, pessoas transportadas, itinerários percorridos, além de outras ocorrências, a fim de manter a boa organização e o controle da Administração; Recolher o veículo após a utilização, em local previamente determinado, deixando-o corretamente estacionado e fechado; Fazer uso de Equipamentos deProteçãoIndividual,quandonecessário; Ter disponibilidade para viagens fora do município em situações normais e de emergência;Executar outras tarefas pertinentes à sua área de atuação determinadas pelo Chefe imediato.

PARAGRAFO SEGUNDO – O mesmo cumprirá o Estágio Probatório, conforme o que prevê o Art. 34 da Lei Municipal nº 465/1994.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 13 de Março de 2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:59983588

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 019/2026

PORTARIA Nº 019/2026, DE 05 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Constitui Comissão de Licitação no âmbito da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR e nomeia seus membros.

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **Sandro Junior dos Santos**, usando de suas atribuições legais...

Resolve Baixar a seguinte **Portaria**

Artigo 1º - Fica constituída, para o ano de 2026, a Comissão de Licitação no âmbito da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, composta conforme o permissivo legal, da seguinte maneira:

Presidente – Marili Raquel Santos Oliveira Lemos
Relator – Diego Carneiro da Silva
Membro – Juarez Tiago do Amaral da Fonseca

Artigo 2º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis, em 05 de março de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:AAEE336D

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 020/2026

PORTARIA Nº 020/2026, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Autoriza o pagamento de diária ao vereador abaixo especificado para cobrir despesas com Alimentação e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **SANDRO JUNIOR DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, "Conforme Lei nº 1.111/2023 de 02/08/2023 e Decreto nº 002/2026 de 16/01/2026.

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**:
Artigo 1° - Autoriza o pagamento de 01 (uma) diária ao vereador abaixo especificado, conforme tabela abaixo:

Nome	Nº do Requerimento	Nº de Diárias	Tabela	Destino
Luiz Gonçalves da Silva	004/2026	01	ANEXO I, Tabela IV, Tipo A	Curitiba – PR

MOTIVO: Para cobrir despesas com Alimentação, à serviço do Mandato do Legislativo, para REUNIÃO NO GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL GERALDO MENDES e no Escritório da SANEPAR, no dia 16 de março, na cidade de **Curitiba-PR.**

Artigo 2º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, em 16 de março de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:8F4445E5

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
PORTARIA Nº 021/2026

PORTARIA Nº 021/2026, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Autoriza o pagamento de diária ao vereador abaixo especificado para cobrir despesas com Alimentação e dá outras providências. "

O Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, **SANDRO JUNIOR DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, "Conforme Lei nº 1.111/2023 de 02/08/2023 e Decreto nº 002/2026 de 16/01/2026.

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**:
Artigo 1° - Autoriza o pagamento de 01 (uma) diária ao vereador abaixo especificado, conforme tabela abaixo:

Nome	Nº do Requerimento	Nº de Diárias	Tabela	Destino
Evandro Gonçalves Pontes	005/2026	01	ANEXO I, Tabela IV, Tipo A	Curitiba – PR

MOTIVO: Para cobrir despesas com Alimentação, à serviço do Mandato do Legislativo, para REUNIÃO NO GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL GERALDO MENDES e no Escritório da SANEPAR, no dia 16 de março, na cidade de **Curitiba-PR.**

Artigo 2º - Essa Portaria entrará em vigor nesta data.

REGISTRE-SE
CUMPRA-SE
PUBLICA-SE
ARQUIVE-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis-PR, em 16 de março de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:A977A9EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMMA

RESOLUÇÃO CMMA Nº 01/2026, DE 10 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a Aprovação Da Prestação de Contas do exercício de 2024/2025 da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Reutilizáveis de Agudos do Sul – CATASUL.

,
O Conselho Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Municipais n° 764/2016 e 1010 de 29 de abril de 2020, e pelo Decreto n° 206/2025 17 de outubro de 2025 e com base nas deliberações tomadas na Plenária do CMMA de 10 de março de 2026,
RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1°- Aprovar Prestação de Contas do exercício de 2024/2025 da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Reutilizáveis de Agudos do Sul – CATASUL.

Art. 2°- Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 10 de março de 2026.

OEDERSON OLIVIR MELO
Presidente CMMA

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:F1D640C3

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO CMPCD INCORREÇÃO

RESOLUÇÃO CMDPCD Nº 02 /2026 de 06 de MARÇO de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Agudos do Sul/Pr, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 993/2020, pelo Decreto Municipal n°207, de 17 de outubro de 2025, em base nas deliberações tomadas em reunião ordinária em 06 de MARÇO de 2026, resolveu;

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPcD** do Município de **Agudos do Sul – PR**, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com suas competências estabelecidas na legislação vigente,
CONSIDERANDO o repasse do recurso **Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – 2025**, destinado ao fortalecimento das ações voltadas à promoção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência no município;
CONSIDERANDO a existência de saldo financeiro ao final do exercício de 2025;
CONSIDERANDO a necessidade de continuidade da execução das ações no exercício de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a **reprogramação do saldo financeiro do exercício de 2025 para o exercício de 2026**, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Nº do Recurso	Fundo	conta	Programa	Valor (R$)	Tipo de Gasto
1938	Pessoa com Deficiência – FEPDCD	0000037823-2	Fortalecimento das Políticas Públicas – 2025	47.013,84	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Execução por Termo de Colaboração)
		0000036516-5		59.236,16	Material de permanente;

Art. 2º O recurso reprogramado será destinado à execução de ações voltadas ao **fortalecimento das políticas públicas de garantia e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no município**, conforme plano de trabalho a ser aprovado pelo Conselho.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Agudos do Sul, 06 de março de 2026.

DIEGO DO NASCIMENTO DE FREITAS
Presidente o CMDPCD

Publicado por:
Mislene de Jesus Oliveira
Código Identificador:382AF8EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 34/2026

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – GLOBAL**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

DADOS DO AVISO **AGUDOS DO SUL, 17 DE MARÇO DE 2026.**	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS, COMPONENTES, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA.	
VALOR DA CONTRATAÇÃO	R$ 11.105,80
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO	Até o dia 19/03/2026, às 17h
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília – DF
ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br, ou por protocolo na Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

O Aviso de Contratação completo poderá ser obtido no site www.agudosdosul.pr.gov.br, no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br

Agudos do Sul, 17 de março de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:8ADEDE53

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 35/2026

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO – LOTE**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

DADOS DO AVISO **AGUDOS DO SUL, 17 DE MARÇO DE 2026.**	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ROSANE KROLL – PRÉ-ESCOLA	
VALOR DA CONTRATAÇÃO	R$ 17.586,00
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO	Até o dia 19/03/2026, às 17h
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília – DF
ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br, ou por protocolo na Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

O Aviso de Contratação completo poderá ser obtido no site www.agudosdosul.pr.gov.br, no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br

Agudos do Sul, 17 de janeiro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:71431B10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR
CNPJ: 76.105.667/0001-10

CONTRATADA: FOX CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 30.461.054.0001-15

OBJETO: Execução da pavimentação asfáltica em CBUQ de via urbana em CBUQ, 14.960,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Local: Bairro Pedra Branca, Agudos do Sul, Paraná. Trecho: Rua Afonso Dias Zolner - Trecho 4. Área Pavimentada: 14.960 m². Extensão: 1.760,00m - lote 1.

VALOR GLOBAL: R$ 2.766.200,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
06.001 - DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO
06.001.20 – AGRICULTURA
06.001.20.606 - EXTENSÃO RURAL

06.001.20.606.0017 - PROMOVER E INCREMENTAR A PRODUÇÃO E A RENDA DOS PRODUTORES RURAIS
06.001.20.606.0017.2027 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA
254 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
01749.01005.03.99.01.01.1.701.0000 - Transf. Estadual para Obra Pavim. Afonso O. Zoellner

07.000 - SECRETARIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS
07.001 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO
07.001.26 – TRANSPORTE
07.001.26.782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
07.001.26.782.0022 - MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
07.001.26.782.0022.2039 - MANTER O SETOR DE TRANSPORTE, E OBRAS PÚBLICAS
207 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

FORO: Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Agudos do Sul, 13 de março de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:12F77024

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR
CNPJ: 76.105.667/0001-10

CONTRATADA: FOX CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 30.461.054.0001-15

OBJETO: Execução da pavimentação de estrada rural em CBUQ, 11.488,23 m2, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos. Local: Comunidade Pavãozinho, Agudos do Sul, Paraná Trechos: Estrada Pavãozinho T1 (entre a Rodovia PR-281 e a Estrada Pavãozinho T2) Área Pavimentada: 11.488,23 m² Extensão: 1.760,00 m - lote 1.

VALOR GLOBAL: R$ 1.824.000,00 (um milhão, oitocentos e vinte e quatro mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
07.000 - SECRETARIA DE OBRAS RODOVIÁRIAS
07.001 - DEPARTAMENTO RODOVIARIO
07.001.26 – TRANSPORTE
07.001.26.782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
07.001.26.782.0022 - MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
07.001.26.782.0022.2039 - MANTER O SETOR DE TRANSPORTE, E OBRAS PÚBLICAS
207 - 4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
01741.01005.03.99.01.01.1.701.0000 - TRANSF. ESTADUAL PAVIM. PAVAOZ. 1741

FORO: Comarca de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

Agudos do Sul, 16 de março de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:249DAA60

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 143, DE 16 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 143, DE 16 DE MARÇO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas,por representantes da Administração;
R E S O L V E
Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO	**Nº licitação:**	13/2026
Objeto:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR.		
Gestor:	JAIME JÚNIOR FERREIRA	**Cpf:**	***.822.009-**
Fiscal:	LUCIMARA DE CAMARGO	**Cpf:**	***.044.839-**
Contrato:	24/2026	**Vigência:**	16/03/2026 a 16/03/2027
Detentor:	BIANK JUVENAL DE LIMA LTDA - ME CNPJ: 22.986.109/0001-82		

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução das atas de registro de preços, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.
Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 13 de março de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:9C98961C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

FICA DISPENSADA A LICITAÇÃO, NA FORMA DO ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, A CONTRATAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR.

CONTRATADA: BIANK JUVENAL DE LIMA LTDA - ME
CNPJ: 22.986.109/0001-82
ENDEREÇO: Avenida Getúlio Vargas, 495, Centro, CEP: 83.850-000, Agudos do Sul-PR
VALOR GLOBAL: R$ 59.220,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa referente a contratação acima, correrá por conta do orçamento geral de exercício de 2026, nas seguintes Dotações Orçamentárias, a saber:

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.001.12 – EDUCAÇÃO

05.001.12.361 - ENSINO FUNDAMENTAL
05.001.12.361.0011 - DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
05.001.12.361.0011.2017 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDEB
131-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00102.00102.02.01.00.00.1.540.0000 - FUNDEB 30%
131-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00102.01039.02.01.00.00.1.542.0000 - FUNDEB VAAT 30%
131-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
00102.01040.02.01.00.00.1.543.0000 - TRANSF. DO FUNDEB COMPLEM. DA UNIÃO VAAR

Agudos do Sul, 16 de março de 2026

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:2BF59569

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no resultado do Processo Seletivo Simplificado 001/2024, objeto do Edital n° 001/2024, de 02/05/2024, resolve:
CONVOCAR
Art. 1º As candidatas remetidas para o final da ordem de classificação para os respectivos empregos público abaixo relacionado, a comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Agudos do Sul - PR, a partir do dia 17 de março de 2026, no horário das 09h às 11h00 e das 13h00 às 16h00, munidos da documentação constante do art. 2°.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
10º	Elislaine de Oliveira	Enfermeiro	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
92º	Neiriane de Andrade Raussis Oliveira	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º As candidatas convocadas deverão apresentar:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
c) Certidão de Regularidade Cadastral e Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Certidão de quitação eleitoral - (https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
g) Carteira de Trabalho Digital;
h) Comprovante da escolaridade exigida e histórico escolar e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos até 21 anos e fotocópia, acompanhado do cartão de vacinação da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 4 a 21 anos), quando houver;
j) Cópia do CPF dos filhos menores de 24 anos;
k) Uma foto 3x4 recente;
l) Cópia do RG e CPF do cônjuge;
m) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102) e Justiça Federal (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais), do local de residência do candidato;
n) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
o) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
p) Apresentar declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública e de compatibilidade de horário para o exercício de mais de um cargo, quando acumulável, bem como não percebem benefício proveniente de regime próprio de Previdência Social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), ressalvadas as exceções previstas no Art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal;
q) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, emitido pelo Médico do Trabalho;
r) Termo de Ciência com dos dados da Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;
s) Endereço eletrônico e telefone de contato;
t) Autodeclaração Étnico-Racial;
u) Declaração de não demissão do serviço público;
v) CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais Dados Cadastrais do CNIS.

Art. 3º O prazo para apresentação dos documentos é de 5 (dias) dias úteis a contar da publicação deste edital.
Art. 4º A não apresentação dos documentos acima, implicará na impossibilidade do candidato ser contratado. Agudos do Sul, 16 de março de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:591417C3

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EDITAL DE DESISTÊNCIA Nº 024/2026 - DIVISÃO DE PESSOAL

A Divisão de Pessoal, com base no Edital n° 023/2026, de 13 de março de 2026:

R E S O L V E

Art. 1º Considerar a desistência das candidatas ao emprego público, do certame objeto do Edital nº 001/2024, de 02/05/2024.

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
9º	Marina Aparecida Pereira	Enfermeiro	Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Emprego Público	Concorrência
91º	Maiara Padilha Natel	Professor	Ampla Concorrência

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Agudos do Sul, em 16 março de 2026

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Débora Ferreira da Rocha
Código Identificador:D9D2BD78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO 004/2025

Dispõe sobre a aprovação da execução e da prestação de contas do recurso oriundo da Deliberação nº 078/2022 – Recurso Pontual, destinado à promoção dos direitos da criança e do adolescente por meio do acesso a produtos de higiene íntima, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMDCA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação municipal vigente, as normas relativas ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA e o seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA na 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 16 de março de 2026;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 078/2022, que estabelece o repasse de recurso financeiro na modalidade Recurso Pontual, destinado ao apoio à promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de higiene íntima;

CONSIDERANDO que o art. 16 da referida Deliberação estabelece que os recursos devem ser aplicados exclusivamente na aquisição de produtos de higiene íntima e de produtos de higiene complementar;

CONSIDERANDO o repasse financeiro no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ao Município de Almirante Tamandaré para execução da ação;

CONSIDERANDO que os recursos foram aplicados na aquisição de kits de higiene, compostos por absorvente, sabonete, shampoo, condicionador, pasta de dente, escova de dente, escova de cabelo, desodorante e fio dental;

CONSIDERANDO que os referidos kits foram destinados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social acompanhados pela rede socioassistencial do município, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, especialmente nas unidades CRAS e CREAS;

CONSIDERANDO a análise das informações apresentadas quanto à execução do recurso e sua conformidade com a finalidade estabelecida na Deliberação nº 078/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a execução e a prestação de contas do recurso financeiro oriundo da Deliberação nº 078/2022 – Recurso Pontual, destinado à promoção dos direitos da criança e do adolescente, por meio do acesso a produtos de higiene íntima.

Art. 2º Registrar que o valor total do repasse foi de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), aplicado na aquisição de kits de higiene destinados ao atendimento de crianças e adolescentes acompanhados pela rede socioassistencial do município, em conformidade com a finalidade prevista na referida Deliberação.

Art. 3º Informar que, após a execução das despesas vinculadas à ação, permanece saldo residual no valor de R$111,93 (cento e onze reais e noventa e três centavos), devidamente registrado nos controles financeiros do respectivo recurso.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CMDCA.

Almirante Tamandaré, 16 de março de 2026.

DARCLÊ SUSAN WESTPHAL
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA – Almirante Tamandaré/PR

Publicado por:
Sandra Mara Gomes
Código Identificador:8C603D5A

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO 005/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas parcial do recurso oriundo da Deliberação nº 013/2024, destinado ao incentivo ao atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), no âmbito do Fundo da Infância e Adolescência – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – CMDCA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação municipal vigente, as normas relativas ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA e o seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMDCA na 3ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 16 de março de 2026;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 013/2024, que dispõe sobre o incentivo ao atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, especificamente Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

CONSIDERANDO que os recursos são destinados ao fortalecimento das ações de acompanhamento socioeducativo e de integração social dos adolescentes atendidos pela rede de proteção;

CONSIDERANDO o repasse financeiro no valor de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) ao Município de Almirante Tamandaré;

CONSIDERANDO que parte do recurso foi utilizada para o pagamento de lanche do Evento da Medida Socioeducativa – MSE, realizado no exercício de 2025;

CONSIDERANDO que permanece saldo financeiro para continuidade da execução das ações previstas no plano de aplicação;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas parcial do recurso oriundo da Deliberação nº 013/2024, destinado ao incentivo ao atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
Art. 2º Registrar que o valor total do repasse foi de R$74.000,00 (setenta e quatro mil reais).

Art. 3º Informar que parte do recurso foi utilizada para custeio de lanche destinado ao evento da Medida Socioeducativa (MSE) realizado no exercício de 2025, em conformidade com as ações de fortalecimento da política de atendimento socioeducativo.

Art. 4º Registrar que permanece saldo atual de R$ 73.540,66 (setenta e três mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos), o qual será destinado à execução das ações previstas para o exercício de 2026, dentre as quais:

I – Capacitação da Rede de Proteção;
II – Atividades socioeducativas e de integração para adolescentes atendidos pela MSE, incluindo passeio pedagógico;
III – Curso de Barbearia, visando qualificação e inclusão social dos adolescentes acompanhados pelas medidas socioeducativas.

Art. 5º A documentação comprobatória da execução do recurso permanecerá arquivada junto ao órgão gestor responsável, à disposição dos órgãos de controle e fiscalização.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CMDCA.

Almirante Tamandaré, 16 de março de 2026.

DARCLÊ SUSAN WESTPHAL
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA – Almirante Tamandaré/PR

Publicado por:
Sandra Mara Gomes
Código Identificador:511785B7

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO N 12 2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARE
C.N.P.J.: 76.105.659/0001-74
Município: ALMIRANTE TAMANDARÉ
DECRETO N° 12/2026 de 2 de Fevereiro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2563/2025 de 22 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 211.557,54 (duzentos e onze mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0015.2046 - Serviço de Saúde Pública	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0222)	64.897,39
10 - SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENV. SOCIAL	
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0010.2049 - Coordenação do Serviço Social	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0208)	9.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0254)	12.500,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.365.0019.5001 - Construção/Ampliação e Reforma de Centros de Educação Infantil	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0252)	100.000,00
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
18.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.122.0004.2096 - Manutenção do Departamento de Planejamento	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0970)	25.083,03
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0996)	77,12

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit:

GRUPO/FONTE 0208	9.000,00
GRUPO/FONTE 0222	64.897,39
GRUPO/FONTE 0252	100.000,00
GRUPO/FONTE 0254	12.500,00
GRUPO/FONTE 0970	25.083,03
GRUPO/FONTE 0996	77,12

Art. 3° Este decreto entra em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, em 2 de Fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Henrique Agner
Código Identificador:D9345FC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 058/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 058/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 058/2026 DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA PRISMA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DE VIA URBANA EM CBUQ, 32.864.99m², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SERVIÇOS DIVERSOS E ENSAIOS TECNOLÓGICOS, CONFORME O PROJETO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, MEMORIAIS E DEMAIS DOCUMENTOS, SAM 112, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL**".

Prazo: A vigência de contrato está prevista em 540 (quinhentos e quarenta) dias, os serviços deverão ser iniciados no máximo até 21 (vinte e um) dias contados a partir da data da assinatura, citada no extrato do contrato publicado no PNCP ou no Diário Oficial expedida pelo CONTRATANTE para a CONTRATADA.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 9.344.150,66 (Nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta reais e sessenta e seis centavos).**

Data de Assinatura:11.03.2026.

18.01 – Secretaria Municipal de Planejamento
15.451.0026.1.003 – Almirante Tamandaré em obras
4.4.90.51.00 – 1226 – Obras e Instalações 573

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:997EDD86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 015/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 015/2026

PROTOCOLO 0018.000001802/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS, INCLUINDO CONJUNTOS ESTRUTURAIS EM PÉ DIREITO",** a favor da empresa **JOSE BARBOSA – ALMIRANTE TAMANDARE**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 82.231.408/0001-39,** com o valor global de **R$ 62.200,00 (sessenta e dois mil e duzentos reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Previdência. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 16 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:545D8BBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 006/2026

Súmula: Autoriza viagem e pagamento de diárias.

O Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, Vereador Sergio Mesquita de Oliveira, conforme dispositivos na Lei Municipal nº. 698/2022, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas por lei, resolve:

Art. 1º Autorizar os vereadores: Paulo Carlos da Silva, portador do CPF/MF nº. ***.588.***-10, Matrícula nº. 26/2; Cristian Fagner Domingos, portador do CPF/MF nº. ***.***.959-20, Matrícula nº. 81/2; Jean Carlos da Cruz dos Santos de Almeida, portador do CPF/MF nº. ***.729.***-00, Matrícula nº. 91/1 e Anísio Aparecido Cordeiro, vereador, portador do CPF/MF nº. ***.002.518-**, Matrícula nº. 78/2, a participarem de um Curso a ser realizado nos dias 18, 19 e 20/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, com o seguinte tema: "Sistema de Controle de Frotas nos Municípios: Fiscalização de combustíveis, pneus, peças e equipamentos. As Contratações Diretas na Lei Nº 14.133/21. " a ser ministrado pela empresa NS Treinamentos em Gestão Pública LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.137.995/0001-16, referente ao Procedimento de Licitação nº. 004/2026 e Inexigibilidade nº. 003/2026.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de duas diárias e meia, perfazendo um total de R$ 1.375,00 (Um mil, trezentos e setenta e cinco reais) para cada vereador e a servidora, ambos mencionados no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entrará vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:B81D11EF

CAMARA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo Nº 003/2024
Procedimento de Licitação Nº 003/2024
Dispensa de Valor Nº 001/2024
Dilatação do prazo

Que entre si fazem, de um lado, Câmara Municipal de Altamira do Paraná, com sede à Rua Cantu, 180- Centro, no município de Altamira do Paraná, estado do Paraná, inscrito no CNPJ 01.992.451/0001-15, neste ato representada pelo presidente, o Senhor Sergio Mesquita de Oliveira, portador do CPF, ***.116.***-45 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa T. C. de Oliveira & Cia LTDA, pessoa jurídica, com endereço na Avenida Brasil, 855, Centro, Campina da Lagoa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 01.364.432/0001-44**,** doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima qualificadas, tendo em vista o que consta no Processo de Licitação n° 003/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Reajuste de Valor, decorrente da Dispensa nº 001/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto:
Contratação de empresa para fornecimento de combustível Gasolina comum para atender as demandas do veículo da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, com abastecimentos nas cidades de Altamira do Paraná e / ou Campina da Lagoa - PR.
CLÁUSULA SEGUNDA – Fundamentos Legais:
Conforme Cláusula nona do Contrato Administrativo nº 003/2024, que o contrato poderá ocorrer a dilatação do prazo de vigência, disposto no item 9.1: Caso houver conveniência por parte da Contratante, previsto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021, através de termo aditivo.
CLÁUSULA TERCEIRA - Alterações:
O presente Termo Aditivo tem por objeto a dilatação do prazo, prorrogando sua vigência para 12 (doze) meses, compreendendo a data de 12/04/2025 a 12/04/2026.
CLÁUSULA QUARTA – Demais Clausulas:
Convenciona-se que permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Altamira do Paraná-PR, 18 de março de 2025.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

T. C. DE OLIVEIRA & CIA LTDA
Representante Legal

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:F8BE8285

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 09/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 008/2024, realizará contratação direta por **DISPENSA ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, com participação **EXCLUSIVA para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme segue:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o desenvolvimento, implantação, hospedagem e manutenção de um novo site institucional, incluindo servidor de e-mail corporativo, migração de dados, 50 contas institucionais de e-mail e suporte técnico continuado, em atendimento às necessidades do Município de Altamira do Paraná.

VALOR MÁXIMO: R$ 16.354,00 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.bll.org.br ("BLL Compras").

DATAS E HORÁRIOS:
Início do Recebimento das Propostas: A partir das 08h00min do dia **17/03/2026.**
Fim do Recebimento das Propostas: Até às 08h00min do dia **20/03/2026.**
Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09h00min do dia **20/03/2026.**
Encerramento da disputa de lances: Às 15h00min do dia **20/03/2026.**

(Horário de Brasília-DF).

OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo e seus anexos estão disponíveis gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do Município (www.altamiradoparana.pr.gov.br), no Portal da Transparência e na plataforma BLL Compras.

Informações adicionais podem ser obtidas pelo e-mail: setor.licitacao.altamira.do.parana@gmail.com ou telefone (44) 3755-1133.

Altamira do Paraná/PR, 16 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:393CE4A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026
PROCEDIMENTO Nº 033/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026
PROCEDIMENTO Nº 033/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

CONTRATANTE (COMPRADOR): O **MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.069.143/0001-47. Possui sede administrativa na Rua Cantú, nº 180, Centro, em Altamira do Paraná/PR. Neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **Elza Aparecida da Silva**.

VENDEDORES: MÁRCIO CÉSAR DASKO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº ***.191.409-**, e sua esposa **ALESSANDRA DOLATTA DASKO**, brasileira, casada, administradora, inscrita no CPF sob o nº ***.583.919-**, ambos residentes e domiciliados em Pitanga/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A aquisição de área rural singular correspondente a 154,8369 hectares, parte integrante do imóvel atualmente objeto da Matrícula nº 19.191 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campina da lagoa/PR (oriunda da Matrícula nº 9.555 do Cartório de Palmital/PR, mencionada na legislação municipal). A área é destinada a consolidação da Unidade de Conservação de Proteção Integral denominada Estação Ecológica Piquiri-Cantú II, com incorporação ao patrimônio público municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL: O presente contrato tem fundamento no artigo 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DOS VENDEDORES: Os vendedores comprometem-se a preservar rigorosamente as condições ambientais, a flora e a fauna do imóvel até a data da efetiva imissão na posse pelo ente público. Obrigam-se a disponibilizar a área inteiramente livre de quaisquer ocupações, arrendamentos, parcerias agrícolas e posseiros. O local também deve estar desprovido de animais de criação, maquinários ou estruturas transitórias que possam obstar a imediata destinação da área para proteção ambiental. Além disso, assumem a responsabilidade integral pela evicção de direito, resguardando o Município contra reivindicações de terceiros.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR TOTAL: R$ 4.178.139,04 (quatro milhões, cento e setenta e oito mil, cento e trinta e nove reais e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA: A vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
09.001.18.541.0083.1135 – READEQUAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA DAS ÁREAS URBANAS/RURAIS
4.4.90.61.00.00 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS – Fonte Convenio do Estado

Altamira do Paraná, 12 de março de 2026.

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:3F8513DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 004/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 003/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 004/2026 - INEXIGIBILIDADE N° 003/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, CNPJ nº 01.992.451/0001-15.

CONTRATADA: NS Treinamentos em Gestão Pública LTDA, CNPJ nº 12.137.995/0001-16.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, visando à aquisição de 04 (quatro) inscrições para o curso intitulado "Sistema de Controle de Frotas nos Municípios: Fiscalização de combustíveis, pneus, peças e equipamentos. As Contratações Diretas na Lei Nº 14.133/21.", a ser realizado nos dias 18, 19 e 20/03/2026 na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.

VALOR GLOBAL: R$ 10.760,00 (dez mil, setecentos e sessenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001-2.001.000 ATIVIDADES OPERACIONAIS DO LEGISLATIVO - 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

VIGÊNCIA: Prazo de 30 dias a partir da data de assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei Federal 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2026.

SIGNATÁRIOS: Sergio Mesquita de Oliveira, Presidente da Mesa Diretora (pela Contratante), e Normélio Schneider, Representante Legal (pela Contratada).

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:9587B0CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

Pelo presente instrumento particular de contrato, as partes abaixo assinadas:
CONTRATANTE: O Município de Altamira do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 78.069.143/0001-47, com sede na Rua Cantú, nº 180, Centro, na cidade de Altamira do Paraná, Cep nº 85.280-000, telefone: (44) 3755-1142, neste ato representado pela Prefeita Municipal Elza Aparecida da Silva e;
CONTRATADA: A empresa E-MOV BRASIL COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 34.556.828/0001-42, com sede no(a) Rua Engenheiro Annes Gualberto, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sócio Administrador JOSE EDUARDO DA SILVA LUCAS, inscrito(a) no CPF sob o n.º 003.467.049-10,

portador da carteira de identidade n.º 00885384630, residente e domiciliado no(a) Rua Laguna, 189, Oficinas, Tubarao, SC, CEP 88702210.
Têm entre si, justas e contratadas as seguintes cláusulas:

1. OBJETO DO CONTRATO.
A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo automotor, do tipo SUV, com o objetivo de atender às necessidades de transporte do Gabinete da Prefeita Municipal, conforme descrito no Termo de Referência.

2. DO VALOR.
O valor total do contrato é de R$ 179.500,00 (cento e setenta e nove mil e quinhentos reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
O "VALOR CONTRATUAL" inclui todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.
3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.
O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º14.133/2021.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:
02.001.04.122.0035.2002 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES OPERACIONAIS DO GABINETE DO PREFEITO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001.08.244.0024.1077 - REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

5. DO FORO.
Para dirimir eventuais conflitos oriundos deste Contrato é competente o foro da Comarca de Campina da Lagoa/PR.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente extrato de contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que produzam os devidos efeitos legais.

Altamira do Paraná, 16 de março de 2026.

_____
Representante Legal do Contratante

_____
Representante Legal do Contratado

Publicado por:
Simone da Silva Vaz Dias
Código Identificador:673B0C1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 004/2026 INEXIGIBILIDADE N° 003/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 004/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, visando à aquisição de 04 (quatro) inscrições para o curso intitulado "Sistema de Controle de Frotas nos Municípios: Fiscalização de combustíveis, pneus, peças e equipamentos. As Contratações Diretas na Lei Nº 14.133/21", a ser realizado nos dias 18, 19 e 20/03/2026 na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.

O Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas informações constantes no processo, ante as justificativas que se embasam com fundamento na alínea "f", inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 23-A da Lei 8.429/1992, resolve HOMOLOGAR a Inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo como contratada a empresa NS Treinamentos em Gestão Pública LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.137.995/0001-16.

Para a efetivação da presente inexigibilidade se levou em conta a necessidade da realização do Treinamento e Aperfeiçoamento de pessoal, e pelas constantes alterações em nossa legislação.

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 11 de março de 2026

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente Gestão 2025/2026

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:4F27A168

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins e a quem possa interessar, que o candidato ADILSON MARTINS CORDEIRO, devidamente classificado em 6° lugar no Processo Seletivo Público n° 003/2025 para a vaga de Operador de Máquinas Rodoviárias temporário, convocado por meio do Edital de convocação n° 006/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição n° 3488, na data de 13 de março de 2026, para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos dessa municipalidade, não atendeu às exigências do Edital de Abertura n° 001/2024, tópico 14 - DA CONTRATAÇÃO, ITEM 14.6, letra f) e ITEM 14.6.4.

Altamira do Paraná, 16 de março de 2026.

LIGIA GISELE VIANA MISSIO DA SILVA
Secretaria de Recursos Humanos

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:961AABD7

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o **EDITAL Nº 06/2025 DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2025 para a contratação por prazo determinado, tendo em vista a necessidade de preenchimento de cargos temporários abaixo relacionados, CONVOCA os seguintes candidatos classificados, para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos, situada à Rua Cantú, nº 180 - Centro, Altamira do Paraná (Paço Municipal), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste edital e apresentar os seguintes documentos:
Original e cópia da Carteira de Identidade;
Original e cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Original e cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
Original e cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
Original e Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
Original e Cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
Certidão negativa de antecedentes criminais.
Cópia do Comprovante de endereço;
Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade, pré-requisitos mínimos constantes no Edital de Abertura nº 001/2025;
Cópia da Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo;
Cópia dos Títulos apresentados;
Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
PIS ou PASEP e data de cadastramento;

Exame admissional que comprove a aptidão física e mental para o cargo pretendido.
Declaração, fornecida pelo RH e preenchida no momento da entrega da documentação, da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
Declaração, fornecida pelo RH e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
Declaração de bens e valores, fornecida pelo RH e preenchida no momento da entrega da documentação, que integram o patrimônio privado conforme prescrito no art.32 da Constituição do Estado do Paraná, no Decreto Estadual 4.202 de 30 de maio de 2001, na Lei estadual n. 13.047 de 16 de janeiro de 2001 e na Lei n. 8.429 de 02 de junho de 1992;

1) CARGO: Operador de Máquinas Rodoviárias - 40 horas

Candidato(a)	Classificação
TIAGO MALTA DE OLIVEIRA	7°
NATHAN APARECIDO PEDRO	8º

Altamira do Paraná, 16 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:B7BD3E70

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 13/2026 – PSS Nº 03/2025

EDITAL N° 01/2025 DO PSS Nº 03/2025

LEI MUNICIPAL Nº 608/2019

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 13/2026

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – PR

CONTRATADO: CLAUDIO ADÃO SERAFIM

DO OBJETO: O presente contrato de trabalho por tempo determinado tem como objeto a contratação para o exercício do cargo de MECÂNICO (TEMPORÁRIO), com carga horária de 40 horas semanais.

DA VIGÊNCIA: 13 de março de 2026 à 12 de março de 2027.

REMUNERAÇÃO: R$ 3.961,88 (Três mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos) não será reajustado enquanto durar o contrato, salvo quando interesse exclusivo do CONTRATANTE em conformidade as legislações vigentes.

Altamira do Paraná, PR 13 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:16DB60F8

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA N°. 141/2026

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal SIMONE DASILVA VAZ DIAS, ocupante do cargo de DIRETOR(A) DE COMPRAS, portadora do RG n°. XX.789.XXX-2 e CPF n°.XXX.806.449-XX, como GESTORA dos convênios e das respectivas aquisições abaixo relacionadas:
CONVÊNIO N° 180/2026 – SECID: Referente à aquisição de 01 (um) Caminhão Caçamba 6x4.
CONVÊNIO N° 181/2026 – SECID: Referente à aquisição de 01 (um) Caminhão Caçamba 4x2.

Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal CLAUDEMIR PEDRONI POLIDO, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E VIAÇÃO, portador do RG n°. X.426.XXX-3 e CPF n°. XXX.965.329-XX, como **FISCAL** titular dos objetos descritos no Artigo 1º desta Portaria, competindo-lhe a fiscalização técnica, o acompanhamento da entrega e o devido ateste de recebimento dos veículos.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Altamira do Paraná, 16 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal de Altamira do Paraná

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:A0E9B05B

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 142/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidora em cargo em comissão.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

***Art. 1º - EXONERAR** a pedido, a partir do dia 16 (dezesseis) de março de 2026, a servidora **RAFAELA DE SOUZA VAZ**, matrícula nº **509059,** do cargo em comissão de**DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CC-III**, lotada no Paço Municipal.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:15A31753

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, 1, DE 17/3/2025 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, 1, DE 10/3/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO, 1, DE 20/2/2025

CÂMARA DE VEREADORES DE AMAPORÃ

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
SETOR DE FINANÇAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, 1, DE 17/3/2025, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA DE VEREADORES DE AMAPOORÃ, POR INTERMÉDIO DE SEU PRESIDENTE E A EMPRESA VIAÇÃO GARCIA LTDA, POR MEIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, RELATIVO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 1, DE 10/3/2025, DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1, DE 20/2/2025.

AMAPORÃ CÂMARA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Bahia, nº 49, Bairro Centro, CEP 87.850-000, Centro, nesta cidade, neste ato representado Senhor Presidente Aldair Francisco Caldeira, portador da RG nº 8.**9.70*.* SSP/PR e CPF sob nº 07*.**0.19*-*8, residente e domiciliado na cidade de Amaporã, Estado do Paraná a seguir denominada, **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **VIAÇÃO GARCIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.586.674/0001-07, sito na Avenida Celso Garcia Cid, nº 1.100, Boa vista, CEP 86.039-000, cidade de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representado por seu representante legal, Senhor Estefano Boiko Junior, portador do CPF nº *69.1**.1*9-5*, RG nº 3.9**.2**-5, residente e domiciliado na Rua Ildefonso Werner, nº 112, Condomínio Royal Golf Residente, CEP 86.055-545, na cidade Londrina, Estado do Paraná, doravante denominada, **CONTRATADA**, com inteira sujeição à Lei Complementar Federal 14.133, de 1/4/2021, alterações subseqüentes e legislação pertinente, pelos preceitos de direito público, princípios da Teoria Geral dos Contratos, assim como, pelas condições do Processo de Compras e Serviços nº 1, de 20/2/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 1, de 10/3/2025, artigo 74, III, f, da Lei Complementar Federal 14.133/21, acordam e ajustam entre si o presente Termo Aditivo, ao Contrato Administrativo, 1, de 17/3/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO:
1.1. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA – Fica prorrogado, por mais 12 (doze) meses, o prazo de vigência ajustado entre as partes ao Contrato Administrativo, 1, celebrado em 17/3/2025 – Tópico 7 – que então, passa a vigorar até 17/3/2027, contemplando, nesta ocasião, o período de 17/3/2026 a 17/3/2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, por igual período respeitada a vigência máxima de cinco anos, art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIROS:
2.1. As despesas decorrentes do presente contrato, pelos fornecimentos feitos no presente exercício, na forma do tópico 1.2, correrão à conta dos recursos da(s) dotação(s) orçamentária(s), seguintes:
2.1.1. Dotação – 01001.0103100012.002.339033000000000000 Passagens e Despesas com Locomoção.
2.1.1.1. Aplicação – 01.001 RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS);
2.1.2. Dotação – 01001.0103100012.001.339033000000000000 Passagens e Despesas com Locomoção;
2.1.2.1. Aplicação – 01.001 RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS).
2.2. As despesas decorrentes da presente contratação, para o exercício seguinte, correrão à conta destes mesmos recursos, específicos, consignados na Lei Orçamentária respectiva, juntando-se, ao processo, em janeiro, o respectivo termo de demonstração de compatibilidade orçamentário-financeira.

3. DA RATIFICAÇÃO:
3.1. Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições contratuais.
E, por estarem certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, redigido em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas, que a tudo tomaram ciência.

Amaporã, 16 de Março de 2026.

1. PARTES:

1.1. AMAPORÃ CÂMARA MUNICIPAL
Aldair Francisco Caldeira – Presidente
Representante Legal
Contratante

1.2. VIAÇÃO GARCIA LTDA
Estefano Boiko Junior – Sócio Administrador
Representante Legal
Contratada

2. TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:77E5CB10

LICITAÇÃO
ADENDO Nº 007/2026 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

ADENDO Nº 007 AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – 2026

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 222/2023, e a Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõem sobre Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o Plano Anual de Contratações é instrumento que exterioriza ao mercado fornecedor a demanda planejada;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração no Plano Anual de Contratações – 2026, conforme solicitação constante da Secretaria Municipal de Administração.

Fica inserido ao PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – 2026, o objeto conforme solicitado acima, conforme segue:

Objeto: **A contratação compreende Registro de Preços para futuras e parceladas Aquisições de Pneus Novos, Câmaras de ar e Protetores, dos veículos e máquinas da frota do Município de Amaporã, para atender necessidades dos Departamentos e Secretarias do Município de Amaporã/PR**.

CRONOGRAMA ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: ABRIL/2026.

VALOR ESTIMADO**: R$ 568.004,02 (Quinhentos e sessenta e oito mil quatro reais e dois centavos).**

Amaporã/PR, 16 de março de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:A7391C5F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 107/2026

PORTARIA Nº 107/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Público(a) Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **DENISE ALMEIDA TAROCO,** lotado no Departamento de

Saúde, no cargo de **ZELADORA,** relativas ao período de 07/02/2024 A 06/02/2025, a partir de **13/03/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 13/03/2026
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:03FABE64

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 108/2026

PORTARIA Nº 108/2026

Dispõe sobre a concessão da Gratificação de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE) a servidor público municipal.

OPREFEITO MUNICIPAL DE AMAPORÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelaLei Orgânica Municipal, e com fundamento naLei Municipal nº 1.070/2025, que institui aGratificação de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE)para servidores públicos municipais que desempenham funções com condições diferenciadas de trabalho,considerando a necessidade e o interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida ao servidor**VIVIANI LEITE PARDIN**, matrícula funcional nº **3568**, ocupante do cargo de **MOTORISTA**, lotado naSecretaria Municipal de **EDUCAÇÃO,** aGratificação de Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE), nos termos daLei nº 1.070/2025.

Art. 2º - A concessão da Gratificação TIDE ao servidor ora designado atenderá às seguintes condições e requisitos:
I – O servidor deverá estarà disposição da Administração Pública Municipalsempre que necessário, independentemente do horário de expediente regular;
II – O servidornão poderá acumular outro cargo, função ou atividade remunerada, seja no setor público ou privado, exceto nas hipóteses previstas na legislação vigente;
III – A gratificação será concedida no percentual de50% *(*por cento)sobre a tabela de vencimentos básicos do servidor, conforme fixado na legislação municipal;
IV – A adesão ao Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE)exclui o direito ao recebimento de horas extraordinárias e adicional noturno;
V – O servidor deverá assinar oTermo de Compromisso, reconhecendo as vedações e obrigações inerentes ao regime, bem como suaciência de que a gratificação não se incorpora aos vencimentos para fins de aposentadoria ou outras vantagens;
VI – A concessão seráformalmente registrada no Departamento de Recursos Humanos do Municípioe arquivada noProtocolo-Geral.

Art. 3º - A concessão da Gratificação TIDE poderá serrevogada a qualquer tempo, mediante ato devidamente motivado da Administração Pública Municipal, nos seguintes casos:
I – Porconveniência e interesse público, mediante justificativa expressa da Secretaria onde o servidor está lotado;
II – Pelodescumprimento das obrigações e vedações estabelecidas na Lei nº 02/2025e no Termo de Compromisso assinado pelo servidor;
III – A pedido do próprio servidor, por meio de requerimento formal dirigido à Secretaria Municipal responsável.
Parágrafo único – A revogação da concessão da gratificação será formalizada por novaPortaria do Chefe do Poder Executivo, acompanhada de justificativa escrita, a ser arquivada no Departamento de Recursos Humanos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogando disposições em contrário. Retroagindo seus efeitos ao dia 09/03/2026

Paço Municipal de Amaporã, 16 de março de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:3E1AE9D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

CÂMARA MUNICIPAL DE ANAHY
PORTARIA Nº 792, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias ao vereador SALEZIO BENJAMIN ROSA em viagem a capital Curitiba.

O Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e em conformidade com a LEI MUNICIPAL nº 1.068/2023 (Dispõe sobre a concessão de Diárias dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Anahy),

R E S O L V E:

Art. 1º– CONCEDER o valor correspondente a **01 (uma) DIÁRIA INTEGRAL e 0,5 (meia), com pernoite,** em DESLOCAMENTO PARA CAPITAL DO ESTADO - CURITIBA, conforme autoriza a Lei Municipal nº 1.068/2023, ao vereador relacionado abaixo, para empreender viagem a serviço da Câmara Municipal, sendo:

Nome: **SALEZIO BENJAMIN ROSA**
Cargo: VEREADOR – 9ª Legislatura 2025/2028
Data: **16 e 17/03/2026 (segunda-feira a terça-feira)**
Destino: Curitiba/PR
Meio de Transporte: Veículo Oficial – TORO (Placa: TBL-6B67)
Objetivo da Viagem: ***Participar em conjunto com o Prefeito Municipal ARILSON BATISTA DE SOUZA da Cerimônia de Anúncio de Liberação de Recursos para o Programa de Implantação de Barracões Industriais e Espaços de Coworking em 249 Municípios e audiências e reuniões para acompanhar demandas e assuntos de interesse do Município: - SESA – Secretaria de Estado da Saúde; - Gabinete dos Deputados Estaduais na ALEP: Gugu Bueno e Ademar Traiano e Escritório Regional em Curitiba do Deputado Federal: Pedro Lupion;***
Dotação Orçamentária: 3.3.90.14.00.00 – Diárias – Pessoal Civil.
Diárias Concedidas: 01 (uma) Diária Integral e 0,5 (meia), com Pernoite
Valor Unitário da Diária: R$ 700,00
Valor Unitária da Meia Diária: R$ 350,00
Valor Total Concedido: **R$ 1.050,00**

Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anahy/PR, de 16 de março de 2026.

SALEZIO BENJAMIN ROSA
Presidente

Publicado por:
Cleiton José Damasceno Braga
Código Identificador:054BFBB7

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 020/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2026 - REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de trator agrícola de pneus e plantadeira para atender ao Convênio firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento SEAB, sob n° 35/2026. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 17/03/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 31/03/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08:00 às 09:00 horas do dia 31/03/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09:00 horas do dia 31/03/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO:** R$ 471.075,80 (quatrocentos e setenta e um mil e setenta e cinco reais e oitenta centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES: (45) 3249-1149. Anahy-PR, 16 de março de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:CD77A61D

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição e instalação de 3 (três) estufas hidropônicas, incluindo estrutura metálica, cobertura, sistemas hidropônicos, bancadas, reservatórios e equipamentos, destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar do Município de Anahy, conforme Convênio n° 580/2024 – DESAN, firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e Plano de Trabalho aprovado. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 17/03/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 27/03/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08:00 às 09:00 horas do dia 27/03/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09:00 horas do dia 27/03/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO:** R$ 224.198,23 (duzentos e vinte e quatro mil cento e noventa e oito reais e vinte e três centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES:** (45) 3249-1149. **Anahy-PR, 16 de março de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:74A1964F

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 016/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 004/2026
REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2026

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Arilson Batista de Souza, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de preços para prestação de serviços especializados de usinagem (torno, fresadora e mandrilhadora), soldagem (MIG/MAG, TIG e eletrodo revestido), montagem, ajustes mecânicos, fabricação, recuperação e manutenção de peças e componentes mecânicos e hidráulicos, aplicados à manutenção de máquinas e equipamentos pertencentes à frota municipal, conforme demanda da Administração. Enquadramento: Código de Serviço 14.01 – LC 116/2003, de acordo com as especificações técnicas do anexo I e demais disposições do edital.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
2.1. Fornecedor Registrado: A empresa **GURSKI E RIBEIRO LTDA** inscrita no **CNPJ nº. 15.512.324/0001- 86** estabelecida na Rua Francisco João Nº 195 Bairro Parque Industrial, Nº 195, Parque Industrial II, Nova Aurora-Pr, Cep 85.410-000, Através De Seu Representante Legal o Sr. ELIAS GABRIEL GURSKI, portador do RG nº 212128 e CPF nº 554.806.599-87, Telefone: (45)99817-4017, (45)99918-7784
e-mail: torneariagt@outlook.com.

Lote	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1	**GURSKI E RIBEIRO LTDA CNPJ: 15.512.324/0001-86**	R$ 57.241,50 (cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL		**R$ 57.241,50 (cinquenta e sete mil e duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:AFBF5658

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANAHY Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, n°. 591, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20. **CONTRATADA:** A empresa **INGÁ CAMINHÕES LTDA, CNPJ: 23.008.729/0001-00**, Inscrição Estadual: 024/0491980 Endereço: Rodovia BR 101 KM 383, s/n, Bairro Barracão, na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina CEP 88.820-000. Telefone: 51 2121 0500 – E-mail: maycon.boareto@ingaveiculos; thiago.marcal@ingaveiculos; licitacao@ingaveiculos.com.br, Representante Legal: Leonardo Scholl Giaretta RG: 10481650-9 SSP/PR CPF: 118.574.459-29.
OBJETO: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de caminhões para atender o consórcio CIDERSOP e municípios consorciados**. VALOR CONTRATUAL:** Pela integral e satisfatória entrega do objeto indicado na Cláusula Primeira a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R$ 838.000,00 (oitocentos e trinta e oito mil reais). **CONDIÇÃO DE PAGAMENTO VINCULADA A CONVÊNIO: Parágrafo primeiro** - O pagamento referente ao objeto deste contrato fica expressamente condicionado à efetiva liberação dos recursos financeiros vinculados ao convênio a ser firmado entre o CONTRATANTE e o Governo do Estado do Paraná. **Parágrafo segundo** - Fica pactuado que o pagamento somente será realizado após o recebimento dos recursos mencionados, não sendo devida qualquer quantia ao CONTRATADO antes da disponibilização dos valores pelo Estado.

PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses iniciando a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura**. DOTAÇÃO:** Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia – Paraná.
Anahy, 12 de março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:58681F9D

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.317/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor efetivo Gilmar Silva de Andrade, instrutor de informática, portador do RG. 7.669.650-0 /PR, lotado no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 6238-2, meia diária para empreender viagem a serviço do Departamento Municipal de Saúde, sendo:

Data:	18 de março de 2026.
Destino:	Londrina - Pr
Objetivo:	Transportar (buscar) com o veículo TRACKER placa: SEP1B95, a acompanhante do paciente Rodrigo de Souza Salles que está internado no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná em Londrina.
Protocolo nº	132/2026
Quant. de Diária:	Meia diária
Valor:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:74C9F68F

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.316/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a membro do Conselho Tutelar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no inciso II do Art. 83 da Lei Municipal nº 655/15, de 25 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias a Conselheira Tutelar Marcia Bueno de Assis Oliveira, portadora do RG. 10.489.371-6/PR, matrícula funcional nº 11452-2, lotada no Departamento de Ação Social.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 04 de dezembro de 2024 a 03 de dezembro de 2025, que serão gozadas de: 16 de março à 14 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C935F849

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
ATA Nº. 01/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS 08 DE JANEIRO DE 2026

Foi realizada reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS em oito de janeiro de dois mil e vinte e seis por meio do WhatsApp. Participaram da votação da pauta os seguintes conselheiros: Claysse Danielle Morimoto, Bruna Cristina Leodoro Domingues, Maria de Fátima Souza Costa Silva (presidente), Nivea Maria Lopes Nascimento, Raimundo Eleotério Benfica Junior, Ana Paula de Freitas Gomes, Valdete Aparecida Bento Cavalheiro Bonacin, Ana Claudia Maciel Felix, Ivone de Souza da Costa Santos e João Vieira dos Santos. **Pauta – Apresentação do Plano de Aplicação do Termo de Fomento nº 02/2026 do Lar dos Velhinhos Dona Aracy Barbosa referente ao Convênio Municipal:** Ronaldo explica sobre o Plano de Aplicação referente ao principal Convênio Municipal que a instituição tem com a Prefeitura, no valor de R$352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais). O recurso será dividido da seguinte forma: R$117.000,00 (cento e dezessete mil reais) para gêneros alimentícios. R$14.000,00 (quatorze mil reais) para Serviços de energia elétrica. R$8.000,00 (oito mil reais) para Serviços de gás e outros materiais engarrafados. R$70.000,00 (setenta mil reais) para Material de limpeza e produtos de higienização. R$43.000,00 (quarenta e três mil reais) para Material farmacológico e R$100.000,00 (cem mil reais) para Folha de pagamento. O montante será dividido em 12 parcelas, sendo que a primeira será paga em janeiro no valor de R$29.370,00 (vinte e nove mil e trezentos e setenta reais) e as demais parcelas no valor de R$29.330,00 (vinte e nove mil e trezentos e trinta reais). Após aprovação dos conselheiros, a aprovação será efetivada por meio da Resolução nº 02/2026. Nada mais a tratar, esta ata foi elaborada por Gabriela Rodrigues Reynaldo, sendo que na oportunidade os presentes nesta reunião preencheram o formulário de presença e será feita a divulgação mensal de registros das reuniões e eventos do Conselho com a devida autorização dos membros. Andirá, Paraná, 08 de janeiro de 2026. Ata publicada em 16 de março de 2026.

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:F38F7DF2

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 05/2026

SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social de Andirá – CMAS, aprova a prestação de contas final referente a Deliberação nº 050/2023 CEAS/PR: Incentivo Proteção Social Básica.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Andirá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.435, de 29 de junho de 2021 e

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 12 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas final referente a Deliberação nº 050/2023 CEAS/PR: Incentivo Proteção Social Básica

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Andirá-Paraná, 16 de março de 2026.

MARIA DE FÁTIMA SOUZA COSTA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:6D47D4E4

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
RESOLUÇÃO Nº. 06/2026

SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social de Andirá – CMAS, aprova a prestação de contas referentes às Deliberações 59/2023 e 08/2024 CEAS/PR: Piso Único de Assistência Social (PAS) e a justificativa de saldo superior a 30%, em relação ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Andirá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.435, de 29 de junho de 2021 e

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 12 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prestação de contas referente às Deliberações 59/2023 e 08/2024 CEAS/PR: Piso Único de Assistência Social (PAS) e a justificativa de saldo superior a 30%, em relação ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá-Paraná, 16 de março de 2026.

MARIA DE FÁTIMA SOUZA COSTA SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:5F652DAA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA
ATA Nº. 01/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Foi realizada reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em três de fevereiro de dois mil e vinte e seis com as presenças dos seguintes conselheiros: Maria de Fátima Souza Costa Silva, Gabriela Fantinatti de Campos Carvalhatti, Mayara Oliveira Miranda Paludetto, Lídia Maria Garcia, Rafael Vital dos Santos (Vice-presidente) e Rebeca Gonçalves. Como convidados participaram: Juliana Casagrande Felix, Cristiano Ribeiro, Jaqueline Roberta de Souza, a Secretária de Assistência Social Viviani Millani Teixeira Hatori, Silvane Marcela Mazur, Francieli Munhão Martins e Gabriela Rodrigues Reynaldo. **Pauta nº 01 – Planejamento 2026 e calendário de reuniões ordinárias:** Gabriela explica sobre o planejamento e o calendário de reuniões do conselho para o ano de 2026. As reuniões estão previstas para acontecer uma vez por mês, podendo ser realizado reuniões extraordinárias dentro do mesmo mês. Todos os recados sobre as reuniões e pautas do conselho serão informados no grupo específico para isso. Em relação ao planejamento, está previsto o monitoramento dos seguintes planos: Primeira Infância, Atendimento Socioeducativo, Plano Decenal e Plano de Ação para enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes. As campanhas de Imposto de Renda e 18 de Maio de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Reuniões das comissões ligadas ao conselho, bem como o processo de renovação de registro de algumas entidades. Será realizado também a elaboração de edital para processo de eleição de novo mandato no conselho, considerando que o atual tem vencimento em outubro. Por fim, será também realizado esse ano a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo necessário no momento aguardar novas informações do Estado para posteriormente definir quando será realizado. Ressalta-se que essas ações já constam no planejamento por já serem parte integrante do trabalho do conselho, e que demais pautas que forem surgindo irão sendo incluídas nas pautas das reuniões conforme necessário. E a aprovação do calendário será efetivada por meio da Resolução nº 01/2026. **Pauta nº 02 – Alteração do Decreto nº 10.703 de 11 de fevereiro de 2025 e eleição de novo Presidente:** Gabriela explica que no mês de dezembro houve a solicitação do pedido de desligamento como membra e Presidente por parte da conselheira Simone Godoi Audi de Mello. Diante disso, é necessário nova indicação para representante da Secretaria de Assistência Social para a substituição no conselho e nova eleição para Presidente. A secretária Viviani fez a indicação da servidora Rebeca Gonçalves, psicóloga que atualmente está em atuação no CRAS. Também houve a sugestão de que a mesma fique como Presidente, caso nenhuma outra secretaria tenha o interesse de estar na função. Com todos os membros presentes de acordo, ficou definido então Rebeca Gonçalves como nova presidente do conselho, sendo mantido Rafael Vital dos Santos com Vice-presidente. **Pauta nº 03 – Renovação da inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Lar no CMDCA:** Gabriela explica que conforme foi apresentado em reunião na data de 28 de novembro de 2025, foi dado início ao processo de renovação do serviço Casa Lar no conselho com a solicitação das documentações que devem ser entregues pelos mesmos, além da visita institucional realizada pela Comissão na data de 18 de novembro. Na oportunidade, o serviço entregou apenas parte dos documentos, ficando pendentes os atestados de eficiência emitidos pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude por isso não foi possível o parecer por parte da Comissão, sendo necessário a entrega completa da documentação solicitado para posterior averiguação. Portanto,após a entrega, a Comissão averiguou toda documentação, e considerando também a visita institucional, emitiu parecer favorável a renovação da inscrição. A aprovação será efetivada por meio da Resolução nº 03/2026. **Pauta nº 04 – Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico (PPP) e Medida Socioeducativa:** Jaqueline apresenta o Projeto Político Pedágogico (PPP) e o Regimento Interno para o serviço de medida socioeducativa em meio aberto. O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto tem como público alvo adolescentes de 12 a 18 anos do município que cometeram atos infracionais. O PPP é a ferramenta que visa orientar os condicionantes da medida socioeducativa. De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), os objetivos gerais do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto são: I – a responsabilização do adolescente quanto as consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento e; III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença. Já os objetivos específicos se configuram em: Integrar o adolescente à comunidade, estimulando sua participação em atividades sociais, culturais e esportivas, e desconstruindo estigmas; Apoiar e fortalecer a estrutura familiar do adolescente, orientando os pais ou responsáveis; Articular o acesso do adolescente à educação formal, incentivando a frequência escolar, o bom desempenho e a continuidade dos estudos; Viabilizar para que os adolescentes usufruam dos serviços de saúde, cultura, esporte e lazer, fundamentais para seu desenvolvimento integral; Fortalecer redes de apoio positivas, identificando e mobilizando recursos comunitários que possam contribuir para o desenvolvimento do jovem; Estimular a autonomia e a capacidade de planejamento, incentivando o adolescente a traçar metas e a buscar sua realização; Promover atividades que contemplem o despertar da cidadania e a participação social, capacitando o jovem a exercer seus direitos e deveres de forma plena; Auxiliar pela busca de alternativas e oportunidades que afastem o adolescente da prática de novos atos infracionais; Monitorar o cumprimento das condições da medida,

intervindo quando necessário para reorientar a trajetória do jovem; Promover a interlocução dos técnicos dos Serviços do PAIF e PAEFI durante e após o cumprimento da medida; Estabelecer relação de cooperação mútua com a família visando parcerias colaborativas dos adolescentes em conflito com a lei; Desenvolver a construção de relações de confiança e diálogo entre os profissionais do serviço, familiares dos adolescentes e a comunidade, a fim de criar um ambiente de apoio e acolhimento. Nos procedimentos de acompanhamento, as metodologias usualmente utilizadas são: busca ativa que exige uma postura proativa da equipe técnica para estabelecer e manter os vínculos com o adolescente e família, seja por meio de entrevistas no domicílio, contato telefônico, e principalmente na convocação para elaboração conjunta do PIA (Plano Individual de Atendimento). A interdisciplinaridade e ações em rede são de suma importância também e fazem parte das intervenções, oferecendo aos adolescentes um suporte coeso e consistente. Já o Regimento Interno visa organizar a realização do serviço, considerando o funcionamento do serviço, a equipe técnica disponível, as fases do atendimento, atribuições do município em relação ao serviço, e direitos e deveres do adolescente. Perante a aprovação dos conselheiros e representantes da Comissão Intersetorial de acompanhamento do SINASE presentes, será feita a efetivação por meio da Resolução nº 03/2026. **Informe – Ofício nº 001/2026 Conselho Tutelar:** Gabriela explica que conforme Ofício Circular nº 001/2026 do Conselho Tutelar, os mesmos informam que em reunião ordinária realizada em 12 de janeiro de 2026, na sede do Conselho Tutelar, foi eleita a diretoria para o período de seis meses, definida da seguinte maneira: Presidente: Cristiano Ribeiro. Vice-Presidente: Marcio Briganti. 1º Secretário: Maria Luiza Pereira de Deus de Oliveira e 2º Secretário: José Carlos Reynaldo. Nada mais a tratar, esta ata foi elaborada por Gabriela Rodrigues Reynaldo, sendo que na oportunidade os presentes nesta reunião preencheram o formulário de presença. Andirá, Paraná, 03 de fevereiro de 2026. Ata publicada no Diário Oficial em 16 de março de 2026.

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:758DD5EB

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNPESPA

Ata da reunião do Comitê de Investimentos do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá (FUNPESPA). Às nove horas da manhã do dia dez de março de dois mil e vinte e seis, na sede do FUNPESPA, realizou-se a reunião que contou com a participação de todos os membros do Comitê de Investimentos: Carlos Henrique Claro de Carvalho, André Henrique Dassie e Adriana de Fátima Pereira Salustiano. Os membros do Comitê analisaram o Relatório Analítico dos Investimentos de fevereiro de 2026. Em fevereiro o FUNPESPA obteve um retorno positivo no mês, no valor de R$ 1.153.922,22 (um milhão cento e cinquenta e três mil novecentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos) sendo que desse montante R$ 690.255,87 (seiscentos e noventa mil duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) foi retorno dos ativos da renda fixa e R$ 463.666,35 (quatrocentos e sessenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e cinco centavos) foi o retorno dos ativos da renda variável. Em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e seis o saldo da carteira do FUNPESPA era de R$ 88.229.496,47 (oitenta e oito milhões duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e sete centavos). A carteira está distribuída da seguinte forma: 75,54% em renda fixa e 24,46% em renda variável/Estruturado/Fundo Imobiliário. A gestão e administração dos recursos se encontram alocadas desta forma: 39,81% no Banco do Brasil; 37,67% na Caixa Econômica Federal; 19,57% no Itaú Unibanco e 2,94% no Sicredi. A meta atuarial (IPCA + 5,46% a.a.) no mês de fevereiro ficou em 1,08% e o retorno foi de 1,33%. No ano a meta está em 1,87% e o retorno em 4,06%, o que representa em valores o total de R$ 3.446.133,07 (três milhões quatrocentos e quarenta e seis mil cento e trinta e três reais e sete centavos). O relatório servirá de base para a elaboração do Parecer mensal do Comitê de Investimentos que seguirá para aprovação do Conselho Fiscal na próxima reunião dos Conselhos. Sobre os recursos a serem aplicados no mês de março de 2026, após demanda a nossa consultoria e análise do cenário econômico e das opções disponíveis, foi decidido aplicar em fundos de índice IRFM-1, dividindo o valor das aplicações entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Sendo o que tinha a tratar o Presidente, Carlos Henrique Claro de Carvalho, encerrou a reunião, que foi lavrada por mim, Adriana de Fátima Pereira Salustiano, com a anuência e aprovação de todos e será enviada para publicação do Diário Oficial.

ANDRÉ HENRIQUE DASSIE
Presidente Do FUNPESPA

CARLOS HENRIQUE CLARO DE CARVALHO
Vice-Presidente Do FUNPESPA
Presidente Do Comitê De Investimento

ADRIANA DA FATIMA PEREIRA SALUSTIANO
Membro Do Comitê De Investimentos

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:63560BD9

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N ° 11.125, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: *Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento da cota única do IPTU do ano de 2026.*

.

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 62, inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Andirá-PR, que atribui privativamente ao Prefeito(a) Municipal a expedição de Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, até 14 de abril de 2026, o prazo para pagamento da cota única do IPTU do exercício de 2026, com desconto de 10%, previsto no art. 2º do Decreto nº 11.049, de 13 de janeiro de 2026, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Art. 2º. Art. 2º O pagamento da cota única do IPTU do exercício de 2026, realizado até 14 de abril de 2026, não sofrerá incidência de atualização monetária, juros de mora ou multa de mora.

Art. 3º O pagamento da primeira parcela ou de quaisquer outras parcelas do IPTU do exercício de 2026 implica a opção pelo pagamento parcelado, não sendo aplicável o desconto de 10% previsto para pagamento em cota única.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Bráulio Barbosa Ferraz”, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1394F827

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 030/2026– PSS – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I /EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ANTES E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo

Simplificado de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I /EDUCAÇÃO INFANTIL e PROFESSOR DE ARTES, objeto do Edital nº 004/2024, homologado em 09 de Abril de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 18 de março de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
53º	MAIARA ROBERTA DA SILVA
54º	INGRID FERNANDA MARQUES ESTEVAM
55º	AMANDA OLIVEIRA DA COSTA

CARGO: EDUCADOR INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
13º	JÉSSICA CAVALCANTE NARDONI
14º	VIRIDIANE CAROLINA DE SOUZA

O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de 2 dois dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com item 12.6 do Edital nº 004/2024.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 16 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:099545DE

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL N°. 001/2026

RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE *FISIOTERAPEUTA 20HRS* - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA - PR.

A Prefeitura Municipal de Andirá – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1.170/1993 (Estatuto do Servidor Público Municipal), Lei Municipal nº. 2.282/2011 (Lei de Planos de Cargos e Salários) e Lei Municipal nº 2.628/2015 (Lei de Contratação de Pessoal por Prazo Determinado), com as alterações da Lei Municipal nº 2.838/2016.

CONSIDERANDO o Edital Nº. 001/2026 – PMA – Processo Seletivo Simplificado ***FISIOTERAPEUTA 20HRS,*** Prefeitura Municipal de Andirá–PR;

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado preliminar da análise de títulos dos candidatos que realizaram as inscrições no Processo Seletivo Simplificado **FISIOTERAPEUTA 20HRS** na Prefeitura Municipal de Andirá – PR, conforme segue abaixo:

NÚMERO INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO
2	GLAUCIA DA SILVA BARBOSA	28,1
3	JULIA ROBERTA OLIVEIRA GARCIA	40,7
4	VICTTORIA RODRIGUES DIAS	2,1
5	JOZILMA DE SOUZA ANDRADE	42,6
6	MARIA IRIS ALVES DE SOUSA	0,1
7	ISABELLA MACENA ZAMBARDINO GALLOTTI	40,3
8	JÉMINA ESTER CALIXTO DOS SANTOS	0
9	VITOR MOREIRA GONÇALVES DA SILVA	42,4
10	EVANEIDE PACHECO DA SILVA ALVES	20,4
11	QUITÉRIA MUNIZ LEITE	20
12	GABRIEL FELEX CARNEIRO	0
13	NATHALY RODRIGUES DE CARVALHO ALVES	0,5
14	GEOVANA PIZZAIA PRETTI	42
15	THAMIRES DA SILVA PEREIRA	0,1
16	DOUGLAS CALAZANS	44,1
18	DANIEL GUSTAVO ALBINO	44,1
19	LAURA ISABEL MARTINS DE ALMEIDA	40,9
20	CHRISSIANE SANTOS HONORATO DO NASCIMENTO	0,1
21	LUENNE PAULA ZAMBONI	20
22	ADRIANA BERTESIN DE ALMEIDA SILVEIRA	58,2
23	ELIANE MARTINS FERREIRA DINIZ	20
25	ADRIANA BERTESIN DE ALMEIDA SILVEIRA	58,2
26	LETICIA GOIS BATISTEL	0
27	JENIFFER BARRETO RIBEIRO	36,1
28	JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS	26,1
29	GISLENE FERREIRA DA SILVA	0
30	ADRIANA APARECIDA SOUZA	56,3
31	CARLA VITÓRIA SOUZA LEITE	20
32	HELEN CAROLINE PEREIRA	40,1
33	BRUNO HENRIQUE SANTANA	40,1
35	THAYMARA GARCIA DOS SANTOS RODRIGUES	40,2
36	NIVEA DE ABREU BELO	20
37	EMELISE KETINU SENA CLARO DE CARVALHO	40,1
38	RAPHAELA TUANNY DE DEUS	0
39	REGIANE DO NASCIMENTO FREITAS	0,1
42	EDUARDA DA COSTA ALMEIDA	0,4

Art.2º -Conforme o cronograma estabelecido noEdital nº0 01/2026 - PMA,o prazo para apresentação de recursos é de 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação deste Edital.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá, 16 de Março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5E5C7793

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.928 DE 16 DE MARÇO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 23 de março de 2026, ao Servidor Público Municipal **CRISTIANO RIBEIRO** ocupante do cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante, referente ao período aquisitivo: 10-01-2025 a 10-01-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:A767BBC3

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.929 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	AMANDA FERNANDA NASCIMENTO LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA		
Gestor Titular:	GERSON CARLOS MARCHIONI		
Gestor Substituto:	DIRCEU LUIZ		
Contrato nº	042/2026	**VIGÊNCIA:**	16.03.2026 a 15.03.2027
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE		
Nº licitação	015/2026		
Contratado:	DR. BIDU CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA		
Objeto:	CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:6A000B50

GABINETE DA PREFEITA
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ - PR PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 027/2026
DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2026
DATA DE ADJUDICAÇÃO: 16/03/2026

OBJETO:FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OVOS DE CHOCOLATE PARA A PÁSCOA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

EMPRESAS VENCEDORAS:

49.680.099 CELIA CRISTINA GAMBARELLI NEVES, inscrito no **CNPJ: 49.680.099/0001-09** no valor total dos itens vencidos de **R$ 10.750,00** (dez mil, setecentos e cinquenta reais).

SANTOS E SIMOES LTDA, inscrito no **CNPJ: 49.308.008/0001-09** no valor total dos itens vencidos de **R$ 46.480,00** (quarenta e seis mil, quatrocentos e oitenta reais).

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:A8485ECE

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 042/2026 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 508/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

FORNECEDOR CREDENCIADO:

DR. BIDU CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA, inscrito no **CNPJ: 50.285.884/0001-46;**

VIGÊNCIA: 16.03.2026 a 15.03.2027

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

VITÓRIA MIYAO GOMES
Agente de Contratação

MANOELA MURADAS ZANONI
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 508/2025 E TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 042/2026, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO https://andira.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E618A4EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 01/2026 – CONJUNTA CMAS/CMDI/CMDCA/CMDPD/CMDM

SÚMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), aprovaram a reprogramação de saldos dos Blocos de Financiamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e de outras fontes dos Recursos Estaduais e Federais para o ano de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Andirá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.435, de 29 de junho de 2021 e;

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI no uso das atribuições que lhe confere a Lei de Criação nº 1.627 de 26 de

Outubro de 2006, revogada pela Lei nº 2.998, de 21 de novembro de 2017 e;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.851 de 27 de agosto de 2024 e;

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD/Andirá PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. Lei nº. 3.810 de 06 de maio de 2024, e;

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Andirá/PR, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.840 de 16 de julho de 2024, e

CONSIDERANDO a reunião conjunta do CMAS, CMDI, CMDCA, CMDPD e CMDM, realizada em 24 de fevereiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação de saldos dos Blocos de Financiamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e de outras fontes dos Recursos Estaduais e Federais para o ano de 2026.

Art. 2º - Segue na tabela abaixo a proposta de reprogramação apresentada e aprovada

RECURSO DESTINADO IMPOSTO DE RENDA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Projeto Esperança: R$45.571,48
Casa-lar: R$45.571,49

RECURSO DESTINADO IMPOSTO DE RENDA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCI: R$4.005,94

BLOCO DE GESTÃO DO SUAS (FNAS)
Apoio Técnico Operacional – Conselho Municipal de Assistência Social: R$3.672,24

BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (FNAS)
Programa de Proteção e atendimento integral a família – PAIF – CRAS: R$50.637,06
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Projeto Esperança: R$11.638,78
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCI: R$11.638,78

BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (FNAS)
Apoio Técnico Operacional – Conselho Municipal de Assistência Social: R$5.800,00
Programa Bolsa Família: R$46.715,02

BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – SUAS – MC/AC (FNAS)
Programa de Proteção e Atendimento Especializado à Família PAEFI-CREAS: R$11.800,00
Programa Atendimento Medida Socioeducativa: R$13.097,55
Casa Lar: R$9.158,79
Serviço Jovens e Adultos com Deficiência: R$10.334,71
Serviço Idoso em Abrigo: R$16.480,92

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (FNAS)
Criança Feliz: R$16.102,73

RECURSO DESTINADO IMPOSTO DE RENDA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- CCI: R$61.983,62
Serviço de Idoso em Abrigo -PSE- AC: R$20.000,00

DELIBERAÇÃO 015/2022 CEDI/PR
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCI: R$568,21

DELIBERAÇÃO 47/2022 CEDCA-PR: APOIO E FORTALECIMENTO ÀS FAMÍLIAS DE GESTANTES E CRIANÇAS
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente: R$547,71

PROCAD (FNAS)
Programa Bolsa Família – IGD - PSB: R$10.034,87

DELIBERAÇÃO 78/2022 CEDCA/PR
Fundo Municipal da Criança e Adolescente: R$254,47

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SIG-TV)
Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: R$229,69

ESTRUTURA SUAS (SIG-TV) Emenda Parlamentar Toninho Wandscheer
Projeto Esperança: R$70.000,00
Casa-lar: R$23.241,24
Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: R$42.482,48
Programa de Proteção e Atendimento Especializado à Família – PAEFI: R$23.241,24
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCI: R$23.241,24

DELIBERAÇÃO 19/2023 CEDI/PR
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – CCI: R$44,95

DELIBERAÇÃO 050/2023 CEAS/PR INCENTIVO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Benefícios Eventuais: R$117,73

DELIBERAÇÕES 59/2023 e 08/2024 CEAS/PR-PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAS)
Departamento de Vigilância Socioassistencial – SUAS: R$10.000,00
Casa-lar: R$12.850,94

DELIBERAÇÃO 033/2024 CEDIPI -PR: INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ
Serviço Idoso em Abrigo - PSE – AC: R$1.255,98

DELIBERAÇÃO 034/2024 CEDIPI -PR: PROJETO VIAJA MAIS 60 - FASE II
Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos: R$28.008,35

DELIBERAÇÃO 013/2024-CEDCA/PR MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto: R$27.212,22

DELIBERAÇÃO 009/2024 COEDE/PR
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: R$54.792,07

DELIBERAÇÃO 005/2025 COEDE/PR
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: R$28.013,58

DELIBERAÇÃO 013/2025 CEDCA/PR: POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Casa-lar: R$72.900,40
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Projeto Esperança: R$103.039,47
Serviço de Atendimento de Medida Sócioeducativa em Meio Aberto: R$20.000,00
Criança Feliz: R$75.000,00

EMENDA PARLAMENTAR
Serviço Jovens e Adultos com Deficiência - PSE-MC: R$656,23

DELIBERAÇÃO Nº. 015/2025 CEDM -PR
Fundo Municipal dos Direitos da Mulher: R$45.406,43

DELIBERAÇÃO 49/2025 CEDIPI- PR CUIDA MAIS PARANÁ
Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos: R$40.378,62

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá-Paraná, 16 de março de 2026.

MARIA DE FÁTIMA SOUZA COSTA SILVA
Presidente do CMAS

RONALDO RÉGIS FÁVERO BONESSO
Presidente CMDI

REBECA GONÇALVES
Presidente do CMDCA

DAIANA DE FATIMA COSTA
Presidente CMDPD

JULIANA CASAGRANDE FELIX
Presidente do CMDM

Publicado por:
Claysse Danielle Morimoto
Código Identificador:9AEC3A72

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 1.497 DE 16 DE MARÇO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Portaria 1.493 de 06 de março de 2026, a qual interrompeu as férias a partir do dia 09 de março de 2026 da Servidora;
CONSIDERANDO a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP, na Edição nº 3484 do dia 09 de março de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Servidora **ROSENILDA DA SILVA DINIZ**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, 08 dias de férias remanescentes do período aquisitivo 06/03/2024 a 05/03/2025, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 16 de março de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:629E0D3C

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº. 1.498 DE 16 DE MARÇO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
CONSIDERANDO a Portaria nº 1.471 de 05 de fevereiro de 2026, a qual concedeu Licença por um período de 02 anos para tratar de assuntos particulares, a partir do dia 05 de fevereiro de 2026, ao Servidor Público Municipal **RODRIGO FARIA DIAS.**

RESOLVE:

Art. 1º. *Interromper a pedido do Servidor* **RODRIGO FARIA DIAS**, a licença de 02 anos para tratar de assuntos particulares, a partir do dia 17 de março de 2026. O Servidor é ocupante do cargo de Técnico Segurança do Trabalho

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor nesta data.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Andirá, 16 de março de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor- Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:4F09A92C

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 03/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 61/2026.
HOMOLOGADO DIA: 16/03/2026.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À PROTEÇÃO PATRIMONIAL DA FROTA OFICIAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ - SAMAE.

RESULTADO: GENTE SEGURADORA S.A. - CNPJ: 90.180.605/0001-0, Valor total: R$ 2.943,95 (dois mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos). PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS - CNPJ: 61.198.164/0001-60, Valor total: R$ 3.093,00 (três mil e noventa e três reais).

ANDIRÁ, 16 de março de 2026.

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:664BFA25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO da Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026, que tem por objeto a Contratação de atriz "Leticia Sabatella", para a realização de apresentação artística durante o evento "Paixão de Cristo", no dia 03 de abril de 2026, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico. A contratação será realizada por meio da empresa **EMPRESA TONTERIA PRODUÇÕES E EVENTOS ARTÍSTICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 27.420.998/0001-30, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), vinculada ao Termo de Convênio da SETU nº 112/2026 – Paixão de Cristo, protocolo nº 25.327.025-0.
Fundamenta-se a presente ratificação no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, bem como no parecer jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município.

Antonina, 16 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:3362B9BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

A Prefeita Municipal de Antonina/PR torna pública a RATIFICAÇÃO da Inexigibilidade de Licitação nº 022/2026, que tem por objeto a Contratação do ator Guilherme Winter para a realização de apresentação artística durante o evento "Paixão de Cristo", no dia 03 de abril de 2026, conforme condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico. A contratação será realizada por meio da empresa **PORTATIL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 04.652.505/0001-91, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais),

vinculada ao Termo de Convênio da SETU nº 112/2026 – Paixão de Cristo, protocolo nº 25.327.025-0.
Fundamenta-se a presente ratificação no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, bem como no parecer jurídico emitido pela Procuradoria-Geral do Município.

Antonina, 16 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETI OSAKI
Prefeita

Publicado por:
Camila Schwonka
Código Identificador:87DD8E76

SAMAE DE ANTONINA
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04_2026
BOBINAS

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº SAMAE 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SAMAE 05/2026
O Diretor do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, comunica a aprovação do Termo de Referência e da Justificativa de Dispensa de Licitação constantes no presente processo administrativo, ficando a responsabilidade pelas informações técnicas adstritas aos seus subscritores, e AUTORIZA e RATIFICA a Dispensa de Licitação nº SAMAE 04/2026, nos termos da legislação vigente.
1. DA AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
1.1. Motivação: Conforme Documento de Formalização de Demanda (DFD), bem como o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência elaborados para o presente processo administrativo, verificou-se a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento de bobinas de papel térmico personalizadas, destinadas à impressão das faturas de consumo de água e esgoto emitidas pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina.
A referida contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais do SAMAE, especialmente no que se refere ao processo de leitura e emissão das faturas de água e esgoto, atividade essencial para a gestão do faturamento, arrecadação e manutenção dos serviços públicos de saneamento prestados à população antoninense.
As bobinas de papel térmico são utilizadas nos equipamentos de impressão térmica empregados pelas equipes responsáveis pela leitura dos hidrômetros e emissão das faturas diretamente no local de atendimento, garantindo maior eficiência, agilidade e confiabilidade no processo de faturamento dos serviços prestados pela Autarquia.
1.2. Base Legal: art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
Art. 75. É dispensável a licitação:
II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
1.3. Do Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de bobinas de papel térmico personalizadas para impressão de faturas de água e esgoto, destinadas às atividades de leitura e faturamento do Serviço
Página 2 de 2
Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Antonina, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
1.4. Valor: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).
1.5. Contratada: BH Bobinas Ltda.
1.6. CNPJ: 24.899.419/0001-95
2. DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo de Dispensa de Licitação, dispensado de manifestação jurídica específica, tendo em vista tratar-se de contratação de pequeno valor, conforme entendimento jurídico constante nos autos do processo administrativo.
Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, RATIFICO a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentado no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, conforme Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência elaborados para o presente processo administrativo, autorizando a contratação da empresa BH Bobinas Ltda., inscrita no CNPJ nº 24.899.419/0001-95, para o fornecimento de bobinas de papel térmico personalizadas destinadas à impressão de faturas de água e esgoto do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Antonina.
Antonina, 16 de Março de 2026.

ELISEU MARCHIORI TRANCOSO
Diretor – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE
CNPJ 75.247.098/0001-85 Autoridade Ratificadora

Publicado por:
Cleber de Araujo Cezarino
Código Identificador:95626CBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 89/2026 - ABRE CRÉDITO AO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 089/2026, de 13 de março de 2026

Abre crédito adicional especial na importância de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 13/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no valor de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas.

Crédito Especial

12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.	Desenvolvimento dos Assuntos de Comunicação, Cultura e Patrimônio Histórico	
561 - 3.3.90.36.00.00	3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 123.065,62
560 - 3.3.90.39.00.00	3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 7.792,93
562 - 4.4.90.52.00.00	1806 Equipamentos e Material Permanente	R$ 25.000,00
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação Tradicional e Desenvolvimento da Cultura	
563 - 3.3.90.39.00.00	1412 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 157.334,44

Valor: R$ 313.192,99

Art. 2º. Para atendimento ao disposto no artigo 1º deste decreto, servirão como recursos os valores provenientes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:E34B641B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 92/2026 - EXONERA CHEFE DE DIV DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS - SEC SAÚDE

DECRETO Nº 92/2026, de 16 de março de 2026

EXONERA CHEFE DE DIV DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS
SEC MUNICIPAL DE SAÚDE

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, **RANULPHO MARTINS NETO,** RG nº 12.825.088-3 SESP/PR, do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTAMINANTES AMBIENTAIS – SEC MUNICIPAL DE SAÚDE – CC2**, em **16/03/2026.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita em 16 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:925686BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 076/2026 - EXONERA , CICERA DO CARMO - CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA – SEC MUN DE FINANÇAS

DECRETO Nº 076/2026, de 04 de março de 2026

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA SECRETARIA MUN DE FINANÇAS

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, **CICERA DO CARMO,** CPF 729.929.212-20 , do cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA – SEC MUN DE FINANÇAS,** em **04/03/2026.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 04 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:7970E68C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 078/2026 - NOMEIA ASSESSORA ADMINISTRATIVA DO GABINETE - CICERA DO CARMO

DECRETO Nº 078/2026, de 04 de março de 2026

NOMEIA ASSESSORA ADMINISTRATIVA DO GABINETE

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI , Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, **CICERA DO CARMO,** CPF 729.929.212-20 , para o cargo de **ASSESSORIA ADMINISTRATIVA - GABINETE** em **05/03/2026.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 04 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:1489681D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 75/2026 - EXONERA, ROSEMERI DE ANDRADE RODRIGUES - CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

DECRETO Nº 75/2026, de 04 de março de 2026

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, **ROSEMERI DE ANDRADE RODRIGUES,** RG n° 7.037.669-5 SSP/PR do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – SIMBOLO CC2,** em 04/03/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 04 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:222DD213

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 77/2026 - NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA – SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - ROSEMERI DE ANDRADE RODRIGUES

DECRETO Nº 77/2026, de 04 de março de 2026

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA –SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, **ROSEMERI DE ANDRADE RODRIGUES,** RG n° 7.037.669-5 SSP/PR para o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE INFORMÁTICA – SEC MUN DE FINANÇAS – SIMBOLO CC2,** em 05/03/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 04 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:802FA63B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 79/2026 - NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - JOSE DE MELLO NETO

DECRETO Nº 79/2026, de 04 de março de 2026

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL –SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, **JOSE DE MELLO NETO,** RG n° 031.252.809-40 para o cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEC MUN DE EDUCAÇÃO E ESPORTES – SIMBOLO CC2,** em 05/03/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 04 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6407361F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 13/2026 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO AO ORÇAMENTO

LEI Nº 013/2026

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional especial na importância de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos).

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná:
A Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Municipal, com a correspondente adequação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no valor de até R$ 313.192,99 (trezentos e treze mil, cento e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas.

Crédito Especial

12.000.00.000.0000.0.000.	**SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**	
12.002.00.000.0000.0.000.	Divisão de Cultura	
12.002.04.131.0003.2.068.	Desenvolvimento dos Assuntos de Comunicação, Cultura e Patrimônio Histórico	
561 - 3.3.90.36.00.00	3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 123.065,62
560 - 3.3.90.39.00.00	3806 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 7.792,93
562 - 4.4.90.52.00.00	1806 Equipamentos e Material Permanente	R$ 25.000,00
12.002.13.122.0003.2.022.	Preservação Tradicional e Desenvolvimento da Cultura	
563 - 3.3.90.39.00.00	1412 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 157.334,44

Valor: R$ 313.192,99

Art. 2º. Para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, servirão como recursos os valores provenientes do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FEDF4F24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 071/2026 - LICENÇA ESPECIAL - OSMAIR DA LUZ PEREIRA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 071/2026, de 20 de fevereiro 2026.
A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 1076/2026.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **OSMAIR DA LUZ PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais – Matrícula nº 136501,** 90 (noventa) dias de Licença Especial remunerada, no período de **09/02/2026 à 29/04/2026**, conforme Protocolo nº 1076/2026

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 20 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:326819F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 072/2026 - LICENÇA MATERNIDADE DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, KAMYLLA CRYSTIE MODESTO DO CARMO SALES , ENFERMEIRO(A)

PORTARIA Nº 072/2026, de 20 de fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 2043/2026,

Resolve

Conceder a Servidora, **KAMYLLA CRYSTIE MODESTO DO CARMO SALES , ENFERMEIRO(A) – Matricula nº 6013**, Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, no período de **12/02/2026 à 10/08/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 20 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:EB647869

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 073/2026 - LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ROSEMERI ANDRADE RODRIGUES – CHEFE DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEMED

PORTARIA Nº 073/2026, de 26 de fevereiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, Considerando o Protocolo nº 2218/2026
Resolve:

Conceder, a(o) Servidor(a)**ROSEMERI ANDRADE RODRIGUES – CHEFE DE ENSINO FUNDAMENTAL – SEMED , Matrícula nº 6332 -** 15 (quinze) dias, Licença Tratamento de Saúde, conforme atestado anexo ao protocolo supracitado, sendo os primeiros 15 (quinze) diasde **12/02/2026a26/02/2026,** pagos pela Prefeitura e a partir do 16º (décimo sexto) dia pago pelo RGPS/INSS, desde que deferido pela perícia médica/INSS,

Conforme atestado o servidor deverá permanecer em tratamento médico/clinico por um período **–30 (trinta)** dias, devendo requerer auxilio doença junto ao RGPS/INSS, auxiliado pelo Setor de Recursos Humanos – PMA.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 26 de fevereiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:9530DF2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 074/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, CELSO LUÍS MACHADO DA COSTA, AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO

PORTARIA Nº 074/2026, de 26 de fevereiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 2395/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **CELSO LUÍS MACHADO DA COSTA, AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO ,** 04 (quatro) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **24/02/2026 à 27/02/2026**, conforme o protocolo nº 2395/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, **26 de fevereiro de 2026**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:68C922F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 075/2026 - LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA, MARIA DE FATIMA BATISTA DE LIMA DO NASCIMENTO, SEGURANÇA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 075/2026, de 26 de fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 2/2026,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **MARIA DE FATIMA BATISTA DE LIMA DO NASCIMENTO, Segurança Municipal – Matricula nº 322471 ,** 10 (dez) dias de Licença para acompanhar pessoa doente na família, no período de **25/02/2026 à 06/03/2026**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 2443/2026.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 26 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B391B94C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 076/2026 - LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA, SANDRA JOELMA BILEK RAMOS, TEC EM EMFERMAGEM

PORTARIA Nº 076/2026, de 27 de fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 2502/2026,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **SANDRA JOELMA BILEK RAMOS, TEC EM EMFERMAGEM – Matricula nº 824 ,** 30 (trinta) dias de Licença para acompanhar pessoa doente na família, no período de **26/02/2026 à 27/03/2026**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 2502/2026.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 27 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:52F82514

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 077/2026 - LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA, LELIA VALERIA DANTAS DA FONSECA, PROFESSORA (A)

PORTARIA Nº 077/2026, de 27 de fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 2439/2026,

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a **LELIA VALERIA DANTAS DA FONSECA, Professora (A) – Matricula nº 1001,** 30 (trinta) dias de Licença para acompanhar pessoa doente na família, no período de **26/02/2026 à 27/03/2026**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 2439/2026.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, de 27 de fevereiro de 2026**.**

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:02DB5EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 078/2026 - EXONERAR, A PEDIDO, EM 26/02/2026 , A(O) SERVIDOR(A) RAISSA DOS REIS NUNES DIAS , MATRICULA Nº 6458 , DO CARGO AUXILIAR DE CUIDADOR(A)

PORTARIA Nº 078/2026, de 27 de fevereiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Protocolo n. 2413/2026

Resolve:

Exonerar, a pedido, **Em 26/02/2026** , **a(o)** Servidor(a) **RAISSA DOS REIS NUNES DIAS , Matricula nº 6458** , do cargo **Auxiliar de Cuidador(A) – Contratado PSS 002/2025,** considerando o Requerimento Protocolo nº 2413/2026

Declarar vago o cargo público de **AUXILIAR DE CUIDADOR(A)** no Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 27 de fevereiro de 2026.

ROSANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2E7C3525

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PSS N 001/2025 – SEMED CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO – Nº 06/2026 EDITAL CONSOLIDADO

PSS N 001/2025 – SEMED

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO – Nº 06/2026

EDITAL CONSOLIDADO

1. A **Prefeita Municipal de Antonina**, Rozane Maristela Benedetti Ozaki, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, considerando edital nº 001/2025 e considerando o Decreto, 183/2025, que homologa o Processo Seletivo Simplificado 001/2025, **torna público a convocação retificada dos candidatos abaixo relacionados para assinatura dos contratos e** para exercerem a função de **Professor I (Ensino Fundamental Anos Iniciais)**, conforme análise de títulos realizada pela Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, nomeados através do Decreto nº 378/2025, no dia 26 de agosto de 2025.

PROFESSOR I

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SOMA
319º	VALDIRENE DO ROCIO SANTOS CORDEIRO	13
324º	LAURA RENATA MATOZO DE CARVALHO LASCOWSKI	11

2. O **local e hora da realização das atividades laborais** será informada pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, situada na Avenida Conde Matarazzo, nº 758, Anexo 1 – Penha, Antonina – PR, no dia **19 de março de 2026, das 08h30 às 12h e das 13h30 às 15h**.

3. Após a apresentação na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, os classificados deverão apresentar-se à Administração Pública, no **Setor de Recursos Humanos**, no Anexo da Prefeitura Municipal de Antonina, situado na Rua XV de Novembro, nº 150 – Centro, para assinatura contratual e fornecimento de dados para formalização dos serviços.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Antonina em 13 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OZAKI
Prefeita Municipal de Antonina

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:9FAAC145

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PSS Nº 003/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 CANDIDATOS INDEFERIDOS OU NÃO COMPARECENTES Nº 10/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025

CANDIDATOS INDEFERIDOS OU NÃO COMPARECENTES Nº 10/2026

1. A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Simone Medina Vicenço Chaves, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, considerando edital 003/2025 e considerando o Decreto 183/2025, que homologa o Processo Seletivo Simplificado 003/2025, **torna público** a lista de candidatos homologados **indeferidos ou que Não Compareceram** perante análise de títulos realizado pela Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - Edital nº 003/2025

Classificação	Nome	Situação	Observações
19º	Laryssa Aguiar De Farias Cicarello	Não compareceu.	

2. Conforme dispõe o item 5, DA SELEÇÃO E ANÁLISE DOS TÍTULOS
3. Em conformidade ao que se dispõe no item 5 do edital nº 003/2025, "**DA SELEÇÃO E ANÁLISE DE TÍTULOS**".

a) (Item 5.8). Será eliminado do PSS o candidato que não apresentar os documentos exigidos e os títulos informados em sua inscrição e seleção pública.

b) (Item 5.9). Não haverá segunda chamada para a declara de títulos ou de sua análise.

c) Não comprovação de tempo de serviço.

d) (Item 5.11). Não haverá inclusão em final de lista de classificação.

Antonina, 13 de março de 2026.

SIMONE MEDINA VINCENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes
Decreto nº 005/2025

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B111D5EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2026 -- RETIFICA A RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2026, PARA CORREÇÃO DA REDAÇÃO DO ART. 1º

O Conselho Municipal de Assistência Social de Antonina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 18/92,

RETIFICA a Resolução CMAS nº 03/2026, para correção da redação do Art. 1º, passando a vigorar com o seguinte texto:

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social de Antonina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 18/92.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação apresentados pelo órgão gestor municipal de assistência social, referentes à execução dos recursos do Incentivo para a construção de um CRAS, conforme Deliberação nº 007/2026 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLICA-SE

Antonina, 13 de março de 2026.

JAIME FERNANDES DA CONCEIÇÃO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:624651A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: ML SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF: 28.491.296/0001-00.
VALOR REGISTRADO: R$ 22.612,75 (vinte e dois mil seiscentos e doze reais e setenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:F60148CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: INT SOLUÇÕES PARA RECICLAGEM LTDA - ME, CNPJ/MF: 07.703.592/0001-57.
VALOR REGISTRADO: R$ 3.860,00 (três mil oitocentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:9856C5AD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: TEJO PARTICIPACOES E SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, CNPJ/MF: 31.109.248/0001-19.
VALOR REGISTRADO: R$ 34.374,50 (trinta e quatro mil trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:867A46F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: BNB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF: 08.692.456/0001-71.
VALOR REGISTRADO: R$ 7.272,50 (sete mil duzentos e dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:61733C29

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: Y P RAIS SUPRIMENTOS, CNPJ/MF: 40.648.281/0001-08.
VALOR REGISTRADO: R$ 1.382,80 (mil trezentos e oitenta e dois mil e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:551CFFED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: M M J INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 35.137.952/0001-36.
VALOR REGISTRADO: R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:90AD979F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2026

OBJETO: A presente Ata na Modalidade Registro de Preços tem como objeto eventuais aquisições de peças e suprimentos para impressoras e multifuncionais para diversos setores desta Prefeitura, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, proposta da contratada, e no Termo de Referência.
FORNECEDOR: HR COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/MF: 29.106.687/0001-26.
VALOR REGISTRADO: R$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinco reais).
VIGÊNCIA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:CB0E5BA4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, nos termos da justificativa apresentada e do parecer jurídico, a inexigibilidade de licitação nº 005/2026, processo administrativo nº 010/2026, e homologo-a para fins de contratação da **Associação Aleph de Arte**, inscrita no **CNPJ: 48.729.629/0001-01**, visando a contratação de instituição especializada para a realização e apresentação do espetáculo teatral "Paixão de Cristo", a ser realizado no dia 30 de março de 2026, às 20 horas, no Complexo Esportivo Municipal, em alusão às celebrações da Semana Santa, no Município de Astorga, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
O valor total estimado da contratação é de R$ 42.874,02 (quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais, dois centavos), cujos recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
13.004.23.695.0016.2.102.3.3.90.39.00.00 - Red: 1476 - Desdobramento: 23 - 00
A presente contratação enquadra-se na hipótese prevista no Inciso II, do Art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021, determinando a publicação deste ato por força do disposto no Art. 1º, do Decreto Municipal nº 049/2023, que regulamentou a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Astorga-Pr.

Astorga, 13 de março de 2026

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Allison Mackenzie Mossato
Código Identificador:F11DC993

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico, nos termos da justificativa apresentada e do parecer jurídico, a inexigibilidade de licitação nº 007/2026, processo administrativo nº 025/2026, e homologo-a para fins de contratação com a empresa FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE SALÃO - FPFS, inscrita no CNPJ: 75.971.564/0001-70, objetivando a efetivação de inscrição/pagamento de anuidade e prestação de serviços de arbitragem profissional no CAMPEONATO PARANAENSE DE FUTSAL, SÉRIE BRONZE 2026, com a equipe adulta e no CAMPEONATO PARANAENSE DE FUTSAL 2026, com a equipe sub 12.

O valor total da contratação é de **R$ 42.280,00 (quarenta e dois mil, duzentos e oitenta reais),** cujos recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
11.007.27.812.0012.2.088.3.3.90.39.00.00. Red: 1250 - Desdobramento: 05-00
A presente contratação enquadra-se na hipótese prevista no Art. 74, da Lei Federal nº 14.133/2021, determinando a publicação deste ato por força do disposto no Art. 1º, do Decreto Municipal nº 049/2023, que regulamentou a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Astorga-PR.

Astorga, 13 de março de 2026

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Allison Mackenzie Mossato
Código Identificador:04EE8928

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 008/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2023, para comparecer na **Prefeitura Municipal de Astorga - Departamento Municipal de Gestão de Pessoas, no período de 26/03/2026 a 27/03/2026**, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Cópia do Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- Cópia do CPF dos dependentes menores;
- Cópia do comprovante de conclusão do curso exigido no Edital de Concurso;
- Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- Cópia do Cadastro no PIS / PASEP;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;
- Certidão Criminal;
- Comprovante de residência;
- 1 foto 3 x 4.

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.

CARGO: FISCAL DE OBRAS

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Pedro Henrique Ribeiro Egea	**54,00**	**4º lugar**

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Gabriela Caroline Baptista Magron	**56,00**	**12º lugar**

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D963E756

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, no uso de suas atribuições legais, convoca os membros do Conselho para a Reunião Ordinária a ser realizada no dia 18/03/2026 (quarta–feira)às 14 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Idosos e Pessoas com Deficiência, localizada na: AV. Dr. José Soares de Azevedo, n°405, Astorga/PR.

Pautas:

Elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas para Pessoa Idosa;
Assuntos gerais.

ANNA PAULA DA SILVA DUARTE
Presidente do CMDI

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:85FDA32F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DECISÃO PAS 08/2026

Ao Sr.
Claudio Rogério Ferreira
CPF: 915.244.319-15
Rua Amazonas, 397 – Vila Olivia
Astorga – PR – 86.730-000

Prezado,
Na qualidade de **Diretora da Vigilância em Saúde do Município de Astorga - PR**, faço uso da presente para adverti-lo a respeito do descumprimento da **Lei Complementar nº 2.017/2008 (Código de Postura do Município)**, no que diz respeito ao imóvel**Quadra 50, Lote 20-R, Cadastro Imobiliário 4233** localizado na **Rua Amazonas – Vila Olivia – Astorga - PR**, que apresentava mato alto, propiciando o favorecimento à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico, em descumprimento ao **Art. 128**, Os proprietários, inquilinos, ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, lotes, glebas e outras áreas que ocupem.
Solicito, assim, ao proprietário do imóvel, uma maior atenção às Leis do Município, a fim de evitar descumprimentos futuros e eventual imposição de multa.
Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos vossa colaboração e ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.
Após, baixa e arquivamento do auto.

Astorga – PR, 12 de Março de 2026.

LUCIANE SOARES DE LIMA MATTOS
Diretora da Vigilância em Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:43518473

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DECISÃO PAS 09/2026

Ao Sr.
Sandro Rogério Gaspar
CPF: 884.482.829-49
Alameda Atenas, 67 – Jardim Europa
Rio Branco – AC – 69.915-431

Prezado,
Na qualidade de **Diretora da Vigilância em Saúde do Município de Astorga - PR**, faço uso da presente para adverti-lo a respeito do descumprimento da **Lei Complementar nº 2.017/2008 (Código de**

Postura do Município), no que diz respeito ao imóvel**Quadra 8, Lote 29, Cadastro Imobiliário 3124** localizado na **Rua Castro Alves – Astorga - PR**, que apresentava mato alto, propiciando o favorecimento à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico, em descumprimento ao **Art. 128**, Os proprietários, inquilinos, ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, lotes, glebas e outras áreas que ocupem.
Solicito, assim, ao proprietário do imóvel, uma maior atenção às Leis do Município, a fim de evitar descumprimentos futuros e eventual imposição de multa.
Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos vossa colaboração e ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.
Após, baixa e arquivamento do auto.

Astorga – PR, 12 de Março de 2026.

LUCIANE SOARES DE LIMA MATTOS
Diretora da Vigilância em Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:5BBB6BDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JULGAMENTO

1 - FUNDAMENTAÇÃO
1.1 - SOBRE O AUTO DE INFRAÇÃO
Verifica-se no **Auto de Infração nº 08/2026** de 24 de Fevereiro de 2026 a existência de irregularidade sanitária quanto à questão de mato alto propiciando o **FAVORECIMENTO** à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Justifica-se então correta **Infração** e **Processo Administrativo Sanitário**, em vista que a irregularidade encontrada está claramente citada nas páginas deste processo.

1.2 SOBRE A DEFESA
O infrator não apresentou quaisquer formas de **defesa prévia** dentro do prazo previsto de **15** dias úteis descrito no **Auto de Infração nº 08/2026** de 24 de Fevereiro de 2026.
Em visita realizada pela **Vigilância Sanitária** no dia 12 de Março de 2026 às 14:42h, constatamos que o imóvel citado apresentou situação **regularizada**, com limpeza do mesmo, eliminando **RISCO** sanitário.
Não há existência de **Processo Administrativo Sanitário** transitado em julgado nos arquivos da **Vigilância Sanitária**.

2 – DECISÃO
Assim, plenamente demonstradas às irregularidades através do **Auto de Infração nº 08/2026** de 24 de Fevereiro de 2026, acima citado e nas provas documentais apresentadas, fica o infrator sujeito as penalidades cabíveis em legislação.
Com base no **Art. 88 da Lei Complementar 2.017/2008**, considerando recurso imagem do dia 12 de Março de 2026 às 14:42h anexo ao processo, e também não existir processo administrativo sanitário transitado em julgado contra o recorrente em vigência, caracterizando ser primário o infrator, fica a infração sanitária classificada como grau **MÍNIMO**, previsto no **Art. 73 da Lei Complementar 2.017/2008**, cominada a penalidade de **ADVERTÊNCIA POR ESCRITO**.

Astorga – PR, 12 de Março de 2026.

LUCIANE SOARES DE LIMA MATTOS
Diretora da Vigilância em Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:90ECD91C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JULGAMENTO

1 - FUNDAMENTAÇÃO
1.1 - SOBRE O AUTO DE INFRAÇÃO
Verifica-se no **Auto de Infração nº 09/2026** de 24 de Fevereiro de 2026 a existência de irregularidade sanitária quanto à questão de mato alto propiciando o **FAVORECIMENTO** à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Justifica-se então correta **Infração** e **Processo Administrativo Sanitário**, em vista que a irregularidade encontrada está claramente citada nas páginas deste processo.

1.2 SOBRE A DEFESA
Em 25 de Fevereiro de 2026, o autuado em contato com esta Vigilância Sanitária via ligação telefônicacomprometeu-se a regularização do imóvel. Justificou que, reside fora da cidade em outro Estado, o que impede o acompanhamento frequente da situação do imóvel. Contudo, após tomar ciência do Auto de Infração, diligenciou a limpeza imediata do local.
Em visita realizada pela **Vigilância Sanitária** no dia 12 de Março de 2026 às 14:29h, constatamos que o imóvel citado apresentou situação **regularizada**, com limpeza do mesmo, eliminando **RISCO** sanitário.
Não há existência de **Processo Administrativo Sanitário** transitado em julgado nos arquivos da **Vigilância Sanitária**.

2 – DECISÃO
Assim, plenamente demonstradas às irregularidades através do **Auto de Infração nº 09/2026** de 24 de Fevereiro de 2026, acima citado e nas provas documentais apresentadas, fica o infrator sujeito as penalidades cabíveis em legislação.
Com base no **Art. 88 da Lei Complementar 2.017/2008**, considerando recurso imagem do dia 12 de Março de 2026 às 14:29h anexo ao processo, e também não existir processo administrativo sanitário transitado em julgado contra o recorrente em vigência, caracterizando ser primário o infrator, fica a infração sanitária classificada como grau **MÍNIMO**, previsto no **Art. 73 da Lei Complementar 2.017/2008**, cominada a penalidade de **ADVERTÊNCIA POR ESCRITO**.

Astorga – PR, 12 de Março de 2026.

LUCIANE SOARES DE LIMA MATTOS
Diretora da Vigilância em Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:D0EB3A26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 297/2025

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

EXONERAR o servidor **RODRIGO SILVA DE MIRANDA,** portador do CPF nº ...., do cargo em comissão de **Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, Símbolo CE-01**, a partir de 16 de março de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B8C683DB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 298/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E
NOMEAR, **LUCAS PUCILLO ZANATTA**, brasileiro, solteiro, portador do RG. nº .....- SESP/PR e CPF/MF sob nº....., nascido aos 23/06/1999, em Astorga – PR, residente e domiciliado à Rua Bahia, nº 26, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Bem-Estar Animal, Símbolo CE-01**, a partir de 16 de março de 2026, revogando-se a Portaria nº 1.276/2025, de 06/11/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:399D7524

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 299/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

NOMEAR, **FULVIO MUELLER,** brasileiro, casado, portador do RG. nº ....- SESP/PR e CPF/MF sob nº....., nascido aos 23/04/1978, residente e domiciliado à Rua Arcênio Cavallari, nº 238, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Qualificação de Mão de Obra, Símbolo CC-04**, a partir de 16 de março de 2026, revogando-se a Portaria nº 1266/2025, de 05/11/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:10E58D24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 300/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

NOMEAR, **VALÉRIA DENIPOTI**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG n.º ....- SESP/MT e CPF/MF sob n.º...., nascida aos 28/02/1970, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua José Ast, n.º 397, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Relações do Trabalho, Símbolo CC-04**, a partir de 16 de março de 2026, revogando-se a Portaria nº 1.270/2025, de 05/11/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:82AFA248

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2024 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
CONVOCAR, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital n.º 001/2024, para comparecer na **Prefeitura Municipal de Astorga - Departamento de Recursos Humanos, no período de 26/03/2026 a 27/03/2026**, munidos dos seguintes documentos:
- Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- Cópia do Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos dependentes;
- Cópia do CPF dos dependentes menores;
- Cópia do comprovante de conclusão do curso exigido no Edital de Concurso;
- Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- Cópia do Cadastro no PIS / PASEP;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão de Quitação com a Justiça Eleitoral;
- Certidão Criminal;
- Comprovante de residência;
- 1 foto 3 x 4.

O não comparecimento no prazo estipulado, implicará na desclassificação dos candidatos.

CARGO: MERENDEIRO

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Maria de Lourdes Mariani	8,5	24º lugar

CARGO: MOTORISTA GERAL

NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
- Lucas Carvalho Botura	17,5	8º lugar

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:4199E397

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

OBJETO: "Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus, Unidades básicas de Saúde e Farmácia Básica", de acordo com as condições particulares deste Edital e de seus Anexos, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$198.261,2470 (cento e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos.

Recebimento das Propostas: das 08h00min do dia 18/03/2026 às 08h14min. do dia 01/04/2026.
Abertura das Propostas: das 08h15min. do dia 01/04/2026 às 08h59min. do dia 01/04/2026
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h do dia 01/04/2026

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1*.
Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 16 de março de 2026.

Assinado Digitalmente
RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:D6741FAB

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 004/2026 - CHAMADA PÚBLICA 011/2025 - PSS - MOTORISTA

EDITAL Nº 004/2026

A Secretária Municipal de Saúde, considerando rigorosamente a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 011/2025, homologado pelo Decreto nº 041/2026 que visa à contratação em caráter temporário para o cargo de Motorista, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 17012/2025, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 11 - DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO** da **CHAMADA PÚBLICA 011/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **18/03/2026, às 09h00min**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **PSS - MOTORISTA** ou pela opção de desistência, conforme consta em Edital item 12.8 **não é facultado o pedido de final de lista**.

DAS VAGAS

Conforme o Processo nº 4816/2026 - SMS, a vaga disponível é:

ATUAÇÃO PARA:	N° DE VAGAS	TURNOS
Departamento de Transporte Sanitário	1	Plantão 24x72 (19h00 às 19h00)

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

DACLASSIFICAÇÃODOSCANDIDATOS

CLASS.	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
7°	MIGUEL DANIEL MARINS	894/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Anexo II – Rol de Documentos Necessários para Assunção do Cargo

O candidato convocado deverá apresentar os documentos originais e uma cópia de cada, às suas expensas, todos em situação regular:

Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com categoria D ou superior com validade vigente;
1 fotos 3x4 recentes;
Carteira de Trabalho (física ou digital);
Comprovante de endereço atual;
Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Título de eleitor e comprovante da última votação;
Certidão de quitação eleitoral, disponível pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
Atestado de saúde ocupacional, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual se inscreveu, emitido pelo médico perito do município a ser agendado pelo Departamento de Gestão de Pessoas em data a ser determinada;
Declaração (Anexo V) de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento;
Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
Certidão negativa criminal da Justiça Militar Estadual, no caso de policial militar da ativa, desde que não configurado o acúmulo de cargo vedado em lei, e ex-policial militar;
Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo VI deste Edital.

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão conforme anexo III do edital.

Balsa Nova, 16 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica Decreto Municipal 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:720E33D6

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 008/2026 - CHAMADA PÚBLICA 008/2025 - PSS – TECNICO EM SAÚDE

EDITAL Nº 008/2026

A Secretária Municipal de Saúde, considerando rigorosamente a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 008/2025, homologado pelo Decreto nº 203/2025 que visa à contratação em caráter temporário para o cargo de Enfermeiro e Técnico em Saúde, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 16.063/2025, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 - DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO** da **CHAMADA PÚBLICA 008/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **18/03/2026, às 09h30min**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **PSS – TECNICO EM SAÚDE** ou, alternativamente, pela opção de desistência, conforme consta no item 9.3 do edital, sendo que **não é facultado o pedido de final de lista.**

DAS VAGAS

Conforme o Memorando n.º 58/2026 - Processo n.º 676/2026 – SMS, a vaga disponível é:

CARGO TECNICO EM SAÚDE		
LOCAL	**N° DE VAGAS**	**TURNOS**
Centro Médico Bom Jesus	01	Plantão diurno, das 07h às 19h

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASS.	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
19°	MARAIZA LEONI DE MOURA	22144/2025

O candidato que, ao ser convocado, recusar a admissão no momento da chamada, desistirá definitivamente da vaga.
O não comparecimento na data e horário estipulados implicará a desistência do candidato, conforme item 11.3 do edital.

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Anexo II – Rol de Documentos Necessários para Assunção do Cargo

O candidato convocado deverá apresentar os documentos originais e uma cópia de cada, às suas expensas, todos em situação regular:

1. Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. 1 (uma) foto 3x4 recente;
3. Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (páginas da foto e verso) e o número do PIS;
4. Comprovante de abertura de conta corrente no banco indicado pelo Departamento de Gestão de Pessoas, contendo o número da agência e conta;
5. Comprovante de endereço atualizado;
6. Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7. Título de eleitor e comprovante da última votação, ou Certidão de Quitação Eleitoral, (disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral);
8. Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
9. Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo em razão de ordem judicial, transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10. Certidão negativa de antecedentes criminais emitida pelos distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
11. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e suas alterações, conforme modelo do Anexo IV.
12. CPF dos dependentes;
13. Registro profissional no respectivo Conselho de Classe;

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão conforme item 9.5 do edital.

Balsa Nova, 16 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:DB9E4EF7

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 008/2026 - CHAMADA PÚBLICA 009/2025 - PSS - ENGENHEIRO CIVIL

EDITAL Nº 008/2026

A Secretária Municipal de Obras considerando rigorosamente a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 009/2025, homologado pelo Decreto nº 204/2025 que visa à contratação em caráter temporário para o cargo de Engenheiro Civil, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 19.495/2025, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 - DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO** da **CHAMADA PÚBLICA 009/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **18/03/2026, às 10h00min**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **PSS - ENGENHEIRO CIVIL** ou, alternativamente, pela opção de desistência provisória com pedido de final de lista conforme item 9.2.1 do referido edital.

DAS VAGAS

Conforme o Processo nº 5816/2026 - SMO, a vaga disponível é:

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL		
ATUAÇÃO PARA:	**N° DE VAGAS**	**TURNOS**
Secretaria Municipal de Obras	01	De segunda a sexta- feira, das 8h às 17h.

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASS.	CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
20°	NATALIE MAYARA PLANTES DOS ANJOS	23778/2025

O candidato que, ao ser convocado, recusar a admissão no momento da chamada, desistirá definitivamente da vaga.
O não comparecimento na data e horário estipulados implicará a desistência do candidato, conforme item 11.3 do edital.

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Anexo II – Rol de Documentos Necessários para Assunção do Cargo

O candidato convocado deverá apresentar os documentos originais e uma cópia de cada, às suas expensas, todos em situação regular:

Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Cadastro de Pessoa Física - CPF;
1 (uma) foto 3x4 recente;
Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (páginas da foto e verso) e o número do PIS;
Comprovante de abertura de conta corrente no banco indicado pelo Departamento de Gestão de Pessoas, contendo o número da agência e conta;
Comprovante de endereço atualizado;
Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Título de eleitor e comprovante da última votação, ou Certidão de Quitação Eleitoral, (disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral);
Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo em razão de ordem judicial, transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
Certidão negativa de antecedentes criminais emitida pelos distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e suas alterações, conforme modelo do Anexo IV.
CPF dos dependentes;
Registro profissional no respectivo Conselho de Classe;
Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão conforme item 9.4 do edital.

Balsa Nova, 16 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica Decreto Municipal 113/2023
PRISCILA FRANÇA MAROCKI
Secretária Municipal de Obras

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:3F13F2FC

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 036/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 036/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem.
VALOR: Até R$ 3.148,13 (três mil, cento e quarenta e oito reais e treze centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1031-4.4.90.51.00.00.3000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 13 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:D798016F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 037/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 037/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 034/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem.
VALOR: Até R$ 13.687,50 (treze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) por todo o objeto contratado.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.001.15.451.0004.1031-4.4.90.51.00.00.3000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 13 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:B9647FB5

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 200/2026

PORTARIA N.º 200/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 5738/2026,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
JUCILENE DE FÁTIMA MERCHIORI **Origem:** SMS – Unidade de Saúde - Itambé **Destino:** SMS – Unidade de Saúde da Família Vereador Lauro José Bubniak	Enfermeiro	542090	16/03/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 16 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:B0CD1553

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 201/2026

PORTARIA N.º 201/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das

atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 5865/2026,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ADRIANA APARECIDA DE QUADROS			
Origem: SMS – Farmácia Básica Municipal **Destino:** SMS – Centro Médico Bom Jesus	Auxiliar de Saúde	46925	10/03/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 16 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:87246AB3

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2026

REPUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18/2026

OBJETO: "Aquisição de mobiliários para atender as demandas das secretarias desta municipalidade. ", de acordo com as condições particulares deste Edital e de seus Anexos, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: **R$ 1.231.930,95 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, novecentos e trinta reais e noventa e cinco centavos).**

Recebimento das Propostas: das 08h00min. do dia 18/03/2026 às 08h29min. do dia 31/03/2026.
Abertura das Propostas: das 08h30min. do dia 31/03/2026 às 08h59min. do dia 31/03/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00min. do dia 31/03/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br. Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 16 de março de 2026.

Assinado Digitalmente
BIANCA APARECIDA MARREIRO
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria Nº 001/2026

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:2D333939

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO DE 2025 DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Balsa Nova, estado do Paraná, foram dispostas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), foram observadas as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e ainda considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na lei Complementar n º 101/2000.

RESUMO DAS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

As Demonstrações contábeis foram elaboradas a partir da escrituração contábil realizada por meio dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, em conformidade com a LEI 4.320/64.
A contabilização das variações patrimoniais também é realizada via sistema informatizado, permitindo assim que sejam abrangidos os atos relativos a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, bem como os Independentes da Execução Orçamentária.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2025

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidência, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os atos potenciais que são registrados em contas de compensação.
De acordo com a Lei 4.320/64, art. 105, no Balanço Patrimonial estarão demonstrados os Ativos Financeiro e Permanente, os Passivos Financeiro e Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.
Ativo Financeiro e Permanente
Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa
Os valores constantes em Caixa e Equivalentes de Caixa totalizam em R$ 113.750,83 (cento e treze mil, setecentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos) está em moeda nacional, não tendo a entidade aplicação financeira em moeda estrangeira.
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a curto prazo
Não houve créditos e valores a curto prazo para a entidade no período avaliado.
Nota 3 – Imobilizado
O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão, bem como redução do valor recuperável e reavaliação.
Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Se os gastos não gerarem tais benefícios estes são reconhecidos diretamente como variação patrimonial diminutivas do período.
A depreciação é calculada pelo método linear também conhecido como quotas constantes, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Para o cálculo da depreciação dos bens móveis foi considerado Vida útil do bem, taxa anual e taxa mensal.
Em 31/12/2025 a Câmara Municipal de Balsa Nova apresentou um saldo de R$ 1.463.079,35 (hum milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, setenta e nove reais e trinta e cinco centavos) de imobilizado, sendo este montante composto por:
Bens Imóveis no valor R$ 1.200.336,06 (hum milhão, duzentos mil, trezentos e trinta e seis reais e seis centavos) referente ao Prédio do Poder Legislativo de Balsa Nova
Bens Móveis no valor de R$ 262.743,29 (duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos)
Bens incorporados em 2025 R$ 26.550,00
Aquisição de 01 mesa de som R$ 6.700,00
Aquisição de 01 computador R$ 3.500,00
Aquisição de 01 TV LCD R$ 16.350,00
Desincorporações em 2025 R$ 465,94
Doação / Baixa R$ 465,94
Com relação aos bens imóveis os mesmos permaneceram constantes nos anos de 2019, 2020, 2021,2022, 2023, 2024 e 2025
R$ 1.200.336,06 (hum milhão, duzentos mil, trezentos e trinta e seis reais e seis centavos).
Passivo Financeiro e Permanente

Nota 4 - No grupo denominado "Passivo Circulante" são escrituradas as obrigações da entidade.
O valor constante no Passivo Circulante da Entidade para o ano de 2025 foi de R$ 63.997,28 (sessenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), sendo este valor formado por:
R$ 21.068,39 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a pagar e Curto Prazo
R$ 14.961,25 – Fornecedores e Contas a Pagar
R$ 27.967,64 - Demais obrigações a curto prazo.
Como anexo ao Balanço Patrimonial, deverá ser elaborado o demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício.
Ativo Financeiro R$ 113.750,83
Passivo Financeiro R$ 63.997,28
Superávit/Déficit Financeiro R$ 49.753,55 Representam os restos a pagar não processados no exercício de 2025.

Superávit / déficit financeiro - a diferença positiva / negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, que é uma das fontes para abertura de crédito adicional, segundo o artigo 43 da Lei nº 4.320/64.
Notas explicativas do Balanço Orçamentário
O Balanço Orçamentário é um demonstrativo contábil em que se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com as realizadas.
Ele evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra também as despesas por categorias econômica discriminando a dotação inicial, dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.
A previsão inicial de ingressos da Câmara Municipal de Balsa Nova recebidos da Prefeitura Municipal de Balsa Nova foi de R$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil reais), não houve atualização no exercício, o valor utilizado foi de R$ 2.789.333,68 (dois milhões, setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos) e o saldo não utilizado de R$ 750.666,32 (setecentos e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos) foram devolvidos para o Executivo Municipal em forma de egresso, tendo em vista a prerrogativa de devolução dos saldos.
A Fixação inicial das despesas foi de R$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil reais) não houve atualização no exercício, desse total R$ 3.380.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil reais) foram destinados para despesas correntes e R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil) para despesas de capital.
A execução da despesa ocorre em três etapas: Empenho, liquidação e pagamento
O empenho é formalizado mediante a emissão da "Nota de Empenho" na qual deve constar o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária.
A liquidação conforme o artigo 63 da Lei 4320/64, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem por objetivo apurar:
I – a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação, ou seja, é o momento da entrega da mercadoria ou da execução do serviço/obra.
O pagamento consiste na entrega do numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou créditos em conta e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.
No exercício foram empenhados R$ 2.739.518,68 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e dezoito reais e sessenta e oito centavos) de despesas correntes e R$ 49.815,00 (quarenta e nove mil, oitocentos e quinze reais) de despesas de capital, foram liquidadas no exercício o valor de R$ 2.713.030,13 (dois milhões, setecentos e treze mil, trinta reais e treze centavos) de despesas correntes e R$ 26.550,00 (vinte e seis mil quinhentos e cinquenta reais) de despesas de capital.
Ficou um saldo de Inscrição em restos a pagar no valor de R$ 49.735,55 a serem liquidados e R$ 36.029,64 liquidados, totalizando R$ 85.783,19 de inscrição em Restos a Pagar para 2026.
Notas explicativas das Demonstrações das Variações Patrimoniais.
A DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício. A elaboração dessa demonstração é baseada nas classes 3 – VPD (Variações Patrimoniais Diminutivas) e 4 – VPA (Variações Patrimoniais Aumentativas) do plano de contas aplicado ao Setor Público. O resultado é apurado pelo confronto entre VPA e VPD e deve compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.
Variações Patrimoniais Aumentativas R$ 3.540.000,00
Variações Patrimoniais Diminutivas R$ 3.506.656,53
Resultado Patrimonial do Período R$ 33.343,47

JUCELIA LEAL FERREIRA
Presidente do Legislativo

ANA MARIA CLASS
Contadora – CRC PR 050262/O-8

CAMILA MAZUR VIEIRA
Controle Interno

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:EEA147AA

GABINETE
DECRETO Nº. 052/2026

DECRETO Nº. 052/2026

Súmula: "Concede o benefício da Promoção Funcional a servidora pública Municipal de Balsa Nova, CARMEN LUCIA CHIQUITTI conforme especifica. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em especial as disposições contidas no art. 19 da Lei Municipal n° **661/2012**, e as informações constantes no **Processo Administrativo n° 7558/2025**, assim como o Parecer Conclusivo da Comissão Permanente de Avaliação.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder e implantar o benefício da Promoção Funcional, a servidora pública municipal de Balsa Nova, **CARMEN LUCIA CHIQUITTI**, registrada sob a matrícula, nº 43431, ocupante do cargo de **Professor**, promovendo-a do Nível **II** para o Nível **III**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de 01/04/2025, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 16 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:FA4A39A5

GABINETE
DECRETO Nº. 053/2026

DECRETO Nº. 053/2026

Súmula: "Concede o benefício da Progressão Funcional ao servidor público Municipal de Balsa Nova, IRINEU RESSELER conforme especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em especial as disposições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Municipal n°

624/2011, e as informações constantes no **Processo Administrativo n° 1906/2026**, assim como o Parecer Conclusivo da Comissão Permanente de Avaliação.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder e implantar o benefício da Progressão Funcional, ao servidor público municipal de Balsa Nova, **IRINEU RESSELER**, registrado sob a matrícula, nº 31061, ocupante do cargo de **MOTORISTA,** promovendo-o da classe **B**, para a classe **C**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de 26/01/2026, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 16 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:680860AC

GABINETE
DECRETO Nº. 054/2026

DECRETO Nº. 054/2026

Súmula: "Concede o benefício da Progressão Funcional a servidora pública Municipal de Balsa Nova, ANA PAULA DA LUZ FREITAS DE OLIVEIRA conforme especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em especial as disposições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Municipal n° **624/2011**, e as informações constantes no **Processo Administrativo n° 2054/2026**, assim como o Parecer Conclusivo da Comissão Permanente de Avaliação.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder e implantar o benefício da Progressão Funcional, a servidora pública municipal de Balsa Nova, **ANA PAULA DA LUZ FREITAS DE OLIVEIRA**, registrada sob a matrícula, nº 3115-1, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE SAÚDE,** promovendo-a da classe **B**, para a classe **C**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de 29/01/2026, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 16 de março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:7FB0A3DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº21/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ: 79.788.766/0001-32.

PROCESSO LICITATORIO: Inexigibilidade nº 11/2026

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2024, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PEDAGÓGICOS E ACESSÓRIOS DESTINADO PARA O ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO DOS ANOS INICIAIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

VALOR: R$ 69.316,00 (sessenta e nove mil, trezentos e dezesseis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16/03/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 16 de Março de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:2C3F73F9

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: UNIVERSO BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, CNPJ: 10.741.843/0001-00.

PROCESSO LICITATORIO: Inexigibilidade nº11/2026.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2024, GERENCIADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PEDAGÓGICOS E ACESSÓRIOS DESTINADO PARA O ENSINO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO DOS ANOS INICIAIS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR.

VALOR: R$ 42.551,60 (quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16/03/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 16 de Março de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:79EAB739

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2026 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Alves Rosa, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA: M F XAVIER, CNPJ: 23.761.048/0001-18.

PROCESSO LICITATORIO: Dispensa nº 13/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTO CONTENDO: PALCO TAMANHO 8MX6M, SONORIZAÇÃO, SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED P5, BEM COMO LOCAÇÃO DE KIT JOGO DE MESA E CADEIRAS, MODELO BISTRÔ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, EM ATENDIMENTO PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 0081/2026, CELEBRADO ENTRE MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ E SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 16.990,00 (dezesseis mil, novecentos e noventa reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 6 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16/03/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 16 de Março de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:AFB80035

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Inexigibilidade 12/ 2026
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA 52.714.851 MILENE NAGILA MESQUITA, CNPJ Nº 52.714.851/0001-08, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA "DOUGLAS E MILENNE", EM ATENDIMENTO PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 092/2026, CELEBRADO ENTRE MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ E SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
52.714.851 MILENE NAGILA MESQUITA	52.714.851/0001-08	R$ 3.500,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA "DOUGLAS E MILENNE", A SER REALIZADO NO EVENTO "CAMINHADA NA NATUREZA – CIRCUITO CACHOEIRA SÃO JOAQUIM/ENGENHO VELHO, NO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR"	UNID	1	3.500,00	3.500,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 3.500,00 (TRES MIL E QUINHENTOS REAIS)

Barbosa Ferraz, 16 de Março de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:FC193EE9

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 16/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 32/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos da Lei 14133/2021 Art. 75 - II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **DISPENSA** em favor T C T DA SILVA LTDA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 22.137.472/0001-23, com sede/domicílio na(o) AV AVENIDA ANDIRA, 1175 BAIRRO: CENTRO CIDADE: DOUTOR CAMARGO-PR CEP: 87155000 - OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ITENS DE DECORAÇÃO DE PASCOA PARA O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR, INCLUINDO O TRANSPORTE, ENTREGA, MONTAGEM, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE TODA A DECORAÇÃO, COM OS MATERIAIS, INSUMOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS.**
Pelo **VALOR DE R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 16/03/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **DISPENSA Nº 16/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:BD9EBCD2

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 12/ 2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 34/ 2026

O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, Inscrito no CNPJ Nº 76.950.062/0001-26, com sede à Avenida Presidente Kenedy, 636 – Centro CEP: 86960-000 - Barbosa Ferraz/PR**,** nos termos Artigo da Lei 14133/2021 Art. 74 - II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; e o decreto municipal 26/2023 e demais regulamentações, **COMUNICA QUE;** Por intermédio do Departamento de licitações, **RATIFICA** a **INEXIGIBILIDADE** em favor 52.714.851 MILENE NAGILA MESQUITA**,** inscrita(o) no CPF/CNPJ sob n. 52.714.851/0001-08, com sede/domicílio na(o) RUA DEPUTADO DARCY DEITOS 1364, RESIDENCIAL FORTUNATO PERDONCINI - CAMPO MOURAO PR - OBJETO**: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA 52.714.851 MILENE NAGILA MESQUITA, CNPJ Nº 52.714.851/0001-08, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA "DOUGLAS E MILENNE", EM ATENDIMENTO PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 092/2026, CELEBRADO ENTRE MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ E SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ.**
Pelo **VALOR DE R$ 3.500,00 (TRES MIL E QUINHENTOS REAIS)**

BARBOSA FERRAZ, PR – 16/03/2026.

HENRIQUE WARKEN
Agente de Contratação
Presidente da Comissão de Licitação

Ratifico por este termo a **INEXIGIBILIDADE Nº 12/ 2026**

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:02DC01E5

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
EDITAL 004/2026- CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL- NAIR CONEGLIAN GASPAROTTO, C M E I

EDITAL 004/2026

Convocação para Matrícula na Educação Infantil NAIR CONEGLIAN GASPAROTTO, C M E I

CONFORME LEI Nº 2648/2023 que estabelece normas e critérios objetivos para o atendimento à demanda de vagas para crianças nos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Barbosa Ferraz. A Secretária de Educação no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Resolve:

Convocar os pais ou responsáveis pelos(as) menores abaixo relacionados, comparecer na **Secretaria de Educação**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, munidos dos documentos obrigatórios para efetivação da matrícula.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Os cadastros convocados não comparecerem ao chamamento e não apresentarem **comprovante de trabalho** serão reposicionados na lista de espera.

Para CONFIRMAÇÃO DA VAGA para o ano letivo de 2026, o responsável legal deverá, obrigatoriamente, apresentar:

Carteira ou comprovante de trabalho de todos os adultos que residem com a criança;
Certidão de nascimento da criança;
RG e CPF dos responsáveis;
Declaração de vacina;(caso haja disponibilidade da mesma)
Comprovante de residência atual.

INFANTIL 0

	EDUARDO NUNES LIMA** determinação do conselho tutelar

INFANTIL 1

	MARIA HELENA MENEGONI DA SILVA
	JOSÉ BALMAN MACIEL
	ALICE CAMPOS MENDES

Barbosa Ferraz, 16 de Fevereiro de 2026.

SIMONE PETERNELLI
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:A25382D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 03/2026. CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na **Lei Municipal n° 06/92, de 30 de abril de 1992**,
Considerando a reunião do CMDCA realizada de forma online em 12 de março de 2026, registrada na **Ata n° 03/2026**;
Resolve:
Art. 1º – Aprovar, por unanimidade, o Plano Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes 2026/2029;
Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Jacaré, 13 de março de 2026.

JAMES DEAN SANCHES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:5A70F3BD

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO – CONTRATO Nº. 11/2026 DE 16/03/2026.

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – EDITAL RETIFICADO nº. 03/2025 de 08/05/2025 – VAGA DE: **PROFESSORA DE ARTES – 20 HORAS –** 6º COLOCADA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº. 03.26/2026 de 04/03/2026.

CONTRATANTE: Município de Barra do Jacaré-PR.

CONTRATADA: GILMARA NERIS DE SOUZA PRADO

OBJETO – o presente contrato de trabalho tem como objeto a contratação para cargo de PROFESSORA DE ARTES – 20 HORAS - PSS, visando atender ao suprimento temporário na Administração Pública Municipal.

REMUNERAÇÃO – salário base de **R$: R$ 2.124,96 + complemento piso + R$ 360,00 do vale alimentação** *(Dois mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos + trezentos e sessenta reais do vale alimentação).*

VIGÊNCIA – Início em **11/03/2026.**

Obs. As regras de contratação e exoneração segue o que consta no Edital de Abertura de PSS nº. 03/2025 de
08/05/2025.
Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 11/03/2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

GILMARA NERIS DE SOUZA PRADO
Contratada

TESTEMUNHAS:
CIBELLI KAROLAINE CALIXTO DUTRA

VANESSA DO SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:56F747E1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 030/2026, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Concede redução de carga horária e vencimento à servidora pública municipal, 40 horas semanais para 34 horas semanais e dá outras providências.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, conforme Arts. 51 e 119, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Barra do Jacaré;

CONSIDERANDO o requerimento de dispensa parcial de horário protocolado sob nº 55/2026 em 13/02/2026, que obteve resposta através do parecer jurídico nº. 57/2026 de 26/02/2026, e a autorização de ausência e redução temporária de carga horária para fins de estágio obrigatório devidamente anuída pela Secretaria Municipal de Educação e recebida pelo Departamento de Recursos Humanos em 25/02/2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder, a partir de 01/03/2026, a redução de carga horária **40 horas semanais para 34 horas semanais**, a pedido da servidora efetiva, Srª. Suelen Glória da Silva – ocupante do **Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – Matr. 360791 –** Subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – A redução de carga horária será em conjunto com a remuneração proporcional às 34 horas semanais.

Art. 3º – A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos adotará as providências decorrentes do presente ato, inclusive no que se refere aos registros, anotações e comunicações legais.

Art. 4º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2026.

Município de Barra do Jacaré-PR, em 16 de março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:5694A350

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03.26/2026 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025.

(Referente à publicação no Diário Oficial dos Municípios – AMP/PR, Edição 3482 de 05/03/2026)

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, resolve **RETIFICAR** o Edital de Convocação publicado em 05/03/2026, conforme segue:

Art. 1º. Onde se lê: **EDITAL Nº. 03.25/2026**, leia-se: **EDITAL Nº. 03.26/2026**.

Art. 2º. A presente retificação ocorre para fins de ajuste na ordem cronológica e sequencial dos atos administrativos desta municipalidade, não alterando o conteúdo, os prazos ou as obrigações constantes no referido edital.

Art. 3º. Ficam ratificadas as demais disposições do Edital original.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré – PR, 16 de março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:B148BFAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

MINUTA DE TERMO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL SEM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS

TERMO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL Nº 001/2026, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.968.627/0001-00, com sede administrativa na Praça Dois Poderes, s/n, Centro, CEP 86.430-000, Santo Antônio da Platina/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, GILSON DE JESUS ESTEVES, doravante denominado MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO, e o MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.407.568/0001-93, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, nº 96, Centro, CEP 86.385-000, Barra do Jacaré/PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, LUIZ FABIANO ZANATTA, doravante denominado MUNICÍPIO CEDENTE, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Intermunicipal, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO FUNDAMENTO E DA FINALIDADE

O presente instrumento tem por fundamento o princípio da cooperação federativa, previsto no art. 241 da Constituição Federal e disciplinado pela Lei nº 11.107/2005, que autoriza a celebração de convênios de cooperação entre os entes federados para a gestão associada de serviços públicos. A celebração deste termo alinha-se, ainda, ao interesse público comum dos entes signatários na adequada manutenção da malha viária rural, especialmente para assegurar a trafegabilidade, o acesso de moradores, o transporte escolar, o escoamento da produção e a continuidade dos serviços públicos. A cooperação aqui firmada observa a legislação municipal aplicável, os atos autorizativos locais e, sobretudo, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, que regem a Administração Pública, conforme o art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a cooperação administrativa entre os Municípios signatários para permitir a disponibilização temporária de máquinas e equipamentos pertencentes ao MUNICÍPIO CEDENTE, para atuação exclusiva no território do MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO, em serviços de manutenção, recuperação, conservação, adequação e melhoria de estradas rurais de interesse público municipal.

Parágrafo primeiro. O presente ajuste não importa transferência de propriedade, doação, alienação ou cessão definitiva de bens.

Parágrafo segundo. A atuação das máquinas limitar-se-á a estradas rurais, acessos e trechos de interesse público municipal, vedada sua utilização para fins privados, particulares ou estranhos ao objeto deste ajuste.

Parágrafo terceiro. A liberação de cada máquina dependerá de Ordem de Serviço/Autorização Operacional, na qual constarão, no mínimo, identificação do equipamento, período de utilização, local de atuação, responsável pelo acompanhamento, operador autorizado e condições específicas de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA AUSÊNCIA DE REPASSE FINANCEIRO

O presente Termo é celebrado sem transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo único. As despesas operacionais decorrentes da execução deste ajuste serão suportadas na forma deste instrumento, diretamente pelo Município ao qual couber cada encargo, sem formação de convênio financeiro, plano de trabalho financeiro ou prestação de contas de repasse.

CLÁUSULA QUARTA
DOS EQUIPAMENTOS ABRANGIDOS

Poderão ser disponibilizados, conforme necessidade e conveniência administrativa do MUNICÍPIO CEDENTE, os equipamentos descritos em Anexo de Disponibilização ou em cada Ordem de Serviço, com indicação de marca, modelo, patrimônio, placa, chassi, número de série, horímetro, implementos acoplados e estado geral de conservação.

CLÁUSULA QUINTA
DA DISPONIBILIZAÇÃO E ENTREGA

A disponibilização de máquina pelo MUNICÍPIO CEDENTE ocorrerá mediante solicitação formal do MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO, com antecedência mínima de 10 dias, salvo situação emergencial devidamente justificada.

Parágrafo primeiro. No ato da entrega, será lavrado Termo de Entrega Operacional, contendo relatório do estado do equipamento, fotografias, horímetro, nível de combustível, acessórios, pneus, itens de segurança, avarias preexistentes e observações técnicas.

Parágrafo segundo. O MUNICÍPIO CEDENTE poderá negar, limitar ou suspender a disponibilização quando houver risco à integridade do equipamento, necessidade superveniente em seu território ou ausência de condições adequadas de uso.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CEDENTE

Compete ao MUNICÍPIO CEDENTE:

a) disponibilizar, quando possível e conveniente, os equipamentos em condições operacionais compatíveis com o uso pretendido;

b) informar restrições técnicas, operacionais ou mecânicas conhecidas;

c) entregar os equipamentos acompanhados de termo de entrega e identificação do responsável local;

d) indicar, quando entender necessário, a obrigatoriedade de operação por servidor próprio;

e) autorizar, ou não, por escrito, a operação por servidor do MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO;

f) acompanhar, fiscalizar e solicitar informações acerca da utilização dos equipamentos;

g) receber os equipamentos ao final da utilização, conferindo suas condições de retorno.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO

Compete ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO:

a) utilizar os equipamentos exclusivamente no objeto deste Termo;

b) providenciar a guarda, vigilância e proteção dos bens durante todo o período de permanência em seu território;

c) providenciar local seguro de guarda e apoio operacional;

d) manter controle diário de uso, com indicação de horímetro, local de atuação, operador, intercorrências e serviços executados;

e) comunicar imediatamente qualquer pane, acidente, dano, furto, roubo, apreensão, autuação ou evento que comprometa o equipamento;

f) não ceder, subemprestar, sublocar ou permitir uso por terceiros;

g) devolver o equipamento nas mesmas condições em que recebido, ressalvado o desgaste normal compatível com uso regular e devidamente documentado.

CLÁUSULA OITAVA

DA OPERAÇÃO POR SERVIDOR DE OUTRO MUNICÍPIO

A operação da máquina poderá ser realizada por servidor do MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO somente mediante autorização prévia e expressa do MUNICÍPIO CEDENTE, formalizada na Ordem de Serviço.

Parágrafo primeiro. O servidor autorizado deverá possuir habilitação legal, capacitação compatível, vínculo funcional regular e assinatura de Termo de Responsabilidade Operacional.

Parágrafo segundo. A autorização para operador de outro Município não transfere vínculo funcional, subordinação empregatícia ou obrigação remuneratória entre os partícipes.

Parágrafo terceiro. A autorização poderá ser revogada a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO CEDENTE, diante de risco operacional, mau uso, descumprimento de normas ou interesse público superveniente.

CLÁUSULA NONA

DA GUARDA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Do momento da entrega formal até o retorno formal do equipamento, a guarda material do bem caberá ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO.

Parágrafo primeiro. A manutenção preventiva ordinária relacionada ao período de uso, inclusive lubrificação, reapertos, limpeza técnica, reposição de itens de consumo e providências básicas de conservação, correrá por conta do MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO.

Parágrafo segundo. A manutenção corretiva decorrente de vício preexistente, defeito oculto ou desgaste estrutural anterior à entrega caberá ao MUNICÍPIO CEDENTE, desde que isso fique demonstrado tecnicamente.

Parágrafo terceiro. A manutenção corretiva decorrente de mau uso, imperícia, negligência, operação inadequada, excesso de esforço, uso fora do objeto, ausência de cuidados mínimos ou descumprimento de orientação técnica correrá por conta exclusiva do MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO.

Parágrafo quarto. Nenhum reparo estrutural, substituição relevante de peça ou intervenção mecânica de maior porte será realizado sem ciência prévia do MUNICÍPIO CEDENTE, salvo urgência comprovada para evitar agravamento do dano, hipótese em que a comunicação deverá ocorrer em até 24 horas.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO RESSARCIMENTO

O MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO ressarcirá integralmente o MUNICÍPIO CEDENTE por todo dano material causado ao equipamento durante o período de sua utilização e guarda, quando decorrente de culpa, dolo, negligência, imperícia, imprudência ou uso em desacordo com este Termo.

Parágrafo primeiro. O ressarcimento compreenderá, conforme o caso:

a) peças e componentes;

b) mão de obra;

c) transporte do equipamento;

d) laudos e avaliações técnicas;

e) despesas acessórias necessárias ao restabelecimento do bem;

f) indenização substitutiva, caso o dano seja total ou economicamente irrecuperável.

Parágrafo segundo. O valor será apurado mediante orçamento técnico, nota fiscal, laudo mecânico ou avaliação administrativa devidamente motivada, assegurado contraditório administrativo ao Município responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS MULTAS, INFRAÇÕES E RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

As multas administrativas, autuações de trânsito, infrações ambientais, danos a terceiros e demais consequências decorrentes da utilização do equipamento, durante o período de entrega formal ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO, correrão por conta deste, ressalvada hipótese de culpa exclusiva do operador indicado pelo MUNICÍPIO CEDENTE e mantido sob sua direção imediata.

Parágrafo único. Permanecerá assegurado o direito de regresso contra o agente público responsável, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Cada partícipe designará, por ato próprio, um gestor e um fiscal do Termo, responsáveis pelo acompanhamento da execução, emissão de relatórios, conferência dos equipamentos e assinatura dos termos operacionais.

Parágrafo único. Toda utilização deverá ser lastreada por:

I – Ordem de Serviço/Autorização Operacional;

II – Termo de Entrega Operacional;

III – Diário de Utilização;

IV – Termo de Devolução/Recebimento Final.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por termo aditivo, desde que persista o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente Termo poderá ser suspenso ou rescindido:

a) por interesse público devidamente motivado;

b) por descumprimento de suas cláusulas;

c) por uso indevido dos equipamentos;

d) por superveniência de necessidade administrativa relevante do MUNICÍPIO CEDENTE;

e) por comum acordo entre os partícipes.

Parágrafo único. Em caso de rescisão, o equipamento deverá ser imediatamente devolvido, mediante vistoria e termo formal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA

O extrato do presente Termo será publicado no órgão oficial de ambos os Municípios, como condição de eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos administrativamente pelos partícipes, com manifestação técnica dos setores responsáveis e parecer jurídico, quando necessário.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em ___ vias de igual teor e forma.

Santo Antônio da Platina/PR, ___ de _____ de 2026.

GILSON DE JESUS ESTEVES
Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal de Barra do Jacaré

Gestor/Fiscal – Santo Antônio da Platina

Gestor/Fiscal – Barra do Jacaré

Testemunha 1- Welyntton Morais da Silva
Chefe de Gabinete – B.J

Testemunha 2 – Valdir Domingos de Souza
Chefe de Gabinete – S.A.P

ANEXO I
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO / AUTORIZAÇÃO OPERACIONAL
Termo de Cooperação Intermunicipal nº 001/2026
Equipamento:
Patrimônio:
Marca/Modelo:
Placa/Chassi/Série:
Horímetro inicial:
Local de atuação:
Trecho rural:
Serviço autorizado:
Data de início:
Data estimada de término:
Operador autorizado:
Município do operador:
Responsável local pelo acompanhamento:
Condições específicas de uso:
Restrições técnicas:
Autorização do Município Cedente: _____
Ciência do Município Beneficiário: _____

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE ENTREGA E DEVOLUÇÃO
Equipamento:
Data da entrega:
Horímetro na entrega:
Nível de combustível:
Estado dos pneus/esteiras:
Avarias preexistentes:
Implementos/acessórios:
Registro fotográfico: ( ) sim ( ) não
Responsável pela entrega: _____
Responsável pelo recebimento: _____
Na devolução
Data da devolução:
Horímetro final:
Nível de combustível:
Avarias constatadas:
Relatório do fiscal:
Necessidade de manutenção: ( ) sim ( ) não
Responsabilização por dano: ( ) não ( ) sim, conforme relatório anexo
Assinatura do Cedente: _____
Assinatura do Beneficiário: _____

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:83D747EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 095/2026

PORTARIA Nº 095/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 08 dias de férias a partir de 16 de março de 2026, a servidora **SABRINA GONÇALVES DA ROCHA**, portadora do RG nº 13.xxx.xxx-0 SSP/PR e CPF 105.xxx.xxx-62, ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Diretora do Departamento de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:ED04205B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 096/2026

PORTARIA Nº 096/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art. 1º - 10 dias de férias a partir de 16 de março de 2026, a servidora **DILAMAR DA SILVA MALHMANN**, portadora do CPF 006.xxx.xxx-81, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:F3CE4D35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 097/2026

PORTARIA Nº 097/2026

GELSN MAFFI, Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 24, inciso XXIV da Lei Municipal nº 637/2023 e artigo 158 e seguintes da Lei Municipal nº 386/2011, e demais dispositivos legais aplicáveis,

R E S O L V E

Art. 1º - Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar visando apurar denúncia em face de Conselheiro Tutelar, considerando a ocorrência de suposta conduta incompatível com o exercício da função pública e com o regime jurídico pertinente, conforme descrito no Ofício 05/2026 da Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e respectivos documentos, encaminhados ao Gabinete do Prefeito Municipal na data de 26 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Constituir Comissão de Processo Administrativo com a incumbência de apurar o fato e a ocorrência de eventuais irregularidades funcionais e disciplinares, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início dos trabalhos, prorrogáveis por igual período, e ao final, emitir relatório na forma do disposto no artigo 180, da Lei Municipal n.º 386/2011.

Art. 3º - Designar as servidoras Sra. TANIA MARIA DE OLIVEIRA MOURA, exercente do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e registrada na matrícula funcional nº 1501, Sra. ALIRIA TESCHE, exercente do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura registrada na matrícula funcional sob o nº 6681, e Sra. NELCI CHIARELLO MARQUESIN, exercente do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura registrada na matrícula funcional sob nº 1641, para integrarem a referida Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência da primeira e, em eventuais impedimentos desta, da segunda.

Art. 4º - Determinar, que no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, deverá ser garantido, desde o início até a conclusão, o direito à ampla defesa e ao contraditório, com acesso aos autos para vistas e produção de provas, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, em 16 de março de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:534628E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 09/2026

Processo de Inexigibilidade nº 09/2026

OBJETO:CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SUPRA – CONSULTORIA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA, CNPJ 40.621.340/0001-54 PARA REALIZAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO CURSO: GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO.

Eu,**RODINEI MARCOS MATIAZZO**, Presidente da Câmara Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação referente ao processo licitatório na modalidade Processo de Inexigibilidade nº 09/2026, em cumprimento ao disposto no Art. 176, I da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, tornar público o resultado da presente licitação, homologo e adjudico como vencedora a seguinte proponente:

Participante/Vencedor: SUPRA – CONSULTORIA, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA, CNPJ 40.621.340/0001-54
Valor: R$ 8.970,00 – Oito mil, novecentos e setenta reais.
Condições de pagamento: Até o 5º dia útil após a emissão da nota fiscal.

Homologo a presente licitação.
Boa Ventura de São Roque, 16/03/2026.

RODINEI MARCOS MATIAZZO
Presidente

Publicado por:
Josiane Aparecida Hoffmann Correia
Código Identificador:BF07A84F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

DECISÃO ADMINISTRATIVA
Concurso Público nº 01/2025
Interessada: Josiane Kelniar
Cargo Pretendido: Professor (a)

Conforme devidamente fundamentado no **Parecer nº 02/2026 da Comissão do Concurso Público**, restou constatado que a candidata **não preenche os requisitos legais necessários para a nomeação e posse no cargo de Professor (a)**, nos termos estabelecidos no **Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Boa Ventura de São Roque**.
Diante disso, **acolho integralmente o referido parecer**, decidindo pelo **impedimento da nomeação e posse da candidata no cargo pretendido**.
Publique-se.

Boa Ventura de São Roque, 16 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:DA9458D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 128/2026

DECRETO Nº 128/2026

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

NOMEAR: A Senhora Carolaine Barbosa de Jesus, portador do cadastro de pessoa física nº 117.***.8**-40, Matricula 418207, nomeado (a) na data de 11/03/2026, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor (a) na Escola Municipal do Campo Getúlio Vargas, aprovado (a) no Concurso Público nº 01/2025, da Prefeitura de Boa Ventura de São Roque – PR.
Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar em 11/03/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 16 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:2413620D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 56/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 56/2026.
CONTRATANTE : O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR

CONTRATADO : PROTECNUS - REPRESENTACOES E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS E SERVICOS EDUCACIONAIS, CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita SHIS QL 10 Conjunto 11, 19, Setor de Habitações Individuais Sul, Brasília/ DF, CEP: 71630115– Brasília/DF, inscrita no CNPJ n.º 44.664.527/0001-96
OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL EDUCACIONAL COMPLETO, CONTEMPLANDO LIVROS DIDÁTICOS, RECURSOS DIGITAIS, PLATAFORMAS DE APOIO, FORMAÇÕES PEDAGÓGICAS E SUPORTE TÉCNICO, DESTINADOS AOS ESTUDANTES E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR.
VALOR CONTRATUAL: R$ 406.812,00 (Quatrocentos e Seis Mil e Oitocentos e Doze Reais).
PERÍODO/VIGÊNCIA : Até doze dias de março de 2027
DATA DA ASSINATURA : 12/03/2026.
FORO : Pitanga - Pr.
Boa Ventura de São Roque, 12/03/2026.

NESTOR KENEAR	Contratada
Prefeito	***LEANDRO NATALI LEPLETIER GUIMARÃES***
	Protecnus - Representacoes E Distribuicao De Produtos E Servicos Educacionais, Consultoria E Tecnologia LTDA
	CNPJ sob n.º 44.664.527/0001-96

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:19224FDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 101/2026

PORTARIA Nº 101/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Aline Roth Viana, matricula de nº 418108, nomeada através do Decreto nº 228/2025 para exercer o Cargo de Assistente Administrativo, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade que serão fluidas a partir de 06/03/2026 até 01/09/2026. Conforme Lei nº 832/2015 art. 136. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 06/03/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 16 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:46A3C6A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 102/2026

PORTARIA Nº 102/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Jaqueline Terezinha Bini, matricula de nº 417879, nomeada através do contrato nº 15/2024 – PSS - 03/2023 para o cargo de Professor - PSS, 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade que serão fluidas a partir de 09/03/2026 até 06/07/2026. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 09/03/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 16 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:D34F3BE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 103/2026

PORTARIA Nº 103/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
CONCEDER: A Servidora Ivone Krueger de Assis de Souza, matricula 722-1 nomeada através do decreto 067/2009 para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, 63 dias de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/03/2026 até o dia 14/05/2026, conforme Laudo de Pericia Medica do Médico Dr. Jarbas Pereira Silva, CRM 33.671, conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação, com efeito a contar em 13/03/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 16 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:09BFB8D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 104/2026

PORTARIA Nº 104/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Senhor Itamar José de Campos, Matricula de Nº 418005, nomeado através do Decreto 20/2025 Cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Agricultura, 10 (dez) dias de férias relativas ao período 02/01/2025 a 31/12/2025 que serão fruídos nos períodos de 18/03/2026 a 27/03/2026. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 16 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:135BCC3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 93/2026

DECRETO Nº 93/2026
Data: 15/03/2026

SÚMULA – Decreta luto oficial no Município de Boa Vista da Aparecida em razão do falecimento do Vereador Gilmar Frigo e da servidora municipal Clarice Sartoro Frigo, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, **no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,**
CONSIDERANDO o falecimento do Vereador do Município de Boa Vista da Aparecida, **Sr. Gilmar Frigo**, ocorrido nesta data;
CONSIDERANDO o falecimento da **Sra. Clarice Sartoro Frigo**, servidora pública municipal, que exercia suas funções como professora na rede municipal de ensino, também ocorrido nesta data;
CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados à comunidade boavistense pelo Vereador Gilmar Frigo no exercício de seu mandato e pela servidora Clarice Sartoro Frigo no âmbito da educação municipal;
CONSIDERANDO o sentimento de pesar e consternação que atinge toda a comunidade de Boa Vista da Aparecida;
DECRETA:
Art. 1º. Fica decretado **luto oficial no Município de Boa Vista da Aparecida, pelo período de 03 (três) dias**, em razão do falecimento do Vereador **Gilmar Frigo** e da servidora municipal **Clarice Sartoro Frigo**.
Art. 2º. Fica **suspenso o expediente nas repartições públicas municipais no dia 16 de março de 2026 (segunda-feira)**, em sinal de respeito e pesar.
Parágrafo único. A suspensão prevista no *caput* **deste artigo não se aplica aos serviços públicos essenciais que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção**, os quais deverão funcionar normalmente.
Art. 3º. Durante o período de luto oficial previsto no **art. 1º deste Decreto**, deverá ser mantida **faixa de luto nas entradas dos prédios públicos municipais**.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Paraná, em 15 de março de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:5FD01A4F

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO Nº 02/2026

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO Nº 02/2026
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026), às 17h00min, nas dependências do Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, reuniram-se o Prefeito Municipal, Sr. **Eduardo José Henrichs**, o Vice-Prefeito, Sr. **Rildo José Peloso**, Secretários Municipais, Diretores de Divisão e demais presentes ao final assinados, para a realização da solenidade de **transmissão temporária do cargo de Prefeito Municipal** ao Vice-Prefeito, Sr. **Rildo José Peloso**, em razão do gozo de férias do titular do cargo no período de **17 de março de 2026 a 26 de março de 2026**, conforme autorizado pelos artigos **69, §1º, e 73, §1º, da Lei Orgânica do Município**, bem como fixado pela **Portaria nº 55/2026**. Registra-se que a presente solenidade foi realizada **de forma simples e discreta**, em respeito ao período de **luto oficial decretado no Município pelo Decreto nº 93/2026**, em razão do falecimento do Vereador **Gilmar Frigo** e da servidora municipal **Clarice Sartoro Frigo.** Dando início ao ato, o Prefeito Municipal **Eduardo José Henrichs** fez uso da palavra, agradecendo a presença de todos e registrando o momento de profunda tristeza vivido pela comunidade boavistense, em razão do falecimento do Vereador **Gilmar Frigo** e da servidora municipal **Clarice Sartoro Frigo**, circunstância que motivou a decretação de **luto oficial no Município**. Destacou que, em respeito a esse momento, a solenidade de transmissão de cargo foi realizada de forma reservada, reiterando seus sentimentos de solidariedade aos familiares e amigos. Na oportunidade, manifestou sua confiança de que o Vice-Prefeito conduzirá os trabalhos da Administração Municipal com responsabilidade e comprometimento com o interesse público durante o período de seu afastamento, procedendo, em seguida, à **transmissão formal do cargo**. Na sequência, o Vice-Prefeito **Rildo José Peloso** fez uso da palavra, manifestando também seu pesar pelo falecimento do Vereador **Gilmar Frigo** e da servidora municipal **Clarice Sartoro Frigo**, destacando a importância de ambos para a comunidade local e solidarizando-se com seus familiares e amigos neste momento de luto. Agradeceu a confiança depositada pelo Prefeito Municipal e afirmou que assumirá interinamente o cargo com responsabilidade, dando continuidade aos trabalhos e às ações administrativas que vêm sendo desenvolvidas pela gestão municipal. . Nada mais havendo a tratar, eu, _____ Roseli Terezinha Monauer Henrichs, Secretária Municipal de Administração, lavrei o presente termo, que depois de lido será assinado por todos os presentes, para os fins de direito.

Publicado por:
Eliziane Simeia da Silva Araujo
Código Identificador:06064BC8

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
DECRETO LEGISLATIVO 03/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026.

SÚMULA – Declara Luto Oficial na Câmara Municipal, durante Oito dias pelo falecimento do Vereador GILMAR FRIGO e de sua esposa Senhora Professora Municipal CLARICE SARTORO FRIGO''.

O Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado luto oficial na unidade Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida durante Oito dias, do dia 15 de Março de 2026 ao dia 23 de Março de 2026.
Parágrafo único – O luto oficial se dá pelo falecimento do **Vereador GILMAR FRIGO e de sua esposa Senhora Professora Municipal CLARICE SARTORO FRIGO.**
Art. 2º - O funcionamento da Unidade Câmara Municipal voltará ao normal no dia 24 de Março de 2026 as sessões dos dias 16 e 17 de março ficam transferidas para os dias 26 e 27 de Março de 2026.
Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua exposição no quadro mural da Unidade Câmara Municipal e Diário Oficial.
Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 15 de Março de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025-2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:43E185F1

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 94/2026.

DECRETO nº. 94/2026
Data: 16/03/2026

SÚMULA: Exonera servidora municipal ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Temporário, e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica **EXONERADA** a pedido a servidora municipal ocupante de cargo Temporário, abaixo relacionada:

Servidor (a)	Matricula	Função	Admissão
YONARA LUANA CAPAROSSI	455	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – TEMPORÁRIO	10/06/2024

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, em 16 de março de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Pereira de Lima
Código Identificador:7E2566A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 008/2026

PORTARIA N.º 008/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 25 do Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com a Resolução nº. 008/2025 resolve:

CONSIDERANDO a solicitação formal constante do Requerimento de Diárias n.º 006/2026, protocolado sob n.º 0132-2026, em 09 de março do corrente apresentada pela Servidora desta Câmara Municipal, senhora **FERNANDA BORATO SCHLICKMANN DE OLIVEIRA**, para concessão de 01 (uma) diária referente ao deslocamento a ser realizado no dia 17 de março de 2026, com destino à cidade de Curitiba/PR, com a finalidade de participação no evento: Curitiba –Oficina RCD 2026 – Aquisições.
CONSIDERANDO que a participação tem caráter institucional e atende ao princípio da eficiência na administração pública, justificando-se plenamente a concessão da diária solicitada;
AUTORIZO a Contadora da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, a liberação de 01 (uma) diária conforme previsto na legislação vigente, com os devidos registros e procedimentos contábeis.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, 16 de março de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:DCAF8B5B

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 009/2026

PORTARIA N.º 009/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 25 do Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com a Resolução nº. 008/2025 resolve:

CONSIDERANDO a solicitação formal constante do Requerimento de Diárias n.º 007/2026, protocolado sob n.º 0133-2026, em 10 de março do corrente apresentada pela Servidora desta Câmara Municipal, senhora **FERNANDA BORATO SCHLICKMANN DE OLIVEIRA**, para concessão de 01 (uma) diária referente ao deslocamento a ser realizado no dia 19 de março de 2026, com destino à cidade de Curitiba/PR, com a finalidade de participação no evento: Curitiba –Oficina RCD 2026 – Assistência Social e Aquisições.
CONSIDERANDO que a participação tem caráter institucional e atende ao princípio da eficiência na administração pública, justificando-se plenamente a concessão da diária solicitada;
AUTORIZO a Contadora da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, a liberação de 01 (uma) diária conforme previsto na legislação vigente, com os devidos registros e procedimentos contábeis.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, 16 de março de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:5887FF45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02/2026, DE 10 DE MARÇO DE 2026.

(Esta resolução substitui a Resolução nº 02/2025, de 10 de março de 2026, publicada anteriormente com erro de numeração.)

Aprova Prestação de Contas dos Repasses do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância do ano de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições, baseado na Lei Municipal nº799/2023 e na Deliberação nº 47/2022 do CEDCA;

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a Prestação de Contas dos Repasses do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância do ano de 2025.

Art. 2º- Aprovar saldo superior, % de saldo X repasse de 30,60;

Art. 3º- Está resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 10 de março de 2025.

ARI BERNARDI
Presidente CMDCA

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:F4D278EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2026, DE 10 DE MARÇO DE 2026.

(Esta resolução substitui a Resolução nº 01/2025, de 10 de março de 2026, publicada anteriormente com erro de numeração.)

Aprova Prestação de Contas dos Repasses do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima do ano de 2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições, baseado na Lei Municipal nº799/2023 e na Deliberação nº 13/2023 do CEDCA;

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a Prestação de Contas dos Repasses do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA Incentivo Apoio a Promoção dos

Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima do ano de 2025.

Art. 2º- Aprovar saldo superior, % de saldo X repasse de 16,75;

Art. 3º- Está resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 10 de março de 2026.

ARI BERNARDI
Presidente CMDCA

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:901E8903

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL 29/2026 - AUDIÊNCIA PUBLICA DO 3° RELATÓRIO DETALHADO QUADRIMESTRAL DE 2025.

O Prefeito Municipal convoca a população em geral, para a Audiência Pública, onde será apresentado o relatório das atividades da área de Saúde, referente ao 3º. Quadrimestre de 2025, conforme previsto no art. 12, da Lei Federal n° 8.689, de 25 de julho de 1993, a ser realizado na Câmara Municipal, situada na rua Marechal Deodoro da Fonseca nº. 334 - Centro – Bocaiúva do Sul – PR, no dia 19 de março de 2026, com início às 15:00 horas.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 16 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Crislayne Borges Chiquiti
Código Identificador:ECB99B1A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO – CONTRATO 49/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: AGILE SERVIÇOS DE APOIO A SAÚDE LTDA
CNPJ: 40.992.290/0001-11
VALOR: R$ 5.749.531,25 (cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).
Vigência:16/03/2026 a 16/03/2027

BOCAIÚVA DO SUL, 16 DE MARÇO DE 2026.

FRANKLYN EDUARDO ALVES
Secretário Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:EE462939

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO – CONTRATO 50/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CLINICA SÃO JOSE DOS PINHAIS CFJ LTDA
CNPJ: 26.686.834/0001-96
VALOR: R$ 2.226.598,73(dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos)
Vigência:16/03/2026 a 16/03/2027

BOCAIÚVA DO SUL, 16 DE MARÇO DE 2026.

FRANKLYN EDUARDO ALVES
Secretário Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:7837809E

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO – CHAMADA PÚBLICA 03/2025 INEXIGIBILIDADE 17/2025 CONTRATO 51/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OPERAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS
CONTRATADO: MAURILIO XAVIER
CPF: XXX.673.XXX-68
VALOR: R$ 85.920,00 (Oitenta e cinco mil, novecentos e vinte reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16/03/2026 a 16/03/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 16 DE MARÇO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:226B774A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – RESCISÃO DOS CONTRATOS: 235/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO APOIO OPERACIONAL EXTERNO
CONTRATADO: MARCOS LEON AMARICUA
CPF: XXX.764.XXX-80
DATA DA RESCISÃO: 16/03/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 16 DE MARÇO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:26084E39

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
GABINETE DO PREFEITO RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº1/2026

Eu, João de Lima, Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Inexigibilidade nº 1/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de AGILE SERVICOSDE APOIO A SAUDE LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.992.290/0001-11, no valor total de R$ 5.749.531,25(cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), CLINICA SAO JOSE DOS PINHAIS CFJ LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.686.834/0001-96, no valor total de R$ 2.226.598,73(dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos) referente a

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com Parecer da Procuradoria Jurídica deste Município e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 16 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:B2224ED9

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº12/2026

Eu, Marcia Pereira Santos, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.828.809-XX, nomeada pelo Decreto nº 04/2025 no Município de Bocaiúva do Sul – PR, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a Inexigibilidade nº 12/2026, autorizo a despesa e emissão de empenho em favor de CLG TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ nº 46.875.281/0001-27, no valor total de R$ 997,00(novecentos e noventa e sete reais), referente a PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO NO CURSO "WORKSHOP PESQUISA DE PREÇOS NA LEI DE LICITAÇÕES", A SER REALIZADO NO DIA 20 DE MARÇO DE 2026, NO HORÁRIO DAS 8H ÀS 17H, NA MODALIDADE ONLINE, DESTINADO À PARTICIPAÇÃO DE UMA SERVIDORA, de acordo com Parecer Jurídico e tendo em vista documentos que instruem o processo.

Bocaiúva do Sul, 16 de março de 2026.

MARCIA PEREIRA SANTOS
Secretária Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:321427B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N° 222-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°222/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **KREINER & PAZUCH LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.900.608/0001-23, com sede na Rua São Paulo, n° 456, sala 01, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. ADIR KREINER, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 50.543.734-X SESP/SP e do CPF nº 304.235.958-14, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Sul – PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO
Ficam aditivadas em **25%** as quantidades dos **itens 1**, **2** e **3**, totalizando um acréscimo do presente contrato no montante de **R$ 211.075,00 (duzentos e onze mil e setenta e cinco reais).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
-Contratante-

Kreiner & Pazuch LTDA – EPP
-Contratada-
ROGERIO CARLOS FORNAZARI
-Gestor do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
MARIELE SCHERES

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:8994E440

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL 04/2026

EDITAL Nº 04/2026
RESULTADO DEFINITIVO DOS INSCRITOS E CADASTRADOS PARA O RECEBIMENTO DE AJUDA DE CUSTO PARA ESTUDANTES DE BOM JESUS DO SUL/PR
2ª CHAMADA – 1ª SEMESTRE

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio dos membros da Comissão de Análise e Deferimento do Programa de Ajuda de Custo para estudantes, nomeada pelo Decreto nº 1423/2026, e no uso de suas atribuições legais, especialmente da Lei Municipal nº 1152/2025 e demais disposições legais TORNA PÚBLICO o RESULTADO DEFINITIVO dos inscritos e cadastrados para o recebimento de Ajuda de Custo, para os estudantes abaixo relacionados. Reconhecem os membros da Comissão que os inscritos através do edital nº 03/2026 para a 2ª chamada do 1º semestre atendem aos requisitos de cadastramento estipulados na Lei 1152/2025 de 21 de março de 2025:

ESTUDANTE	LOCAL/FREQUÊNCIA
Brenda Manuelly Cizerza	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Barracão
Emilia Silvane de Almeida	UEPT - Universidade de Educação Profissional e Tecnologia do SENAC Francisco Beltrão/PR
Gabriel Mazzocato da Rosa	UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina São Miguel do Oeste/SC
José Gabriel Severgnini	UNIPAR- Universidade Paranaense Francisco Beltrão/PR
Kauana Rossoni Rosa	UNIPAR- Universidade Paranaense Francisco Beltrão/PR
Leila Correia Bonifácio	UNIPAR- Universidade Paranaense Francisco Beltrão/PR
Maiara Cabral Barichello	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Barracão
Paulo Henrique Cantele Severgnini	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Barracão
Valentina Ruschel Massocatto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Barracão

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

MARILENE PINHEIRO CABRAL DEOLA
Presidente da Comissão do Programa

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:63D042A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 110, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Conceder diária de viagem a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, **02 e ½ (duas e meia) diárias de viagem para cada, para os dias 17, 18 e 19 de março de 2026, até a cidade de Foz do Iguaçu – PR,** veículo oficial para o retorno, a serviço do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para participarem do Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios.
Elisana Pillonetto, Diretora do Departamento de Educação, Cultura e Esportes, matricula nº 511-8/4;
Franciely Zolet, Chefe da Divisão de Ensino e Transporte Escolar, matricula nº 343-3/9.
Salete Povorosnik, Professora, matricula nº 425-1/4.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:31DAC77A

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 111, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Revoga a Portaria nº 019, de 26 de janeiro de 2026.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Revogar a Portaria nº 019, de 26 de janeiro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FD7FBB83

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 112, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia a servidora Emanoeli Schuastz, aprovada no Concurso Público nº 01/2024, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a servidora **Emanoeli Schuastz, portadora do Registro Geral – CPF nº 104.***.329-**, 11ª colocada,** no cargo de **Professora 20h**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2024, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 17 de março de 2026**.
Art. 2° A Servidora nomeada exercerá suas funções junto ao Centro de Educação Infantil – CMEI Vovó Helena, Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:BD50333E

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 113, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia a servidora Nikaely Schuastz da Silva, aprovada no Concurso Público nº 01/2024, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear a servidora **Nikaely Schuastz da Silva, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.***.174-*, 12ª colocada,** no cargo de **Professora 20h**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2024, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 17 de março de 2026**.
Art. 2° A Servidora nomeada exercerá suas funções junto ao Centro de Educação Infantil – CMEI Vovó Helena, Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:5F004AA8

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 12/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 12/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** destinado ao **registro de preços para eventuais aquisições merenda escolar para as escolas municipais, e para serem utilizados pelos departamentos do município conforme necessidade do município conforme termo de referência.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 01/04/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 16 de março de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:FEB005BC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº04 AO TERMO DE FOMENTO Nº52/2024

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 04
AO TERMO DE FOMENTO Nº52/2024
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
CNPJ: 04.418.594/0001-06

Cláusula Primeira - Valor, Transferência e Aplicação dos Recursos

De acordo com o plano de aplicação de 2026 emitido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Bom Sucesso do Sul, bem como a estimativa de receita do FUNDEB repassado pelo CIEDEPAR – Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná segue o cronograma de desembolso para o ano de 2026.

3.1. O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto se presente Termo de Fomento para 2026 é de **R$110.071,35** (cento e dez mil, setenta e um reais, com trinta e cinco centavos).

3.2. O repasse será realizado em 04 (quatro) parcelas, nos seguintes valores e datas:

I- R$27.517,83 (vinte e sete mil, quinhentos e dezessete reais, com oitenta e três centavos), até março de 2026;

II - R$27.517,83 (vinte e sete mil, quinhentos e dezessete reais, com oitenta e três centavos), até maio de 2026;

III- R$27.517,83 (vinte e sete mil, quinhentos e dezessete reais, com oitenta e três centavos), até julho de 2026;

IV- R$27.517,83 (vinte e sete mil, quinhentos e dezessete reais, com oitenta e três centavos), até setembro de 2026;

Cláusula Segunda - Dotação Orçamentária

Os recursos necessários à execução deste Convênio serão provenientes da dotação: 09 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE; 0902 - Divisão de ensino – FUNDEB; 12.367.0010.2.051000 - Manutenção da Educação Especial; 3.3.50.43.00.00.00 - Subvenções Sociais; 1260 – Despesa; 102 - FUNDEB 30%.

Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Cláusula Quarta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 16 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:141BCA81

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 7/2026

Decreto n° 7/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$318,78 (trezentos e dezoito reais e setenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.003		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
05.003.13.392.0013.2.024		DESENVOLVIMENTO CULTURAL – GESTÃO E FUNDO MUNICIPAL	
162 - 3.3.90.93.00.00	1863	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	318,78
Total Suplementação:			318,78

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Principal - Fonte: 1863	318,78
Total da Receita:	318,78

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 2 de Fevereiro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:58EB311D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15, DE 16 DE MARÇO DE 2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR), AS ÁREAS DE TERRAS ESPECIFICADAS NESTE DECRETO, NECESSÁRIAS À AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **MUNICÍPIO DE BRAGANEY,** Estado do Paraná, através do seu Prefeito Municipal, **VALDIR ZIELINSKI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações,

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, por meio do Ofício nº CA 395/2025 GLI, que encaminha minuta e documentação visando à regularização e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Braganey;

CONSIDERANDO que as áreas a serem declaradas utilidade pública, para fins de desapropriação, destinam-se à ampliação de reservatório apoiado, implantação de estação elevatória de água bruta e implantação de poço, obras essenciais ao adequado abastecimento de água e à melhoria da qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO que, nos termos dos artigos 2º, 5º, alíneas "e" e "h", 6º e 40, todos do Decreto-Lei nº 3.365/1941, consideram-se de utilidade pública as "a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistências" e "exploração ou a conservação dos serviços públicos";

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo declarar a utilidade pública de áreas necessárias à execução de obras e serviços públicos;

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam declaradas de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação amigável ou judicial pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), as áreas de terras especificadas neste decreto, necessárias à ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, com fulcro nos artigos 2°, 5°, alíneas "e" e "h", 6° e 40, todos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as áreas de terras abaixo descritas:

I – ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO APOIADO

Imóvel: Lote de Terras Urbano nº 01-D, oriundo do Lote Urbano nº 01 da Quadra nº 05, Loteamento Vila Nossa Senhora de Fátima.
Proprietário: Mitra Diocesana de Cascavel ou a quem de direito pertencer.
Município: Braganey – PR.
Comarca: Corbélia – PR.
Certidão de Registro: Matrícula nº 29.048 – 1º CRI de Corbélia.
Área de Atingimento: 279,40 m².
Perímetro: 69,40 m.

II – ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DO RESERVATÓRIO APOIADO
Imóvel: Lote de Terras Urbano nº 01-D, oriundo do Lote Urbano nº 01 da Quadra nº 05, Loteamento Vila Nossa Senhora de Fátima.
Proprietário: Mitra Diocesana de Cascavel ou a quem de direito pertencer.
Município: Braganey – PR.
Comarca: Corbélia – PR.
Certidão de Registro: Matrícula nº 29.047 – 1º CRI de Corbélia.
Área de Atingimento: 147,00 m².
Perímetro: 48,50 m.

III – ÁREA PARA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ÁGUA BRUTA – 03
Imóvel: Lote de Terras Rural nº 19-C, da Gleba nº 08, da Colônia Cascavel.
Proprietário: Odair João Modolo e sua esposa, ou a quem de direito pertencer.
Município: Braganey – PR.
Comarca: Corbélia – PR.
Certidão de Registro: Matrícula nº 9.889 – 1º CRI de Corbélia.
Área de Atingimento: 301,02 m².
Perímetro: 69,40 m.

IV – ÁREA PARA IMPLANTAÇÃO DO POÇO CSB 02
Imóvel: Lote de Terras Rural nº 19-C-4, da Gleba nº 08, da Colônia "A" Cascavel.
Proprietário: Messias Schilienwe, ou a quem de direito pertencer.
Município: Braganey – PR.
Comarca: Corbélia – PR.
Certidão de Registro: Matrícula nº 15.959.
Área de Atingimento: 353,93 m².
Perímetro: 100,61 m.

Artigo 2º - As áreas descritas no artigo 1º deste Decreto destinam-se à implantação de unidades integrantes do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Braganey, operado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.
Artigo 3º - Fica reconhecida a conveniência e utilidade pública da desapropriação referida neste Decreto, podendo ser promovidas de forma amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 3.365/1941.
Artigo 4º - Fica a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR autorizada a:
I – Promover todos os atos necessários à efetivação da desapropriação;
II – Realizar levantamentos topográficos, estudos técnicos e ambientais;
III – Implantar, operar e manter as estruturas necessárias ao Sistema de Abastecimento de Água;
IV – Alegar urgência para fins de imissão provisória na posse, nos termos do artigo 15, do Decreto-Lei nº 3.365/1941.
Artigo 5º - As despesas decorrentes da desapropriação correrão por conta da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.
Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETTO, aos 16 de março de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:407300EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 036/2026

EMENTA: NOMEAR CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Sr. DION HELDER MACEDO DUTRA**, inscrito no CPF: 052.***.899-52, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Do Departamento de Esporte e Lazer– Símbolo CC-3.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos dias 13 de março sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 16 de março de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:9AC28066

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037/2026

EMENTA: NOMEAR CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra. MAIARA APARECIDA PASSARINI**, inscrita no CPF: 038.***.289-09, para exercer o cargo de Diretora do Departamento Do Departamento de Políticas e Bem Estar Social– Símbolo CC-3.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 16 de março de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:0DD24336

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
LEI ORDINÁRIA Nº 695/2026

Proíbe a venda, a oferta e o uso de cigarros eletrônicos e dispositivos similares em locais

públicos no Município de Cafeara – PR, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, ISAAC MAIA LEMES, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º
Ficam proibidos, no âmbito do Município de Cafeara, a venda, oferta, distribuição e uso de cigarros eletrônicos, vaporizadores, pods, vapers e quaisquer dispositivos eletrônicos utilizados para fumar, bem como seus refis e essências.

Art. 2º
É proibida a venda, entrega ou fornecimento desses dispositivos a menores de 18 (dezoito) anos, nos termos da legislação federal vigente.

Art. 3º
A proibição prevista nesta Lei aplica-se especialmente:
I – A bares, lanchonetes, mercearias e estabelecimentos que comercializem bebidas alcoólicas ou produtos similares;
II – A praças, áreas de lazer, ginásios de esportes e demais locais públicos onde haja circulação de pessoas.

Art. 4º – Dos riscos à saúde
Fica reconhecido pelo Município que o uso de cigarros eletrônicos representa risco à saúde pública, conforme alertas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), podendo causar:
I – Dependência química, devido à alta concentração de nicotina;
II – Irritação das vias aéreas, tosse persistente e crises de falta de ar;
III – Inflamações pulmonares e lesões graves, como EVALI (lesão pulmonar associada aos dispositivos eletrônicos para fumar);
IV – Riscos de queimaduras e acidentes por explosão dos aparelhos;
V – Danos ao sistema respiratório de adolescentes, mais vulneráveis aos efeitos dos dispositivos.
Parágrafo único. O Poder Público poderá, quando possível, promover ações simples de conscientização junto à população sobre os riscos mencionados neste artigo.

Art. 5º
Os estabelecimentos que comercializem bebidas ou produtos correlatos deverão afixar, em local visível, aviso informando sobre a proibição da venda e do uso de cigarros eletrônicos no Município.
Parágrafo único. O aviso poderá ser confeccionado pelo próprio estabelecimento, devendo conter, no mínimo, a frase:

"É proibida a venda e o uso de cigarros eletrônicos neste estabelecimento. Lei Municipal nº 695/2026."

Art. 6º
O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:
I – Advertência escrita;
II – Multa em valor a ser definido por decreto do Poder Executivo;
III – Suspensão do alvará de funcionamento em caso de reincidência grave.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara – PR

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:D12D4F87

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 2564/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e respectivos suplentes da Comissão Municipal de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes de Cafeara, Estado do Paraná."

ELTON FÁBIO LAZARETTI, *PREFEITO MUNICIPAL DE CAFEARA*, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o inciso VI do artigo 63 da Lei Orgânica do Município de Cafeara,

DECRETA

Art. 1° - Ficam nomeados os membros Titulares e respectivos Suplentes da Comissão Municipal de Enfrentamento às Violências contra Crianças e Adolescentes do Município de Cafeara, Estado do Paraná, conforme segue:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Naiana Virginia Zanini Boralli
Suplente: Gabriele Cristina Rezende Silva Poleto

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Titular: Regiane de Fátima Carvalho Lazaretti
Suplente: Paula Andrea Turozi Lazaretti

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Lidiane Aparecida da Silva Oliveira
Suplente: Geisy do Carmo Guastala

Representantes da Secretaria Municipal de Esporte:
Titular: Rafael Souza Bega
Suplente: Cleber de Marchi Fabrin

Representantes do Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva:
Titular: Hilda Leite de Melo Cripa
Suplente: Maria Lenir Merissi

Representantes da Escola Municipal de Cafeara:
Titular: Elvanda Fernandes Costa Soares
Suplente: Patricia Marcelino da Silva

Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: Rayla Romilda de Oliveira Reggiani
Suplente: Sabrina Valéria Aparecida de Oliveira

Representantes do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Josiane Aparecida Diogo Torres
Suplente: Flavia Elaine Alves Mada

Art. 2°- O mandato dos membros titulares da Comissão e respectivos suplentes será de 02 (dois) anos.

Art. 3°- Os serviços prestados pelos membros da Comissão são considerados de relevante interesse público e não será remunerado.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Cafeara, 13 de março de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:686B0753

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 011.2026 - KIT LANCHE

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2026

O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 019/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 011/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por LOTE, tendo por objeto Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de "Kit Lanche" destinados aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS que realizam deslocamento para realização de consulta, exames e tratamentos médicos, em conformidade com a Lei Municipal nº 1763/2021, conforme as condições, quantidades e exigências descritas neste edital e em seus anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$231.480,00 (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e oitenta reais). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **30 de março de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 16 de março de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:A5E6FC5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2026 – PREGÃO Nº 100/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2026 – Pregão nº 100/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 12.039.966/0001-11, CALÇADA DAS CAMELIAS, 53 ANDAR 1 - CEP: 06453056 - BAIRRO: CONDOMINIO CENTRO, E-MAIL: linkcontratos@linkbeneficios.com.br , Telefone, (19) 3114-2700 CIDADE: Barueri/SP, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) RODRIGO MANTOVANI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DE CARTÃO ELETRÔNICO, MAGNÉTICO OU DE TECNOLOGIA SIMILAR, A USUÁRIOS ATENDIDOS PELO "ALIMENTANDO COM AMOR" ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.690/2019 E DECRETO N° 155 DE 18 DE SETEMBRO DE 2025 PELO PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES., CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

Valor Total: R$ 1.870.068,00 (Um Milhão, Oitocentos e Setenta Mil e Sessenta e Oito Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, RODRIGO MANTOVANI
Vigência: 13/03/2026 a 12/03/2027.
Data da Assinatura:13/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:13B1B9B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2026 – PROCESSO DISPENSA Nº 002/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 028/2026 – Processo dispensa nº 002/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: CMM ENGENHARIA E CONTROLE TECNOLOGICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 41.936.439/0001-08, R SALGADO FILHO, 188 - CEP: 85802150 - BAIRRO: NEVA, E-MAIL: cristopher@cmm.eng.br, Telefone, (45) 99817-3147 CIDADE: Cascavel/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) CRISTOPHER MENEGUETTI.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS DE ENGENHARIA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE 26 (VINTE E SEIS) ENSAIOS ISC/CBR COMPLETOS, DESTINADOS À VERIFICAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUPORTE E DAS CONDIÇÕES GEOTÉCNICAS DO SOLO EM TRECHOS LOCALIZADOS NA ZONA RURAL (CENTRAL SANTA CRUZ A TUPÃSSI) E EM RUAS INTERNAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, VISANDO SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO, A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Valor Total: R$ 13.650,00 (Treze Mil, Seiscentos e Cinqüenta Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, CRISTOPHER MENEGUETTI
Vigência: 16/03/2026 a 15/03/2027.
Data da Assinatura:16/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:1203DA50

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PORTARIA DE DIÁRIA Nº 014/2026.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 014/2026.

SÚMULA: Concede Diárias ao Servidor Publico nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", o Servidor Público Municipal, Sr. Rodrigo Accordi, portador do R.G. nº 7.800.395-2, 03 e ½ (três e meia) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 16 (dezeseis) de março de 2026.
Horário de saída: 12h00min.

Motivo: Motorista do Prefeito nas seguintes programação: Capacitação para Gestores Municipais do Esporte, Participar da Sessão Solene - Entrega do Plano Decenal do esporte do Paraná, Participar da liberação de recursos para o Programa de implantação de Barrações Industriais e Espaços de Coworking, Reunião com Deputado Estadual Gugu Bueno e Deputado Estadual Adão Fernandes Litro; Audiência da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, Audiência no DER - Departamento de Estrada e Rodagem, Audiência na Secretaria de Desenvolvimento Sustentavel - SEDEST, Audiência no IAT - Instituto Àgua e Terra e demais Secretarias.

Data do retorno: 19 (dezenove) de março de 2026.
Horário do retorno:18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D6E0235F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 015/2026.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 015/2026.

SÚMULA: Concede Diárias ao Servidor Publico nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", ao Servidor Publico, Sr. Edimilson Braga, portador do R.G. nº 4.734.233-3 – SSP/PR, 02 e ½ (duas e meia) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 17 (dezesete) de março de 2026.
Horário de saída: 13h00min.

Motivo: Participar do Circuito de Capacitação para Gestores Municipais do Esporte.

Data do retorno: 19 (dezenove) de março de 2026.
Horário do retorno:22h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:DD4048CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 016/2026.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 016/2026.

SÚMULA: Concede Diárias ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019 E 1.999/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019 e 1.999/2025, art. 2º, inciso II, alínea "b", ao Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Sr. Everton Doberstein, portador do R.G. nº 7.803.244-8 – SSP/PR, 02 e ½ (duas e meia) diárias, correspondente a 05 (cinco) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Curitiba - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 17 (dezesete) de março de 2026.
Horário de saída: 13h00min.

Motivo: Participar do Circuito de Capacitação para Gestores Municipais do Esporte.

Data do retorno: 19 (dezenove) de março de 2026.
Horário do retorno:22h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:0C901F72

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 175/2026-DRH

PORTARIA N.º 175/2026-DRH

SÚMULA: Concede Licença Especial de 90 (noventa) dias ao servidor efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Licença Especial de 90 (noventa) dias, ao Servidor **DENNIS STEPHEN COSTA** matrícula 79481, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de **VETERINÁRIO 20 HORAS**, referente ao quinquênio 2019-2024 no período de 23/03/2026 a 23/06/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 16 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:99215BC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 003.2026 - REESTRUTURAÇÃO DA REDE LÓGICA ESCOLA ANDRÉ LUIZ

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2026

Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para serviços de reestruturação de rede lógica.

Objeto: Contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada para a prestação de serviços de reestruturação da rede lógica da Escola Municipal André Luís da Silva Prestes, localizada no Município de Cafelândia/PR, visando garantir infraestrutura adequada de conectividade e acesso à internet de alta velocidade para atendimento das demandas pedagógicas, administrativas e tecnológicas da unidade escolar, especialmente para o funcionamento do sistema MATFIC, utilização de telas digitais e demais plataformas educacionais utilizadas por alunos, professores e servidores da rede municipal de ensino.

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
DELTA - TELECOMUNICACOES LTDA CNPJ 41.936.439/0001-08	33.498,00	trinta e três mil e quatrocentos e noventa e oito reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O prazo de vigência do Contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura, sem previsão de prorrogação.

Cafelândia/PR, 16 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:4C68FDAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 005.2026 - LOCAÇÃO IMÓVEL - SETOR DE ENDEMIAS

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 018/2025

Fundamenta-se a presente contratação no art. 74, inciso V, parágrafo 5º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para locação de imóvel.

Objeto: Locação de imóvel sito, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 158, Centro Cafelândia-PR, sala destinada a utilização para a sede do Centro Psicossocial (CAPS) e Agentes Comunitários de Endemias (ACE).

Vencedor do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
MSC ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA CNPJ 16.595.221/0001-90	34.133,40	Trinta e quatro mil e cento e trinta e três reais e quarenta centavos	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O Município pagará o valor mensal de R$2.844,45 (dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme Laudo de Avaliação realizado pela Comissão Permanente de Avaliação.

A locação em tela será por um período de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação de acordo com a Lei n° 14.133/2021.

Cafelândia, 13 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:02FA9E5C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES - Nº 10/2026

Lei de Concessão: Lei nº 2129/2025 – Publicada em: 10/04/2025
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) SERVIDOR (X) VEREADOR: Leandro Cesar Veloso da Silva
DESLOCAMENTO: -
Local de origem: - Califórnia-PR **Local de Destino: -** Curitiba– PR
Data e horário para saída: 05h00min do dia 16.03.2026.
Data e horário para retorno: 22h00min do dia 17.03.2026.
Quantidade de diárias: 1 diária com pernoite e outra sem pernoite.
Valor pago: - R$ 1.020,00.
OBJETIVO DA VIAGEM: - Viagem a Curitiba com audiências agendadas na Assembleia Legislativa com o Deputado Artagão na segunda feira. E na terça feira participar da entrega de barracões com o Secretário Marco Brasil. Em ambas audiências, para tratar da captação de recursos para o município e outros assuntos de interesse público, conforme documentos comprobatórios que serão apresentados após retorno.
MEIO DE TRANSPORTE.
( ) AÉREO (X) VEÍCULO OFICIAL (X) VEÍCULO PRÓPRIO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: - receber documentação referente a liberação de barracões, apresentar e acompanhar pedidos de recursos para o nosso município.
Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa Diretora da Câmara - Requeiro autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.
Declaro estar ciente de que a importância recebida, não poderá ser aplicada em despesas alheias ao fim a que se destina e que não irei utilizar desta viagem para fins particulares, bem como não resido na localidade de destino.
Data e assinatura do Requerente:
Data: - 11/03/2026. Requerente: -
_____
Data e assinatura da Concessão:
Data: - 11/03/2026. Presidente da Mesa: -
_____

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:0C60FA6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 070

DECRETO Nº 070/2026

SÚMULA: O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica decretado luto oficial por 03 (três) dias no Município de Califórnia, em sinal de pesar, pelo falecimento do Sr. WALDIR DE ASSIS, pai do Vice-Prefeito Adauto Aparecido de Assis.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Califórnia, 16 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Neuzeli Federovicz
Código Identificador:E19F85D7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO ONLINE PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS – 6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO ONLINE PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS – 6

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, segundo previsão do Edital da Lista Final de Aprovados, TORNA PÚBLICAA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS, relacionados deste Edital, comparecer a partir de 09/03/2026 até o dia 19/03/2026, das 8h às 11h45 e das 13h às 17h15, no Edifício da Prefeitura, sito à Rua 17 de Dezembro, 149, munido dos documentos adiante citados.

Declaração de matrícula da instituição de ensino do curso inscrito;
Cópia do documento de Identidade - RG;
Cópia do documento CPF,
Nº de conta corrente, banco do Brasil, Itaú e Caixa.
Comprovante de Residência

ENSINO MÉDIO REGULAR

01	CAIO VINICIUS GOMES DE SOUZA Data de Nascimento: 20/05/2009
02	MELISSA DE ASSIS ALENCAR Data de Nascimento: 11/04//2007
03	JOÃO HENRIQUE VILELA RIBEIRO Data de Nascimento: 16/07/2007
04	LORENA PEREIRA MENDES Data de Nascimento: 01/05/2008
05	MARIANA SPOTON DE ALEXANDRE Data de Nascimento: 19/06/2008
06	RENATO JUNIO DE LIMA TERRA Data de Nascimento: 26/04/2008
07	LEONARDO PEREIRA DE CARVALHO Data de Nascimento: 26/09/2007
08	RITA DE CASSIA DE MORAES Data de Nascimento: 05/03/2008

ENGENHARIA AGRÔNOMA

01	CARLOS HENRIQUE VANZELA DA SILVA Data de Nascimento: 16/10/2005

ENGENHARIA DE SOFTAWRE

01	GABRIEL MORIOKI OGIDO Data de Nascimento: 04/06/2000

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

01	MARIA EDUARDA CHILEIDE Data de Nascimento: 15/10/2009

Edifício da Prefeitura de Califórnia, ao 16º dia do mês de março de 2026

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:82DFCD6A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 09/2026

PROCESSO SELETIVO SEDU Nº 045/2026 – PADRÃO EXTRAORDINÁRIO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2026

O Prefeito Municipal de Califórnia, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Edital de Classificação Final do Processo Seletivo SEDU nº 045/2026 – Padrão Extraordinário,
CONSIDERANDO a necessidade de substituição temporária de professor(a) afastado(a) por motivo de atestado médico;
CONSIDERANDO a urgência na garantia da continuidade das atividades pedagógicas no período da manhã onde a professora afastada entrou de atestado;
CONSIDERANDO a ordem classificatória do certame;
TORNA PÚBLICA a convocação da candidata abaixo relacionada, devendo comparecer no dia **17 de março de 2026**, na Secretaria Municipal de Educação, para manifestação de interesse quanto à vaga de substituição temporária:
Professor I

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
20º	FERNANDA CARLA CASARIM DO COUTO	2,6
21º	TEREZA RAFAELA SINKOC	16º

A convocação refere-se exclusivamente à substituição decorrente de afastamento por atestado médico, possuindo caráter temporário e precário.
A atribuição da vaga observará a ordem classificatória e a disponibilidade para atuação no **período da tarde ou noite.**
Encerrado o período de afastamento, não havendo novo atestado, licença ou vacância que justifique a continuidade da substituição, a convocada será dispensada, podendo ser novamente convocada durante o ano letivo de 2026, conforme necessidade da Administração e respeitada a ordem de classificação.
Califórnia, 16 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:32B9FE3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 057/2026

PORTARIA Nº 057/2026

Súmula: Abertura de processo administrativo sancionatório (PAS)

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E COM FUNDAMENTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 165/2024.

R E S O L V E :

Artº. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Sancionatório (PAS) para apurar, na forma da legislação pertinente, os fatos descritos no Processo Administrativo nº 002/2026 – SEAFIPLAN referente à conduta do envolvimento da pessoa jurídica MC SUL COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MÁQUINAS E APARELHOS AGRÍCOLAS LTDA, com base no Decreto Municipal nº165/2024.

Artº. 2º - Designar a Comissão Permanente de Processo Administrativo Sancionatório, já constituída pela Portaria nº 046/2026, para conduzir o referido processo, assegurando-se a observância aos trâmites legais previstos no Decreto Municipal nº 165/2024 e legislação correlata:
Presidente: DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Secretário: LETÍCIA KARYMEN FOLLADOR DE MELO
Membro: DENISE BARTKO ALENCAR PAULO

Artº. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 16º dia do mês de março de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:A136A88E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 058/2026

PORTARIA Nº 58/2026

SÚMULA: O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E :

Art. 1º Fica homologado, a partir das 17 horas do dia 06 de março a candidatura de DEBORA MARTINS REIS ao cargo de Diretora do Clube do Irmão Caçula, no âmbito do Processo de Consulta para Direção, conforme estabelecido no Decreto nº 050/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 16°dia do mês de março de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7D184CB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 25 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exonera servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor Anderson Oliveira Dos Santos, nomeado anteriormente para o cargo de Assessor Técnico Nível Médio.

Art. 2º –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revoga a Portaria n° 49, de 13 de março de 2024.

Art.3º Registre-se e publique-se em 16 de março de 2026

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:190842A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 26 DE 17 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia Servidor para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 928, de 11 de março de 2026 e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Nomear o servidor Anderson Oliveira Dos Santos, portador do CPF n° ******319-52, para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio II, símbolo CC-3A.

Art. 2º –Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Registre-se e publique-se em 17 de março de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:03708E3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N° 05, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 510/2017, qual dispõe sobre a indenização das despesas de viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e o Decreto N° 2.597/2025, que atualiza a URF - Unidade de Referência Fiscal do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1 º Fica AUTORIZADA à concessão do pagamento de 01 (uma) diária, para o servidor, **Sr. João Cordeiro Batista, matrícula n°407,** conforme abaixo discriminado:
I Valor da Diária: R$ 167,25 (cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
II Valor total da Diária: R$ 167,25 (cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
III Destino: Curitiba - PR.
IV Objetivo da Viagem: Participação no curso Ouvidoria Day, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
V Período da Viagem: 17 de março de 2026.
VI Observação: O transporte será realizado por meio do veículo oficial.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.
Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:B0C39AB5

GABINETE
DECRETO N° 2636/2026 DE 13/03/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2636/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$900.778,24 (novecentos mil e setecentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001		ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0005.2.007		Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	
79 - 3.3.90.32.00.00	3107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	900.778,24
Total Suplementação:			900.778,24

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 13 de Março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:EE15C700

GABINETE
DECRETO N.º 2.633, DE 09 DE MARÇO DE 2026

Altera o Decreto Municipal n.º 1.714, de 21 de fevereiro de 2022, que nomeia os membros da Comissão de Acompanhamento da Execução do Convênio firmado entre o Município de Campina Grande do Sul e Quatro Barras para prestação de serviço público de saúde de forma associada.

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e

Considerando a solicitação formulada pela Secretaria Municipal da Saúde, por meio do Memorando n.º 231/2026, protocolado sob o n.º 6527/2026;

Considerando a necessidade de atualização da composição da Comissão de Acompanhamento da Execução do Convênio firmado entre o Município de Campina Grande do Sul e o Município de Quatro Barras para a prestação associada de serviços públicos de saúde;

Considerando o interesse público na adequada fiscalização e acompanhamento da execução do convênio celebrado entre os Municípios,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto Altera o Decreto Municipal n.º 1.714, de 21 de fevereiro de 2022, que nomeia os membros da Comissão de Acompanhamento da Execução do Convênio firmado entre o Município de Campina Grande do Sul e Quatro Barras para prestação de serviço público de saúde de forma associada.

Art. 2º Os incisos I e II do artigo 2º do Decreto Municipal n.º 1.714, de 21 de fevereiro de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)
I – Sandra dos Santos Barros – Representante da Secretaria Municipal da Saúde;
II – Valdivio Mendes de Oliveira – Representante do Conselho Municipal de Saúde."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 09 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:308EB58B

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 20/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DO TIPO BRINDES PERSONALIZADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SEUS EQUIPAMENTOS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL
Critério de julgamento: Menor Preço por Lote
Valor Máximo: R$77.929,30 (Setenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta centavos)
Data de abertura: 30/03/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:51D02417

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 38/2026
ID nº: 202660
Pregão nº: 3/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: SANNY ENGENHARIA LTDA. CNPJ: 05.085.702/0001-39
Valor total: R$ 1.490.000,00. Percentual de Desconto ofertado: 38,60%. Vigência: 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ABNER DE SOUZA CORDEIRO	FISCAL

Campina Grande do Sul, 12 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:C5948544

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4 TERMO DO CONTRATO Nº.64/2024

Termo de aditivo n°4 Termo do contrato nº.64/2024, objetivando a CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (ATUAL MÉDICA GESTÃO DE SAÚDE S.A) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTAS, DE FORMA SUBSIDIÁRIA E COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS, PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (PA) DE CAMPINA GRANDE DO SUL-PR / QUATRO BARRAS-PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL, decorrente de Inexigibilidade n° 33/2024, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a HERA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA , inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.210.413/0001-42. Constitui o objeto do presente termo aditivo o pedido de reajuste de preços dos itens 1 e 2 do contrato nº 64/2024 passando de R$ 169,69 (cento de sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos) para R$176,99 (cento e setenta e seis reais e noventa e nove centavos) atendendo ao inciso XI do art. 40 e inciso III do art. 55 da Lei nº 8.666/93. CAMPINA GRANDE DO SUL, 10 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:BC129EFC

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº6 CONTRATO 34 2023

Termo de aditivo **n°6** Termo do contrato nº.34/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LINK DE COMUNICAÇÃO COM A INTERNET, SERVIÇOS NA MODALIDADE VPN IP/MLPS E LAN-TO-LAN COM TRANSMISSÃO ATRAVÉS DE FIBRA ÓPTICA PARA INTERLIGAR AS UNIDADES DA PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE DO SUL. decorrente de Pregão n° 10/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a LIGGA TELECOMUNICAÇÕES S.A**,** inscrita no CNPJ sob nº. 04.368.865/0001-66. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato 34/2023 em mais 12(doze) meses, ou seja, até 14/03/2026 à 13/03/2027, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. O contrato terá o acréscimo de valor referente ao 02(dois) pontos de 200 Mbps e 02 (dois) pontos de 300 Mbps, aditivos formalizados no ano de 2024. O contrato corrigido pelo IPC-A – 4,097830%, será de R$ 126.510,96 (cento e vinte e seis mil, quinhentos e dez reais e noventa e seis centavos), na forma prevista na cláusula 3ª, item 3.10.1, do instrumento contratual, atendendo ao inciso XI do Art. 40 e inciso III do art. 55, ambos da Lei nº8.666/93.

Velocidade	Quant.	**Valor Unit. Corrigido**	Valor	Quantidade de meses	**Valor Total**
50 Mbps	13	**R$ 68,25**	R$ 887,25	12	R$ 10.647,00
100 Mbps	9	**R$ 101,22**	R$ 910,98	12	R$ 10.931,76
200 Mbps	32	**R$ 127,39**	R$ 4.076,48	12	R$ 48.917,76
300 Mbps	17	**R$ 170,61**	R$ 2.900,37	12	R$ 34.804,44
1 Gbs	2	**R$ 883,75**	R$ 1.767,50	12	R$ 21.210,00
					R$ 126.510,96 ÷ **12= R$ 10.542,58**

CAMPINA GRANDE DO SUL, 09 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:EDCD455D

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 16 TERMO DO CONTRATO Nº.160/2023

Termo de aditivo n° 16 Termo do contrato nº.160/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR TOTAL E CONTRA TERCEIROS, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL. decorrente de Pregão n° 142/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob nº. 90.180.605/0001-02. Constitui objeto do presente termo aditivo, a Inclusão de Endosso de 01(um) rolo compactador XUMG **ano/modelo 2025/2026 chassi nº XUG0123ARPE11425, pertencente a Secretaria Municipal de Infraestrutura;** 01(um**)** veículo tipo caminhão leve baú KIA UK2500 SC 4WD, ano/modelo 2025/2026 **chassi nº 9UWSHX76ATN044148, pertencente a Secretaria Municipal da Educação;** e mais 05(cinco) veículos **sendo:** Fiat Argo Drive 1.3 AT, **chassi nº 9BD358AFBTYR17305,** Fiat Argo Drive 1.3 AT, **chassi nº 9BD358AFBTYR18362,** Fiat Argo Drive 1.3 AT, **chassi nº 9BD358AFBTYR18862,** Fiat Argo Drive 1.3 AT, **chassi nº 9BD358AFBTYR18487,** Fiat Argo Drive 1.3 AT, **chassi nº 9BD358AFBTYR18164,** pertencente a da Secretaria Municipal de Saúde, totalizando o acréscimo de valor no importe de R$ 8.280,26 (oito mil, duzentos e oitenta reais e vinte e seis centavos) aproximadamente 2,38% do valor atualizado, com fundamento no art. 65, I "b" c/c art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº. 8.666/93. Campina Grande do Sul, 11 de março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:3D8765CD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 385/2026

Concede Aposentadoria (Integral) Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, à servidora Ilacir dos Santos Rodrigues, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria da servidora Ilacir dos Santos Rodrigues;

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido à servidora **ILACIR DOS SANTOS RODRIGUES - matrícula nº. 28281**, brasileira, servidora pública municipal de Campina Grande do Sul, ocupante do cargo efetivo de Contador, (Nível B09 da Tabela de Vencimentos Anexo XV da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012), portadora do RG nº. 4.910.533-9-PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 841.276.199-53, **Aposentadoria (Integral) Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,** com proventos integrais calculados pelo último salário auferido pela servidora, com fundamento no art. 3º, da Emenda Constitucional nº. 47/2005, combinado com o art. 64, da Lei Complementar Municipal nº. 03/2010.

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 20.123,44 (Vinte mil, cento e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo único: tendo como forma de reajuste a paridade aos servidores da ativa, nos termos da legislação em vigor.
Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 13 de março de 2026.

Município de Campina Grande do Sul, 12 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7F38A6EF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 386/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando Memorando nº. 021/2026 da Secretaria Municipal da Mulher e Igualdade Racial, protocolado sob nº. 7.306/2026;

D E S I G N A

A Servidora **NELISE CRISTIANE DALPRÁ NOCETI - Matrícula nº. 328942**, ocupante do cargo de Agente Político de Secretária Municipal da Mulher e Igualdade Racial, como Gestora do Fundo Municipal para a Promoção das Políticas de Igualdade Racial do Município de Campina Grande do Sul - FMPPIR, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 12 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 12 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A01C30F3

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 388/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao Servidor **MIZAEL SANTANA DE ARRUDA - Matrícula nº. 279441**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Central de Remoções, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
		(Conforme § 3º do Art. 4º do Decreto Municipal nº. 1897/2022);
II	Valor da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	União da Vitória – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de União da Vitória, para realizar o transporte da paciente D.R.S., para internamento no Hospital São Camilo.
VI	Período da viagem;	Dia 13 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:999C53D3

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 389/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao Servidor **RAFAEL DE ARAÚJO FLORENTINO - Matrícula nº. 328946,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, lotado na Central de Remoções, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	01 (uma) diária valor de 50%
		(Conforme § 3º do Art. 4º do Decreto Municipal nº. 1897/2022);
II	Valor da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 390,25 (Trezentos e noventa reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	União da Vitória – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de União da Vitória, para acompanhar o transporte da paciente D.R.S., para internamento no Hospital São Camilo.
VI	Período da viagem;	Dia 13 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:170A8D55

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 390/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

R E T I F I C A

A Portaria nº. 221/2026, datada de 27 de fevereiro de 2026, publicada na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Paraná nº. 3478a, páginas nº. 4 e 5 de 27/02/2026, como segue:

Onde se lê:
"Art. 2º No cálculo de sua aposentadoria auferiu-se o valor mensal de 2.208,56 (Dois mil, duzentos e oito reais e cinquenta e seis centavos) a ser reajustado anualmente na mesma data e índice que ocorrer o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social."

Leia-se:
"Art. 2º No cálculo de sua aposentadoria auferiu-se o valor mensal de 2.211,32 (Dois mil, duzentos e onze reais e trinta e dois centavos) a ser reajustado anualmente na mesma data e índice que ocorrer o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social."

Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:5E35D7D7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 391/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o disposto no Capítulo III, Seção I, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob o nº. 8.008/2026;

P R O M O V E

A partir da presente data, a Servidora **ROSANE DO ROCIO AVELAR - Matrícula nº. 134391,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Superior - Nível 06 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer o cargo de Professor Classe Especialização - Nível 06 da Lei Municipal nº. 693/2019, considerando a conclusão do Curso de Pós-Graduação, Especialização em "Literatura e Intermídias".

Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:AE58C463

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 392/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o disposto no Capítulo III, Seção I, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob o nº. 8.008/2026;

P R O M O V E

A partir da presente data, a Servidora **ROSANE DO ROCIO AVELAR - Matrícula nº. 325500,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Superior - Nível 05 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer o cargo de Professor Classe Especialização - Nível 05 da Lei Municipal nº. 693/2019, considerando a conclusão do Curso de Pós-Graduação, Especialização em "Literatura e Intermídias".

Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:C0592598

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 393/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 8.095/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **DANIELA SUCKOW SIQUEIRA DE SOUZA - Matrícula nº. 328809,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 13 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 13 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:BE35FA8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CAMPO DO TENENTE – PR - RESOLUÇÃO Nº001/2026

O Conselho Municipal do Idoso do Município de Campo do Tenente, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 499/2025, **RESOLVE**:

Art.1º – Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase III Del. 004/2026.

Art.2º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo do Tenente, 12 de março de 2026.

LINDACIR CHIMIN
Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:9AA775BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO - REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINALIDADE

SEÇÃO I
DA DENOMINAÇÃO

Artigo 1º – O Conselho Tutelar de Campo Magro, criado pela Lei Municipal nº 017/1997, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, a partir desta data reger-se-á pelo presente Regimento Interno, elaborado segundo as diretrizes traçadas pela Lei Municipal que o criou e pela Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§1º - Permanece instituído o Conselho Tutelar único já existente, ficando autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir outros Conselhos Tutelares para garantir a equidade de acesso a todas as crianças e adolescentes residentes no Município.

SEÇÃO II
DA SEDE

Artigo 2º – O Conselho Tutelar em sede própria situada à Rua Miguel Fillus n° 84, Jardim Bom Pastor, Campo Magro - Paraná, podendo ser alterada desde que o novo local continue a atender os objetivos a que se destinam e a proporcionar que todas as atribuições do Conselho Tutelar sejam observadas e cumpridas, estando vedada a atuação deste órgão em local não apropriado para suas funções, o que será representado ao Ministério Público para tomada das providências legais pertinentes.

SEÇÃO III
DA FINALIDADE

Artigo 3º – O Conselho Tutelar tem por finalidade zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, previstos em lei, exercendo as atribuições contidas neste Regimento Interno e em conformidade com os artigos 95, 136, 191, 194 seguintes da Lei Federal nº 8.069/90.

CAPÍTULO II
DO FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I
DO FUNCIONAMENTO

Artigo 4º – O atendimento do Conselho Tutelar será permanente e obedecerá ao seguinte:
a) No horário compreendido entre 8 e 17 horas, em dias úteis, o órgão funcionará com cinco Conselheiros Tutelares exceto quando houver necessidade de compensar descanso por ter realizado atendimento de sobreaviso**,** quando funcionara com 4 Conselheiros Tutelares, observando-se que, se a demanda de serviço impor, os demais conselheiros deverão também atuar, em rodízio para atender às funções do Conselho Tutelar;
Parágrafo Único – Haverá escala de atendimento no horário de intervalo para o almoço dos Conselheiros Tutelares, compreendido das 12h00 às 13h00, sendo que este Conselheiro Tutelar que realizou está escala de atendimento poderá realizar seu intervalo de descanso das 13h00 às 14h00.
b) nos horários noturnos, feriados e fins de semana, o atendimento será efetuado por meio de um Conselheiro Tutelar de sobreaviso, obedecendo-se à escala de rodízio, garantindo-lhe a folga compensatória, conforme inciso III do artigo 26 da Lei 1.197/2021.
Parágrafo Único – A escala de sobreaviso e suas posteriores alterações deverão ser sempre definidas em sessão específica para tal, comunicando ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quando solicitado.

Artigo 5º– Os Conselheiros Tutelares reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por semana, na sede do Conselho Tutelar, em dia e hora a serem definidos de comum acordo, e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias.
§ 1º Considerando a primeira quarta-feira de cada mês o atendimento ao público será ofertado pelos servidores municipais postos a serviço do Conselho Tutelar, sendo atendido pelos Conselheiros Tutelares apenas atendimento emergencial, ficando está data para discussão de casos específicos, e a disposição de equipamentos bem como do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para reuniões pertinentes.
§ 2º – Nas sessões, serão tratados qualquer assunto referente às atribuições legais do Conselho Tutelar.
§ 3º – As sessões serão realizadas com o quórum mínimo de três Conselheiros Tutelares.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 6º – São atribuições do Conselho Tutelar:
I – Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII da Lei 8.069/1990;
II – Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no Art. 129, I a VII da Lei 8.069/1990;
III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;
b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
IV – Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
V – Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
VI – Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no Art. 101, I a VI da Lei 8.069/1990, para o adolescente autor de ato infracional;
VII – expedir notificações;
VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
IX – Assessorar o Poder Executivo Local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
X – Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
XI – representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
XII – fiscalizar as Entidades governamentais e não governamentais, conforme o Art.95 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
XIII – subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA na elaboração de projetos, quanto às prioridades do atendimento à criança e ao adolescente;
XIV –subsidiar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA na elaboração de projetos através de dados informativos, quanto às prioridades do atendimento relacionado à situação da criança e do adolescente no Município;
XV– Alimentar o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA-WEB, quanto às situações de suspeitas ou violações de direitos da criança e do adolescente no Município de Campo Magro;
XVI – desempenhar outras atribuições previstas em Lei atinentes à criança e ao adolescente;
Parágrafo único – Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando- lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
XVII – atuar exclusivamente e ilimitadamente à defesa e proteção integral dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, sendo exigida em sua função dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade remunerada pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas, sob pena de perda do mandato de Conselheiro Tutelar;
XVIII – seguindo as diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, os membros do Conselho

Tutelar, é exigido dedicação exclusiva, ou seja, o membro do Conselho Tutelar, não poderá acumular outro cargo ou emprego, público ou privado, com sua função de Conselheiro Tutelar, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, não sendo permitida desvio de função.

Artigo 7º – As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

CAPÍTULO III
DA DIRETORIA E DOS AUXILIARES

SEÇÃO I
DA DIRETORIA

Artigo 8º – O Conselho Tutelar de Campo Magro, terá uma diretoria composta por um Presidente.

Artigo 9º – No caso em que um membro escolhido para diretoria perder seu mandato de Conselheiro Tutelar ou renunciar ao cargo de diretoria, deverá ser realizado nova escolha, no prazo de dez dias da comunicação da perda do mandato ou renúncia, para o preenchimento do cargo vago, visando o termino daquele mandato.

Artigo 10º – Compete Presidente:
I. – Convocar ordinária e extraordinariamente as reuniões do Conselho Tutelar;
II – Presidir e coordenar as reuniões do Conselho Tutelar de forma dinâmica e participativa;
III – Representar o Conselho Tutelar em juízo, perante autoridades e em todas as reuniões em que for solicitada a participação do Conselho Tutelar, ou se necessário nomear outro Conselheiro Tutelar para que o faça;
IV – Cumprir e fazer cumprir as normas regimentais e deliberativas do Conselho Tutelar, bem como garantir a execução de planos de trabalho;
V – Decidir com o voto de qualidade os casos de empate nas votações;
VI – Autorizar, após consultados os demais Conselheiros Tutelares em reunião, a troca de sobreaviso entre os Conselheiros Tutelares, desde que não haja prejuízo para o andamento das atividades do Conselho Tutelar;
VII – Elaborar, com os demais Conselheiros Tutelares, a escala de atendimento, de sobreaviso e dos cronogramas de visitas; conforme o disposto na Lei Municipal n°1.197/2021;
VIII – Na falta de ponto digital, de maneira manual em cartão ponto, o Presidente do Conselho Tutelar deverá vista-los.

SEÇÃO II
DOS AUXILIARES

Artigo 11 – O Conselho Tutelar contará com o apoio de no mínimo dois funcionários cedidos pela Administração Municipal, para desenvolver as funções de Motorista e Secretaria Administrativa.

CAPÍTULO IV
DA COMPETÊNCIA E DOS PROCEDIMENTOS

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA

Artigo 12 – A competência para atuação do Conselho Tutelar de Campo Magro será determinada:
I – Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;
II – Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, à falta dos pais ou responsáveis.
§ 1º – Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
§ 2º – A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis, ou local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou o adolescente, encaminhando-se o caso, via ofício, solicitando-se que aquele remeta relatório completo após a plena execução em comento.

Artigo 13 – O Conselho Tutelar de Campo Magro atuará nos limites deste Município, e os casos pertinentes a crianças e aos adolescentes de outros municípios serão encaminhados às autoridades competentes do município de origem dos envolvidos, observando-se, todavia, o disposto no artigo 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à competência.

SEÇÃO II
DOS PROCEDIMENTOS

Artigo 14 – Os procedimentos adotados pelo Conselho Tutelar seguirão as regras contidas nesta seção.

SUBSEÇÃO I
DA FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO

Artigo 15 – O Conselho Tutelar fiscalizará as entidades de atendimento a criança e ao adolescente por meio de visita e inspeção, por maioria de colegiado, verificando, basicamente, o cumprimento das obrigações elencadas no Artigo 94 da Lei nº 8.069/90, elaborando o Termo de Visita e Inspeção, que conterá:
I – Data e horário;
II – Indicação do Conselheiro Tutelar autor da inspeção;
III – Qualificação da entidade visitada;
IV – Qualificação de quem recebeu os Conselheiros Tutelares para a inspeção;
V – Caracterização da entidade;
VI – Se foram ou não encontradas eventuais irregularidades, descrevendo-as detalhadamente;
VII – Data e hora do término da visita, com assinatura dos conselheiros tutelares que a executaram.

Artigo 16 – As visitas e inspeções serão efetuadas esporadicamente sempre que houver denúncias de irregularidade ou que o Conselho Tutelar julgue necessário.

SUBSEÇÃO II
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO JUDICIAL DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADEEM ENTIDADE DE ATENDIMENTO

Artigo 17 – O Conselho Tutelar, verificada a irregularidade no termo de inspeção, representará ao Ministério Público para os fins de aplicação das penas previstas no Artigo 97 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo da responsabilidade Civil e Criminal, via do procedimento a ser instaurado com fulcro nos artigos 191 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Parágrafo Único – Sendo o motivo que originou a irregularidade de natureza grave, poderá o Conselho Tutelar, liminarmente, na representação, requerer o afastamento provisório do dirigente.

Artigo 18 – A representação conterá:
I – Indicação da autoridade judiciária a que for dirigida;
II – Qualificação da entidade representada e de seu representante legal;
III – Exposição sumária dos fatos verificados;
IV – Formulação do pedido, com auxílio de profissional habilitado, se for o caso, requerendo provas documental e pericial;
V – Requisição das providências legais por parte do Ministério Público, sempre fundamentado o pleito;
VI – Data e assinatura dos Conselheiros Tutelares;
VII – Rol de testemunhas com endereços, quando se fizer necessário para comprovação do fato.
Parágrafo Único – O termo de visita e inspeção ou cópia autêntica, o qual motivou a instauração do procedimento judicial, deverá ser juntado à representação.

Artigo 19 – O Conselho Tutelar deve representar ao Ministério Público para que este tome providências para iniciar o procedimento de irregularidade em entidade de atendimento, na forma da legislação vigente.
Parágrafo Único – O Conselho Tutelar poderá, por intermédio de advogado constituído, iniciar o procedimento judicial de apuração de

irregularidade em entidade de atendimento, quando o órgão assume a condição de parte, integrando a relação processual.

Artigo 20 – O Conselho Tutelar deverá representar ao Ministério Público para a tomada de providências na instauração do processo para apuração de infrações administrativas previstas nos Artigo 245 e Artigo 258, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Parágrafo Único – O Conselho Tutelar poderá, por intermédio de advogado constituído, iniciar o processo visando a apuração de infrações administrativas, elencadas nos Artigo 245 e Artigo 258, do Estatuto (Lei nº 9.069/90), conforme autoriza o Artigo 194 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A representação, além dos requisitos mencionados no Artigo 18 deste Regimento, conterá obrigatoriamente:
I – A descrição da ação ou omissão configuradora de infração administrativa com a sua classificação legal;
II – A identificação de seu autor com a qualificação do mesmo no preâmbulo;
III – Documentos indicativos da autoria e materialidade (termo de visita e inspeção, termo de declarações, auto de constatação).

SUBSEÇÃO III
ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES CUJOS DIREITOSENCONTREM-SE AMEAÇADOS OU VIOLADOS

Artigo 21 – Ocorrendo violação ou ameaça dos direitos de crianças ou de adolescentes, o Conselho Tutelar obedecerá ao seguinte procedimento:
I – Coleta da queixa ou ocorrência em relatório interno, para este fim, e alimentação no sistema de arquivo informatizado SIPIA;
II – Decisão Colegiada preliminar que deverá ser tomada na primeira sessão após a notícia;
III – Notificação de comparecimento dos envolvidos para prestar esclarecimento;
IV – Decisão, alicerçada em relatório, fundamentação e conclusão, e quando que julgar necessário, com a decisão colegiada.
Parágrafo Único – Quando tratar-se de notícia de infração penal, o Conselho Tutelar, via decisão colegiada, poderá comunicar imediatamente os fatos ao Ministério Público ou, dependendo da gravidade da situação, representar diretamente à autoridade policial para a instauração de inquérito policial e providências legais pertinentes.

SUBSEÇÃO IV
ATENDIMENTO À CRIANÇA AUTORA DE ATO INFRACIONAL

Artigo 22 – A criança autora de ato infracional está sujeita apenas às medidas de proteção previstas nos incisos do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para a sua aplicação, pelo Conselho Tutelar, será procedida a oitiva informal da criança e dos pais ou dos responsáveis, com a coleta de informações sobre o ato infracional, procedendo-se a decisão final colegiada com o arquivamento na sede do Conselho Tutelar de toda a documentação, que será mantida com o devido sigilo.

SUBSEÇÃO V
OUTROS PROCEDIMENTOS

Artigo 23 – Ocorrendo o descumprimento, injustificado, das decisões do Conselho Tutelar, será representado ao Ministério Público, com cópias dos atos praticados pelo Conselho Tutelar, a fim de que sejam tomadas providências legais pertinentes.

Artigo 24 – À Criança e ao Adolescente, encontrando-se em situação de ameaça ou violação de seus direitos em razão de sua conduta ou omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, o procedimento a ser adotado é o da Subseção III, desta Seção, podendo, o Conselho Tutelar, na fase decisória, aplicar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 25 – O encaminhamento dos casos de competência ou atribuição da autoridade judiciária e do Ministério Público, poderá se dar por meio de representação, quando se tratar de descumprimento de requisição do Conselho Tutelar ou mediante ofício fundamentado, instruído com eventuais peças e documentos.

Artigo 26 – A requisição de certidões de nascimento e de óbito junto ao cartório onde foi inscrito o nascimento ou óbito, deve ter elementos indicativos do registro, como local, data de nascimento, filiação, etc.
Parágrafo Único – Se a criança ou o adolescente atendido não possuir registro de nascimento, o caso deve ser encaminhado, mediante ofício, ao Ministério Público para as providências legais cabíveis.

Artigo 27 – O Conselho Tutelar deverá assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, para tanto, procurar o órgão competente e, preliminarmente, conhecer a proposta para a área da infância e juventude e, a partir desse conhecimento, estudar alternativas que atendam melhor ao interesse público, repassando suas sugestões;
Parágrafo Único – O Conselho Tutelar deve solicitar do Poder Executivo, no início de cada ano, informações completas sobre os valores que constarão da proposta orçamentária do ano fiscal respectivo.

Artigo 28 – A representação ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar deve ser fundamentada e instruída, se possível, com documentos e declarações, diante de situações graves de descumprimento por parte dos pais do dever de assistir, criar e educar filhos menores e esgotadas todas as formas de atendimento e orientação, deverá o Conselho encaminhar representação ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, expondo a situação, mencionando a norma protetiva violada, apresentando provas e pedindo as providências cabíveis.

Artigo 29 – A expedição de notificações de comparecimento realizadas pelo Conselho Tutelar, tem por objeto dar ciência ao notificado dos atos e termos procedimentais, para que faça ou deixe de fazer o que consta na notificação. Portanto, deve ser expedida por ocasião e em razão de um procedimento determinado, instaurado para a resolução de um caso.

Artigo 30 – O atendimento à população poderá ser feito individualmente por cada Conselheiro Tutelar, com exceção dos casos a seguir, para os quais o Conselho Tutelar designará mais de um dos seus membros para o cumprimento:
I – Fiscalização a entidades de atendimento;
II – Verificação de infração administrativa educacional praticada contra os direitos da criança ou do adolescente;
III – quando a situação assim exigir e o Conselho Tutelar de forma colegiada decidir.

Artigo 31 – O encaminhamento dos casos será feito pelo Conselheiro Tutelar que estiver dando acompanhamento direto ao atendimento.

Artigo 32 – Ao encerrar o expediente do Conselheiro Tutelar de sobreaviso, deverá este registrar em relatório interno, as atividades por ele desenvolvidas.

Artigo 33 – A expedição de correspondência durante o sobreaviso se fará em papel próprio, pelo Conselheiro Tutelar que estiver de sobre aviso.

CAPÍTULO V
DOS DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I
DOS DIREITOS

Artigo 34 – São direitos dos Conselheiros Tutelares:
I – Cobertura previdenciária
II – Gozo de féria anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
III – Licença maternidade;
IV – Licença paternidade,
V –Gratificação natalina. (Incluído pela Lei nº 12.696, de 2012)

VI – Proteção ao salário, na forma da lei;
VII – Fazer requerimento ao Poder Público em defesa de direito ou de interesse legítimo;
VIII – Quaisquer outros constantes da legislação pertinente em vigor.

SEÇÃO II
DOS DEVERES

Artigo 35 – São deveres do Conselheiro Tutelar:
I – Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
II – Ser leal ao Conselho Tutelar, vedada qualquer divulgação de assunto relativo às atribuições deste e/ou casos atendidos e documentos arquivados;
III – Observar as normas legais e regimentais;
IV – Cumprir as decisões do Colegiado do Conselho Tutelar, exceto quando manifestamente ilegais;
V – Atender com presteza ao público em geral, fornecendo somente em Juízo as informações requeridas, ressalvadas e protegidas por sigilo;
VI – Levar ao conhecimento dos demais membros do Conselho Tutelar, em sessão, as irregularidades de que tiver ciência em razão de suas atribuições;
VII – Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio do Conselho Tutelar, sendo vedada a utilização de qualquer material deste ou sua sede para fins particulares ou político- partidários;
VIII – Guardar sigilo sobre atendimentos realizados do Conselho Tutelar;
IX – Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
X – Ser assíduo e pontual ao serviço;
XI – Tratar com urbanidade as pessoas;
XII – Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente previstos em lei.

CAPÍTULO VI
DAS PROIBIÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I
DAS PROIBIÇÕES

Artigo 36 – Ao Conselheiro Tutelar é proibido, sem prejuízo do disposto na Lei Municipal n° 1.197/2021;
I – Ausentar-se do serviço durante a sua jornada, sem prévia comunicação ao Colegiado, a não ser em casos excepcionais, que deverão ser justificados no próximo dia útil;
II – Retirar sem prévia anuência do colegiado qualquer documento ou objeto da repartição;
III – Recusar fé a documentos públicos;
IV – Opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
V – Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto de trabalho;
VI – Comentar a pessoa estranha ao Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;
VII – Coagir ou aliciar pessoas vinculadas ao Conselho Tutelar a filiarem-se a partidos políticos;
VIII – Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
IX – Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie em razão de suas atribuições;
X – Praticar usura sob qualquer de suas formas;
XI – Proceder de forma desidiosa;
XII – Utilizar pessoal ou recursos materiais do Conselho Tutelar em serviços ou atividades particulares.

SEÇÃO II
DAS PENALIDADES

Artigo 37 – São penalidades disciplinares, de acordo com o disposto no artigo 39 da Lei municipal n° 1.197/2021;
I – Advertência;
II – Suspensão;
III – Perda do mandato;

Artigo 38 – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, para à criança ou para o adolescente, ou para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Artigo 39 – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do Artigo 37 deste Regimento de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Artigo 40 – A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação dos incisos VI e X do Artigo 37 deste Regimento, conforme artigos 24 e 25 da lei Municipal n°1.197/2021, que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de perda do mandato, não podendo a suspensão exceder de noventa dias.

Artigo 41 – O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Artigo 42 – A perda do mandato será aplicada no caso dos incisos VI a IX e XII, do Artigo 37 deste Regimento e nos seguintes casos:
I – Condenação irrecorrível por crime ou contravenção penal;
II – Ausência injustificada a três sessões consecutivas ou a cinco alternadas no mesmo mandato;
III – Abandono de cargo;
IV – Falta de assiduidade habitual;
V – Improbidade administrativa;
VI – Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição do Conselho Tutelar;
VII – Insubordinação grave em serviço;
VIII – Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
IX – Aplicação irregular de dinheiro público;
X– Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
XI – lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio Municipal;
XII – Transgressão dos incisos VIII, IX e XII do Artigo 37 deste Regimento.
Parágrafo Único – No início do mandato, o Conselheiro Tutelar deverá ser cientificado da obrigação de prestar declaração de bens no prazo determinado, conforme preceitua o Artigo 13 da Lei nº 8.429/92.

Artigo 43 – As penalidades de advertência verbal, serão aplicadas pelo Colegiado a qualquer um de seus membros sempre que se julgar necessário.

Artigo 44 – A penalidade de perda do mandato será iniciada por procedimento administrativo, resguardados sempre os princípios da ampla defesa e do contraditório, mediante representação de qualquer pessoa ou por Conselheiro Tutelar, sempre acompanhadas de início de prova ou indicação de tais provas pelo denunciante, sendo os fatos imediatamente comunicados ao Ministério Público para que, ciente dos fatos, tome as providências que entender necessárias. Para efeitos do disposto nos artigos 43, 44, 45 e 46 da lei Municipal n°1.197/2021;
§1º – As denúncias sobre irregularidades praticadas por Conselheiros Tutelares serão encaminhadas e apreciadas por uma Comissão Especial, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA;
§2º – A Comissão Especial terá composição paritária entre representantes do governo e da sociedade, sendo constituída por 04(quatro) integrantes;
§3º – A Comissão Especial receberá assessoria jurídica do advogado/procurador do Município;
§4º – A Comissão Especial, ao tomar ciência da possível irregularidade praticada pelo Conselheiro Tutelar, promoverá sua apuração mediante Sindicância;
§5º – Deliberação em reunião Colegiada do Conselho Tutelar, para indicação do Conselheiro Tutelar, que ficará responsável pela continuidade do atendimento do respectivo caso, até que seja proferida decisão final do processo pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
I – Recebida à denúncia, a Comissão Especial fará a análise preliminar da irregularidade, dando ciência por escrito da acusação ao

Conselheiro Tutelar denunciado, que terá o prazo de 10 (dez) dias de sua notificação para, querendo, apresentar defesa, sendo facultada a indicação de testemunhas e juntada de documentos;
II – Decorrido o prazo de defesa, a Comissão Especial poderá ouvir testemunhas e realizar outras diligências que entender pertinentes, dando ciência pessoal ao Conselheiro Tutelar denunciado, para que possa acompanhar os trabalhos por si ou por intermédio de procurador habilitado;
III – Concluída a apuração preliminar, a Comissão Especial deverá elaborar relatório circunstanciado, no prazo de 10 (dez) dias, concluído pela necessidade ou não da aplicação de sanção disciplinar;
IV – O relatório será encaminhado a Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, dando ciência pessoal ao Conselheiro Tutelar denunciado e ao Ministério Público;
V – O prazo máximo e improrrogável para conclusão da Sindicância é de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 45 – O Conselho Tutelar apresentará um relatório anual de suas atividades que ficará à disposição da comunidade para avaliação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, remetendo-se cópia do mesmo ao Ministério Público para conhecimento e arquivamento, o referido relatório ficará à disposição na sede do Conselho Tutelar de Campo Magro, a quem tiver legítimo interesse;

Parágrafo Único – O Conselho Tutelar, caso assim entenda, remeterá ao Ministério Público relatórios trimestrais de suas atividades, sem prejuízo do anual.

Artigo 46 – As reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho Tutelar serão realizadas única e exclusivamente com seus membros, diante do sigilo das informações e assuntos discutidos por tal órgão.

Artigo 47 – O Conselheiro Tutelar, para concorrer a uma eleição político-partidária, deverá licenciar-se conforme prevê a legislação eleitoral vigente e, eleito, optará por um dos cargos.

Artigo 48 – Os casos omissos a este Regimento serão resolvidos em reunião, com a participação de todos os membros do Conselho Tutelar.

Artigo 49 – Este Regimento entra em vigor na presente data, podendo ser alterado, no todo ou em parte, em reunião designada para este fim, com a participação de todos os membros do Conselho Tutelar, revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO.

CAMPO MAGRO, 16 de março de 2026.

ARACI BATISTA FERREIRA MARTINS

PRISCILA RIBAS MACHADO FALARZ

MARCOS URBANO DA SILVA

KAUÊ LACERDA NUNES

JOSÉ ROQUE DE OLIVEIRA FREITAS

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:8A560E46

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
PORTARIA N.° 03/2026 - SEMEC

Republicado por haver incorreções.

Nomeia servidores para compor a Comissão de Sindicância Investigativa para apurar possíveis condutas contrárias ao Estatuto do Servidor do município de Campo Magro.

A senhora Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Alecssandra Jarek Boza, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto na Lei 126/2000 alterada pela Lei 1163/2021;

RESOLVE:

Artigo 1°. Cria-se a Comissão de Sindicância para apurar possíveis condutas contrárias ao Estatuto do Servidor do município de Campo Magro, relacionados(as) ao servidor(a) E. F. F. S. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

Simone Martinez Camargo - Matrícula n° 3121, na função de Presidente;
Jaqueline Ferrazza Gonçalves - Matrícula nº3389, na função de membro;
Marilia Aleiz - Matrícula nº 3079, na função de membro;

Artigo 2°. A presente comissão nomeará, dentre seus membros, uma secretária para redigir a ata.

Artigo 3°. A Comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos da sindicância, ficando seus membros dispensados do serviço na unidade administrativa durante o curso das diligências e a elaboração do relatório.

Artigo 4°. A sindicância investigativa deverá ser iniciada dentro do prazo de 3 (três) dias, contados a partir do dia seguinte à publicação desta Portaria, e concluída no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu início.

Artigo 5°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, em 12 de março de 2026.

ALECSANDRA JAREK BOZA
Secretária Municipal de Educacão, Cultura, Esporte e Lazer
Decreto n°051/2025

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:929D6035

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 197/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ZENILDA DE FATIMA PEREIRA CAPPELLI WACHTEL**, brasileira, inscrita no CPF nº 086.xxx.xxx-35, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM CONTABILIDADE**, nomeada pela Portaria nº 229/2025, matrícula nº 4107-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria de Planejamento, **LICENÇA MATERNIDADE** de 180 (cento e oitenta) dias conforme o artigo nº 102, Lei Complementar nº 032/2017.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 03/03/2026.

Gabinete do prefeito, 10 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:565A7F30

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA INFRA-LEITE Nº 01/2026 - EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE CANDÓI, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 1.817, de 17 de dezembro de 2025, e observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.619/2021, bem como os princípios que regem a Administração Pública, torna público o presente **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para seleção de beneficiários do Programa Municipal **"INFRA- LEITE"**, mediante as condições a seguir estabelecidas.

DO OBJETO E DO OBJETIVO

O presente Edital tem por objeto a seleção de até 100 (cem) produtores rurais do Município de Candói/PR para concessão de subsídio de material de construção (concreto), no âmbito do Programa Municipal "INFRA-LEITE".

O objetivo do Programa é fomentar e fortalecer a atividade leiteira em nível comercial, promovendo a adequação e o melhoramento da infraestrutura das pequenas propriedades rurais onde se realize, ou que seja utilizada como apoio, a atividade de ordenha de vacas, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável do Município.

O subsídio consistirá no fornecimento de material para a construção de até 100 m² (cem metros quadrados) de piso, com espessura de até 10 cm a ser implantado em local das pequenas propriedades rurais onde se realize (ou que seja utilizada para o fim auxiliar de) ordenha de vacas, incluindo 01 (uma) carga de pedra para nivelamento prévio do local, observado o limite orçamentário do exercício.

DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO E DOS CRITÉRIOS

Poderão participar do Programa os interessados que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

comprovem o exercício de atividade como produtor de leite em nível comercial, como fonte de renda da propriedade;

possuam posse ou propriedade rural de até 15 (quinze) alqueires paulistas;

desenvolvam a atividade leiteira em imóvel rural de sua propriedade, posse legítima ou por meio de Contrato de Concessão de Uso, nos termos do § 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 1.817/2025 e, no que couber, do parágrafo único do art. 15 da Lei Municipal nº 1.619/2021;

Comprovar ser responsável por um núcleo familiar independente (visita in loco);

Comprovar rebanho cadastrado em seu nome;

Comprovar residência e propriedade a ser beneficiada no município de Candói (PR).

Terá prioridade, na classificação, o produtor que exerça a atividade leiteira em imóvel de sua efetiva propriedade ou posse, em relação àqueles que utilizem imóveis mediante comodato, arrendamento ou outras formas de cessão.

O beneficiário ficará sujeito à devolução integral do valor correspondente ao subsídio recebido, caso o imóvel onde for implantado o piso subsidiado seja, antes do prazo previsto no § 3º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.817/2025, transferido, arrendado, subarrendado, cedido ou permutado, a qualquer título, oneroso ou gratuito, ou ainda em caso de rescisão ou não renovação de contrato que tenha fundamentado sua classificação no Programa.

DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

As inscrições estarão abertas no período de **23/03/2026 a 27/03/2026**, em dias úteis, durante o horário de expediente, junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, mediante protocolo.

DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

O interessado deverá apresentar requerimento de inscrição, acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos:

cópia de documento oficial de identificação;

documento que comprove o exercício da atividade como produtor de leite nos últimos 12 (doze) meses, mediante nota fiscal ou contra nota de produtor rural em nome do requerente;

documento que comprove a posse ou propriedade da área onde será aplicado o subsídio;

Certidão Negativa de Débitos Municipais;

Cópia da CAF ou outro documento onde consta o número do CPF de todos os membros da composição familiar do requerente;

Documento que comprove o tamanho do rebanho leiteiro cadastrado em nome do requerente.

A análise da documentação, bem como a classificação dos requerentes, será realizada pelo Comitê Municipal do Programa Campo Forte: Candói Desenvolvido – CFCD, instituído pela Lei Municipal nº 1.619/2021, conforme critérios estabelecidos neste edital.

Nos casos de comodato ou arrendamento, deverão ser observadas, obrigatoriamente, as disposições do art. 15, inciso II, alínea "c", da Lei Municipal nº 1.619/2021, bem como o disposto no § 3º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.817/2025.

DA SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

A seleção dos beneficiários observará os critérios de pontuação e classificação a seguir:

20% (vinte por cento) das vagas serão destinadas aos requerentes de menor renda per capta, verificada pela média da produção dos últimos 12 meses;

Para as demais vagas, a classificação será pela produtividade apurada com a seguinte formula: ***produção em litros de leite/rebanho total (quanto maior melhor).*** Será considerado a média mensal de produção dos últimos 12 meses.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Em caso de empate na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

menor área rural total;

maior tempo de exercício da atividade leiteira comprovada;

requerente do sexo feminino;

requerente de menor idade;

sorteio público, devidamente registrado em ata.

Exclusivamente, quando o empate ocorrer entre arrendatários e comodatários, será priorizado, sob os demais critérios, o contrato entre ascendentes e descendentes em relação a contratos celebrados com terceiros.

DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA

A execução do Programa "INFRA-LEITE" ocorrerá em quatro etapas:

Primeira etapa – *Seleção e homologação:* Consistirá na análise dos requerimentos, publicação das inscrições deferidas e indeferidas, divulgação da lista de selecionados e homologação do resultado final.

Segunda etapa – *Vistoria técnica*: Consistirá na realização de vistoria técnica prévia no local indicado para aplicação do subsídio, com emissão de laudo de viabilidade técnica, elaborado por servidor municipal competente.

Terceira etapa – *Disponibilização do Subsídio*: consiste na disponibilização do material no local indicado pelo beneficiário, desde que observadas as regras constantes neste edital.

Quarta etapa – *Monitoramento e Fiscalização*: Consiste na verificação quanto ao cumprimento das obrigações dos beneficiários, assim como, emissão de relatório de avaliação anual dos resultados apresentados pelo programa.

DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

O beneficiário selecionado deverá assinar Termo de Adesão, comprometendo-se, dentre outras obrigações, a:

manter preservadas as fontes de água existentes na propriedade;

realizar a manutenção e roçada das áreas da propriedade beneficiada, que confrontem com estradas municipais;

cumprir integralmente a legislação ambiental, sanitária e urbanística aplicável;

responsabilizar-se pelo acesso do caminhão, nivelamento prévio do local e pelo acabamento do concreto aplicado, observando-se que a disposição de qualquer material na propriedade ficará condicionada ao cumprimento deste dispositivo previamente;

manter a atividade leiteira em nível comercial pelo prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados da disponibilização do subsídio;

comprovar, anualmente, mediante apresentação de nota de produtor rural do ano, a continuidade da atividade leiteira junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, bem como, laudo de qualidade do leite.

DAS SANÇÕES

Identificadas irregularidades no decorrer do programa poderá ser aplicada as seguintes sanções, cumulativas ou não, de acordo com a gravidade da irregularidade:

Advertência ao beneficiário;

Devolução do valor correspondente ao subsídio, corrigido monetariamente pelo **IPCA**, acrescido de **juros de 1% (um por cento) ao mês**, contados da data da assinatura do Termo de Adesão até a efetiva restituição.
Exclusão do programa;

A apuração de eventuais irregularidades se dará por comissão especial designada pelo Chefe do Poder Executivo.
Caberá recurso das decisões ao Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual deliberará mediante parecer jurídico garantido o direito do contraditório e ampla defesa.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cada produtor rural e cada propriedade poderão ser contemplados uma única vez pelo Programa INFRA-LEITE, independentemente do beneficiário.
A execução, acompanhamento e fiscalização do Programa serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, com apoio das demais Secretarias Municipais quando necessário.
Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê CFCD, observada a legislação municipal vigente.

Cronograma Prévio:

Descrição	Data
Publicação do Edital de Abertura	16/03/2026
Inscrições	23/03/2026 a 27/03/2026
Divulgação das inscrições deferidas e indeferidas	02/04/2026
Prazo de recurso	06, 07 e 08/04/2026
Homologação das inscrições	10/04/2026
Divulgação dos selecionados	14/04/2026
Prazo de recurso	14, 15 e 16/04/2026
Homologação dos selecionados	23/04/2026

Este edital poderá ser impugnado até as 17h do dia 19/03/2026, mediante requerimento justificado, junto ao protocolo geral da prefeitura municipal de Candói.

Candói, 16 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONO FILHO
Prefeito

JONILSON ANTONIO ARAÚJO
Secretário de Agricultura e Pecuária

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:81B81366

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DO PREÇO Nº 059/2025

ATA DE REGISTRO DO PREÇO Nº 059/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 350/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: TG SERVIÇOS LTDA- CNPJ nº 43.678.332/0001-32.
OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviço de limpeza e conservação dos prédios, logradouros e vias públicas do município, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
FUNDAMENTO: O presente instrumento fundamenta-se nas disposições do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina a vigência e possibilidade de prorrogação das Atas de Registro de Preços, bem como no Art. 106, §1º, e Art. 107 do Decreto Municipal nº 296/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município, em consonância com a previsão estabelecida na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços, e demais disposições legais aplicáveis.
VALOR: R$ 1.537.992,00 (um milhão, quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 19 de março de 2027**.**
DATA DE ASSINATURA: 16/03/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7F7D1AC3

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DO PREÇO Nº 062/2025

ATA DE REGISTRO DO PREÇO Nº 062/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 350/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: COSTA & SKOROPAD EMPREENDIMENTOS LTDA; CNPJ nº 19.168.221/0001-00.
OBJETO: Registro de preços para a prestação de serviços de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva, destinados à execução de atividades relacionadas à manipulação e preparação de alimentos, inspetoria de alunos, preparação e monitoria de atletas, saúde bucal, transporte, manutenção de estradas, máquinas rodoviárias e veículos.
FUNDAMENTO: O presente instrumento fundamenta-se nas disposições do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina a vigência e possibilidade de prorrogação das Atas de Registro de Preços, bem como no Art. 106, §1º, e Art. 107 do Decreto Municipal nº 296/2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município, em consonância com a previsão estabelecida na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços, e demais disposições legais aplicáveis.
VALOR: R$ 3.812.433,84 (três milhões, oitocentos e doze mil, quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 27 de março de 2027**.**
DATA DE ASSINATURA: 16/03/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F885525D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 08/2026 DATA: 16/03/2026

PORTARIA N.º 08/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Autoriza o vereador Cleverson Baron dos Santos a se deslocar até a cidade de Curitiba – PR, com saída no dia 15 de março de 2026 e retorno no dia 17 de março de 2026, para participar de reunião na Assembleia Legislativa com o Deputado Hussein Bakri e reunião na Secretaria de Estado da Saúde com o Secretário Beto Preto.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar o vereador Cleverson Baron dos Santos a se deslocar até a cidade de Curitiba – PR, com saída no dia 15 de março de 2026 e retorno no dia 17 de março de 2026, para participar de reunião na Assembleia Legislativa com o Deputado Hussein Bakri e reunião na Secretaria de Estado da Saúde com o Secretário Beto Preto.

Art. 2º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a proceder ao pagamento de 02 (duas) diárias para os vereadores, autorizada pelos art. 1º e 4°, § 1° da Lei Municipal n° 2.023/2014, alterada pela Lei Municipal n° 2.772/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:7AAB4BD1

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 09/2026 DATA: 16/03/2026

PORTARIA N.º 09/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Autoriza o vereador Cleverson Baron dos Santos a estender sua permanência na cidade Curitiba – PR, em complementação a Portaria n° 08/2026, até o dia 18 de março de 2026, para participar juntamente com o Secretário Municipal de Industria e Comércio, como representante do Poder Legislativo, da cerimônia de anuncio de liberação de recursos para o programa de implantação de Barracões Industriais e Espaços de Coworking em 249 municípios, promovida pelo Governo do Estado do Paraná no Museu Oscar Niemeyer.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar o vereador Cleverson Baron dos Santos a estender sua permanência na cidade Curitiba – PR, em complementação a Portaria n° 08/2026, até o dia 18 de março de 2026, para participar juntamente com o Secretário Municipal de Industria e Comercio, como representante do Poder Legislativo, da cerimônia de anuncio de liberação de recursos para o programa de implantação de Barracões Industriais e Espaços de Coworking em 249 municípios, promovida pelo Governo do Estado do Paraná no Museu Oscar Niemeyer.

Art. 2º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a proceder ao pagamento de 01 (uma) diária para o vereador, autorizada pelos art. 1º e 4°, § 1° da Lei Municipal n° 2.023/2014, alterada pela Lei Municipal n° 2.772/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

SIDINEI JOSÉ GIUSTI
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:D997C2A1

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO 005/2026

AVISO DE EDITAL

CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026.

Inexigibilidade de Licitação Nº 014/2026.
Processo Adm. Nº 041/2026.
Solicitação Nº 051/2026.

O Município de Capitão Leônidas Marques, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.834/0001-59, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, nesta cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com utilização do procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO,** nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo processo e julgamento serão realizados por sua Equipe de Licitações, nomeados pelo **Decreto nº 001 de 08.01.2026.**

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de captura, retirada e destinação de enxames de abelhas, marimbondos e vespas, visando atender as demandas da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Município de Capitão Leônidas Marques – Pr, em atendimento a solicitação nº 051/2026 e conforme especificações do Termo de Referência, bem como os critérios para credenciamento.

Recebimento das Solicitações de Credenciamento:
Endereço: Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques-PR, com sede no Paço Municipal Arnaldo F. Busato, situado na Av. Tancredo Neves, 502, Centro, CEP: 85790-000.
Período: O recebimento das solicitações de credenciamento e da entrega dos envelopes ocorrerá a partir de 17/03/2026, das 07h45 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, no endereço acima indicado.

Abertura: Dia **31 de março de 2026**, às 08:30 horas (1ª sessão de julgamento).
Esclarecimentos: Pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados para o e-mail licitacaoclm@hotmail.com, ou pelo telefone (45) 3286-8407.
Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os artigos 6º XLIII, 74º IV, combinados com o art. 79 I, todos da mencionada Lei, e artigos 112 e 141 ssgts do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.
Vigência do Credenciamento: O Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, caso haja interesse da Administração Municipal, nos termos da legislação pertinente.

Data limite para recebimento de documentos: 17/03/2027 às 09:00 horas.
VALOR TOTAL: R$ 10.110,00 (dez mil, cento e dez reais).

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Cópias do edital e anexos serão fornecidos aos interessados, a partir da publicação deste termo, em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, onde poderão ser obtidos esclarecimentos referentes ao presente certame, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com, e disponibilizado no portal da transparência e site do município www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:DF8012F9

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 020/2026

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 113/2026 de 16.03.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 020/2026 de 25.02.2026,** destinado a aquisição de sementes de Aveia Preta e Mix de Sementes visando atender as demandas da Secretaria de Agricultura e Pecuária do município de Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 035/2026 e conforme condições,

quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço Por item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***VENTURY AGRODISTRIBUIDORA LTDA*** com o item nº 01 no valor de R$ 15.750,00 – ***J CASSOL SEMENTES*** com o item nº 02 no valor de R$ 3.618,00, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 19.368,00 (Dezenove mil trezentos e sessenta e oito reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 94/2026 e 95/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 020/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: VENTURY AGRODISTRIBUIDORA LTDA e J CASSOL SEMENTES.
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sementes de Aveia Preta e Mix de Sementes visando atender as demandas da Secretaria de Agricultura e Pecuária do município de Capitão Leônidas Marques – PR, em atendimento a solicitação nº 035/2026 e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 19.368,00 (Dezenove mil trezentos e sessenta e oito reais), conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 519 – 14.001.20.606.1015.2210.3.3.90.32.00.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:6BF4EACA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
INEX. 015/2026 - EXTRATO CTO 093/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026.

Processo Adm. Nº 042/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 72, inciso V e VI, e artigo 74, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), a favor do senhora ***VANUSA APARECIDA ANTUNES,*** portadora do CPF sob nº 036.906.939-00 e RG sob nº 8.516.174-1 SESP-PR, para a locação de um imóvel, localizado na Rua Caxambu, nº 137, Centro, CEP: 85790-041, município de Capitão Leônidas Marques, com 131,02m² de área construída, com características que atendem as necessidades de instalação, localização e preço compatível com o valor de mercado, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar do Município, visando garantir espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades administrativas e de atendimento à população, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 093/2026.

Fundamentação: Art. 72, inciso V e VI, artigo 74, inciso V, ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

REF:
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026.
Processo Adm. Nº 042/2026.
Solicitação Nº 058/2026.

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

LOCADORA: VANUSA APARECIDA ANTUNES.

OBJETO: O objeto do presente termo é a locação de um imóvel, localizado na Rua Caxambu, nº 137, Centro, CEP: 85790-041, município de Capitão Leônidas Marques, com 131,02m² de área construída, com características que atendem as necessidades de instalação, localização e preço compatível com o valor de mercado.

DA FINALIDADE PÚBLICA: A presente locação é destinada ao funcionamento do Conselho Tutelar do Município, visando garantir espaço físico adequado para o desenvolvimento das atividades administrativas e de atendimento à população, em conformidade com as necessidades da Administração Pública e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

VALOR: Fica ajustado o valor mensal de R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais), sendo que o total para o período de vigência deste Termo é de R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses da assinatura deste termo, com possibilidade de renovação por igual período, em conformidade com as leis aplicáveis a este objeto.

DOTAÇÃO: Os recursos para custeio do presente Contrato serão provenientes da seguinte classificação orçamentária:
*** 406 – 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.36.00;**
*** 416 – 10.001.04.122.1028.2184.3.3.90.36.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:51FD9B4A

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 82/2026

DATA: 13.03.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 2.972,28 (Dois mil, novecentos setenta e dois reais, vinte e oito centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

Órgão: 09.000 – Secretaria Municipal de Saude – Fundo Municipal de Saude
Unidade Orçamentária: 09.004-Fundo Municipal de Saude – Consorcio interm Saude
Classificação Funcional:10.302.1042.2167- Rateio pela participação em consórcio
Elemento de Despesa: 3.1.71.70.00.00 – Rateio pela participação em consórcio
Conta/Fonte de Recurso: 390/ 01064/01064.09.02.06.20.2.605.0000(SF) - Assistência Financeira da União complementação ao pagamento dos pisos .....R$ 2.972,28

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte Valor
01064 R$ 2.972,28
Total.....R$ 2.972,28

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 13 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Aparecida Perin
Código Identificador:D4D57887

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 84/2026

DATA: 16.03.2026

EMENTA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº 2.825/2025 de 12/12/2025 (LOA) e Lei Federal nº 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2026, no valor de R$ 254.129,94 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e vinte nove reais e noventa e quatro centavos), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

Órgão: 06.000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 06.011-Educação Básica Prog/Convenios MDE/FNDE/EST
Classificação Funcional:12.361.1018.2141- Material de Consumo
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
Conta/Fonte de Recurso: 257/ 01080/01080.02.01.00.00.2.546.0000 (SF) - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI R$ 84.129,94
Órgão: 06.000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 06.011-Educação Básica Prog/Convenios MDE/FNDE/EST
Classificação Funcional:12.361.1018.2141- Outros serviços terceiros-pessoa Jurídica
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros serviços terceiros-pessoa Jurídica
Conta/Fonte de Recurso: 259/ 01080/01080.02.01.00.00.2.546.0000 (SF) - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI R$ 26.000,00
Órgão: 06.000 – Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 06.011-Educação Básica Prog/Convenios MDE/FNDE/EST
Classificação Funcional:12.361.1018.2141- Equipamentos e Material Permanente
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
Conta/Fonte de Recurso: 261/ 01080/01080.02.01.00.00.2.546.0000 (SF) - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI R$ 144.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com ao Artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro parcial apurado no encerramento do Exercício Anterior, na seguinte Fonte de Recurso:

Fonte / Valor
01080 / R$ 254.129,94
Total.....R$ 254.129,94

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 16 de Março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Aparecida Perin
Código Identificador:08BC2B2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
INEX. 016/2026 - EXTRATO CTO 096/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026.

Processo Adm. Nº 043/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 72, inciso VI, e artigo 74, inciso III, "f", ambos da Lei nº 14.133/2021, art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 5.970,00 (cinco mil e novecentos e setenta reais), a favor da empresa ***IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Minas Gerais, nº 1391, sala 502, andar 5, edifício Ellon, bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP: 85.601-060, município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 32.651.451/0001-85, para inscrição de 03(três) servidores no curso "Gestão Financeira do SUS – financiamento da saúde, planejamento e programação" a ser realizado nos dias 19 e 20 de março de 2026, em Foz do Iguaçu-Pr, em atendimento a solicitação nº 062/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 096/2026

Ref.:
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026.
Processo Adm. Nº 043/2026.
Solicitação Nº 062/2026.

***Fundamentação*:** Art. 72, inc. VI, 74, inc. III, "f", ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES, e;*

CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, estabelecida na Rua Minas Gerais, nº 1391, sala 502, andar 5, edifício Ellon, bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP: 85.601-060, município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 32.651.451/0001-85, neste ato representada por *EDUARDO ANZILIERO,* inscrito no CPF nº 062.856.909-28.

OBJETO: Inscrições de 03(três) servidores da Secretaria de Municipal de Saúde, no curso "Gestão Financeira do SUS – financiamento da saúde, planejamento e programação" a ser realizado nos dias 19 e 20 de março de 2026, em Foz do Iguaçu-Pr.

VALOR: R$ 5.970,00 (cinco mil e novecentos e setenta reais).

LOCAL DO EVENTO: JL Hotel by Bourbon – Foz do Iguaçu-PR.

PAGAMENTO: Em até 10 (dez) dias úteis da emissão da fatura/cobrança, *acompanhada das CND do FGTS, Federal (Unificada), Municipal e Trabalhista devidamente válidas*.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques, Av. Tibagi, 375, Centro, CEP 85.790-000, CNPJ: 09.401.856/0001-43;
Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei nº 9.317/96, deverá apresentar cópia autenticada do "Termo de Opção pelo Simples", juntamente com a nota fiscal ou fatura. Não sendo optante, será efetuada a retenção na forma da Instrução Normativa Conjunta SRF/STN/SFC nº 23, de 02/03/2001.
A Retenção do Imposto de Renda ocorrerá na fonte, conforme NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO em atendimento a I.N nº 1234/2012 e I.N 2145/2023 e demais informações e obrigações instituídas por atos normativos – RFB- Receita Federal do Brasil (Art. 4º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);
Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 e suas alterações, da Receita Federal do Brasil, destacando o valor a ser retido, a título de informação, sob pena de não aceitação do documento apresentado (Art. 3º do Decreto 271/2023 de 31.08/2023);

VIGÊNCIA*:* O prazo de vigência será de 01(um) mês, a partir da data deste Termo.

DOTAÇÃO:
*** 333 – 09.001.10.301.1038.2160.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
Contratada

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:7F510178

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº005/2026 - CMAS

SÚMULA – Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas dos recursos da Política de Assistência Social referentes ao exercício de 2024 do Município de Carlópolis - PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Carlópolis- PR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.390 de 05 de novembro de 2018, fundamentadas na Lei Federal n° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei n° 12.435/2011 e em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS,

CONSIDERANDO a reunião extraordinária realizada no dia 03 de março de 2026, conforme ata devidamente registrada;

CONSIDERANDO a apresentação do Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira referente ao exercício de 2024 dos serviços e programas socioassistenciais;

CONSIDERANDO a análise e apreciação da documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a deliberação favorável dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2024 dos recursos vinculados à Política de Assistência Social, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Demonstrativo Sintético da Execução Físico-Financeira.

Art. 2º Ficam aprovadas as prestações de contas relativas aos seguintes recursos e programas:

I – Recursos emergenciais COVID (Acolhimento, EPI e Alimentos);
II – Recursos destinados à Proteção Social Básica;
III – Recursos do Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD-SUAS), com aprovação da justificativa referente à não execução financeira no exercício de 2024;
IV – Recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF), destinados à manutenção da gestão do Programa Bolsa Família;
V – Recursos oriundos de emenda parlamentar por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias (SIGTV).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis-PR, 16 de março 2026.

JUAN ROQUE ABILIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Fabiele Abucarub Miranda Domingues
Código Identificador:D93DED3F

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 024/2026-DP

SÚMULA: "Dispõe sobre a Exoneração de Cargo Comissionado e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, SR. NILTON DOUGLAS DE MEIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Artigo 1º. EXONERAR a pedido, a partir de 17/03/2026:
JAYME EGIVALDO SOARES, portador da CI/RG nº 5.XXX.XXX-8-SESP-PR, inscrito no CPF/MF 900.XXX.XXX-04, do cargo de Diretor do Departamento de RH.
Artigo 2º. Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade para que tome as medidas necessárias para o cumprimento do presente decreto.
Artigo 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 16 de março de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salomão Carlos Oliva Silva
Código Identificador:61FD2C0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DELIBERAÇÃO N° 001/2026

Dispõe sobre a criação de comissão para localização de prontuários de atendimentos realizados na antiga gestão do Hospital São José.

A Secretaria Municipal de Saúde de Carlópolis, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão tomada em reunião realizada no dia 09 de março de 2026, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde,
DELIBERA:

Art. 1º Fica instituída Comissão com a finalidade de realizar a busca e localização dos antigos prontuários referentes aos atendimentos realizados durante a antiga gestão do Hospital São José.

Art. 2º A Comissão será composta pelas seguintes servidoras:
I – Maria Inês de Lima Hamaya;
II – Josiane Humanski dos Santos;
III – Karitas Maria Abucarub Zub.

Art. 3º Compete à Comissão realizar o levantamento, identificação e localização dos prontuários antigos, adotando as medidas necessárias para a organização e recuperação dos referidos documentos.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis, 16 de Março de 2026.

LILIAN MARIA CAETANO CLARO
Secretária Municipal da Saúde
Decreto n°060/2025 - DP

Publicado por:
Joyce Sales Almeida Ormeneze
Código Identificador:40FE56E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
CONTRATO Nº 50/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026

CONTRATO Nº 50/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal Ademar Luiz Burckhardt, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro lado a empresa **ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD,** Rua do Catete, Nº 359, Catete, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Juridicas/MF sob nº 00.474.973/0001-62, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Augusto Fernando de Freitas, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 3.xxx.813-x, e do CPF nº 589.xxx.xxx-68, residente e domiciliado na Rua Catete, Nº 359, bairro Catete, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as nomas da lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente contrato decorrente do Edital de **Inexigibilidade nº 08/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente contrato tem por objeto a **PAGAMENTO DAS TAXAS DE DIREITOS AUTORAIS REFERENTES À EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS MUSICAIS DURANTE AS FESTIVIDADES DE FIM DE ANO REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – PR.**
PARÁGRAFO SEGUNDO – A execução do objeto compreenderá a regularização e quitação das taxas de direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD, decorrentes da utilização de obras musicais em execução pública durante a realização dos eventos promovidos pelo Município.
CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento das taxas de direitos autorais será realizado pelo Município mediante quitação do boleto bancário emitido pela entidade arrecadadora, referente à execução pública de obras musicais durante as festividades de fim de ano realizadas no Município de Catanduvas – PR.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 20.000,08 (vinte mil reais e oito centavos).**

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
O pagamento será realizado até a data de vencimento constante no boleto bancário emitido pela entidade arrecadadora;
Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço compras@catanduvas.pr.gov.br sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
e) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao temo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
f) A Nota Fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuado não isentará o contratado das responsabilidades decorrentes do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação;
- Número e ano do contrato;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
- Para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
– O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, está estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365, multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.15.13.392.1450.2.016	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	000	1973

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e
LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A vigência é até 20 de março de 2026.

CLAUSULA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I – dar causa a inexecução parcial do contrato;
II – dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I – quando aplicado por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicado por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridade referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO - A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA — GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 – Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 – Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 – Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5 – Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 – Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAFO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 – Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 – Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 – Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 – Fica designada para fiscalização do contrato: Mildo Ramos.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do **CONTRATANTE:**
1 – Realizar os pedidos de materiais/serviços
2 – Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo da referência e do contrato em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra "**c"** desse contrato, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 – Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 – Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 – Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 – Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 – Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 – Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar da execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO – São obrigações da **CONTRATADA:**
1 – Atender ao contido na Cláusula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** desse contrato, sob total e única responsabilidade.
2 – Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
3 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 – Indicar o responsável por representa-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 – Executar os serviços de revisão preventiva dentro das especificações e condições constantes, responsabilizando-se por todos os riscos inerentes à adequada execução do objeto da contratação.
6 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 – Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 – Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 – Refazer ou corrigir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações técnicas ou recomendações do fabricante.
11 – Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 – Executar os serviços conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.
PARÁGRAFO QUARTO – ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando na execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 – A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 – Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 – O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço,

que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes na lei nº 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.
2 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**
I – Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 16 de março de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Escr. Central De Arrecadacao E Dist. ECAD
AUGUSTO FERNANDO DE FREITAS
Representante Legal
CPF 589.xxx.xxx-68

MILDO RAMOS
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:787B2414

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 051/2026

DECRETO Nº 051/2026

Súmula: Nomeia para cargo em comissão e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de sua função e de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado a partir de 16/03/2026, Ediandro Dionisio Ferreira Encina, CPF nº ***.406.069-**, para o cargo em comissão de Diretor de Departamento de Indústria e Comércio.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 13 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:223A2B42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 20/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 9/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 20/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 9/2026

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Aquisição de 20 (vinte) caçambas estacionárias, por meio do Convênio nº 1680/2025, firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado das Cidades, o Serviço Social Autônomo Paranacidade e o Município de Centenário do Sul..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:59 horas do dia 01/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 01/04/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 107.993,40 (Cento e Sete Mil, Novecentos e Noventa e Três Reais e Quarenta Centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal Bll** (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
Centenário do Sul/Pr, 13 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:F4ECFE11

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: **D CAMP ALIMENTOS LTDA**

OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: **fornecimento de gêneros alimentícios e materiais destinados às unidades escolares da rede municipal.**

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: identificadas irregularidades na execução da **Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão nº 27/2025**, referente ao fornecimento de gêneros alimentícios e materiais destinados às unidades escolares da rede municipal.
CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO: NOTIFICA-SE a empresa **D CAMP ALIMENTOS LTDA** para que, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, apresente:
Manifestação formal acerca das irregularidades apontadas;
Justificativa técnica e documental referente às divergências identificadas;
Providências imediatas para substituição dos produtos entregues em desacordo com o objeto contratado, incluindo aqueles considerados impróprios para consumo.
PRAZO: prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, para apresentação de defesa escrita, nos termos do contraditório e da ampla defesa

Publicado por:
Antonio Dos Santos Filho
Código Identificador:72B41B66

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

CONTRATO 206/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: **IRM PROCESSOS LICITATÓRIOS LTDA**

OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: **Aquisição de mobília escolar, para atender as necessidades dos Centro Infantis, do Município de Centenário do Sul.**

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: Irregularidades na execução do Contrato 206/2024 referente a aquisição de mobília escolar, para atender as necessidades dos Centro Infantis, do Município de Centenário do Sul.
CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO: NOTIFICA-SE a empresa **IRM PROCESSOS LICITATÓRIOS LTDA** para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação, apresente:
Justificativa formal e documental acerca da não devolução dos mobiliários retirados para manutenção;
Devolução imediata das cadeiras e carteiras retiradas das unidades escolares;
Plano de atendimento para manutenção e substituição dos mobiliários com defeito ainda existentes nas escolas municipais.
PRAZO: prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento desta, para apresentação de defesa escrita, nos termos do contraditório e da ampla defesa

Publicado por:
Antonio Dos Santos Filho
Código Identificador:E6F3998D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 243/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: **MGM EMPREENDIMENTOS LTDA**

OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de copa e cozinha e produtos de limpeza destinados às Secretarias Municipais.

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: Não entrega dos produtos solicitados, mesmo após tentativas de contato telefônico realizadas pela Secretaria requisitante.
CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO:
NOTIFICA-SE a empresa **MGM EMPREENDIMENTOS LTDA** para que, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta notificação:
I – **Realize a entrega dos itens constantes na Nota de Empenho nº 232/2026**, conforme especificações estabelecidas na Ata de Registro de Preços nº 243/2025;
II – **Apresente justificativa formal acerca do atraso na entrega**, caso haja motivo que tenha impedido o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido.
PRAZO: prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, para apresentação de defesa escrita, nos termos do contraditório e da ampla defesa.

Publicado por:
Antonio Dos Santos Filho
Código Identificador:4CAAF734

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO Nº 012/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2025
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROVA DE TÍTULOS
PUBLICAÇÃO Nº 012/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal, e do Decreto nº 216/2025 torna público aos interessados o Edital de Convocação para Prova de Títulosdo Concurso 001/2025.

Art. 1º Haverá Prova de Títulos para todos os candidatos APROVADOS**,** conforme Edital de Resultado Final da Prova Objetiva Edital 011, para os cargos: **Agrônomo, Analista de Tributos, Assistente Social, Contador, Cirurgião Dentista, Educador Infantil, Enfermeiro, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Ginecologista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico PSF, Médico Veterinário, Nutricionista, Professor, Psicólogo e Terapeuta Ocupacional**,

Art. 2º Todos os documentos referentes à Prova de Títulos deverão ser apresentados em **cópias legíveis, frente e verso**, **AUTENTICADASem cartório competente**. Em caso de documentos com autenticação digital, o *link* ou *Qrcode* deve estar funcionando para as devidas conferências da banca.

Art. 3º Para protocolar os documentos o candidato deverá, acessar o site www.institutounifil.com.br, Concursos em Andamento, página específica da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, *link* Área Restrita do Candidato no período de **08h do dia 17março até 23h59min do dia 20 de março de 2026**. *Link*: **Protocolo Títulos**. No campo texto: digite os documentos que serão anexados, e **após o envio do texto anexar o PDF**.

Art. 4º Os títulos devem ser enviados de forma eletrônica, digitalizarTODOS os documentos em um **único arquivo**no formato PDF, os documentos frente e verso devem ser **digitalizados na ordem**, conforme exemplo:

PAGÍNAS	DOCUMENTO
1	DIPLOMA PÓS GRADUAÇÃO (FRENTE)
2	DIPLOMA PÓS GRADUAÇÃO (VERSO)
3	DIPLOMA PÓS GRADUAÇÃO (FRENTE)
4	DIPLOMA PÓS GRADUAÇÃO (VERSO)
5	DIPLOMA MESTRADO (FRENTE)
6	DIPLOMA MESTRADO (VERSO)
7	DIPLOMA DOUTORADO (FRENTE)
8	DIPLOMA DOUTORADO (VERSO)

Art. 5º Os candidatos deverão observar o **Edital de Abertura**do Concurso Público 001/2025, e ler atentamente o **item 14** onde constam os documentos que serão pontuados, não sendo necessário o envio dos documentos que são requisitos do cargo.

Art. 6ºNão serão aceitas entregas ou substituições posteriormente ao período determinado.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 17 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:2CAE3279

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 034/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 027/2022, do Quadro Próprio de Pessoal, em seu Regime Jurídico que Institui o Plano de Carreira, através de Concurso Público, RESOLVE

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares, para usufruir a partir de 06 de abril de 2026, ao Servidor Público Municipal IBIRACILDO DE OLIVEIRA FLORÊNCIO, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR DE GABINETE PARLAMENTAR – II, Simbologia AP-02, lotado no gabinete do Vereador Josemar José Buard, relativo ao período aquisitivo de 06/01/2025 a 06/01/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 16 de março de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:A41D4C65

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por iniciativa da Mesa Diretora, APROVOU e Eu, ROGÉRIO DA SILVA GODOI, Presidente da Câmara Municipal, PROMULGO, a seguinte: RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I
AUDITORIA INTERNA

Art.1º Esta resolução dispõe sobre a Atividade de Auditoria Interna no âmbito da Administração a casa Legislativa de Cerro Azul, que será realizada pela Controladoria Interna.

Parágrafo único. O disposto nesta resolução aplica-se a casa legislativa, observados a legislação específica e os seus estatutos.

Art.2º A Controladoria Interna é responsável por definir os procedimentos e rotinas de Auditoria Interna.

Art.3º A Controladoria Interna está assegurada as seguintes prerrogativas no desempenho de suas funções;

I -Terá acesso irrestrito às dependências e instalações de todos os órgãos e entidades da Câmara Municipal, bem como a documentos, informações e sistemas informatizados do órgão ou entidade auditada, necessários ao desempenho de suas atribuições, mediante solicitação formal;
II - competência para requerer, mediante solicitações formais, documentos, informações e acessos, os quais devem ser atendidos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;
III - realização de entrevistas, reduzindo o conteúdo a termo, com o colhimento, no mínimo, das assinaturas do entrevistado e de componentes da unidade auditada;
IV - Emitir Relatórios de Auditoria direcionados à Unidade Auditada nos seguintes casos:

a. quando decorrentes das auditorias previstas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI);
b. quando se tratar de auditorias extraordinárias originadas no decorrer do exercício;
c. e de forma imediata e pontual, no curso dos trabalhos, caso seja identificado risco iminente à segurança de pessoas ou prejuízo imediato ao patrimônio público ou de terceiros.
d. Nessa última hipótese, o relatório deverá detalhar o fato, apresentar recomendações para medidas saneadoras e, obrigatoriamente, ser comunicado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art.4º São princípios da Auditoria Interna:
I - integridade;
II - proficiência e zelo profissional;
III - autonomia técnica e objetividade;
IV - alinhamento às estratégias, objetivos e riscos da Unidade Auditada;
V - atuação respaldada em adequado posicionamento e em recursos apropriados;
VI - qualidade e melhoria contínua;
VII - comunicação eficaz;
VIII - transparência;
IX - confiabilidade;
X - prestação de contas e responsabilidade;
XI – independência funcional.

Parágrafo único. No que tange aos princípios elencados, no desempenho de suas responsabilidades a Controladoria Interna deve manter objetividade e não ter conflito de interesse.

CAPÍTULO II
CONCEITOS CORRELACIONADOS À AUDITORIA

Art. 5º Para fins de apresentar conceitos da função de auditagem e de temas correlacionados;

I - Controle Interno: é o conjunto coordenado de métodos e de práticas operacionais que deve ser implantado em todos os níveis hierárquicos do Poder, estruturado para enfrentar riscos e fornecer razoável segurança de que, na consecução das metas e dos objetivos do Poder, serão observadas as seguintes diretrizes:

a. execução ordenada, ética, econômica, eficiente e transparente dos processos de trabalho;
b. cumprimento das obrigações de accountability;
c. cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da razoabilidade e da finalidade, dos atos legais e infralegais e das melhores técnicas de gestão;
d. preservação dos recursos públicos contra perda, mau uso e dano;
II - Auditoria Interna: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, estruturada para aprimorar as operações dos órgãos e das entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, auxiliando-os na consecução de seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;
III - Auditoria: o processo sistemático, documentado e independente, no qual se utilizam técnicas de amostragem e metodologia própria para avaliar situação ou condição, verificar o atendimento de critérios, obter evidências e relatar o resultado da avaliação;
IV - Accountability: conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram e evidenciam sua responsabilidade, por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações;
V - Escopo: aquilo que o controlador interno se limita a avaliar para dar sua opinião, sendo assim, deve guardar relação com as questões de auditoria;
VI - Fraude: quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança (estes atos não implicam o uso de ameaça de violência ou de força física);
VII - Gerenciamento de risco (Gestão de risco): processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da Câmara Municipal
VIII - Governança no setor público: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração, com o objetivo de informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, compreendendo, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS
SEÇÃO I
DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI

Art. 6ºA Auditoria Interna tem o compromisso de avaliar a qualidade dos processos e oferecer avaliação e consultoria aos gestores sobre os temas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da Câmara Municipal.

Art. 7ºNão cabe à Auditoria Interna estabelecer estratégias para gerenciamento de riscos ou controles internos para mitigá-los, sendo estas atividades inerentes aos gestores.

Art. 8ºO Plano Anual de Auditoria Interna será elaborado no âmbito da Auditoria Interna pela Controladoria Interna, com a finalidade de definir os trabalhos prioritários de Auditoria Interna a serem realizados no exercício seguinte ao que esteja em curso.

Art. 9º Os trabalhos prioritários de auditoria interna, sem prejuízo da determinação de Auditorias Extraordinárias ou Especiais, devem ser realizados no período objeto do PA

Art.10º O PAAI conterá, no mínimo, as seguintes informações:

a. período e ano de referência e execução;
b. áreas, órgãos e/ou unidades administrativas em que se aplicam a execução;
c. período no qual serão desenvolvidas as ações de auditoria;
d. unidades administrativas e/ou órgãos envolvidos nas ações de auditoria;
e. atividades a serem desenvolvidas pela auditoria interna, incluindo a previsão de realização de auditoria, bem como a indicação da possibilidade de ocorrerem, no período.
ações e medidas a serem adotadas.
§ 1º As Auditorias Ordinárias são as que forem previamente determinadas no PAAI, tendo sido definidas.
§ 2º As Auditorias Extraordinárias, constarão no Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) apenas como uma possibilidade, devendo ser tratadas como exceção, as quais serão decididas e instauradas pela Controladoria Interna, no momento próprio, após análises das evidências apresentadas, em face do surgimento de fatos ou situações considerados de alta relevância, devidamente comprovados, dentre elas denúncias que contenham provas suficientes e pertinentes.
§ 3º Não cabe instaurar Auditorias Extraordinárias caso seu objeto possa ser seja alcançado por trabalho de Auditoria Ordinária cuja

realização se mostre concomitante ou já tenha sido abordado em outra ocasião e/ou esteja a depender de ações próprias pelos gestores responsáveis por seu encaminhamento.
§ 4º As Auditorias Extraordinárias ou Especiais seguem as mesmas regras das Ordinárias no sentido de planejamento e execução.
§ 5º Quando se tratar de auditoria em objeto específico será observado o disposto no caput deste artigo e as particularidades do mesmo.

Art.11 O PAAI depois de aprovado será disponibilizado no sítio oficial da Câmara Municipal, de forma a estabelecer um ambiente de fácil visualização.

SEÇÃO II
DETERMINAÇÃO DE INÍCIO DOS TRABALHOS

Art.12 Os procedimentos de auditorias somente serão iniciados por determinação da Controladoria Interna, conforme o cronograma de execução do PAAI.
§ 1º A solicitação ou determinação de realização de procedimentos de auditoria deve ser acompanhada do escopo que se pretende alcançar.
§ 2º Deverá ser formalizada a sonegação de informações ou a ocorrência de situações que limitem ou impeçam a execução das atividades de auditoria e controle interno e anexar junto ao relatório de auditoria interna para eximir o controlador de responsabilidade solidária.
Art.13 Os trabalhos de auditoria de maior complexidade ou especialização, poderão ter a colaboração técnica de outros servidores e/ou a contratação de terceiros, se necessário, mediante solicitação exclusiva da Controladoria Interna de forma justificada e cumprimento de exigências legais correspondentes.
Parágrafo único. Unidade Auditada é o órgão da Administração Pública, sobre o qual incide trabalho de auditoria e/ou consultoria realizado pela Controladoria Interna.

SEÇÃO III
DO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

Art.14 O planejamento pontual dos trabalhos deve ser realizado de modo a assegurar que uma auditoria de alta qualidade seja conduzida de maneira econômica, eficiente, efetiva e com tempestividade.
Parágrafo único. O planejamento, por meio de Programa de Auditoria, tem por finalidade definir questões essenciais à realização da auditoria em vista, o que pressupõe adequado conhecimento do objeto a ser auditado e das práticas operacionais a ele aplicadas, sendo necessário, nesse sentido, uma imersão em busca de leis e normativos sobre o tema, reconhecimento de sistemas e/ou softwares com ele relacionados e, eventualmente, contatos com especialistas ou operadores pertinentes e, ainda, verificação de trabalhos anteriores ou referenciais, com abordagens análogas.

SEÇÃO IV
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Art.15 Para a realização do trabalho de auditoria deverá observar e aplicar, no desempenho de suas funções, os aspectos técnicos, procedimentos e normas de conduta previstos na Lei Municipal 003/2002 e demais normas de auditoria aplicáveis às boas práticas nacionais e internacionais.
Art.16 No mérito das abordagens deve-se ficar atento especialmente em relação às exposições a riscos relativos à governança, às atividades operacionais e aos sistemas de informação, devendo ser analisado se há comprometimento quanto aos seguintes aspectos:
I - alcance dos objetivos estratégicos;
II - confiabilidade e integridade das informações;
III - eficácia e eficiência das operações e programas;
IV - salvaguarda de ativos;
V - conformidade dos processos e estruturas com leis, normas e regulamentos internos e externos.
Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, à avaliação da adequação e da eficácia dos controles internos implementados pela gestão.

Art.17 As solicitações feitas pela Controladoria Interna, com prazo máximo de atendimento de 5 (cinco) dias úteis, deverão ser respondidas tempestivamente pelas Unidades Auditadas, mediante apresentação de documentos, processos e informações objetivas, que possibilitem a análise e a formação de opinião de trabalho da auditoria, observando-se os prazos estabelecidos, sempre que possível, em acordo com a unidade examinada.
§ 1º Em caso de descumprimento de prazos ou não apresentação das informações solicitadas, é imprescindível que sejam tomadas as providências internas adequadas. Isso inclui a análise do motivo do atraso ou da falha no atendimento, a tentativa de resolução junto à unidade auditada e a busca por uma solução acordada sempre que possível.
§ 2º O não atendimento após exauridas as possibilidades internas deverá ser avaliado pela Controladoria Interna, ser encaminhados ao Gestor e ao Tribunal de Contas para adoção de providências que se mostrarem pertinentes.
Art.18 Os documentos e informações acessados pela Auditoria Interna na realização dos trabalhos de avaliação e consultoria serão tratados de forma compatível com o grau de confidencialidade classificado pelo Órgão ou pela Unidade Auditada.
Art.19 Para efeito de documentação, a Controladoria Interna deve registrar nos documentos denominados "Papéis de Trabalho" informações relativas ao planejamento da auditoria, a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos aplicados, os resultados obtidos e suas conclusões da evidência da auditoria.
Art.20 Os Papéis de Trabalho de auditoria formam o conjunto de dados que contêm as informações e documentos obtidos, bem como das suas conclusões sobre os exames e constituem um registro permanente do trabalho efetuado.
Parágrafo único. É com base nos Papéis de Trabalho que o Controlador Interno irá construir seu relato dos fatos com as recomendações pertinentes.

CAPÍTULO IV
DOCUMENTOS OPERACIONAIS DISPOSITIVOS
SEÇÃO I
RELATÓRIO DE AUDITORIA

Art.21 O Relatório de Auditoria é o documento emitido com a finalidade de detalhar as circunstâncias em que o trabalho foi realizado (objetivo, escopo, metodologia etc.), contendo o registro das constatações ou achados verificados, as conclusões decorrentes, e as recomendações pertinentes, de forma a determinar o posicionamento sobre o que foi auditado no período que abrange o relatório.
§ 1º O Relatório de Auditoria somente deve ser emitido em definitivo após esgotadas todas as dúvidas com os responsáveis pela Unidade Auditada, sendo que, para tanto, deve ser proporcionado a eles prévio acesso às constatações ou achados de auditoria, para que possam, em prazo definido pela equipe, exercer a oportunidade de apresentar, eventualmente, caso se mostrem plausíveis e pertinentes, as comprovações que possam contradizer o conteúdo dos apontamentos.
§ 2º Essa fase, que deve estar devidamente documentada, prévia à emissão do Relatório de Auditoria definitivo, objetiva esgotar, de toda forma, qualquer dúvida acerca dos apontamentos, para que, no futuro, no momento propício, com prazo de 10 (dez) dias úteis, os responsáveis pela Unidade Auditada apresentem somente planos de ações com soluções factíveis e não justificativas pelos erros, faltas e/ou falhas detectadas.
§ 3º O Relatório de Auditoria definitivo, por sua vez, deve ser elaborado com clareza, com apresentação concisa de todas as constatações havidas, além disso, conclusivo, contendo, ainda, recomendações pontuais, porém com indicativos de soluções abrangentes, notadamente quanto à observância de aspectos minimizadores de riscos porventura detectados durante o trabalho e que tenham relação com o processo organizacional examinado.
§ 4º Em trabalhos de auditoria que tenham mais de uma Unidade Auditada, considerando o objetivo almejado, podem ser emitidos relatórios diversos, em vista da necessidade de abordagem específica e/ou para atender situação merecedora de distinção.

CAPÍTULO V
MONITORAMENTO

Art.22 Monitoramento é a fase do processo de auditoria posterior à apresentação do Relatório de Auditoria

§ 1º A Controladoria Interna deve avaliar a adequação das propostas de ações corretivas apresentadas pelos gestores em relação às constatações e achados registrados no Relatório de Auditoria, bem como verificar se essas ações foram implementadas dentro dos prazos recomendados pela equipe de auditoria, com o propósito de sanar ou corrigir as fragilidades e/ou deficiências identificadas.
§ 2º Após a apresentação das ações corretivas pela Unidade Auditada, deve ser avaliado, no âmbito da Controladoria Interna, se as propostas e respectivos prazos de implementação se mostrem coerentes e adequados aos apontamentos (constatações e/ou achados de auditoria) listados no Relatório da Auditoria.
§ 3º Caso a ação corretiva informada seja considerada pertinente, espera-se o vencimento do prazo de implementação e, em seguida, faz-se nova avaliação para verificar se se cumpriu o previsto.
§ 4º Admite-se a possibilidade de estender o prazo para implementação de forma suficiente da ação corretiva indicada no plano de ação, o que poderá ser autorizado pela Controladoria Interna, após analisar as justificativas e razões apresentadas pela Unidade Auditada, entretanto, é importante que o responsável pela Controladoria Interna informe, de imediato, ao Presidente da Câmara Municipal, acerca da inadimplência do não cumprimento da ação corretiva.
§ 5º Depois de esgotadas todas as possíveis formas de solucionar os apontamentos em instância administrativa, havendo inadimplência da Unidade Auditada, e tendo sido feita Notificação definitiva à autoridade competente, o que compete Controladoria Interna, far-se-á, comunicação da ocorrência ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).
§ 6º Quando se tratar de procedimentos de compras e licitações, nos termos do inciso II, do § 3º, do ART. 169, da Lei Federal nº14.133/2021, deverá ser recomendado ao setor de compras e licitações ajustes e republicações de seus atos, e posteriormente havendo inadimplência da instância administrativa, será enviado ao Ministério Público competente, cópia dos autos e dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência, inclusive fazendo prova que houve a tentativa sem êxito de solução administrativa.

CAPÍTULO VI
DA INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE

Art.23 A Auditoria Interna será conduzida com independência funcional e técnica, devendo os responsáveis agirem com imparcialidade, ética e sigilo profissional.
Art.24 É vedado ao responsável da auditoria interna:
I - Exercer funções gerenciais ou administrativas nas unidades auditadas;
III - Influenciar ou ser influenciado por interesses pessoais ou externos.

CAPÍTULO VII

DA TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.25 Os relatórios e recomendações da Auditoria Interna serão encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal, aos responsáveis pelas unidades auditadas e, quando necessário, aos órgãos de controle externo.
Art.26. A Controladoria Interna divulgará anualmente um relatório consolidado das atividades de auditoria e de monitoramento, observando as disposições legais sobre sigilo e proteção de dados.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.27 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Pref. Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, em 16 de março de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal de Cerro Azul

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:E80C7FE0

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL/PR
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, DESTINADOS À OPERACIONALIZAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL/PR.
VALOR TOTAL: R$ 67.180,00 (sessenta e sete mil e cento e oitenta reais)
DATA DE ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI
Superintendente do IPMCA

Publicado por:
Laura de Matos Martins
Código Identificador:5AF218A6

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL/PR
CONTRATADA: CONDE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA

OBJETO: Contratação consiste na **prestação de serviços técnicos atuariais**, visando à elaboração da **Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2026**, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes, para atendimento às necessidades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul/PR.
VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais)
DATA DE ASSINATURA: 23 de fevereiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI
Superintendente do IPMCA

Publicado por:
Laura de Matos Martins
Código Identificador:F726787E

INSTITUTO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2026

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL/PR
CONTRATADA: WAGNER LUIZ AGNER

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA SEDE DO IPMCA
VALOR TOTAL: R$ 21.600,00(vinte um mil e seiscentos reais)
DATA DE ASSINATURA: 09 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI
Superintendente do IPMCA

Publicado por:
Laura de Matos Martins
Código Identificador:A82B8C6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - 006-2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026
MODALIDADE – CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026

OBJETO: A aquisição de materiais esportivos diversos, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Cerro Azul/PR, durante o exercício de 2026.

O Município de Cerro Azul/PR torna público, para conhecimento dos interessados, que fica suspenso o Aviso de Contratação Direta, com critério de julgamento menor preço global, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, referente ao processo de dispensa de licitação destinado à aquisição de materiais esportivos para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Esportes.

A suspensão ocorre em razão da necessidade de reavaliação e readequação das especificações técnicas constantes no Termo de Referência, conforme manifestação técnica da Secretaria demandante, que identificou divergências entre as especificações estabelecidas e os produtos apresentados nas propostas recebidas.

Dessa forma, visando garantir a adequada definição do objeto, a observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, bem como assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, o procedimento permanecerá suspenso até a conclusão da revisão técnica dos documentos do processo.

Após a finalização das adequações necessárias, será divulgada nova data para apresentação de propostas, por meio dos mesmos canais utilizados para a publicação do aviso original, notadamente no Diário Oficial e no site do Município.

Informa-se ainda que as propostas já apresentadas serão desconsideradas, devendo os interessados apresentar nova proposta, conforme as especificações que constarão atualizadas no Edital.

Informações poderão ser solicitadas através dos endereços de e-mail: licitacoescerroazul@gmail.com e/ou licitacao@cerroazul.pr.gov.br ou diretamente no Departamento de Licitações e Compras pelo telefone (41) 3662-1222.

Cerro Azul, 16 de março de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação
Decreto nº 006/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:73847541

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 08.01/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

EDITAL Nº 08.01/2026

02º Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público.

RESOLVE
CONVOCAR o (s) aprovado (s) no Processo Seletivo Simplificado N° 01/2026 abaixo relacionado(s) com base na lista de Classificação Final a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste ato para tomar Posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação

Engenheiro Civil

Classificação	*Candidato*	*Data de Nascimento*
2º	Felipe de Oliveira Manchur	21/03/1993

Cerro Azul-Pr, 10 de março de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:8C816201

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 43.01/2024

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2024

EDITAL Nº 43.01/2024

35º Chamamento

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo, para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público.
RESOLVE
CONVOCAR o (s) aprovado (s) no Processo Seletivo Simplificado N° 01/2024 abaixo relacionado(s) com base na lista de Classificação Final a comparecer no Departamento de Recursos Humanos situado na Rua Barão do Cerro Azul, 63 – Centro, Cerro Azul – PR - CEP 83570-000, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação deste ato para tomar Posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação.

Enfermeiro

Classificação	*Candidato*	*Data de Nascimento*
17º	Ramilson Patrike Junior Alpes	15/11/1995

Cerro Azul-Pr, 10 de março de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:F676CAE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORTARIA Nº 281, DE 13 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

PORTARIA Nº 281, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre interrupção de licença para tratar de assuntos particulares.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 90, II da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob n°046189, solicitando a interrupção de licença, em conformidade com o disposto no Art. 147, § 3° da Lei Municipal n° 003/2002 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Cerro Azul;

RESOLVE:

Art. 1º - INTERROMPER, a partir de 11 de março de 2026, a licença para tratar de assuntos particulares, concedida através da Portaria n° 825, de 08 de julho de 2025, a servidora pública municipal RAYANE BOARD DE FARIAS GLODIS, matrícula 263301, ocupante do cargo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme manifestação Expressa.

Parágrafo único. A servidora deverá reassumir o exercício de suas funções junto a secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:8E09A8FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N.º 03/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 06/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 06/2026
O Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, no uso das suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO do objeto da Dispensa Eletrônica nº 03/2026, realizado para a aquisição de 01 (um) Computador (modelo All In One) completo e 01 (um) notebook de alto desempenho, de acordo com as especificações e condições constantes neste Aviso de Dispensa, bem como a ADJUDICAÇÃO do objeto, no que se refere ao item 01 em favor da empresa GIOVANNA DO VALE LOPES ALVES SALES, CNPJ nº 64.343.195/0001-55, que apresentou a melhor proposta, com o valor global total de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), e no que se refere ao item 02 em favor da empresa SUPER LICITE LICITACOES LTDA, CNPJ nº 33.275.120/0001-50, que apresentou a melhor proposta, com o valor global total de R$ 7.599,98 (sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).
As empresas ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas na Dispensa, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.
Clevelândia – PR, 16 de março de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCENCIO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:F4CBFE5E

GABINETE
DECRETO N°059/2026

DECRETO N°059/2026

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município;
DECRETA:
Art. 1° Luto Oficial por três dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento de **João Áureo Ferreira**, filho da Servidora Municipal **Viviane Aparecida Ferreira**, manifestando solidariedade à família enlutada.

Art. 2° Durante esse período de luto oficial fica determinado que a Bandeira Municipal fique hasteada a meio mastro.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:B8284361

GABINETE
DECRETO N°060/2026

DECRETO N°060/2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias aos Servidores Municipais abaixo relacionados:

Carlos Nei Aires de Oliveira	**16/03/2026 à 14/04/2026**
Paulo Araujo Portes	**17/03/2026 à 31/03/2026**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:03E6CBCC

GABINETE
DECRETO N°061/2026

DECRETO N°061/2026

Concede licença especial, ao servidor FERNANDO LUIZ DA SILVA PEDROSO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELANDIA, no uso de usas atribuições legais previstas no art.43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:
Art. 1º - Fica concedida licença especial de 03 (três) meses, ao servidor **FERNANDO LUIZ DA SILVA PEDROSO,** com a matricula nº 23485-2.
Art. 2º - A licença de que se trata o art. antecedente teve início em **17/03/2026** e, findará em **14/06/2026**, sendo que no dia útil seguinte deverá o servidor, impreterivelmente, apresentar-se para o exercício regular de suas funções, independentemente, de qualquer modalidade de notificação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:4EF5838B

GABINETE
PORTARIA N°117/2026

PORTARIA N°117/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1° - Fica designada a servidora **Erenice Izabel Mendes da Silva** para desempenhar suas funções como Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Bento Munhoz da Rocha Neto, com gratificação conforme a tabela de gratificações das funções do anexo VI da lei Complementar n°024/2025 com carga horária de 20 horas semanais no período vespertino, a partir de 16/03/2026 até o dia 18/12/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:186C4D37

GABINETE
PORTARIA N°118/2026

PORTARIA N°118/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1° - Fica designada a servidora **Marilu Gonzaga Brasiliano,** para desempenhar suas funções como Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal São Francisco de Salles, com gratificação conforme a tabela de gratificações das funções do anexo VI da lei Complementar n°024/2025 com carga horária de 20 horas semanais no período vespertino, a partir de 16/03/2026 até o dia 18/12/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:6B28C657

GABINETE
PORTARIA N°119/2026

PORTARIA N°119/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1° - Fica designada a servidora **Elisangela Aparecida de Araújo,** para desempenhar suas funções como Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal Antônio Rocha Loures, com gratificação conforme a tabela de gratificações das funções do anexo VI da lei Complementar n°024/2025 com carga horária de 20 horas semanais no período vespertino, a partir de 16/03/2026 até o dia 18/12/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:4EF567DF

LICITAÇÃO
ATO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO

ATO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 006/2026
Processo Licitatório nº 12/2026
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de Transporte Escolar para atendimento aos alunos matriculados na Rede Municipal e Estadual de Ensino Público do Município de Clevelândia-PR, para o ano letivo de 2026.

O MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, por meio do Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o presente **ATO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL**, em razão de alterações nos descritivos das **linhas 10 (ja publicada anteriormente) e 14** constantes no Termo de Referência.

DAS ALTERAÇÕES

FICA ALTERADO o constante no Edital, Termo de Referência e Minuta do Contrato, especificamente quanto ao descritivo da **Linha 14**, passando a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

Serviço de transporte escolar: Linha 14
Percurso 1: Mãe dos Pobres: Saída 05h30min da praça Getúlio Vargas, pega a PRC 280 e segue em direção ao assentamento mãe dos pobres recolhendo alunos no assentamento, e chega ao Colégio Estadual Orestes Tonet às 07h20min;
Retorno: Saída do Colégio Estadual Orestes Tonet 12h e chegam às 12h45min no Assentamento e repete a rota da manhã;
Período: Manhã.
Km/Dia: 89 (Asfalto: 20, Pedra Irregular: 4, Cascalho: 65).
Média de 10 alunos.
Tipo Veículo: Ônibus Capacidade mínima: 12 lugares.

LEIA-SE:

Serviço de transporte escolar: Linha 14
Percurso 1: Mãe dos Pobres: Saída 05h30min da praça Getúlio Vargas, pega a PRC 280 e segue em direção ao assentamento mãe dos pobres recolhendo alunos no assentamento, e chega ao Colégio Estadual Orestes Tonet às 07h20min;
Retorno: Saída do Colégio Estadual Orestes Tonet 12h e chegam às 12h45min no Assentamento e repete a rota da manhã;
Período: Manhã.

Km/Dia: 89 (Asfalto: 20, Pedra Irregular: 4, Cascalho: 65).
Média de 18 alunos.
Tipo Veículo: Ônibus Capacidade mínima: 18 lugares.

DA NOVA DATA DE ABERTURA

Em razão das alterações realizadas, **fica redesignada a data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 006/2026**, conforme segue:

Nova data de abertura da sessão:

27 de março de 2026 às 10:00 horas, no site www.bll.org.br.

DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Ficam **ratificadas todas as demais disposições do Edital, Termo de Referência e Minuta do Contrato**, permanecendo inalteradas.

Clevelândia-PR, 16 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

RODRIGO ANTÔNIO MENDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:7E14BA0E

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2025 PMCLEV - PROCESSO Nº 105/2025

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2025 PMCLEV - PROCESSO Nº 105/2025
A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando o transcurso do prazo recursal, TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, adjudicação/homologação do objeto na forma abaixo:

LOTE: Único - EMPRESA: PLANO ENGENHARIA - CNPJ: 21.602.725/0001-20 - VALOR GLOBAL (R$) 1.960.000,00

OBJETO: A construção da Creche do Programa Infância Feliz Paraná - Aeroporto justifica-se pela necessidade de ampliar a oferta de vagas na educação infantil, garantindo ambiente adequado, seguro e de qualidade para o desenvolvimento das crianças em idade pré-escolar, além de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade social, permitindo melhores condições de inserção no mercado de trabalho; trata-se de um equipamento público essencial, cuja execução deve ser realizada com rigor técnico e observância às normas de engenharia, arquitetura, acessibilidade e segurança, sendo indispensável a contratação de empresa especializada para assegurar a qualidade, a durabilidade e a conformidade da obra com a legislação vigente, garantindo o bemestar da comunidade e a proteção do patrimônio público.
Clevelândia, 16 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:DC13FAF7

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2026

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2026

O Município de Clevelândia – PR, por intermédio do **Pregoeiro Oficial**, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO do Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026**, cujo objeto é a **aquisição de pneus, câmaras, protetores e válvulas novas para a frota municipal**, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DA RETIFICAÇÃO

Fica alterada a exigência constante no Termo de Referência e demais partes do edital que tratam da data de fabricação dos pneus, passando a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

Os pneus deverão possuir data de fabricação não superior a 06 (seis) meses na data da entrega.

LEIA-SE:

Os pneus deverão ser novos, sem uso, não recapados ou remoldados, e possuir data de fabricação identificada pelo código DOT, não superior a 12 (doze) meses na data da entrega, devendo ainda atender às normas do INMETRO e demais requisitos técnicos aplicáveis.

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente retificação tem por objetivo **ampliar a competitividade do certame**, possibilitando maior participação de fornecedores, sem prejuízo à qualidade, segurança e desempenho dos produtos a serem adquiridos pela Administração Pública.

3. DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital e seus anexos que não conflitarem com a presente retificação.

4. DA DATA DA SESSÃO

Considerando que a alteração **não compromete a formulação das propostas**, fica **mantida a data de abertura da sessão pública**, conforme estabelecido no edital.

Clevelândia – PR, 16 de março de 2026.

_____
Pregoeiro Oficial
Município de Clevelândia – PR

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:15EA0BD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 294/2026

PORTARIA N.º294/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º -Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal n.º 1348/2014, prover o cargo de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
THOMAS AUGUSTO CAMARGO CHAGAS	114.873.359-03	16/03/2026

Art. 2º -Nomear, em decorrência do Concurso Público n.º **003/2022**, homologado em 13 de dezembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal n.º 1348/2014, prover o cargo de **ARQUITETO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
LUCAS RONI DE LACERDA	076.991.639-23	16/03/2026

Art. 3º -Nomear,em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
ANNA PAULA DE SILVA LIMA REZENDE	054.042.789-60	16/03/2026

Art. 4º -Nomear,em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ENGENHEIRO CARTÓGRAFO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
VINICIUS HENRIQUE DE MOURA BREDA	079.908.629-05	16/03/2026

Art. 5º -Nomear,em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **MOTORISTA DE VEÍCULOS**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
VICENTE VELOZO RAAB DOS SANTOS (registrado civilmente como Ana Paula Velozo Raab dos Santos)	091.836.739-54	16/03/2026

Art. 6º -Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **003/2022**, homologado em 13 de dezembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ENGENHEIRO CIVIL**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
GUILHERME ALEXANDRE CHULTIZ	052.601.559-47	16/03/2026
GIOVANE ANTONIO BONTORIN SILVA	071.913.039-56	16/03/2026

Art. 7º -Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **003/2022**, homologado em 13 de dezembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ENFERMEIRO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
ISABEL MENDES DE ABREU	003.976.193-24	16/03/2026
LUANA STEPHANIE DE ALMEIDA NUNES PETRIKOWSKI	074.741.349-50	16/03/2026
VANIA CADENA DOS SANTOS FURTADO	034.623.679-78	16/03/2026

Art. 8º -Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **003/2022**,homologado em 13 de dezembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
DAWANA FERREIRA CORDOVA	071.143.429-85	16/03/2026
ROSICLER FERREIRA DA LUZ GONZAGA	047.656.889-76	16/03/2026
FLAVIA LOPES MONTEZANO	024.045.319-05	16/03/2026

Art. 9º -Nomear,em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **EDUCADOR INFANTIL**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
PATRICIA DE PROENCA TRINDADE	089.736.569-02	16/03/2026
FERNANDA GOMES DA SILVA	111.268.529-45	16/03/2026
CAMILA GONCALVES BORGES DA SILVA	116.555.109-83	16/03/2026

Art. 10º -Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **001/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ASSISTENTE DE ALUNOS**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
PAULA CRISTINA DE CARVALHO	079.563.659-88	16/03/2026
MINIVE REGINA CAVALLI	061.351.019-43	16/03/2026
GILMAR DA SILVA	849.291.112-34	16/03/2026

Art. 11-Nomear, em decorrência do Concurso Público nº **002/2022**, homologado em 21 de novembro de 2022, para nos termos do Inciso I, Artigo 17 da Lei Municipal nº 1348/2014, prover o cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, em regime estatutário conforme segue relação abaixo:

Nome	CPF	Nomeação
CAMILA CARNEIRO ALVES TEIXEIRA	063.815.599-18	16/03/2026
MAGDA DE OLIVEIRA FERREIRA DE SOUZA	085.323.929-03	16/03/2026
JOSE OSIEL DE ASSIS	025.680.379-03	16/03/2026
LIDIANA DO SOCORRO TEIXEIRA DE ARAUJO	028.944.392-02	16/03/2026
CARLOS HENRIQUE DA COSTA MACHADO	105.603.629-00	16/03/2026
ANA CAROLINE DE OLIVEIRA	094.288.469-88	16/03/2026

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:98F1308D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 295/2026

PORTARIA N.º 295/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 065/2025, Processo Licitatório: Inexigibilidade n.º 013/2025, com objeto de Locação do Imóvel situado a Rua Nicarágua, n° 839, Campo Pequeno - Colombo/PR – CEP: 83.404-680, com área de 118,23 m², destinado às instalações do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV Vó Joana**, conforme segue:

DESTITUIR – **Fiscal de Contrato:**
Dalila Bernardo Silva

NOMEAR – **Fiscal de Contrato:**
Fernanda Neves Steffen Ferrarini, matrícula n.º 13347.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:ECE40E43

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 296/2026

PORTARIA N.º 296/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do TERMO ADITIVO 001/2026 da ata de registro de preços n.º 069/2025- 070/205 e 071/2025, Processo Licitatório: Pregão Eletronico n.º 006/2025, com objeto de Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Locação mensal de Veículos, sob demanda, sem limite de quilometragem, sem motorista e sem fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguros, taxas e impostos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme segue:

NOMEAR - **Gestor do termo aditivo** :

Edson de França, portador do RG n.º 9.xxx.xxx-6, CPF n.º 045.xxx.xxx-06.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:8E4341AC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 297/2026

PORTARIA N.º 297/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 472/2025, Processo Licitatório: concorrência eletrônica n.º 007/2025, com objeto de Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 29.644,10 m2, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos- lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 007/2025, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Luiz Fabiano Alves Salgado, portador de CPF n.º 048.xxx.xxx-85.

Fiscal de Contrato:
Luiz Pereira, portador do CPF n.º 456.xxx.xxx-10.

Fiscal Substituto de Contrato:
Rodrigo Pinheiro, portador do CPF n.º CPF: 064.xxx.xxx-60, CREA n.º 203.366-D / PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:919B105E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 298/2026

PORTARIA N.º 298/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 473/2025, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n. º 008/2025, com objeto Pavimentação asfálticade vias urbanas nem CBUQ, 30.592,12m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos- lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, emconsonância como cronograma físico-financeiro,osprojetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 008/2025, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Luiz Fabiano Alves Salgado, portador de CPF n.º 048.xxx.xxx-85.

Fiscal de Contrato:
Anderson Diego de Lima, portador do CPF n.º 009.xxx.xxx-99.

Fiscal Substituto de Contrato:
Rodrigo Pinheiro, portador do CPF n.º CPF: 064.xxx.xxx-60, CREA nº 203.366-D / PR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:CF3003C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 299/2026

PORTARIA N.º 299/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 474/2025, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n. º 009/2025, com objeto de Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ,29.853,26m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, baseesub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalizaçãode trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológico- lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, emconsonância como cronograma físico-financeiro, osprojetos, especificações técnicas e

demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 009/2025, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Luiz Fabiano Alves Salgado, portador de CPF n.º 048.xxx.xxx-85.

Fiscal de Contrato:
Luiz Pereira, portador do CPF n.º 456.xxx.xxx-10.

Fiscal Substituto de Contrato:
Rodrigo Pinheiro, portador do CPF n.º CPF: 064.xxx.xxx-60, CREA nº 203.366-D / PR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E81CA2CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 300/2026

PORTARIA N.º 300/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 179/2023, Processo Licitatório: Inexigibilidadede Licitação n.º 019/2023, com objeto de Contratação de serviços de Acolhimento Institucional de infante do Município, com base em determinação judicial, conforme segue:

DESTITUIR:

Fiscal de Contrato/Técnico:

Caroline Cristina da Silva Mocelim, Matrícula n.° 15591**,** portadora do RG n.° 9.xxx.xxx-8, CPF n.° 08x.xxx.xxx-x1.

DESIGNAR:
Gestor de Contrato:
Daniel Biscaia de Lima, Matrícula n.° 17830, portador do RG n.° 7.813.392-9 e CPF n.° 066.575.139-76.

Fiscal de Contrato:
Julian Rangel, Matrícula n.° 17799, portador do RG n.° 9.xxx.xxx-8 e CPF n.° 07x.xxx.xxxx-x7.

Secretaria Municipal de Assistência Social**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 13 de março de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:45072B37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 407/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: OMEGA LTDA, CNPJ n.º 48.041.877/0001-57
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 36.749,10 (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e dez centavos)..
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link “licitações”.
Local e data de emissão: Colombo/PR, 10 de novembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:26360FEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 438/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2025

Processo: 19.246/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: PUBLIX EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA, CNPJ sob o nº 57.059.013/0001-53
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214 e Fiscalização de Contrato: Srª Cristiane Costa Silva
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pedagógicos, compreendendo jogos educativos, materiais esportivos, itens de papelaria e demais produtos correlatos, para atender às necessidades do Ensino Fundamental das Escolas Integrais do Município, com recursos provenientes do FNDE – Programa Escola em Tempo Integral (Termo de Compromisso nº 14.640/2023) visando assegurar a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas, esportivas, recreativas e de apoio à aprendizagem.
Valor: O valor é de R$ 4.908,48 (quatro mil, novecentos e oito reais e quarenta e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link “licitações”.
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de novembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:2BD414D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 447/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 059/2025

Processo: 19.246/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: SILME INDUSTRIA DE BORRACHA LTDA, CNPJ n.º 01.589.358/0001-64
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214 e Fiscalização de Contrato: Srª Cristiane Costa Silva
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais pedagógicos, compreendendo jogos educativos, materiais esportivos, itens de papelaria e demais produtos correlatos, para atender às necessidades do Ensino Fundamental das Escolas Integrais do Município, com recursos provenientes do FNDE – Programa Escola em Tempo Integral (Termo de Compromisso nº 14.640/2023) visando assegurar a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas, esportivas, recreativas e de apoio à aprendizagem.
Valor: O valor é de R$ 1.815,60 (hum mil, oitocentos e quinze reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de novembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:3F219829

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 453/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025

PROCESSO Nº 16721/2025
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratado: MINERAÇÃO BERNAMARTI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.214.233/0001-40
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de contrato Sr. José Nilo Lenzi, Matrícula nº: 10.018 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o fiscal de contrato/ técnico Sr. Claudiomir Carrão, Matrícula nº: 394 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento por meio de Registro de Preços de Agregados de Granito e Calcário, em diversas granulometrias, incluindo transporte, para manutenção de vias rurais, urbanas e obras de pavimentação, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência da Secretaria Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo – PR.
Valor Total: R$ 1.736.373,50 (um milhão e setecentos e trinta e seis mil e trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de dezembro de 2025.
Assinatura: Ítalo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CC5EB383

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 454/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025

PROCESSO Nº 16721/2025
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratado: EXTRABEL EXTRATIVA DE AREIA BETEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 77.502.219/0001-13.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de contrato Sr. José Nilo Lenzi, Matrícula nº: 10.018 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o fiscal de contrato/ técnico Sr. Claudiomir Carrão, Matrícula nº: 394 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento por meio de Registro de Preços de Agregados de Granito e Calcário, em diversas granulometrias, incluindo transporte, para manutenção de vias rurais, urbanas e obras de pavimentação, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência da Secretaria Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo – PR.
Valor Total: R$ 352.500,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de dezembro de 2025.
Assinatura: Ítalo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C579D513

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 455/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025

PROCESSO Nº 16721/2025
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratado: MINERAÇÃO CANTAREIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.001.536/0001-05
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de contrato Sr. José Nilo Lenzi, Matrícula nº: 10.018 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o fiscal de contrato/ técnico Sr. Claudiomir Carrão, Matrícula nº: 394 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento por meio de Registro de Preços de Agregados de Granito e Calcário, em diversas granulometrias, incluindo transporte, para manutenção de vias rurais, urbanas e obras de pavimentação, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência da Secretaria Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo – PR.
Valor Total: R$ 1.208.175,00 (um milhão e duzentos e oito mil e cento e setenta e cinco reais).

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de dezembro de 2025.
Assinatura: Ítalo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:EB4C92B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 456/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025

PROCESSO Nº 16721/2025
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratado: BRASIL MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.877.413/0001-63
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de contrato Sr. José Nilo Lenzi, Matrícula nº: 10.018 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o fiscal de contrato/ técnico Sr. Claudiomir Carrão, Matrícula nº: 394 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento por meio de Registro de Preços de Agregados de Granito e Calcário, em diversas granulometrias, incluindo transporte, para manutenção de vias rurais, urbanas e obras de pavimentação, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência da Secretaria Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo – PR.
Valor Total: R$ 4.182.000,00 (quatro milhões e cento e oitenta e dois mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de dezembro de 2025.
Assinatura: Ítalo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:CD670754

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 457/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 063/2025

Processo: 18.814/2025
Contratante: Secretaria Municipal de Educação
Contratada: PORTFÓLIO EDITORA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, CNPJ n.º 04.108.150/0001-74
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Vanessa Bonin Kovalski, matrícula funcional n.º 13.991; Fiscalização de Contrato: Srª Ana Paula Magalhães Strapasson, matrícula funcional n.º 12.214.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de MATERIAIS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA – LOTE ÚNICO - com jogos e livros para alunos e professores do Ensino Integral das unidades municipais de ensino de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 565.467,99 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 05 de dezembro de 2025
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:8A1216AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 464/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 049/2025

Processo: 32.181/2024
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: ZENITH LTDA, CNPJ n.º 46.623.193/0001-38
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Sr Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178; Fiscalização de Contrato SEMED: Sr Adriano Joaquim de Paula, matrícula funcional n.º 15.108; Fiscalização de Contrato SMS: Sr João Idiomar Mocellin, matrícula funcional n.º 924.
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene para o atendimento das demandas das Secretarias Municipais de Administração, Educação, Assistência Social e de Saúde do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor é de R$ 199,00 (cento e noventa e nove reais)
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link "licitações".
Local e data de emissão: Colombo/PR, 09 de dezembro de 2025
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F7D2BA21

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 466/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025

PROCESSO Nº 3523/2025
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratado: INPREART INDUSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.065.178/0001-10.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de contrato Sr. José Nilo Lenzi, Matrícula nº: 10.018 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o fiscal de contrato/ técnico Sr. Claudiomir Carrão, Matrícula nº: 394 Telefone para contato: 41 3663-2244. E-mail: semov@colombo.pr.gov.br.

Objeto: Fornecimento por meio de Registro de Preços de tubos de concreto, calha (meio tubo), grelha de concreto, aduela para aplicação em obras diversas e em manutenção do sistema de drenagem de águas pluviais do município, conforme quantidades e especificações constantes no termo de referência, e valores lastreados na tabela DER-PR 10/2024 e SINAPI 12/2024.
Valor Total: R$ 6.586.489,28 (seis milhões e quinhentos e oitenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 – Centro – Colombo – Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 10 de dezembro de 2025.
Assinatura: Ítalo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:7DAFB21B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025.

Processo: 3271/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias.
Contratada: COOPERATIVA AGRÍCOLA FAMILIAR DE COLOMBO - COOACOL, CNPJ n.º 17.952.459/0001-98.
Fiscalização A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Gestora do objeto a Sra. Juliana Gleice Beraldo Cavalheiro, matrícula nº 9.292, Fiscal Técnico Sra. Leonor Rabelo De Andrade, matrícula nº 12.222, e os Fiscais da Ata Sr. Thiago Skau, matrícula nº 11.276, Sra. Bianca Aquino, matrícula nº 11.032 e a Sra. Carla Alves Moreira, matrícula nº 7.840.
Objeto: Aquisição por meio do Sistema de Registro de Preço de hortifrutigranjeiros de 1° qualidade com entrega ponto a ponto, conforme quantidades e especificações constantes.
Valor: O valor total é de: R$ 2.374.925,54 (dois milhões e trezentos e setenta e quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), devendo ser a aplicado o desconto sobre a tabela do CEASA/PR = 25,8% (vinte e cinco inteiros e oito décimos percentual).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de registro de preços objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA – 1815/2024.
Prazo: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais 01 (um) ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Local e data da Emissão: Colombo, 28 de agosto de 2025.
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C14F8A39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 320/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025

Processo: 15.489/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: SALVARE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 28.880.971/0001-92
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151; Fiscal Administrativo: Srª Priscila Francieli Marconato de Bomfim, matrícula funcional n.º 14.627; Fiscais de Contrato: Srª Caroline Gonçalves Santana, matrícula funcional n.º 14.144, Srª Joyce Ribeiro da Silva de Oliveira, matrícula funcional n.º 15.524, Sr. Rafael Cesar de Souza Cunico, matrícula funcional n.º 15.842, Sr Romualdo Uniczycky Filho, matrícula funcional n.º 9857
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de unidade de ambulância de suporte básico suporte avançado (UTI Móvel) para atuar em diversos eventos do município.
Valor: O valor total é de R$ 238.660,00 (duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e sessenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 03 de setembro de 2025
Assinatura: Helder Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:BB820131

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025

Processo: 15.489/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: SALVA SERVIÇOS MÉDICOS DE EMERGÊNCIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 67.844.845/0001-34
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Srª Ana Mara Harbs de Oliveira, matrícula funcional n.º 17.522; Fiscal Técnico: Sr. Franklin Alves de Oliveira, matrícula funcional n.º 14.151; Fiscal Administrativo: Srª Priscila Francieli Marconato de Bomfim, matrícula funcional n.º 14.627; Fiscais de Contrato: Srª Caroline Gonçalves Santana, matrícula funcional n.º 14.144, Srª Joyce Ribeiro da Silva de Oliveira, matrícula funcional n.º 15.524, Sr. Rafael Cesar de Souza Cunico, matrícula funcional n.º 15.842, Sr Romualdo Uniczycky Filho, matrícula funcional n.º 9857
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de unidade de ambulância de suporte básico suporte avançado (UTI Móvel) para atuar em diversos eventos do município.
Valor: O valor total é de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 03 de setembro de 2025
Assinatura: Helder Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:215463F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 324/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

Processo: 1082/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: TG TOPOGRAFICA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 46.183.608/0001-08.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de contrato o Sr. Felipe Luiz Dal Ponte, matricula nº 15.427 e os Fiscais de contrato Sra. Nathalia Gabrieli Andreata Taverna, matricula nº 19.310, Sr. Henrique Kobylanski Junior, matricula nº 18.079.
Objeto: O Registro de empresa especializada para prestação de serviços de topografia para execução de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral para imóveis públicos, estabelecidos em legislação e normas técnicas aplicáveis, nos termos do edital e abaixo.
Valor: O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 28.960,00 (vinte e oito mil e novecentos e sessenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 02 de setembro de 2025.
Assinatura: Helder Luiz Lazarotto – Prefeito Municipal

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:FC011D61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 325/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0041/2025

Processo: 30825/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Educação.
Contratada: COMPASS SOLUÇÕES EM EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n.º 48.398.998.0001-50.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Gestora da Ata de Registro de Preços Sra. Silvana Rodrigues de Souza Andreassy e da fiscal da Ata de Registro de Preços a Sra. Larissa D'agostin.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento através de Sistema de Registro de Preços, de Kits de Educação Sócioemocional para gestores que atuam na Rede Municipal de Ensino do Município de Colombo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do edital.
Valor: O valor total da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 431.040,00 (quatrocentos e trinta e um mil e quarenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil após a assinatura do contrato. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o artigo 22 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 04 de setembro de 2025.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:8CD66532

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 327/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025

Processo: 3141/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratada: CAMARGO E CAMARGO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 07.928.501/0001-81.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata de Registro de Preços o Sr. José Nilo Lenzi, portador do R.G. nº. 3.xxx.xxx-2 e CPF nº. 5xx.xxx.xxx-x4 e do fiscal da Ata de Registro de Preços o Sr. Luiz Pereira, portador do documento de Identidade/RG nº 3.xxx.xxx-5 e do CPF nº 4xx.xxx.xxx-x0.
Objeto: Contratação de empresa especializada por meio do Sistema de Registro de Preços para execução de "Serviços de Assentamento de Meio Fio e Execução de Calçadas de Bloco de Cimento intertravado (paver 6 – 8 cm), calçadas em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ - Faixa F) e rampa de acessibilidade para PCD – (Pessoas com deficiência)", com fornecimento de equipamento, material e mão de obra, para a realização dos serviços, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital.
Valor: O valor total é de: R$ 4.499.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e noventa e nove mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a qual ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil após a assinatura da Ata de Registro de Preços. O referido prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, nos termos do artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024, observado o disposto no artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, c/c o artigo 22 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 08 de setembro de 2025.
Assinatura: Ítalo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B3D772BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2024

Processo: 26947/2024.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: Medmed Comércio de Materiais Hospitalares Eireli - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.064.557/0001-08.
Fiscalização: A Gestão da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Srª. Ana Mara Harbs de Oliveira, Matrícula: 17522 e a Fiscalização da Srª. Priscila Francieli Marconato de Bomfim, Matrícula: 14627; Sr. Franklin Alves de Oliveira, Matrícula: 14151; Sr. Alandson Machado, Matrícula: 17216.

Objeto: Aquisição de Equipamentos, Mobiliários e Materiais Médico Hospitalares destinados à estruturação do Pronto Atendimento Alto Maracanã, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
Valor: O valor total é de R$ 902,93 (Novecentos e dois reais e noventa e três centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24 – Secretaria Municipal de Saúde.
Vigência: O prazo de vigência da Ata do Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato da Ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 12 de março de 2025.
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni.

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:E177A690

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025

Processo: 8361/2025.
Contratante: 419/2025.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Fiscal da Ata Sr. Ilias Dalprá, matricula 7.506.
Contratada: BARI IMPORTS VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.303.462/0001-10.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de veículos de passeio, novos, cem por cento elétricos e respectivos carregadores individuais domésticos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: R$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 09 de maio de 2025.
Assinatura: Willian Zanini

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:13FC3E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

Processo: 24716/2024.
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor/ fiscal de contrato Sr. **Elsio Ricardo Stelzner,** CPF 4xx.xxx.xxx-x2.
Contratada: **JEAN DANILO DE FARIA COMERCIO DE AGUA E GLP LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 33.549.822/0001-85.
Objeto: Contratação de empresa especializada por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) P13, conforme quantidades e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), que integra o Edital.
Valor O valor total é de: **R$ 101.040,00 (cento e um mil e quarenta reais).** O desconto oferecido é de **6,00% (seis inteiro percentual)**.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024..
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 27 de maio de 2025.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:B8C1A34D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Processo: 34565/2024.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Senhor **José Nilo Lenzi**, matricula 10.018, e o Fiscal Técnico o Sr. Claudiomir Carrão, matrícula 0394
Contratada: PGPLANAGEM COMÉRCIO, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.099.750/0001-62.
Objeto: O registro de empresa especializada para execução de serviços de locação equipamentos pesados com operador, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção viária e realização de obras diversas para atendimento das demandas do Município de Colombo/Pr, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 1.985.280,00 (um milhão e novecentos e oitenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 27 de maio de 2025.
Assinatura: Italo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:DEAC1106

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Processo: 34565/2024.

Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Senhor **José Nilo Lenzi**, matricula 10.018, e-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o Fiscal Técnico o Sr. Claudiomir Carrão, matrícula 0394, e-mail: semov@colombo.pr.gov.br.
Contratada: NOVA INFRAESTRUTURA E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 49.435.438/0001-91
Objeto: O registro de empresa especializada para execução de serviços de locação equipamentos pesados com operador, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção viária e realização de obras diversas para atendimento das demandas do Município de Colombo/Pr, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 1.182.656,64 (um milhão e cento e oitenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 27 de maio de 2025.
Assinatura: Italo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C1D0CF4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Processo: 34565/2024.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Senhor **José Nilo Lenzi**, matricula 10.018, e-mail: semov@colombo.pr.gov.br e o Fiscal Técnico o Sr. Claudiomir Carrão, matrícula 0394, e-mail: semov@colombo.pr.gov.br.
Contratada: PUMA INFRAESTRUTURA E PAVIMENTACÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 04.649.327/0001-40.
Objeto: O registro de empresa especializada para execução de serviços de locação equipamentos pesados com operador, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção viária e realização de obras diversas para atendimento das demandas do Município de Colombo/Pr, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 2.378.745,60 (dois milhões e trezentos e setenta e oito mil e setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 27 de maio de 2025.
Assinatura: Italo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:11C2F019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

Processo: 34565/2024.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Senhor **José Nilo Lenzi**, matricula 10.018 e o Fiscal Técnico o Sr. Claudiomir Carrão, matrícula 0394
Contratada: ALAN HENRIQUE TONELLO – ME inscrita no CNPJ sob n° 28.434.532/0001-56.
Objeto: O registro de empresa especializada para execução de serviços de locação equipamentos pesados com operador, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para manutenção viária e realização de obras diversas para atendimento das demandas do Município de Colombo/Pr, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 1.311.974,40 (um milhão e trezentos e onze mil e novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da ata de Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 27 de maio de 2025.
Assinatura: Italo Perini Neto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:7078CE38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025

Processo: 37134/2024.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Educação.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor Sr. William José Arcie, matricula 3.854, Fiscal de contrato Sr. Reinaldo Alves Ferreira, matricula 5.660, Fiscal Técnico Sr. Thiago Skau, matricula 11.276
Contratada: RHEITOR VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 49.496.344/0001-22
Objeto: O registro de empresa especializada para contratação de serviço de vigilância motorizada privada com dedicação exclusiva nas unidades de ensino, com vistas a garantir a segurança e integridade de alunos, professores e outros servidores que atuam no ambiente escolar da rede pública municipal, nos termos da tabela abaixo
Valor: R$ 645.840,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e quarenta reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo inicial de vigência da Ata de Registro de Preços é necessariamente de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no PNCP, podendo ocorrer a prorrogação da vigência da Ata para o período de mais um ano, desde que formalizada na vigência inicial da Ata e comprovada a vantajosidade do preço registrado, com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, tudo conforme os termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 e o artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.

Local e data da assinatura: Colombo, 02 de junho de 2025.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correa De Freitas

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:389A05AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Processo: 6958/225.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Saúde.
Fiscalização: A Gestão da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Sr.ª Ana Mara Harbs de Oliveira - Matrícula: 17.522 e os Fiscais Sra. Carla Alves Moreira – Matricula: 7.840, Sr. Alandson Machado – Matricula 17.216
Contratada: M A COMÉRCIO BOLSAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.934.334/0001-99.
Objeto: Contratação de empresa especializada para Aquisição de materiais KIT MATERNIDADE (gestante) para atendimento das demandas dos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 67.175,00 (sessenta e sete mil e cento e setenta e cinco reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços somente admitem revisão na forma disciplinada no art. 207 do Decreto Municipal nº 047/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de junho de 2025.
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:D0BEBB1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Processo: 6958/225.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Saúde.
Fiscalização: A Gestão da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Sr.ª Ana Mara Harbs de Oliveira - Matrícula: 17.522 e os Fiscais Sra. Carla Alves Moreira – Matricula: 7.840, Sr. Alandson Machado – Matricula 17.216
Contratada: GARNET AVIAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.012.372/0001-80.
Objeto: Contratação de empresa especializada para Aquisição de materiais KIT MATERNIDADE (gestante) para atendimento das demandas dos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços somente admitem revisão na forma disciplinada no art. 207 do Decreto Municipal nº 047/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de junho de 2025.
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:C8AB11CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2025

Processo: 6958/225.
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Saúde.
Fiscalização: A Gestão da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Sr.ª Ana Mara Harbs de Oliveira - Matrícula: 17.522 e os Fiscais Sra. Carla Alves Moreira – Matricula: 7.840, Sr. Alandson Machado – Matricula 17.216
Contratada: MEDMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.064.557/0001-08.
Objeto: Contratação de empresa especializada para Aquisição de materiais KIT MATERNIDADE (gestante) para atendimento das demandas dos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo, nos termos da tabela abaixo.
Valor: R$ 13.000,00 (treze mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços somente admitem revisão na forma disciplinada no art. 207 do Decreto Municipal nº 047/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 04 de junho de 2025.
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:5148A498

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 025/2026.

Processo:	37094/2025 - Dispensa Nº 025/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. CNPJ: 03.541.088/0008-13.**
	Contratação de empresa especializada para realização de cursos de capacitação presencial e aperfeiçoamento aos servidores municipais.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei nº.14.133/2021. **Data 16/03/2026**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:BB434145

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2026.

Processo:	36533/2025 - Dispensa Nº 026/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*, **GRAFIACA OUTLIERS LTDA - EPP. CNPJ: 43.162.156/0001-81.**
	Aquisição de alvos e obreias destinados ás atividades de instrução, treinamento, formação e estagio de Requalificação Profissional (EQP) dos agentes da Guarda Municipal de Colombo.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 3.708,00 (três mil e setecentos e oito reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei nº.14.133/2021. **Data 16/03/2026**

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:299F6749

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 027/2026

Processo:	44713/2025 - Dispensa Nº 027/2026.
Partes:	*Município de Colombo/PR*,**JOSE A PAVIN- ME** **CNPJ: 26.549.530/0001-87.**
	Aquisição de chapas em alumínio ou plástico reciclável adesivadas, informativas e educativas sobre biodiversidade para atender a contrapartida do aditivo ao Convênio nº 211/2024 - CASTRAPET-PR. Recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, aprovados em Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONMACO), Ata nº 001/2025, no dia 27/01/2025.
Valor:	O valor máximo da Dispensa será de R$ 12.034,00 (doze mil e trinta e quatro reais).
Embasamento Legal:	Artigo 75, II - Lei nº.14.133/2021. **Data 16/03/2026**

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:C580BFE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO N 4529/2026

N° do Empenho:	**4529/2026.**
Data:	**16/03/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 12.034,00 (doze mil e trinta e quatro reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**027/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR,**JOSE A PAVIN- ME.** **CNPJ: 26.549.530/0001-87**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de chapas em alumínio ou plástico reciclável adesivadas, informativas e educativas sobre biodiversidade para atender a contrapartida do aditivo ao Convênio nº 211/2024 - CASTRAPET-PR. Recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, aprovados em Reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONMACO), Ata nº 001/2025, no dia 27/01/2025.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:B95938E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPNHO 4526/2026

N° do Empenho:	**4526/2026.**
Data:	**16/03/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 3.708,00 (três mil e setecentos e oito reais).
Nº da Dispensa de Licitação	**026/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **GRAFIACA OUTLIERS LTDA - EPP.** **CNPJ: 43.162.156/0001-81.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Aquisição de alvos e obreias destinados ás atividades de instrução, treinamento, formação e estagio de Requalificação Profissional (EQP) dos agentes da Guarda Municipal de Colombo.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Governo.

Publicado por:
Neiva de Oliveira Nhaia
Código Identificador:BD219F06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2026 AO CONTRATO Nº 276/2024 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2024

Processo: 3917/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Obras e Viação.
Contratada: JDS PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.625.682/0001-47.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação do trecho 02 da Rua Padre Domingos Marini, compreendendo serviços preliminares, remanejamento de postes linha de transmissão, terraplenagem, sub-base, base, capa asfáltica, drenagem, sinalização viária, muro de arrimo / contenção e demais serviços pertinentes incluídos nos projetos constantes em anexo do Edital Concorrência Eletrônica nº 007/2024.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo de vigência pelo período de 90 (noventa) dias, findando em 10/06/2026.
Local e data da Emissão: Colombo, 12 de março de 2026.
Assinatura: Alcione Luiz Giaretton

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:89063B36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 070/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2025

Processo: 322/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias.
Contratada: WS LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n.º 75.451.609/0001-86.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Edson de França, do fiscal Administrativo de contrato Sr. William Bernardes Silveira Duarte e fiscal técnico Sr. Marco Antônio Arone.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Locação mensal de Veículos, sob demanda, sem limite de quilometragem, sem motorista e sem fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguros, taxas e impostos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos
Valor: R$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA nº 1882/2025.
Prorrogação: O presente termo aditivo prorroga a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 27 de março de 2026 a 26 de março de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 13 de março de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto - Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:DB68FFFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 20

O Conselho Municipal de Assistência Social de Colombo, em uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Municipais 576/95 e 1341/14, de 12/12/95, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em assembleia ordinária, no dia 12 de março de 2021. Resolve:

Art 1° - Aprovação da **RENOVAÇÃO** das inscrições das seguintes Entidades do CMAS:

- **Pastoral da Criança** - Organismo de Ação Social da CNBB, sob o CNPJ: nº 00.975.471/0001-15– inscrição nº 014
- **PROVOPAR - PROGRAMA DE VOLUNTARIADO PARANAENSE DE COLOMBO,** inscrita no CNPJ sob nº. 08.145.812/0001-37 – Inscrição nº 09 CMAS

Art. 2º – Aprovação de **INSCRIÇÃO** das seguintes entidades:

- **Associação Beneficente Afro Brasileira São Jerônimo e São Jorge** - CNPJ nº 03.828.064/0001-73. Com sede na Rua Francisco Kania, 582 – Jardim Ana Terra– Colombo Pr. Com a **inscrição nº 036. Sendo inscrita como Entidade de Assistencia Social.**

- **AMUC**- Ass. de Apoio asMulherescom Câncer em Colombo – CNPJ nº 56.047.311/0001-60 .Com sede na Rua Manoel Carvalho, 124 – Roça Grande – Colombo Pr. Com a **inscrição de nº 037. Sendo inscrita como Entidade de Assistencia Social.**

Art. 3ª – Válido por 02 anos.

Art. 4ª – Aprovação do **INDEFERIMENTO** de inscrição da:

SSV- SERVIÇO SOCIAL VIDA – CNPJ nº 20.736.508/0001-60

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELE BELO RODRIGUES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:5C9D0D8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 05

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em uso de suas competências e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1707/2023, em assembleia ordinária, no dia 13 de março de 2026. Resolve:

Art 1° - Aprovação da **renovação** das inscrições das seguintes Entidades do CMDCA:

- *Pastoral da Criança Organismo de Ação Social da CNBB*, sob o CNPJ: nº 00.975.471/0001-15 – Inscrição nº 08 CMDCA.

Art 2º - Aprovação da **inscrição** da seguinte Entidade do CMDCA:

INSTITUTO SOCIAL ESPÍRITA LEÓN DENIS – Com sede na Rua João Esperanceta, 380 – Osasco – Colombo Pr. Cnpj nº 44.897.764/0001-05 – ***Inscrição nº 33 CMDCA.***

Art 3º - Validade de 2 anos.

Art 4º – Aprovação do **INDEFERIMENTO** da inscrição da seguinte instituição:

Confederação Brasileira de Xadrez Escolar – CNPJ nº 08.890.639.0001/00

Art. 5º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO VIEIRA JUNIOR
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cassia Regina Gatto Sgoda
Código Identificador:60664C90

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 003/2026

PORTARIA Nº 003/2026

Súmula: "Autoriza a concessão de diária, conforme especifica".

O Presidente da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 1807/2019, que dispõe sobre as viagens oficiais e a concessão de diárias a vereadores e servidores do Poder Legislativo de Contenda, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de diária à servidora listada a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária nº 007/2026
Nome: Bruna Schlichting
CPF: 071.104.469-48
Cargo: Advogada
Matrícula: 22-1
Objetivo da viagem: Deslocamento visando a participação no 3º Encontro CONACATE Mulher, promovido pela Confederação Nacional das Carreiras e Atividades Típicas de Estado
Período de afastamento: 18 e 19 de março de 2026
Origem e destino: Contenda/PR-Curitiba-PR
Número de diárias: 1 diária
Total de diárias: R$ 200,78 (duzentos reais e setenta e oito centavos)
Dotação orçamentária: 01 - Câmara Municipal; 001 - Legislativo Municipal; 01.031.0001-2002 - Manutenção do Poder Legislativo; 3.3.90.14.14.00 - Diárias no País. Fonte de recurso: 0001 - Recursos Ordinários (Livres).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 16 de março de 2026.

MARCOS SCHINDA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:0404BB68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026
OBJETO: Contratação de serviço de motorista.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08.003.08.245.0021.2.091.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 940 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS
08.003.08.245.0021.2.091.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - 3940 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS - superávit
VALOR: R$ 37.176,00 (Trinta e sete mil, cento e setenta e seis reais)
CONTRATADA: LUCAS REGES MOROSKI LEAL – CNPJ 65.214.350/0001-04
DATA: 13/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:61D74F29

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2026 – ESTAGIÁRIO

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), selecionados (as) de acordo com o Edital de abertura nº 01/2026 do Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas e Cadastro de Reserva de Estagiários para os cargos relacionados abaixo, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, a partir da data da publicação, a fim de manifestar o interesse em assumir a vaga e entregar a documentação estabelecida neste Edital de Convocação.

VAGA: ESTÁGIO – DIREITO	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
1°	NICOLE MARINHO DE ANDRADE AMARAL

Caso encontre-se impedido (a) ou não desejar assumir a referida vaga no prazo estipulado, poderá mediante requerimento próprio ou fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos, solicitar sua

inclusão para o final da lista dos selecionados, para concorrer observada sempre a ordem de classificação e a validade do processo, a novo chamamento uma só vez, ou ainda poderá solicitar desistência definitiva da vaga, não estando sujeito(a) a novas convocações.

Decorrido o prazo estabelecido, será considerado desistente o candidato que não atender a presente convocação.

Contenda, 16 de março de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

O candidato convocado terá que apresentar fotocópias e originais dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;
b) CPF;
c) Comprovante de Residência
d) Declaração de Matricula atualizada;

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:CFEACD6B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2026

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), selecionados (as) de acordo com o Edital de abertura nº 001/2024 do Processo Seletivo Simplificado e Edital de Homologação do Resultado Final nº 016/2024 para os cargos relacionados abaixo, a comparecerem neste Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a partir da data da publicação, a fim de manifestar o interesse em assumir o cargo e entregar a documentação estabelecida neste Edital.

CARGO: ATENDENTE INFANTIL – PSS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
62°	GABRIELLY APARECIDA BONETTE

Decorrido o prazo estabelecido, será considerado desistente o candidato que não atender a presente convocação.

Contenda, 16 de março de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I

O candidato convocado terá que apresentar fotocópias e originais dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Comprovante de Quitação Eleitoral;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento
g) Certidão de Nascimento ou RG de dependentes, devendo também apresentar
obrigatoriamente CPF de cada um.
h) Carteira de Trabalho com número do PIS/PASEP e qualificação cadastral;
i) Comprovante de quitação com o serviço militar (apenas para candidatos do sexo
masculino);
j) 01 foto 3x4;
k) Diploma/certificado que comprove a conclusão do curso e a escolaridade requerida;
l) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
m) Comprovante do não registro de antecedentes criminais mediante auto declaração, ou pela apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos
Foros das Justiças Federal e Eleitoral, podendo ser obtida nos seguintes endereços
eletrônicos:
▪ Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, por meio de certidão obtida no site: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral
▪ Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05 (cinco) anos, obtida no site:
https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/crimes-eleitorais
▪ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça
Federal no site https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
n) Atestado de aptidão física e mental na forma do Anexo II deste edital.
o) Declaração de Bens atualizada ou a última Declaração Completa do Imposto de Renda;
p) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme
disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.
(Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).
q) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).

ANEXO II

ATESTADO DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL
1. Identificação:
Nome:_RG:__ UF:__ CPF:_Data de Nascimento:_ / / Sexo:__ Estado Civil:_Escolaridade:__ Endereço:_
2. Cargo pretendido:
3. Parecer do médico examinador
Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico e encontra-se gozando de plena saúde
física e mental, e está:
( ) Apto a exercer as funções do cargo inscrito no referido processo
( ) Não apto a exercer as funções do cargo inscrito no referido processo
4. Outras informações consideradas relevantes a respeito do estado de saúde do candidato

Local:_Data:_/_/_

Médico Examinador Assinatura e Carimbo/CRM
Para preenchimento do candidato na data de sua contratação:
Eu,_, RG:_, declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função par a qual estou sendo contratado.

Local:_Data:_/_/_

Assinatura do candidato

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:E2237402

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOTIFICAÇÃO DE DESISTÊNCIA TÁCITA Nº 010/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, torna pública a desistência tácita dos (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), devido ao não

atendimento aos prazos estabelecidos nos respectivos editais de convocação:

CARGO: ATENDENTE INFANTIL – PSS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
61°	ANA CLARA BRUCH

Contenda, 16 de março de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humano

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:FC99DC9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL N°002/2026 CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EDITAL Nº001/2026 - CMDCA
EDITAL Nº001/2026 – CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente para substituição de Conselheiro Tutelar no exercício da função de forma temporária.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município e Contenda - Pr, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 733/1998.
Delibera;
Art. 1º Convocar o Conselheiro Tutelar Suplente para substituir Conselheiro Tutelar titular em licença medica.
Art. 2º Convoca o Conselheiro Tutelar Suplente abaixo elencado observando a classificação final por ordem de votação:
Patricia Ferreira.
Art. 3° O Conselheiro Tutelar Suplente convocado neste ato deverá comparecer a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social no endereço Padre Bronislau Bauer 163 Centro – Contenda -PR, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação desse edital, munido dos seguintes documentos:
Cédula de identidade;
CPF
Título de Eleitor
Comprovante de Quitação Eleitoral;
Comprovante de Residência
Certidão de Nascimento ou Casamento
Certidão de Nascimento de filhos até 14 anos
Carteira de Trabalho com número do PIS/PASEP e qualificação cadastral;
Comprovante de quitação com o serviço militar (apenas para candidatos do sexo masculino);
Declaração de Bens atualizada ou a última Declaração Completa do Imposto de Renda;
Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas. (Declaração fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos).
01 foto 3x4;
Diploma ou documento similar, que comprove a conclusão do curso e a escolaridade;
Registro no Conselho de Classe, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
Comprovante do não registro de antecedentes criminais mediante auto declaração, ou pela apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal, Eleitoral e Estadual dos locais de residência e domicílio eleitoral do contratado.
Art. 4° Após análise da documentação e, respectivamente, o deferimento para assumir o cargo De Conselheiro Tutelar Suplente, a documentação será encaminhada para o Departamento de Recursos Humanos da prefeitura Municipal para os devidos fins.
Art. 5° Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

RUBIENE JANI SCHMITZ VANDRESEN
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:B3210594

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - CMDCA

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Serviço de Acolhimento Institucional — Abrigo Institucional Anjo da Guarda.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº 733/1998,
CONSIDERANDO as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
CONSIDERANDO as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;
CONSIDERANDO a apreciação do Projeto Político-Pedagógico atualizado do Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional Anjo da Guarda, o qual contempla as diretrizes técnicas, metodológicas e legais vigentes, apresentando a organização do serviço, seus objetivos, metodologia de trabalho, rotina institucional, estratégias de garantia de direitos e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

DELIBERA:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Serviço de Acolhimento Institucional — Abrigo Institucional Anjo da Guarda, conforme documento apresentado e analisado por este Conselho.
Art. 2º O PPP aprovado deverá nortear a organização, o funcionamento, as ações técnicas e pedagógicas e a gestão do referido serviço, em consonância com a legislação vigente e as normativas do ECA e do SUAS.
Art. 3º O Serviço de Acolhimento Institucional deverá garantir a execução do PPP, assegurando a proteção integral, a garantia de direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes acolhidos.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Contenda, 16 de março de 2026.

RUBIENE JANI SCHMITZ VANDRESEN
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Alexandre Paniagua
Código Identificador:569FFAFF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Processo de Inexigibilidade nº 04/2026

Processo Licitatório nº 29/2026, AUTORIZO, nos termos do Art. 72, Inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, declarando inexigível a licitação nos termos do Artigo 74, Inciso V, do diploma legal invocado, a contratação direta por inexigibilidade. Objeto: Locação de um imóvel (barracão) para uso da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Locador: Igreja Evangélica Luterana Sociedade de Coronel Vivida, CNPJ: 79.865.689/0001-77. Valor total R$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Publique-se. Coronel Vivida, 16 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:82E9BF74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
Ata de Registro de Preços nº 76/2026 - Pregão Eletrônico nº 07/2026. Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentora: ANDRÉ L HART – ÁGUA E GÁS LTDA, CNPJ/MF nº 23.875.435/0001-85. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO E DEMAIS MATERIAIS. Valor total estimado: R$ 206.804,00. Prazo: 01 ano, de 01 de abril de 2026 a 31 de março de 2027. Coronel Vivida, 16 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Juliano Ribeiro
Código Identificador:02229925

GABINETE DO PREFEITO
FICAM NOMEADOS OS MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

Decreto 8959, de 16 de março de 2026.
O Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o disposto nos Artigos 24 e 34 da Lei Federal nº 11.494/2007, e na Lei Municipal nº 2.245 de 21 de julho de 2010,
Decreta:
Art. 1º - Ficam nomeados os Membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB**.
Representante do Poder Executivo Municipal:
Titular: Almir Fernandes Barbosa Paré;
Suplente: Maria Olivia da Conceição Rodrigues.
Representante de Professores da Educação Básica Pública:
Titular: Janete Aparecida Vieira Iaguczeski;
Suplente: Evelin Silva Vasconcellos.
Representante de Diretores de Escolas Públicas:
Titular: Nayna Almeida;
Suplente: Daiane Fischer de Lima.
Representante dos Serviços Técnico-administrativos:
Titular: Veridiana Marta Bertoldi Stedile;
Suplente: Lucas Rodolfo Ferri.
Representante de Pais, Alunos da Educação Básica:
Titular: Gleide Regiane Martini Cavassola;
Suplente: Victor Maiko Berny Aymon
Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:
Titular: Yasmin Schuastz;
Suplente: Mariana Cestonaro.
Representante do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Tatiane Marinho de Mello;
Suplente: Grasiele Ogrodowski Fornari.
Representante do Conselho Tutelar:
Titular: Maria de Lourdes Hermann Miotto;
Suplente: Elenice Rodrigues do Prado.
Representante de Organizações da Sociedade Civil:
Titular: Luciano Rodrigues da Silveira;
Suplente: Paulo Roque Marin.
Representante das Escolas do Campo:
Titular: Ivanir Zanella;
Suplente: Nayara Pasqualotto.
Parágrafo único – O mandado dos conselheiros será de 04 (quatro) anos, sem remuneração e é considerado de relevância para o Município.
Art. 2º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial o **Decreto 8955**, de 12 de maio de **2026**.
Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CARLOS LOPES
Secretário de Administração e Fazenda

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:4EC46C3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
EXTRATO CONTRATUAL Nº 07/2026 - DISPENSA 04/2026

EXTRATO CONTRATUAL Nº 07/2026

Dispensa de Licitação nº 04/2026

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D´OESTE**, órgão legislativo com personalidade jurídica, com sede em Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, na Rua Belém, nº 289, centro, CEP: 85.896-005, inscrita no CNPJ sob o nº 01.095.949/0001-85. e de outro lado a Empresa **ALVINO MOREIRA, inscrito(a) no CNPJ sob nº. 75.699.330/0001-16**, com sede na cidade de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, situada à Av. Rio de Janeiro, 391, CEP: 85.896-000, sob processo de dispensa de licitação nº. 04/2026.

VALOR: R$31.414,69 (trinta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos)

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material de copa e cantina, higiene e limpeza, para a Câmara Municipal de Diamante D`Oeste, Estado do Parana, durante o período de 12(doze) meses, em consonância com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.
.

VIGÊNCIA: O prazo contratual será de 12 (doze) meses à contar da assinatura contratual

Diamante D'Oeste-PR, 16 de março de 2026.

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo Municipal
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:8531C083

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA LICITACAO 04/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 04/2026

Após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICO e HOMOLOGO, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, Art. 75, Inc. II, dispensa a licitação a favor da empresa:
Após a verificação das propostas e a documentação, a empresa **ALVINO MOREIRA, inscrito(a) no CNPJ sob nº. 75.699.330/0001-16**, com sede na cidade de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, situada à Av. Rio de Janeiro, 391, CEP: 85.896-000, sob processo de dispensa de licitação nº. 04/2026.

CONTRATANTE pagará a CONTRATADA **R$31.414,69 (trinta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos)**

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de material de copa e cantina, higiene e limpeza, para a Câmara Municipal de Diamante D`Oeste, Estado do Parana, durante o período de 12(doze) meses, em consonância com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.
.
Dê-se ciência desta decisão ao interessado, providencie-se a celebração do necessário contrato, e o empenhamento da despesa nas dotações próprias do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO aqui proferida.

Diamante D'Oeste-PR, 16 de março de 2026.

ORESTES CLAUDIO BATISTA
Presidente do Legislativo Municipal
Biênio 2025/2026

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:62AF8EBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO NÚCLEO URBANO INFORMAL VILA UNIÃO

DECLARAÇÃO

O MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 597, Centro, em Diamante D'Oeste/PR, CEP: 85896-000, inscrito no CNPJ: 77.817.476/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Amarildo Aparecido da Silva, inscrito no CPF nº 020.392.539-47, residente na Avenida Brasil, Centro, neste município, considerando que a Lei de REURB dispõe que:

"Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se:
(...)
III - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;"

DECLARO, que o núcleo urbano informal Vila União é consolidado e de difícil reversão sendo que o parcelamento irregular do solo ocorreu em período anterior a 22 de dezembro de 2016 e conforme dispõe o art. 11 inciso III da Lei 13.465/2017, referido núcleo dispõe de vias de circulação, energia elétrica, rede de abastecimento de água, sistema de tratamento de esgoto individual, assim como diversas edificações.
É o que cumpre-me declarar.

Diamante D'Oeste, 16 de março de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:6DFCD77D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2697/2026 16/03/2026

DECRETO Nº 2697/2026
16/03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Exoneração de Secretário Municipal, que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º - **EXONERAR,** a Senhora **LEILA BEATRIZ SILVEIRA AMARAL**, brasileira, casada, ocupante do cargo de **SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**, provimento em Comissão, símbolo CC 1, do quadro de servidores do Município de Diamante D´Oeste.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos dois dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:2CDB17B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2698/2026 16/03/2026

DECRETO Nº 2698/2026
16/03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação de Secretário Municipal, que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º NOMEAR a Senhora **ELISIANE VANUSA BATISTA DA SILVA**, brasileira, casada, para ocupar o cargo de **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES.** Provimento em Comissão, símbolo CC 1, do quadro de servidores do Município de Diamante D´Oeste, obedecendo ao Regime Estatutário,
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos três dias de mês de março de dois mil e vinte e seis, revogando-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:5AF0B8C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2699/2026 16/03/2025

DECRETO Nº 2699/2026
16/03/2025

SUMULA: Designar Servidor Público a Função Gratificada, e da outras providencias;

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º - **DESIGNAR** a servidora Municipal **LEILA BEATRIZ SILVEIRA AMARAL**, matricula nº. 41021 e 41022, ocupante do Cargo provimento efetivo de PROFESSORA a responder pela **Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.**
Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:6990BAB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2795/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação de Secretário Municipal, que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º - **NOMEAR** a Senhora **DANIELE PATRICIA GENTILIN MARQUEZ**, brasileira, casada, para ocupar o cargo de **CHEFE DE GABINETE**, provimento em Comissão, símbolo CC1, do quadro de servidores do Município de Diamante D´Oeste, obedecendo ao Regime Estatutário.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:635B912F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2796/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Exoneração de Secretário Municipal, que especifica e dá outras providencias.
O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º - **EXONERAR,** a Senhora **MARIA JOANA FERREIRA,** brasileira, casada, ocupante do cargo de **SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, provimento em Comissão, símbolo CC 1, do quadro de servidores do Município de Diamante D´Oeste.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:7B8A1460

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 39/2026

SUMULA: REVOGAÇÃO DE PORTARIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Prefeito Municipal de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - **REVOGAR**, Portaria **002/2025** que **DESIGNA SERVIDOR** a **CHEFIA DE GABINETE,** datada de 09 de janeiro de 2025.
Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:55375BAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 16

EXTRATO DE CONTRATO Nº 85/2026.
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 77.817.476/0001-44, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 597, nesta Cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Amarildo Aparecido da Silva, brasileiro, casado, residente em Diamante D'Oeste/PR.
CONTRATADO: ANTÔNIO PADILHA RIBEIRO - ME, com sede na Estrada Dois Vizinhos, s/n, Zona Rural – Diamante D'Oeste/PR; devidamente inscrita no CNPJ/MF. Sob nº 26.951.711/0001-35.
OBJETO: Contratação de Banda de música, composta por cantores, músicos e aparelhagens para animar os Bailes da Terceira Idade, uma vez por semana com duração de 04 (quatro) horas; Secretaria de Assistência Social do Município de Diamante D'Oeste/PR, no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, conforme especificação completa em oficio requisitório e parecer jurídico anexo, nos termos da Lei 14.133/2021.
ASSINATURAS: Amarildo Aparecido da Silva e Antônio Padilha Ribeiro - ME.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:6F2E260D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

O **Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO**, visando à **seleção de pessoa jurídica para concessão gratuita de direito real de uso de imóvel público municipal**, destinado à implantação e desenvolvimento de atividade

industrial/produtiva no Município de Diamante do Sul/PR, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.
A seleção da empresa será realizada mediante **análise da documentação de habilitação e avaliação das propostas apresentadas**, conforme critérios objetivos definidos no edital, considerando especialmente **a geração de empregos diretos e o impacto ambiental da atividade proposta**.
Período para entrega da documentação:
De **17 de março de 2026 até 17 de abril de 2026**, no horário das **08h00 às 17h00**.
Local para protocolo:
Setor de Licitações – Prefeitura Municipal de Diamante do Sul/PR.
Data da sessão pública para análise das propostas:
22 de abril de 2026, às **09h00**, na sede da Prefeitura Municipal.
O edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no **Portal da Transparência do Município**, podendo também ser solicitados pelo e-mail:
licitacaodiamantedosul@gmail.com
Pedidos de esclarecimentos e eventuais impugnações ao edital deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações por meio do e-mail acima informado, nos prazos estabelecidos no edital.
Diamante do Sul/PR, 16 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:B761823E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 07/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N°147/2026

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL/PR, realizará Dispensa Física, com critério de julgamento **menor valor unitário**, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução nº 02/2023 e demais normas aplicáveis.
Data da sessão: 23/03/2026
Endereço Eletrônico: https://diamantedosul.pr.gov.br/
Horário da abertura e análise da proposta **09:00 ás 17:00**
Critério de Julgamento: **menor valor unitário.**
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL/PR
CNPJ: 95.595.120/0001-59
Endereço: AV. Getúlio Vargas– Centro –S/N- DIAMANTE DO SUL/PR
Telefone: 045-3230-1239
E-mail: licitacaodiamantedosul@gmail.com
OBJETO DA CONTRATAÇÃO
O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS RECREATIVOS**, **DESTINADOS ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR,** por dispensa de licitação

VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 11.558,80 (onze mil quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: 20/03/2026
DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 23/03/2026 as 09:00 horas
EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:
Sim
O AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO poderá ser obtido na íntegra na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL/PR, situada na AV. Getúlio Vargas– Centro –S/N, ou através do site: https://diamantedosul.pr.gov.br/; https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1;

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:A958E199

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONVÊNIO Nº 001/2026

CONVÊNIO Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Diamante do Sul**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 95.595.120/0001-95, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nesta cidade de Diamante do Sul - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. DARCI TIRELLI, portador da cédula de identidade RG n.º 5.157.507-5/PR e do CPF n.º 020.269.569-79, residente e domiciliado em Diamante do Sul, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400- 000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).
CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários: I – PREFEITURA MUNICIPAL:
repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em quatro parcelas de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de março, junho, setembro e dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.
II - AO CONSÓRCIO:

seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 07.002.10.301.1001.2-039 - MANUTENÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SAÚDE - CISOP/CONSAMU/PARANÁ SAÚDE,
elemento de despesa – 33.71.70.00.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público, Fonte: 303 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%).

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Diamante do Sul, 25 de fevereiro de 2026.

DARCI TIREL

1 2 – Nome, cargo e CPF:
.....

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:FDA40017

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
PORTARIA Nº 927/2026

PORTARIA Nº 927/2026

Dispõe sobre a designação de Comissão de Seleção para condução do Chamamento Público nº 01/2026 e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de condução do **Chamamento Público nº 01/2026 – Processo Administrativo nº 001/2026**, destinado à **Concessão Gratuita de Direito Real de Uso de Imóvel Público Municipal para implantação de atividade industrial/produtiva**,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a **Comissão de Seleção**, responsável pela condução dos trabalhos relativos ao **Chamamento Público nº 01/2026**, competindo-lhe receber, analisar a documentação apresentada pelos interessados, proceder à avaliação das propostas, conduzir eventual sorteio em caso de empate e praticar os demais atos necessários ao regular andamento do procedimento:
I –**Valmir de Carvalho Neneve** – Presidente
II – **Eloisa Neri Rodrigues** – Membro
III – **Cristina Santos Neri**– Membro
Art. 2º Compete à Comissão de Seleção:
I – Receber, conferir e analisar a documentação apresentada pelos interessados;
II – Verificar o atendimento aos requisitos de habilitação previstos no edital;
III – Proceder à avaliação das propostas conforme os critérios estabelecidos no edital;
IV – Conduzir eventual sorteio público em caso de empate;
V – Lavrar atas das sessões e registrar os atos praticados;
VI – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.
Art. 3º A Comissão de Seleção exercerá suas atividades observando os princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência**, bem como as disposições previstas no edital do Chamamento Público.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Diamante do Sul/PR, 16 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Santos Neri
Código Identificador:E54DF708

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA Nº 06/2026. - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

Termo Adjudicação e Homologação da Dispensa nº 06/2026.
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, O PREFEITO MUNICIPAL, **ADJUDICA E HOMOLOGA** nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epigrafe, junto a **Dispensa 06/2026**, do Município de DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, em uso das atribuições que lhe são conferidas peça legislação em vigor, resolve:
HOMOLOGAR nos termos do Inciso IV do Art. 71 da lei nº 14.133/2021, a presente licitação nestes termos:

Processo administrativo nº:111/2026

Dispensa nº: 06/2026
Objeto: Aquisição de 410 (quatrocentos e dez) Kits de Páscoa Infantil, compostos por 01 (um) Ovo de Páscoa Infantil – 180g e 01 (um) Livro Infantil para Colorir acompanhado de 06 (seis) canetas marcadoras ponta dupla, destinados à distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

Fornecedores declarados vencedores:

TOP NET DIAMANTE LTDA - ME CNPJ nº: 12.077.986-0001- R$ 27.880,00 (Vinte e Sete Mil e Oitocentos e Oitenta Reais).

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR 16 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO
Dispensa nº 06/2026
Processo administrativo nº: 111/2026.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n. º 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores.
Objeto: Aquisição de 410 (quatrocentos e dez) Kits de Páscoa Infantil, compostos por 01 (um) Ovo de Páscoa Infantil – 180g e 01 (um) Livro Infantil para Colorir acompanhado de 06 (seis) canetas marcadoras ponta dupla, destinados à distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino.
CONTRATADA: TOP NET DIAMANTE LTDA - ME
CNPJ nº: 12.077.986-0001-87
Valor total: R$ 27.880,00 (Vinte e Sete Mil e Oitocentos e Oitenta Reais).
CONTRATO Nº: 94

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12(doze) Meses.
DOTAÇÕES:
130 - 0. 6001. 12. 361. 1201. 2.25 . 0 339032
114 - 0. 6001. 12. 361. 1201. 2.22 . 0 339032
107 - 0. 6001. 12. 361. 1201. 2.21 . 0 339032
DATA ASSINATURA: 16/03/2026.

DECLARAÇÃO
Declaro para os devidos fins, que o extrato de contrato foi publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal e diário oficial do município, para efeito de cumprimento das disposições da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.
Por ser verdade firmo a presente para que surta os jurídicos e legais efeitos.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL/PR 16 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:4614D068

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 223345/2026

DECRETO Nº 223345/2026

Declara área de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXIV, garante o direito à desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei n.º 4.132/1962 estabelece normas gerais sobre desapropriação por utilidade pública;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria da qualidade ambiental, paisagística e urbanística do Município, proporcionando bem-estar, lazer e qualidade de vida à população;

CONSIDERANDO a importância da preservação dos recursos naturais, do equilíbrio ecológico e da adequada gestão ambiental, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável;
CONSIDERANDO a necessidade de obtenção de licenças ambientais para a realização dessa obra perante os órgãos competentes;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, visando a construção de lago municipal, a área de terra abaixo descrita:

Parte do lote rural n.º	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
Parte do lote rural nº 55, Gleba nº 03-DV	38.637	2	1	28.246,84m²	(50%) INÊS CHERON DE ALMEIDA; (50%) - DIANALU DE ALMEIDA CALDATO e NILTON DE ALMEIDA; Usufrutuária: ELSA REFATTI CHERON,

Art. 2º O imóvel constante da tabela acima será avaliado pela Comissão Permanente de Avaliação, esta última nomeada através do Decreto n.º 22836/2025.

Parágrafo único. O imóvel constante está localizado neste Município e matriculado no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 3º A Comissão referida neste Decreto deverá emitir Parecer de avaliação do imóvel.

Art. 4° Fica o Município autorizado a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da desapropriação amigável ou judicial da área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4C0FBA45

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23342/2026

DECRETO Nº 23342/2026

Nomeia o Núcleo de Segurança do Paciente da Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o Núcleo de Segurança do Paciente da Unidade de Pronto Atendimento - UPA, composto pelos membros abaixo:

Nome	Função
Amanda Cristina de Assis Rosa	Responsável Técnica de Enfermagem/Presidente
Karen Cardoso Ubiali	Farmacêutica/Vice-Presidente
Elisa Cichella Capelett	Agente Administrativo/Tesoureira
Natiele Luize Maronesi	Enfermeira/1ª Secretária
Itamara Aparecida Momeria Campanhoni	Técnica de Radiologia/2ª Secretária
Guilherme Horst Carvalho	Médico Responsável Técnico/Membro titular
Martha Daniela Carboni	Assistente Social/Membro titular

Art. 2º O Núcleo de Segurança do Paciente tem o objetivo de promover a prevenção, controle e mitigação de incidentes, além da integração dos setores, promover a articulação dos processos de trabalho e das informações que impactam nos riscos ao paciente e tem papel fundamental no incremento de qualidade e segurança nos serviços de saúde.

Art. 3º Revoga-se o Decreto 21454/2024.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:4911412E

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23343/2026

DECRETO Nº 23343/2026

Dispõe sobre o regulamento do § 4º do art. 10-B da Lei Municipal nº 2.562/2021.

Luiz Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação de procedimentos para o Incentivo de Construção de Barracão Industrial, previsto na alínea "e" do I do art.3º da Lei Municipal nº 2.562/2021;

CONSIDERANDO a previsão de regulamentação previsto no § 4º do art. 10-B da Lei Municipal nº 2.562/2021;

CONSIDERANDO, por fim que caberá a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cientifico, Tecnológico e de Turismo, solicitar aos interessados informações e/ou documentos complementares que julgar indispensáveis para a avaliação do empreendimento.

D E C R E T A:

Art. 1º Para obter os incentivos previstos na alínea "e" do I do art.3º da Lei municipal nº 2.562/2021, o interessado deverá instalar um novo empreendimento ou ampliar o já existente e apresentar requerimento em formulário próprio dirigido à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cientifico, Tecnológico e de Turismo do Município de Dois Vizinhos, no qual especificará os incentivos pretendidos e juntará os seguintes documentos:
I - requerimento em formulário próprio, disponibilizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cientifico, Tecnológico e de Turismo;
II - fichas cadastrais preenchidas, com descrição do empreendimento;
III - contrato social consolidado;
IV - cópia da matrícula do imóvel ou contrato de locação;
V - alvará de funcionamento;
VI - cópia do cartão do CNPJ e inscrição estadual;
VII - cópia do CPF, RG e comprovante de endereço dos sócios;
VIII - certidão negativa de débito do imóvel e empresa junto as fazendas públicas federal, estadual e municipal;
IX - apresentação de cronograma físico e financeiro de implantação do empreendimento;
X - última folha de pagamento, comprovada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED - ou outro documento que o substituir;
XI - cópia do documento equivalente a declaração de imposto de renda da pessoa jurídica ou balanço da empresa.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:90023C17

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23344/2026

DECRETO Nº 23344/2026

Declara área de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, visando ampliação de via pública, a área de terra abaixo descrita:

Parte do lote rural n.º	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
Parte do lote rural n° 09-B1/10-C1, Gleba n° 36-DV	46.118	2	1	2.664,75m²	Renak – Arquitetura e Engenharia LTDA - EPP

Art. 2º O imóvel constante da tabela acima será avaliado pela Comissão Permanente de Avaliação, esta última nomeada através do Decreto n.º 22836/2025.

Parágrafo único. O imóvel constante está localizado neste Município e matriculado no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 3º A Comissão referida neste Decreto deverá emitir Parecer de avaliação do imóvel.
Art. 4° Fica o Município autorizado a promover todos os atos judiciais ou extrajudiciais necessários para a efetivação da desapropriação amigável ou judicial da área descrita no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se

Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:70911667

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23357/2026

DECRETO Nº 23357/2026

Desapropria amigável o imóvel abaixo consignado para fins de utilidade pública.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:
Art. 1º Desapropria de forma amigável a área abaixo descrita, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto n.º 23021/2026, que será destinada à construção de obra pública.

§ 1º. A área a ser desapropriada é a seguinte:

Parte do lote rural com expansão urbana n.°	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
Lote rural com expansão urbana n° 10-D	21.685	2	1	28.949,00 m²	Agroduo Industria de Alimentos LTDA, CNPJ nº 03.044.707/0001-98

§ 2º. A área está localizada no Município de Dois Vizinhos, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 2º A área foi avaliada pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto nº 21593/2025, em R$ 3.300.000 (Três milhões e trezentos mil reais)

Art. 3° As despesas com a transferência da área a ser desapropriada serão de responsabilidade do Município.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:3274B674

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23365/2026

DECRETO Nº 23365/2026

Desapropria amigável o imóvel abaixo consignado para fins de utilidade pública.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:
Art. 1º Desapropria de forma amigável a área abaixo descrita, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto n.º 23345/2026, que será destinada à construção de lago municipal.

§ 1º A área a ser desapropriada é a seguinte:

Parte do lote rural com expansão urbana n.°	Matrícula	Livro	Ficha	Área utilidade pública	Proprietário
Parte do lote rural n° 55, Gleba n° 03-DV	38.637	2	1	28.246,84m²	(50%) INÊS CHERON DE ALMEIDA; (50%) - DIANALU DE ALMEIDA CALDATO e NILTON DE ALMEIDA; Usufrutuária: ELSA REFATTI CHERON,

§ 2º A área está localizada no Município de Dois Vizinhos, matriculada no Cartório de Registro de Imóveis deste Município e Comarca.

Art. 2º A área foi avaliada pela Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto nº 21593/2025, em R$ 1.321.923,92 (Um milhão trezentos e vinte e um mil , novecentos e vinte e três reais, noventa e dois centavos).

Art. 3° As despesas com a transferência da área a ser desapropriada serão de responsabilidade do Município.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos-PR, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:02EF5B83

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE ANULAÇÃO DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE ANULAÇÃO DE CONVOCAÇÃO

O Município de Dois Vizinhos, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Luis Carlos Turatto:

Considerando o direito do Poder Executivo em rever os próprios atos, em consonância com a Súmula 473 STF;
Considerando que a candidata convocada ainda não apresentou a documentação exigida no Edital, mantendo-se, todavia, a ordem de classificação inalterada;
Considerando o tempo transcorrido, em que, tendo em vista as readequações do setor de Tecnologia da Informação, por hora, não se

faz necessária a convocação de novo servidor para a área de Técnico em Informática;

RESOLVE anular a convocação da seguinte aprovada no Concurso Público 001/2023, do Edital de Convocação nº 017/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na edição 3487, de 12 de março de 2026, conforme:

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Maria Luisa Weber Cattani	6° Lugar

Permanece inalterada a ordem de classificação do Edital do Concurso Público 001/2023.

DOIS VIZINHOS - PR, 16 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:BB312000

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 005/2026

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** a candidata abaixo relacionada, regularmente classificada no **Processo Seletivo para Estágio**, com base no Edital 001/2025, para comparecer junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, para a entrega da documentação exigida no prazo de 04 (quatro) dias úteis, no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

ÁREA – ARQUITETURA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Evelin Mariana Castilhos	2º Lugar

DOIS VIZINHOS – PR, 16 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:64141E94

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 013/2026; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria voltados à gestão da saúde municipal, com ênfase na territorialização dos serviços, na integração entre as unidades de saúde e na otimização dos processos de atendimento e alocação de recursos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos; **CONTRATADA:** DOIS LEOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.546.471/0001-07, sediada na Rua 17 de Julho, nº 2229, Bairro: Santa Cruz, município de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP: 85.015-010, e-mail: orides@negrelloneto.adv.br e/ou contato@doisleoes.com.br e telefone (42) 99999-6971, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a). Orides Negrello Neto, inscrito no C.P.F. nº. 035.***.***-31; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 12 (doze) meses; **VALOR ESTIMADO:** R$ 187.800,00 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos reais); **RECONHECIMENTO:** 13 de março de 2026, por **Claudete Meurer,** Secretária de Saúde; **RATIFICAÇÃO:** 13 de março de 2026, por **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:8846CD70

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 026/2026

PORTARIA Nº 026/2026

Nomeia Comissão Processante.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando as razões constantes no Proc. Administrativo n° 791/2026-1Doc;
Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 22932/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º NOMEAR a Comissão Processante para a apuração de infrações, composta pelos servidores abaixo descritos:

SERVIDOR	MATRÍCULA
Cleverson Alessio da Silva	8770-1
Joel Roberto da Silva Oliveira	18396-1
Rudinei Curzel	18321-1

Art. 2º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 3º Determino que a Procuradoria Jurídica do Município participe ativamente de todos os trabalhos da Comissão, podendo, inclusive, formular perguntas e solicitar diligências.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5561E1BA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RERRATIFICAÇÃO

RERRATIFICAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Rerratificação referente ao Decreto nº 23314/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (edição nº 3485, páginas 146 e 147) em 10 de março de 2026, em virtude de erro material do Departamento de Gestão de Pessoas, sendo que:

Onde se lê:

20286-1	**Caetano Besson Fernandes**	**2024/2025**	**16/03/2026 a 30/03/2026**

Leia-se:

20286-1	**Caetano Besson Fernandes**	**2025/2026**	**16/03/2026 a 30/03/2026**

Dois Vizinhos, 16 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AF598AA3

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA– RETIFICAÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA– RETIFICAÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2026.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura do Município de Dois Vizinhos, Leda Maria Ferrari, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo DECRETO N.º Decreto: 20806/2024 e com base na Lei Nº 1875/2014, solicita que seja alterado o item 4-b) e que o item 4-d) seja retirado, pois não há licença para dispensa de Educação Física, bem como, seja retificado o item 3, o qual preve o período, para Licença Prêmio 2026 3.

Licença Prêmio conforme tabela abaixo:
Onde se lê:
b) No Ensino Fundamental matutino, serão concedidas até sete (7) licenças, sendo estas distribuídas três (3) por período;

Leia-sê:
b) No Ensino Fundamental matutino, serão concedidas até sete (7) licenças, sendo estas distribuídas até três (3) por período;

Onde se lê:
3. Para o ano letivo de 2026 estão previstos os seguintes períodos de Licença Prêmio conforme tabela abaixo:
1º período 16/03/2026 à 14/06/2026
2º período 17/06/2026 à 15/09/2026
3º período 17/09/2026 à 18/12/2026

Leia-sê:
3. Para o ano letivo de 2026 estão previstos os seguintes períodos de Licença Prêmio conforme tabela abaixo:
1° Período: 16/03/2026 à 13/06/2026

2° Período: 17/06/2026 à 14/09/2026
3° Período: 17/09/2026 à 15/12/2026

Dois Vizinhos, 16 de março de 2025.

LEDA MARIA FERRARI
Secretária de Educação e Cultura.
Gestora: Leda Maria Ferrari.
Decreto: 20806/2024

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A34B84D4

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2026.
OBJETO**: Contratação de empresa especializada para implantação de pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 54.313,08², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, com recursos oriundos do termo de convenio N° Nº 691/2025 SEAB, Prioridade 97, protocolo 20.363.430-7.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito em Exercício do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo da Concorrência nº 001/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA,** CNPJ: 12.876.608/0001-63, com proposta no de **R$ 2.486.997,21 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos)** referente ao **Lote 01**, **R$ 2.394.998,65 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos)** referente ao **Lote 02**, **R$ 3.689.999,72 (três milhões, seicentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos)** referente ao **Lote 03** e **R$ 2.500.000,00(dois milhões e quinhentos mil reais)** referente ao **Lote 04,** pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 13 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:5113C262

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026.
OBJETO**: Aquisição de espécimes de peixes nativos, tipo alevinos, para realizar o repovoamento dos principais rios e lagos do município de Dois Vizinhos, em atividade alusiva ao Dia do Rio e campanhas promovidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SMMARH.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90015/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: PEIXES E ALEVINOS COMERCIO E TRANSPORTE LTDA**, CNPJ: 48.233.436/0001-57, com proposta no valor total de **R$ 47.640,00 (quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais)**, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 13 de março de 2026
.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:42141F54

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026.
OBJETO**: Aquisição de espécimes de peixes nativos, tipo alevinos, para realizar o repovoamento dos principais rios e lagos do município de Dois Vizinhos, em atividade alusiva ao Dia do Rio e campanhas promovidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SMMARH.**
Eu, Luis Carlos Turatto, na qualidade de Prefeito do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, considerando o Termo de

Julgamento constante ao processo do Pregão Eletrônico nº 90015/2026 e parecer emitido pela Procuradora Jurídica, HOMOLOGO o referido procedimento licitatório em favor da licitante vencedora**: PEIXES E ALEVINOS COMERCIO E TRANSPORTE LTDA**, CNPJ: 48.233.436/0001-57, com proposta no valor total de **R$ 47.640,00 (quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais)**, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 13 de março de 2026
.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ADAC2535

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DA POLÍTICA DA PESSOA IDOSA DOUTOR ULYSSES - PR RESOLUÇÃO Nº 02/2026

CONSELHO MUNICIPAL DA POLÍTICA DA PESSOA IDOSA DOUTOR ULYSSES - PR

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

O CMDPI de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº022/2017 e atendendo as normativas, em reunião ocorrida na data **16 de março de 2026**, através de sua Presidente;

RESOLVE:

Art 1°: APROVAR a ADESÃO do repasse **Projeto Viaja Mais 60 - Fase III Del. 004/2026**– FIPAR sem ressalvas.
Art 2º: APROVAR o plano de ação do REPASSE:**Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III Del. 004/2026** sem ressalvas. Publique-se.

Conselho Municipal da Política da Pessoa Idosa de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

MARIO DOS SANTOS PADILHA
Presidente CMPI

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:51BB6AB5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVÊNIO Nº102/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

CONVÊNIO Nº102/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º95.422.911/0001-13, com sede à Rua Olívio Gabriel de Oliveira nesta cidade de Doutor Ulysses- Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Junior, portador da cédula de identidade RG n.º 8.320.652-7 PR e do CPF n.º 035.674.119-26 residente e domiciliado em Doutor Ulysses, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$140.000,00 em quatro parcelas de R$35.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º07.001.10.301.0013.2.040.3.3.90.32.00.0 Red:484, Fonte:3250

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Doutor Ulysses, 20 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal
Doutor Ulysses- PR

Presidente do ConselhoDeliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF:

2 – Nome, cargo e CPF:

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B7EF52D4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0062/2026 NOMEAR O SENHOR GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA LOURENÇO, PORTADOR DO CPF/MF 092.XXX.XXX-08, NO CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO AGRÍCOLA.

DECRETO Nº 0062/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado 002/2025;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR o senhor **GUILHERME AUGUSTO DE SOUZA LOURENÇO,** portador do CPF/MF 092.xxx.xxx-08, no cargo temporário de TÉCNICO AGRÍCOLA;

Artigo 2° - Este Decreto entra em vigor com efeitos retroativos a data de 06/03/2026, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 09 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5B3D8368

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0066/2026 NOMEAR A SENHORA DANIELA PALOMA DO PRADO VALENTIM, PORTADORA DO CPF/MF Nº 084.XXX.XXX-13, NO CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

DECRETO Nº 0066/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2026;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR a senhora **DANIELA PALOMA DO PRADO VALENTIM,** portadora do CPF/MF nº 084.xxx.xxx-13, no cargo temporário de TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 16 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5632D91D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA.

Contrato N°	30/2026
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada:	AVIVE GESTAO DE SERVICOS MEDICOS LTDA.			
Valor:	151.815,00			
Vigência:	Início:	16/03/2026	Término:	16/03/2027
Licitação:	15/2025			
Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos generalista para atuar junto as Equipes de Estratégia Saúde da Família/ Unidades Básicas de Saúde do Município de Flor da Serra do Sul - PR....				
Flor da Serra do Sul, 16 de Março de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:30A8DD89

RH
EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO PSS 03/2024

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO A PEDIDO DO CONTRATADO
CONTRATO Nº 009/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***ALCINEIA DE VARGAS DOS SANTOS***
OBJETO/CARGO: PROFESSOR 20 HORAS– PSS 03.2024
DATA RESCISÃO: 16/03/2026
Flor da Serra do Sul-PR, 16 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:601C0DD1

RH
PORTARIA 110/2026

PORTARIA Nº 110/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE para a Servidora Pública Municipal Sra. KETHLIN TARWELS PAZINATTO DO NASCIMENTO, inscrita no Rg sob nº 3996078 – SESP-PR, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta Esp. Equoterapia e Selote 30h, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, baseando-se na Lei Municipal nº 935/2025, Capítulo IV, Seção II, Artigo 115, a partir de 13 de março de 2026.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo.

Flor da Serra do Sul - PR, em 16 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:995CA6C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 22/2025

Pelo presente, de um lado o **MUNICÍPIO DE FLÓRIDA** (contratante) e, de outro, a empresa **WLE GROUP - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA** (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Cláusula Primeira – O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com fim de promover o reequilíbrio financeiro do Contrato n° 22/2025, com os seguintes desdobramentos e observações:
Valores de Janeiro/2026 (baseados na CCT 2024 -2026)

Cargo	Qtde	Custo Unitário	Total Mês
Coletores	4	4.342,00	17.368,00
Coveiro	1	4.530,00	4.530,00
Jardineiros	5	4.067,00	20.335,00
Total Global			42.233,00

Valores a partir de 02/2026 (baseados na CCT 2026 -2028)

Cargo	Qtde	Custo Unitário	Total Mês
Coletores	4	5.058,00	20.232,00
Coveiro	1	5.155,00	5.155,00
Jardineiros	5	4.766,00	23.830,00
Total Global			**49.217,00**

Parágrafo único. O aditivo se baseia na comprovação efetiva de ruptura do equilíbrio econômico e financeiro da contratada em relação aos valores previstos na nova Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028.
Cláusula Segunda – Em decorrência do previsto na Cláusula Primeira, fica acrescido ao valor contratual o montante de R$ 20.952,00 (vinte mil novecentos e cinquenta e dois reais) perfazendo o global total de R$ 478.944,00 (quatrocentos e setenta e oito mil novecentos e quarenta e quatro).
Parágrafo único. Não haverá alteração de dotação orçamentária.
Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.
E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 16 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

WLE GROUP - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
Detentora

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:A072A9E8

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2026 - CMDPI

RESOLUÇÃO Nº 003/2026 - CMDPI

Dispõe sobre a aprovação do termo de adesão e plano de ação da DELIBERAÇÃO Nº 004/2026/CEDIPI/PR - Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto pela Lei Municipal N° 746 de 13 de março de 2024 e a deliberação ocorrida em 13 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **termo de adesão** da DELIBERAÇÃO Nº 004/2026/CEDIPI/PR - Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III.

Art. 2º - Aprovar o **plano de ação** da DELIBERAÇÃO Nº 004/2026/CEDIPI/PR - Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III.

Art. 3º - Informar que o **Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III** tem com a finalidade de promover a inclusão social da pessoa idosa e à efetivação dos direitos à cultura e ao lazer, por meio da realização de viagens no território paranaense, com o objetivo de promover o bem-estar, a integração social e a qualidade de vida, utilizando o turismo

como instrumento de inclusão e fortalecimento dos vínculos comunitários.
Parágrafo único. A modalidade para a execução de programas e ações escolhida foi a de Viagens microrregionais: itinerário com duração de 02 dias realizado para visitação a locais de interesse turístico de municípios do entorno, dentro do Estado do Paraná.

Art. 4º - Considerar para o referido repasse também a denominação **Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III Del. 004/2026** como apresentado no Sistema Fundo a Fundo (SIFF) da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF) do Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 13 de março de 2026.

DULCINÉIA TURRA BULGARELLI
Presidente CMDPI

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:5AAD9EC4

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 - CMDPI

RESOLUÇÃO Nº 004/2026 - CMDPI

Dispõe sobre a aprovação do termo de adesão e plano de ação da DELIBERAÇÃO Nº 005/2026/CEDIPI/PR - Programa Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo e Saudável.

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI**, no uso de suas atribuições e considerando o disposto pela Lei Municipal N° 746 de 13 de março de 2024 e a deliberação ocorrida em 13 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o **termo de adesão** da DELIBERAÇÃO Nº 005/2026/CEDIPI/PR - Programa Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo e Saudável.

Art. 2º - Aprovar o **plano de ação** da DELIBERAÇÃO Nº 005/2026/CEDIPI/PR - Programa Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo e Saudável.

Art. 3º - Informar que o **Programa Cuida Mais Paraná - Envelhecimento Ativo e Saudável**, categoria econômica de custeio, com a finalidade de apoiar a execução de ações voltadas à promoção do envelhecimento ativo e saudável da população idosa, por meio de atividades físicas orientadas e ações de estimulação cognitiva.

Art. 4º - Considerar para o referido repasse também a denominação **Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de ativ. físicas e de est. cognitivas" - FASE II Del. 005/2026** como apresentado no Sistema Fundo a Fundo (SIFF) da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF) do Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 13 de março de 2026.

DULCINÉIA TURRA BULGARELLI
Presidente CMDPI

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:44419F5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026.

PROCESSO: Processo inexigibilidade nº 5/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PUBLICA LTDA (CNPJ Nº 32.651.451/0001-85)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR UM CURSO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, MODALIDADE PRESENCIAL, A SER REALIZADO NOS DIAS 19 E 20 DE MARÇO DE 2026 NA CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, PARA OS SERVIDORES DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 6.570,00 (Seis Mil, Quinhentos e Setenta Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 13/03/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:7EF962CD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 2 CONTRATO Nº 19/2024.

PROCESSO: Pregão nº 4/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: IASMIN ELIS KOTZ DE BASTOS (CNPJ Nº 18.783.238/0001-04)
OBJETO: "Reajuste de valores, modificaçaõ de quantitativo e dilatação do prazo de vigência através da revisão do Contrato nº 19/2024 do Pregão nº 4/2023 qual tem por objeto a "REGISTRO DE PREÇOS DE KIT FUNERARIOS COM MATERIAIS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 756/2017"
DA MODIFICAÇAO: O presente termo altera o quantitativo do item 01 do contrato - Kit Funeral Adulto em um adicional de 25%, ou seja, 08 kit adulto adicionais.
REAJUSTE DE VALORES: O presente Termo visa o Reajuste de valores com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos meses de 7,78378%. A inclusão de 08 kit adiconal e reajustenos valores dos itens terão um aumento no valor total do contrato de R$ 6.887,38 (Seis Mil, Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de vigência do contrato acima descrito, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até a data de 13 de março de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 13/03/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E433C14D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 5 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2024.

PROCESSO: Pregão nº 1/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: CLEOMAR ZENNI AUTO POSTO (CNPJ Nº 95.387.015/0001-60)
OBJETO: "Reequilibrio de preços através da revisão do Ata de registro de preço nº 37/2024 do Pregão nº 1/2024 qual tem por objeto

a “AQUISICAO DE COMBUSTIVEL PARA MANUTENCAO DA FROTA MUNICIPAL"
REEQUILIBRIO DE PREÇOS: O presente Termo visa o Reequilibrio de preços em 7,52%. Passando o valor R$ 6,31 (seis reais com trinta e um centavos) para R$ 6,785 (seis reais com setenta e oito cinco centavos) por litro de DIESEL S10.
DATA DE ASSINATURA: 12/03/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:0D9DB972

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO 8 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2024.

PROCESSO: Pregão nº 1/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: VISSOTO E RAMOS LTDA EPP (CNPJ Nº 08.342.609/0001-50)
OBJETO: "Reequilibrio de preços através da revisão da revisão do Ata de registro de preço nº 38/2024 do Pregão nº 1/2024 qual tem por objeto a “AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL"
REEQUILIBRIO DE PREÇOS: O presente Termo visa o Reequilibrio de preços em 9,88%. Passando o valor R$ 6,07 (seis reais com sete centavos) para R$ 6,67 (seis reais com sessenta e sete centavos) por litro de DIESEL S500.
DATA DE ASSINATURA: 12/03/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:4A2D374D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 70/2026

PORTARIA N° 070/2026

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais; **Considerando**, a necessidade de conceder adiantamento financeiro para pagamento de eventuais despesas constantes da Lei Municipal 1069/2025;
RESOLVE

Art. 1° Conceder em caráter excepcional de conformidade com a Lei Municipal 1069/2025 liberação de recursos financeiros a título de adiantamento para cobrir despesas no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), despesa com prestação de serviço para adequação da rede elétrica – Super Creche.

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Foz do Jordão, 13 de março 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:23A31BDF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 70/2026

PORTARIA N° 070/2026

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais; **Considerando**, a necessidade de conceder adiantamento financeiro para pagamento de eventuais despesas constantes da Lei Municipal 1069/2025;
RESOLVE

Art. 1° Conceder em caráter excepcional de conformidade com a Lei Municipal 1069/2025 liberação de recursos financeiros a título de adiantamento para cobrir despesas no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), despesa com prestação de serviço para adequação da rede elétrica – Super Creche.

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Foz do Jordão, 13 de março 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:53E9CB78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO 441

DECRETO nº. 441 DE 16 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - nº 001/2025 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

DECRETA

ART. 1° - Fica EXONERADA, a pedido, no dia 16 de março de 2026, **JULIANE BEATRIZ SCHEID,** Matrícula n.º. 3384, do cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA do Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2025, do Quadro de Servidores Efetivos deste Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:C456C089

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 440 DE 16 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO o CONCURSO PÚBLICO nº 001/2023 com Homologação de resultado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

DECRETA

ART. 1° - Fica EXONERADA, a pedido, no dia 16 de março de 2026, **GISLAINE DOS SANTOS,** Matrícula n.º. 3419, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS - Concurso Público 01/2023, do Quadro de Servidores Efetivos deste Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:02387893

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

JUSTIFICATIVA: Erro de digitação.

Errata de Publicação, publicada no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 16 de março de 2026, Edição nº 3489**, **Código Identificador:63432F69**, faz-se retificação conforme segue:

Onde se lê:

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO N.º 005 de 13/03/2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, **RECONVOCA** os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br. Considerando o esgotamento da lista final de classificação do Concurso Público nº 002/2023, para o cargo de **Psicólogo**, ficam **reconvocados** os candidatos que, à época da convocação regular, **optaram formalmente pela inclusão em final de fila**, observada a ordem de manifestação e as demais disposições editalícias.

Leia-se:

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO N.º 005 de 13/03/2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, **RECONVOCA** os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br. Considerando o esgotamento da lista final de classificação do Concurso Público nº 002/2023, para o cargo de **Assistente Social**, ficam **reconvocados** os candidatos que, à época da convocação regular, **optaram formalmente pela inclusão em final de fila**, observada a ordem de manifestação e as demais disposições editalícias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

General Carneiro, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:456A11B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Processo de Licitação N° 040/2026
Dispensa Eletrônica N° 017/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **23 de março de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **017/2026** na modalidade Dispensa Eletrônica.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de sacos de lixo com capacidade de 100 litros, na cor preta, picotados, confeccionados em material plástico resistente com espessura mínima de 12 micras, destinados a atender às demandas de acondicionamento e descarte de resíduos das unidades da Administração Municipal de General Carneiro – PR.

General Carneiro - PR, 16 de março de 2026.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contração

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:41635CDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº 016/2026
Processo Licitatório nº 034/2026
Adjudicação/Homologação: 16/03/2026
Contratada: **M C PADULA - CONSULTORIA E PERICIAS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de elaboração, conferência e atualização de cálculos judiciais, destinados a subsidiar a atuação da Procuradoria Jurídica do Município de General Carneiro/PR em processos judiciais que envolvam a Administração Municipal."**

Valor da Despesa: **R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:04EF2A9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 197/2026

Nomeia Cargo em Comissão e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 12 de março de 2026, a senhora THAIS FERREIRA DOS SANTOS DELGADO, portadora do RG. nº. 12.452314-1 SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Suporte Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, percebendo seus vencimentos pelo CC-05, constante no anexo II da tabela de vencimentos dos cargos em comissão da Lei Municipal nº. 2.524/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/03/2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 16 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:72C5EE44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 198/2026

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O Senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 34 da Lei Complementar N° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, ROSAN ADRIANO DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para gozá-las de 06/04/2026 a 05/05/2026, referente ao período aquisitivo 2022/2023, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 16 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:5255CAB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 199/2026

Exonera de Cargo em Comissão e da outras Providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 17 de março de 2026, a servidora pública municipal BRUNNA CAROLINA DA SILVA do cargo de Chefe de Divisão de Orientação Pedagógica, nomeada por meio da Portaria nº 158/2025 de 04 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 16 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:C6F43BC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 200/2026

Revoga a Portaria nº. 194 de 12 de março de 2026 e dá outras providências

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº. 194/2026 que interrompia a partir de 1º de abril de 2026, licença para tratar de assuntos particulares, concedida a servidora AMANDA PATRÍCIA QUEIROZ GAMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 16 de março de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:7D7E7E5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 89/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR**, com sede a Avenida Amazonas nº 280, Jardim Lindóia, na cidade de Goioerê, Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, neste ato representado por seu prefeito, em pleno exercício de seu mandato e funções, o senhor **PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO**, nomeado por meio do Termo Especial de Posse, para o mandato de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, em observância ás disposições da Lei nº 14.133/21, resolve celebrar o presente Termo de Apostilamento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto:
1.1.1. **Inclusão de nova rota** de transporte de estudantes **para a cidade de Assis Chateaubriand/PR,** no **Contrato nº 89/2023.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
2.1. Com a alteração o objeto passará a ter a seguinte redação:

2.1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a execução de prestação de serviços de locação de ônibus executivo por km rodado

para o transporte intermunicipal de estudantes, para as cidades de Assis Chateaubriand, Campo Mourão e Umuarama.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo ficam ratificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 61, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Goioerê-Pr, 16 de março de 2026.

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:7684057E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
FNDE	Alimentação Escolar - AEE	16/03/2026	721,50
FNDE	Alimentação Escolar - Creche	16/03/2026	26.022,75
FNDE	Alimentação Escolar – EJA	16/03/2026	1.980,75
FNDE	Alimentação Escolar - Pré-escola	16/03/2026	12.914,25
FNDE	Alimentação Escolar -Ensino Fundamental	16/03/2026	30.528,75
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	16/03/2026	775,14

Goioerê, 16 de março de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:EA7EDA72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
DECRETO N° 001/2026

Decreta Luto Oficial na Câmara Municipal de Goioxim, em virtude do falecimento da Senhora Ivandira Ribeiro Vaz, tia da Presidente da Câmara, Marizele Uchak Visentin Vaz, e dá outras providências.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica e Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1° Decreta Luto Oficial por 02 dias na Câmara Municipal de Goioxim, em virtude do falecimento da Senhora Ivandira Ribeiro Vaz, tia da Presidente da Câmara, Marizele Uchak Visentin Vaz, dando outras providências.

Art. 2° A critério do Vice-Presidente da Câmara, a qualquer momento, poderão ser convocados os Vereadores e Servidores.

Art. 3° Fica suspensa a sessão ordinária prevista para o dia 17 de março, e remarcada para a data de 24 de março.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, em 16 de março de 2026.

MARCIO RAVANELO
Vice - Presidente da Câmara

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:C33A834B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
CONVÊNIO 001 DE 2026 - OPERACIONALIZAR AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIRO
ESTADO DE MINAS GERAIS
DECRETO Nº 0000001 ,05 DE JANEIRO DE 2026
LEI AUTORIZATIVA Nº 0001260 DE 01/12/2025

"ABRE DECRETO DE CRÉDITO(S) SUPLMENTAR(ES) E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RODEIRO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, TENDO EM VISTA A AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI DE MEIOS EM VIGOR.
DECRETA
Art. 1º) Fica(m) aberto(s) para o corrente exercício Crédito(s) Suplementare(s), no valor de R$ 261.300,22,(DUZENTOS E SESSENTA E UM MIL TREZENTOS REAIS VINTE E DOIS CENTAVOS) para reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOIOXIM E O **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE** COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.
Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Goioxim**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º01.607.627/0001-78, com sede à Rua Laurindo cordeiro de Souza ,184 centro nesta cidade de Goioxim - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Eder dos Santos, portador da cédula de identidade RG n.º9274189-3 PR e do CPF n.º062.993.229-85, residente e domiciliado em Linha Faxinalzinho, Bairro Alvorada, S/N, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28,
doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários: I – PREFEITURA MUNICIPAL:
repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$200.000,00 em quatro parcelas de R$ 50.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:
seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 10.003.103030102026 elemento de despesa – 3390, 3200, Fonte: 303
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

GOIOXIM, 05 de fevereiro de 2026

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO KALCKMANN
Presidente do Conselho Deliberativo do Consórcio

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:E926CD82

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 77 DE 16 DE MARÇO DE 2026 NOMEIA, SILMARA NARCIZO CARNEIRO

PORTARIA Nº 77 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Nomeia, SILMARA NARCIZO CARNEIRO, para exercer o cargo efetivo de Ténico em Enfermagem – 40 horas semanais, em conformidade com o concurso público 002/2023 e dá outros provimentos.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, com base na Lei Municipal nº. 326/2009 de 11 de dezembro de 2009, Lei complementar n. 01/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Lei Complementar 01/2006 de 10 de abril de 2006.

R E S O L V E

Art. 1º- Nomear SILMARA NARCIZO CARNEIRO, RG nº 12.657.164-0 e CPF nº 101.279.329-09, para exercer o cargo em provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, a partir da data de 16 de março de 2026, em conformidade com o concurso público 002/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 16 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:6E522354

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE DIÁRIA Nº 04/2026

ATO DE DIÁRIA Nº 04/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente autorizar a emissão de 3 e 1 /2 (três e meia) diárias, equivalente a um valor total de R$.1.557,96 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, noventa e seis centavos), para cobrir despesas de alimentação, locomoção urbana e hospedagem, de acordo com a solicitação em anexo e em conformidade com o que preconiza a Lei 2.062/2018, para viagem da Vereadora Srta. MIRELE PAULA CETTO LEITE, à CURITIBA/PR, com saída no dia 17 de março e retorno 20 de março de 2026.

MOTIVO DA VIAGEM: Participar do evento **19º CONGRESSO DE UNIÃO E FORTALECIMENTO DA VEREANÇA** Da ser realizado de 17 a 20 de março de 2026, com tema desta edição: Eleições 2026 e os seus impactos nos municípios; e o novo PROLEGIS do TCE/PR (Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal.

Justificativa: O conteúdo programático do Congresso demonstra pertinência direta com as atribuições parlamentares e com a função fiscalizatória da Câmara Municipal. O debate acerca das Eleições 2026 e seus impactos nos Municípios, com participação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), bem como a análise da Súmula 73 do TSE e seus reflexos sobre a cota de gênero, são temas de elevada relevância jurídica e institucional, especialmente diante da necessidade de observância rigorosa da legislação eleitoral, da moralidade administrativa e da segurança jurídica no âmbito municipal. Igualmente relevante é o aprofundamento sobre o novo PROLEGIS – Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), cuja correta compreensão impacta diretamente na regularidade das contas da Câmara, na prevenção de apontamentos e na melhoria dos índices de governança e transparência.

Data do evento: dias 18 a 20 de março de 2026
Local do evento: Victoria Villa Hotel, Avenida Sete de Setembro, 2448 – Cristo Rei. Restaurante Dom Antonio, Avenida Manoel Ribas, 6121, Santa Felicidade, Curitiba-PR.

Guaíra/PR, 16 de março de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:4D60CB4E

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE DIÁRIA Nº 05/2026

ATO DE DIÁRIA Nº 05/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Guaíra, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem através do presente autorizar a emissão de 3 e 1 /2 (três e meia) diárias, equivalente a um valor total de R$.1.557,96 (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, noventa e seis centavos), para cobrir despesas de alimentação, locomoção urbana e hospedagem, de acordo com a solicitação em anexo e em conformidade com o que preconiza a Lei 2.062/2018, para viagem da Vereadora Sra. KARINA PATRICIA BACH, à CURITIBA/PR, com saída no dia 17 de março e retorno 20 de março de 2026.

MOTIVO DA VIAGEM: Participar do evento **19º CONGRESSO DE UNIÃO E FORTALECIMENTO DA VEREANÇA** Da ser realizado de 17 a 20 de março de 2026, com tema desta edição: Eleições 2026 e os seus impactos nos municípios; e o novo PROLEGIS do TCE/PR (Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal.

Justificativa: O conteúdo programático do Congresso demonstra pertinência direta com as atribuições parlamentares e com a função fiscalizatória da Câmara Municipal. O debate acerca das Eleições 2026 e seus impactos nos Municípios, com participação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), bem como a análise da Súmula 73 do TSE e seus reflexos sobre a cota de gênero, são temas de elevada relevância jurídica e institucional, especialmente diante da necessidade de observância rigorosa da legislação eleitoral, da moralidade administrativa e da segurança jurídica no âmbito municipal. Igualmente relevante é o aprofundamento sobre o novo PROLEGIS – Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), cuja correta compreensão impacta diretamente na regularidade das contas da Câmara, na prevenção de apontamentos e na melhoria dos índices de governança e transparência.

Data do evento: dias 18 a 20 de março de 2026
Local do evento: Victoria Villa Hotel, Avenida Sete de Setembro, 2448 – Cristo Rei. Restaurante Dom Antonio, Avenida Manoel Ribas, 6121, Santa Felicidade, Curitiba-PR.

Guaíra/PR, 16 de março de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente da Câmara
Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:0C06CD11

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 084/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 232/2024, da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAÍRA, CNPJ nº 75.564.625/0001-85**

Objeto do Contrato: Prestação de serviços médicos complementares a usuários do SUS, em regime de plantão presencial e plantão de sobreaviso, no âmbito da unidade, conforme plano operativo autorizado pelo COMUS, pela Lei Municipal nº 2019/2017, conforme Termo de Referência, anexo 01 do edital de Licitação **Chamamento Público nº 002/2025, Inexigibilidade n° 002/2025**, do qual é parte integrante e complementar.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato Administrativo nº 232/2024.

Da prorrogação do prazo de vigência: Fica Prorrogado o prazo de Vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, até **19 de março de 2027.**

Do valor contratual: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 3.407.596,02 (três milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e noventa e seis reais e dois centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:358C0B21

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 084/2026

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 258/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **AMPERNET - TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.596.419/0001-09**

Objeto: o presente contrato tem como objeto o fornecimento de links de internet e transporte de dados em fibra ótica para áreas rurais, urbanas e distritos pertencentes ao Município de Guaíra/ Paraná, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação **Pregão Eletrônico nº 022/2025**, do qual é parte integrante e complementar.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste do valor do Contrato Administrativo nº 258/2025.

Do Acréscimo do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo, reajustado conforme o INPC (IBGE), de **R$ 381.858,25 (trezentos e oitenta e um mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:18E471EE

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 086/2026

Extrato do Décimo nono Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 329/2024, do Edital de Pregão Eletrônico nº 080/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **GENTE SEGURADORA SA, CNPJ nº 90.180.605/0001-02**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro dos veículos, máquinas e equipamentos, pertencentes a frota de responsabilidade do Município de Guaíra-PR.

Objetivo do Aditivo: O objetivo do presente aditivo é aumento de metafísica no Lote 01 do Contrato de Prestação de Serviços nº 329/2024, que se refere aos seguros contratados pelo Município.

Do Acréscimo de Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela inclusão dos veículos listados no Anexo I do presente Aditivo, o valor total máximo de **R$ 2.058,60 (dois mil, cinquenta e oito reais e sessenta centavos)**, que corresponde ao percentual de **0,24%** do valor total inicial do contrato, que é de **R$ 871.920,39 (oitocentos e setenta e um mil, novecentos e vinte reais e trinta e nove centavos)**.

Recursos Orçamentários:

1489 - 11.002.2081.333903969030000000000.00000510 - Seguros de demais veículos públicos
1455 - 11.001.2079.333903900000000000000.00000511 - Seguros de demais veículos públicos
974 - 09.001.2060.333903969030000000000.00000424 - Seguros de veículos da saúde pública

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços original.

Guaíra, Paraná, 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:9621F555

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HABILITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2026

OBJETO: Contratação para aquisição de Kits de Ovitrampas e insumos relacionados, destinados ao monitoramento entomológico do Aedes aegypti (e/ou Aedes albopictus), vetor de arboviroses (Dengue, Zika, Chikungunya, etc.), para a Vigilância em Saúde do Município de Guaíra-PR, conforme condições e exigências estabelecias neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 696.2025 de 23/12/2025, **torna público** para o conhecimento dos interessados, que a empresa **EXXITUS COMÉRCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ n° **30.380.856/0001-09**, foi declarada **HABILITADA** perante o certame, por apresentar toda documentação, catálogo e a proposta de menor valor, com valor total final ofertado de **R$ 2.028,00 (dois mil e vinte e oito reais)**, em conformidade com as normas editalícias.

Este Aviso será divulgado pelo site www.guaira.pr.gov.br link "Processos Licitatórios" e no Diário Oficial dos Municípios site: www.diariooficial.com.br/amp. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra (PR), em 16 de março de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Agente de Contratação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:56F7A71A

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual prestação de serviços de pintura em geral, com fornecimento de todo o material, os quais serão empregados na manutenção das instalações físicas pertencentes e de responsabilidade desse Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM ITENS PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E REGIONAL.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 01/04/2026

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 01/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 01/04/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 16 de março de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:8E41BBAA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026

decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 133/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **IPM SISTEMAS LTDA, CNPJ nº 01.258.027/0001-41**

Objeto do Contrato: Locação de sistema web integrado de gestão pública municipal, em nuvem, incluindo serviços complementares implantação, manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), suporte técnico e treinamento de servidores públicos municipais, armazenamento e segurança da informação, a fim de atender a demanda operacional e as necessidades dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Guaíra-PR.

Valor Total: R$ 1.484.714,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e quatorze reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **16 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 16 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:312E848E

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 167/2026

Ementa: Homologa e adjudica julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 133/2025 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar e adjudicar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 133/2025,** cujo objeto é a locação de sistema web integrado de gestão pública municipal, em nuvem, incluindo serviços complementares implantação, manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), suporte técnico e treinamento de servidores públicos municipais, armazenamento e segurança da informação, a fim de atender a demanda operacional e as necessidades dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Guaíra-PR, sendo a empresa vencedora:

IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 01.258.027/0001-41**, vencedora global da Licitação, com valor total máximo de **R$ 1.484.714,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e quatorze reais);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:AEF95CDE

COMPRAS E LICITAÇÕES
REPUBLICAÇÃO POR CORREÇÃO REFERENTE AO NOME DA CONTRATA

ADITIVO CONTRATUAL Nº 080/2026
Extrato do Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 179/2025 e Contrato de Prestação de Serviços nº 221/2025, do Edital de Pregão Eletrônico nº 166/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **CM BIOS COMERCIO DE PRODUTOS SUSTENTAVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.951.742/0001-63**

Objeto: O presente contrato tem como objeto a aquisição e instalação de parque para cachorros, a serem instalados nesse município de Guaíra/PR.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 221/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 179/2025.

Do Acréscimo do Valor: A Contratante pagará à Contratada, pelo período aditado, o valor total máximo reajustado conforme o INCP (IBGE), de **R$ 12.264,80 (doze mil duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original.

Guaíra, Paraná, 12 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:CB054F54

COMPRAS E LICITAÇÕES
SEGUNDO AVISO DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2026

OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas no ramo compatível, interessadas na futura contratação para ministrar oficinas de Arte em cerâmica, Esporte Radicais, Esportes Coletivos, Ginastica Rítmica e Xadrez a serem utilizadas em programas criados e executados pelo Município de Guaíra - Paraná, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 696/2025 de 23/12/2025, em conjunto com a Comissão Especial de Análise e Avaliação do Credenciamento, designada pelo Decreto nº 605/2025, **torna público** para o conhecimento dos interessados, o RESULTADO PRELIMINAR INICIAL das empresas com INSCRIÇÕES PRELIMINARES (aquelas realizadas até o dia 16 de março de 2026 até as 17h00) conforme item 4.3. do edital) declaradas **HABILITADAS** e **INABILITADAS** perante o certame. Este aviso será publicado e divulgado através do Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP e através do Sítio Oficial do Município no site www.guaira.pr.gov.br pelo link Chamamento Público.

Habilitada(s):

PROPONENTE:	CNPJ Nº:	MODALIDADES ESCOLHIDAS:	REQUISITOS DO EDITAL:	RESULTADO FASE DE HABILITAÇÃO:
MAYARA GABRIELE DE OLIVEIRA (Profissional: Diego Bonfim)	49.631.686/0001-08	GINÁSTICA RÍTMICA	ATENDIDO	HABILITADA

Inabilitada(s):

PROPONENTE:	CNPJ Nº:	MODALIDADES ESCOLHIDAS:	REQUISITOS DO EDITAL:	RESULTADO FASE DE HABILITAÇÃO:
ERICA PEREIRA DE PAULA 06738870906 (Profissional: Erica Pereira de Paula)	21.891.453/0001-25	CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	NÃO ATENDIDO: Critério constante no item 11.8	INABILITADA

Publique-se.
Guaíra-PR, em 16 de março de 2026.

GRAZIELA BARBOSA DE AZEVEDO
Comissão de Licitação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:CD9A3DE3

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **31/03/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do **tipo MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE,** que tem por objeto **"**Contratação de empresa (s) para prestação de serviços de gestão de internet – Fibra ótica em regime de empreitada por preço unitário**".** Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **31/03/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 16 de março de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:92EC6A8C

PROJUR
EDITAL Nº 008/2026 CONVOCAÇÃO REF. CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024 – EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e tendo em vista a homologação do resultado do Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, conforme Edital de abertura nº 001/2024, e, considerando o memorando online sob o n° 1.040/2025,

RESOLVE:

1. CONVOCAR os candidatos descritos a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 001/2024 e alterações subsequentes, os quais deverão comparecer na Diretoria de Pessoal desta Municipalidade, sito à Avenida Coronel Otávio Tosta, nº 126, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de **17/03/2026 a 23/03/2026**, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, munidos dos documentos constantes no item 2 deste Edital, para provimento do cargo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Professor

Inscrição	Candidato	Classificação
155329	Felipe José Tomé dos Santos	51º
156127	Denis Renan Fonseca	52º
157356	Daniela Andreghetti	53º
154610	Sidilene Caciano Silva	54º
154050	Andréia Sbízero	55º
158042	Franciele Ap. de Paula Bucalao	56º
157762	Ana Maria Dos Santos Silva	58º

Obs.: O candidato DERCIVAL GOMES DOS SANTOS, classificado em 57º na vaga de Ampla Concorrência, foi convocado e nomeado pela vaga de Afrodescendente (Decreto nº 205/2025);

Os candidatos convocados deverão comparecer na Diretoria de Pessoal munidos dos seguintes documentos originais e cópias:

Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade;
Carteira Nacional de Habilitação - CNH vigente, categoria mínima exigida para o cargo (quando for o caso) categoria no mínimo B para Cuidador/Educador;
Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
Registro no órgão da classe (quando for o caso);
Registro Civil de nascimento ou casamento;
Certidão ou Declaração emitida pela Secretaria de Saúde (Unidade Competente) atestando regularidade na vacinação;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente, se do sexo masculino;
Título de Eleitor, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência ou declaração de quitação eleitoral;
Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, declaração de vacina atualizada da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (até 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone);
Declaração de bens e valores que constituam patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda do último ano;
Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e/ou pensão;
Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
Qualificação cadastral do eSocial, de que os dados estão corretos;

Declaração de dependentes para fins de abatimento de Imposto de Renda;
Auto declaração identificando o segmento étnico e racial a que pertence, nos termos da Lei Federal nº 14.553/2023.

2.1. A Certidão deverá ser apresentada, necessariamente, no original.

3. Após a entrega dos documentos previstos no item 2, a candidata será submetida, antes da nomeação, à Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.

3.1. A falta da apresentação dos exames mencionados no item anterior caracterizará desistência dos candidatos.

3.2. A omissão e/ou negação pelos candidatos de informações relevantes na entrevista médica, intencionalmente ou não, implicará em sua perda do direito à nomeação, e caso já tenha sido nomeada e empossada, poderá ser exonerada do seu respectivo cargo, observado o contraditório e a ampla defesa.
3.3. O resultado dos Exames Médicos Admissionais será expresso com a indicação de apto ou inapto para o exercício das atribuições do cargo.

3.4. Os candidatos considerados inaptos nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem à realização dos mesmos serão eliminados do Concurso.

4. A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminarão os candidatos, anulando todos os atos decorrentes da respectiva nomeação e a tomada de posse.

5. Os candidatos que deixarem de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, serão considerados como desistentes e substituídos, na sequência, pelo imediatamente classificado.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:5A4A388D

PROJUR
PORTARIA Nº 165/2026 DATA: 16.03.2026 EMENTA: TRANSFERE DE LOTAÇÃO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o memorando online sob o nº 672/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir de lotação o Servidor Público Municipal a seguir mencionado:

Nome / Cargo	Matrícula nº	Da	Para	A partir de
Jeferson Marcos Sposito/Fiscal de Tributos	30670-01	Diretoria de Tributação - Efetivos	Diretoria de Fiscalização - Efetivos	01/03/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1° de março de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:A0671D54

PROJUR
PORTARIA Nº 166/2026 DATA: 16.03.2026

Ementa: institui a Comissão Municipal de Seleção destinada a processar e julgar Chamamento Público para o Credenciamento de instituições financeiras do tipo Cooperativas de Crédito, com atuação autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e, considerando o memorando online sob o n° 1.455/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Seleção, destinada a processar e julgar Chamamento Público para o Credenciamento de instituições financeiras do tipo Cooperativas de Crédito, com atuação autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), a fim de possibilitar ao Município de Guaíra, Estado do Paraná, a aplicação de recursos financeiros públicos, movimentações financeiras e demais operações bancárias, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º A Comissão de Seleção será composta por 03 (três) membros da Administração Pública Municipal, conforme segue:

Matrícula n°	Nome	Cargo
18104-08	Antônio Carlos Alves	Secretário Municipal de Fazenda
29454-02	William Grecco	Contador / Coordenador da Tesouraria da Fazenda Municipal
29784-01	Roberto Aires de Oliveira	Contador / Coordenador de Planejamento e Execução Orçamentária

§ 1º Serão imediatamente substituídos os membros da Comissão de Seleção que venham manter relação jurídica com quaisquer das Cooperativas de crédito participantes do chamamento público.

§ 2º Configurado o impedimento, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sempre guardando coerência com a natureza do objeto da parceria.

Art. 3º A comissão de Seleção terá total independência técnica para exercer o julgamento das propostas apresentadas pelas Cooperativas de Crédito.

Art. 4º A participação como membro na Comissão de que trata esta Portaria é considerada de interesse público e não será, de qualquer maneira, remunerada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:57A9206E

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 07/2026

Súmula: "Deliberação para aprovação da emenda parlamentar nº 28740002/2026 – Deputado Federal Luiz Nishimori para o fundo de Assistência Social;. "

O Conselho Municipal de Assistência Social de Guaíra – CMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela a Lei Nº 2.423/2025 de 01 de setembro 2025; e pela Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
Considerando:
CONSIDERANDO A realização de reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida em 04 de março de 2026;
CONSIDERANDO Proposta parlamentar do Deputado Federal Luiz Nishimori, no valor de 100.000,00 destinado ao fundo municipal de Assistência Social do Município de Guaíra;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a utilização dos recursos para reforma de um local que será utilizado como uma unidade descentralizada do CRAS no bairro da vila Eletrosul;
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 12 de março de 2026.

_____
Ronaldo Martinez Esquivel
Presidente CMAS

_____
Guilherme Sertório Bartolli
Vice-presidente CMAS

Guaíra-PR, em 16 de março de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:81A05DE4

PROJUR
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA/PR Nº 08/2026

Súmula: "Deliberação para aprovação da minuta do projeto de lei que institui o "Programa de Acolhimento Familiar para a Pessoa Idosa no Município de Guaíra/PR; "

O Conselho Municipal de Assistência Social de Guaíra – CMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela a Lei Nº 2.423/2025 de 01 de setembro 2025; e pela Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
Considerando:
CONSIDERANDO A realização de reunião extraordinária online do Conselho Municipal de Assistência Social, ocorrida em 06 de março de 2026;
CONSIDERANDO Comissão provisória nominada em reunião do conselho, para avaliação da minuta do projeto de lei que institui o "Programa de Acolhimento Familiar para a Pessoa Idosa no Município de Guaíra/PR;
CONSIDERANDO Apreciação da Versão da minuta do projeto de lei, pelos membros do conselho, após avaliação da comissão provisória;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a minuta do projeto de lei que institui o "Programa de Acolhimento Familiar para a Pessoa Idosa no Município de Guaíra/PR;
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 12 de março de 2026.

RONALDO MARTINEZ ESQUIVEL
Presidente CMAS

GUILHERME SERTÓRIO BARTOLLI
Vice-Presidente CMAS

Guaíra-PR, em 16 de março de 2026.

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:601F5683

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 035/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 061/2025, resultado divulgado pelo Edital nº 063/2025 e homologado pelo Decreto nº 068/2025:

RESOLVE:

Convocar a aprovada abaixo relacionada para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 17/03/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Técnico em Enfermagem
Tatiana do Nascimento

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:FCD15DEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

CAMARA MUNICIPAL
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO OUVIDOR GERAL

Data: 17/03/2026 Horário: 16:00 Local: Plenário da Câmara Municipal.

Prezados Vereadores e Servidores, Como Ouvidor Geral da Câmara Municipal de vereadores, venho por meio desta convocar todos para uma audiência pública, onde apresentarei as funções e atribuições da Ouvidoria, bem como discutiremos a importância deste órgão no aprimoramento da transparência e participação cidadã em nosso município.

Esta reunião tem como objetivo esclarecer dúvidas, fomentar a comunicação entre a Ouvidoria e os membros da Câmara, e ouvir sugestões de melhorias que possam ser implementadas em nosso trabalho.

Pauta:

1. Apresentação da Ouvidoria Geral.
2. Importância da Ouvidoria no contexto da Câmara Municipal.
3. Espaço aberto para perguntas e sugestões.

Contamos com a participação de todos para enriquecer este diálogo.

Atenciosamente,

ADALBERTO CORDEIRO ROCHA.
Ouvidor Geral

Publicado por:
Aldinei Soares Dos Santos
Código Identificador:00BD9D94

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PSS 2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025 /2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA**, Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISTRAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 52/2021, bem como no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, **TORNA PÚBLICO** o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante no **Anexo I** deste edital, visando ao preenchimento de vagas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame.

2. DO COMPARECIMENTO

2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data de publicação deste edital, no horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

2.2. O comparecimento deve ser junto à **Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo**, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação descrita no **ANEXO II** deste Edital.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados no ANEXO I.

3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito.

3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para **PCD** e **PPIQ** (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas).

3.4. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da **inspeção de saúde física e mental**, de caráter obrigatório e eliminatório.

4. DAS DESISTÊNCIAS

4.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado **desistente**, possibilitando a convocação do candidato subsequente.

4.2. O não comparecimento ou a falta de qualquer documento implicará na **exclusão definitiva** do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais no Diário Oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

5.2. O contrato terá duração de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, respeitando os limites da Lei Municipal nº 52/2021.

Guaraqueçaba/PR, 16 de março de 2026.

ARIVALDO CARNEIRO SOARES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – RELAÇÃO DE CONVOCADOS
FUNÇÃO: CONTADOR
CATEGORIA: AMPLA CONCORRÊNCIA
LOCALIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA
2º	MARWIN DO CARMO SANTOS	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (OBRIGATÓRIOS)

Ficha de Dados Cadastrais: Preenchida (retirar no RH da Prefeitura);
Documentos Pessoais: Fotocópia do CPF, RG e Comprovante de endereço;
Justiça Eleitoral: Certidão de quitação eleitoral;
Fotos: Duas fotografias 3X4 recentes;
Trabalho: Fotocópia da CTPS e PIS/PASEP;
Família: Fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos < 14 anos e CPF dos filhos (qualquer idade);
Militar: Fotocópia da Quitação das Obrigações Militares (homens);
Escolaridade: Fotocópia do Certificado ou Diploma exigido para o cargo;
Saúde: Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) obtido gratuitamente na UBS da Sede;
Certidões: Certidão negativa Regional (Cível e Criminal);
Declarações (Retirar na Sec. de Administração): Declaração de Bens, Declaração de não acumulação de cargo e Declaração de não penalidade em função pública;

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:896FADE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PSS 2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA**, Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISTRAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 52/2021, bem como no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, **TORNA PÚBLICO** o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante no **Anexo I** deste edital, visando ao preenchimento de vagas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame.

2. DO COMPARECIMENTO

2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data de publicação deste edital, no horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

2.2. O comparecimento deve ser junto à **Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo**, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação descrita no **ANEXO II** deste Edital.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados no ANEXO I.

3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito.

3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para **PCD** e **PPIQ** (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas).

3.4. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da **inspeção de saúde física e mental**, de caráter obrigatório e eliminatório.

4. DAS DESISTÊNCIAS

4.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado **desistente**, possibilitando a convocação do candidato subsequente.

4.2. O não comparecimento ou a falta de qualquer documento implicará na **exclusão definitiva** do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais no Diário Oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/
5.2. O contrato terá duração de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, respeitando os limites da Lei Municipal nº 52/2021.

Guaraqueçaba/PR, 16 de março de 2026.

ARIVALDO CARNEIRO SOARES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – RELAÇÃO DE CONVOCADOS
FUNÇÃO: VIGIA
CATEGORIA: AMPLA CONCORRÊNCIA
LOCALIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA
19º	MELQUIZEDEQUE CUNHA TEREZIN	AMPLA CONCORRÊNCIA
20º	JOSEMAR GONÇALVES RIBEIRO	AMPLA CONCORRÊNCIA
21º	DIOGO PEDRO DE LIMA MUNIZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
20º	CLEBER SCYLLO FERRO VICTORINO	AMPLA CONCORRÊNCIA
23º	JOSEMAR FERREIRA COSTA	AMPLA CONCORRÊNCIA
24º	LUIS GUSTAVO PIRES LUCIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
25º	GILBERTO ALVES DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (OBRIGATÓRIOS)
Ficha de Dados Cadastrais: Preenchida (retirar no RH da Prefeitura);
Documentos Pessoais: Fotocópia do CPF, RG e Comprovante de endereço;
Justiça Eleitoral: Certidão de quitação eleitoral;
Fotos: Duas fotografias 3X4 recentes;
Trabalho: Fotocópia da CTPS e PIS/PASEP;
Família: Fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos < 14 anos e CPF dos filhos (qualquer idade);
Militar: Fotocópia da Quitação das Obrigações Militares (homens);
Escolaridade: Fotocópia do Certificado ou Diploma exigido para o cargo;
Saúde: Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) obtido gratuitamente na UBS da Sede;
Certidões: Certidão negativa Regional (Cível e Criminal);
Declarações (Retirar na Sec. de Administração): Declaração de Bens, Declaração de não acumulação de cargo e Declaração de não penalidade em função pública;

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:3235DC91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PSS 2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA**, Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISTRAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 52/2021, bem como no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, **TORNA PÚBLICO** o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:
1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante no **Anexo I** deste edital, visando ao preenchimento de vagas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame.
2. DO COMPARECIMENTO
2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data de publicação deste edital, no horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.
2.2. O comparecimento deve ser junto à **Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo**, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação descrita no **ANEXO II** deste Edital.
3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA
3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados no ANEXO I.
3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito.
3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para **PCD** e **PPIQ** (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas).
3.4. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da **inspeção de saúde física e mental**, de caráter obrigatório e eliminatório.
4. DAS DESISTÊNCIAS
4.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado **desistente**, possibilitando a convocação do candidato subsequente.
4.2. O não comparecimento ou a falta de qualquer documento implicará na **exclusão definitiva** do candidato do Processo Seletivo Simplificado.
5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
5.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais no Diário Oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/
5.2. O contrato terá duração de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, respeitando os limites da Lei Municipal nº 52/2021.

Guaraqueçaba/PR, 16 de março de 2026.

ARIVALDO CARNEIRO SOARES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – RELAÇÃO DE CONVOCADOS
FUNÇÃO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA
LOCALIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA
6º	LIDIANNY REDEDE ALVES MOREIRA DO ROSÁRIO	**CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA**
7º	FERNANDA EDUARDA COSTA BUKAREWICS	**CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA**
8º	QUEILA HONORATO SIMÕES	**CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA**
9º	THAIS KELLEN LIMA DA ROSA	**CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA**
10º	SUSANA FRANÇA DE FREITAS	**CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA**

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (OBRIGATÓRIOS)
Ficha de Dados Cadastrais: Preenchida (retirar no RH da Prefeitura);
Documentos Pessoais: Fotocópia do CPF, RG e Comprovante de endereço;
Justiça Eleitoral: Certidão de quitação eleitoral;
Fotos: Duas fotografias 3X4 recentes;
Trabalho: Fotocópia da CTPS e PIS/PASEP;
Família: Fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos < 14 anos e CPF dos filhos (qualquer idade);

Militar: Fotocópia da Quitação das Obrigações Militares (homens);
Escolaridade: Fotocópia do Certificado ou Diploma exigido para o cargo;
Saúde: Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) obtido gratuitamente na UBS da Sede;
Certidões: Certidão negativa Regional (Cível e Criminal);
Declarações (Retirar na Sec. de Administração): Declaração de Bens, Declaração de não acumulação de cargo e Declaração de não penalidade em função pública;

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:815EA116

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – PSS 2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA**, Estado do Paraná, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISTRAÇÃO** no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 52/2021, bem como no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, **TORNA PÚBLICO** o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:

1. DA CONVOCAÇÃO

1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante no **Anexo I** deste edital, visando ao preenchimento de vagas, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame.

2. DO COMPARECIMENTO

2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data de publicação deste edital, no horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

2.2. O comparecimento deve ser junto à **Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo**, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação descrita no **ANEXO II** deste Edital.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados no ANEXO I.

3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito.

3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para **PCD** e **PPIQ** (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas).

3.4. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da **inspeção de saúde física e mental**, de caráter obrigatório e eliminatório.

4. DAS DESISTÊNCIAS

4.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado **desistente**, possibilitando a convocação do candidato subsequente.

4.2. O não comparecimento ou a falta de qualquer documento implicará na **exclusão definitiva** do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais no Diário Oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

5.2. O contrato terá duração de **06 (seis) meses**, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, respeitando os limites da Lei Municipal nº 52/2021.

Guaraqueçaba/PR, 16 de março de 2026.

ARIVALDO CARNEIRO SOARES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – RELAÇÃO DE CONVOCADOS
FUNÇÃO: ADVOGADO
CATEGORIA: AMPLA CONCORRÊNCIA
LOCALIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO(A)	CATEGORIA AMPLA CONCORRÊNCIA
2º	RENATA DE OLIVEIRA RIBEIRO	**AMPLA CONCORRÊNCIA**
3º	ROSANA MARIA VIDOLN MARQUES	**AMPLA CONCORRÊNCIA**

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS (OBRIGATÓRIOS)
Ficha de Dados Cadastrais: Preenchida (retirar no RH da Prefeitura);
Documentos Pessoais: Fotocópia do CPF, RG e Comprovante de endereço;
Justiça Eleitoral: Certidão de quitação eleitoral;
Fotos: Duas fotografias 3X4 recentes;
Trabalho: Fotocópia da CTPS e PIS/PASEP;
Família: Fotocópia da Certidão de Nascimento de filhos < 14 anos e CPF dos filhos (qualquer idade);
Militar: Fotocópia da Quitação das Obrigações Militares (homens);
Escolaridade: Fotocópia do Certificado ou Diploma exigido para o cargo;
Saúde: Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) obtido gratuitamente na UBS da Sede;
Certidões: Certidão negativa Regional (Cível e Criminal);
Declarações (Retirar na Sec. de Administração): Declaração de Bens, Declaração de não acumulação de cargo e Declaração de não penalidade em função pública;

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:97D06A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 23/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 23/2026

Origem: Dispensa de licitação 10/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: NYX SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA
CNPJ: 02.815.994/0001-20
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados em tecnologia da informação aplicada à saúde, a serem executados de forma presencial e remota, compreendendo suporte técnico, monitoramento, diagnóstico situacional, capacitação contínua dos profissionais e acompanhamento do uso dos sistemas de informação em saúde utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba/PR.

Valor global R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

(136) 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Guaraqueçaba, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:59AE89D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 139/2026 SÚMULA: "NOMEIA, O SENHOR WESLLEN RAUL PIRES DAS NEVES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E DE PROGRAMA. JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA -SMAGRI".

PORTARIA Nº 139/2026

SÚMULA: "NOMEIA, O SENHOR WESLLEN RAUL PIRES DAS NEVES PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E DE PROGRAMA. JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA -SMAGRI".

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no disposto na Lei Complementar nº 061 de 15 de dezembro de 2025, **RESOLVE**:

Art. 1º - NOMEAR, o Senhor, **WESLLEN RAUL PIRES DAS NEVES** inscrito no CPF 091.xxx.xxx- 28, para o Cargo em Comissão de Chefe de Divisão Administrativa, Logística e de Programa. Junto a Secretaria Municipal de Agricultura -SMAGRI." cargo em caráter remuneratório sobre sigla CC-5, conforme disposto na Lei Complementar nº 61 de 15 de dezembro de 2025.
Art. 2º. Publique-se, registre-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para cumprimento.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de março de 2026.

Publique-se.
Informe ao Departamento de Recursos Humanos. Anote-se em sua ficha funcional.

Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, em 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marwin do Carmo Santos
Código Identificador:CFB9B07D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 58/2026

DECRETO Nº 58/2026

Súmula: Prorroga os prazos para pagamento do IPTU previstos no Decreto nº 033/2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, CLAUDIO APARECIDO BERNIN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de adequar o calendário de vencimentos das parcelas, possibilitando melhor organização financeira dos contribuintes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para pagamento integral com desconto de 10% (dez por cento), previsto no art. 2º do Decreto nº 033/2026, passando a vigorar até o dia 20 de março de 2026.

Art. 2º O art. 3º do Decreto nº 033/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

Para pagamento parcelado, os contribuintes terão 10 (dez) parcelas mensais de igual valor, sem descontos, com os seguintes vencimentos:

I – 20 de março de 2026;

II – 14 de abril de 2026**;**

III – 14 de maio de 2026;

IV – 15 de junho de 2026;

V – 14 de julho de 2026;

VI – 14 de agosto de 2026;

VII – 15 de setembro de 2026;

VIII – 15 de outubro de 2026;

IX – 17 de novembro de 2026;

X – 17 de dezembro de 2026.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto nº 033/2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 13 de março de 2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3DC278AA

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026 - PROFESSOR 20 HORAS

DEPARTAMENTO PESSOAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026 - DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU Nº 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUARAÇU, Claudio Aparecido Bernin, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital nº 030/2024 de 04 de julho do ano de 2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar) Decreto nº 43/2025 do dia 23/01/2025;

RESOLVE:

CONVOCAR os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as), relacionados(as) no **ANEXO I** deste edital, para se apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou seja, do dia 17 de março (terça-feira) até o dia 23 de março (segunda-feira) de 2026, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294, Centro, no horário de 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, munido(a) da documentação constante no **ANEXO II**.

• O(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a), após a entrega da documentação exigida no **ANEXO II**, será nomeado(a) através do Ato de Nomeação que será publicado no jornal Diário Oficial dos

Municípios do Paraná (https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar).
• O(a) candidato(a) constante no **ANEXO I** que não comparecer no prazo e horário fixados nesta CONVOCAÇÃO, ou que não apresentar a documentação obrigatória exigida neste edital, estará **automaticamente eliminado(a)**, conforme itens 10, 10.1, 10.3 e 10.4 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, não cabendo qualquer reclamação ou pedido de reclassificação à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
• O Poder Público poderá convocar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, através de outra CONVOCAÇÃO devidamente publicada.
• O candidato(a) que desejar desistir da vaga deverá comparecer à Prefeitura Municipal para assinar o Termo de Desistência, ou enviá-lo para o e-mail oficial **amd@iguaracu.pr.gov.br ou prefeitura@iguaracu.pr.gov.br.** O termo deverá estar devidamente assinado, legível, acompanhado de documento oficial com foto. (Vide modelo no ANEXO III.)

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

ANEXO I
CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

122319	Professor 20 Horas	**CAMILA SANTOS LIÃO**	**35º**

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, acompanhado do comprovante de votação da última eleição, justificativa de ausência ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro no PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhada do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do(a) candidato(a);
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato(a) que exerce cargo ou função pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto nos incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão.
OBSERVAÇÃO: Os documentos acima deverão ser apresentados em cópias autenticadas, ou os originais acompanhados de cópias simples para autenticação no ato da entrega.

ANEXO III
TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA
Concurso Público – Edital 01/2024
Á Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____na cidade de _____, aprovado(a) e convocado(a) para o cargo de _____ conforme o Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024 da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, venho por meio deste, formalizar minha desistência da referida vaga.
Declaro estar ciente de que, ao desistir da vaga, estou abrindo mão de todos os direitos e benefícios decorrentes da minha aprovação e convocação no concurso mencionado, não podendo reivindicar, futuramente, qualquer posicionamento ou reintegração nesta vaga.
Dados do Candidato:
Nome Completo: _____
RG: _____
CPF: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Dados do Concurso:
Cargo: _____ Classificação: _____
Edital: 01/2024
Prefeitura Municipal de Iguaraçu – Estado do Paraná
Assino o presente termo em _____, no dia ___/___/_____, ciente das suas implicações legais e administrativas.

_____
Assinatura

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:66A41766

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 049/2026

PORTARIA Nº 049/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			**DAS FÉRIAS**		
Mat.	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Qtde. (dias)**	**Período/Fruição**
201/1	MARIA APARECIDA BERNINI DE ALMEIDA	EDUCADOR INFANTIL	2024/2025	15	06/04/2026 À 20/04/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5DADE1AC

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 050/2026

PORTARIA Nº 050/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Qtde. (dias)**	**Período/Fruição**
4415/1	ROZANGELA DENIPOTI BERNIN	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2025/2026	30	06/04/2026 À 05/05/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C47B4E86

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 051/2026

PORTARIA Nº 051/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Qtde. (dias)**	**Período/Fruição**
130/1	JOSÉ APARECIDO DE SOUZA	JARDINEIRO	2024/2025	30	01/04/2026 À 30/04/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D8A9092A

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 052/2026

PORTARIA Nº 052/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao servidor FERNANDA VIEIRA FERNANDES MARTINS, matrícula nº 1096/4, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2017/2022, para ser gozada no período de 16/03/2026 à 14/04/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:802BB127

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 053/2026

PORTARIA Nº 053/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao servidor VANIA PAULA DE SOUZA SOARES, matrícula nº 251/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2006/2011, para ser gozada no período de 17/03/2026 à 15/04/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A953ED31

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 054/2026

PORTARIA Nº 054/2026

Súmula: Concede Férias a Servidora Pública Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,
RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares a Servidora Pública Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
12/2	JOSIANE CRISTINA DE ALMEIDA	NUTRICINIONISTA	2025/2026	15	06/04/2026 À 20/04/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais da Servidora acima descrita, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:04E394F0

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 055/2026

PORTARIA Nº 055/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE

Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Qtde. (dias)	Período/Fruição
1079/1	LUIZ CARLOS GONCALVES	OPERARIO	2024/2025	30	01/04/2026 À 30/04/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de "aviso/recibo de férias" devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:406226E3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 027/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

Ref: Contrato n.º 027/2026
Assunto: Inexigibilidade n° 012/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR.
CNPJ N.º 75.772.525/0001-44

CONTRATADA: Boquinhas Aprendizagem e Assessoria LTDA, com cadastro no CNPJ sob o n.º 09.508.047/0001-35, localizada na R Olavo Bilac, 2/40 – Sala 01 –Vila São João da Boa Vista – Bauru/SP - CEP 17.060-454.

OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos exclusivos do Método das Boquinhas, em razão da continuidade das ações de capacitação dos professores da rede municipal de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR CONTRATUAL: R$ 6.640,00(seis mil seiscentos e quarenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 03(três) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Inexigibilidade n.º 012/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:E37E79A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2026

Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025
Processo Administrativo nº 012/2025
Contratante: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
Contratada: 65.060.021 Gabriela de Oliveira Andrade, CNPJ sob o nº 65.060.021/0001-48.
Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Contrato nº 011/2026, para continuidade da prestação de serviços temporários de Auxiliar Educacional, com manutenção dos valores pactuados, sem reajuste/repactuação.
Prazo/Vigência: prorrogação por 71 (setenta e um) dias, com início em 21/03/2026 e término em 31/05/2026.
Condição resolutiva: encerramento automático caso a nova licitação substitutiva seja homologada e implantada antes de 31/05/2026, assegurado pagamento pelos serviços efetivamente prestados.
Valor mensal: R$ 3.952,00
Valor total estimado do aditivo: R$ 9.352,83
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021, art. 107 (serviços contínuos) e art. 79 (credenciamento).
Data da assinatura: 16/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F81427F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2026

Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025

Processo Administrativo nº 012/2025
Contratante: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
Contratada: 65.119.818 Maria Aparecida Nunes de Souza da Cruz, CNPJ sob o nº 65.119.818/0001-73.
Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Contrato nº 013/2026, para continuidade da prestação de serviços temporários de Auxiliar Educacional, com manutenção dos valores pactuados, sem reajuste/repactuação.
Prazo/Vigência: prorrogação por 71 (setenta e um) dias, com início em 21/03/2026 e término em 31/05/2026.
Condição resolutiva: encerramento automático caso a nova licitação substitutiva seja homologada e implantada antes de 31/05/2026, assegurado pagamento pelos serviços efetivamente prestados.
Valor mensal: R$ 3.952,00
Valor total estimado do aditivo: R$ 9.352,83
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021, art. 107 (serviços contínuos) e art. 79 (credenciamento).
Data da assinatura: 16/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:957047F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2026

Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025
Processo Administrativo nº 012/2025
Contratante: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
Contratada: Franciele Pereira Barbosa, CPF nº 063.XXX.XXX-28
Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Contrato nº 017/2026, para continuidade da prestação de serviços temporários de Educador Assistencial, com manutenção dos valores pactuados, sem reajuste/repactuação.
Prazo/Vigência: prorrogação por 71 (setenta e um) dias, com início em 21/03/2026 e término em 31/05/2026.
Condição resolutiva: encerramento automático caso a nova licitação substitutiva seja homologada e implantada antes de 31/05/2026, assegurado pagamento pelos serviços efetivamente prestados.
Valor mensal: R$ 1.583,34.
Valor total estimado do aditivo: R$ 3.747,38.
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021, art. 107 (serviços contínuos) e art. 79 (credenciamento).
Data da assinatura: 16/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:38830CC3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 160/2025

Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025
Processo Administrativo nº 012/2025
Contratante: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
Contratada: 55.155.817 PRISCILA DE ANDRADE, CNPJ sob o nº 55.155.817/0001-20.
Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Contrato nº 160/2025, para continuidade da prestação de serviços temporários de Auxiliar Educacional, com manutenção dos valores pactuados, sem reajuste/repactuação.
Prazo/Vigência: prorrogação por 71 (setenta e um) dias, com início em 21/03/2026 e término em 31/05/2026.
Condição resolutiva: encerramento automático caso a nova licitação substitutiva seja homologada e implantada antes de 31/05/2026, assegurado pagamento pelos serviços efetivamente prestados.
Valor mensal: R$ 3.952,00
Valor total estimado do aditivo: R$ 9.352,83
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021, art. 107 (serviços contínuos) e art. 79 (credenciamento).
Data da assinatura: 16/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D91C1A4A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 169/2025

Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025
Processo Administrativo nº 012/2025
Contratante: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
Contratada: 59.505.048 CAMILA NEVES SOARES DA SILVA**,** CNPJ sob o nº 59.505.048/0001-02.
Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Contrato nº 169/2025, para continuidade da prestação de serviços temporários de Auxiliar Educacional, com manutenção dos valores pactuados, sem reajuste/repactuação.
Prazo/Vigência: prorrogação por 71 (setenta e um) dias, com início em 21/03/2026 e término em 31/05/2026.
Condição resolutiva: encerramento automático caso a nova licitação substitutiva seja homologada e implantada antes de 31/05/2026, assegurado pagamento pelos serviços efetivamente prestados.
Valor mensal: R$ 3.952,00
Valor total estimado do aditivo: R$ 9.352,83
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021, art. 107 (serviços contínuos) e art. 79 (credenciamento).
Data da assinatura: 16/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4B70BFE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 171/2025

Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025
Processo Administrativo nº 012/2025
Contratante: Município de Iguaraçu/PR – CNPJ nº 75.772.525/0001-44.
Contratada: 46.619.906 LUSANIRA FERREIRA DE PAULA, CNPJ sob o nº 46.619.906/0001-90.
Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Contrato nº 171/2025, para continuidade da prestação de serviços temporários de Auxiliar Educacional, com manutenção dos valores pactuados, sem reajuste/repactuação.
Prazo/Vigência: prorrogação por 71 (setenta e um) dias, com início em 21/03/2026 e término em 31/05/2026.
Condição resolutiva: encerramento automático caso a nova licitação substitutiva seja homologada e implantada antes de 31/05/2026, assegurado pagamento pelos serviços efetivamente prestados.
Valor mensal: R$ 3.952,00
Valor total estimado do aditivo: R$ 9.352,83
Fundamento legal: Lei nº 14.133/2021, art. 107 (serviços contínuos) e art. 79 (credenciamento).

Data da assinatura: 16/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:7561C303

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO/CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 170/2025

Processo Administrativo nº 012/2025 – Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR
Origem: Credenciamento (Chamamento Público) nº 002/2025 – Inexigibilidade nº 005/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU - PARANÁ, com Sede à Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro – CEP.: 86750-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 75.772.525/0001-44.

Contratado(a): LUIS FERNANDO DAVID XAVIER, CPF sob o nº 076. ***. ***-71.

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Prorrogação transitória da vigência do Termo/Contrato de Credenciamento para prestação de serviços temporários de Agente de Relações Públicas, com manutenção do valor mensal de R$ 2.600,00 e demais condições pactuadas.

Vigência anterior: até 20/03/2026.

Prazo do aditivo: 71(setenta e um) dias.

Nova vigência: de 21/03/2026 até 31/05/2026, ou até a homologação do novo certame, o que ocorrer primeiro (condição resolutiva).

Valor total do aditivo: R$ 6.153,57

Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021, especialmente art. 79 (credenciamento – contratação paralela e não excludente), art. 107 (prorrogação de serviços contínuos, quando cabível) e demais disposições aplicáveis, conforme instrução do Processo Administrativo nº 012/2025.

Data da assinatura: 16/03/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5BAB7A74

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos exclusivos do Método das Boquinhas, em razão da continuidade das ações de capacitação dos professores da rede municipal de ensino, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CONTRATADOS: Boquinhas Aprendizagem e Assessoria LTDA, com cadastro no CNPJ sob o n.º 09.508.047/0001-35, localizada na R Olavo Bilac, 2-40 – sala 01 – Vila São João da Boa Vista – Bauru – SP- CEP 17060-454.

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide contrato.

Iguaraçu/PR. 13 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5CECFE12

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
EXTRATO CONTRATUAL Nº 003/2026

Ref: Contrato n.º 003/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 003/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 18.265.024/0001-38

CONTRATADA: CIDADE ALTA LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA CNPJ nº 34.615.284/0001-42-, sito na Rua Doutor Oswaldo Cruz, 2096 – Bairro Vila Vitória - cidade de Apucarana/PR - CEP: 86.802-260

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de análises laboratoriais de água bruta (captação), tratada e de consumo (rede de distribuição) do Sistema de Tratamento de Água do SAAE de Iguaraçu, abrangendo os seguintes sistemas de tratamento (sede/cidade, Jardim Villa Verde/Terra Bella e Recanto Cuca Fresca/Chácara dos Ipês), com as análises semestrais.
A contratação será realizada por dispensa de licitação, conforme as necessidades operacionais e técnicas do SAAE, especificações contidas no Termo de Referência.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
EXECUÇÃO: a partir de março de 2026.
VALOR CONTRATUAL: R$ 61.227,04(sessenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais e quatro centavos).
CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 003/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 13/03/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D407107B

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
EXTRATO CONTRATUAL Nº 007/2026

Ref: Contrato n.º 007/2026
Assunto: Dispensa de Licitação nº 007/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU/PR
CNPJ N.º 18.265.024/0001-38

CONTRATADA: HIDRO PARANA POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 09.157.805/0001-18, sito na Av. das Torres, 6417 – Jardim Diamante - cidade de Maringá/PR- CEP: 87.024-190

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de guincho para manutenção de poços artesianos com profundidade de até 300 (trezentos) metros, destinados ao içamento, retirada, transporte e reinstalação de conjuntos motobomba submersíveis, colunas de tubos e demais equipamentos pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

EXECUÇÃO: a partir de março de 2026.
VALOR CONTRATUAL: R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais).
CLAUSULA DE PRORROGAÇÃO: Existente.
DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se à Dispensa de Licitação n.º 007/2026, restando convalidados os efeitos do presente instrumento contratual, nos termos do art. 55 da Lei Federal n.º 9.784/99, a partir de 16/03/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:DD35E214

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para Contratação de empresa especializada para a realização de análises laboratoriais de água bruta (captação), tratada e de consumo (rede de distribuição) do Sistema de Tratamento de Água do SAAE de Iguaraçu, abrangendo os seguintes sistemas de tratamento (sede/cidade, Jardim Villa Verde/Terra Bella e Recanto Cuca Fresca/Chácara dos Ipês), com as análises semestrais.
A contratação será realizada por dispensa de licitação, conforme as necessidades operacionais e técnicas do SAAE, especificações contidas no Termo de Referência, em favor da empresa CIDADE ALTA LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA CNPJ nº 34.615.284/0001-42-, sito na Rua Doutor Oswaldo Cruz, 2096 – Bairro Vila Vitória - cidade de Apucarana/PR - CEP: 86.802-260, no valor de R$ 61.227,04(sessenta e um mil, duzentos e vinte e sete reais e quatro centavos) com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 003/2026**.

Iguaraçu/PR., 13/03/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:9075CF70

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IGUARAÇU
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026

Ratifico por este termo, a Dispensa para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de guincho para manutenção de poços artesianos com profundidade de até 300 (trezentos) metros, destinados ao içamento, retirada, transporte e reinstalação de conjuntos motobomba submersíveis, colunas de tubos e demais equipamentos pertencentes ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. , em favor da empresa HIDRO PARANA POÇOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 09.157.805/0001-18, sito na Av. das Torres, 6417 – Jardim Diamante - cidade de Maringá/PR- CEP: 87.024-190 , no valor de R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais) com base no Art. 75, inciso II, da *Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021*, e tendo em vista os elementos que instruem o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 007/2026**.

Iguaraçu/PR., 16/03/2026.

MÁRCIO MAGALHÃES TITATO
Superintendente do SAAE

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:02B8CBE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
ERRATA: EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO N°. 011/2022

Republicamos por erro de digitação o EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO N°. 011/2022.

Onde se leu: **03° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 011/2022**

Leia-se: 04° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°. 011/2022

Permanecem inalterados os demais itens.

Irati, 16 de março de 2026.

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Agente de Contratação CIS-AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:2BFECF94

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE 63º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022

EXTRATO DE 63º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

Início: 13/03/2026 Validade/Término: 21/02/2027

Objeto: Aquisição de Etanol e Gasolina Comum e Aditivada para veículos da Frota do CIS/AMCESPAR.

Razão Social: **POSTO POSECOL LTDA**
CNPJ: n.º 78.143.674/0001-32.
Endereço: Rua Benjamim Constant, nº197, Centro-IRATI – PR
Representante Legal: José Carlos Ivasko - RG Nº 5.507.464-0 e Paulo Cesar Ivasko- RG Nº 57.241.020-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **REEQUILIBRIO DE PREÇO**
Fica alterado o valor contratual do item relacionado em virtude de pedido da contratada de reequilíbrio de preço, devidamente comprovado

Item	Produto	Valor Unt.	Valor Unt. com reajuste
1	Gasolina Comum	R$ 5,99	R$ 5,99
2	Gasolina Aditivada	R$ 6,29	R$ 6,69

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da ata de registro de preço, não atingido pelo presente termo aditivo.
E assim por estarem justos e contratados, assinam o presente termo aditivo na presença de testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores no fiel cumprimento.

Irati, 13 de março de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

POSTO POSECOL LTDA
Contratada
CNPJ: n. 78.143.674/0001-32

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:8D7FE5BA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 03° DO CONTRATO N°. 011/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 03° DO CONTRATO N°. 011/2023
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da AMCESPAR - CIS/AMCESPAR. Com CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
CONTRATADA: **PANKA IMÓVEIS LTDA**
CNPJ: º23.524.563/0001-84
OBJETO: Adiciona-se prazo de **vigência do contrato** em **06 (seis)** meses, a partir do último dia da vigência anterior, até 10/09/2026. A prorrogação importa em renovação do quantitativo contratado no importe proporcional. A prorrogação importa em renovação do quantitativo contratado no importe proporcional. A prorrogação de prazo na contratação definida neste instrumento, não importa em incremento de valores, ocorrerá através da manutenção do valor ora pactuado originário o contrato. Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados nos termos do artigo 107 da lei federal n°14.133/2021 e legislações pertinentes, do processo de administrativo de licitação n° 012/2023, da Inexigibilidade: 005/2023, qual originou o contrato n° 011/2023 para **Locação de imóvel, constituído de 12 (doze) salas no primeiro pavimento do Edifício Perola na Rua Dezenove de Dezembro, nº 280 – Bairro Centro, destinado a atividade Administrativa e Ambulatório Médico de Especialidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMCESPAR.**
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 07 de março de 2026.
FORO: IRATI-PR

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

PANKA IMÓVEIS LTDA
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:305449B6

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04 DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO N°014/2022

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 04 DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO N°014/2022
Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMCESPAR
Contratada: Angaí Comércio de Auto Peças Ltda - EPP
CNPJ: 81.896.789/0001-02
OBJETO: Adiciona-se prazo de vigência do contrato em 01 (um) ano, **até 17/03/2027**. A prorrogação importa em renovação do quantitativo dos itens contratados no importe proporcional. A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no artigo 65, II, alínea (b) e (c) e § 1° da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e em sincronia com aplicação da cláusula segunda do contrato originário. Para a **Contratação de empresa para Serviços de Borracharia, Consertos, Alinhamento, Balanceamento, Cambagem e Substituição de Materiais e Peças necessárias para manutenção e conservação dos veículos leves e pesados da Frota Cis/Amcespar.**
VALOR REGISTRADO: conforme o firmando em contrato.
Unidade: 01- CIS/AMCESPAR.
DATA DA ASSINATURA: Irati, 16 de março de 2026.

FORO: IRATI – PR

CIS/AMCESPAR
Contratante

ANGAÍ COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - EPP
CNPJ: 81.896.789/0001-02
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:66282522

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESCISÃO CONTRATO Nº 033/2024

RESCISÃO CONTRATO Nº 033/2024

A presidência do CIS/AMCESPAR, no uso das atribuições tendo como parâmetro os regramentos estatuídos na Lei 14.133/2021, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 059/2024, cujo objeto é a **Contratação de empresa para fornecimento de internet, por fibra ótica com Link de acesso à internet (fibra óptica) de 100 mbps com 100% de garantia de banda de download e upload com 1 IP dedicado para o CIS/Amcespar e Serviço de Acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), no mínimo 150 Mbps, por fibra ótica, para o setor CAPS do Consórcio Intermunicipal de Saúde**, **RESOLVE**:

RESCINDIR o contrato de forma amigável, nos termos do artigo 138 da Lei Nº 14.133/2021, tendo em vista os fatos narrados no expediente supracitado:
Processo Administrativo nº 059/2024
Contratante: CIS/AMCESPAR, CNPJ Nº. 00.358.098/0001-53

Contratada: **GGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA**
CNPJ: 04.873.690/0001-44

Objeto: **Contratação de empresa para fornecimento de internet, por fibra ótica com Link de acesso à internet (fibra óptica) de 100 mbps com 100% de garantia de banda de download e upload com 1 IP dedicado para o CIS/Amcespar e Serviço de Acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet), no mínimo 150 Mbps, por fibra ótica, para o setor CAPS do Consórcio Intermunicipal de Saúde**.

Razões da rescisão

Adoto por seus fundamentos o inteiro teor das informações apresentados no processo administrativo a qual, solicitou rescisão contratual ao setor de licitação. No intuito de dar continuidade nas atividades internas, utiliza-se do presente instrumento de rescisão dO contrato 33/2024.
Nessa esteira, depreende-se Fundamentação: artigo 138 da Lei Nº 14.133/2021, e Clausula Decima Segunda do Contrato, em conformidade com os procedimentos de informação da contratada.

Irati, 11 de março de 2026

BERTOLDO ROVER
Presidente CIS/AMCESPAR
Contratante

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:6FAB4C1E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 05/2026

Processo Administrativo nº 09/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução tecnológica para gestão do processo legislativo eletrônico da Câmara Municipal de Iporã – PR.
Considerando as informações, documentos e pareceres constantes no processo administrativo em epígrafe, bem como a justificativa

apresentada e a demonstração da necessidade da contratação, RATIFICO a contratação da empresa abaixo identificada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
Contratada: PLENUS GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ: 48.359.026/0001-84
Valor total da contratação: R$ 39.560,00 (trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais).
Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Determino a publicação do respectivo extrato para fins de publicidade e eficácia do ato, bem como a adoção das demais providências administrativas necessárias para a formalização do contrato.

Iporã/PR,13 de março de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:55B23CC6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 352/2026

AUTORIZA O SECRETÁRIO DE FINANÇAS A VIAJAR A CIDADE DE BRASÍLIA NO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **SECRETÁRIO DE FINANÇAS**, o Senhor **MANOEL MESSIAS MEIRA PEREIRA**, a viajar nos dias 16, 17, 18 e 19 de 2026, a cidade de Brasília no Distrito Federal, para reunião junto a Câmara Federal, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0543A301

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 353/2026

AUTORIZA O PROCURADOR GERAL A VIAJAR A CIDADE DE BRASÍLIA NO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **PROCURADOR GERAL**, o Senhor **RODRIGO RAHUAN GOULART**, a viajar nos dias 16, 17, 18 e 19 de 2026, a cidade de Brasília no Distrito Federal, para reunião junto a Câmara Federal, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C35E25B3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 354/2026

AUTORIZA O PROCURADOR JURÍDICO A VIAJAR A CIDADE DE BRASÍLIA NO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **PROCURADOR JURÍDICO**, o Senhor **ARILDO ANTONIO DE CAMPOS**, a viajar nos dias 16, 17, 18 e 19 de 2026, a cidade de Brasília no Distrito Federal, para reunião junto a Câmara Federal, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 03 (três) diárias.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A24D5DB3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 355/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA REGINA ROBERTO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 11 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **REGINA ROBERTO DA SILVA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 050.xxx.xxx-11, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 11 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5C79110B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 356/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ANDRESSA ANSELMO DA CRUZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 06 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ANDRESSA ANSELMO DA CRUZ,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 315.xxx.xxx-01, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 06 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:43B5F235

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 357/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA THAIS NAYARA CESTARI LEITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 12 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **THAIS NAYARA CESTARI LEITE,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 083.xxx.xxx-11, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **ODONTÓLOGA,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 12 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:527C43F0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 358/2026

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA JULIA VIANA KIVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-145/2026

RESOLVE:

I – Exonerar a pedido, a partir de 16 de março de 2026, a Servidora, **JULIA VIANA KIVEL,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 054.xxx.xxx-11, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para ocupante do Cargo de **MÉDICA VETERINÁRIA**, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 16 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:F15C5539

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026

CONTRATO Nº 068/2025
PREGÃO Nº 031/2025
CONTRATANTE: Município de Iporã – PR, CNPJ nº 75.738.484/0001-70.
CONTRATADA: A S M COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 39.707.719/0001-00.
OBJETO DO ADITIVO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal. Objeto do Aditivo: Reajuste de valor contratual em razão da elevação do preço do combustível no mercado, passando o valor unitário de **R$ 5,26 (cinco reais e vinte e seis centavos)** para **R$ 7,35 (sete reais e trinta e cinco centavos)**, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/2021..
FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 11/03/2026
VIGÊNCIA: Inalterada.
RATIFICAÇÃO: Mantidas as demais cláusulas do contrato original.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8B3BEE3D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade nº 07/2026. Objeto: Inscrição de Servidores em Curso de Capacitação: Câmara Municipal de Irati - CNPJ: 77.778.819/0001-09. Idadi Consultoria e Tecnologia - CNPJ: 58.511.090/0001-65.

Valor do objeto: R$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais) Dotação Orçamentária: 0103101012.001 – 3390390000. Prazo de execução/vigência: 2 meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.333/21, artigo 74, inciso III.
Câmara Municipal de Irati, 9 de março de 2026.

***SELMO DE LIMA VIEIRA* –**
Presidente.

Publicado por:
Michell Adalberto Szczpanik
Código Identificador:82D9B5E1

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 11/2026

PORTARIA nº 11/2.025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,
R E S O L V E
Art. 1º - Fica Concedido Diária a servidora da Câmara Municipal de Irati conforme especificado abaixo:
Nome da servidora: Ana Paula Kengerski – Matricula nr. 38 – Cargo: Diretora Geral
Data Início: 11/03/2026 - Data Fim: 13/03/2026
Nº de Diária: 2,50 - Valor Unitário: R$ 626,35 - Valor Total: R$ 1.565,87
Município Destino/UF: Curitiba-PR
Processo Administrativo nr. 07/2026
Tipos Padrão de Objetivo: Viagem de Capacitação
Objetivo da Viagem: Para participar do curso Processo Legislativo Orçamentário, com ênfase na LDO e na LOA, evento promovido pela União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Estado do Paraná.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, fica revogadas as disposições em contrário.
CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 10 de março de 2.026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:B3FE54B8

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 12/2026

PORTARIA nº 12/2.025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,
R E S O L V E
Art. 1º - Fica Concedido Diária a servidora da Câmara Municipal de Irati conforme especificado abaixo:
Nome da servidora: Rafella Maier – Matricula nr. 54 – Cargo: Assessora de Comunicação
Data Início: 11/03/2026 - Data Fim: 13/03/2026
Nº de Diária: 2,50 - Valor Unitário: R$ 626,35 - Valor Total: R$ 1.565,87
Município Destino/UF: Curitiba-PR
Processo Administrativo nr. 08/2026
Tipos Padrão de Objetivo: Viagem de Capacitação
Objetivo da Viagem: Para participar do curso Processo Legislativo Orçamentário, com ênfase na LDO e na LOA, evento promovido pela União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Estado do Paraná.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, fica revogadas as disposições em contrário.
CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 10 de março de 2.026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:AFC154D5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 173/2026

DECRETO Nº 173/2026

Dispõe sobre a designação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da Presidência, Vice-Presidência e da Secretaria Executiva.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 4.513/2018, bem como pelo Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam designados os membros que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para o período de dezembro de 2025 a dezembro de 2027, nos termos do art. 11 da Lei Municipal nº 4.513/2018, conforme segue:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Denis Cezar Musial
Suplente: Fernanda Rocha
Secretaria Municipal de Fazenda
Titular: Joby Ayub
Suplente: Renan Daibs
Secretaria Municipal de Educação
Titular: Priscila Stasiak
Suplente: Humberto Oliveira Ausec
Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Ana Elisa Ribeiro
Suplente: Jacira Quetin Isidoro
Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Legado Étnico
Titular: Cleidenete Pereira Winkler
Suplente: Igor de Oliveira Nascimento
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Titular: Frederico Ruva Neto
Suplente: Guilherme de Quadros Ribeiro

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati – APAE
Titular: Gislaine Gomes da Silva Bione
Suplente: Cristiane de Fátima Jacumasso
Associação Santos Inocentes – ASI
Titular: Tatiane Maria Horst Cardoso
Suplente: Sandra de Luca da Silva
Guarda Mirim de Irati
Titular: Gustavo de Oliveira
Suplente: Franciele de Paula Cordeiro
Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR
Titular: Cristina Malinowski do Nascimento
Suplente: Marina Lukavy
Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati – ANAPCI
Titular: Margarida de Jesus da silva Almeida
Suplente: Vilma de Fátima Oliveira
Programa do Voluntariado Paranaense – PROVOPAR
Titular: Vera Maria Gabardo
Suplente: Ana Paula Zavelinski
Art. 2º Ficam designados para os cargos da **Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, conforme deliberação do plenário:
I – **Presidente:** Gustavo de Oliveira;
II – **Vice-Presidente:** Renan Daibs.

Parágrafo único. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de **05 de fevereiro de 2025 a 05 de fevereiro de 2027**, nos termos da legislação vigente e do Regimento Interno do CMDCA.

Art. 3º Fica designado para exercer a função de Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA o servidor THIAGO VINICIUS MATTOSO GORTE, integrante do Departamento da Criança e do Adolescente, indicado pelo Secretário Municipal responsável pela política da criança e do adolescente, nos termos do art. 22 do Regimento Interno do CMDCA.

Parágrafo único. A função de Secretário Executivo será exercida nos termos do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, possuindo natureza administrativa e não se confundindo com mandato eletivo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 079/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 16 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:FEF7F45E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 174/2026

DECRETO Nº 174/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPM, do Município de Irati/PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 3º, inciso II, da Lei Municipal nº 4.116/2016,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam designados para compor o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres – CMPM, para o biênio 2026–2028, os membros representantes do Poder Público e de órgãos ou entidades representativas da sociedade civil, legalmente constituídos, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
a) Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Maria do Rocio da Silva Rosa
Suplente: Ana Paula Garcia do Nascimento Garcês Andrade
b) Secretaria Municipal de Fazenda:
Titular: Eduardo Aaron Clazer
Suplente: Renan Daibs
c) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:
Titular: Cleidenete Pereira Winkler
Suplente: Elenita Chuproski
d) Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania:
Titular: Lidiane Fátima de Deus
Suplente: Ana Gabriela
e) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Luciane Aparecida Brongel Rossa
Suplente: Elisangela Szychta
f) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Jéssica Mattos
Suplente: Carol Laurindo

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) SISMI – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Irati:
Titular: Maria Rosangela Likes
Suplente: Viviane Portela
b) CMEG – Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios de Irati:
Titular: Tirciana Strege Bini
Suplente: Sibele de Araújo Antunes
c) ANAPCI – Associação do Núcleo de Apoio ao Portador de Câncer de Irati:
Titular: Margarida de Jesus da Silva Almeida
Suplente: Vilma de Fátima Oliveira
d) Grupo de Estudos – Laboratório Mulheres, Discursividades e Resistência:
Titular: Katia Alexsandra dos Santos
Suplente: Thays Christina Brito
e) Associação dos Amigos da Santa Casa de Irati:
Titular: Marily de Fátima Traple
Suplente: Ana Cristina Bueno
f) ACIAI – Núcleo da Mulher Empreendedora de Irati (ACIAI Mulher):
Titular: Najli Marcondes Salomão
Suplente: Samara Pedrozo Coelho

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art. 3º- A função de membro do Conselho não será remunerada, sendo considerada prestação de relevantes serviços públicos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 202/2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 16 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:DB20F99D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 175/2026

DECRETO Nº 175/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora aprovada no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para o seguinte cargo:

CARGO: Professor Educação Infantil/ Lei nº 4.746/2019

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
CICERA GOMES DO AMARAL MARTINS	XXX.XXX.624-25	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 17 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:602074D3

PROCURADORIA
EXTRATO DE PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA - IAT

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA - LP / IAT

A Prefeitura Municipal de Irati, torna público que irá requerer ao IAT (Instituto Água e Terra) o pedido de Licença Prévia - LP , para a atividade de Serviço de Saúde para construção do Pronto Atendimento Médico - PAM, localizado na Avenida Virgílio Moreira esquina com Rua Nestor Clair, Bairro Canisianas, Município de Irati - PR.

Irati, Estado do Paraná, aos 16 de março de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:8789DC48

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 001/2026/ CACS FUNDEB

RESOLUÇÃO Nº 001/2026/ CACS FUNDEB

SÚMULA: Aprova o Plano de Trabalho e o repasse de subvenção com recursos do FUNDEB à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati – APAE, para remuneração e aperfeiçoamento de profissionais da educação e investimentos em infraestrutura educacional.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS FUNDEB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.881/2021, de 09 de abril de 2021, e considerando a deliberação em reunião ordinária realizada em 06 de março de 2026, conforme Ata nº 01/2026,
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati – APAE, visando à formalização de Termo de Colaboração com o Município de Irati para a prestação de serviços educacionais destinados ao atendimento de estudantes da Educação Básica matriculados na Escola José Duda Júnior – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade de Educação Especial.
Art. 2º- Aprovar o repasse de recursos do FUNDEB à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Irati – APAE, no valor total de R$ 780.070,73 (setecentos e oitenta mil, setenta reais e setenta e três centavos), distribuídos da seguinte forma:

I – R$ 497.773,06 (quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e três reais e seis centavos) destinados à remuneração e aperfeiçoamento de profissionais da educação;
II – R$ 192.297,67 (cento e noventa e dois mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos) destinados à aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis;
III – R$ 90.000,00 (noventa mil reais) destinados à manutenção e conservação de bens imóveis.

Art. 3º- O repasse dos recursos ocorrerá conforme o Plano de Aplicação e o cronograma de desembolso previstos no Plano de Trabalho apresentado pela entidade e aprovado pela plenária do Conselho.

Art. 4º- A vigência do Termo de Colaboração será até 31 de maio de 2027, podendo ser prorrogada mediante solicitação formal ao Município de Irati, observadas as disposições legais aplicáveis.

Art. 5º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irati,16 de março de 2026.

KELLEN CROVADOR
Presidente do CACS – FUNDEB.

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:0B9DE69B

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Inexigibilidade nº 024/2026. Contrato de Fornecimento n° 034/2026.
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 019/2025, Pregão Eletrônico nº 023/2025, do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU, para aquisição de veículo automotor novo tipo sedan para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Contratada: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. CNPJ: 59.104.422/0103-84. Valor global contratado: R$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula Nº 5067330
Designado Pela Portaria Nº 119/2025

Publicado por:
Elike Alceu Vasco
Código Identificador:C4595D8F

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

Pregão Eletrônico nº 004/2026. Objeto: Aquisição de tablets para uso dos Agentes de Controle de Endemias do Município de Irati-PR, custeados com recursos do Ministério da Saúde por meio da Resolução SESA nº 605/2024 - (ProVigia – PR), visando apoiar as ações de vigilância em saúde, e de painéis eletrônicos de chamada de senha para as Unidades Básicas de Saúde. Contrato de fornecimento nº 028/2026. Contratada: D&P Previdência Ltda, CNPJ: 57.991.151/0001-76. Valor contratado: R$ 22.499,75 (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) referente ao item 01. Contrato de fornecimento nº 029/2026. Contratada: Double Soluções e Tecnologia Ltda, CNPJ: 26.587.509/0001-76. Valor contratado: R$ 24.499,95 (vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) referente ao item 02. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

Pregão Eletrônico nº 011/2026. Contrato de prestação de serviços nº 030/2026. Objeto: Contratação de empresa para administração de cartões para distribuição de renda, conforme Lei Municipal nº 4984/2022 de acordo com as especificações do Termo de Referência (anexo I) do edital. Contratada: Servnet Instituição de Pagamento Ltda, CNPJ: 29.759.316/0001-43. Valor contratado R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) com a taxa de Administração de 0,00% (zero por cento). Prazo de execução: 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

Pregão Eletrônico nº 040/2025. Contrato de prestação de serviços nº 035/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenciamento de software e de hardwares móveis e fixos para controle de estacionamento regulamentado e similares nas vias e logradouros públicos denominados ESTAR, no Município de Irati/PR. Contratada: Cidatec Tecnologia e Sistema Ltda, CNPJ: 23.967.282/0001-04. Valor contratado: R$ 3.933.333,33 (três milhões, novecentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) referente ao item 01. Prazo de execução: 30 (trinta) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de livros literários para Educação Infantil e Ensino Fundamental por faixa etária. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026. Contratada: Vizu Editora e Distribuidora de Livros Ltda. CNPJ: 02.593.711/0001-42. Valor Contratual: R$: 1.000.692,00 (um milhão, seiscentos e noventa e dois reais) para o

lote 01. Prazo de execução: 12 (doze) meses. Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula nº 5067330
Designado Pela Portaria Nº 119/2025

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:8CD41FDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
LEI Nº 2.062/2026 - AUTORIZA CREDITO ADICIONAL ESPECIAL

LEI Nº. 2.062/2026

SÚMULA. Dispõe sobre a ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL e, dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, SR. AMARILDO TOSTES, no uso de suas Atribuições Legais, SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a chefe do Poder Executivo Municipal, **AUTORIZADO** a abrir no corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial no valor de R$ 41.896,80 (Quarenta e um mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos) destinados as despesas não previstas na Lei Orçamentária nº. 2059/2025 em execução, a saber:

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	R$.
10.000.00.000.0000.0000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.001.10.301.0001.2051	**Gestão de Recursos Federais em Saúde**		
33.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	011051	30.360,00
10.002.10.305.0001.2050	**Vigilância Epidemiológica**		
33.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	011051	11.536,80
TOTAL DO CRÉDITO			***41.896,80***

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

PROGR. FUNCIONAL	ÓRGÃO	FONTE	R$.
10.000.00.000.0000.0000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.001.10.301.0001.2051	**Gestão de Recursos Federais em Saúde**		
31.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	011051	30.360,00
10.002.10.305.0001.2050	**Vigilância Epidemiológica**		
31.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	011051	11.536,80
TOTAL DO CRÉDITO			***41.896,80***

Artigo 3º - Altera-se as Leis 2.057/2025 (PPA), 2.040/2025 (LDO) e 2.059/2025 (LOA).
Prefeitura Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:4EA94483

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 004/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.
O Município de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia **30/03/2026**, seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para Registro de Preços para Contratação de Empresa para Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Copa, Cozinha, Higiene e Limpeza, para atender o Programa da Cozinha Comunitária, que tem por objetivo fornecer refeições prontas para pessoas carentes do Município de Itambaracá, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Idoso.
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 17/03/2026 às 08h30min do dia 30/03/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 30/03/2026 às 08h59min do dia 30/03/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 30/03/2026.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações".
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital nº 004/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por ITEM estará à disposição dos interessados a partir do dia 17/03/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal.
Informações através do e-mail: licitacao@itambaraca.pr.gov.br ou pelo telefone (43) 3543-1224.

Itambaracá/Pr, 16 de março de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tamires Fernanda Teixeira
Código Identificador:591B009F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 052/2026

Súmula: Constitui Comissão de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar.

ANANIAS SOARES VIEIRA, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I. CONSIDERANDO o disposto no nos artigos 218 e seguintes da LCM nº 631/1994 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itambé, Estado do Paraná, de 31 de outubro de 1994.
II. CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 221, § único da LCM nº 631/1994, o qual prevê a formação de comissão para julgamento de pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE

Art. 1.º - Designar os Servidores, **VALDIRENE APARECIDA SCODRO PEIXOTO,** portadora do CPF sob n.º 934.***.***-20, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social II, matrícula nº 8307, como PRESIDENTE, a Servidora **ANA BEATRIZ LOURENCO DE SANTANA,** portadora e do CPF sob n.º 954.***.***-00, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 7411, **KARINA RENATA SANCHES DOS SANTOS,** portadora do CPF sob n.º 067.***.***-89, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar De Creche, matrícula nº 8150, **MARLY MARCOLA DUARTE,** portadora do CPF sob n.º 919.***.***-04, ocupante do Cargo de Provimento

Efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 8039 para, constituírem Comissão para revisão de Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo Disciplinar inaugurado sob o n.º 001/2025, instaurado em razão dos atos faltosos praticados pelo Servidor **DARCI DOS SANTOS,** portador do CPF/MF sob o n.º 965.***.***-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, matrícula 7301, residente e domiciliado nesta municipalidade.

Art. 2.º - Considerando que o Servidor apresentou peça intitulada "recurso administrativo" e no Estatuto dos Servidores em seu artigo 218, traz a possibilidade de pedido de revisão do processo administrativo disciplinar, por justificativa de inadequação de penalidade aplicada, fica neste ato recebido o recurso, nos termos do mencionado artigo, como revisão do processo.

Art. 3.º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial e, consequentemente, para a expedição do Relatório Final, conforme preceitua o art. 223 da Lei Municipal n.º 631/1994.

Art. 4.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, aos 16 dias do mês de março do ano de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:9847A42A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4247/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4247/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Creoilton dos Santos – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.363.377/0001 – 46.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assentamento e alinhamento de meios fios e paver, em passeios públicos localizados na Zona Urbana do Município de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90003/2026.
Valor do Contrato: R$ 73.980,00 (Setenta e três mil, novecentos e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Data do Contrato: 16 (dezesseis) de Março de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:14F2B168

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4248/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4248/2026-PMID'O
CONTRATANTE: Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Manoel Ribas, 620, inscrito no CGC/MF nº 76.995.430/0001 - 52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Vilmar Schmoller, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.384.665 - 3 SSP/PR e do CPF/MF nº 786.910.449 - 34, e
CONTRATADA: Executta Engenharia de Obras Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 53.749.960/0001 – 15, localizada Rua Santa Maria, 3501, Bairro Industrial na cidade de Realeza, Estado do Paraná, nesse ato representada pelo Senhor Alecsandro Copatti, sócio administrador, portador do RG nº 8.162.859 - 9 SESP/PR e do CPF nº 054.366.089 – 30, na cidade de Realeza, Estado do Paraná.
OBJETO: Construção de infraestrutura urbana (lazer), contendo: 01 parque infantil - API03 com cerca e implantação. Serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; alvenaria, divisória, muros e fechos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos e demais itens e especificações constantes em projeto, com conformidade com o Edital de Concorrência Eletrônica Nº 90012/2025.
VALOR: R$ 120.600,00 (Cento e vinte mil e seiscentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (Cento e oitenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (Trezentos e sessenta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: Itapejara D'Oeste – PR, 16 (dezesseis) de Março de 2026.
FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.
Itapejara D'Oeste – PR, 16 (Dezesseis) de Março de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

ALECSANDRO COPATTI,
Executta Engenharia de Obras LTDA – EPP

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:54924CD3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 062/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 062/2026
DATA: 13/03/2026
SÚMULA: Altera o Cronograma Financeiro para o Exercício Financeiro de 2026.
O Prefeito Municipal de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor Vilmar Schmoller, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado o Decreto 292 de 18 de dezembro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas do cronograma de desembolso, alterações adicionais do cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o anexo I do decreto.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de março de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:13C49524

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 063/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 063/2026
DATA: 13.03.2026

SÚMULA: Dispõe sobre nomeação referente ao Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82 da Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná;
DECRETA:
Art. 1°) Nomear a partir de 16.03.2026 a Sra. Ramaianny Helen Fidelis Osório, portadora do CPF n° 010.191.999-97 e Cédula de

Identidade RG n° 10.631.818-2, expedida pela SESP/PR, para o Cargo de Professora, com carga horária de 20:00 (vinte horas) semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação, face a aprovação em 40° lugar no Processo Seletivo n° 002/2025.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 13 (treze) dias do mês de março de 2026.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F7D6CB8A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 166 A Nº 169/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 166/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Vilson nonato, Matrícula: 112.356-1. Órgão de Lotação: Departamento de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhante: Atletas. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 13/03/2026 as 11h30 e retorno dia 14/03/2026 as 19h30. Destino: São Mateus do Sul. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Van (Oficial). Finalidade da viagem: Paranaense de Futsal Sub 11. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 12.03.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 167/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 017.438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 20/03/2026 as 08h30 e retorno dia 20/03/2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Strada Placa UBH-9A89 (Oficial). Finalidade da viagem: Capacitação – Escola de Conselhos do Paraná - CMDCA. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UTFPR. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 12.03.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 168/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 017.438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 19/03/2026 as 08h30 e retorno dia 19/03/2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Strada Placa UBH-9A89 (Oficial). Finalidade da viagem: Capacitação – Escola de Conselhos do Paraná - CMDCA. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UTFPR. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 12.03.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 169/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ivanildo Copetti, Matrícula: 017.438-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17/03/2026 as 08h30 e retorno dia 17/03/2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Strada Placa UBH-9A89 (Oficial). Finalidade da viagem: Capacitação – Escola de Conselhos do Paraná - CMDCA. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UTFPR. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 12.03.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:628C3F0C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 170/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 170/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111546-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Motorista. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 14/03/2026 as 06h30 e retorno dia 14/03/2026 as 17h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Strada placa UBH9A89. Finalidade da viagem: Levas pessoa em acompanhamento pela PSE, para visita a filha no centro de socioeducação. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 13.03.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:497A9BA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2026.
"REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO"

A Câmara Municipal de Itaperuçu, em conformidade com Art. 75, inciso I e o §3° – da Lei Federal n° 14.133/2021, torna público aos interessados que estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, entre os dias **16/03/2026 ao dia 19/03/2026**, proposta de preços para dispensa de licitação, pelo menor preço GLOBAL ofertado, tendo em vista a "Aquisição de Coffee Break para os eventos e sessões especiais realizados pela Câmara Municipal de Itaperuçu".

Eventuais interessados devem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a esta Casa de Leis escolherá a mais vantajosa, via e-mail:camaralicitacoesita@gmail.com ou via protocolo junto ao departamento de licitação, na sede da Câmara Municipal da Itaperuçu - PR, Av. Crispim Furquim de Siqueira, nº 1.060, Butierinho, cidade de Itaperuçu - PR, CEP: 83560-000.
Propostas deverão ser encaminhadas a CPL até as **16h00m** do dia **19/03/2026.**
Valor estimado do serviço é de R$ 44.677,50 (quarenta e quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)
Dúvidas e informações entrar em contato com a CPL, através do e-mail:camaralicitacoesita@gmail.com

Data Para Aberturadas propostas: 19/03/2026 às: 16:30 horas

Critério de Julgamento: *menor preço global*

PREFERÊNCIA: Nos termos do art.4°,da Lei Federal n°14.133/2021,a PARTICIPAÇÃO nesta dispensa de licitação será EXCLUSIVA para Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte ou Empresários Individuais qualificados com os tais, nos termos da Lei Complementar nº123/2006. Sendo ainda aplicada a exclusividade para empresas sediadas na Comarca de Rio Branco do Sul, nos termos da lei municipal 735/2021.

O Termo de Referência da Dispensa, estudo técnico e demais arquivos Poderão ser solicitados através do e-mail: *camaralicitacoesita@gmail.com*.

Itaperuçu, 16 de março de 2026.

ADEMIR URBANO DOS SANTOS
Pregoeiro – Câmara Municipal de Itaperuçu/PR
Decreto Nº 04 de 07 de Março de 2026

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:C7553FE4

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 971/2026 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: INSTITUI O PROJETO/ATIVIDADE DE FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL (CMAS) NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPERUÇU, AUTORIZA SUA INCLUSÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS (QDD) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU, ESTADO DO PARANÁ,** aprovou, e eu, **EDILSON RUIZ DE FREITAS**, Prefeito Municipal, sanciono seguinte **Lei:**

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social de Itaperuçu, o Projeto/Atividade denominado Fortalecimento de Controle Social (CMAS).

Art. 2º. O referido projeto tem por objetivo assegurar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, garantindo recursos para:
I) Aquisição de materiais de consumo;
II) Contratação de serviços de terceiros (pessoa física e jurídica);
III) Realização de capacitações e apoio logístico;
IV) Manutenção de atividades administrativas e aquisição de equipamentos permanentes.

Art. 3º. Para a execução deste projeto, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), a partir do exercício de 2026, a dotação orçamentária sob a Fonte 940 (Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria 113/2015), conforme a seguinte estrutura:

Detalhamento da Despesa (Estimativa Anual)

Natureza da Despesa	Descrição	Valor Estimado (R$)
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	15.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	22.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	45.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00
TOTAL		**132.000,00**

Art. 4º. Fica autorizada a transferência de recursos entre as naturezas de despesa previstas no Art. 3º ao longo do exercício financeiro, conforme a necessidade administrativa e respeitadas as normas legais vigentes**.**

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação**.**

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:DE9591FA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 89/2026 DE 03 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequado o cargo da servidora **JULIANE APARECIDA VIDAL TEIXEIRA,** portadora do RG **Nº *******432/PR,** sob o número de matrícula **10151**, nomeada através da Portaria Nº 008/2003, e readequada pela Portaria Nº 372/2025, para ocupar o cargo de **COORDENADOR DE EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL,** junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:0A0C5886

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 90/2026 DE 03 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequado o cargo do servidor **ELTON ERICK ROCHA NOVKA,** portador do RG **Nº *******802/PR,** sob o número de matrícula **62491**, nomeado através da Portaria Nº 465/2024, e readequado pela Portaria 372/2025, para ocupar o cargo de **COORDENADOR DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS,** simbologia CC-04, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:D167AEFF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 91/2026 DE 03 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequado o cargo do servidor **PAULO RICARDO PINTO FERRO,** portador do RG **Nº *******774/PR,** sob o número de matrícula **67951**, nomeado através da Portaria Nº 558/2025, e readequado pela Portaria Nº 79/2026, para ocupar o cargo de **COORDENADOR DE COTAÇÃO DE PREÇOS E ANÁLISE DE ORÇAMENTOS,** simbologia CC-05, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:36E87598

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 92/2026 DE 03 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**

Art.1º- Fica readequada a lotação e o cargo da servidora **ELIS FERNANDA SANTOS NATEL,** portadora do RG **Nº *******761/PR,** sob o número de matrícula **63561**, nomeada através da Portaria Nº 658/2024, e readequada pela Portaria Nº 372/2025 para ocupar o cargo de **GESTOR DO NÚCLEO DE ESCRITURAÇÃO**

CONTÁBIL, simbologia CC-08, junto a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:0BD7D322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº102/2024 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 102/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 050/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: RODRIGO ZIMER LEMOS
CNPJ: 49.236.501/0001-60
OBJETO: "CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS PROFISSIONAIS DE ESPORTES SENDO 1 (UM) TREINADOR DE GOLEIROS PARA FUTEBOL DE CAMPO".
DO VALOR: R$ 19.296,00 (DEZENOVE MIL DUZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 02 DE MARÇO DE 2026
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 18 DE JUNHO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 18 DE JUNHO DE 2027.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D9845E0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº103/2024 - RENOVAÇÃO

CONTRATO Nº 103/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 050/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: VILMAR WOZNIAK
CNPJ: 49.265.396/0001-07
OBJETO: "É OBJETO DESTE CONTRATO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOS PROFISSIONAIS DE ESPORTES SENDO 1 (UM) TREINADOR PARA FUTEBOL DE CAMPO".
DO VALOR: R$ 19.392,00 (DEZENOVE MIL TREZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 02 DE MARÇO DE 2026
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 18 DE JUNHO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 18 DE JUNHO DE 2027.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:57168FAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LOTE – PREGÃON° 07/2026

A Prefeitura Municipal de Itaperuçu, por meio da Pregoeira e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados que, referente ao Edital de Pregão nº 07/2026, fica CANCELADO o LOTE II do referido processo licitatório.

O cancelamento ocorre em razão da constatação de erro na descrição dos produtos constantes no referido lote, o que pode comprometer a correta formulação das propostas e a lisura do processo.

Informamos que o LOTE I permanece inalterado e seguirá normalmente com o andamento do certame, conforme as disposições previstas no edital.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações pelo endereço Av. Crispim Furquim de Siqueira, 1800, Centro Itaperuçu ou pelo telefone 3603-1381.

Itaperuçu/16 de março de 2026.

LETICIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:904B2638

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 216 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023 EDITAL DE NÃO COMPARECIMENTO

A Secretária Municipal de Administração de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final e homologação do Edital n° 01/2023 - Concurso Público desta Prefeitura, considerando os termos do Edital nº 01/2023, considerando o Edital complementar de convocação n° **215.**
Resolve:

Art. 1º. Tornar público o**não comparecimento**da candidata abaixo relacionada.
RECEPCIONISTA

Class*	Nome	Grupo	Nota
028	LAURA RENATA DE OLIVEIRA NOVAK	AC	65,00

AC* (Ampla Concorrência).
PCD* (Pessoa com deficiência).**
CN** (Candidato Negro).**
Class* (Classificação).
Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 06 de março de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Interina de Administração

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:B4759C1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 070/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: EMPRESA LEONARDO GABRIEL CHIMELLI GHELLER LTDA
CNPJ: 29.914.632/0001-42
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS HIDROSSANITÁRIOS, TELHAS E FERRAMENTAS EM GERAL E MATERIAIS ELÉTRICOS, MENOR PREÇO POR LOTE REPRESENTADO PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (APLICADO SOBRE O VALOR MÁXIMO ESTIMADO DE UTILIZAÇÃO DA TABELA DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL (SINAPI) - PARA CADA LOTE).
DO PRAZO: 12 (DOZE) MESES, INICIANDO-SE EM 28 DE MARÇO DE 2026 E ENCERRANDO-SE EM ATÉ 28 DE MARÇO DE 2027.
DATA DA ASSINATURA: 04 DE MARÇO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:7758C999

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 107/2026

PORTARIA Nº 107/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares a servidora Miriam Pereira e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pela servidora e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares a servidora Miriam Pereira**,** matrícula nº 349**,** CPF 067.6**.***-03, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (Gari), lotada lotado na Divisão de Serviços Urbanos e Rurais - Diretoria Executiva de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico, para o período aquisitivo de 2024/2025, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 16/03/2026 e 30/03/2026, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento da servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:F50A6038

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 108/2026

PORTARIA Nº 108/2026

Revoga a Portaria nº 102/2026 e determina o retorno ao trabalho da servidora Neuza José Felix, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 085/90,

CONSIDERANDO a concessão de prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Neuza José Felix, por meio da Portaria nº 102/2026;

CONSIDERANDO a realização de perícia médica oficial, que concluiu pela existência de incapacidade laborativa temporária e pela desnecessidade de afastamento, recomendando o retorno imediato ao trabalho com ressalvas;

CONSIDERANDO o princípio da legalidade e a necessidade de adequação dos atos administrativos à conclusão técnica da perícia médica;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 102/2026, que concedeu prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Neuza José Felix, matrícula nº 434, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Hospital Municipal – Divisão de Saúde.

Art. 2º Fica determinada a cessação da licença para tratamento de saúde anteriormente concedida.

Art. 3º A servidora deverá retornar ao exercício de suas funções a partir do dia 18 de março de 2026, devendo apresentar-se ao setor de Recursos Humanos e à sua unidade de lotação para regular reassunção das atividades.

Art. 4º O retorno ao trabalho deverá observar as restrições indicadas na perícia médica oficial, devendo a servidora exercer suas atividades sem a realização de tarefas que demandem subir ou descer escadas, longas caminhadas ou permanência por períodos prolongados em pé.

Art. 5º Caberá à chefia imediata e ao setor competente da Divisão de Saúde adotar as medidas necessárias para adequação das atividades da servidora às restrições médicas estabelecidas.

Art. 6º O não comparecimento injustificado na data estabelecida poderá caracterizar falta funcional, sujeitando a servidora às medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:82DE4689

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 109/2026

PORTARIA Nº 109/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de Licença Prêmio à servidora Natália Costa dos Santos Azevedo e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GOIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, com base no Artigo 102, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 085/90; **Considerando** requerimento apresentado pela Servidora Pública; **Considerando** o cumprimento de interstício de 05 anos de ininterrupto exercício junto ao Poder Executivo, sem que haja concorrido qualquer causa prevista no artigo 103 da Lei Municipal n° 85/1990, **RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder o fracionamento da Licença Prêmio à servidora Natália Costa dos Santos Azevedo, matrícula nº 363, CPF 083.3**.***-23, com o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Hospital Municipal – Divisão de Saúde – Diretoria

Executiva de Saúde, conforme Artigo 102 da Lei Municipal nº 085/90, para o período aquisitivo de 2014/2019, conforme detalhado abaixo:

I - O período da licença prêmio fracionado será usufruído entre os dias 13/03/2026 e 26/04/2026, totalizando 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13/03/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:DDEF8FAC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DECRETO MUNICIPAL 029-2026

EXTRATO DECRETO MUNICIPAL Nº 029/2026
Processo Administrativo Sancionador nº 03/2026. Contrato nº 170/2023 – Concorrência nº 005/2023. Interessada: R. M. Ribas – Obras e Serviços – EIRELI – ME, CNPJ nº 28.959.353/0001-32. O Prefeito Municipal de Itaúna do Sul/PR, no exercício de sua competência legal, proferiu decisão final reconhecendo o inadimplemento contratual da empresa acima identificada, em razão de atrasos, paralisações, inconformidades técnicas e não conclusão do objeto do Contrato nº 170/2023. Foram aplicadas as seguintes penalidades administrativas: multa contratual no valor total de R$ 104.953,97; suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Itaúna do Sul, pelo prazo de 02 (dois) anos; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos. Foi também reconhecido prejuízo ao erário no valor de R$ 30.423,90, com determinação de encaminhamento dos autos à Procuradoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis visando ao ressarcimento. Fica assegurado à interessada o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de recurso administrativo cabível. Itaúna do Sul – PR, 16 de março de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:F5710293

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 028/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 028/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 015/2026
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em saúde no Hospital Municipal de Ivaí.
CONTRATADA: JCCV SERVICOS MEDICOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 1.460.136,00
Vigência: 06 meses
Data da assinatura: 13/03/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

JOSE CARLOS CAMARGO VARGAS –
Representante Legal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:ABFFFDE1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 072/2026

DECRETO Nº 072/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **ILIZANDRA DE FATIMA RIBEIRO GIOVANETI,** RG N.º **10.032.972-7** PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível B, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 16 de Março de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 16 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:D63196B2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUXILIAR ADMINISTRATIVO - PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, realizado para admissão no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** ,

C O N V O C A
FABIANA APARECIDA DA SILVA ROHDEN, aprovada pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o próximo dia 18 de março de 2026.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 16 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:436B06DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº. 250/2023 CONCORRÊNCIA Nº. 001/2023-PMI ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 02.539.384/0001-40.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do Contrato de Execução de Obra nº. 250/2023, firmado com a empresa EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA para a Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), Lote 01 – Vila Rural com área de 12.407,75 m² compreendendo as seguintes etapas: serviços preliminares; terraplenagem; base e sub-base; revestimento asfáltico; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; drenagem; e ensaios de controle tecnológico.**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VALOR: **Inalterado.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 240 (duzentos e quarenta) dias.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **16 de março de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **11 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 16 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:8A9E8011

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Referência: Dispensa de Licitação nº 010/2026 Processo nº 315/2026

A Prefeitura Municipal de Ivatuba/PR torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objetivo: **Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de armações e lentes de grau para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ivatuba,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

Visando atender o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.333/2021 abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

Data e horário limite para apresentação das propostas:	Data: **19/03/2026** Entrega física: até às 17h (horário de expediente) Envio em endereço eletrônico: até às 23h59min.
Referência de Horário:	Horário de Brasília – DF.
Endereço eletrônico e físico para entrega da proposta	E-mail: licita@ivatuba.pr.gov.br e/ou ivatubalicitacao@gmail.com. Protocolo (Licitação): Rua Marechal Floriano, nº 797, Centro, Ivatuba/PR, CEP: 87.130-000.

Edital, modelo de proposta e este aviso podem ser visualizados no site oficial municipal, sendo https://ivatuba.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes a partir de 17 de março de 2026.
Ivatuba/Pr, 16 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:BE95C2E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026-PMI

CONTRATO Nº. 022/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **JOSE GOMES NETO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 35.366.414/0001-13.**
OBJETO: **Credenciamento de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de Consultas Médicas na Especialidade de Ortopedia para o Município de Ivatuba**
FISCAL DESIGNADO: **Adriana Aparecida Pinto Zulato e Carla Mazzotti Presa, lotadas na Secretaria de Saúde.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unt. R$	Valor Total R$
01	Consulta	750	Consultas Especializadas em Ortopedia	70,00	52.500,00
TOTAL					**52.500,00**

VALOR: **R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **16 de março de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **16 de março de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 16 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:DFAC35F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026-PMI

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 005/2026-PMI, que tem por objeto: Credenciamento de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de Consultas Médicas na Especialidade de Ortopedia para o Município de Ivatuba, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor de JOSE GOMES NETO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 35.366.414/0001-13, no valor total de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)

Ivatuba - Pr, 16 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:7C8F2383

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026-PMI CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2026-PMI TERMO DE CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.285.337/0001/54, com sede na Rua Marechal Floriano, nº. 797, na Cidade de Ivatuba, Estado do Paraná, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **VARLEI VERCEZI**, portador do CPF nº. 568.***.***-68 e do RG nº 4.***.***-0 – SSP/PR, residente e domiciliado nesta Cidade, RESOLVE credenciar as empresas indicadas neste TERMO, de acordo com a classificação que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o **Credenciamento de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços de Consultas Médicas na Especialidade de Ortopedia para o Município de Ivatuba**,

conforme especificações nos autos do procedimento de Inexigibilidade nº 005/2026-PMI.

1.2. Objeto da Contratação:

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Valor Unt. R$	Valor Total R$
01	Consulta	750	Consultas Especializadas em Ortopedia	70,00	52.500,00
TOTAL					**52.500,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente termo é de 12 (doze) meses contado a partir da assinatura datado em 16 de março de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CREDENCIADOS

3.1. Conforme descrito em Instrumento convocatório:

Após a análise da documentação, caso não sejam convocados todos os credenciados, ao mesmo tempo, será observado como critério para contratação a convocação dos credenciados por ordem de inscrição, como traz o Decreto Municipal nº 186/2025 que diz:

Art.11. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, podendo ser adotados, dentre outros, os seguintes:
I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;
II – Sorteio;
III – Localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

Desse modo os credenciados serão inicialmente classificados pela ordem de inscrição, no caso, ordem de credenciamento.

3.2. Segue como credenciado até o presente momento a empresa:

Nº	NOME DA EMPRESA/CNPJ
01	JOSE GOMES NETO SERVICOS MEDICOS LTDA - 35.366.414/0001-13

4. DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do presente termo de credenciamento, os credenciados ficarão à disposição da administração para convocação e contratação, momento em que os credenciados assinarão o termo contratual para que sejam definidos todos os critérios, de valor, execução, vigência e forma de prestação de serviço do objeto aqui licitado.

Ivatuba/Pr, 16 de março de 2026.

Município De Ivatuba
VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Jose Gomes Neto Servicos Medicos LTDA
JOSÉ GOMES NETO
Representante Legal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:72E6EF6A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
DECRETO N° 003/2026

DECRETO N.º 003/2026

Concede recomposição salarial aos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal (Vereadores), nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e da Lei Municipal 010/2024 e dá outras providências.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 004/2026 DE 12/03/2026, PROMULGA O SEGUINTE**:**

DECRETO

Artigo 1º - Atendendo o disposto na Lei Municipal n.º 004/2026 de 12 de março de 2026, que *"Concede recomposição salarial aos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal (Vereadores), nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e da Lei Municipal n° 010/2024 e dá outras providências"*, fica por este Decreto concedido recomposição salarial aos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal (Vereadores), da seguinte forma e percentual a baixo:

Parágrafo Único – Concede recomposição salarial de 4,30% (quatro ponto trinta por cento), segundo INPC/IBGE, aos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal (Vereadores), relativa às perdas inflacionárias acumuladas no período de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026, conforme dispõe o artigo 1º da Lei Municipal n.º 004/2026;

Artigo 2º - O índice de recomposição dos Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal, nos termos do artigo 2° da Lei n°. 004/2026, será pago em parcela única, devendo ser calculado sobre a folha de pagamento do mês de janeiro de 2026, e pago na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2026.

Artigo 3º - Este Decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao 1° de fevereiro de 2026, conforme dispõe o artigo 4° da Lei Municipal n° 004/2026.

Câmara Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:3BAA0D9E

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 003/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ-PR.
FORNECEDOR: COPEL DISTRIBUIDORA – S.A.
VALOR: R$ 9.000,00
DATA: 16/03/2026

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:26CB245E

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 004/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 004/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROFISSIONAL PARA AQUISIÇÃO DE INSCRIÇÃO PARAA A PARTICIPAÇÃO DE CURSOS E TREINAMENTOS PARA A CÂMARA MUNICIPAL.
FORNECEDOR: CCGP – CENTRO DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA.

VALOR: R$ 8.310,40
DATA: 16/03/2026

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:C7645C18

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
PORTARIA N° 015/2026

PORTARIA Nº 015/2026

JUVALDI FERREIRA TOMAZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Regimentais...
RESOLVE

CONCEDER, recesso no dia **20/03/2026,** (sexta-feira), não havendo expediente na Câmara Municipal de Jaguapitã, em razão do Padroeiro Municipal dia de São José, no dia 19/03/2026 (quinta-feira).

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se
Comunique-se

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Jaguapitã, Paraná, em 16 de março de 2026.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:59DF8A65

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO Nº 29/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
C.N.P.J. 75.457.341/0001-90
Av. Minas Gerais Nº 220
Decreto nº 29/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 5/2026 de 13/03/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 4.702.099,50 (quatro milhões setecentos e dois mil e noventa e nove reais e cinqüenta centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos Anulação de Dotação , Excesso de Arrecadação , Superávit Financeiro, verificado a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64:

SUPLEMENTAÇÃO			
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.010		**DIVISÃO DE OBRAS**	
06.010.16.482.0028.1.229		**Construção de Unidades Habitacionais**	
890 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	26.000,00
854 - 4.4.90.51.00.00	32028	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.600.000,00
09		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**	
09.010		**DIVISÃO DE ESPORTES**	
09.010.27.812.0021.1.088		**Revitalização e Reforma do Campo Municipal - Estádio Maguila**	
870 - 4.4.90.51.00.00	507	OBRAS E INSTALAÇÕES	116.871,83
862 - 4.4.90.51.00.00	32029	OBRAS E INSTALAÇÕES	238.750,00
869 - 4.4.90.51.00.00	32033	OBRAS E INSTALAÇÕES	600.000,00
866 - 4.4.90.51.00.00	501	OBRAS E INSTALAÇÕES	125.454,10
09.010.27.812.0021.1.230		**Construção de Salas de Luta**	
895 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	20.168,20
894 - 4.4.90.51.00.00	32030	OBRAS E INSTALAÇÕES	358.125,00
09.010.27.812.0021.1.231		**CONSTRUÇÃO MEU CAMPINHO**	
897 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	116.730,37
896 - 4.4.90.51.00.00	32032	OBRAS E INSTALAÇÕES	500.000,00
		Total.....:	**4.702.099,50**

Artigo 3º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

REDUÇÃO			
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.020		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.020.15.452.0013.2.057		**Manutenção da Iluminação Pública**	
172 - 3.3.90.39.00.00	507	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	116.871,83
10		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010		**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010.10.301.0010.2.034		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica**	
489 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	162.898,57
		Total.....:	**279.770,40**

Superavit Financeiro nas Fonte(s):		
3501 Receitas de Alienações de Ativos	501	125.454,10
	Total:	**125.454,10**

Excesso de Arrecadação:	
Receita: 2.4.1.4.99.0.1.0.1.00.00.00.00 Programa Moradia Digna - Convenio n. 970840-2024	2.600.000,00
Receita: 2.4.1.9.99.0.1.0.1.00.00.00.00 Contrato de Repasse OGU - nº 941683/2023 - Operação 1087033-96 Programa Esporte	238.750,00
Receita: 2.4.1.9.99.0.1.0.2.00.00.00.00 Contrato de Repasse OGU - nº 941682/2023 - Operação 1087035-47 Programa Esporte	358.125,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.0.3.00.00.00.00 Convênio 2082/2025 Secretaria das Cidades Meu Campinho	500.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.0.6.00.00.00.00 Convênio nº 2083/2025 SECID - Iluminação do Estádio Municipal	600.000,00
Total:	**4.296.875,00**

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã , em 13 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lana Taiane Cruz
Código Identificador:26EB19C0

GOVERNO MUNICIPAL
ERRATA – PORTARIA Nº.149/2026

Na publicação do Diário Oficial Eletrônico (DOE), do dia 04/12/2025, a PORTARIA Nº. 881/2025, Código Identificador: E4D60B58, Edição 3420,

Onde se lê: DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.198,46 (um mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos) a favor do servidor público municipal Sr. GUSTAVO BALCONI, Chefe de Gabinete, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias e ½ (meia), face a viagem que fará a Curitiba - PR., para Reunião na Presidência da Assembleia; Reunião na SEIL e participação na solenidade de liberação de recursos destinados aos programas Barracões Industriais e Espaços de Coworking com objetivo de cumprir agenda institucional na capital do Estado, visando a busca de recursos, alinhamento de demandas e fortalecimento das parcerias entre o município de Jaguapitã e o Governo do Estado. Saída às 14h00 do dia 15/03/2026, e retorno previsto às 23h00 do dia 17/03/2026, conforme Processo nº.1137/2026.

Leia-se: DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ **1.198,20 (um mil, cento e noventa e oito reais e vinte centavos**) a favor do servidor público municipal Sr. GUSTAVO BALCONI, Chefe de Gabinete, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias e ½ (meia), face a viagem que fará a Curitiba - PR., para Reunião na Presidência da Assembleia; Reunião na SEIL e

participação na solenidade de liberação de recursos destinados aos programas Barracões Industriais e Espaços de Coworking com objetivo de cumprir agenda institucional na capital do Estado, visando a busca de recursos, alinhamento de demandas e fortalecimento das parcerias entre o município de Jaguapitã e o Governo do Estado. Saída às 14h00 do dia 15/03/2026, e retorno previsto às 23h00 do dia 17/03/2026, conforme Processo nº.1137/2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
Em 16 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D66B3DA6

GOVERNO MUNICIPAL
ERRATA – PORTARIA Nº.152/2026

Na publicação do Diário Oficial Eletrônico (DOE), do dia 04/12/2025, a PORTARIA Nº. 881/2025, Código Identificador: E4D60B58, Edição 3420,

Onde se lê: DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.198,46 (um mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos) a favor do servidor público municipal Sr. ÉLVIO TONIN, Chefe de Sessão, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias e ½ (meia), face a viagem que fará a Curitiba - PR., para acompanhar o Prefeito Municipal no cumprimento de agenda institucional participando da Reunião Institucional na Presidência da Assembleia, Reunião na SEIL e na cerimônia oficial de liberação de recursos promovida pela Secretaria de Estado da Industria, Comércio e serviços do Paraná, referente ao programa estadual de implantação de Barracões Industriais e espaços Coworking, visando auxiliar no acompanhamento das tratativas institucionais, no registro das demandas apresentadas pelo município, bem como no encaminhamento e monitoramento de projetos, programas e convênios de interesse da administração municipal, especialmente relacionados à capacitação de recursos e ao desenvolvimento econômico local. Saída às 14h00 do dia 15/03/2026, e retorno previsto às 23h00 do dia 17/03/2026, conforme Processo nº.1149/2026.

Leia-se: DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ **1.198,20 (um mil, cento e noventa e oito reais e vinte centavos)** a favor do servidor público municipal Sr. ÉLVIO TONIN, Chefe de Sessão, referente ao pagamento de 2 (duas) diárias e ½ (meia), face a viagem que fará a Curitiba - PR., para acompanhar o Prefeito Municipal no cumprimento de agenda institucional participando da Reunião Institucional na Presidência da Assembleia, Reunião na SEIL e na cerimônia oficial de liberação de recursos promovida pela Secretaria de Estado da Industria, Comércio e serviços do Paraná, referente ao programa estadual de implantação de Barracões Industriais e espaços Coworking, visando auxiliar no acompanhamento das tratativas institucionais, no registro das demandas apresentadas pelo município, bem como no encaminhamento e monitoramento de projetos, programas e convênios de interesse da administração municipal, especialmente relacionados à capacitação de recursos e ao desenvolvimento econômico local. Saída às 14h00 do dia 15/03/2026, e retorno previsto às 23h00 do dia 17/03/2026, conforme Processo nº.1149/2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
Em 16 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0C53EFA8

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.153/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 1.677,48** (um mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos) a favor da servidora pública municipal Sra. **MARCIA REGINA PINTO**, técnico em enfermagem, referente ao pagamento de 03 (três) diárias e ½ (meia), face a viagem que fará a Curitiba – Pr., para participar do evento Saúde e Movimento 2026 e 4º Encontro Estadual do PlanificaSus Paraná. Saída às 12h00 do dia 23/03/2026, e retorno previsto às 23h00 do dia 26/03/2026, conforme Processo nº.1144/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 16 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:FEDACCC3

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.154/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.
RESOLVE

DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da servidora pública municipal **Sra. ELISA HELENA RUFFO DA SILVA**, Coordenadora do CREAS, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, para atender as despesas com alimentação em razão do deslocamento a Londrina – Pr., no dia 18/03/2026, para participação em capacitação destinada aos profissionais de nível superior de CRAS e CREAS. Saída às 07h30 e retorno previsto às 15h00, conforme Processo n°.1153/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 16 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:D271573F

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº.155/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.
RESOLVE

DETERMINAR à Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor da

servidora pública municipal **Sra. JOSELAINE LIMA FERREIRA**, Assistente Social do CREAS, referente ao pagamento de 01 (uma) diária, para atender as despesas com alimentação em razão do deslocamento a Londrina – Pr., no dia 18/03/2026, para participação em capacitação destinada aos profissionais de nível superior de CRAS e CREAS. Saída às 07h20 e retorno previsto às 15h00, conforme Processo n°.1154/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 16 de março de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:B8840DEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CONTABILIDADE
DECRETO 278/2026

Decreto nº 278/2026 de 06/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 58.321,55 (cinquenta e oito mil trezentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.112. ATENÇÃO PRIMÁRIA – SESA / CUSTEIO – FAF RESOLUÇÕES
751 - 3.3.72.39.00.00 10495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA 8.493,72
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0505.2.124. CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO CISAMUNPAR (CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUNPAR)
386 - 3.3.72.39.00.00 10303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA 49.337,83
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0505.2.124. CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO CISAMUNPAR (CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUNPAR)
750 - 4.4.71.70.00.00 10303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 490,00
Total Suplementação: 0,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.112. ATENÇÃO PRIMÁRIA – SESA / CUSTEIO – FAF RESOLUÇÕES
355 - 3.3.90.39.00.00 10495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA 8.493,72
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0505.2.124. CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO CISAMUNPAR (CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUNPAR)
382 - 3.1.71.70.00.00 10303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 13.735,50
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.0505.2.124. CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO CISAMUNPAR (CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUNPAR)
383 - 3.3.71.70.00.00 10303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO 36.092,33
Total Redução: 0,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 06 de março de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:2D614C1D

LICITAÇÃO
EXTRATO CDE CONTRATO DISPENSA 26 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2026
ID CONTRATO 2225
PROCESSO ADM 38-2026
CERTAME DISPENSA 26-2026
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: PACTO AMBIENTAL CONSULTORIA LTDA - ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA AMBIENTAL, DEVIDAMENTE REGISTRADA NO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE, QUE POSSUA CORPO TÉCNICO ESPECIALIZADO NA ÁREA, PARA ESTUDOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAIS.
DO VALOR TOTAL: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
RED. 625 15.001.18.542.1502.2343.3.3.90.39.00.00 – 10000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 16 DE MARÇO DE 2026 A 16 DE MARÇO DE 2027
DO FISCAL DE CONTRATO: ANDREA APARECIDA FERREIRA – Agente Administrativo
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:51469B03

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 23 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 88-2026
ID CONTRATO 2222

PROCESSO ADM 34-2026
CERTAME DISPENSA 23-2026
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: AGEBOX SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA - ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada para verificação dos perfis oficiais das redes sociais da prefeitura de Jardim Olinda PR.
DO VALOR TOTAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais).
RED. 663 16.001.04.131.1600.2368.3.3.90.39.00.00 – 10000 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 16 DE MARÇO DE 2026 A 16 DE MARÇO DE 2027.
DO FISCAL DE CONTRATO: ROZENILDA DE FREITAS – Auxiliar de Serviços Gerais
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:BF1283B8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 24 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 89-2026
ID CONTRATO 2223
PROCESSO ADM 36-2026
CERTAME DISPENSA 24-2026
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: MARIA ZILDA PEREIRA CAIRES - MEI
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de roçagem em terrenos e vias públicas do município.
DO VALOR TOTAL: R$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais).
RED. 426 06.001.15.451.0600.2166.3.3.90.39.00.00 – 10000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 182 04.002.12.361.0401.2073.3.3.90.39.0.00 – 10104 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 233 04.002.12.365.0401.2071.3.3.90.39.00.00 – 10103 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 405 05.002.10.304.0506.2128.3.3.90.39.00.00 – 10303 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 355 05.002.10.301.0500.2112.3.3.90.39.00.00 – 10495 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 491 07.002.08.245.0700.2188.3.3.90.39.00.00 – 11934 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 16 DE MARÇO DE 2026 A 16 DE MARÇO DE 2027.
DO FISCAL DE CONTRATO: APARECIDO MARTINS CORREA – Chefe da Divisão Serviços Públicos
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:FCE84467

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA 25 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 90-2026
ID CONTRATO 2224
PROCESSO ADM 40-2026
CERTAME DISPENSA 25/2026
CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM OLINDA
CONTRATADA: MANOEL ROBERTO DOS SANTOS COSTA - MEI
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de funilaria, pintura e solda automotiva para a frota pública do município.
DO VALOR TOTAL: R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).
RED. 426 06.001.15.451.0600.2166.3.3.90.39.00.00 – 10000 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 182 04.002.12.361.0401.2073.3.3.90.39.0.00 – 10104 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 405 05.002.10.304.0506.2128.3.3.90.39.00.00 – 10303 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
RED. 491 07.002.08.245.0700.2188.3.3.90.39.00.00 – 11934 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIRO PESSOA JURIDICA
DA VIGÊNCIA: 16 DE MARÇO DE 2026 A 16 DE MARÇO DE 2027.
DO FISCAL DE CONTRATO: APARECIDO MARTINS CORREA – Chefe da Divisão Serviços Públicos
DO FORO: COMARCA DE PARANACITY/PR.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:78C3B5D4

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA**, em conformidade com as disposições contidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 que visa à contratação de pessoal por prazo determinado, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público da administração municipal e considerando a homologação do referido processo por meio do Decreto nº 042/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 07 de março de 2025, edição n° 3230 e a prorrogação do mesmo através do decreto n° 220 de 08 de dezembro de 2025, **CONVOCA** o candidato aprovado de acordo com o edital n° 005/2025 que divulga o resultado final e classificação definitiva, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 06 de março de 2025, abaixo relacionados, a comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis** para manifestar interesse ao cargo por escrito, através de protocolo junto ao Departamento de Educação ou através do e-mail **educacao@jardimolinda.pr.gov.br** a contar da publicação deste edital.
Ao candidato que manifestar interesse acima informado, deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias corridos, após a devida manifestação de interesse, munidos com todos os documentos aqui solicitados, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, situado na Av. Siqueira Campos nº 83, Centro, na cidade de Jardim Olinda - Estado do Paraná, no horário das 8:00 hs às 12:00 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs para celebração do respectivo contrato temporário de prestação de serviços, nos termos do art. 36 à 50 da Lei Complementar Municipal nº 03/2020:

Cargo: **MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR**

Classificação	Nome do(a) Candidato(a) Aprovado(a)
5º Colocado	LEILA CRISTINA FERREIRA

Os aprovados deverão apresentar, como condição de contratação, os seguintes documentos:

11.1.1. Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;
11.1.2. Ter idade mínima de 18 anos;
11.1.3. Apresentar atestado médico de saúde ocupacional;
11.1.4. Ter nível de escolaridade compatível com o cargo (emprego/especialidade) a que concorre e apresentar o comprovante;
11.1.5. Apresentar declaração de bens, rendas e declaração de cargo ou função pública.
11.1.6. Apresentar cópias:
11.1.6.1. Carteira de Identidade;

11.1.6.2. Título Eleitoral e comprovante de votação na última eleição;
11.1.6.3. PIS/PASEP;
11.1.6.4. CPF;
11.1.6.5. Certidão de nascimento filhos menores de 14 anos e CPF;
11.1.6.6. Certidão de nascimento ou casamento;
11.1.6.7. Certificado Militar (para o sexo masculino);
11.1.6.8. CTPS (página da foto e dados pessoais);
11.1.6.9. 1 Foto 3x4 (recente);
11.1.6.10. Comprovante de Endereço;
11.1.6.11. Certidão de antecedentes criminais da comarca onde reside;
11.1.6.12. Conta bancária (Banco do Brasil ou Caixa Econômica)

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo, convocando-se o candidato com classificação posterior imediatamente.

Jardim Olinda/PR, 16 de março de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:5B415F9B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 075 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação em cargo de provimento em comissão que especifica e dá outras procidências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **MARCOS ANDRE CAVALCANTE DE SOUZA,** inscrito no CPF/MF sob o nº ***.270.***-51, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor de Gestão e Comunicação,** conforme preceitua a Lei Complementar n° 03 de 14 de fevereiro de 2020, com redação dada pela Lei Complementar nº 15 de 21 de junho de 2022 e Lei Complementar 17 de 14 de setembro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 16 de março de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:FDE2C51B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **ARAUJO OBRAS E MANUTENCAO LTDA**, CNPJ 58.839.482/0001-58

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: processo de Dispensa de Licitação nº 001/2026 através do Art.º 75 Inciso I da Lei nº 14.133/2021.
OBJETO:contratação de empresa especializada para a instalação de balança rodoviária para pesagem de caminhão, com indicador de peso, com capacidade mínima de pesagem de 40.000 kg. Plataforma de pesagem mínima de 10,00 m x 3,00. Versão de montagem sobre piso com rampas, com comprimento de cabo plataforma até o indicador de pesagem de no máximo 15 metros. Gabinete de proteção em aço inox incluído execução de obra civil completa, incluindo construção da fundação, blocos, vigas, rampas, plataforma, infraestrutura necessária, conforme projetos técnicos fornecidos, para atender às necessidades do consórcio intermunicipal para aterro sanitário.
Não integram o presente objeto o fornecimento, a instalação, a calibração, a operação da balança rodoviária, seus equipamentos, células de carga, softwares ou sistemas de automação, os quais serão objeto de contratação posterior diretamente com a fabricante, conforme quantitativos, especificações e detalhamentos constantes no termo de referência.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à da Dotação Orçamentária vigente, em conformidade com **ATO N.º 02/2025**.

Órgão	Conta – Programática Funcional	Natureza da Despesa	Fonte
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS	01.001.04.122.0001.2002	4.4.90.51.00.00	01

VIGENCIA: Até 12 (doze) meses até 13/02/2026.
VALOR:R$ 117.374,72 (cento e dezessete mil trezentos e setenta e quatro reais, e setenta e dois centavos)**.**
DATA ASSINATURA:16/03/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR.
Jundiaí do Sul - PR, 16 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Presidente do CIAS

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:FCE2EB66

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 022-2026

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa Lucas Aparecido de Oliveira ME, CNPJ: 62.296.550/0001-57.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026, Chamamento Público sob o nº 008/2025**,** O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de Fornecimento de Operador de Máquinas Pesadas, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Departamento Municipal de Transporte do Município de Jundiaí do Sul – Estado do Paraná.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária, sendo suplementada se necessário Através de Lei Orçamentária Municipal nº 802/2025.

Órgão	Conta – Programática Funcional	Natureza da Despesa	Fonte
Manutenção do Departamento de Transportes	04830 – 16.001.26.782.0031.2081	3.3.90.39.00.00	000

VIGENCIA: 12 (doze) meses após assinatura do contrato e publicação do ato.
VALOR: R$ 53.982,72 (cinquenta e três mil novecentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA: 16/03/2026.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:B999236F

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,em conformidade com o Concurso Público nº 001/2022.
RESOLVE CONVOCAR acandidata aprovada abaixo relacionada para dentro do prazo de 05 (cinco) dias comparecer na Prefeitura Municipal para assumir o cargo para o qual foi aprovada no Concurso Público nº 001/2022.
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS:

Elizete Aparecida Gaveluk	**Inscrição:** 0004166

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 16 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:61D7B2CB

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 045/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando de atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública Municipal, Sra. Tamires Maria Alcântara, Auxiliar Administrativo, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 9.905.990-7, inscrita no CPF/MF sob o nº. 067.018.979-08 a exercer as funções de Secretária do CMEI Nice Braga.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 10 de março de 2026, revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul PR, em 16 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:4AD08BD8

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 18/2026

DECRETO Nº. 18 DE 16 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPE ASFÁLTICO SOBRE RECAPE JÁ EXISTENTES EM VÁRIAS RUAS DO MUNICÍPIO, ESTIMADO EM 13.725,10M² E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANA, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que Município de Jundiaí do Sul, objetiva proposta para assinatura de convênio, por intermédio da Secretaria das Cidades - SECID, Protocolo nº **24.869.821-7,** tendo como objeto a execução de obra de recape asfáltico sobre recape já existentes, compreendendo em 13.725,10m², em várias ruas do município, sendo as ruas: Belo Horizonte; Santos Dumont; Arquimedes Franco do Prado; Osório Silveira Bueno; 9 de novembro, Sebastião Fogaça; Edgar Bueno de Melo; Carlos Gomes; Nicolau Chamma, Anchieta, Pedro Damazio e Frei Henrique.

CONSIDERANDO o Art. 2º. da Resolução SEMA 046/2015, dão conta da necessidade de declaração de utilidade pública para a obtenção de Dispensa de Autorização Ambiental em todas as suas etapas, para execução de obra de recape asfáltico em várias ruas do Município de Jundiaí do Sul.
DECRETA:
Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de Dispensa de Licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental competente (IAT), para execução de obra de recape asfáltico em várias ruas do Município de Jundiaí do Sul.
Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul-PR, 16 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:9D575CEA

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº. 19/2026

DECRETO Nº. 19 DE 16 MARÇO DE 2026

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO UNSINADO A QUENTE (C.B.U.Q), EM TODA EXTENSÃO DA RUA SÃO FRANCISCO, CENTRO DA CIDADE, COMPREENDENDO EM 12.375,00M² E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANA, usando a competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que Município de Jundiaí do Sul, objetiva proposta para assinatura de convênio, por intermédio da Secretaria das Cidades - SECID, Protocolo nº **24.871.323-2,** tendo como objeto a pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), compreendendo em 12.375,00m², centro da cidade de Jundiaí do Sul.
CONSIDERANDO o Art. 2º. da Resolução SEMA 046/2015, dão conta da necessidade de declaração de utilidade pública para a obtenção de Dispensa de Autorização Ambiental em todas as suas etapas, para pavimentação asfáltica em toda extensão da Rua São Francisco, no total de 12.375,00m², em Jundiaí do Sul.
DECRETA:
Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de Dispensa de Licenciamento ambiental, junto ao órgão ambiental competente (IAT), para execução de obra de pavimentaão asfaltica em toda extensão da Rua São Francisco no Município de Jundiaí do Sul.
Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul-PR, 16 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:E1525FDC

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA 44/2026

PORTARIA Nº. 44/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei OrgânicaMunicipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Resolução 28/2011 e Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR.

Considerando a necessidade de aprimoramento, monitoramento, avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre serviços públicos disponibilizados à Sociedade através de Organizações da Sociedade Civil (entidades sem fins lucrativos), mediante a celebração do Termo de Colaboração nº. 001/2026.

RESOLVE:

ART. 1º Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação e responsável pela Fiscalização para monitorar e avaliar as parcerias com organizações da sociedade civil celebradas no âmbito do Departamento Municipal de Assistência Social de Jundiaí do SUL-PR, SIT nº. 81063

I . DENIS NUNES DE MACEDO,servidor efetivo, matricula nº. 23092
II - DEVANI COUTINHO VIEIRA ALVARENGA, servidora efetiva, matricula nº.3151
III - NATIELI APARECIDA MAIA, servidora efetiva, matricula nº.220556

ART. 2º. Compete à comissão de avaliação e monitoramento apoiar e acompanhar a execução de parcerias, a fim de aprimorar os procedimentos, unificar os entendimentos, solucionar controvérsias, padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar e homologar os relatórios técnicos de monitoramento expedidos pelo Gestor das parcerias:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providencias adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
§1º Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita *in loco*, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;
§2º O monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto levará em consideração os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca de serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

ART. 3º Ratificar a designação da Senhora **IVANISE DE LIMA**, matricula nº. 7651, como responsável pela Fiscalização da Transferência pelo Município.

ART. 4º. Designar o Sr. **GABRIEL APARECIDO CAMARGO DA SILVA**, servidor efetivo, matricula nº. 220540, como responsável pelo fechamento de Bimestres, envio das Informação e Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Paraná através do SIT - Sistema Integrado de Transferências, de acordo com a Resolução 28/2011 e Instrução Normativa 61/2011 do TCE/PR para o SIT nº. 81063.
ART. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal, Jundiaí do Sul, 13 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Ciência dos Designados:
DENIS NUNES DE MACEDO _____
DEVANI COUTINHO VIEIRA ALVARENGA, _____
NATIELI APARECIDA MAIA _____
IVANISE DE LIMA _____
GABRIEL APARECIDO CAMARGO DA SILVA _____

Publicado por:
Odair Rosildo Farinha
Código Identificador:15171DF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO 04/2026
DISPENSA ELETRÔNICA COM DISPUTA 04/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal da Lapa Retifica o aviso de contratação 04/2026 para alterar a data de abertura da sessão para o dia 20/03/2026. Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Data da sessão: 20/03/2026

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00 horas

UASG 929992
E mail – pregao@lapa.pr.leg.br

CONTRATANTE
Câmara Municipal da Lapa – Pr, sito á Alameda David Carneiro, n°363, Centro, Lapa/Pr, Cep 83 750 095.

OBJETO
05 COMPUTADORES (DESKTOP BÁSICO). Valor unitário inicial: R$ 4.541,66 (quatro mil quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos). Valor total inicial para 05 unidades R$ 22.708,33 (vinte e dois mil, setecentos e oito reais e trinta e três centavos).

09 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA – Valor unitário inicial: R$ 1.671,30 (Um mil, seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos). Valor total inicial para 09 unidades R$ 15.041,67 (quinze mil, quarenta e um reais e sessenta e sete centavos).

Lapa, 16 de março de 2026.

NELCY MARIA CAMARGO TURMAM
Agente de Contratação

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:87D1FF35

GABINETE
DECRETO Nº 29515, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia LAUDICEA SILVEIRA DOS SANTOS, para provimento do cargo de NUTRICIONISTA.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e com base no Edital n.º 010/2022 de 19 de maio de 2022, que homologou o resultado do Concurso Público nº 01/2022, aberto pelo Edital nº 001/2022 e Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 28633/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 19.03.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de NUTRICIONISTA, abaixo relacionado(a):

LAUDICEA SILVEIRA DOS SANTOS
RG: 9.214.379-1
CPF: 040.983.999-03
CARGO: NUTRICIONISTA
GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR
CLASSE C REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA SEMANAL 30 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C357BB7A

GABINETE
DECRETO Nº 29516, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia ANNA LUIZA DOMINGUES BORA, para provimento do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 22548/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 19.03.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, abaixo relacionado(a):

ANNA LUIZA DOMINGUES BORA
RG: 14.635.481-5/PR
CPF: 126.088.869-06
CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM
GRUPO OCUPACIONAL TECNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE B REFERENCIA 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:80EC760B

GABINETE
DECRETO Nº 29517, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia GIOVANA ROSA BAPTISTA, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 22543/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 19.03.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL, abaixo relacionado(a):

GIOVANA ROSA BAPTISTA
RG: 13.016.087-5/PR
CPF: 100.777.509-26
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO
CLASSE A
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:25861D22

GABINETE
DECRETO Nº 29518, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia MARCELA LEMOS LOPES, para provimento do cargo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 27312/2025, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 19.03.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, abaixo relacionado(a):

MARCELA LEMOS LOPES
RG: 7.779.278-3/PR
CPF: 030.766.659-01
CARGO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE A REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AC648D7E

GABINETE
DECRETO Nº 29519, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Retifica o Decreto nº 29464, de 26 de Fevereiro de 2026.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 803/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica retificada a lotação da Servidora MARIÁ FERNANDA MACHADO BARBOSA ASSAD, passando o Art. 1º do Decreto nº 29464, de 26 de Fevereiro de 2026, a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

MARIÁ FERNANDA MACHADO BARBOSA ASSAD
RG/CPF:068.127.399-28
CARGO: TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE A REFERÊNCIA 1
CARGA HORÁRIA SEMANAL 20 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO"

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 16 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:077B372B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 011/2026– UASG 987657

OBJETO: Contratação de empresa especializada para revisão e atualização do Estatuto dos Servidores Públicos do Município da Lapa - PR (Lei Municipal nº 2280/2008) e do plano de cargos e salários (Lei Municipal nº 1773/2004).
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 08/04/2026 às 09:29 horas.
DATA DA SESSÃO: 08/04/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 117.750,00(cento e dezessete mil, setecentos e cinquenta reais).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelos telefones (41) 3547-8029 e (41) 3547-8030.
Lapa, 16 de março de 2026.

APARÍCIO LEVI DE QUEVEDO

Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2030E306

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Edital nº. 17/2025, de 08/08/2025, que homologou o **Concurso Público** 01/2024, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Barão do Rio Branco, nº. 1709, a fim de assumir a vaga para a qual foi aprovado.
O (s) candidato (s) aprovado (s) deve (m) apresentar os documentos relacionados no anexo do ofício, o qual deverá ser retirado no Departamento de Recursos Humanos, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 12:00h ou das 13:30h às 17:00h, no endereço acima mencionado, no prazo de 10 (dez) dias corridos, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito a vaga e consequente não nomeação.

NOME	CARGO
WELTON GUILHERME MARTINHO	AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO
EVERTON MORAES DA SILVA	AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO
JOSUÉ ALYSSON MELLO DE OLIVEIRA	AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO
MARCELO GONÇALVES*	AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO
APARECIDO RODRIGUES DA SILVA	AGENTE MUNICIPAL DE TRANSITO

* reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD).

Lapa, 16 de março de 2026.

CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9C9B8BF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO) E PLANO DE ATIVIDADES CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE CARLOS SASS GOOD - UNINTER EDUCACIONAL S/A (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER) E MUNICÍPIO DA LAPA - PR.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso para estágio curricular obrigatório.

Este Termo de Compromisso de Estágio fundamenta-se na Lei 11.788/2008 e tem como objetivo a realização de estágio curricular obrigatório dos alunos da Instituição de Ensino.

Início: 23/02/2026

Final: 31/07/2026

Duração: 24 horas semanais

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Carlos Sass Good, Roberto Leuch, Luciana de Souza, Karina Silveira Lins e Evelyn Rosa de Oliveira.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:71F5DEC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO) E PLANO DE ATIVIDADES CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE DIEGO GONÇALVES - UNINTER EDUCACIONAL S/A (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER) E MUNICÍPIO DA LAPA - PR.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso para estágio curricular obrigatório.

Este Termo de Compromisso de Estágio fundamenta-se na Lei 11.788/2008 e tem como objetivo a realização de estágio curricular obrigatório dos alunos da Instituição de Ensino.

Início: 16/02/2026

Final: 24/03/2026

Duração: 15 horas semanais

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Diego Gonçalves, Alana Helena Knaut, Luciana de Souza, Karina Silveira Lins e Renata Adriana Garbossa Silva.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2D7167C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO (ECO) E PLANO DE ATIVIDADES CELEBRADO ENTRE O ESTUDANTE ELLEN DIANE RAMOS SAMPAIO GOLL- UNINTER EDUCACIONAL S/A (CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER) E MUNICÍPIO DA LAPA - PR.

As partes acima qualificadas firmam o presente Termo de Compromisso para estágio curricular obrigatório.

Este Termo de Compromisso de Estágio fundamenta-se na Lei 11.788/2008 e tem como objetivo a realização de estágio curricular obrigatório dos alunos da Instituição de Ensino.

Início: 10/02/2026

Final: 11/05/2026

Duração: 25 horas semanais

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Ellen Diane Ramos Sampaio Goll, Marcia Regina Guebert, Luciana de Souza, Karina Silveira Lins e Fernanda Maria Cercal Eduardo.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:574C6264

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 03/2026 a 05/2026

Total de horas diárias: 6h

Assinaturas: Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, Antonio Roberto Rodrigues Abatepaulo e Adriana de Freitas Hoffmann.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0F2196DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso para concessão de ESTÁGIO OBRIGATÓRIO que entre si celebram, pelo presente instrumento, PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA (UNIDADE CONCEDENTE) e SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA (INSTITUIÇÃO DE ENSINO).

Vigência: 03/2026 a 05/2026

Total de horas diárias: 6h

ASSINATURAS: CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA, ANTONIO ROBERTO RODRIGUES ABATEPAULO E ANA CLAUDIA DE FREITAS HOFFMANN.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6155FDF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
PORTARIA Nº 21 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 10 de 12 de Fevereiro de 2026, referente à função gratificada (FG).

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, nomeada pelo Decreto nº 28391 de 05 de fevereiro de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337/2025 e 28455, de 12 de fevereiro de 2025, **RESOLVE:**

ONDE CONSTA:

'Art. 1º – CONCEDER, a partir de 01 de Março de 2026, a Função Gratificada de Direção em Unidades Educacionais, à servidora abaixo especificada."

PASSA A CONSTAR:

"Art. 1º – CONCEDER, a partir de 16 de Fevereiro de 2026, a Função Gratificada de Direção em Unidades Educacionais, à servidora abaixo especificada"

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2026.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em 16 de Março de 2026.

NEUZELI SCHMIDT CAMARGO
Secretária de Educação, Esporte e Lazer

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BB6DAD1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 053/2026

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 012/2025 (PD Nº 6833/2025,) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 415/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA – ME, CNPJ/MF SOB O Nº 26.162.488/0001-47, REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR SR. RAUL SOPKO JUNIOR.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E ENSAIOS TECNOLÓGICOS NO ÂMBITO DA ENGENHARIA, LOTE 04 – ITENS 4.1 E 4.2, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA TERÁ INÍCIO A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO (PNCP), COM TERMO FINAL 12 (DOZE) MESES CONTADOS DO INÍCIO DA VIGÊNCIA.
O PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS É DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA CADA SOLICITAÇÃO, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE INÍCIO, FIRMADA NA ORDEM DE SERVIÇO. A EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO ESTÁ VINCULADA À APRESENTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS TÉCNICOS PELA MUNICIPALIDADE.
VALOR GLOBAL: R$ 6.400,00 (SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
GARANTIA DE EXECUÇÃO: COMO CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DESTE CONTRATO, A CONTRATADA DEPOSITOU A CONTRATANTE, A TÍTULO DE GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE SUAS CLÁUSULAS, A IMPORTÂNCIA DE R$ 320,00 (TREZENTOS E VINTE REAIS), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DA CONTRATAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021, REPRESENTADA POR TERMO DE CAUÇÃO 009/2026 (ANEXO III) – DEPOSITO EM ESPECIE Nº 554.661.000.010.374 NO BANCO DO BRASIL, PELO QUAL GARANTIRÁ A FIEL OBSERVÂNCIA DOS TERMOS EXPOSTOS, DE ACORDO COM O ART. 96 DA LEI 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 311/2026 (PD 2154/2026)
CÓDIGO REDUZIDO: 1626
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE.
UNIDADE: 2 - DEPARTAMENTO GERAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO , TRÂNSITO E TRANSPORTE.
AÇÃO: 2316 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DESPESAS DE CUSTEIO
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES
SUBELEMENTO: 3339039050000000000 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 6833/2025 E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 11/03/2026
DATA ASSINATURA: 13/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2FE41469

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
PORTARIA Nº 004, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre autorização para conduzir veículos oficiais e dá outras providências.

O Secretário de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte, nomeado pelo Decreto nº 28509, de 25 de fevereiro de 2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337/2025; RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), portador(es) da(s) respectiva(s) CNH – Carteira Nacional de Habilitação, a conduzir os veículos oficiais, conforme determina o Art. 6º, do Decreto nº 22.966, de 16/10/2017, que altera o caput do Art. 24, do Capítulo III – Da Política Disciplinar para os Motoristas/Condutores de Veículos, do Decreto nº 16.714, de 03/02/2011:

MICHELY RAUEN
Cargo: Engenheira Civil.
CPF Nº 088.233.969-99
RG Nº 13405697-5
CNH nº 06738104906

Art.2º - Conforme estabelecido no capítulo IV - DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA LAPA - Arts. 41 a 47, o(s) condutor(es) relacionados(s) do Art. 1º desta Portaria fica(m) responsável(eis) pelas infrações e o ônus das multas efetuando o ressarcimento das mesmas através de pagamento em parcela única ou parcelada, mediante instrumento legal cabível.
Art. 3º - A Presente Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Certifique-se, Publique-se e Arquive-se.
Secretaria Municipal de Obras, em 16 de março de 2026.
MARCO ANTONIO BORTOLETTO

Secretário de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Trânsito e Transporte

ANEXO A PORTARIA Nº 004, DE 16 DE MARÇO DE 2026

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, MICHELY RAUEN, através deste termo, declaro estar ciente dos meus direitos e responsabilidades decorrentes do Regulamento constante no Decreto Municipal nº 16.714, de 02/02/2011, e alterações posteriores, que dispõe do gerenciamento e controle da frota de veículos do Município da Lapa-PR, responsabilizando-me, em especial:
a) pela guarda e conservação do veículo colocado a minha disposição, dos seus acessórios e equipamentos, assim como do respectivo documento original de porte obrigatório;
b) pela utilização do veículo única e exclusivamente a serviço da Administração Municipal, mantendo-o permanentemente identificado com adesivo próprio nele contido, não utilizando-o em benefício próprio;
c) pelo pagamento de todas as multas que porventura venham a ser aplicadas, quando caracterizadas como infração decorrente da condução do veículo ou da habilitação;

d) pelo conhecimento e obediência às normas de trânsito e disciplinares, respondendo, como condutor do veículo, civil e criminalmente, por infração a essas normas.

Lapa, 16 de março de 2026

MICHELY RAUEN
CPF Nº 088.233.969-99

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1B51DB29

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS PROCESSO DIGITAL N° 20.411/2021

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua: Tenente Henrique dos Santos, nº 029, Bairro Centro, Lapa – PR, as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada neste ato pelo seu Secretário, Sr. Giovanne Colaço Horning, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 030.914.529-56, portador da Cédula de Identidade - RG nº 8.020.665-8 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua: Vereador Oswaldo Montenegro, 551, bairro Dom Pedro II, Lapa - PR, e;

II – PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME, inscrita sob CNPJ nº 42.954.534/0001-05, estabelecida na Rua Macapá, nº 1263, Apto 202, Bloco Paraná BL 5 CJ RES J, Bairro Tingui, Curitiba-PR, CEP 82.620-110, neste ato representado por seu representante legal, Sr. PEDRO HENRIQUE BASSO DE PAULA LIMA DIETRICH, brasileiro, solteiro, médico, CRM/PR sob n° 43.304, portador da CIRG nº 7.808.451-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 085.903.849-18, residente à Rua Paraíba, nº 61, bairro Iguaçu, Araucária/PR, CEP 83.701-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pelo Município da Lapa-PR, relativo ao pagamento de Serviços Prestados pela empresa PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME, Contrato n° 233/2021 no valor de R$ 32.477,63, correspondente ao serviço prestado no período de 01/04/2024 à 31/03/2025 em virtude de prestação de serviços médicos para UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Parecer Jurídico nº 1.082/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 32.477,63, com os recursos alocados na Rubrica Orçamentária: 3339093000000000000 – Indenizações e Restituições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação da parcela devida e mencionada na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas -previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O Município da Lapa-PR, observado o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, no Diário Oficial Eletrônico da Lapa-PR.

O Município da Lapa-PR, no prazo legal de 05 (cinco) dias, obriga-se a enviar cópia fiel do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS à empresa PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME.

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município da Lapa – PR, para constar dos autos do Processo Digital nº 20.411/2021 e outra para Empresa PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa, 12 de março de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde

PEDRO HENRIQUE BASSO DE PAULA LIMA DIETRICH
Empresa PLL Serviços Médicos LTDA ME

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4D1B89F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS PROCESSO DIGITAL N° 20.562/2022

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua: Tenente Henrique dos Santos, nº 029, Bairro Centro, Lapa – PR, as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada neste ato pelo seu Secretário, Sr. Giovanne Colaço Horning, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 030.914.529-56, portador da Cédula de Identidade - RG nº 8.020.665-8 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua: Vereador Oswaldo Montenegro, 551, bairro Dom Pedro II, Lapa - PR, e;

II – PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME, inscrita sob CNPJ nº 42.954.534/0001-05, estabelecida na Rua Macapá, nº 1263, Apto 202, Bloco Paraná BL 5 CJ RES J, Bairro Tingui, Curitiba-PR, CEP 82.620-110, neste ato representado por seu representante legal, Sr. PEDRO HENRIQUE BASSO DE PAULA LIMA DIETRICH, brasileiro, solteiro, médico, CRM/PR sob n° 43.304, portador da CIRG nº 7.808.451-0 SSP/PR e inscrito no CPF nº 085.903.849-18, residente à Rua Paraíba, nº 61, bairro Iguaçu, Araucária/PR, CEP 83.701-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pelo Município da Lapa-PR, relativo ao pagamento de Serviços Prestados pela empresa PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME, Contrato n° 169.2022 no valor de R$ 22.632,07, correspondente ao serviço prestado no período de 01/04/2024 à 31/03/2025 em virtude de prestação de serviços médicos para UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Parecer Jurídico nº 1.080/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 22.632,07, com os recursos alocados na Rubrica Orçamentária: 3339093000000000000 – Indenizações e Restituições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA

O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação da parcela devida e mencionada na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas -previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O Município da Lapa-PR, observado o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, no Diário Oficial Eletrônico da Lapa-PR.

O Município da Lapa-PR, no prazo legal de 05 (cinco) dias, obriga-se a enviar cópia fiel do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS à empresa PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME.

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município da Lapa – PR, para constar dos autos do Processo Digital nº 20.562/2022 e outra para Empresa PLL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa, 12 de março de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde

PEDRO HENRIQUE BASSO DE PAULA LIMA DIETRICH
Empresa PLL Serviços Médicos LTDA ME

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4305EE3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS PROCESSO DIGITAL N° 26219/2025

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua: Tenente Henrique dos Santos, nº 029, Bairro Centro, Lapa – PR, as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada neste ato pelo seu Secretário, Sr. Giovanne Colaço Horning, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 030.914.529-56, portador da Cédula de Identidade - RG nº 8.020.665-8 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua: Vereador Oswaldo Montenegro, 551, bairro Dom Pedro II, Lapa - PR, e;

II – JARDIM PIERIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP inscrita sob CNPJ nº 9.412.970/0001-22, estabelecida na Rua Tenente Henrique dos Santos, 252, Baixo da Lapa, Lapa/PR, CEP 83.750-000, neste ato representado por seu representante legal, Sr. RODRIGO JARDIM PIERIN, brasileiro, solteiro, médico, portador da CIRG nº 54062923 SSP/PR, inscrito no CPF nº 035.996.069-35, CRM/PR 27.284, residente e domiciliado à Rua Monsenhor Manoel Vicente nº 985, ap. 41, bloco A, Curitiba/PR, CEP 80620-230.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pelo Município da Lapa-PR, relativo ao pagamento de Serviços Prestados pela empresa JARDIM PIERIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP, Contrato n° 138/2021 no valor de R$ 31.144,78, correspondente ao serviço prestado no período de 01/04/2024 à 31/03/2025 em virtude de prestação de serviços médicos para UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Parecer Jurídico nº 1.078/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 37.144,78, com os recursos alocados na Rubrica Orçamentária: 3339093000000000000 – Indenizações e Restituições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação da parcela devida e mencionada na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas -previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O Município da Lapa-PR, observado o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, no Diário Oficial Eletrônico da Lapa-PR.

O Município da Lapa-PR, no prazo legal de 05 (cinco) dias, obriga-se a enviar cópia fiel do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS à empresa JARDIM PIERIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP.

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município da Lapa – PR, para constar dos autos do Processo Digital nº 26219/2025 e outra para Empresa JARDIM PIERIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa, 12 de março de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde

RODRIGO JARDIM PIERIN
Empresa Jardim Pierin Serviços Médicos LTDA EPP

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A0C8706C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE AJUSTE DE CONTAS PROCESSO DIGITAL N° 26220/2025

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua: Tenente Henrique dos Santos, nº 029, Bairro Centro, Lapa – PR, as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Termo de Ajuste de Contas nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, através da Secretaria Municipal de Saúde, representada neste ato pelo seu Secretário, Sr. Giovanne

Colaço Horning, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 030.914.529-56, portador da Cédula de Identidade - RG nº 8.020.665-8 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua: Vereador Oswaldo Montenegro, 551, bairro Dom Pedro II, Lapa - PR, e;
II – JB CONSULTÓRIOS MÉDICOS S/S, inscrita sob CNPJ nº 15.144.295/0001-47, estabelecida na Rua Monsenhor Manoel Vicente, nº 458, Apto 71, Andar 07, Cond. Piazza D Oro, Bairro: Água Verde, Curitiba-PR, CEP 80.620-230, neste ato representado por seu representante legal, Sr. Camilo Tome Juk Benke, brasileiro, solteiro, médico, portador da CIRG nº 6.046.888-9 SSP-PR e CPF nº 027.551.919-88, residente e domiciliado na Rua Coronel Dulcídio, nº 625, Apartamento 04, Bairro Batel, Curitiba/PR, CEP 80.420-170.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objeto a liquidação do valor devido pelo Município da Lapa-PR, relativo ao pagamento de Serviços Prestados pela empresa JB CONSULTÓRIOS MÉDICOS S/S, Contrato n° 135/2021 no valor de R$ 34.306,00, correspondente ao serviço prestado no período de 01/04/2024 à 31/03/2025 em virtude de prestação de serviços médicos para UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Parecer Jurídico nº 1.077/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor global do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é de R$ 34.306,00, com os recursos alocados na Rubrica Orçamentária: 3339093000000000000 – Indenizações e Restituições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação da parcela devida e mencionada na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas -previsões legais dos artigos 58 a 65, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
O Município da Lapa-PR, observado o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, no Diário Oficial Eletrônico da Lapa-PR.

O Município da Lapa-PR, no prazo legal de 05 (cinco) dias, obriga-se a enviar cópia fiel do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS à empresa JB CONSULTÓRIOS MÉDICOS S/S.

O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS é elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município da Lapa – PR, para constar dos autos do Processo Digital nº 26220/2025 e outra para Empresa JB CONSULTÓRIOS MÉDICOS S/S.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lapa, 12 de março de 2026.

GIOVANNE COLAÇO HORNING
Secretário Municipal de Saúde

CAMILO TOME JUK BENKE
Empresa JB Consultórios Médicos S/S

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B55C5D38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

Extrato de aditivo contratual
Contrato administrativo nº 91/2023
Pregão Eletrônico nº 48/2023
Procedimento Licitatório nº 84/2023
Contratante: Município de LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na rua Pernambuco, n. 501, em laranjal, estado do paraná.
Contratado: REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 07.481.107/0001-48, com endereço na avenida João Ferreira neves, 3037 sala 01 - cep: 85148000 - bairro: centro, cidade de campina do Simão/PR, neste ato representado pelo sr. Geferson Junior Wognei, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade n° 81710791 e inscrito no CPF/MF sob o n° 041.420.939-75, residente e domiciliado em rua santos Vicentin, 236 casa - cep: 85148000 - Bairro: centro cidade de Campina do Simão/Pr.
Objeto: contratação de empresa para fornecimento de materiais de artesanato, aviamentos material de expediente e material pedagógico e esportivo para suprir a secretaria municipal de assistência social.
Número: 6º termo aditivo de prazo.
Data do contrato: 19/02/2026

Vigência 180 dias
Foro: Comarca de Palmital - Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:641301F2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGAO ELETRÔNICO Nº 07/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 22/2026
Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico e homologo o objeto do Pregão Eletrônico de licitação nº 07/2026, em favor das empresas.
ALEX FERREIRA SANTOS LTDA inscrita no CNPJ nº 64.806.049/001-19, com sede na Avenida Maximiliano Vicentin nº 700 Sala 02, Bairro Centro CEP: 85.270-000 Município de Palmital – Paraná. neste ato representado pelo administrador Sr. Alex Ferreira Santos, CPF nº 663.022.185-00. residente e domiciliado na cidade de Palmital - Paraná.
Pelo valor de R$ 84.822,50 (Oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).
TANIA DEQUECH FERREIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 39.934.272/0001-02, com endereço na RODOVIA PRC 466 KM 181 S/N, CEP: 85.200,000 - Bairro: Parque Industrial, cidade de Pitanga Estado de Paraná, neste ato representado pela Sra. Tania Dequeche Ferreira, empresária, portadora da Cédula de Identidade n° 019746 e inscrito no CPF/MF sob o n° 458.232.789-34, residente e domiciliado na cidade de Pitanga.
Pelo valor de R$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais).
XP LICITAÇOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 64.464.160/0001-74, com endereço na Avenida Ayrton Sena Nº 2265, CEP: 78.575-000 - Bairro: Centro, cidade de Juara estado do Mato Grosso neste ato representado pelo Sr. Pedro Henrique Piovezan Moreira Sabatke , empresário, portador da Cédula de Identidade n° 3084836 e inscrito no CPF/MF sob o n° 066.962.731-31, residente e domiciliado na cidade de Juara, Mato Grosso.
Pelo valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).
Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei 123 de 14 de Dezembro de 2006, Decreto Municipal 44/2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos

documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou-se o atendimento de todas as condições previstas no edital.
As empresas vencedoras ficam obrigadas a cumprirem integralmente as condições estabelecidas nos contratos que serão celebrados entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como entregar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para o Pregão Eletrônico nº 07/2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Laranjal, 16 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:1D8BB81D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGAO ELETRÔNICO Nº 06/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 21/2026
Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico e homologo o objeto do Pregão Eletrônico de licitação nº 07/2026, em favor das empresas.
MARCIANO FRANCISCO FARIAS 09441893935 inscrita no CNPJ nº 26.983.054/0001-08, com sede na estrada Palmital Laranjal Bairro Rural CEP: 85.275-000 Município de Laranjal – Paraná. neste ato representado pelo administrador Sr. Marciano Francisco Farias CPF nº 094.418.939-35. residente e domiciliado na cidade de Laranjal - Paraná.
Pelo valor de R$ 25.776,40 (vinte e cinco mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).
Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei 123 de 14 de Dezembro de 2006, Decreto Municipal 44/2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou-se o atendimento de todas as condições previstas no edital.
A empresa vencedora fica obrigada a cumprirem integralmente as condições estabelecidas nos contratos que serão celebrados entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como entregar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para o Pregão Eletrônico nº 06/2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Laranjal, 16 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:7974D108

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº.10/2026

AVISO
PREGÃO ELETRONICO nº.10/2026
Procedimento Licitatório nº. 32/2026
O Município de Laranjal, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e conforme disposto no Decreto Municipal nº 44/2023, com alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, DO TIPO SUV (SPORT UTILITY VEHICLE), DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE LARANJAL/PR, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA ESTADUAL "ESPORTE QUE QUEREMOS**".
DATA DE ABERTURA: 31/03/2026 às 09:00h (horário de Brasília).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço
VALOR GLOBAL: **R$ 121.332,60 (Cento e vinte e um mil, trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)**.
INFORMAÇÕES: Rua Pernambuco, 501 – Departamento de Licitações – CEP 85.275-000, Laranjal – Paraná. Fone: (42) 3645-1149, no horário de expediente. Edital e anexos disponíveis na Prefeitura Municipal de Laranjal – Pr e no sítio do Município www.laranjal.pr.gov.br.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br.

Laranjal, 16 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:40B4DDDA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

MINUTA DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.684.536/0001-80, com sede à Rua Pernambuco, 501, Centro, Laranjal-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: SEBASTIÃO RIVALDINO CORDEIRO ME, inscrita no CNPJ nº 35.384.422/0001-92, com sede na Rua Treze de Maio, s/nº, Centro, Laranjal-PR, neste ato representado pelo Sr. Sebastião Rivaldino Cordeiro.
Cláusula Primeira - Do Objeto
O presente termo tem por objeto a rescisão amigável da Ata de Registro de Preços nº 04/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 15/2026 , cujo objeto era o transporte de pacientes em tratamento de hemodiálise (Lotes 001 e 002).
Cláusula Segunda - Do Acordo entre as Partes
As partes, de comum acordo e com fundamento no Art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, resolvem rescindir o ajuste supracitado, declarando a inexistência de quaisquer pendências ou obrigações remanescentes de parte a parte.
Cláusula Terceira - Da Quitação e Ausência de Penalidades
a) Com a assinatura deste termo, Contratante e Contratado dão-se mútua, plena e geral quitação, para nada mais reclamarem um do outro a qualquer título.
b) Fica estabelecido que não haverá aplicação de sanções administrativas ou multas rescisórias, uma vez que a extinção do vínculo ocorre por interesse público e anuência do fornecedor.
Cláusula Quarta - Da Vigência
Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de sua assinatura.

Laranjal - PR, 11 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal (Contratante)

SEBASTIÃO RIVALDINO CORDEIRO
Representante Legal (Contratado)

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:C0099965

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 165/2026

PORTARIA Nº 165/2026

SÚMULA: Concede Licença Prêmio a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, **MAYCON LOPES SIMIONI**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Licença Prêmio de 90 (noventa) dias** ao servidor público municipal **JORGE SERBAI**, matrícula nº **2001**, ocupante do cargo efetivo de **Agente Comunitário de Saúde**, admitido em **01 de março de 2002**.
Art. 2º A referida licença refere-se ao período aquisitivo de **01 de março de 2002 a 01 de março de 2007**, a ser usufruída no período de **02 de março de 2026 a 30 de maio de 2026**.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de 01 de março de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal – PR, em 16 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:A948F4E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 049.2026_LEI 29.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 49/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 29/2026 de 12/03/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.100.000,00 (três milhões cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.1.006.		EXPANSãO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ANEXOS	
1834 - 4.4.90.51.00.00	03107	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.200.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.1.010.		REEQUIPAMENTO E AMPLIAçãO DE UNIDADES PRé-ESCOLARES E CRECHES	
1835 - 4.4.90.51.00.00	03107	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.900.000,00
		Total Suplementação:	**3.100.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:24ACF492

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 050.2026_LEI 30.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 50/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 30/2026 de 12/03/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.918.620,00 (um milhão novecentos e dezoito mil seiscentos e vinte reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DA AGRICULTURA	
15.003.20.608.0008.1.103.		INCENTIVO AO PEQUENO E MéDIO PRODUTOR RURAL	
1836 - 4.4.90.51.00.00	33931	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.918.620,00
		Total Suplementação:	**1.918.620,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na fonte a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64: fica utilizado o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:1C679A57

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de doces e ovos de chocolates, para atender as necessidaades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **J. E. ALIMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº51.369.662/0001-74, vencedora do Lote 02, perfazendo o valor global de R$1.756,00(um mil, setecentos e cinquenta e seis reais);
· **CHOCONTELLI- INDUSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº03.562.593/0001-78, vencedora do Lote 01, perfazendo o valor global de R$22.881,00(vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais);

Loanda, 16 de março de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:362897F4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 209/2026

PORTARIA Nº. 209/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 1621/2026, de 25/02/2026.

Resolve:

Conceder a servidora JULIANA CARLA PEREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO-B, matrícula nº. 966248 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 03/07/2022 A 02/07/2023, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 17/03/2026 a 15/04/2026, devendo retornar em atividade em 16/04/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:95EE6662

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 210/2026

PORTARIA Nº. 210/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 13/03/2026.

Resolve:

Conceder a servidora DAIANNI KARLA ZANGARI, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE EDUCAÇÃO, CC.2, matrícula nº. 967166, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 11/03/2025 A 10/03/2026, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 16/03/2026 a 14/04/2026, devendo retornar em atividade em 15/04/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:BAC16290

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 211/2026

PORTARIA Nº. 211/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 10/03/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor FRANCISCO RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERÁRIO, matrícula nº. 113551, férias pelo período de trabalho prestado entre 09/03/2023 a 08/03/2024, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 06/04/2026 a 25/04/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 26/04/2026 a 05/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:F46428BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 212/2026

PORTARIA Nº. 212/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 13/03/2026;

Resolve:

Conceder a servidora JOSIANE NUNES FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM PLANTONISTA, matrícula nº. 965816, férias pelo período de trabalho prestado entre 25/03/2025 a 24/03/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 16/04/2026 a 05/05/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 06/05/2026 a 15/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:4C26DE88

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 213/2026

PORTARIA Nº.213/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a solicitação emitida pela Secretaria de Saúde em 12/03/2026.

Resolve:

Alterar a data das férias concedidas a senhora PRISCILA PEDRONI RATTI, matricula nº. 110021, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, referente ao período de 07 (sete) dias de gozo de 18/03/2026 a 24/03/2026, concedidas através da portaria nº 723/2025 de 04/11/2025, para a data de 24/03/2026 a 30/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:FB87E1EC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 214/2026

PORTARIA Nº. 214/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 16/03/2026;

Resolve:

Conceder a servidora ADRIANA TAVELIN BONETTI ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, CC.2 - SEFA matrícula nº. 967169, férias pelo período de trabalho prestado entre 11/03/2025 a 10/03/2026, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

15 (quinze) dias pelo período compreendido entre 06/04/2026 a 20/04/2026.
05 (cinco) dias pelo período compreendido entre 04/01/2027 a 08/01/2027.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 21/04/2026 a 30/04/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:17D7F482

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 215/2026

PORTARIA Nº. 215/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o n° 1993/2026 de 10/03/2026;

Resolve:

Conceder a servidora JOSIMEIRE TEIXEIRA GOES SANTIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula nº. 966954, licença pelo período de 08 (oito) dias, por motivo de doença em pessoas da família, constante nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 92, da Lei Municipal nº. 003/92, de 11 de março de 1992, no período compreendido entre 03/03/2026 a 10/03/20226, devendo retornar as atividades em 11/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:C13FB095

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 216/2026

PORTARIA Nº. 216/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico e o resultado da Inspeção Médica;

Resolve:

Conceder a servidora CRISTIANE GATI MARTINEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo SERVENTE, matrícula n° 966191, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, até a data de 16/03/2026, devendo retornar ao trabalho em 17/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:FD543224

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 217/2026

PORTARIA Nº. 217/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº1975/2026 de 09/03/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor LUCIANO APARECIDO CORSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula nº. 109871, férias pelo período de trabalho prestado entre 10/07/2023 a 09/07/2024, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 06/04/2026 a 25/04/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 26/04/2026 a 05/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:4465E021

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 218/2026

PORTARIA Nº. 218/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº2100/2026 de 13/03/2026;

Resolve:

Conceder ao servidor VANDERLEY ANTONIO LOTT, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula nº. 966162, férias pelo período de trabalho prestado entre 12/12/2023 a 11/12/2024, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, conforme abaixo discriminado:

20 (vinte) dias de descanso pelo período compreendido entre 27/04/2026 a 16/05/2026.
10 (dez) dias convertidos em remuneração, pelo período de 17/05/2026 a 27/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:745B46BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº. 013/2025-L - CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 013/2026-L

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.406/2019, com atualização determinada pela Lei nº 1.603/2025-L,

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido aos Vereadores **Aparecido Fialho de Carvalho, José Luiz da Silva** e **Maicon Jairo de Carvalho Gomes** autorização para deslocamento à cidade de Curitiba/PR, no período de 17 a 20 de março de 2026, para acompanharem o Prefeito Municipal em visitas institucionais aos gabinetes de Deputados Estaduais.

Art. 2º Fica deferida a concessão de 03 (três) diárias e meia a cada Vereador, no valor total de R$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), conforme previsto na Lei nº 1.603/2025-L.

Lobato-PR, 16 de março de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:FC1245BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO PROCEDIMENTO SELETIVO, ABERTO PELO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2025 DE 23/04/2025

DECRETO N.º 048/2026 DE 16 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA – Contratação de candidata aprovada no Procedimento Seletivo, aberto pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025 de 23/04/2025.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICIPÍO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial, a Lei Municipal n.º 773/2001-E de 02/02/2001, com as alterações introduzidas pela Lei Municipal n.º 1.172/2011-E, de 10/11/2011,

DECRETA

Art. 1º - Contrata-se a partir de **17/03/2026**, a candidata abaixo relacionada, aprovada no **Procedimento Seletivo**, aberto pelo **Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2025 de 23/04/2025**, conforme especificado:

NOME	CPF	CARGO	C/H SEMANAL
PRISCILA APARECIDA DA SILVA TAVARES	342.***.***-55	EDUCADOR INFANTIL	30 hrs

Art. 2º - O contrato temporário ora autorizado se faz por prazo determinado, com vigência até **18/12/2026**.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:5E1473DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOBATO, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.970.367/0001-08, com sede à Rua Antônio

Coletto, 1260 – Centro, município de Lobato, Estado do Paraná, Cep. 86790-000.

CONTRATADA: INOVA TRUCK LTDA, inscrita no CNPJ(MF) sob nº **19.184.214/0001-93**, com sede na Rua **Perimetral Tancredo Neves**, n° **16**, Bairro: **Jardim Horizonte**, Cidade: **Presidente Castelo Branco**, CEP 87.180-**000**, neste ato representada pela Sr.ª Roseli Gomes do Santos Depieri.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO, MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE VELOCÍMETROS E TACÓGRAFOS, BEM COMO REGULARIZAÇÃO JUNTO AO INMETRO, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, DESTINADOS A ATENDER OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Reduzido	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
117	05.001	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL	3.3.90.39.00.00.00.00000.000000.10.70.00.01
157	06.003	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE	3.3.90.39.00.00.00.00303.003030.10.20.00.01
183	06.003	MANUTENÇÃO ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	3.3.90.39.00.00.00.00494.004940.90.20.62.01
430	10.002	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR MDE	3.3.90.39.00.00.00.00043.010430.90.10.60.01

VALOR GLOBAL TOTAL: R$ 18.853,50 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/03/2026 até 16/03/2027

DATA DE ASSINATURA: 16/03/2026

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:799AD7A7

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 07/2026 – PRONTO PAGAMENTO - SAMAE

O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Rua Antônio Coletto, nº 1.228, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 80.910.201/0001-65, neste ato representado pelo Diretor, Senhor **AILTON GOMES DOS SANTOS**, ratifica a **COMPRA DIRETA Nº. 07/2026**, nos termos do **Art. 95, § 2º, da Lei Federal n° 14.133/21** e suas alterações, e Decreto Municipal nº 69/2024, de 16 de abril de 2024, conforme quadro abaixo:

COMPRA DIRETA Nº 07/2026 - PRONTO PAGAMENTO - SAMAE
FORNECEDOR: **M. GIMENEZ SANTOS LIMA CARTOES**
CNPJ/MF: 07.061.855/0001-71
Objeto de Compra Direta: **AQUISIÇÃO DE COPOS TIPO LONG DRINK PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA ÁGUA, DESTINADOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**
Valor Global: **R$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)**
Data da Assinatura: **16 de março de 2026, com vigência até 16 de junho de 2026.**
Dotações Orçamentárias:

DESPESA	Organograma	Descrição da Despesa	Máscara
10	14.001	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS -	Desp. 10 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - 14.001.17.122.0021.2070.3.3.90.30.00 / 00076.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos SAMAE

Foro: **COMARCA DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ.**

SALA DE LICITAÇÕES DO SAMAE - MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, AO 16 (DEZESSEIS) DIA DO MÊS DE MARÇO (03), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor do SAMAE
Decreto Municipal N. º 119/2025, de 05 de Maio de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:A57D5543

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO COMPRA DIRETA Nº 07/2026 – PRONTO PAGAMENTO

RECONHEÇO a Compra Direta fundamentada no **Art. 95, § 2º, da Lei Federal n° 14.133/21 de 01 de abril de 2021**, e suas atualizações posteriores, estando o ato devidamente regulamentado no município de Lobato, através do Decreto Municipal nº 069/2024, de 16 de abril de 2024, que dispõe sobre o procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento.
RATIFICO e autorizo em consequência, a proceder-se à Compra Direta – Pronto Pagamento nos seguintes termos:
FORNECEDOR: M. GIMENEZ SANTOS LIMA CARTOES - CNPJ: **07.061.855/0001-71,** no valor global de **R$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais).**

OBJETO DE COMPRA DIRETA: AQUISIÇÃO DE COPOS TIPO LONG DRINK PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA ÁGUA, DESTINADOS AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.

Cumpra-se. E publique-se.

Lobato, 16 de março de 2026.

AILTON GOMES DOS SANTOS
Diretor do SAMAE
Decreto Municipal N. º 119/2025, de 05 de Maio de 2025

Publicado por:
Sirlene de Fatima Domingues
Código Identificador:ABD63081

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ERRATA- RESOLUÇÃO 06/2026

RESOLUÇÃO Nº 06/2026 – CMI

O Conselho Municipal do Idoso – CMI do Município de Lupionópolis, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA referente à Resolução nº 06/2026, publicada em 09 de março de 2026, que dispõe sobre a adesão à Deliberação nº 004/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná, referente ao "Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase III", para fins de correção da redação do Art. 1º.
ONDE SE LÊ:
Art. 1º Aprovar a adesão do Município de Lupionópolis – PR à Deliberação nº 004/2026 do CEDIPI/PR, referente ao "Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase III".
LEIA-SE:

Art. 1º Aprovar a adesão do Município de Lupionópolis – PR à Deliberação nº 004/2026 do CEDIPI/PR, referente ao "Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase III", bem como o respectivo Plano de Ação para execução das atividades previstas no programa.
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Resolução nº 06/2026.

Lupionópolis – PR, 16 de março de 2026.

MARIA HELENA MENEGUETTI UTIDA
Presidente do CMI

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:9EA51EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 - CMAS

Dispõe sobre a aprovação da Emenda Parlamentar Individual nº 18670005 – OGU 2026 destinada ao Fundo Municipal de Assistência Social de Lupionópolis/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS do Município de Lupionópolis, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e demais normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO o Ofício nº 007/2026/GAB, datado de 26 de fevereiro de 2026, encaminhado pelo gabinete do Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, informando a indicação de emenda parlamentar individual ao Município de Lupionópolis no Orçamento Geral da União – OGU 2026;

CONSIDERANDO que a Emenda nº 18670005 está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, referente à Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços e Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

CONSIDERANDO que o valor destinado é de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), classificado como despesa de custeio, a ser transferido ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião extraordinária realizada em 12 de março de 2026, registrada na Ata nº 189 deste Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a indicação da Emenda Parlamentar Individual nº 18670005 – OGU 2026, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinada ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS do Município de Lupionópolis/PR.

Art. 2º O recurso será destinado ao custeio das ações da política municipal de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, contribuindo para o fortalecimento da rede socioassistencial do município.

Art. 3º A execução dos recursos deverá observar as normativas vigentes do SUAS, bem como as orientações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e demais legislações aplicáveis.

Art. 4º Caberá ao órgão gestor municipal da Assistência Social a operacionalização, acompanhamento, monitoramento e prestação de contas dos recursos.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 12 de março de 2026.

DANIELLE ANTÔNIO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:AD977825

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 24/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca os Candidatos abaixo relacionados e selecionados pela nona seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 17/2026, devidamente publicado em 27/02/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
JOAO VITOR ALVES DA CUNHA	32	01/11/2001	18º

O candidato acima relacionado no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foi devidamente comunicado, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverá comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 16 de março de 2026

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:AFE243B2

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGAO 10/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DE LUPIONÓPOLIS
CNPJ 75.845.511/0001-03
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2026
PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 10/2026
O Pregoeiro Kauan Romão Gonçalves, designado pela portaria 08/2026, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Eletrônico 10/2026, que tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, BATERIAS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUIDOS DE FREIOS, GRAXAS, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DISCRIMINADOS NO ANEXO I. E alterar a data de realização do mesmo para o dia 31 de março de 2026 às 09 horas. O Edital completo, estará à disposição dos interessados na Plataforma Bolsa de Licitações BLL, disponível também na Prefeitura Municipal, com retirada no endereço acima especificado, ou via internet através do site: http://lupionopolis.pr.gov.br/licitacao/ Maiores informações poderão ser obtidas pelo email: pmllicitacao@uol.com.br no horário das 08h às 12h e das 14h às 16h.

Lupionópolis, 16 de março de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBERIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:930C8A57

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2025

ÓRGÃO: Município de Lupionópolis/PR. **CONTRATADA:** KURICA AMBIENTAL S/A (CNPJ nº 07.706.588/0002-23). **OBJETO DO ADITIVO:** Acréscimo quantitativo de **123,00 toneladas** (correspondente a 25% do quantitativo original) para os serviços de transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos. **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
•
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. **VIGÊNCIA:** Permanece inalterada, com término em 01 de junho de 2026. **DATA DE ASSINATURA:** 12 de março de 20

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:47C7571F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 69/2025-PML

Processo de Licitação Nº 19/2025
Concorrência Pública Nº 01/2025

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, com sede à Pç. Pe. Antônio Pozzato, 880, inscrito no CGC/MF nº 75.845.511/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS TIBÉRIO, inscrito no CPF sob nº 160.560.519-00, RG nº 1.062.153-4/PR.
CONTRATADA: AFJ PAVIMENTACAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.795.645/0001-24, com sede no Município de Assis/SP, representada por MARIA JOSÉ DE PAULA, CPF nº 307.819.198-27.
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Contrato nº 69/2025-PML, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DO TREVO DE ACESSO DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS-PR, de acordo com os projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 107 e art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021; Cláusula Segunda, itens 2.3 e 2.5, do Contrato nº 69/2025; e Despacho Administrativo do Prefeito Municipal datado de 16/03/2026.
MOTIVO DA PRORROGAÇÃO: Liberação dos recursos do Contrato de Repasse nº 939570/2022/MIDR/CAIXA somente em 25/02/2026, o que impediu a expedição anterior da Ordem de Início de Serviço pela Caixa Econômica Federal; e ocorrência de períodos prolongados de precipitação pluviométrica que inviabilizaram a execução de etapas asfálticas fundamentais da obra.
RECURSOS: Contrato de Repasse OGU Nº CR939570/2022/MDIR/CAIXA.
VALOR CONTRATUAL: R$ 313.307,76 (trezentos e treze mil, trezentos e sete reais e setenta e seis centavos) – **sem alteração de valor.**
PRAZO DE EXECUÇÃO ORIGINAL: 180 (cento e oitenta) dias.
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO: 540 (quinhentos e quarenta) dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINAL: 360 (trezentos e sessenta) dias – com término em 15/03/2026.
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.
NOVA DATA DE TÉRMINO DA VIGÊNCIA: 10/03/2027.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 16 de março de 2026.
FORO: Comarca de Centenário do Sul, Estado do Paraná.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:A65BE059

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA N° 08/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 24/2026 Processo dispensa nº 08/2026, a qual tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'AGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, CONFORME O ANEXO I., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 12/03/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, no valor total de R$ 3.048,00 (Sete Mil, Novecentos e Oitenta Reais).

Lupionópolis-Pr, 16/03/2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauan Romão Gonçalves
Código Identificador:FD802469

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 05/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 18/2026 Processo inexigibilidade nº 05/2026, a qual tem como objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO ESTABELECER AS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA AQUISIÇÃO DE POR ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/SML/2025/14.133-2021 PROCESSO N.º 15819/SEMAIC/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90082/2025 DA PREFEITURA DE ARIQUEMES-RO., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 03/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, no valor total de R$ 875.000,00 (oitocentos e setenta e cinco mil reais).

Lupionópolis-Pr, 16 de março de 2026 .

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:60592973

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N° 08/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 24/2026 Processo dispensa nº 08/2026, a qual tem como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'AGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, CONFORME O ANEXO I., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 12/03/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, no valor total de R$ 3.048,00 (Sete Mil, Novecentos e Oitenta Reais).

Lupionópolis-Pr, 16/03/2026

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauan Romão Gonçalves
Código Identificador:C346D4FC

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 05/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 18/2026 Processo inexigibilidade nº 05/2026, a qual tem como objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO ESTABELECER AS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA AQUISIÇÃO DE POR ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/SML/2025/14.133-2021 PROCESSO N.º 15819/SEMAIC/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90082/2025 DA PREFEITURA DE ARIQUEMES-RO., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 03/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, no valor total de R$ 875.000,00 (oitocentos e setenta e cinco mil reais).

Lupionópolis-Pr, 16 de março de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:B2E6E1F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 018/2026

PORTARIA N.º 018/2026

Designa a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 0786/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet/PR, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 143 e 148 da Lei Municipal nº 632/99;
CONSIDERANDO o contido no processo n° 0786/2026;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 143 e 148 da Lei Municipal n° 632/99 e arts. 11, 12, 14, 15 e 20 da Lei Municipal n° 1.330/2017;
RESOLVE:
Art. 1°. DESIGNAR a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Mallet, que foi nomeada pelo Decreto n° 689, de 29 de maio de 2023, alterada pelo Decreto n° 740 de 02 de agosto de 2023, tendo como presidente Marcelo Klein Gierez, Enfermeiro PSF, matrícula funcional nº 2.570 e membros Rodrigo Eduardo Mryczka, Auxiliar de Tesouraria, matrícula funcional nº 164 e Camila Pirog, Auxiliar Administrativa, Matrícula funcional n° 2.566, para, constituírem a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, com sede no Município de Mallet, Paraná, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 0786/2026, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.
Art. 2°. Dê-se ciência à Comissão para inícios dos trabalhos.
Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Mallet, 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:837394D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 019/2026

PORTARIA N.º 019/2026

Designa Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para apuração de possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 000000691/2026.

O Prefeito Municipal de Mallet/PR, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 143 e 148 da Lei Municipal nº 632/99;

CONSIDERANDO o contido no processo n° 000000691/2026;
RESOLVE:
Art. 1°. DESIGNAR a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município de Mallet, que foi nomeada pelo Decreto n° 689, de 29 de maio de 2023, alterada pelo Decreto n° 740 de 02 de agosto de 2023, tendo como presidente Marcelo Klein Gierez, Enfermeiro PSF, matrícula funcional nº 2.570 e membros Rodrigo Eduardo Mryczka, Auxiliar de Tesouraria, matrícula funcional nº 164 e Camila Pirog, Auxiliar Administrativa, Matrícula funcional n° 2.566, para, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), com sede no Município de Mallet, Paraná, incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo nº 000000691/2026, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.
Art. 2°. Dê-se ciência à Comissão para inícios dos trabalhos.
Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Mallet, 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:8030457D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026.

O Município de Mallet, através do Prefeito Municipal, Sr. Pedro Kowalczyk torna público que fará realizar, às 10h00min horas do dia 03 de abril do ano de 2026, na plataforma BLL (https://bllcompras.com/), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Pavimentação em CBUQ	5.453,28 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mallet e na plataforma BLL (https://bllcompras.com/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Mallet, 16 de março de 2026.

FELIPE ZOLONDEK
Agente de Contratação

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:8CA5CF35

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

I – OBJETO:
Contratação de empresa especializada para a cessão de uso de software de automação financeira voltado à gestão pública, incluindo licença de uso de sistema de lançamentos automatizados baseado em robótica, tecnologia da informação e inteligência artificial, que permita aos usuários executar rotinas financeiras e contábeis de forma integrada ao sistema de gestão já utilizado pela Prefeitura Municipal, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a contratação de empresa especializada para a cessão de uso de software de automação financeira fundamenta-se na necessidade imperativa de modernizar a gestão pública, elevando o padrão de eficiência e precisão da Secretaria Municipal de Fazenda. A introdução de sistemas de lançamentos automatizados, amparados por Inteligência Artificial (IA) e tecnologia robótica, visa substituir processos manuais repetitivos que são historicamente propensos a erros humanos e morosidade. Ao adotar essa solução, a administração municipal garante a integridade dos dados fiscais e acelera o processamento de rotinas complexas, permitindo que o corpo técnico foque em análises estratégicas e na tomada de decisões baseada em evidências.
A relevância da proposta reside, sobretudo, na capacidade de integração total com o sistema de gestão já em operação na Prefeitura. Essa interoperabilidade é crucial para evitar a fragmentação de informações e assegurar que as movimentações financeiras e contábeis reflitam em tempo real a realidade orçamentária do município. Através do uso de processos robóticos de automação, o software otimiza a execução de tarefas como conciliações bancárias, registros de empenhos e liquidações, assegurando conformidade com as normas do Tribunal de Contas e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que mitiga riscos de sanções administrativas e jurídicas.
Além do ganho técnico, a medida representa um compromisso com a economicidade e a transparência pública. A automação reduz custos operacionais a longo prazo e minimiza o retrabalho, gerando uma resposta mais ágil às demandas da sociedade e dos órgãos de controle. A implementação de tecnologias de ponta no setor público não é apenas uma atualização de ferramentas, mas uma transformação digital necessária para garantir que a arrecadação e a destinação de recursos sejam geridas com o máximo rigor técnico, transparência e velocidade que a governança moderna exige.
Portanto, a aquisição das licenças e do suporte especializado justifica-se pelo alinhamento da Secretaria de Fazenda com as melhores práticas de governo eletrônico. Ao dotar a municipalidade de inteligência tecnológica, promove-se a otimização dos fluxos de trabalho e o fortalecimento do controle interno. Esta iniciativa assegura que a estrutura fazendária disponha de mecanismos robustos para enfrentar a crescente complexidade tributária e financeira, consolidando uma gestão pública mais inteligente, conectada e voltada para resultados concretos em benefício da população.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

A prestadora de serviços escolhida foi **AMBONI SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ: 22.502.433/0001-88**, e a escolha do proponente decorre da apresentação, por parte deste, do menor preço entre os fornecedores consultados, bem como, de todos os documentos solicitados para sua habilitação no processo.

IV – DO PREÇO:

Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais)** a ser pago de acordo com a execução do contrato, conforme autorização expedida pelo Setor de Compras, mediante envio da Autorização de Fornecimento, juntamente com as Notas Fiscais que comprovem o serviço autorizado.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Dispensa de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.** O contrato poderá ter sua vigência prorrogada caso ocorra manifestação da Secretaria interessada, bem como, demonstração de que os valores contratados permanecem vantajosos para a Contratante.

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Dispensa para Compras e Serviços serão pagas através das seguintes dotações orçamentárias:
56 02.003.04.123.0004.2.008.3.3.90.39.1000 MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

CONTRATO SOCIAL.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES MUNICIPAL.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade.

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS, dentro do prazo de validade.

CONSULTA AOS IMPEDIDOS DE LICITAR, emitida pelo TCE/PR.

CONSULTA CONSOLIDADA DE PESSOA JURÍDICA, emitida pelo TCU.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Dispensa de Licitação encontra respaldo legal no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso da rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Publicado a Ratificação da Dispensa de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XIII – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:E0E2B3F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

I – OBJETO:

Locação de imóvel urbano residencial, situado à Rua João Gualberto, nº 158, Centro, Mallet - PR, para o funcionamento do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), do Município.

II - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Segundo a justificativa apresentada pela Secretaria nos autos, a contratação fundamenta-se no atendimento às necessidades da Administração quanto ao funcionamento do CREAS, pois o imóvel deve ter localização estratégica, de fácil acesso à população a ser atendida, considerando a incidência de situações de risco pessoal e social por violação de direitos. Desta forma, o imóvel encontra-se em conformidade com as orientações técnicas para o funcionamento do CREAS, bem como a localização dá-se em área central do município. O local torna-se apto para atender as necessidades desta Administração Municipal. O Município de Mallet não possui imóveis disponíveis para este fim, assim sendo, buscou-se um prédio particular vocacionado para tal intuito. Caracterizada está, portanto, a necessidade na locação do imóvel por um período de 12 (doze) meses, ressaltando que houve avaliação da comissão de bens e imóveis de Mallet - PR, com parecer favorável ao valor que será pago mensalmente.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA PROPONENTE:

O imóvel a ser locado pertence à **JEANNE MICHALCZUK, CPF 017.191.329-92**, a escolha do proponente se deu em virtude de ser proprietário do imóvel cuja localização atende perfeitamente à necessidade desta Secretaria, bem como, do preço ser condizente com o mercado, conforme se pode verificar em parecer elaborado pela Comissão Avaliadora de Bens Imóveis (anexo), do valor pretendido a título de aluguel estar adequado aos preços usualmente praticados em mercado.

IV – DO PREÇO:

Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 17.483,88 (dezessete mil quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos).**

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

A vigência desta Inexigibilidade de Licitação iniciar-se-á na data da publicação de sua ratificação e terá seu término **12 (doze) meses após.**

VI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente processo de Inexigibilidade de Licitação serão pagas através da seguinte dotação orçamentária:

339 02.014.08.122.0016.2.048.3.3.90.36.00.00.00.00.1000 - MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

Para se habilitar no presente processo a CONTRATADA apresentou os seguintes documentos:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL NO CPF.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS FEDERAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS ESTADUAIS, dentro do prazo de validade.

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, dentro do prazo de validade**.**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS, dentro do prazo de validade**.**

CONSULTA DE IMPEDIDOS DE LICITAR, junto ao TCE/PR**.**

CONSULTA AO CEIS/CNEP.

MATRÍCULA ATUALIZADA DO IMÓVEL.

VIII – DAS SANÇÕES:

O inadimplemento dos prazos e condições deste Edital sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

IX – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente Inexigibilidade de Licitação encontra amparo legal no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

X – DA RESCISÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso da alteração dos contratos prevista no art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

XI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

Publicado a Ratificação da Inexigibilidade de Licitação, a vencedora está convocada para a assinatura do Contrato, devendo fazê-la no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, sob pena de perda do direito à Contratação.
A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
Coletadas as assinaturas necessárias, será publicado Extrato de Contrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mallet/PR.

XII – DAS CLÁUSULAS ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

XIII – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Mallet/PR, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

Prefeitura Municipal de Mallet, 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:37014E5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA 001 REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

ERRATA 001 REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026

O Pregoeiro Oficial do Município de Mallet/PR vem, através deste, informar que o edital do processo supracitado foi alterado. O inteiro teor da Errata que promoveu a alteração encontra-se disponível para consulta no site oficial do município em http://mallet.pr.gov.br/Site_mallet/editais.asp e no PNCP em https://pncp.gov.br/app/editais/75654566000136/2026/29

Devido às modificações ocorridas, reabre-se o prazo final para cadastro de propostas no sistema para o dia 02/04/2026 às 09h00min, ocorrendo o pregão às 10h00min do mesmo dia.

Ratifica-se o restante do edital não alterado pela presente Errata.

Prefeitura Municipal Mallet, 16 de março de 2026.

FELIPE ZOLONDEK
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:CA23B4AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2026

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: EDSON LUIS LACHMAN, CPF 017.297.789-41, domiciliada à Rua Joaquim Cesar de Oliveira, nº 81, bairro Ponte Nova, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

OBJETO: Locação de imóvel urbano residencial, situado à Rua Treze de maio, nº 169, Centro, Mallet - PR, para o funcionamento do setor do Cadastro Único, da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

VALOR: O valor do aluguel mensal é de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), perfazendo o valor total de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **12 (doze) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:7FFFF499

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 127/2026.

DECRETO N.º 127/2026.

Súmula: Dispõe sobre o reposicionamento em final de fila de candidata classificada em Processo Seletivo.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

Considerando o contido no Processo Cloud nº 1084.003.00204.000000066;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o requerimento de reposicionamento em final de fila da candidata ANA PAULA NOS, inscrição nº 2717/2025.

Art. 2º - Fica reposicionada candidata ANA PAULA NOS, inscrição nº 2717/2025, em final de lista de classificação para o cargo de Professor – 20 horas, do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025, homologado pelo Decreto n° 635 de 08 de setembro de 2025.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helim Cristina Souza
Código Identificador:F41855FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 008/2026 DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 008/2026

DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina o artigo 37, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de suprir vaga existente de cargos público, conforme Processo Cloud nº 000000184/2026;
CONVOCA

A candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 001/2023 – Estatutário, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da publicação deste edital se apresentar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet/PR (pessoalmente ou por meio de requerimento junto ao Protocolo Online) para **manifestar interesse na vaga ofertada**.

Art. 1°. Fica convocada a seguinte candidata referente ao seguinte cargo:

I - FARMACÊUTICA

INSC	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	NASC
1589	FARMACÊUTICA	PAULA MARUCHIN BARSKI	5°	20/08/1982

Art. 2°. A manifestação de interesse na vaga poderá ser realizada por meio de protocolo presencial junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet, contendo cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto), no prazo indicado no artigo anterior.
§ 1°. A manifestação de interesse na vaga, no prazo indicado anteriormente, poderá ser realizada também por meio do Protocolo Online, disponível no endereço https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-245/pesquisa_entidade.faces, devendo ser acompanhado, obrigatoriamente, de cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto).
§ 2°. A candidata convocada que por algum motivo não possa tomar posse dentro do prazo legal, é facultada a possibilidade de solicitação de reposicionamento para o "final de fila", ou seja, a candidata solicitante será reposicionada para o final da lista de aprovados, o que não garante uma nova convocação, mas sim uma possibilidade de que seja convocada novamente. Para tal solicitação a candidata deverá comparecer ao Setor de RH da Prefeitura Municipal ou realizar Protocolo Online, nos termos do art. 2° e parágrafo primeiro, no prazo estipulado.
§ 3°. A candidata que não manifestar o interesse na vaga ou final de fila no prazo estipulado, será automaticamente excluída do certame, permitindo assim que a Administração Municipal convoque o próximo da fila.
Art. 3° - Fica ciente a candidata que manifestado seu interesse em assumir a vaga ofertada, terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar de sua manifestação de interesse, para apresentar os documentos abaixo relacionados (cópia simples e original), os quais devem ser **presencialmente** entregues ao Setor de Recursos Humanos, no horário de expediente (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
I - Requisitos básicos para a contratação:

a) ser brasileira nata ou naturalizada, comprovação por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
b) no caso de nacionalidade portuguesa, a candidata deverá estar amparada pelo Estatuto de Igualdade de direitos e obrigações civis entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 12, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436 de 18/04/72, por meio de documento apto a este fim;
c) ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação, por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
d) apresentar os documentos comprovando a escolaridade, experiência profissional e demais requisitos exigidos para a função, em conformidade com a lei de criação do respectivo cargo, na data da posse, bem como que estar com seu registro ativo no órgão de classe, quando assim o cargo exigir;
e) estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação do título de eleitor e certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;
f) estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
g) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral, dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;
h) não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, mediante declaração própria sobre essa condição;
i) inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
j) comprovante de residência (água, luz ou telefonia) atualizado e em nome próprio ou em nome de seu cônjuge, companheiro ou genitor, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que a candidata reside no respectivo endereço;
k) documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
l) foto 3x4 recente;
m) outros documentos que a Administração venha a solicitar quando da nomeação.
II - Somente serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso a candidata tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
III - Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.
IV - A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico, diploma, certificado, declaração ou atestado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todas as etapas necessárias para a conclusão do curso. Quanto aos demais requisitos, a candidata deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador/classe (registro, inscrição, CNH, entre outros).
V - Para fins de registro, é imprescindível que a candidata possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).
VI - O preenchimento de todos os requisitos necessários quando da posse, é inteira e total responsabilidade da candidata, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia legível, sujeito ao indeferimento da posse.

Art. 4°. No mesmo prazo do artigo 3°, deverá a candidata comprovar a aptidão física e mental, apresentando os seguintes exames e atestados:
a) Raio X do tórax, somente o laudo.
b) Atestado de médico emitido por **Médico do Trabalho** declarando o candidato apto para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das respectivas atribuições.
Parágrafo único. Os exames deverão ser realizados e pagos pela candidata interessada, sendo que deverá submeter à análise do Médico do Trabalho, sendo que a não apresentação dos exames ou o resultado conclusivo for "inapto", a candidata será eliminada do concurso.
Art. 5º. Na hipótese de não existir nenhum impedimento, haverá edição de Decreto, nomeando a servidora para, mediante Termo de Posse, investir-se no cargo público, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que apresente até o dia da posse os seguintes documentos:
a) declaração do IRRF ou Declaração de Bens;
b) declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, mediante declaração própria sobre essa condição;
c) não ter sido demitido do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos na forma do inciso VIII do Art. 8º da Lei nº 4.928/92 e alterações, mediante declaração própria sobre essa condição;
d) declaração de Dependentes;
e) conta salário junto ao Sicredi para recebimento do vencimento;
f) certidão de Casamento ou Nascimento, sendo que na hipótese de existir Escritura Pública de União Estável;
g) comprovante de Endereço atualizado;
h) impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral do eSocial, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos".
Art. 6º. Atendido os documentos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do Decreto de Nomeação, deverá assinar o termo de posse, ao passo que terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício contados da posse.
Parágrafo único. A Administração Pública Municipal reserva-se no direito de designar data e hora para posse dos candidatos nomeados, os quais serão avisados antecipadamente.
Art. 7º. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, a candidata será eliminada do Concurso ou, se empossada, terá sua nomeação declarada nula.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helim Cristina Souza
Código Identificador:38DF03FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 011.002/2026 – PSS 002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 011.002/2026 – PSS 002/2025 CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025 restou homologado pelo Decreto n° 635/2025;
Considerando o processo Cloud n° 000000857/2026.
Considerando o processo Cloud n° 1084.003.00204.000000066.

TORNA PÚBLICO

I - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 635 de 08 de setembro de 2025.**

I – PROFESSOR – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2830/2025	MARTA SALETE SIMIONATO DE ALMEIDA	60,5	25°

II – A candidata deverá comparecer, até o dia **19 de março de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 002/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
A candidata deve ser brasileira nata, naturalizada ou, no caso de nacionalidade
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. A candidata convocada deverá entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Comprovante impresso CQC (comprovante de qualificação cadastral) – eSocial sem divergências;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que a candidata possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.

Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para a candidata com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;
III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helim Cristina Souza
Código Identificador:DAB0FBE7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
***REPUBLICAÇÃO DECRETO N.º 125-A/2025**

Decreto nº 125-A/2025
*Republicação para correção de dados.

Súmula: Dispõe sobre a desistência de vaga de candidata classificada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
Considerando o Processo Cloud nº 000000902/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica excluída a candidata BIANCA PENTEADO, inscrição nº1061, 7º colocada para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do Concurso Público n° 001/2023, homologado pelo Decreto n° 999 de 04 de abril de 2024, haja vista que convocado pelo Edital n° 005/2026 de 11 de março de 2026, manifestou interesse em desistir da vaga ofertada.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 16 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helim Cristina Souza
Código Identificador:B40DA0D3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2026- CMDCA

Resolução nº 04/2026

Súmula: Criação da Comissão Permanente de Documentação e Cadastro.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015;
Considerando o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada em 03 de março de 2026.

Resolve:

Artigo 1º - Criar a Comissão Permanente de Documentação e Cadastro, sendo composta pelos seguintes representantes:

Representantes Governamentais:
Regina Aparecida Trevisam do Amaral
Karen Bianca da Silva Prestes
Representantes Não-Governamentais:
Giovana Theodoro
Ir. Pâmela Ferreira Baldo

Artigo 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ROSÁRIA GRAZIELLE VAZ
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:A577BD8F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 122/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DECRETO Nº 122/2026

Súmula: Nomeia e dá posse servidores públicos municipais para ocuparem Cargos de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas as pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargos de classificação, a saber:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
NOME DO SERVIDORES	**ADMISSÃO**	**CARGO - COMISSÃO**
ANNA CARMEM VICENTE FERNANDES PERES PEREIRA	13/03/2026	Coordenador Geral Da Equipe Multiprofissional

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:E3F3E599

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 123/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS

DECRETO Nº 123/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas a pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
ALINE IASSECK NOGUEIRA GOMES	13/03/2026	Auxiliar Administrativo - Temporario
SIMONE APARECIDA MARQUES DA SILVA	13/03/2026	Professor De Atendimento Educacional Especializado - Paee 20h

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:5EBA81C2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 124/2026 - NSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE ELABORAÇÃO, REVISÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2026-2029

DECRETO Nº. 124/2026

Súmula: Institui a Comissão permanente de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, nomeia seus integrantes e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o artigo 89, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Mandaguari e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 3.310/2019, especialmente em seu Art. 24, Seção IV – do Plano Municipal de Assistência Social, que estabelece o Plano Municipal de Assistência Social como instrumento de planejamento estratégico da Política de Assistência Social no âmbito do Município de Mandaguari,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Permanente de elaboração, revisão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, e ficam nomeados os membros integrantes da mesma, a saber:
Representantes Governamentais:
Bruna Eloise Souza Vettor Rodrigues (Secretaria Municipal de Assistência Social);
Tielly Zanelli Gomes (Secretaria Municipal de Assistência Social).

Representantes de Entidades Não-Governamentais:
Izildinha Aparecida Marques Sincero (Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari - AAPIM);
Valdirene Lima dos Santos (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE).

Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:
Aline de Freitas Castanho (SMAS);
Cleber Fuentes (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo);
Luciane Siqueira da Silva (Asilo São Vicente de Paulo);
Pâmela Ferreira Baldo (Instituto Promocional Jesus de Nazaré).

Representante do Conselho Tutelar:
Maria Aparecida de Freitas (Conselho Tutelar).

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente:
I - coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029, observando as diretrizes previstas no Art. 24 da Lei Municipal nº 3.310/2019**;**
II - assegurar que o Plano contemple diagnóstico socioterritorial, objetivos, diretrizes, ações estratégicas, metas, indicadores e cronograma de execução, conforme estabelecido na legislação municipal;
IV - acompanhar, monitorar e avaliar a execução das metas, ações e indicadores previstos no Plano Municipal de Assistência Social;
V - propor ajustes, revisões e atualizações do Plano sempre que necessário;
VI - sistematizar informações e elaborar relatórios periódicos sobre o andamento e os resultados da execução do Plano;
VII - assegurar que o Plano observe as deliberações das Conferências de Assistência Social, as metas pactuadas no âmbito do SUAS e as ações intersetoriais necessárias à sua execução.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:F57EB003

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 125/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 125/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas a pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
DOUGLAS ANTONIO DA ROCHA	17/03/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário
SUELLEN FERNANDA CORREA DE CAMARGO	17/03/2026	Professor - Temporario

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:101409F2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 126/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 126/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.312,79 (vinte mil e trezentos e doze reais e setenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0026.2.168		GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
886 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	20.312,79
Total Suplementação:			20.312,79

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64.

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0026.2.168		GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
884 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.263,00
885 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	3.049,79
Total Redução:			20.312,79

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8E92C785

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 127/2026 - NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 127/2026

Súmula: Nomeia servidor público municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor público municipal para ocupar Cargo de Provimento em Comissão:

NOME	ADMISSÃO	CARGO EFETIVO	CARGO TRANSFORMADO	NOMEAÇÃO A PARTIR DE:
96432 JONAS SILVA SOUZA	24/10/2019	PINTOR DE OBRAS	COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CC6	16/03/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de nomeação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:83B6AAA4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 128/2026 - DISPÕE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

DECRETO Nº 128/2026

Súmula: Dispõe sobre a transformação de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município de Mandaguari, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica transformado o cargo de provimento em comissão, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO ANTERIOR	CARGO DE NOMEAÇÃO	NOMEAÇÃO A PARTIR DE:
98099 GIOVANNA CARLA MARZOLA LEAL	10/02/2025	COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO E SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – CC6	DIRETOR DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CC4	16/03/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de nomeação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:CF25D208

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 129/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS,

DECRETO Nº 129/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas a pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
ALISSON TIAGO DE CAMARGO	16/03/2026	Professor Educação Fisica Temporário
ELIZANGELA DE OLIVEIRA FERREIRA	16/03/2026	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporario
IVANI DA SILVA DOS SANTOS MARTINS	16/03/2026	Auxiliar Educacional Temporário
TATIANE SALVADOR DE OLIVEIRA	16/03/2026	Auxiliar Administrativo - Temporario

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8DCC27FC

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 112/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 112/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 345/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 345/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 004/2026.

MOTORISTA CATEGORIA D

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
34	RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	62,5

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:3744C781

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 113/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 113/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 149/2025.

PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PAEE 20H

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
11	JAQUELINE DA SILVA RAIMUNDO	65
12	ADRIANA CRISTINA ALVES GREGORIO	65
13	FATIMA APARECIDA VENANCIO LAZARI DA SILVA	62

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:3895AFEE

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 114/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 114/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 145/2025.

PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
35	ALEXSANDSRA FRANCO LINO	49
36	REGIMAR CELIA MARTINS PERETTI	47

37	JAQUELINE CAROLINE OLIVEIRA DA SILVA	47
38	LUCIANA MILÃO LAZARIN	46

EDUCADOR INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
09	BIANCA STEFANI DE MELO RIBEIRO	22

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:5E1E06AD

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 115/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 115/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

AUXILIAR EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
08	MARIA EDUARDA BOBATO DE SOUZA	22

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:CA13EA50

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 116/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 116/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
34	YAISA NAYARA DOS ALVES	76
35	ANA PAULA GONÇALVES SANTOS DE SOUZA	76
36	RAQUEL GARCIA DE OLIVEIRA MARTINEZ	76
37	PABLO WANDERMAN ALVES DE SOUZA	76
38	BRAIAN LOHAN SAMPAIO DE SOUZA	76
39	IRENIL PEDRO DA SILVA	76

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:06B875CD

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 117/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 117/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 395/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 395/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 022/2025.

ENFERMEIRO TURNO DE REVEZAMENTO 12X36

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
07	NATHALIE CAMPANA DE SOUZA	39,5

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:6CF24C09

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 118/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 118/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
40(COTA AFRO)	CRISTIANE DE RIBEIRO AZEVEDO RAMOS	75

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:7A187B80

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 119/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 119/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

AUXILIAR EDUCACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
09	ANA GABRIELA NUNES XAVIER	21

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:26DFDA63

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 120/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 120/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 374/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 374/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 398/2024.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
14	LUIZ ANTONIO DA SILVA CARNEIRO	52

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:AC22A679

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DA SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS PSIQUIÁTRICAS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I.

Após o parecer favorável da documentação apresentada pelas proponentes MQ PACHECO SERVICOS MEDICOS LTDA e NG CLINICA MEDICA LTDA, realizado pela comissão nomeada pelo Decreto nº 286/2025, comunicamos o credenciamento das seguintes participantes:

MQ PACHECO SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ Nº 53.148.175/0001-07

NG CLINICA MEDICA LTDA
CNPJ Nº 47.219.947/0001-51

Mandaguari, 16 de março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:13E278B7

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: VALTER MARTINS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24001899949, com endereço na Estrada Ludimila – Lote 208 C1, Viveiro Jamaica, CEP: 87240-000, na cidade de Terra Boa/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **VALTER MARTINS**, inscrito no CPF sob o nº. 240.018.999-49.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA/PESSOA FÍSICA PARA A AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

VALOR: 70.200,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 12 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

VALTER MARTINS
Valter Martins

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:D865D186

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra**. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.864.422/0001-73, com endereço na Avenida Brasil, 468, CENTRO, CEP: 86870-000, na cidade de Ivaiporã/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **CARLOS EDUARDO CARVALHO**, inscrito no CPF sob o nº. 007.976.549-17.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À MOBILIDADE (CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE BANHO, MULETAS, ANDADORES ETC.) E EQUIPAMENTOS DE EMERGÊNCIA (VENTILADORES PULMONARES, MONITOR CARDIACO E BOMBA DE INFUSÃO), DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS REPARTIÇÕES PÚBLICAS.

VALOR: 28.393,88.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 13 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

CARLOS EDUARDO CARVALHO
C E C Importacao e Comercio de Produtos Medicos LTDA

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:553BDC09

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SOLIDEZ ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60.006.047/0001-94, com endereço na Rua Jose de Alencar, 492, Bairro Vista Alegre, CEP: 89820-000, na cidade de Xanxerê/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **EDUARDO NERIS**, inscrito no CPF sob o nº 099.414.839-90.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E ENTREGA DE PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS (PSB), CONTENDO PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL (PAE) SIMPLIFICADO, INSPEÇÃO DE SEGURANÇA REGULAR (ISR) E A OUTORGA DA BARRAGEM DO PARQUE DA PEDREIRA DESTA MUNICIPALIDADE.

VALOR: 22.900,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 9 de Março de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

EDUARDO NERIS
Solidez Engenharia e Geotecnia LTDA

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7970FBE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 111/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 08/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 111/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 24/2026
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, sediado na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, por meio do Departamento de Compras e Licitações, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 10/2025, devidamente autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, Felipe Claudino Machado, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), CONFORME NR-07, COM EMISSÃO DE ASO E RELATÓRIO ANUAL; ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT); E ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR). **Valor estimado:** R$ 8.270,00 (oito mil duzentos e setenta reais) **Período de cadastro das propostas:** 16 de março de 2026 a 23 de março de 2026, às 08h14min. **Data da Sessão**: 23 de março de 2026 às 08h15min **Horário da Fase de Lances**: início as 08h15min e término as 14h15min **UASG:** 455978 – **Link acesso ao sistema:** www.gov.br/compras/ **Critério de Julgamento:** Menor Preço – EXCLUSIVO ME/EPP **Divulgação no Portal de Compras do Governo Federal – PNCP:** https://pncp.gov.br/app/editais?q=mandirituba
Mandirituba, 16 de março de 2026 –

GEOVANA MARIA CORDEIRO -
Secretaria Municipal de Adminsitração

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:2E9A36CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 112/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 07/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 112/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15/2026
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, sediado na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, por meio do Departamento de Compras e Licitações, através de seu Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 10/2025, devidamente autorizado pelo Senhor Prefeito Municipal, Felipe Claudino Machado, torna público que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE VACINAS PARA O PROGRAMA DE ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE CÃES E GATOS – 5º CICLO CASTRAPET PARANÁ CONVÊNIO N.º 019/2025-IAT. **Valor estimado:** R$ 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais) **Período de cadastro das propostas:** 16 de março de 2026 a 20 de março de 2026, às 08h14min. **Data da Sessão**: 20 de março de 2026 às 08h15min **Horário da Fase de Lances**: início as 08h15min e término as 14h15min **UASG:** 455978 – **Link acesso ao sistema:** www.gov.br/compras/ **Critério de Julgamento:** Menor Preço – EXCLUSIVO ME/EPP **Divulgação no Portal de Compras do Governo Federal – PNCP:** https://pncp.gov.br/app/editais?q=mandirituba
Mandirituba, 16 de março de 2026 –

ANDRIELI TAIS ZIEMERMAN -
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:9624F1D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

Comissão Disciplinar Permanente – CDP

ATA 02/2026

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 11h00, reuniram-se na sala de reuniões da Comissão Disciplinar Permanente, situada na Rua da Liberdade, n.º 423, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-084, os membros da Comissão Disciplinar Permanente, designados pela Portaria n.º 278, de 06 de março de 2025, a qual é composta pelos servidores: Presidente – Márcia Maria da Cruz de Lima, matrícula n.° 2671, Secretária – Kathiuscia Cruz Voznhaki, matrícula n.° 3663 e Membro - Rafael Camargo, matrícula n.° 2593, visando apurar/averiguar os fatos relacionados à falta/ausência de documentação funcional adequada e exigida para o exercício do cargo público efetivo de Professora e seus desdobramentos, pela servidora D.C.F., matrícula n.° 2481. Para constar, eu, Kathiuscia Cruz Voznhaki, na condição de Secretária da Comissão Disciplinar Permanente, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos.

Mandirituba, 16 de março de 2026.

MÁRCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Presidente

KATHIUSCIA CRUZ VOZNHAKI
Secretária

RAFAEL CAMARGO
Membro
Portaria n.º 278/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

Comissão Disciplinar Permanente – CDP

TERMO DE INSTALAÇÃO

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 11h05, reuniram-se na sala de reuniões da Comissão Disciplinar Permanente, situada na Rua da Liberdade, n.º 423, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-084, os membros da Comissão Disciplinar Permanente, designados pela Portaria n.º 278, de 06 de março de 2025, a qual é composta pelos servidores: Presidente – Márcia Maria da Cruz de Lima, matrícula n.° 2671, Secretária – Kathiuscia Cruz Voznhaki, matrícula n.° 3663 e Membro - Rafael Camargo, matrícula n.° 2593, os quais emitiram o Termo de Instalação de Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2026, para apurar os fatos relacionados à falta/ausência de documentação funcional adequada e exigida para o exercício do cargo público efetivo de Professora e seus desdobramentos, pela servidora D.C.F., matrícula n.° 2481.

Mandirituba, 16 de março de 2026.

MÁRCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Presidente

KATHIUSCIA CRUZ VOZNHAKI
Secretária

RAFAEL CAMARGO
Membro
Portaria n.º 278/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE

PORTARIA N.º 02/2026
De 16 de março de 2026

Súmula: "Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora D.C.F., matrícula n.º 2481, para apurar/averiguar os fatos relacionados à falta/ausência de documentação funcional adequada e exigida para o exercício do cargo público efetivo de Professora e seus desdobramentos, nos termos que especifica, conforme preceitua a legislação vigente."

A **COMISSÃO DISCIPLINAR PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, PARANÁ**, por intermédio de sua Presidente, a servidora Márcia Maria da Cruz de Lima, matrícula n.° 2671, de sua Secretária – Kathiuscia Cruz Voznhaki, matrícula n.° 3663 e de seu Membro - Rafael Camargo, matrícula n.° 2593, emitiu Termo de Instalação de Processo Administrativo Disciplinar, sendo todos os membros da referida Comissão designados pela Portaria n.º 278, de 06 de março de 2025, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n.º 02, de 22 de fevereiro de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandirituba, Paraná,

RESOLVE

INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Em face da servidora D.C.F., matrícula n.º 2481, para apurar/averiguar os fatos relacionados à falta/ausência de documentação funcional adequada e exigida para o exercício do cargo público efetivo de Professora e os desdobramentos que ocorreram.

1. De acordo com o contido no Ofício n.º 160/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em 18 de fevereiro 2026, e documentos anexos, resta demonstrado, em tese, a falta/ausência de documentação comprobatória da formação acadêmica mínima exigida (ausência também de complementação), para o exercício do cargo público efetivo de Professor, conforme exigido pelo pelas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do § 1º do art. 6º da Lei Municipal n.º 480, de 05 de dezembro de 2008;

2. O presente processo fora conduzido a esta Comissão Disciplinar Permanente para providências, prosseguindo a denúncia para investigação e elucidação dos fatos cometidos, em tese, pela servidora D.C.F., matrícula n.º 2481, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 02, de 22 de fevereiro de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandirituba, Paraná, artigos 148 e seguintes, em que os fatos serão investigados conforme descritos nos documentos supracitados, apresentados para esta Comissão Disciplinar Permanente, na seguinte ordem abaixo:

De acordo com o Ofício n.º 160/2026, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em 18 de fevereiro 2026, e documentos anexos, foi realizada uma reunião com a servidora D.C.F., na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para que fosse esclarecida a ausência de documentação mínima exigida para exercer o cargo público efetivo de Professor para o qual foi aprovada em concurso público. Nesta ATA, a servidora confirmou que NÃO realizou a complementação acadêmica exigida no prazo estabelecido pela Departamento de Recursos Humanos; a mesma estava ciente e se comprometeu, assinando um Termo de Compromisso, em 01/08/2016, a concluir/regularizar a situação do seu Diploma de Pedagogia, no prazo de 04 (quatro) anos, o que não ocorreu até a presente data; a mesma também estava ciente de que o não cumprimento do prazo estabelecido poderia acarretar a sua exoneração/demissão por processo disciplinar.

3. Os fatos acima citados levaram a servidora, em tese, ao descumprimento da Lei Municipal n.º 02, de 22 de fevereiro de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandirituba, Paraná, infringindo o **art. 116 (dos deveres), inciso III "observar as normas legais e regulamentares", art. 132, inciso IV "improbidade administrativa"**, bem como o não atendimento ao requisito de investidura no cargo de Professor, previsto nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do § 1º do art. 6º da Lei Municipal n.º 480, de 05 de dezembro de 2008, comprometendo, em tese, a conduta e a situação funcional da servidora D.C.F., matrícula n.º 2481, no cargo de Professor.

PELO EXPOSTO FICA DETERMINADO:

1. O Processo Administrativo Disciplinar que ora se instaura, pautar-se-á pelo procedimento especial previsto nos artigos 143 e 144, ambos da Lei Municipal n.º 02, de 22 de fevereiro de 1991 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mandirituba, Paraná:

Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art. 144 – As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, assinadas e confirmada a autenticidade (...).

2. A Comissão Disciplinar Permanente ora designada pela Portaria n.º 278, de 06 de março de 2025, após a publicação da presente Portaria assinada pelos membros da Comissão, iniciará a contagem do prazo do Processo Administrativo Disciplinar a partir da data em que a mesma der início aos seus trabalhos para a apuração do contido nos autos.

3. Cite-se pessoalmente o(a) indiciado(a), apresentando-lhe cópia do Termo de Indiciação, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a nomeação de advogado regulamente inscrito na OAB, rol de testemunhas, constando nomes completos, número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), endereços e telefones, bem como para requerer as provas que entender necessárias, cuja pertinência será oportunamente analisada.

4. A Comissão Disciplinar Permanente indicará em tempo hábil as testemunhas que se fizerem necessárias, levando ao conhecimento do(a) indiciado(a), oportunizando para que tenha ciência das testemunhas que serão ouvidas, sem prejuízo de arrolá-las, cujas as audiências serão realizadas após a apresentação da Defesa Prévia escrita.

5. Após o Relatório Final, a Comissão Disciplinar Permanente, remeterá à Autoridade Competente para o Julgamento Final.

Mandirituba, 16 de março de 2026.

MÁRCIA MARIA DA CRUZ DE LIMA
Presidente

KATHIUSCIA CRUZ VOZNHAKI
Secretária

RAFAEL CAMARGO
Membro
Portaria n.º 278/2025

Publicado por:
Marcia Maria da Cruz de Lima
Código Identificador:AC9821BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA SAUDE 01/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA – ESTADO DO PARANÁ, FELIPE CLAUDINO MACHADO por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no uso de suas atribuições legais, e diante do resultado homologado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, convoca o candidato aprovado, conforme lista abaixo e de acordo com vagas solicitadas pela Secretaria Saúde, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos do Município, na sede da Prefeitura Municipal, Rua Augusto Dissenha, nº 44 – Centro – Mandirituba-PR, com documentos de Identificação, para retirar a relação de documentos necessários para contratação, ou solicitar pelo fone whatsapp: 41 98862 04 63.
Data: 17 de março de 2026.
Horário: das 08:00 as 12:00, 13:00 as 15:00 h
O candidato terá até dia 20 de março de 2026 para entrega de toda documentação exigida, incluindo atestado médico para admissão, de forma que o não cumprimento ou manifestação, implicará em desistência do Processo Seletivo nº 01/2025.

Médico ESF.

Inscrição	Nome	Classificação	Pontuação
363427	Felipe Aparecido Vendrame Macedo	12	10

Mandirituba, 16 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida Santiago Pereira
Código Identificador:B111C07A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2025

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: SOUL GESTÃO DE NEGOCIOS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 24.327.852/0001/56
MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025**
OBJETO: **ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2025 REFERENTE A "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA DO TRABALHO PARA SERVIÇOS DE PERICIAS MEDICAS E JUNTA MEDICA", ORIGINÁRIO DO CERTAME NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 17/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 33/2025 CELEBRADO EM 23/06/2025**
VALOR TOTAL: O valor total do referido acréscimo é de R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais), que representa o percentual de 23,64% (vinte e três virgula sessenta e quatro por cento), do valor contratual original.
DATA: 11/03/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:72323AAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE RENOVAÇÃO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 33/2023

EXTRATO DE ADITIVO DE RENOVAÇÃO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 33/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550.0001/37
CONTRATADO: EDITORA BEM PARANÁ LTDA
CNPJ/MF nº 76.637.305/0001-70
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 07/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS E EDITAIS DE LICITAÇÃO
CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes de comum acordo, na forma convencionada no Parágrafo Sétimo da Cláusula Segunda do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, de 24 de março de 2026 até 23 de março 2027, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E REAJUSTE
A partir de 24 de março de 2026, os preços não sofrerão reajuste, conforme manifestação apresentada na Carta de Renovação, anexa ao processo de renovação, conforme abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unit.
1	7.000	C/CO	Serviço de publicação de atos oficiais do município de Mandirituba, em jornal diário de grande circulação no estado do Paraná, abrangendo no mínimo a cidade de Curitiba e região metropolitana com tiragem mínima diária de 10.000 (dez mil) exemplares	R$ 12,50

Valor total: R$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:B34E9A2E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025 – PE 04/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025 – PE 04/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
ELETROFER EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E INSDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.389.693/0001-68
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COM BASE NA TABELA DE INSUMOS SINAPI
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 21 de março de 2026 até 20 de março de 2027.
QUANTIDADE: renovados conforme ata inicial.
VALOR TOTAL: O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 1.225.000,00 (um milhão duzentos e vinte e cinco mil reais).
DATA: 16/03/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:F8088241

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025 – PE 04/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025 – PE 04/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37

CONTRATADA: FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 49.647.713/0001-30
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COM BASE NA TABELA DE INSUMOS SINAPI
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 21 de março de 2026 até 20 de março de 2027.
QUANTIDADE: renovados conforme ata inicial.
VALOR TOTAL: O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).
DATA: 16/03/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:7A7D68A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2025 – PE 04/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE VIGÊNCIA E QUANTITATIVOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2025 – PE 04/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADA: BF3 TINTAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 55.818.205/0001-70
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO COM BASE NA TABELA DE INSUMOS SINAPI
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 21 de março de 2026 até 20 de março de 2027.
QUANTIDADE: renovados conforme ata inicial.
VALOR TOTAL: O Valor total registrado à empresa signatária do presente Termo Aditivo é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
DATA: 16/03/2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:836F6E16

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 116 DE 16 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a Licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 7 (sete) dias, na forma do que dispõe o art. 86 da Lei Municipal n.º 02/1991**,** a servidora, **ALESXANDRA ISABEL DA CRUZ TRIBIK,** matricula n.º 2486, no cargo de **EDUCADOR INFANTIL,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 14 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:2764E58E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RESOLUÇÃO 02/2026 CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Avaliação e estabelece critérios e documentação para inscrição de entidades e serviços junto ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Drogas de Mandirituba – PR.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Álcool e Drogas, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1.181, de 08 de dezembro de 2021.

Considerando as deliberações do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Álcool e Drogas – COMAD de Mandirituba/PR em reunião ordinária realizada em 26 de fevereiro de 2026.

R E S O L V E:
Art. 1º - Aprovar, nos termos da Ata nº 01/2026 , **a criação da Comissão Permanente de Avaliação**, vinculada ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Drogas – COMAD de Mandirituba/PR.
Art. 2º - A Comissão Permanente de Avaliação terá como finalidade **analisar, acompanhar e avaliar as ações, programas, projetos e serviços relacionados à política pública sobre álcool e outras drogas no município**, bem como os pedidos de inscrição e registro de entidades ou serviços junto ao COMAD.
Art. 3º - Compete à Comissão Permanente de Avaliação:
I – Analisar a documentação apresentada por entidades, instituições e serviços que atuem na prevenção, cuidado, tratamento ou reinserção social relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
II – Realizar visitas técnicas, quando necessário, às instituições ou serviços vinculados à política municipal sobre álcool e outras drogas;
III – Emitir parecer técnico para apreciação e deliberação do plenário do COMAD;
IV – Acompanhar e avaliar ações e programas vinculados à política municipal sobre álcool e outras drogas;
V – Contribuir para o monitoramento das políticas públicas relacionadas ao tema no município.
Art. 4º - Os membros da Comissão Permanente de Avaliação **serão designados pelo plenário do COMAD para cada processo de inscrição ou avaliação**, observando-se a necessidade de **evitar conflito de interesses**, especialmente quando houver vínculo institucional, profissional ou pessoal com a entidade avaliada.
Art. 5º - Para fins de **inscrição e registro junto ao COMAD**, as entidades ou serviços que atuem na área de prevenção, cuidado, tratamento ou reinserção social relacionados ao uso de álcool e outras drogas deverão apresentar a seguinte documentação:
I – Requerimento formal de inscrição dirigido ao COMAD;
II – Plano de Ação anual e Projeto Terapêutico Institucional (PTI);
III – Cópia do Estatuto Social atualizado, registrado em cartório;
IV – Cópia da Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria, registrada em cartório;
V – Comprovante de inscrição no CNPJ;
VI – Certidão Negativa de Débitos Federais;
VII – Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
VIII – Certidão Negativa de Débitos Municipais;
IX – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
X – Certificado de Regularidade do FGTS;
XI – Alvará Municipal de Funcionamento;
XII – Alvará da Vigilância Sanitária vigente, conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
XIII – Alvará ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros vigente;

XIV – Relação nominal da equipe técnica e administrativa, com indicação do responsável técnico e respectivos registros profissionais, quando houver;
XV – Regimento Interno da entidade;
XVI – Relatório de atividades e prestação de contas do ano anterior, quando a entidade já estiver em funcionamento.
Art. 6º - A comissão poderá solicitar **documentação complementar ou realizar visitas técnicas**, sempre que necessário para a adequada análise do pedido de inscrição ou registro.
Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Mandirituba, 06 de março de 2026.

ALBERTO WEINHARDT BORGES NETO
Presidente do COMAD

Publicado por:
João Ricardo Ramos Andrade
Código Identificador:913D5D8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RESOLUÇÃO 09/2026 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do termo de adesão e do plano de ação do repasse do Projeto Viaja Mais 60.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 451 de 26 de agosto de 2008.

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI de Mandirituba/PR em reunião extraordinária realizada em 16 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Termo de Adesão e o Plano de Ação** referentes ao repasse do **Projeto Viaja Mais 60 - Fase III (deliberação 004/2026)**proveniente do **Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR,** no valor de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).**
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Mandirituba, 16 de março de 2026.

DARCI SCHMIDT HORT
Presidente do CMDPI

Publicado por:
João Ricardo Ramos Andrade
Código Identificador:CDA9D396

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE APROVEITAMENTO Nº 001/2026

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE APROVEITAMENTO Nº 001/2026

Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram os **MUNICÍPIOS DE MANDIRITUBA** e **ALMIRANTE TAMANDARÉ**.

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, **PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Rua Augusto Dissenha, 44, Centro, Mandirituba, Paraná, representado neste ato por seu prefeito municipal, Felipe Claudino Machado, doravante denominado PARTÍCIPE; **MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, **PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.659/0001-74, com sede na Av. Emílio Johnson, 360, Centro, Almirante Tamandaré, Paraná, representado neste ato por seu prefeito municipal, Camilo Daniel Lovato, doravante denominado PARTÍCIPE;

I - DO OBJETO
Cláusula primeira. Este instrumento tem por objeto estabelecer os procedimentos a serem observados para a realização de processo de aproveitamento do Convênio de Adesão dentre Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, CNPJ/MF sob n.º 75.992.438/0001-00, que já foi devidamente realizado pelo Município de Almirante Tamandaré, Paraná, visando, este Termo, aderir a entidade fechada de previdência complementar a ser conveniada pelo partícipe Município de Mandirituba, Paraná, para atendimento ao disposto nos artigos 202 e 40, ambos da Constituição Federal, no § 6º do art. 9º, na Emenda Constitucional n.º 103, de 12 de novembro de 2019, nas Leis Complementares Federais sob os números 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, na Lei Complementar Municipal n.º 53, de 10 de novembro de 2021, do Município de Mandirituba, a ser realizado na modelagem recomendada na Nota Técnica da ATRICON n.º 01/2021, no Guia da Previdência Complementar elaborado pela Secretaria de Previdência.

II - DA EXECUÇÃO
Cláusula segunda. O relacionamento entre os partícipes se dará, preferencialmente, entre o responsável da área de previdência complementar de cada município, ou por servidor por ele indicado, cabendo à Secretaria de Administração do Município de Mandirituba, Paraná, na qualidade de órgão gerenciador, a autuação do procedimento administrativo e a disponibilização dos recursos físicos e das estruturas de suporte à execução do objeto deste termo de cooperação técnica de aproveitamento.

Cláusula terceira. Fica instituído o **Grupo de Trabalho,** instituído pela Portaria n.º 561, de 18 de agosto de 2025, composta por 7 (sete) representantes titulares do Município de Mandirituba, designados por meio de ato formal da respectiva autoridade competente.

Cláusula quarta. Compete ao Grupo de Trabalho a condução do processo de aproveitamento da seleção de entidade fechada de previdência complementar do Município Almirante Tamandaré, Paraná, incluindo os atos de divulgação, recepção de documentos, análise da entidade contratada, julgamento e encerramento do processo de aproveitamento.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho poderá valer-se de assessoria do Instituto de Previdência dos Servidores de Mandirituba, Paraná – MANDIPREV na execução dos atos de sua competência.

Cláusula quinta. Finalizado o processo de aproveitamento, compete ao Município de Mandirituba, Paraná, individualmente, decidir sobre a celebração de convênio de adesão com a entidade fechada de previdência Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, nos termos da proposta.

III - DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES
Cláusula sexta. Compete ao Município de Mandirituba, Paraná, por sua Secretaria Municipal de Administração, exercer a função de órgão gerenciador do processo de aproveitamento de que trata o presente termo de cooperação técnica, para o fim de realizar as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras tarefas correlatas:

I – Autuar o presente termo de cooperação técnica de aproveitamento;
II – Autuar o processo de aproveitamento, objeto deste termo de cooperação técnica;
III – Exercer as funções executivas preparatórias à elaboração do convênio de adesão com a Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, mediante disponibilização de recursos físicos, estruturas de suporte e de secretaria às reuniões que se fizerem necessárias entre os representantes dos partícipes e da entidade;
IV – Elaborar, com o apoio do Grupo de Trabalho de Mandirituba todos os atos do processo de aproveitamento e, posteriormente, os atos para o Convênio de Adesão;
V – Promover a divulgação dos atos do processo de Aproveitamento para o Convênio de Adesão em sítio eletrônico oficial e em diário oficial;
VI – Dar conhecimento do futuro Convênio à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN que deverá estar

devidamente autorizada a funcionar como tal pelo respectivo órgão regulador, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e categorizadas como em "situação normal" no CadPrevic;
VII – Dar conhecimento do presente termo de cooperação técnica de aproveitamento e do futuro Convênio de Adesão com a Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
VII - Concordar e executar todas as cláusulas previstas no edital de contratação executado entre a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré e Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN.

Parágrafo único. Compete ao Município de Mandirituba, Paraná, por sua Procuradoria Geral do Município, oferecer suporte jurídico, inclusive mediante emissão de pareceres, ao processo de aproveitamento, sempre que demandado pela Comissão Especial de Análise.

Cláusula sétima. Compete a todos os municípios partícipes prestar as informações que lhes forem demandadas e colaborar na execução do presente Termo de Cooperação Técnica para Aproveitamento, em especial:

I – Indicar o responsável pela área de previdência complementar do município, para fins de prestar informações e contribuir na elaboração das fases;
II – Arquivar, após o encerramento do Aproveitamento, uma cópia dos autos do processo;

IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS
Cláusula oitava. As despesas decorrentes do objeto deste termo de cooperação técnica correrão à conta de dotações próprias dos partícipes, de acordo com as responsabilidades assumidas, sem transferência de recursos financeiros entre eles.

V - DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Cláusula nona. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste termo de cooperação somente se reputará válida se formalizada mediante aditivo.

VI - DO PRAZO
Cláusula décima. O prazo de vigência deste termo de cooperação técnica de aproveitamento é será conforme o previsto no termo de adesão entre os Municípios e a FUSAN.

VII - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS
Cláusula décima primeira. São aplicáveis, no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, os preceitos de direito público e as disposições de direito privado correlatas.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas normas,
recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

VIII - DA PUBLICAÇÃO
Cláusula décima segunda. Cada partícipe providenciará a publicação deste termo de cooperação técnica em seu respectivo diário oficial.

IX - DO FORO
Cláusula décima terceira. Fica eleito o Foro da Comarca da Fazenda Rio Grande, Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste termo de cooperação técnica.

E, por estarem acordes, os convenentes assinam este instrumento em cinco vias de igual teor.

Mandirituba, 13 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal de Mandirituba

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:324E5C53

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DISPENSA 02-2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo dispensa Nº 2/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de convênios.
O **MUNICÍPIO DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° **01.614.343/0001-09**, torna público que fará realizar dia **23/03/2026**, no sistema de disputa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil **bll.org.br**, abertura da sessão pública do **Processo dispensa** Nº 2/2026 do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, Regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Decreto Municipal nº 1714/2024 de 25/01/2024 Lei Complementar 123/2016 alterada pela Lei nº147/2014 e Lei Complementar Municipal nº01/2015, para:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de rastreamento veicular para veículos pertencentes a frota municipal de Manfrinópolis., mediante licitação.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até dia **23/03/2026,** às **07:00 horas**.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia **23/03/2026,** às **08:00 horas**.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: dia **23/03/2026,** às **08:30 horas**
EDITAL: outras informações complementares poderão obtidas na Prefeitura Municipal de Manfrinópolis, no endereço supracitado, de 2ª a 6ª feira, no horário normal de expediente ou pelo telefone/fax: **(0xx46) 3199-0070** e também através do e-mail: **licitacao@manfrinopolis.pr.gov.br**.
Manfrinópolis, em 16/03/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:48D382E0

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 137/2026

Dispõe sobre a disponibilização das contas públicas do Município de Manfrinópolis, referentes ao exercício financeiro de 2024, após Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO Que o artigo 31 da Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade da prestação de contas dos administradores públicos, que devem ser submetidas ao Poder Legislativo e permanecer à disposição de qualquer cidadão para consulta e apreciação;
CONSIDERANDO Que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei Orgânica Municipal de Manfrinópolis reforçam os princípios da publicidade, transparência e controle social na gestão fiscal;
CONSIDERANDO Que as contas do Município de Manfrinópolis, relativas ao exercício financeiro de 2024, foram devidamente

encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado para análise e emissão de Parecer Prévio;
CONSIDERANDO Que o Tribunal de Contas do Estado, por meio do Parecer Prévio nº 59/2026, referente ao Processo nº 186418/25, opinou pela REGULARIDADE das contas da senhora ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA, na qualidade de Prefeita do Município de Manfrinópolis, relativas ao exercício de 2024;
CONSIDERANDO Que, em observância aos princípios da transparência e do direito de acesso à informação, e em cumprimento à legislação vigente, faz-se necessária a disponibilização pública das referidas contas, especialmente após a análise e o parecer favorável do órgão de controle externo, configurando como segunda oportunidade de acesso à população;

DECRETA:

Art. 1º Ficam disponibilizadas as contas públicas do Município de Manfrinópolis, referentes ao exercício financeiro de 2024, que foram objeto de análise pelo Tribunal de Contas do Estado e sobre as quais foi emitido o Parecer Prévio nº 59/2026 (Processo nº 186418/25), opinando pela **REGULARIDADE** da gestão da Prefeita **ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA**.

Art. 2º As contas mencionadas no Art. 1º deste Decreto estarão à disposição da população para consulta e apreciação, pelo período de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da primeira publicação deste Decreto, nos seguintes locais:

Na sede da Câmara Municipal de Manfrinópolis, durante o horário de expediente;
No Portal da Transparência da Câmara Municipal de Manfrinópolis, no endereço: https://www.manfrinopolis.pr.leg.br/portal-da-transparencia/administracao-publica/prestacoes-de-contas-julgadas-tce-pr
Parágrafo único. É assegurado a qualquer cidadão o direito de examinar e apreciar as contas, bem como de obter cópias dos documentos, mediante solicitação formal e observância das normas de acesso à informação.
Art. 3º Este Decreto fundamenta-se no Art. 31 da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica do Município de Manfrinópolis, que preconizam a transparência e o controle social da gestão pública.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 16 de março de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente

Publicado por:
Carla Regina Rodrigues
Código Identificador:AF8C2A61

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 2092/2026 - 10.02.2026

Altera o decreto de nº 1798/2024 de 17/06/2024 e nomeia os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes do Município de Manfrinópolis e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal nº 0272/07 de 04 de julho de 2007 e suas alterações,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o decreto de nº 2080/2026 de 29/01/2025 que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Manfrinópolis, que ficará assim constituído:
GOVERNAMENTAIS
Secretaria de Assistência Social
Titular – José Altair Teixeira
Suplente – Adriana Pereira Barbosa
Secretaria de Educação
Titular – Mariza Recalcatti
Suplente – Dilonete Borges Simioni
Secretaria de Saúde
Titular – Vagner Ederleno Camargo
Suplente – Joceline Nunes Prestes
Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Titular – Silomar Elias de Oliveira
Suplente – Fatima Helena Pegoraro Oliveira
NÃO GOVERNAMENTAIS REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA
Titular – Francieli Rosenbauer
Suplente – Elizabete Rita Duquesne Pereira
REPRESENTANTE DA IGREJA EVANGÉLICA
Titular – Paulo Vanderlei Floriano
Suplente – Sadi Walter
REPRESENTANTES DA APMF DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO CRISTOVÃO
Titular – Sandra Stefanello
Suplente – Maria de Almeida Zanlucchi
REPRESENTANTES DA APMF's MUNICIPAIS
Titular – Marines Alves Carneiro
Suplente – Roseli Siqueira
Art. 2º Os serviços prestados pelos membros integrantes da Comissão, serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:73C21E2D

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 051/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 051/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 051/2026**
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR					
SERVIDOR	VAGNER ERASMO CAPRA			**MATR.**	**8231**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		ÔNIX
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** TBM-7E85
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
26/02/2026	10/03/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	01

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CASCAVEL/PR ;			
HEITOR DUTRA DA SILVA (DIA 26/02/2026) .			
VALDEMAR PAULI (DIA 10/03/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:629E65DA

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 052/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 052/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 052/2026**
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VAGNER ERASMO CAPRA		**MATR.**	**8231**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		ÔNIX VAN AMBULÂNCIA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** TBM-7E85 TAU-4B92
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
27/02/2026	13/03/2026	PATO BRANCO DOIS VIZINHOS	PR PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	

PACIENTES DOIS VIZINHOS/PR ;
DAIANA NUNES PRESTES (DIA 27/02/2026) . .
MARINES ALVES DA SILVEIRA (DIA 03/03/2026) . .
VICENTE CLAUDIO JENGES (DIA 03/03/2026) .
JOSÉ ADAIR DE LIMA (DIA 03/03/2026) .
MARIZETE FERREIRA (DIA 03/03/2026) .
ÓTILIA APARECIDA THOMAS (DIA 03/03/2026) .
JOZIEL ALVES DE ANHAIA (DIA 13/03/2026) .
PACIENTE PATO BRANCO/PR ;
ROBERTO MATIESQUE (DIA 06/03/2026) .

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:E02DEDB1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 4453/2026 - 10.03.2026

Concede Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0502/2013 de 03.07.2013, Art. 1º, Art. 2º, bem como conforme Atestado Médico de 04 de março de 2026 e Processo nº 080/2026 – SRH, de 10 de março de 2026,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal **Sra. Sra. LUANA DE FÁTIMA FAINELLO**, cadastrada na Matrícula nº 1012290, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR III - CMEI MUNDO ENCANTADO no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, sendo 120 (cento e vinte) dias de Licença Maternidade no período de **02 de março de 2026 até 29 de junho de 2026** e 60 (sessenta) dias de Prorrogação de Licença Maternidade no período de **30 de junho de 2026 até 28 de agosto de 2026**, totalizando assim, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade conforme Atestado Médico de 04 de março de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de março de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 10 de março de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:78F9D4D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 006/2026.
O MUNICÍPIO de Mangueirinha/PR, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 01 de abril do ano de 2026, na Sala de Licitações, prefeitura de Mangueirinha/PR Praça Francisco Assis Reis nº 1060 CEP 85540.061, a **CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Bela Vista	Pavimentação em CBUQ	22.800 m²	210 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mangueirinha e no E-mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio do E-mail.
Mangueirinha/PR, 16 de março de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:225971E3

LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 007/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 007/2026.
O MUNICÍPIO de Mangueirinha/PR, torna público que fará realizar, às 14:00 horas do dia 01 de abril do ano de 2026, na Sala de Licitações, prefeitura de Mangueirinha/PR Praça Francisco Assis Reis nº 1060 CEP 85540.061, a **CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Pavimentação em CBUQ	17.619,75 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mangueirinha e no E-mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio do E-mail.
Mangueirinha/PR, 16 de março de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:1E049850

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

CÂMARA MUNICIPAL DE MARILENA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA N° 001/2026
EDITAL N° 001/2026

A Camara Municipal de Marilena – PR, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que a Administração pretende realizar a Contratação de empresa do ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas, para atender as necessidades desta Câmara Municipal, base legal artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.
Propostas deverão ser encaminhadas até 20/03/2026 as 17:00hrs.
Os interessados em apresentar proposta, devem envia-las no e-mail:licitacao@marilena.pr.leg.br **e no ASSUNTO DISPOR O NUMERO DA DISPENSA.**
Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.

MARILENA – PR, 16 de março de 2026.

EVERALDO DOMINGUES JÚNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Everaldo Domingues Junior
Código Identificador:297E8332

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 025/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Administrativo nº 027/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Inexigibilidade nº 012/2026, Processo Administrativo nº 017/2026, firmado com o profissional Gustavo Ramon de Palma Souza;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR a servidora Renata Caroline Bálico, matrícula nº 5811, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, como GESTOR DO CONTRATO nº 027/2026.
Art. 2º
DESIGNAR o servidor Carlos Augusto de Carvalho, matrícula nº 653, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, como FISCAL DO CONTRATO nº 027/2026.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 16 de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:FE8B88B1

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 108/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 017/2026 EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO N° 004/2026.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Inexigibilidade nº 012/2026, Processo Administrativo nº 017/2026, através do Edital de Credenciamento nº 004/2026, Processo Administrativo nº 017/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, destinado a **CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA PARA CONTEMPLAR O SERVIÇO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL LEONOR CALLEGARI BOVIS LOCALIZADO NA RUA SÃO PAULO, N° 731 NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo de Inexigibilidade nº 022/2024 em favor da Pessoa Física Credenciada: **GUSTAVO RAMON DE PALMA SOUZA CPF Nº 086.036.039-36,** com sua proposta no valor total de **R$ 73.290,00 (setenta e três mil, duzentos e noventa reais).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:A40BF888

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73 E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILENA, CNPJ Nº. 09.205.479/0001-77.

CONTRATADA: GUSTAVO RAMON DE PALMA SOUZA, CPF Nº 086.036.039-36;

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA PARA CONTEMPLAR O SERVIÇO DE RAIO X DO HOSPITAL MUNICIPAL LEONOR CALLEGARI BOVIS LOCALIZADO NA RUA SÃO PAULO, N° 731 NO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 73.290,00 (SETENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E NOVENTA REAIS).

06.001.10.302.0004.2057.3.3.90.36 – Manut das Ações da Diretoria Hospitalar - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
Fontes de Recursos:
314- 01303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) – Exe.

06.001.10.302.0004.2057.3.3.90.36 – Manut das Ações da Diretoria Hospitalar - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Fontes de Recursos:
316 - 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) – Exe
315 – 369 - Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHS

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA SERÁ ATÉ 16 DE MARÇO DE 2027, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA, 16 DE MARÇO DE 2026.

_____
Prefeitura Municipal de Marilena
Contratante

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:C46DBAAA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 024/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato Nº026/2026, oriundo do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Nº.004/2026, Processo Administrativo Nº.016/2026, firmado com a empresa **TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ n.º10.955.575/0001-11;
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR a Senhora RENATA CAROLINE BALICO, matrícula nº 5811, ocupante do cargo de Secretária de Saúde, como GESTOR do contrato mencionado acima.
Art. 2º
DESIGNAR a Senhora DARLENE DE SOUZA BARBOSA, matrícula nº 6336, ocupante do cargo de Secretaria de Educação, como FISCAL dos contratos mencionados acima.
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 16 de março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:5932A17F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 109/2026

De 16 de Março de 2026

SÚMULA: Dispõe sobre contratação de Pessoal por Tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

DECRETA:

O Prefeito do Município de Marilena, Senhor Celio Lelis da Mata, no uso de suas atribuições legais estabelecida na Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n° 1129/2013, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, PSS 001/2025, DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora **MARCIA REGINA ROCHA,** portadora do CPF nº xxx.587.969-xx, para ocupar o cargo de agente **ZELADOR(A),** previsto na Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Marilena/PR, 16 de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:A457099D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 106/2026.

DECRETO Nº 106/2026.

SUMULA: - Nomeia os membros dos Conselhos Municipal de Previdência, Deliberativo, Fiscal e do Comitê de Investimentos, da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Marilena, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Considerando, o disposto no art. 30 da Lei Complementar nº 1964/2021, de 29.12.2021, que reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores público municipais do Município de Marilena, Estado do Paraná;
Considerando, a composição da estrutura administrativa prevista no art. 26 e do órgão de assessoramento previsto no art. 28 da Lei Complementar nº 1964/2021, de 29.12.2021;

DECRETA:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 30 da Lei Complementar nº 1964/2021, de 29.12.2021, ficam nomeados para compor a Estrutura Administrativa da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores Público do Município de Marilena, em conformidade com a composição prevista no artigo 26, e para um mandado de 04 (quatro) anos conforme previsão no art. 31, todos da Lei Complementar nº 1964/2021, os seguintes servidores:
I. Para compor o Conselho Municipal de Previdência:
a) Diretor Presidente: Alessandra Tarifa da Silva
b) Diretor Administrativo e Financeiro: Amauri Jose Correia
II. Para compor o Conselho Deliberativo:
a) Representantes dos servidores ativos e inativos:
1. Adriana Santana
2. Bruna Furlan
3. Natalia Cavalcanti Alves Scottá
b) Representante do Poder Executivo:
Isabel Cristina de Oliveira Silva
c) Representante do Poder Legislativo:
Olminda Alves de Lima
III. Para compor o Conselho Fiscal:
a) Cristiane Spila da Silva
b) Eliana Benedito Gargantini
c) Loraine Ezidio Meneguetti
Parágrafo único: Em conformidade com a Lei nº 2.345/2025, de 09.09.2025. fica concedido, a partir do momento em que a CRP - "Certificado de Regularidade Previdenciária" for liberada ao Município e estiver em plena vigência, aos servidores nomeados para comporem os conselhos acima, gratificação de responsabilidade nos valores previstos no art. 2º, § 1º incisos I, II e III, da referida Lei.
Art. 2º Em cumprimento ao artigo 28 da Lei Complementar nº 1964/2021, de 29.12.2021, ficam nomeados para integrar o Comitê de Investimentos, os seguintes servidores**:**
1. Presidente do Comitê de Investimentos: Fatima Izumi Matsumoto Belieri
2. Gestor de Recursos do Comitê de Investimentos: Jordana Haddad
3. Membro do Comitê de investimentos: Everaldo Domingues Junior

Parágrafo único: Em conformidade com a Lei nº 2.345/2025, de 09.09.2025, fica concedido, a partir do momento em que a CRP - "Certificado de Regularidade Previdenciária" for liberada ao Município e estiver em plena vigência, aos servidores nomeados para comporem o Comitê de Investimentos, conforme caput deste artigo, gratificação de responsabilidade nos valores previstos no art. 2º, § 1º inciso IV, da referida Lei.
Art. 3º Os Departamentos competentes deverão tomar as providências necessárias à efetivação deste Decreto.
***Parágrafo Único* –** Fica sem efeitos ou descartado o Decreto nº 98/2026, de 11/03/2026, Publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMP) "Associação dos Municípios do Estado do Paraná" em 12/03/2026, Edição nº 3487, nas páginas n.º 236/237.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marilena-PR., 13 de março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:E0196B46

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 107/2026

SÚMULA: HOMOLOGA E ADJUDICA PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº016/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, Pregoeiros e Equipe de Apoio, cujo objeto é Aquisição de materiais de cama, mesa e banho, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Educação e do Centro de Referência de Assistência Social, do Município de Marilena, Estado do Paraná.

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n.º 004/2026, em favor da empresa **TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA, CNPJ Nº 10.955.575/0001-11,** com sua proposta no valor total de **R$ 54.870,80 (CINQUENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E SETENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS).**

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:82403EE1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 538/2025.

MUNICIPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Decreto nº 538/2025 de 31/12/2025

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2266/2024 de 10/12/2024.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO	

		ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
263 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	220.000,00
264 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
		Total Suplementação:	**240.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.04.122.0002.2.003.		Encargos Gerais do Munícipio.	
30 - 3.3.91.97.00.00	01000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	240.000,00
		Total Redução:	**240.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 31 de dezembro de 2025.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:B41AAC29

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 016/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:
CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 18 de Março de 2026, munido dos documentos constante do item 9 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Auxiliar de Classe
Classificação: Nome:

14º	**Camila Pereira Tomas**

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.
Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 16 dias do Mês de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:5A21AA02

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 017/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 18 de Março de 2026, munido dos documentos constante do item 9 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Cozinheiro(a)
Classificação: Nome:

05º	**Solange Alves Guimaraes**

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.
Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 16 dias do Mês de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:334B2099

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº026/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 09.205.479-0001-77.

CONTRATADA: TKY MATERIAIS ELETRICOS & FERRAGENS LTDA; CNPJ Nº10.955.575/0001-11;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR: R$ 54.870,80 (CINQUENTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E SETENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS).

FONTE DE RECURSO:

121 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
122 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
136 – 847 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
137 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCICIO CORRENTE

142 – 859 – MDE – PORT. MEC Nº274-02-04-2024, ESCOLA NOVA
151 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
152 – 31118 – PNATE – TRANSPORTE ESCOLAR – EXERCICIO CORRENTE
153 – 31123 – PETE 2007 – EXERCÍCIO CORRENTE
166 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCICIO CORRENTE
191 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
192 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
205 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
216 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
228 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
241 – 01103 – 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
525 – 01104 – DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
259 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
266 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
552 – 33498 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
278 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
279 – 1494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
280 – 01495 – ATENÇÃO BÁSICA
553 – 33498 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
281 – 4494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS
310 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
311 – 01496 – ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL
312 – 31333 – HOSPSUS – EXERCÍCIO CORRENTE
554 – 33498 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
309 – 369 – SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIHS
336 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
337 – 01497 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
335 – 497 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE
346 – 01303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)
532 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCICIO CORRENTE
534 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
372 – 31936 – COMPONENTES PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)
373 – 31938 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
374 – 31940 – BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BO...
378 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
536 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES E A VIGÊNCIA SERÁ DE 13 (TREZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO, PODENDO SER PRORROGÁVEL POR IGUAL PERÍODO, POR CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA DOS ARTIGOS 105, 106 E 107 DA LEI FEDERAL N.14.133/2021.

MARILENA-PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:CF3E65F5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2026

PSS 001/2025
ESPÉCIE: CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – PR CNPJ Nº 75.971.010/0001-73, localizada na Rua Dante Pasqualetto, 855 – Centro; Marilena/PR.
CONTRATADA (O): MARCIA REGINA ROCHA – CPF/MF: xxx.587.969-xx.
DO OBJETO: O Contratado (a) prestará serviços na função de **ZELADOR(A).**
VALOR: R$1.770,87 (hum mil, setecentos e setenta reais e oitenta e sete centavos), a título de remuneração.
O Contratado(a) exercerá suas funções durante 40 (quarenta) horas semanais.
PRAZO DE VIGÊNCIA:O prazo do contrato será de 01 Ano..
Marilena/PR, 16 de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:A80601D6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO AO CONTRATO Nº. 172/2025

ESPÉCIE: CONTRATO DE CONFECÇÃO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: CONTRATADA: BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ Nº 40.035.561/0001-40;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

FONTE DE RECURSO:
294 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCICIO CORRENTE
296 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCÍCIO CORRENTE

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS).

MEDIANTE SOLICITAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO QUANTITATIVO DO DEPARTAMENTO COMPETENTE, AO REFERIDO CONTRATO, SENDO O SEGUINTE:

ALTERA-SE EM QUANTIDADE E VALOR: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE DISPOSTO NO ART. 124 LETRA "B" DA LEI Nº 14.133/2021, ALTERA-SE EM ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE E VALOR O ITEM DO CONTRATO CONFORME MENCIONADO A BAIXO. ACRESCENTA-SE A QUANTIDADE DE MAIS 160 (CENTO ESESSENTA) C**ONJUNTOS CALÇA E JAQUETA ESCOLAR: AGASALHO** CONFORME ITEM 03

TABELA DO CONTRATO, E CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE **R$ 12.800,00 (DOZE MIL E OITOCENTOS REAIS)**, MOTIVAÇÃO DE ACRÉSCIMO JUSTIFICA-SE O TOTAL ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS POR TRANSFERENCIAS E DEMAIS QUE OCORRERAM APÓS O COMEÇO DAS AULAS.

O VALOR TOTAL DO CONTRATO PASSARÁ DE R$ 72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS). PARA **84.800,00 (OITENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS).**

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:2B219DC1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO AO CONTRATO Nº. 174/2025

ESPÉCIE: CONTRATO DE CONFECÇÃO;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: NT INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA, CNPJ Nº 40.754.191/0001-00;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE UNIFORMES E CALÇADO TIPO TÊNIS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 17.132,50 (DEZESSETE MIL, CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
FONTE DE RECURSO:
294 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCICIO CORRENTE
296 – 01107 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – EXERCÍCIO CORRENTE

MEDIANTE SOLICITAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DE ADITIVO DE VALOR FINANCEIRO QUANTITATIVO DO DEPARTAMENTO COMPETENTE, AO REFERIDO CONTRATO, SENDO O SEGUINTE:

ALTERA-SE EM QUANTIDADE E VALOR: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE DISPOSTO NO ART. 124 LETRA "B" DA LEI Nº 14.133/2021, ALTERA-SE EM ACRÉSCIMO DE QUANTIDADE E VALOR O ITEM DO CONTRATO CONFORME MENCIONADO A BAIXO. ACRESCENTA-SE A QUANTIDADE DE MAIS 150 (CENTO E CINQUENTA) **CAMISETA MANGA CURTA** CONFORME ITEM 01 TABELA DO CONTRATO, E CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE **R$ 1.468,50 (UM MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, MOTIVAÇÃO DE ACRÉSCIMO JUSTIFICA-SE O TOTAL ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS POR TRANSFERENCIAS E DEMAIS QUE OCORRERAM APÓS O COMEÇO DAS AULAS.

O VALOR TOTAL DO CONTRATO PASSARÁ DE **R$ 17.132,50 (DEZESSETE MIL, CENTO E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**. PARA **18.601,00 (DEZOITO MIL SEISCENTOS E UM REAIS).**

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 16 DE MARÇO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:CB12052C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 104/2026

De 16 de Março 2026

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Férias de (30) trinta dias, ao Servidor Público Municipal Sr. Elizeu da Silva Sobreira**,** matricula 242, referente ao período aquisitivo 2021/2022 15 (quinze) dias e 2022/2023 15 (quinze) dias, a partir do dia 09/03/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 09/03/2026. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:F7117E89

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO 04/2026 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

MARILENA – PARANÁ
RESOLUÇÃO 04/2026 de 13 de março de 2026.
O Conselho Municipal de Saúde de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;
Resolve Aprovar: PAS (PLANO ANUAL DE SAÚDE 2026).

HOMOLOGAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, homologo a Resolução nº 04/2026 de 13 de março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde de Marilena – Pr.

Marilena – PR, 13 de março de 2026.

VANDERSON APARECIDO MARTINS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RENATA CAROLINE BALICO
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:C447F595

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO 05/2026 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

MARILENA – PARANÁ
RESOLUÇÃO 05/2026 de 13 de março de 2026.
O Conselho Municipal de Saúde de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;
Resolve Aprovar: PPA (PLANO PLURIANUAL DE SAÚDE 2026-2029).

HOMOLOGAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, homologo a Resolução nº 05/2026 de 13 de março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde de Marilena – Pr.

Marilena – PR, 13 de março de 2026.

VANDERSON APARECIDO MARTINS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RENATA CAROLINE BALICO
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:D3013D5B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RESOLUÇÃO 06/2026 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

MARILENA – PARANÁ
RESOLUÇÃO 06/2026 de 13 de março de 2026.
O Conselho Municipal de Saúde de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;
Resolve Aprovar: RDQA (3º RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE DE 2025).

HOMOLOGAÇÃO

Nos termos da legislação vigente, homologo a Resolução nº 06/2026 de 13 de março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde de Marilena – Pr.

Marilena – PR, 13 de março de 2026.

VANDERSON APARECIDO MARTINS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RENATA CAROLINE BALICO
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:F607CEE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS - 2026

ATA DA 04ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, NA SUA 2ª SESSÃO LEGISLATIVADA 14ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2026.

COMPOSIÇÃO: Presidente - JAIR DE BORBA ROSA; Vice Presidente -ANDERSON DA SILVA DOS SANTOS; 1º Secretário - SANDRO MOACIR BRAGA; 2º Secretário - NELINHO LOURENÇO; e demais Vereadores:ALMIR JOSÉ DOS SANTOS LEITE; HIRMAN DA SAÚDE; JULIANO LEITE; KAYAN GUSMÃO; MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE; MICHEL ARAÚJO; ROMULO LEANDRO BERTOTTIeROQUE SOZO. Início 18:00 horas. O **Sr. Presidente** abre a Sessão: “Pelas atribuições que me são conferidas por Lei, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 04ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Matinhos, nasua 2ª Sessão Legislativa da 14ª legislatura. **O Sr. Presidente** solicitaao Vereador Nelinho Lourenço que faça a leitura das escrituras sagradas. O **Sr. Presidente** agradece aos presentes. O **Sr. Presidente** coloca em votação a ata da 02ª Sessão Ordinária, realizada em 09 de fevereiro de 2026, sendo a mesma aprovada. O **Sr. Presidente** solicita ao 1° secretário Sandro Moacir Braga,que faça a leitura das matérias do expediente. O **Sr. Presidente** informa que osProjetos de Lei e Projetos de Indicação serão remetidos a quem de direito. O Vereador Nelinho Lourenço, solicita a justificativa pela ausência do Vereador Lucas Batista Pesco, por motivos de saúde. Terminado o expediente, o **Sr. Presidente** informaque para esta Sessão, o Sr. ANDRÉ RICARDO HIDEO MATSUZAKI, Presidente do SISMMAT – Sindicato dos Servidores Municipais de Matinhos, fará uso da Tribuna Livre para falar sobre: Apresentação de resultados de pesquisa realizada junto aos servidores públicos municipais. Sendo assim, o **Sr. Presidente** solicita ao Sr. André Ricardo Hideo Matsuzaki, que faça uso da palavra, tendo o prazo de até 10 minutos para fazer sua apresentação e solicitar o apoio aos Vereadores. Feito o uso da palavra o **Sr. Presidente** passa para a **Ordem do dia**. O **Sr. Presidente** solicita ao 1º secretário que faça leitura somente da súmula do **Projeto de Lei nº 002/2026 -**Súmula: "Institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Matinhos a Corrida Inclusiva", de autoria da Vereadora Hirman da Saúde, o qual está entrando em 2ª discussão e votação. O **Sr. Presidente** coloca o **Projeto de Lei nº 002/2026** em 2ª discussão. Ninguém querendo discutir, o **Sr. Presidente** coloca o **Projeto de Lei nº 002/2026** em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado. O **Sr. Presidente** solicita ao 1º secretário que faça leitura somente da súmula do **Projeto de Lei nº 003/2026** - Súmula: "Institui o Programa Municipal de Incentivo à Doação Voluntária de Sangue e de Medula Óssea, de caráter educativo e social, no âmbito do Município de Matinhos, e dá outras providências."de autoria da Vereadora Hirman da Saúde, o qual está entrando em 2ª discussão e votação. O **Sr. Presidente** coloca o **Projeto de Lei nº 003/2026** em 2ª discussão. Fez uso da palavra a vereadora/autora do referido projeto, a Vereadora Hirman da Saúde e também o vereador Sandro Moacir Braga. Ninguém mais querendo discutir, o **Sr. Presidente** coloca o **Projeto de Lei nº 003/2026** em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado. O **Sr. Presidente** solicita ao 1º secretário que faça leitura somente da súmula do **Projeto de Lei nº 005/2026** - Súmula: "Declara os Pescadores Artesanais do Município de Matinhos como Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial, institui medidas de valorização, preservação e salvaguarda, cria o Museu e o Acervo Histórico da Pesca Artesanal e dá outras providências."de autoria do Vereador Jair de Borba Rosa, o qual está entrando em 2ª discussão e votação. O **Sr. Presidente** coloca o **Projeto de Lei nº 005/2026** em 2ª discussão. Fez uso da palavra a vereador /autor do referido projeto, Vereador Jair de Borba Rosa.Ninguém mais querendo discutir, o **Sr. Presidente** coloca o **Projeto de Lei nº 005/2026** em 2ª votação, sendo o mesmo aprovado. O **Sr. Presidente** solicitaao 1º secretário que faça leitura somente da súmula do **Requerimento n.º 9/2026 –**"Requer autorização para a nomeação do terceiro assessor avereadora que aeste subscreve." deiniciativa da vereadora Hirman da Saúde, o qual esta entrando em discussão e votação única. O **Sr. Presidente** coloca o **Requerimento n.º 9/2026** em discussão única. Fez uso da palavra avereadora/autora:Hirman da Saúde e o vereador Juliano Leite. Ninguém mais querendo discutir, o **Sr. Presidente** coloca o **Requerimento n.º 9/2026** em votação única, sendo o mesmo rejeitado, com votos contrários dos vereadores Almir Jose dos Santos Leite, Anderson da Silva dos Santos, Juliano Leite, Marcio do Seda, Michel Araújo, Nelinho Lourenço e Sandro Moacir Braga. Encerrada a Ordem do dia, o **Sr. Presidente** passa então às explicações pessoais. O **Sr. Presidente** solicita aos vereadores que queiram fazer uso da palavra em explicação pessoal, que registrem a intenção no sistema dentro do prazo de até um minuto. O **Sr. Presidente** solicita ao 1ª secretário que faça a chamada dos vereadores inscritos para uso da palavra em explicação pessoal, os quais terão o prazo de 5 minutos prorrogáveis por mais 1 minuto para uso da palavra. Fizeram uso da palavra os seguintes vereadores: Kayan Gusmão, Juliano Leite, Nelinho Lourenço, Marcio Fabiano Mesquita Duarte, Sandro Moacir Braga e o Sr. Presidente – Jair de Borba Rosa. **ENCERRAMENTO**: Não havendomais oradores inscritos para explicação pessoal e nada mais havendo a tratar,o **Sr. Presidente** agradece a Deus, a presença de todos e dá por encerrada a presente Sessão.

Matinhos, 02 de março de 2026.

JAIR DE BORBA ROSA
Presidente

ANDERSON DAN
Vice Presidente

SANDRO MOACIR BRAGA
1º Secretário

NELINHO LOURENÇO
2º Secretário

Publicado por:
Carlos Eduardo Crema
Código Identificador:3117DEBA

GABINETE
DECRETO Nº 4833/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 501.502,02 (quinhentos e um mil, quinhentos e dois reais e dois centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 501.502,02 (quinhentos e um mil, quinhentos e dois reais e dois centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2040	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	501.502,02	00798

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 501.502,02 (quinhentos e um mil, quinhentos e dois reais e dois centavos) na fonte de recurso 00798.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 16 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:CFD71397

GABINETE
DECRETO Nº 4834/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2040	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	340.000,00	00000

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2040	3339030000000000000	Material de consumo	340.000,00	00000

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2723, de Dezembro de 2025 – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2724 de 01 de Dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 16 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:8E259D50

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
ATA DA 3º REUNÃO DO CONSELHO FISCAL DA PREVIDÊNCIA DE MATINHOS - MATINHOS PREV

ATA DA 3ª REUNIÃO - 12 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA - MATINHOS PREV

No 12º dia do mês de março de 2026, às 14h00min, reuniram-se na sede do Instituto de Previdência do Município de Matinhos – Matinhos PREV, os membros titulares do Conselho Fiscal: Presidente Luigi Giovani de Paula, Secretário Paulo Henrique Santos Diniz Costa, Jefferson Fernando da Silva Mantovani e Zoelita Machado Ramos, estando ausentes os conselheiros suplentes Juliano Lipinski, Elisiane dos Santos, Leonardo Veiga Freixo e Jorge Antonio Nardin. Na reunião, fora apresentado e discutido o Parecer sobre a Prestação Anual de Contas encaminhada pelo Instituto Matinhos-PREV ao TCE/PR, referente ao exercício de 2025, sendo que, após a leitura e deliberação, decidiu pela aprovação com ressalva das contas apresentadas, conforme a Análise Técnica, elaborada pelo Secretário Paulo, pela qual descreve todos os detalhes técnicos necessários para formar a opinião, devendo estes documentos serem publicados conjuntamente com esta Ata, como também o cronograma de reuniões aprovado por este Conselho para o exercício de 2026. Por fim, o Conselheiro Jefferson apresentou relatório dos benefícios concedidos em 2025, atos os quais, considerando o rigoroso controle de

legalidade pelo TCE/PR, apresentam-se regulares e não necessitam de maior fiscalização por este Conselho, tendo o Presidente orientado o acompanhamento periódico por planilha para 2026. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião às 14h25min. Para constar, o Secretário deste Conselho lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada por seus membros e segue assinada por todos os presentes, produzindo seus efeitos legais.

LUIGI GIOVANI DE PAULA
Presidente - Membro Titular

PAULO HENRIQUE SANTOS DINIZ COSTA
Secretário - Membro Titular

JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI
Membro Titular

ZOELITA MACHADO RAMOS
Membro Titular

(Ausente)
JULIANO LIPINSKI
Membro Suplente

(Ausente)
ELISIANE DOS SANTOS
Membro Suplente

(Ausente)
LEONARDO VEIGA FREIXO
Membro Suplente

(Ausente)
JORGE ANTONIO NARDIN
Membro Suplente

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:251EA2C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
JULGAMENTO RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº06-2026

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
Pregão Eletrônico nº 006/2026
Processo Administrativo nº 28/2026
I – RELATÓRIO
Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa TERRAMAQ INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, em face da decisão que declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 006/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para aquisição de Ensiladeira (Colhedora de Forragem) de área total, destinada ao atendimento de pequenos produtores rurais do Município de Mato Rico – PR, a empresa AGRIMAQ COMERCIAL LTDA.
Após a fase de lances, a empresa AGRIMAQ COMERCIAL LTDA apresentou a melhor proposta no valor de R$ 48.450,00, ofertando equipamento marca MFW, modelo FH 1200 AT.
Inconformada com o resultado do certame, a empresa TERRAMAQ INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA interpôs recurso administrativo alegando, em síntese, que a empresa vencedora não teria comprovado o atendimento às exigências da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), prevista na descrição técnica do objeto.
Sustenta a recorrente que não foram apresentados documentos técnicos que comprovassem a conformidade do equipamento com a referida norma, tais como certificado, laudo técnico ou relatório de avaliação de segurança, requerendo, ao final, a desclassificação da empresa vencedora ou, subsidiariamente, a realização de diligência.
Regularmente intimada, a empresa AGRIMAQ COMERCIAL LTDA apresentou contrarrazões, nas quais sustenta que cumpriu integralmente todas as exigências do edital, tendo apresentado declaração do fabricante atestando que o equipamento ofertado atende às normas de segurança aplicáveis, inclusive à NR-12.
É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE
O recurso foi apresentado dentro do prazo previsto no edital e na legislação aplicável, preenchendo os requisitos formais de admissibilidade.
Dessa forma, **conhece-se do recurso**, passando-se à análise do mérito.

III – DO MÉRITO
A controvérsia apresentada no recurso refere-se à suposta ausência de comprovação do atendimento às exigências da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12) pelo equipamento ofertado pela empresa vencedora.
Conforme estabelecido no edital do Pregão Eletrônico nº 006/2026, o equipamento deveria possuir, entre suas características técnicas:
"Acionamento da caixa por cardan e comando hidráulico completo, com carenagens protetoras de segurança conforme NR-12."
Observa-se que o edital estabelece tal requisito como característica técnica do equipamento, não havendo previsão expressa quanto à obrigatoriedade de apresentação de laudo técnico, certificado de conformidade ou relatório específico de avaliação da NR-12.
Nos termos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve observar estritamente as regras estabelecidas no edital, não sendo possível exigir dos licitantes documentação adicional que não tenha sido previamente prevista no instrumento convocatório.
No presente caso, verifica-se que a empresa AGRIMAQ COMERCIAL LTDA apresentou declaração do fabricante do equipamento, informando que o modelo ofertado atende às normas de segurança aplicáveis, incluindo a NR-12, o que se mostra suficiente para demonstrar, em sede de proposta, o atendimento às especificações técnicas exigidas.
Importa ressaltar que o próprio edital admite a apresentação de documentos técnicos complementares, tais como catálogos, folhetos ou informações técnicas, para fins de verificação das características do produto ofertado.
Além disso, o edital adota expressamente o princípio do formalismo moderado, conforme disposto no item 23.6, segundo o qual as normas da licitação devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público e a segurança da contratação.
Cumpre observar, ainda, que a recorrente não apresentou qualquer elemento técnico capaz de demonstrar que o equipamento ofertado pela empresa vencedora descumpre as especificações exigidas no edital ou as disposições da NR-12, limitando-se a alegar a ausência de documentos que sequer foram exigidos no instrumento convocatório.
Dessa forma, não restou comprovada qualquer irregularidade que justifique a desclassificação da proposta apresentada pela empresa AGRIMAQ COMERCIAL LTDA.
Ressalta-se, por fim, que a Administração Pública mantém a prerrogativa de verificar, no momento da entrega do objeto, o efetivo atendimento às especificações técnicas previstas no edital, podendo rejeitar o equipamento caso este não esteja em conformidade com as exigências contratuais.
IV – DA DECISÃO
Diante do exposto, CONHEÇO do recurso administrativo interposto pela empresa TERRAMAQ INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA, por preencher os requisitos de admissibilidade, e NO MÉRITO NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a decisão que declarou vencedora do Pregão Eletrônico nº 006/2026 a empresa AGRIMAQ COMERCIAL LTDA.
Encaminhe-se o presente julgamento à autoridade competente para ciência e deliberação final, nos termos da legislação vigente.
Mato Rico – PR, 16 de março de 2026.

MARCELO BEDNARCZUK
Município de Mato Rico – PR
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:95A9232D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
CONVÊNIO Nº. 001/2026

CONVÊNIO Nº. 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Miraselva**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º. 75.845.529/0001-05, com sede à Avenida Dona Madalena, nesta cidade de Miraselva - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. João Marcos Ferrer, portador da cédula de identidade RG n.º. 3.870.229-7 PR e do CPF n.º. 365.867.819-49, residente e domiciliado em Miraselva-Pr, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) em quatro parcelas de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º. 04.001.10.301.0004.2026, elemento de despesa – 3.3.90.30.09.00, Fonte: 303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E

assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Miraselva, 25 de fevereiro de 2026

Prefeito Municipal Presidente do Conselho

Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF:

.....
Chefe de Gabinete

2 – Nome, cargo e CPF:

.....

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:91D4AA75

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2026
DISPENSA FÍSICA Nº 011/2026

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO:A S T ANTUNES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, sediada na Rua Joaquim Francisco Lopes, nº 289, centro, na cidade de Jataizinho, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 36.038.989/0001/70.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE OVOS DE CHOCOLATE PARA ATENDIMENTO A TODOS OS ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO E PROJETOS DE AÇÃO SOCIAL QUE ENVOLVEM CRIANÇAS E IDOSOS E FUNCIONÁRIOS DE NOSSO MUNICÍPIO, em atendimento à Divisão de Cultura e Turismo do município de Miraselva/PR.

VALOR TOTAL:R$ 11.286,00 (onze mil duzentos e oitenta e seis reais).

PRAZO DE ENTREGA:até 27 de março de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA:03 (três) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

006 – Secretaria de Educação, Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

Gabinete do Prefeito 16/03/2026.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:94FEB65E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA N.° 015/2026

"Concede diária a servidora Fernanda Ferreira Bontorin, para participação em evento no TCE-PR na cidade de Curitiba/PR, no dia 17 de março de 2026."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 18, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS XXII E XXX DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de servidora pública para participação no evento "Dia da Ouvidoria", promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, voltado à capacitação de agentes públicos e ao fortalecimento das atividades de ouvidoria, transparência, controle social e participação dos usuários dos serviços públicos na gestão pública;
CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta a concessão de diárias;
CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Acórdão 3450/2025 do Tribunal Pleno do TCE-PR, que estabelece a impossibilidade de pagamento cumulativo de diária e auxílio-alimentação, sob pena de caracterização de duplicidade de benefício;

RESOLVE:
Art. 1º – Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 408,04 (quatrocentos e oito reais e quatro centavos), nos termos do Anexo I da Lei Municipal nº 768, de 23 de maio de 2023, a servidora Fernanda Ferreira Bontorin, para custear despesas decorrentes de sua participação no evento Dia da Ouvidoria que será realizado pelo Tribunal de Contas na cidade de Curitiba/PR, no dia 17 de março de 2026.

Art. 2º – Durante o período de afastamento da sede, não haverá percepção cumulativa de auxílio-alimentação.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.
Palácio Marumbi, Morretes, 16 de março de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:321A7CA8

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES
PORTARIA N.° 016/2026

"Concede diária a servidora Daniele de Lima Alves Sanches, para participação em evento no TCE-PR na cidade de Curitiba/PR, no dia 17 de março de 2026."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRETES, VEREADOR JOÃO VITOR PELUSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 18, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS XXII E XXX DO REGIMENTO INTERNO,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de servidora pública para participação no evento "Dia da Ouvidoria", promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, voltado à capacitação de agentes públicos e ao fortalecimento das atividades de ouvidoria, transparência, controle social e participação dos usuários dos serviços públicos na gestão pública;
CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que regulamenta a concessão de diárias;
CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Acórdão 3450/2025 do Tribunal Pleno do TCE-PR, que estabelece a impossibilidade de pagamento cumulativo de diária e auxílio-alimentação, sob pena de caracterização de duplicidade de benefício;
RESOLVE:
Art. 1º – Fica concedida 01 (uma) diária, no valor total de R$ 408,04 (quatrocentos e oito reais e quatro centavos), nos termos do Anexo I da Lei Municipal nº 768, de 23 de maio de 2023, a servidora Daniele de Lima Alves Sanches, para custear despesas decorrentes de sua

participação no evento Dia da Ouvidoria que será realizado pelo Tribunal de Contas na cidade de Curitiba/PR, no dia 17 de março de 2026.

Art. 2º – Durante o período de afastamento da sede, não haverá percepção cumulativa de auxílio-alimentação.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.
Palácio Marumbi, Morretes, 16 de março de 2026.

JOÃO VITOR PELUSO
Presidente

Publicado por:
Nathália Emanuele Valerio
Código Identificador:F4E28876

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO CREDENCIAMENTO 02

RELATÓRIO
Em 13 de março de 2026, na sede da Prefeitura de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, nº 10, Centro, Morretes/PR, reuniram-se os membros da Comissão para a realização de sorteio, para garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros definidos no artigo 10, § 1º, da Lei Federal n.º 12.232/2010; em que certificamos que não houve impugnação à Lista publicada, .
Dividiu-se os inscritos em duas categorias, indicando os vinculados à Prefeitura Municipal de Morretes e os que declararam não possuir vínculo, até a indicação dos 03 (três) membros titulares, e 03 (três) membros suplentes, em conformidade com o item "2.4" da Chamada Pública nº 001/2026, que assim foi definida:

Relação	Interessado	Vínculo com a Prefeitura
Titular	Caroline de Souza Freire	Sim
Titular	Caroline Ferreira Krigeroski	Sim
Suplente	Caio Tavares Gomes	Sim
Suplente	Willians Zacarias Ferreira	Sim
Titular	Adriano Peters	Não
Suplente	Gilson Alipio	Não

Ante ao exposto, esta Comissão de Seleção encaminha o presente relatório para a Secretaria Municipal de Administração para as providências quanto à publicação da referida lista.

PAÇO MUNICIPAL DO NHUNDIAQUARA, Morretes, 13 de março de 2026.

MAÍRA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA	***ELEZIANE CRISTINA DE CARVALHO***
Membro	Membro
DEBORAH CHARELLO DOS SANTOS	***LÚCIA HISSAE SHINGO***
Membro	Membro

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:FB21BCA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 8079 DE 11 DE MARÇO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 8079 DE 11 DE MARÇO DE 2026

Súmula: ERRATA DA PORTARIA Nº 8079 DE 11 DE MARÇO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 8079 de 11 DE MARÇO DE 2026, publicada no diário oficial dia 13/03/2026.

I – ONDE SE LÊ:
ERRATA DA PORTARIA Nº 8079 de 11 DE MARÇO DE 2026

II – LEIA – SÊ:
ERRATA DA PORTARIA Nº 8279 de 11 DE MARÇO DE 2026

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:998331E8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA Nº 8884 DE 12 DE MARÇO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 8884 DE 12 DE MARÇO DE 2026

Súmula: ERRATA DA PORTARIA Nº 8884 DE 12 DE MARÇO DE 2026

ERRATA DA PORTARIA Nº 8884 DE 12 DE MARÇO DE 2026, publicada no diário oficial dia 16/03/2026.

I – ONDE SE LÊ:
ERRATA DA PORTARIA Nº 8884 DE 12 DE MARÇO DE 2026

II – LEIA – SÊ:
ERRATA DA PORTARIA Nº 8284 DE 12 DE MARÇO DE 2026

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 16 de março de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:70F53CBB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 138/2025
Pregão Eletrônico n.º 01/2025

OBJETO: Aquisição de cestas básicas, através do Sistema de Registro de Preços, para atender as Secretarias Municipais do Município de Morretes, pelo período de 01 (um) ano.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO, Secretário(a) Municipal de Assistência Social; pelo(a) Sr.(a) ANDERSON LUIZ DE AMORIM FERREIRA, Secretário(a) Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 51/2025 – ID 73/2025
JAS DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ n.º59.362.324/0001-12.
Item(ns) 01.
Valor total de R$ 257.572,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e setenta e dois reaisreais).
Assinatura: Jaime Aparecido de Siqueira, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da publicação deste extrato. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Cesta Básica embalada em saco plástico resistente e transparente, conforme planilha de composição de custos.	unidade	2800	R$91,99	R$257.572,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:74521B28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO P.E 02/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 08/2026
Pregão Eletrônico nº 02/2026

Objeto: Aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo 13kg e cilindro botijão de capacidade 13kg.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 08/2026 e Pregão Eletrônico N.º 02/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

PRIME TRANSPORTES E COMERCIO DE GAS LTDA., inscrita no CNPJ n.º34.863.587/0001-84, vencedora do item **1** no valor total de R$ R$ 93.132,00 (noventa e três mil e cento e trinta e dois reais).

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 13 de março de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO	***MANOEL MEDEIROS MACHADO***	***ADRIANA ASSUMPÇÃO***
Secretária Municipal de Administração	Secretário Municipal de Saúde	Secretária Municipal de Educação
EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER	***MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO***	***MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO***
Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:804A5B28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 – ID Nº 263/2022, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 – ID Nº 263/2022, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná,
pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001 -99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10 - Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350 -000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 13.XXX.XXX-9
SSP/PR, residente e domiciliado na Travessa Cruz Alta, nº 137 – América de Baixo, no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no
CNPJ/MF sob nº 75.140.848/0001 -15 ,
estabelecida na Rod. BR 277, KM 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo Sr. **DIOGO JOSÉ MOREIRA** , brasileiro, portador da identidade nº 7. XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 003. XXX.XXX-60.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES** , doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP** , doravante denominada **CONTRATADA** , de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 078/2022 – ID Nº 263/2022, cujo objeto é o "*fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura***",** oriunda do Pregão Presencial nº 036/2022, firmam o presente **TERMO ADITIVO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO** , conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO DIESEL S-10- LOTES 01 E 02:
As partes, de comum acordo, procedem à prorrogação dos prazos de execuçãoe de comum acordo, as partes procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do valor dos Lotes 01 e 02, referente ao Combustível DIESEL S-10, cujo preço passará de R$ 6,15 (seis reais e quinze centavos) para R$ 7,04 (sete reais e quatro centavos).

Parágrafo único. Os valores unitários dos objetos do Contrato Administrativo nº 078/2022 – ID 263/2022, vinculado ao Pregão Presencial 036/2022, passam a assim constar, a partir do presente Aditivo:

Lote	Descritivo	Unid.	Custo Unit
01	ÓLEO DIESEL S10 -COTA RESERVADA	Litro	R$7,04
02	ÓLEO DIESEL S10 - COTA PRINCIPAL	Litro	R$7,04
03	ARLA 32 - GALÃO COM 20 LITROS	Litro	R$120

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2022 – ID 263/2022
O valor total do Contrato Administrativo passará de R$ R$1.466.652,60 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos) para R$ 1.673.933,25 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos).

Lote	Descritivo	Unid.	Quantidade	Custo Unit	Custo Total
01	ÓLEO DIESEL S10 - COTA RESERVADA	Litro	56.801,70	R$7,04	R$399.883,97
02	ÓLEO DIESEL S10 - COTA PRINCIPAL	Litro	179.097,91	R$7,04	R$1.239.729,29
03	ARLA 32 - GALÃO COM 20 LITROS	Litro	286	R$120	R$34.320,00
VALOR					R$1.673.933,25

Parágrafo único. Embora o valor do reequilíbrio econômico-financeiro tenha sido computado dos quantitativos originais no presente Aditivo, **as quantidades não correspondem ao montante original devido aos abastecimentos ocorridos até presente data.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento emitiu parecer financeiro informando que a dotação orçamentária utilizada segue a constante na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 078/2022 – ID Nº 263/2022, oriunda do Pregão Presencial 036/2022, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 16 de março de 2026 .

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretária Municipal de Infraestrutura Interina
Gestor

DIOGO JOSÉ MOREIRA
Representante do Auto Posto Moreira LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:0BDB5884

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8290 DE 13 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8290 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Diretor de Trabalho, Emprego e Renda, DAS - 2, a Sr.ª. Renata Arantes Reis, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 12/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 12 de março de 2026, a Sr.ª. Renata Arantes Reis, do cargo de Diretor de Trabalho, Emprego e Renda, DAS - 2, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, CPF nº 069.XXX.XXX-03, RG nº 7.XXX.XXX-4/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:72776053

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8291 DE 13 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8291 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Assessor de Assuntos Governamentais, DAS – 4, Sr. Luiz Francisco Folch da Costa, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, a partir de 15/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 15 de março de 2026, o Sr. Luiz Francisco Folch da Costa, do cargo de Assessor de Assuntos Governamentais, DAS – 4, vinculado à Secretaria Municipal de Governo, CPF nº 233.XXX.XXX-34, RG nº 1.XXX.XXX-0/PR.
A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8D5F58C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8292 DE 13 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8292 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeação para o cargo de Coordenador Financeiro da SEMSA, DAS – 3, Sr. Luiz Francisco Folch da Costa, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 16 de março de 2026, o Sr. Luiz Francisco Folch da Costa, para o cargo de Coordenador Financeiro da SEMSA, DAS – 3, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, CPF nº 233.XXX.XXX-34, RG nº 1.XXX.XXX-0/PR.
A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:CB0D5581

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8293 DE 13 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8293 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Assessora de Serviços de Saúde DAS - 4, Sr.ª. Maria Eduarda Fidelis Pedroso, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 15 de março de 2026, a Sr.ª. Maria Eduarda Fidelis Pedroso, do cargo de Assessora de Serviços de Saúde DAS - 4, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, CPF n° 136.XXX.XXX-66 e RG n° 13.XXX.XXX-2/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:33542BD7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8294 DE 13 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8294 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeação para o cargo de Assessor de Fazenda de Orçamento DAS - 4, Sr.ª. Maria Eduarda Fidelis Pedroso, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda, a partir de 16/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 16 de março de 2026, a Sr.ª. Maria Eduarda Fidelis Pedroso, para o cargo de Assessor de Fazenda de Orçamento DAS - 4, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda, CPF n° 136.XXX.XXX-66 e RG n° 13.XXX.XXX-2/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7C05C12C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8295 DE 13 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8295 DE 13 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Coordenador de Promoção ao Turismo, DAS – 3, Sr. Wagner do Rosário Lourenço, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 13/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a partir de 13 de março de 2026, o Sr. Wagner do Rosário Lourenço, do cargo de Coordenador de Promoção ao Turismo, DAS – 3, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, CPF nº 099.XXX.XXX-11, RG nº 13.XXX.XXX-9/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 13 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:7329069D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8298 DE 16 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 8298 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeação para o cargo Superintendente de Cerimonial, DAS – 1, Sr. Issac Miranda, vinculado à Secretaria Municipal de Comunicação, a partir de 16/03/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, a partir de 16 de março de 2026, o Sr. Issac Miranda, para o cargo de Superintendente de Cerimonial, DAS – 1, vinculado à Secretaria Municipal de Comunicação, RG Nº 8.XXX.XXX-6 e CPF Nº 044.XXX.XXX-70.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 16 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F8F5649B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2025 - ID Nº 151/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº020/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha

Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento oriundo do Pregão Eletrônico nº18/2024, que tem por objeto trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, em atendimento às necessidades das respectivas Secretarias Municipais.

O presente instrumento advém da Inexigibilidade n°020/2025, contrato n° 034/2025 com a Empresa **SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENASEMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR,** inscrita no CNPJ/MF nº 75.110.585/0001-00, estabelecida na Rua Caete, 150 – Prado Velho, CEP 80220- 300, Curitiba/PR, doravante de denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MICHELE RIQUETTI TESSER – GERENTE REGIONAL LESTE**, brasileira, casada, inscrita no RG n° 3XX.XX-2/SESP/SC, e CPF/MF n° 027.XXX.XXX-42, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Rua Guaianazes, 882, apto 503, Portão – PR, CEP 80320-114.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 053/2024, Pregão nº 18/2024, ID 150/2024, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula segunda da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

Reduzido – **76 - 05.001.04.122.0040.2012.3.3.90.39.00.00 -** Fonte 1000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº034/2025 – ID nº 151/2025, Procedimento Administrativo nº 61/2025, Inexigibilidade nº 020/2025.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:E58DACE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RESOLUÇÃO Nº 07, DE 04 DE MARÇO DE 2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRETES

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029 da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Morretes, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pela Portaria GM/MS nº 2.135, de 25 de setembro de 2013, pela Lei Municipal nº 973/91, alterada pela Lei nº 018/2004, bem como pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453/2012;

Considerando, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, previstos na Constituição Federal de 1988, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado;

Considerando, que o Plano de Saúde é o instrumento central de planejamento para definição e implementação das iniciativas no âmbito da saúde em cada esfera de gestão do SUS, com vigência de quatro anos;

Considerando, que o Plano Municipal de Saúde orienta a elaboração das Programações Anuais de Saúde (PAS) e o monitoramento das ações por meio dos Relatórios Anuais de Gestão (RAG);

Considerando, que o Plano Municipal de Saúde 2026–2029 foi apresentado ao Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2026 e submetido à apreciação do Pleno;

Considerando, que as diretrizes, objetivos, metas e indicadores constantes no referido plano foram avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde em 04 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde 2026–2029, da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes.

Art. 2º O Plano Municipal de Saúde constitui o instrumento orientador do planejamento e da gestão das ações e serviços de saúde no âmbito do Município de Morretes para o período de 2026 a 2029.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Morretes, 04 de março de 2026.

MARIA VICTÓRIA DA CRUZ
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Morretes
Decreto Nº 2146/2025

Homologo a Resolução Nº 07/2026, nos termos da Resolução CNS nº 453/2012.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde de Morretes
Portaria Nº 6613/2025

Publicado por:
Lilian Cristiane Machado
Código Identificador:F9B7335E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 31/2026

PORTARIA nº 31/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **AMARILDO BENEDITO DE OLIVEIRA**, matrícula nº135/0, do cargo de MOTORISTA, **com gozo de 20 dias e 10 dias pagamento pecuniário** referente ao período aquisitivo de **2022/2023**, a contar do dia **02/02/2026** a **21/02/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 23 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:E8937C23

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 32/2026

PORTARIA nº 32/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 57/2006;
RESOLVE:

Art. 1º- Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE para **LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA,** matrícula nº05/0, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, com pagamento de 45 dias pecuniário, e 45 dias serão usufruídos em outro momento oportuno, previsto no Art. 125 da Lei Municipal nº 057/2006 de 26 de abril de 2006**.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina-Pr, 23 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:B08282A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 33/2026

PORTARIA nº 33/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **SEBASTIÃO BENEDITO FRANCISCO**, matrícula nº112/0, do cargo de OPERÁRIO, **com gozo de 20 dias e 10 dias pagamento pecuniário**, referente ao período aquisitivo de **2024/2025**, a contar do dia **02/02/2026** a **21/02/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 23 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:3D38D065

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 34/2026

PORTARIA nº 34/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 57/2006;
RESOLVE:

Art. 1º- Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE para **JAIR JOSÉ BASSO,** matrícula nº77/0, ocupante do cargo de ENCARREGADO DE TRIBUTOS, com pagamento de 45 dias pecuniário, e gozar dos outros 45 dias, a contar de 09/02/2026 a 25/03/2026, previsto no Art. 125 da Lei Municipal nº 057/2006 de 26 de abril de 2006**.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina-Pr, 23 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:5CB1CA33

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 35/2026

PORTARIA nº 35/2025
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **MARIA JOSÉ DO CARMO PICOLOTO**, matrícula nº180/0, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de **2025/2026, com pecúnia de 10 dias**, e 20 dias de férias que serão usufruídos em outro momento oportuno.
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 25 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:68ADBF50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 36/2026

PORTARIA nº 36/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **MARIA APARECIDA PEREIRA**, matrícula nº154/0, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo de **2025/2026**, **com pecúnia de 10 dias,** a contar do dia **09/02/2026** a **28/02/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 09 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:B4A794E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 37/2026

PORTARIA nº 37/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 57/2006;
RESOLVE:

Art. 1º- Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE para **JÉSSICA YOSHICO DE SANTANA,** matrícula nº221/0, ocupante do cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVA, sendo: 45 dias para usufruir do período aquisitivo 2012/2017 e 45 dias do período de 2018/2022, tendo em vista o recebimento em pecúnia de 45 dias de cada licença, previsto na Lei Municipal nº 057/2006 de 26 de abril de 2006, a contar de **02/03/2026** a **30/05/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina-Pr, 02 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:F2E98447

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 38/2026

PORTARIA nº 38/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **DYONATTA CRISTIANO RABELO**, matrícula nº869/0, do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, referente ao período aquisitivo de **2025/2026**, a contar do dia **02/03/2026** a **02/04/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 02 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:3FCC85A1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 39/2026

PORTARIA nº 39/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **ROSANGELA APARECIDA DA SILVA**, matrícula nº44/0, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo de **2023/2024**, a contar do dia **02/03/2026** a **31/03/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 02 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:E36320CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 40/2026

PORTARIA nº 40/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **ROSILENE COSTA**, matrícula nº39-0, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo de **2024/2025**, a contar do dia **02/03/2026** a **31/03/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 02 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:AB31E19F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 41/2026

PORTARIA nº 41/2026
A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 57/2006;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS para **IRENE DE FÁTIMA DOS SANTOS RABELO**, matrícula nº98/0, do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo de **2024/2025**, a contar do dia **02/03/2026** a **31/03/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina, 02 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:056169D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 42/2026

PORTARIA Nº 42/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e pela Lei 46/2005;

RESOLVE:

Art. 1º- NOMEAR, **DEVANIL RODRIGUES DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº878.***.***-20, para o cargo de **Diretor do Departamento de Limpeza Pública**, símbolo de vencimentos "CC 2" demissível "ad nutum", a contar de **02/03/2026.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina-Pr, 02 de março de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:7B9AD462

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6173/2026

PORTARIA Nº 6173/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal **ADROALDO HOFFELDER,** portador da matrícula nº 14001-02, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, nomeado pela Portaria nº 5699/2025, a partir da data de 09 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:29B557F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6174/2026

PORTARIA Nº 6174/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal **SIDNEY GONÇALVES ALBERTON,** portador da matrícula nº 15601-06, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, Programas e Projetos, lotado na Secretaria Municipal de Administração, nomeado pela Portaria nº 5699/2025, a partir da data de 09 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data 09 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:B3887D05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 6175/2026

PORTARIA N.º 6175/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, para Cargo de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Municipal números 1485/2018, 1879/2024 e 1907/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Servidor Público Municipal, para Cargo de Provimento em Comissão, a partir de 10 de março de 2026, conforme abaixo:

ADROALDO HOFFELDER, Secretário Municipal de Infraestrutura, Programas e Projetos.
.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:3F1C2E96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 6176/2026

PORTARIA N.º 6176/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, para Cargo de Provimento em Comissão, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Municipal números 1485/2018, 1879/2024 e 1907/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Servidor Público Municipal, para Cargo de Provimento em Comissão, a partir de 10 de março de 2026, conforme abaixo:

SIDNEY GONÇALVES ALBERTON, Secretário Municipal de Planejamento.
.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:E9251F34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6177/2026

PORTARIA Nº 6177/2026
DATA: 16/03/2026

SÚMULA: Concede férias a Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu, conforme segue:

ANDRESSA CHAIANE SANTIAMI, inscrita na matricula funcional nº 142612-01, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, lotada na Secretária Municipal de Saúde, relativo ao período aquisitivo de 24/02/2025 a 23/02/2026, de 16/03/2026 a 04/04/2026 (20 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:F5766276

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 02º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 88/2025

EXTRATO DO 02º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 88/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94.
CONTRATADO: *ESPERANDIO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.759.866/0001-83.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 01º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 11/03/2026,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Educação, ficando da seguinte forma:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT. PROPOSTO
01	LITROS	GASOLINA COMUM	PETROBRAS	**R$ 6,19**
02	LITROS	ETANOL	PETROBRAS	**R$ 4,29**

LEIA-SE:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT. PROPOSTO
01	**LITROS**	**GASOLINA COMUM**	**PETROBRAS**	**R$ 6,29**
02	**LITROS**	**ETANOL**	**PETROBRAS**	**R$ 4,49**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP Nº 88/2025 do Pregão Presencial Nº 23/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu - PR, 11 de março de 2026.

Fundação de Educação de Paiçandu
ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:811D5B6C

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 13º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2025

EXTRATO DO 13º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.372.351/0001-94.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 01º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 14/03/2026 às 17:00 horas,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Educação de Paiçandu, juntamente com o transporte escolar, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,09
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,19

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.

3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,29
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	7,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 89/2025 no Pregão nº 23/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu - PR, 14 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora Presidente

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:C6FFF29F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO XX

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Maria Aparecida Alcantara Queiros, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – PSS, Carteira de Identidade *.800.885-*- SESP/PR, CPF ***.744.189-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 17 de março de 2025.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 16 de março de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 16 de setembro de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 25 de fevereiro de 2026.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:2C47C356

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2026 - DISPENSA Nº 05/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

EEXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2026
DISPENSA Nº 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU
CONTRATADA: CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 41.550.166/0001-69

OBJETO: Aquisição de Aspiradores Clínicos de Líquidos e Secreções, da empresa **CURAMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 41.550.166/0001-69**, para atender as necessidades da Atenção Primária, desta Fundação de Saúde de Paiçandu.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aspirador clínico de líquidos e secreções - eletromecânico que possui como elemento principal uma bomba de vácuo com acionamento elétrico, acoplada a dispositivos mecânicos, que em funcionamento permite gerar uma pressão negativa proporcionando a formação de vácuo no interior de um recipiente, conectado a um tubo de sucção e a entrada da bomba de vácuo. Quando a bomba de vácuo é ligada, o ar é retirado do interior do recipiente, permitindo que o líquido/secreção que se deseja aspirar entre pelo tubo de sucção e seja armazenado. Protetor térmico automático, sucção dos líquidos aspirados: Sucção 0 a 592 mmHg. Capacidade de aspiração: Capacidade 1,3 litro Deve conter: 1 unidade de aspiração; 1 tubo de sucção; 1 extensão; 1 recipiente; 1 tampa.	10	unidade	R$ 725,00	R$ 7.250,00
TOTAL					R$ 7.250,00

VALOR: R$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: 6 (seis) meses

Paiçandu, 12 de março de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:2A957865

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 13º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.673/0001-33.
CONTRATADO: *POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28.*

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 6º termo de Apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 14/03/2026 as 12:06 hrs),** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Fundação de Saúde, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,09**
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,19**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	DIESEL S-500	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,29**
4	DIESEL S-10	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**7,39**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 1462/2024 no Pregão nº 21/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu – PR, 16 de março de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente Da Fundação De Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:8E60B9D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 79

Fundação de Educação de Paiçandu
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 - Centro - Fone: (44)32441049 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.351/0001-94 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 79/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS – DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 97.148,99, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.2422000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Despesa - 739 - 339039 - 00103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**97.148,99**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**97.148,99**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17010 - ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)	
Funcional - 12.365.0909.2424000 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)	
Despesa - 777 - 339039 - 00103 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**97.148,99**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**97.148,99**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 13 de março de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:65D6B9B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 13º TERMO DE APOSTILAMENTO - POSTO MACEDO

EXTRATO DO 13º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 13º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 14/03/2026 AS 12:06 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,09
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,19

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,29
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-PR, 16 de março de 2026.

Prefeitura Municipal De Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:1B8C871C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
LEI Nº 3459/2026

SÚMULA: Estabelece abertura de Crédito Adicional Especial por Superavit Financeiro e anulação parcial de dotação *orçamentária, no orçamento da Fundação de Saúde de Paiçandu.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, Estado do Paraná, aprovou e eu **ISMAEL BATISTA**, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Municipal nº 3445/2025 (LOA), datada de 12/12/2025, sanciono a seguinte,
LEI
Art.1º Fica aberto no exercício corrente (2026), no órgão **18** - Fundação de Saúde de Paiçandu um Crédito Adicional Especial por **Superavit Financeiro** e **anulação parcial** de dotação orçamentária no valor de **R$ 618.166,81** (seiscentos e dezoito mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos), nas despesas classificada a seguir:

Funcional/Elemento de despesas	Descrição	Fonte/Ficha	Valor R$
10.302.1001-2.672.000	**Manutenção da Gestão do SUS**		
31.71.70	Rateio Pela Participação em Consorcio Público	01064/0970	**55.200,00**
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	01064/0971	**439.146,13**
31.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	21064/0972	**123.820,68**

Total da Suplementação..... **R$ 618.166,81**

Art. 2o Para a cobertura do crédito adicional especial no artigo 1º, no valor de R$ 618.166,81 (seiscentos e dezoito mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos), serão assim discriminados:
. O valor de **R$ 123.820,68** (Cento e vinte e três mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e oito centavos), será decorrente do **Superavit Financeiro** da fonte 01064 do exercício anterior ;

. O valor de **R$ 494.346,13** (quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais e treze centavos) será decorrente da **anulação parcial** das despesas abaixo discriminados:
18. Fundação de Saúde
Funcional Programática **10.122.1001-2.672.000** – Manutenção da Gestão do SUS
31.71.70 – Rateio Pela Participação em Consorcio Público
Fonte 01064 – Ficha 0942 .....**Valor R$ 55.200,00**
31.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Fonte 01064 – Ficha 0943.....Valor R$ **439.146,13**

Art. 3º - Esta Lei altera as despesas previstas nas Leis Municipais nº 3446/25- PPA e nº 3417/25- LDO, entrando em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 12 dias do mês de março do 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:F951EA43

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 146/2026

de 11 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 11 de março de 2026, do Emprego Público de Educadora Social - PSS, a Servidora Pública Municipal ILAIDE DIAS DE MOURA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.772.142-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.489.759-**, admitida em 12 de março de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 11 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:32C239A6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 147/2026

de 11 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 1970/2009, 60 (sessenta) dias de prorrogação de Licença Maternidade, no período compreendido entre 10 de março a 8 de maio de 2026, a Servidora Pública Municipal LEIDIANE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.964.927-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.270.869-**, ocupante do Cargo Efetivo de Professora (20 horas), nomeada em 18 de abril de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal de Paiçandu, 11 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3BAEECCB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 148/2026

de 11 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos da Lei Municipal nº 1970/2009, 60 (sessenta) dias de prorrogação de Licença Maternidade, no período compreendido entre 17 de março a 15 de maio de 2026, a Servidora Pública Municipal MARIA DAS VIRGENS RODRIGUES BENITES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.001.773-* - SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.077.279-**, ocupante do Cargo Efetivo de Psicóloga, nomeada em 2 de setembro de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Paço Municipal de Paiçandu, 11 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:758C7D3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 152/2026

de 12 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias, **de 2 a 31 de março de 2026**, ao Servidor Público Municipal senhor Geraldo Aparecido Francischini, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.579.866-*-/SESP-PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.388.769-**, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, desde 3 de julho de 2006.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 12 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FEFAA557

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 153/2026

de 12 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 20 (vinte) dias de férias, **de 9 a 28 de março de 2026**, ao Servidor Público Municipal senhor Levi Rodrigues Moreira, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número *. 854.855-*/SESP-PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.953.849-**, ocupante do Cargo Efetivo de Gari, desde 6 de fevereiro de 2007.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 12 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FB19EB22

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 154/2026

de 12 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias, **de 9 de março de 2026** à **7 de abril de 2026**, ao Servidor Público Municipal senhor Valdecir dos Santos, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral número 4.021.675-8-/SESP-PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.191.649-**, ocupante do Cargo Efetivo de Pedreiro, desde 22 de agosto de 2005.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 12 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:FF94CFC0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 155/2026

de 12 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de férias, **de 9 a 23 de março de 2026**, a Servidora Pública Municipal senhora Rosimar Kisser, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.227.677-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.648.849-**, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal, desde 18 de março de 2002.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 12 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6DDC04B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 156/2026

de 12 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias, **de 16 de março de 2026** a **14 de abril de 2026**, a Servidora Pública Municipal, senhora Maria Ines da Silva Todon, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.869.821-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.613.959-**, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, desde 4 de julho de 2005.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 12 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A60C3147

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 157/2026

de 12 de março de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de férias, **de 19 de março de 2026 a 2 de abril de 2026**, a Servidora Pública Municipal, senhora Josiely de Souza da Silva, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.750.812-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.031.759-**, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe do Departamento da Casa Lar, Símbolo C-03, desde 20 de janeiro de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Paiçandu, 12 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:5E44CF4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 – CMDM

Dispõe sobre a composição da Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Políticas para Mulheres 2025-2028.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM** de Paiçandu-PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.883/2019; e Lei nº 3426/2025, como instância normativa, consultiva, e deliberativa da Política dos Direitos da Mulheres;

CONSIDERANDO a respectiva deliberação de sua plenária, ocorrida em 11/03/2026, e registrada na ata n° 03/2026 da 03ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paiçandu-PR, em que teve como pauta o monitoramento do Plano Municipal de Políticas para Mulheres 2025-2028.

RESOLVE:
Art. 1° Deliberar pela Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Políticas para Mulheres 2025-2028;
Art.2º. Ficam nomeadas as seguintes conselheiras para compor a **Comissão** do Plano Municipal de Políticas para Mulheres 2025-2028.

Jaqueline Gomes do Amaral (Conselheira Titular, representante de Organizações da Sociedade Civil - CODECAB).
Roseli Chem (Conselheira Titular, representante de Organizações da Sociedade Civil da Associação de Bairros - Bela Vista).
Thayna Leticia Ribeiro (Conselheira Titular, representante representante de Entidades e/ou Organização de Classe das Trabalhadoras - CRP).
Andrielly Silva de Oliveira (Conselheira Suplente, representante da Fundação Municipal de Educação).
Izabela Frediani (Conselheira Titular, representante da Fundação Municipal de Saúde).
Eliane Figueiredo Ramos Santana(Conselheira Suplente, representante da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres).

Art. 2. Esta Deliberação entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Paiçandu, 13 de março de 2026

TATIANE ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:63BF4CE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA

ERRATA NA CLAUSULA 9.2 DO CONTRATO 23/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PAIÇANDU**, Estado do Paraná, com sede à Rua Sete de Setembro, 499, inscrito no CGC/MF nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **ISMAEL BATISTA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.028.456-5 SSP/PR e do CPF/MF nº 634.229.219-15, e

CONTRATADA: **EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA**, sob o CNPJ nº 02.539.384/0001-40, localizada na Avenida Joaquim Duarte Moleirinho, 6023, Lotes 54, 54A, 54B E, Gleba Ribeirão Pinguem, na cidade de Maringá-PR, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por **CARLOS DOMINGOS SALGUEIRO BORGES**, portador da cédula de identidade R.G. n. º 3.639.315-7 SESP/PR, inscrito no CPF sob n. º 696.122.779-15, residente na cidade de Maringá-PR.
OBJETO: O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa especializada em Construção Civil para execução de Recapeamento de Vias Urbanas em CBUQ, na Avenida Vereador Silvio Alves e Rua Angelo Bertazo, ambas entre a Avenida Ivaí e Rua Marechal Castelo Branco, com área de A= 15.166,02 m², incluindo serviços preliminares, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, CONVÊNIO N° 1513/2025 - SECID, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRONICA n. º07/2025.

ONDE SE LÊ:
9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em no ato da sessão, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

LEIA SE:
9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em no ato datado em 15/10/2025, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;
Paiçandu, 16 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Contratante

CARLOS DOMINGOS SALGUEIRO BORGES
Contratada

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:0519EF38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1413/2026 - DECLARA VACÂNCIA DO CARGO DE AUXILIAR DE ARQUIVO EM RAZÃO DE POSSE EM OUTRO CARGO PÚBLICO INACUMULÁVEL.

PORTARIA Nº 1413/2026

Ementa: Declara vacância do cargo de Auxiliar de Arquivo em razão de posse em outro cargo público inacumulável.

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 80, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.700/1994, e o processo nº 342/2026,

RESOLVE

Art. 1º Declarar a vacância, a partir de 12 de março de 2026, do cargo efetivo de Auxiliar de Arquivo, ocupado pelo servidor Mathias Costa, matrícula nº 57, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Palmeira, em razão de posse em outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 80, inciso IV, da Lei Municipal nº 1.700/1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:44BF8920

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1414/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA AO VEREADOR ROBERTO MARQUES

PORTARIA Nº 1414/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária ao Vereador Roberto Marques

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 333/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Roberto Bueno Marques	Vereador	134	R$ 2.033,70 (dois mil e trinta e três reais e setenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:947427E7

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1415/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA AO SERVIDOR GILBERTO LORDANI DE LIMA JUNIOR

PORTARIA Nº 1415/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária ao servidor Gilberto Lordani de Lima Junior

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 334/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária ao servidor abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidor	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Gilberto Lordani de Lima Junior	Chefe Parlamentar	136	R$ 2.251,65 (dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:7603822A

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1416/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA AO VEREADOR EDENIR JOSÉ GAIO FLORES

PORTARIA Nº 1416/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária ao Vereador Edenir José Gaio Flores

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 339/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Edenir José Gaio Flores	Vereador	117	R$ 2.033,70 (dois mil, trinta e três reais e setenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:01B3DAA9

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1417/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA À SERVIDORA PRISCILA MARCONDES

PORTARIA Nº 1417/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária à servidora Priscila Marcondes

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 340/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária à servidora abaixo identificada, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Servidora	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Priscila Marcondes	Assessora Parlamentar	132	R$ 2.251,65 (dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:E12FF302

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1418/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA AO VEREADOR JOÃO SAVI

PORTARIA Nº 1418/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária ao Vereador João Savi

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 346/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
João Savi	Vereador	124	R$ 2.033,70 (dois mil, trinta e três reais e setenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:B660A1A0

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1419/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA AO VEREADOR JOVANE SEBASTIÃO FERREIRA

PORTARIA Nº 1419/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária ao Vereador Jovane Sebastião Ferreira

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 347/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Jovane Sebastião Ferreira	Vereador	118	R$ 2.033,70 (dois mil, trinta e três reais e setenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:7D931578

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1420/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA AO VEREADOR FABIANO DA CONCEIÇAO CATHARINA

PORTARIA Nº 1420/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária ao Vereador Fabiano da Conceiçao Catharina

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 348/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Fabiano da Conceiçao Catharina	Vereador	125	R$ 2.033,70 (dois mil, trinta e três reais e setenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:21233BC6

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1421/2026 - CONCEDE DIÁRIAS E SEMIDIÁRIA À VEREADORA FABÍOLA MERELES

PORTARIA Nº 1421/2026

Ementa: Concede diárias e semidiária à Vereadora Fabíola Mereles

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 350/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 04 (quatro) diárias + 01 (uma) semidiária à Vereadora abaixo identificada, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereadora	Cargo	Matrícula	Total das diárias
Fabíola Mereles	Vereadora	114	R$ 2.033,70 (dois mil, trinta e três reais e setenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:2DDA286B

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1422/2026 - CONCEDE ADIANTAMENTO PARA CUSTEAR DESPESAS COM MATERIAIS DE CONSUMO DE PEQUENO VULTO E EM CARÁTER EVENTUAL E DE URGÊNCIA

PORTARIA Nº 1422/2026

Ementa: Concede adiantamento para custear despesas com materiais de consumo de pequeno vulto e em caráter eventual e de urgência

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Municipal nº 3.572/2013, regulamentada pela Resolução nº 111/2015, e considerando o processo nº 363/2026

RESOLVE

Art. 1º Fica autorizada a concessão de adiantamento para custear despesas com materiais de consumo de pequeno vulto e em caráter eventual e de urgência, durante o período de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo identificado.

Art. 2º Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado à prestação de contas, conforme o art. 23, anexo II da Resolução nº 111/2015.

Previsão orçamentária:
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.30.96.00

Servidor	Matrícula	Cargo	Total do adiantamento
Francieli Mildemberg Gorte	135	Assessora da Procuradoria Da Mulher	R$ 1.059,60 (um mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:CF48E227

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1423/2026 - CONCEDE DIÁRIAS, SEMIDIÁRIA E ADICIONAL DE DESLOCAMENTO AO VEREADOR DIEGO ZANETTI

PORTARIA Nº 1423/2026

Ementa: Concede diárias, semidiária e adicional de deslocamento ao Vereador Diego Zanetti

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 82/2011 do Poder Legislativo Municipal, a Lei Municipal nº 3.693/2014 e o processo nº 335/2026

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a concessão de 05 (cinco) diárias + 01 (uma) semidiária ao Vereador abaixo identificado, com a finalidade de custear despesas para a participação do curso/evento "Visita a Itaipu" na data de 23/03/2026 e curso "2ª Semana Nacional do Poder Legislativo Municipal", na data de 24/03/2026 a 27/03/2026, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.
Previsão orçamentária
Dotação: 01.001.01.031.0001.2002
Desdobramento: 3.3.90.14.00.00

Vereador	Cargo	Matrícula	Total das diárias + deslocamento
Diego Fabrício Zanetti	Vereador	112	R$3.932,71 (três mil, novecentos e trinta e dois reais e setenta e um centavos)

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Considerando o desconto estabelecido pelo art. 4º da Lei Municipal nº 4084/2016 (alterada pela Lei Municipal nº 6217/2025).

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:0259EDF6

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - 54.723.825 ANA LUCIA FOGARIN SOARES

RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 - 54.723.825 ANA LUCIA FOGARIN SOARES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 450/2025

A agente de contratação e respectivos membros da Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Palmeira tornam público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2025 cujo objeto prevê o Credenciamento de empresa especializada para serviço de agenciamento de passagens aéreas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palmeira.

Proponente: 54.723.825 ANA LUCIA FOGARIN SOARES
CNPJ: 54.723.825/0001-63
Resultado: HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência da Câmara (acesso pelo site www.palmeira.pr.leg.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 5.2.11 do edital.

Publique-se.

PAOLA GADONSKI WROBEL
Agente de Contratação

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:5C134B3E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.16.2026

O Município de Palmeira torna público que às 09:00 do dia 20/03/2026 realizará DISPENSA de licitação na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob Sistema de Registro de Preços, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: Aquisição de ovos de Páscoa para o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

16/03/2026.

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:0807680A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº. 01/2025 – HOSPITAL DE CARIDADE DE PALMEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4075/2026

A Autoridade Competente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público a **HOMOLOGAÇÃO** do referido processo, na presente data e nos termos que seguem.

Objeto: Credenciar empresas especializadas em exames diagnósticos por imagem de forma complementar para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Palmeira em nome deHOSPITAL DE CARIDADE DE PALMEIRA, inscrita no CNPJ nº. 79.572.665/0001-20, através do processo administrativo n°. 4075/2026.

Publique-se.

Palmeira, 16 de março de 2026.

KAMILA FERNANDA OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:AC92A45F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 25/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5744/2026

Objeto: Contratação de Show Nacional de abertura da ExpoPalmeira 2026 e Rodeio Country com Fiduma e Jeca.

Fundamentação: Art. 74, II, Lei 14133/21.

Dotação Orçamentária: 09001133920021106333903900000 **Fonte:** 21000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Empresa Vencedora: Chapadex Produções Artísticas Ltda, inscrita no CNPJ nº.20.906.966/0001-08 com o valor total de R$205.000,00 (duzentos e cinco mil reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação. Publique-se.

16 de março de 2026

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:60B5E70D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 26/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5785/2026

Objeto: Contratação de Show Nacional para a Expo Palmeira 2026 e Rodeio Country com Edson e Hudson.

Fundamentação: Art. 74, II, Lei 14133/21.

Dotação Orçamentária: 09001133920021106333903900000 **Fonte:** 21000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Empresa Vencedora: E & H PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 06.974.438/0001- 57 com o valor total de R$467.500,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:4D186EA1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 27/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5837/2026

Objeto: Contratação de Show Nacional para a Expo Palmeira 2026 e Rodeio Country com a Dupla “João Nelore e Texano” no dia 05 de Abril.

Fundamentação: Art. 74, II, Lei 14133/21.

Dotação Orçamentária: 09001133920021106333903900000 **Fonte:** 21000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Empresa Vencedora: COWBOY 2.0 PRODUCOES ARTISTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 62.247.639 /0001-23, com o valor total de R$210.000,00 (duzentos e dez mil reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:6D4628E7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5960/2026

Objeto: Show Musical para a Expo Palmeira e Rodeio Country com a Cantora e sanfoneira "Bia Socek"

Fundamentação: Art. 74, II, Lei 14133/21.

Dotação Orçamentária: 09001133920021106333390390000 **Fonte:** 21000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Empresa Vencedora: BEATRIZ SOCZEK LTDA, inscrita no CNPJ nº. 48.426.905/0001-54 com o valor total de R$38.000,00 (trinta e oito mil reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de Março de 2026

IGOR HENRIQUE MICHALSKI MOREIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:5017BF6F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 11/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4673/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na realização de avaliação neuropsicológica para o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e Adolescentes.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dotação Orçamentária: 08002082450017605033390320000 **Fonte: 1001** MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA;

Contratada: MARY LETICIA SETTI MACEDO ROSA, inscrita no CNPJ nº.
37.631.979/0001-06, para todos os itens, R$ 3.000,00 (três mil reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:7C0E8C3F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 12/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 4385/2026

Objeto: Contratação sob demanda de empresa especializada no fornecimento e instalação de adesivos.

Fundamentação: Art. 75, *Inciso II*, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Dotação Orçamentária: 08002081220014204133903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO 08002082440015204333903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO 08002082450015604433903000000 **Fonte:**31936 MATERIAL DE CONSUMO 08002082450016604733903000000 **Fonte:**31934 MATERIAL DE CONSUMO 08002082450017604933903000000 **Fonte:**941 MATERIAL DE CONSUMO 08005041220020205933903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO 10001121220023207733903000000 **Fonte:**1028 MATERIAL DE CONSUMO 12001226610028208533903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO 15002103010042610933903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO 15003103010045611333903000000 **Fonte:**494 MATERIAL DE CONSUMO 16001041270046211533903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO 16002154510047211733903000000 **Fonte:**1001 MATERIAL DE CONSUMO

Contratada: GRUPO BERGAMINI COMUNICAÇÃO, ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº. 37.578.662/0001-53, para todos os itens, R$ 62.712,30 (**Sessenta e dois mil, setecentos e doze reais e trinta centavos**). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

FABIANO BISHOP CASSANTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:C5049DC8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 02/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6317/2026

RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6317/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 02/2025 cujo objeto prevê o credenciamento de pessoa física ou jurídica para empresas especializadas em manutenção automotiva. O objetivo é cadastrar prestadores de serviço interessados em oferecer manutenção mecânica, elétrica, preventiva, corretiva e assistência técnica, além de serviços de socorro para a frota oficial do município de Palmeira-PR.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
VICENTE CZAR	**82.419.789/0001-84**	6317/2026	HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:CACFC520

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 25.822, DE 16/03/2026 - INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMISSÃO PROCESSANTE DE FORNECEDORES (P.A 5219/2026)

O**Prefeito do Municípiode Palmeira**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo de Comissão Processante de Fornecedores para apurar possíveis irregularidades no serviço público, tendo em vista os fatos identificados no Procedimento Administrativo nº 5219/2026, com fundamento no Decreto 18.886/2026.

Parágrafo único. Não se exclui deste Processo eventual apuração de outros fatos que possam surgir no curso deste processo.

Art. 2º Conforme determina o inciso III e §1º do Art. 7º do Decreto 18.886/2026, fica designada para a condução do procedimento a Comissão de Processo Administrativo de Sindicância constituída pelo inciso II, do Art. 1º, do Decreto nº 16.493 de 22 de setembro de 2023, composta pelos seguintes membros:

a) *Simone Aparecida dos Santos de Chaves - Matricula nº 102575- Presidente;*
b) *Anderson Luiz Gonçalves – Matricula nº 301446 - Membro;*
c) *Edson Luiz Gross - Matricula nº 301394 - Membro;*
d) *Franciely Zakrzewski - Matrícula nº 204110 - Suplente.*

Art. 3° Os trabalhos deverão iniciar no prazo de 03 (três) dias contados da publicação desta Portaria e encerrados em 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, nos termos do Art. 13, parágrafo único, do Decreto 18.886/2026.

Art. 4º Fica nomeada Franciely Zakrzewski - Matrícula nº 204110 – Suplente – para compor a comissão, substituindo o servidor Bruno Renan Mioduski dos Reis - matrícula funcional nº 301362 – que não se encontra nos quadros de servidores do município.

Art. 5º Os fatos a serem apurados são os descritos no processo administrativo nº 5219/2026, que decorre do processo administrativo 1945/2025, que apura as condutas descritas no Relatório do Contrato 787/2016, firmado entre o Município de Palmeira e a empresa Luciane Moscaleski – ME – a descrição das irregularidades apontadas pela Secretaria se encontra no referido Processo Administrativo.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:0E05C916

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2026

Objeto: pagamento, sob demanda, das taxas do DETRAN de veículos oficiais.
Fundamentação: inciso I, art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19.001.09.122.0013.2.001.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Contratada: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN, empresa inscrita no CNPJ nº 78.206.513/0001-40 com o valor total de R$ 283,83 (duzentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:D9D52693

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2026

Objeto: pagamento, sob demanda, de serviços de Cartório de Tabelionato e Cartório de Registro de Títulos e documentos para esta Autarquia, para o exercício de 2026.
Fundamentação: inciso I, art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19.001.09.122.0013.2.001.3.3.90.36.00.00.
Fonte: 1001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FÍSICA.
Contratada: Cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob a titularidade da cartorária Thaila Andressa Nakadomari, bem como o Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos, sob a responsabilidade do cartorário Antônio Carlos Carneiro, pessoas físicas inscritas no CPF nº 0.168.019-31 e 26.171.539-91, respectivamente, com o valor total de R$600,00 (seiscentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:E5859402

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 27/2026

Objeto: pagamento dos serviços de distribuição de energia elétrica a serem prestados pela COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A para o exercício de 2026.
Fundamentação: inciso I, art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19.001.09.122.0013.2.001.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.
Contratada: COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 04.368.898/0001-06, com o valor total de R$5.520,00 (cinco mil, quinhentos e vinte reais). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:34219152

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 79/2026

Objeto: pagamento, sob demanda, dos serviços postais prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para atendimento das necessidades desta Autarquia, no âmbito nacional, durante o exercício de 2026.
Fundamentação: inciso I, art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19.001.09.122.0013.2.001.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.
Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 4.028.316/0001-03, com o valor total de R$200,00 (duzentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

16 de março de 2026

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:E27A376E

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA 1278 DE 16/03/2026 CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA EVALDO RIBEIRO DE PAULA

PORTARIA N.º 1.278 DE 16 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº 764/2025, em que é requerente **Evaldo Ribeiro de Paula**;
Considerando mais o Art. 99 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria dos servidores públicos municipais através do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/03;
Resolve:
Conceder **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição,** a partir de 01 de abril de 2026, para o servidor municipal **Evaldo Ribeiro de Paula**, matrícula funcional n.º 203104 , portadora do R.G. 3.3xx.xx3-9 PR e inscrito no CPF sob n.º 473.xxx.xx9-04, ocupante do cargo efetivo de *"Trabalhador braçal",* lotado na Secretaria Municipal de Obras, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidor, ou seja, R$ 4.904,37 (quatro mil, novecentos e quatro reais e trinta e sete centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.
Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:1BCE24E9

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL PORTARIA N.º 1.279 DE 16 DE MARÇO DE 2026 CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA ERNETE EDWIRGES LUCCHESI

PORTARIA N.º 1.279 DE 16 DE MARÇO DE 2026

O Diretor-Presidente do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo e,
Considerando o teor do processo protocolado nesta Autarquia sob nº 826/2025, em que é requerente **Ernete Edwirges Lucchrsi**;
Considerando mais, a artigo 99 da Lei Municipal n.º 2.404 de 30/09/2005 que dispõe sobre a aposentadoria do professor pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como com fundamento no Art. 40, § 5° da Constituição Federal e no Art. 6° da Emenda Constitucional n.º 41 de 30/12/2003.
Resolve:
Conceder **Aposentadoria Voluntária por idade e por Tempo de Contribuição,** a partir de 01 de abril de 2026, para a servidora municipal **Ernete Edwirges Lucchrsi**, matrícula funcional n.º 203039 ,portadora do R.G. 5.9xx.xx9-4 PR e inscrito no CPF sob n.º 023.xxx.xx9-73, ocupante do cargo efetivo de *"Professor",* lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo que os proventos corresponderão à última remuneração do servidora, ou seja, R$ 8.336,02 (oito mil, trezentos e trinta e seis reais e dois centavos) e o benefício será suportado financeiramente pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.
Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2025.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do RPPS

Publicado por:
Daysi Baptista Pinheiro de Lima
Código Identificador:44C7B06F

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL RESUMO DE CONTRATAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 7/2026

RESUMO DE CONTRATAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 7/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 157/2026

Objeto: Contratação de realização de curso preparatório do Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev), empresa APEPREV – Associação Paranaense de Entidades Previdenciárias, inscrita no CNPJ nº 05.763.089/0001-61.
Fundamentação: inciso III, alínea "f" do art. 74 da Lei Federal nº. 14.133/2021.
Solicitação: Regime Próprio de Previdência Social.
Dotação Orçamentária: 19.001.09.122.0013.2.001.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
Contratada: APEPREV – Associação Paranaense de Entidades Previdenciárias, empresa inscrita no CNPJ nº 05.763.089/0001-61 com o valor total de R$6.212,00 (seis mil, duzentos e doze reais).
Instrumento hábil da contratação: Nota de Empenho nº 56/2026.
Data de emissão: 13/03/2026.
Publique-se.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:02CF0889

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 520/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - REPUBLICADA

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 08h30, nas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de forma presencial, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Inicialmente, o presidente José Kreusch deu as boas-vindas, desejando a todos um ano de sucesso e, na sequência, passou a palavra à Secretaria Executiva Francielle. Foi justificada a ausência das conselheiras Debora e Ariane e do conselheiro Olair. Seguindo a pauta foram repassadas as correspondências sendo elas: o Cronograma publicado no Diário Oficial com as datas das reuniões do ano de 2026 do CMAS, sendo a primeira terça-feira do mês. O e-mail do Núcleo Regional referente a necessidade de atualizar o ARCPF. Foi apresentado o Ofício nº 06/2026, do Lar Acelino, contendo a indicação para substituição da conselheira Luciane, passando a integrar o CMAS a conselheira Micheline de Oliveira Nascimento. A Portaria SNAS/MDS N° 132, de 4 de dezembro de 2025 referente aos prazos de preenchimento do sistema de prestação de contas para os gestores e Conselhos de Assistência Social, referente ao ano de 2024. Seguindo a pauta, foi discutida a necessidade de atualização da Lei do CMAS em razão da reforma administrativa da Prefeitura. Ficou definido que será realizada reunião com a Comissão Permanente para definição dos detalhes e, posteriormente, a proposta será encaminhada para apreciação e aprovação da plenária. Em seguida, foram repassadas orientações sobre os questionários do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, destacando-se a importância do correto preenchimento e da atualização das informações pelas entidades, por se tratar de instrumento essencial para o reconhecimento, acompanhamento e regularidade junto ao SUAS. Foi informada a necessidade de convocação da Microassembleia para a escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho, tendo em vista o encerramento do mandato vigente no mês de abril. A convocação, a ser realizada na próxima reunião do Conselho, no dia 3 de março de 2026, foi apreciada, aprovada e encaminhada para publicação. Na sequência, foram prestadas informações sobre o Censo SUAS, sendo esclarecido que todos os serviços e entidades já realizaram a entrega das informações e que os respectivos questionários já foram devidamente preenchidos no sistema. Informou-se ainda que apenas o questionário da Gestão Municipal ainda não foi preenchido, uma vez que não foi disponibilizado até o momento, destacando-se que o prazo final para preenchimento é o dia 27 de fevereiro de 2026. Repassado aos conselheiros o Plano de Educação Permanente do SUAS no município para apreciação dos conselheiros, sendo emitido parecer favorável. Na sequência, foram apresentados para apreciação dos conselheiros os Planos de Ação do CRAS, CREAS, Serviço de Acolhimento, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para o ano de 2026, os quais foram apresentados individualmente pelos respectivos coordenadores dos serviços. Outro assunto da pauta é a necessidade de indicação contendo a comissão de monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social, foi sugerida que participe a comissão permanente do CMAS até o término desta gestão em abril, sendo renovada na sequência. Foi repassado para aprovação a reprogramação de saldos de 2025 para 2026 do FMAS, sendo o montante de R$ 299.867,77, a mesma fora aprovada, sendo expedida resolução. Seguindo a pauta, foi concedida a palavra à gestora do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, assistente social Letícia, que repassou alguns informes. Apresentou memorando contendo informações sobre as famílias beneficiárias do Bolsa Família no município no mês de janeiro de 2026, totalizando 1.227 famílias. Informou ainda que o setor do Cadastro Único passou a atender em novo endereço, situado na Rua 7 de Abril, nº 385, e realizou a apresentação do relatório anual de ações do setor.
ENCERRAMENTO: Feitos os agradecimentos finais, o Sr. José Kreusch declarou encerrada a 520ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

JOSÉ KREUSCH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PALMEIRA – PARANÁ
FEVEREIRO DE 2026

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:26715256

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 521/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - REPUBLICADA

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 08h30, nas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de forma presencial, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social. Inicialmente, o presidente José Kreusch deu as boas-vindas e lembrou a todos que após a reunião acontecerá a micro assembleia para a escolha dos representantes da sociedade civil que participarão do CMAS no Biênio 2026-2028, em seguida passou a palavra à Secretaria Executiva Francielle. Foi justificada a ausência da conselheira Glaucimeri Iantas Thaupa. Dando continuidade à pauta, foi aprovada a ATA 520/2026 – CMAS. Seguindo foram repassadas as correspondências: O Comunicado AgilizaSUAS prestação de contas 2024 e 2025, referente a suspensão do prazo do AgilizaSUAS, para regularização de inconsistências na prestação de contas 2024 e 2025. O relatório com o saldo das contas vinculadas ao FMAS em 31/01/2026. O DEMONSTRATIVO PARCELAS PAGAS - POR GRUPO. Foi informado que o Atestado nº 009/2026 - ARCPF, foi emitido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, por intermédio da Divisão de Gestão do SUAS, sendo o documento apresentado aos conselheiros para conhecimento e registro em ata. Foi apresentada ao colegiado a Folha de Protocolo nº 120/2026, datada de 20/02/2026, referente ao Projeto de Lei n° 6.709/2026, que altera a redação do inciso I, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.657, de 25 de abril de 2023, que cria o CMAS e institui o FMAS, sendo o assunto apresentado para ciência e acompanhamento deste Conselho, sendo esclarecido que a referente atualização se dá pelo motivo da reforma administrativo do município. Em seguida, foi informado ao colegiado que o sistema do CNEAS foi atualizado, sendo apresentada a situação atual das informações registradas. Na oportunidade, também foi apresentado o Relatório Totalizador de Entidades, contemplando todas as entidades com inscrição ativa no CMAS, para conhecimento e acompanhamento dos conselheiros. Foi informado ao colegiado que o Censo SUAS 2025 encontra-se aberto, com prazo prorrogado até 06/03. Contudo, registra-se que o município já realizou o preenchimento e o envio dos questionários dentro do sistema, aguardando apenas a validação e eventual retorno quanto a possíveis pendências. Seguindo a pauta, foi concedida a palavra à gestora do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, assistente social Letícia, que informou que o município conta atualmente com 1.217 beneficiários do Programa Bolsa Família.
Comunicou-se ainda que as acolhidas coletivas estão sendo realizadas de forma reduzida, considerando a capacidade física da nova sede, Por fim, informou que aguarda-se o retorno da Secretaria de Saúde para fechamento do cronograma de ações a serem desenvolvidas na zona rural. Na sequência, foram apresentadas para deliberação do colegiado as seguintes Prestações de Contas: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2025 DE 01/01/2025 a 31/12/2025 PISO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAS); PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PAGAMENTO a 30/06/2025 INCENTIVO VIDAS AQUECIDAS DEL 27/2024; PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL - DELIBERAÇÃO INCENTIVO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - BENEFÍCIO EVENTUAL - DEL 50/2023, anual 2025. Após análise e esclarecimentos prestados, as prestações de contas foram apreciadas pelo Conselho, sendo aprovadas, sendo emitido Resolução do CMAS.
ENCERRAMENTO: Feitos os agradecimentos finais, o Sr. José Kreusch declarou encerrada a 520ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

JOSÉ KREUSCH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PALMEIRA – PARANÁ
FEVEREIRO DE 2026

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6AF0042B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 25.816, DE 13/03/2026 - ADIANTAMENTO CRISTINA ROCHA MEZZADRI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 5952/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assessora De Assuntos de Proteção à Mulher, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestar contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Cristina Rocha Mezzadri	*781.xxx.xxx-15*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A509EC2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO I - MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL VEREADOR SEBASTIÃO SANSON

O Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson do município de Palmeira-PR, com a oferta de Educação Infantil – Creche e Pré-escola, passa a ser composto por 60% da comunidade escolar e 40% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

Segmento que representa	Nome Completo do titular	RG	Nome Completo do Suplente	RG
Presidente Diretora	JOSIANE APARECIDA KAUKA GULHINSKI	8.xxx.925-x	_____	_____
Equipe Pedagógica	CIBELI APARECIDA TERESINHA DELFRATE	5.xxx.212-x	_____	_____
Técnico Administrativo	MARIA EDUARDA VIANTE	14.xxx.739-x	_____	_____
Docente	SIRLENE APARECIDA DO VALE KAUKA DE LIMA	6.xxx.087-x	ELAINE DA SILVA	7.xxx.346-x
Funcionários	JOZIELI LOPES SANTOS	9.xxx.689-x	_____	_____
Pais ou Responsáveis	BRUNA MARINS	9.xxx.761-x	DAPHNY VERONICA DE PAULA	12.xxx.143-x
Movimentos Sociais	HUDSON CHAGAS BARBOSA DE ANHAIA	2.xxx.146-x	_____	_____
APMF	ANNA CAROLINE DELFRATE DE CASTILHO	13.xxx.004-x	_____	_____

Palmeira, 18 de dezembro de 2025.

JOSIANE APARECIDA KAUKA GULHINSKI
Presidente do Conselho Escolar
Diretora do CMEI Vereador Sebastião Sanson

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:5377AD7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Professor Alderico Viante, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 33.079/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 03/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro Municipal de Educação Infantil Professor Alderico Viante, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:7A523363

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 06/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto dos Pequeninos, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 33.072/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 05/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto dos Pequeninos, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F3604F5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 07/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Rubens Borkoski, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 33.113/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 06/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Rubens Borkoski, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:190F9133

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 09/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal Professor Eurides Teixeira de Oliveira, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.929/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 09/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professor Eurides Teixeira de Oliveira, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:326AE209

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 10/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal Cívico-Militar Professor Gabriel Prestes, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.950/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 10/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Cívico-Militar Professor Gabriel Prestes, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4415E3DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 11/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal Integrada Imaculada Conceição e Jesuíno Marcondes, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.930/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 08/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Integrada Imaculada Conceição e Jesuíno Marcondes, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:BD80D797

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 12/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal Integral Nossa Senhora do Rocio, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 33.089/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 11/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Integral Nossa Senhora do Rocio, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:5458CA32

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 13/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal do Campo Professor Clotário Santos, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.932/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 13/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo Professor Clotário Santos, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F9CE68B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 14/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal do Campo de Colônia Maciel, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 33.111/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 12/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo de Colônia Maciel, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FF0DAB24

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 15/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal do Campo Professora Ida Albach, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.848/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 14/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo Professora Ida Albach, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4B6BB918

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 16/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal do Campo Professor Pedro Gross Filho, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.590/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 16/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo Professor Pedro Gross Filho, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6093DA02

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 17/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal do Campo de Queimadas, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.928/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 17/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo de Queimadas, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:90C181A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 18/2026 - SMED/SISMEP

A Prefeitura Municipal de Palmeira, mantenedora da Escola Municipal do Campo de Santa Bárbara, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, considerando o Processo Administrativo nº 32.635/2025, o Parecer nº 09/2025 do Conselho Municipal de Educação – CME e o Parecer de Legalidade nº 19/2025 da Comissão de Normatização Pedagógica do Sistema Municipal de Ensino de Palmeira – SISMEP;
RESOLVE:
Art. 1º Homologar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal do Campo de Santa Bárbara, pertencente ao Sistema Municipal de Ensino do município de Palmeira.
Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2026, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 30 de janeiro de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F5199050

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 19/2026 - SMED/SISMEP

A Secretaria Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Sistema Municipal de Ensino e pelas Deliberações nº 02 e nº 03/2018, e considerando o Processo Administrativo nº 16.485/2025:
HOMOLOGA:
Art. 1º O Estatuto do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Sebastião Sanson, do município de Palmeira.
Art. 2º O Estatuto do Conselho Escolar homologado passa a vigorar a partir do início do ano letivo de 2025, ficando revogado o ato de homologação anteriormente vigente, bem como quaisquer disposições em contrário.

Palmeira - PR, 11 de março de 2026.

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Decreto nº 17.877 de 02/01/2025

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:38304DF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER 03/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHEIROS: Tatielle Adams Rodrigues, Tahis Meneguel de Paula, Danielli Zwiegicoski, Sonia Aparecida Guilande, Claiton José Costa, Karina Aparecida de Oliveira Moreschi, Adriele Tomaz Bill, Tiago Landarin Rodrigues, Nicolle Dayene Moraes,

ASSUNTO: Vaga de creche para crianças em vulnerabilidade social

CONSEIDERANDO:

•
A solicitação das famílias junto ao Conselho Tutelar do Municipio de Palmeira;

•
A situação de vulnerabilidade social das crianças citadas.

RESOLVEM

•
O Conselho Municipal de Educação do Município de Palmeira, nas atribuições de suas funções e representado por sua presidente Tatielle Adams Rodrigues e os seus conselheiros, emitem parecer favorável à:

•
Matrícula na turma do Infantil II no CMEI Recanto dos Pequeninos para A.C. (feminino);

•
Matrícula na turma do Infantil II no CMEI Recanto dos Pequeninos para G.G (masculino)

É o Parecer

Palmeira, 03 de março de 2026.

TATIELLE ADAMS RODRIGUES
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Palmeira/PR

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C1613F1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 25.823, DE 16/03/2026 - ADIANTAMENTO
ARAMIS JOSÉ ANTUNES MOREIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6361/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art.1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Diretor de Educação, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art.2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00
Fonte: 21026

SERVIDOR	***CPF***	***VALOR DO ADIANTAMENTO***
Aramis José Antunes Moreira	*559.xxx.xxx-49*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:0784C55B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE POSSE - CONSELHO ESCOLAR - CMEI VEREADOR SEBASTIÃO SANSON

Termo de Posse
Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19 horas tomaram posse, de acordo com o Estatuto Escolar, conforme a indicação de cada segmento, e eleitos por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos.
"Nós, Conselheiros Escolar, Indicados e eleitos para a gestão de 2025 a 2027 comprometemo-nos a defender, cumprir, e fazer cumprir, no âmbito de nossas competências, a legislação vigente referente a educação."
O presente termo de posse será datado e assinado pelos conselheiros Indicados.
Palmeira 18 de dezembro de 2025.

CONSELHEIROS TITULARES- GESTÃO 2025-2027

JOSIANE APARECIDA KAUKA GULHINSKI	Presidente - Diretora
CIBELI APARECIDA TERESINHA DELFRATE	Representante da equipe pedagógica
MARIA EDUARDA VIANTE	Representante do quadro técnico administrativo
SIRLENE APARECIDA DO VALE KAUKA DE LIMA	Representante dos docentes
JOZIELI LOPES SANTOS	Representante dos funcionários
BRUNA MARINS	Representante dos Pais ou Responsáveis
HUDSON CHAGAS BARBOSA DE ANHAIA	Representante dos Movimentos Sociais
ANNA CAROLINE DELFRATE DE CASTILHO	Representante da APMF

CONSELHEIROS SUPLENTES- GESTÃO 2025-2027

ELAINE DA SILVA	Representante dos docentes
DAPHNY VERONICA DE PAULA	Representante dos Pais ou Responsáveis

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3100676C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.135 DE 16/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$125,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.300/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$125,00 (cento e vinte e cinco reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Gestão Pública
06.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Administração
06.001.04.122.0008.2.023. Manutenção das Atividades do Departamento de Administração
923 - 3.3.90.92.00.00 000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R$125,00

Total Suplementação: R$125,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
000	R$125,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:1E490065

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.136 DE 16/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$13.356,60

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.301/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$13.356,60 (treze mil trezentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da iden
919 - 3.3.90.39.00.00 564 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$13.356,60

Total: R$13.356,60

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.9.60.01.00.00000000 Fonte: 564 R$13.356,60

Total da Receita: R$13.356,60

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:F9BC6026

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.137 DE 16/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$30.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.302/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente
13.003.00.000.0000.0.000. Departamento de Proteção e Bem-estar Animal
13.003.18.542.0034.2.095. Manutenção das atividades do Departamento de bem estar e proteção animal
617 – 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$30.000,00

Total Suplementação: R$30.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

13.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente
13.003.00.000.0000.0.000. Departamento de Proteção e Bem-estar Animal
13.003.18.542.0034.2.095. Manutenção das atividades do Departamento de bem estar e proteção animal
615 – 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$30.000,00

Total Redução: R$30.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:D510161A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.300 DE 16/03/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$125,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$125,00 (cento e vinte e cinco reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

06.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Gestão Pública
06.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Administração
06.001.04.122.0008.2.023. Manutenção das Atividades do Departamento de Administração
923 - 3.3.90.92.00.00 000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R$125,00

Total Suplementação: R$125,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do Exercício Anterior, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
000	R$125,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:5C094C83

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.301 DE 16/03/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$13.356,60

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$13.356,60 (treze mil trezentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da iden
919 - 3.3.90.39.00.00 564 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$13.356,60

Total: R$13.356,60

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.9.60.01.00.00000000 Fonte: 564 R$13.356,60

Total da Receita: R$13.356,60

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:26541BA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.302 DE 16/03/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$30.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente
13.003.00.000.0000.0.000. Departamento de Proteção e Bem-estar Animal
13.003.18.542.0034.2.095. Manutenção das atividades do Departamento de bem estar e proteção animal
617 – 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$30.000,00

Total Suplementação: R$30.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

13.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Meio Ambiente
13.003.00.000.0000.0.000. Departamento de Proteção e Bem-estar Animal
13.003.18.542.0034.2.095. Manutenção das atividades do Departamento de bem estar e proteção animal
615 – 3.3.90.30.00.00 000 MATERIAL DE CONSUMO R$30.000,00

Total Redução: R$30.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:24CB0343

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.133 DE 16/03/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA DAYANE APARECIDA DIAS, DO CARGO TECNICO EM HIGIENE DENTAL, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5089/2026:
DECRETA

Artigo 1º: Fica exonerada a pedido, a servidora **DAYANE APARECIDA DIAS**, inscrita no CPF sob nº. 064.xxx.xxx-29, do cargo de TECNICO EM HIGIENE DENTAL CLT, matrícula 102565, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, último dia trabalhado 16/03/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:3DAC6301

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.134 DE 16/03/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DAYANE APARECIDA DIAS PARA O CARGO EM EFETIVO DE PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, tendo em vista a aprovação no Concurso Público Municipal, Nº. 01/2023, homologado através do Decreto Nº. 16.712 de 28 de dezembro de 2023 e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 1054/2026.

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada **DAYANE APARECIDA DIAS**, inscrita no CPF sob o nº. 064.XXX.XXX-29, matrícula nº 204494, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17 de março de 2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Claudine Gorte de Lima
Código Identificador:0666C85C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 06/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 06/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 23/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA COMPLETA, SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL, INCLUINDO MONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA E DESMONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, VISANDO ATENDER À PROGRAMAÇÃO DA 36ª FESTA DO MILHO NO MUNICÍPIO DE PALMITAL – PR.**

DATA DE ABERTURA: 27/03/2026 às 08:30 HS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Lote Global.
PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 16 de março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:07AC804A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 169/2026

PORTARIA Nº 169/2026

SÚMULA: Concede Aposentadoria a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO: o processo de aposentadoria do servidor AGENOR CANDIDO;
CONSIDERANDO: o art. 50, incisos I a IV, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 02/2023;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao servidor **AGENOR CANDIDO,** matrícula 971**,** brasileiro, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo estatutário de Vigia, portador do RG nº 5.***.***-2 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 970.***.***-68, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE** a partir de 16 de março de 2026, com proventos (mensais e proporcionais) com fundamento art. 50, incisos I a IV, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 02/2023.

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.007,52 (Um Mil e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos), conforme cálculo anexado ao processo administrativo; observado o disposto no art. 64, *caput*, da Lei Complementar nº 02/2023 do Município de Palmital e art. 201, §2º da Constituição Federal, fica garantido o recebimento de um salário-mínimo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:95C698D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 170/2026

PORTARIA N.º 170/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER

Art. 1º- Quatro (04) dias de férias a servidora **NOELI MOREIRA,** referente ao período aquisitivo **19/02/2025 a 18/02/2026** para serem usufruídas no período **de 17/03/2026 a 20/03/2026**, de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.
Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **21 de março de 2026.**
Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de março de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:837FC7F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 171/2026

PORTARIA N.º 171/2026

SÚMULA: Concede Férias a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
CONCEDER

Art. 1º- TRINTA (30) dias de férias a servidora **SILVANA APARECIDA KOLOSIVSKI,** referente ao período aquisitivo **07/03/2025 a 06/03/2026** para serem usufruídas no período **de 17/03/2026 a 20/03/2026**, de acordo com os artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Palmital.
Art. 2º- Decorrido o prazo acima descrito a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia **21 de março de 2026.**
Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 16 de março de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:93D51396

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 2/2026

PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2026
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Data: 16/03/2026
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI N. 14.133/2021

A **Câmara Municipal de Paranaguá**, Estado do Paraná, Paranaguá - PR, CEP 83203-020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° 78.179.264/0001-41, neste ato representado pelo seu presidente, torna público que tem interesse na contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de **seguro predial** para a Câmara Municipal de Paranaguá, durante o período de **12 (doze) meses**, conforme condições, coberturas, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência disponível no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Paranaguá (https://www.paranagua.pr.leg.br/) e no (PNCP) Portal Nacional de Contratações Públicas (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1).

O valor estimado total da contratação é de **R$ 11.792,16 (onze mil setecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos)**.

Início para apresentação da Proposta de Preços: dia 18 de março de 2026, às 00h00min.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: dia 27 de março de 2026, até às 23h59min.

Endereço Eletrônico para Envio das Propostas: compras@paranagua.pr.leg.br

Autorizo a tramitação e a publicação do processo, observando-se as formalidades legais.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:1C0CDF4A

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA Nº 11, DE 16 DE MARÇO DE 2026

"Conceder Diárias"

A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, que lhe confere a lei Complementar n. 181/2015, de acordo com a Lei Complementar n. 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº16604/2026,

RESOLVE:

I -Conceder ao servidor Pablo Verçosa Silva, ocupante do cargo de Tecnologia da Informação, matrícula 29-00, 04 (quatro) diárias de 112 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando a importância de R$ 2.009,68 (dois mil e nove reais e sessenta e oito centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Florianópolis/SC.
II- O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará de forma presencial no Curso Agentes de Contratação, Pregoeiros, Equipe de Apoio e Analista de Licitações no Curso completo de Licitações.

III – Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 16 de março de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:EF82F87D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA Nº 21/2026

PORTARIA N° 21/2026

CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA RETORNO AO TRABALHO

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições e de acordo com a Estrutura Organizacional Interna,

Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora pública **FERNANDA ALVES MACIEL**, Matrícula: 513, para retornar ao trabalho na data de 17 de março de 2026, com a jornada de trabalho 12x36, realizados no período DIURNO, para função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá 16 de março de 2026

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:C565024D

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 004/2026

Paranaguá, 16 de março de 2026.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Compra Direta por Dispensa de Licitação nº 04
Processo Administrativo nº 1180/2026

Referência: Aquisição de Certificado Digital e-CNPJ A3 TOKEN e e-CNPJ A1.

Respaldado no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133/21, e no Parecer do Procurador Jurídico, AUTORIZO a compra direta, através de dispensa de licitação, Aquisição de Certificado Digital e-CNPJ A3 Token e e-CNPJ A1, necessário para a demanda da Paranaguá Previdência. *Empresa*: **SINGULAR SOLUCÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 27.101.405/0001-72,** no valor total de R$935,00 (novecentos e trinta e cinco reais).

Cumpra-se

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:0942E185

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
ENGELÉTRICA MECÂNICA CASTRO LTDA – C.N.P.J. Nº 26.723.195/0001-91.

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA E ESTUDOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES, QUE SERÃO INDISPENSÁVEIS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA COM POTÊNCIA DE 1.045 KWP. A CONTRATAÇÃO JUSTIFICA-SE POR SER FUNDAMENTAL PARA FORNECER OS SUBSÍDIOS TÉCNICOS

NECESSÁRIOS À READEQUAÇÃO E À SUBSEQUENTE RETOMADA DO PROCESSO LICITATÓRIO PRINCIPAL, CUJO ESCOPO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO REFERIDO SISTEMA DE ENERGIA SOLAR". Com fulcro no artigo 75, inciso ll, da Lei Federal n° 14.133/2021, em atendimento da Secretaria Municipal de Administração, e, inteiro teor do processo administrativo nº 6812/2026.

Valor total da contratação: R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Dotação Orçamentária: 08.001.2040.004.0122.002.3339039.7900.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Paranaguá, 13 de Março de 2026.

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por incorreção

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:7076DFFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL 001/2026 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM

Edital nº 001/2026

Regulamenta o Processo de Eleição complementar das Conselheiras representantes das Entidades e Organizações da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá – CMDM, para o biênio 2024-2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, doravante denominado CMDM, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 2º da Lei 4649/2025, e dando cumprimento à decisão da plenária, em reunião ordinária, do dia 23 de fevereiro de 2026, CONVOCA as entidades da sociedade civil organizada, interessadas em se habilitar a fim de concorrer na eleição, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Paranaguá – CMDM, na gestão do biênio 2024-2026, na forma do presente Edital.

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE PARANAGUÁ

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM é um órgão vinculado à Secretaria Municipal responsável pelas políticas de Garantia de Direitos das Mulheres, sendo um órgão colegiado, paritário de caráter deliberativo e consultivo tendo as seguintes atribuições:

I – Deliberar, orientar e avaliar as políticas públicas de garantia de direitos das mulheres que serão ou estão sendo desenvolvidas pelo Poder Executivo para assegurar a participação integral da mulher na sociedade e o respeito aos seus direitos bem como sobre a destinação dos recursos do Fundo Municipal;
II - Garantir a participação das mulheres nas decisões políticas relacionadas ao segmento feminino, o Conselho será um canal de integração e comunicação entre a sociedade e o Executivo Municipal;
III - desenvolver estudos e pesquisas relativas à mulher, em conjunto com o órgão responsável pela política pública de garantia de direitos das mulheres, objetivando subsidiar o
planejamento de políticas e ações públicas em favor do segmento no Município;
IV - Promover, organizar e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para discussão de temas relativos à mulher que contribuam para a conscientização dos problemas relativos à mulher na sociedade do Município e fora dele; atuando em parcerias com movimentos de mulheres e feministas, contribuindo para a sua organização e fortalecimento, visando o incentivo à participação das mulheres no controle e monitoramento social das políticas públicas em suas diversas áreas;
V – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação que cuida dos direitos e das necessidades da mulher;
VI - Propor a criação de canais de participação popular junto aos órgãos municipais, devendo a Administração Municipal consultar e ouvir o Conselho no que se refere ao atendimento das questões relativas à mulher.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL, DAS VAGAS, DAS
CANDIDATAS E VOTANTES

Art. 2º A eleição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM tem como objetivo realizar de forma democrática a escolha das entidades, organizações, coletivos, movimentos sociais e sociedade civil organizada que atuem na promoção da igualdade de gênero, na mobilização, organização, promoção, defesa ou garantia dos direitos das mulheres.

Art. 3º A organização do processo eleitoral caberá à Comissão Organizadora Eleitoral, que será instituída pelo CMDM, e contará ainda com o apoio da equipe da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial- SEMDIR e Secretária Executiva do CMDM.
Art. 4º O processo eleitoral das entidades da sociedade civil visando o preenchimento da sétima cadeira, ocorrerá em Plenária na 5ª reunião ordinária deste Conselho e será regido por este Edital.
§ 1º A função dos membros do CMDM é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, de acordo com a Lei Municipal n° 4649/2025.
§ 2º Poderão participar do processo eleitoral na condição de candidatas e/ou votantes as entidades/organizações da sociedade civil que atenderem aos critérios e calendário estabelecidos neste Edital, que compartilhem dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres, que comprovem atuação há mais de dois anos na promoção da igualdade de gênero, na mobilização, organização, promoção, defesa ou garantia dos direitos das mulheres, bem como entidades de proteção e defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras através de entidades sindicais, associações profissionais e de classe que atuem na defesa da democracia e na promoção da igualdade social e dos direitos das mulheres, e ainda que se enquadrem na Lei de criação e Regimento Interno do CMDM, e desde que com atuação de abrangência municipal (ainda que com moradoras em outro município em sua composição) e cuja documentação básica esteja completa.

Art. 5º Após a análise das inscrições, a Comissão Organizadora Eleitoral estará publicando a relação das entidades/organizações habilitadas e inabilitadas a concorrer a cadeira junto ao CMDM, com as justificativas necessárias e com o prazo para apresentação de recurso, respeitando o cronograma descrito no Capítulo V deste Edital.
Art. 7º A Comissão Organizadora Eleitoral encaminhará cópia do Edital e cronograma do processo eleitoral ao Ministério Público para ciência e fiscalização do Processo Eleitoral.

CAPÍTULO III
DA COMISSÃO ORGANIZADORA ELEITORAL

Art. 8º A Comissão Organizadora Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM será composta por 04 (quatro) conselheiras, respeitando a paridade entre as representações do poder executivo e da sociedade civil organizada.
§ 1º A Comissão Organizadora Eleitoral escolherá, dentre seus membros, na sua primeira reunião, uma presidente. Os demais membros da Comissão ficarão à disposição para fazer a relatoria no dia da eleição, bem como auxiliar nas demais atividades necessárias, que serão distribuídas conforme decisão da Comissão.

§ 2º A Comissão Organizadora Eleitoral tem por finalidade habilitar as entidades que pretendam participar do processo eleitoral do CMDM fazendo, exclusivamente, a análise da documentação apresentada e apreciação dos pedidos de habilitação e recursos, deliberando por maioria de votos.
§ 3º A Comissão Organizadora Eleitoral será responsável pela organização e realização de todo o processo eleitoral a ser realizado em reunião ordinária deste Conselho.

CAPÍTULO IV
DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Art. 9° As entidades da sociedade civil poderão habilitar-se enquanto votantes, para votar na assembleia de eleição ou enquanto para votar e serem candidatas mediante requerimento, conforme **Anexo I,** indicando as pretensões, assinado pelo (a) representante legal da organização endereçado ao CMDM, acompanhado dos seguintes documentos:

•
Documento informando o nome da instituição e a indicação da representante da organização que exercerá o direito a voto e será designada como votante e/ou candidata, acompanhado da cópia do RG, CPF, comprovante de residência, e-mail e contato telefônico;

•
Comprovante de endereço, caso tenha sede física;

•
Carta de Princípios ou Carta de Compromisso e/ou Estatuto ou portfólio que comprove o funcionamento da entidade/organização há pelo menos 02 (dois) anos, acompanhada de elementos que comprovem por meio de documentos a atuação da instituição (ex: folders de eventos, cartazes, cartilhas, registros em mídia nacional, estadual ou local) em defesa de políticas públicas para garantia dos direitos das mulheres;

•
Declaração de compartilhamento dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres (**Anexo II)**;

§1º As representantes, titular e suplente, indicadas pela entidade/organização habilitada para participar da eleição serão as mesmas a ocupar a cadeira no CMDM caso a entidade seja eleita.
§2º Cada pessoa indicada poderá representar somente uma única entidade/organização;

§3º Somente poderão votar e ser votadas no processo eleitoral as entidades/organizações que fizerem a inscrição prévia no período previsto neste Edital e forem habilitadas, não sendo permitida a inclusão de novos votantes ou candidatas após esse período.
Art. 10º As Entidades/Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar fotocópias simples dos documentos relacionados nas alíneas do artigo 10º, respondendo na forma da lei pela apresentação de documentos e informações falsas.

§1º Os documentos para inscrição deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura no prédio administrativo Joaquim Teixeira de Magalhães, localizado na Rua Júlia da Costa, 322, no Centro Histórico ao lado do Palácio São José.
§2º Após o envio da documentação via protocolo, a Entidade/Organização deverá aguardar aviso de confirmação para comprovação do recebimento da documentação para habilitação como votante ou candidata/votante, sendo necessário indicar pelo menos um endereço de e-mail e um telefone para contato com a entidade/organização.
Art. 11º. Nenhum registro de candidatura será admitido fora do período determinado pelo CMDM nos termos do presente Edital.

CAPÍTULO V
DO CRONOGRAMA

Art. 12º A habilitação das candidatas à vaga e/ou votantes ao Processo Eleitoral pela Comissão Organizadora Eleitoral será feita de acordo com os requisitos previstos neste Edital e dentro do seguinte cronograma:

Período de inscrição: **16/03/2026 à 16/04/2026**;

Análise pela Comissão Organizadora Eleitoral: **17/04/2026 à 22/04/2026**;

Publicação da relação das entidades/organizações habilitadas e inabilitadas: **23/04/2026;**

Apresentação de recurso pelas Entidades/Organizações inabilitadas: **24/04/2024 à 30/04/2026;**

Publicação da relação definitiva de OSC's habilitadas e inabilitadas: **08/05/2026;**

Data do da eleição: **25/05/2026;**

Publicação do resultado final do processo eleitoral com as candidatas eleitas: **27/05/2026**

Envio para publicação do Decreto das Conselheiras representantes das Entidades/Organizações Eleitas e representantes governamentais indicadas pelas Secretarias Municipais: **27/05/2026**;

Posse das Conselheiras representantes das OSC eleitas e das indicadas pelas Secretarias Municipais: **29/06/2026.**

Parágrafo Único. O descumprimento do prazo estabelecido na alínea "a", acarretará a desabilitação da Entidade/Organização, não havendo hipótese de recurso pela Organização nestes casos.
Art. 13º Os recursos, impugnações e manifestações deverão ser encaminhados via protocolo no prazo estipulado no artigo nº 12º, alínea "d".
Parágrafo Único. O processo de recurso possibilitará também as adequações e complementações documentais, respeitado o prazo previsto no artigo nº 12º, alínea "d".
Art. 14º As decisões da Comissão Organizadora Eleitoral serão tomadas por maioria e serão devidamente fundamentadas.

CAPÍTULO VI

DA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 15º A eleição complementar de entidades/organizações representantes da sociedade civil para compor a 7ª (sétima) cadeira do CMDM conforme estabelecido pelo artigo 2º da lei 4649/2025 para o biênio 2024-2026 será realizada no dia 25 de maio de 2026, das 14h às 17h, presencialmente, na sala dos Conselhos situada na Rua Júlia da Costa, 420 Centro Histórico – Paranaguá – PR.

§ 1º Cada representante da entidade habilitada como candidata terá 5 (cinco) minutos para fazer uma exposição sobre sua atuação, bem como seu compromisso na área da mulher, em conformidade com os direcionamentos do presente Edital.

Art. 16º Será eleita a entidade que obtiver maior número de votos.

§ 1° Em casos de empate, será considerada eleita a entidade com maior tempo de atuação, permanecendo o empate será considerada eleita a entidade com a presidente mais idosa.

§ 2° Serão consideradas entidades suplentes aquelas que, não tendo sido eleitas, tenham obtido maior número de votos que as demais não eleitas.

Art. 17º A eleição obedecerá aos seguintes requisitos:
I. Realização sob responsabilidade da Comissão Organizadora Eleitoral;
II. Votação presencial, via voto secreto através de cédula;
III. Apuração do resultado da votação, com elaboração de listagem do resultado em ordem decrescente de número de votos;
IV. Registro em ata de todo o processo eleitoral.

Art. 18º Encerrado o processo de votação às 16h a Comissão Organizadora Eleitoral acessará o resultado da eleição e anunciará aos presentes as entidades/organizações eleitas, com a fiscalização por qualquer cidadão, caso se façam presentes, lavrando-se ata dos encaminhamentos.

Parágrafo único. As entidades eleitas serão relacionadas em ordem decrescente do número de votos obtidos.

Art. 19º Os incidentes durante o processo eleitoral serão resolvidos pela Comissão Organizadora Eleitoral, não cabendo recurso da decisão.

Art. 20º Proclamado o resultado, a lista contendo o mesmo será divulgada para amplo conhecimento dos (as) participantes nas mídias do CMDM e da Prefeitura Municipal de Paranaguá.
Parágrafo Único. As entidades/organizações que não obtiverem o número de votos suficientes para compor o CMDM, comporão a lista de suplência conforme a ordem decrescente do número de votos.
Seção III
Do Resultado Final
Art. 21º A relação das organizações eleitas e das respectivas conselheiras titulares e suplentes será encaminhada à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial - SEMDIR para as providências referentes ao respectivo Decreto de nomeação.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22º Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Comissão Eleitoral.

Art. 23º As conselheiras titulares e suplentes, indicadas pelas entidades/organizações que comporão o CMDM no biênio 2026-2028 serão nomeadas através de Decreto e empossadas em reunião ordinária, conforme cronograma.

Art. 25º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 13 de março de 2026.

MATSUKO MORI
Vice Presidente do CMDM

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Solicitação de Inscrição:

Pelo presente, a Organização _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede e foro no Município de Paranaguá - PR, requer sua inscrição no processo eleitoral com vistas ao preenchimento da vaga para a representação da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de Paranaguá, sendo indicado no dia da assembleia em representação à entidade (Nome completo e legível)_____ _____ RG n.°_____, CPF nº_____ Data de nascimento___/___/_____telefone_____ e e-mail _____
Para fins de validação da inscrição segue anexo à ficha as seguintes documentações:
( ) Estatuto da Instituição registrado em cartório;
( ) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
( ) Relatório de atividades da Instituição do ano de 2025, onde se comprove atuação
( ) RG, comprovante de residência do (a) representante indicado (a) pela Entidade.
( ) Comprovante de endereço da entidade/organização, caso tenha sede física.
( ) Declaração de compartilhamento dos princípios da política nacional e estadual para pessoa idosa.

Como representante legal da entidade, responsabilizo-me pelo presente requerimento, documentação anexa e veracidade das declarações prestadas.

Paranaguá,____de_____de 2026.

_____
Assinatura do(a) representante legal

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE COMPARTILHAMENTO DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL PARA AS MULHERES

Declaro para fins de inscrição no processo eleitoral para Eleição de Representantes da Sociedade Civil para o mandato 2026 – 2028 do CMDM Paranaguá, que a Entidade por mim representada compartilha dos princípios da Política Nacional e Estadual para as Mulheres, abaixo elencados:

Laicidade do Estado
Igualdade e respeito à diversidade
Universalidade das políticas
Equidade
Justiça Social
Autonomia das mulheres
Transparência de atos públicos
Participação e controle social

Paranaguá,____de_____de 2026.

_____
Assinatura do(a) representante legal

Publicado por:
Cinthia Rodrigues Machado Moretti
Código Identificador:3F2893B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO 007/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Resolução no 007/2026–Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Delibera sobre a destinação de valores remanescentes de projetos aprovados para captação de recursos por meio do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2924, de 29 de Outubro de 2008.

CONSIDERANDO:

A necessidade de garantir a adequada gestão e aplicação dos recursos destinados ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

A existência de valores remanescentes provenientes de projetos aprovados para captação de recursos que já foram executados por outras fontes de financiamento ou que tiveram captação superior ao valor necessário para sua execução;

A importância de possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos captados, evitando sua ociosidade e garantindo a continuidade de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

A deliberação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em reunião ordinária/extraordinária no dia 11 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a destinação de valores remanescentes provenientes de projetos aprovados para captação de recursos por meio do Fundo Municipal da Pessoa Idosa que já tenham sido executados por outra fonte de financiamento ou que tenham apresentado captação superior ao valor necessário para sua execução.

Art. 2º Os valores remanescentes poderão ser redirecionados para outro projeto da mesma instituição proponente, desde que o novo projeto seja submetido à análise e aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI.
Art. 3º O redirecionamento dos recursos deverá respeitar os princípios da legalidade, transparência e finalidade pública, bem como as normas aplicáveis ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EMILYN TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Cinthia Rodrigues Machado Moretti
Código Identificador:E03D29A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 008/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

Resolução no 008/2026–Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Dispõe sobre a aplicação da retenção de 20% prevista no art. 8º, §3º, do Decreto Municipal, referente à captação de recursos por meio de chancela de projetos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2924, de 29 de Outubro de 2008.

CONSIDERANDO:

A necessidade de regulamentar e esclarecer a aplicação do percentual de retenção previsto no art. 8º, §3º, do Decreto Municipal que dispõe sobre o funcionamento e a gestão do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

A importância de garantir transparência e correta aplicação dos recursos destinados ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa;

A deliberação da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em reunião ordinária/extraordinária no dia 11 de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Deliberar sobre a aplicação da retenção de 20% prevista no art. 8º, §3º, do Decreto Municipal, esclarecendo que referido percentual incide exclusivamente sobre os recursos captados por meio de chancela de projetos, decorrentes de ações de captação de recursos realizadas pelas entidades.

Art. 2º A retenção de 20% não se aplica aos recursos provenientes de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou de deliberações oriundas de instâncias governamentais ou conselhos de direitos

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EMILYN TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Cinthia Rodrigues Machado Moretti
Código Identificador:72F7BD59

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.562

DECRETO Nº 1.562

"Exonera, a pedido, Sandro Fabiano Martins do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

EXONERAR,

a pedido, SANDRO FABIANO MARTINS, do cargo de provimento em comissão de Supervisor Especial de Comunicação, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Governo.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:659E0718

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.563

DECRETO Nº 1.563

"Renova a Concessão de Declaração de Utilidade Pública da entidade denominada Grupo Escoteiro Comandante Santa Rita de Paranaguá."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei Municipal nº 2.711, de 15 de agosto de 2006, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 3.634, de 23 de dezembro de 2016, e o contido no protocolado sob nº 986/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada a Declaração de Utilidade Pública Municipal, concedida por meio do Decreto Municipal nº 625, de 19 de janeiro de 2018, à entidade denominada "Grupo Escoteiro Comandante Santa Rita de Paranaguá", inscrita no CNPJ sob o nº 06.068.460/0001-38, com sede neste Município.

Art. 2º A presente renovação tem validade por 36 (trinta e seis) meses a contar da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:86DA64D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.564

DECRETO Nº 1.564

"Exonera Allex Sandro da Silva do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

EXONERAR,

ALLEX SANDRO DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Supervisor Especial da Proteção Especial de Alta Complexidade, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D7E18E15

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.565

DECRETO Nº 1.565

"Nomeia Allex Sandro da Silva para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), ALLEX SANDRO DA SILVA, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Supervisor Especial de Área I, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Saúde.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:695FDB24

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.566

DECRETO Nº 1.566

"Exonera Wesley Elisio Klichievits do Rosario Teixeira do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

EXONERAR,

WESLEY ELISIO KLICHIEVITS DO ROSARIO TEIXEIRA, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, Símbolo DAS-2, da Procuradoria Geral do Município.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9814015A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.017

PORTARIA Nº 2.017

"Concede licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, ao servidor Reginaldo Rodrigues Barboza."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.772/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de matrimônio, pelo prazo de 08 (oito) dias, ao servidor REGINALDO RODRIGUES BARBOZA, matrícula nº 93.804-1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Regional da Ilha dos Valadares, com início em 11 de março de 2026 e término em 18 de março de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2F7FC07D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.018

PORTARIA Nº 2.018

"Dispensa a servidora Amanda Martins da Cunha da função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações,

RESOLVE:

I - Dispensar a servidora municipal AMANDA MARTINS DA CUNHA, matrícula nº 11.391-1, da função gratificada de Assessor Especial da Proteção Especial de Média Complexidade, Símbolo FG-BX, da Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, à partir de 17 de fevereiro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:AF5F906B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.019

PORTARIA Nº 2.019

"Concede diárias ao servidor Anderson Luiz Fernandes, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.043/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor ANDERSON LUIZ FERNANDES, Pregoeiro, matrícula n° 6.920-1, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C4BCA024

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.020

PORTARIA Nº 2.020

"Concede diárias ao servidor Pedro Luis Cândido da Costa, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.043/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor PEDRO LUIS CÂNDIDO DA COSTA, Pregoeiro, matrícula n° 7.726-1, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2FD9101E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.021

PORTARIA Nº 2.021

"Concede diárias a servidora Cristiane dos Santos Zella, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.366/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora CRISTIANE DOS SANTOS ZELLA, Pregoeiro, matrícula n° 5.431-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6B00DBFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.022

PORTARIA Nº 2.022

"Concede diárias a servidora Rosiana do Rocio Pereira Pesch, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.366/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora ROSIANA DO ROCIO PEREIRA PESCH, Pregoeiro, matrícula n° 2.209-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:90443D44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.023

PORTARIA Nº 2.023

"Concede diárias a servidora Vanessa Cristina dos Santos Silva, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.364/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, Pregoeiro, matrícula n° 4.442-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2D29B8E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.024

PORTARIA Nº 2.024

"Concede diárias ao servidor Bruno Alves Cunha de Oliveira, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor BRUNO ALVES CUNHA DE OLIVEIRA, Superintendente de Contratação e Controle de Abastecimento I, matrícula n° 12.684-4, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:165BFF82

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.026

PORTARIA Nº 2.026

"Concede diárias a servidora Jaqueline Barreto Proença Farias, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora JAQUELINE BARRETO PROENÇA FARIAS, Supervisor Especial de Compras e Aquisições, matrícula n° 98.925-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7B4F90DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.027

PORTARIA Nº 2.027

"Concede diárias a servidora Jullia Carolina Lobo de Queiroz, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora JULLIA CAROLINA LOBO DE QUEIROZ, Assessor de Contratos, matrícula n° 99.390-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9B34B8F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.028

PORTARIA Nº 2.028

"Concede diárias a servidora Luciane Chiarelli Magalhães, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora LUCIANE CHIARELLI MAGALHÃES, Pregoeiro, matrícula n° 8.513-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3B7791A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.029

PORTARIA Nº 2.029

"Concede diárias a servidora Sheila da Rosa Maria, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora SHEILA DA ROSA MARIA, Pregoeiro, matrícula n° 4.410-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:00938746

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.030

PORTARIA Nº 2.030

"Concede diárias ao servidor Ronald Silva Gonçalves, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor RONALD SILVA GONÇALVES, Pregoeiro, matrícula n° 5.307-2, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C7FFED15

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.032

PORTARIA Nº 2.032

"Concede diárias ao servidor Felipe Blageski Araújo, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor FELIPE BLAGESKI ARAÚJO, Superintendente de Licitações, matrícula n° 94.180-1, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:67C81496

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.033

PORTARIA Nº 2.033

"Concede diárias ao servidor Filipe Almeida Domingues, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor FILIPE ALMEIDA DOMINGUES, Procurador Geral do Município, matrícula n° 93.888-1, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.287,80 (Dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:590DDA35

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.034

PORTARIA Nº 2.034

"Concede diárias ao servidor Tiago Fontes César Leal, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor TIAGO FONTES CÉSAR LEAL, Procurador Geral do Município, matrícula n° 12.265-11, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 164 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 3.678,43 (Três mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B5700FEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.035

PORTARIA Nº 2.035

"Concede diárias ao servidor Matheus Cordeiro Rolim, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor MATHEUS CORDEIRO ROLIM, Superintendente de Assuntos Jurídicos, matrícula n° 98.815-2, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:BF55B762

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.037

PORTARIA Nº 2.037

"Concede diárias a servidora Maria Clara Silva Cavazzani, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.474/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora MARIA CLARA SILVA CAVAZZANI, Superintendente Especial de Assuntos Jurídicos, matrícula n° 98.861-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B9A8D57A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.038

PORTARIA Nº 2.038

"Concede diárias a servidora Marilete Rodrigues da Silva do Rosário, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.366/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora MARILETE RODRIGUES DA SILVA DO ROSÁRIO, Pregoeiro, matrícula n° 7.264-4, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4FC76AB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.039

PORTARIA Nº 2.039

"Concede diárias ao servidor André Luiz da Silva, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.730/2026,

RESOLVE:

I - Conceder ao servidor ANDRÉ LUIZ DA SILVA, Superintendente de Orçamento, matrícula n° 12.287-1, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - O servidor, beneficiário das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação."

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:07463F02

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.040

PORTARIA Nº 2.040

"Concede diárias a servidora Joelma Xavier Pinheiro Costa, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 16.062/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora JOELMA XAVIER PINHEIRO COSTA, Supervisor de Educação de Jovens e Adultos – EJA, matrícula n° 95.354-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:84DB4875

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.041

PORTARIA Nº 2.041

"Concede diárias a servidora Bianca Freitas de Souza Russo, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 15.328/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora BIANCA FREITAS DE SOUZA RUSSO, Pregoeiro, matrícula n° 96.348-1, a importância correspondente a 05 (dias) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:145CED86

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.042

PORTARIA N° 2.042

"Exonera candidata aprovada no Concurso Público nº 01/2022."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o que dispõe o artigo 7º da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3.606/2026,

RESOLVE:

I - Exonerar a candidata nomeada pela Portaria nº 1.929, de 27 de fevereiro de 2026, aprovada em Concurso Público, face a não apresentação ou desistência, de acordo com o Edital de abertura do Concurso Público nº 01/2022, conforme especifica:

ENFERMEIRO - 40 HORAS		
Nome	**Inscrição**	**Ordem Clas.**
BEATRIZ NARIA DOS SANTOS SANTIAGO RIBEIRO	011.601.553-89	3º PCD

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:94E5EEE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.014

PORTARIA Nº 2.014

"Concede diárias a servidora Ligia Marcia Toledo Faria Vicente, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.545/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora LIGIA MARCIA TOLEDO FARIA VICENTE, Nutricionista, matrícula n° 11.146-1, a importância correspondente a 02 (duas) diárias de 102 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 915,12 (Novecentos e quinze reais e doze centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de março e retorno no dia 20 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "Itaipu Bionacional, Itaipu Parquetes - Alimentação Escolar - Hotel Rafain Palace".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1E10147C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.015

PORTARIA Nº 2.015

"Concede diárias a servidora Maria Correia, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 14.545/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora MARIA CORREIA, Chefe de Divisão de Alimentação Escolar, matrícula n° 5.530-2, a importância correspondente a 02 (duas) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 1.103,53 (Mil cento e três reais e cinquenta e três centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 18 de março e retorno no dia 20 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "Itaipu Bionacional, Itaipu Parquetes - Alimentação Escolar - Hotel Rafain Palace".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7C9CFA59

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.016

PORTARIA Nº 2.016

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 4.317/2026,

RESOLVE:

I - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 4.317/2026, tais como suposta conduta inadequada de servidor público, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, e incidência nas condutas do Art. 152, incisos I, IX e XV, todos da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II e III, do mesmo diploma legal.

II - Nomear para a Comissão Permanente de Sindicância, os servidores: JOSÉ ROBERTO AFFOLTER, matrícula: 1.577-1, como Presidente; e ANDRIELE MATIAS FREIRE, matrícula: 11.309-1, MICHELLY ZELA ANTONIO CAETANO, matrícula: 9.229-1/2, ADRIANA LEVINSKI HAMANN, matrícula: 97.431-1, MARIA CRISTINA ROSA DA SILVA ROCHA, matrícula: 2.253-1, VANESSA CRISTINA DOS SANTOS SILVA, matrícula: 4.442-1, MARINALVA GRACES BARBOSA, matrícula: 7.208-1, como membros.
III - O prazo de finalização do Processo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D37517B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.025

PORTARIA Nº 2.025

"Rescinde o contrato de trabalho temporário de Marli Luiza Dettomin dos Santos."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado nº 13.927/2026, e, em decorrência do fim do prazo contratual proveniente do PSS 001/2022,

RESOLVE:

I - Rescindir o contrato de trabalho temporário, em decorrência do fim do prazo contratual proveniente do PSS 001/2022, de MARLI LUIZA DETTOMIN DOS SANTOS, matrícula nº 94.774-3, Agente de Apoio Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, a partir de 26 de fevereiro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretária Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:3955DF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.031

PORTARIA Nº 2.031

"Incluir servidores na Portaria nº 4.981/2022, de concessão de progressão por aperfeiçoamento aos profissionais de saúde."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 133/2011, Decreto nº 1.872/2020, e tendo em vista o contido no protocolado nº 7.480/2025,

RESOLVE:

I - Incluir na Portaria nº 4.981/2022, de concessão de progressão por aperfeiçoamento aos profissionais de saúde, os servidores abaixo relacionados:

CARGO: DENTISTA			
NOME	**MAT.**	**NÍVEL ATUAL**	**NIVEL ELEVADO**
ADRIANE ALBINI DE OLIVEIRA	6.271-1	SE30D11-1	SE30E11-1
CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL	3.744-2	SE30D14-1	SE30E14-1
DANIELLE VIANNA BINI	9.497-1	SE30B07-1	SE30C07-1
PAULA KREFT CALDAS	6.269-1	SE30D11-1	SE30E11-1
WILSON EUGENIO GOMES DE MORAES	7.456-1	SE30D10-1	SE30E10-1

CARGO: ENFERMEIRO			
NOME	**MAT.**	**NIVEL ATUAL**	**NIVEL ELEVADO**
CARLOS HENRIQUE SOUZA DA SILVA	10.006-1	SE30C07-1	SE30D07-1

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM			
NOME	**MAT.**	**NIVEL ATUAL**	**NIVEL ELEVADO**
ROSEMARI ALVES COSTA	9.078-1	SA40C08-1	SA40D08-1

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B911169A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.036

PORTARIA Nº 2.036

"Desliga servidores designados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - CACS-FUNDEB."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017 e Decreto nº 897/2018, e tendo em vista o contido no protocolado nº 17.063/2026,

RESOLVE:

I - Desligar os servidores abaixo relacionados, nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - CACS-FUNDEB:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: ANNETE TEREZINHA DOFFE SOTTA MACHADO;
Suplente: JISELLI MARTINS PIRELLI;

b) Representantes do Poder Executivo Municipal - SEMEDI:

Titular: LAILA CURCI ASSAF MARISTANY;
Suplente: ALINE ABALEM STAHLSCHIMIDT;

c) Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Suplente: SHIRLEY MARODIM MARQUES;

d) Representante dos Professores do Campo:

Titular: CYBELE APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA;

e) Representante do Conselho Municipal de Educação - COMED:

Suplente: MARY SYLVIA MIGUEL FALCÃO;

f) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: LUIZ FELIPE GODARTH DA COSTA;
Suplente: CASSIA VITORIA DE SOUZA FRANZ.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 16 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9ACC9C6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 021/2025 AMB TRANSPORTE LTDA CNPJ: 10.275.087/0001-63

EXTRATO DE ADITIVO 01 AO CONTRATO N° 021/2025
AMB TRANSPORTE LTDA
CNPJ: 10.275.087/0001-63

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
AMB TRANSPORTE LTDA

Data: 17/03/2026

Objeto: Aditivo 01 ao Contrato nº **021/2025**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **28 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **27 DE MARÇO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 009/2024
Registro de Preços n°: 009/2024
Processo Administrativo n°: 3200/2026

Valor: R$ 41.931,96 (Quarenta e um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
THIAGO THEMANSKI CAMPOS
ANDERSON MENDES BATISTA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:3388B455

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 213/2024 CS BRASIL FROTAS S.A CNPJ: 27.595.780/0001-16

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 213/2024
CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ: 27.595.780/0001-16

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CS BRASIL FROTAS S.A

Data: 17/02/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **213/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **07 (SETE) MESES** contados a partir de **15 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **14 DE OUTUBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 07 (sete) meses.
Pregão Eletrônico n°: 009/2024
Registro de Preços n°: 009/2024
Processo Administrativo n°: 13117/2026

Valor: R$ 27.958,28 (Vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
JOSE REIS DE FREITAS NETO
PAULO ROBERTO TEIXEIRA
JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:82303F51

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 054/2023 MARÉ ALTA NÁUTICA LTDA CNPJ: 24.929.446/0001-63

EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 054/2023
MARÉ ALTA NÁUTICA LTDA
CNPJ: 24.929.446/0001-63

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MARÉ ALTA NÁUTICA LTDA

Data: 17/03/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **054/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **22 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **21 DE MARÇO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 109/2022
Registro de Preços n°: 084/2022
Processo Administrativo n°: 6923/2026

Valor: R$ 184.232,07 (Cento e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e dois reais e sete centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
CELSO JOSÉ MEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:50AD62DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 05 AO CONTRATO N° 193/2023 CONSTRUTORA PARATI LTDA CNPJ: 77.506.541/0001-10

EXTRATO DE ADITIVO 05 AO CONTRATO N° 193/2023
CONSTRUTORA PARATI LTDA
CNPJ: 77.506.541/0001-10

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CONSTRUTORA PARATI LTDA

Data: 17/03/2026

Objeto: Aditivo 05 ao Contrato nº **193/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo, por mais **60 (SESSENTA) DIAS**, a partir de **17 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se em **16 DE MAIO 2026**, conforme autorização, pereceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 60 (sessenta) dias.
Concorrência n°: 007/2023
Processo Administrativo n°: 10348/2025

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
GILBERTO SEMANN DA COSTA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:9A076A9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 192/2022 SOELI COOPER DE CARVALHO - EIRELI CNPJ: 77.530.962/0001-87

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 192/2022
SOELI COOPER DE CARVALHO - EIRELI
CNPJ: 77.530.962/0001-87

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
SOELI COOPER DE CARVALHO - EIRELI

Data: 17/03/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 192/2022.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 121.575,00 (Cento e vinte e um mil e quinhentos e setenta e cinco reais)**, realizada pela Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial (SEMDIR) ao Aditivo 04 Contrato n° 192/2022:

Ref. 1060 – 18.003.0008.0244.0019.2175.339032.1000

Fundamentação Legal: Art. 65, §8º da Lei 8.666/93."

Inexigibilidade de Licitação nº: 034/2022
Processo Administrativo n°: 14844/2026

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:2135239D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 02 AO CONTRATO N° 118/2025 WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ: 07.340.993/0001-90

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 02 AO CONTRATO N° 118/2025
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ: 07.340.993/0001-90

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
WEBTRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Data: 17/03/2026

Objeto: **Apostilamento 02 ao Contrato nº 118/2025.** " O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 126.250,00 (Cento e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral ao Contrato n° 118/2025:

Ref. 564 – Vínculo 1103 – Modalidade 3339033
Ref. 567 – Vínculo 1103 – Modalidade 3339039

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Pregão Eletrônico nº: 023/2025
Processo Administrativo n°: 15244/2026

Assinaturas:
THIAGO CASAS DO NASCIMENTO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:ACC023E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2026 STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA CNPJ: 11.325.330/0001-73

EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2026
STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
CNPJ: 11.325.330/0001-73

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA

Data: 17/03/2026

Objeto: Contrato nº **021/2026**. "Constitui objeto do presente contrato o fornecimento parcelado de Gasolina Comum Tipo "C" e Óleo Diesel S-10, com cessão em regime de comodato de tanque aéreo e bomba de abastecimento eletrônico, destinados ao abastecimento da frota oficial, veículos locados e equipamentos pertencentes às diversas Secretarias do Município de Paranaguá."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação n°: 008/2026
Processo Administrativo n°: 11307/2026

Valor: R$ 2.863.140,00 (Dois milhões, oitocentos e sessenta e três mil e cento e quarenta reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
EDUARDO FELIPE MIRANDA
RODRIGO STANG

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:3E994CB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 1° TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°04/2025

EXTRATO DE ADITIVO Nº 1/2026

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR.
Contratada: MDL COMERCIO DE GAS LTDA
CNPJ: 03.379.429/0001-20
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) - 13KG
Dotação Orçamentária: 13 – 01.001.0010.0302.2009.2002.3.3.3.90.30.04.00 – 001 25 – 01.001.0010.0302.2009.2002.3.3.3.90.30.04.00 - 013
TIPO DE ADITIVO: Prorrogação
Prazo de Vigência: 17/03/2026 a 17/03/2027.
Valor: R$2.167,14 (Dois mil, cento e sessenta e sete reais e quatorze centavos)
Modalidade do Processo: Dispensa Eletrônica.
TIPO/Nº: Ata Reg. Preço nº04/2025.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 16 de março de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:AE571E71

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 41/2026

PORTARIA Nº 41/2026
O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestora e Fiscais das contratações originadas a partir da **CHAMADA PÚBLICA 01/2026 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E TERAPIAS NAS UBS DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS, EXERCÍCIO 2026**, visando atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
NATÁLIA DA COSTA	FISCAL	Nº 478-1
TERMO DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS COMO SEGUE:		
SIMONE SOARES DA SILVA LTDA		

Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Paranavaí, 13 de março de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:55F5E1BA

PROCURADORIA
DECRETO MUNICIPAL Nº 27.779/2026

Altera o Decreto Municipal nº 25.386/2023, que institui o Comitê Executivo responsável pelo acompanhamento dos Estudos de Soluções e Alternativas para a Delegação dos Serviços Funerários e Cemiteriais do Município de Paranavaí e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a relevância estratégica dos trabalhos conduzidos pelo Comitê Executivo responsável pelo acompanhamento dos Estudos de Soluções e Alternativas para a Delegação dos Serviços Funerários e Cemiteriais, cujas conclusões impactarão diretamente a qualidade e a forma de prestação de serviços essenciais à população de Paranavaí;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição e designação de novos membros e de um novo coordenador para a condução dos trabalhos do comitê,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as redações dos artigos 3º e 4º do Decreto Municipal nº 25.386, de 18 de outubro de 2023, que passam a vigorar com o seguinte conteúdo:

"Art. 3º O Comitê Executivo será constituído por um coordenador e por 06 (seis) membros, servidores públicos municipais, conforme as representações a seguir discriminadas, responsáveis por conduzir e supervisionar todas as etapas dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos pertinentes:
I - Andressa Istenharte Martin – Agente Administrativo, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;
II - Gilberto da Silva de Castro – Agente Administrativo, representante da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos;
III - Everton Ferreira Leite – Fiscal de Tributos, representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
IV - Flávia Patrícia Borges Tavares – Agente Administrativo, representante da Secretaria Municipal de Administração;
V - Beatriz Carraro da Purificação – Engenheira Civil, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
VI - Flávia Martins Zubaran – Arquiteta, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
VII - Vinicius Brian Zequim Okabayashi – Procurador, representante da Procuradoria-Geral do Município.
Art. 4º Fica designado o servidor Vinicius Brian Zequim Okabayashi para exercer, sem prejuízo de suas funções regulares, a função de Coordenador dos Estudos de Soluções e Alternativas para a Delegação dos Serviços Funerários e Cemiteriais no Município de Paranavaí, competindo-lhe a organização, a convocação para as reuniões e a direção das atividades do Comitê.
I – (revogado)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paranavaí, 12 de março de 2025.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:012473DF

PROCURADORIA
EDITAL PRELIMINAR DE INSCRIÇÕES Nº 001.01/2026 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA (PRJ)

O Presidente da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 360/2026, da Procuradoria-Geral do Município de Paranavaí, **TORNA PÚBLICO** a Lista Preliminar das Inscrições do Programa De Residência Jurídica – PRJ, Edital nº 001/2026.

Ficam DEFERIDAS as inscrições relacionadas no ANEXO.

Os pedidos de recurso contra a Lista Preliminar de Inscrições Deferidas deverão ser protocolados exclusivamente via internet, em formulário de recurso disponível no sítio eletrônico oficial, nos dias 18/03/2026 a 20/03/2026.

Publique-se.

Paranavaí/PR, 16 de março de 2026.

SIVONEI SIMAS
Procurador do Município de Paranavaí
Presidente da Comissão Especial

ANEXO

INSCRIÇÃO	NOME	MODALIDADE
101	ADRIELI GONÇALVES MAIA	AMPLA CONCORRÊNCIA
102	AMANDA PADOVEZ	AMPLA CONCORRÊNCIA
103	ANA LAURA MANTOVANNI BARIANI	AMPLA CONCORRÊNCIA
104	AYNHOA RIBAS BETINI MAINARDES	AMPLA CONCORRÊNCIA
105	BRENO PARDIM BORGES	AMPLA CONCORRÊNCIA
106	BRUNO BERTONCELLI SOSSAI	AMPLA CONCORRÊNCIA
107	BRUNO DOS SANTOS BONFIM	AMPLA CONCORRÊNCIA
108	DIOGO HENRIQUE SANTANA DE OLIVEIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
109	ERIKA LIMA DA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
110	GABRIELA AMANCIO SAMPAIO	AMPLA CONCORRÊNCIA
111	GUILHERME SARAIVA RODRIGUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
112	JULIANA SUMIE YONEYAMA	AMPLA CONCORRÊNCIA
113	KAUAN RODRIGUES PEREIRA	AMPLA CONCORRÊNCIA
114	MARIA ALICE DOS SANTOS NASCIMENTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
115	MARIA EDUARDA LOPES JAQUES	AMPLA CONCORRÊNCIA
116	MARIANA FERREIRA DE ALMEIDA	AMPLA CONCORRÊNCIA
117	MARLON YURI YAMAMOTO	AMPLA CONCORRÊNCIA
118	MATEUS DE OLIVEIRA ALVES DOS REIS	AMPLA CONCORRÊNCIA
120	MATHEUS HENRIQUE DE SOUZA ROCHA	AMPLA CONCORRÊNCIA
121	MYLENE DE OLIVEIRA SILVA	AMPLA CONCORRÊNCIA
122	STÉFANY LORENA MACEDO CASAGRANDE	AMPLA CONCORRÊNCIA

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:3D3D56A4

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL - COMUNICADO Nº 01/2026 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

Conforme deliberado na plenária aberta da 8ª Conferência Municipal de Cultura, realizada na última quarta-feira, 11 de março de 2026, a Comissão Organizadora — constituída conforme o art. 3º do Decreto Municipal nº 27.760/2026 e nominada no art. 4º do Regimento da 8ª CMC, por meio da Portaria nº 02/2026 —, no uso de suas atribuições, **COMUNICA e CONVOCA** os interessados e representantes das áreas culturais de Dança, Patrimônio Cultural e Literatura, Livro e Leitura para plenária extraordinária a ser realizada no dia **18 de**

março de 2026, às 19h30, na Sala do Ponto de Cultura, localizada na Praça dos Pioneiros, em Paranavaí (PR).

A plenária tem como objetivo a complementação dos membros da sociedade civil que compõem o Conselho Municipal de Política Cultural nas áreas que não tiveram representantes eleitos, permanecendo em vacância durante a plenária da 8ª Conferência Municipal de Cultura, sendo elas:

Área de Literatura, Livro e Leitura — indicação e eleição de 1 (um) membro suplente;
Área de Patrimônio Cultural (História e Memória) — indicação e eleição de 1 (um) membro suplente;
Área de Dança — indicação e eleição de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente.

Paranavaí, 13 de março de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA — 8ª CMC

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:95BE3C58

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 04/05/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ALC0G81	277490A000164586	24/02/2026	55414
ANK1194	277490A000164582	24/02/2026	54870
ATK2G84	277490A000165277	11/03/2026	70301
AYQ8C66	277490A000164591	24/02/2026	55680
BAF4844	277490A000165278	03/03/2026	57380
BCX5H02	277490A000164585	24/02/2026	55414
BDW3J59	277490A000164594	24/02/2026	55411
FFM7A47	277490A000164583	24/02/2026	55414
FXL7F00	277490A000164581	24/02/2026	55414
PAY6I44	277490A000164589	24/02/2026	55680
RHK7I53	277490A000164596	24/02/2026	55411
RHS5D24	277490A000164577	24/02/2026	55680
SFO8G75	277490A000164588	24/02/2026	55411
TBO3J83	277490A000164580	24/02/2026	54521

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:18304399

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 04/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
CWI3H62	116100T002950309	31/12/2025	55411	R$ 195,23
TAR1C49	277490F000189677	28/10/2025	56732	R$ 130,16

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:A6F9F0DC

PROCURADORIA
TERMO DE ENCERRAMENTO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Considerando o Chamamento Público nº 01/2026 supracitado, certifica-se que o proponente realizou a entrega integral da documentação e certidões exigidas no Edital, dentro do prazo estabelecido e em conformidade com o disposto no Anexo II, cuja conferência e certificação são atestadas por este expediente.

Verificado o cumprimento integral das exigências do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, declaro encerrada esta fase processual.

Em face do exposto, determino a abertura do procedimento de inexigibilidade visando à contratação do imóvel em questão, em estrita observância às disposições da Lei 14.133/2021.

Paranavaí, 13 de março de 2026.

ANDRESSA ROMAGNA TOMIELLO
Diretora Especial de Gestão Ambiental
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:3FC99326

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 126/2024 (ACRÉSCIMO DE META FÍSICA)

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 126/2024
(ACRÉSCIMO DE META FÍSICA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024

4º (Quarto) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº 126/2024 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresa FVF ENGENHARIA LTDA, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado por delegação pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, **GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 1.326.292-26 PR e inscrito no CPF sob nº 101.727.179-81.
CONTRATADA: FVF ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.589.769/0001-52, com sede na Rua M3, nº 15, qd-27, lt-16, sl-11, Parque das Laranjeiras, Goiânia-GO, CEP 74.290-090,e-mail FVFENGENHARIA@HOTMAIL.COM, neste ato representada pelo sócio administrador, **ANTÔNIO PIRES PEREIRA NETO**, inscrito no CPF: 694.435.721-68.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Contratação de empresa especializada em Elaboração de projeto arquitetônico e complementares de engenharia em nível de detalhe executivo com especificações técnicas, Planilha de quantitativos, Planilhas de Composições de custos unitários de serviços, Cronograma Físico-financeiro, Memória de Cálculo dos quantitativos e Memorial descritivo para construção do Novo Centro Administrativo"**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO DE META FÍSICA
2.1. Através do presente aditivo, considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano através do Memorando nº 146/2026/SEDUR, o Parecer Jurídico nº

87/2026/PGM, o Parecer Técnico assinado pelos Fiscais, a anuência do Gestor do Contrato e, as declarações de adequação orçamentária e contrapartida, **promove o acréscimo dos itens**, representando acréscimo monetário no montante de **R$ 114.769,66 (cento e quatorze mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos)** para o período, conforme a Cláusula 16ª do Contrato nº 126/2024.

Parágrafo Único: Os custos provenientes do presente acréscimo serão cobertos com recursos provenientes da seguinte Contrapartida:
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - 08.001.04.121.0011.2.091 – 3.3390.39.05.00 (Serviços Técnicos Profissionais) – 000 – Recursos Ordinários Livres – REF1224.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. Após o acréscimo firmado através deste termo aditivo, o valor global atualizado do Contrato de Empreita Global nº 126/2024, para o período de 12 (doze) meses, passa a ser de: **R$ 471.477,82 (quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. A empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura deste aditivo, nova garantia de execução contratual ou garantia complementar a existente, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, no percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual atualizado, nos termos da Cláusula 8ª, do Contrato nº 126/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.

5.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 10460/2026/IPM.

5.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 126/2024).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 13 DE MARÇO DE 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano
Contratante

FVF Engenharia LTDA
REPRESENTADA POR ANTÔNIO PIRES PEREIRA NETO
Contratada

AUGUSTO JONAS FERNANDES BARBOSA
Fiscal

FERNANDA LIMA LANZIANI
Fiscal

LUCAS RUIZ DE SOUZA
Fiscal

SARA ANDRESSA CONSANI
Fiscal

RENAN VILANI DE CAMARGO
Gestor

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:ECAB7B53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: VTOMAS LTDA CNPJ: 44.735.088/0002-46
Endereço: AVENIDA Esplanada 315 – Vival dos Ipês – CEP 79.804-970 – DOURADOS / MS
E-mail: vtomasms2@hotmail.com
Telefone: 45 99861 3711
Nome do Representante: VANDERLEI TOMAS
CPF: 574.828.109-00

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
7 - Amoxicilina + Clavulanato 1 g+ 200 mg pó para suspensão injetável Cod. Br 271100	FRASCO AMPOLA		800	R$ 7,60	R$ 6.080,00
18 - Ciprofloxacino, cloridrato 2mg/ml - sistema fechado frasco ou bolsa com 100mL , equivalente a 200 mg - Uso EV. Cod BR 0292418	FRASCO/BOLSA		2.500	R$ 6,30	R$ 15.750,00
78 - CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO FRASCO OU BOLSA DE 250 ML. COD BR 0268236	FRASCO/BOLSA		25.500	R$ 2,90	R$ 73.950,00
Total do Lote:					R$ 95.780,00
Total do Fornecedor:					R$ 95.780,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e- mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____

VANDERLEI TOMAS

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:4B15062F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 / 2026
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
Fornecedor:
Empresa: A.D. DAMINELLI LTDA
CNPJ: 10.749.758/0001-80
Endereço: AVENIDA GENERAL ANDRADE NEVES, 1108 - JARDIM SAO JORGE, Paranavaí - PR, CEP 87.710-040
E-mail: arenitomed@gmail.com
Telefone: (44) 3062-2008, (44) 99128-4161 / 3423 0984
Nome do Representante: ALINE DIAS DAMINELLI VECHIATTO
CPF: 062.284.489-00
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES
1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
CLÁUSULA 3ª: OBJETO
3.1. O objeto desta Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde. CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS
4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo: Sem Lote.

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
10 - Benzilpenicilina Potássica Pó para Solução injetável 5.000.000 UI frasco ampola sem diluente. Cod BR 0270616	FRASCO AMPOLA	Blau	50	R$ 10,51	R$ 525,45
11 - Bicarbonato de Sódio Solução Injetável 8,4% ampola com 10ml (1 mEq/mL). Cod BR 0268222	AMPOLA	SANTEC	200	R$ 0,80	R$ 160,80
22 - Cloreto de Potássio 19,1% solução injetável ampola com 10ml (2,56 mEq/mL). Cod BR 0267162	AMPOLA	SANTEC	400	R$ 0,38	R$ 153,60
23 - Cloreto de Sódio 20% solução endovenosa ampola com 10ml. Cod BR 0267574	AMPOLA	SANTEC	1.600	R$ 0,37	R$ 587,20
51 - Lidocaína cloridrato, dosagem 2% (20 mg / g) apresentação geléia tubo 30 g COD BR 269846	BISNAGA	Pharlab Pharlab	600	R$ 4,42	R$ 2.654,40
63 - Ondansetrona, cloridrato 2mg/ml ampolas de 4 ml (equivalente a 8 mg). Cod BR 0268504	AMPOLA	Hipolabor	13.000	R$ 1,00	R$ 13.000,00
120 - ARISTAB 10 MG COMPRIMIDOS - ARIPIPRAZOL MARCA ACHÉ COD BR 364780	COMPRIMIDO	ACHE	675	R$ 4,30	R$ 2.900,48
121 - aristab 15mg comprimidos - aripiprazol marca Aché cod BR 284101	COMPRIMIDO	ACHE	450	R$ 7,27	R$ 3.271,95
122 - Aristab 30mg comprimdios - Aripiprazol marca Aché cod BR 286278	COMPRIMIDO	ACHE	450	R$ 21,94	R$ 9.873,00
124 - lexapro 15mg comprimidos - escitalopram marca Lundbeck cod BR 291772	COMPRIMIDO	LUNDEBECK	450	R$ 8,85	R$ 3.980,25
125 - pregabalina 75mg caps, G , referência ou similar intercambiável - cod BR 388712	CÁPSULA	globo	900	R$ 0,19	R$ 171,00
Total do Lote:					R$ 37.278,13
Total do Fornecedor:					R$ 37.278,13

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.
CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES
6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.
6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.
CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO
7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e- mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.
CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS
8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.
CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;
9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.
CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES
11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____
ALINE DIAS DAMINELLI VECHIATTO

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:5602E28B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 / 2026
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
Fornecedor:
Empresa: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ: 23.228.076/0001-74
Endereço: RUA DOUTOR MARIO CLAPIER URBINATTI, 1434 - JARDIM CANADA, CEP 87.080-120 - Maringá - PR
E-mail: licitacao@cmhfarmaceutica.com.br / vendas2@mhfarmaceutica.com.br
Telefone: (44) 3255-3774
Nome do Representante: LEANDRO ROSSONI
CPF: 068.074.369-39
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES
1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.
CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
CLÁUSULA 3ª: OBJETO
3.1. O objeto desta Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS
4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
49 - Levofloxacino 5mg/mL - sistema fechado bolsa com 100ml - equivalente a 500mg Uso EV. Cod BR 0332985	BOLSA	HALEX	600	R$ 8,55	R$ 5.131,56
				Total do Lote:	R$ 5.131,56
				Total do Fornecedor:	R$ 5.131,56

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.
CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES
6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.
CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO
7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.
CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS
8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.
CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;
9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.
CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES
11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____
LEANDRO ROSSONI

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:F80DFA83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA
CNPJ: 29.426.310/0001-54
Endereço: Rua Santos Dumont, 1750 – Loja 01 – Jardim Curitiba, Campo Mourão - PR, CEP 87.303-322 E-mail: cotacao@cirurgicaitamaraty.com.br
Telefone: (44) 99734-0076, (44) 3810-0492

Nome do Representante: ELISMAR DE SOUZA VIEIRA
CPF: 775.452.309-49

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
6 - Amiodarona, cloridrato Solução Injetável 50 mg/mL ampola com 3ml - Uso EV. Cod BR0271710	AMPOLA	Hipolabor	700	R$ 3,00	R$ 2.100,00
35 - Fenitoina Sódica Solução Injetável 50 mg/mL ampola com 5ml - Uso IM/EV. Cod BR 0267107	AMPOLA	Hipolabor	1.200	R$ 2,16	R$ 2.592,00
36 - Fenobarbital Sódico 100 mg/mL solução injetável ampola com 2mL - Uso IM/EV. Cod BR 0300725	AMPOLA	CRISTÁLIA	400	R$ 2,59	R$ 1.036,00
62 - Omeprazol Sódico frasco ampola 40 mg + diluente com 10mL. Cod BR 0268160	FRASCO AMPOLA	CRISTÁLIA	3.000	R$ 7,98	R$ 23.940,00
69 - Sulfato de Magnésio 10% injetável ampola 10 ml Cod. Br 268076	AMPOLA	Samtec	600	R$ 0,92	R$ 552,00
74 - Vancomicina, cloridrato pó para solução injetável, frasco ampola 500mg, EV sem diluente. Cod BR 0268540	FRASCO AMPOLA	Blau	800	R$ 4,79	R$ 3.832,00
133 - Sertralina, cloridrato 50 Mg comprimidos cod. BR 272365	COMPRIMIDO	Cimed	397.500	R$ 0,11	R$ 43.725,00
Total do Lote:					R$ 77.777,00
Total do Fornecedor:					R$ 77.777,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e- mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

____

ELISMAR DE SOUZA VIEIRA

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:4263C696

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI
CNPJ: 34.620.735/0001-30
Endereço: RUA Rafael Picoli, 978, Sala 03 – Centro – Cascavel/Pr - CEP 85.812-180
E-mail: gholdmed@hotmail.com
Telefone: 45 9937 9683 / 45 3306 7151

Nome do Representante: RODRIGO BATISTEL BARBOSA
CPF: 042.730.189-00

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
96 - Nimesulida 100mg comprimidos cod. BR 273710	COMPRIMIDO	globo	255.000	R$ 0,06	R$ 14.356,50
101 - Risperidona 1mg comprimidos cod. BR 272839	COMPRIMIDO	globo	145.500	R$ 0,08	R$ 11.494,50
102 - RISPERIDONA 2 MG COMPRIMIDOS COD. BR 268149	COMPRIMIDO	globo	247.500	R$ 0,09	R$ 22.027,50
104 - Sertralina, cloridrato 50 Mg comprimidos cod. BR 272365	COMPRIMIDO	globo	1.192.500	R$ 0,09	R$ 104.224,50
Total do Lote:					R$ 152.103,00
Total do Fornecedor:					R$ 152.103,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a

assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e- mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

RODRIGO BATISTEL BARBOSA

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:F4F6A3F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: SUPRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 14.792.179/0001-71
Endereço: RUA ALARICO DE FREITAS 282, Casa 1 - SAO TARCISIO, Juiz de Fora - MG, CEP 36.052-080

E-mail: distribuidorasupra@gmail.com

Telefone: (32) 98418-7779, (32) 2101-1567, (32) 3937-4392.

Nome do Representante: JOAO CARLOS FLORIANO BRAGA CPF: 975.636.766-00

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
106 - Topiramato 50mg comprimidos. Cod. BR 272850	COMPRIMIDO	EMS	195.000	R$ 0,07	R$ 13.650,00
Total do Lote:					R$ 13.650,00
Total do Fornecedor:					R$ 13.650,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e- mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	**PENALIDADE**	**PRAZO**
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

JOAO CARLOS FLORIANO BRAGA

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:A9E32402

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO **Nº 66/2026**

DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, por intermédio da **FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 79.698.304/0001-24, com sede localizada na Rua Guaporé, 2080, Centro, Paranavaí - PR neste ato representado pelo Diretor Presidente da Fundação Cultural, Senhor **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF 049.598.719-03, doravante denominado **contratante**, e de outro a empresa **52.442.157 RAFAELA MACHADO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 52.442.157/0001-70, estabelecida à Rua José Dantas de Lima, 127, Jardim Ipê, Paranavaí – PR, e-mail: rafaelamazutti@hotmail.com, neste ato representada pela **Sra. Rafaela Machado**, inscrita no CPF 431.641.878-58, doravante denominado **contratado**, acordam em celebrar o presente contrato administrativo, obedecidas as condições constantes no Edital de Chamamento Público n.º **09/2025** – Viva Cultura, e da proposta credenciada, documentos estes que fazem parte integrante do presente termo em todos os seus conteúdos mediante as cláusulas e condições seguintes:
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de profissionais da cultura, para realizarem apresentações e atividades artísticas e culturais, conforme demanda da Fundação Cultural, sendo a proposta credenciada a execução de apresentação de show do músico **Pedro Henrique Costa Ribeiro (Pedrão),** para a realização de apresentação musical na PÁSCOA MÁGICA, de acordo com o **item 12 - APRESENTAÇÃO MUSICAL (solo).**
VALOR: R$ 1.425,00 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais), correspondente a realização do serviço credenciado.
FONTE DE RECURSOS:
1840.17.1.2881.339039230000000000-0
PRAZO DE ENTREGA: As ações deverão ser realizadas conforme o estabelecido em Edital, dentro do território do município de Paranavaí, em eventos e ações da Fundação Cultural conforme convocação da mesma. A apresentação na **PÁSCOA MÁGICA** está prevista para ser realizada em **01 de abril de 2026, na Praça dos Pioneiros.**
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo vigorará pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.
FORO: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

RAFAELA MACHADO
Contratado

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:C8F7391B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 12620/2026

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais, conforme Ata de Registro de Preços nº 148/2025.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto desta Ata de Registro de Preços para aquisição de equipamentos médicos para suprir as demandas das Equipes Odontológicas e de Vigilância em Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,461836%** referente variação do IPCA no período de DEZEMBRO/2025 a DEZEMBRO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 148/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Fica atualizado o valor total (por item) da Ata de Registro de Preços, no valor estimado de **R$ 23.502,87 (vinte e três mil, quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos)** conforme segue:

Fornecedor: **CASSIA COUTINHO LUCAS**			
Item	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
3	1	R$ 23.502,87	R$ 23.502,87
Total R$ 23.502,87 (vinte e três mil, quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos)			

Parágrafo Segundo - O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à detentora da ata de registro de preços dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2025), datada de 12 de junho de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa:
CASSIA COUTINHO LUCAS
CNPJ: 14.487.450/0001-65
Endereço: Rua Doutor Miguel Barcelos, - Centro, Pelotas - RS, 96.015-150
E-mail: soekipo@hotmail.com
Telefone: (53)30252592 (53)984343144
Nome do Representante: CASSIA COUTINHO LUCAS
CPF: 817.696.280-53

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:A9696D04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
CREDENCIAMENTO DE FOOD TRUCK's, REBOQUES E PEQUENOS VENDEDORES DO RAMO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS PARA O EVENTO SURUQUÁ ROCK

O Município de Paranavaí, CNPJ 76.977.768/0001-81, através da Diretoria de Turismo e Eventos/Secretaria de Fomento Econômico e Inovação, torna público que se acha aberto, nesta unidade, situada a Rua Amapá, n.º 1800, Centro de Paranavaí, Estado do Paraná, o EDITAL DE CREDENCIAMENTO para o recebimento de inscrições de pessoas físicas e jurídicas do ramo de alimentação e bebidas, que sejam food truck, reboque e pequenos vendedores, que tenham interesse em participar do evento a ser realizado nos dias 27/03/2026 (19:00 ás 23:00 horas), 28/03/2026 (18:00 às 23:00 horas), utilizando o espaço público pré determinado para venda de seu produto alimentício ou bebidas, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
As inscrições serão realizadas exclusivamente mediante preenchimento de formulário online do "google forms", até o dia 23 de Março de 2026, ou até que alcance o limite máximo de 15 inscrições disponibilizadas.

1. OBJETO DO CREDENCIAMENTO PÚBLICO
1.1. Descrição. O objeto deste credenciamento é a possibilidade de utilização do espaço público delimitado na Praça dos Pioneiros de Paranavaí, para a venda de produtos de alimentação e bebidas, por pessoas físicas e jurídicas, através de food trucks, reboques ou pequenos vendedores nos dias 27 e 28 de Março de 2026 no evento "Suruquá Rock"
1.2. Vigência.
A inscrição para o objeto do presente credenciamento público, poderá ser realizada a partir da data da publicação deste Edital até o dia 23 de Março de 2026 ou até que alcance o limite máximo de 15 inscrições disponibilizadas.
2. INSCRIÇÕES E PROCEDIMENTO
2.1. Participantes.
Qualquer pessoa física, nacional ou estrangeira em situação regular no país, pessoa jurídica nacional, grupo de empresas nacionais e/ou de pessoas físicas nacionais ou estrangeiras em situação regular no país, poderá se habilitar para os fins do presente credenciamento público, desde que preencham alguns requisitos do presente edital e desde que atendidas as demais normas legais e preconizadas neste Edital.
2.2. Vedações.
Fica vedado:
2.2.1. A instalação dos food trucks, reboques e barracas/pontos de vendas:
2.2.1.1. Próximo a entrada do evento, ou estacionamento;
2.2.1.2. Fora do local estipulado pela organização.
2.2.1.3. Guardar lugar no espaço delimitado da praça de alimentação com cadeiras, fitas, cones ou qualquer outro meio de delimitar espaço. O espaço será definido pelos cadastrados de acordo com ordem de chegada e instalação de seu food truck, reboque ou pequeno vendedor.
2.2.1.3.1. Aquele que, antecipadamente, antes do horário previsto de entrada no espaço, adentrar à área delimitada para a praça de alimentação e realizar qualquer tipo de guarda de lugar, através de carrinhos, mesas, carros, reboques, cones cadeiras, fitas de isolamento ou qualquer outro meio que possa configurar forma de guarda de espaço, será aplicado a restrição para participação em eventos futuros de organização do município.
2.2.1.3.2. Fica impedido de sair do seu box para oferecer, vender ou entregar os produtos fornecidos. Caso seja notificado, o feirante ficará vedado de participar do próximo evento.
2.2.2. Fica impedido de utilizar o espaço público da área de praça de alimentação do evento para venda dos produtos alimentícios e bebidas, aquele que não tiver realizado sua inscrição no local indicado neste edital.
2.2.3. Fica impedido de utilizar o espaço público da área de alimentação do evento para venda dos produtos alimentícios e bebidas, aquele que solicitar sua inscrição fora do prazo estipulado, delimitado no tópico 1.2, da vigência.
2.2.4. Fica vedado a venda de produtos que não sejam alimentícios e bebidas, além de produtos ilícitos tais como drogas, explosivos, narcóticos controlados, armas de fogo, etc.
2.3. Requisitos de inscrição.
As inscrições poderão ser feitas por intermédio de link para formulário online que será disponibilizado pela Secretaria de Fomento Econômico e Inovação através da Diretoria de Turismo e Eventos.
2.3.1. A inscrição só será válida se o interessado preencher todos os campos dos formulários, online.
2.3.2. – Os formulários de inscrição conterão os seguintes campos:
a) nome completo do interessado;
b) nome da Pessoa Jurídica, caso seja;
c) CPF ou CNPJ do interessado;
d) endereço completo do interessado;
e) tipo de equipamento: food truck, reboque ou pequeno vendedor;
f) tipo de comercialização de alimento ou bebidas;
g) número de telefone celular;
h) endereço de e-mail;
i) Concordância com o campo de comparecimento do cadastrado no dia do evento.
2.4. Das Sanções
Por qualquer motivo não justificado, se o cadastrado não comparecer no dia do evento, ficará restrito a participação nos demais eventos realizados pela Administração Municipal.
2.4.1. A justificativa para caso de não comparecimento deverá ser realizada diretamente no site da Prefeitura Municipal de Paranavaí, (https://paranavai.atende.net/cidadao) através dos campos na seguinte ordem: AUTOATENDIMENTO, EMISSÃO DE PROTOCOLO, ACESSAR, entrar com login e senha. No campo "assunto", selecionar SEFOM – DIRETORIA DE TURISMO E EVENTOS, no campo "subassunto" selecionar REQUERIMENTO, no campo "descrição da solicitação", descrever o motivo pelo não comparecimento, conforme item 2.4.3.
2.4.2. O prazo para o protocolo será de até 05 (cinco) dias corridos após a data de realização do evento.
2.4.3. Só serão aceitas como justificativas o cadastrado que não participar pelos motivos:
2.4.3.1. Em caso de falecimento do cadastrado;
2.4.3.2. Em caso de Falecimento de parente ou cônjuge do cadastrado;
2.4.3.3. Em caso de atestado médico do cadastrado, parente de até 1º grau ou do cônjuge.
2.4.4. Em caso de alteração de data do evento pela organização, o cadastrado não sofrerá sanções deste artigo.
3. FINS PUBLICITÁRIOS.
Fica autorizada a utilização do nome do cadastrado para fins publicitários pela Prefeitura de Paranavaí durante e após o evento para fins de propaganda, sendo autorizada a menção nominal do cadastrado.
4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Prazos. Os prazos indicados neste Edital serão em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.
4.2. Comunicações. Quando não realizadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as comunicações serão efetuadas por mensagem enviada ao correio eletrônico informado na ficha de inscrição ou mediante mensagem através do aplicativo de comunicação Whatsapp, cabendo ao cadastrado o ônus de consultá-los ao longo do procedimento de credenciamento público.
4.3. Esclarecimentos.
4.3.1 A Prefeitura de Paranavaí disponibilizará tenda para abrigar a praça de alimentação, que será alocada em local pré-determinado pela organização na Praça dos Pioneiros de Paranavaí.
Os cadastrados deverão levar barracas, mesas, cadeiras e lixeiras OBRIGATORIAMENTE para compôr a estrutura de praça de alimentação e abrigar seus clientes.
4.3.2 Será permitido a entrada ao espaço destinado a Praça de Alimentação a partir das 13:30 horas do dia 27 de Março de 2026 com retirada até às 23:59 horas do dia 28 de Março de 2026, podendo ocupar o espaço até o término do evento, retirando seu equipamento após encerrado as atividades do dia.
4.3.3 Será disponibilizado pela Prefeitura de Paranavaí carga pequena de energia elétrica (padrão trifásico de 50 amperes) para ser dividido entre os credenciados, não sendo autorizado o uso de fritadeiras elétricas, sanduicheiras e ou qualquer equipamento a base de resistência elétrica, inclusive máquinas de crepes;
4.3.4 Não será disponibilizado pelo Município de Paranavaí qualquer tipo de extensão elétrica para ligação de equipamento dos credenciados;
4.3.5 Não será disponibilizado pelo Município de Paranavaí qualquer tipo de fornecimento de água, internet e segurança privada para a praça de alimentação, devendo cada cadastrado organizar sua forma de fornecimento desses serviços para o desenvolvimento de suas atividades através de geradores de energia, caixas d'água e demais ações caso necessitem.
4.3.6 A ordem de instalação dos credenciados será definida por sorteio, conforme o número de vagas. O box de instalação de cada credenciado será informado por meio de comunicação escolhido por esta Secretaria.
4.3.7 Dúvidas, impugnações ou solicitações de esclarecimentos deverão ser encaminhados através do correio eletrônico: fomentoeinovacaoparanavai@gmail.com.

4.4. Omissões.
Os casos omissos serão solucionados pela organização do evento
4.5. Foro. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste credenciamento público, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 16 de Março de 2026.

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Fomento Econômico e Inovação

Publicado por:
Felipe Cesca Vilasboa de Vasconcelos
Código Identificador:302DA636

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 508/2026

Dispõe sobre a exoneração, interina, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social.

Considerando *o processo digital nº 14129/2026, encaminhado pelo Gabinete do Poder Executivo;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar o servidor **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, Matrícula nº. 5483-3, do cargo em comissão, **INTERINO**, de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCE**, nomeado pela Portaria Municipal nº 2.522/2025, junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Parágrafo único. A exoneração do servidor citado no *caput* dar-se-á a partir de 13 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:AE0EB71F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 509/2026

Dispõe sobre a nomeação no cargo em comissão de Secretário Municipal de Comunicação Social – CCE, junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Considerando *o processo digital nº 14129/2026, encaminhado pelo Gabinete do Poder Executivo;*

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o senhor **AMAURI DE CARVALHO MARTINELI, C.P.F: 642.XXX.XXX-91**, no cargo em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCE**, junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social, a partir de 16 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:2BE229B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 510/2026

Autoriza a prorrogação de prazo da Sindicância Administrativa n° 004/2026, instaurada pela Portaria Municipal n° 358/2026.

Considerando *o Memorando nº 001/2026, encaminhado pela Comissão de Sindicância Administrativa;*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão da Sindicância Administrativa n° 004/2026, instaurada pela Portaria Municipal n° 358/2026, nos termos do art. 134, § 1°, da Lei Municipal n° 3.891/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:59173501

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 513/2026

Dispõe sobre a antecipação de férias da Procuradora-Geral do Município e dá outras providências.

***Considerando** o Processo Digital nº 13305/2026, que solicita antecipação de férias;*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Antecipar asférias da servidoramatrícula nº 11265-1, ocupante do cargo de Procuradora-Geral do Município, referentes ao período aquisitivo de 01/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º As férias antecipadas serão usufruídas no período de17 de março de 2026 a 26 de março de 2026, totalizando 10 (dez) dias.

Art. 3º Durante o período de afastamento, as atribuições da Procuradoria-Geral do Município serão exercidas na forma da legislação vigente, pelo Procurador-Geral adjunto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.(16.03.2026).

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:61B99310

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 1721 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.005.0243
ENDEREÇO: Rua Salgado Filho nº 467 – Jardim Curitiba
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R.M. CPF 391.XXX.XXX-06
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 06/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:537BDE62

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 15.429 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.051.0265
ENDEREÇO: Rua Mato Grosso, nº 1745 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: C.R.O - CPF 323.XXX.XXX-91
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal),

determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:87D6FDB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 17.203 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.051.0126
ENDEREÇO: Avenida Paraná, nº s/n – Jardim Ivaí
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: S.C.C- CPF 174.XXX.XXX-68
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D13E9F6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 47.532 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.062.0030
ENDEREÇO: Rua Bahia, nº 382- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: S.P. L.- CNPJ: 19.XXX.XXX/XXXX-11
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:2CF0DD95

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 37.905 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.080.0276
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor de Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.P.L.- CNPJ: 20.XXX.XXX/XXXX-52
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:849A3D20

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 006/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 34.165 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.251.0071
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor de Alencar Furtado, nº s/n – Chácaras Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.B.P- CPF: 234.XXX.XXX - 87
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:38114CB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 30.102 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.048.0362
ENDEREÇO: Rua Amazonas, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: G DA S. F- CPF: 853.XXX.XXX - 34
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da

Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:91884C25

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 29.765 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.038.0234
ENDEREÇO: Rua Serafim Afonso Costa nº 2565 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: W.R.DA SILVA- CPF: 078.XXX.XXX - 70
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:17E3F0CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 009/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 28.831 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.035.0310
ENDEREÇO: Rua Industrial Antônio Fachin nº 2507 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: L.C.G- CPF: 023.XXX.XXX - 20
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:0D0FA543

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 010/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.385 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.297.0114
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Chácaras Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.A.B.P. L. - CNPJ: 14.XXX.XXX/XXXX-74
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:8D657C6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 011/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 20.554 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.118.0387
ENDEREÇO: Rua Minas Gerais, nº 517 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.E.S - CPF: 448.XXX.XXX-59
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:A2859987

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 012/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 17.265 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.052.0325
ENDEREÇO: Rua Mato Grosso, nº 1825 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: L. DE P. - CPF: 475.XXX.XXX-34
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal),

determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:19BAEAE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 013/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 18.900 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.063.0379
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 67 – Jardim Antigo Aeroporto
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R.Z. - CPF: 035.XXX.XXX-17
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D4E9FB1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 17.210 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.098.0030
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 2999 – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: I.P.S.L. - CNPJ: 29.XXX.XXX/XXXX-42
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido
.
Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D9627B2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 15.225 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.283.0126
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Chácara Jaraguá
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R. M. DA SILVA H. - CPF: 755.XXX.XXX-91
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:68B9DB9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 016/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 11.313 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.008.0305
ENDEREÇO: Rua Salgado Filho, nº s/n – Jardim Santa Eugênia
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.E.R. - CPF: 276.XXX.XXX-00
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 06/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:62E7AF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 017/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 11.063 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.050.0295
ENDEREÇO: Rua Mato Grosso nº 1599 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M. A. P. DE A. J. - CPF: 055.XXX.XXX-97
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:EE114EBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 018/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 6773 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.299.0032
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado nº s/n – Jardim Europa
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: P. A. DE B. P. L. - CNPJ: 18.XXX.XXX/XXXX-09
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:A4B85FE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 019/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 3614 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.006.0479
ENDEREÇO: Rua Paraíba, nº 2055 – Jardim Curitiba
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.R. DE A. – CPF: 631.XXX.XXX-20
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 07/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D099BA72

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 020/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 11460 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.052.0382
ENDEREÇO: Rua Mato Grosso, nº 1815 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E. de G. C. V – CPF: 004.XXX.XXX -72
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:7804B430

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 021/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 12191 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.023.0068
ENDEREÇO: Avenida Salvador, nº 565- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: I.R.P.M – CPF: 793.XXX.XXX-91
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:448999A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 022/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 15084 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.098.0045
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.S.B – CPF: 389.XXX.XXX-87
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal

estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:41A695AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 023/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 15430 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.001.0074
ENDEREÇO: Avenida Rio Grande do Norte, nº s/n - Jardim Santo Antônio
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: L. DA.S. A – CPF: 175.XXX.XXX-34
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 07/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:3A0F708C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 024/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 15545 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.011.0224
ENDEREÇO: Rua Guaporé, nº s/n – Jardim Eneuvair
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: L.M. – CPF: 003.XXX.XXX-15
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 07/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:7453313F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 025/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 21990 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.118.0303
ENDEREÇO: Avenida Paraná, nº s/n – Jardim Ibirapuera
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.A.N – CPF: 446.XXX.XXX-04
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:F99B310C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 026/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 23875 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.032.0060
ENDEREÇO: Rua Curitiba, nº 2360 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.P.V.P – CPF: 046.XXX.XXX-33
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D89B7AFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 027/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.386 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.297.0249
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n Chácaras Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.A.DE.B.P.LTDA – CPF: 14.XXX.XXX/XXXX-74
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:C2B29ACE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 028/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.641 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.037.0070
ENDEREÇO: Rua Industrial Antônio Fachin, nº 2660- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.C.M – CPF: 281.XXX.XXX-72
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:6F536FDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 029/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 30.362 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.076.0310
ENDEREÇO: Rua Antônio Felipe nº 445- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.S.S.G. – CPF: 058.XXX.XXX-68
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:986AA9DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 030/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 30.478 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.051.0397
ENDEREÇO: Rua Dr. Sylvio Vidal Coelho Leite Ribeiro, nº 1851 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E. DE E. P.DE.C. – CPF: 280.XXX.XXX-91
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:212D3956

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 031/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 30.774 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.155.0278
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim Iguaçu
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R.F.G. – CPF: 391.XXX.XXX-68
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:FCE26C86

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 032/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 37.906 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.080.0289
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.P.L. – CNPJ: 20.XXX.XXX/XXXX-52
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima

identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:5AFE9148

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 033/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 13301 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.005.0250
ENDEREÇO: Rua Santa Catarina, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: C.S.P.S. – CNPJ: 76.XXX.XXX/XXXX-45
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:B6167373

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 034/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 6318 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.026.0177
ENDEREÇO: Rua Sr. Sylvio Vidal Coelho Leite Ribeiro, nº 1618 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: G.C.I.A.B.L. – CNPJ: 21.XXX.XXX/XXXX-70
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação

do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:DC0AA290

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 035/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 5141 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.032.0075
ENDEREÇO: Rua Curitiba, nº 2379 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: P.I.P.L. – CNPJ: 20.XXX.XXX/XXXX-07
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:FCA45AA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 036/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 4330 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.033.0304
ENDEREÇO: Rua Marechal Cândido Rondon, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R.M.R.S. – CPF: 020.XXX.XXX-66
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:427A1ED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 037/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.421 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.041.0137
ENDEREÇO: Avenida Belo Horizonte, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.G.C.V. – CPF: 004.XXX.XXX-72
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima

identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:7CE80076

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 038/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 49.225 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.052.0014
ENDEREÇO: Rua Serafim Afonso Costa, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: P.G.S.S. – CPF: 039.XXX.XXX-02
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:627BBCEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 039/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 11.389 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.078.0075
ENDEREÇO: Rua Antônio Felipe, nº 594- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: H.T.H – CPF: 901.XXX.XXX-04
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação

do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:4C675A64

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 040/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.824 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.118.0318
ENDEREÇO: Avenida Paraná, nº s/n- Jardim Ibirapuera
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: J.C.R.J. – CPF: 064.XXX.XXX-85
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:5E547A64

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 041/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 37.902 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.080.0237
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n- Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.P.L. – CNPJ: 20.XXX.XXX/XXXX-52
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:A61306C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 042/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 22.924 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.283.0066
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n- Chácaras Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: G.M.C. – CPF: 055.XXX.XXX-01
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou

utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:99750DB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 043/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26382 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.297.0191
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n- Chácaras Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.A.B.P.L. – CNPJ: 14.XXX.XXXX/XXXX-74
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:E3F0FB75

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 044/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 37907 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.080.0302
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor de Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A. P. LTDA-ME. – CNPJ: 20.XXX.XXXX/XXXX-52
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:492FD702

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 045/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 24770 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.098.0060
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n-Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.S.B. – CPF: 389.XXX.XXX-87
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:F5A6F8DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 046/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 21269 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.110.0140
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n-Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: J.A.C.B. – CPF: 698.XXX.XXX-00
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:9E6F559D

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 047/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 8914 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.222.0048
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n-Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: V.C.V. – CPF: 894.XXX.XXX-72

DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:25053D12

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 048/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 11313 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.008.0253
ENDEREÇO: Rua Salgado Filho, nº s/n- Jardim Santa Eugênia
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: E.E.R. – CPF: 276.XXX.XXX-00
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 07/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.
Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.
A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.
Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.
Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:18340498

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 049/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 25.055 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.033.0146
ENDEREÇO: Avenida Belo Horizonte, nº s/n- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.G.F. – CPF: 025.XXX.XXX-08
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão

do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:022CAA1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 050/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 45.265 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.035.0162
ENDEREÇO: Rua Guaporé, nº 1074- Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.H.C.P. – CPF: 055.XXX.XXX-84
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.
A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:DBD3C131

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 051/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 46.572 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.038.0140
ENDEREÇO: Rua Guaporé, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: C.S.J. – CPF: 077.XXX.XXX-61
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:6082A966

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 052/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 8467 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.043.0397
ENDEREÇO: Rua Paraíba, nº 1211 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.L.B. – CPF: 007.XXX.XXX-44
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:E2FCBA82

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 053/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 48.953 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.051.0250
ENDEREÇO: Rua Mato Grosso, nº s/n - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.M.R. – CPF: 532.XXX.XXX-78
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:591C3DBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 054/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 38.357 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.075.0310
ENDEREÇO: Rua Antônio Felippe, nº 565 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: J.S.A.I.L. – CNPJ: 10.XXX.XXX/XXXX-48
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:CD47F20F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 055/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 25.416 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.078.0383
ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas, nº 545 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: J.F. – CPF: 015.XXX.XXX-78
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:B807E0ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 056/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 22.986 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.114.0086
ENDEREÇO: Avenida Paraná, nº 840 - Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.A.N. – CPF: 446.XXX.XXX-04
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:C8D8D9AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 057/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 19.849 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.282.0052
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n - Chácara Jaraguá
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.A.B.P.L. – CNPJ: 14.XXX.XXX/XXXX-74
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:A5A99644

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 058/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.377 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.297.0084
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim Ivaí
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: C.M.S.L. – CPF: 442.XXX.XXX-87
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:4BFC7020

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 059/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.384 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.297.0221
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Chácaras Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.A.B.P.L. – CNPJ: 14.XXX.XXX/XXXX-74
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima

permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:304A1D07

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 060/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 5048 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.299.0019
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim Europa
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: P.A.B.P.L. – CNPJ: 18.XXX.XXX/XXXX-09
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:50692BC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 061/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 37.904 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.080.0263
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.P.L. – CNPJ: 20.XXX.XXX/XXXX-52
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:E763A84F

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 062/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 15.431 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.001.0058

ENDEREÇO: Rua Rio Grande do Norte, nº s/n – Jardim Santo Antonio
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: F.S.C. – CPF: 367.XXX.XXX-91
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 15/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:B7E2677B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 063/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 30.507 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.005.0283
ENDEREÇO: Rua Salgado Filho, nº s/n – Jardim Curitiba
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.C.M.F. – CPF: 186.XXX.XXX-72
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:532D24F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 064/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 28.552 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.024.0164
ENDEREÇO: Rua Ettore Giovine, nº 2830 – Jardim Heriane
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.C.Z. – CPF: 272.XXX.XXX-08
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a

tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:E7983A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 065/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 8015 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.033.0249
ENDEREÇO: Rua João Batista Machado, nº 777– Jardim Tupanceretan
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: S.M.A. – CPF: 033.XXX.XXX-96
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:022FF76E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 066/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 22.926 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.003.0177
ENDEREÇO: Rua Dr. Sylvio Vidal Coelho Leite Ribeiro, nº 1370 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: V.F.S. – CPF: 168.XXX.XXX-20
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:9D39FF1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 067/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.

MATRÍCULA: 44159 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.014.0051
ENDEREÇO: Rua Guaporé, nº 972 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R.A.G.B. – CPF: 442.XXX.XXX-00
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:891A4859

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 068/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 52.531 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.018.0280.001
ENDEREÇO: Rua Curitiba, nº 2253 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.I. – CPF: 012.XXX.XXX-53
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 13/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:FD9EDAA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 069/2026/SEDUR

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 069/2026/SEDUR
ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 49.224 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.052.0030.001
ENDEREÇO: Rua Serafim Afonso Costa, nº 1808 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: P.G.S.S. – CPF: 039.XXX.XXX-02
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal),

determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:0B470FBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 070/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 25.417 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.078.0367.001
ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas, nº 545 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: J.F. – CPF: 015.XXX.XXX-78
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:8E71DC2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 071/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 21.731 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.01.099.0075.001
ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas, nº 580 – Centro
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: I.I.D. – CPF: 681.XXX.XXX-53
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:F542F00A

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 072/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.350 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.053.0123
ENDEREÇO: Avenida Paraná, nº 1360 – Chácara 36
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.H.D.A.P.L. – CNPJ: 02.XXX.XXX/XXXX-61
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:3BA1DABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 073/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 28.467 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.257.0687
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 0 – Vila Mara e Chácara
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.C.A.I.L. – CNPJ: 10.XXX.XXX/XXXX-96
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:5C2BFE3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 074/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 26.383 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.02.297.0206
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Chácara Diversas
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.A.B.P.L. – CNPJ: 14.XXX.XXX/XXXX-74
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da

Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:8D8F2362

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 075/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 42.287 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.079.0228
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: S.S. – CPF: 330.XXX.XXX-53
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:F582A29A

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 076/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 37.903 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.04.080.0250
ENDEREÇO: Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, nº s/n – Jardim São Jorge
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: A.P.L. – CNPJ: 20.XXX.XXX/XXXX-52
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 14/10/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:4B6B590E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 077/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 7.691 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.013.0052
ENDEREÇO: Avenida Rio Grande do Norte, nº 2194 – Jardim Ivaí
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: M.M.S. – CPF: 458.XXX.XXX-68
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:0764285B

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 078/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 14.660 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.001.0165
ENDEREÇO: Rua Ettore Giovine, nº s/n – Jardim Santo Antônio
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: L.C.M. – CPF: 175.XXX.XXX-68
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:3171C341

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 079/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 4.471 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.007.0389
ENDEREÇO: Rua Albino Silva, nº 57 – Jardim Santa Eugenia
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: L.G.A.A. – CPF: 088.XXX.XXX-04
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:25D78444

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 080/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 21.915 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.020.0115
ENDEREÇO: Rua Salgado Filho, nº s/n – Jardim Tupanceretan
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: D.S.R.S. – CPF: 117.XXX.XXX-51
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:063C2B23

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 081/2026/SEDUR

ASSUNTO: Averbação da notificação de parcelamento, edificação ou utilização compulsório na matrícula do imóvel.
MATRÍCULA: 11.715 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Paranavaí
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA DO IMÓVEL: 01.03.025.0391
ENDEREÇO: Rua Ettore Giovine, nº 2885 – Jardim Heriane
PROPRIETÁRIO/CONTRIBUINTE: R.G.P. – CPF: 571.XXX.XXX-15
DATA DA NOTIFICAÇÃO: 10/11/2025

Decisão: Trata-se de extrato de decisão administrativa final proferida no âmbito do processo em epígrafe, instaurado para verificar o cumprimento das obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) impostas ao imóvel acima identificado, nos termos da legislação urbanística vigente e do Plano Diretor do Município.

Após regular trâmite processual e garantido o contraditório e a ampla defesa, constatou-se o não atendimento à notificação para o cumprimento da função social da propriedade dentro do prazo legal estabelecido. O proprietário não apresentou projeto aprovado de edificação nem demonstrou a efetiva utilização do imóvel, mantendo-o em situação de ociosidade, subutilização ou vazio urbano.

Diante do exposto e com fundamento arts. 182, §4º, da Constituição Federal, arts. 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como nos arts. 85 a 90 da Lei Complementar Municipal nº 89/2025 (Plano Diretor Municipal de Paranavaí) e art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002 (Código Tributário Municipal), determina-se a aplicação da alíquota progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre o referido imóvel.

A progressividade fiscal incidirá a partir do exercício fiscal de 2027, mediante a aplicação da majoração da alíquota base, conforme a tabela de progressão prevista no art. 149, §1º da Lei Municipal nº 2384/2002, até que o proprietário cumpra a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel, ou até que se atinja a alíquota máxima permitida pela legislação, observado o limite de cinco anos consecutivos.

Determina-se o encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal da Fazenda para as devidas anotações no cadastro imobiliário, a emissão do lançamento tributário com a nova alíquota majorada e a notificação do sujeito passivo para ciência desta decisão e pagamento do tributo devido.

Paranavaí, 16 de março de 2026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:024467E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.781/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27781 de 13 de março de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1659)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 805.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1656)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO		
Unidade Orçamentária: 13.002 (1657)	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	
Funcional Programática: 13.002.0006.0181.0015.2086	**Atividade:** Atividades de Patrulhamento - FUMTRAN	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00509 - Gerenciamento de Trânsito	R$ 95.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 1.000.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 13 de março de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:3BA07380

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Concede o Prêmio "Mulher Destaque" à Senhora Loreni Fenalti da Costa.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Prêmio "Mulher Destaque" à Senhora Loreni Fenalti da Costa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 16 de março de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:91D5887F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 – PROCESSO Nº 35/2026 COMPRA ELETRÔNICA Nº 90009/2026

OBJETO: Implantação de Sistema de Registro de Preços para futura, eventual e fracionada aquisição de insumos destinados à realização de exames de gasometria arterial, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Posto de Coleta Municipal; atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pato Branco-PR
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 61.166,07
DATA DE ABERTURA: 31 de março de 2026, às 09h00, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras.
O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto ao Setor de Licitação da Setor de Licitação da Secretaria de Saúde, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min, na Rua Afonso Pena n.º 1.941, Anchieta, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: https://patobranco.pr.gov.br/ https://www.gov.br/compras / https://www.gov.br/pncp/pt-br . Demais informações, fones: (46) 3213-1700, e-mail: licitacaosaude3@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 16 de março de 2026.

MARIANE APARECIDA MARTINELLO -
Pregoeira

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:2DA7D686

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/43/45/46/47/50/53/56 E 61/2026. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 75/2025 - PROCESSO Nº 147/2025.

OBJETO: O Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza, para atender às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Anvax Company Higiene e Perfumaria Ltda. CNPJ/MF: 34.346.501/0001-46. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.089,90. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 16 de março de 2026. Gianlucca Celeghin - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Biesek Comércio e Distribuição de Embalagens Ltda. CNPJ/MF: 04.131.427/0001-80. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 509.103,93. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 16 de março de 2026. Luiz Carlos Biesek - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Campo e Casa Utensílios e Máquinas Agrícolas Ltda. CNPJ/MF: 27.409.512/0001-62. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 3.810,00. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 16 de março de 2026. Roger Wllian Desorde Debona - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Campos Soluções Atacadistas Ltda. CNPJ/MF: 60.915.736/0001-11. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.506,34. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 13 de março de 2026. Fabiane Alano de Campos Castilhos - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Cleanvitta Comércio e Representações Ltda. CNPJ/MF: 57.615.836/0001-18. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$

11.574,60. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 16 de março de 2026. Julia Alves Boeira Da Silva - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Ecoopel Comercio Varejista e Atacadista De Produtos de Limpeza Ltda. CNPJ/MF: 26.926.117/0001-94. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 783.636,05. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 12 de março de 2026. Cleber Tadeu Bridi - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Industria Fenix Corte a Laser Ltda. CNPJ/MF: 13.759.849/0001-95. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.407,78. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 13 de março de 2026. Leandro de Marchi - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. Karla Karoline Fontes Meneses. CNPJ/MF: 13.759.849/0001-95. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.407,78. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 16 de março de 2026. Leandro de Marchi - Representante Legal. Geri Natalino Dutra - Prefeito. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2026. Partes: Município de Pato Branco. CNPJ/MF: 76.995.448/0001-54. New Regly Ltda. CNPJ/MF: 03.448.836/0001-41. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.037,00. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 12 de março de 2026. Josiel Wellington Regly - Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA -
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:FB7710A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO TERMO DE ADITAMENTO Nº 01/2026 – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 100/2025. CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Associação Esportiva Pato Futsal.OBJETO: A execução de propostas ou projetos apresentados pela PROPONENTE, mediante o Plano de Trabalho em anexo, compreendendo transferências voluntárias de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, para consecução de finalidade de interesse público durante o exercício de 2025, visando o fomento de modalidades Esportivas não profissionais de Pato Branco.**ADITAMENTO:** Redução de Valores, com fundamento no Art. 42, inciso I, alinea “b” do Decreto Municipal 9.309/2022, fica suprimida a rubrica 3.3.90.39.88, correspondente ao valor de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil) que corresponde ao percentual de 10,8% do valor original do Termo de Colaboração, constante na Cláusula Sétima e no Item 9 do Plano de Trabalho, reduzindo o valor total de R$ 500.000,00 (quinhentos mil) para R$ 446.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil). Da Alteração, com fundamento no Art. 42, II, alínea “b” do Decreto 9.309/2022, fica alterado o Termo de Colaboração, na Cláusula Quinta, inciso II e o Plano de Trabalho, no Item 9 – Cronograma de Desembolso e Previsão de Receitas, em razão da redução de valores, com a finalidade de adequação ao valor atualizado de R$ 446.000,00 (quatrocentos e quarenta e seis mil) passando o cronograma de repasse a vigorar conforme segue: · O valor de R$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais) foi pago integralmente mediante Documento de Arrecadação – DARM, GUIA NR: 16595 /2026, no dia 26/02/2026, conforme comprovante juntado no Despacho 10 dos autos Processo Administrativo nº 1.063/2026. · O restante do valor de R$ 30.900 (trinta mil e novecentos) será descontado na parcela vincenda de nº 7(sete). Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente Termo. Pato Branco, 09 de Março de 2026.

GERI NATALINO DUTRA
Prefeito.

RICARDO JOSÉ CARNIELETTO
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:0E1FD21D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2026 PROCESSO Nº 36/2026.

O Município de Pato Branco torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 01 de abril do ano de 2026, na plataforma https://bnccompras.com/Home/Login, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Pioneiro Narciso Bernardi	Pavimentação CBUQ	25.692,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Pato Branco e na plataforma https://bnccompras.com/Home/Login. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Pato Branco, 16 de março de 2026.

THAIS LOVE PERES
Agente de Contratação

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:E5A9DD5B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N° 75/2025. PROCESSO Nº 147/2025

Retificação da publicação que circulou no dia 12/03/2026. Edição 3487. Onde se lê: Ata de Registro de Preços n° 54/2026. Valor total de R$ 52.888,54. **Leia-se**: Ata de Registro de Preços n° 54/2026. Valor total de R$ 84.724,32.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:EAAAA520

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 209, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, “b”, ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 6.460, de 04 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS Carolina Ferrari Amadori.

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir a servidora pública **ALINE MAIARA DEMETRIO SANTOS**, Matrícula nº 10492-2, ocupante do cargo de Psicóloga, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Carolina Ferrari Amadori.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:CA2ECDB0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 210, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 6.460, de 04 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS Carolina Ferrari Amadori.

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir a servidora pública **PAHOLA AUGUSTA WERLICH PREILIPPER**, Matrícula nº 10781-6, ocupante do cargo de Psicóloga, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Escola Municipal Rocha Pombo.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C8EFAB2A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 211, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 7º da Lei Municipal nº 5.527, de 3 de junho de 2020, e considerando o contido no Processo Administrativo nº 853, de 22 de janeiro de 2026 da Procuradoria Jurídica;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir em 50% (cinquenta por cento) a carga horária da servidora pública **MAIARA PEREIRA PASSIETCHNU,** Matrícula nº 8947-8, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil 40h, função Professora de Educação Infantil 40h – Superior, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:2CB58ACB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 212, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP 2025/2026, considerando o Despacho nº 01 do Setor de Segurança do Servidor, contido no Protocolo RH nº 7.538 de 12 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) a servidora pública efetiva **GILVANE HERMANN TONION,** Matrícula nº 6815-2, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Merendeira, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:91321989

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 213 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial para atendimento da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.419/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, anteriormente convocados pelo Edital de Convocação nº 004/2026 e pela Portaria de Convocação nº 174 de 26 de fevereiro de 2026, para posse em função pública junto ao Município de Pato Branco, conforme abaixo relacionado:

FUNÇÃO PÚBLICA: PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS- 20 HORAS	
CANDIDATO (A)	**COMUNICAÇÃO**
Monica Santini de Oliveira Doki	Final de lista
Larissa de Quadros	Final de lista

Art. 2º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, anteriormente convocados pelo Edital de Convocação nº 002/2026 e pela Portaria de Convocação nº 104 de 04 de fevereiro de 2026, para posse em função pública junto ao Município de Pato Branco, conforme abaixo relacionado:

FUNÇÃO PÚBLICA: PROFESSOR DE APOIO - 20 HORAS	
CANDIDATO (A)	**COMUNICAÇÃO**
Leonete de Godoy	Não entrou em exercício
Roseli Mattos Turmina	Não entrou em exercício

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:21B1FB93

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 214, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, homologado pelo Edital nº 018, de 17 de dezembro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial para atendimento da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.419/2025; e considerando o contido no Memorando nº 39.170, de 23 de dezembro de 2025 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como a Portaria Torna sem Efeito nº 213/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 003/2025, para ocupar função pública no Município de Pato Branco, conforme segue:

FUNÇÃO PÚBLICA	PROFESSOR INTERPRETE DE LIBRAS		
CANDIDATO	CLASSIF. A.C	P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Gigliane Patrícia Passos de Andrade	4º	-	-
Iliane Selzlein	5º	-	1º

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no artigo anterior implicará na **perda do direito à nomeação,** conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:A2913740

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 215, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 5.280, de 24 de fevereiro de 2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública efetiva **CRISTINA DENISE ALVES VARGAS,** matrículas 7086-6 e 6628-1, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h – F6, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, da Escola Municipal Santos Dumont, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Administração.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:7DE4E4D8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 216, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. art.s 59, II e 64, § 2º da Lei Municipal nº 5.250 de 30 de novembro de 2018 e considerando o contido no Memorando nº 5.280, de 24 de fevereiro de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora pública efetiva **CRISTINA DENISE ALVES VARGAS,** matrículas 7086-6 e 6628-1 para o cargo de provimento em comissão de Chefe da Seção Multidisciplinar, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Para o exercício da função e efeitos de remuneração, a servidora nomeada perceberá o vencimento do cargo efetivo, acrescido de eventuais vantagens de caráter permanente e de função gratificada – FG11.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos a partir de 03 de março de 2026.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:FC7A7D5E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 217, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 6.996, de 09 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o servidor público efetivo **VILMAR DE SOUZA NUNES**, Matrícula nº 5191-8, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, para a Secretaria Municipal de Agricultura – Garagem Municipal.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:EDE19BDF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 68, § 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, com alterações dadas pela Lei Municipal nº 6.490, de 13 de outubro de 2025, considerando o Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP 2025/2026, considerando o contido no Memorando 28.601 de 18 de setembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade no montante de 20% (vinte por cento) a servidora pública efetiva **KATIA CILENE VARIANI,** Matrícula nº 5502-6, ocupante do cargo de Professora, função Professora de Educação Física 20h - F, lotada junto à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:99D469DF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 219, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 004/2025, homologado pelo Edital nº 17 004/2025, de 24 de fevereiro de 2025; considerando a necessidade de provimento de vagas temporárias em regime especial para atendimento da rede pública municipal de ensino previstas na Lei Municipal nº 6.442/2025; e considerando o contido no Memorando nº 34.907/2025, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, contido nos despachos 61 à 66/2026.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, regido pelo Edital nº 004/2025, para ocupar função pública **Instrutor de Aprendizagem** no Município de Pato Branco, **conforme as oficinas abaixo**:

Apoio Pedagógico (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Maria Ramos Pinheiro	1º	-	-
Poliane Fontana	2º	-	-
Carla Baroni	3º	-	-
Emanuelly da Costa Silva	16º	1º	-
Cleandra Fontoura de Freitas	68º	-	1º
Maviane Leticia Neumann Da Silva	4º	-	-
Ivone Faust	5º	-	-
Roseli Fernandes	6º	-	-
Cicero dos Santos Pinheiro	7º	-	-
Kauany Gabrieli Siebre	8º	-	-

Apoio Pedagógico (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Maria Eduarda Cottet	1º	-	-
Jheniffer Maciel	2º	-	-
Emanuelly da Silva	3º	-	-
Rosemary Tereza Pallaoro	4º	-	-
Gisele Dambros	27º	-	1º
Vitória Aragão Cardona	5º	-	-
Juliana Verginio Biava Ortigara	6º	-	-
Tais Magna Celso	7º	-	-
Kauane Carneiro Nunes	8º	-	-
Maria Fernanda Pinto Guedes	9º	-	-

Arte Circense (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Aline Frider Schermer	1º	-	-

Artes Plásticas (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Angela Maria Ramos da Silva	1º	-	-

Artesanato (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Gustavo Alisson da Silva	1º	-	-
Naodieli Regina Bach Novello	2º	-	-
Tatielli F. dos Santos	3º	-	-
Vanessa Lora	4º	-	-

Dança: Ballet Clássico (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Bianca Bortot Cadore	1º	-	-
Isadora Cristina Nesello	2º	-	-

Danças Urbanas (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Maisa Rodrigues dos Santos	1º	-	-
Adriano Chagas Junior	2º	-	-
Hudson Guedes de Oliveira	3º	-	-
Kalana Pellizzaro Alves	4º	-	-
Andrei Fabiano Vieira	5º	-	-

Desenho Realista (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Rafael Garcia	1º	-	-
Andre Lucas de Couto	2º	-	-
Lucas Eduardo Lorini	3º	-	-

Música: Corda, Percussão e Sopro (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Samuel Vinicius Rotermel	1º	-	-

Música: Teclado (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Paulo Jurandir Ferreira	1º	-	-

Música: Violino (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Geovana Maieski	1º	-	-

Teatro (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Letícia Maria Muller	1º	-	-
Alice Carolina Silveira Zucho	2º	-	-

Contação de História (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Jessica Galera	1º	-	-
Sofia Bach	2º	-	-
Milena Pereira	3º	-	-
Érica da Rocha Cadena	4º	-	-
Giovana da Silva	5º	-	-

Cuidado Ambiental (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Christine Suzin	1º	-	-

Língua estrangeira: Espanhol (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Tamires Terres Skorek	1º	-	-
Andressa Bomkoski Fiuza	2º	-	-

Oficina Criativa (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Waleria Racoski de Lima	1º	-	-
Isadora Cristina Valendolf Carini	2º	-	-
Luiza Sampaio de Lima	3º	-	-
Rosali Mendes Uchida	4º	-	-
João Cleber dos Santos	5º	-	-
Natieli Pereira Waltrick Muller	6º		

Prática Laboratorial (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Claudia Fieira	1º	-	-
Kaueli Aline Cerbaro	2º	-	-

Recreação: Orientador de Atividades de Lazer e Recreação Desportivas (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Tania Regina Neuberger	1º	-	-
Daiane Cristina Pontes	2º	-	-
Fernanda Maccari	3º	-	-
Fernanda Aparecida Tonet	4º	-	-

Robótica (Superior)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Vinicius Henrique Kieling	1º	-	-
Lucas Calado Bresolino	2º	-	-

Robótica (Médio)

CANDIDATO	CLASSIF. A.C	CLASSIF. P.P.P	CLASSIF. P.C.D
Cacio Jose Gazola	1º	-	-
Kathleen Karoline Kemer Silva	2º	-	-

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:CC07D09B

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.822, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
17.05	**FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO**	
19	**Ciência e Tecnologia**	
19.572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	
19.572.0068	**Gestão dos Recursos do Fundo de CTI**	
2.616	Manutenção do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia	
3.3.90.39 –000 (27055)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	35.000,00

Total	**35.000,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias do exercício de 2026, conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
17	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	
17.05	**FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TEC. E INOVAÇÃO**	
19	**Ciência e Tecnologia**	
19.572	**Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia**	
19.572.0068	**Gestão dos Recursos do Fundo de CTI**	
2.616	Manutenção do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia	
3.3.90.18 –000 (27053)	Auxílio Financeiro a Estudantes	15.000,00
3.3.90.30 –000 (27054)	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.48 –000 (27056)	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	15.000,00

Total	**35.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:27BB4248

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.823, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Prorroga o prazo de validade do concurso público regido pelo Edital nº 003/2024, destinado ao provimento cargos efetivos de nível fundamental, médio, técnico e superior n âmbito do Município de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXV, na forma do art. 62, I, "o", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 37, III, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012, no item 1.8 do Edital de Concurso para Emprego Público nº 003/2024, homologado por meio da Portaria nº 433, de 3 de junho de 2024;
Considerando a necessidade de recomposição do quadro de pessoal efetivo, em razão da redução gradativa do número de servidores decorrente de aposentadorias, exonerações, falecimentos e demais hipóteses de vacância previstas em lei, a fim de assegurar condições adequadas para o pleno funcionamento das atividades administrativas e para a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados pelo Município; e
Considerando o contido no Memorando nº 7.739, de 13 de março de 2025, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos, até 3 de junho de 2028, o prazo de validade do concurso público consubstanciado no Edital nº 003/2024, destinado ao provimento de cargos efetivos de nível fundamental, médio, técnico e superior do quadro de pessoal do Município de Pato Branco, para o provimento de vagas que houver cadastro de reserva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:CB1D9DCE

SECRETARIA DE GABINETE
EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO Nº 08/2026

PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PATO BRANCO - ACEPB**
OBJETO:	O objeto do presente Termo consiste na doação, sem encargos, do licenciamento ambiental por meio do formato Licença Ambiental Simplificada – LAS, junto ao Instituto Água e Terra – IAT, assim como a elaboração do inventário florestal objetivando a autorização de supressão vegetal e Programa de Afugentamento de Fauna dos trechos 01 e 02 da BR 158 atualmente Avenida Frei Policarpo e trecho da PR 493.
GERI DUTRA Prefeito Municipal	

*** Republicado por erro material**

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:93C49CB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O (a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75,§ e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
1) Homologar e Adjudicar a presente Licitação nos termos: a) Processo nº 9/2026; b) Licitação nº 6/2026 IL; c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação; d) Data de Homologação : 13/03/2026; e) Objeto da Licitação: Inscrição curso de capacitação "ELEIÇÕES 2026 E OS SEUS IMPACTOS NOS MUNICIPIOS; E O NOVO PROLEGIS DO TCE/PR (PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL)
Participante: UNIÃO DE CAMARAS, VEREADORES E GESTORES PUBLICOS DO PARANA
1 Quantidade de itens: 1; Média desconto(%): 0,0000; Total dos itens (em reais $) 2.390,000/1;
2) Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente
Manutenção dos Serviços administrativos da Câmara Dotação: 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00 Valor Estimado: R$ 2.390,00

Paula Freitas, 13 de março 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO

Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:83574FEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

O Município de Paula Freitas torna pública a composição do Conselho Municipal de Cultura, definida em reunião realizada no dia 12 de março de 2026, na Biblioteca Municipal, em razão da necessidade de recomposição do referido conselho. O mandato terá vigência até março de 2027.

Diretoria:
Presidente: Rosane Cleide Ressel
Vice-Presidente: Joelma Aparecida de Oliveira Freitas
Primeira Secretária: Elizete Maria Ronhaki
Segunda Secretária: Cirlei Michaelsen

Conselheiros – Sociedade Civil:
Vitor Schued
Nicoli Tainara Stoski
Thais Luana Correia
Katia Regina Mazurek Tomczyk
Rosani Zaborowski

Conselheiros – Representação Governamental:
Vinicius Adelino dos Santos
Tadeu Rafael Cordeiro
Henry Marcel Valigura Domingues
Hevelyn Luiza Loth
Marcia Paszko

Paula Freitas, 16 de março de 2026.

ROSANE C. RESSEL
Coordenadora de Cultura e Turismo

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:2CE734ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.390/2026 – DE 16 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 3.390/2026 – DE 16 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros para a composição do COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA do município de Paula Freitas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados os membros para a composição do COMITÊ MUNICIPAL INTERSETORIAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA do município de Paula Freitas, a seguir nomeados.

ENTIDADE	**CONSELHEIROS**
Secretaria Municipal de Assistência Social	Titular: Tatyane Brolini Suplente: Marlene dos Santos Dalpra
Secretaria Municipal de Saúde	Titular: Paola Cardoso Suplente: Flávia Waismann
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Titular: Eliziane Ribeiro Suplente: Gislaine Ap. Soares Galle
Departamento de Cultura e Turismo	Titular: Rosane Cleide Ressel Suplente: Maira Bairros Rodrigues
Conselho Municipal de Educação	Titular: Larissa Gruba Da Silva Suplente: Aldineide Kulilala
Conselho Municipal de Saúde	Titular: Maria Rosemeide Kmita Suplente: Carina Balsanello
Rede de Proteção a Criança e Adolescente	Titular: Maria Goreti Ferreira dos Santos Kovalchuk Suplente: Paola Cardoso
Conselho Tutelar	Titular: Sonia Maria Franco Hermann Suplente: Géssica Flores Pedrosa Cajuk
Associação de Pais e Amigos dos	Titular: Jaqueline Semkiv

Excepcionais - APAE	Suplente: Fernanda Wenningkamp
APMF Escola Municipal Séries Iniciais	Titular: Joceline Mendes Carneiro Suplente: Jonasmara Pereira
APMF Centro de Educação Infantil	Titular: Giovana Derengoski Filisberto Suplente: Elaine Jucieli de Oliveira Loth Pscheidt

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço municipal, 16 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:310A339A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

DATA DE ASSINATURA: 10 de março de 2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, CNPJ 77.007.474.0001/90, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor IRENEU INÁCIO ZACHARIAS.

CONTRATADO: MM AGRO TREINAMENTOS LTDA, CNPJ 57.010.590/0001-50, representado por MARGARETH MAKSEMOVICZ

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PALESTRA SOBRE NOTAL FISCAL ELETRÔNICA DO PRODUTOR

VALOR: R$ 4.930,00 (quatro mil novecentos e trinta reais)

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 12 (doze) meses.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:33824F70

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE
AVISO DE RETIFICAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2025
O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 75.924.290/0001-69, com sede na Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Centro, Pérola D'Oeste - PR, por meio de seu Prefeito Municipal, vem a público retificar o aviso de licitação referente ao EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2025. O referido Edital tem como objeto a contratação de empresa para a construção de uma Creche Municipal, com área de 456,86 m², e prazo de execução de 270 dias.
Constatou-se um erro material na data de abertura das propostas divulgada nas publicações do aviso de licitação. Desta forma, para que não haja dúvidas e para garantir a lisura do processo licitatório, a presente retificação visa corrigir a informação.
Onde se lê:
"...às 08:20 horas do dia 08 de janeiro do ano de 2025..."
Leia-se:
"...às 08:20 horas do dia 08 de janeiro do ano de 2026..."
As demais condições e cláusulas do Edital de Concorrência Nº 08/2025 permanecem inalteradas. Os interessados poderão obter o edital completo e seus anexos no site oficial da Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste (https://www.peroladoeste.pr.gov.br/) ou na sede da Prefeitura, no horário de expediente.
Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:381BB130

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
DE 13 DE MARÇO DE 2026

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, torna público a Dispensa de Licitação a seguir:
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO SUV, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE – PR.
Valor total estimado: R$ 146.827,36 (cento e quarenta e seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos).
Data da abertura: 23/03/2026.
Forma de Pagamento: conforme entrega.
Dotação Orçamentária:
8000 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
8001 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
8.244.9.2.14 – Manutenção e Custeio do Órgão Gestor

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente (394)

Fundamento Legal: alínea A e B, artigo 75, inciso III, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:B7C3A997

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO FRONTEIRA DO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ
SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO E EXCLUSÃO DE SEGURO VEICULAR

OF. Nº 04/2026 Pérola D'Oeste, 16 de Março de 2026.

REF.: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO E EXCLUSÃO DE SEGURO VEICULAR.

AO SENHOR REPRESENTANTE DA EMPRESA PORTO SEGURO.

Vimos através deste solicitar o cancelamento e exclusão do seguro do veículo placa TAV 6C81, cor branca, número de renavam 1417658581, de propriedade do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região Fronteira do Sudoeste

do Estado do Paraná – CIFRA, veículo este cedido ao município de Bela Vista da Caroba.

Justificativa: O município de Bela Vista da Caroba optou por assegurar o veículo cedido juntamente com a frota do município.

Atenciosamente,

EDSON LUIZ BAGETTI
Presidente do Consórcio

Ilmo. Sr.
DIANA CUNHA –
Representante da Empresa Porto Seguro.

Publicado por:
Jaques Gilvani Dalla Libera
Código Identificador:382124C9

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
RESOLUÇÃO Nº 03/2026

RESOLUÇÃO 03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de diárias, no âmbito do Poder Legislativo de Pérola D´Oeste/PR, para o ressarcimento de despesas realizadas pelo Presidente, Vereadores, Assessores e Servidores do Legislativo, quando estiverem a serviço do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pérola D´Oeste/PR, por seus representantes da Câmara Municipal promulga a seguinte resolução:

Art. 1°-Fica instituído nos termos desta Resolução, sistema de diárias destinado a ressarcimento de despesas de alimentação, locomoção e hospedagem, do Presidente, Vereadores, Assessores e Servidores da Câmara Municipal de Pérola D´Oeste/PR, nos seguintes casos:

I - Para reuniões, previamente agendadas com autoridades do Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas ou Judiciário, estadual ou federal para tratar de assuntos de interesse do Legislativo;
Il - Para participação em encontros, seminários, cursos, treinamentos, congressos, que venham a dar-lhe melhor conhecimento para o perfeito desempenho de seu mandato parlamentar ou no caso de assessor ou servidor, para aprimoramento profissional e melhor desempenho das funções;
III-Para representar a Câmara Municipal de Pérola D ´Oeste/PR em eventos, por delegação outorgada pelo Presidente da Mesa Diretora;
IV - Para comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, empresas e institutos de consultoria, Câmaras Municipais de outros Municípios, dentre outros órgãos, a fim de obter subsídios referentes a matérias em tramitação na Câmara Municipal de Pérola D´Oeste/PR.
Art. 2°-As diárias serão formalmente requeridas pelos interessados ao Presidente da Câmara, através de solicitação verbal ou escrita conforme anexo I, que as autorizará ou não, mediante análise do ponto de vista de oportunidade, utilidade, conveniência do pedido e disponibilidade de recursos financeiros.
Art. 3°-A diária destinada a ressarcimento de despesas realizadas pelo Presidente, Vereadores, Assessores e Servidores da Câmara Municipal de Pérola D´Oeste/PR, são fixadas de acordo com o destino, conforme anexo II nos seguintes montantes:
I - Para viagem no país:
a) 4,5 (quatro e meio) UFM (Unidade Fiscal do Município), correspondente a R$ 306,76 (trezentos e seis reais e setenta e seis centavos), quando o destino for outros municípios do Sudoeste do Paraná:
b) 8 (oito) UFM (Unidade Fiscal do Município), correspondente a R$ 545,36 (quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), quando o destino for outros municípios fora do Sudoeste do Paraná;
c) 13 (treze) UFM (Unidade Fiscal do Município), correspondente a R$ 886,21 (oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos), quando o destino for a Capital do Estado do Paraná ou em outra cidade (municípios) cujo os custos de vida sejam comparados ao da Capital e para viagens aos demais Estados do Brasil;

d) 18 (dezoito) UFM (Unidade Fiscal Municipal), correspondente a R$ 1.227,06 (um mil duzentos e vinte e sete reais e seis centavos) quando em viagens ao Distrito Federal, e em viagens

Internacionais. No caso da letra (d) desse artigo, poderá haver o custeio das passagens ou o pagamento de transporte locado, desde que precedido de processo licitatório.

Art. 4º As diárias serão pagas:
l – integralmente quando o deslocamento da sede do município for superior a 12 (doze) horas;
ll – pela metade quanto o deslocamento for superior a 6 horas e inferior a 12 horas.

Art. 5°-Os beneficiários deverão apresentar, comprovantes que atestem a representação em cursos, eventos, palestras, seminários ou visitas a autoridades, tais como: ficha de inscrição, certificado, atestado de visita ou qualquer outro documento que venha comprovar o interesse público da viagem, em até 03 (três) dias úteis após o retorno da viagem.
§ 1°-Não haverá concessão de novas diárias no mesmo exercício para o beneficiário de diária que deixou de apresentar os comprovantes mencionados no "caput" deste artigo.
Art. 6°-Não ocorrendo o deslocamento, os valores concedidos a título de diárias deverão ser devolvidos em espécie, através de depósito em conta corrente da Câmara Municipal de Pérola D´Oeste/PR, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pérola D´Oeste/PR, 16 de março de 2026.

Mesa Diretora:

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente

MAURO CIRINEU PALHARINI
Vice-Presidente

CLEVERSON RICARDO PIGOSO
1º Secretário

NEUZA TEREZINHA CAPRA PAVANELO
2º Secretário

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

Venho através deste solicitar Nº___ diárias, para o Destino_____nos Dias_____, com finalidade de _____.

Atenciosamente,

Pérola D´Oeste, ___ de _____ de 2025

_____
Vereador(a)

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

FOLHA DE DIÁRIA Nº: __/____

NOME: (Nome vereador(a), servidor(a) ou assessor) CARGO:_____

DATA DE SAÍDA: __/__/___	DATA DE RETORNO: __/__/___	DIAS DE AFASTAMENTO: __

DESTINO	Nº DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL A PAGAR

Autorizo a concessão e pagamento da diária acima especificada, conforme estabelecido através da Resolução nº _____, de __/__/____, à_____, para o _____ participar do _____, nos dias _____de _____ de _____.

Matrícula: ___ Número de Empenho: ___ Número da Ordem de Pagamento: ___

Relatório de Viagem: Trajeto percorrido de _____.

Pérola D'Oeste, ____ de _____ de _____.

(Nome do Presidente)
Presidente da Câmara Municipal

RECEBI A QUANTIA DE R$ _____ (_____) ___/___/_____.

_____
(Nome vereador(a), servidor(a) ou assessor)

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:700AEE9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 014/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

TESTE SELETIVO Nº 01/2024
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 014/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2024 - Edital nº 001/2024, homologado pelo Edital 014.1/2024 de 27 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Convocar os (as) candidatos (as) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **17 de março de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Técnico em Enfermagem

Classificação	Nome do Candidato
2º	PATRÍCIA MACIEL SAMPAIO

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 17 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:FFB55479

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1623, DE 13 DE MARÇO DE 2026

LEI Nº 1.623, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

Origem: Projeto de Lei nº 010/2026 - Legislativo

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE PIÊN-PR.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Implantação de Hortas Comunitárias no Município de Piên.

§ 1º O Programa a que se refere o *caput* deste artigo será desenvolvido em:
I - áreas públicas municipais ociosas;
II - áreas declaradas de utilidade pública e desocupadas;
III - terrenos de associações de moradores que possuam área para plantio;
IV - terrenos ou glebas particulares.

§ 2º A utilização da área do inciso IV deste artigo dependerá da anuência formal do proprietário por meio de comodato.

Art. 2º São objetivos do Programa instituído no art. 1º desta Lei:
I - cumprir a função social da propriedade;
II - manter terrenos limpos e ocupados;
III - proporcionar terapia ocupacional às pessoas;
IV - incentivar práticas sustentáveis e de respeito ao meio ambiente;
V - criar hábitos de alimentação saudável, sem utilização de agrotóxicos na produção de plantas, hortaliças, frutas e vegetais;
VI - oportunizar a integração social entre membros da comunidade;
VII - evitar a invasão de terrenos desocupados;
VIII - preservação de microfauna e biodiversidade vegetal;
IX - zelar pelo uso seguro, sustentável, temporário e responsável de bens imóveis subutilizados.

Art. 3º O Poder Executivo poderá adotar as seguintes etapas para a implantação de hortas comunitárias apoiadas pelo Programa instituído no art. 1º desta Lei:
I – localização da área, por meio dos cadastros;
II – consulta ao proprietário, em caso de terrenos particulares;
III – oficialização da área no órgão definido pelo Poder Executivo, depois de formalizada a permissão de uso, que atenda aos objetivos do programa, para os fins desta Lei.

Parágrafo único. Cada área de cultivo poderá ser trabalhada individual ou coletivamente.

Art. 4º O produto excedente das hortas comunitárias apoiadas pelo Programa instituído no art. 1º desta Lei não poderá ser comercializado, podendo ser consumido pelos moradores residentes no bairro onde se encontra a horta ou distribuídos nas escolas da rede municipal de ensino.

Art. 5º As hortas comunitárias deverão incentivar a compostagem e o reaproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos, preferencialmente, para manutenção e produção de alimentos cultivados no local.

Art. 6º Fica autorizada a criação do espaço chamado "farmácia viva", onde haverá o plantio de plantas e ervas medicinais.

Art. 7º A identificação das espécies plantadas ficará a cargo da comunidade.

Art. 8º É vedada a utilização de agrotóxicos nas plantações em áreas utilizadas para desenvolvimento deste programa.

Art. 9º É dever das pessoas da comunidade preservar a matriz plantada, sendo transgressão o uso inconsciente e antidemocrático.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a dar publicidade ao Programa Hortas Comunitárias, preferencialmente por mídia digital, virtual e impressa, sendo autorizada a divulgação por meios oficiais de comunicação.

Art. 11. O disposto nesta Lei aplica-se, também, à Zona Rural do município de Piên-PR.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Piên/PR, 13 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:77CF193E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 259, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 259, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 16 de março a 25 de março de 2026, a servidora Pública **India Mara Moreira De Almeida,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4.***.***-*/PR matrícula funcional nº 105141, ocupante do cargo público de **Auxiliar de Consultório Dentário.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 12 de março de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:2BA572BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 260, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 260, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 16 de março a 25 de março de 2026, ao servidor Público **Clever Vinicius Schreiner,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 2.***.***-*/SC matrícula funcional nº 251781, ocupante do cargo público de **odontólogo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 12 de março de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:1C3BA9B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 261, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 261, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA EMPREGADO(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 30 de março a 02 de abril de 2026, a empregada Pública **Mislene Ferreira,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 5.***.***-*/SC matrícula funcional nº 104371, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 16 de março de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F2C9FD46

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 263, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 263, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 08 de setembro a 27 de setembro de 2026, a servidora Pública **Nicole Honorio de Lima Brunnquell,** portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 099.***.***-** matrícula funcional nº 4766137, ocupante do cargo público de **Auxiliar Administrativo.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 16 de março de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:EE73308A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 264, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 264, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

ALTERA PORTARIA 065/2026 QUE CONCEDEU FÉRIAS PARA SERVIDOR PÚBLICO

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar período de férias de 16 de março a 25 de março para 23 de março a 01 de abril de 2026 a servidora pública **Alexandra Aparecida da Cruz Laurindo,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 3*******/SP matrícula funcional nº 4766252, ocupante do cargo público de provimento em comissão de **Diretor de Área.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 16 de março de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5E537ECB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 265, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 265, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA EMPREGADO(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 01 de julho a 20 de julho de 2026, a empregada Pública **Juliana Gonçalves Ribeiro,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 8.***.***.*/PR matrícula funcional nº 102941, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 16 de março de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:F5E4F2E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 266, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 266, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

CONCEDE função gratificada para servidor(a) público(a)

O Prefeito do Município de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a alteração do disposto na Lei nº 1078, de 09 de dezembro de 2010, através da Lei nº 1565, de 15 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – símbolo FG ll - a servidor público **Cleverson Luiz Dias Mayer,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 9.***.***.*/PR e matrícula funcional 4766292, ocupante do cargo público de **Engenheiro Ambiental** por exercer a função de **Responsável pela elaboração de editais, termos de referência e realização de pesquisas de preços, voltados às contratações do Departamento de Meio Ambiente, bem como pelos processos relacionados à prestação de serviços ambientais e ações de preservação e conservação ambiental do Município.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a data de 01 de março de 2026.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Piên/PR, em 16 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:5CA8CAB1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de cestas básicas, para concessão de benefício eventual, conforme Lei Municipal 1.337/2018 alterada pela Lei nº 1571/2025 e regulamentada pelos decretos municipal nº197/2022 e nº 127/2023, para atender a demanda da Secretaria de Assistencial Social e Defesa Civil. **Entrega das propostas**: a partir 18/03/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 07/04/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 16 de março de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:94ACAA6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de lavação de veículos em geral, consertos de pneus, serviços de geometria, balanceamento, alinhamento, cambagem, montagem e desmontagem de pneus, reparos tipo "RAC", para os veículos leves e de médio porte e para as máquinas e caminhões da frota municipal. **Entrega das propostas**: a partir 18/03/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 08/04/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 16 de março de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:02D30B64

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 16 de março de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **Patrícia Soares de Oliveira,** convocada pelo Edital nº 012/2026, residente e domiciliada em Gramados Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 54*****, venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **Técnico em Enfermagem** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

_____
PATRÍCIA SOARES DE OLIVEIRA

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:187B46BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
DIÁRIA N° 83/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Cleomar dos Santos Matrícula: 648-1
Órgão de Lotação: Departamento de ensino Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 19/03/2026 (saída as 12:00 horas até as 17:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83 x 0,5 = 284,91
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: buscar profissionais do curso Alimentação Escolar: Nutrição que garante Direito e transforma cada prato em aprendizado.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Rafain Palace & Convention
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 103 Cta: 1290
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 16 de março de 2026.
Solicitante da viagem: Eva Luzia Barcki Mazuco
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Cleomar dos Santos

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C3295B1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
DIÁRIA N° 84/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marisa Aparecida Marafon Barcki Matrícula: 369-1
Órgão de Lotação: Departamento de ensino Cargo ou função: Coordenadora Pedagógica
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 17/03/2026 (saída as 08:00 horas) retorno dia 19/03/2026 ás 18:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 784,21 x 3 = 2.352,63
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar de Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM 2026
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Rafain Palace & Convention
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 103 Cta: 1290
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 16 de março de 2026.
Solicitante da viagem: Eva Luzia Barcki Mazuco
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Marisa Aparecida Marafon Barcki

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:DD5A5B61

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
DIÁRIA N° 85/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Eva Luzia Barcki Mazuco Matrícula: 135-1
Órgão de Lotação: Departamento de ensino Cargo ou função: Secretária de Educação, Esporte, Cultura e Turismo
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 17/03/2026 (saída as 08:00 horas) retorno dia 19/03/2026 ás 18:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 784,21 x 3 = 2.352,63
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar de Seminário de Cooperação Pedagógica com Municípios – NCPM 2026

Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Rafain Palace & Convention
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 103 Cta: 1290
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 16 de março de 2026.
Solicitante da viagem: Eva Luzia Barcki Mazuco
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Eva Luzia Barcki Mazuco

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:48A857AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
DIÁRIA N° 86/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Roseli Tavares Matrícula: 448-1
Órgão de Lotação: Departamento de ensino Cargo ou função: Auxiliar de Serviços Gerais
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 18/03/2026 (saída as 17:00 horas) retorno dia 19/03/2026 ás 17:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar de cursos sobre Alimentação Escolar: Nutrição que garante Direito e transforma cada prato em aprendizado.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Rafain Palace & Convention
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 103 Cta: 1290
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 16 de março de 2026.
Solicitante da viagem: Roseli Tavares
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Eva Luzia Barcki Mazuco

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:330D2E17

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
DIÁRIA N° 87/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Aurora Claudia Savoldi Matrícula: 387-1
Órgão de Lotação: Departamento de ensino Cargo ou função: Auxiliar de Serviços Gerais
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 18/03/2026 (saída as 17:00 horas) retorno dia 19/03/2026 ás 17:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar de cursos sobre Alimentação Escolar: Nutrição que garante Direito e transforma cada prato em aprendizado.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Rafain Palace & Convention
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 103 Cta: 1290
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 16 de março de 2026.
Solicitante da viagem: Roseli Tavares
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Eva Luzia Barcki Mazuco

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:56B81DF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EDITAL DE CHAMAMENTO DE CONCURSO PÚBLICO N.º 009/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público n.º 001/2025 realizado conforme o Edital n.º 001/2025, com resultado final divulgado em 08 de janeiro de 2026 na edição n.º 3443 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO o resultado do exame admissional da candidata convocada através do Edital de Chamamento de Concurso Público N.º 008/2026:

CARGO: Procurador Jurídico

NOME	RESULTADO
Silvia Luana Silveira	Apto(a)

Câmara Municipal de Piraquara, em 16 de março de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Fabio Eduardo Beetz Zielonka
Código Identificador:EBF494E5

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 007/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista os dispostos na Lei Municipal N.º 1212/2012, de 21 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no **Concurso Público n.º 001/2025** realizado conforme o **Edital n.º 001/2025**, com resultado final divulgado em 08 de janeiro de 2026 na **edição n.º 3443** do Diário Oficial dos Municípios do Paraná

Cargo: Auxiliar Administrativo

Inscrição	Classificação	Nome	Nota
200450003548	2º	Gerson Arcanjo Ferreira	36
200450004152	3º	Marina Fernandes Maia	36
200450000225	4º	Kaique Harres Bini	36

Cargo: Técnico Suporte de Áudio e Vídeo

Inscrição	Classificação	Nome	Nota
200450004083	1º	Jóshuan Felipe Gouveia	31

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à data de 16 de março de 2026.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei Municipal N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.
Câmara Municipal de Piraquara, em 16 de março de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:623F96B2

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 677/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Concede Aposentadoria por Invalidez Permanente a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal**, e no **art. 10, § 3º, da Lei Municipal nº 862/2006**, considerando o **Processo de Aposentadoria por Invalidez Permanente nº** 045/2025, do **Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV**, o **Laudo Médico Pericial Oficial** e o **Parecer da Procuradoria Geral do Município**,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Aposentadoria por Invalidez Permanente a servidor municipal **CLAUDIMEIRE APARECIDA FERREIRA NEVES,** RG nº 10.082.XXX-0, CPF nº 060.495.XXX-95, matrícula funcional nº 992299, ocupante do cargo efetivo de Assistente Operacional, integrante do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Piraquara, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, combinado com o art. 10, § 3º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 2º Os proventos da aposentadoria ficam fixados no **valor bruto mensal de R$ 1.580.27 (mil quinhentos e oitenta reais e vinte e sete centavos)**.
Art. 3º Para fins de pagamento do provento mensal, fica assegurado o **valor equivalente a 01 (um) salário mínimo vigente**, atualmente fixado em **R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais),** nos termos do art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 862/2006, e dos arts. 39, § 3º, e 7º, inciso VII, da Constituição Federal.
Art. 4º O benefício de aposentadoria da servidora CLAUDIMEIRE APARECIDA FERREIRA NEVES, matrícula funcional nº 992299, concedido nos termos do **art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal**, combinado com o **art. 10, § 3º, da Lei Municipal nº 862/2006**, será **reajustado para preservação do seu valor real**, em caráter permanente, **na mesma data e pelo mesmo índice aplicável ao reajuste geral dos servidores em atividade**, nos termos do **art. 27, caput e § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006**, observado o **limite remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal**.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Antônio Alceu Zielonka, em 16 de março de 2026

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:063D6187

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.527/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 134.806,12 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e doze centavos),

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 134.806,12 (cento e trinta e quatro mil, oitocentos e seis reais e doze centavos), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

21.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER
21.001 – Secretaria Municipal da Mulher – SEMU
21.001.14.422.0014.2072 – Fortalecimento Social, Político, Econômico e Cultural das Mulheres

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	33973	Material de consumo	3.998,91
3.3.90.39.00.00	33973	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	50.000,00
4.4.90.52.00.00	33973	Equipamentos e material permanente	5.000,00
4.4.90.52.00.00	33992	Equipamentos e material permanente	75.807,21
T o t a l			**134.806,12**

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior**.**
Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.
Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 16 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:63FED5B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 156/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64836/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação, instalação e transporte de container/contêiner para a 29ª Feira do Peixe Vivo nos dias 01 a 04 de abril de 2026**. Contratante:** município de Piraquara. **Contratada:** AFA TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA - EPP,

inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.533.867/0001-63, pelo valor total de R$ 12.000,00 (doze mil reais). **Prazo de Vigência**: será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato. **Data da Assinatura**: 16 de março de 2026

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:5E95C21E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 322/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 178, e, 179, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1º - Designar, em conformidade com o Decreto n.º 13.998/2025, os servidores estáveis **Telma Aparecida Kotlevski**, Professor III Especialização, Matrícula nº 751911, **Adriana Lourenço Belão**, Agente Educacional II - Sec. Escolar, Matrícula nº 997323 e **Allan Klissiman da Rocha**, Agente Operacional, Matrícula nº 819221, sob a presidência do primeiro, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD, para apurar as informações contidas no Memorando 1DOC nº 7.749/2026, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos da Comissão.
Art. 2º - Estabelecer o prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, para a conclusão dos trabalhos, permitindo-se prorrogação por igual período, nos termos do artigo 182 da Lei Municipal n.º 863/2006.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 16 de março de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor Geral do Município
Decreto nº 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:D60433EB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 323/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 7º, inciso II, do Decreto n.º 6.636/2018, e, tendo em vista os artigos 167, 178, e, 179, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1º - Designar, em conformidade com o Decreto n.º 13.998/2025, os servidores estáveis **Jociane Biscotto Darif,** Professor III Especialização, Matrícula nº 507171, **Niquielli Fernanda Rodrigues Guardiano**, Professor III Especialização, Matrícula nº 992372 e **Sidney Vieira Siqueira**, Agente Operacional, Matrícula nº 497601, sob a presidência do primeiro, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar-PAD, para apurar as informações contidas no Memorando 1DOC nº 67.635/2025, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos da Comissão.
Art. 2º - Estabelecer o prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, para a conclusão dos trabalhos, permitindo-se prorrogação por igual período, nos termos do artigo 182 da Lei Municipal n.º 863/2006.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 16 de março de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor Geral do Município
Decreto nº 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:56A39DC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 324/2026

O CORREGEDOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos, 7°, inciso IV, e, 54, do Decreto Municipal n.º 6.636/2018, e, tendo em vista o artigo 182, da Lei Municipal n.º 863/2006, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Piraquara, **RESOLVE**:
Art. 1.º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias úteis o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 304/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 19 de dezembro de 2025, Edição 3431, a contar do término do prazo inicialmente estabelecido, pelos motivos expostos no Memorando 1DOC n° 12.618/2026.
Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Piraquara, 16 de março de 2026.

LUCIANO DA COSTA LARA
Corregedor-Geral do Município
Decreto n.º 13.741/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:DC11019E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 - CMDCA

Súmula: Convoca a Conselheira Tutelar Suplente Daniele Vitória Ostapechein Zubacz para exercer a suplência de Conselheira Tutelar.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piraquara – CMDCA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.095/2020 e considerando o Memorando nº 12.077/2026,
RESOLVE:
Art. 1º - Dar posse à Conselheira Tutelar Suplente **Daniele Vitória Ostapechein Zubacz**, em virtude do afastamento médico da Conselheira Tutelar Titular **Roselaine Simbalista**, no período de 12 de março de 2026 a 18 de março de 2026.

Art. 2º - Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de março de 2026.

Piraquara, 13 de março de 2026

LUCIANE DA SILVA
Vice Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:C9D00081

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 14° CHAMADA

O Município de Pitanga, através do Departamento de Recursos Humanos, **CONVOCA** o aprovado no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 02/2025, conforme listagem abaixo, para enviar a documentação exigida do Anexo I (de forma digitalizada legível em formato .pdf) no e-mail rh@pitanga.pr.gov.br até o dia **23 de março de 2026 às 17:00hs**.

Motorista de Veículos - Saúde

Nº da Inscrição	Nome	Classificação
106	JOSE AUGUSTO DA SILVA	2

Pitanga, 16 de março de 2026.

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS
1. Documento de Registro Geral (RG) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) C, D e E;
2. Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
3. Certidão de quitação eleitoral;
4. Cartão do PIS/PASEP, ou Extrato Previdenciário Simplificado do INSS – CNIS;
5. Comprovante de residência atualizado;
6. Certidão de Nascimento ou Casamento;
7. Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e dependentes para imposto de renda, com o CPF;
8. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos;
9. Comprovante de conclusão da escolaridade exigida para a função;
10. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela Justiça Estadual (Polícia Civil) expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;
11. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela Justiça Federal expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;

Favor nomear o arquivo com o número do item correspondente ao documento digitalizado.

Exemplo: o arquivo contendo a digitalização do RG e CPF deve ter o título "1.pdf".

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:595461AB

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 191, DE 02 DE MARÇO DE 2026

Conceder Redução de Carga Horária ao servidor Henriqui Rafael de Souza de Macedo, matrícula nº 50205, no cargo de Médico 40 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 784/96, que dispõe sobre a flexibilização do horário de trabalho dos servidores públicos municipais responsáveis legais por pessoas portadoras de necessidades especiais, e,

RESOLVE

Art. 1º **CONCEDER** ao servidor **HENRIQUI RAFAEL DE SOUZA DE MACEDO,** matrícula nº **50205**, no cargo de **MEDICO 40 Horas,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, redução da carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de responsabilidade legal (genitor) por pessoa portadora de necessidades especiais, em tratamento especializado com fundamento nos artigos nº 35-A, e seguinte da Lei 784/96 e artigo 35-K acrescentados pela Lei nº 2081, de 22 de setembro de 2017. A flexibilização/redução da carga horária dar-se-á sem perda da remuneração do servidor nos termos da Lei.

Art. 2º A concessão de que trata o Art. 1º é valida por 12 (doze) meses, a contar de 15 janeiro de 2026, podendo ser prorrogada por igual período se necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 02 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:0DA42A09

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DE CONTRATO 48-2026 CONSORCIO ESTRADA LAGOA VERDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48 2026 PMP

CONTRATANTE: Município de **PITANGA**, Estado do Paraná, com sede à Rua Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, CEP: 85.200-073, inscrito no CGC/MF nº 76.172.907/0001-08, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **DIRCEU MORAES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 6415530-0 SESP PR e do CPF/MF nº 693.116.619-91, e
CONTRATADA:**CONSORCIO ESTRADA LAGOA VERDE - INSCRITA NO CNPJ Nº 65.707.005/0001-02**

OBJETO: **Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica rural em concreto usinado a quente (CBUQ) na Estrada Lagoa Verde com área de 56.934,00 m², CONVÊNIO 740/2025, PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO – DECRETO Nº 6.515/2012 "ESTRADA BOA" conforme projeto, especificações técnicas, memorial descritivo e demais documentos inerentes a obra, em atendimento a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária**.

VALOR: R$**7.634.000,00** (**sete milhões e seiscentos e trinta e quatro mil reais**).

PRAZO DE EXECUÇÃO:300 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 600 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16 de março de 2026.

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Pitanga/PR, 16 de março de 2026.

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:C2CC8060

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 080/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Portaria n° 005/2026, de 06 de janeiro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:–

Art. 1º – Ficam alterados os artigos 4° e 6° da Portaria n° 005/2026, de 06 de janeiro de 2026, que disciplina e designa servidores para atuarem na condução de processos licitatórios e de contratação direta, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"*Art. 4º – ...*

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	***FUNÇÃO***
Heloise Resqueti Almeida	*Membro Titular*
Alan Cristian da Silva Mattos	*Membro Titular*
Marcos Marques Mota	*Membro Suplente*

Art. 6º – ...

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	***FUNÇÃO***

Heloise Resqueti Almeida	*Presidente*
Aline Sarri Gonçalves Benetolli	*Membro Titular*
Alan Cristian da Silva Mattos	*Membro Titular*
Marcos Marques Mota	*Membro Suplente*
Sandra Regina Florentino	*Membro Suplente*

Art. 2º – Permanecem inalterados e em plena vigência dos demais dispositivos da Portaria n° 005/2026.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 16 de março de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:D13BFB40

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 081/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Hugo Danilo Machado da Silva**, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo II, no exercício da função de Controlador Interno, para seu deslocamento até a cidade de Curitiba/PR, com saída no dia 16/03/2026, e retorno no dia 18/03/2026, para participar de compromissos na Assembleia Legislativa, na Secretaria de Estado do Trabalho, e em outras Secretarias, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 980/2026, de 16/03/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14, § 1°, alínea "a", e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte e cinco reais), correspondente à 2,0 (duas) diárias com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 16 de março de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:E308D58B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA

NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA

A Diretora administrativa do INSTITUTO DE SAUDE NOSSA SENHORA DE LOURDES de Planalto, CARLA REGINA KUHNE no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Resolução nº 449/2006 do Conselho Federal de Farmácia, resolve designar os representantes da Comissão de Farmácia e Terapêutica, sendo eles:

JULIA CRICIANI LIBARDI – CRF-PR 33834 representante de nível superior do serviço de farmácia;
EMANOEL LUCAS DA SILVA TEIXEIRA - CRM 31960 - representante de nível superior do serviço médico;
NAIELI CRISTINA BUDSKE SCHNEIDER - COREN/PR 597199 - representante de nível superior do serviço de enfermagem;
FLAVIA THAIS CARLINI - CRN-8 15822 – representante de nível superior do serviço de nutrição;
CARLA REGINA KUHNE – Representante do serviço administrativo/direção do Instituto;

Está comissão executará seus serviços sob a coordenação de JULIA CRICIANI LIBARDI.

Planalto, 13 de MARÇO de 2026.

CARLA REGINA KUHNE
Diretora Administrativa

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:00BAE369

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 013/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 013/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de computadores, para atender as demandas das Secretaria Municipais deste município de Planalto-PR, conforme SESA PR Resolução Nº 507/2023, Nº 1514/2025 e Recurso FIA 013/2025.
VALOR: R$ 360.500,00(trezentos mil e quinhentos reais).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 30 de março de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:F8C1D755

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO PRESENCIAL" Nº 012/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 012/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Aquisição de materiais de construção para atender as necessidades das Secretarias Municipais deste município de Planalto-PR.

VALOR TOTAL: R$ 1.120.705,55(um milhão, cento e vinte mil, setecentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA DA ABERTURA: 27 de março de 2026 às 09:00 (nove) horas.
Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br**.**

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:E6998AA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA N.º 010/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO nº 139/2025 – DISPENSA ELETRÔNICA N.º 010/2025 – Objeto: "**Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cobrança automática de pedágios em rodovias, por meio de etiqueta eletrônica (TAG), e no sistema pós pago para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde e Gabinete do Poder Executivo de Pontal do Paraná. A contratação visa otimizar os deslocamentos da frota em atendimentos médicos e administrativos, evitando atrasos em pedágios, promovendo agilidade, economia e rastreabilidade dos gastos públicos**". A contratação será pelo período de 12 meses. ABERTURA**: 24/03/2026,** às 09:00 horas. A sessão será realizada na internet no endereço eletrônico http://comprasbr.com.br. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. A documentação referente a dispensa estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.pontaldoparana.pr.gov.br .
Pontal do Paraná, 16 de março de 2026.

GABRIELA MARIA VIEIRA MARTINS
Agente de Contratação

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:5186A5FC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2026 DISPENSA Nº. 011/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 141/2026
Dispensa Nº. 011/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a dispensa nº 011/2026, que tem por Objeto: O objeto do presente termo visa a a contratação de Instituição Residência Inclusiva (RI), voltada para acolhimento de jovens e adultos entre 18 e 59 anos, que se encontre em situação de fragilidade e risco social, impossibilitados de conviver com a família - Processo nº. 0001259-19.2026.8.16.0189. Empresa Contratada: **ESPACO VINCENT CASA DE APOIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 33.698.177/0002-43. Data da ratificação e homologação**:** 16 de março de 2026. Valor homologado: **R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).** Dotação orçamentária: 06.003.08.246.0009.2.016 3.3.90.39.00.00 - CR 163 - FR 1000.
Pontal do Paraná, 16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriela Maria Vieira Martins
Código Identificador:D1EF550E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 321

Reuniram-se às 9:00 horas, em segunda chamada, no dia dois de janeiro de dois mil e vinte seis (02/02/2025), para reunião ordinária, no CRAS Canoas. Estiveram reunidos os membros do Conselho Municipal de Assistência Social: **Cristiane Luiz**, **Lisiane Camila Pereira**, **Nádia Geremia Giacomini** e **Fátima Siqueira**. A reunião contou ainda com a presença de **Indianara Grassi** e **Jandira Vieira**. A reunião iniciou com a apresentação da **Prestação de Contas do exercício de 2024**, enviada por meio do Agiliza SUAS. Foram apresentados os recursos recebidos e executados pelos blocos de financiamento, conforme segue:
COVIDEPI – Bloco da Proteção Social Básica / Piso COVID

- **Receita:** R$ 23,18
- **Despesa:** R$ 23,18

BPC Escola – Bloco da Proteção Social Básica

- **Receita:** R$ 447,13
- **Despesa:** R$ 447,13

BL GBF FNAS – Bloco da Proteção Social Básica / Gestão do Benefício

- **Receita:** R$ 139.490,09
- **Despesa:** R$ 72.610,20

BL IGD-PAB – Bloco da Gestão / IGD-PAB

- **Receita:** R$ 16.557,82
- **Despesa:** R$ 6.652,51

BL MAC FNAS – Bloco da Média Complexidade

- **Receita:** R$ 117.168,74
- **Despesa:** R$ 57.360,23

SIGTVESTR3 – Recurso Federal / Gestão do SUAS

- **Receita:** R$ 20.812,42
- **Despesa:** R$ 9.045,84

COVIDACO – Bloco da Proteção Social Básica / Piso COVID

- **Receita:** R$ 42,01
- **Despesa:** R$ 42,01

PROCAD-SUAS – Bloco de Gestão do SUAS (Capacitação e Aperfeiçoamento)

•
Receita: R$ 23.214,73

•
Despesa: R$ 17.278,84

BL PSB FNAS – Bloco da Proteção Social Básica

•
Receita: R$ 141.513,02

•
Despesa: R$ 92.242,41

BL GSUAS FNAS – Bloco de Gestão do SUAS

•
Receita: R$ 7.047,58

•
Despesa: R$ 3.559,22

Após a apresentação e deliberação positiva da prestação de contas, passou-se aos demais assuntos de pauta. Foi discutido o **encaminhamento da Lei do CMAS ao jurídico**, ficando acordado que a comissão responsável verificará os pontos pendentes para posterior ajuste e devolutiva. Também foi abordada a necessidade de **solicitar às entidades cadastradas no Conselho o Relatório Anual de Atividades**, considerando que o prazo para envio é até **30 de abril**, conforme estabelecido nas normativas vigentes. Ainda, discutiu-se a importância de que as reuniões do Conselho ocorram de forma **descentralizada**, em diferentes equipamentos da rede socioassistencial, possibilitando maior participação dos usuários e fortalecendo o controle social no território. Ao final, eu Lisiane Camila Pereira, lavrei essa ata que será assinada por mim e por demais conselheiros

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:05A8B953

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13364/2026 DE 13/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13364/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$5.050.000,00 (cinco milhões, cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.365.0062.2.042		MANUTENCAO DOS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL - CMEI'S	
414 - 3.3.90.37.00.00	103	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	800.000,00
414 - 3.3.90.37.00.00	104	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	750.000,00
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
460 - 3.3.90.37.00.00	104	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.500.000,00
		Total Suplementação:	5.050.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.002		DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL	
10.002.12.365.0062.2.042		MANUTENCAO DOS CENTROS DE EDUCACAO INFANTIL - CMEI'S	
404 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	800.000,00
404 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00
417 - 3.3.90.46.00.00	104	AUXILIO-ALIMENTACAO	350.000,00
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
447 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.100.000,00
448 - 3.1.90.13.00.00	104	CONTRIBUICOES PATRONAIS	400.000,00
		Total Redução:	5.050.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 13 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:C1E1B14D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.365/2026 DE 13/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13365/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
13		SECRETARIA MUN DE ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	
13.001		DIRETORIA GERAL	
13.001.27.812.0032.2.060		ACOES DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
689 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
		Total Suplementação:	50.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 13 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:7179A8B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.791, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no exercício de 2026, na importância R$ 49.702,80 (quarenta e nove mil e setecentos e dois reais e oitenta centavos)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 49.702,80 (quarenta e nove mil e setecentos e dois reais e oitenta centavos).”
06 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
06.002 FUNDO MUN DOS DTOS DA CCA E ADOLESCENTE
06.002.08.243.0008.6.010 GESTAO DE POLITICAS PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE
785 - 3.3.50.41.00.00 31745 CONTRIBUICOES R$ 30.533,80
786 – 4.4.50.41.00.00 31745 CONTRIBUIÇÕES R$ 19.169,00
Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 49.702,80.

Art. 2º - Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 49.702,80.
Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

KATHIA SALOMÃO DE SOUZA CORDEIRO
Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:AD2BC613

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.792, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1°. Fica o Legislativo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme discriminado:
01 PODER LEGISLATIVO
001 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: GESTÃO DA CÂMARA DE VEREADORES
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro - (Descentralizados)
3.1.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL-R$ 5.000,00
Total do crédito adicional suplementar R$ 5.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no Artigo 1º deste Anteprojeto de Lei, servirá como recurso a anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, §1°, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64:
01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: GESTÃO DA CÂMARA DE VEREADORES
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro - (Descentralizados)
3.3.90.92.00.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R$ 5.000.00
Total do crédito adicional suplementar R$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

WILLIAM PEREIRA
Secretário de Finanças e Orçamento

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2A44CEC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.793, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Denomina vias do Município".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Parte da atual Rua Ary Barroso, localizada no Loteamento Primavera, somente no trecho compreendido entre a Rua Luanda e a Rodovia PR 412, passa a denominar-se “Rua Belchior”, sendo mantido o nome de Rua Ary Barroso no trecho remanescente do Loteamento Primavera.

Art. 2º. O imóvel público, objeto da Matrícula 2335 da Serventia de Pontal do Paraná, cadastrado sob nº 25208, constituído pelo Lote nº 31-A-3 do Loteamento Ipanema III, fica afetado de uso comum para compor o sistema viário, denominado de Rua Santa Cruz.

Art. 3º. Parte da atual Avenida Tom Jobim e a Rua Oswald de Andrade, localizados no Loteamento Primavera, no trecho compreendido entre a Rodovia PR 412 e a Avenida Deputado Aníbal Khury, passam a denominar-se Rua Lázara de Fátima Bernardeli, sendo mantido o nome de Avenida Tom Jobim no trecho remanescente do Loteamento Primavera.

Art. 4º. Parte da atual Rua Cláudio Carlos Gerbelli e a Rua Curitiba, localizadas no Loteamento Primavera, no trecho compreendido entre a Rodovia PR 412 e Avenida Deputado Aníbal Khury, passam a denominar-se Regina de Lima Gerbelli, sendo mantido o nome de Rua Cláudio Carlos Gerbelli no trecho remanescente do Loteamento Primavera.

Art. 5º. Parte da atual Rua Carajás, localizada no Loteamento Beltrami, somente no trecho compreendido entre a Rua Adalgisa Beltrami e a Avenida Ilha do Mel e entre a Rua Caetés e o Canal, passa a denominar-se Rua Santarém, sendo mantido o nome de Rua Carajás todo o trecho que margeia o Canal, do Loteamento Praia das Monções até o Loteamento Santa Mônica.

Art. 6º. A Servidão de acesso entre a PR 407 sentido Avenida Copacabana, localizada entre a Rua Agrícola e a Travessa Vila Rica, no Bairro Praia de Leste, passa a denominar-se Rua Odete Neves Mesquita.

Art. 7º. Parte da atual Alameda dos Abacateiros, no trecho entre a Avenida Beira Mar e a Alameda do Café, passa a denominar-se Alameda Joanita Cordeiro da Silva.

PARÁGRAFO ÚNICO: O trecho entre a Rua das Avencas até a junção da Avenida dos Trigais com a Alameda das Figueiras passa a denominar-se Alameda Alessandro Serafim do Nascimento
Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

HEITOR GONÇALVES KAYAMORI
Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Infraestrutura

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CB072087

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de Contribuição de Melhoria
Parecer 002/2026

Súmula: Retificação de requerimento de isenção de IPTU protocolizados em 2025, enviado no memorando 20252/2025.

A Comissão de Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano e Contribuição de Melhoria, instituída pela Portaria n° 814, de 08 de julho de 2024, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 6°, § 1°, da Lei Municipal 485, de 15 de janeiro de 2024 e do art. 5°A, da Lei Promulgado 2004, de 25 de novembro 2019,
Considerando as análises documentais, segue para retificar lançamento validado na publicação do memorando 20252/2025
Emite parecer:
1) Aprovados os documentos dos pedidos de isenção de tributos municipais para o exercício 2025, segue para retificar numeração dos cadastros imobiliários dos protocolos relacionados abaixo:

Protocolo	Cadastro	CPF	Tributo	% Dedução	Valor Dedução
665/2025	1 – 59142	**027.500.549-66**	IPTU	100 %	R$ **2.316,56**
Fundamentação Legal					
Art. 5°A - Lei 2004/2019					
Protocolo	**Cadastro**	**CPF**	**Tributo**	**% Dedução**	**Valor Dedução**
4544/2025	1 – 57033	**183.615.289-20**	IPTU	100 %	**R$ 89352**
Fundamentação Legal					
Art. 5°A - Lei 2004/2019					

2) Submeta-se o presente parecer ao Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, para verificação orçamentária e análise final.

Pontal do Paraná, 13 de março de 2026.

LILIANE DAYANE SCHADLICK
Presidente da Comissão
Portaria n° 814/2024

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A01053CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 185 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a convocação do **Concurso Público n° 001/2023 - Edital de Convocação n° 089/2026** e **Memorando nº 5.721/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2023** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: PROFESSOR – AMPLA CONCORRÊNCIA
NOME: VIVIANE DE FREITAS BORTOLETO
CLASSIFICAÇÃO: 222º
ADMISSÃO:13/03/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 089/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,13 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:97E239D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 186 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o **§2°, Art. 85 da lei Municipal n°. 075/1997** e contido no **Protocolo nº 2.652/2026-Desp.23**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **JOSIANE BATISTA MACIEL SANTOS - MATRÍCULA- 233021,** ocupante do cargo de **EDUCADOR INFANTIL** , lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação - Prorrogação da Licença por Motivo de doença em Pessoa da Família**, pelo período de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo da remuneração .
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **04 de março de 2026.**
Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 13 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:554411F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 187 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO no uso de suas atribuições legais e de acordo com a **Lei nº 14.133/2021** e conforme solicitado no **Protocolo nº 5.850/2026.**

RESOLVE:

Art. 1º -Substituir o servidor **CHRISTIANO ELLIAN MONTE** que estava sob a responsabilidade de fiscal de contrato referente a fiscalização do **PROCEDIMENTO AUXILIAR 13/2025 - CREDENCIAMENTO Nº 13/2025- da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** pelo servidor o Sr. **IORRAM LUIZ DA ROCHA** firmado pelo Poder Executivo com base na Lei acima especificada .

Parágrafo Único - O servidor designado observará no desempenho das atribuições cometidas nesta Portaria as disposições contidas nas leis acima especificadas , bem como nas instruções pertinentes

constantes de atos normativos baixados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias a partir de **MARÇO /2026.**

Art. 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A998F821

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 188 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 18.240/2025.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder a servidora **MARIA NEUZA CONCEIÇÃO DA SILVA MANTOVANI - MATRÍCULA: 283551**, ocupante do cargo de **Agente Operacional**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação** do Quadro Permanente da **Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 28/07/2025 a 26/08/2025- LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **60 (sessenta) dias**, com remuneração integral.
Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **10 de março de 2026.**
Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:97CDF700

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º189 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , no uso de suas atribuições legais e conforme solicitado no **Memorando nº 5.874/2026.**

RESOLVE

Artigo 1° - Conceder aos servidores da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **FÉRIAS,** referente aos meses de **JANEIRO E FEVEREIRO /2026 ,** conforme **anexo .**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor nesta data, com seus efeitos a partir **JANEIRO /2026 .**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

ANEXO DA PORTARIA N.º189 DE 16 DE MARÇO DE 2026.
JANEIRO / FEVEREIRO

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:A56BD11B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 190 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 002/2024 - Edital de Convocação n°. 042/2026** e conforme solicitado no **Memorando nº 6.987/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 002/2024** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - NIQ
NOME: DANIELE FEITOZA DA COSTA
CLASSIFICAÇÃO: 6º
ADMISSÃO:16/03/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 042/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:29441A18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 191 DE 16 DE MARÇO E 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 002/2024 - Edital de Convocação n°. 036 e 040/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 4.851/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 002/2024** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: MÉDICO
NOME: FREDERICO PICANÇO WAMBIER
CLASSIFICAÇÃO: 3º
ADMISSÃO:16/03/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 036 e 40/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,16 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D8F8F67A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do recurso Incentivo Verão referente ao ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 16 de março de 2026, as 09:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas do recurso Incentivo Verão referente ao ano de 2025.

Art. 2° - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 16 de março de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:75C105BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 003/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do recurso Proteção Social Básica e Benefício Eventual referente ao ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 16 de março de 2026, as 09:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas do recurso Proteção Social Básica e Benefício Eventual referente ao ano de 2025.

Art. 2° - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 16 de março de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:1B714EE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 004/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do recurso Piso Único de Assistência Social – PAS, referente ao ano de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 16 de março de 2026, as 09:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas do recurso Piso Único de Assistência Social – PAS referente ao ano de 2025.

Art. 2° - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 16 de março de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6F04A661

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005/2026

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Pontal do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 34 de 23/09/1997 e suas alterações,

Considerando a deliberação realizada em reunião ordinária do CMAS no dia 16 de março de 2026, as 09:00 horas ocorrida na sala de reuniões da Prefeitura.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com vigência de março de 2026 a março de 2027.

Art. 2° - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 16 de março de 2026.

CRISTIANE LUIZ
Presidente do CMAS

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CDEEBF41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 004/2026 – CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – C.M.D.P.I.

SÚMULA: “Aprova, por unanimidade, o Termo de Adesão e o Plano de Ação apresentados, referentes ao incentivo ao Projeto Viaja Mais 60 - FASE III Deliberação nº 004/2026 – CEDIPI/PR”.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Municipal nº 514/2004**, reunido em sessão ordinária realizada no dia 12 de março de 2026, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso – CCI,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado, por unanimidade, o Termo de Adesão e o Plano de Ação referentes ao Projeto Viaja Mais 60, FASE III Deliberação nº 004/2026 – CEDIPI/PR, que regulamenta o repasse de recursos do FIPAR/PR.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pontal do Paraná, 12 de março de 2026.

VANIZE MASCHIO
Presidente do CMDPI Pontal do Paraná

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:23FDCD82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 005/2026 – CMDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – C.M.D.P.I.

SÚMULA: "Aprovação do Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de est. Congnitivas- FASE II Deliberação nº 005/2026 – CEDIPI/PR".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE PONTAL DO PARANÁ – CMDPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Municipal nº 514/2004**, reunido em sessão ordinária realizada no dia 12 de março de 2026, nas dependências do Centro de Convivência do Idoso – CCI,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado, por unanimidade, o Programa Cuida Mais Paraná Promoção do envelhecimento ativo por meio de prática de atividades físicas e de est. Congnitivas- FASE II Deliberação nº 005/2026 – CEDIPI/PR, que regulamenta o repasse de recursos do FIPAR/PR.
Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Pontal do Paraná, 12 de março de 2026.

VANIZE MASCHIO
Presidente do CMDPI Pontal do Paraná

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:1518D278

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 19/2026

PORTARIA Nº 19/2026

Valdinei de Alcantara Dias, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

Considerandoa necessidade de adequação do calendário de férias do servidor para melhor atender às necessidades do serviço público;
Considerandoo disposto na Portaria nº 01/2026, que concedeu férias ao servidor e autorizou o respectivo ressarcimento de 10 (dez) dias;
RESOLVE:
Artigo 1º -Alterar a data de gozo das férias concedidas ao servidorWaldenir Antonio de Oliveira Junior, ocupante do cargo de Agente Legislativo, referentes ao período aquisitivo de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026, estabelecida noArtigo 1º e Parágrafo Únicoda Portaria nº 01/2026.
Parágrafo único.As férias de que trata o*caput*deste artigo passarão a ser gozadas entre os dias 23 a 27 de março de 2026 (cinco dias).
Artigo 2º -Ficam mantidos inalterados todos os demais dispositivos da Portaria nº 01/2026, incluindo, de forma expressa, o direito aoressarcimento de 10 (dez) dias de feriasprevisto no Artigo 2º da referida portaria.
Artigo 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial quanto às datas de gozo estabelecidas no Artigo 1º e Parágrafo Único da Portaria nº 01/2026.
Porecatu, 16 de março de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:DDB72EFB

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 04-2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 25/2026.
Inexigibilidade de Licitação nº 04/2026.
Unidade Requisitante: Secretaria de Administração.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria em gestão, mercado, associativismo e consultoria nas áreas de inovação e tecnologia pelas empresas credenciadas ao SEBRAE - serviço de apoio às micro e pequenas empresas do paraná para o desenvolvimento de melhoria de ambiente e econômico do município de Porecatu.
Fundamento Legal: art. 74 e 79, da Lei nº 14.133/2021.

AUTORIZO a Inexigibilidade nº 04/2026, materializada no Processo 25/2026 e demais documentos dos autos, para contratação da empresa **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ - SEBRAE/PR. CNPJ: 75.110.585/0001-00** sendo repassados em cinco vezes o valor mensal de **R$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais).**
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Porecatu - PR, 16 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:265AB8BC

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 025/2026

D E C R E T O Nº 025/2026

ALTERA OS VALORES DAS TABELAS DE SALÁRIOS DO QUADRO PERMANENTE E SUPLEMENTAR DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE PORECATU.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam atualizados para o exercício de 2026, em 5,40% (cinco vírgula quarenta por cento), de acordo com a Lei Federal 11.738, de 16/07/08, os valores das referencias das Tabelas de Salários do Quadro Permanente e Suplementar descritas nos Anexos I

e II da Lei nº 1.410, de 17 de setembro de 2.010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Porecatu, conforme Anexo Único deste Decreto.

Artigo 2º - Os recursos para atendimento dos encargos deste Decreto correrão à conta das dotações constantes do orçamento vigente.

Artigo 3º - Os efeitos financeiros deste decreto retroagirão a 1º de janeiro de 2026.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

ANEXO ÚNICO
DECRETO Nº 025/26

Tabela de Vencimentos

CLASSE / NÍVEL	MA	LP	PG
I	2.565,31	2.822,31	2.963,38
II	2.642,27	2.906,98	3.052,28
III	2.721,54	2.994,19	3.143,85
IV	2.803,18	3.084,01	3.238,16
V	2.887,28	3.176,53	3.335,31
VI	2.973,90	3.271,83	3.435,37
VII	3.063,11	3.369,98	3.538,43
VIII	3.155,01	3.471,08	3.644,58
IX	3.249,66	3.575,21	3.753,92
X	3.347,15	3.682,47	3.866,54
XI	3.447,56	3.792,94	3.982,53
XII	3.550,99	3.906,73	4.102,01
XIII	3.657,52	4.023,93	4.225,07
XIV	3.767,24	4.144,65	4.351,82
XV	3.880,26	4.268,99	4.482,38
XVI	3.996,67	4.397,06	4.616,85
XVII	4.116,57	4.528,97	4.755,35
XVIII	4.240,07	4.664,84	4.898,01

Tabela das Funções Gratificadas

Valor do Piso Salarial Nacional do Magistério Público: R$ 5.130,63 para 40 horas/semanais e R$2.565,31 para 20 horas/semanais

Função	Vencimentos	Porcentagem em relação ao Piso
Direção Escolar	2.565,31	50%
Coordenação Geral do Departamento Municipal de Educação (40 horas)	1.539,18	30%
Coordenação Pedagógica no Departamento Municipal de Educação (40 horas)	1.026,12	20%
Coordenação Pedagógica nas Unidades Escolares (40 horas)	769,59	15%

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:803F86DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
EDITAL

EDITAL
TERCEIRA PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO UNILATERAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 4, DE 27 DE MARÇO DE 2023. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO PREDIAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANA, representada pelo seu Presidente, João Eduardo Cordeiro, torna público que prorrogou, por 12 (doze) meses e conforme autos de Processo Administrativo nº 6, de 3 de março de 2026, o Contrato Administrativo nº 4, de 27 de março de 2023, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza e manutenção predial, com a disponibilização de mão de obra semanal de 16h (dezesseis horas), para o período compreendido entre de 27 de março de 2026 a 27 de março de 2027, incluindo os serviços de limpeza das placas solares, o qual será limitado a duas vezes por ano e com a incidência de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato para cada limpeza realizada. Contratada: CLEIDE MARIA IENE BUENO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 07.594.116/0001-45, com sede no município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, na Rua Rui Barbosa, nº 76, Centro, CEP 84.140-000. Valor do anual do contrato de R$ 17.520,00 (dezessete mil quinhentos e vinte reais), divididos em doze parcelas iguais de R$ 1.460,00 (mil quatrocentos e sessenta reais). Valor dos serviços de limpeza das placas solares de R$ 1.752,00 (mil setecentos e cinquenta e dois reais) por cada limpeza.

Publique-se no Edital da Câmara fazendo-se o encaminhamento para o Veículo de Publicação Oficial do Município e *web site* da Câmara Municipal de Porto Amazonas (http://www.cmportoamazonas.pr.gov.br), para os fins de publicidade.

Porto Amazonas, 16 de março de 2026.

JOÃO EDUARDO CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:1CB9B25E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DECISÓRIO EM RECURSO HIERÁRQUICO CE N°011/2025

ATO DECISÓRIO EM RECURSO HIERÁRQUICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2020/2025
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº011/2025
RECORRENTES: GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-CNPJ nº 43.459.615/0001-93
GG CONSTRUTORA LTDA-CNPJ nº 26.066.229/0001-12
RECORRIDO: AGENTE DE CONTRATAÇÃO

RELATÓRIO
Trata-se de recursos administrativos interpostos pelas empresas **GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** e **GG CONSTRUTORA LTDA**, no âmbito da **Concorrência Eletrônica nº 011/2025**, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução global (material e mão de obra) de **35 (trinta e cinco) unidades habitacionais**, vinculadas ao **Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS)**.
Os recursos foram analisados pela **Agente de Contratação**, que, em decisão proferida na fase recursal, **conheceu dos recursos interpostos e, no mérito, decidiu pelo seu provimento**, reformando a decisão anteriormente proferida na fase de habilitação.
Posteriormente, o processo foi submetido à **Procuradoria Jurídica do Município**, que exarou o **Parecer Jurídico nº 039/2026**, opinando pelo **provimento dos recursos administrativos**, com a consequente habilitação das empresas recorrentes.
É o relatório, passo à análise.

DA ANÁLISE DOS RECURSOS
Do recurso da empresa GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
A empresa GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA foi inabilitada sob o fundamento de que não teria apresentado comprovação suficiente da regularidade da subcontratação relacionada à Certidão de Acervo Técnico – CAT utilizada para comprovação da capacidade técnica operacional.
O setor técnico entendeu necessária a apresentação de anuência formal do Município de Curitiba/PR, proprietário da obra, na qual a empresa atuou como subcontratada.

Todavia, conforme bem destacado no Parecer Jurídico nº 039/2026, tal exigência não encontra respaldo na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021 e na Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, que regulamenta a emissão e validade das Certidões de Acervo Técnico.
Nos termos da referida norma, a comprovação da capacidade técnica pode ocorrer por meio de atestados acompanhados da respectiva CAT emitida pelo CREA, documento que possui fé pública e comprova a efetiva execução dos serviços.
O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) tem se manifestado reiteradamente contra o formalismo excessivo em licitações. O Acórdão 1045/2016 – Tribunal Pleno do TCE-PR, por exemplo, veda a exigência de documentos que dependam de compromisso de terceiro alheio à disputa, por configurar restrição indevida à competitividade.
Além disso, restou demonstrado nos autos que o atestado apresentado pela empresa comprova a execução de quantitativo superior ao mínimo exigido no edital, atendendo ao requisito técnico estabelecido.
Dessa forma, entendo que não subsistem fundamentos jurídicos suficientes para manutenção da inabilitação da empresa GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Do recurso da empresa GG CONSTRUTORA LTDA
A empresa GG CONSTRUTORA LTDA foi inabilitada sob o fundamento de que os atestados apresentados não comprovariam a execução mínima de 17 unidades habitacionais, conforme exigido no edital.
Contudo, conforme ressaltado no Parecer Jurídico nº 039/2026, a interpretação adotada pela comissão mostrou-se excessivamente restritiva.
Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, comprovação de capacidade técnico-operacional deve ocorrer por meio de atestados que demonstrem experiência em serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, não sendo exigida identidade absoluta com o objeto licitado.
Nesse sentido, obras como unidades básicas de saúde, escolas e edificações públicas apresentam características construtivas equivalentes à execução de unidades habitacionais, envolvendo técnicas e processos semelhantes de engenharia civil.
Assim, a desconsideração integral desses atestados configura interpretação excessivamente restritiva das exigências editalícias, o que contraria os princípios da competitividade e da razoabilidade.
O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), no Acórdão 1276/2022 - Tribunal Pleno, reforça o entendimento de que a comprovação da capacidade técnico-operacional deve estar relacionada às atividades contidas no edital, mas que a "similitude na execução é suficiente, não sendo necessária a identidade". A inabilitação da GG CONSTRUTORA, ao desconsiderar a experiência em edificações de complexidade comparável e se apegar a uma interpretação literal do quantitativo de "unidades habitacionais", configura um formalismo exacerbado. Tal rigor excessivo restringe indevidamente a competitividade do certame, afastando empresas qualificadas e contrariando o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
Além disso, a empresa apresentou certificações relevantes, como ISO 9001 e PBQP-H, que reforçam sua capacidade técnica e qualidade na execução de obras no setor da construção civil. Essas certificações são amplamente reconhecidas no mercado e servem como indicadores robustos da capacidade gerencial e técnica de uma empresa. A ISO 9001 atesta a existência de um sistema de gestão da qualidade eficaz, enquanto o PBQP-H é uma certificação específica para o setor da construção civil, demonstrando a qualificação da empresa para obras habitacionais, sendo inclusive um requisito para participação em programas de financiamento federal como o Minha Casa Minha Vida.

Dessa forma, conclui-se que a empresa demonstrou possuir capacidade técnica compatível com o objeto licitado, não havendo fundamento suficiente para sua inabilitação.

DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCESSO LICITATÓRIO
A Lei nº 14.133/2021 estabelece que os princípios da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa, são elementos essenciais à gestão pública e aos procedimentos licitatórios.
No presente caso, verifica-se que a manutenção das inabilitações, baseadas em interpretações excessivamente formais, poderia restringir a competitividade do certame e resultar em **contratação mais onerosa para o Município**, em desacordo com o interesse público.
Assim, a revisão das decisões mostra-se necessária para assegurar a observância dos princípios que regem a administração pública e os processos licitatórios.

CONCLUSÃO
Diante do exposto, ACOLHO o Parecer Jurídico nº 039/2026, adotando-o como fundamento desta decisão, e DECIDO:
I – DAR PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos pelas empresas:
GIGOSKI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 43.459.615/0001-93;
GG CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº 26.066.229/0001-12.
II – REFORMAR a decisão anteriormente proferida na fase de habilitação da Concorrência Eletrônica nº 011/2025.
III – DECLARAR HABILITADAS as referidas empresas para prosseguimento no certame licitatório.
IV – DETERMINAR o retorno dos autos à Comissão de Contratação, para continuidade do procedimento licitatório, observadas as disposições do edital e da legislação vigente.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Amazonas/PR, 16 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:6ED4BB37

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PE N°008/26

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 241/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa para Aquisição de Ambulância Tipo
A, Veículo Furgão Zero KM, de acordo com o descritivo da RESOLUÇÃO SESA Nº 1505/2024 e de acordo com as necessidades do serviço municipal de saúde, ainda conforme INCREMENTO DE INVESTIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE SANITÁRIO - RESOLUÇÃO SESA Nº 506/2023 – PROTOCOLO SESA PR Nº 20.396.778-0.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 30 de março de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 30 de março de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 330.747,0833 (trezentos e trinta mil e setecentos e quarenta e sete reais e oitocentos e trinta e três centésimos de centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 16 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:59DC0F6E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 44/2026

DECRETO Nº 44 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344 de 17 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional para o exercício de 2026, no valor de R$ 689.229,89 (Seiscentos e Oitenta e Nove Mil Duzentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Nove Centavos), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:
09 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE
09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0029.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
1953 00328 – EMENDA SAUDE.....R$ 50.000,00
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
2001 00328 – EMENDA SAUDE.....R$ 50.000,00
10 – DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241.0039.2039 – Manutenção do Fundo do Idoso
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
2481 00945 – VIDAS AQUECIDAS CEAS/PR.....R$ 4.923,60
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
2479 00934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS.....R$ 5.306,29
11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
20.606.0034.2034 – Manutenção do Departamento de Fomento Agropecuário
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
2473 00792 – CONVÊNIO SEAB 326/2025.....R$ 579.000,00

_____
TOTAL ..... R$ 689.229,89

Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro
00945 – VIDAS AQUECIDAS CEAS/PR.....R$ 4.923,60
00934 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS.....R$ 5.306,29
Excesso de Arrecadação
00328 – EMENDA SAUDE.....R$ 100.000,00
00792 – CONVÊNIO SEAB 326/2025.....R$ 579.000,00

_____
TOTAL ..... R$ 689.229,89

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Porto Amazonas, 16 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:50F1DD9D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE 006/26

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 136/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXCLUSIVA PARA ME E EPP

MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de urnas mortuárias e prestação de serviços fúnebres que atenda as demandas do Programa e Benefícios Eventuais, com fundamento na Lei Federal 14.133/2021 e previstos na Lei Municipal nº1.203 de setembro de 2022.

RESOLVE:

ADJUDICAR a licitante abaixo para os itens que compõem o objeto do Pregão Eletrônico n°006/2026:

FUNERARIA ARTUSI LTDA CNPJ: 43.896.175/0001-31 com o lote: 1 no valor total de R$ 39.039,84 (trinta e nove mil e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Porto Amazonas, 16 de março de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:FAA84181

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 039/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 039/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo de Dispensa Simples n. 014/2026 e ADJUDICO a empresa A. R. Leopoldino - Telecom, no valor total de R$ 40.260,00 (quarenta mil, duzentos e sessenta reais)

Neste mesmo ato, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, FICA AUTORIZADA a contratação direta do objeto abaixo referido, via DISPENSA DE LICITAÇÃO, com base no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de conectividade corporativa, consistindo no fornecimento de link de internet dedicado e de serviço de telefonia digital E1 (DDR), destinados a atender às necessidades de comunicação e conectividade da nova sede do Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – ORCISPAR.

CONTRATADO: A.R. LEOPOLDINO - TELECOM
CNPJ: 07.533.671/0001-67
ENDEREÇO: Av. Americo Belai, nº 2811 – Sala 01 – Jardim Dias, Maringá/PR, CEP 87.025-210

TELEFONE: (44) 3262-7406
EMAI: adriano@conectiva.eng.br
VALOR: R$ 40.260,00 (quarenta mil, duzentios e sessenta reais)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo, sito a Rua Pion. Miguel Jordão Matines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões, Maringá/PR, através do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3123-2800, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Maringá - PR, 16 de março de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo Cispar

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:B330B21B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65

CONTRATADA: RICARDO APARECIDO DE SOUZA ME
CNPJ: 37.796.781/0001-82

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de infraestrutura elétrica, incluindo, substituição de componentes elétricos, lâmpadas, disjuntores e tomadas, equipamentos de alimentação ininterrupta, motores elétricos e os devidos reparos técnicos para garantir o pleno funcionamento do sistema elétrico interno do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), em Maringá/PR.

VALOR: **R$ 42.840,00 (quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais)**

VIGÊNCIA: 06/03/2027

Jussara - PR, 06 de março de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo – CISPAR

CNPJ: 04.823.494/0001-65

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:DB660C64

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 13/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO 33/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CONTRATADA: CONVEPAR SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
CNPJ: 26.783.298/0001-47

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, *caput,* II da lei 8.666/93

DO OBJETO: Aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual de prestação dos serviços contratados de 15 de março de 2026 até 15 de março de 2027, permanecendo inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não revogadas.

DO VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2026/27: R$ 26.226,29 (Vinte e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos).

Maringá-Pr, 27 de fevereiro de 2026.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná
CNPJ: 04.823.494/0001-65
VALER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo CISAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:B30B0682

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO N.º 11 DE 13 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidores de cargo em comissão e do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024 e 01/2025

O **PRESIDENTE DO CISPAR**, uso de suas atribuições estipuladas, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada para o cargo de Coordenador de Regulação a Srª Geysa Fernandes Regilio de Souza Lemos, CPF nº 056.095.***-**, cargo comissionado Ad Nutum, para início dia 12/03/2026.

Art. 2º Fica nomeado para o cargo de Analista de Contabilidade, o Srª Robson Nelson Martins Barbosa, CPF nº 689.816.***-**, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, para início dia 12/03/2026.

Art. 3º Fica nomeado para o cargo de Técnico em Saneamento, o Srª Pedro Leonardo Vieira Andrade, CPF nº 445.283.***-**, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, para início dia 23/03/2026.

Art. 4º Fica nomeado para o cargo de Analista de Contabilidade, o Srª Aleksandro de Lima Sousa, CPF nº 116.451.***-**, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, para início dia 16/03/2026.

Art. 5º Fica nomeado para o cargo de Técnico em Laboratório, o Srª André Issao Komori, CPF nº 070.215.***-**, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, para início dia 16/03/2026.

Art. 6º Fica nomeado para o cargo de Técnico Ambiental, o Srª Henrique Cesar Lopes Geraldino, CPF nº 042.308.***-**, do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, para início dia 16/03/2026.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá-PR, 13 de março de 2026.

FABIO CHICAROLI
Presidente

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:7DB0412E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 063/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder **22** (vinte e duas) diárias, no valor unitário de R$ 39,55 (trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo o valor total de R$ 870,10 (oitocentos e setenta reais e dez centavos), em favor do servidor **MAYCON EMANUEL PEDRANGELO**, ocupante do cargo de **Motorista**, inscrito no CPF nº ..789-80, em razão de deslocamentos oficiais para transporte de alunos universitários ao município de Londrina/PR, com saída às 17h00, no período de 12 de março de 2026 a 10 de abril de 2026, em atendimento às atividades de transporte universitário do Município.

Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 16 de março de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:B455F399

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 064/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos), perfazendo o **valor total de R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos),** em favor do servidor ***CRISTIANO TEIXEIRA DE ALMEIDA***, ocupante do cargo de **Motorista,** inscrito no CPF nº ***.*******.199-50, em razão de deslocamento oficial **a serviço da Secretaria Municipal de Saúde,** para **transporte de paciente à Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional,** para realização do Teste do Suor, no município de **Curitiba/PR,** no dia **17 de março de 2026**, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 16 de março de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:34DF88EA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 065/2026

Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos agentes públicos municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **01 (uma) diária**, no **valor unitário de R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos)**, em favor do **Vice-Prefeito Municipal WALTER MALDONADO**, inscrito no CPF nº ***.***.848-93, para **participar da cerimônia de anúncio de liberação de recursos para o Programa de Implantação de Barracões Industriais e Espaços de Coworking**, destinada a 249 municípios, a realizar-se no dia **17 de março de 2026**, na cidade de **Curitiba/PR**.

Art. 2º A concessão da diária de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 16 de março de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:AB59EC27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
AVISO DE DISPENSA Nº 05/2025

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
A Câmara Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará REALIZAR dispensa de licitação, sob modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: **objeto eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de 500 coquetel, para os eventos desta casa de leis. Que vai ocorrer durante o ano de 2026, em datas a serem definidas pela organizadora. Os serviços referidos a serem realizados no âmbito do Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 12h00 do dia 16/03/2026 as 12:00hs do dia 19/03/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário oficial de Brasília.
O edital completo poderá ser solicitado via e-mail compras.camara@quatrobarras.br.leg.br o envio de proposta pode ser encaminhado neste próprio e-mail ou protocolado diretamente na CMQB **.Informações poderão ser obtidas pelo e-mail ou telefone (041)3671-3006, das 8h:00 às 12h00 e das 13:h00 as 17h:00.**

Câmara Municipal de Quatro Barras, 16 de março de 2026

TALITA CORDEIRO DE LIMA RODRIGUES
Pregoeira

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:FD295E11

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11533/2026 DE 17/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 366.560,57 (trezentos e sessenta e seis mil quinhentos e sessenta reais e cinqüenta e sete centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
06.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.001.10.301.0012.2.079.	Ações para Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde PACS	
878 - 3.1.90.11.00.00	31051 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	110.828,65
25.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.004.00.000.0000.0.000.	Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FUNDEB	
25.004.12.361.0017.2.027.	Ações para Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%	
881- 3.1.90.11.00.00	31080 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	34.016,21
25.004.12.365.0018.2.064.	Ações para Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 30%	
880 - 3.1.90.11.00.00	03102 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.919,97
25.004.12.365.0018.2.185.	Ações para Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 70%	
879- 3.1.90.11.00.00	03101 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	218.795,74
Total Suplementação:		**366.560,57**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 17 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:AB9B1DB4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11534/2026 DE 16/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 93.358,70 (noventa e três mil trezentos e cinqüenta e oito reais e setenta centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.067.	Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
465 - 3.3.71.70.00.00	01511 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	8.400,00
33.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
33.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
33.001.15.451.0041.2.222.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
787 - 3.3.90.40.00.00	01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	84.958,70
Total Suplementação:		**93.358,70**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
22.001.18.542.0010.2.067.	Ações para Manutenção do Serviço Coleta Seletiva de Lixo em Vias Públicas	
473 - 3.3.90.39.00.00	01511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.400,00
33.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	
33.001. 00. 000. 0000. O. 000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS	
33.001.15.451.0041.2.222.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
786 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	84.958,70
Total Redução:		**93.358,70**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:E78CD42E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11535/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, de acordo com o disposto na Lei Municipalnº 13/1999 e tendo em vista o que mais consta no processo protocolado sob nº 01/2025, RESOLVE:

Art. 1º Conceder, Aposentadoriapor Idade e Tempo de Contribuição a **ELAINE CRISTINA CARNEIRO DA SILVA LARA**, CPF xxx.331.949-xx, pertencente ao Quadro do Grupo Ocupacional Magistério da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, ocupante do cargo efetivo de Professor MLPE, Matrícula Funcional 87, com proventos integrais no valor bruto mensal de R$ 4.258,02 (quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dois centavos), com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, § 5º do art. 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, e art. 1º da Lei Federal 11.301/2006, aplicáveis por força do art. 36, II da Emenda Constitucional 103/2019, Nota Técnica SEI 12.212/2019/ME e Acórdão 663/2024 do Tribunal Pleno do TCE/PR, uma vez que a implementação dos requisitos cumulativos ocorreu após a Emenda Constitucional 103/2019 e ainda não foram promovidas alterações na legislação municipal.

Parágrafo único. Por ocasião da concessão daaposentadoria, a servidora descrita no caput deste artigo atestou a inexistência de acúmulo de benefícios previdenciários de que trata o art. 24 da Emenda Constitucionalnº 103/2019, cuja situação deve ser atualizada periodicamente pela beneficiária junto à PREVIBARRAS.

Art. 2º Para preservação do valor real do benefício nos termos do § 8º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucionalnº 41/2003, o reajustamento dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para servidores em atividade, com fundamento no art. 7º da Emenda Constitucionalnº 41/2003.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo efetivo em referência, a partir do início daaposentadoria, nos termos do art. 42, inciso VII da Lei Municipalnº 12/1999.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:6FBEF612

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11536/2026

Súmula: Nomeia o Senhor GENILSON CAMPOS DE ANDRADE para o exercício de cargo efetivo.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e considerando o Resultado Final do Concurso Público Municipal Edital nº 3/2014, Considerando os Autos do Processo 0002527-76.2025.8.16.0211, resolve NOMEAR o Senhor GENILSON CAMPOS DE ANDRADE, CPF ***.948.699-**, para exercer o cargo efetivo de "Guarda Municipal", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse imediata.

Quatro Barras, 16 de Março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:83713C4A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11537/2026

Súmula: Nomeia o Senhor CLAUDINEI FRANCISCO DE CARVALHO para o exercício de cargo efetivo.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e considerando o Resultado Final do Concurso Público Municipal Edital nº 3/2014, Considerando os Autos do Processo 0002525-09.2025.816.0211, resolve NOMEAR o Senhor CLAUDINEI FRANCISCO DE CARVALHO, CPF ***.360.839-**, para exercer o cargo efetivo de "Guarda Municipal", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse imediata.

Quatro Barras, 16 de Março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:84602B3F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 11538/2026

Súmula: Nomeia o Senhor DIVANEI MOTA DA SILVA para o exercício de cargo efetivo.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e considerando o Resultado Final do Concurso Público Municipal Edital nº 3/2014, Considerando os Autos do Processo 0000369-19.2023.8.16.0211, resolve NOMEAR o Senhor DIVANEI MOTA DA SILVA, CPF ***.302.509-**, para exercer o cargo efetivo de "Guarda Municipal", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com posse imediata.

Quatro Barras, 16 de Março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:1DA78B16

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ITENS FRACASSADOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa para aquisição de insumos para manutenção da frota municipal (óleos lubrificantes, graxas, fluídos e aditivos), conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 10.625/2025, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 05/2026, aberto no dia 09 de março de 2026, às 8h30, com o objeto de licitação em epígrafe, teve os itens 12 – ***Aditivo concentrado para radiador (...);*** 15 – ***Limpador desincrustante alcalino (...);*** 16 – ***Limpador desincrustante ácido (...)*** e 17 – ***Shampoo para limpeza automotiva concentrado*** considerados FRACASSADOS.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:4B6D7F0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de luminárias com tecnologia led de alta eficiência em atendimento à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 17/03/2026 às 08h29 do dia 31/03/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 31/03/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:DC5191A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa especializada para a realização de moldagem, confecção, instalação e ajuste de próteses dentárias, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 17/03/2026 às 13h59 do dia 31/03/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00 do dia 31/03/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:4B01466F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para a aquisição de materiais e acessórios para roçadeiras, bem como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados à execução de serviços de roçada, limpeza e manutenção de áreas públicas do Município, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 17/03/2026 às 08h29 do dia 01/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 01/04/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:2F716CBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Contratação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para ligações fixo-fixo e fixo-móvel, com serviço de discagem direta a ramal (DDR), com franquia ilimitada para qualquer operadora do Brasil, na modalidade local e longa distância nacional (LDN), com 60 canais, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 17/03/2026 às 08h29 do dia 02/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 02/04/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:856FB3DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço móvel pessoal (smp), com tecnologia 5G ou superior, incluindo a disponibilização de minutos para chamadas de voz e tráfego de dados (internet móvel) em caráter ilimitado, acompanhados do fornecimento de 118 (cento e dezoito) aparelhos celulares em regime de comodato, para atender às necessidades das diversas Secretarias do Município de Quatro Barras/PR, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 17/03/2026 às 13h59 do dia 02/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00 do dia 02/04/2026.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"
O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:7252ACA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 12/2023

OBJETO: o referido contrato tem por objeto a prestação de Serviços Técnicos Especializados, na Consolidação, Compilação, Versionamento e Gerenciamento dos Atos Oficiais do Município, em conformidade com as especificações da Inexigibilidade n° 11/2023.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: LEIS LTDA, CNPJ nº 03.725.725/0001-35.

DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto o reajuste inflacionário do Contrato de Prestação de Serviços n° 12/2023 através do índice IPCA/IBGE, conforme previsto em sua "**CLÁUSULA SEXTA: "DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DO AUMENTO E SUPRESSÃO E DO REAJUSTE"**" e garantido através do 3º Termo Aditivo ao referido contrato.

DO REAJUSTE: Utiliza-se o índice IPCA/IBGE acumulado entre os meses março de 2025 e janeiro de 2026, que representa 3,091% e reajusta o valor mensal objeto do Contrato para R$ 24.031,64 (vinte e quatro mil e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), totalizando o valor de R$ 288.379,68 (duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses.

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal Sr. Loreno Bernardo Tolardo, exarada no Processo administrativo nº 1873/2026, com Parecer Jurídico nº 50/2025, no amparo legal no inciso XI do artigo 40, no inciso III do art. 55 e no inciso IV do art. 57 da Lei n° 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 16 de março de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:3BE19321

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REPUBLICAÇÃO REQUERIMENTOS DE DIÁRIA N° 1851/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

REPUBLICAÇÃO do Requerimento de Diária n° 1851/2026
KAUANE PEREIRA ROTHEMANN – CPF. XXX.426.379-XX
I)Processo Administrativo n° 3591/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR DE ATIVIDADES DE OPERAÇÃO– SMAFP
III)Período de afastamento: 18/03/2026(08h) a 18/03/2026(12h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para execução prática de um roteiro de consistência de dados - RCD, na cidade de Curitiba/PR.

Quatro Barras, 13 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:04987344

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 1860/2026
EVELIN PERON– CPF. XXX.851.439-XX
I)Processo Administrativo n° 3834/2026
II) Cargo do servidor: DIRIGENTE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – SMS
III)Período de afastamento: 19/03/2026(08h) a 19/03/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para curso de monitoramento e Avaliação do Planejamento Municipal - PPA, na cidade de Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 1861/2026
CHERON ROTHEMANN – CPF. XXX.956.149-XX
I)Processo Administrativo n° 3835/2026
II) Cargo do servidor: SECRETARIA (O) – SMS
III)Período de afastamento: 19/03/2026(08h) a 19/03/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para curso de monitoramento e Avaliação do Planejamento Municipal - PPA, na cidade de Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 1862/2026
VANESSA SCANDELARI – CPF. XXX.323.129-XX
I)Processo Administrativo n° 3832/2026
II) Cargo do servidor: ENFERMEIRA – SMS
III)Período de afastamento: 19/03/2026(13h:30) a 19/03/2026(17h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para oficina RCD 2026 - SAUDE, na cidade de Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 1863/2026
JAQUELINE DE LARA TERZI – CPF. XXX.661.279-XX
I)Processo Administrativo n° 3823/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR OPERACIONAL – SMCT
III)Período de afastamento: 17/03/2026(07h) a 17/03/2026(18h:30)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).

VII) objetivo e destino da viagem: Diária para reunião ordinária Adetur, Rotas do Pinhão, em São José dos Pinhais/PR.

Quatro Barras, 16 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:9C3786BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 19/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 3729/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada
para prestação de serviços de transbordo e transporte de resíduos domiciliares, contendo conjunto truck
cavalo mecânico 6x2 e semirreboque basculante 3 eixos, capacidade para carga de no mínimo 25
toneladas e 50m³, com motorista e fornecimento de combustível para atender as demandas da
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem Estar Animal, conforme especificações
contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido
Edital. Na Modalidade De Inexigibilidade De Licitação, conforme o Art. 74 Caput da Lei Federal n◦
14.133/2021., e consonância com o Parecer Jurídico n° 188/2025.
CONTRATADA: FAÇO GESTÃO SUSTENTAVEL LTDA.
CNPJ: 19.166.418/0001-00
VALOR TOTAL DE: R$ 22.088,10 (vinte e dois mil, oitenta e oito reais e dez centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
472-- 3.3.90.39.00.00. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1000.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:E101D7FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE N° 20/2026

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, no uso de suas atribuições, declara inexigível de licitação à
despesa abaixo especificada, Processo n° 3152/2026. Objeto: Contratação por inexigibilidade de
licitação, de empresa especializada para realização de curso presencial de capacitação em Inteligência
Artificial, com carga horária de 08 horas, destinado aos Procuradores e servidores da Procuradoria-Geral
do Município de Quatro Barras, incluindo ministração por profissional qualificado, material didático e
certificação dos participantes.. Na Modalidade De Inexigibilidade De Licitação, conforme o Art. 74,Inciso
III, F e §3º Caput da Lei Federal n◦ 14.133/2021., e consonância com o Parecer Jurídico n° 080/2026.
CONTRATADA: LIBRIA PROJETOS E TREINAMENTOS EM INOVAÇÃO LTDA
CNPJ: 36.930.855/0001-69
VALOR TOTAL DE: R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais),
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
314- 08.001.02.062.0013.2.084.3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
JURÍDICA. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 1000.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:97F32C79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°036/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	036/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	16/03/2026			
FAVORECIDO:	CLEVERSON ANTONIO CANDIDO			
CPF:	**040.***.***-29**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
CIRCUITO DE CAPACITAÇÃO PARA GESTORES MUNICIPAIS DO ESPORTE				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	18/03/2026			
RETORNO:	19/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e ½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 16 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:9351DB50

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°038/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	038/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	16/03/2026		
FAVORECIDO:	WALDEMAR ALVES CARDOSO		
CPF:	**580.***.***-00**		
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS .			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	17/03/2026		
RETORNO:	19/03/2026		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e ½		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	02 e ½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:			
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 16 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:5F3B8CB2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXONERAÇÃO

DECRETO Nº.026/2026

SÚMULA: Exonera Servidor a pedido.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o protocolo 427/2026,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica exonerado a pedido o servidor **JOÃO VITOR DA COSTA TURINI,** portador da Cédula de Identidade com RG nº. 13.***.*17-2 e do CPF nº. 058.***.***-59, lotado na Secretaria Municipal de Administração Geral, exercendo o cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO – TEMPORÁRIO**, a partir desta data.

Art. 2º. – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 16 de Março de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:FDFEB65C

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
PORTARIA Nº.118/2026

PORTARIA Nº 118 DE 16 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Nomeia Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Querência do Norte.

RICARDO PAULINO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE :

Art. 1º. Nomear, de acordo com o artigo 30 da Lei Municipal 905/2010, **JOÃO VITOR DA COSTA TURINI**, para a função de ASSESSOR PARLAMENTAR da Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, símbolo - CC – 01.

Art. 2º. As funções a serem desempenhadas pelo ocupante do cargo de Assessor Parlamentar são as descritas no **Anexo V** da Lei 905/2010.

Art. 3º. Os efeitos da presente Portaria passam a valer a partir da data de sua edição.

Registre-se. Publique-se.

Edifício da Câmara Municipal de Querência do Norte, Gabinete do Presidente, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 2026 (dois mil e vinte e seis).

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:B551F87A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº001/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de telefonia fixa.

Modalidade de Licitação:DISPENSA, tipo menor preço por lote.
Tipo de participação: EXLUSIVO PARA ME/EPP/MEI.
Recebimento das propostas: de 18/03/2026 às 09:00 até 24/03/2026 às 08:00.
Data e hora da fase de disputa de preço: 24/03/2026 às 09:00.
Horário de encerramento da disputa: 24/03/2026 às 15:00.
Link para realização da sessão de disputa: http://www.comprasnet.gov.br.
Valor máximo: R$5.986,35 (cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos)

Aviso de contratação e seus anexos: As informações relacionadas à dispensa de licitação poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Quitandinha, situada na Av. Fernandes de Andrade, nº 839, Centro, Quitandinha, PR, telefone WhatsApp (41) 3623-1443 e pelo e-mail quitandinhacamara@hotmail.com. O aviso de dispensa de licitação completo pode ser obtido no site: https://www.camaradequitandinha.pr.gov.br/dispensasdelicitacoes.Dotação

Orçamentária
01.00 – Legislativo Municipal
01.101 – Câmara Municipal
01.031.0001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
3.3.90.39.58.00 – Serviços de Telecomunicações

Informações:A Câmara Municipal isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de e-mails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos proponentes, mau funcionamento de provedores de internet ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle.
Câmara Municipal de Quitandinha/PR, 11 de março de 2025.

CARLOS EDMILSON DE MOURA
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:65DBC89A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

Licitação conforme disposição da Lei nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), Lei Complementar nº 147/2014 e Lei Municipal nº 814/08/2021 – Empresas sediadas no âmbito do Estado do PARANÁ.

O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO - MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS TEMÁTICAS, ORGANIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE PEÇA TEATRAL PAIXÃO DE CRISTO PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D´OESTE-PR, DE ACORDO COM O TERMO DE CONVÊNIO N.º 0101/2026, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, E O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, PARA FOMENTAR E APOIAR A REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTEGRANTES DO PROGRAMA PARANÁ MAIS EVENTOS E AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES

NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO E SEUS ANEXOS.

Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 17 de MARÇO de 2026 até às 08h30min do dia 31 de MARÇO de 2026.
Data e horário da Abertura das Propostas: **às 08h30min do dia 31 de MARÇO de 2026.**
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 31 de MARÇO de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 16 de março de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:9CECD477

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1918/09/2026

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar , no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprovou a LEI 996/09/2025 e Conforme seu Artigo 6º e eu Prefeito Municipal DECRETO;
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR na importância de R$ 960.000,00 (Novecentos e Sessenta Mil Reais), para reforço seguintes Dotações Orçamentárias:

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
07.00.00000000.000	Departamento de Assistência Social			
07.04.00000000.000	Divisão do Fundo Municipal Direitos Pessoa Idosa			
08.241.0023.2.084	Manut. Do F. M. Direito Pessoa Idosa			
3.3.90.43.00.00	Subvenções Sociais	293	0	60.000,00
10.00.00000000.000	Departamento de Cultura			
10.02.00000000.000	Divisão de Cultura Municipal			
13.392.0018.2.081	Manut. - Festividades e Eventos Municipais			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	350	0	900.000,00
TOTAL.....				960.000,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida a redução das Seguintes Dotações Abaixo;

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.04.00000000.000	Divisão de Suprimentos			
04.122.0002.2.010	Manutenção da Divisão de Serviços Gerais			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	46	0	800.000,00
16.482.0033.1.026	Aquisições de Mat. e Const. de Casas Carentes			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	280	0	160.000,00
TOTAL.....				960.000,00

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 16 de Março de 2.026

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Reginaldo Pepece
Código Identificador:C4DD34A3

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1919/09/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre Expediente nas repartições Públicas Municipais no dia 19 e 20 de março de 2026, e da outras providências".

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, o Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o feriado do dia 19 de março de 2026 (São José Padroeiro do Município) e 20 de março de 2026 (Aniversário de Emancipação Política do Município);

DECRETA
Art. 1º Não haverá expediente nas repartições Públicas Municipais de Rancho Alegre D'Oeste, no período de 19 à 20 de março de 2026 em virtude das comemorações alusivas ao dia de São José (Padroeiro do Município) e Aniversário do Município (Aniversário de Emancipação Política do Município);

Parágrafo Único – O estabelecido no "caput" deste artigo **não se aplica aos serviços essenciais de limpeza, bem como ao atendimento dos membros do Conselho Tutelar,** que estarão de plantão para eventuais atendimentos,

Art. 2º O Departamento de Saúde contará com plantão da ambulância para os atendimentos de emergência no período acima citado;

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário;

PAÇO MUNICIPAL 20 DE MARÇO, EM 16 DE MARÇO DE 2026

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:948597CD

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

CONTRATANTE: **Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**
CONTRATADA: W PEDROSO PRODUÇÕES E EVENTOS - ME, inscrita no **CNPJ sob o Nº 57.494.405/0001-40.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RODEIO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 20, 21 E 22 DE MARÇO DE 2026 DURANTE O EVENTO "EXPORANCHO 2026" ALUSIVO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
VALOR TOTAL DOS LOTES:R$ 298.000,00 (Duzentos e noventa oito mil reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:16/03/2026
DATA DO CONTRATO: 16/03/2026
VIGÊNCIA D O CONTRATO: Até 12/09/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 16 de Março de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:384FF6D6

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026

CONTRATANTE: **Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR**
CONTRATADA: W PEDROSO PRODUÇÕES E EVENTOS - ME, inscrita no **CNPJ sob o Nº 57.494.405/0001-40.**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RODEIO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURA DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 20, 21 E 22 DE MARÇO DE 2026 DURANTE O EVENTO "EXPORANCHO 2026" ALUSIVO EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
VALOR TOTAL DOS LOTES:R$ 298.000,00 (Duzentos e noventa oito mil reais).
DATA HOMOLOGAÇÃO:16/03/2026
DATA DO CONTRATO: 16/03/2026
VIGÊNCIA D O CONTRATO: Até 12/09/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Municipal nº 814/08/2021 e Decreto Municipal n.º 1.783/2024 e demais legislação aplicável.

Rancho Alegre D'Oeste – PR, 16 de Março de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sueli Batista Alves
Código Identificador:FD6D34B6

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 108/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – O Servidor **Everson Ribeiro de Jesus**, ocupante do cargo de - Auxiliar Desportivo no Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para deslocamento para participação no no evento Circuito de Capacitações para Gestores do Esporte. O evento ocorrerá no dia 18 e 19 de março de 2026, em Curitiba -PR.
III – Data: **17/03/2026 a 20/03/2026.**
IV – Curitiba/**PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 16 de março de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:AD1FB964

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 109/09/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE RANCHO ALEGRE D'OESTE.

O Senhor Everton Cássio Zanuto, Prefeito do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município conforme Decreto n° 1.917/09/2026, que Regulamenta a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Rancho Alegre D'Oeste, RESOLVE,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Nomeados os membros para comporem a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Rancho Alegre D'Oeste, convocada pelo Decreto 1.917/09/2016, ficando a mesma constituída pelos seguintes membros:

Representantes da área governamental:
Nome: Fernanda Melo Moreira - CPF: 080.985.419-83
Representante do Departamento de Cultura

Nome - Erica Luzia Ferreira dos Santos CPF - 042.261.029-16
Representante do Departamento de Educação

Representantes de Instituições Convidadas
Nome: Sivanilda Nascimento Pereira - CPF: 960.411.379-87
Representante da Área de Artesanato

Nome:Domingos Mercial - CPF: 024.781.029-00
Representante da Área da Música

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação**.**

Rancho Alegre D`Oeste, Paraná, 16 de Março de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:602B4C9A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 110/09/2026

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 13/03/2026 à 10/06/2026 (90 dias) por motivos descritos pelo CID S82 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 13/03/2026 à 10/06/2026, ao Servidor Público Municipal, **Sr. ANTONIO AMARO ALVES, ocupante do Cargo de MOTORISTA I,** mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pelo Servidor retro ao Departamento de Administração do Município.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pela Servidora retro.

R E S O L V E

I – **Conceder** afastamento de suas atividades do cargo de **MOTORISTA I,** ao Servidor Público Municipal, **Sr. ANTONIO AMARO ALVES,** no período de **13/03/2026 à 10/06/2026 (90 dias),** conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que a acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de **13/03/2026 à 10/06/2026 (90 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 13/03/2026 à 10/06/2026.**

II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020**, com o recebimento do referido benefício no período de 13/03/2026 à 10/06/2026.**

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 16 DE MARÇO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:11F7A252

CÂMARA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE
PORTARIA Nº 8/09/2026

Dispõe sobre o expediente da Câmara Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, nos dias 19 e 20 de março de 2026.

A Presidente da Câmara Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sra. VALÉRIA MINERVINO AGUILAR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1.º Informar os Senhores Vereadores, bem como aos demais interessados, que nos dias 19 e 20 de março de 2026, não haverá expediente na Câmara Municipal, em virtude dos feriados dos dias 19 de março (São José, Padroeiro do Município) e 20 de março (Aniversário de Emancipação Política do Município), retornando as atividades normais no dia 23 de março de 2026 (segunda-feira).

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL
Rancho Alegre D'Oeste-PR, em 16 de março de 2026.

VALÉRIA MINERVINO AGUILAR
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ivanildo Divino Ferreira
Código Identificador:F4BA7A1D

EDUCAÇÃO
PORTARIA 102/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:

AUTORIZAR

I – A Servidor(a) SILVANA CRISTINA DE GOIS, ocupante do cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO**,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para o **SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS e Evento Alimentação Escolar**
III – Data: **17/03/2026 a 20/03/2026.**
IV – Cidade de **Foz do Iguaçu/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 16 de março de 2025.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Cristina de Gois
Código Identificador:7B8E24D5

EDUCAÇÃO
PORTARIA 103/09/2026

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei nº 959/09/2025, resolve:
AUTORIZAR

I – A Servidor(a) ERICA LUZIA DOS SANTOS FERREIRA, ocupante do cargo de **PEDAGOGA DO DEPARTAMENTO,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para **SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS e Evento Alimentação Escolar.**
III – Data: **17/03/2026 a 20/03/2026.**
IV – Cidade de **Foz do Iguaçu/Pr**
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 16 de março de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Cristina de Gois
Código Identificador:6433A709

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.027, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O QUADRIÊNIO 2025-2029 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE REALEZA Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
DECRETA:
Art. 1º. Fica instituída a composição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Realeza, para o quadriênio 2025-2029, conforme segue:
I - Representantes do Poder Executivo:
Titular: Priscila Weber Franciscon (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente)
Suplente: Josymara Kozerski (Escola Municipal Modesto de Palma)
II - Representantes dos Profissionais da Educação:

Titular: Elisandra Maria Moreira (CMEI Pequeno Príncipe) - **VICE-PRESIDENTE**
Suplente: Elizandra Aparecida Wink Rizzi (Escola Municipal 24 de Junho)
Titular: Angélica Schmitt (CMEI Pingo de Gente)
Suplente: Marilia Eduarda Wons (CMEI Pingo de Gente)
III - Representantes de Pais de Alunos:
Titular: Tamilys Caroline Christmann da Cunha Weizemann (Escola Municipal Independência) - **PRESIDENTE**
Suplente: Keli Cristina Kerber Casagrande (CMEI Vó Totinha)
Titular: Jessica Luana Pereira Back (Escola Municipal Profª Greuza Dal Molin)
Suplente: Carla Denise Renner (Escola Municipal Santo Antônio)
IV - Representantes da Sociedade Civil:
Titular: Maria Luiza Souza Netto (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)
Suplente: Pedro Luiz Dalla Costa (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)
Titular: Márcia Maria Locatelli da Silva (APAE)
Suplente: João Paulo Rossi Rodrigues (COOPAFI)
Art. 2º Compete ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) exercer a fiscalização e o acompanhamento da aplicação dos recursos federais transferidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo a qualidade dos serviços e a segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede pública de ensino do Município de Realeza – Paraná.
Art. 3º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, do Município de Realeza - Paraná, terá um prazo de vigência de mandato por um período de 04 (quatro) anos, a contar da data do dia 18/03/2025 a 18/03/2029, conforme Resolução nº38de 16 de julho de 2009, artigo 26, § 3º.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, ficando revogado o Decreto Municipal nº 4.856, de 18 de março de 2025.
Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:1BF77C53

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.728, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Designa os membros do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (CPPD) da Prefeitura Municipal de Realeza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:
Art. 1º Indicar os membros do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (CPPD) da Câmara Municipal de Realeza, em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº. 13.709/2018), o qual passa a vigorar com as seguintes representações:
I. Encarregada Pelo Tratamento De Dados Pessoais:
ALBERTO BESSA CONSULTORIA E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.553.108/0001-23, representada por LUANA VARASCHIM PERIN, inscrita na OAB/PR sob o nº 83.331
II. Representante do Gabinete do Prefeito:
PAULO CEZAR CASARIL
GABRIELA MOSCHEN MARINS DE AZEVEDO MACHADO
TANIA REGINA DE OLIVEIRA
III. Controladoria de Controle Interno:
TAINARA SETTI
IV. Procuradoria Geral do Município:
CHRISTIAN LORHAN BECHLIN CARNIEL
LUISE SCHIRRMANN DORS
V. Secretaria da Administração:
NICOLY E. MARTINI
HELOISE GOMES DE MORAES
VI. Secretaria de Finanças:
MARCOS HENRIQUE TOMAZINI MIKOANSKI
VALDAIR POLLAN
VII. Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo:
ROGÉRIO TEIXEIRA
CECILIA IRENE BERVGLIERI
VIII. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:
KLEITSON TELMO GRISA
MATEUS ANTÔNIO GLUSZEWICZ
IX. Secretaria de Assistência Social:
ZANETI DE CARLI MARCANTE
ELISANGELA BULAU
X. Secretaria de Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer:
GUSTAVO RODRIGO LOPES DA SILVA
MARLI SALETE FREDO
XI. Secretaria de Educação:
LIZABETE WOICIK KARNIKOWSKI
GILBERTO DA LUZ
XII. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:
DAIANE AMBROSINI BIDA
ELUANA MARIZA ROTERMEL
XIII. Secretaria de Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano:
NOIMAR RAMPANELI
NAGYLA LUANA KUNZ
XIV. Secretaria de Saúde:
FABIANA CIGOLINI
SILVÉRIO LABINO VILANTE
XV. Tecnologia da Informação:
KELLY FERNANDA SONVEZ
XVI. Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida
ALINE MARIA KLUSKA
ISMAEL MACHADO
XVII. Setor de Tributação
ANA PAULA PEREIRA RIBEIRO
BRUNA DOS SANTOS DALLAGNOL
XVIII. Realtran
JUSSARA DE ALMEIDA
Art. 2º Os servidores nomeados exercerão as atividades sem prejuízo de suas atribuições regulares.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Realeza, 16 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:27C3241C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.729/2026 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre concessão de férias e dá outras providências.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder **05 (cinco)** dias de férias para o (os) Servidor (es) abaixo relacionados, a partir de **16/03/2026**.

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106882	Michele Martinazzo	Odontólogo	05/03/2025 até 04/03/2026

Art. 2º- Esta Portaria vigora a partir de sua publicação.

Realeza, 16 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C0D5E866

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.730/2026 16/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR: a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado 08/2025 de Auxiliar de Serviços Gerais, com fins retroativos a partir da data de 14 de março de 2026.

SANDRA MASCHIO	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:26F78B67

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REGULAMENTO DA 3ª FEIRA DO MEI - ESPECIAL DIA DAS MÃES DE REALEZA (2026)

INTRODUÇÃO:
O presente regulamento tem como objetivo estabelecer as normas e condições para a participação na 3ª Feira do Microempreendedor Individual (MEI) especial dia das Mães - Realeza, a ser realizada nos dias 08 e 09 de maio de 2026, (sexta-feira e sábado), no dia 08/05/2026 horário das 13h às 22h e no dia 09/05/2026 das 08h às 22h, na Avenida Rubens César Caselani em frente a praça coberta.
OBJETIVO:
● Promover a divulgação dos produtos e serviços dos MEIs de Realeza;
● Fortalecer a rede de relacionamento entre os MEIs e a comunidade;
● Oferecer oportunidades de negócios aos expositores;
● Contribuir para o desenvolvimento econômico local.
VANTAGENS PARA O MEI:
● Exposição: A feira proporciona oportunidade para os MEIs exibirem seus produtos e serviços diretamente à comunidade local, aumentando sua visibilidade e reconhecimento de marca.
● Rede de contatos: O evento oferece um ambiente propício para a interação entre os MEIs, troca de experiências e formação de parcerias.
● Promoção do evento: A divulgação ampla realizada pelo órgão público e pela mídia local aumenta a visibilidade da feira, atraindo um grande número de visitantes, o que pode resultar em um aumento significativo no público consumidor.
DAS VAGAS
As vagas cedidas para MEIs na feira serão limitadas à 16 stands internos na tenda, sendo:
a) 11 espaços na tenda, com o tamanho de 4m largura X 4m comprimento (cada stand);
b) 1 Espaço específico para divulgação dos Meis prestadores de serviço que tiverem interesse em deixar cartões de contato da empresa.
c) 4 espaços na tenda de alimentação, com o tamanho de 4m largura X 4m comprimento (cada stand);
d) Espaço livre para brinquedos infláveis (caso tenha interessados);
e) 1 espaços livres para floricultura, (caso tenha interessado);
OBS 1: Os espaços poderão ter a metragem reajustada de acordo com a adesão de feirantes.
OBS 2: Havendo mais inscritos do que os espaços disponíveis na Feira do MEI, será realizado sorteio entre os interessados.
OBS 3: Não havendo o número de MEIs suficiente, poderá ser aberta as vagas para as entidades do município.
CATEGORIAS HABILITADAS A PARTICIPAR DA 3° EDIÇÃO DA FEIRA DO MEI - ESPECIAL DIA DAS MÃES
a) alimentos em geral;
b) Alimentos prontos (Ex: pão, cuca, bolacha, bolo de pote, geleias, conservas, entre outros);
c) Doces gourmet;
d) Produtos de higiene pessoal (Perfumaria);
e) Roupa, moda íntima, pijamas;
f) Produtos de limpeza em geral;
g) Floricultura em geral;
h) Artigos de decoração;
i) Artesanatos.
INSCRIÇÕES
a) O prazo para inscrição 12/03/2026 até 10/04/2026;
b) O sorteio caso exceda o número de inscritos será, 16/04/2026;
c) Divulgação oficial dos expositores no grupo dos MEIs de Realeza será até, 17/04/2026
OBS: A inscrição será realizada somente na Sala do Empreendedor de Realeza, conforme horário de atendimento, sendo das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h.
PERÍODO E CRONOGRAMA DE MONTAGEM E DESMONTAGEM DOS STANDS
a) A 3° Feira do MEI Especial Dia das Mães, será nos dias 08 de maio de 2026, das 13h às 22h e no dia 09 de maio de 2026, das 08h às 18h.
b) Compete ao MEI iniciar a montagem dos stands a partir das 7:30h do dia 08/05/2026.
c) A desmontagem dos stands deverá ser a partir das 18:00h do dia 09/05/2026.
OBRIGAÇÕES DA SALA DO EMPREENDEDOR DE REALEZA E/OU SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
● Planejamento e organização: Elaborar e executar o planejamento geral do evento, incluindo cronograma, definição de espaços, divulgação, logística, acompanhamento das atividades e demais documentações necessárias.
● Infraestrutura: Garantir a infraestrutura básica do evento, como:
- Local adequado para a realização da feira;
- Instalações elétricas e sanitárias adequadas;
- Fornecer 1 pontos de energia em cada espaço;
- Equipamentos de som e internet;
- Organizar a disposição do espaço conforme croqui (anexo 1) ao final deste regulamento;
● Divulgação: Promover a ampla divulgação do evento através de diversos canais, como redes sociais, mídia local e divulgação nas demais salas do empreendedor da região.
● Apoio aos expositores: Oferecer suporte aos expositores durante todo o evento, incluindo:
- Orientação sobre a montagem dos stands;
- Auxílio na resolução de problemas técnicos e logísticos;
- Informações sobre os serviços disponíveis no local.
● Avaliação: Realizar uma avaliação do evento após o término, com o objetivo de identificar pontos fortes, fracos e oportunidades de melhoria para futuras edições.
OBRIGAÇÕES DOS EXPOSITORES
● Montar e desmontar o stand no prazo estabelecido pela organização;
● O MEI deve recolher o lixo que produziu, fazer a separação do lixo de forma correta e descartar em local adequado ao final de todos os dias da feira;
● Atender aos visitantes de forma cordial e profissional;
● O expositor deve zelar pela segurança de seus produtos e pertences durante todo o evento;
● O MEI é responsável por levar os móveis e acessórios necessários para a decoração e organização do seu espaço;
● O MEI é responsável pelo transporte dos produtos que pretende vender durante a feira;
● Garantir o cumprimento das normas do código de postura do município;
● Seguir todas as práticas exigidas pela vigilância sanitária, com relação a higiene e boas práticas, no manuseio de ingredientes utilizados no preparo dos lanches/bebidas.
● Abster-se de praticar quaisquer atos, ilícitos ou não, que possam comprometer a imagem do Evento Feira do Mei-Especial dia das Mães, bem como do Município de Realeza, a idoneidade dos parceiros que possam violar ou ameaçar direitos, sob pena de rescisão do Termo de Autorização de Uso e de ressarcimento dos danos eventualmente decorrentes, além das sanções previstas em lei.

● É de obrigação dos MEIs, a organização interna e manutenção do espaço concedido, assim como zelar, cuidar e devolver, em perfeito estado de conservação, o patrimônio público e a estrutura que poderá ser concedida e disponibilizado pela organização, sendo que, havendo alguma irregularidade ou avaria, o dano é de total responsabilidade do participante.
● Não dar ao espaço concedido, destinação diversa da permitida na AUTORIZAÇÃO DE USO;
● Não realizar quaisquer alterações no espaço, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias, sem autorização prévia e por escrito do MUNICÍPIO.
● Responderá o MEI, cível, criminal e administrativamente pelos atos de seus agentes, bem como por danos e/ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros em decorrência da má utilização do espaço ora autorizado para uso.
● Todos os participantes da feira, tanto os Microempreendedores Individuais (MEIs) quanto os expositores da praça de alimentação, são responsáveis pela contratação de um serviço de vigilância e segurança para todo o período do evento. Os custos desse serviço serão divididos igualmente entre todos os envolvidos.
● O Microempreendedor Individual (MEI) que trabalha com alimentos tem a responsabilidade legal e sanitária de garantir a segurança alimentar, manuseando os produtos conforme as normas da Vigilância Sanitária (Anvisa) e licença sanitária do município.
PROIBIÇÕES
● É proibida a venda de bebidas destiladas.
● Os expositores ficam proibidos de comercializar produtos proibidos por lei.
● É proibida a utilização de som em volume excessivo.
● É proibida a distribuição de materiais promocionais fora do espaço do stand.
● Não poderá ceder, sublocar ou transferir total ou parcialmente o espaço concedido, sejam eles, instalações, serviços ou infraestrutura sem a prévia anuência expressa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação de Realeza.
DIVULGAÇÃO
● A organização da feira se encarregará da divulgação do evento através de diversos canais, como redes sociais e imprensa local.
● Os expositores poderão utilizar a logomarca do evento em seus materiais de divulgação.
DISPOSIÇÕES GERAIS
● A organização da feira se reserva o direito de alterar este regulamento a qualquer momento, desde que comunique aos expositores com antecedência.
● Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela organização da feira.
● A Prefeitura Municipal de Realeza não se responsabiliza por quaisquer ônus ou avarias que os feirantes venham a sofrer durante a feira;
● A coordenação da Sala do Empreendedor se reserva o direito de desclassificar qualquer MEI que não cumprir os pré-requisitos ou que descumprir as regras estabelecidas neste regulamento;
● Ao MEI que for participar da 3° edição da Feira do MEI - Especial Dia das Mães, é obrigatório assinar o termo de concessão de uso;
● Ao se habilitar para participar da 3° feira do MEI, o expositor declara ter lido e concordado com todas as cláusulas deste regulamento.
CONTATO
Para mais informações, entre em contato com a Sala do Empreendedor através do telefone n° (46)98817-4254.
Este regulamento é parte integrante da inscrição na 3° edição da Feira do MEI - Especial Dia das Mães de Realeza.
Realeza, 16 de março de 2026.

COORDENAÇÃO DA SALA DO EMPREENDEDOR DE REALEZA

Anexo 1 – Croqui da 3° feira do MEI 2026.(disponível na Secretaria)

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:1E1D0551

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE-RP 10

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 28/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE rádios comunicadores conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 02 de abril de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 18 de março de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASNET.

REALEZA, AOS dezesseis dias de março de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:E700FB37

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO REABERTURA PE 04

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para o conhecimento dos interessados que irá reabrir o edital de Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO Nº 04/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 06/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: Aquisição de um veículo de uso exclusivo para os Serviços Tipificados do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
A sessão de disputa será realizada no dia 31/03 às 08:30h na plataforma ComprasGOV.
Maiores informações podem ser obtidas com o setor de licitações via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.

REALEZA, aos 16 dias de Março de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:61FE1C5B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CONC 21

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 57/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção de barracão pré-moldado em concreto armado com tesouras metálicas para cobertura, para o aterro sanitário do município de realeza
REFERENTE LICITAÇÃO Concorrência Nº 21/2025
VALOR TOTAL: R$103.000,00 (Cento e Três Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 11/03/2026

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:16CB2163

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO - DISP. 09

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 54/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: N2L PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME.
OBJETO: Aquisição de Nitrogênio Líquido, para atender as necessidades da Secretaria Municipal Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.
REFERENTE: LICITAÇÃO Processo Dispensa Nº 9/2026.
VALOR TOTAL: R$15.000,00 (Quinze Mil Reais)
DATA DA ASSINATURA: 10/03/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:1DF44F82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026

CONVOCA E REGULAMENTA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHERPARA O BIÊNIO 2026 / 2028.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1981 de 12 de novembro de 2025, CONVOCA todas as entidades legalmente constituídas e em funcionamento, interessadas em habilitar-se a fim de concorrer na Assembleia de Eleição das Entidades não-governamentais para compor o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER para a gestão 2026/2028, na forma do presente Edital.
Art. 1º - Poderão candidatar-se ao pleito eleitoral as entidades de âmbito Municipal interessadas em ocupar uma vaga no CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER que compartilhem dos princípios da Política Pública da Mulher, nos termos dos arts. 6º e 7º da Lei Municipal 1981.
I - a representação da sociedade civil será eleita e composta por 04 representantes titulares e respectivos suplentes, com atuação em âmbito municipal, sendo elas:
01 (um) representante de movimento lojista ou empresarial;
03 (três) representantes de movimentos culturais, sociais ou religiosos de defesa dos direitos das mulheres e/ou crianças e adolescentes e/ou da pessoa com deficiência e/ou da pessoa idosa.
Art. 2º - O período para registro da candidatura e credenciamento de seus representantes para votar e/ou ser votado na Assembleia será de **18 de março de 2026 a 10 de abril de 2026** junto a Secretaria de Assistência Social, situada à Avenida Castelo Branco, nº 297, Bairro Centro, Renascença/Pr. E ou pelo email social@renascenca.pr.gov.br.
Art. 3º - As entidades da sociedade civil poderão habilitar-se mediante requerimento próprio assinado pelo representante legal da entidade, acompanhado com os seguintes documentos:
I – Requerimento, conforme (Anexo I), devidamente preenchido, devendo indicar o nome da pessoa que votará em nome da entidade e os nomes dos indicados para representar a entidade: (titular e suplente);
II – Cópia do Estatuto Registrado em cartório;
III – Cópia da Ata da atual diretoria com indicação do Representante Legal;
IV – Comprovante de Endereço;
V – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
VII – Cópia do R.G. e CPF e comprovante de residência dos representantes titular e suplentes indicados pelas entidades.
Art. 4º - Após análise da Comissão de Eleição, serão publicadas até **17 de abril de 2026** as entidades destacando as habilitadas e não habilitadas, segundo os critérios específicos do presente Edital.
Art. 5º - A entidade cuja inscrição venha a ser indeferida nos termos deste Edital, após notificada, terá cinco dias para apresentar recurso.
Art. 6º - A Assembleia será realizada no dia **28 de Abril de 2026, com início às 09:00 horas**, sendo que o resultado será proclamado em seguida, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Parágrafo Único – Em caso de empate, será considerada eleita a entidade que tiver maior tempo de funcionamento, conforme CNPJ.
Art. 7º - A Assembleia não levará em conta o quórum mínimo, sendo que os processos de votação e apuração acontecerão com qualquer número de participantes, seguindo os decretos municipais quanto aos cuidados devido a pandemia.
Art. 8º – A relação das respectivas entidades eleitas e dos respectivos conselheiros (as) indicado (as) serão enviados ao poder executivo para nomeação através de decreto ou portaria e na próxima reunião serão empossados.
Art. 9º – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos mediante legislação em vigor.
Art. 10º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Renascença, 16 de março de 2026.

ROSA MARIA FONTANA DIAS
Secretaria de Assistência Social.

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:3D596B09

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 EDITAL Nº 032 DE 16 DE MARÇO DE 2026

1. A Prefeita do Município de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com art. 37, inciso IX, da Constituição Federal; artigo 236, da Lei Complementar nº 016, de 10 de agosto de 2015, Lei Municipal nº 1928 de 28 de janeiro de 2025, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para que no **dia seguinte ao da publicação da presente convocação** compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença para assumir a vaga e assinar o contrato:

Cargo: **Farmacêutico 40h (Temporário)**

Classificação	Nome	Pontuação Final
07º	Bruna Luiza Zanini Gotz	68,00

2. Os candidatos convocados de acordo com a ordem de classificação deverão apresentar-se no dia seguinte ao da convocação para assumir a vaga e assinar o contrato, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, munido dos seguintes documentos:

2.1- Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (filhos, conjugue, etc)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta.
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI – Carteira de Reservista (se sexo masculino)
XII- Apresentar todos os originais declarados para a prova de títulos no momento da inscrição para o Processo Seletivo Simplificado.

2.2 - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente

II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.

III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).

3 - As declarações a que se referem os Incisos II e III do item 2 deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

4. Não ocorrendo a apresentação, os candidatos serão considerados desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

5. Os candidatos convocados que não aceitarem a vaga, poderão uma única vez, ser incluído no final da relação dos Candidatos classificados, desde que requeiram este reposicionamento.

6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:FAC0617D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 004/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: ALS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.609.660/0001-98, com sede na AV DR GASTAO VIDIGAL, 1132 - CEP: 05314000 - BAIRRO: VILA LEOPOLDINA.
LICITAÇÃO: Processo inexigibilidade 4/2026
OBJETO: AQUISIÇÕES DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EDUCACIONAIS para atendimento as escolas da rede de ensino pública municipal dos municípios consorciados ao CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CINDESP conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Pregão Eletrônico nº. 3/2025.
VALOR TOTAL: R$ 164.800,00(Cento e Sessenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:13 de março de 2026
Reserva do Iguaçu, 13 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:6882F49A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 47/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Transferir os seguintes servidores entre as secretarias municipais:
- **GEOVANE NUNES**, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n° 2226-1, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Saúde;
- **DENISE KAMINSKI**, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n° 2356-1, da Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Assistência Social.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 13 de março de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:FBE3BAD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CÂMARA MUN. DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2026

SUMULA: *Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Rio Branco do e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI, Estado do Paraná, **SR. José dos Santos,** no uso das atribuições legais conferidas por *Lei*, faz saber que:

Art.1º- *Fica aberto no orçamento-programa da Câmara Municipal, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no Valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante as seguintes providências:*

- Suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	**LEGISLATIVO**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.001.01.031.2019.2065	**Manutenção do Poder Legislativo**	
4.4.90.52.00.00 - 000	Equipamentos e material permanente	50.000,00
T O T A L .....:		**50.000,00**

Art. 2º - Como recurso para a abertura dos Créditos previstos no artigo anterior, é indicado como fonte de recursos o citado no § 1º do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

- Cancelamento

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01	**LEGISLATIVO**	
01.001	**CÂMARA MUNICIPAL**	
01.001.01.031.2019.2065	**Manutenção do Poder Legislativo**	
3.3.90.30.00.00 - 000	Material de Consumo	15.000,00
3.3.90.36.00.00 - 000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
3.3.90.39.00.00 - 000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
4.4.90.51.00.00 - 000	Obras e Instalações	20.000,00
T O T A L .....:		**50.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de março de 2026.

JOSÉ DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Daiane Chevonica Martins de Souza
Código Identificador:B858E86F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ATA DE AVIALIAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SISTEMA PARA O SIAFIC MUNICIPAL

ATA DE AVALIAÇÃO

Aos dias dezesseis do mês de março de 2026, às oito horas e trinta minutos, na Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí – Pr , situada a Avenida Rio Branco, 500, centro, Rio Branco do Ivaí/, inicia-se o teste de conformidade para verificar o atendimento do Edital de Pregão Eletrônico 01/2026, cujo objeto trata de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS, PARA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO BRANCO DO IVAÍ. O acesso aos sistemas deverá ser em ambiente web, com armazenamento e hospedagem em datacenter da contratada. Para a referida análise, reuniram-se os membros da comissão de avaliação estabelecida pela Portaria 84/2026, bem como a empresa Elotech Gestão Pública Ltda. Os testes ocorreram no período compreendido entre às 9h e 30 minutos às 16h do mesmo dia, conforme critérios estabelecidos em Descritivo Técnico, e englobam os seguintes módulos:

8.1 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
8.2 SISTEMA DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA – LDO – LOA)
8.3 SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E TESOURARIA MUNICIPAL
8.4 SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS
8.5 SISTEMA DE GESTÃO DE PORTAL TRANSPARÊNCIA
8.6 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
8.7 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO E ESTOQUES
8.8 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS
8.9 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL
8.10 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE OBRAS MUNICIPAIS
8.11 SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE INTERNO
8.12 SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO E PROCESSOS DIGITAIS
8.13 SISTEMA DE GESTÃO DA PLATAFORMA DO GOVERNO DIGITAL
8.14 SISTEMA DE GESTÃO DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
8.15 SISTEMA DE GESTÃO DA ASSINATURA DIGITAL A1 E A3
8.16 SISTEMA DE GESTÃO DO GED – GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS
8.17 SISTEMA DE GESTÃO RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO, MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E ESOCIAL
8.18 PORTAL DO SERVIDOR MUNICIPAL
8.19 SISTEMA DE GESTÃO DO PONTO ELETRÔNICO
8.20 SISTEMA DE GESTÃO DE TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA E TRIBUTOS MUNICIPAIS
8.21 SISTEMA DO PORTAL DO CONTRIBUINTE E EMISSÃO DE TAXAS E CERTIDÕES ON LINE
8.22 SISTEMA DE GESTÃO DA EMISSÃO E CONTROLE DO ALVARÁ ON LINE
8.23 SISTEMA DE GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA E POSTURAS
8.24 MÓDULO DE GESTÃO DE WORKFLOW
8.25 SISTEMA DE GESTÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA E CONTROLE DO ISSQN
8.26 SISTEMA DE GESTÃO DE B.I (BUSINESS INTELLIGENCE)
8.27 SISTEMA DE GESTÃO DE AÇÕES SOCIAIS

Todo o Teste de Conformidade foram apresentados aos participantes, não sendo gravada a tela de demonstração para fins de resguardar a propriedade intelectual da licitante e dos participantes. Considerando que o edital todas as avaliações de funcionalidades que dependam de integração com outros sistemas de uso do Município, representantes dos diversos departamentos avaliaram que o software apresentado atende às necessidades da entidade e seus critérios de integração. Apenas o representante da Contabilidade, Luiz Henrique Biazotto, que indicou que o produto oferecido pela empresa, denominado Oxy, precisa se adaptar para oferecer as mesmas funcionalidades da tela de "Pesquisa de Empenhos -> Filtro Avançado" hoje existente no sistema do SIAFIC e que é de suma importância para a entidade, tanto os filtros quanto a integração/geração de arquivos para planilhas eletrônicas, como o Excel. Adaptação essa que a Empresa Elotech Gestão Pública Ltda afirmou ser possível de ser solucionada antes da instalação do software. Salienta-se que este procedimento foi adotado quando da avaliação da primeira colocada no Pregão Eletrônico 01/2026, conforme ata de 06 de fevereiro de 2026. Considerando que foi apresentado a esta Administração o que foram estabelecidos no Termo de Referência, a análise que os módulos demonstrados atendem em sua integralidade às necessidades sistêmicas estabelecidas no edital.
Desse modo, a empresa atingiu a pontuação máxima exigida de 100% (cem por cento) em cada módulo, com exceção ao Módulo Contábil, onde a empresa se comprometeu em fornecer as devidas adaptações. Assim, encerra-se esta ata e encaminha-se para devidos trâmites.

- **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:**
- Anderson José Barbosa Andujar – Matrícula 500008 – Licitação
- Jobson Taborda Desplanches – Matrícula 200334 – Gabinete e Administrativo
- Jesiel Desplanches – Matrícula 200330 – Recursos Humanos
- José Cláudio dos Santo – Matrícula 8005040 – Tributação
- BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES – Matrícula 800493 – Controle Interno
- Jason Desplanches – Matrícula 200335 –Tesouraria
- Luiz Henrique Biazotto – Matrícula 800223 – Contabilidade
- Luiz Tadao Mori – Matrícula 800459 – Engenharia
- Camila Chevônica – Matrícula 11 – Câmara Municipal
- Ivone Chabowski Desplanches – Matrícula 800534 – Secr. de Saúde
- Ariane Rafaela Pinheiro Fernandes – Matrícula 8005034 – Secr.de Assistência Social.

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:C060FF90

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
LEI Nº 770/2026 - REAJUSTE LEGISLATIVO

SÚMULA: "CONCEDE AOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL RECOMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA A TÍTULO DE REVISÃO GERAL ANUAL PREVISTA PELO INCISO X, DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 4,26% ACRESCIDA DE UM GANHO REAL DE 0,74%"

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica concedida recomposição remuneratória a título de revisão geral anual prevista pelo inciso X, do artigo 37 da

Constituição Federal aos servidores do Quadro de Pessoal do Executivo Municipal, Magistério e dos Cargo de Comissão abrangidos pela Lei Municipal nº 269/2007, 355/2011 e 369/2012, na ordem de 4,26% (quatro virgula vinte e seis por cento), com base na variação estimada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do exercício de 2025, mais 0,74% (zero virgula setenta e quatro por cento) a título de aumento real, totalizando 5% (cinco por cento).

Art. 2º. Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a atualizar as tabelas de vencimentos dos servidores constantes no artigo 1º.

Art. 3º - A recomposição de que trata o Art. 1º, passará a vigorar a partir de 01 de Janeiro de 2026.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias constantes da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º Janeiro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de RIO BRANCO DO IVAÍ em 16 de março de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:39519C3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
LEI Nº 771/2026

SÚMULA: "CONCEDE AOS VEREADORES E PRESIDENTE DO LEGISLATIVO A RECOMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA A TÍTULO DE REVISÃO GERAL ANUAL PREVISTA PELO INCISO X, DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI MUNICIPAL 728/2024"

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI

Art. 1º - Fica concedida recomposição remuneratória aos vereadores e presidente do legislativo a título de revisão geral anual prevista pelo inciso X, do artigo 37 da Constituição Federal e autorizada pela lei municipal 728/2024, a qual fixou os vencimentos do legislativo em vigor, que será na ordem de 4,26% (quatro e trinta e seis por cento) com base na variação estimada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do exercício de 2025.

Art. 2º. Fica autorizado o Departamento de Recursos Humanos a atualizar as tabelas de vencimentos dos vereadores constantes no artigo 1º.

Art. 3º - A recomposição de que trata o Art. 1º, passará a vigorar a partir . de 1º de março de 2026

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias constantes da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura de RIO BRANCO DO IVAÍ em 16 de março de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:64D0969A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
ATA ELETRÔNICA DA 3ª ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Ordinária ; Abertura: 10/03/2026 - 17:30 ; Encerramento: 10/03/2026 - 17:46

Mesa Diretora: Presidente: Eleandro Fontoura / PDT ; Vice-Presidente: Emerson Caxa / PSB ; 1º Secretário: Du Bittencourt / REPUBLICANOS ; 2º Secretário: Ana Flávia / UNIÃO

Lista de Presença na Sessão: Ana Flávia / UNIÃO ; Cleverson Costa Rosa / PDT ; Du Bittencourt / REPUBLICANOS ; Edilson Bueno / MDB ; Eleandro Fontoura / PDT ; Emerson Caxa / PSB ; Gen Johsson / PSD ; Joel Falafina / PSB ; Miguel Abrão Neto / PSB ; Rafael Mascate / PDT ; Zé de Angola / UNIÃO

Expedientes:

Lista de Presença na Ordem do Dia: Ana Flávia / UNIÃO ; Cleverson Costa Rosa / PDT ; Du Bittencourt / REPUBLICANOS ; Edilson Bueno / MDB ; Eleandro Fontoura / PDT ; Emerson Caxa / PSB ; Gen Johsson / PSD ; Joel Falafina / PSB ; Miguel Abrão Neto / PSB ; Rafael Mascate / PDT ; Zé de Angola / UNIÃO

Oradores da Ordem do Dia: 1 - Du Bittencourt / REPUBLICANOS ; 2 - Eleandro Fontoura / PDT

Ocorrências da Sessão: Sob a presidência da Mesa Diretora atual, deu-se início à Terceira Reunião Ordinária da 19ª Legislatura. O Presidente declarou aberta a sessão, informando que o objetivo central da ordem do dia seria a eleição da Mesa Diretora para o biênio 2027-2028, conforme convocação prévia realizada na sessão do dia 3 de março de 2026. A eleição visou o preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.O Secretário da sessão procedeu à leitura do registro de chapas, informando a existência de chapa única para o pleito, denominada "Câmara Mais Forte". A referida chapa apresenta a seguinte composição: Presidente: Eleandro Fontoura Machado; Vice-Presidente: Miguel Elias Cruz; Primeiro Secretário: Emerson Santos Estresser; Segundo Secretário: Rafael Martins de Brito. O requerimento de registro foi formalmente protocolado nesta data, 10 de março de 2026, em estrita observância ao Regimento Interno desta Casa. A eleição foi conduzida mediante escrutínio secreto. O Vereador Joel realizou a conferência das 11 (onze) cédulas disponibilizadas e a verificação da urna de votação. Ato contínuo, os parlamentares foram convocados por ordem alfabética para a retirada da cédula, registro do voto em cabine reservada e depósito do documento na urna. Finalizada a votação, o Vereador Gen auxiliou no processo de apuração dos votos. Após a contagem, constatou-se o seguinte resultado: Chapa "Câmara Mais Forte": 11 (onze) votos. Diante da unanimidade dos presentes, o Presidente da sessão declarou oficialmente eleitos os membros da chapa "Câmara Mais Forte" para o mandato referente ao biênio 2027-2028.

Considerações Finais: Antes do encerramento, foi convocada uma Sessão Extraordinária para a próxima sexta-feira, às 10 horas. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata. A presente Sessão Ordinária foi devidamente gravada e registrada em seus meios de comunicação oficiais, sendo disponibilzada de forma integral em suas plataformas digitais, podendo ser acessado através do link https:// www.youtube.com/watch?v=4DjaQ5hrqZQ

Assinatura de Todos os Parlamentares Presentes na Sessão

Presidente:
ELEANDRO FONTOURA MACHADO / PDT

Vice- Presidente:
EMERSON SANTO STRESSER / PSB

1º Secretário:
EDISON LUIZ BITTENCOURT VAZ JUNIOR / Republicanos

2º Secretário:
ANA FLAVIA DE CASTRO / UNIÃO

CLEVERSON COSTA ROSA / PDT

EDILSON JOSE BUENO / MDB

CEZAR GENGISKAN JOHSSON / PSD

JOEL COUTINHO / PSB

MIGUEL ELIAS CRUZ / PSB

RAFAEL MARTINS DE BRITO / PDT

JOSÉ MARIA ARAÚJO / UNIÃO

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:AA4A8582

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL
PORTARIA Nº 009/2026

"Designa servidor para o exercício de função gratificada no âmbito da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul e da outras providencias."

OPresidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul,Estado do Paraná Sr.Eleandro Fontoura Machado no uso de suas atribuições legais, e

Considerando os termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como Decreto Federal 11.246/2022 qual dispõe sobre atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor MARCOS GONCALVES DE BONFIM, matricula 1991, para exercer a função de Fiscal de Contrato;

Parágrafo Único – Fica concedido ao servidor a devida gratificação nos termos do Art. 63-C da Lei Municipal nº 1165/2018.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco do Sul, 16 de Março de 2026.

ELEANDRO FONTOURA MACHADO
Presidente

Publicado por:
Daniel Leandro de Oliveira Neto
Código Identificador:35483087

CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
ATA N° 02/2026

Pauta: Linhas de repasse Fundo a Fundo – Fundo Estadual para o Fundo Municipal de Esporte e Lazer
Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 11h30, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Rio Branco do Sul para tratar sobre os repasses do Governo do Estado do Paraná por meio do mecanismo de transferência fundo a fundo, do Fundo Estadual para o Fundo Municipal de Esporte e Lazer.
A reunião foi iniciada pelo presidente do Conselho e atual Secretário Municipal de Esporte e Lazer, Marcos Paulo Azevedo, que apresentou aos conselheiros as três linhas de repasse disponibilizadas pelo Governo do Estado ao município.
A primeira pauta tratada foi a Linha de Investimento, no valor de R$ 550.000,00, destinada ao município de Rio Branco do Sul. O presidente apresentou como proposta de aplicação do recurso a construção de uma pista de caminhada no Bosque dos Trovadores, localizado na entrada da cidade. A pista terá aproximadamente 400 metros de extensão e já conta com plano de trabalho elaborado e projeto arquitetônico desenvolvido. O valor total estimado da obra é de R$ 650.000,00, sendo R$ 550.000,00 provenientes do repasse estadual e o valor restante custeado com recursos próprios do município. Após apresentação e esclarecimentos, todos os conselheiros manifestaram-se favoráveis à proposta, aprovando de forma unânime a utilização do recurso para a execução do referido projeto.
Na sequência, foi apresentada a segunda linha, referente às Políticas Públicas do Esporte, no valor de R$ 97.698,00, bem como a informação de que o município de Rio Branco do Sul será sede da fase regional dos Jogos Escolares do Paraná no ano de 2026, estando apto a receber o valor de R$ 20.000,00 para apoio à realização do evento. Foi informado ainda que, conforme orientação do Conselho Estadual, as duas linhas poderiam ser planejadas conjuntamente dentro do plano de aplicação financeira.
O presidente apresentou então o plano de aplicação financeira, dividido em diretrizes, detalhando a utilização dos recursos.
O valor de R$ 20.000,00, referente ao município sede dos Jogos Escolares do Paraná – Fase Regional, será destinado à compra de materiais esportivos e uniformes, com o objetivo de fortalecer a realização dos Jogos Escolares na fase municipal e ampliar a participação das equipes de Rio Branco do Sul nas fases posteriores da competição.
Já o recurso de R$ 97.698,00, da Linha de Políticas Públicas do Esporte, será distribuído em diretrizes voltadas ao fortalecimento das ações esportivas do município. Entre elas, destaca-se o Projeto Corpo e Mente, que será desenvolvido por meio de credenciamento de academias,oferecendo acesso gratuito a atividades físicas para pessoas com obesidade, sobrepeso e depressão, com o objetivo de promover melhora na qualidade de vida da população.
Outra diretriz contempla ações voltadas à população idosa, incluindo aquisição de materiais esportivos e possível contratação de professores, fortalecendo as atividades físicas e recreativas destinadas à terceira idade.
Também foi apresentada a diretriz voltada às escolinhas esportivas de rendimento, abrangendo modalidades como vôlei, futebol e outras modalidades esportivas, prevendo aquisição de materiais esportivos, melhoria das estruturas esportivas com equipamentos de proteção e apoio técnico.
Por fim, foi apresentada a diretriz destinada ao fortalecimento de projetos sociais voltados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, prevendo aquisição de materiais esportivos, apoio ao transporte, divulgação das atividades e possíveis despesas operacionais, ampliando o acesso ao esporte como ferramenta de inclusão social.
Após as apresentações e discussões, todas as propostas apresentadas, incluindo a Linha de Investimento, o Plano de Aplicação das Políticas Públicas do Esporte e o recurso destinado aos Jogos Escolares do Paraná – município sede, foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes.
Nada mais havendo a tratar, o presidente do Conselho, Marcos Paulo Azevedo, informou que futuramente será convocada nova reunião para tratar sobre a quarta linha de captação de recursos, referente à elaboração de projeto visando a captação de aproximadamente R$ 2.000.000,00 para a reforma do Estádio da Madre, pauta que será detalhada em momento oportuno.
Dessa forma, às 12h05, foi encerrada a reunião, ficando aprovadas de forma unânime as três linhas de aplicação apresentadas.

MARCOS PAULO AZEVEDO
Presidente do Conselho Municipal de Esporte e Lazer

Lista de Presença dos Conselheiros
1. João Antonio Cavalli Assinatura: _____
2. Danilo Pedroso Assinatura: _____
3. Abel Furquim Assinatura: _____
4. Antonio Assinatura: _____
5. Arilson Assinatura: _____
6. Carlos de Paula Assinatura: _____
7. Claudinei Stresser Assinatura: _____
8. Elder Vaz Assinatura: _____
9. Jhenifer Paes Assinatura: _____
10. Juliana Simão Assinatura: _____
11. Elton Kenedy Assinatura: _____
12. Luciane Cropolato Assinatura: _____
13. Luis Faria Assinatura: _____
14. Marcos Assinatura: _____
15. Railda Assinatura: _____
16. Salete Assinatura: _____
17. AriltonTrevisanAssinatura: _____

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:99ABD978

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.389/2026

"Designa servidor para atuar como Secretário Municipal na estrutura da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul e dá outras providências."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná**,** no uso de suas atribuições legais, dispostas na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica designado, a partir de 16 de março de 2026, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração do Município de Rio Branco do Sul, o servidor Welinton Sales de Lara, com matrícula funcional nº 95125.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 16 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:1FBD6A7E

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECISÃO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – PROTOCOLO N.º 3623/2026

Com base no **Credenciamento n.º 005/2026 (Inexigibilidade n.º 009/2026),** que tem por objeto **"**prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais e passagens terrestres estaduais e interestaduais, compreendendo os serviços de pesquisa, cotação, reserva, emissão, remarcação, cancelamento e reembolso, sob demanda**"**, a Comissão Especial de Credenciamento, instituída pelo Decreto Municipal n.º 8.243/2026, no uso das suas atribuições legais, torna público o **DEFERIMENTO** do pedido protocolado sob **nº 3623/2026**, pela empresa **RSM ASSESSORIA EM VIAGENS LTDA CNPJ nº 36.815.242/0001-80**, restando credenciada para a prestação de serviços conforme as especificações, quantitativos e condições contidas no edital (disponível no site www.riobrancodosul.pr.gov.br, link Portal da Transparência - Licitação). **Prazo de Vigência:** 11/03/2026 até 10/03/2027. **Responsável:** Ligia Maria Costa. **Valor Total**: R$ 100.000,00 (valor este que se refere a todas as empresas que se credenciarem, e não a cada uma isoladamente). **Data de Deferimento:** 11/03/2026.

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:DADDD8BA

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 016/2026

Contrato: 039/2026. **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação n.º 016/2026. **Objeto**: Locação De Espaço/Estacionamento Sito A Rua Antonio Elias, N° 66 Bairro Nossa Senhora de Fátima- Rio Branco Do Sul/Pr. **Dispositivo legal:** Lei Federal 14.133/2021; Artigo 74; Dispositivo V. **Contratado:** ARI MALTACA. **Valor Unitário:** R$ 787,71. **Valor Total:** R$ 9.452,52. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Saúde. **Fiscal da Contratação**: Giovanna Cristina Cavalli. **Data da ratificação:** 05/03/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA CRISTO
Agente de Contratação - Decreto 7.802/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FB59FC4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EXTRATO DE TERMO DE AQUISIÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE IMÓVEL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 237/2026;
DECRETO MUNICIPAL: Decreto de Utilidade Pública nº 8288/2026;
EXPROPIANTE: Município de Rio Branco do Sul;
EXPROPRIADOS: Pio Clemente Gasparin, Olinda Aparecida FioreseGasparin, Sueli GasparinFiorese, João Nelson Fiorese;
OBJETO: Fração ideal de 3.406,26 m², do imóvel inscrito sob matrícula de número 16.496 do 1ºCRI de Rio Branco do Sul, imóvel situado na localidade Pocinho – Mina de Ferro;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade - Ação: 2008 - Funcional: 0015.0452.0002 - [Gestão Responsável do Patrimônio Público] Elemento: 3449061000000000000 - [Aquisição de imóveis] 839 00610 Operações de Crédito Internas;
VALOR: R$ R$ 7.630,02 (Sete mil, seiscentos e trinta reais e dois centavos);
DATA DA ASSINATURA: 23 de Janeiro de 2026.

Rio Branco do Sul, 13 de Março de 2026.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:CBBD5A8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
LEI N.º 3498/2026

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal com ou sem a Garantia da União e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no âmbito do programa FINISA, destinados a investimentos em Despesas de Capital, tais

como: pavimentação de ruas e avenidas urbanas e rurais; recapeamento de ruas e avenidas urbanas e rurais; aquisição de máquinas e equipamentos; aquisição de imóveis; saneamento; infraestrutura; condomínios industriais; loteamento social e projetos de infraestrutura, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Federal Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 2º A operação de crédito de que trata esta Lei poderá ser contratada com ou sem garantia da União.
§1º Caso a operação de crédito de que trata essa Lei seja contratada com garantia da União, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas discriminadas no §4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.
§2º Caso a operação de crédito de que trata esta Lei seja contratada sem garantia da União, para garantia do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito de que trata esta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f" e parágrafo 3º, nos termos do art. 167, IV, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias admitidas em direito.
§ 3º A vinculação, cessão ou retenção de receitas prevista neste artigo será formalizada e executada na extensão estritamente necessária ao adimplemento das obrigações assumidas, observando integralmente as condições e limites previstos na legislação federal aplicável e nas resoluções do Senado Federal pertinentes às operações de crédito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, §1º, art. 32, da Lei Federal Complementar nº 101, de 2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º-A. O Poder Executivo promoverá a publicidade ativa da execução física e financeira dos recursos obtidos por meio da operação de crédito, mediante disponibilização, no Portal da Transparência, de informações atualizadas, contendo, no mínimo:
I – valor contratado, valor desembolsado e saldo a desembolsar;
II – demonstrativo dos encargos financeiros do período (juros, tarifas e demais custos);
III – relação de empenhos, liquidações e pagamentos vinculados aos recursos;
IV – execução física das obras/aquisições, metas e percentual executado;
V – reprogramações, aditivos e justificativas. Parágrafo único. As informações de que trata o caput serão atualizadas ao menos bimestralmente.

Art. 5º Fica o(a) Chefe do Poder Executivo autorizado(a) a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º- A. A contratação da operação de crédito autorizada por esta Lei observará as vedações e condições temporais previstas nas normas aplicáveis às operações de crédito subnacionais, em especial a vedação de contratação nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato, quando incidente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:91D3004B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 374/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação de servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 16 de março do corrente, gratificação de função FG-4, sobre seus vencimentos básicos, para o servidor ***Anderson França Elias,*** matrícula nº 110163-4/2, em virtude de o mesmo estar exercendo a função de Secretário Escolar na Escola Municipal Prefeito Mathias Augusto Bohn.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:102B4AC0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 375/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 16 de março do corrente, gratificação de função FG-4, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora ***Francine Geovana Schuatey,*** matrícula nº 109346-7/3, em virtude de a mesma estar exercendo a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Vereador Ricardo Nentwig.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0F0336D4

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 376/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 16 de março do corrente, gratificação de função FG-4, sobre seus vencimentos básicos, para a servidora ***Tatieli de Fátima Ruthes Souza,*** matrícula nº 106977-9/13, em virtude de a mesma estar exercendo a função de Secretária Escolar no Centro Municipal de Educação Infantil "Agostinho Paizani Filho".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:7ED7220F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 377/2026

Dispõe sobre concessão de gratificação de servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2309, de 22 de março de 2013 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder, a partir de 16 de março do corrente, gratificação de função FG-3, sobre seus vencimentos básicos, para o servidor ***Matheus Adalberto dos Santos,*** matrícula nº 110119-3/4, em virtude de o mesmo servidor estar exercendo a função de Encarregado do Departamento Permanente Profissionalizante.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3637B92B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 379/2026

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 31 de março de 2026, o servidor municipal ***Rhuan Gabriel Soares de Castro***, com matrícula nº 110103-7/3, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Assessor da Secretária Municipal da Fazenda", símbolo CC-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2026.

Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:ABF3B83A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 023 – PROCESSO N° 057/2026

Objeto: Aquisição de Medicamentos. PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 (quinze) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 16 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:C753EB30

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 023/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: J.R. EHLKE & CIA LTDA - CNPJ/MF sob n.º 76.730.076/0001-34, neste ato representada por JOSÉ ROMEU EHLKE, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 16/2026. OBJETO: Aquisição de reagentes e materiais laboratoriais originais destinados ao equipamento Analisador Hematológico modelo Mindray BC-5380. Vigência: 16/03/2026 até 16/03/2027. Execução: 12 (doze) meses. Preço: R$ 53.042,00 (cinquenta e três mil e quarenta e dois reais). Recursos:
11.004.0010.0302.0008.2131.33390303500000000000-734 Fonte 00000
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 13/03/2026.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:8FD5523C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 04 AO CONTRATO N.º 117/2024 REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2024
REDIMENSIONAMENTO

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador do CPF/MF sob n.936.249.729-87, e CONTRATADA a Empresa **RIONETUR TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua NACLE GIBRAN, nº 470, BOM JESUS, na cidade de Rio Negro - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.118.709/0001-96, neste ato representado por seu(ua) Procurador(a) Sr(a). **MARCOS ROBERTO COLAÇO**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 858.194.419-15**,** acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – REDIMENSIONAMETNO DO OBJETO** Por solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA considerando a justificativa apresentada pela Secretaria, fica redimensionado o serviço de **Transporte Coletivo Localidade Fazendinha**, conforme segue:

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	3.000	KM	SERVIÇOS DE TRANSPORTE - Prestação de serviço de transporte coletivo para atender a localidade da Fazendinha.	R$ 7,32	R$ 21.960,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto, o presente termo

acrescentará ao valor contratual importância de **R$ 21.960,00 (vinte e um mil novecentos e sessenta reais).** 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 1099 – 14.002.04.122.0002.2.072.3.3.90.39.99.05 – Fonte 000. **CLÁUSULA TERCEIRA -** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro, 13 de março de 2026

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:39DF5991

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.413/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta municipalidade **CARLOS GULZOW,** matrícula **33305-0/1**, admitido (a) em **02/05/2012**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Finanças, **LICENÇA ESPECIAL, de acordo com o artigo 89, da Lei Complementar 55/2011**, que usufruirá pelo período de**16/03/2026 a 25/03/2026 (10 dias),** conforme protocolo nº 5.086/2026.
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 13 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:4A8F5C89

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 124 16 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
27.551/2025	Ademilson Trindade	Rua Sol Nascente, Nº 163, JD. Nobre I e II.	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2022 a 2024.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 16 de Março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:63949C61

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 125 16 DE MARÇO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 40.000,00**,** para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Esportes e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, parágrafo único do artigo 25 da Lei n°4.297 de 30 de Junho de 2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026, e artigo 8º da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
11.02.27.811.0024.5.020	4.4.90.51.00.00.00	000	R$ 40.000,00
TOTAL			**R$40.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
05.02.09.272.0005.2.022	3.3.91.97.00.00.00	000	R$ 40.000,00
TOTAL			**R$ 40.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
11.02	4.4	000	Março	R$ 40.000,00
TOTAL				**R$ 40.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
05.02	3.3	000	Março	R$ 40.000,00
TOTAL				**R$ 40.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de Março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:24AAAA85

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 126 16 DE MARÇO DE 2026.

Abre Crédito Adicional - Suplementar na quantia de R$ 3.200.000,00, para reforço de dotações das Secretarias Municipais e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº, 666 de 31 de dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso III, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e artigo 8º da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/20250, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
13.02.18.541.0013.2.069	3.3.67.45.00.00.00	000	R$ 200.000,00
13.02.18.541.0013.2.069	3.3.67.45.00.00.00	511	R$ 200.000,00
17.01.15.452.0017.2.082	3.3.67.45.00.00.00	000	R$ 800.000,00
17.01.15.452.0017.2.082	3.3.67.45.00.00.00	511	R$ 2.000.000,00
TOTAL			**R$ 3.200.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, fica cancelada igual quantia constante da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
13.02.18.541.0013.2.069	4.4.67.82.00.00.00	000	R$ 200.000,00
13.02.18.541.0013.2.069	4.4.67.82.00.00.00	511	R$ 200.000,00
17.01.15.452.0017.2.082	4.4.67.82.00.00.00	000	R$ 800.000,00
17.01.15.452.0017.2.082	4.4.67.82.00.00.00	511	R$ 2.000.000,00
TOTAL			**R$ 3.200.000,00**

Art. 3º Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos no valor de **R$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais),** conforme a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Acréscimo
13.02	3.3	000	Março	R$ 200.000,00
13.02	3.3	511	Março	R$ 200.000,00
17.01	3.3	000	Março	R$ 800.000,00
17.01	3.3	511	Março	R$ 2.000.000,00
TOTAL				**R$ 3.200.000,00**

Art. 4º Como recursos para a alteração prevista no artigo anterior fica deduzida igual quantia da Previsão de Aplicação de Recursos do mês a seguir especificado:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos - Em R$
				Redução
13.02	4.4	000	Março	R$ 200.000,00
13.02	4.4	511	Março	R$ 200.000,00
17.01	4.4	000	Março	R$ 800.000,00
17.01	4.4	511	Março	R$ 2.000.000,00
TOTAL				**R$ 3.200.000,00**

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de Março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CÁSSIA PUZZI***
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:56231B22

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 127 16 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional – Superávit Financeiro de Recursos Vinculados na quantia R$ 36.000,00, para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Saúde, e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso I, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 9º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º-Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, nº 4.360/2025 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.301.0009.2.046	3.3.90.39.00.00.00	3491	R$ 36.000,00
TOTAL			**R$ 36.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, o valor de **R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)**, utilizar-se-á os recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior na fonte de recurso: **3491**.

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	3.3	3491	Março	R$ 36.000,00
TOTAL				**R$ 36.000,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de Março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	**CÁSSIA PUZZI**

Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:A970F556

SECRETARIA GERAL
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE VERBA

A ACMR - Administração de Cemitérios do Município de Rolândia nos termos da Lei que dispõe sobre cemitério e das outras providências de nº 2.399/94 artigos 10, 12, 14, 28, 29.
Notifica os familiares ou responsáveis por estes falecidos abaixo relacionados, que estão sepultados nas gavetas colmeias que após 30 dias desta publicação, os restos mortais serão exumados.
Fica este prazo também para que os familiares registrem na ACMR a vontade de assistir à exumação e na falta, será realizada sem a sua presença.

Sepultura	Nome	Gaveta
29.818	PEDRO LANZONI	152
29.832	IRAMILDA PEREIRA DE OLIVEIRA	153
29.834	BRAZINA GONÇALVES COSTA	154

JOÃO ALEXANDRE BRUNOZI
Gestor de Cemitérios

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:2FCB97DD

SECRETARIA GERAL
RESOLUÇÃO N. º 05/2026, DE 13 DE MARÇO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROLÂNDIA.

O Conselho Municipal de Saúde de Rolândia- *CMS/Rol*, no uso de suas atribuições e fundamentado na Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90; Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012; Lei Municipal n.º 3.590, de 20/12/2012,

CONSIDERANDO a apresentação do **Plano Municipal de Saúde 2026–2029** e do **Plano Anual de Saúde (PAS) 2026** a este colegiado;
CONSIDERANDO a deliberação realizada em **Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, ocorrida em 12 de março de 2026**;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o **Plano Municipal de Saúde 2026–2029**, bem como o **Plano Anual de Saúde (PAS) 2025/2026**, **com as devidas atualizações apresentadas e apreciadas por este colegiado**.
Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Homologado em 13 de março de 2026.

GUILHERME MENDONÇA MELLO TEIXEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Rolândia

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:DB7DC0C7

SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO

Em cumprimento ao disposto no artigo nº 37, parágrafo 1º da CF/88, princípio da publicidade. Considerando o artigo nº 11, inciso II, letra "a" e artigo nº 23, inciso I da Lei Federal nº 13.709/2018. Considerando o artigo nº 37 da Lei Federal 6.437/1977, a Secretaria de Saúde de Rolândia – Departamento de Vigilância em Saúde, setor de Vigilância Sanitária, torna pública a decisão final em Processo Administrativo Sanitário nº 001/2025

Processo Administrativo Sanitário nº 006/2025
Auto de Infração nº.: 35.429
Autuado: Hospital São Rafael.
CNPJ/CPF: 80.906.639/0001-70
Data da Autuação: 19/05/2025
Data da Decisão: 05/02/2026
Tipificação da Infração:
Lei Estadual nº 13331/01:
Art. 63 Constituem infrações sanitárias as condutas tipificadas abaixo:
XVI. deixar de fornecer à autoridade sanitária dados de interesse à saúde, sobre serviços, matérias primas, substâncias utilizadas, processos produtivos e produtos e subprodutos utilizados.

Pena - advertência, apreensão ou inutilização do produto, suspensão de venda ou fabricação do produto, interdição, cancelamento do registro do produto, cassação da licença sanitária, proibição de propaganda e/ou multa.

XLIV. transgredir qualquer norma legal ou regulamentar destinada à promoção, proteção e recuperação da saúde.

Pena - advertência, pena educativa, interdição, suspensão da venda ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, proibição de propaganda, cassação da licença sanitária, imposição de contrapropaganda e/ou multa.

Decisão Final: Da análise detida dos autos do Processo Administrativo Sanitário nº 006/2025, com razões e fundamentos para decidir, relatório final da autoridade sanitária autuante, nos documentos acostados aos autos, com base na decisão final e esgotados os prazos para interposição de recurso torna-se pública as penalidades impostas.
Penalidades Impostas*:*
Advertência.
Educativa: capacitação de toda equipe do hospital sobre os pacientes com suspeita ou confirmação de dengue.

Rolândia - PR, 16 de março de 2.026

JOSÉ SABINO DE LEMOS
Gerente de Vigilancia Sanitária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C5D1A8E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ERRATA DO CONTRATO 035/2026

ERRATA DO CONTRATO Nº 035/2026

Na publicação do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 06 de março de 2026, edição 3483, do contrato nº **035/2026.**

CONTRATO Nº 035/2026

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado **GABAS & LAUXEN - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL** no CNPJ/MF sob nº 16.575.350/0001-16, CEP 88115-274, estabelecida na Avenida Pedro Taques, n.° 5087, CEP 87030-008, na cidade de **MARINGÁ – PR**, neste ato legalmente representada pelo Sr. **HUGO ROGÉRIO SANTOS GABAS** portador da Cédula de Identidade/RG nº 33.595.878-3 SSP -SP e do CPF/MF nº 290.707.858-54 residente e domiciliado na cidade de **MARINGÁ – PR**, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO**, pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, datada 15/10/2025, protocolo n.º 11694, conforme condições que estipulam a seguir:

ONDE SE LÊ
CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.2. O reajustamento de preços será concedido, quando for o caso, dentro dos prazos de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, prevista para **27/02/2027**, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice defino neste contrato.

LEIA - SE

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
9.2. O reajustamento de preços será concedido, quando for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, prevista para **08/10/2025**, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice defino neste contrato.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, 16 de março de 2026.

MUNÍCIPIO DE ROLÂNDIA
Contratante

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:92C4AAB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO OITAVO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2024

OITAVO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2024

Ref. Pregão nº 104/2024 – COMBUSTÍVEIS – P. A. 8.308/2024

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa JEQUITIBÁ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 45.607.882/0001-96, com sede à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 699, Centro, na cidade de Rolândia – PR, CEP 86600-183, Fone (43) 3313-6535, e-mail marcelo@opala29.com.br, representada pela Senhora MILAINE APARECIDA SILVA BEARZI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Fica aditivado o valor do item na presente ata de registro de preços conforme tabela abaixo:

Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
6	LT	36148	DIESEL S 10	6,85	IPIRANGA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 12 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***JEQUITIBÁ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete Interino

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:A72DB783

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO QUARTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024

Ref. Pregão Presencial nº 104/2024 – Combustíveis – PA - 8.308/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, e o INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Arthur Thomas nº 1.648, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade, resolve registrar o preço da empresa VIELEN DANK AUTO POSTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 15.554.111/0001-17, com sede à Avenida Ailton Rodrigues Alves, nº 1321, Jardim Rosângelo, na cidade de Rolândia - PR, CEP 86.210-000, Fone (43) 99115-9150, e-mail rpc-junior@outlook.com, representada pelo Senhor DJALMA EUGENIO GUARDA JUNIOR mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Ficam aditivados os valores dos itens na presente ata de registro de preços conforme tabela abaixo:

Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
1	LT	68731	ÁLCOOL (ETANOL)	4,17	PRÓPRIA
3	LT	8401	Gasolina comum	5,99	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 25 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***VIELEN DANK AUTO POSTO LTDA***
Prefeito Municipal De Rolândia	

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:2E12536C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO QUINTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024

QUINTO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2024

Ref. Pregão Presencial nº 104/2024 – Combustíveis – PA - 8.308/2024.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, e o INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA – ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Willie Davids nº 457, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora, ELUIZA MESSIANO BETTEGA, residente e domiciliada nesta cidade, resolve registrar o preço da empresa VIELEN DANK AUTO POSTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 15.554.111/0001-17, com sede à Avenida Ailton Rodrigues Alves, nº 1321, Jardim Rosângelo, na cidade de Rolândia - PR, CEP 86.210-000, Fone (43) 99115-9150, e-mail rpc-junior@outlook.com, representada pela Senhora CRICIELLY DE SOUZA FERNANDES mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Ficam aditivados os valores dos itens na presente ata de registro de preços conforme tabela abaixo:

Item	Und.	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	Marca
2	LT	36146	Diesel S 500 (comum)	7,57	PRÓPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA
Para assegurar a execução do objeto definido na Ata original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 12 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***VIELEN DANK AUTO POSTO LTDA***

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Instituto De Previdência Municipal De Rolândia

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:BAC9F10B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 047/2025

Ratifico o Chamamento Público nº 02/2025, para eficácia do ato, nos termos do Artigo nº 74, inciso IV c/c art. Nº 79, I, da Lei nº 14.133/21, de acordo com Aviso de Inexigibilidade e as seguintes condições:

Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – RECURSOS HUMANOS.

Assunto: Credenciamento de empresas da área da saúde (pessoas jurídicas), para prestação de serviços de perícia médica, sob demanda, produzida por médico especialista e/ou junta médica, para atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Rolândia, em conformidade com as normativas da medicina ocupacional.

Credenciados conforme critérios de distribuição:

2º - R & K CONSULTORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA CNPJ: 50.174.075/0001-67.

Fundamento: Artigo nº 74, inciso IV c/c art. nº 79, I, da Lei nº 14.133/21, bem como suas alterações posteriores.

Rolândia, 16 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Marcello da Cunha
Código Identificador:C555013B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 30, DE 13 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 30, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Concede Promoção de Classe na Carreira para servidora pública municipal integrante do Quadro do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, e considerando certificado de conclusão de cursos apresentados na Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:
Art. 1º Fica concedido Promoção de Classe na carreira da servidora pública municipal abaixo relacionada, integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, conforme dispõe a Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, Anexo "I", que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Salgado Filho.

Servidor	Cargo	Nível/ Referência Atual	Nível/ Referência a Elevar	Matrícula	Período da elevação
Edina Carbonera Ortigara	Professora de Educação Infantil	EC-04	EC-05	1237	03/2024 à 03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao décimo terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:5B34E33D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 31, DE 16 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 31, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Concede Promoção de Classe na Carreira para servidora pública municipal integrante do Quadro do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, e considerando certificado apresentado na Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido Promoção de Classe na carreira da servidora pública municipal abaixo relacionada, integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, conforme dispõe a Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, Anexo "I", que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Salgado Filho.

Servidora	Cargo	Nível/ Referência Atual	Nível/ Referência a Elevar	Matrícula
Katiane Aparecida Rech	Professor	C-03	C-04	1330

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:1C7C7397

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 100, DE 16 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 100, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE,

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 10 (dez) dias para a Servidora Pública Municipal **EDUARDA CONRADI FARIA (1675),** ocupante do cargo efetivo de Médico, a partir do dia 23 de março de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 12.02.2025 a 11.02.2026.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:7D16FA0C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 99, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº. 99, DE 12 DE MARÇO DE 2026.

Concede abono pecuniário para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE:
Artigo1º CONVERTER à partir desta, em abono pecuniário, 10 (dez) dias de férias da Servidora Pública Municipal **MIRIAN DINIZ BATTISTI SCATOLA (1065),** ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, correspondente ao período aquisitivo de 01.02.2023 a 31.01.2024.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo segundo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:6AF40C20

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026
COMPRASNET 90.019/PROCESSO 49/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **09:00 horas do dia 31 de março de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa para fornecimento de grade aradora, semeadeira e colhedora de forragem para atender as necessidades da Secretaria Municipal de administração planejamento e finanças, com recursos próprios. Critério de Julgamento: Menor Preço por item. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 31 de março de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 16 de março de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 16 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F43882BA

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1321-2026

DECRETO Nº 1321, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido a Servidora Municipal ANGELA MARIA FRASSETO e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera a pedido em 16/03/2026 a servidora municipal Sra. **ANGELA MARIA FRASSETO**, brasileira, portadora da matrícula 16683/1, admitida em 21/01/2026, ocupante do cargo de Enfermeiro 40hs.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 16 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:4E294AA8

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1322-2026

DECRETO Nº 1322, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Declara vacância do cargo de Enfermeiro 40hs, ocupado pela servidora municipal ANGELA MARIA FRASSETO e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Enfermeiro 40hs, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupado pela servidora municipal **ANGELA MARIA FRASSETO**, brasileira, portadora da Matrícula 16683/1, admitida em 21/01/2026, conforme decreto de exoneração nº 1321, de 16 de março de 2026.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 16 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:50380BC4

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 051/2026

PORTARIA N° 051, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Prêmio aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 90 (noventa) dias de Férias Prêmio a partir de 16 de março de 2026 ao servidor municipal **VALCIR RISSO**, brasileiro, portador da matrícula 5703/2, admitida em 03/04/2007, período aquisitivo 2017 a 2022, ocupante do cargo de Motorista do quadro de pessoal efetivo.
Art. 2º - Concede 90 (noventa) dias de Férias Prêmio a partir de 23 de março de 2026 a servidora municipal **CACIANE DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora da matrícula 10707/1, admitida em 17/03/2016, período aquisitivo 2021 a 2026, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde quadro de pessoal efetivo.

Art. 3º - Concede 45 (quarenta e cinco) dias de Férias Prêmio a partir de 23 de março de 2026 a servidora municipal **ELENICE APARECIDA RIBEIRO PAZIN**, brasileira, portadora da matrícula 5339/2, admitida em 19/03/2007, período aquisitivo 2017 a 2022, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde quadro de pessoal efetivo.

Art. 4º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 16 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:042BAFA8

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 052/2026

PORTARIA N° 052, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificado, restando 15 (quinze) dias para usufruir oportunamente:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
	Ana Cardozo de Almeida	Tecnico Enfermagem	08/05/2024	2025/2026	16/03/2026 a 30/03/2026
	Maria Elena dos Santos Fiorentin	Tecnico Enfermagem	05/03/2012	2024/2025	18/03/2026 a 01/04/2026
	Ricardo Dalapicola	Médico Veterinário	01/04/2016	2024/2025	16/03/2026 a 30/03/2026

Art. 2º - Restabelece 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Nº Portaria
01	Dafini dos Santos Choinacki	Agente de Combate a Endemias	02/07/2024	2024/2025	23/03/2026 a 06/04/2026	1044/2025
02	Evertom Eram Bandeira	Agente de Combate a Endemias	17/03/2016	2023/2024	23/03/2026 a 06/04/2026	830/2024

Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 16 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:07A943E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
LEI Nº 1.681, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Concede revisão salarial e aumento real aos servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 66, §§ 1º, 3º e 7º, da Constituição da República, 71, §§ 1º, 3º e 7º, da Constituição Estadual, 28, V, 45, §§ 1º, 3º E 7º, e demais disposições pertinentes da Lei Orgânica de Santa Amélia/PR, FAZ saber que a Câmara aprovou, e eu, considerando o decurso do prazo de 48 (quarenta e oito) horas sem manifestação do Poder Executivo acerca da promulgação da presente lei, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedida a recomposição inflacionária de 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) aos vencimentos dos cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal de Santa Amélia/PR, bem como ao provento de pensionista, a partir de 01 de janeiro de 2026, com base no índice de inflação de 2025 (IPCA).

Art. 2º. Fica concedido aumento real de 2,53% (dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), a todos os servidores ativos de provimento efetivo na ativa, a partir de 01 de janeiro de 2026.

Art. 3º Fica concedido a partir de 01 de janeiro de 2026 reajuste de 6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento) ao valor da Gratificação de Encargos Especiais em conformidade ao previsto no art. 2º, § 8º, da Lei 1.606 de 22 de dezembro de 2023.

Art. 4º Fica concedido a partir de 01 de janeiro de 2026 reajuste de 6,79% (seis vírgula setenta e nove por cento) ao auxílio-alimentação em conformidade ao previsto no art. 11 da Lei 1.476/2019.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário, devendo os orçamentos subsequentes consignar dotações suficientes para suportá-las.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, em 16 de março de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente Da CMSA/PR

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:E3784B36

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2025, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

TERMO ADITIVO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2025, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E A EMPRESA CARNELOZZI & CARNELOZZI LTDA.

O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, CNPJ nº 76.235.746/0001-46, com sede na Rua Alcides Prudente Pavan, nº 130, Centro, CEP: 86380-000, Santa Amélia-PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ANTONIO CARLOS TAMAIS, matrícula nº 36.701 e a empresa CARNELOZZI & CARNELOZZI LTDA, **CNPJ** 05.499.923/0001-53**,** neste ato representada pelo Sr. JOÃO GUSTAVO CARNELOZZI, tendo em vista o que consta no edital do pregão em epígrafe e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de alteração contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 104, I; 124, 125 e 130)
O presente termo aditivo tem por objeto as seguintes alterações na ata de registro de preços em epígrafe:

Prorrogação do prazo do contrato em epígrafe pelo prazo de 12 (doze meses), ficando o mesmo **vigente até 17 de março de 2027**, com fundamento no art.84, da Lei 14.133/21 e art. 16, § 2º do Decreto Municipal 92/2023.

Renovação do saldo do contrato em epígrafe, até o limite do quantitativo original, com fundamento no art. 16, § 2º do Decreto Municipal 92/2023 e no enunciado 42/2023 do Conselho da Justiça Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da ata original, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Santa Amélia/PR, 16 de março de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

JOÃO GUSTAVO CARNELOZZI
Representante Legal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:AFAD0D16

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 24 DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Declara de utilidade pública as áreas correspondentes a Estrada Rural de acesso a Vila Rural Novo Horizonte Área Interna, com vistas à execução de Pavimentação Asfáltica, no município de Santa Amélia, Estado do Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA,
ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o interesse público na melhoria da infraestrutura viária rural e urbana do município, promovendo segurança, mobilidade e qualidade de vida a população;
CONSIDERANDO os marcos geográficos que delimitam o início e o término da área a ser beneficiada.
DECRETA:
Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública, para fins de interesse social, urbanístico, de mobilidade e de desenvolvimento econômico, a área correspondente a Estrada Rural de acesso a Vila Rural Novo Horizonte Área Interna com extensão de aproximadamente 1.280m lineares, delimitadas pelas seguintes coordenadas geográficas: Ponto Inicial 23º27'61''S - 50º43'24''W e Ponto Final 23º27'48''S - 50º43'63''W; e a interseção delimitadas pelas seguintes coordenadas geográficas: Ponto Inicial 23º27'53''S -50º43'44''W, passando pelo Ponto 23º28'00''S -50º43'76''W Ponto Final 23º28'13''S – 50º43'64''W.
Art. 2º- A presente declaração tem por finalidade viabilizar a execução de obras públicas de pavimentação asfáltica nas referidas estradas.
Art. 3º- A presente declaração de utilidade pública não implica desapropriação ou alteração de titularidade das áreas lindeiras, devendo-se observar os limites de faixa de domínio público e as disposições legais pertinentes.
Art. 4- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Município de Santa Amélia, Estado do Paraná aos 16 dias do mês de março de 2026.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E332165E

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº 152/2026

Onde se lê
I – Secretaria Municipal de Saúde

Leia-se

I – Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 16 de março de 2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:B0A20663

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1º. **REVOGAR a portaria nº 154/2026**, de 13 de março de 2026, que concedia uma diária no valor de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), a servidora pública municipal **KATIA PEREIRA DA SILVA**, para deslocamento até a cidade de Londrina - PR, afim de participar Do curso de Captação de recursos e Emendas Parlamentares , no dia 16 de março de 2026, de acordo com a Lei Municipal nº 1.651/2025.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 16 de março de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:AC63058F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (cinco) dias de férias (a) servidor (a) público (a) municipal
SIMONE APARECIDA DE FARIA SILVA, matrícula n° 1369812040, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar , Dia 19 a 23/03/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026 o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 24 de Março de 2026.
Art. 2º. Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 110 8/2005.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 16 de março de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:582F363A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
COMPRA DIRETA N. 08/2026

Compra Direta n. 08/2026 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, referente à contratação de empresa para o Fornecimento de motobomba monoestágio para extração de água em poço artesiano municipal, solicitado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, por meio da Solicitação de Demanda nº 05/2026, perfazendo o valor total de R$ 11.980,00 (onze mil novecentos e oitenta reais), em favor da empresa **J I OLIVEIRA - CONSTRUCAO, CNPJ: 01.092.315/0001-79,** nos termos do art. 95, §2º e art. 72, parágrafo único, todos da Lei da Lei 14.133/2021.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:B73B34B8

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA - ATA Nº 05/2026 - GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA (FUMCULT)

ATA Nº 05/2026 - Gestores do Fundo Municipal de Cultura (FUMCULT) do Município de Santa Cecília do Pavão – PR, publicada em 16/03/2026, **ONDE SE LÊ:**
Para a gestão do referido fundo, foram indicados os seguintes servidores: a senhora Zelinda de Sá Cestaro, CPF:443.008.329-00, que atuará como Secretária Executiva do Fundo; o(a) servidor(a) Alison Godoy Tóffoli, CPF:082.825.859-71, que exercerá a função de Presidente do Fundo; e Danielli Pereira Costa, CPF**:**054.00.989-08, responsável por registrar as atas, elaborar e organizar os planos,

registrar as deliberações, discussões e decisões tomadas durante as reuniões, bem como realizar a inserção das informações nos sistemas de gestão e nas plataformas da área da Cultura. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Secretária Executiva, senhora Zelinda de Sá Cestaro, que agradeceu a presença e a participação de todos.

LEIA-SE:
Para a gestão do referido fundo, foram indicados os seguintes servidores: a senhora Zelinda de Sa Cestaro, CPF:443.008.329-00, que atuará como Secretária Executiva do Fundo; o(a) servidor(a) Alysson Godoy Tóffoli, CPF:082.825.859-71, que exercerá a função de Presidente do Fundo; e Danielli Pereira Costa, CPF**:**054.00.989-08, responsável por registrar as atas, elaborar e organizar os planos, registrar as deliberações, discussões e decisões tomadas durante as reuniões, bem como realizar a inserção das informações nos sistemas de gestão e nas plataformas da área da Cultura. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Secretária Executiva, senhora Zelinda de Sa Cestaro, que agradeceu a presença e a participação de todos.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:A266294A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ADITIVO DE QUANTIDADE DA ARP Nº 1115/2024

EXTRATO ADITIVO DE QUANTIDADE DA ARP Nº 1115/2024
CONTRATANTE: Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO COVRE, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º5.959.656-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º848.208.539-53,
CONTRATADA: PONTO DOS ACESSORIOS LTDA CPF/CNPJ: 35.394.155/0001-34 estabelecido(a) à Rua JERONIMO FARIAS MARTINS 437 CENTRO - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR representado(a) neste ato por FERNANDO CORREIA DA SILVA, portador(a) da cédula de identidade RG sob nº 00 XXX MATO GROSSO e do CPF nº 111.819.919-78
OBJETO: Este instrumento tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
2.2 – CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

ARP	ITEM	VALOR ORIGINAL	VALOR ADITIVADO
1115/2024	Caderno 10 matérias espiral univ.capa dura 10x1 200fl Spiral PT 1 UM	R$17,76	23,50
1115/2024	Caderno brochura (desenho) 40 flsPct c/20 und	R$ 46,88	58,00
1115/2024	Caneta esferogr fica na cor preta, c/ 50 und, corpo hexangular em material pl stico transparente, com orif¡cio lateral anti-asfixiante. Tampa ventilada. Ponta m,dia de cobre de 1.0 mm com esfera de tungst˚nio. Comprimento aproximado de 140 mm, gravad	R$ 42,90	R$ 52,00
1115/2024	Grampeador alicate médio 26/6 para até 30 folhas	R$ 41,06	R$ 47,00
1115/2024	Grampeador de Parede pinador - Modelo 80/F.- Apropriados para: Fixa‡Æo de tecidos espumas pl sticos papel, etc em madeiras.- Capacidade T,cnicas: Altura: 160 mm.- Largura: 34 mm.- Comprimento: 176 mm.- Peso: 0,401 kg. - Capacidade do carregador: 125	R$ 73,42	90,00
1115/2024	GRAMPEADOR METALICO CAPACIDADE MINIMA PARA GRAMPEAR 12 FOLHAS DE PAPEL 75 G/M2 DIMENSOES MINIMAS 140 x 37 x 50 MM FABRICADO EM CHAPA DE AÇO COM 1,0 MM DE ESPESSURA FOSFATIZADA E PINTURA ELETROSTATICA BASE PARA FECHAMENTO DO GRAMPO COM DUAS POSIÇOES	R$ 16,35	18,00
1115/2024	Lápis de cor pequeno-Cx c/ 12	R$ 3,03	4,87
1115/2024	PAPEL SULFITE FORMATO A-4 DIMENSOES 210 x 297 MM GRAMATURA 75 G/M2 EMBALAGEM EM MATERIAL IMPERMEAVEL CONTRA UMIDADE C/ 01 RESMA C/ QUINHENTAS FOLHAS C/ DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	R$ 286,77	R$ 304,00
1115/2024	PASTA C/ ELASTICO 1 LINHA	R$ 1,85	R$ 3,16
1115/2024	PASTA GRAMPO TRILHO PLASTICO OFICIO	R$ 2,51	R$ 3,40
1115/2024	Pistola de cola quente Pot˚ncia 40W Bivoltagem 110V/220V Cor Preta grande	R$ 19,89	R$ 24,00
1115/2024	GRAMPO COBREADO 23/15	R$ 7,49	R$ 13,44
1115/2024	RELOGIO DE PAREDE	R$ 22,80	R$ 33,00
1115/2024	TNT ESTAMPADO 40 GR ROLO 50X1,40	R$73,00	R$ 106,90
1115/2024	PRENDEDOR DE PAPEL 25MM CX C 48	R$ 25,08	R$32,58

DATA: 16/03/2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:DB7C0ED0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº06-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº06-2026

CONTRATANTE: Munícipio de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Claudio Covre, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0 e do CPF/MF nº 848.208.539-53, **CONTRATADO(A): PINHEIRO S VEICULOS LTDA,** inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º01.692.763/0001-03, com sede no(a) AV. T-09, 500, GOIANIA - GO, neste ato representado por *BRENO FIGUEIREDO PINHEIRO*, inscrito(a) no CPF sob o n.º *005.273.631-89*.
VALOR: R$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DE 16 DE MARÇO DE 2026 A 16 DE MARÇO DE 2027.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO 16/03/2026

Santa Cecília do Pavão, 16/03/2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:0BC88E0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 041/2026

PORTARIA N.º 041/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, FÉRIAS, ao Servidor Municipal **RODRIGO VICENTE PAIVA,** matricula 100328, no período de 01/04/2026 a 16/04/2026, bem como o pagamento do 1/3 de férias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 16 de março de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:079D90F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 042/2025

PORTARIA N.º 042/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE, NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Conversão em Pecúnia da Licença Prêmio aos Servidores Efetivos do Município de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná.

Art. 2º - A Conversão em Pecúnia da Licença - Prêmio autoriza nesta Portaria, que deverá ser paga em 03 (três) parcelas e juntamente com o pagamento dos vencimentos nos meses de março, abril e maio de 2026, conforme requerimentos efetuados até 20 setembro de 2025, de acordo com a Lei 1.084/2024, Artigo 141-A, inciso, V.

Servidor:	Período aquisitivo
ADENIL SIQUEIRA DOS SANTOS	02/01/2020 a 01/01/2025
ANA MARIA SANTANA ASSIS	02/06/2020 a 01/06/2025
DORACI RODRIGUES COVRE	02/03/2020 a 01/02/2025
ÉRICA DO NASCIMENTO ÁVILA	01/02/2016 a 01/02/2021
FÁBIO JOSÉ C. GODOY	05/06/2014 a 04/09/2019
GÉSSICA APARECIDA DA SILVA	01/03/2020 a 01/03/2025
JOANITA APARECIDA SHUBER GONÇALVES	29/08/2019 a 28/08/2024
JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS	02/03/2020 a 01/03/2025
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA	01/01/2015 a 01/01/2020
JÚLIO CEZAR CESTÁLIO	11/01/2015 a 10/01/2020
LUCIANA MARIA DOS SANTOS	02/02/2021 a 01/02/2026
MANOEL RODOLFO CORREA FILHO	02/03/2020 a 01/03/2025
MARCELA FREITAS BORTOTTI	05/05/2019 a 04/05/2024
MARIA LENILDE DE OLIVEIRA	02/06/2020 a 01/06/2025
NILCÉIA RODRIGUES DE MORAES	04/08/2020 a 03/08/2025
ROSANGELA TEODOVSKI	12/01/2020 a 11/01/2025
SIRLEY DE ASSIS	04/08/2020 a 03/08/2025
TEREZINHA DA SILVA SANTOS	02/03/2020 a 01/03/2025

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário**.**

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 16 de março de 2026**.**

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F8E2E27F

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N.º 005 DE 24 DE MARÇO DE 2026 – CMS/SCP

RESOLUÇÃO N.º 005 DE 24 DE MARÇO DE 2026 – CMS/SCP

Súmula: "Dispõe sobre a aprovação, pelo Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão, do Plano Municipal de Saúde para o período de 2026 a 2029."

O Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas e outorgadas pela Lei Municipal 051/91, alterada pela Lei Municipal 427/2005, alterada pela Lei 612/2010 e alterada pela Lei nº719/2013 que institui o Conselho Municipal de Saúde e dando cumprimento ao Decreto Municipal nº1.086/2013, considerando o que foi discutido e deliberado na ata ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão de dois mil e vinte e cinco;
RESOLVE:
Art. 1º: O Conselho Municipal de Saúde de Santa Cecília do Pavão aprova o Plano Municipal de Saúde referente ao período de 2026 a 2029, instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos, metas e ações a serem desenvolvidas no âmbito da saúde pública municipal durante o referido quadriênio, em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e a legislação vigente. O Plano Municipal de Saúde 2026–2029 orientará a organização, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde no Município de Santa Cecília do Pavão/PR, considerando as necessidades da população e as prioridades definidas para o fortalecimento da rede municipal de atenção à saúde.
Art. 2º: Esta Resolução será publicada em órgão de imprensa escrita local de acesso aos moradores da região.
Art. 3º: Esta Resolução entra em vigor na sua data de publicação, estando revogadas as disposições contrárias.
Publique-se, leia-se e cumpra-se.
Santa Cecília do Pavão, 16 de MARÇO de 2026.

EDVARD JOSÉ DE SANTANA
Presidente CMS

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:57C301C0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 03/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO					
Modalidade:	Inexigibilidade				
Número/Ano:	3/2026	**Data de abertura:**		16/03/2026	
Data adjudicação:	16/03/2026	**Data homologação:**		16/03/2026	
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**		Menor preço	
Modo de disputa:		**Condição de pagamento:**		Parcelada	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Não
Objeto da licitação:					
AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO HATCH CONVENIO 2106/SECID					
Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo					

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
PINHEIRO S VEICULOS LTDA	01.692.763/0001-03	R$ 108.900,00
Total:		**R$ 108.900,00**

PINHEIRO S VEICULOS LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
17839	Aquisição de veículo sendo: Lote 1 - 01 (UM) VEÍCULO HATCH, Marca FIAT, Modelo ARGO DRIVE 1.3 FLEX - Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior (novo, zero km), potência de 107 CV (E) e 98 CV (G), capacidade 5 ocupantes, garantia de 36 meses, tanque de combustível cheio e demais características técnicas constantes na proposta de preços da proponente anexa parte integrante do Procedimento Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO nº 116/2025 - SECID - Lote 1 - e-Protocolo nº 22.199.244-0	un	1,0000	R$ 108.900,0000	R$ 108.900,00

Valor Total: R$ 108.900,00

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 16 de março de 2026

CLAUDIO COVRE
Prefeito

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:DBCFEBC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

RECEBIMENTO DO ENVELOPE E DA DOCUMENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de profissional habilitado na área de Engenharia Civil para prestação de serviços técnicos especializados destinados à ampliação do plenário e reforma da recepção da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.

DA ABERTURA DA SESSÃO

1.1. Às 9:00 horas do dia 16 de março de 2026, no setor de licitações da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, localizada na Rua das Guianas, n° 735, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, **reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio,** nomeada através da Portaria n° 104/2025, estando presentes os seguintes membros: Deusdete Lemes, Paulo Roberto Joaquim de Souza, Rosimeire Lanzoni, Marcio Alessandro Fernandes.

1.2. Declarada aberta a sessão pelo Agente de Contratação, registra-se o recebimento e abertura de propostas e documentos de habilitação das seguintes empresas:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	VALOR UNTÁRIO	VALOR TOTAL
01	PRATICA Engenharia, Consultoria e Perícia Ltda	35.239.965/0001-16	R$15.480,00 R$13.420,00	R$28.900,00
02	DELPI ENGENHARIA LTDA	50.518.200/0001-09	R$15.000,00 R$13.000,00	R$28.000,00
03	ENGENHARIA ZENITH LTDA	56.306.736/0001 47	R$15.500,00 R$13.300,00	R$28.800,00

DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CONTRATADO

2.1. Em seguida passou-se à abertura dos envelopes contendo documentos de habilitação das empresas participantes, com fins de análise dos documentos de habilitação.

2.2. Da análise dos documentos de Habilitação, restaram habilitadas as empresas:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO
01	PRATICA Engenharia, Consultoria e Perícia Ltda	35.239.965/0001-16	HABILITADA
02	DELPI ENGENHARIA LTDA	50.518.200/0001-09	HABILITADA
03	ENGENHARIA ZENITH LTDA	56.306.736/0001 47	HABILITADA

2.3 Declarando a empresa vencedora:

PROPOSTA	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO
R$28.000,00	DELPI ENGENHARIA LTDA	50.518.200/0001-09	VENCEDORA

3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DA CONTRATADA

☒ Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o fornecedor será escolhido mediante processo de seleção; disponibilizado lances, será o menor preço, não sendo disponibilizado lances, será a menor cotação.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

☒ Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o preço será justificado pela apresentação da melhor proposta (ou da menor cotação) e está de acordo com a precificação formalizada pelo município nos termos do artigo 23 da NLL.

4. DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

4.1. O Agente de Contratação **declara** encerrada a sessão, dispensando a assinatura dos membros da Equipe de Apoio.

DEUSDETE LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:CC8759CD

CÂMARA MUNICIPAL
DESPESA COM ADIANTAMENTO DE LOCOMOÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

DESPESA COM ADIANTAMENTO DE LOCOMOÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
CNPJ: 02.096.060/0001-85
SECRETARIA CONCEDENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.
SERVIDOR/AGENTE POLÍTICO: PAULO ROBERTO JOAQUIM DE SOUZA.
CPF/MF: 106.---.---50
CARGO/FUNÇÃO: CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
DESTINO: UMUARAMA/PR.
DESPESA COM ADIANTAMENTO DE LOCOMOÇÃO - VALOR: R$ 46,00.
ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Tendo como objetivo **O TCE-PR CONECTA** é um encontro pensado para transformar a gestão pública paranaense usando tecnologia e soluções práticas, buscando promover a integração institucional entre o TCE-PR, entidades convidadas e demais interessados, incentivando a troca de experiências, o uso de soluções. **Resumo DADOS E SOLUÇÕES PARA A GESTÃO PÚBLICA.** Voltado a gestores, servidores e sociedade civil, o evento vai mostrar, na prática, ferramentas que facilitam o controle e a transparência. Saiba tudo sobre os temas que estão mudando, na cidade de Umuarama – Paraná.
N.º PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001/2026

Santa Cruz de Monte Castelo – PR., 16 de março de 2026.

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:DD23BD9A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026

AVISO DE ABERTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 050/2026

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ de n.º 08.857.186/0001-01, neste ato representada pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º 75.462.820/0001-02, com sede na Avenida Paulo Libânio, 700, centro, vem através do Prefeito Municipal Willian Cezar Viega, tornar público para ciência dos interessados que estará aberto, a partir da publicação deste aviso, o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES DE CONSULTAS E EXAMES NA ÁREA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.**

O edital entre outros documentos está disponível no site www.santacruzdemontecastelo.pr.gov.br, no portal da transparência, na aba Licitações.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 16 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:31AF785F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

A **Câmara Municipal de Santa Fé** divulga que pretende realizar, por meio de dispensa de licitação, a seguinte contratação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de internet fibra óptica.
Valor total estimado da contratação: R$ 5.878,68 (Cinco mil e oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos).
Critério de julgamento: Menor preço.

Onde consultar os documentos da contratação?
No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/01583490000169/2026/5 ou no Site da Câmara Municipal: https://www.camaradesantafe.pr.gov.br/transparencia-filter/2/1.

Quem pode participar?
Poderão participar empresas que atenderem às exigências constantes no Termo de Referência e apresentarem a documentação requisitada em dia.

Para participar, basta conhecer o Termo de Referência e encaminhar proposta via e-mail até a data limite indicados abaixo:

Data limite para envio de proposta: Do dia 17/03/2026 ao dia 19/03/2026.
E-mail para envio de propostas: cmsantafepr@gmail.com

Este procedimento obedece ao § 3º do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021 e representa a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Santa Fé, 16 de março de 2026

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS
Primeira Secretária

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:C2585F9B

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

A **Câmara Municipal de Santa Fé** divulga que pretende realizar, por meio de dispensa de licitação, a seguinte contratação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de streaming e câmera IP e suporte de uso.
Valor total estimado da contratação: R$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais).
Critério de julgamento: Menor preço.

Onde consultar os documentos da contratação?
No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/01583490000169/2026/6 ou no Site da Câmara Municipal: https://www.camaradesantafe.pr.gov.br/transparencia-filter/2/1.

Quem pode participar?
Poderão participar empresas que atenderem às exigências constantes no Termo de Referência e apresentarem a documentação requisitada em dia.

Para participar, basta conhecer o Termo de Referência e encaminhar proposta via e-mail até a data limite indicados abaixo:

Data limite para envio de proposta: Do dia 17/03/2026 ao dia 19/03/2026.
E-mail para envio de propostas: cmsantafepr@gmail.com

Este procedimento obedece ao § 3º do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021 e representa a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Santa Fé, 16 de março de 2026

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS
Primeira Secretária

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:EBCDBEAE

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026

A **Câmara Municipal de Santa Fé** divulga que pretende realizar, por meio de dispensa de licitação, a seguinte contratação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de 04(quatro) jogos de bandeiras com 02(duas) bandeiras cada (brasil, paraná, santa fé e fúnebre do município).
Valor total estimado da contratação: R$ 1.640,00 (Um mil e seiscentos e quarenta reais).
Critério de julgamento: Menor preço.

Onde consultar os documentos da contratação?
No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/01583490000169/2026/7 ou no Site da Câmara Municipal: https://www.camaradesantafe.pr.gov.br/transparencia-filter/2/1.

Quem pode participar?
Poderão participar empresas que atenderem às exigências constantes no Termo de Referência e apresentarem a documentação requisitada em dia.

Para participar, basta conhecer o Termo de Referência e encaminhar proposta via e-mail até a data limite indicados abaixo:

Data limite para envio de proposta: Do dia 17/03/2026 ao dia 19/03/2026.
E-mail para envio de propostas: cmsantafepr@gmail.com

Este procedimento obedece ao § 3º do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021 e representa a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Santa Fé, 16 de março de 2026

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS
Primeira Secretária

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:26064400

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº065/2026.

Dispõe sobre progressão por qualificação profissional e dá outras providências.

O PREFEITO DE SANTA FÉ ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o protocolado sob o nº.667, 676, 762, 763, 764/26

DECRETA

Art. 1º - Fica concedido **Progressão por Qualificação Profissional**, com fundamento no art. 43, conforme anexo III, da Lei Municipal 1.616/2011, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	NÍVEL ANTERIOR	NÍVEL ATUAL
EDIER VENERANDO BRAZ	Ag. Serv. Operacionais	003	009
EDIER VENERANDO BRAZ	Ag. Serv. Operacionais	009	012
VERENICE PEREIRA V. MOLOGNI	Ag. Serv. Operacionais	003	009
SOLANGE BARBOSA	Ag. Serv. Operacionais	006	009
MARIELEN CRISTINA DE S. MOIA	Tec. Em Enfermagem	025	028

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 16 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:EE386CCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº066/2026

Dispõe sobre nomeação de Cargo em Comissão, e outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art.47, inciso III, da Lei Complementar nº005/2022.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Servidora MARIA LINDINALVA DOS SANTOS, CPF nº 745.254.509-59, para o cargo de Assessor Nível Médio, a partir do dia 16 de março de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 16 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:E28441DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO 05/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 33/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado o Sra. **DAYLIELLEN DANDARA DE OLIVEIRA,** brasileira, casada, inscrito no CPF sob n.º 118.957.929-40, residente e domiciliado no município Santa Fé - PR, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, acordam:

A CONTRATANTE e a CONTRATADA, em 18/02/2026 firmaram o contrato Nº. 02 33/2026 com prazo de duração do dia 18 de fevereiro de 2026 até a data de 18 de dezembro de 2027, posteriormente renovado pelo mesmo período, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS-AUXILIAR DE CRECHE, como previsto na cláusula 1ª do referido Contrato Administrativo.

A CONTRATADA, por força do instrumento ora distratado, fica acordado que seus serviços foram prestados até 31 de março de 2026, tendo em vista os registros na pasta.

O CONTRATANTE, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia estabelecida na CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato nº 33/2026, proporcionalmente até a data de serviços efetivamente prestados, caso ainda possui subsídios a receber.

A CONTRATADA outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas, os casos omissos que por ventura restem sobre o

presente instrumento e eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

E, por estarem assim justas e distratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus efeios legais

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 16 de março de 2026.

DAYLIELLEN DANDARA DE OLIVEIRA
Distratado

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Distratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9B02963A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/PSS Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº030/2026, que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2026 – para contratação temporária.

R E S O L V E

CONVOCAR os candidatos abaixo, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2026, para comparecer na Prefeitura de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, dias **18 e 19 de março de 2026**, a fim de se submeter ao processo de admissão, munidos de cópia dos seguintes documentos;
I- Registro Geral – RG
II- Certificado de reservista, quando couber.
III- Titulo de Eleitor.
IV- Comprovante de voto na ultima eleição ou a justificativa da ausência.
V- Cadastro de Pessoa Física
VI- Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII- Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII- Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX- Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X- Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI- 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII- Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII- Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d-Raio X Torax, PA e Perfil: (para merendeira)
e- avaliação cardiológica; (motoristas)
f-audiometria (operador de máquinas)
g- eletro cardiograma (operador de maquinas)

XIV- Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV- Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI- Carteira de Trabalho;
XVII- Comprovante de Residência atualizado;
Para efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.
A aprovação nos exames médicos é de caráter eliminatório, considerando-se aprovados os candidatos tidos como aptos.
***O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.**

CARGO DE PSICÓLOGO – 40 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
LEANDRO MIRAIA REUS	3
PIETRA GIOVANA ARRIGUSSI BROIANO	4

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 16 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:48A070CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 016/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 001/2025

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº323/2025, que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2025 – para contratação temporária.

R E S O L V E

CONVOCAR as candidatas abaixo, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2025, para comparecer na Prefeitura de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, dias **18 e 19 de março de 2026**, a fim de se submeterem ao processo de admissão, munidos de cópia dos seguintes documentos;

I - Registro Geral – RG
II- Certificado de reservista, quando couber.
III- Título de Eleitor.
IV- Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência.
V- Cadastro de Pessoa Física
VI- Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII- Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII- Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX- Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X- Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI- 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII- Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII- Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d-Raio X Torax, PA e Perfil: (para merendeira)
e- avaliação cardiológica; (motoristas)
f-audiometria (operador de máquinas)
g- eletro cardiograma (operador de maquinas)

XIV- Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV- Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI- Carteira de Trabalho;
XVII- Comprovante de Residência atualizado;

Para efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.
A aprovação nos exames médicos é de caráter **eliminatório**, considerando-se aprovados os candidatos tidos como **aptos.**

***O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.**

CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - 40 HORAS.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
THAYSA KAROLINE SARAMELA	20

CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MERENDEIRA - 40 HORAS.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARIA IOLAYNE GONÇALVES DE SOUZA	06

CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – AUXILIAR DE CRECHE - 40 HORAS.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
RITA DE CASSIA ARAUJO DE LIMA	23

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 16 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:2ED018CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.430/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 010/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ – PR
CNPJ/MF sob o nº 05.649.638/0001-71
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.430, de 18 de novembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, com a finalidade de promover o repasse de recurso visando atender o objetivo proposto no Plano de Trabalho apresentado pela Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa fé.
VALOR TOTAL: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 09 de março de 2026.
VIGÊNCIA: da data da publicação do Termo de Fomento até o dia 31 de janeiro de 2027.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 16 de março de 2026.

LÉSLIER MARIA PELEGRINI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:604BB308

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 18

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90018/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h do dia 07 de abril de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de medicamentos, destinados a atender as necessidades da Farmácia Básica e Farmácia Hospitalar da Casa de Saúde Santa Izabel e Secretaria da Saúde de Santa Izabel do Oeste – PR, para um período de 1 (um) ano, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h do dia 07 de abril de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.

Santa Izabel do Oeste – PR, 13 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:CBF01C1C

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL.

PORTARIA Nº. 15.805
Data: 17.03.2026

Concede Adicional por Tempo de Serviço Especial.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido pelo servidor,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0083/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos da alínea "a", artigo 129 da Lei Complementar nº 01 de 28.10.1991, de **Adicional por Tempo de Serviço Especial,** ao servidor abaixo relacionado:

NOME	CPF. Nº	QUINQ.	PERIODO AQUISITIVO
Pedro Valdelirio Pereira da Silva	776.***.***-59	1º	01.05.2024 A 30.04.2025

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 17 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:690E0BC7

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL.

PORTARIA Nº. 15.806
Data: 17.03.2026

Concede Adicional por Tempo de Serviço Especial.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido pelo servidor,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob o nº 0082/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos da alínea "a", artigo 129 da Lei Complementar nº 01 de 28.10.1991, de **Adicional por Tempo de Serviço Especial,** ao servidor abaixo relacionado:

NOME	CPF. Nº	QUINQ.	PERIODO AQUISITIVO
Roselio José Weber	016.***.***-96	1º	01.05.2024 A 30.04.2025

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 17 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:46C4088D

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
CONCEDER, À VANESSA CRISTINA CASALI DE OLIVEIRA, A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPRESARIAL.

PORTARIA Nº 15.807
Data:17.03.2026

Conceder, à **V**ANESSA CRISTINA CASALI DE OLIVEIRA, a Função Gratificada de Diretor do Desenvolvimento Econômico e Empresarial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 2.807, de 19 de agosto de 2025, Anexo II, Art. 9º, § 2º, que prevê a concessão de Função Gratificada para o exercício de atribuições de direção, coordenação e assessoramento;

CONSIDERANDO, a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e empresarial no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO, o interesse da Administração Pública em garantir a eficiência, organização e continuidade dos serviços públicos;

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER, a Servidora Pública Municipal**, VANESSA CRISTINA CASALI DE OLIVEIRA,** CPF nº 074.***.***-75, nos termos da Lei nº 2.807 de 19.08.2025, Anexo II, Art. 9, § 2º, Função Gratificada de Diretor do Desenvolvimento Econômico e Empresarial, com percentual de 90% (noventa por cento) sobre o salário base, a partir 01 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigência na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 17 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:2FA61467

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2025, DE 30 DE MAIO DE 2025. EDITAL Nº 21/2026 – DÉCIMA CHAMADA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2025, de 30 de maio de 2025.
EDITAL Nº 21/2026 – DÉCIMA CHAMADA

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Regulamento Geral de Concursos e Editais de Concurso nº 01.01/2025, 01.02/2025, 01.03/2025, 01.04/2025, 01.05/2025, 01.06/2025, 01.07/2025 e o disposto no inciso II, Art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que a candidata abaixo listada foi aprovada no certame;

CONSIDERANDO, a necessidade de reposição do quadro de servidores públicos municipais, em decorrência de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento;

CONSIDERANDO, a necessidade da Administração Pública Municipal em atender ao interesse público, assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos prestados à população;

TORNA PÚBLICA

1 – A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Municipal aberto pelo Edital nº 01.01/2025 de 30 de maio de 2025, e realizado em 18 de agosto de 2025, homologado pelo Edital de Concurso nº 01.07/2025 de 24 de setembro de 2025, para reposição do quadro de servidores em razão de pedidos de exoneração e outras formas de desligamento e nomeação.

2 – A candidata deverá comparecer na Divisão de Recursos Humanos – DRH, da Prefeitura Municipal, situada à rua Canela, Esquina com a Rua Angico, 731 – Santa Izabel do Oeste – PR, no prazo de 08 dias úteis, a partir da publicação deste Edital, a candidata iniciará suas atividades laborativas no dia 01 de abril de 2026.

CARGO PÚBLICO: MÉDICO 20H

Classificação	Nome	Inscrição
4º	ERIKA HENI TAFFAREL	746

3 – A candidata deverá apresentar-se portando os seguintes documentos **ORIGINAIS** para admissão:
1 foto 3 x 4;
Carteira de Identidade;
CPF;
Título de Eleitor e Comprovante de Regularidade Eleitoral;
Comprovante de Regularidade Militar, para os candidatos do sexo masculino;
Carteira de Trabalho;
PIS/PASEP;
Carteira de Motorista;
Cartão de Vacinação e declaração de regularidade vacinal, emitida pela Secretaria Municipal de Saúde do município onde reside;
Certidão de Nascimento ou Casamento;
Caso seja casado, CPF do cônjuge;
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos ou dependentes de até 24 anos;
Certidão ou Diploma de Conclusão de escolaridade, correspondente ao cargo;
Caso a função exija, deve apresentar o documento de classe (ex: CRF, CRC, CRM, CRO, CREFITO, CAU, CREA, etc.)
Comprovante de Residência Atualizado dos últimos 90 dias;
Exame Médico Admissional;
Declaração que não ocupa cargo público, estadual ou municipal;
Declaração de Bens;
Certidão do Cartório Criminal, da Comarca onde reside dos últimos 5 (cinco) anos.

4 – O não comparecimento ou a falta de quaisquer das documentações exigidas no item anterior até a data estabelecida implica na **PERDA DOS DIREITOS ADVINDOS DO CONCURSO**, conforme artigo 3, inciso 3.1 e alíneas 3.1.1 a 3.1.12 do Edital de Concurso nº 01.01/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Izabel do Oeste, em 17 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:F72A889A

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE ROTEIRO Nº 56/2026 AO CONTRATO Nº 378/2024
PREGÃO Nº 30/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2024
PARTES: André M Abati LTDA e o Município de Santa Izabel do Oeste
OBJETO: Alteração de Roteiro
DATA:13/06/2026
TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE ROTEIRO Nº 54/2026 AO CONTRATO Nº 372/2024
PREGÃO Nº 30/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2024
PARTES: Denise Harenza Isa Transportes LTDA e o Município de Santa Izabel do Oeste
OBJETO: Alteração de Roteiro
DATA:13/06/2026
TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE ROTEIRO Nº 55/2026 AO CONTRATO Nº 376/2024
PREGÃO Nº 30/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2024
PARTES: Marcos Roberto Vaitimam e o Município de Santa Izabel do Oeste
OBJETO: Alteração de Roteiro
DATA:13/06/2026

Publicado por:
Clenir Teixeira
Código Identificador:220CBD34

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°56/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Bach Industria de Embalagens LTDA.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Município de Santa Izabel do Oeste - PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.
VIGÊNCIA: 03/03/2027.
VALOR TOTAL: R$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais).
DATA: 03/03/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:B042352B

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DECRETO Nº. 3.910 DATA: 16/03/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026.]

DECRETO Nº. 3.910
Data: 16/03/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.860 de 13 de março de 2026 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso II e III .

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do município de Santa Izabel do Oeste- PR um Crédito Especial no exercício financeiro de 2026 no valor de R$ 58.834.111,90 (cinquenta e oito milhões oitocentos e trinta e quatro mil cento e onze reais e noventa centavos), destinado ao atendimento de despesas com **obras de infraestrutura, aquisição de bens permanentes e a realização de investimentos estruturantes** em diversas áreas da Administração Pública Municipal, viabilizados por meio de **convênios firmados com órgãos estaduais, federais e contrapartida do Município,** nas seguintes dotações:

02 - GOVERNO MUNICIPAL
01 - GABINETE DO PREFEITO
04 - ADMINISTRAÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
0002 - GESTÃO DO GABINETE E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
2.290 - CONVÊNIO SECID nº 24.253.661-4 – AQUIS. DE VEÍCULO UTILITÁRIO C.D.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00-715	Indenizações/Restituições	1529	500,00

03 - SECRETARIA GERAL E PLANEJAMENTO
02 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
22 - INDÚSTRIA
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL
0006 - FOMENTO AO DESENV. ECONÔMICO E APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
2.538 - CONVÊNIO SECID Nº 24580975-1 - CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-834	Obras e Instalações	1555	250.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.284 - CONVÊNIO SECID Nº 24.078.063-1 - AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00-724	Indenizações/Restituições	1521	1.100,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.292 - CONVÊNIO SECID Nº 24.253.605-3 – AQUISIÇÃO CAMINHÕES C.B. 6X4

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00-835	Indenizações/Restituições	1527	6.300,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.207 - MANEJO DE ÁGUA E SOLO - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RURAL.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00-723	Indenizações/Restituições	1072	32.310,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.539 - CONVÊNIO SECID Nº 25043292-5 - AQUISIÇÃO DE EQUIP. RODOV. - BRITADOR

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.52.00-836	Equipamentos e Material permanente	1556	1.500.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS

2.541 - CONVÊNIO SECID Nº 25064982-7- RECAPE ASF VIAS RURAIS-SANTUÁRIO-SP.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-837	Obras e Instalações	1558	13.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.531 - CONVÊNIO SECID Nº 24807360-8 – PAV. ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-838	Obras e Instalações	1548	5.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.532 - CONVÊNIO SECID Nº 24807334-9 – PAV. ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-839	Obras e Instalações	1549	5.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.533 - CONVÊNIO SECID Nº 24901671-3 - RECAPE ASFÁLTICO EM VIAS URBANAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-840	Obras e Instalações	1550	6.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.535 - CONVÊNIO SECID Nº 24855542-4 - RECAPE ASFÁLTICO EM VIAS URBANAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-841	Obras e Instalações	1552	5.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.537 - CONVÊNIO SECID Nº 24855606-4 – PAV. ASFALTICA EM VIAS URBANAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-842	Obras e Instalações	1554	5.000.000,00

06 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04 - ADMINISTRAÇÃO
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
0013 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO INTELIGENTE MUNICIPAL
2.272 - CONVÊNIO SECID Nº 20992789-6 – AQUISIÇÃO VEÍCULO DE PASSEIO NOVO.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00-731	Indenizações/Restituições	1511	500,00

07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12 - EDUCAÇÃO
365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
0007 - **EDUCAÇÃO PARA TODOS COM QUALIDADE, EQUIDADE E INOVAÇÃO.**
2.269 - CONVÊNIO SECID Nº 23689495-9 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE P.P.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-843	Obras e Instalações	103	46.949,90

08 - SECRETARIA DO ESPORTE
01 - SECRETARIA DO ESPORTE
27 - DESPORTO E LAZER
812 - DESPORTO COMUNITÁRIO
0008 - PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER PARA TODOS
2.534 - CONVÊNIO SECID Nº 24773803-7 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTES (CANCHA DE BOCHA SP E NE)

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-844	Obras e Instalações	1551	700.000,00

10 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
04 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
241 - ASSISTÊNCIA A PESSOA IDOSA
0016 - **GESTÃO INTEGRADA DA ASSIST. SOCIAL E PROMOÇÃO DIREITOS HUMANOS.**
2.536 - CONVÊNIO SECID Nº 24580860-7 - REFORMA CENTRO CONVIVÊNCIA IDOSOS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-845	Obras e Instalações	1553	200.000,00

10 - SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
03 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO -FMH
16 - HABITAÇÃO
482 - HABITAÇÃO URBANA
0016 - **GESTÃO INTEGRADA DA ASSIST. SOCIAL E PROMOÇÃO DIREITOS HUMANOS.**
2.540 - CONVÊNIO COHAPAR Nº 145/2026 - EDIFICAÇÃO DE UNID. HABITACIONAIS

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-846	Obras e Instalações	1557	1.950.000,00

13 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
20 - AGRICULTURA
606 - EXTENSÃO RURAL
0005 - AGRICULTURA INTEGRADA
2.530 - CONVÊNIO SEAB Nº 24490699-0 - PAV ASFÁLTICA VIAS RURAIS RP - KM 47

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-847	Obras e Instalações	1547	15.000.000,00

13 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
20 - AGRICULTURA
606 - EXTENSÃO RURAL
0005 - AGRICULTURA INTEGRADA
2.529 - CONVÊNIO SEAB Nº 25027515-3 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.52.00-848	Equipamentos e Material permanente	1546	130.000,00
4.4.90.52.00-849	Equipamentos e Material permanente	000	13.990,00

13 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
20 - AGRICULTURA
606 - EXTENSÃO RURAL
0005 - AGRICULTURA INTEGRADA
2.209 - CONVÊNIO MAPA Nº 946674/2023 – AQUIS. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.93.00-738	Indenizações/Restituições	889	2.462,00

Art. 2º Para cobertura do presente Decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação das alíneas das receitas 2422540127, 2422540128, 2422540129, 2422540130, 2422990138, 2422540131, 2422990139, 2422540132, 2422990140, 2422990141,

2422990142, 2422540133, 2422990137, 132101110743 , 132101110773, 132101110728 e 132101110774 provenientes de convênios firmados com o Estado do Paraná, União e Contrapartida do município, os quais se destinam-se à execução de importantes ações de investimento, abrangendo diversas áreas da Administração Pública Municipal, restituição de saldo financeiros **e do cancelamento de dotação orçamentária a seguir:**

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.516 - INFRAESTRUTURA RURAL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-118	Obras e Instalações	000	46.949,90

13 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
20 - AGRICULTURA
606 - EXTENSÃO RURAL
0005 - AGRICULTURA INTEGRADA
2.011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DA AGRIC. E DESENV. RURAL

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.52.00-662	Equipamentos e Material permanente	000	13.9890,00

Art. 3º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 16 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudiomiro da Costa
Código Identificador:3E6F230E

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DECRETO Nº. 3.911 DATA: 16/03/2026 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

DECRETO Nº. 3.911
Data: 16/03/2026

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.861 de 13 de março de 2026 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso IV. .

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento geral do município de Santa Izabel do Oeste- PR um Crédito Especial no exercício financeiro de 2026 até o valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), destinado as seguintes dotações orçamentárias a seguir:

03 - SECRETARIA GERAL E PLANEJAMENTO
02 - DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
22 - INDÚSTRIA
661 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL
0006 - FOMENTO AO DESENV. ECONÔMICO E APOIO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
2.542 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO 2026 - BARRACÃO INDUSTRIAL.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-850	Obras e Instalações	629	1.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
01 - DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS
26 - TRANSPORTE
782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0003 - ESTRADA PARA TODOS
2.543 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO 2026 - EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.52.00-851	Equipamentos e Material permanente	629	2.000.000,00

05 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
02 - DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS
15 - URBANISMO
451 - INFRAESTRUTURA URBANA
0004 - CRESCE SANTA IZABEL
2.544 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO 2026 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS.

Elemento	Descrição	Fonte	Valor
4.4.90.51.00-852	Obras e Instalações	629	7.000.000,00

Art. 2º - Para cobertura do presente Decreto, serão utilizadas as receitas provenientes de operações de crédito autorizadas pela Lei Municipal nº 2.810 de 15 de setembro de 2025.

Natureza da Receita	Descrição	Razão da Receita	Fonte de Recurso	Valor
2112540115	Operação de Crédito 2026 - Execução de Pavimentação Urbana e Outros	9878	629	10.000.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas as cotas de receitas e o cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente Decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 16 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Claudiomiro da Costa
Código Identificador:EC6E7768

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2025 REF. LICITAÇÃO PREGÃO Nº7/2025
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS MUNICIPAIS E REGIONAIS SEDIADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA, EM ATENDIMENTO AOS PROGRAMA

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2025
Ref. Licitação Pregão Nº7/2025
Contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem para Campeonatos Municipais e Regionais sediados no Município de Santa Lúcia, em atendimento aos programas da Secretaria Municipal de Esportes, já incluso com árbitro, auxiliares e mesários.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA

Contratada**:** DANIEL PEREIRA LACERDA PROFESSOR MODALIDADES ESPORTIVAS E ARBITRAGEM-ME
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido em mais R$ 2.850,00 (Dois mil, oitocentos e cinquenta Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula quarta da Ata em epígrafe e termos do Art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 09/04/2026.
Prazo de Vigência: 09/04/2026.
Data da Assinatura: 16/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:908D5D3D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: CIRÚRGICA ITAMARATY COMÉRCIO LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 1.566,00 (Um Mil, Quinhentos e Sessenta e Seis Reais).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:AAAAD80F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 966,00 (Novecentos e Sessenta e Seis Reais).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:18373135

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 1.555,95 (Um Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Cinco Reais e Noventa e Cinco Centavos).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:08AF060F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: ECO FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 770,00 (Setecentos e Setenta Reais).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:A62B5704

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: ILG COMERCIAL LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..

Valor:
R$ 719,70 (Setecentos e Dezenove Reais e Setenta Centavos).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:206F3448

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 3.694,00 (Três Mil, Seiscentos e Noventa e Quatro Reais).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:8F778C17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2026. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2026. EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2026.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 7/2026.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
Objeto:
Registro de Preços para a Aquisição de Medicamentos que compõem a Farmácia Básica, com o intuito de garantir o abastecimento da Unidade de Saúde do Município de Santa Lúcia..
Valor:
R$ 28.660,00 (Vinte e Oito Mil, Seiscentos e Sessenta Reais).

Prazo de Execução: 11/03/2027.
Data da Assinatura: 12/03/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:0512A9C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE PROCESSO INEXIGIBILIDADE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO Nº 46/2025

LISTA DE CREDENCIADOS

LICITAÇÃO MODALIDADE
Processo inexigibilidade Credenciamento/Chamamento Nº 46/2025

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 13/2025, que teve como objeto ***Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo mão de obra e serviços de socorro, bem como o fornecimento de peças para a manutenção de veículos leves, semileves e pesados pertencentes a Frota Municipal do Município de Santa Lúcia - PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:
NELCI TEREZINHA DE OLIVEIRA NARDINO 05029641971-
15.318.051/0001-33
RUA SAMBAQUI , 149 - CEP: 85790000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Capitão Leônidas Marques/PR
NELCI TERESINHA DE OLIVEIRA NARDINO
050.296.419-71

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em treze dias de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:5B419B59

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 048/2026 DATA 16/03/2026

Decreta Luto Oficial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

D E C R E T A

Art.1° Luto Oficial por três dias, em consequência do falecimento ocorrido na data de 14 de março de 2026 do Sr. **JOSE LUIZ MONTEIRO**, ex-servidor deste município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:0F4837EE

EXECUTIVO MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 EDITAL 041/2026 – CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e de conformidade com o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, no artigo 68, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, de 18 de novembro 2014 e na Lei Municipal n.º 590, de 29 de setembro de 2014 e de acordo com o Edital n° 001/2025 do Processo Seletivo Simplificado, e ainda:
Considerando a Homologação dos Resultados do Processo Seletivo Simplificado, homologado em 10 de fevereiro de 2025,

RESOLVE

Art. 1º **CONVOCAR**, as candidatas abaixo relacionadas, para comparecer, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, até o dia 24 de março de 2026, munidas dos documentos exigidos para investidura, conforme o edital 001/2025, a fim de tomar posse no cargo em que foram selecionadas.

NOME	CARGO
Ana Flavia Hoffmann Muller	PROFESSORA
Alessandra Lucas Antunes	PROFESSORA
Olinda Pereira de Almeida	PROFESSORA

Art. 2º O não comparecimento das candidatas convocadas no prazo citado no artigo anterior implicará automaticamente em desistência ao Cargo concorrido.

Santa Lúcia, PR, 16 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:47C4FCB4

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 13, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores Fernando Rodrigo Kesterke e Lucas Henrique Tubin Getrullio a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem do curso de capacitação com o Tema: **"Planejamento das Contratações Públicas (ETP e TR na Lei nº 14.133/2021)"**, da empresa IAGP-INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PÚBLICA LTDA nos dias 19 e 20 de março do corrente ano, na cidade Foz do Iguaçu/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 02 (duas) diárias integrais aos servidores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 16 de março de 2025.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice- Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:F84A4F37

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 07/2026

SÚMULA: Decreta Luto Oficial.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais considerando o falecimento do Servidor Sr. José Luiz Monteiro

RESOLVE:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial do Poder Legislativo Municipal, nos dias 14, 15 e 16 de março do corrente ano.

Art. 2º As atividades parlamentares neste período ficam transferidas para a próxima sessão parlamentar.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 14 de março de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:19C96721

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Inexigibilidade de Licitação nº 05/2026/CMSL

Em preceito ao disposto no art. 71, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, **torno pública** a **adjudicação do objeto e a homologação do processo** de Inexigibilidade nº 05/2026, cujo objeto é a ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS NO CURSO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – ETP E TR NA LEI 14.133,*** pelo qual a empresa a ser contratada será: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.651.451/0001-85, que ofereceu o objeto contratual ao valor global de **R$ 4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais).**

Publique-se;
Registre-se.

Santa Lúcia/PR, em 11 de março de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:88D38D4A

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	nº 05/2026	Referente à Inexigibilidade de Licitação nº 05/2026
Contratante:	**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** CNPJ nº 01.491.938/0001-14	
Contratado:	**IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA** CNPJ nº 32.651.451/0001-85	
Objeto:	Contratação de empresa para Capacitação de servidores municipais no curso 'Planejamento das Contratações Públicas: ETP e TR na Lei 14.133/2021'.	
Valor global:	4.380,00 (quatro mil trezentos e oitenta reais).	
Prazo de vigência:	90 (noventa) dias.	
Data assinatura:	11 de março de 2026.	

Publicado por:
Ana Flavia Lorenzetti
Código Identificador:78264905

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO

Contrato nº 04/2023/CMSL	Dispensa de Licitação nº 04/2023

3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebraram de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** e **EGS DIGITAÇÕES LTDA.**

Cláusula Primeira – Do Objeto Contratual

O termo aditivo em apreço ocorrerá no **Contrato nº 04/2023/CMSL,** cujo objeto é a "**Contratação de empresa para Prestação de serviços de Apoio Administrativo-Contábil, mediante o levantamento de dados, análise de procedimentos, suporte técnico, manutenção e parametrização nos sistemas responsáveis pela geração do SIM-AM (Sistemas de Informações Mensais – Acompanhamento Mensal), do TCE-PR, interpretação de erros, auxílio e acompanhamento mensal de informações dos sistemas pertinentes às prestações de contas junto ao TCE-PR",** conforme disposto em contrato por **EGS DIGITAÇÕES LTDA** (já qualificado no referido contrato) para a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA** (também já qualificada no instrumento contratual).

Cláusula Segunda – Do Termo Aditivo
Fica integrado a este Contrato como sendo o **3º Termo Aditivo,** sendo:
è **a prorrogação da vigência contratual por igual período,** vigendo, portanto, até 20.03.2027, conforme permissividade prevista na cláusula 4ª do termo contratual;
è **a alteração do valor global,** alterando para R$ 69.984,00 (sessenta e nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais).

Santa Lúcia/PR, 16 de março de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA	*EGS DIGITAÇÕES LTDA*

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:EC6BF13F

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 47/2026 DE 13 DE MARÇO DE 2026

DECRETO 47/2026
De 13 de março de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito no orçamento vigente no valor R$ 127.060,37 (Cento e Vinte e Sete Mil e Sessenta Reais e Trinta e Sete Centavos) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.
DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 127.060,37 (Cento e Vinte e Sete Mil e Sessenta Reais e Trinta e Sete Centavos) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.302.0007.2081	Atividades da UBS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4091	01075-Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná- Resolução SESA nº 285/2024 e similares	13.682,55
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3381	04945-Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	80.000,00
	SUBTOTAL	93.682,55
11	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
11.001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
28.846.0003.3122	Precatórios Judiciais	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
6032	00968-CONVÊNIO SIT 77940 EVENTOS	33.377,82
	SUBTOTAL	33.377,82
	TOTAL	127.060,37

Art. 2º - Para cobertura do Crédito aberto conforme Artigo Anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício de 2025, de acordo com o Inciso I do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1.964, em conformidade com os saldos constantes do Anexo 14 do Balanço Financeiro do Exercício de 2025, de Recursos Vinculados, conforme especificado a seguir:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00968	CONVÊNIO SIT 77940 EVENTOS	33.377,82
01075	Apoio Financeiro para ações Emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná- Resolução SESA nº 285/2024 e similares	13.682,55
04945	Custeio Estadual - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	80.000,00
	TOTAL	127.060,37

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:D7C9D385

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 017/2026

PORTARIA N.º 017/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 1.214/1994 de 09 de maio de 1994**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao **SERVIDOR COMISSIONADO** deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**017**		
SERVIDOR AUTORIZADO:	PAULO ALVES BANDEIRA JUNIOR		
CPF N.º	**492.936.809-04**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**14.339.429-8**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAÍDA:	**17/03/2026**		
RETORNO:	**20/03/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO GESTÃO PÚBLICA BRASIL: Patrimônio Público – Estratégias e práticas para atualização controle e proteção do acervo patrimonial.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL**		
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – PR	**16/03/2026**		
PRESIDENTE DA CAMÂRA:			
SERVIDOR AUTORIZADO:			
TESOURÁRIA:			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:33A9D011

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2025
13 de março de 2026

Autoridade: Prefeito Municipal
Interessado: Comissão de Licitação / AMG ENGENHARIA EIRELI
Assunto: Reconsideração de Inabilitação e Habilitação de Licitante na Concorrência Presencial nº 024/2025.

Relatório e Contexto

Trata-se de análise da decisão proferida pela Comissão de Licitação em 12 de março de 2026, que submeteu a este Gabinete a proposta de reconsideração da inabilitação da empresa AMG Engenharia Eireli.

A inabilitação original baseou-se em uma interpretação restritiva do Atestado de Capacidade Técnica. Contudo, após provocação e reanálise, a Comissão, amparada pelos departamentos jurídico e de engenharia, concluiu pela necessidade de reforma do ato.

2. Fundamentação Jurídica e Técnica

Como Chefe do Poder Executivo, sublinho que a Administração Pública é regida pelo Princípio da Autotutela, consolidado na Súmula 473 do STF. Este princípio nos impõe o dever de anular atos eivados de vícios de legalidade e revogar aqueles que não atendam ao interesse público. Manter uma inabilitação baseada apenas em semântica (falta do termo "construção"), ignorando a capacidade técnica real comprovada, configuraria um vício de finalidade.

Acompanho o entendimento da Doutora Cintia Fernanda Lanzarin (Procuradora Municipal) e do Engenheiro Felipe Andrade Blick, no sentido de aplicar o Formalismo Moderado previsto na Lei nº 14.133/2021. A nova lei de licitações é clara ao orientar que o saneamento de falhas é o caminho para alcançar a proposta mais vantajosa, evitando que o rigor excessivo afaste bons prestadores de serviço.

3. Decisão do Prefeito

Diante da robusta fundamentação apresentada pela Comissão de Licitação e do parecer favorável do corpo jurídico e técnico deste Município:

• **RATIFICO** integralmente a decisão da Comissão de Licitação contida na Ata de 12/03/2026.

• **DETERMINO** a reversão da inabilitação da empresa AMG Engenharia Eireli, declarando-a HABILITADA para o certame.

• **AUTORIZO** a imediata continuidade do processo licitatório para as fases subsequentes, visando a celeridade na contratação da obra de construção da praça pública.

Santo Antonio do Sudoeste- Paraná, 13 de março de 2026.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9C0F81A5

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2025 PREGÃO Nº 20/2025

EXTRATO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO Nº 3 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2025
Pregão Nº 20/2025
OBJETO: Aquisição de ovos de páscoa de chocolate para distribuição para as crianças das escolas e CMEI's do
município de Santo Antonio do Sudoeste -PR.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MADELEINE CHOCOLATES E SOBREMESAS LTDA;
VALOR DO REEQUILÍBRIO: 6.516,00 (Seis Mil e Quinhentos e Dezesseis Reais).
DATA DA ASSINATURA: 13/03/2026

Pela contratante:
RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal e

Pela Contratada:
PATRICK BOHN -
Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:89A329C1

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2026 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2026
Processo inexigibilidade nº 027/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: MB NEUMANN SERVIÇOS MEDICOS LTDA
CNPJ Nº 57.438.828/0001-43
Representante: MATHEUS BALABUCH NEUMANN
CPF nº 070.567.529-77
OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços médicos, enfermeiros, técnico em enfermagem, farmaceuticos, psicologo, odontólogo, auxiliar de saúde bucal, terapeuta ocupacional, nutricionista e assistente social e fisioterapeuta, para suprir as necessidades das Secretarias do município, conforme Chamamento Público Nº 001/2024.
VALOR TOTAL: R$ 281.232,00 (Duzentos e Oitenta e Um Mil, Duzentos e Trinta e Dois Reais)
VIGÊNCIA: 12/03/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 13/03/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:91CFFBDC

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 01/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: RK IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA EPP
CNPJ Nº 05.043.720/0001-58
Representante: VINICIUS ALALAN DE CARVALHO
CPF nº 016.284.950-81
OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas novos, destinados à Secretaria de Agricultura do Município de Santo Antônio do Sudoeste - PR, conforme convênio nº 984779/2025.
VALOR TOTAL: R$ 26.170,00 (Vinte e Seis Mil, Cento e Setenta Reais)
VIGÊNCIA: 26/02/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 27/02/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:BE8E3048

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA
HOMOLOGAÇÃO INEXIGILIDADE Nº 002/2026

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo n.º:0085/2026
Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, de curso de capacitação denominado "ELEIÇÕES 2026 E OS SEUS IMPACTOS NOS MUNICÍPIOS E O NOVO PROLEGIS DO TCE/PR", a ser realizado pela UVEPAR no Município de Curitiba/PR.
Fundamento legal: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Contratada: UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PÚBLICOS DO PARANÁ – UVEPAR, CNPJ n.º 81.398.232/0001-41.
Valor global: R$ 2.370,00 (dois mil, trezentos e setenta reais), correspondente a 03 (três) inscrições no valor unitário de R$ 790,00.
Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica).

H O M O L O G Oo procedimento de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, "f", da Lei n.º 14.133/2021, e
A D J U D I C Oo seu objeto à**UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PÚBLICOS DO PARANÁ – UVEPAR**pelo valor global de R$ 2.370,00 (dois mil, trezentos e setenta reais).

Determino, ainda:

a) A publicação desta decisão no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio oficial da Câmara Municipal, para fins de eficácia e transparência (arts. 72, parágrafo único, e 94 da Lei n.º 14.133/2021);
b) A lavratura do contrato administrativo, conforme minuta aprovada e com a inclusão dos dados definitivos da contratada;
c) O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto pela servidora designada, nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021.

Registro que a instrução processual e a verificação dos requisitos formais foram realizadas pelo Departamento de Licitações, e a análise da legalidade do procedimento, nos termos do art. 53, §4.º, da Lei n.º 14.133/2021, foi efetuada pelo Departamento Jurídico, por meio de parecer conclusivo, nos quais esta homologação se fundamenta.

São Jerônimo da Serra/PR, 16 de março de 2026.

CIRO FRANCISCO BISPO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:E1679E71

SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa Eletrônica nº 04/2026.

Objeto: Compra de Barrilha Leve para tratamento de água para consumo conforme ANEXO I do Termo de Referência.

Valor Máximo: R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Data de início de recebimento de Proposta: a partir das 08:00h do dia 23/06/2026.

Data fim de recebimento de proposta: até as 08:00h do dia 23/03/2026.

Data do início da Disputa: as 09h00 do dia 23/03/2026. (Horários de Brasília/DF).

Duração da Disputa: 6 horas

Link: https://bll.org.br.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Local: https://bllcompras.com/

Edital: O Edital está disponível aos interessados no SAMAE situado à Rua José Batista Proença 680 centro de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, durante o horário de expediente, das 08h00min. às 11h00min. e das 13h00 às 16h00min. ou através do site samaesjs.com.br e no Portal de Compras: https://bllcompras.com

Dúvidas: Por E-mail: licitacao@samaesjsjs.com.br ou pelo Fone: (43) 3267-1437, no horário normal de expediente.

São Jerônimo da Serra-PR, em 16 de março de 2026.

LUIZ MARIO FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Luiz Mario Ferreira
Código Identificador:73A16149

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL RETIFICADO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – EDITAL RETIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ,** torna público aos interessados que realizará no dia**31 de março de 2026, às 09:15**, na sede da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, (Divisão de Licitação), sito Praça Coronel Deolindo, 151, na Cidade de São Jerônimo da Serra/PR, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO , do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme se específica a seguir: **INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** as 10:00h do dia 17/03/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 09h:15min do dia 31 de março de 2026. **REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO MANUAL E MECANIZADA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE BOCAS DE LOBO, CAIXAS CENTRAIS E SARJETAS, BEM COMO PODA, CORTE E MANEJO DE ÁRVORES EM RUAS E AVENIDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CODENOP, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS, PARA OS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ – CODENOP.** Valor estimado **R$ 7.248.390,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e noventa reais).** O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site: https://bllcompras.com/Home/Login, dúvidas e esclarecimentos através do e-mail consorciocodenop@gmail.com, Tel: (43 3772-2762), em horário de expediente na Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra-Pr.

São Jerônimo da Serra, 16 de março de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Pregoeira

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do Consórcio

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:B7E5ED83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL - Nº. 06 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 110/2024 REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 22/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA PETROLIUM COMBUSTÍVEIS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR
Gestão 2025/2028

TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL - Nº. 06 à Ata de Registro de Preços nº. 110/2024 referente ao Pregão Eletrônico nº. 22/2024, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa PETROLIUM COMBUSTÍVEIS LTDA

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede no Município de São Jerônimo da Serra, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito em Exercício, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **PETROLIUM COMBUSTÍVEIS LTDA**, estabelecida na Rua Ricardo Debertolis, 150, Bairro Industrial, Município de Cambé/PR, CNPJ 00.179.490/0001-35, representante **Ana Clara Franzner Chiodini**, sócia administradora, RG 4.407.802 SESP/SC, CPF 006.219.329-57. Fone /Fax : 47 3372 8891 - E-mail licitacao@agricopel.com.br, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO DE SUPESSÃO, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER UMA DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR,** e no que couber aos termos das disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO

O presente Termo Aditivo tem por finalidade, o reequilíbrio dos valores equivalente a clausula primeira, da Ata de Registro de Preços nº. 110/2024 do Pregão Eletrônico nº. 22/2024. Os percentuais reajustados representam os valores e percentuais conforme tabela abaixo:

Descrição	V. Unit. Atual	V. aditado p/unid.	V. Unit. a ser aditado
DIESEL S10	R$ 5,54	R$ 0,91	R$ 6,45

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total reajustado é de **R$ 204.750,00 (duzentos e quatro mil setecentos e cinquenta reais),** corresponde ao reajuste do item 2 (dois) "DIESEL S10" no valor de 0,91 (noventa e um centavos) multiplicado pela quantidade pendente do item.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal e encontra amparo legal no Art. 124, inciso II, alínea "d" da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato inicial que não colidirem com as disposições deste Termo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATATA, e pelas testemunhas abaixo:

São Jerônimo da Serra, 13 de março de 2026.

VENICÍUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

PETROLIUM COMBUSTÍVEIS LTDA
Contratada
Testemunhas:

Nome: _____Ass: _____
CPF/MF:

Nome: _____Ass: _____
CPF/MF:

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:BF87C3C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 036/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 137/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 137/2025, e na Portaria 408/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 137/2025;
CONSIDERANDO o Ofício 01 e 05/2026 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação e 066/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Motorista	11	DATIVO ANTONIO DE SOUZA	19
Motorista	12	JOSE VALDICLEI DA SILVA	23
Motorista	13	ANIBAL JOSE DA SILVA	16
Operário	10	LUCIANA SILVA DO AMARAL FERREIRA	34

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 17/03/2026 a 25/03/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 137/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 16 de março de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:330362D2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 068/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;

Considerando o capítulo V, artigos 102 à 109 da Lei 571/2003 de 30/12/2003 - Das Férias
Considerando os requerimentos do servidores municipais, e o ofícios dos Departamentos e Secretarias .
RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER FÉRIAS aos Servidores Municipais abaixo relacionados, conforme respectivos períodos de aquisição e gozo.

Matr.	NOME	Cargo	Data Admissão	Período Aquisição	Período de Gozo
3081	Alencar Inocêncio da Silva	Motorista	03/04/2006	03/04/2024 à 02/04/2025	14/03/2026 à 18/03/2026
3081	Alencar Inocêncio da Silva	Motorista	03/04/2006	03/04/2025 à 02/04/2026	19/03/2026 à 23/03/2026
15922	Bruna Franciele Simão Braila	Auxiliar de Serviços Gerais	03/02/2025	03/02/2025 à 02/02/2026	23/03/2026 à 01/04/2026
3211	Dorly Assis Machado	Auxiliar de Enfermagem	03/04/2006	03/04/2023 à 02/04/2024	16/03/2026 à 14/04/2026
3471	Tania Oliveira de Vasconcelos	Auxiliar Administrativo	02/05/2024	02/05/2024 à 01/05/2025	23/03/2026 à 01/04/2026
248431	Vanderlei de Azevedo	Conselheiro Tutelar	06/01/2025	06/01/2025 à 05/01/2026	17/03/2026 à 26/03/2026

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026; 65º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:B0DB56AC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 069/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 075/2025, Homologado através da Portaria 271/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 17/03/2026, a candidata abaixo discriminada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital 075/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Matr.	Documento	FUNÇÃO
MARCELA APARECIDA OLIVEIRA TEODORO	24874/1	335.599.***-70	Psicólogo

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 28/02/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 075/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 17 de março de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:E8594EFB

PODER LEGISLATIVO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04-2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

O Presidente da Câmara de Vereadores de São José da Boa Vista – PR, considerando as informações contidas no processo em epígrafe, **HOMOLOGA E ADJUDICA** a **INEXIGIBILIDADE** de licitação sob o nº 04/2026, com base no artigo 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, em favor da empresa **DATALEGIS – Consultoria, Ensino & Pesquisa Ltda,** CNPJ nº 01.031.983/0001-96, cujo objeto consiste na "Contratação de empresa especializada para realização do 19º Congresso de União e Fortalecimento da Vereança, a ser realizado nos dias 17, 18, 19 e 20 de março de 2026, na cidade de Curitiba/PR, ministrado pela empresa DATALEGIS – Consultoria, Ensino & Pesquisa Ltda, com um investimento de R$- 2.690,00 (dois mil, seiscentos e noventa reais).
Determino ao setor competente que proceda a publicação da presente homologação e adjudicação, bem como prepare o instrumento de contrato, caso seja necessário.
É a decisão. Publique-se. Cumpra-se.

São José da Boa Vista – PR, em 16 de março de 2026.

CLAUDINEI MENDES DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Rafael Silva de Azevedo
Código Identificador:86C61016

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
CÂMARA ADMINISTRATIVA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

DESPACHO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026
Interessado: AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA

Assunto: Juízo de Admissibilidade e Diligências para tentativa de composição quanto ao processo de extinção contratual nº 129/2026 – contrato 64/2025
Referência: Processo Administrativo nº 83/2025 – Dispensa de Licitação nº 34/2025

I. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Considerando o contido na Portaria nº 53/2026 bem como nos termos da Defesa Prévia apresentada pela empresa, e considerando o disposto

no Decreto 517/2023 que instituiu a Câmara Administrativa de Mediação e Conciliação desta Procuradoria do Município de São José da Boa Vista, faço as seguintes considerações:
1. Da Competência da Câmara Administrativa de Mediação e Conciliação: A Câmara é competente para apreciar e dirimir conflitos referentes a contratos administrativos e registros de preços, conforme estabelecido pelo Decreto nº 517/2023 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 06/2024.
2. Dos Princípios que norteiam a Câmara: A análise do pedido será pautada pelos princípios da juridicidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, imparcialidade, interesse público, segurança jurídica, eficiência, ampla defesa, contraditório, motivação, boa-fé, economicidade, publicidade, razoabilidade e transparência.
3. Do Pedido da Interessada: A empresa AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA pleiteia em sua Defesa prévia nos autos do processo em epígrafe que seja oportunizada "reunião técnica para alinhamento das revisões solicitadas possibilitando a conclusão formal do objeto contratual".
Após análise preliminar do pedido, verifico que estão presentes os elementos necessários para a admissibilidade do pedido para processamento perante esta Câmara. Portanto, ADMITO o pedido da empresa para análise e deliberação no âmbito da Câmara Administrativa de Mediação e Conciliação. Embora o pedido não seja expresso no sentido de solicitar a submissão do caso à esta Câmara, o pedido de reunião para alinhamento técnico e a demonstração de interesse da empresa em solucionar as pendências representa em possibilidade concreta de resolução do litígio por meio de conciliação entre as partes, o que de todo seria mais vantajoso ao interesse público, pois o que se necessita é a conclusão do projeto contrato e sua entrega ao Município, conforme contrato firmado.

II. DA DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
Para a continuidade do procedimento e em conformidade com os princípios da ampla defesa e contraditório, determino as seguintes diligências:
1. Notificação da Empresa: Notifique-se a empresa, a fiscalização do contrato, a gestora municipal de convênios e quem mais houver de interesse na resolução do litígio, para participação de audiência de tentativa de conciliação,

São José da Boa Vista, 16 de março de 2026.

RONNY CARVALHO DA SILVA
Procurador do Município
OAB/PR 52.687 – Matrícula 450/1

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:D264012D

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
DECRETO 697/2026

DECRETO Nº 697/2026.

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento geral do Município para o exercício de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 1184, de 23 de Dezembro 2025.

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do município no valor de R$ 137.425,23 (cento e trinta e sete mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos), destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0201.2003 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0057) 3.684,93
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0003) 8.257,84
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0718) 83,08
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0073) 162,66

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
04.001 - DIVISÃO DE FINANÇAS
04.123.0201.2004 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE FINANÇAS
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0719) 6,46

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001 - DIVISÃO DE SAÚDE
10.122.1401.2113 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0020) 25.538,79

10.301.1401.2115 - MANUTENÇÃO PROGRAMAS E AÇÕES DE ATENÇÃO BASICA EM
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0067) 13.630,05
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0318) 702,70

10.301.1501.2115 - MANUTENÇÃO PROGRAMAS E AÇÕES DE ATENÇÃO BASICA EM
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0332) 129,22
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0333) 122,03
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0519) 2.789,03
10.301.1501.2118 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0498) 0,31

10.302.1401.2119 - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0496) 1.904,84

07.002 - DIVISÃO DE VIGILANCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA
10.301.1401.2121 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE VIGILANCIA EM SAÚDE
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0327) 240,86

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.002 - DIV PROJ À INF, JUVENTUDE, IDOSOS, DEFIC E MULHER
14.243.1301.6001 - FMDCA/IMPLANT/MANUT. SIMASE E ASSIST. A INFÂNCIA E
3.1.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000) 80.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0873) 172,43

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentárias:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
10.002 - DIV PROJ À INF, JUVENTUDE, IDOSOS, DEFIC E MULHER

14.243.1301.6001 - FMDCA/IMPLANT/MANUT. SIMASE E ASSIST. A INFÂNCIA E
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000) 80.000,00

Art. 3º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação 1,18

Art. 4º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit:

GRUPO/FONTE 0003 8.257,84
GRUPO/FONTE 0318 702,70
GRUPO/FONTE 0327 240,86
GRUPO/FONTE 0332 129,22
GRUPO/FONTE 0333 122,03
GRUPO/FONTE 0496 1.904,84
GRUPO/FONTE 0498 0,31
GRUPO/FONTE 0519 2.789,03
GRUPO/FONTE 0718 83,08
GRUPO/FONTE 0719 6,46
GRUPO/FONTE 0873 171,25
GRUPO/FONTE 0020 25.538,79
GRUPO/FONTE 0057 3.684,93
GRUPO/FONTE 0067 13.630,05
GRUPO/FONTE 0073 162,66

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 16 de Março de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:4AFBD434

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 141/2026 - TF 06/2026 - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2026
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO – LEI 13.019/2014

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que celebrou Termo de Fomento com Organização da Sociedade Civil nos termos da Lei nº 13.019/2014, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 141/2026
Instrumento jurídico: Termo de Fomento Nº 06/2026
Entidade: Lar Comunitário dos Velhinhos de São José da Boa Vista
Objeto: transferência de recursos para o auxílio na manutenção do Lar Comunitário dos Velhinhos no custeio de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene e pagamento de serviços de terceiros, visando ao atendimento e continuidade dos serviços prestados pela entidade aos idosos em situação de vulnerabilidade na modalidade de acolhimento institucional
Valor total: R$ 191.712,00
Concedente (Município): R$ 182.112,00
Entidade (contrapartida): R$ 9.600,00
Vigência: 12 meses
Fundamento legal: artigo 17 c/c artigos 31, 32 e 33 da Lei nº 13.019/2014 e Lei nº 907/2017.
Autoridade: José Lázaro Ferraz – Prefeito do Município
Representante da entidade: Alexandre Corrêa - Presidente
Data da celebração: 16/03/2026

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:2F351EDF

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 141/2026 - TF 06/2026 - EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2026
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO – LEI 13.019/2014

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que, por ato do Exmo. Sr. Prefeito do Município exarado no bojo dos autos de Processo Administrativo nº 141/2026, declarou INEXIGÍVEL o chamamento público que trata o artigo 24 da Lei nº 13.019/2014 nos termos do contido em referido ato, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 141/2026
Instrumento jurídico: Termo de Fomento 06/2026
Entidade: Lar Comunitário dos Velhinhos
Objeto: celebração de termo de fomento para transferência de recursos à organização da sociedade civil para auxílio no custeio de gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene e pagamento de serviços de terceiros, visando ao atendimento e continuidade dos serviços prestados pela entidade aos idosos em situação de vulnerabilidade na modalidade de acolhimento institucional.
Dispositivo: Declaro INEXIGÍVEL o chamamento público que alude o artigo 24 da Lei nº 13.019/2014 diante da impossibilidade de competição e razão da natureza singular do objeto, vez que somente o Lar Comunitário dos Velhinhos de São José da Boa Vista é que promove, atualmente no Município, ações, projetos e atividades voltadas ao acolhimento e proteção de idosos em situação de vulnerabilidade.
Fundamento legal da inexigibilidade: artigos 31 e 32 da Lei nº 13.019/2014 e Lei municipal nº 907/2017.
Autoridade: JOSÉ LÁZARO FERRAZ – Prefeito do Município
Data: 16/03/2026

É assegurada a impugnação ao presente ato a ser apresentado por qualquer cidadão, no prazo de 5 dias a contar de sua publicação no órgão de imprensa oficial do Município (Jornal Correio Notícias), em petição dirigida ao Prefeito do Município e protocolada na sede da Prefeitura Municipal no horário de expediente.

São José da Boa Vista-PR; 16 de março de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:540FDBD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 056/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL

PORTARIA Nº 056/2026
DATA: 16 de março de 2026

SÚMULA: Concede férias a servidor municipal

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,
RESOLVE

Art. 1º Conceder férias ao servidor público municipal abaixo nominado

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
VALDIONOR MARTINS DOS ANJOS	35221	Motorista	2025 a 2026	16.03.2026 a 04.04.2026

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 16 de março de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:31B176C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 117/2026

DECRETO Nº 117/2026

SÚMULA – Inexigibilidade de licitação para aquisição de imóvel destinado a atender as necessidades do município de São Pedro do Paraná e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o contido no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 025/2026;

CONSIDERANDO o relevante interesse público na implantação de unidades habitacionais de interesse social;

CONSIDERANDO os laudos de avaliação elaborados pela Comissão Municipal de Bens Imóveis e corretores imobiliários;

CONSIDERANDO a aprovação técnica da área pela COHAPAR, conforme Ficha de Vistoria nº 152/2025;

CONSIDERANDO as razões exaradas no Parecer Jurídico sobre Inexigibilidade de Licitação na aquisição de imóvel de interesse público;

CONSIDERANDO a observância integral do contido no artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 que autoriza a aquisição de imóveis por Inexigibilidade de Licitação;

CONSIDERANDO que o valor do imóvel está em conformidade com o disposto no item 8.2 da NBR 14.653-2;

CONSIDERANDO a autorização legislativa exarada através da Lei Municipal nº 16/2026,

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 74, inciso V da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos), fica declarada INEXIGÍVEL a licitação para a compra de imóvel destinado a implantação de unidades habitacionais de interesse social, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º O imóvel a ser adquirido é:

Lote nº 70-C-1, com área total de 6,05 hectares, com uma Reserva Florestal Legal averbada em 1,21 hectares, imóvel objeto da Matricula sob nº 21.296 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, Estado do Paraná, localizado no Município de São Pedro do Paraná/PR

Art. 3º A contratada é **MARIA SELMA DOS SANTOS**, inscrita no CPF/MF nº 273.057.288-02, pelo valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 4º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2026 DE 16/03/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026
04.001.16.482.0014.1463 - Aquisição de Terreno Para Implantação de Moradias Habitacionais
4.4.90.61.00.00 – AQUISIÇÃO DE IMOVEIS
Fonte: 41609 - Operação de Crédito Lei 80/2025 - Implantação de Conjunto Habitacional

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de março de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:73C2F7BE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 118/2026

DECRETO Nº 118/2026

SÚMULA – Dispensa de licitação para aquisição de sabão para uso na garagem e outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o parecer exarado pela assessoria jurídica do município.

D E C R E T A:

Art. 1º Nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos), fica declarada DISPENSADA a licitação para aquisição de shampoo, intercap e solupam de forma parcelada para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, efetivando-se a mediante contratação direta.

Art. 2º A empresa a ser contratada é **LEANDRO DE OLIVEIRA SOUSA LTDA– ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.893.641/0001-98, com o valor total de **R$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais).**

Art. 3º Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres da municipalidade, sendo o projeto codificado sob o nº:

MODALIDADE: DISPENSA Nº 19/2026, de 16 de março de 2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SABÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 64/2026
04.001.17.512.0016.2035 –SERVIÇO DE COLETA DE LIXO, LIMPEZA PÚBLICA E ATERRO SANITÁRIO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
04.001.26.782.0015.2038 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
09.001.20.601.0028.2078 – PROGRAMA DE INCENTIVO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR RURAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
09.001.20.605.0028.2103 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de março de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:166C3E42

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
26.762.980 NILSON FERNANDES PEREIRA, CNPJ/MF nº 26.762.980/0001-53

OBJETO: contratação de serviço de show artístico para as Festividades da Festa do Jaú no distrito de Porto São José à ser realizado nos dias 27 e 28 de março de 2026 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVÊNIO Nº 072/2026 SETU-PR PROTOCOLO Nº 25.332.580-1

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026 DE 12/03/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Fonte: 32060 - CONVÊNIO Nº 072/2026 SETU - FESTIVAL DE PESCA DO JAÚ 2026

Item	Especificações	Uni	Qtd	Valor Unit	Valor Total
01	Show Artístico ao vivo com o Grupo União do Samba com a Duração de 03 horas. Dia 27/03/2026 Sexta-feira (Porto São José)	Unid	01	5.000,00	5.000,00

Valor do Contrato: R$ 5.000,00 (cinco mil reais) cujo pagamento será efetuado de acordo com a prestação dos serviços.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de março de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:5E1BC863

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 24/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e
GARRAFÃO PRODUÇÃO MUSICAL LTDA-ME, CNPJ/MF nº 25.695.710/0001-04

OBJETO:contratação de serviço de show artístico para as Festividades da Festa do Jaú no distrito de Porto São José à ser realizado nos dias 27 e 28 de março de 2026 no Município de São Pedro do Paraná, conforme CONVÊNIO Nº 072/2026 SETU-PR PROTOCOLO Nº 25.332.580-1

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026 DE 12/03/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
Fonte: 32060 - CONVÊNIO Nº 072/2026 SETU - FESTIVAL DE PESCA DO JAÚ 2026

Item	Especificações	Uni	Qtd	Valor Unit	Valor Total
01	Show Artístico ao vivo com a Banda Garrafão com a Duração de 01:30 horas. Dia 28/03/2026 Sábado (Porto São José)	Unid	01	20.000,00	20.000,00

Valor do Contrato: R$ 20.000,00 (vinte mil reais) cujo pagamento será efetuado de acordo com a prestação dos serviços.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 16 de março de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:13AD1441

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ sob nº 30.914.523/0001-04, com sede à Avenida Brasil, 116 doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Srª FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO, portadora da Carteira de Identidade nº 4.211.994-6 SSP-PR e CPF nº 911.416.059-53, Secretaria Municipal de Educação, e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ sob nº.81.883.621/0001-62, registro no Ministério do Trabalho e Ação Social sob o nº 2187 e registro no CNAS nº 28987.010093/94-89, com sede à Rua Minas Gerais nº 531, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado pelo Srº CAMILA MAGALHÃES RAMOS ANTAL, portador da Carteira de Identidade nº 9.522.340-0 e CPF nº 069.719.029-39 Presidente, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e Lei Municipal nº 2.169 de 11 de julho de 2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: Transferência de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB referente a 93 alunos para remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação, na oferta da Educação Especial, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

AMPARO LEGAL: Lei Municipal nº 2.169, de 11de julho 2025.
PRAZO DE EXECUÇÃOE VIGÊNCIA: 28/02/2027.
RECURSOS: Valor Global R$ 453.997,43 (quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos).
FORO: Comarca de Assaí – Pr.

São Sebastião da Amoreira, 16 de março de 2026.

CAMILA MAGALHÃES RAMOS ANTAL
Presidente da APAE

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adevanil Rodrigues
Código Identificador:6D379467

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 59 DE 16 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a cessão e designação de servidores do Poder Executivo para atuarem em regime de cooperação técnica nos processos licitatórios da Câmara Municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ, EXILAINE GASPAR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS e;

CONSIDERANDO a solicitação formalizada pelo Poder Legislativo através do Ofício nº 026/2026 (Protocolo nº 1.453/2026), que expõe o reduzido quadro de pessoal daquela Casa;

CONSIDERANDO os preceitos de mútua cooperação e harmonia entre os Poderes, visando a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de observância aos ritos da Lei Federal nº 14.133/2021, que exige a designação de agentes públicos qualificados para a condução de certames;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Agente de Contratação, o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio do Poder Executivo Municipal para atuarem, em regime de cessão funcional e cooperação técnica, nos procedimentos licitatórios realizados pela Câmara Municipal de São Sebastião da Amoreira durante o exercício de 2026.

Art. 2º – A atuação dos servidores ora designados ficará restrita aos atos de competência técnica previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à Câmara Municipal a responsabilidade pela guarda dos autos, publicações e demais atos de gestão contratual.

Art. 3º – O desempenho das funções junto ao Poder Legislativo não implicará em prejuízo das atribuições originárias dos servidores junto ao Poder Executivo, devendo haver compatibilidade de cronograma entre as unidades.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 16 de março de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:75303869

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 07/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026.
O Município de Sapopema/PR, torna público que fará realizar, às 09h00 horas do dia 02 de abril do ano de 2026, na plataforma ComprasBR, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Bairro Centro	Pavimentação em CBUQ	26.115,8 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Sapopema e na plataforma ComprasBR. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Sapopema/PR, 13 de março de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:1619B683

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 -

Aviso de Republicação Pregão Eletrônico Nº 10/2026 - Processo Nº 25/2026. O município de Sapopema-Pr, através do Prefeito municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social, torna público **NOVA DATA DE ABERTURA** do Edital visando **Contratação de Empresa Especializada em Serviços Funeral.** Data de início para apresentação de Proposta de preços será no dia 17/03/2026 as 08:00h à 01/04/2026 às 08h55m. Abertura será dia 01/04/2026 as 09:00h. **O Edital mantém-se inalterado,** à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br www.sapopema.pr.gov.br , https://comprasbr.com.br . Sapopema, 16 de março de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR-
Prefeito.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F1F9114D

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 080/2026

DECRETO Nº 080/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.228/2020.

Considerando, a aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025, homologado pelo Decreto nº 044/2026,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Srtª Fabiane de Ponce Cordeiro CPF nº xxx.698.789-xx para o exercício da função de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 16 de março 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:44105ADB

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 046/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 046/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2025**, homologado pelo Decreto nº. 044/2026 de 12 de fevereiro de 2026, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:
Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIF	NOME	NOTA FINAL
4	Daniela kava Alves	100

Sapopema, 16 de março 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:95CE1DB5

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 047/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 047/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2024)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2024,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2024**, homologado pelo Decreto nº. 12/2025 de 06 de janeiro de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

RADIOLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF	NOTA FINAL
2	kevin antoni azambuja	xxx.688.929-xx	56,5

Sapopema, 16 de março 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:F2A6F56F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 048/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 01/2026.

EDITAL nº 048/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO nº 01/2026.

Homologação das Inscrições

A Prefeitura Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, por seu Prefeito que este subscreve**, CONVOCA** os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado para o provimento a cargo temporário vago de Educador Físico, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Motorista para a prova objetiva e entrega dos documentos, **no dia 18/03/2026** nos termos do PSS nº 01/2026 Edital nº 032/2026.

Não haverá segunda chamada, aos candidatos que tem prova de título, os mesmos deverão ser levados no mesmo momento da prova objetiva, e será analisado conforme seja concluído a prova.
PROVA ESCRITA: Dia 18 de Março, as 08:00 hrs na Biblioteca Municipal;
PROVA DE TÍTULO: Dia 18 de Março, a partir das 09:30 horas, na Biblioteca Municipal (**Observação: Os candidatos inscritos para área deverão já levar os títulos no momento da prova escrita.**
Sapopema, 16 de março de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Nº DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF
1	Danilo Andrade Moreira	xxx.954.879-xx
2	Cleyton Eduardo da Silva	xxx.513.449-xx
3	Eygdy Henrique Petrof Radion	xxx.103.069-xx
4	Erick Henrique terra de oliveira	xxx.494.799-xx
5	Sidineia aparecida de Lima Rosa	xxx.699.559-xx
6	Jenifer Danieli de França	xxx.288.989-xx
7	Lineker José Garcia Wanderley	xxx.131.789-xx
8	Abner Barbosa de Souza	xxx.454.369-xx
9	Jose Marcelo de Mello	xxx.151.659-xx
10	Sandra Lara Martins	xxx.466.979-xx
11	Paulo Alexandre Rod Rosalino	xxx.881.239-xx
12	Renan Henrique Braga	xxx.448.119-xx
13	Fernando H Maximiano de Souza	xxx.494.419-xx
14	Juliano Leoncio de Melo	xxx.520.499-xx
15	Arlene Fogaça da Silva	xxx.372.629-xx
16	Thais Martins Florentino	xxx.717.789-xx

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:B7B794A2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 049/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 049/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2024)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2024,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a

continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2024**, homologado pelo Decreto nº. 12/2025 de 06 de janeiro de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

RADIOLOGISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF	NOTA FINAL
3	THAIS MARTINS DE LIMA	xxx.802.709-xx	42

Sapopema, 16 de março 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:1A4A76C0

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 50/2024

EXTATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 50/2024
Pregão Nº 07/2024

TERMO ADITIVO AO **CONTRATO Nº 50/2024,** QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA **Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos Eireli - EPP.**

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **Instituto Makro Marketing Cursos e Treinamentos Eireli - EPP**, *inscrita no CNPJ/MF sob o nº* 05.501.153/0001-36, *sediado* na cidade de Campo Mourão/PR à Avenida Rocha Pombo, 1335 - CEP: 87.300-450 - Bairro: Centro - telefone: (44) 3523-9863, e-mail: instituto@institutomakro.com.br , doravante designado CONTRATADO, *neste ato representada por* Gabriela Beloti, brasileira, maior, portadora do C.P.F. nº 270.966.158-65 e RG nº 9.084.358-3, representante legal, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo e Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato e o acréscimo do valor do lote, conforme os Art. 107 e Art. 125, respectivamente, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
2.1 Na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, fica prorrogado a vigência do contrato nº 50/2024 para mais 12 meses, a findar-se dia 04/04/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO VALOR
3.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor total de R$ 51.750,00 (cinquenta e um mil setecentos e cinquenta reais) referente ao contrato nº 50/2024. Justifica-se o valor para a prestação de serviços nos próximos 12 meses.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUINTA- As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
Sapopema Pr, 16 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6126404F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 75/2023

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 75/2023

Processo Dispensa Nº 17/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Sr Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, *SRº.* PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 4.985.239-8, CPF sob o nº. 769.681.549-00, residente e domiciliado nesta cidade, Rua: Santana, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666 de 21/03/93. decorrente da Licitação sob a modalidade Processo Dispensa N.º 17/2023.

CONTRATADO: PUBLIDIAS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Porto Alegre/RS à Avenida Senador Tarso Dutra, 565 - Sala 905 - CEP: 90.690-140 - Bairro: Petrópolis, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 88.847.660/0001-53 neste ato representada pelo Sr. Nicolas de Barros Dias, portador do RG Nº 5053108428. e C.P.F. nº 887.324.950-72, residente e domiciliado na cidade de Porto Alegre/RS.

CLÁUSULA 1ª- Na forma do art. 57 Inciso II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, fica prorrogado o contrato nº 75/2023, até o dia 29/03/2027 para continuação da prestação de serviços de publicação. Conforme Acordão nº 1912/2023 TCEPR.

CLÁUSULA 2ª - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

CLAÚSULA 3ª - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.
E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema/PR, 16 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:6DC09FA0

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 51/2026

EXTRATO DE CONTRATO *DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO* Nº 51/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA - PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Sapopema-Pr, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 76.167.733/0001-87, neste ato representado Prefeito Municipal em exercício **PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR,** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. x.985.239-x e CPF sob o nº. xxx.681.549-xx, residente e domiciliado nesta cidade, sito à Rua Santana, neste ato denominado simplesmente contratante.
CONTRATADA: FABIANE DE PONCE CORDEIRO
CPF sob nº xxx.698.789-xx
Objeto: Prestação de Serviços de Auxiliar de Serviços Gerais carga horária de 40hrs semanais
Contrato: até dia 12/02/2027, podendo ser prorrogado por mais 01 ano
Sapopema, 16/03/2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

FABIANE DE PONCE CORDEIRO
Contratada

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A806ACA8

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 40/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 40/2025
Processo Dispensa 7/2025.

TERMO ADITIVO AO **CONTRATO Nº 40/2025,** QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA **EDITORA BEM PARANA LTDA.**

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2021 a 2024, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 06 de janeiro do ano de 2021, Edição 2173, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **EDITORA BEM PARANA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.637.305/0001-70, sediada na Rua: Dr. Goulin,2020,Juveve em Curitiba-Pr-CEP: 80040-280-Telefone:(41)98404-3699/3025-5830-e-mail: paulofurlan@onyxcom.com.br , doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Rodrigo Barrozo,CPF:748.251.789-87 RG:1.557.323 residente em Curitiba-PR, *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do lote, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, fica acrescido o valor do contrato em 25%, sendo o valor de R$: 3.177,81 (três mil cento e setenta e sete reais e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA- As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 16 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C0BA8BDE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de itinerário de veículo para fins de comprovação de deslocamento e concessão de diárias no âmbito das Secretarias do Município de Sapopema

O Prefeito Municipal e a Controladoria municipal no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle, transparência e comprovação das despesas com diárias,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de apresentação de Cupom ou Nota Fiscal e **itinerário do veículo utilizado no deslocamento** como documento de comprovação para fins de concessão e prestação de contas de diárias concedidas a servidores ou colaboradores no âmbito do Município de Sapopema-Pr, que se deslocarem para fora do município para desempenho de suas atividades por mais de 06:00 horas
Art. 2º O itinerário do veículo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
I – identificação do servidor responsável pela viagem;
II – identificação do veículo utilizado;
III – data e horário de saída e de retorno;
IV – local de origem e destino;
V – percurso realizado;
VI – finalidade do deslocamento;
VII – assinatura do servidor responsável e, quando aplicável, do responsável pelo controle da frota.
Art. 3º O itinerário deverá ser apresentado juntamente com a **prestação de contas da diária**, no prazo estabelecido pelas normas internas vigentes.
Art. 4º Na ausência do itinerário do veículo ou caso as informações apresentadas sejam insuficientes para comprovar o deslocamento, a diária poderá:
I – ser objeto de diligência para complementação de informações;
II – ter sua aprovação condicionada à regularização documental;
III – se considerada irregular para fins de prestação de contas, nos termos da legislação aplicável, sendo necessário a devolução ao cofres públicos.
Art. 5º Compete ao setor responsável pela gestão de frota e/ou controle administrativo manter registro e controle dos itinerários apresentados.
Art. 6º Os casos omissos serão analisados pela Secretaria de Administração e Controladoria Interna.
Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
Sapopema, 16 de março de 2026.

PAULO MAXIMIANODE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

EDIMARA AP. DA SILVA CRUZ
Controle Interno.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:73F57011

ADMINISTRAÇÃO GERAL
OFÍCIO N°05/2026

Ofício n°05/2026 Sapopema, 05 de março de 2025.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sapopema, inscrita no CNJP 84.788.256/0001-03, mantenedora da Escola Professora Anadir Mainardes da Costa Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial, situada na Praça Antônio Batista Ribas, s/nº, vem por meio deste, solicitar a Vossa Excelência, utilização dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R$ 20.724,57 (Vinte mil setecentos e vinte e seis reais e treze centavos), conforme os quadros a seguir do Termo de Convênio n° 1/2025, SIT 71629:

Materiais de Consumo: 3.3.90.30.24.00 Material para Manutenção de Bens Móveis	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
TIJOLO CERAMICO FURADO11,5X19X19	UND	2506	R$ 1,65	R$ 4.134,90
CIMENTO CP-II F32 50KG	SC	27	R$ 44,30	R$ 1.196,10
ARGAMASSA AC1 20KG	SC	10	R$ 22,04	R$ 220,40
TOTAL				**R$ 5.551,40**

SERVIÇOS: 3.3.90.39.16.00 - Manutenção e Conservação de Bens Imoveis	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO	UN	12	R$ 450,00	R$ 5.400,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA POR M²	M²	121	R$ 80,77	R$ 9.773,17
TOTAL				**R$ 15.173,17**

Sendo o que se apresenta para o momento, externamos nossos agradecimentos, nossa estima e consideração.

SILVIO DE CASTRO CARNEIRO
Presidente

Exmo. Sr.
PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal - Sapopema / PR

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:C49129C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 77/2026/SMSA

Nomeia servidor para ocupar cargo de provimento efetivo, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 01/2023 publicado no dia 10 de julho de 2023;

CONSIDERANDO, o Edital de Homologação e Classificação Final publicado no dia 07 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO, o Edital de Convocação n° 03/2026 publicado no dia 09 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o servidor abaixo, devidamente aprovado no Concurso Público Municipal **nº 01/2023**, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e leis complementares, sendo seu Regime Jurídico Estatutário.

Parágrafo Único. Para ocupar o cargo de provimento efetivo do quadro próprio da Autarquia Águas de Sarandi, será conforme disposto na Lei Complementar **nº 397/2022**.

CLASSIFICAÇÃO NEGROS	CLASSIFICAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA	NOME	CARGO	GRUPO OCUPACIONAL
1	15	EVERSON AMARO DA SILVA	TÉCNICO EM SANEAMENTO	GOTM-06

Art. 2° O servidor terá como atribuições do cargo, conforme disposto na Lei Complementar **nº 397/2022 Anexo II**, de 12 de janeiro de 2022.

Art. 3º A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Sarandi, 16 de março de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:5E03AFB5

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 40/2026

Prorroga o prazo de teletrabalho da servidora Suzane Ribeiro Siqueira Azevedo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe confere, conforme trata o art. 33 da Resolução nº 2, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Prorrogar o período de teletrabalho concedido pela Portaria nº 26, de 19 de fevereiro de 2026, à servidora Suzane Ribeiro Siqueira Azevedo, Auxiliar Legislativa, matrícula nº 142, passando a vigorar no período de 16 de março de 2026 a 14 de abril de 2026, conforme laudo médico neurológico apresentado.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Portaria nº 26, de 19 de fevereiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 16 de março de 2026.

Câmara Municipal de Sarandi, 16 dias do mês de março de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara
[Assinado digitalmente]

Publicado por:
Marlon Bif
Código Identificador:30018A37

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dionizio AparecidoViaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a LeiFederalnº 14.133, de 2021, a Lei Municipal3.008, de 2024, e demais alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Divisão de Compras e Licitações, resolve:

01 - RATIFICAR E HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:

A) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:14/2025-CMS
B) CREDENCIAMENTONº:1/2025-CMS
C) BASE LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
D) OBJETO HOMOLOGADO:aquisição de passagem aérea de ida e volta seguindo as seguintes diretrizes:
- para 1 (um) único passageiro;
- passagem de ida com embarque no aeroporto de Maringá-PR, com destino aBrasília-DF, no dia18/03/2026, com partida às05h00min e chegada prevista às 09h00mindo mesmo dia;
- passagem de volta com embarque no aeroporto deBrasília-DF, com destino a Maringá-PR, no dia20/03/2026, com partida às13h00min e chegada prevista às19h00mindo mesmo dia.
- não há necessidade de bagagem extra.
-conforme demais especificações mínimas estabelecidasno Termo de Referência e seus anexosdo Edital de Credenciamento n°1-2025-CMS.
E) VENCEDOR:SENDPAX VIAGENS LTDA, inscrito no CNPJ: 18.016.280/0001-91
F) ITENS:

Item	Descrição Detalhada	Unid. medida	Qtd.	Valorunit. (R$)	Valor total (R$)
1	Passagem aérea (ida e volta)	Unidade	1	R$7.377,69	R$7.377,69

G) VALOR TOTAL HOMOLOGADO:R$7.377,69(sete mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

02 - AUTORIZAR a emissão do Contrato e/ou Nota(s) de Empenho correspondentes ao Processo Administrativo 14/2025-CMS.

Sarandi, 13 de março de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:F102ECC7

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dionizio AparecidoViaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a LeiFederalnº 14.133, de 2021, a Lei Municipal3.008, de 2024, e demais alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pela Divisão de Compras e Licitações, resolve:

01 - RATIFICAR E HOMOLOGAR a presente Inexigibilidade de Licitação nestes termos:
A) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:14/2025-CMS
B) CREDENCIAMENTONº:1/2025-CMS
C) BASE LEGAL: Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.
D) OBJETO HOMOLOGADO:aquisição de passagem aérea de ida e volta seguindo as seguintes diretrizes:
- para 1 (um) único passageiro;
- passagem de ida com embarque no aeroporto de Maringá-PR, com destino aBrasília-DF, no dia18/03/2026, com partida às05h00min e chegada prevista às 09h00mindo mesmo dia;
- passagem de volta com embarque no aeroporto deBrasília-DF, com destino a Maringá-PR, no dia20/03/2026, com partida às13h00min e chegada prevista às19h00mindo mesmo dia.
- não há necessidade de bagagem extra.
-conforme demais especificações mínimas estabelecidasno Termo de Referência e seus anexosdo Edital de Credenciamento n°1-2025-CMS.
E) VENCEDOR:ZANELLA TRAVELS AGÊNCIAS DE VIAGENS LTDA, inscrito no CNPJ: 51.344.470/0001-03
F) ITENS:

Item	Descrição Detalhada	Unid. medida	Qtd.	Valorunit. (R$)	Valor total (R$)
1	Passagem aérea (ida e volta)	Unidade	1	R$7.992,98	R$7.992,98

G) VALOR TOTAL HOMOLOGADO:R$7.992,98(sete mil, novecentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos).

02 - AUTORIZAR a emissão do Contrato e/ou Nota(s) de Empenho correspondentes ao Processo Administrativo 14/2025-CMS.

Sarandi, 16 de março de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:2C92B879

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO — PMS Nº 03/2026

A prefeitura do Município de Sarandi — Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que se encontra aberto o **Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços complementares na área da saúde pública, contemplando consultas médicas na especialidade de Psiquiatria, com atuação no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II do Município de Sarandi/PR.**
A primeira sessão para abertura dos envelopes ocorrerá no dia 10/04/2026 as 09h00, na Sala de Reuniões de Licitações, Rua Guiapó, 484 — Sobreloja — Centro — Sarandi/Pr (acesso pela Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do departamento de informática).
O edital completo e as informações complementares poderão ser obtidos na divisão de licitações compras e patrimônio- paço municipal "FONE (0XX44) 3264-8623. E-MAIL: licitação@sarandi.pr.gov.br OU SER RETIRADO NO SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, no portal da transparência. Os envelopes contendo os documentos para credenciamento serão protocolados na Secretaria Municipal de Administração.
Sarandi, 13 de março de 2025

NEWTON CÉSAR MARTINS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jessica Goncalves Castione Jagas
Código Identificador:4C1A5694

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
DECRETO N.º 967/2026

SÚMULA: EXONERA a pedido BIMAEL ARRUDA MARCOLINO, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º- Fica exonerado a pedido **BIMAEL ARRUDA MARCOLINO,** portador do C.P.F. n.ºXXX.257.XXX-91, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº172/2025 de 12 de fevereiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 05 de março de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 11 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:3FA4371B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA n.º 03/2026

Prezado (a) senhor(a),

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente - CMDCA do Município de Sarandi, Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem CONVOCÁ-LO para participar da Reunião deste Conselho. Segue abaixo as informações pertinentes à reunião supracitada:

Pauta 01: Justificativas de ausência;

Pauta 02: Leitura e aprovação da Ata Reunião Ordinária n.º 01/2026 e 02/2026;

Pauta 03: Apresentação e Deliberação do Relatório de Gestão da Área da Criança e do Adolescente referente ao 1.º Bimestre de 2026 (Secretarias de Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, SECULT e SESP);

Pauta 04: Apresentação e Deliberação do Ofício n.º 163/206 Minuta de Edital para Chamamento Público para financiamento de projetos na área da área da criança e do Adolescente para as Organizações da Sociedade Civil de Sarandi/PR - FIA Municipal (01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2024);

Pauta 05: Apresentação e Deliberação do Ofício n.º 04/2026 SESP/DA solicitação de suplementação orçamentária - fonte Criança e adolescente;

Pauta 06: Apresentação e Deliberação do email ER Maringá sobre Programa Infância Feliz - manifestação sobre ausência de documentação para recurso;

Pauta 07: Apresentação e deliberação de proposta de ações unificadas para o FMDPI - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e FMIA - Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Sarandi a pedido do CMDPI; e apresentação do Ofício n.º 058/2026 da APAE redeliberação do 20% captação FIA; e apresentação do Plano de Aplicação do FMIA 2026-2027;

Data: 17/03/2026 às 13:30 min
Local: PROMEC - Proteção ao Menor Carente - Rua: Jaçanã, 941 - Centro - Sarandi/PR

LUCINEIRE AP. MONTINI DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:A19FDB7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ERRATA DE RESOLUÇÃO CMDCA

Errata de Resolução n.º 02/2026

Dispõe sobre aprovação da destinação dos recursos captados do Imposto de Renda alocados no Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Sarandi/PR referente ao período de: 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Sarandi/PR reunido em plenária ordinária no dia 27 de janeiro de 2026.

Considerando:

• O Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

- A Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações - em específico os artigos 4º e 7º que estabelecem que a criança e o adolescente tem direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência;

- O § 1°, art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida no referido artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, a fim de que as políticas de atendimento sejam implementadas por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, seguindo as medidas de proteção dispostas nos artigos 98 a 102 do referido Estatuto;

- A Lei Federal n.° 14133/2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

- A Lei n.º 13.019/2014 alterada pela Lei n.º 13.204/2015 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999;

- A Lei Estadual n.° 15.608/2007 que disciplina os procedimentos de licitação e de contratos administrativos no âmbito do Estado do Paraná;

- A Instrução Normativa 36 de 06 de outubro de 2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

- A Resolução 137 de 21 de janeiro de 2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
- A Resolução 28 de 06 de outubro de 2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

- A Instrução Normativa 61 de 1º de dezembro de 2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

- A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

- O Decreto Municipal 497/2025 que dispõe sobre as regras e procedimento do regimento jurídico das parcerias celebradas entre administração pública e as organizações da sociedade civil;

- As doações recebidas pela Receita Federal e os saldos das contas bancárias Banco Brasil Agência: 1483-4 Conta Corrente: 70.763-5 - Fundo para a Infância e Adolescência de Sarandi/PR;

- A Reunião Ordinária n.º 01/2026 do CMDCA realizada no dia - 27/01/2026 em que deliberou na Pauta 04: Apresentação e Deliberação dos Valores Arrecadados do recurso do Imposto de Renda 2025 (01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2025) FIA Municipal e a justificativa para a não utilização do recurso referente ao exercício de 2024 apresentado pela gestão da secretaria de assistência social;

Resolve:

Onde se lê:

Art. 1º: Aprovar a destinação dos recursos captados do Imposto de Renda alocados no Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Sarandi/PR (FMIA) referente ao período de: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2025. O valor total arrecadado no exercício de 2025 é de R$ 146.446,86 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos). Aprova o valor de R$ 73.163,45 (setenta e três mil cento e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos) do exercício de 2025 e adicionar o valor de R$ 75.619,47 (setenta e cinco mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos), perfazendo um total de R$ 148.782,92 (cento e quarenta mil setecentos e oitenta e dois reais noventa e dois centavos), ficando estipulado o valor de R$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais) a serem destinados ao financiamento de projetos na área da criança e adolescente provenientes do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - Captação do Imposto de Renda, para as entidades da Sociedade Civil Organizadas que atuam na área da Infância e Adolescência no Município de Sarandi/PR, e que serão selecionados posteriormente nos termos do Edital de Chamamento Público que será expedido pela Prefeitura do Município de Sarandi PR, conforme segue:

I – os projetos apresentados deverão observar os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público que será expedido pela Prefeitura do Município de Sarandi PR especialmente, o caráter inovador e os eixos da política de atendimento à infância e adolescência;

II – a seleção dos projetos apresentados obedecerá a pontuação estabelecida no Edital de Chamamento Público que será expedido pela Prefeitura do Município de Sarandi PR;

Leia-se:

Art. 1º: Aprovar a destinação dos recursos captados do Imposto de Renda alocados no Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Sarandi/PR (FMIA) referente ao período de: 01 de Janeiro de 2025 a 31 de Dezembro de 2025. O valor total arrecadado no exercício de 2025 é de R$ 146.446,86 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos). Aprovar o valor de R$ **73.163,45 (setenta e três mil cento e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos) do exercício de 2025 e incluir o valor de R$ 75.619,47 (setenta e cinco mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos) referente ao exercício de 2024 - Artigo 1º da Resolução CMDCA n.º04B/2025**, perfazendo um total de R$ 148.782,92 (cento e quarenta mil setecentos e oitenta e dois reais noventa e dois centavos), **ficando estipulado o valor de R$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais)** a serem destinados ao financiamento de projetos na área da criança e adolescente provenientes do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - Captação do Imposto de Renda, para as entidades da Sociedade Civil Organizadas que atuam na área da Infância e Adolescência no Município de Sarandi/PR, e que serão selecionados posteriormente nos termos do Edital de Chamamento Público que será expedido pela Prefeitura do Município de Sarandi PR, conforme segue:

I – os projetos apresentados deverão observar os critérios estabelecidos no Edital de Chamamento Público que será expedido pela Prefeitura do Município de Sarandi PR especialmente, o caráter inovador e os eixos da política de atendimento à infância e adolescência;

II – a seleção dos projetos apresentados obedecerá a pontuação estabelecida no Edital de Chamamento Público que será expedido pela Prefeitura do Município de Sarandi PR;

Art. 2º: Aprovar o percentual de 10% do valor arrecadado em 2025 (para cada serviço), para custeio de ações e/ou projeto inovador para as crianças e adolescentes no Serviço de Acolhimento Institucional Municipal (PSEAC) no valor de R$ 14.664,68 (quatorze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), e para o Serviço de Medida Socioeducativa Municipal (PSEMC) o valor de R$ 14.664,68 (quatorze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos); e para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora o valor de R$ 14.664,68 (quatorze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)no município de Sarandi/PR.

Onde se lê:

Art. 3º: Aprovar o percentual de 20% (vinte por cento) do recurso arrecadado no ano de 2025 do Imposto de Renda sobre o valor R$ 146.446,86 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos) - valor do percentual: R$ 29.289,37 (vinte e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos).

Leia-se:

Art. 3º: Aprovar o percentual de 20% (vinte por cento) do recurso arrecadado no ano de 2025 do Imposto de Renda sobre o valor R$ 146.446,86 (cento e quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos) - valor do percentual: R$ 29.289,37 (vinte e nove mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos) para investir em ações informativas e de promoção aos direitos da criança e do adolescente e ações/campanhas/eventos para captação de recursos provenientes do imposto de renda anual.

Art. 4o- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Sarandi-Pr, 16 de março de 2026.

LUCINEIRE AP. MONTINI DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:EA76435D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ERRATA RESOLUÇÃO CMDPI

ERRATA DE RESOLUÇÃO n.º 01/2026

Dispõe sobre aprovação integralmente das prestações de contas dos Recursos Estaduais - FIPAR - repassados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, referentes ao exercício de 2024, oriundos de deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI/PR.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa , no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2367/2017 e suas alterações, conforme a deliberação em plenário ordinário no dia 11 de fevereiro de 2026:

- **CONSIDERANDO** o Estatuto do Idosos e a Lei Municipal n.º 2367/2017 e sua alteração 2832/2022 e a competência deste Conselho no controle social, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da aplicação dos recursos destinados à Política da Pessoa Idosa;

- CONSIDERANDO as deliberações do CEDI/FIPAR: 024/2023 - Incentivo Paraná Viaja Mais 60; 019/2023 – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa; 016/2021 – Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa;

- **CONSIDERANDO** a deliberação da Pauta 03: Apresentação e Deliberação do ofício SAS n.º 112/2026 Prestação de contas dos Recursos Estaduais do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR - Deliberação n.º 019/2023 - Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa - Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024; Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa - 2021 - Anual 2024 - FINAL; Del. n.º 024/2023 - Incentivo Paraná Viaja Mais 60 - Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024 e a apresentação do Secretário Municipal da Assistência Social, Diego Miranda;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar integralmente as prestações de contas dos recursos estaduais abaixo relacionados, referentes ao exercício de 2024:
I – Incentivo Paraná Viaja Mais 60

•Deliberação: 024/2023 – CEDI/PR

•Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024

• Valor do Repasse: R$ 10.115,00

• Valor Utilizado: R$ 9.623,33

• Número de Idosos Atendidos: 42

II – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa

• Deliberação: 019/2023 – CEDI/PR

•Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024 (até 31/12/2024)

•Valor do Repasse: R$ 60.000,00

•Valor Utilizado: R$ 19.580,28

Forma de Utilização:
• Evento "Sou Idoso, Tenho Direitos";

• Ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade executadas pelo CREAS.

•Número de Idosos Atendidos: 300

Onde se lê:

III – Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa

•Deliberação: 016/2021 – CEDI/PR

•Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024 – Final

• Valor do Repasse: R$ 180.000,00
• Valor Utilizado: R$ 9.623,33

• Forma de Utilização:
• Almoço dançante com idosos do SCFV 60+;
•Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
• Materiais de expediente para o prédio do SCFV 60+;
•Pacotes de viagens turísticas.
•Número de Idosos Atendidos: 300

Leia-se:

III – Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa

• Deliberação: 016/2021 – CEDI/PR

• Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024 – Final

• Valor do Repasse: R$ 180.000,00

• Valor Utilizado: R$ 15.529,72

• Forma de Utilização:
• Almoço dançante com idosos do SCFV 60+;

• Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

• Materiais de expediente para o prédio do SCFV 60+;

• Pacotes de viagens turísticas.

• Número de Idosos Atendidos: 300

Art. 2º - Aprovar as justificativas de não utilização dos recursos, encaminhadas pela Secretaria de Assistência Social através do ofício n.º 112/2026 SAS, com saldo em conta acima de 50% no período da prestação de contas: Deliberação: 019/2023 – CEDI/PR - Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi/PR, 16 de Março de 2026.

LUCÉLIA MENDES DOS SANTOS
Presidente do CMDPI
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:48F7BC27

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.39/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 39/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data. Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
DANIEL TAKAHASHI DA ROCHA	454151	4	7	JARDIM WILLIAM
ESPOLIO DE JOSE FERREIRA DA SILVA	100706	48	21	JD. PANORAMA
RAFAEL RODRIGO NORIS	99597	44	10	JD. PANORAMA
FERNANDA MARÇAL DIAS	101630	50	14	JD. PANORAMA
LEONARDO ANGELO GABANI	104019	57	9	JD. PANORAMA
VERONICA DE SOUZA DA NEVES	44598	58	27A	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
JOAO BATISTA NUNES	63312	90O	8	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
CARLOS ANTONIO FRANCO	56049	88	5	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ROSANA FERREIRA ALVES	67393	102	7/10/11/14/15B	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
WANDERSON CORREA DA SILVA	59382	90F	6	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ESPOLIO DE VERONICA DA SILVA POMPEI	68403	107	1A	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
REGINALDO GALINDO JULIAN	35734	36	18A	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ANTONIO FARIAS DA SILVA	48020	67	5A	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ESPOLIO DE PAULO ROBERTO RUBIO	53376	80	7	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
MOACYR FERNANDES DE SOUZA	24619	2	20	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Paço Municipal, 12 de Março de 2026.				
IZAEL CARVALHO DOS SANTOS	***ELISANGELA RUELA***			
Diretor De Departamento	Coordenador De Tributos Municipais E Cadastros De Pessoas Físicas E Jurídicas			
Administração De Receitas Decreto 294/2025	Decreto 183/2025			

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:9F6225D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ANULAÇÃO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** anular o edital do CHAMAMENTO PUBLICO n. 0001/2026, sobe o objeto Chamado Pública formalizada, para o Credenciamento de Agricultores Familiar e de Empreendedores Familiar Rural para o fornecimento de gêneros alimentícios da conforme §1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções nº 06/2020 e suas alterações, por motivo de erro material no momento de da transcrição dos preços constantes na planilha orçamentária, o que ocasionou divergência entre os preços de mercado efetivamente apurados e aqueles publicados no instrumento convocatório.
O processo e o edital encontram com vista franqueada na sala do Departamento de Licitações situada na Travessa Sen. Souza Naves, 95 e no portal transparência, localizado no sítio eletrônico www.senges.pr.gov.br**.**
Sengés, 11 de Março de 2026.

Departamento de Licitações
Prefeitura Municipal de Sengés

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:6F1E4CE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2026

Processo Licitatório nº 156/2025 - Inexigibilidade de Licitação n.º 025/2025

CONTRATADA: MAQTERRA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.394.884/0001-20.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de pedras, nos termos especificado a seguir: **§1º Das especificações do(s) produto(s):**

Lote	Produto/Produto	Quantidade	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	PEDRA TIPO CASCALHO (DESAGREGADO) SEM CARREGAMENTO	2.000	TON	R$ 13,35	R$ 26.700,00
03	PEDRA TIPO CASCALHO LIMPO DESAGRAGADO PARA BRITAGEM SEM CARREGAMENTO	850	TON	R$ 15,70	R$ 13.345,00
04	PEDRA TIPO CASCALHO (BRITADO/CARREGADO)	1.220	TON	R$ 31,67	R$ 38.637,40
05	PEDRA TIPO CASCALHO (NA JAZIDA SEM CARREGAMENTO)	1.900	TON	R$ 8,33	R$ 15.827,00

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 94.509,40 (noventa e quatro mil, quinhentos e nove reais e quarenta centavos).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:
13 – Sec. Serviços Urbanos
7380.000. 3.3.90.30 – M.C.
12 – Sec. de Transporte e Viação
7040.000.3.3.90.30 – M.C.
DA VIGÊNCIA: A contratação se dará através da formalização de Contrato Administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura pelo período de 60 (sessenta) dias.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 16/03/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 16 de março de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:644D600E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021/2026

OBJETO: contratação de empresa autorizada para prestação de serviços de revisão 40.000 km com fornecimentos de peças, do veículo pick up Fiat Strada Volcano CD 1.3 placa SFB 8I96, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, através de **Dispensa de Licitação**.

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

SAMP AUTOVEICULOS LTDA, inscrita no **CNPJ: 78.066.800/0001-00**, em todos os lotes do objeto desta licitação com o valor global de **R$2.090,22 (dois mil e noventa reais e vinte e dois centavos).**

Sengés, 16 de Março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:C4668689

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 021/2026

OBJETO: contratação de empresa autorizada para prestação de serviços de revisão 40.000 km com fornecimentos de peças, do veículo pick up Fiat Strada Volcano CD 1.3 placa SFB 8I96, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, através de **Dispensa de Licitação,** fixando seu preço máximo total em **R$2.090,22 (dois mil e noventa reais e vinte e dois centavos)**, de acordo com o disposto no artigo 75, inciso I, c/c **§§ 1 º e 7º** da Lei n.º 14.133/21.

Ratifico a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso I, c/c **§§ 1 º e 7º** da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 16 de Março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:5D09606C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 009/2026)

OBJETO: Ampliação do sistema de esgotamento sanitário, para atendimento à Vila São Pedro, com extensão total de 4.113,10 metros, conforme 33º e 35º Termo de Compromisso e Responsabilidade (TCR) junto a SANEPAR.
VENCEDOR: VALMIR SANCHES RIBEIRO sob o CNPJ: 06.785.365/0001-55, no lote 001 do objeto desta licitação, com o valor total de **R$ 1.714.000,00 (um milhão, setecentos e quatorze mil reais).**

HOMOLOGAÇÃO: 16/03/2026

Sengés, 16 de Março de 2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:CAD3CF10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
ATA DE CLASSIFICAÇÃO REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO N°001/2026.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 09h00min, na sala da Unidade Gestora de Transferências Voluntárias – UGT, localizada na Prefeitura Municipal de Sertanópolis, situada na Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira, nº 342, Centro, no Município de Sertanópolis – Paraná, reuniram-se os membros da Comissão designada para análise e avaliação das propostas apresentadas no âmbito do Chamamento Público nº 001/2026, cujo objeto consiste na obtenção de propostas de organizações da sociedade civil interessadas na formação de parceria com o Município para o desenvolvimento de atividades inerentes à arte e à cultura, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e conforme disposições constantes no respectivo edital.
Aberta a sessão, procedeu-se ao recebimento e análise da documentação de habilitação e das propostas de trabalho apresentadas pelas instituições interessadas, quais sejam:

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE
CONFRARIA MINHA VIOLA MEU SERTÃO	**ANEXO I - LOTES:** 01- VIOLÃO 02- VIOLA 03- TECLADO 04- CANTO 05- BAIXO 06- ACORDEON 07- BATERIA 08- GUITARRA
MISSÃO FILADÉLFIA	**ANEXO I - LOTE:** 09- VIOLÃO NAS ESCOLAS
INSTITUTO EULÁLIA BARBOSA ZANIN	**ANEXO II - LOTE:** 01- PROJETO DE TEATRO
INSTITUTO EULÁLIA BARBOSA ZANIN	**ANEXO III - LOTES:** 01- PINTURA EM TECIDO 02- PINTURA EM TELA 03- DESENHO ARTÍSTICO
INSTITUTO EULÁLIA BARBOSA ZANIN	**ANEXO IV - LOTE:** 01- FANFARRA E PERCUSSÃO
MISSÃO FILADÉLFIA	**ANEXO IV - LOTE:** 02- ORQUESTRA FILARMÔNICA

Após a abertura dos envelopes e análise detalhada das propostas e documentos apresentados, a Comissão verificou que todas as instituições participantes atenderam às exigências estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 001/2026, apresentando documentação regular e propostas compatíveis com o objeto do certame.
Diante do atendimento aos requisitos legais, as entidades acima relacionadas foram consideradas **HABILITADAS e CLASSIFICADAS**, estando aptas à celebração do respectivo **Termo de Colaboração com o Município de Sertanópolis**, observadas as disposições legais e administrativas pertinentes.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

FLÁVIA DANIELA FANTIN PISSINATI –
Servidora

JULIANA APARECIDA ORTIZ –
Servidora

SUELLEN CRISTINA DE ALMEIDA –
Servidora

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:5E538538

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 046/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita do Município de Sertanópolis, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o contido no PEDIDO com data de 01/03/2026.

D E C L A R A:
Artigo 1º - Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 01/03/2026, a servidora **THELMA CRISTIANE BERSANETTI NEGRO** do cargo de professora e matrícula 201892, inscrita no CPF/MF 030.345.259-58.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/03/2026.

Paço Municipal Santo Soriani, 16 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Diretora do Departamento de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:0E5F8899

ASSESSORIA GERAL
PORTARIA Nº 047/2026

ANA RUTH SECCO, Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECLARA:

Artigo 1º - Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio, referente ao período aquisitivo de 07/02/2004 a 07/02/2009 à servidora pública **ADRIANE FERNANDES MARTINS** ocupante do cargo de professora matrícula nº 101990 e inscrita no CPF nº 015.602.789-51.
Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2026.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 16 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

DANIELA CRISTINA SPOLADOR
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

GRAZIELA FERNANDA ALVES FAVERO
Diretora do Departamento de Educação

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:13F653A7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 48/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

1° Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nº. 48/2025, decorrente de Pregão n°32/ 2025 de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de vigia, diurna e noturna, escala de 12 x 36 horas, nas diversas unidades da Prefeitura de Sertanópolis

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **ISABELY CRISTINA MARQUES**, inscrita no

CNPJ sob nº. 47.973.673/0001-91, com sede no endereço ANGELO DANCINI, nº 1, ESTANCIA SAO FRANCISCO, SERTANÓPOLIS-PR neste ato representada por **Isabely Cristina Marques,** portador do CPF sob n° 13168884952, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 28.600,92 (vinte e oito mil, seiscentos reais e noventa e dois centavos), corresponde ao acréscimo de 25,00% dos itens 01 do Lote 01 e 01 do Lote 2, com finalidade de Atender ao pedido do Departamento de Administração que justificou o aumento da demanda, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/2021

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigia, diurna e noturna, escala 12 x 36 horas, nas diversas unidades da Prefeitura de Sertanópolis.	79,00	R$ 89,94	R$ 7.105,26
2	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de vigia, diurna e noturna, escala 12 x 36 horas, nas diversas unidades da Prefeitura de Sertanópolis.	239,00	R$ 89,94	R$ 21.495,66

Conforme acordado entre a empresa e o município, em atendimento às atividades finalísticas da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 16 de março de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***ISABELY CRISTINA MARQUES***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:3F82A1D7

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.32/2025

1° Termo aditivo do contrato nº.32/2025, decorrente de Dispensa n° 35/2025 de Contratação de empresa especializada em orientação técnica e capacitação dos servidores lotados na Divisão de Receita, com apoio técnico aos serviços e rotinas diárias, visando atender as demandas do município.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa 58.756.454 LUCIENE DE FREITAS PIMENTEL, CNPJ Nº 58.756.454/0001-77, Situada Na Rua Antonio Sanchez Nº 371, Jardim Ouro Verde II, CEP. 87.114-162, Sarandi/PR, Neste Ato Representado Pela Senhora Luciene De Freitas Pimentel, Com Cédula De Identidade Nº 97124493 SESP/PR, Inscrita No CPF Nº 059.696.749-74, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência com término em 17 de março de 2027, com finalidade de atender ao pedido do Departamento de Fazenda que justificou a necessidade e a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

SERTANÓPOLIS, 16 de março de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:633F9DF8

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 23/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS - PR
Exercício: 2026

TERMO DE ADITIVO

2° Termo Aditivo da Ata de Registro de Preço nº. 23/2025, decorrente de Pregão n°15/ 2025 de Registro de Preço para aquisição de Kits cesta básica (auxilio alimentação) para atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO, e a empresa **RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 54.205.260/0001-22, com sede no endereço RUA CASTELO BRANCO, nº 206, CENTRO, JATAIZINHO-PR neste ato representada por **RAFAEL PIRES GONCALVES,** portador do CPF sob n° 29769962880, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência em mais um ano, com término em 26 de maio de 2027. Renovando a Ata de Registro de Preço, na importância de R$ 42.600,00 (quarenta de dois mil e seiscentos reais) com o reestabelecimento do quantitativo inicial, atendendo ao Pedido do Departamento de Assistência Social que comprovou o preço vantajoso, com fundamento art. 84 da Lei nº 14.133/21:

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Kit Cesta Básica conforme Termo de Referência.	240.00	R$ 177,50	R$ 42.600,00

Conforme acordado entre a empresa e o município, em atendimento às atividades finalísticas da Administração Municipal, pois, o contrato fora prorrogado por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
Sertanópolis, 16 de março de 2026

MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS	***RPG - COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVICOS LTDA***
Contratante	Contratada

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:5803B3DD

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.32/2025

2° Termo aditivo do contrato nº.32/2025, decorrente de Dispensa n° 35/2025 de Contratação de empresa especializada em orientação técnica e capacitação dos servidores lotados na Divisão de Receita, com apoio técnico aos serviços e rotinas diárias, visando atender as demandas do município.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **58.756.454 LUCIENE DE FREITAS PIMENTEL**, CNPJ Nº 58.756.454/0001-77, Situada Na Rua Antonio Sanchez Nº 371, Jardim Ouro Verde II, CEP. 87.114-162, Sarandi/PR, Neste Ato Representado Pela Senhora **Luciene De Freitas Pimentel**, Com Cédula De Identidade Nº 97124493 SESP/PR, Inscrita No CPF Nº 059.696.749-74, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 24.936,00 (vinte e quatro mil novecentos e trinta e seis reais), em decorrência da prorrogação contratual com o reestabelecimento do quantitativo inicial e atualização monetária pelo índice INPC (IBGE) de 3,9%, atendendo ao Pedido do Departamento de Fazenda que justificou a necessidade e a vantajosidade, com fundamento art. 105 e 106 da Lei nº. 14.133/21, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada em orientação técnica e capacitação de servidores	Meses	12	R$ 2.078,00	R$ 24.936,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 16 de março de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E72645ED

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 13/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 13/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 01 de abril de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 13/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para contratação de empresa especializada para organização, produção e execução de evento tipo Rodeio Country com montaria em touros no município de Sertanópolis.
Sertanópolis, 16 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:A358A260

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 58/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 58/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: RS PACHECO ANDRADE & CIA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT MANICURE PARA AS IDOSAS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE.

VALOR: R$ 2.550,00(DOIS MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS)

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 13 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:E4429D29

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 59/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 59/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: EBSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL & FINANÇAS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA O CONSELHO DA MULHER.

VALOR: R$ 149,90(CENTO E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA REAIS)

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 13 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:191267DF

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 60/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 60/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342,

inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: SEGURO VEICULAR PARA CAMINHÃO VOLVO.

VALOR: R$ 9.823,41(NOVE MIL, OITOCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 16 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:EC5CFFA0

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 61/2026

EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 61/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **menor preço,** na hipótese do art. 75, *inciso **II***, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º055/2023, e demais legislação aplicável.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de luminárias pública de Led (conforme Pedido, Estudo Técnico e Termo de Referência),
Data da sessão: **23 de março de 2026.**
Horário da Apresentação de Propostas: 9:00 hrs.
Email: compras@sertanopolis.pr.gov.br
Endereço: Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira, 342, Centro, Sertanópolis – Pr, CEP: 86.170-000, Sala de Compras e Licitações.

Para fins de elaboração de propostas os interessados poderão obter informações sobre a contratação no site https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes , através da íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referência. As propostas poderão ser protocoladas de segunda a sexta de 08h30 as 11h30 e 13h30 as 17h00 ou pelo e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br, até o prazo final de apresentação.

Sertanópolis,16 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:3EB95D0C

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ERRATA - EDITAL DE AUXÍLIO TRANSPORTE - 2026

CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026
AUXÍLIO TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DE NÍVEL TÉCNICO PRESENCIAL FORA DO DOMICÍLIO

ERRATA: Os interessados deverão apresentar a documentação para inscrição de **16.03.2026 a 02.04.2026**, **no Departamento de Educação** - Prefeitura Municipal de Sertanópolis, localizada na Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira n.º 1107 - B, Sertanópolis – PR, no período das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00.

Sertanópolis, 13 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GRAZIELA FERNANDA ALVES FÁVERO
Presidente da Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio-Transporte

Publicado por:
Vilma de Souza Correa
Código Identificador:EE4DE183

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 02/2026

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS

CONTRATADO: FLORÃO MIX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA, CNPJ Nº 44.546.876/0001-03

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 25 PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAAE SERTANÓPOLIS.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES

INÍCIO: 13 DE MARÇO DE 2026

TÉRMINO: 13 DE MARÇO DE 2027

EMBASAMENTO LEGAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 13 DE MARÇO DE 2026

VALOR ESTIMADO DA ATA: R$420.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE MIL REAIS).

FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PARANÁ

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:5F24DFD0

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo do Contrato nº 09/2024, decorrente da Dispensa de Licitação 43/2024, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO E EQUIPAMENTOS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 81.442.428/0001-96, SITUADA A AVENIDA SEIS DE JUNHO, 825, CENTRO, SERTANÓPOLIS/PR, CEP 86170-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO DIRETOR SUPERINTENDENTE O SR. **FLÁVIO MARCELINO FANTIN** E A EMPRESA **DALAVIA SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICO**, CNPJ Nº 13.776.385/0001-25, SITUADA NA RUA SERGIO SEVERO DE CARVALHO, 201, CONJUNTO BANCÁRIOS, SERTANÓPOLIS/PR, CEP 86.170-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR **EMERSON DALAVIA**, INSCRITO NO CPF Nº 052.393.719-97.

Cláusula Primeira – do objeto
O presente Termo Aditivo tem por objeto – Dilatação do Prazo de Vigência com término em **13 de março 2027,** com finalidade de Prorrogação Contratual, com fundamento art. 107, da lei nº 14133/2021.

Cláusula Segunda – da ratificação dos demais termos pactuados
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem ajustados, firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 13 de março de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN	*EMERSON DALAVIA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:56E7E612

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo do Contrato nº 09/2024, decorrente da Dispensa de Licitação 43/2024, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO E EQUIPAMENTOS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 81.442.428/0001-96, SITUADA A AVENIDA SEIS DE JUNHO, 825, CENTRO, SERTANÓPOLIS/PR, CEP 86170-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO DIRETOR SUPERINTENDENTE O SR. **FLÁVIO MARCELINO FANTIN** E A EMPRESA **DALAVIA SISTEMA DE SEGURANÇA ELETRÔNICO**, CNPJ Nº 13.776.385/0001-25, SITUADA NA RUA SERGIO SEVERO DE CARVALHO, 201, CONJUNTO BANCÁRIOS, SERTANÓPOLIS/PR, CEP 86.170-000, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR **EMERSON DALAVIA**, INSCRITO NO CPF Nº 052.393.719-97.

Cláusula Primeira – do objeto
O presente Termo Aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores na importância de **R$ 5.984,00 (cinco mil, novecentos e oitenta e quatro reais),** correspondente a Prorrogação Contratual acrescido da atualização monetária de período pelo índice INPC/IBGE de 2,579700%.

Cláusula Segunda – da ratificação dos demais termos pactuados
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem ajustados, firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Sertanópolis, 13 de março de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN	*EMERSON DALAVIA*
Contratante	Contratada

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:26827E2E

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA - PREGÃO EETRÔNICO Nº01/2026.

- CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE-SERMUSA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NESTA CIDADE DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, SITO A RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, CENTRO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 78.318.359/0001-07, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA** RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO, SOB Nº01/2026**, AQUI DENOMINADA CONTRATADA. FICANDO CONTRATADA AS EMPRESAS.

- ATA Nº02/2026 – FORNECEDOR: **ARLIMED DISTRIBUIDORA HOSPOTALAR LTDA**, CNPJ n.º18.362.195/0001-85, com sede na Rua/Av DOM LUIZ Nº171 VILA REAL, BALNEÁRIO CAMBURIÚ-SC, CEP: 88.337-100, telefone: (47)3170-2032, representada Pela, Sr(a). ANA ADILES FANTICELLI BRAGA, BRASILEIRA, CASADA (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em BALNEÁRIO CAMBORIÚ, RG n.º 308.090.370-68 SSP/SC, CPF n.º 308.090.370-68 **VALOR TOTAL - R$20.130,00 (VINTE MIL, CENTO E TRINTA REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

- ATA Nº03/2026- FORNECEDOR**: AUTOMEDICAL LTDA**, CNPJ n.º 55.152.280/0001-45, com sede na Rua/Av DOUTOR DANTE GLAUCUS DELEO Nº15 SÃO CAETANO DO SUL-SP, CEP: 09.570-340, telefone: (11)4229-7900, representada por seu(sua)CAROLINA LORENTE MITSUMOTO, Sr(a). BRASILEIRA, SOLTEIRA (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em SÃO CAETANO DO SUL- SP , RG n.º39.062.967-4 SSP/SP, CPF n.º376.264.248-67 **VALOR TOTAL - R$ 2.096,00 (DOIS MIL, NOVENTA REAIS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

- ATA Nº04/2026- FORNECEDOR: **CAMBÉ MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ n.º46.073.134/0001-33, com sede na Rua/Av ROBERTO ROMANELLI Nº503, CEP: 86.187-015, telefone: (43)3313-2332, representada por seu(sua) Sr(a). MOISES SOARES GONÇALVES, BRASILEIRO, CASADO (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em LONDRINA PR , CNH n.º00408229017 , CPF n.º544.043.719-34. **VALOR TOTAL - R$ 74.444,48 (SETENTA E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

-ATA Nº05/2026- FORNECEDOR: **CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ n.º 32.743.242/0001-61, com sede na Rua/AvMARIA OLIMPIA JARDIM Nº370 CAMPO MOURÃO, CEP: 87.309-185, telefone: (44)3810-2776, representada por seu(sua) DINAMARA GASPARELLO CAVALLI, Sr(a).BRASILEIRA,SOLTEIRA (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em CAMPO MOURÃO, RG n.º 13272055-0 SSP/PR, CPF n.º081.561.389-02 **VALOR TOTAL- R$ 8.412,00 (OITO MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

-ATA Nº06/2026- FORNECEDOR: **CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA,** CNPJ n.º 24.586.988/0001-80, com sede na Rua/Av PAVÃO Nº540 JARDIM BANDEIRANTES ARAPONGAS, CEP: 24.586.988/0001-80, telefone: (43)32529947, representada pela Sr(a). LARA CARDOSO MACHADO, SOLTEIRA (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em LONDRINA, RG n.º14.936.317-3 SSP/PR, CPF n.º 131.466189-23. **VALOR TOTAL - R$ 109.296,38 (CENTO E NOVE MIL, DUZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

-ATA Nº07/2026- FORNECEDOR: **CIRURGICA PRIME LTDA**, CNPJ n.º 46.116.717/0001-02, com sede na Rua/Av MACHADO DE ASSIS Nº583 ZONA 6 MARINGÁ/PR, CEP: 87.015-580, telefone: (44)3047-2170 (44)99970-8734, representada por (sua) Sr(a). SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR, BRASILEIRO, SOLTEIRO (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em ITAMBÉ/PR , CNH n.º03791512934 , CPF n.º048.260.599-57. **VALOR TOTAL - R$ 5.575,42 (CINCO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

-ATA Nº08/2026- FORNECEDOR: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**, CNPJ n.º 30.547.487/0001-

98, com sede na Rua/Av ESPERAÇA Nº1899 CAMBÉ PR, CEP: 86.189-353, telefone: (43)3661-2684, representada por Sr(a). OSCAR NETTO BOEING, BRASIELIERO, CASADO (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em CAMBÉ PR CNH n.º01059507402, CPF n.º 601.706.039-20. **VALOR TOTAL - R$ 95.635,40 (NOVENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

ATA Nº09/2026- FORNECEDOR: **EDHMED EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, CNPJ n.º 37.955.443/0001-46, com sede na Rua/Av TEREZA DOS SANTOS ROCHA Nº156 ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR, CEP: 83508-587, telefone: (43)99931-8447, representada por seu(sua) Sr(a). ELAINE CRISTINA VERUSSA, BRASILEIRA, CASADA (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em LONDRINA/PR, CNH n.º00638458262, CPF n.º006.461.479-43. **VALOR TOTAL - R$ 1.261,75 (MIL DUZENTOS E SESSENTA E UM REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

ATA Nº10/2026- FORNECEDOR: **EMPORIUM FOR HOME LTDA**, CNPJ n.º20.550.625/0001-34, com sede na Rua/Av RUA438 Nº688 ITAPEMA/SC, CEP: 88.220-000, telefone: (47)9847-9683, representada pelo Sr(a).PAULO SERGIO PEREIRA DA SILVA ,BRASILEIRO,CASADO (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em ITAPEMA-SC, CNH n.º 015.82235189, CPF n.º 763.973.609-97. **VALOR TOTAL - R$ 2.547,50 (DOIS MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

ATA Nº11/2026- FORNECEDOR: **MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS –EIRELI-EPP**, CNPJ n.º 27.105.456/0001-72, com sede na Rua/Av PASCOAL GOMES LIBRELOTTO Nº20, CEP: 97065-290, telefone: (55)3025-9943, representada pelo Sr(a). LUÍS ALBERTO DALLA PORTA, BRASILEIRO, CASADO (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em SANTA MARIA RS, RG n.º1012294973 SSP/RS, CPF n.º 260.828.020-04. **VALOR TOTAL - R$ 451,50 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

ATA Nº12/2026- FORNECEDOR: **MEDINGA COMERCIAL LTDA**, CNPJ n.º 57.742.953/0001-42, com sede na Rua/Av AV HERVAL, Nº3326 MARINGÁ/PR, CEP: 87023-055, telefone: (44)3200-2151, representada pela, Sr(a).MARIANA PERON BUOSI, (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em MARINGÁ/PR, RG n.º13.570.965-4 SSP/PR, CPF n.º 082.406.819-05. **VALOR TOTAL - R$ 687,80 (SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

ATA Nº13/2026- FORNECEDOR: **MUNIZ & ROCHA LTDA**, CNPJ n.º 03.919.932/0001-20, com sede na Rua/Av ANTÔNIO CASAGRANDE Nº2850B, CEP: 86.200-000, telefone: (43) 99822-0142, representada pelo Sr(a).MICHEL ROCHA DOS SANTOS, BRASILEIRO,CASADO (nacionalidade e estado civil), residente e domiciliado (a) em IBIPORÃ/PR, RG n.º 6.431.768-7 SSP/PR, CPF n.º 031.790.889-82. **VALOR TOTAL - R$ 7.586,30 (SETE MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS).** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

- OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E EPI´S, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO ATENDIMENTO DE UNIDADE MÓVEL DE URGÊNCIA DO SAMU, E UNIFORMES GERAIS PARAS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE – SERMUSA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, *CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS*.

- FORO: AS PARTES EM COMUM ACORDO, ELEGEM COMO FORO PRIVILEGIADO PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS E QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO RELATIVAS AO PRESENTE CONTRATO, O FORO DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.

E, POR ESTAREM JUSTOS, CERTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 16 DE MARÇO DE 2026

Gestora do Contrato:
ROSIMEIRE DAS DORES DA SILVA FIDELIS-
CPF.984.660.709-15
Diretora do Departamento de Atenção Básica do Sermusa

Fiscais do Contrato:
EVELISE DE VIDIS -
CPF. 050.491.289-51
Farmacêutica

BÁRBARA PIOTTO GIGLIO DE MORAIS -
CPF: 043.108.899-30
Farmacêutica

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde - SERMUSA
Contratante

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:82CB0742

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 20/2026

Torna-se público que o Serviço Municipal de Saúde, por meio da Divisão de Compras e Licitações, sediada na Rua Senador Souza Naves, nº 487, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **menor preço,** na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 055/2023, e demais legislação aplicável.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDAS, INCLUINDO MATERIAIS PARA AS FARMÁCIAS DAS UBS MARIA CASAGRANDE FAVORETO E UBS ROMILDO ROSSATO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, SERMUSA.
Data da sessão: **23 de Março de 2026.**
Horário da Apresentação de Propostas: 09h00min.
Email: compradireta.sermusa@gmail.com
Endereço: Rua Senador Souza Naves, 487, Centro, Sertanópolis – Pr, CEP: 86.170-000, Sala de Compras e Licitações.
Para fins de elaboração de propostas os interessados poderão obter informações sobre a contratação no site https://sertanopolis.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes, através da íntegra do Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referência. As propostas poderão ser protocoladas de segunda a sexta de 08h30 as 11h30 e 13h30 as 17h00
0 ou pelo e-mail: compradireta.sermusa@gmail.com, até o prazo final de apresentação.

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:E74FAD08

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 039/2026

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **NOMEAR**, em virtude de Habilitação em Concurso Público, o Senhor **LUIZ FELIPE ASSMANN**, portador da cédula de identidade sob o nº. 13.432.022-2 e do CPF sob o nº. 098.079.379-30, para exercer em caráter efetivo o cargo de **AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS I**, com 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 16/03/2026, lotando-o na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 16/03/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:ABB2B0DE

SETOR DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025

A empresa detentora da **Ata de Registro de Preços nº 011/2025, do Pregão Eletrônico nº 046/2025**, denomina-se inadimplente no que se refere ao **Processo Licitatório nº 077/2025, Processo Administrativo Interno nº 4.570/2025**, tendo como objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA (SANEANTES).
Concede-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis, para efetuar a entrega total dos itens do Pedido de Empenho nº 604/2026, do Processo Administrativo Interno nº 663/2026,** sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.
Sulina, Paraná. 16 de março de 2026.

THALIA VENZON BAVARESCO.
Diretora do Departamento de Almoxarifado.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:61AE57DE

SETOR DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2025

A empresa detentora da **Ata de Registro de Preços nº 136/2025, do Pregão Eletrônico nº 042/2025**, denomina-se inadimplente no que se refere ao **Processo Licitatório nº 072/2025, Processo Administrativo Interno nº 4.263/2025**, tendo como objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDE SEM FIO E MONITORAMENTO, A SEREM REALIZADAS SOB DEMANDA DE INSTALAÇÃO, REPARO E SUBSTITUIÇÃO, DESTINADAS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À PREFEITURA DE SULINA".
Concede-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis, para efetuar a entrega total dos itens do Pedido de Empenho nº 480/2026, do Processo Administrativo Interno nº 501/2026,** sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.
Sulina, Paraná. 16 de março de 2026.

THALIA VENZON BAVARESCO.
Diretora do Departamento de Almoxarifado.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:729A6ABF

SETOR DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2025

A empresa detentora da **Ata de Registro de Preços nº 160/2025, do Pregão Eletrônico nº 045/2025**, denomina-se inadimplente no que se refere ao **Processo Licitatório nº 076/2025, Processo Administrativo Interno nº 4.317/2025**, tendo como objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DE PAPELARIA DESTINADO A USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR".
Concede-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis, para efetuar a entrega total dos itens do Pedido de Empenho nº 512/2026, do Processo Administrativo Interno nº 520/2026,** sob pena de abertura de Processo Administrativo Disciplinar.
Sulina, Paraná. 16 de março de 2026.

THALIA VENZON BAVARESCO.
Diretora do Departamento de Almoxarifado.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:14B38BB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 19, DE 16 DE MARÇO DE 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica revogada a Portaria n.º 17, de 12 de março de 2026, que autorizou e concedeu diária ao Vereador Paulo Germano Wagner, para deslocamento à cidade de Curitiba/PR.
Art. 2.º A revogação se dá em razão do cancelamento da viagem anteriormente prevista, conforme solicitação do próprio vereador beneficiário.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

INÊS APARECIDA FERREIRA

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:BD253EF9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 48, DE 02 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ELISETE DAS GRAÇAS DA SILVA.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido o servidor **ELISETE DAS GRAÇAS DA SILVA** portador da CI RG n° 8.179.XXX-6 SSP/PR e CPF n° 038.544.XXX-09, do cargo Chefe dos Serviços de Habitação de Interesse Social, lotado na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 02 de março de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:4B5757BB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 49, DE 02 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA TAISSA DANIELLE CHOCHEL DE MEDEIROS**.**

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido o servidor **TAISSA DANIELLE CHOCHEL DE MEDEIROS** portadora da CI RG n° 9.673.XXX-7 SSP/PR e CPF n° 047.988.XXX-55, do cargo Chefe de Serviços para Mulheres, lotada na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 02 de março de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:90CB47C7

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

O **FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES – RPPS**, inscrito no CNPJ nº **02.096.844/0001-03**, com sede na Rua XV de Novembro, nº 135, Centro, Teixeira Soares/PR, torna público que realizará **contratação direta por dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1. DO OBJETO
Constitui objeto da presente contratação a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de configuração, migração, implantação, hospedagem, manutenção e suporte técnico de website institucional do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Teixeira Soares**, custeada com recursos do Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares.
A contratação compreenderá:
Item 01 – Implantação do Website

• Configuração do ambiente do site;
• Migração de dados e conteúdos existentes dos últimos 05 (cinco) anos;
• Implantação e publicação do novo website;
• Criação de contas de e-mail institucionais;
• Confecção de artes gráficas (cabeçalho do site e banner de destaque);
• Criação e organização de menus e estrutura de navegação;
• Gerenciamento do processo de alteração de DNS e criação de domínio institucional ".pr.gov.br" junto à CELEPAR.

Item 02 – Serviços Continuados

• Hospedagem do website institucional;
• Hospedagem e manutenção das contas de e-mail institucionais com capacidade mínima de 50 GB;
• Disponibilização de sistema web de retaguarda para gerenciamento do site;
• Manutenção evolutiva e corretiva do sistema;
• Suporte técnico durante toda a vigência contratual.

A contratação será realizada **em lote único**, contemplando todos os serviços descritos.

2. FUNDAMENTO LEGAL
A presente contratação direta fundamenta-se no **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a dispensa de licitação para contratação de serviços de pequeno valor.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

4. ENVIO DE PROPOSTAS
Os interessados poderão encaminhar **proposta de preços e documentos de habilitação** até a data e horário abaixo:
Data limite para envio: 19 de março de 2026
Horário: até às 17h00
As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail institucional: fumaptexas@yahoo.com.br ou entregues presencialmente no endereço da sede do RPPS.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
A empresa interessada deverá apresentar também junto com a Proposta:

• Cartão CNPJ;
• Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal;
• Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
• Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal;
• Certidão de Regularidade do FGTS;
• Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
• Declarações constantes no Modelo de Proposta.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
O critério de julgamento adotado será **menor preço global**, considerando o **lote único**.

7. INFORMAÇÕES
O **Termo de Referência**, modelo de proposta e demais documentos encontram-se disponíveis no site oficial do Município ou poderão ser solicitados pelo e-mail institucional do RPPS. Esclarecimentos poderão ser solicitados até **01 (um) dia útil antes do prazo final para envio das propostas**.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, este aviso permanecerá disponível para recebimento de propostas adicionais por **no mínimo 3 (três) dias úteis**, contados da data de sua publicação.

Teixeira Soares – PR, 17 de março de 2026.

MARIA INES GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente
Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares – RPPS

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:058A5B14

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026

Processo Administrativo: nº 02/2026
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 01/2026
Credenciamento: nº 01/2026

Contratante: **FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES**, inscrita no CNPJ nº 02.096.811/0001-03.

Contratada: SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.940.668/0001-20, com sede no Município de Irati, Paraná.
Objeto: Prestação de serviços de **perícia médica de natureza exclusivamente previdenciária**, destinados ao atendimento das demandas do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026 e respectivo Termo de Referência, compreendendo:

• **Item 01:** 08 (oito) análises do enquadramento de requerimentos de compensação previdenciária no Sistema de Compensação Previdenciária – COMPREV;

• **Item 02:** 02 (duas) revisões de perícias médicas por incapacidade laborativa, com emissão de laudo médico fundamentado para fins previdenciários.

Fundamento Legal: art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
Valor Global: R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
Data de Assinatura: 16 de março de 2026.
Teixeira Soares/PR, 17 de março de 2026.

MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente
Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:DB33D96F

FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026

Processo Administrativo: nº 01/2026
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 01/2026
Credenciamento: nº 01/2026

Contratante: FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, inscrito no CNPJ nº 02.096.811/0001-03.

Contratada: SCHMIDT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.940.668/0001-20, com sede no Município de Irati, Paraná.
Objeto: Prestação de serviços de perícia médica de natureza exclusivamente previdenciária destinados ao atendimento das demandas do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026 e respectivo Termo de Referência, compreendendo:

Item 02: 03 (três) **revisões de perícias médicas por incapacidade laborativa**, realizadas por **médico do trabalho com RQE**, com emissão de laudo médico fundamentado, para fins previdenciários.

Fundamento Legal: art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
Valor Global: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
Data de Assinatura: 16 de março de 2026.

Teixeira Soares/PR, 17 de março de 2026.

MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente
Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:A02B4888

SECRETARIA DA FAMILIA
RESOLUÇÃO N.º 02/2026

SÚMULA: Fluxograma Municipal de Atendimento a crianças e adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência

A presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n° 1698/2015 de 29/04/2015.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o novo **Fluxograma Municipal de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência** e torna o cumprimento deste fluxograma obrigatório para todos os órgãos públicos atuantes no município.

Artigo 2º - Alterar a Ficha de Notificação de Violência contra Crianças e Adolescentes, acrescentando a pergunta sobre raça, visando obter dados sociodemográficos para criar melhores políticas públicas.

§ 1º - Nos casos em que a suspeita ou confirmação sejam percebidas em ambiente escolar, no âmbito municipal (CMEI's e Escolas Municipais), deve-se repassar a situação para o Serviço Social da Secretaria de Educação;

§ 2º - Nos casos de violência suspeita ou relatada em âmbito de Colégios Estaduais, a Ficha de Notificação deverá ser preenchida pelo profissional que percebeu ou ouviu o relato sobre a violência e entregue de forma imediata ao Conselho Tutelar, em envelope lacrado;

§ 3º - O preenchimento e encaminhamento para o Conselho Tutelar ou equipe de Serviço Social da Secretaria Municipal de Educação, obrigatório por todos os órgãos públicos de atuação no município.

Artigo 3º - Tornar obrigatório a comunicação imediata ao Conselho Tutelar em casos de violência física e/ou sexual cometidas contra crianças e/ou adolescentes;

Artigo 4º - Incumbir o Conselho Tutelar pela solicitação formal - por meio de ofício - aos profissionais responsáveis pela realização das Escutas Especializadas, contendo o teor da denúncia recebida pelo Colegiado;

§ 1º A solicitação de escuta especializada pelo Conselho Tutelar não ocorrerá nos seguintes casos:

Caso a Ficha de Notificação de violência tenha sido preenchida ou Registro de Boletim de Ocorrência, contendo todos os dados necessários;

Quando a situação de violência ocorrer em finais de semana e/ou feriados, e caracterizar risco à criança e/ou adolescente, a responsabilidade pela realização do procedimento de Escuta Especializada, ficará a cargo do Conselheiro Tutelar que estiver de plantão;

Caso a situação se encaixe nos critérios elencados no artigo 2º desta resolução;

§ 2º Nos casos em que a criança e/ou adolescente for encaminhado para Escuta Especializada, o profissional responsável terá o prazo de 48 horas ou 2 dias úteis para a entrega do relatório completo, a contar da data da realização do procedimento;

§ 3º - Nos casos de relatos que contenham indícios de violência sexual ou física, onde a criança e/ou adolescente esteja em risco, a comunicação deverá ocorrer de forma imediata ao Conselho Tutelar, por meio de ofício ou pessoalmente, sem prejuízo do prazo constante no *caput* para entrega do relatório;

§ 4º - Nos casos de impossibilidade de um profissional realizar a Escuta Especializada, o mesmo deverá justificar sua recusa e/ou impossibilidade para o Conselho Tutelar de maneira formal.

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Teixeira Soares, 16 de março de 2026.

RENATA DE ANDRADE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:71D9D1DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
DECRETO N.º 4.276/2026

APROVA O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO – PAA - 2026 - , DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, NO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TERRA BOA – PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aprovado o ***PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO – PAA - 2026,*** que segue anexo como parte integrante do presente Decreto.

Paragrafo Único. O Plano Anual de Atividades de Controle Interno – PAA da Unidade de Controle Interno Municipal para o exercício de 2026, que dispõe o caput desse artigo, tem como principais objetivos : garantir com razoável segurança a regularidade dos atos de gestão; promover a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; promover o fortalecimento dos controles internos das unidades administrativas; minimizar os riscos inerentes ao processo de contratação; monitorar o cumprimento das determinações e recomendações do TCE-PR; fortalecer a unidade de controle interno por meio de capacitação constante.

Artigo 2º - Os trabalhos realizados/desenvolvidos pela Unidade de Controle Interno se pautará no Plano Anual de Atividades de Controle Interno — PAA - podendo ser alterado, atendendo a solicitação do Chefe do Poder Executivo, demandas do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Artigo 3º - Caberá ao Coordenador da Unidade de Controle interno prestar esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação do PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO – PAA – 2026

Artigo 4º - O **PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO – PAA - 2026 -** , estará disponível no portal da transparência do município no seguinte endereço https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/1/publicacoes/1406

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:09B1DC0C

GABINETE
DECRETO Nº 4.278/2026

Altera o artigo 1º, do Decreto n.º 1.817/2015, de 26 de Outubro de 2015, e dá outras providências.

O Senhor **Valter Peres** – Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no artigo 55, inciso V da Lei Orgânica,
CONSIDERANDO o trajeto e a rota previamente estipulado para coleta de lixo orgânico no Município de Terra Boa, de segunda-feira à sábado,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica alterado o artigo 1º do Decreto n.º 1.817/2015 de 26 de outubro de 2015, que dispõe sobre o horário de funcionamento da coleta de lixo orgânico e coleta de lixo reciclável, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica estabelecido o horário de funcionamento da Coleta de Lixo Orgânico do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, podendo ser realizado dentro do horário compreendido das 05h00min às 11h00min, de segunda-feira a sábado.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2.685/2020 em sua totalidade.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:BB3881CE

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 56/2025 TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 05/2025

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **MUNICÍPIO** e, de

outro, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TERRA BOA - APAE,** inscrita no CNPJ sob o nº 79.867.412/0001-83, situada na Rua Jaime Mantovan n.º 127, na cidade DE TERRA BOA, CEP n° 87240-000, representada neste ato pelo Senhor **DIMAS DE JESUS FERNANDES**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 3.990.660-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o n.º 542.108.109-59, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº 05/2025, de acordo com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e a Portaria Interministerial nº 14 de 27 de dezembro de 2024, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 56/2025, Termo de Colaboração nº 01/2025, que tem por objeto o **Termo de Colaboração com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para transferência voluntária – subvenção social – Recurso do FUNDEB** e pelos termos do Plano de Trabalho da Organização as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao Termo de Colaboração em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido Termo de colaboração até 17 de março de 2027, conforme disposto no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLAUSULA SEGUNDA
Acrescentar o valor de R$ 366.118,52 (trezentos e sessenta e seis mil, cento e dezoito reais e cinquenta e dois centavos) conforme Termo de Colaboração apresentado nos documentos de renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA
As demais cláusulas do Termo de Colaboração originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com uma testemunha, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:852B333D

LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 76/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2024

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES**, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, **RC SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 38.928.121/0001-70, sediado(a) na Rua Caetano Munhoz da Rocha, nº 1065, Menino Deus, Pato Branco - PR, , neste ato representado(a) por **ROBSON CAETANO DA SILVA OLIVEIRA**, portador do CPF n° 084.040.969-96 e cédula de identidade civil RG n° 10.466.308-7, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação realizado pelo Pregão Eletrônico nº13/2024, nos termos da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 76/2024, que tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO, PARA ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO), ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO (LTCAT) O QUAL VISA O CONTROLE DA INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS E NO LOCAL DO TRABALHO, PARA ATENDER TODOS OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, INCLUINDO OS ESTATUTÁRIOS** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade alterar a quantidade originalmente contratada no item 06, obedecendo o limite de 25%, em razão do aumento da demanda do município, com base no Art. 124 da Lei 14.133/21.
A quantidade do item 06 (perícia Médica), passará de 120 (cento e vinte) para 150 (cento e cinquenta), anual.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de março de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:00FE18C4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 237/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 16/03/2026 o senhor **LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA**, portador do CPF 010.274.429-78, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE** lotado no Gabinete do Prefeito, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-02 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando a **Portaria 02/2025** em sua totalidade.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:52567B94

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 238/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 de Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 16/03/2026, o (a) servidor (a) **GEOVANA FERNANDES CASTAGIN,** portador (a) do CPF 100.363.869-44, para exercer a função gratificada de **CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E INSTRUÇÃO DE COMPRAS,** lotada no Departamento de Compras.

Art. 2º Fica concedido a Gratificação de Função de Confiança – GFC 10, a qual terá caráter temporário, extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que o servidor deixar de exercer as funções objeto da gratificação.

Art. 3º A Gratificação de Função de Confiança constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos de aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a **Portaria 546/2025** em sua totalidade.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:752B29F8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 239/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 16/03/2026, a Senhora **ANA PAULA MARTARELI DE OLIVEIRA PELEGRINI**, portadora do CPF 089.183.969-02 do cargo em comissão que ocupa de **ASSESSORIA TECNICA DE APOIO INSTITUCIONAL.**

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:EAA1B28D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 240/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 16/03/2026, o Senhor **VANDERLEI PEREIRA DE MELO**, portador do CPF 069.839.928-57 do cargo em comissão que ocupa de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA.**

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:21FE6F68

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº241/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17/03/2026 o(a) senhor(a) **ANA PAULA MARTARELI DE OLIVEIRA PELEGRINI**, portador(a) do CPF 089.183.969-02, para exercer o cargo em comissão de **DIRETORA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE PROJETOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL** lotado na Secretaria de Meio Ambiente, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-10 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:4AE6910F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº242/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17/03/2026 o(a) senhor(a) **VANDERLEI PEREIRA DE MELO**, portador(a) do CPF 069.839.928-57, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS,** lotado na Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-04 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0025733C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 243/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 16/03/2026, o Senhor **ARISTEU DE SOUZA**, portador do CPF 203.910.649-91 do cargo em comissão que ocupa de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E MORADIA.**

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:D902FF26

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº244/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1.280/2014, Lei 1692/2022, Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17 de março de 2026, o senhor **ARISTEU DE SOUZA**, portador do CPF 203.910.649-91, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, lotado na Secretaria de Obras e Edificações, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-08 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5B925E4F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 245/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 16/03/2026, o Senhor **LORICO FERNANDES DE LIMA**, portador do CPF 475.495.139-53 do cargo em comissão que ocupa de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS.**

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2585CB84

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº246/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17/03/2026 o(a) senhor(a) **LORICO FERNANDES DE LIMA**, portador(a) do CPF 475.495.139-53, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE MECANICA E MANUTENÇÃO DE VEICULOS PUBLICOS MUNICIPAIS,** lotado na Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-05 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:FEE71646

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 247/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a partir de 16/03/2026, o Senhor **NELSON APARECIDO FERRETI**, portador do CPF 772.277.359-15 do cargo em comissão que ocupa de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS.**

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:1E92CF6F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº248/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17/03/2026 o(a) senhor(a) **NELSON APARECIDO FERRETE**, portador(a) do CPF 772.277.359-15, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL,** lotado na Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-08 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BA663DBF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº249/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a

Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17/03/2026 o(a) senhor(a) **VANDERLEI APARECIDO CAVALLINI**, portador(a) do CPF 704.953.789-68, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS,** lotado na Secretaria de Serviços Públicos e Rodoviários, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-07 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando a **Portaria 361/2025** em sua totalidade.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5221BE71

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº250/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 966/2008, Lei 1732/2022 e Lei 1852/2026 que dispõe sobre a Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR, a partir de 17/03/2026 o(a) senhor(a) **VALDEX CESARIO**, portador(a) do CPF 641.898.489-72, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DEPARTAMENTO DE GUARDA, VIGILANCIA, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO,** lotado na Secretaria de Administração Geral, com vencimentos atribuídos ao símbolo CC-08 da tabela de vencimentos do município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:6BDE226F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº251/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **NATALIA DA SILVA,** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **25/02/2026** a **25/05/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25/02/2026.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:CB42F393

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 252/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **MARILEIA PEREIRA FERNANDES,** servidora efetiva desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **02/03/2026** a **02/04/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/03/2026.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:72A93DBF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº253/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **BRUNA REGINA GONÇALVES VALENTE,** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE APOIO AO CUIDADO INFANTIL.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **02/03/2026** a **31/03/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/03/2026.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:4EF34BB9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 254/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001/2024, de 03 de setembro de 2024 que dispôs sobre abertura do Concurso Público, bem como o Edital nº 020 e 021/2025, que divulga a classificação final e homologa o resultado final do Concurso Público,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no item n.º 19.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2024:
Cargo: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
Nome
FELIPE DALARTE DA SILVA
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:0183B18D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 255/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 140 da Lei complementar nº 12/2025,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**,** a Senhora **JANE GONÇALVES DE SOUZA,** servidora efetiva desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de: **26/01/2026** a **24/02/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26/01/2026.
Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:721CF0FB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 256/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023, e tendo em vista, a desistência da candidata ANGELICA PORCINO DA SILVA, convocada através da Portaria Nº 168/2026,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos itens n.º 10.2 e 10.3 do Edital de Concurso nº 001/2023, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: EDUCADOR SOCIAL
Nome do Candidato
KAUANE HELOÍSA DIAS VIEIRA
Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:94654D7B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 257/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR a Senhora **JULIANA VERONICA FERRETTE** portadora do CPF 088.093.319-40, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada no CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL) para compor com 20h semanal a equipe de referencia da UNIDADE DE ACOLHIMENTO PEQUENO PRINCIPE, sem ônus para a Municipalidade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:5CF98B66

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 258/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de Licença Especial à (o) Senhor (a) **MAGNA FERNANDA DE SOUZA PEREIRA FRANCISCO** servidor (a) efetivo (a) desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO, referente ao do período aquisitivo 2020/2025.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será do dia **16/03/2026** a **13/06/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 16 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:94F52EC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 288/2024

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **COMERCIO DE COMB. TBM LTDA, CNPJ 40.195.342/0001-29** com endereço na AV. JAMES PATRICK CLARK, 174 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por EDUARDO DE OLIVEIRA MORAES ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 058.016.429-27, com domicilio na AVENIDA JAMES PATRICK CLARCK, 746 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 92/2024, objetivando a **Registro de preço para compra de combustível diesel, diesel S10, etanol e gasolina.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, no contrato acima identificado, fica reajustados os itens dos lotes 001 e 003, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Produto	Valor Atual	valor do reajuste	Valor reajustado
001	1	ETANOL	R$ 4,00	R$ 0,49	R$ 4,49
003	1	DIESEL S10	R$ 7,16	R$ 0,73	R$ 7,89

CLAUSULA TERCEIRA: Considerando os valores ajustados dos lotes acima mencionados e a quantidade de saldo restante, será necessário **acrescer** ao contrato o valor de R$ 1.062.431,70 (Um milhão e sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 288/2024 de 26/08/2024.

Terra Rica-Pr, 16/03/2026.

EDUARDO DE OLIVEIRA MORAES	***AGNALDO DE SOUZA COSTA***
Comercio De Comb. Tbm LTDA	Prefeito Municipal

Testemunhas:

_____
Nome:

_____
Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:05C8A717

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA.

Aviso De Licitação

Destinada exclusivamente para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Edital de Pregão Nº. 21/2026.
Processo nº 36/2026

OBJETO: Registro de preço para alimentos secos, destinados a atender as necessidades do Município de Terra Rica, do Estado do Paraná, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos.

ABERTURA: A abertura do certame será às 09:00min do dia 30/03/2026.
Plataforma: https://comprasbr.com.br/

O edital completo está disponível no site: www.terrarica.pr.gov.br em processos licitatórios. Informações complementares poderão ser adquiridos na Av. Euclides da Cunha, nº 1120, Setor de Licitações, Fone: (44) 3441.8505 – 3441.8502, informando-se no pedido os seguintes dados: Razão Social do requerente, endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa para contato.
Terra Rica, 16/03/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:2563AC26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO

Edital de Concorrencia Nº. 05/2026

OBJETO: Construção de piscina coberta no Centro do Idoso.

Prorrogação:
A abertura do certame fica prorrogada para às 09:00 do dia 01/04/2026.

Terra Rica, 16/03/2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:AF5BBF83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: CENTRAL 376 PECAS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **23.422.277/0001-08**.

DOMICÍLIO: RODOVIA BR - 376, 0 KM 111 - CEP: 87720140 - BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL (SUMARÉ), Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para o fornecimento de peças e realização de serviços de elétrica nos veículos da frota municipal pela Tabela Traz Valor., Pregão N° 11/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 12/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, doze dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Central 376 Pecas e Servicos LTDA
LETICIA CANDIDO DA SILVA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:7381B849

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 92/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: SOCIEDADE ELETRICA PARANA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **79.697.314/0001-45**.

DOMICÍLIO: AVENIDA DISTRITO FEDERAL, 806 EMPRESA - CEP: 87701310 - BAIRRO: CENTRO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para o fornecimento de peças e realização de serviços de elétrica nos veículos da frota municipal pela Tabela Traz Valor., Pregão N° 11/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 12/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **1.625.000,00 (Um Milhão, Seiscentos e Vinte e Cinco Mil Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, doze dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Sociedade Eletrica Parana LTDA
MARINO KENITI FURUKITA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:AD4D1206

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 94/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: HS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **14.842.642/0001-42**.

DOMICÍLIO: RUA SANTAREM , 401 - CEP: 87720140 - BAIRRO: DIST IND DO SUMARE, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para prestação de serviços mecânicos em geral e fornecimento de peças originais de reposição para tratores conforme tabela Traz Valor, Pregão N° 14/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 13/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **100.000,00 (Cem Mil Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, treze dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

HS Peças e Serviços LTDA
ADRIANO CANDIDO DA SILVA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:D48794CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: T.L.SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **49.490.183/0001-60**.

DOMICÍLIO: RUA SETE DE SETEMBRO, 463 - CEP: 85506040 - BAIRRO: SANTA TEREZINHA, Pato Branco/PR.

OBJETO: Registro de preço para câmeras, peças e serviço de manutenção do sistema de segurança, Pregão N° 9/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 16/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **10.100,00 (Dez Mil e Cem Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezesseis dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

T.L.Solucoes Tecnologicas LTDA
THAILA SAIANA ANDREATTA DA SILVA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:3EF88C15

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 103/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: PC41 COMERCIO DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **57.231.460/0001-48**.

DOMICÍLIO: R FRANCISCO TIMOTHEO DE SIMAS,, 962 - CEP: 81570270 - BAIRRO: UBERABA, Curitiba/PR.

OBJETO: Registro de preço de computadores e monitores para atender o Departamento de Engenharia., Pregão N° 18/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 16/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **47.800,00 (Quarenta e Sete Mil e Oitocentos Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezesseis dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

PC41 Comercio Distribuicao de Equipamentos LTDA
NASIDE MARIA PEREIRA SCHAMNE

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:85A3A75E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 176/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução de serviços de motorista;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **DANIEL CORREIA DE ARAUJO**, matrícula nº **11735**, ocupante do cargo de **MOTORISTA.**

Artigo 2°. - A partir do dia 02/03/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

"Art. 104. *- Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:*
II - ***portaria****, nos seguintes casos:*
b) lotação e ***relotação*** *nos quadros de pessoal;"* ***(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (16/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:DDA55624

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 177/2026

SÚMULA: RELOTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI E ...

Considerando a necessidade de continuidade na prestação de serviços públicos essenciais à comunidade;
Considerando a escassez de servidores públicos habilitados à execução de serviços de motorista;
Considerando a necessidade de manutenção dos serviços da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Fica **RELOTADO** o servidor público municipal Sr. **MARCO ANTONIO PAES**, matrícula nº **11305**, ocupante do cargo de **MOTORISTA.**

Artigo 2°. - A partir do dia 02/03/2026, o servidor nominado no artigo anterior passará a desenvolver suas atividades junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Artigo 3°. - A presente portaria visa ao cumprimento ao disposto no artigo 104, II, "b" da Lei Orgânica Municipal, *"in verbis"*:

*"**Art. 104.** - Os atos administrativos da competência do Prefeito devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:*
*II - **portaria**, nos seguintes casos:*
*b) lotação e **relotação** nos quadros de pessoal;" **(grifei)***

Artigo 4º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (16/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:ADCF3262

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 178/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA GESSICA DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **GESSICA DE OLIVEIRA,** matrícula Nº 20202187, ocupante do cargo em comissão de **DIRETORA DA DIVISÃO DE COMPRAS, LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO,** referente ao período aquisitivo de 03/01/2025 a 02/01/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **17/03/2026 a 26/03/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (16/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:30371B1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
DIARIAS

PORTARIA Nº 0026/2026

Ementa:Autoriza viagem e concede diárias a Vereador, para a Capital do Estado, nos dias 16 a 18 de março de 2026, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base § 6 do Art. 3.º da Resolução nº. 001/2019 de 09 de abril do ano de 2019, e tendo em vista a solicitação formulada pelorequerente,
R E S O L V E:

Art. 1º. Autorizar o pagamento de 02 (duas) Diárias ao Vereador Helinton Rogério Marques, para viajar até Curitiba-PR., para acompanhar o Prefeito Municipal, na Assembleia Legislativa e diversas Secretarias do Estado, para tratar de assuntos de interesse do Município, referente a liberação de recursos financeiros.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 16 de março de 2026.

MILTON DA SILVA (MILTINHO)
Presidente

WALDECYR DOS SANTOS SIMÕES (CICA)
Vice-Presidente

APARECIDA LOURENÇO DA SILVA (LORINHA)
1ª Secretária

CLEBISON DE ALMEIDA (KÉ)
2º Secretário

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:B5E75F9B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 221/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 221/2026

EMPREGADOR: Município de Terra Roxa, Estado do Paraná

EMPREGADO: ADIR TOSTA BARBOSA

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL

VIGÊNCIA: O contrato é realizado em regime de experiência pelo período de 30 (trinta) dias a contar do dia 18/03/2026 a 16/04/2026, posteriormente, poderá ser prorrogado por mais 05 (cinco) meses a contar de 17/04/2026.

VALOR: Remuneração mensal de R$ 1.963,30 (um mil, novecentos e sessenta e três reais, trinta centavos).

Terra Roxa, 16 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:A4358C5E

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4621

DECRETO Nº.4621/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA - Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	272	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.301.1300.1002 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar a Atenção Primaria em Saúde**	42.000,00
			449052 - Equipamentos e material permanente	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	303	Fundo Municipal de Saúde	**7.1.10.301.1300.2027 - Manutenção das Atividades da Atenção primaria em saúde**	42.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 13 de Março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:6C084C3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO ABERTURA DE ENVELOPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE REALIZAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES

CHAMADA PÚBLICA N° 001/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, torna público a realização no dia 18/03/2026, às 10:30 horas, na sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, a sessão pública para Abertura de envelopes referente a Chamada Pública nº 001/2026, que tem como objeto a **A SELEÇÃO DE EMPRESAS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.056/2023 (PRODESTE), PARA A CONCESSÃO DE INCENTIVO ECONÔMICO CONSISTENTE EXCLUSIVAMENTE NO CUSTEIO (PAGAMENTO) DO VALOR DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS, DESTINADO À INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESPAÇO EMPRESARIAL COMPARTILHADO, VISANDO O FOMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL, A AMPLIAÇÃO DA ATIVIDADE PRODUTIVA E A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.** Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, sito a Avenida Presidente Costa e Silva, nº 95, em horário comercial das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (44) 3645-8300, ou pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br.

Terra Roxa, 16 de março de 2026.

CLEITON LOPES ANTUNES
Agente de Contratação

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:3EAA7533

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 DO CONTRATO Nº 384/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2025, CONCORRÊNCIAELETRÔNICO Nº 9/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: MARTINS LIMA LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL OSVALDO CRUZ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR, COM A CONSTRUÇÃO DE TRÊS SALAS DE AULA, SANITÁRIOS, FRALDÁRIO E LACTÁRIO, CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA E SUAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO PARA O DIA 18/06/2026 E VIGÊNCIA PERMANECE A MESMA PARA O DIA 25/07/2026 COM FULCRO NO ART.111, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: MARTINS LIMA LTDA.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:13D7808D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6117, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Regulamenta o Programa Auxílio Atleta e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as Leis nº 782, de 25 de outubro de 2021, 1054, de 01 de outubro de 2025 e 1060, de 18 de novembro de 2025, que autorizam o Poder Executivo a conceder ajuda de custo aos atletas que representam o Município de Tijucas do Sul, Paraná, em competições;

CONSIDERANDO que o Programa Auxílio - Atleta deve ser executado e fiscalizado pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, que, com base na dotação orçamentária específica, disporá sobre procedimentos operacionais para a concessão do benefício e distribuição que assegure o atendimento ao maior número possível de beneficiários, nos termos do Artigo segunda da referida lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o Programa Auxílio Atleta, de acordo com as Leis n° 782, de 25 de outubro de 2021, 1054, de 01 de outubro de 2025 e 1060, de 18 de novembro de 2025.

Art. 2º. O Programa Auxílio - Atleta deve ser executado e fiscalizado pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, que, com base na dotação orçamentária específica e comissão instituída para este fim, fará publicar anualmente edital de chamamento público, nos termos da legislação.

Art. 3º. Para a concessão do benefício, de ajuda de custo individual ou coletivamente, os interessados deverão apresentar documentação e projeto de acordo com o preconizado em edital de chamamento público.

Parágrafo único. O auxílio aos atletas e/ou equipes desportivas, serão destinados para custear despesas daqueles com alimentação, hospedagem, inscrição nos eventos esportivos/competições, medicamentos, passagens ou combustível, necessários para viabilizar participação no evento esportivo.
A presente Chamada Pública contempla ainda o Programa Auxílio Atleta PcD, destinado a atletas com qualquer tipo de deficiência, podendo ser utilizado para custeio de despesas específicas relacionadas à prática esportiva, como equipamentos especializados,

acompanhamento de professor ou profissional especializado, transporte adaptado e demais necessidades inerentes a modalidade paralímpica praticada, conforme autorizado pela Lei nº 1054/2025, com redação dada pela Lei nº 1060/2025, garantindo igualdade de oportunidades e incentivo à participação em competições esportivas.

Art. 4º. Os interessados deverão atender às exigências previstas nas Leis nº 782/2021, 1054/2025 e 1060/2025, neste decreto e as propostas no instrumento convocatório, em relação a todas as fases da solicitação e prestação das contas do auxílio.

Art. 5º. A concessão dos auxílios fica limitada à disponibilidade orçamentária.

Art. 6º. Os atletas que não estão residindo no município de Tijucas do Sul não terão direito ao auxílio.

Art. 7º. A concessão do auxílio - atleta não gera qualquer vínculo entre o beneficiado e a administração pública municipal.

DO REQUERIMENTO

Art. 8º. A prefeitura de Tijucas do Sul, através do Departamento responsável, fará publicar anualmente edital para concessão da Bolsa Auxilio Atleta, mediante protocolo da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Art. 9º. A concessão do auxílio deverá ser requerida pelo beneficiário, mediante a entrega de envelope contendo a documentação necessária a ser protocolada na Prefeitura Municipal, com pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência da data do evento, sem prejuízo aos requisitos dispostos no Art. 5°, da Lei 782/2021 e nas Leis nº 1054/2025 e nº 1060/2025.

§ 1º O atleta deverá preencher a totalidade dos documentos, sob o risco de indeferimento.

§ 2º Todos os documentos solicitados devem constar em anexo ao processo.

Art. 10. Além da apresentação da documentação relacionada no edital, o atleta deverá estar quite quanto à prestação de contas de eventual recebimento de auxílio financeiro recebidos anteriormente à data do requerimento e tributação municipal.

§ 1º. O atleta no ato do protocolo deverá informar na documentação se já possui alguma espécie de apoio financeiro esportivo em âmbito Municipal, Estadual e Federal.

§ 2º Atletas menores de idade deverão ser subscritos pelo responsável legal e apresentar a declaração de frequência escolar, carimbada e assinada pela instituição de ensino.

Art. 11. Todas as informações serão publicadas no Site da prefeitura sendo que o acompanhamento da tramitação é de inteira responsabilidade do atleta, sob pena de indeferimento do não atendimento das solicitações.

DA COMISSÃO

Art. 12. Para concessão do auxílio serácriada uma comissão da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude composta por 03 (três) membros que serão responsáveis pelo acompanhamento dos protocolos de abertura de Edital de concessão do Auxílio, pela análise das concessões ou indeferimentos, bem como sua prestação de contas.

§ 1º. As concessões deverão ter no mínimo a concordância de 02 (dois) membros da Comissão, sempre visando o interesse público e os princípios constitucionais norteadores da administração pública.

§ 2º. Poderá ser criada comissão dedicada ao acompanhamento e análise da prestação de contas, conforme interesse e conveniência da administração.

§ 3º Prestação de contas do atleta deverá ser apreciada pela Comissão que emitirá parecer sobre a mesma;

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 13. O beneficiário deverá protocolar na Prefeitura Municipal, envelope contendo a documentação necessária para prestações de contas das despesas no prazo máximo de 30 (trinta) dias do término da competição esportiva, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de gastos e de restituição de saldo.

Art. 14. O auxílio financeiro será depositado em parcela única, podendo ser cancelado e/ou solicitado restituição a qualquer momento caso o atleta não cumpra suas obrigações.

Art. 15. A recusa ou a não apresentação da prestação de contas e sua documentação, implicará em responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação aplicável aos responsáveis pelo recebimento de recursos públicos e cobrança tributária municipal, acrescido de multas nos termos da legislação municipal.

DOS VALORES DOS BENEFÍCIOS

Art. 16. Somente serão custeadas despesas referentes ao período de realização da competição, inclusive fora do território nacional, salvo quando a presença do atleta for obrigatória em data anterior à sua realização (até 72 horas) para participação em congresso técnico ou evento similar, devidamente comprovado mediante a apresentação de documentação pertinente.

Art. 17. O cálculo do valor do benefício será feito através de análise da documentação comprobatória enviada pelo atleta no envelope.

Art. 18. A concessão do benefício, não poderá ultrapassar o valor anual de 6 (seis) UFMs distribuídas conforme requerimento pleiteado pelo atleta.

Art. 19. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4207/2022.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 12 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:97434A65

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6118, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Nomeia CRISTIANE DO CARMO SILVA para o cargo de Motorista B

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **CRISTIANE DO CARMO SILVA**, portadora da cédula de identidade com R.G. sob nº 9.295.225-8/SSP/PR, para o cargo efetivo de Motorista B, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 01/2022 e da consequente convocação por meio do Edital nº 125, de 06 de março de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:843E5A1D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6119, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Nomeia FELIPE DA CRUZ MICKUS para o cargo de Engenheiro Agrônomo

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA
Art. 1º Fica nomeado **FELIPE DA CRUZ MICKUS**, portador da cédula de identidade com R.G. sob nº 13.398.325-2/SSP/PR, para o cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 01/2022 e da consequente convocação por meio do Edital nº 123, de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:9009E0E6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6120, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Nomeia ANTÔNIA NELCI BATISTA BILAU para o cargo em comissão de Coordenador II

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **ANTÔNIA NELCI BATISTA BILAU**, portadora da cédula de identidade R.G. nº 3/R2.612.670/SSP/SC, para exercer o cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, desenvolvendo suas atividades de coordenação na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e demais funções descritas no Art. 16 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **12 de março de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 06 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:AE842E7D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Concede diária ao servidor JEFFERSON ROCHA DE LIMA

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, o servidor **JEFFERSON ROCHA DE LIMA,** portador da cédula de identidade R.G. nº 9.612.830-4/SSP/PR, ocupante do cargo de Professor na função de Secretário Municipal de Cultura e Turismo, matrículas 1149 e 118906, em virtude de sua participação em "Encontro de gestores 2026", a ser realizado no dia 27 de março de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 048/2026 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:A1FE9C20

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 117, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Concede diária à servidora ANTÔNIA NELCI BATISTA BILAU

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, à servidora **ANTONIA NELCI BATISTA BILAU,** portadora da cédula de identidade R.G. nº 2612670/SSP/SC, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na função de Coordenador II, matrícula 367, em virtude de sua participação em "Encontro de gestores 2026", a ser realizado no dia 27 de março de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 047/2026 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:93B80B6B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 118, DE 16 DE MARÇO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **PAULO OBRZUT,** portador da cédula de identidade R.G. nº 9.327.928-0/SSP/PR, ocupante do cargo de Professor, matrículas 1681 e 118922, em virtude de sua participação em "Capacitação de Gestores e Técnicos Selo Plus do Esporte Estadual do Paraná", a ser

realizado nos dias 18 e 19 de março de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 045/2026 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:EF739BC1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 119, DE 16 DE MARÇO DE 2026

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando a Lei nº 779/2021,

RESOLVE

Art. 1º Conceder diária, nos termos da Lei nº 779/2021, ao servidor **MANOEL MARCOS DA SILVA,** portador da cédula de identidade R.G. nº 8.013.384-7/SSP/PR, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, matrícula 119679, em virtude de sua participação em "Capacitação de Gestores e Técnicos Selo Plus do Esporte Estadual do Paraná", a ser realizado nos dias 18 e 19 de março de 2026, na cidade de Curitiba – PR, conforme memorando nº 046/2026 – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Piske Précoma
Código Identificador:DFA0B0E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO III TERMO DE APOSTILAMENTO - TERMO DE FOMENTO 02/2025

EXTRATO DO III TERMO DE APOSTILAMENTO - TERMO DE FOMENTO 02/2025

Nº TERMO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO DO APOSTILAMENTO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
Nº 02/2025	Chamamento Público nº 03/2025	O valor do termo de fomento passará de R$ 349.200,00 (trezentos e quarenta e nove mil e duzentos reais), para R$ 286.346,00 (duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais). Este novo valor baseasse na redução do repasse previsto para a sétima parcela (mês de fevereiro de 2026). Sendo reduzido de R$ 29.520,00 (vinte e nove mil, quinhentos e vinte reais), para R$ 8.880,00 (oito mil, oitocentos e oitenta reais) desta. Deve ser considerado, para o valor global do instrumento, anteriormente supracitados, os valores de repasse já modificados pelo I Apostilamento assinado em 17/10/2025 e publicado em 31/10/2025. E pelo II Apostilamento, assinado em 15/01/2026, e publicado em 29/01/2026	**ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO Á CULTURA, ESPORTE E LAZER DE TIJUCAS DO SUL** CNPJ: 11.211.961/0001-61	04/03/2026

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:E43857FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2025

Considerando a necessidade de correção no extrato do 2º termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº32/2025, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.

Onde se lê:
EXTRATO DO 1° TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 32 - ANO 2025

Nº DA ATA	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 32/2025	Pregão Eletrônico N° 05/2025	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses 05/03/2027.	**58.664.337 BIBIANA RODRIGUES DA SILVA BAGGIO** CNPJ: **58.664.337/0001-83**	06/03/2026

Leia-se:
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 32 - ANO 2025

Nº DA ATA	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 32/2025	Pregão Eletrônico N° 05/2025	Prorrogação de prazo por 12 (doze) meses 05/03/2027.	**58.664.337 BIBIANA RODRIGUES DA SILVA BAGGIO** CNPJ: **58.664.337/0001-83**	05/03/2026

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:54EEBA2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO 005 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/2026

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do repasse referente ao Incentivo para aquisição de equipamentos para o CRAS III, conforme Deliberação CIB/PR nº 84/2024, do pagamento até 30 de junho de 2025, com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIJUCAS DO SUL – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 612/2017, de 14 de dezembro de 2017, e;
CONSIDERANDO a deliberação ocorrida em reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do repasse referente ao Incentivo para aquisição de equipamentos para o CRAS III, conforme Deliberação CIB/PR nº 84/2024, do pagamento realizado até 30 de junho de 2025, com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Tijucas do Sul, 25 de fevereiro de 2026.

KELLEN VIVIANE KUJASKI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Sonia Maria Rocha da Silva
Código Identificador:4FF830ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 126/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear FRANCIELI HONORIO MARTINS, portador(a) do CPF nº 010.XXX.XXX-59, para o Cargo de "AUXILIAR ADM DE NIVEL MÉDIO", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga, a partir de 16 de março de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 05, Classe A, do Anexo II da Lei Municipal Nº 394/2015 de 06/11/2015, com lotação no município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
16 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:76EC420A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ATA N° 001/2026

Edital de Convocação de Audiência Pública n° 198/2026, de 02 de março de 2026, publicado em 03 de março de 2026, no Diário Oficial Eletrônico da Associação dos Municípios do Paraná – AMP, Edição 3480. Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h00min, no auditório da Câmara Municipal de vereadores, sito à Rua São Paulo n° 972, município de Três Barras do Paraná, reuniram-se as pessoas que assinaram a lista de presença para a audiência pública de transformação da destinação de imóvel rural para fins de expansão urbana. A audiência foi apresentada por Dalvo Koerich, Assessor Especial do Prefeito e o Engenheiro Civil senhor **Jean Carlos de Lima**, RG. Nº 10.699.612-0, servidor deste Município, no cargo de Diretor do Departamento de Engenharia. O imóvel objeto da transformação é:
(Lote de terras rural nº 93-A, da gleba nº 01, do imóvel ANDRADA, situado no município de Três Barras do Paraná, nesta comarca, com área de 182.037,00m², sem benfeitorias, com as seguintes confrontações: - **NORTE**: com o lote 91; **NORDESTE**: lote 91; **ESTE:** lote 91; SUDESTE: lotes 91, 90 – A e 90 e 93 separado do segundo e do terceiro pela estrada para Catanduvas; **SUL**: lote 93; **SUDESTE**: lote 93; **OESTE**: lote 93; **NOROESTE**: lotes 93,095 e 91 parado do segundo e do terceiro em parte de uma sanga). O imóvel é da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), matricula nº 4182 do Registro de Imóvel Sueli Giacomel Petry. Após a apresentação e manifestação por parte dos interessados, foi posto em votação as transformações do imóvel, de rural para expansão urbana, sendo aprovada por unanimidade dos presentes. O senhor Dalvo Koerich, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim, Fabiane D. Zancanaro que lavrei e conferi e pelos membros abaixo.

CLEBESSON BORDIN
Secretário de Administração e Planejamento

CARMEM BRANDINI FONGARO
Secretária da Fazenda

DALVO KOERICH
Assessor e Consultor

JEAN CARLOS DE LIMA
Diretor do Departamento de Engenharia

FABIANE D. ZANCANARO
Técnico em Contabilidade

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:0542FBC3

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7025/2026

DATA 16/03/2026

Súmula. Abre um crédito suplementar no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2910/2025 de 07/08/2025 E 3023/2025 de 16/12/2025.
D E C R E T A
Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.024000	Manutenção do Bloco de Gestão do Progr. Bolsa Fam. e Cad. Único	
4.4.90.52 (3711) (940)	Equipamentos e material permanente	23.000,00

Total.....R$ 23.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será à anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

06	Secretaria Munic. de Assistência Social	
06.03	Departamento de Promoção Social	
082440005.2.024000	Manutenção do Bloco de Gestão do Progr. Bolsa Fam. e Cad. Único	
3.1.90.11 (3705) (940)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	10.000,00
3.1.90.13 (3706) (940)	Contribuições patronais	2.000,00
3.3.90.30 (3708) (940)	Material de consumo	11.000,00

Total.....R$ 23.000,00

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:49AD1DBE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7026/2026

DECRETO Nº 7026/2026
Data 16.03.2026

Reintegra servidora efetiva que se encontrava em Licença Para Tratar de Interesses Particulares e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o c requerimento da Servidora,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reintegrada as suas funções a Senhora **Lenir Siebeneichler**, servidora efetiva ocupante do cargo de Cozinheira, sob a matrícula funcional nº 581-9/1, que se encontrava de Licença Para Tratar de Interesses Particulares, concedida através do Decreto nº6522/2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:8439E8A5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.046/2026

EDITAL Nº.046/2026
16/03/2026
Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº001/2025

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO:

A desistência espontânea de assumir vaga por candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionada:

Professor

Classificação	Nome
34º	Luciane Bertoldo Forte

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:D49C7569

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº. 047/2026

EDITAL Nº. 047/2026
16/03/2026

Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Edital de abertura nº 001/2025 e o Decreto de homologação nº 7003/2026,

TORNA PÚBLICO:

A convocação da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionada:

PROFESSOR

Classificação	Nome
36º	Jaqueline Aparecida Fagundes Zeferino

Fica convocada a candidata aprovada acima descrita para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de 5(cinco) dias após sua publicação, em horário de 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 17h00min horas, munida dos seguintes documentos (original e cópia): Cédula de Identidade, CPF, CTPS, Titulo de Eleitor, comprovante da última votação, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos, 01 (uma) foto 3x4 recente, Atestado de Saúde, Hemograma Completo, Tipo sanguíneo, Certidão de Nascimento ou Casamento, Declaração de Bens, Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, comprovante de endereço, PIS/PASEP, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão de Antecedentes Criminais.

O não comparecimento dentro do prazo estabelecido será considerado como desistência da vaga, implicando na convocação da próxima candidata, obedecida a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:228B42E2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.208/2026

EDITAL Nº.208/2026
16.03.2026

CONCURSO Nº001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 14.8 do Edital de abertura nº 001/2023 e o requerimento do interessado,

TORNA PÚBLICO:

O deslocamento para o final da lista de classificação da candidata aprovada no Concurso nº 001/2023, em seu respectivo cargo.

Assistente Administrativo

Classificação	Nome
14°	VICTORIA OLIVEIRA LOPES

Fica a candidata acima descrita passando a figurar como última na lista classificatória.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:8DC1FDA2

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1270/2026

PORTARIA Nº1270/2026
Data 16.03.2026

Fica contratada a aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS n° 001/2025 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica contratada a aprovada no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, por prazo determinado, conforme contrato, sendo a que segue:

PROFESSOR

Nome	Matricula	Simbolo
Fernanda Cequelero Babinski	1907-0/1	PDA -1

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:48847E9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE TUNAS DO PARANÁ - RESOLUÇÃO CMDPI 04/2026

RESOLUÇÃO CMDPI 04/2026

> "Dispõe sobre a aprovação do Plano de ação para o repasse do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III."

A plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 1.013 de 08 de abril de 2025 e considerando a deliberação em reunião realizada em 09 de março de 2026.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de ação para o repasse do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase III Del. 004/2026.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial de Tunas do Paraná.

Tunas do Paraná, 16 de março de 2026.

JURACI RODRIGUES FORTES
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:30C7FAB6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 087 DE 13 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 087 DE 13 DE MARÇO DE 2026

> *Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidor(a) Publico(a) de Provimento Efetivo e dá outras providências.*

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica em seu artigo 65, inciso VI, e pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e fundamentado no inciso V, do artigo 107 de Lei Municipal nº 374 de 03 de março de 2008

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde, a servidor(a) **ADRIANA KARLA CASADO SILVA DE ARAÚJO**, matrícula 954, ocupante do cargo efetivo de ***Psicólogo(a)***, iniciando-se em 24 de fevereiro de 2026 e findando em 24 de abril de 2026, conforme parecer Médico pericial.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na presente data, revogada as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 13 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:AA7E7758

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 13/2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 13/2024

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e de outro lado à empresa **EMPRESA MARCIO FERREIRA SCHOEMBERGER.**
CLÁUSULA PRIMEIRA – o presente termo tem por objeto aditivo de 25% ao contrato original.
CLÁUSULA SEGUNDA – Importa o presente Termo Aditivo em acréscimo de **R$ 27.205,83 (Vinte e sete mil duzentos e cinco reais e oitenta e três centavos)** ao valor do Contrato ora aditado**,** atribuindo ao contrato original o valor total de **R$ 239.614,47 (Duzentos e trinta e nove mil seiscentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos)**.
CLÁUSULA TERCEIRA- Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 25 de março de 2024, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Tunas do Paraná/PR, 16 de março de 2025.
ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal MARCIO FERREIRA SCHOEMBERGER**
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:69241A93

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 09/2026, cujo Contratação de Empresa para o Fornecimento de Internet por Fibra Optica para Prédios Públicos Municipais, conforme detalhamento do Anexo I - Termo de Referência**,** para as empresas:

PROVERADIO TELECOMUNICACOES LTDA – CNPJ 07.811.442/0001-67
LOTE 01: no valor total de R$ 19.500,00(Dezenove mil com quinhentos reais),

LOTE 02: no valor total de R$ 2.700,00(Dois mil com setecentos reais),
LOTE 03: no valor total de R$ 3.990,00 (Três mil com novecentos e noventa reais),
LOTE 07: no valor total de R$ 3.500,00 (Três mil com quinhentos reais),
JOTAZO TELECOM LTDA – CNPJ 10.854.788/0001-01
LOTE 04: no valor total de R$ 4.000,00(Quatro mil reais),
LOTE 05: no valor total de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais),
LOTE 06: no valor total de R$ 4.150,00 (Quatro mil, cento e cinquenta reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº14.135/2021.
Tunas do Paraná, 16 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:8DA4BC59

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 11/2026, cujo Registro de Preços para Futuras e Eventuais **Aquisições de Itens de Panificações (entrega no Bairro Tigre),** conforme especificações constantes do Anexo I do Edital**,** para a empresa:

PANIFICADORA E PIZZARIA TABORDA LTDA – CNPJ 54133034/0001-83
LOTE 01: no valor total de R$ 15.678,40 (Quinze mil, seiscentos e setenta e oito reais com quarenta centavos),

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº14.135/2021.
Tunas do Paraná, 16 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:EBE85411

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 12/2026 cujo objeto é Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Combustíveis (Gasolina Comum, Óleo Diesel S-500 e Óleo Diesel S10), para atendimento as necessidades de abastecimento da frota, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

AUTO POSTO TUNAS DO PARANÁ – CNPJ: 07.321.669/0001-24 com percentual de desconto 1 % para o Lote 01, Lote 02 e Lote 03.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º14.135/2021.
Tunas do Paraná, 16 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DD2E0382

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

CÂMARA MUNICIPAL DE TURVO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 03/2026

Processo Administrativo n.° 09/2026

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Turvo/PR.

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break, destinado à realização de eventos institucionais promovidos pela Câmara Municipal de Turvo – PR através da sua Procuradoria da mulher, em comemoração às seguintes datas:
29 de março – Dia Internacional da Mulher
17 de maio – Dia das Mães
18 de outubro – outubro Rosa

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

VALOR MÁXIMO: Com a pesquisa de preços realizada, determinou-se o valor unitário máximo de R$ 5.492,28 (cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos).

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA: A participação na presente dispensa ocorrerá da seguinte forma:
Pré-cadastro dos fornecedores da câmara municipal de turvo com o envio dos seguintes documentos:
Cartão CNPJ (receita federal)
Documento do representante da empresa
Contrato Social
Certidão Negativa Federal
Certidão Negativa FGTS
Certidão Negativa trabalhista
Certidão Negativa estadual
Certidão Negativa Municipal
Alvará de funcionamento

Envio/entrega de orçamento em até 3 (três) dias úteis a contar da data de publicação, para o e-mail contato@camaraturvo.pr.gov.br, ou diretamente nas dependências da Câmara Municipal.

JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
Encerrada a data de publicidade, se não for recebido nenhuma proposta será definido como vencedor o menor valor das cotações de preços realizadas anteriormente.

AVISO NA ÍNTEGRA: Disponível em: https://camaraturvo.pr.gov.br/?pag=T0RZPU9EYz1PR009T1RrPU9EWT1PVEE9T1dFPQ==&view=LIST-LICIT&modalidade=&sit=&tipo_licita=&ano=2025

Publicado por:
Oilson Cordeiro
Código Identificador:CE287DF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N˚ 29/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026

Contrato Administrativo nº 29/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 22/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – Contratada: BEATRIZ SOCZEK LTDA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 48.426.905/0001-54 com sede localizada na Rua Arcelino Ribas Pinto, nº 67, Centro, no Município de Quitandinha-PR, CEP 83.840-000 neste ato representada por Beatriz Soczek, portador da cédula de identidade Nº 103326974 SESP-PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 079.745.429-26 - Objeto: Contratação direta para realização de show musical com a cantora Bia Socek nas comemorações do 44º aniversário do município de Turvo, com apresentação prevista para o dia 09 de maio de 2026, conforme programação oficial do evento –

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 04 (quatro) meses contados a partir do dia 16/03/2026 até 15/07/2026 - Valor global: Valor total do Contrato Administrativo: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). - Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:B71715F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos agricolas por meio do convênio firmado com o ministério de agricultura, pecuária e abastecimento sob nº 941932/2023
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 27 de março de 2026.
Início da Sessão: 27 de março de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”
Valor: R$ 114.999,99 (cento e quatorze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 17/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 99128-4232, através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 16 de março de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 17/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:DA95F4A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais para o programa leite 10+, visando atender às necessidades da secretaria de agricultura e pecuária.
Cadastro das Propostas: Até às 13h30min de 27 de março de 2026.
Início da Sessão: 27 de março de 2026 a partir das 13h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br “Acesso Identificado”
Valor: R$ 205.737,00 (duzentos e cinco mil setecentos e trinta e sete reais)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 17/2026

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 99128-4232, através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 16 de março de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 17/2026)

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:EFA77927

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 - PMU

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 – PMU

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°56/2026 de 27/01/2026

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI),LOCAIS E/OU SEDIADAS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE UMUARAMA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, Decreto Municipal nº 067/2023, Decreto Municipal nº 049/2025, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática, periféricos, suprimentos e materiais de apoio técnico, destinados a atender às demandas da Diretoria de Tecnologia e Informação do Município de Umuarama/PR, garantindo a manutenção, reposição e suporte contínuo da infraestrutura tecnológica utilizada pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, sendo que os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste instrumento, sendo fornecidos novos, originais de fábrica e em perfeitas condições de uso, assegurando compatibilidade com o ambiente tecnológico existente.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 31/03/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 31/03/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 31/03/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 102.523,95 (cento e dois mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717,** no **Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Portal do Sistema BLL COMPRAS (www.bll.org.br).**
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 16 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:A36A269D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA 014/2026

P O R T A R I A Nº 014/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 002/2026 – FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

•
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 002/2026 – FMS, que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para Construção da Unidade Básica de Saúde Lovat, com dimensão total de 288,22 metros quadrados, localizado na Rua Cambé s/n, Lotes 1, 2, 3, 18, 19, 20 da quadra 26, Centro do Distrito de Lovat, do Município de Umuarama/PR., conforme projetos, planilhas e demais documentos, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos, tendo sido declarada vencedora a empresa **RESIST CONSTRUÇÕES LTDA.,** para o lote 1.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 16 de março de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:2F7D73F3

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA 015/2026

P O R T A R I A Nº 015/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 004/2026 – FMS.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

•
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 004/2026 – FMS, que tem por objeto o Registro de Preços a para a contratação de pessoa jurídica, para aquisição de Materiais permanentes destinados as ações de Educação em Saúde da APS – Unidades de Saúde da SMS. Os objetos da presente contratação são caracterizados como comuns, possuem fornecimento de natureza não contínua., tendo sido declaradas vencedoras as empresas **WEBLABOR SÃO PAULO MATERIAIS DIDÁTICOS LTDA – EPP**, para o item 5; **E CAMPREGUER COMEX**, para os itens 2 e 4; **SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, para os itens 1, 3 e 6.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 16 de março de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária de Saúde

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:E6DC2C35

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA 369/2026

P O R T A R I A Nº 369/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 005/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 005/2026 – PMU – que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para reforma do Salão Sonho de Criança, localizado na Rua Casimiro de Abreu, 1067, Conjunto Habitacional Sonho Meu – Umuarama/PR, conforme projetos, planilhas e demais documentos, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos. tendo sido declarada vencedora a empresa **AGUIAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA,** para o lote 1**.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 16 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:72A04DDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA 370/2026

P O R T A R I A Nº 370/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 008/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 008/2026 – PMU – que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento parcelado de lubrificantes e aditivos diversos, a serem utilizados na manutenção corretiva dos veículos da frota do Município de Umuarama. tendo sido declaradas vencedoras as empresas **NOROESTE DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E PRODUTOS AUTOMOTIVOS EIRELI,** para os itens 1, 2, 11 e 16; **DEISICLER BAILO ZANOLO EIRELI – ME,** para os itens 3, 6, 7, 12, 13, 22, 23, 24, 25, 27, 29; **A J ZORNITTA COMERCIO DE FILTROS EIRELLI,** para os itens 4, 5, 8, 26, 31, 33; **GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL EIRELI,** para o item 9; **V J M COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA EPP,** para os itens 10, 21, 28 e 30; **A. PEREIRA BARBOSA COMÉRCIO DE PEÇAS,** para os itens 14, 15, 17, 18, 34 e 35; **MARCATO LUBRIFICANTES LTDA,** para os itens 32 e 36**.**
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 16 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:F51695A1

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 011/2026

Aposentapor Tempo de Contribuição, o servidor **MARCOS ANTONIO COLTRO.**

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentado, a pedido, a partir de 02 de março de 2026, por Tempo de Contribuição, o servidor **MARCOS ANTONIO COLTRO,** portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.689.125-4 SESP/PR, inscrito no CPF n° 526.887.639-20, nomeado em 07 de março de 1991 pelo Regime Estatutário, ocupante do cargo de carreira de Técnico Futebol de Salão, lotado na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, nos termos do Processo n.º 010/2026, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "a" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 3° da Emenda Constitucional n° 47/2005.

Art. 2ºO servidor perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 5.046,11 (Cinco mil quarenta e seis reais e onze centavos), acrescido da Média de Adicional Estímulo no valor de R$ 8,79 (oito reais e setenta e nove centavos), disposto pelo Acórdão n.º 3155/2014 Tribunal Pleno TCE-PR, totalizando o valor de R$ 5.054,90 (Cinco mil cinquenta e quatro reais e noventa centavos) mensais e R$ 60.658,80(Sessenta mil seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos), anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos13 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B37BB5B6

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 012/2026

Aposenta por Idade e Tempo de Contribuição, o servidor NILTON CEZAR CAVAGNINO.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná,no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentado por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de 02 de março de 2026, o servidor **NILTON CEZAR CAVAGNINO,**portador da Cédula de Identidade RG n.º 4.946.622-6 SSP/PR, inscrito no CPF n° 705.955.429-72, nomeado em 04 de setembro de 2015, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Gari Coletor, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, nos termos do Processo n.º 020/2026, conforme estabelece o artigo 192, inciso III, "a" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c artigo 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.

Art. 2ºO Servidor perceberá proventos integrais de inatividade, por Idade e Tempo de Contribuição na forma da Lei, equivalente a 100% (cem por cento), da média das 80% maiores remunerações, no valor de R$ 2.876,13 (Dois mil oitocentos e setenta e seis reais e treze centavos) mensais. Para fins de conformidade com legislação vigente será considerada a última remuneração no valor de R$ 2.670,21 (Dois mil seiscentos e setenta reais e vinte e um centavos) mensais e R$ 32.042,52 (Três mil quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) anuais, de acordo com Anexo II, Art. 10, §3º da Portaria nº 1467/2022 e Art. 40, §2º da CF, sem paridade, utilizando o índice do regime geral da previdência social.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos13 de fevereiro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
PREFEITO MUNICIPAL

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:EFFD9AA0

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO 013/2026

Aposenta por Tempo Especial de Magistério, a servidora JACILENE APARECIDA ROMANO GASPARETO.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná,no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

D E C R E T A :

Art.1º Fica aposentada a pedido, a partir de 02 de março de 2026, por Tempo Especial de Magistério, a servidora **JACILENE APARECIDA ROMANO GASPARETO,** portadora da Cédula de Identidade RG n.º 4.603.892-4/SSP-PR, inscrita no CPF n° 830.246.209-82, nomeada em 09 de fevereiro de 2001, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme estabelece o Artigo 192, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos de Umuarama), c/c Artigo 6° da Emenda Constitucional n° 41/2003.

Art. 2º A Servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R$ 3.897,08 (Três mil oitocentos e noventa e sete reais e oito centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R$ 701,47 (setecentos e um reais e quarenta e sete centavos), conforme artigo 82 da Lei Complementar Municipal n° 018/1992 e artigo 105 da Lei Complementar n.º 346/2013, ATS Lei 473/2020 no valor de R$ 145,37 (cento e quarenta e cinco e trinta e sete centavos) e Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R$ 779,42 (setecentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), em conformidade com o Art. 106 da Lei Complementar nº 346/2013 e Média de LC 18/92 Art. 235 no valor de R$ 337,05 (trezentos e trinta e sete reais e cinco centavos), Gratif. Por Função no valor de R$ 255,12 (duzentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos) e Gratif. Por Função 200% no valor de R$ 735,36 (setecentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), totalizando o valor de R$ 6.850,87 (Seis mil oitocentos e cinquenta reais e oitenta e sete centavos) mensais e R$ 82.210,44 (Oitenta e dois mil duzentos e dez reais e quarenta e quatro centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos13 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:37BCC574

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO N° 2026/03/283 – SAÚDE
O Município de Umuarama-PR, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que o fundo municipal de saúde pretende realizar a dispensa de licitação para a aquisição dos itens abaixo.
ITEM 1 – 200 Ampola 2ML – ADENOSINA 3MG/ML INJ
ITEM 2 – 100 Ampola 5 ML – CLORPROMAZINA 5MG/ML INJ
ITEM 3 – 200 Ampola 1ML – FITOMENADIONA 10MG/ML INJ
ITEM 4 – 100 Ampola 1ML – ETILEFRINA 10MG/ML INJ
ITEM 5 – 50 Frasco 5ML – TOBRAMICINA 3MG/ML INJ
ITEM 6 –150 Frasco 20ML – LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML
ITEM 7 – 50 Ampola 5ML – NITROGLICERINA 5MG/ML INJ

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até ás 23:59h do dia 19 de Março de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.

Umuarama, 16 de Março de 2026.

ALANA CAROLINE PAINTNER GARCIA
Chefe de Divisão de Compras

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:01AAE763

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO N° 2026/03/235 – SAÚDE
O Município de Umuarama-PR, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que o fundo municipal de saúde pretende realizar a dispensa de licitação para a aquisição dos itens abaixo.
ITEM 1 – 50 Seringa de 2,5 ml – Condicionador ácido esmalte. Gel contendo ácido fosfórico a 37% e clorexidina a 2%. Com viscosidade moderada que permita boa fluidez e sem escoamento; intervalo de trabalho entre 15 e 60 segundos. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida Villevie.
ITEM 2 – 150 C/100 Unid - Micro Aplicadores descartáveis flexíveis, que dobram-se facilmente até 90°. Cores vivas, pontas em fibras não absorventes e resistentes à abrasão, tamanho regular. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida Microbrush
ITEM 3 – 75 Tubo com 4 gramas - Resina fotopolimerizável microhíbrida a base de microglass Bis-GMA, composta por vidro de bário alumínio fluoretado e partículas pré-polimerizadas, partículas 0,07 mm Cor A2. Com efeitos ópticos naturais (opalescência, fluorescência e translucidez). Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida Charisma
ITEM 4 – 75 Tubo com 4 gramas - Resina fotopolimerizável microhíbrida a base de microglass Bis-GMA, composta por vidro de bário alumínio fluoretado e partículas pré-polimerizadas, partículas 0,07 mm Cor A3. Com efeitos ópticos naturais (opalescência, fluorescência e translucidez). Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida Charisma
ITEM 5 – 10 Kit com 5 seringas de 2 gramas - Selante de fóssulas e fissuras fotopolimerizável à base de Resina Bis - GMA Uretano modificado, Trietileno Glicol Di-Metacrilato, Bososilicato de Alumínio e Bário, Éster Tetracrilico, Ácido Fosfórico, Fluoreto de Sódio, N-Metil Dietamolamina e Canforoquinona. Apresentação comercial : Kit contendo 05(cinco) seringas com 2g cada nas cores matizado, 20(vinte) pontas aplicadoras . Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida Fluroshield DENTSPLAY
ITEM 6 –3 Kit - Ionômero de Vidro C para Cimentação: autopolimerizável indicado para cimentação. Apresentado na forma de pó e líquido APRESENTAÇÃO:1 frasco de cimento em pó com 15g; 1 frasco de líquido com 10g; 1 dosador de pó; 1 bloco de espatulação. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote Marca Sugerida VIDRION C -SS WHITE / MAXXION C – FGM
ITEM 7 – 30 Kit com 38g de Pó + 15ml de Líquido - Material restaurador intermediário pó com composição reforçada a base de oxido de zinco e polimetacritacrilato de metila. pó (marfim) Frasco com 38gr. Material restaurador intermediário liquido com composição a base de eugenol 99,5% e ac. acético 0,5% - liquido Frasco com 15ml.Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida Dentsply (IRM)
ITEM 8 – 20 rolo com 15m - Fita matriz de poliéster finas 15m x 0,05mm x 10mm. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca Sugerida TDV

ITEM 9 – 200 Und - Tiras de Matriz de aço inoxidável 0,05 x 5 x 500mm. Apresentada em bobina, embalada em estojo plástico ou acrílico rígido. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida FAVA
ITEM 10 – 200 Und - Tiras de Matriz de aço inoxidável 0,05 x 7 x 500mm. Apresentada em bobina, embalada em estojo plástico ou acrílico rígido. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida FAVA
ITEM 11 – 50 Frasco com 200ml - Flúor gel- fluoreto de sódio a 1,23% acidulado. . Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Maquira.

ITEM 12 – 2 Rolo com 100m - Fio Dental sem cera 100m
ITEM 13 – 50 Rolo com 100m - Fio dental composto de poliamida, cera mineral e aroma. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Sanifil / Hillo
ITEM 14 – 300 Cx/ 100 - Agulha gengival curta com comprimento no padrão internacional de 25mm 30G, parede da cânula de menor espessura aumentando as dimensões internas da agulha, descartável p/ carpule p/ anestesia odontológica esterelizadas, tribiseladas e siliconizadas-. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida INJEX
ITEM 15 – 500 Pacote com 40 unidades - Sugadores de plástico descartáveis com pontas siliconizadas as pontas são soldadas ao tubo para maior segurança do paciente. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida DFL / Ssplus
ITEM 16 – 4 Kit - Cimento Endodôntico - Obturação de canais radiculares: Composição: 1 frasco de Pó 8g: Trióxido de Bismuto; Hidróxido de Cálcio; Urotropina e Dióxido de Titânio.1 tubo de Resina 9g: Epóxi. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Dentsplay (Sealer 26)
ITEM 17 – 10 Kit c/ 1 frasco com pó 12g + 1 frasco Líquido 10 ml. - Cimento Endodôntico - Cimentação em obturação de canais radiculare.Composição : Pó 12g - Oxido de Zinco,Resina Hidrogenada,subcarbonato de bismuto,Sulfato de Bário; Borato de sódio – Líquido 10 ml - Eugenol e óleo de amêndoas doces e BHT. KIT contendo 1 frasco de Líquido 10ml e um frasco de Pó 12g. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Endofill
ITEM 18 – 5 Frasco - E.D.T.A -T Dissódico 500 ml. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Fórmula e Ação
ITEM 19 – 3 Kit - Pasta de Impressao Zinco Enolica 60g - Lysanda É indicada à moldagem de bocas totalmente desdentadas, proporcionando exatidão nos mínimos detalhes, quando corretamente manipulada e de presa rápida no meio bucal, reproduz corretamente os diferentes pormenores da mucosa bucal, adere perfeitamente à moldeira e, igualmente quando endurecida, não adere à mucosa bucal ou às mãos do profissional. Itens inclusos: Kit:- 1 Pasta Branca 60g. (Óxido de Zinco e Óleo Vegetal) - 1 Pasta Vermelha 60g. (Eugenol e Resina Vegetal). Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Lysanda
ITEM 20 – 100 Unid - Silicona de condensação fluida Bisnaga c/120g: Pasta base de baixa viscosidade, tem formulação exclusiva, elaborada para maximizar a fidelidade da reprodução, melhor penetração nas áreas subgengivais, hidrocompatível, possibilita a moldagem na presença de umidade (salíva ou sangue). Contem: Polidimetilsiloxano. Tempo de mistura 20 seg - Tempo de total de Trabalho 1 min e 15 seg - Tempo de endurecimento 1 min e 45 seg. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote.. OBS: Necessitamos que a marca cotado do silicone catalizadora seja a mesma marca do Kit Silicone De Condensacão para melhor desempenho esperado. Marca sugerida DFL (Clonage)
ITEM 21 – 100 Tubo com 90gr - Creme dental com flúor com 1.450 ppm flúor (MPF), cálcio e flúor ativo, com pirofosfato tetrassódio sabor menta, tubo plático 90 gramas .Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Colgate
ITEM 22 – 1000 Unid embaladas individualmente em saquinhos plásticos - Escova dental com cerdas de nylon macia ,com 4 fileiras de tufos,contendo 34 tufos, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo entre 16 e 17 cm, anatômico, com empunhadura e embaladas com protetor de cerdas individualmente. Uso Adulto. Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Medfio
ITEM 23 – 20 Unid - PONTA De Ultrassom PÉRIO SUB (Aparelho Profi Neo da Dabi Atlante). (Necessita ser da marca para melhor adaptação dos equipamentos que o Município possui). Embalagem contendo dados de procedência, data de fabricação, validade e lote. Marca sugerida Profi Neo Dabi Atlante
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até ás 23:59h do dia 19 de Março de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação.

Umuarama, 16 de Março de 2026.

ALANA CAROLINE PAINTNER GARCIA
Chefe de Divisão de Compras

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:02F9BA4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N°4.938

De:16 de março de 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro a entidade SAAU – SOCIEDADE DE AMPARO AOS ANIMAIS DE UMUARAMA, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar repasse financeiro à entidade SAAU – Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.030.845/0001-55, no valor total de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais).

§ 1º Os recursos repassados poderão ser utilizados no custeio das atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado pelo Município, inclusive para despesas correntes, folha de pagamento e encargos sociais.

§ 2º O repasse financeiro de que trata esta Lei será realizado de acordo com o cronograma financeiro de desembolso previsto no Plano de Trabalho aprovado pelo Município.

Art. 2º A beneficiária deverá prestar contas dos recursos recebidos a cada bimestre, nos termos do Plano de Trabalho previamente aprovado pelo Município.

Art. 3º Para cobertura das despesas decorrentes desta Lei fica aberto um crédito adicional especial ao Orçamento do Município de Umuarama, aprovado pela Lei Municipal n° 4.929, de 12 de dezembro de 2025, no valor de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), conforme segue:

Órgão: 25 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SAÚDE, PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL
Unidade: 25.001 – COORDENAÇÃO GERAL - S.M.M.A
Função: 18 – Gestão Ambiental
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0011 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES AMBIENTAIS
Projeto: 1.434 – Repasse Financeiro para SAAU - Sociedade de Amparo aos Animais de Umuarama
Código da Despesa - 3.1.50.41.00.00 – CONTRIBUIÇÕES

Fonte de Recursos: 1000 – Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente

Valor: R$233.593,32
Código da Despesa - 3.3.50.41.00.00 – CONTRIBUIÇÕES
Fonte de Recursos: 1000 – Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente
Valor: R$606.406,68
Art. 4º Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme segue:
Órgão: 23 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Unidade: 23.001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
Função: 99 – Reserva de Contingência
Subfunção: 999 – Reserva de Contingência geral
Programa: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Projeto: 9.001 – Reserva de Contingência
Código da Despesa - 9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Fonte de Recursos: 999 – Reserva de Contingência
Valor: R$ 840.000,00

Art. 5°Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 16 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº016/2026
Autor: Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:2C9F0E79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Mesa Diretora Anderson Cripa Luis Cardoso, no uso de suas atribuições que lhe dão conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº 14.133/21 e alterações posteriores, resolve:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR o Pregão Eletrônico nº 01/2026 nos seguintes Termos:

Processo Administrativo nº 01/2026
Data da Homologação: 16/03/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços presenciais de interpretação e tradução em Libras (Língua Brasileira de Sinais), com o objetivo de garantir plena acessibilidade comunicacional nas sessões legislativas, reuniões, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades oficiais da Câmara Municipal de União da Vitória – PR , conforme recursos e características contidas no Termo de Referência (Anexo 1) do Edital.

Empresa Vencedora: TATIANE APARECIDA ROCHA – CNPJ: 23.922.769/0001-62 com a proposta mais vantajosa no valor global de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

União da Vitória, 16 de março de 2026

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:58A63C66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do modelo do produto constante na Ata de Registro de Preços nº 10/2026.
OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: *Item 76* - MONITOR.
DA ALTERAÇÃO DO MODELO:
Modelo anterior: Samsung – Modelo F24T35.
Modelo atual: Samsung – Modelo S3LS24D300GALMZD.
Empresa: COMERCIO NOVO RUMO LTDA – CNPJ n.º 23.964.820/0001-07.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/03/2026 a 02/02/2027
DA ALTERAÇÃO DO VALOR: O objeto a ser ofertado à Prefeitura Municipal de União da Vitória, não trará alterações ao valor contratual.
CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial.
FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal do art. 124, da Lei n° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 16 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:BD042610

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
3º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 6/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 126/2022 – PROCESSO 269/2022

OBJETO DO ADITIVO: Do Reajuste.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: VIAJO TRANSPORTES EIRELI – CNPJ nº 04.889.875/0001-47.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, Zona Rural e Urbana, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação de União da Vitória - PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
DO REAJUSTE: Conforme solicitação e justificativa da contratada, o valor dos Itens nº 01, nº 02, nº 03, nº 04, nº 12, nº 14, nº 16, nº 17 E nº 18 fica reajustado em 4,608460% conforme variação acumulada no IPCA (IBGE) acrescendo o valor de R$ 170.548,30 (Cento e setenta mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos) ao saldo pendente do Contrato.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Com fundamento nas Cláusulas 6ª e 7ª do Termo de Contrato nº 6/2023, no Artigo 3° da Lei 10.192/2001, no Artigo 40º, Inciso XI e no Artigo 62º, § 3º, Inciso "I" da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 12 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:DFB56659

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
3º APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 6/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 126/2022 – PROCESSO 269/2022

OBJETO DO ADITIVO: Do Reajuste.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: TRANS-GREBOS TURISMO LTDA – CNPJ nº 00.274.187/0001-11.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, Zona Rural e Urbana, conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Educação de União da Vitória - PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.*
DO REAJUSTE: Conforme solicitação e justificativa da contratada, o valor dos Itens nº 05, nº 06, nº 07, nº 08, nº 09, nº 10 e nº 15 fica reajustado em 4,608460% conforme variação acumulada no IPCA (IBGE) acrescendo o valor de R$ 131.253,00 (Cento e trinta e um mil duzentos e cinquenta e três reais) ao saldo pendente do Contrato.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Com fundamento nas Cláusulas 6ª e 7ª do Termo de Contrato nº 6/2023, no Artigo 3° da Lei 10.192/2001, no Artigo 40º, Inciso XI e no Artigo 62º, § 3º, Inciso "I" da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 12 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:FC6669B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PR
CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026

UASG: 987937

OBJETO: Aquisição de materiais e insumos agrícolas destinados à implantação e estruturação de parreirais, com a finalidade de viabilizar a instalação de 14 (quatorze) Unidades de Referência da cultura da uva no Município de União da Vitória/PR, no âmbito do Programa de Revitalização da Viticultura Paranaense – REVITIS, conforme Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, nos termos do Convênio nº 064/2025.

ATENÇÃO: O certame será composto por 2 (dois) lotes com ampla participação e 1 (um) lote com participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global por Lote.

MODO DE DISPUTA: "Aberto"

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 01/04/2026 a partir das 09h00min após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

VALOR TOTAL ESTIMADO NA LICITAÇÃO: R$ 346.323,83 (Trezentos e quarenta e seis mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos).

Outras informações podem ser obtidas no Departamento de Licitação da Prefeitura de União da Vitória, no endereço Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, 4º Andar, Bairro Centro – União da Vitória/PR, Telefone (42) 3521-1263.

E-MAIL: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
SITE: www.uniaodavitoria.pr.gov.br – *Link*: "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA".
LOCAL: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

União da Vitória/PR, 16 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Conceição Rodrigues da Silva
Código Identificador:C2AB3582

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 115/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **ANE CAROLINA FERNANDES CZADOTZ** da função de AUXILIAR ESCOLAR – PSS, da Secretaria Municipal de Educação, retroativo a 06 de março de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7C38CAED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 116/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **EMANUELLI GREGORIO GROSSL** da função de AUXILIAR ESCOLAR – PSS, da Secretaria Municipal de Educação, retroativo a 09 de março de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:4478477B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 117/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **EDILENIA GERMANO SCHRECZ**, da função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível Padrão 04, a partir de 16/03/2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:21DBF074

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 118/2026

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados candidatos aprovados em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
1°	ERICA DE OLIVEIRA MELO	16/03/2026

Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL - PPP

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
2°	MARIA EDUARDA MACEDO AZEREDO	16/03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C33721E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 119/2026

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados candidatos aprovados em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
4°	DAIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	17/03/2026
8°	GRACIELI NATHALI FEDEROVICZ	17/03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:90E44C76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 120/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia a Senhora **JESSICA ALINE ADAMI**, inscrita no CPF Nº 066.350.719-70, para exercer o cargo de **COORDENADORA ADMINISTRATIVA**, da Secretaria Municipal de Agricultura, retroativo a 09 de março de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 16 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:7F6096C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 121/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Designa o Senhor **CAIQUE ORLOSKI, portador do CPF Nº 104.828.329-16 e RG Nº 6.940.082 SC**, para responder interinamente, sem ônus, pelo cargo de **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 16 de março de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 16 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BD571D3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 04/2026 – PROCESSO N.º 19/2026

OBJETO: Contratação da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, para a prestação de solução em modelo Software como Serviços (SaaS), voltada à gestão de infrações de trânsito, compreendendo os módulos Serviço de Gestão de Infrações de Trânsito (GIT), Gestão de Processos de Trânsito (GEPROC) e Autuação Digital (GITMobi), conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/Ary Carneiro Junior.

CONTRATADA(S): **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR,** CNPJ nº 76.545.011/0001-19.
CONTRATO: **Termo de Contrato nº 9/2026,** Valor Global de R$ 267.840,00 (Duzentos e sessenta e sete mil oitocentos e quarenta reais).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 389 22.001.15.452.0007.2080.3.3.90.39.00 00509 – Secretaria Municipal de Trânsito, Vigilância e Fiscalização.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03/03/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses (03/03/2026 a 03/03/2027).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso I da Lei 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória - PR, 03 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:D596008A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 163/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
GLEDEMIR FERNNDES LEAL	991504034	2023/2024	MÉDICO	27/04/2026 A 26/05/2026
IDALCI BURZYNSKI DOS SANTOS	991505302	2025/2026	CONSELHEIRO TUTELAR	01/04/2026 A 30/04/2026
RICARDO HENRIQUE CAMARGO OLISKOWSKI	1512215	2024/2025	ADVOGADO	06/04/2026 A 15/04/2026
RICARDO HENRIQUE CAMARGO OLISKOWSKI	1512215	2025/2026	ADVOGADO	16/04/2026 A 25/04/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:B485943F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 164/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao seguinte Servidor Público Municipal:

NOME	MATRICULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO
LUIS CARLOS CASTILHO	1134011	2021/2026	OPERADOR MAQUINAS	08/04/2026 A 06/07/2026

Art. 2º Fica revogada a Portaria n° 149/2026.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C63FAAA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 166/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
LUCIMARA DAYANE AMARANTES	147	2024/2025	ASSISTENTE SOCIAL	09/03/2026 a 07/04/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4F8D6E9F

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2025 REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº9/2025- PROCESSO DE COMPRA N.°10/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº9/2025

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA – UNIUV**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 3856, Bairro São Basílio Magno, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600-530, inscrita no CNPJ sob o nº 75.967.745/0001-23, neste ato representada por seu Reitor, Sr. **Lúcio Kürten dos Passos**, nomeado pelo Decreto nº 12/2023, doravante denominada **CONTRATANTE**,
E, de outro lado, a empresa **Acessoline Telecomunicações Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.798.740/0001-20, com sede na Rodovia Honorino Moro nº 6250, Bairro Champagnat, Município de Caçador – SC,** neste ato representada por sua procuradora, Sra. Cristiane Aparecida Busatto, portadora do RG nº 4.598.489 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 048.342.279-79, doravante denominada **CONTRATADA**,
Resolvem, de comum acordo, firmar o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2023**, **com fundamento na Lei nº 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas:**
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE CONTRATUAL
Considerando a documentação apresentada no processo de compra nº10/2025, fica registrada a sucessão empresarial da empresa GGNET Telecomunicações Ltda, CNPJ Nº04.873.690/0001-44, pela empresa Acessoline Telecomunicações Ltda., que passa a assumir integralmente os direitos e obrigações decorrentes do Contrato nº 3/2025.
Dessa forma, a empresa Acessoline Telecomunicações Ltda. passa a figurar como CONTRATADA no referido instrumento contratual.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 03/2025 e em seus termos aditivos anteriores, que não conflitem com o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

A empresa sucessora declara que assume integralmente todos os direitos, obrigações e responsabilidades decorrentes da execução do contrato, inclusive quanto às condições técnicas, operacionais e financeiras anteriormente pactuadas.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

Contratante

Contratada

Publicado por:
Josiane Bendlin Gasparoto
Código Identificador:61BB0029

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2023
REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2023

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA – UNIUV**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 3856, Bairro São Basílio Magno, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84600-530, inscrita no CNPJ sob o nº 75.967.745/0001-23, neste ato representada por seu Reitor, Sr. **Lúcio Kürten dos Passos**, nomeado pelo Decreto nº 12/2023, doravante denominada **CONTRATANTE**,

E, de outro lado, a empresa **Acessoline Telecomunicações Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.798.740/0001-20, com sede na Rodovia Honorino Moro nº 6250, Bairro Champagnat, Município de Caçador – SC,** neste ato representada por sua procuradora, Sra. Cristiane Aparecida Busatto, portadora do RG nº 4.598.489 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 048.342.279-79, doravante denominada **CONTRATADA**,

Resolvem, de comum acordo, firmar o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2023**, **com fundamento na Lei nº 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE CONTRATUAL

Considerando a documentação apresentada no processo de compra nº20/2023, fica registrada a sucessão empresarial da empresa GGNET Telecomunicações Ltda, CNPJ Nº04.873.690/0001-44, pela empresa Acessoline Telecomunicações Ltda., que passa a assumir integralmente os direitos e obrigações decorrentes do Contrato nº 06/2023.

Dessa forma, a empresa Acessoline Telecomunicações Ltda. passa a figurar como CONTRATADA no referido instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 06/2023 e em seus termos aditivos anteriores, que não conflitem com o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

A empresa sucessora declara que assume integralmente todos os direitos, obrigações e responsabilidades decorrentes da execução do contrato, inclusive quanto às condições técnicas, operacionais e financeiras anteriormente pactuadas.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

Contratante

Contratada

Publicado por:
Josiane Bendlin Gasparoto
Código Identificador:149215A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

CAMARA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

Extrato de Inexigibilidade nº 02/2026: Contratante: Câmara Municipal de Vitorino - CNPJ: 77.778.645/0001-84 – Contratado: UVEPAR – União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do PR. - CNPJ: 81.398.232/0001-41 - Objeto: Pagamento de três (03) inscrições para o curso de aperfeiçoamento e capacitação técnica ofertado pela: UVEPAR – União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do PR. A ser realizado na cidade de Curitiba, nos 18, 19 e 20 de março de 2026. Valor Total R$ 6.570,00 (Seis mil quinhentos e setenta reais) – Dotação Orçamentaria: 33.90.39.48 – Motivo da Inexigibilidade: A contratação de serviços, objeto deste processo é inexigível em decorrência do disposto na Lei Federal 14.133/2021, em seu artigo 74, inciso III, alínea f. Data 16.03.2026. Assinaturas: Câmara Municipal – Valcir dos Santos. Fernando Sinhorini – Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Fernando Turra
Código Identificador:5424C928

CAMARA MUNICIPAL DE VITORINO
PORTARIA Nº 13/2026

Valcir dos Santos, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei n° 1524, de 05 de maio de 2016, Resolve:

Art. 1º - Autorizar o pagamento de diária nos termos dos Ofícios n° 20, 21 e 22/2026, aos vereadores Edilson de Oliveira Santos, Helio Moraes Rodrigues e Vanderson Junior Echer, conforme descrito abaixo:

Data do Início da Viagem	17/03/2026
Data do Término da Viagem	20/03/2026
Destino da Viagem	Curitiba – PR
Finalidade	Participar do "19º Congresso de União e Fortalecimento da Vereança".
Quantidade	03 (três) diárias
Valor Unitário	R$ 345,00
Valor Total	R$ 1.035,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vitorino, em 13 de março de 2026.

VALCIR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Luiz Fernando Turra
Código Identificador:6F7ADF0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
1º TERMO CONTRATO 16/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO N º 16/2025

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa: PARCIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. situada à cidade Pato Branco - Pr, inscrita no CNPJ sob nº 13.670.012/0001-75, neste

ato representada por LORIANE COSUELO BENDA KALINOSKI PARCIANELLO, inscrito no CPF/MF sob nº 079xxxxxx06, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com protocolo 7818/2025 e pareceres técnico e jurídico.

Cláusula Primeira: Do prazo de execução: Fica acrescido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias no prazo de execução original do contrato.

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 16/03/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

LORIANE COSUELO BENDA KALINOSKI PARCIANELLO
Contratada
Parcia Construtora e Incorporadora LTDA.

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:A877B37A

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO CONTRATO 65/2026

Extrato Contrato 065/2026 – Pregão Eletrônico 1/2026- Contratante Município de Vitorino, Cnpj:76.995.463/0001-00 Contratado. SOLARA SOLUTIONS LTDA (57.331.101/0001-62) .OBJETO: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria ambiental, visando à elaboração dos estudos técnicos, relatórios e diagnósticos necessários ao licenciamento ambiental. Dotação Orçamentária: 325, valor: R$ 18.870,00 – vigência 12 meses. Data 16/03/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:7836E3B2

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO CONTRATO 66/2026

Extrato Contrato 66/2026 - da inexigibilidade nº 04/2026. Contratante Município de Vitorino Cnpj 76995463/0001-00 e Contratados MILANI & RECH LTDA – ME CNPJ – 82.350.323/0001-70– objeto: Contratação de serviço especializado para a realização de palestras temáticas destinadas **à capacitação e sensibilização dos servidores públicos municipais**, abrangendo profissionais de todas as secretarias da administração municipal.- Valor. R$ 13.500,00- Dotação Orçamentária: 24 - Data 16/03/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:7A20B5A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO OCNTRATO 62-63-64/2026

Extratos Contratos 62-63-64/2026 - Pregão Eletrônico 49/2025 Contratante Município de Vitorino CNPJ 76995463000100 e as empresas: Participante: AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA (37.885.137/0001-80), Participante: INTERMED EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR LTDA (49.520.521/0001-69), Participante: PROSUL COMERCIO E SERVICOS LTDA (62.110.122/0001-98).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.** Valor R$ **84.646,00**. Data 16/03/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:9470543E

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATOS CONTRATOS 67-68/2026

Extratos Contratos 67, 68/2026 – Dispensa 4/2026- Contratante Município de Vitorino, Cnpj:76.995.463/0001-00 Contratado. BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (34.680.592/0001-51), Participante: D BERLATO & CIA LTDA (12.630.233/0001-57) OBJETO: Aquisição de um (01) equipamento para laserterapia e de dois (02) eletrocardiógrafos para a Secretária Municipal de Saúde de Vitorino**.** Dotação Orçamentária: 95, valor: R$ **17.659,90**– vigência 12 meses. Data 16/03/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:4106CBA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO 49/2026

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 49/2026

O Município de Vitorino, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 05691667998 RG. Nº. 91163080/PR, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa M P R situada à Rua Pioneiro Antonio P. Campos - Bairro Morumbi, CEP: 87703-160, inscrita no CNPJ sob nº42.880.696/0001-38, neste ato representada por MARCELO PINHEIRO RIBEIRO, doravante denominado CONTRATADA , têm justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**, em conformidade com o protocolo 4539/2025, pareceres técnico e jurídico, resolvendo extinguir o referido Contrato, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato 49/2026 que tem por objeto, **Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria ambiental, visando à elaboração dos estudos técnicos, relatórios e diagnósticos necessários ao licenciamento ambiental.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente rescisão, com base no art.92, da Lei Federal 14.133/21, as partes dão por Extinto o Contrato 49/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Fica eleito o foro da comarca de Pato Branco/PR para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Assim, justos e contratados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas. Vitorino/PR, 16/03/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal
Vitorino

MARCELO PINHEIRO RIBEIRO
Representante
M P R

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:CFA9657A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.129, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Decreto 6.129, de 16 de março de 2026

O Prefeito Municipal de Vitorino, Estado do Paraná, **Marciano Vottri**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e
Considerando a Proposição Legislativa de iniciativa do Poder Executivo, aprovada pela Câmara Municipal e Convertida na lei nº 1917, de 27 de janeiro de 2021, que estabeleceu novas gratificações, bem como estabeleceu critérios objetivos e percentuais para a concessão de gratificações aos servidores efetivos;
Considerando as justificativas apresentadas pela Secretária de Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º- Fica concedida a Gratificação Por Dedicação Exclusiva, no percentual de 40% (quarenta por cento), conforme previsto no Art. 83-B, II, da Lei 478/94 e suas alterações, a servidora Andresa Pires da Silva, portadora do CPF nº. 097.280.xxx-xx, servidora efetiva investida no cargo de Enfermeira II;
Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 10 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:656B0D8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.130, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

Decreto 6.130, de 16 de março de 2026.

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, Marcio Roberto Tibes, portador do CPF/MF n.° 028.602.xxx-xx, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento e Defesa do Meio Ambiente, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:F4FCBA39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.131, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Decreto 6.131, de 16 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal e,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Marcio Roberto Tibes, portador do CPF nº 028.602.xxx-xx, para ocupar o cargo de Gerente de Planejamento de Serviços Rurais**,** do Quadro Único de Pessoal do Município de Vitorino;

Art. 2º. Pela acumulação dos cargos, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, optando por perceber os vencimentos do cargo de Gerente de Planejamento de Serviços Rurais**;**

Art. 3º. Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:EADD2779

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 105, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Portaria 105, de 16 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Luiz Carlos de Lima – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 70/2026, protocolo n. º 1860/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 13 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:C013E5DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 106, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Portaria 106, de 16 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Lindones Miranda Machado – Motorista, conforme requerimentos de diária nº 71/2026, protocolo n. º 1928/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 16 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY – 7J44;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:9DEDE8D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 107, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Portaria 107, de 16 de março de 2026
Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 72/2026, protocolo n. º 1929/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 16 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY -7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:61A8FF92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 108, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve:

I – Alterar as férias concedidas pela Portaria nº 102 de 12 de março de 2026 da seguinte servidora, conforme segue:

Alterar de:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Sabrina Barbosa	Gerente de Controle de Farmácia e Material Ambulatorial	2024/2025	25/03/2026 até 31/03/2026

Para:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Sabrina Barbosa	Gerente de Controle de Farmácia e Material Ambulatorial	2024/2025	06/04/2026 até 12/04/2026

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 20 de janeiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:52C946EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 109, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Portaria 109, de 16 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 02 (duas) diárias para a servidora Jaqueline Lemes de Souza – Nutricionista, conforme requerimento de diária n. º 63/2026, protocolo n. º 1797/2026, para a participação no Encontro de Integração em Segurança Alimentar e Nutricional, em Foz do Iguaçu/PR, nos dias 18 a 20 de março de 2026.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:05E2D9D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 110, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Portaria 110, de 16 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 03 (três) diárias a servidora Edileia Evaristo dos Santos – Técnica Administrativo, para participação do Simpósio de Secretários de Juntas do Serviço Militar de 2026, em Cascavel/PR, nos dias 24 a 27 de março de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 16 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:1DDCA863

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE HABILITAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS

EDITAL DE HABILITAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS
Em virtude da existência do Chamamento Público nº 02/2026, a Comissão Julgadora realizou a análise da documentação apresentada pelas proponentes interessadas e comunica que foram **HABILITADOS** os seguintes fornecedores:

ITENS 01 E 02 (BENS MÓVEIS E IMÓVEIS)		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**SITUAÇÃO**

MARCOS ANTONIO TULIO	046.021.839-56	HABILITADO
CLEVER ELMES MILANI	000.567.899-47	HABILITADO
ADALBERTO SCHERER FILHO	301.894.209-44	HABILITADO
DANIEL ELIAS GARCIA	910.192.149-53	HABILITADO
FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO	039.167.186-30	HABILITADO
LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA	014.721.886-16	HABILITADO
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA	065.132.226-05	HABILITADO
HELCIO KRONBERG	085.187.848-24	HABILITADO
JOACIR MONZON POUEY	007.917.900-29	HABILITADO
PEDRO LERNER KRONBERG	005.142.199-20	HABILITADO
JEREMY WU SANTIAGO DA COSTA E SILVA	007.834.909-50	HABILITADO
MARCIANO MAURO PAGLIARINI	021.563.329-67	HABILITADO
PAULO ROBERTO NAKAKOGUE	041.361.129-98	HABILITADO
LUCIANO MARANGONI	028.943.219-70	HABILITADO
ANDRE LUIZ WUITSCHIK	028.240.179-29	HABILITADO
ALEX SANDRO VIERIA FELIX	026.187.549-30	HABILITADO
LUIZ CARLOS DALL AGNOL	607.889.929-53	HABILITADO
JORGE MARCO AURELIO BIAVATI	580.826.389-15	HABILITADO
LUIZ BARBOSA DE LIMA JUNIOR	397.601.709-49	HABILITADO
LELIA MARIA DE PAULA LENZ CÉSAR	839.225.129-68	HABILITADO
RICARDO FERREIRA GOMES	005.114.589-83	HABILITADO
SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	049.611.679-75	HABILITADO
JAQUELINE SPERANÇA	859.917.759-15	HABILITADO
ULISSES DONIZETE RAMOS	102.471.938-36	HABILITADO
ANDRESSA NATIELLE DE MELLO	096.385.149-73	HABILITADO

APENAS ITEM 01 (BENS MÓVEIS):

APENAS ITEM 1 (BENS MÓVEIS)		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**SITUAÇÃO**
CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	066.326.499-55	HABILITADO
PATRICIA PIMENTEL GROCOSKI COSTA	035.022.569-93	HABILITADO
JAQUELINE SPERANÇA	859.917.759-15	HABILITADO

Ao passo que as proponentes abaixo foram **INABILITADAS**, pelos seguintes motivos:

	ITENS 01 E 02 (BENS MÓVEIS E IMÓVEIS)		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**SITUAÇÃO**	**MOTIVO**
RAFAEL DANIELEWICZ	032.329.549-52	INABILITADO	Deixou de apresentar a certidão de antecedentes criminais estadual; Não retificou a Declaração de Não Empregador, pois está direcionada ao Município de Cruzeiro do Iguaçu com nº de Chamamento Divergente.
CONRADO AUGUSTO CARVALHO DE MAGALHÃES	089.444.926-54	INABILITADO	Deixou de retificar o atestado de capacidade técnica para constar se o objeto se tratava de bens móveis/imóveis ou ambos.
SUSAN KELLI SIQUEIRA	037.361.169-26	INABILITADO	Não enviou a Certidão de Matricula Leiloeiro Atualizada, a enviada é de 2024; Não apresentou a Certidão de Antecedentes Criminais Estadual; Não apresentou a Declaração de FGTS assinada; Não enviou nenhum Atestado de Capacidade Técnica.

	APENAS ITEM 02 (IMÓVEIS)		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**SITUAÇÃO**	**MOTIVO**
CAMILA DE MOURA GAIA PELLISSARI	066.326.499-55	INABILITADO	Não apresentou o atestado de capacidade técnica de bens imóveis.

Qualquer licitante poderá manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.
As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico (licita2@chopinzinho.pr.gov.br) e com uso de certificação digital ICP-Brasil.
Os demais licitantes serão intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico (licita2@chopinzinho.pr.gov.br) e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.
A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

ALANA PATRÍCIA LOCATELLI
Membro da Comissão Julgadora

CINARA ALINE MARTINELLI
Membro da Comissão Julgadora

SILVIO DA ROSA
Membro da Comissão Julgadora

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:64E81969

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1125/2026

LEI Nº 1125/2026

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2026-2029, bem como as metas prioritárias da LDO 2026, na LOA 2026 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas metas do PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 1117/2025 e suas alterações, para execução no Exercício de 2026 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**					
UNIDADE 10.001	**SECRETARIA DE TRANSPORTE, INFRA ESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA NATUREZA DESPESA	**TIPO**	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE MEDIDA**	**FONTE RECURSO**	**METAS 2026**
10.001.27.451.0011.1.105. 4.4.90.51.00.00.	**P**	**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SÃO PEDRO COM RECURSOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS**	**Revitalização da praça São Pedro e construção de palco com auxílio de convênio firmado com o Governo Federal**	**UNIDADE**	**36016**	**R$ 117.000,00**
TOTAL						**R$ 117.000,00**

Art. 2º - De conformidade com o artigo 1º desta Lei, a Lei 1116/2025 de 23 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2026 fica também autorizada a incluir meta da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS

FUNCIONAL PROGRÁMATICA 10.001.27.451.0011.1.105

PROGRAMA	**PROGRAMA DE URBANISMO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSERVAÇÃO VIÁRIA**				
OBJETIVO	URBANISMO - Realizar a manutenção da iluminação pública municipal promovendo a ampliação gradativa da estrutura existente; Conservar as vias e passeios públicos existentes, realizar abertura de novas ruas e conjuntos com pavimentação e sinalização de vias, construir galerias pluviais. OBRAS - Prover ações para manutenção e conservação de prédios públicos **e dos bens de domínio público; realizar a construção e/ou gerenciamento de novas construções públicas**. Manutenção dos sistemas de abastecimentos de águas já em funcionamento; implantação de novos sistemas nas localidades ainda não atendidas. SERVIÇOS PÚBLICOS - Realizar os serviços de limpeza urbana incluindo a coleta e destinação do lixo; manutenção de fundos municipais; regularização fundiária dos terrenos doados, disponibilização de lotes urbanos para fins habitacionais; adquirir móveis e utensílios e equipamentos de informática para melhoria dos serviços públicos e acompanhamento de obras. CONSERVAÇÃO VIÁRIA - Realizar a manutenção, conservação e expansão de vias urbanas e rurais; Executar os serviços mecânicos e de conservação dos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários, e realizar a aquisição de equipamentos com recursos próprios, de convênios ou de financiamentos, visando obter melhores resultados para o setor. SERVIÇOS FUNERÁRIOS - Manter o cemitério municipal em funcionamento, executar o serviço de limpeza e conservação da capela mortuária, adquirir materiais para atender as necessidades de sepultamento e realizar melhorias nas vias de acesso aos visitantes.				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SÃO PEDRO COM RECURSOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS**	OBRA	**UNIDADE**	1	R$ 117.000,00

Art. 3º - Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2026 (Lei Municipal 1118/2025) um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 117.000,00** (cento e dezessete mil reais).
Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2026, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 10.001.27.451.0011.1.105.

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Desporto e Lazer	10	001	27						
Infraestrutura Urbana	10	001	27	451					
PROGRAMA DE URBANISMO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSERVAÇÃO VIÁRIA	10	001	27	451	0011				
REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SÃO PEDRO COM RECURSOS DE CONVÊNIOS FEDERAIS	10	001	27	451	0011	1.105	4.4.90.51.00.00	36016	R$ 117.000,00
TOTAL GERAL									**R$ 117.000,00**

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será indicado recursos com base no art. 43, § 1º, incisos I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, proveniente do superávit financeiro no valor total de **R$ 117.000,00** (cento e dezessete mil reais) conforme abaixo:

Superávit Financeiro

FONTE	**CONTA**	**VALOR**
36016	Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I	R$ 117.000,00
TOTAL DO SUPERÁVIT		**R$ 117.000,00**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

"Paço Municipal 27 de Maio"

Corumbataí do Sul, em 16 de março de 2026

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:B9C9B4ED

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
ATA

ATA DE CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 90001/2026
EDITAL Nº 90001/2026
OBJETO: Pavimentação de estradas rurais em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ).
DATA DA SESSÃO: 16/03/2026
HORÁRIO: 09h00min
Às dez horas do dia dezesseis do mês de Março do ano dois mil e vinte e seis, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, situada a Av. 13 de maio, 906, Centro, em Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, deu se andamento para as propostas do envelope nº02, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade Concorrência Presencial em referência. Presentes a Agente de Contratação, Tatiane Aparecida do Prado Gulhak bem como os componentes da equipe de apoio, Alexandre Tiezzi Zuntini, Sirlei da Rocha e Diosser Fernandes Zenewich que este subscrevem as sociedades empresárias licitantes, conforme descrito abaixo:

SOCIEDADE EMPRESÁRIA / CREDENCIADA e HABILITADAS
JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ N° 12.876.608/0001-63
S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ N° 08.715.392/0001-87

Dando continuidade à sessão, a Agente de Contratação passou para as empresas rubricar os envelopes de propostas após a análise das proposta deu se o seguinte valor inicial:

PROPOSTA ESCRITA NO LOTE 01	
Sociedade empresária Licitante	**Valor Total Proposto**
JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ N° 12.876.608/0001-63	8.224.903,52
S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, CNPJ N° 08.715.392/0001-87	8.224.903,52

Submetidas as propostas de preços à análise dos representantes das licitantes e da Comissão, não foram constatadas irregularidades ou inconsistências nas mesmas. Dando prosseguimento ao certame, considerando que ambas as licitantes apresentaram o mesmo valor inicial, procedeu-se à realização de sorteio para definição da ordem de apresentação dos lances. Como resultado, foi definida a empresa JIRAU ALTO INCORPORADORA**,** para iniciar a etapa de lances. Na sequência, foi aberta a fase de lances verbais e de negociação direta com as licitantes classificadas, observando-se rigorosamente os critérios e procedimentos estabelecidos no Edital.

MAPA DOS LANCES

LOTE 01

Licitante	**Proposta**	**Licitante**	**1 Rodada**
JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA			8.223.000,00
S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA			8.220.00,00

Licitante	**2 Rodada**	**Licitante**	**3 Rodada**
JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	8.215.000,00	JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	8.205.000,00
S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	8.210.000,00	S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	8.200.000,00

Licitante	**4 Rodada**	**Licitante**	**5 Rodada**
JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	8.195.000,00	JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	8.185.000,00
S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	8.190.000,00	S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	8.182.000,00

Licitante	**6 Rodada**	**Licitante**	**7 Rodada**
JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA	8.180.000,00		
S M RESENDE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	DECLINOU		

Ato contínuo, **após a etapa de lances verbais,** sagrou-se vencedora provisoriamente a empresa **JIRAU ALTO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA,** inscrita no CNPJ nº **12.876.608/0001-63,** por ter apresentado o **menor lance no valor de R$ 8.180.000,00 (oito milhões cento e oitenta mil reais).** Em seguida, foi concedido o **prazo de 8 (oito) horas** para que a licitante apresente a **planilha orçamentária e a proposta devidamente ajustadas ao valor do lance vencedor.** Na sequência, a **Agente de Contratação** consultou os representantes das empresas presentes acerca da **intenção de interposição de recurso** nesta fase do certame. Ambas as licitantes **manifestaram expressamente a renúncia ao prazo recursal,** permitindo o regular prosseguimento do procedimento licitatório. Após a apresentação e análise da planilha ajustada pela Comissão, os autos **serão encaminhados à autoridade competente para apreciação e posterior homologação.** Nada mais havendo a relatar, foi **encerrada a reunião às 10h25min (dez horas e vinte e cinco minutos)** do dia **16 de março de 2026.**Eu, **Diosser Fernandes Zenewich**, Secretário, lavrei o presente registro dos acontecimentos que, após lido e achado conforme, **segue assinado pela Agente de Contratação, pela equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes até a lavratura do presente documento.**

TATIANE A.DO PRADO GULHAK –
Agente de Contratação

DIOSSER FERNANDES ZENEWICH-
Secretário

SIRLEI DA ROCHA –
Comissão de Apoio

ALEXANDRE TIEZZI ZUNTINE-
Comissão de Apoio

JIRAU ALTO INCORPORADORA E COSNTRUTORA LTDA
SM Resende Construções E Incorporações

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:4B78D7D1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CORREA, SILVA & CIA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	9/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	16/03/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, pelo prazo de 12 (doze) meses, destinados a atender às demandas do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023. A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sediadas em âmbito regional, com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 945/2022, com as alterações introduzidas pelas Leis Municipais nº 971/2022 e nº 1.140/2025, bem como no Decreto Municipal nº 87, de 05 de outubro de 2022, observadas, ainda, as demais legislações aplicáveis e o Prejulgado nº 027 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

02.061.0000.2.202. - Manter o Departamento Jurídico.
04.122.0002.2.201. - Manter o Gabinete do Prefeito.
04.124.0002.2.203. - Manter o Controle Interno.
04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
04.122.0003.2.303. - Manter a Divisão de Pessoal
04.122.0003.2.304. - Manter a Divisão de Compras e Licitação
04.129.0003.2.401. - Manter o Setor de Arrecadação
04.122.0003.2.403. - Manter os Serviços da Contabilidade
04.123.0003.2.404. - Manter os Serviços da Tesouraria.
26.782.0004.2.504. - Manter o Terminal Rodoviário
04.122.0003.2.606. - Manter a Diretoria de Serviços Públicos
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.303.0007.2.713. - Manter os Programas da Farmácia Básica
10.303.0007.2.719. - Manter a Academia da Saúde
10.303.0007.2.725. - Manter os Serviços de Fisioterapia
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
13.392.0011.2.813. - Manter a Biblioteca Municipal.
13.392.0011.2.816. - Manutenção de Atividades Culturais
27.812.0012.2.903. - Incentivo ao Esporte Amador
23.691.0013.2.102. - Apoiar a Pequena e Micro-Empresa
23.695.0000.2.103. - Manter Ações do Turismo
20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores
18.541.0018.2.116. - Ações de Manutenção do Meio Ambiente
08.244.0008.2.131. - Manter a Assistência Social.
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.245.0008.2.135. - Manter as Atividades do CRAS
08.245.0008.2.138. - Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
06.182.0000.2.145. - Manter a Segurança Patrimonial

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: CORREA, SILVA & CIA
CNPJ/CPF: 78.152.493/0001-72

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	AGENDA PERMANENTE: 196 FOLHAS, CAPA DURA, PRODUTO CERTIFICADO PELO FSC. FORMATO: 200X275	60	R$ 32,47	R$ 1.948,20
7	ALFINETE Nº 01 (APROXIMADAMENTE 1,7CM) PARA MAPA (CORES A SER DEFINIDA POSTERIORMENTE) CAIXA COM 50 UNIDADES.	27	R$ 5,32	R$ 143,64
13	ARGOLA PARA CHAVEIRO COM CORRENTE, 25 MM – PACOTE COM 100 UNIDADES	4	R$ 20,64	R$ 82,56
26	BORRACHA BRANCA NATURAL PARA APAGAR GRAFITE: NAS DIMENSÕES APROX. DE 3.3X2.3X0.8CM, COM CÓDIGO DO PRODUTO. FABRICAÇÃO NACIONAL, CAIXA COM 40 UNIDADES.	20	R$ 15,81	R$ 316,20
27	BORRACHA PONTEIRA PARA LÁPIS - PACOTE COM 100 UNIDADES – CORES SORTIDAS	6	R$ 26,77	R$ 160,62
42	CALCULADORA PEQUENA 8 DIGITOS - 8 DIGITOS SOLAR - VISOR: CRISTAL LÍQUIDO - 4 OPERAÇÕES BÁSICAS - RAIZ QUADRADA - PORCENTAGEM -DIMENSÕES 115X64X21 (MM) - MEMÓRIA - DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO - ALIMENTAÇÃO: 1 PILHA AA E C&EACUT	37	R$ 9,49	R$ 351,13
48	CANETA MICROLINE: CARTELA COM 12 UNIDADES	30	R$ 49,71	R$ 1.491,30
49	CANETA PERMANENTE PRETO PARA CD, PONTA DE POLIESTER 2.0	177	R$ 5,47	R$ 968,19
50	CARTOLINA AMERICANA COLORIDA MEDIDAS APROXIMADAS: 180GRS 48X66CM	285	R$ 2,65	R$ 755,25
51	CARTOLINA BRANCA: MEDIDAS APROXIMADAS 140GRS 48X66CM	710	R$ 1,08	R$ 766,80
52	CARTOLINA COLORIDA: MEDIDAS APROXIMADAS 140GRS 48X66CM	455	R$ 1,14	R$ 518,70
63	COLA GLITTER 23 GRS CORES VARIADAS.	47	R$ 5,01	R$ 235,47
65	CORRETIVO EM FITA - INDICADO PARA CORREÇÕES EM TEXTOS, IMPRESSOS, FAX, FOTOCÓPIAS E ESCRITA À MÃO. - FITA COM BOA ADERÊNCIA, COBERTURA E CORREÇÃO INSTANTÂNEA. - DESIGN ERGONÔMICO – 6 METROS	122	R$ 7,43	R$ 906,46
66	CORRETIVO LIQUIDO A BASE D'AGUA: 18ML ATÓXICO	98	R$ 4,64	R$ 454,72
69	E.V.A CORES VARIADAS: 40X60 COM SELO DO INMETRO NA EMBALAGEM, PCT COM 10 UNID. CORES A DEFINIR: AMARELO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCO, LARANJA, LILÁS MARROM, PINK, PRETO, VERMELHO, ROXO, ROSA, VERDE CLARO VERDE ESCURO.	378	R$ 23,69	R$ 8.954,82
73	ELASTICO ROLICO: 20R 3MM ROLO COM 50 METROS, COMPOSIÇÃO: 59% POLIÉSTER 41% ELASTODIENO, DIÂMETRO: 3,0 MM.	2	R$ 75,26	R$ 150,52
77	ENVELOPE PARDO: 16X22 CM	600	R$ 0,66	R$ 396,00
82	ESPELHO DE BOLSO OVAL, CORES SORTIDAS MEDIDAS APROXIMADAS 5X7,5 CM EXTERNO E 4,2X6,8 CM INTERNO, COM MOLDURA EM RESINA PLASTICA.	22	R$ 8,24	R$ 181,28
83	ESPETO PARA PAPEL, DIMENSÕES APROXIMADAS: 80X80X140MM, BASE DE PLÁSTICO E ESPETO DE AÇO.	18	R$ 9,96	R$ 179,28
87	ETIQUETA DE PREÇO TARJADA PEQUENA - 24MM X 12MM	45	R$ 8,97	R$ 403,65
89	EXTRATOR DE GRAMPOS INOX 10CM	55	R$ 3,90	R$ 214,50
95	FITA DE SEDA: 10MMX6MM. CORES A DEFINIR: AMARELO, AZUL, BRANCO, VERDE, LARANJA, ROSA, VERMELHO.	86	R$ 16,13	R$ 1.387,18
98	FITILHOS, DIVERSAS CORES. ESPESSURA DE 5MM; COMPRIMENTO: 50 METROS;	90	R$ 4,47	R$ 402,30
99	FRAGMENTADORA DE PAPEL ATÉ 6 FOLHAS. CICLO DE TRABALHO: PERIÓDICO DE 02 MINUTOS, 40 MINUTOS DE REPOUSO. VOLTAGEM 110V.	14	R$ 393,74	R$ 5.512,36
100	Giz de cera, formato anatômico, modelo estaca, produto atóxico, certificado pelo inmetro, alta qualidade e traço macio, caixa com 12 unidade cor: amarela	70	R$ 19,57	R$ 1.369,90
101	Giz de cera colorido: caixa tipo bastão, não toxica, formato anatômico para crianças, não perecível, na embalagem deve constar data de fabricação. Cores, branco, preto, marrom, laranja, amarelo, salmão, verde claro, verde escuro, azul claro, azul escuro, vermelho, vermelho carmim.	22	R$ 6,51	R$ 143,22
102	GIZ DE CERA: ESTACA NA COR AZUL OU PRETA, COM 12 PALITOS.	20	R$ 18,43	R$ 368,60
103	GIZ ESCOLAR PLASTIFICADO BRANCO: ANTIALÉRGICO E ATÓXICO CAIXA COM 50 UNIDADES	32	R$ 4,89	R$ 156,48
104	GIZ ESCOLAR PLASTIFICADO COLORIDO: ANTIALÉRGICO E ATÓXICO CAIXA COM 50 UNIDADES.	33	R$ 5,65	R$ 186,45
105	GRAFITE PARA LAPISEIRA 0,7MM. COM 12 UNID.	44	R$ 5,37	R$ 236,28
112	GRAMPO PARA PASTA MACHO-FEMEA: DE PLÁSTICO COM 50 UNID.	42	R$ 12,14	R$ 509,88
113	GRAMPO PARA PASTA MACHO-FEMEA: GALVANIZADO: TIPO TRILHO PARA ENCADERNAÇÃO EM METAL – CAIXA COM 50 UNID.	49	R$ 23,48	R$ 1.150,52
115	ÍNDICE AZ EM CARTÃO MARMORIZADO PARA FICHÁRIO DE MESA	20	R$ 48,62	R$ 972,40
116	INFLADOR COMPRESSOR BOMBA DE BALÕES – 02 BICOS - VOLTAGEM: 110V ; POTÊNCIA: 600W;	8	R$ 638,59	R$ 5.108,72
117	LACRE PARA MALOTE DE SEGURANÇA; TRAVA DUPLA; CÓDIGO EM CADA LACRE – PACOTE COM 100 UNIDADES	52	R$ 19,31	R$ 1.004,12
118	LANTEJOULAS 06 MM 3 GR.: CORES A DEFINIR; AMARELO, AZUL, DOURADO, PRATA, ROSA, VERDE, E VERMELHO- 100 GRAMAS	40	R$ 4,75	R$ 190,00
119	LÁPIS BORRACHA: MADEIRA CERTIFICADO PELO FSC	80	R$ 4,53	R$ 362,40
122	LAPISEIRA PARA GRAFITE 0.7MM.	55	R$ 7,34	R$ 403,70
129	MOLDURA PORTA RETRATO A4 30 X 20; IDEAL PARA EXPOR FOTOGRAFIAS, GRAVURAS, DESENHOS, TRABALHOS, ETC; FECHAMENTO TRASEIRO COM GRAMPOS FLEXIVEIS. ABRA OS GRAMPOS, RETIRE O FUNDO, COLOQUE SUA FOTO OU GRAVURA, FECHE NOVAMENTE; VIDRO FRONTAL; MOLDURA PODE SER USADA VERTICAL OU HORIZONTAL	60	R$ 17,94	R$ 1.076,40
130	MOLHA DEDO 12 GRAMAS.	46	R$ 3,88	R$ 178,48
133	PALITO DE CHURRASCO E ALGODÃO DOCE - MEDIDA 35 CM – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	65	R$ 12,82	R$ 833,30
134	PALITO DE PICOLÉ. MEDIDAS: 11,5 CM X 1 CM , EMBALAGEM: PACOTES COM 100 UNIDADES. PALITO EM MADEIRA CLARA, COM PONTAS REDONDAS OU RETAS, PALITOS DE BOA QUALIDADE. FEITO COM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO	31	R$ 7,92	R$ 245,52
136	PAPEL ALMAÇO: COM PAUTA E MARGEM	100	R$ 0,36	R$ 36,00
137	PAPEL CARBONO A4 COR PRETO	60	R$ 1,36	R$ 81,60
138	PAPEL CARBONO A4 COR VERMELHA	30	R$ 1,36	R$ 40,80
139	PAPEL CARTÃO 48X66 CM - 200 GRS - CORES DIVERSAS	60	R$ 1,90	R$ 114,00
141	PAPEL CELOFANE: 80X80 – 17 MICRAS, CORES A DEFINIR; AMARELO, AZUL, CRISTAL, LARANJA, ROSA, VERDE, VERMELHO.	140	R$ 1,60	R$ 224,00
142	PAPEL CREPOM: 48X2 MT – 28GRS – CORES A DEFINIR; AMARELO, AZUL CLARO, AZUL ESCURA, BRANCO, LARANJA, LILÁS, MARROM, PINK, PRETO, ROSA, ROXO, VERDE CLARO ESCURO, VERMELHO.	270	R$ 1,99	R$ 537,30
143	PAPEL DOBRADURA: 50X60 CM. CORES A DEFINIR; AMARELO, AZUL, BRANCO, LARANJA, MARROM, ROSA, PRETO, VERDE, VERMELHO.	220	R$ 0,73	R$ 160,60
146	PAPEL KRAFT MONOLÚCIDO - BOBINA 80 GRS - 60 CM X 100M - 12KG	39	R$ 97,20	R$ 3.790,80
148	PAPEL MANTEIGA 50X70 CM, PACOTE COM 10 UNIDADES.	20	R$ 18,05	R$ 361,00
149	Pasta c/ grampo trilho de papelão.	225	R$ 3,43	R$ 771,75
150	Pasta c/ grampo trilho de plástico.	145	R$ 3,10	R$ 449,50
159	PASTA PLÁSTICA COM ELÁSTICO - TAMANHO A4; MATÉRIA PRIMA POLIPROPILENO, RECICLÁVEL, ATÓXICA, IMPERMEÁVEL, LEVE; CORES DIVERSAS; TEXTURA SUPER LINE; FECHAMENTO C/ ELÁSTICO NA COR DA PASTA; ESPESSURA: 0,35MM; DIMENSÕES: 310X220MM	690	R$ 7,19	R$ 4.961,10
169	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS; 60 FOLHAS	28	R$ 78,21	R$ 2.189,88
172	PINCEL ATÔMICO Nº 850 - PONTA DE POLIÉSTER 4.0MM - ESCRITA 1.8MM - TINTA À BASE DE ÁGUA COLORIDA – DIVERSAS CORES	238	R$ 5,41	R$ 1.287,58
173	PINCEL CHATO Nº0	63	R$ 5,28	R$ 332,64
174	PINCEL CHATO Nº10	112	R$ 4,66	R$ 521,92

175	PINCEL CHATO Nº6	122	R$ 5,00	R$ 610,00
176	PINCEL CHATO PÔNEI 267: Nº10	110	R$ 5,94	R$ 653,40
177	PINCEL QUADRO BRANCO, CORES AZUL, PRETO, VERDE E VERMELHO, PONTA MACIA PARA NÃO DANIFICAR O QUADRO, APAGA FACILMENTE, PONTA DE ACRÍLICO 4.0 MM, ESPESSURA DE ESCRITA 2,0, TINTA ESPECIAL, NÃO RECARREGÁVEL.	240	R$ 4,74	R$ 1.137,60
180	PLACA DE ISOPOR ESPESSURA DE 50MM	105	R$ 16,81	R$ 1.765,05
183	PORTA (SUPORTE) P/ DUREX GRANDE COM LÂMINA ESPECIAL DE AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO CORTE UNIFORME - 19CM C X 9,5CM L X 9,5CM	60	R$ 28,28	R$ 1.696,80
195	RÉGUA TRANSPARENTE FLEXÍVEL 30 CM	42	R$ 5,37	R$ 225,54
196	RÉGUA TRANSPARENTE RÍGIDA; 30 CM	74	R$ 6,68	R$ 494,32
202	TINTA GUACHE 250 ML: CORES SENDO; AMARELO, AZUL, BRANCO, PRETO, VERDE E VERMELHO, NÃO TÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA E SÃO MISCÍVEIS ENTRE SI. PODE SER APLICADA EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, GESSO, MADEIRA E CERÂMICA. INFORMAÇÕES NA EMBALAGEM CONFORME PORTARIA INMETRO Nº 333/2012: SEGURANÇA, COMPULSÓRIO, REGISTRO 000239/2014, BRICS0098, INMETRO	43	R$ 10,59	R$ 455,37
203	TINTA PARA CARIMBO AZUL 42 ML	25	R$ 7,49	R$ 187,25
204	TINTA PARA CARIMBO PRETA 42 ML	28	R$ 9,07	R$ 253,96
205	TINTA PARA PINTURA FACIAL, COM 10 CORES 4G CADA.	9	R$ 27,54	R$ 247,86
206	TINTA PINTURA DE DEDO 06 CORES 30 ML. COMP.; RESINA PVA , AGUA, CARGA, PIGMENTOS E CONSERVANTES. NÃO TÓXICO. CERTIFICADO PELO INMETRO. OCP 0061 E CONFORMS TO ASTM D 4236. ESTAMPADO NA EMBALAGEM	10	R$ 10,98	R$ 109,80
207	TINTA PLÁSTICA 15 ML; ACABAMENTO BRILHANTE COM EFEITO PLASTIFICADO – CAIXA COM 06 UNIDADES	17	R$ 15,59	R$ 265,03
208	TINTA SPRAY: EMBALAGEM DE 400ML, CORES VARIADAS.	110	R$ 19,54	R$ 2.149,40
213	PAPEL COLORIDO COLOR SET A4 120G DE SUPERFÍCIE LISA, ADEQUADO PARA IMPRESSÕES, CORTES, DOBRAS E APLICAÇÕES GRÁFICAS EM GERAL. FORMATO A4 (210 MM × 297 MM). FORNECIDO EM CORES DIVERSAS CONFORME SOLICITADO PELA CONTRATANTE. IDEAL PARA CONFECÇÃO DE CAPAS, ETIQUETAS, CARTÕES, SINALIZAÇÕES E MATERIAIS ADMINISTRATIVOS OU INFORMATIVOS. COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS A JATO DE TINTA OU LASER (DEPENDENDO DO MODELO), COM EXCELENTE DESEMPENHO EM MANUSEIO E ACABAMENTO. FORNECIDO EM EMBALAGEM COM 50 FOLHAS.	50	R$ 36,01	R$ 1.800,50

Valor Total Homologado - R$ 69.289,85

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:21DA2502

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO D. MOREIRA JUNIOR - GRAFICA-ME

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	9/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	16/03/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, pelo prazo de 12 (doze) meses, destinados a atender às demandas do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023. A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sediadas em âmbito regional, com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 945/2022, com as alterações introduzidas pelas Leis Municipais nº 971/2022 e nº 1.140/2025, bem como no Decreto Municipal nº 87, de 05 de outubro de 2022, observadas, ainda, as demais legislações aplicáveis e o Prejulgado nº 027 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

02.061.0000.2.202. - Manter o Departamento Jurídico.
04.122.0002.2.201. - Manter o Gabinete do Prefeito.
04.124.0002.2.203. - Manter o Controle Interno.
04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
04.122.0003.2.303. - Manter a Divisão de Pessoal
04.122.0003.2.304. - Manter a Divisão de Compras e Licitação
04.129.0003.2.401. - Manter o Setor de Arrecadação
04.122.0003.2.403. - Manter os Serviços da Contabilidade
04.123.0003.2.404. - Manter os Serviços da Tesouraria.
26.782.0004.2.504. - Manter o Terminal Rodoviário
04.122.0003.2.606. - Manter a Diretoria de Serviços Públicos
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.303.0007.2.713. - Manter os Programas da Farmácia Básica
10.303.0007.2.719. - Manter a Academia da Saúde
10.303.0007.2.725. - Manter os Serviços de Fisioterapia
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação

12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
13.392.0011.2.813. - Manter a Biblioteca Municipal.
13.392.0011.2.816. - Manutenção de Atividades Culturais
27.812.0012.2.903. - Incentivo ao Esporte Amador
23.691.0013.2.102. - Apoiar a Pequena e Micro-Empresa
23.695.0000.2.103. - Manter Ações do Turismo
20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores
18.541.0018.2.116. - Ações de Manutenção do Meio Ambiente
08.244.0008.2.131. - Manter a Assistência Social.
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.245.0008.2.135. - Manter as Atividades do CRAS
08.245.0008.2.138. - Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
06.182.0000.2.145. - Manter a Segurança Patrimonial

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: D. MOREIRA JUNIOR - GRAFICA-ME
CNPJ/CPF: 26.924.834/0001-87

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	AGENDA CAPA DURA, ESPIRAL, COM VISÃO DE 1 PÁGINA POR DIA, EXCETO SÁBADO EDOMINGO. FOLHAS PAUTADAS; 200 FOLHAS APROXIMADAMENTE, 20X27, 5 CM	146	R$ 31,78	R$ 4.639,88
4	AGENDA TELEFÔNICA: CAPA DURA COM ÍNDICE ALFABÉTICA, CONTEÚDO CAMPO PARA NOME, ENDEREÇO, CIDADE, CEP, CNPJ, TELEFÔNICO, FAX, ETC. MIOLO COM 39 FOLHAS, FORMATO 15CM X 21CM	25	R$ 28,22	R$ 705,50
5	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº1: CAIXA COM 100 UNIDADES	15	R$ 5,56	R$ 83,40
6	ALFINETE DE SEGURANÇA Nº2: CAIXA COM 100 UNIDADES	15	R$ 4,80	R$ 72,00
9	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO: COM SISTEMA FLIP TOP PARA GUARDA OS MARCADORES. PRODUTO NACIONAL MEDIDAS APROX. 11CMX18CMX4CM	37	R$ 7,05	R$ 260,85
10	APAGADOR PARA QUADRO NEGRO: BASE DE MADEIRA, COM FELTRO NA PARTE INFERIOR, TAMANHO PADRÃO, MEDIDAS MÍNIMAS 16 CM, COMP. X 6 CM LARGURA. TAMANHO PADRÃO.	29	R$ 7,35	R$ 213,15
12	APONTADOR DE LÁPIS: DE PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, SIMPLES, UMA ENTRADA, COM LAMINAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA QUALIDADE. FORMATOS ERGONÔMICOS, MEDINDO APROX. 2,5CM X1,0CM. COM O SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, CORES SORTIDAS. PRODUTO NACIONAL.	14	R$ 25,68	R$ 359,52
14	BALÃO PARA FESTA - BALÃO DE LÁTEX Nº 12. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 50 UNIDADES – DIVERSAS CORES - COR BRANCA, PRETA, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, VERMELHO ESCURO, VERMELHO CLARO, ROSA CLARO, VERDE ESCURO, PRATA, AMARELO, LARANJA, DOURADO, MARROM, ROXO, LILÁS.	150	R$ 15,42	R$ 2.313,00
15	BALÃO PARA FESTA - BALÃO DE LÁTEX Nº 16. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 50 UNIDADES – DIVERSAS CORES - COR BRANCA, PRETA, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, VERMELHO ESCURO, VERMELHO CLARO, ROSA CLARO, VERDE ESCURO, PRATA, AMARELO, LARANJA, DOURADO, MARROM, ROXO, LILÁS.	60	R$ 22,52	R$ 1.351,20
16	BALÃO PARA FESTA - BALÃO DE LÁTEX Nº 5. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 50 UNIDADES – DIVERSAS CORES - COR BRANCA, PRETA, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, VERMELHO ESCURO, VERMELHO CLARO, ROSA CLARO, VERDE ESCURO, PRATA, AMARELO, LARANJA, DOURADO, MARROM, ROXO, LILÁS.	150	R$ 8,63	R$ 1.294,50
18	BALÃO PARA FESTA - BALÃO DE LÁTEX Nº 9. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 50 UNIDADES – DIVERSAS CORES - COR BRANCA, PRETA, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, VERMELHO ESCURO, VERMELHO CLARO, ROSA CLARO, VERDE ESCURO, PRATA, AMARELO, LARANJA, DOURADO, MARROM, ROXO, LILÁS.	90	R$ 12,03	R$ 1.082,70
22	BLOCO DE PAPEL COLORIDO COM 120 GRAMAS, PACOTE COM 20 UNIDADES.	82	R$ 15,27	R$ 1.252,14
23	BLOCO DE RECADOS ANOTE E COLE (RECADOS AUTO-ADESIVOS) BLOCO DE RECADOS ADESIVOS, CORES VARIADAS 10.01 X 19.2 X 1.36 CM – PACOTE COM 4 UNIDADES	143	R$ 4,48	R$ 640,64
24	BLOCO DE RECADOS AUTOADESIVOS. BLOCO DE RECADOS ADESIVOS, 100 FOLHAS, CORES VARIADAS, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 76 MM X 102 MM	142	R$ 4,22	R$ 599,24
40	CAIXA ARQUIVO PAPELÃO; 344X125X237MM.	555	R$ 4,84	R$ 2.686,20
41	CALCULADORA GRANDE, RESISTENTE E ALTAMENTE DURÁVEL, COM 12 DÍGITOS. DIMENSÕES DO PRODUTO: 20,5 X 15,9 X 4,4CM; VISOR AMPLO INCLINADO E TECLAS EXTRAS GRANDES; TAMANHO GRANDE, IDEAL PARA SER UTILIZADA EM MESAS DE ESCRITÓRIOS. COR: PRETA	51	R$ 14,17	R$ 722,67
46	CANETA HIDROGRÁFICA PONTA FINA: EMBALAGEM COM 12 CORES.	46	R$ 13,24	R$ 609,04
56	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS Nº6/0; CAIXA COM 200 UNIDADES APROXIMADAMENTE.	58	R$ 15,28	R$ 886,24
62	COLA BRANCA: MÍNIMO DE 37GR, PARA USO ESCOLAR, CONTENDO BICO APLICADOR COM TAMPA ANTIASFIXIANTE, PRODUTO ATÓXICO, COMPOSIÇÃO A BASE DE ACETATO DE POLIVINILA (PVA) DISPERSO EM SOLUÇÃO AQUOSA, VALIDADE SUPERIOR A 12 MESES, TEOR DE SÓLIDOS IGUAL OU SUPERIOR A 20%. O VENCEDOR DA FASE DE LANCES DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DO INMETRO E LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO ACREDITADO PELO INMETRO, DEMONSTRANDO O TEOR DE SÓLIDOS DO PRODUTO, JUNTAMENTE COM AS AMOSTRAS.	80	R$ 2,19	R$ 175,20
64	COLA LÍQUIDA BRANCA 1 LITRO. IDEAL PARA COLAGENS EM PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. POSSUI UM EXCLUSIVO BICO APLICADOR QUE FACILITA A APLICAÇÃO E TAMPA FLIP TOP, COMPOSIÇÃO RESINA DE PVA.	85	R$ 11,00	R$ 935,00
67	CORRETIVO LÍQUIDO CANETA 8 ML	103	R$ 4,33	R$ 445,99
68	E.V. A COM GLITER: MEDINDO 40X60 COM SELO DO IMETRO NA EMBALAGEM. PCT COM 10 UNID. CORES A DEFINIR; AMARELO, AZUL CLARO, AZUL ESCURO, BRANCO, LARANJA, LILÁS, MARROM, PINK, PRETO, VERMELHO, ROXO, ROSA, VERDE CLARO, VERDE ESCURO, DOURADO, PRATA.	360	R$ 28,42	R$ 10.231,20
70	E.V.A ESTAMPADO MEDINDO 40X60 COM SELO DO IMETRO NA EMBALAGE. PACOTE COM 10 UNIDADES.	160	R$ 23,56	R$ 3.769,60
72	ELÁSTICO Nº 18 LÁTEX - AMARELO - PACOTE COM 01 KG.	19	R$ 31,13	R$ 591,47
76	ENCADERNADORA A4 OFICIO MANUAL PARA ASPIRAL PERFURA POR VEZ NO MÍNIMO 15 FOLHAS: ENCADERNAÇÃO COM ESPIRAL, FORMATO DE FURO REDONDO, MEDINDO 4MM DE DIÂMETRO, COM PASSO DE FURO DE 6MM, COMP. DE PERFURAÇÃO MÍNIMO DE 330 MM, COM 4 REGULARIDADE DE MARGEM, MEDINDO APROX. (395X355)MM, COM PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE 1ANO.	21	R$ 754,83	R$ 15.851,43
78	ENVELOPE BRANCO 24X34 CM – CAIXA COM 100 UNIDADES	65	R$ 51,98	R$ 3.378,70
79	ENVELOPE BRANCO MÉDIO 18X24 CM – CAIXA COM 100 UNIDADES	45	R$ 37,77	R$ 1.699,65
80	ENVELOPE BRANCO PARA CORRESPONDÊNCIA: 11X22 CM	165	R$ 0,41	R$ 67,65
81	ENVELOPE KRAFT PARDO 24X34 CM – CAIXA COM 100 UNIDADES	70	R$ 37,26	R$ 2.608,20
85	ETIQUETA DE PREÇO TARJADA GRANDE 60X40 MM	45	R$ 14,44	R$ 649,80
86	ETIQUETA ADESIVA MULTIUSO, COM TARJA E BORDA VERMELHA, CONFECCIONADA EM MATERIAL AUTOADESIVO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DE CADA ETIQUETA: 40 MM X 20 MM (4 CM X 2 CM), MODELO Nº 6. COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 12 METROS POR ROLO. COMPATÍVEL COM DIVERSAS APLICAÇÕES COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E DE IDENTIFICAÇÃO, PODENDO SER UTILIZADA PARA MARCAÇÃO DE PREÇOS, CONTROLE DE ESTOQUE, SINALIZAÇÃO, ENTRE OUTROS. PRODUTO DE FÁCIL APLICAÇÃO, COM ADESIVO PERMANENTE QUE GARANTE FIXAÇÃO SEGURA EM DIFERENTES TIPOS DE SUPERFÍCIES.	80	R$ 11,45	R$ 916,00
90	FICHÁRIO DE MESA EM POLIESTIRENO – MEDIDAS APROXIMADAS 18,6 X 26,7 X 31,5 CM	22	R$ 134,57	R$ 2.960,54

107	GRAMPEADOR DE METAL: PRODUZIDO TOTALMENTE EM AÇO, COM APOIO PLÁSTICO, PARA 100 FOLHAS DE PAPEL 75/M2 DIM. 28.0X6.5X16.0 CM. UTILIZA GRAMPOS 23/6 – 23/8 – 23/10 –23/13.	51	R$ 56,42	R$ 2.877,42
111	GRAMPO PARA GRAMPEADOR: GRANDE 26/08 CAIXA COM 5.000 UNID.	67	R$ 14,88	R$ 996,96
121	LÁPIS GRAFITE Nº 02: CORPO DE MADEIRA MACIÇA, ROLIÇO, APONTADO, MEDINDO NO MÍNIMO 17, 05 CM FORMATO REDONDO. COM O SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO. CERTIFICADO FSC. TECNO SEKURAL. CX COM 144 UNID.	32	R$ 47,76	R$ 1.528,32
123	LIVRO ATA, BROCHURA, 100 FOLHAS CAPA DURA, MEDIDAS APROXIMADAS 202X300	66	R$ 22,97	R$ 1.516,02
124	LIVRO PONTO 1/4: 160 FOLHAS MEDIDAS APROX. 154X216	9	R$ 20,61	R$ 185,49
125	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIA, ¼, 104 FOLHAS MEDIDAS APROXIMADAS 215 MM X 157 MM	22	R$ 15,69	R$ 345,18
127	MARCADOR PERMANENTE PARA CD/DVD, PONTA 1.0	97	R$ 5,28	R$ 512,16
131	ORGANIZADOR/ GAVETEIRO DE ACRÍLICO COM 06 GAVETAS L X A X P: 24 X 29 X 16 CM	22	R$ 182,39	R$ 4.012,58
132	ORGANIZADOR DE ESCRITÓRIO VERTICAL CRISTAL 335X117X237MM ORGANIZADOR FABRICADO EM POLIESTIRENO. ALTA QUALIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. POSSUI 3 ESPAÇOS PARA ORGANIZAR PAPÉIS, PASTAS, DOCUMENTOS E TUDO O QUE DESEJAR. PODE SER UTILIZADO DEITADO OU EM PÉ, ECONOMIZANDO ESPAÇO NA MESA DE TRABALHO. PERMITE QUE O PRODUTO SEJA FIXADO OU PENDURADO (SUPORTES PARA FIXAÇÃO NÃO INCLUSOS). MEDIDAS: 335 X 117 X 237MM COR: CRISTAL	31	R$ 60,73	R$ 1.882,63
140	PAPEL CARTÃO A4, 180G, TIPO CERTIFICADO. PAPEL ESPECIAL LISO, BRANCO, ALTA RESOLUÇÃO. COMPATÍVEL COM IMPRESSORA: JATO DE TINTA, LASER, FOTOCOPIADORAS E OFFSET. PACOTE COM 50 UNIDADES.	50	R$ 9,04	R$ 452,00
144	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 180G/M² - COR BRANCO. PACOTE COM 100 FOLHAS.	60	R$ 17,73	R$ 1.063,80
145	PAPEL FOTOGRÁFICO ADESIVO A4 130G/ M², COR: BRANCO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	60	R$ 22,61	R$ 1.356,60
153	PASTA CARTÃO COM ABA ELÁSTICA DE PAPELÃO.	174	R$ 3,44	R$ 598,56
154	PASTA CATÁLOGO COM 10 ENVELOPES	74	R$ 12,56	R$ 929,44
155	PASTA PLÁSTICA COM ABA ELÁSTICO POLIPROPILENO OFÍCIO – 20 MM; DIMENSÕES: 33.2 X 23.2 X 2 CENTÍMETROS	200	R$ 4,12	R$ 824,00
156	PASTA PLÁSTICA COM ABA ELÁSTICO POLIPROPILENO OFÍCIO – 30 MM; DIMENSÕES: 60 X 48 X 0.5 CM	170	R$ 6,32	R$ 1.074,40
157	PASTA PLÁSTICA COM ABA ELÁSTICO POLIPROPILENO OFÍCIO – 40 MM; DIMENSÕES: 61.5 X 49.5 X 0.5 CM	175	R$ 4,97	R$ 869,75
158	PASTA PLÁSTICA COM ABA ELÁSTICO POLIPROPILENO OFÍCIO – 55 MM; DIMENSÕES: C X L X A: 335 X 245 X 50MM	195	R$ 9,88	R$ 1.926,60
161	PASTA PLASTICA COM ABA DE ELASTICO DIMENSÃO :235 MMX335MM COR-TRANSPARENTE	770	R$ 4,89	R$ 3.765,30
162	PASTA REGISTRADOR AZ COM VISOR OFÍCIO LL, LOMBADA ESTREITA COM VISOR; MECANISMO NIQUELADO; DIMENSÕES: 285X345X53MM	45	R$ 13,05	R$ 587,25
163	PASTA REGISTRADOR AZ COM VISOR OFÍCIO LL, LOMBADA LARGA COM VISOR; MECANISMO NIQUELADO; DIMENSÕES: L282 X A75 X C345	35	R$ 18,44	R$ 645,40
164	PASTA SANFONADA DUPLICATA; FABRICADA EM PAPELÃO OU PLÁSTICO; DIMENSÕES: 25 X 15 X 5 CM	55	R$ 37,95	R$ 2.087,25
165	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA PLASTIFICADA MEDIDAS APROXIMADAS = 22,5X36,5 COM GRAMATURA 220/240 GRS/M² .COM VISORES E ETIQUETAS E GRAMPO PLÁSTICO FIXADOR	200	R$ 3,10	R$ 620,00
166	PEN DRIVE 16 GIGA; USB 2.0; INTERFACE: USB 2.0COMPATIBILIDADE: WINDOWS® XP, WINDOWS VISTA®, WINDOWS® 7 E MAC OS X V10.5+ (SOFTWARE MAC EXIGE DOWNLOAD, CONSULTE A PÁGINA SANDISK SECUREACCESS.) LINUX: ARMAZENAMENTO APENAS; GARANTIA: 60 MESES	60	R$ 35,94	R$ 2.156,40
167	PEN DRIVE 32 GIGA; USB 2.0; INTERFACE: USB 2.0COMPATIBILIDADE: WINDOWS® XP, WINDOWS VISTA®, WINDOWS® 7 E MAC OS X V10.5+ (SOFTWARE MAC EXIGE DOWNLOAD, CONSULTE A PÁGINA SANDISK SECUREACCESS.) LINUX: ARMAZENAMENTO APENAS; GARANTIA: 60 MESES	57	R$ 42,14	R$ 2.401,98
170	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS; GRANDE DE FERRO, 100 FOLHAS	18	R$ 155,50	R$ 2.799,00
171	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS; 20 FOLHAS	16	R$ 42,43	R$ 678,88
178	PISTOLA DE COLA QUENTE: GRANDE 40 W	56	R$ 19,09	R$ 1.069,04
179	PISTOLA DE COLA QUENTE: PEQUENA – 10 W	59	R$ 19,66	R$ 1.159,94
184	PORTA (SUPORTE) PARA DUREX PEQUENO COM LÂMINA ESPECIAL DE AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO CORTE UNIFORME - 7,8 X 15,4 X 7,8 CM	22	R$ 24,57	R$ 540,54
185	PORTA CANETAS TRIO (CANETA/ CLIPS/LEMBRETE) CRISTAL	36	R$ 10,29	R$ 370,44
186	PORTA LÁPIS ARAMADO REDONDO PRETO 10 CM.	42	R$ 9,21	R$ 386,82
187	PRANCHETA PLÁSTICA (TRANSPARENTE) A4 COM PRENDEDOR DE METAL.	59	R$ 22,19	R$ 1.309,21

Valor Total Homologado - R$ 107.581,66

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:1A3C9948

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MHFH PAPELARIA LTDA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	9/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	16/03/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, pelo prazo de 12 (doze) meses, destinados a atender às demandas do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, nos termos da Lei Municipal nº 1.050/2023. A presente licitação será destinada exclusivamente à participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sediadas em âmbito regional, com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Municipal nº 945/2022, com as alterações introduzidas pelas Leis Municipais nº 971/2022 e nº 1.140/2025, bem como no Decreto Municipal nº 87, de 05 de outubro de 2022, observadas, ainda, as demais legislações aplicáveis e o Prejulgado nº 027 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

02.061.0000.2.202. - Manter o Departamento Jurídico.
04.122.0002.2.201. - Manter o Gabinete do Prefeito.
04.124.0002.2.203. - Manter o Controle Interno.
04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
04.122.0003.2.303. - Manter a Divisão de Pessoal
04.122.0003.2.304. - Manter a Divisão de Compras e Licitação
04.129.0003.2.401. - Manter o Setor de Arrecadação
04.122.0003.2.403. - Manter os Serviços da Contabilidade
04.123.0003.2.404. - Manter os Serviços da Tesouraria.

26.782.0004.2.504. - Manter o Terminal Rodoviário
04.122.0003.2.606. - Manter a Diretoria de Serviços Públicos
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.717. - Manter o Programa Saúde Bucal
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.303.0007.2.713. - Manter os Programas da Farmácia Básica
10.303.0007.2.719. - Manter a Academia da Saúde
10.303.0007.2.725. - Manter os Serviços de Fisioterapia
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
13.392.0011.2.813. - Manter a Biblioteca Municipal.
13.392.0011.2.816. - Manutenção de Atividades Culturais
27.812.0012.2.903. - Incentivo ao Esporte Amador
23.691.0013.2.102. - Apoiar a Pequena e Micro-Empresa
23.695.0000.2.103. - Manter Ações do Turismo
20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores
18.541.0018.2.116. - Ações de Manutenção do Meio Ambiente
08.244.0008.2.131. - Manter a Assistência Social.
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.245.0008.2.135. - Manter as Atividades do CRAS
08.245.0008.2.138. - Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
06.182.0000.2.145. - Manter a Segurança Patrimonial

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: MHFH PAPELARIA LTDA
CNPJ/CPF: 77.556.116/0001-36

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
2	AGENDA PERMANENTE, ESPIRAL, 80 FOLHAS CAPA DURA, FOLHAS PAUTADAS, PRODUTO CERTICADO PELO FSC. TAMANHO: PEQUENO ¼ - 140MM X 202MM	66	R$ 27,90	R$ 1.841,40
8	ALMOFADA PARA CARIMBO PRETO METAL Nº 03- MED. 6,7 X 11.0 CM. PRODUTO NACIONAL	22	R$ 8,90	R$ 195,80
11	APONTADOR COM DEPÓSITO: MEDINDO NO MÍNIMO 60X25X15MM, CONTÉM UM FURO CÔNICO DE DIÂMETRO APROXIMADO DE 8 MM, LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL OU TEMPERADO, DEPÓSITO TRANSPARENTE CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO.	90	R$ 3,15	R$ 283,50
17	BALÃO PARA FESTA - BALÃO DE LÁTEX Nº 7. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 50 UNIDADES – DIVERSAS CORES - COR BRANCA, PRETA, AZUL ESCURO, AZUL CLARO, VERMELHO ESCURO, VERMELHO CLARO, ROSA CLARO, VERDE ESCURO, PRATA, AMARELO, LARANJA, DOURADO, MARROM, ROXO, LILÁS.	180	R$ 10,80	R$ 1.944,00
20	BASTÃO COLA QUENTE , PARA APLICAÇÃO PISTOLA (COLA QUENTE), FINA TRANSPARENTE - ATÓXICA - COMPOSIÇÃO SILICONE, ALTA ADERÊNCIA, TAMANHO COM 7,4MM DE DIÂMETRO E 300MM DE COMPRIMENTO, FABRICAÇÃO WAFT OU SIMILAR DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE, COM CERTIFICADO DO IMMETRO - VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE DE 01KG	118	R$ 45,00	R$ 5.310,00
21	BASTÃO COLA QUENTE , PARA APLICAÇÃO PISTOLA (COLA QUENTE), GROSSA TRANSPARENTE - ATÓXICA - COMPOSIÇÃO SILICONE, ALTA ADERÊNCIA, TAMANHO COM 7,4MM DE DIÂMETRO E 300MM DE COMPRIMENTO, FABRICAÇÃO WAFT OU SIMILAR DE IGUAL OU SUPERIOR QUALIDADE, COM CERTIFICADO DO IMMETRO - VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA ENTREGA DO PRODUTO. PACOTE DE 01KG	106	R$ 44,00	R$ 4.664,00
25	BOBINA DE PAPEL PRESENTE ESTAMPA DIVERSA MASCULINA OU FEMININA A ESCOLHA DA CONTRATADA; 60CM X 100M	18	R$ 84,33	R$ 1.517,94
29	CADERNO 96 FOLHAS ESPIRAL 1 MATÉRIA CAPA DURA CERTIFICADO PELO FSC - FORMATO: 200MM X 275MM	179	R$ 10,10	R$ 1.807,90
30	CADERNO CAPA DURA 1/4, FORMATO 200 MM X 140MM COM 96 FOLHAS C/ PAUTA CERTIFICADO FSC	114	R$ 7,80	R$ 889,20
31	CADERNO DE ANOTAÇÃO: 48 FOLHAS 1/4 CAPA DURA CERTIFICADO PELO FSC.	90	R$ 6,25	R$ 562,50
32	CADERNO DE ANOTAÇÃO: 48 FOLHAS GRANDE, CAPA DURA CERTIFICADO PELO FSC.	85	R$ 7,59	R$ 645,15
33	CADERNO DE BROCHURA GRANDE: CAPA DURA 96 FOLHAS CERTIFICADO PELO FSC, MEDIDA MINIMA 275X200MM	165	R$ 13,20	R$ 2.178,00
34	CADERNO DE BROCHURA: 48 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL CERTIFICADO FSC. MEDIDA MINIMA 140X200MM	80	R$ 5,50	R$ 440,00
35	CADERNO DE BROCHURA: 96 FOLHAS COM CAPA FLEXÍVEL CERTIFICADO FSC, MEDIDA MINIMA 275X200MM	45	R$ 11,90	R$ 535,50
36	CADERNO DE CALIGRAFIA: 40 FOLHAS CERTIFICADO PELO FSC. MEDIDA MINIMA 200X140MM	100	R$ 3,20	R$ 320,00
37	CADERNO DE CARTOGRAFIA: 48 FOLHAS CAPA FLEXÍVEL FORMATO DE 275MMX200MM, CERTIFICADO FSC.	50	R$ 6,60	R$ 330,00
38	CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRAL - 200 FOLHAS - 10 MATÉRIAS - CAPA DURA. CERTIFICADO PELO FSC. MEDIDA MINIMA 200X275MM	44	R$ 17,95	R$ 789,80
39	CADERNO UNIVERSITÁRIO ESPIRAL - 240 FOLHAS - 15 MATÉRIAS - CAPA DURA. CERTIFICADO PELO FSC. MEDIDA MINIMA 200X275MM	34	R$ 23,50	R$ 799,00
43	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO TRANSPARENTE, ESCRITA LIMPA DE ALTA QUALIDADE/ ESCRITA MACIA/ PONTA AÇO INOX 0,7 MM OU 1.0 MM, TINTA A BASE DE ÓLEO, CORPO HEXAGONAL. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS, SE PERTINENTE, DA ABNT E DO INMETRO. CAIXA COM 50 UNIDADES – COR AZUL	95	R$ 38,90	R$ 3.695,50
44	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO TRANSPARENTE, ESCRITA LIMPA DE ALTA QUALIDADE //ESCRITA MACIA//PONTA AÇO INOX 0,7 MM OU 1.0 MM, TINTA A BASE DE ÓLEO, CORPO HEXAGONAL. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS, SE PERTINENTE, DA ABNT E DO INMETRO. CAIXA COM 50 UNIDADES – COR: PRETO	80	R$ 39,50	R$ 3.160,00
45	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO TRANSPARENTE, ESCRITA LIMPA DE ALTA QUALIDADE //ESCRITA MACIA//PONTA AÇO INOX 0,7 MM OU 1.0 MM, TINTA A BASE DE ÓLEO, CORPO HEXAGONAL. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS, SE PERTINENTE, DA ABNT E DO INMETRO. CAIXA COM 50 UNIDADES – COR VERMELHO	55	R$ 39,65	R$ 2.180,75
47	CANETA HIDROGRAFICA PONTA GROSSA: EMBALAGEM COM 12 CORES.	45	R$ 13,41	R$ 603,45
53	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS N°1/0 COLORIDOS, CAIXA COM 200 UNIDADES APROXIMADAMENTE.	28	R$ 11,48	R$ 321,44
54	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS Nº 4/0 CAIXA COM 200 UNIDADES APROXIMADAMENTE	59	R$ 9,81	R$ 578,79

55	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS Nº10/0, CAIXA COM 200 UNIDADES APROXIMADAMENTE.	36	R$ 10,20	R$ 367,20
57	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS Nº8/0; CAIXA COM 200 UNIDADES APROXIMADAMENTE.	38	R$ 14,35	R$ 545,30
58	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS Nº3/0, CAIXA COM 200 UNIDADES APROXIMADAMENTE.	32	R$ 9,88	R$ 316,16
59	CLIPS NIQUELADOS 500 GRAMAS Nº2/0; CAIXA COM 1000 UNIDADES APROXIMADAMENTE	41	R$ 9,98	R$ 409,18
60	COLA 110 GR. NÃO TÓXICA, 100% LAVÁVEL, COM O CÓDIGO DE BARRAS, SELO DO INMETRO INSCRITO NO CORPO DO PRODUTO. ENVASE COM PONTEIRA TWIST OFF E TAMPA ROSQUEÁVEL. COMP. DO PRODUTO EM ACETATO DE POLIVINILA E PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 3 ANOS. E QUÍMICO RESPONSÁVEL INFORMADO NO CORPO DO PRODUTO.	80	R$ 4,45	R$ 356,00
61	COLA BASTÃO COM POLIGLUCOSIDEO: COM 40 GR NÃO TOXICO, TAMPA HERMÉTICA, QUE EVITA O RESSECAMENTO, ÓTIMA QUALIDADE.	175	R$ 3,97	R$ 694,75
71	ELÁSTICO LÁTEX BRANCO: 0,6MM ROLO DE 10 METROS.	4	R$ 15,15	R$ 60,60
84	ESTILETE GRANDE, LÂMINA 18MM.	67	R$ 4,83	R$ 323,61
88	ETIQUETA INKJET – PACOTE COM C/ 8000 UNIDADES	15	R$ 95,67	R$ 1.435,05
91	FITA ADESIVA TRANSPARENTE – ROLO 12 MM X 10M	210	R$ 1,11	R$ 233,10
92	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48 MM X 45 M (LARGA)	312	R$ 7,10	R$ 2.215,20
93	FITA ADESIVA TRANSPARENTE FINA: 12MMX30M	210	R$ 4,70	R$ 987,00
94	FITA CREPE - 18 MM X 50 M	1.150	R$ 6,70	R$ 7.705,00
96	FITA DUPLA FACE GROSSA 24X30	127	R$ 17,30	R$ 2.197,10
97	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 20M X 12MM	125	R$ 24,34	R$ 3.042,50
106	GRAMPEADOR DE MESA - ESTRUTURA METÁLICA; APOIO PLÁSTICO; BOTÃO DE ACIONAMENTO DO TRILHO; FUNÇÕES: GRAMPEAR, FIXAR, PRENDER; GRAMPOS: 23/6, 26/6, 23/8 E 24/8; ATÉ 40 FOLHAS; PROFUNDIDADE PARA O PAPEL: 100MM. MEDIDAS (C X L X A): 18CM X 4CM X 6,5CM	80	R$ 33,50	R$ 2.680,00
108	GRAMPEADOR PEQUENO - PRODUZIDO TOTALMENTE EM AÇO COM APOIO PLÁSTICO, PARA ATÉ 20 FOLHAS DE PAPEL 75 G/M². DIM 11,5X3,5X5,7 CM. GRAMPO ABERTO 26/6.	89	R$ 16,37	R$ 1.456,93
109	GRAMPEADOR: COM CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS, PARA GRAMPOS 26/6 COM BASE METÁLICA DE APROX.. 20 CM X 4,9X9,0 CM. COM APOIO PLÁSTICO PARA PAPEL 75GR/M2	48	R$ 30,90	R$ 1.483,20
110	GRAMPO GALVANIZADO PRATA 26/6 5.000 UNIDADES	115	R$ 6,90	R$ 793,50
120	LÁPIS DE COR: FORMADO SEXTAVADO, PRODUZIDO COM MADEIRA REFLORESTADA, APONTADOS, CORPO RÍGIDO, MINA RESISTENTE E MACIA, CONTENDO 12 LÁPIS NAS CORES, PRETO NEGRO, ROSA CLARO, ROSA CHICLETE, VERMELHO, LARANJA, AMARELO CANÁRIO, VERDE FOLHA, VERDE, AZUL, AZUL COBALTO, CARMIM E MARROM. CONTENDO MAIS DOIS LÁPIS GRAFITE PRETO, UMA BORRACHA E UM APONTADOR, APROX. DE 210 MM X 104 MM (AXL), COM SELO DE INMETRO E CÓDIGO DE BARRA INSCRITO NA EMBALAGEM. FABRICAÇÃO NACIONAL. TECNO SEKURAL.	127	R$ 11,03	R$ 1.400,81
126	MARCA TEXTO - DIVERSAS CORES - TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE. PONTA DE POLIÉSTER CHANFRADA 4.0 MM. ESPESSURA ESCRITA DE 3.8 MM. NÃO RECARREGÁVEL. MEDIDAS: DIÂMETRO MÉDIO DO CORPO: 12,70 MM. DIÂMETRO MÉDIO DA TAMPA: 17,50 MM. COMPRIMENTO TOTAL: 136,750 MM. COMPRIMENTO SEM TAMPA: 144,90 MM – CAIXA COM 12 UNIDADES	121	R$ 18,80	R$ 2.274,80
128	MASSA DE MODELAR .12 CORES 180G . À BASE DE AMIDO, NÃO TÓXICA, SUPER MACIA, COM AROMA DE TUTTI-FRUTTI E CORES VIVAS E BRILHANTES , COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CARBOIDRATO, DE CERAIS , GLÚTEN , CLORETO, DE SÓDIO, CONSERVANTE, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS. CERTIFICADO PELOINMETRO , OCP 0098 , CONFORMS TO ASTM D 4236 - EN71-3 ESTAMPADO NA EMBALAGEM. EMBALAGEM COM ABERTURA PARA MELHOR VIZUALIZAÇÃO.	202	R$ 4,85	R$ 979,70
135	PAPEL ALMAÇO QUADRICULADO	100	R$ 0,27	R$ 27,00
147	PAPEL LAMINADO: 48X60 – 80GRS. CORES A DEFINIR: AMARELO, AZUL, DOURADO, LARANJA, PINK, VERDE, PRATA, ROSA, VERMELHO.	32	R$ 1,79	R$ 57,28
151	Papel sulfite a4 branco, com certificado cerflor,fsc, inmetro, iso 9001 e 14001 produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis e suas fibras tratadas para obter o grau de brancura, com garantia de 99,99% de não atolamento do papel na impressora. Caixa com 10 resmas	174	R$ 252,38	R$ 43.914,12
152	Papel sulfite a4: 210x297 mm - 75 g/m2 pc/100, cores a definir; amarelo, azul, rosa, verde	224	R$ 14,50	R$ 3.248,00
160	PASTA PLÁSTICA SANFONADA A4 12 DIVISÓRIAS; CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, MATÉRIA PRIMA ATÓXICA, IMPERMEÁVEL, RESISTENTE E RECICLÁVEL, CORES DIVERSAS; ACOMPANHA ETIQUETAS PARA VISUALIZAÇÃO; DIMENSÕES: 240 X 330 MM	104	R$ 28,00	R$ 2.912,00
168	PERCEVEJO LATONADO 9,5 MM - CAIXA COM 100 GRS	48	R$ 3,81	R$ 182,88
181	PLÁSTICO ADESIVO TRANSPARENTE: REFERENCIA CONTACT BB OU SUPERIOR, 45 CMX25M – ROLO.	38	R$ 82,60	R$3.138,80
188	QUADRO BRANCO LOUSA COM FIXAÇÃO DISCRETA, MOLDURA EM ALUMÍNIO NATURAL, TAMPO EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA E COR BRANCA BRILHANTE 100% UV PARA USO DE MARCADOR DE QUADRO BRANCO. 120X90CM	27	R$ 184,96	R$ 4.993,92
189	QUADRO BRANCO LOUSA COM FIXAÇÃO DISCRETA, MOLDURA EM ALUMÍNIO NATURAL, TAMPO EM CHAPA DE FIBRA DE MADEIRA E COR BRANCA BRILHANTE 100% UV PARA USO DE MARCADOR DE QUADRO BRANCO. LOUSA 150X120 CM	8	R$ 170,21	R$ 1.361,68
190	QUADRO DE CORTIÇA, DIMENSÕES APROXIMADAS 60X40 CM, CONFECCIONADO COM DUPLA CAMADA DE PAPELÃO RÍGIDO, COBERTO COM FOLHA DE CORTIÇA NATURAL	8	R$ 55,68	R$ 445,44
191	QUADRO DE CORTIÇA, DIMENSÕES APROXIMADAS 90 X 120 CM; CONFECCIONADO COM DUPLA CAMADA DE PAPELÃO RÍGIDO, COBERTO COM FOLHA DE CORTIÇA NATURAL	13	R$ 179,81	R$ 2.337,53
192	QUADRO DE FELTRO 90X60 CM; ESTRUTURA DE PAPELÃO ONDULADO COM 14MM., E ESPESSURA TOTAL DO QUADRO DE 17MM. (INCLUINDO A MOLDURA), REVESTIDO DE FELTRO ACRÍLICO, COM MOLDURAS ARREDONDADAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO FOSCO, SISTEMA DE FIXAÇÃO INVISÍVEL, PODENDO SER INSTALADO NA VERTICAL OU HORIZONTAL; COR: VERDE	10	R$ 144,35	R$ 1.443,50
193	QUADRO MAGNÉTICO BRANCO; 90CMX60CM. MOLDURA ALUMINIO	16	R$ 186,88	R$ 2.990,08
194	RÉGUA DE PLÁSTICO 60 CM	19	R$ 6,76	R$ 128,44
197	SACO PLÁSTICO 4 FUROS TRANSPARENTE FINO 240 X 330MM- CAIXA COM 1000 UNIDADES	26	R$ 148,95	R$ 3.872,70
198	TESOURA CABO EMBORRACHADO 17 CM AÇO INOXIDÁVEL	53	R$ 14,15	R$ 749,95
199	TESOURA DE PICOTAR DE AÇO GRANDE 23 CM.	28	R$ 71,00	R$ 1.988,00
200	TESOURA ESCOLAR: MEDINDO NO MINIMO 120 MM, CORTE PRECISO, PONTA ARREDONDADA, CONTENDO MOLA DE ABERTURA AUTOMÁTICA. A MARCA DO FABRICANTE DEVERÁ ESTAR GRAVADA NO CORPO DO PRODUTO.	95	R$ 3,90	R$ 370,50
201	TESOURA GRANDE MULTIUSO CABO EMBORRACHADO – MEDIDAS APROXIMADAS: 8 1/2" - 21,6 CM, AÇO INOXIDÁVEL	79	R$ 21,65	R$ 1.710,35
209	TNT 50 MTS 40 GRS, CORES A DEFINIR; AMARELO, AZUL, BRANCO, PRETO, VERMELHO, VERDE, ROXO, LARANJA, ROSA, MARROM.	44	R$ 80,40	R$ 3.537,60
210	VERNIZ ACRÍLICO COM BRILHO – 250 ML	12	R$ 35,12	R$ 421,44
211	VERNIZ ACRÍLICO FOSCO – 250 ML	12	R$ 29,84	R$ 358,08
212	VISOR ETIQUETA P/ PASTA: CAIXA COM 50 UNID.	27	R$ 9,50	R$ 256,50
214	SACO PLÁSTICO COM FECHAMENTO TIPO ZIP LOCK, CONFECCIONADO EM POLIETILENO TRANSPARENTE DE ALTA QUALIDADE, REUTILIZÁVEL, RESISTENTE E DE FÁCIL MANUSEIO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 14 CM DE LARGURA POR 10 CM DE ALTURA. POSSUI SISTEMA DE FECHAMENTO HERMÉTICO TIPO ZIP (PRESSIONÁVEL), QUE PERMITE ABERTURA E FECHAMENTO REPETIDOS, PROTEGENDO O CONTEÚDO CONTRA POEIRA, UMIDADECONTAMINAÇÕES EXTERNAS. IDEAL PARA ACONDICIONAMENTO DE PEQUENOS OBJETOS, AMOSTRAS, MEDICAMENTOS, COMPONENTES ELETRÔNICOS OU MATERIAIS DIVERSOS EM AMBIENTES COMERCIAIS, LABORATORIAIS, FARMACÊUTICOS E ADMINISTRATIVOS. EMBALAGEM COM 1000 UNIDADES	5	R$ 91,88	R$ 459,40

Valor Total Homologado - R$ 148.455,50

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 16 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:A857B925

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇAO 1º BIM/2026

Municipio de Saudade do Iguacu - PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**62.611.828,00**	**82.250.835,17**	**19.489.416,35**	**19.489.416,35**	**100,00**	**62.761.418,82**	**8.056.893,60**	**8.056.893,60**	**100,00**	**74.193.941,57**
Legislativa	3.732.796,71	3.732.796,71	393.790,46	393.790,46	2,02	3.339.006,25	330.053,67	330.053,67	4,10	3.402.743,04
Ação Legislativa	3.732.796,71	3.732.796,71	393.790,46	393.790,46	2,02	3.339.006,25	330.053,67	330.053,67	4,10	3.402.743,04
Administração	7.355.358,00	8.001.358,00	1.445.486,77	1.445.486,77	7,42	6.555.871,23	904.899,58	904.899,58	11,23	7.096.458,42
Administração Geral	5.527.603,00	5.823.603,00	1.227.858,21	1.227.858,21	6,30	4.595.744,79	744.218,82	744.218,82	9,24	5.079.384,18
Administração Financeira	496.155,00	496.155,00	90.074,20	90.074,20	0,46	406.080,80	70.172,29	70.172,29	0,87	425.982,71
Controle Interno	166.600,00	166.600,00	20.174,79	20.174,79	0,10	146.425,21	20.174,79	20.174,79	0,25	146.425,21
Ensino Profissional	83.000,00	83.000,00	0,00	0,00	0,00	83.000,00	0,00	0,00	0,00	83.000,00
Ensino Superior	1.082.000,00	1.432.000,00	107.379,57	107.379,57	0,55	1.324.620,43	70.333,68	70.333,68	0,87	1.361.666,32
Assistência Social	2.960.265,00	7.641.465,88	2.273.449,19	2.273.449,19	11,67	5.368.016,69	315.473,30	315.473,30	3,92	7.325.992,58
Administração Geral	215.896,00	218.776,99	24.673,49	24.673,49	0,13	194.103,50	22.197,75	22.197,75	0,28	196.579,24
Assistência à Pessoa Idosa	153.000,00	1.189.000,00	1.110,22	1.110,22	0,01	1.187.889,78	781,87	781,87	0,01	1.188.218,13
Assistência à Pessoa com Deficiência	265.996,00	268.523,31	117.831,96	117.831,96	0,60	150.691,35	35.543,58	35.543,58	0,44	232.979,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	686.711,00	3.014.772,78	1.893.394,10	1.893.394,10	9,71	1.121.378,68	71.345,32	71.345,32	0,89	2.943.427,46
Assistência Comunitária	576.586,00	672.716,80	92.510,71	92.510,71	0,47	580.206,09	53.749,41	53.749,41	0,67	618.967,39
Serviços Socioassistenciais	1.062.076,00	2.277.676,00	143.928,71	143.928,71	0,74	2.133.747,29	131.855,37	131.855,37	1,64	2.145.820,63
Saúde	15.024.225,29	16.873.219,46	2.848.510,76	2.848.510,76	14,62	14.024.708,70	2.122.738,29	2.122.738,29	26,35	14.750.481,17
Administração Geral	529.000,00	529.000,00	70.104,35	70.104,35	0,36	458.895,65	68.220,34	68.220,34	0,85	460.779,66
Tecnologia da Informação	94.600,00	149.392,52	31.500,00	31.500,00	0,16	117.892,52	0,00	0,00	0,00	149.392,52
Atenção Básica	8.382.020,29	9.536.817,64	1.477.665,30	1.477.665,30	7,58	8.059.152,34	1.300.060,18	1.300.060,18	16,14	8.236.757,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.949.000,00	4.221.966,00	973.574,59	973.574,59	5,00	3.248.391,41	458.791,25	458.791,25	5,69	3.763.174,75
Suporte Profilático e Terapêutico	1.226.971,00	1.426.038,16	192.526,97	192.526,97	0,99	1.233.511,19	192.526,97	192.526,97	2,39	1.233.511,19
Vigilância Sanitária	447.634,00	615.005,14	49.023,71	49.023,71	0,25	565.981,43	49.023,71	49.023,71	0,61	565.981,43
Vigilância Epidemiológica	146.000,00	146.000,00	16.495,11	16.495,11	0,08	129.504,89	16.495,11	16.495,11	0,20	129.504,89
Alimentação e Nutrição	249.000,00	249.000,00	37.620,73	37.620,73	0,19	211.379,27	37.620,73	37.620,73	0,47	211.379,27
Trabalho	681.000,00	681.000,00	137.303,96	137.303,96	0,70	543.696,04	26.423,96	26.423,96	0,33	654.576,04
Fomento ao Trabalho	681.000,00	681.000,00	137.303,96	137.303,96	0,70	543.696,04	26.423,96	26.423,96	0,33	654.576,04
Educação	16.608.472,00	19.653.024,24	2.222.145,49	2.222.145,49	11,40	17.430.878,75	1.847.474,41	1.847.474,41	22,93	17.805.549,83
Administração Geral	354.000,00	354.000,00	52.098,89	52.098,89	0,27	301.901,11	46.283,59	46.283,59	0,57	307.716,41
Ensino Fundamental	8.468.321,00	10.721.207,26	1.164.040,33	1.164.040,33	5,97	9.557.166,93	992.267,54	992.267,54	12,32	9.728.939,72
Educação Infantil	7.601.151,00	8.392.816,98	903.434,88	903.434,88	4,64	7.489.382,10	779.617,20	779.617,20	9,68	7.613.199,78
Educação Especial	185.000,00	185.000,00	102.571,39	102.571,39	0,53	82.428,61	29.306,08	29.306,08	0,36	155.693,92
Cultura	242.000,00	242.000,00	14.137,63	14.137,63	0,07	227.862,37	14.137,63	14.137,63	0,18	227.862,37
Difusão Cultural	242.000,00	242.000,00	14.137,63	14.137,63	0,07	227.862,37	14.137,63	14.137,63	0,18	227.862,37
Direitos da Cidadania	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	64.000,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00	0,00	0,00	0,00	64.000,00
Urbanismo	2.537.866,00	2.615.066,13	1.042.522,58	1.042.522,58	5,35	1.572.543,55	208.969,98	208.969,98	2,59	2.406.096,15
Serviços Urbanos	2.537.866,00	2.615.066,13	1.042.522,58	1.042.522,58	5,35	1.572.543,55	208.969,98	208.969,98	2,59	2.406.096,15
Habitação	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
Habitação Urbana	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
Saneamento	225.000,00	250.000,00	155.000,00	155.000,00	0,80	95.000,00	22.974,82	22.974,82	0,29	227.025,18
Saneamento Básico Rural	225.000,00	250.000,00	155.000,00	155.000,00	0,80	95.000,00	22.974,82	22.974,82	0,29	227.025,18
Gestão Ambiental	1.199.869,00	1.259.332,02	137.508,59	137.508,59	0,71	1.121.823,43	101.868,01	101.868,01	1,26	1.157.464,01
Preservação e Conservação Ambiental	220.369,00	220.369,00	30.099,35	30.099,35	0,15	190.269,65	26.243,03	26.243,03	0,33	194.125,97
Controle Ambiental	979.500,00	1.038.963,02	107.409,24	107.409,24	0,55	931.553,78	75.624,98	75.624,98	0,94	963.338,04
Agricultura	2.652.083,00	4.909.172,71	1.073.393,64	1.073.393,64	5,51	3.835.779,07	296.034,39	296.034,39	3,67	4.613.138,32
Administração Geral	141.000,00	141.000,00	18.744,12	18.744,12	0,10	122.255,88	18.744,12	18.744,12	0,23	122.255,88
Promoção da Produção Agropecuária	2.511.083,00	4.768.172,71	1.054.649,52	1.054.649,52	5,41	3.713.523,19	277.290,27	277.290,27	3,44	4.490.882,44
Indústria	421.000,00	882.000,00	445.121,14	445.121,14	2,28	436.878,86	48.219,90	48.219,90	0,60	833.780,10
Promoção Industrial	421.000,00	882.000,00	445.121,14	445.121,14	2,28	436.878,86	48.219,90	48.219,90	0,60	833.780,10
Comércio e Serviços	215.000,00	215.997,33	14.301,04	14.301,04	0,07	201.696,29	14.301,04	14.301,04	0,18	201.696,29
Promoção Comercial	215.000,00	215.997,33	14.301,04	14.301,04	0,07	201.696,29	14.301,04	14.301,04	0,18	201.696,29
Transporte	3.087.693,00	8.614.313,27	5.283.570,79	5.283.570,79	27,11	3.330.742,48	593.149,10	593.149,10	7,36	8.021.164,17
Transporte Rodoviário	3.087.693,00	8.614.313,27	5.283.570,79	5.283.570,79	27,11	3.330.742,48	593.149,10	593.149,10	7,36	8.021.164,17
Desporto e Lazer	562.000,00	907.000,00	246.857,69	246.857,69	1,27	660.142,31	109.135,38	109.135,38	1,35	797.864,62
Desporto Comunitário	422.000,00	677.000,00	134.768,22	134.768,22	0,69	542.231,78	80.152,07	80.152,07	0,99	596.847,93
Lazer	140.000,00	230.000,00	112.089,47	112.089,47	0,58	117.910,53	28.983,31	28.983,31	0,36	201.016,69
Encargos Especiais	4.331.200,00	4.997.089,42	1.756.316,62	1.756.316,62	9,01	3.240.772,80	1.101.040,14	1.101.040,14	13,67	3.896.049,28
Serviço da Dívida Interna	2.081.000,00	2.090.000,00	339.264,11	339.264,11	1,74	1.750.735,89	339.264,11	339.264,11	4,21	1.750.735,89
Outros Encargos Especiais	2.250.200,00	2.907.089,42	1.417.052,51	1.417.052,51	7,27	1.490.036,91	761.776,03	761.776,03	9,45	2.145.313,39
Reservas	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00

Reserva de Contingência	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	**62.611.828,00**	**82.250.835,17**	**19.489.416,35**	**19.489.416,35**	**100,00**	**62.761.418,82**	**8.056.893,60**	**8.056.893,60**	**100,00**	**74.193.941,57**
GILVANE HOFFMANN			***ROGERIO GALLINA***							
Contador CRC/PR 045431/O-1			Prefeito Municipal							

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:635CD1DD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO RECEITAS E DESPESAS COM MDE 1º BIM/2026

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)	Em Reais	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.867.916,00	699.083,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	354.314,00	29.507,97
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	182.045,00	132.430,65
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.246.485,00	152.715,89
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.085.072,00	384.429,48
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	52.729.215,00	8.065.568,69
2.1- Cota-Parte FPM	23.429.215,00	3.999.788,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.390.000,00	3.999.788,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.039.215,00	-
2.2- Cota-Parte ICMS	27.648.000,00	3.531.251,06
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	424.000,00	53.064,04
2.4- Cota-Parte ITR	23.000,00	85,56
2.5- Cota-Parte IPVA	1.205.000,00	481.379,12
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**57.597.131,00**	**8.764.652,68**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**10.138.000,00**	**1.613.113,59**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**4.261.282,75**	**578.049,43**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	7.210.847,00	1.412.832,49
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.210.847,00	1.276.275,81
6.1.1- Principal	7.160.847,00	1.267.115,90
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	50.000,00	9.159,91
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-
6.2.1- Principal	-	-
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	136.556,68
6.4.1- Principal	-	134.508,05
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	2.048,63
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**(2.977.153,00)**	**(345.997,69)**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	267.154,26	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	267.154,26	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**1.679.986,75**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.478.001,26	1.124.832,55	1.051.567,24	980.256,61	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.029.611,07	983.861,16	983.861,16	912.550,53	-
10.1.1 - Educação Infantil	3.339.000,00	444.924,43	444.924,43	410.807,38	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.690.611,07	538.936,73	538.936,73	501.743,15	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	448.390,19	140.971,39	67.706,08	67.706,08	-
10.2.1 - Educação Infantil	120.000,00	16.800,00	16.800,00	16.800,00	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	148.390,19	21.600,00	21.600,00	21.600,00	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-

10.2.4 - Educação Especial	180.000,00	102.571,39	29.306,08	29.306,08	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	861.068,48	787.803,17	716.492,54	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	861.068,48	787.803,17	716.492,54	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	720.097,09	720.097,09	648.786,46	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	893.393,07	720.097,09	720.097,09	56,42
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	141.283,25	551.764,01	551.764,01	410.480,76	39,05

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL**
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	725.548,80	267.154,26	263.764,07	-	3.390,19	3.390,19

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.678.298,00	987.455,20	727.016,66	669.752,09	-
20.1- Educação Infantil	3.954.766,00	395.113,19	305.051,49	279.997,40	-
20.2- Ensino Fundamental	5.364.532,00	540.243,12	375.681,58	346.080,09	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	5.000,00	-	-	-	-
20.5- Administração Geral	354.000,00	52.098,89	46.283,59	43.674,60	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	17.156.299,26	2.112.287,75	1.778.583,90	1.650.008,70	-
21.1- Educação Infantil	7.414.766,00	856.837,62	766.775,92	707.604,78	-
21.1.1- Creche	3.367.000,00	415.831,25	378.961,09	351.048,85	-
21.1.2- Pré-escola	4.047.766,00	441.006,37	387.814,83	356.555,93	-
21.2- Ensino Fundamental	9.741.533,26	1.255.450,13	1.011.807,98	942.403,92	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					727.016,66
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					1.613.113,59
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					410.480,76

25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	3.390,19
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	20,29
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**1.926.239,01**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	**VALOR EXIGIDO (z)**		**VALOR APLICADO (aa)**		**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.191.163,02		1.926.239,01		21,98
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	683.280,94	19.783,13	406.075,20	20,29	277.185,45
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	678.272,08	19.783,13	401.066,34	20,29	277.185,45
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	5.008,86	-	5.008,86	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.091.625,00	159.001,74
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	804.699,00	132.221,95
31.1.1- Salário-Educação	480.084,00	110.679,70
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	174.581,00	21.542,25
31.1.4- PNATE	88.083,00	-
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	61.951,00	-
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	-
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	286.926,00	26.779,79

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.496.724,98	109.857,74	68.890,51	63.392,51	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	979.050,98	46.597,26	12.841,28	12.841,28	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.517.674,00	63.260,48	56.049,23	50.551,23	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	19.653.024,24	2.222.145,49	1.847.474,41	1.713.401,21	-
33.1- Despesas Correntes	19.494.829,26	2.218.950,51	1.847.474,41	1.713.401,21	-
33.1.1- Pessoal Ativo	12.304.611,07	1.612.229,80	1.612.229,80	1.492.726,63	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	186.000,00	102.571,39	29.306,08	29.306,08	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	7.004.218,19	504.149,32	205.938,53	191.368,50	-
33.2- Despesas de Capital	158.194,98	3.194,98	-	-	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	158.194,98	3.194,98	-	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	272.163,12	175.373,39
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.412.832,49	110.679,70
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	985.265,47	20.059,08
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	699.730,14	265.994,01
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	699.730,14	265.994,01

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:1D73E741

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **ROGÉRIO GALLINA**, no pleno exercício de suas atribuições legais.
CERTIFICA, para os devidos fins e especialmente para fins de registro imobiliário, que tramitou perante o Município o procedimento administrativo de regularização fundiária de núcleo urbano informal, instaurado por iniciativa do Município, referente ao núcleo denominado PÉ DE CEDRO, tendo o processo sido devidamente analisado e aprovado pela Administração Municipal.
A regularização do referido núcleo urbano foi realizada com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 35/2025, de 26 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a utilização do solo nas margens do alagado do Rio Iguaçu mediante a implantação e regularização de condomínios horizontais fechados enquadrados em Zona de Interesse Turístico – ZIT, observadas, de forma analógica e subsidiária, as disposições da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018, no que couber.
Diante disso, certifica-se que o procedimento administrativo contém os seguintes elementos e informações:
Nome do Núcleo Urbano Regularizado: PÉ DE CEDRO.
Enquadramento Urbanístico: O núcleo urbano foi enquadrado como Zona de Interesse Turístico – ZIT, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 35/2025, destinada à implantação e regularização de condomínios horizontais fechados para fins residenciais, de lazer e recreação, observadas as diretrizes urbanísticas, ambientais e de infraestrutura estabelecidas na referida legislação municipal.
O processo administrativo de regularização fundiária foi conduzido pelo Município, com base nos estudos técnicos urbanísticos e ambientais realizados, incluindo: delimitação da área regularizada, identificação das vias existentes, identificação das unidades imobiliárias, levantamento da ocupação existente e análise das condições urbanísticas e ambientais.
O projeto de regularização fundiária foi devidamente aprovado pela Administração Municipal, conforme decisão administrativa publicada junto ao DECRETO Nº 14/2026, 09 de fevereiro de 2026.
Relação de Ocupantes: Integra a presente Certidão, como parte integrante do procedimento de regularização, a listagem dos ocupantes e possuidores das unidades imobiliárias, devidamente identificados e qualificados, bem como a indicação das ruas, acessos e demais elementos urbanísticos existentes no núcleo urbano regularizado.
Projeto de Regularização: A presente Certidão encontra-se vinculada ao Projeto de Regularização Fundiária aprovado pelo Município, contendo: delimitação da área regularizada, sistema viário existente, identificação das unidades imobiliárias, áreas comuns e áreas de preservação, memorial descritivo e demais peças técnicas necessárias.
Finalidade: A presente Certidão de Regularização Fundiária é expedida para fins de registro no Cartório de Registro de Imóveis competente, possibilitando o registro do núcleo urbano regularizado, a abertura das matrículas das unidades imobiliárias a formalização jurídica das ocupações existentes.

Quadra 01

Registro 1	
NOME:	GELCI PEDRO PIZZOLATTO - SALETE PAGNO PIZZOLATTO
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 24/06/1978
CPF:	CPF GELCI: 374.347.999-00 CPF SALETE: 555.098.439-34
RG:	RG GELCI: 3.086.922-2, RG SALETE 4.128.708-0
PROFISSÃO:	Ele aposentado, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Adelia Milani, Ela filha de Delmina Pagno
NOME(PATERNO)	Ele filho de Jose Antonio Pizzolatto, ela filha de Mario Pagno
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	1
QD	1
ÁREA	2.725,83 m2
EDIFICAÇÃO	200 m2

Registro 2	
NOME:	EDI JOSE CAMBRUZZI - EMILIA MARIA PIZZOLATTO CAMBRUZZI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 12/12/1981
CPF:	CPF EDI: 340.752.329-72, CPF EMILIA: 051.779.319-94
RG:	RG EDI: 1.828.046-9, RG EMILIA: 5.457.254-9
PROFISSÃO:	Autônomos
NOME(MATERNO)	Ele filho de Dosalina Sangeletti Cambruzzi, ela filha de Adelina Milani
NOME(PATERNO)	Ele filho de Setembrino Cambruzzi, ela filha de Jose Antonio Pizzolatto
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	2
QD	1
ÁREA	1.029,87 m2
EDIFICAÇÃO	80 m2

Registro 3	
NOME:	IVO ANTONIO DORIGONI - IVANIR BIAZIBETTI DORIGONI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão de bens
DATA DO CASAMENTO	24/05/2005
CPF:	CPF IVO: 282.844.459-72, CPF IVANIR: 535.860.935-53
RG:	RG IVO: 764.317-9, RG IVANIR: 1.868.597-3
PROFISSÃO:	ele empresário, ela secretária
NOME(MATERNO)	Ele filho de Irene Dorigoni, ela filha de Arilde Macagnan Biazibetti
NOME(PATERNO)	Ele filho de Joaquim Antonio Dorigoni, ela filha de Armelindo Biazebetti

RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	3
QD	1
ÁREA	1.110,30 m2
EDIFICAÇÃO	60 m2

Registro 4	
NOME:	ENIO STREIT - ANGELA STREIT
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão de bens
DATA DO CASAMENTO	26/10/1974
CPF:	CPF ENIO: 213.640.369-91, CPF ANGELA: 019.894.539-61
RG:	RG ENIO: 1.107.749-8, RG ANGELA: 4.188.959-4
PROFISSÃO:	aposentados
NOME(MATERNO)	Ele filho de Ilma Streit, ela filha de Osminda Rosa
NOME(PATERNO)	Ele filho de Germano Streit, ela sem filiação paterna
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	4
QD	1
ÁREA	872,85 m2
EDIFICAÇÃO	115 m2

Registro 5	
NOME:	CLAUCIR AUGUSTIN - CLARICE MADALENA SCHMITT AUGUSTIN
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 14/02/1986
CPF:	CPF CLAUCIR: 554.018.059-34, CPF CLARICE: 040.555.049-93
RG:	RG CLAUDIR: 14.673.299-2, RG CLARICE: 4.135.842-4
PROFISSÃO:	Ele trabalhador no almoxarifado, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Realinda Augustin, ela filha de Hedi Lucia Schmitt
NOME(PATERNO)	Ele filho de Ernesto Augustin Filho, ela filha de Paulo Alceno Schmitt
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	5
QD	1
ÁREA	774,13 m2
EDIFICAÇÃO	140 m2

Registro 6	
NOME:	MARIO ANTONIO NARDI - DILVA BIAZEBETTI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 26/02/1983
CPF:	CPF MARIO: 498.671.569-00, CPF DILVA: 839.850.859-00
RG:	RG MARIO: 2.021.601, RG DILVA: 1.275.519-8
PROFISSÃO:	Aposentados
NOME(MATERNO)	Ele filho de Zely Gonzato Nardi, ela filha de Arilde Macanhan
NOME(PATERNO)	Ele filho de Angelo Antonio Nardi, ela filha de Armelindo Biazebetti
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	6
QD	1
ÁREA	528,80 m2
EDIFICAÇÃO	90 m2

Registro 7	
NOME:	JAIR ANTONIO ZANELA
ESTADO CIVIL:	Divorciado
DATA DO CASAMENTO	divorcio registrado em 29/09/2017
CPF:	638.474.189-04
RG:	4.171.970-2
PROFISSÃO:	Empresário
NOME(MATERNO)	Apalice Salete Zago Zanella
NOME(PATERNO)	Ari Zanella
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	7
QD	1
ÁREA	707,52 m2
EDIFICAÇÃO	90 m2

Registro 8	
NOME:	ELI GOES REMO
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	14/01/1971
CPF:	571.786.311-04
RG:	0831605-8
PROFISSÃO:	autonono
NOME(MATERNO)	Laura de Assis Remo
NOME(PATERNO)	Elias Goes Remo
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	8
QD	1
ÁREA	821,63 m2
EDIFICAÇÃO	75 m2

Registro 9	
NOME:	VALMIR ZANELA - VERONICE CONSTANTINI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 15/03/2014
CPF:	CPF VALMIR: 780.428.529-91, CPF VERONICE: 020.353.479-47
RG:	RG VALMIR: 5.722.767-2, RG VERONICE: 5.801.046-4
PROFISSÃO:	Autônomos
NOME(MATERNO)	Ele filho de Apalice Salete Zanela, ela filha de Marcelina Lazzari Constantini
NOME(PATERNO)	Ele filho de Ari Zanela, ela filha de Antonio Constantini
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	9
QD	1
ÁREA	1.019,72 m2
EDIFICAÇÃO	100 m2

Registro 10	
NOME:	JOÃO AIRES SAVARIS
ESTADO CIVIL:	Divorciado
DATA DO CASAMENTO	Divórcio registrado em 03/12/2018
CPF:	575.047.259-00
RG:	4159089-0
PROFISSÃO:	Sapateiro
NOME(MATERNO)	Anastacia Analia Savaris
NOME(PATERNO)	Sem filiação paterna
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	10
QD	1
ÁREA	823,96 m2
EDIFICAÇÃO	0 m2

Registro 11	
NOME:	PEDRO LUIZ DORIGONI - ROSANE BEATRIZ DORIGONI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 29/07/1980
CPF:	CPF PEDRO: 167.466.789-20, CPF ROSANE: 035.297.109-62
RG:	RG PEDRO: 1094917-3, RG ROSANE: 3277343-5
PROFISSÃO:	Ele aposentado, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Irene Dorigoni, ela filha de Iris Maria Schwengber Jost
NOME(PATERNO)	Ele filho de Joaquim Antonio Dorigoni, ela filha de Nestor Jost
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	11
QD	1
ÁREA	504,77 m2
EDIFICAÇÃO	70 m2

Registro 12	
NOME:	LEANDRO CIDINEI HERPICH - JANETE DOS SANTOS HERPICH
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 25/05/2002
CPF:	CPF LEANDRO: 030.365.069-93, CPF JANETE: 956.756.809-00
RG:	RG LEANDRO: 7.179.759-7, RG JANETE: 6.311.242-9
PROFISSÃO:	Ele agente técnico, ela auxiliar administrativa
NOME(MATERNO)	Ele filho de Elsa Herpich, ela filha de Terezinha dos Santos
NOME(PATERNO)	Ele filho de Nilvo Herpich, ela filha de Juraci Honorio dos Santos
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	12
QD	1
ÁREA	587,71 m2
EDIFICAÇÃO	167 m2

Registro 13	
NOME:	RICARDO LUIS HEINEN - GISELE MALFESSONI HEINEN
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 27/05/2000
CPF:	CPF Ricardo: 033.398.479-08, CPF Gisele: 033.369.599-26
RG:	RG Ricardo: 6624196-3, RG Gisele: 7.088.854-8
PROFISSÃO:	Ele eletricista, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Lorena Heinen, ela filha de Cenira Malfessoni
NOME(PATERNO)	Ele filho de Luiz Heinen, ela flha de Valdir Malfessoni
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	13
QD	1
ÁREA	465,51 m2
EDIFICAÇÃO	140 m2

Registro 14	
NOME:	ELCIO JOSÉ BASSETTO - LUCIA CEBILA ZARISTA BASSETTO
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 19/04/1986
CPF:	CPF Elcio: 372.953.499-87, CPF Lucia: 451.187.799-87

RG:	RG Elcio: 2.111.225, RG Lucia: 5.031.570-3
PROFISSÃO:	ele empresário, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Cecilia Gloria Bassetto, ela filha de Maria Santa Jose Zarista
NOME(PATERNO)	Ele filho de Derci Bassetto, ela filha de Romano Zarista
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	14
QD	1
ÁREA	800,41 m2
EDIFICAÇÃO	80 m2

Registro 15	
NOME:	ALVAIR LUIZ BASSETTO - MARIA CÓRDOVA BASSETO
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 09/01/1990
CPF:	CPF Alvair: 411.438.339-53, CPF Maria: 546.726.199-15
RG:	RG Alvair: 3.218.129-5, RG Maria: 10.817.781-0
PROFISSÃO:	ele aposentado, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Cecilia Gloria Bassetto, ela filha de Deimira Cordova Mello
NOME(PATERNO)	Ele filho de Darci Bassetto, ela filha de Arnaldo Mello
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	15
QD	1
ÁREA	1.458,48 m2
EDIFICAÇÃO	100 m2

Registro 16	
NOME:	OTACILIO FAGUNDES - DORVINA IZABEL FAGUNDES
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 31/10/1964
CPF:	CPF Otacilio: 283.910.559-49, CPF Dorvina: 411.468.409-34
RG:	RG Otacilio: 1.581.703-8, RG Dorvina: 2.038.735-1
PROFISSÃO:	ele agricultor, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Maria Gonçalina da Costa, ela filha de Maria Lima
NOME(PATERNO)	Ele filho de João Alves Fagundes, ela filha de João Lima
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	16
QD	1
ÁREA	1.391,70 m2
EDIFICAÇÃO	70 m2

Registro 17	
NOME:	SERGIO MORAES - SALETE SONAGLIO MORAES
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casameento registrado em 27/04/1991
CPF:	CPF Sergio: 663.408.379-72, CPF Salete: 797.437.309-15
RG:	RG Sergio: 4.418.825-2, RG Salete: 4.976.476-6
PROFISSÃO:	Autônomos
NOME(MATERNO)	Ele filho de Ibraema dos Santos Moraes, ela filha de Catarina Vilma Sonaglio
NOME(PATERNO)	Ele filho de Saule Moraes, ela filha de Espedito Sonaglio
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	17
QD	1
ÁREA	1.221,91 m2
EDIFICAÇÃO	0 m2

Registro 18	
NOME:	SERGIO MORAES - SALETE SONAGLIO MORAES
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casameento registrado em 27/04/1991
CPF:	CPF Sergio: 663.408.379-72, CPF Salete: 797.437.309-15
RG:	RG Sergio: 4.418.825-2, RG Salete: 4.976.476-6
PROFISSÃO:	Autônomos
NOME(MATERNO)	Ele filho de Ibraema dos Santos Moraes, ela filha de Catarina Vilma Sonaglio
NOME(PATERNO)	Ele filho de Saule Moraes, ela filha de Espedito Sonaglio
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	18
QD	1
ÁREA	1.486,32 m2
EDIFICAÇÃO	75 m2

Registro 19	
NOME:	LEONIR BONI - MARLI DE FATIMA KRAMPE BONI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 06/10/1979
CPF:	CPF Leonir: 427.957.029-91, CPF Marli: 989.859.229-04
RG:	RG Leonir: 2.192.597-7, RG Marli: 6.729.748-2
PROFISSÃO:	Ele copeiro, ela professora
NOME(MATERNO)	Ele filho de Leonora Boni, ela filha de Universinda Krampe
NOME(PATERNO)	Ele filho de João Boni, ela filha de Universinda Krampe
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	19

QD	1
ÁREA	1.565,25 m2
EDIFICAÇÃO	60 m2

Registro 20	
NOME:	ALCIR LUIZ FERREIRA DE SOUZA - NEUZA KRAEMER DE SOUZA
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 10/10/1992
CPF:	CPF ALCIR: 546.513.959-53, CPF NEUZA: 624.296.639-53
RG:	RG ALCIR: 3.927.848-0, RG NEUZA: 4.441.086-9
PROFISSÃO:	Ambos do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho Rosa Tomazzetto de Souza, Selma Christina Wenopap Kraemer
NOME(PATERNO)	Ee filho de Estanislau Ferreira de Souza, ela filha de Teobaldo Kraemer
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	20
QD	1
ÁREA	905,42 m2
EDIFICAÇÃO	97 m2

Registro 21	
NOME:	MARCOS SIDNEI FOROSTESKI - ZOLETE MARIA FOROSTESKI
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 14/09/1991
CPF:	CPF Marcos: 663.384.849-87, CPF Zolete: 881.437.409-00
RG:	RG Marcos: 5.547.676-4, RG Zolete: 5.721.427-9
PROFISSÃO:	Ele autônomo, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Ilena Chavala Forosteski, ela filha de Angelina Valer
NOME(PATERNO)	Ele filho de Romão Forosteski, ela filha de Pedro Angelo Valer
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	21
QD	1
ÁREA	641,46 m2
EDIFICAÇÃO	150 m2

Registro 22	
NOME:	JOÃO SPEGIORIN TAVARES
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	13/11/1966
CPF:	588.411.139-87
RG:	6076229-5
PROFISSÃO:	aposentado
NOME(MATERNO)	Ritta Spegiorin Tavares
NOME(PATERNO)	Eurico Tavares
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	22
QD	1
ÁREA	1.898,86 m2
EDIFICAÇÃO	130 m2

Registro 23	
NOME:	PAULO PEITER - GEICEMARA ANDREIA GOULARTE PEITER
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 07/02/1998
CPF:	CPF Paulo: 964.665.889-04, CPF Geicemara: 054.839.699-01
RG:	RG Paulo: 5.735.129-2, RG Geicemara: 8.398.233-0
PROFISSÃO:	Ele autônomo, ela professora
NOME(MATERNO)	Ele filho de Hedi Peiter, ela filha de Iracema dos Santos Goularte
NOME(PATERNO)	Ele filho de Hildemar Peiter, ela filha de Lauro Goularte
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	23
QD	1
ÁREA	975,74 m2
EDIFICAÇÃO	60 m2

Registro 24	
NOME:	MARCOS TONIAL
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	15/09/1977
CPF:	020.180.109-48
RG:	5.978.078-6
PROFISSÃO:	Padre
NOME(MATERNO)	Ires Berlanda Tonial
NOME(PATERNO)	Dirceo Tonial
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	24
QD	1
ÁREA	1.043,36 m2
EDIFICAÇÃO	90 m2

Registro 25	
NOME:	ODIRLEI JOSE MARTINS - JULIANI CRISTINA PEITER MARTINS

ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 08/01/2005
CPF:	CPF Odirlei: 031.847.399-29, CPF Juliani: 051.062.899-04
RG:	RG Odirlei: 5985248-5, RG Juliani: 8266037-2
PROFISSÃO:	ele empresário, ela professora
NOME(MATERNO)	Ele filho de Noeli Rodrigues de Oliveira Martins, ela filha de Hedi Peiter
NOME(PATERNO)	Ele filho de Valdir Martins, Hildemar Peiter
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	25
QD	1
ÁREA	729,60 m2
EDIFICAÇÃO	130 m2

Registro 26	
NOME:	CARLOS RODINEI DE MELLO - MONICA CASAGRANDE
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 19/12/2009
CPF:	CPF Carlos: 034.984.029-60, CPF Monica: 058.328.729-83
RG:	RG Carlos: 7.501.405-8, RG Monica: 9.079.693-3
PROFISSÃO:	Ele empresário, ela professora
NOME(MATERNO)	Ele filho de Alcinda de Mello, ela filha de Lourdes Celina Pinto Casagrande
NOME(PATERNO)	Ele filho de Jose Vieira de Mello, ela filha de Osvaldo Casagrande
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	26
QD	1
ÁREA	894,80 m2
EDIFICAÇÃO	108 m2

Registro 27	
NOME:	NILSO SCOPEL - GRISLANI TEREZINHA MALACARNE SCOPEL
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 29/08/1992
CPF:	CPF Nilso: 565.969.879-49, CPF Grislani: 014.969.369-90
RG:	RG Nilso: 3.507.170-9, RG Grislani: 5.800.996-2
PROFISSÃO:	Ele gerente, ela do lar
NOME(MATERNO)	Ele filho de Gema Maria Da-Nuso Scopel, ela filha de Elvira Luiza Malacarne
NOME(PATERNO)	Ele filho de Albino Scopel, ela filha de Albino Malacarne
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	27
QD	1
ÁREA	971,20 m2
EDIFICAÇÃO	100 m2

Registro 28	
NOME:	JOÃO SPEGIORIN TAVARES
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	13/11/1966
CPF:	588.411.139-87
RG:	6076229-5
PROFISSÃO:	aposentado
NOME(MATERNO)	Ritta Spegiorin Tavares
NOME(PATERNO)	Eurico Tavares
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	28
QD	1
ÁREA	573,10 m2
EDIFICAÇÃO	90 m2

Registro 29	
NOME:	JOÃO SPEGIORIN TAVARES
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	13/11/1966
CPF:	588.411.139-87
RG:	6076229-5
PROFISSÃO:	aposentado
NOME(MATERNO)	Ritta Spegiorin Tavares
NOME(PATERNO)	Eurico Tavares
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	29
QD	1
ÁREA	1.048,20 m2
EDIFICAÇÃO	0 m2

Quadra 02

Registro 1	
NOME:	MAIARA DA SILVA CARVALHO
ESTADO CIVIL:	Solteira
DATA DO CASAMENTO	24/08/1985
CPF:	061.382.669-86
RG:	1669363-9
PROFISSÃO:	Autônoma

NOME(MATERNO)	Neiva Alves de Oliveira
NOME(PATERNO)	Wilmar da Silva Carvalho
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	1
QD	2
ÁREA	206,87 m2
Edificação	100 m2

Registro 2	
NOME:	ODIRLEI JOSE MARTINS – JULIANI CRISTINA PEITER MARTINS
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 08/01/2005
CPF:	CPF Odirlei: 031.847.399-29, CPF Juliani: 051.062.899-04
RG:	RG Odirlei: 5985248-5, RG Juliani: 8266037-2
PROFISSÃO:	ele empresário, ela professora
NOME(MATERNO)	Ele filho de Noeli Rodrigues de Oliveira Martins, ela filha de Hedi Peiter
NOME(PATERNO)	Ele filho de Valdir Martins, Hildemar Peiter
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	2
QD	2
ÁREA	514,54 m2
Edificação	24 m2

Registro 3	
NOME:	JULIANO GIBMEIER – JAQUELINE RAMPAZZO GIBMEIER
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 17/09/2010
CPF:	CPF Juliano: 029.955.319-10, CPF JAQUELINE: 066.145.539-41
RG:	RG Juliano: 6.092.706-5, RG Jaqueline: 9.709.056-4
PROFISSÃO:	Ele enfermeiro, ela técnica em radiologia
NOME(MATERNO)	Ele filho de Marlene Gibmeier, ela filha de Mari Teresinha Brusamarello Rampazzo
NOME(PATERNO)	Ele filho de Omero Neri Gibmeier, ela filha de Jucelino Fernandes Rampazzo
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	3
QD	2
ÁREA	613,83 m2
Edificação	90 m2

Registro 4	
NOME:	MARINES FACIN
ESTADO CIVIL:	Divorciada
DATA DO CASAMENTO	28/05/2010
CPF:	717.910.359-49
RG:	6004921-1
PROFISSÃO:	Doméstica
NOME(MATERNO)	Natalina Facin
NOME(PATERNO)	Juventino Antônio Facin
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	4
QD	2
ÁREA	1.444,84 m2
Edificação	140 m2

Registro 5	
NOME:	ALDACIR LUIZ PERIN
ESTADO CIVIL:	solteiro
DATA DO CASAMENTO	data de nascimento 16/10/1961
CPF:	508.740.559-20
RG:	3.559.712-3
PROFISSÃO:	aposentado
NOME(MATERNO)	Esther Perin
NOME(PATERNO)	Armando Perin
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	5
QD	2
ÁREA	1.046,69 m2
Edificação	110 m2

Quadra 03

Registro 1	
NOME:	VALDECI KLIMA
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	19/09/1975
CPF:	027.746.999-67
RG:	7134296-4
PROFISSÃO:	Autônomo
NOME(MATERNO)	Vilma Bianchini Klima
NOME(PATERNO)	Julio Klima
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	1

QD	3
ÁREA	358,28 m2
EDIFICAÇÃO	90 m2

Registro 2	
NOME:	MARCELO TONIAL
ESTADO CIVIL:	Solteiro
DATA DO CASAMENTO	26/01/1981
CPF:	032.275.279-52
RG:	5978077-8
PROFISSÃO:	Autônomo
NOME(MATERNO)	Dirceo Tonial
NOME(PATERNO)	Ires Berlanda Tonial
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	2
QD	3
ÁREA	99,48 m2
EDIFICAÇÃO	0 m2

Registro 3	
NOME:	JHONY MOLLER - MARCIA CRISTINA KRUGER MOLLER
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão universal de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 21/02/2004
CPF:	CPF Jhony: 030.986.989-77, CPF Marcia: 026.132.119-62
RG:	RG Jhony: 6.907.915-6, RG Marcia: 6.883.958-0
PROFISSÃO:	Ele engenheiro, ela dentista
NOME(MATERNO)	Ele filho de Dilvanir Lourdes Piloneto Moller, ela filha de Helga Kruger
NOME(PATERNO)	Ele filho de Ingo Moller, ela filha de Haroldo Kruger
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	3
QD	3
ÁREA	1.091,64 m2
EDIFICAÇÃO	90 m2

Registro 4	
NOME:	JOÃO MARIA DO AMARAL - MARIA APARECIDA MONTEIRO DO AMARAL
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 08/07/2009
CPF:	CPF João: 451.408.049-72, CPF Maria: 015.730.539-29
RG:	RG João: 12.864.059-2, RG Maria: 14.168.101-0
PROFISSÃO:	Autônomos
NOME(MATERNO)	Ele filho de Irene Schwarz do Amaral, ela filha de Salete Antunes Monteiro
NOME(PATERNO)	Ele filho de Carlos do Amaral, ela filha de Dirton Ferreira Monteiro
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	4
QD	3
ÁREA	877,78 m2
EDIFICAÇÃO	95 m2

Registro 5	
NOME:	ANDERSON LUIZ ZORDAN - FABIANE MULHMANN ZORDAN
ESTADO CIVIL:	Casados sob o regime de comunhão parcial de bens
DATA DO CASAMENTO	Casamento registrado em 02/08/2003
CPF:	CPF Anderson: 025.323.079-94, CPF Fabiane: 038.251.799-74
RG:	RG Anderson: 6.208.567-3, RG Fabiane: 9.267.504-1
PROFISSÃO:	Empresários
NOME(MATERNO)	Ele filho de Noema Primon Zordan, ela filha de Elena de Moraes Mulhmann
NOME(PATERNO)	Ele filho de Ivo Zordan, ela filha de Albino Francisco Mulhmann
RUA:	Linha Creolin
N°	s/n
LT	5
QD	3
ÁREA	1.140,12 m2
EDIFICAÇÃO	70 m2

Certifico finalmente, que foram observados todos os requisitos previstos na Lei Complementar Municipal nº 35/2025 e de forma análoga no Art. 41 da Lei 13.465/2017 para expedição desta certidão, nada mais consta.
Nesta Cidade de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 16 de março de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito

Art. 41. A Certidão de Regularização Fundiária (CRF) é o ato administrativo de aprovação da regularização que deverá acompanhar o projeto aprovado e deverá conter, no mínimo: **I** - o nome do núcleo urbano regularizado; **II** - a localização; **III** - a modalidade da regularização; **IV** - as responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma; **V** - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver; **V**I - a listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, por título de legitimação fundiária ou mediante ato único de registro, bem como o estado civil, a profissão, o número de inscrição no cadastro das pessoas físicas do Ministério da Fazenda e do registro geral da cédula de identidade e a filiação.

Publicado por:
Gilmara Dalla Riva
Código Identificador:C07E2549

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 558/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, RESOLVE registrar os preços da empresa **COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 88.197.330/0001-60, para futura e eventual aquisição de pneus radiais 17.5R25 L3, destinados a pá carregadeira XCMG do município de Abatiá – Pr.

Lote	Item	Cód. Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
01	01	17219	PNEU TIPO: RADIAL (R), CONSTRUÇÃO TOTALMENTE STEEL (CARCAÇA E CINTURAS EM AÇO), SEM CÂMARA (TL)MEDIDA: 17.5R25 APLICAÇÃO (TRA): L3 (LOADER/DOZER); INDICE DE CARGA (LI): 182 (8.500 KG POR PNEU); ÍNDICE DE VELOCIDADE: A2 (10 KM/H); PROFUNDIDADE DO SULCO: MÍNIMO DE 29,0 MM.; COMPOSTO: BORRACHA DE ALTA RESISTÊNCIA A CORTES E PERFURAÇÕES	ADVANCE	UNID	8,00	R$ 6.080,00	R$ 48.640,00

VALOR: R$ 48.640,00 (quarenta e oito mil seiscentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 17/03/2026 a 16/03/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:F32719AF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2026

PROCESSO Nº 420/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: MOVVI SISTEMAS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 36.667.857/0001-07

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento, em regime de comodato, de sistema integrado de videomonitoramento urbano e leitura automática de placas veiculares (LPR).

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SOFTWARE WEB DE LEITURA DE PLACAS VEICULARES CONTRAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA PARA FORNECER SOFTWARE WEB DE LEITURA DE PLACAS VEICULARES E SOFTWARE DE ARMAZENAMENTO DE VÍDEOS EM NUVEM, FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS: NECESSÁRIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO, BEM COMO, INSTALAÇÃO, INTERNET, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO: CONTENDO: 6 CÂMERAS PARA LEITURA DE PLACAS 112 CÂMERAS PARA VIDEO MONITORAMENTO 112 SOFTWARE DE VIDEO MONITORAMENTO 6 SOFTWARE DE LEITURA DE PLACA 32 PONTOS DE INTERNET.	MÊS	12,00	R$ 10.990,00	R$ 131.880,00

VALOR TOTAL: R$ 131.880,00 (cento e trinta e um mil oitocentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: 17/03/2026 a 16/03/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:F015E52C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GABARITO PRELIMINAR TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

PEDAGOGIA / GRADUAÇÃO LICENCIATURA e POS - ÁREA DA EDUCAÇÃO									
01: C	04: C	07: A	10: C	13: A	16: B	19: A	******	******	******
02: D	05: A	08: D	11: C	14: D	17: A	20: B	******	******	******
03: D	06: A	09: D	12: B	15: A	18: D	******	******	******	******
PSICOLOGIA – ÁREA DA SAÚDE									
01: C	04: C	07: A	10: C	13: A	16: B	19: A	******	******	******

02: D	05: A	08: D	11: C	14: D	17: A	20: B	******	******	******
03: D	06: A	09: D	12: B	15: A	18: D	******	******	******	******
ENFERMAGEM E TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ÁREA DA SAÚDE									
01: C	04: C	07: A	10: C	13: A	16: B	19: A	******	******	******
02: D	05: A	08: D	11: C	14: D	17: A	20: B	******	******	******
03: D	06: A	09: D	12: B	15: A	18: D	******	******	******	******
BIOMEDICINA – ÁREA DA SAÚDE									
01: C	04: C	07: A	10: C	13: A	16: B	19: A	******	******	******
02: D	05: A	08: D	11: C	14: D	17: A	20: B	******	******	******
03: D	06: A	09: D	12: B	15: A	18: D	******	******	******	******
INFORMÁTICA – ADMINISTRAÇÃO II									
01: C	04: C	07: A	10: C	13: A	16: B	19: A	******	******	******
02: D	05: A	08: D	11: C	14: D	17: A	20: B	******	******	******
03: D	06: A	09: D	12: B	15: A	18: D	******	******	******	******
ADMINISTRAÇÃO I – GRADUAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO/CONTÁBEIS									
01: C	04: C	07: A	10: C	13: A	16: B	19: A	******	******	******
02: D	05: A	08: D	11: C	14: D	17: A	20: B	******	******	******
03: D	06: A	09: D	12: B	15: A	18: D	******	******	******	******

ABATIA-Pr, EM 16 DE MARÇO DE 2026.

DIEGO DE CARVALHO
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Publicado por:
Luciana Gonçalves da Rosa Pinheiro
Código Identificador:2B6AD612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Nº CONTRATO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
24/2026	DL	13/2026	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL/PR.	16/03/2026	12 MESES	R$ 59.220,00	BIANK JUVENAL DE LIMA LTDA - ME CNPJ: 22.986.109/0001-82

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:5658F89B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 144, DE 16 DE MARÇO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução das atas de registro de preços e dos contratos,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal dos contratos, os servidores abaixo relacionados:

Contrato:	23/2026	**Vigência:**	13/03/2026 a 08/03/2027	
Modalidade:	Concorrência Eletrônica	**Nº:**	02/2026	
Contratada:	FOX CONSTRUTORA LTDA CNPJ 30.461.054.0001-15			
Objeto:	Execução da pavimentação asfáltica em CBUQ de via urbana em CBUQ, 14.960,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de obra. Local: Bairro Pedra Branca, Agudos do Sul, Paraná. Trecho: Rua Afonso Dias Zolner - Trecho 4. Área Pavimentada: 14.960 m². Extensão: 1.760,00m - lote 1			
Gestor	Everson Luan Adolphatto		**CPF:**	***.591.649-**
Fiscal	Henrique Lacerda Ferreira		**CPF:**	***.699.699-**
Fiscal Substituto	Mayara A. de Lima Nogueira Zoellner		**CPF:**	***.161.179-**

Contrato:	25/2026	**Vigência:**	16/03/2026 a 11/03/2027	
Modalidade:	Concorrência Eletrônica	**Nº:**	01/2026	
Contratada:	FOX CONSTRUTORA LTDA CNPJ 30.461.054.0001-15			
Objeto:	Execução da pavimentação de estrada rural em CBUQ, 11.488,23 m2, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos. Local: Comunidade Pavãozinho, Agudos do Sul, Paraná Trechos: Estrada Pavãozinho T1 (entre a Rodovia PR-281 e a Estrada Pavãozinho T2) Área Pavimentada: 11.488,23 m² Extensão: 1.760,00m - lote 1			
Gestor	Brauli Gonçalves da Luz		**CPF:**	***.151.699-**
Fiscal	Henrique Lacerda Ferreira		**CPF:**	***.699.699-**
Fiscal Substituto	Vidal Pruchaki		**CPF:**	***.213.709-**

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contratos mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente o Contrato acima mencionado.

Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 16 de março de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:37E2C830

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO N 11 2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARE
C.N.P.J.: 76.105.659/0001-74
Município: ALMIRANTE TAMANDARÉ

DECRETO N° 11/2026 de 2 de Fevereiro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2563/2025 de 22 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 2.172.695,00 (dois milhões e cento e setenta e dois mil e seiscentos e noventa e cinco reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	
08.001 - DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	
04.122.0004.2024 - Construção e Manutenção de Próprios Municipais	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0015.1006 - Equipamentos Para UBS	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0348)	3.400,00
10.301.0015.2032 - Atenção Primária em Saúde PAP	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0494)	120.000,00
3.3.90.34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO - (Grupo/Fonte 0000)	300.000,00
3.3.90.34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO - (Grupo/Fonte 0303)	300.000,00
10.301.0015.2033 - Programa Saúde da Família	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303)	160.000,00
10.301.0015.2046 - Serviço de Saúde Pública	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0343)	26.530,00
10.302.0015.2039 - REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0343)	12.050,00
10 - SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENV. SOCIAL	
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0010.2049 - Coordenação do Serviço Social	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0934)	10.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0934)	26.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0940)	9.000,00
08.244.0010.2056 - Manutenção do CRAS	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	3.450,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0018.5002 - Construção Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	10.000,00
12.361.0018.6008 - Ensino Fundamental Fundeb 30%	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0102)	360.000,00
ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARE	
C.N.P.J.: 76.105.659/0001-74	
Município: ALMIRANTE TAMANDARÉ	
12.365.0019.5001 - Construção/Ampliação e Reforma de Centros de Educação Infantil	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	9.871,00
12.365.0019.6017 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil - Creche	
3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0103)	400.000,00
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0104)	15.600,00
13 - SEC MUN DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	
13.002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
17.512.0029.2090 - Serviço de Limpeza e Coleta de Lixo	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0000)	236.375,00
18.541.0027.2088 - Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente	
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0000)	10.000,00
17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA	
17.001 - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA	
06.181.0009.2016 - Núcleo de Proteção e Vigilância Monitorada	

3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0000)	7.680,00
4.4.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0000)	1.739,00
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
18.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.122.0004.2096 - Manutenção do Departamento de Planejamento	
3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0000)	1.000,00
19 - SECRETARIA MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS	
19.001 - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
04.131.0004.2006 - Serviços de Comunicação Social e Relações Públicas	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	10.000,00
04.131.0004.2007 - Serviços de Divulgação	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	80.000,00
Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação	
parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):	
06 - SECR. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA	
06.001 - DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA	
04.122.0004.2013 - Departamento de Administração	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	236.375,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	
08.001 - DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	
26.785.0005.2030 - Aquisição e Manutenção de Equipamentos Pesados Rodoviários	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0015.1005 - Construção Ampliação e Reforma de UBS	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0348)	3.400,00
10.301.0015.2032 - Atenção Primária em Saúde PAP	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0494)	50.000,00
3.3.90.34 - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO - (Grupo/Fonte 0494)	50.000,00
ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARE	
C.N.P.J.: 76.105.659/0001-74	
Município: ALMIRANTE TAMANDARÉ	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	160.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0494)	20.000,00
10.301.0015.2037 - Atenção Primária da Saúde Estadual	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0343)	12.050,00
10.301.0015.2046 - Serviço de Saúde Pública	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	300.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0303)	300.000,00
10.302.0015.2047 - Manutenção do PA 24 Horas	
3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0000)	30.000,00
10.302.0015.2048 - Manutenção do SAMU	
3.3.71.70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO - (Grupo/Fonte 0343)	26.530,00
10 - SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENV. SOCIAL	
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0010.2055 - Programa Bolsa Família	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0940)	9.000,00
08.244.0010.2056 - Manutenção do CRAS	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	3.450,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0934)	36.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
11.001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0018.5002 - Construção Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0104)	15.600,00
12.361.0018.6004 - Folha de Pagamento Ensino Fundamental	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0104)	200.000,00
12.361.0021.6014 - Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - (Grupo/Fonte 0102)	360.000,00
12.365.0019.6018 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil - Pré-escola	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0103)	100.000,00
12.367.0020.6020 - Manutenção da Educacão Especial	
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0103)	100.000,00
13 - SEC MUN DE AGRIC. ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	
13.002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0027.2088 - Manutenção dos Serviços de Meio Ambiente	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000)	10.000,00
17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA	
17.001 - DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA	
04.122.0004.2103 - Manutenção do Departamento Segurança Pública	
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000)	9.419,00
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
18.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.122.0004.2096 - Manutenção do Departamento de Planejamento	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	1.000,00
15.451.0026.1003 - Almirante Tamandaré em Obras	
4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES - (Grupo/Fonte 0000)	19.871,00
19 - SECRETARIA MUN. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS	
19.001 - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
04.131.0004.2006 - Serviços de Comunicação Social e Relações Públicas	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0000)	90.000,00

Art. 3° Este decreto entra em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, em 2 de Fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Henrique Agner
Código Identificador:DABA26A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL E CONVOCAÇÃO Nº 021/2026 – PSS/SMRH

EDITAL CLASSIFICAÇÃO FINAL E CONVOCAÇÃO
Nº 021/2026 – PSS/SMRH
A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 001/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.A **CLASSIFICAÇÃO FINAL** da avaliação do Processo Simplificado de Seleção – PSS para os candidatos contidos no Anexo I, ao cargo **PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS - 20 HORAS,** determinado no item 11.3.1 e item 2.3.5 do Edital 008/2026 – PSS/SMRH.

2.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo II** deste Edital, para o cargo de **PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS - 20 HORAS** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 004/2025– PSS/SMRH.

3.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 008/2026 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

4.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 008/2026 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO II**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

5.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 008/2026 – PSS/SMRH.

Almirante Tamandaré, 16 de março de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO FINAL
CARGO: PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS - 20 HORAS – PSS/SMRH 2026

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	ANDREA CRISTINA LANGUE MYSCZAK	5.***.***-1	90	02/03/1971
2	DANIELE RESTOF RITA	13. ***.***-8	75	4/1/1992
3	MARILI BONFIM DE LIMA	4.***.***-8	67,8	01/07/1968
4	MOSIAH BRUNO DE PAULA MELO	14. ***.***-3	65,4	19/09/1997
5	IRENE APARECIDA DE ANDRADE	8. ***.***-5	15	28/07/1972
6	ANA CLAUDIA DA SILVA OLIVEIRA DE ALVES	8. ***.***-0	15	1/11/1982
7	LETICIA RAFFEL DE MELO	13. ***.***-9	15	13/11/1998

JESUS JAVIER FIGUEIRA	2. ***.***-0	INDEFERIDO

*Os candidatos inscritos que tiveram sua inscrição **INDEFERIDA**, deixaram de cumprir o item 7.1 do Edital 008/2026 – PSS/SMRH

ANEXO II
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 26 DE MARÇO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA - INGLÊS - 20 HORAS – PSS/SMRH 2026

CLASS.	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	ANDREA CRISTINA LANGUE MYSCZAK	5.***.***-1	90	02/03/1971
2	DANIELE RESTOF RITA	13. ***.***-8	75	4/1/1992
3	MARILI BONFIM DE LIMA	4.***.***-8	67,8	01/07/1968
4	MOSIAH BRUNO DE PAULA MELO	14. ***.***-3	65,4	19/09/1997
5	IRENE APARECIDA DE ANDRADE	8. ***.***-5	15	28/07/1972
6	ANA CLAUDIA DA SILVA OLIVEIRA DE ALVES	8. ***.***-0	15	1/11/1982
7	LETICIA RAFFEL DE MELO	13. ***.***-9	15	13/11/1998

ANEXO III
De acordo com o item 13.4 do Edital 008/2026 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;

b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do **sexo masculino**;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP **(ATUALIZADO)**;
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público;.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO IV

CARGO:_____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____ CPF:_____ PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____
_____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:66F2DFDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA Nº 023/2026 – PSS/SMRH

EDITAL CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
Nº 023/2026 – PSS/SMRH
A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 002/2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1.A **CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA** da avaliação do Processo Simplificado de Seleção – PSS para os candidatos contidos no Anexo I, ao cargo **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS 20 HORAS,** determinado no item 11.3.1 e item 2.3.5 do Edital 011/2026 – PSS/SMRH.

2.O candidato poderá interpor Recurso na Classificação Provisória, nas 24 horas úteis, após a divulgação da lista de classificação no site: www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município, conforme item 12 do Edital 011/2026 – PSS/SMRH.

3.Os Recursos deverão ser feitos por escrito e protocolados no Protocolo geral da Prefeitura Municipal com a documentação comprobatória do alegado, e não serão consideradas as reclamações verbais.

4.Os Recursos serão analisados por Comissão, que emitirá Parecer Conclusivo.

5.Após análise dos Recursos, a Classificação Final será publicada no site: www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município.

Almirante Tamandaré, 16 de março de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS INICIAIS 20 HORAS – PSS/SMRH 2026

CLASS.	NOME	RG	NOTA TITULOS	NASCIMENTO
1	BEATRIZ PAOLA DOS SANTOS	12.559.124-8	93	23/08/1994
2	MARINES DE MIRANDA RIBEIRO	14.136.428-6	91	28/6/2000
3	JOSETE DO CARMO BODDY	1.453.276-5	90	31/10/1960
4	MARCIA APARECIDA TABOLKA	6.731.705-0	90	02/12/1975
5	ROSSANA DE ALMEIDA LIMA	13.824.472-5	90	24/06/1976
6	ELIANE APARECIDA PEDROSO DE OLIVEIRA WOTOCOSKI	7.282.489-0	90	12/02/1978
7	LUCIA PERPETA DOS SANTOS RAMOS	8.848.984-5	90	25/08/1980
8	FÁTIMA APARECIDA SANTOS FERREIRA	9.452.504-7	90	19/06/1986
9	ROSANGELA MACHADO DUNAISKI	8.498.251-2	90	23/10/1986
10	EDLINE APARECIDA DE SIQUEIRA	10.813.816-5	90	07/05/1990
11	CLAUDEMIR AURELIO	11.016.343-6	90	10/06/1992
12	EVERLISE SOARES DIAS	13.490.464-0	90	21/09/1995
13	MARCIA DE SOUZA DOS SANTOS	9.660.476-9	89,7	6/8/1987
14	REGINALDO DA SILVA	9.301.064-7	87	08/03/1983
15	JOVANA DE BONFIM SILVESTRE	8.935.213-4	87	09/06/1984
16	LUARA DAIANY DOS SANTOS COSTA	12.591.020.3	87	08/07/1993
17	AURELIA GONÇALVES	7.671.901-2	86,28	20/07/1982
18	CLAUDIA ELIANI PICCIANI	6.717.718-5	86	12/02/1978
19	DANIELA DO VALLE PONTES PERUSSI	13.762.173-8	86	18/05/1992
20	LUCIELE DO ROCIO DE FARIA	9.748.247-0	84	05/08/1988
21	JULLI DE ARAUJO FARIA DA SILVA	13.668.476-0	84	05/11/1999
22	EDSON JOSE VEIGA SILVA	3.420.417-9	81	17/09/1960
23	NADIR GOMES	4.640.768-7	81	18/06/1962
24	CATIA MARIA BISCAIA MASCIZ	6.904.081-0	81	19/11/1977
25	CLAUDINEIA MARTINS DE CRISTO DE LARA	6.983.824-3	81	04/11/1978
26	MELISSA KATHERYNE RIBEIRO SILVA	138.413.529-44	81	23/03/2001
27	LEONOR CORREA HAMILKO	6.890.263-0	80	22/4/1970
28	ALESSANDRA DE CRISTO	6.141.121-6	78,28	28/06/1974
29	LINDINALVA CALDAS NEHLS	12.977.780-0	78	20/02/1963
30	MARIA APARECIDA FERNANDES	5.220.085-7	78	08/09/1968
31	OTÍLIA KELLY TRINDADE LEITE DOS SANTOS	9.883.963-1	78	10/2/1977
32	MONICA REGINA GALINDO	6.856.647-9	78	21/06/1980
33	SANDRA DE CRISTO	15.732.059-9	78	29/12/1985
34	SIMONE BERALDO WERMER DOS SANTOS	9.800.045-3	78	11/10/1987
35	JESSICA GUEBUR DE FARIA	9.748.259-4	77	10/08/1991
36	ELIANA DE FATIMA PEREIRA DA SILVA	3.749.146-2	75	15/10/1961
37	MARGARETE DE FREITAS LOURENÇO CAMARGO	3.702.131-8	75	17/10/1966
38	CLEUZA REGINA HONORATO DOS SANTOS	5.182.129-7	75	23/02/1969
39	ANGELA LUCAS	5.372.180-0	75	27/08/1969
40	RAIZA DE OLIVEIRA GRANDINO	10.279.766-3	75	11/06/1971
41	ROSICLER WOTEKOSKI DE FARIA	6.105.264-0	75	30/09/1971
42	ADRIANA TEREZINHA RIBEIRO SANTOS	6.152.572-6	75	30/3/1974
43	OÉLITA BARBOSA FRANÇA	8.596.059-8	75	26/09/1982
44	MARIONICE LEDER STRESSER RODRIGUES	9.827.784-6	75	07/11/1982
45	ANA PAULA BARBOSA DE OLIVEIRA	9.921.961-0	75	19/09/1989
46	ALETICIA APARECIDA FERNANDES DE ASSIS DE MELO	072.773.439-30	75	22/12/1989
47	FRANCIELI LOPES CORDEIRO CORREA	10.962.448-9	75	08/05/1992
48	MILENA CRISTINA PERARDT GARBOSSA	12.753.966-9	75	26/03/2001
49	MARIA OTILIA ALVES TALAMINI	3.859.452-4	74,4	11/04/1973
50	MARIANE DO CARMO VANDELÃO FALCADE TARTAIA	9.561.647-0	74,28	26/03/1990
51	FRANCIELE FERREIRA	13.095.039-6	73,8	08/06/1994
52	MARIA LUCIA BUZATO CUMIN	4.451.366-8	73,2	21/07/1967
53	CLEIDE KOSWOSKI TERENCIO PEREIRA	058.239.349-39	73	21/08/1986
54	SONIA MARIA TABORDA	8.339.013-1	72,72	19/03/1977
55	JULIANA DE ALMEIDA MATOS	8.605.342-0	72	30/10/1984
56	MARIA HELENA COELHO SIMAL	12.656.465-1	72	18/09/1995
57	LUCIANA MORES NASCIMENTO DOS SANTOS	8.297.174-2	70,84	24/11/1992
58	CELIA RAMOS MACHADO INÁCIO	5.617.099-5	70,44	16/10/1968
59	CAUANE SANDRI DOS SANTOS OLIVEIRA	14.341.572-4	70,4	07/06/2000

60	MARILI BONFIM DE LIMA	4.413.507.8	70,2	01/07/1968
61	ANA MARIA DA SILVA	4.434.252-9	69,84	25/11/1966
62	ELIZANDRA MACHADO DOS SANTOS	10.096.856-8	69,12	30/6/1988
63	NILCEIA MISS BAZZOTTI	7.932.787-5	68,6	07/02/1981
64	CLAUDIA ANGELITA DE ALMEIDA CAVALLI	8.011.876-7	67,8	10/07/1977
65	ANA MARIA DA LUZ JARDEVESKI	7.728.795-7	66,12	08/09/1981
66	SILVANIA WENG PIO	8.958.871-5	66	08/04/1982
67	JULIANE DA SILVA	10.310.999-0	66	23/06/1988
68	JESSICA DOS SANTOS BRITTO	12.643.504-5	66	22/10/1992
69	BRUNA LAUREANO	13.427.330-5	66	25/11/1996
70	IVANETE DA CONCEIÇÃO PAIXÃO	422.267.592-04	65,76	27/02/1974
71	FLAVIANA APARECIDA DO NASCIMENTO	10.096.846-0	64,4	23/05/1987
72	KAMILA MAIA DE SOUZA	9.244.689-1	63,6	20/12/1990
73	STONEY COLASSO NASCIMBENI	6.314.640-4	63	20/04/1978
74	FRANCIELI CRISTINA CERCAL ESTELLA	8.816.747-3	63	23/12/1985
75	JAQUELINE CRISTO MIRANDA	9.137.339-4	63	21/5/1986
76	MAURO JUNIOR PALMEANO ARCANJO	9.611.726-4	63	04/09/1989
77	SIRLEIA BERALDO WERNER	083.094.879-16	63	04/12/1991
78	CRISTIELE APARECIDA ROSA	10.391.900-2	62,64	28/05/1990
79	FERNANDA ALINE MENDES MARTINS	14.169.001-9	62,24	14/04/2000
80	JULIANE KEICUELLI CARDOSO	14.274.299-3	62	11/09/2000
81	PATRICIA REGINA DE OLIVEIRA DE LIMA	7.987.998-3	61,8	24/08/1977
82	ELIANE PEREIRA DOS SANTOS	6.545.735-0	61	22/06/1976
83	KATIA MARIA MOREIRA DA SILVA	702.628.703-63	60,48	28/03/1972
84	VERA LUCIA ROCHA DE SOUZA	3.672.161-8	60	11/08/1964
85	JOSIANE RODRIGUES DOS SANTOS	3.667.118-1	60	15/3/1965
86	FRANCILEIDE MARTINS DA SILVA MIRANDA	12.401.909-5	60	28/09/1967
87	ANDREA SCHATZMANN	5.170.920-9	60	16/03/1971
88	CLAUDIA REGINA BRUSAMOLIN	6.580.399-2	60	06/12/1976
89	AMANDA BUSATTO PAVIN	8.996.505-5	60	29/04/1988
90	KELLY CRISTINA ZARAN GORAS	10.554.213-5	60	04/11/1992
91	KEYLA FIGUEIRA DOS ANJOS	15.797.386-0	59,52	27/08/1986
92	RAFAELA DE OLIVEIRA LEAL	9.406.843-6	59,4	15/10/1989
93	CAMILE LUCAS MALHEIROS	102.631.389-92	59,4	29/08/1995
94	JUCIMARA DE FATIMA FARIA	664.399.149-87	59,28	27/03/1968
95	LILIAN CZOCHER ALVES	7.273.421-1	58,8	10/03/1980
96	LUCIENE SANTOS TEIXEIRA	15.527.998-2	58,2	26/07/1979
97	MARCIA DOS SANTOS MINA	25.618.105-6	57,72	21/12/1975
98	CRISTIANE DE FATIMA BONTORIN SILVA	8.591.491-0	57,72	17/01/1983
99	DEISE RAIMUNDO FERREIRA	8.418.614-7	57	22/06/1983
100	THAIANA MARIELLE DA SILVA MEDEIROS	15.310.063-2	55,8	06/11/1985
101	ELAINE DO ROCIO CHANDELIER LIMA	8.287.378-3	55,44	12/09/1984
102	VANESSA PEREIRA DA SILVA	8.414.937-3	55,2	25/02/1984
103	DANIZA APARECIDA SABADIM CORDEIRO	068.125.839-01	54,9	21/04/1989
104	SIBELI CRISTIANE COSTA	9.994.010-7	54,48	16/03/1986
105	JANAINA ANIVELCINA DE CAMPOS	13.139.461-6	54,1	10/2/1995
106	LILIANE DO ROCIO FELIPE	8.542.053-4	54	21/09/1979
107	MARCIELE DE OLIVEIRA LOURENÇO	15.699.029-3	54	17/11/2001
108	LUANA RIBEIRO BUCZENSKI	13.128.921-9	53	04/08/1998
109	CELIA REGINA GUIMARAES	9.105.159-1	51,72	21/02/1962
110	NILZI BUENO VIDA	4.905.040-2	51	16/08/1964
111	JOSIANE ROBAINA	5.258.675-5	51	02/07/1972
112	ANDREIA DUBIELA	7.828.494-3	51	21/04/1980
113	DANIELLE KOTLINSKI DO ROSARIO	8.975.394-5	51	23/7/1983
114	OZIEL OLIVEIRA DA SILVA	15.258.820-8	51	08/07/1995
115	GABRIEL COSTA LEAL	13.521.656-9	51	10/04/1996
116	BEATRIS CAROLINA DA SILVA NASCENDINO	8.763.279-2	50,28	08/03/1996
117	IVAN MARÇAL PEREIRA	8.355.763-0	49,2	16/04/1982
118	MIRIELE COSTA RIBEIRO	12.616.151-4	49,2	11/04/1994
119	RAQUEL WOLINGER NEVES	7.907.160-9	49	07/10/1981
120	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA	6.156.959-6	48,9	03/12/1974
121	MARCELLY CRISTY COELHO	9.333.195-8	48,7	27/2/1987
122	PEROLA LIEGE MENDES	8.232.286-8	48,6	02/12/1988
123	MATEUS ENRIQUE GOULIN	14.118.886-0	48,6	31/12/1996
124	TACIANE DOLIRIA DOS SANTOS MACHADO	13.561.985-0	48,6	05/08/1997
125	BRUNA CRISTINA DO CARMO SANTOS MULLER	10.383.262-4	48,12	17/07/1988
126	CLEIZE PACHECO DOS SANTOS DA SILVA	928.459.919-91	48	19/11/1974
127	IRONILDES DO PILAR RIBEIRO	6.842.050-4	48	14/08/1975
128	PETIANE IZABEL PUTTKAMER	8.309.817-1	48	19/07/1979
129	ALDILAINE LINO DOS SANTOS DE BEM	8.260.366-2	48	25/10/1980
130	FRANCIELI RIBEIRO SERGIO DA SILVA	9.758.586-5	48	05/04/1988
131	DAIANE XAVIER DA MOTA BONFIM	12.364.429-8	48	3/10/1990
132	JESSICA ROSA DA PAIXÃO GOMES	10.235.528-8	48	22/01/1993
133	ANDRESSA BERNET	6.855.809-3	47,16	20/11/1981
134	PENELOPE GUERREIRO	13.769.550-2	47	18/11/1951
135	BEATRIZ FEIO DE CARVALHO	15.479.817-0	47	06/02/1984
136	SHANA RAQUEL DE SOUZA RODRIGUES DA LUZ	15.555.706-0	47	09/10/1988
137	CAMILA CRISTINA DE SOUZA MORAES	13.618.225-0	47	18/08/1999
138	FRANCIELI LOPES ASSUNÇÃO	10.448.302-0	46,8	15/04/1989
139	GIOVANA KOPAK	8.639.264-0	46,2	11/06/1983
140	FABIANA DE LIMA REZENDE	13.310.910-2	46	09/05/2000
141	ANA CLAUDIA ABREU MAGALHÃES WOZNIAK	15.832.751-1	45,72	17/09/1980
142	FABIANE SANTOS DE ALMEIDA DA COSTA	16.447.488-7	45,72	07/02/1989
143	SUZANA DO ROCIO DA COSTA	8.896.013-0	45,48	01/10/1984
144	MAIARA CRISTINE FERREIRAN DO NASCIMENTO DA SILVA	12.565.265-4	45,4	7/3/1994
145	SONIA MARCIA BARBOSA DA SILVA	160.236-1	45	14/04/1968
146	ROSIMARI PERUSSI	5.107.546-3	45	13/07/1969
147	ROMILDA ALVES DOS SANTOS	4.886.011-7	45	23/07/1971
148	ROSANGELA LEITE NOGUEIRA	5.995.675-2	45	07/09/1974

149	VANDERLEIA PRESTES DA SILVA INONE	6.826.741-2	45	17/10/1976
150	IZOLETE GARCIA DE LARA	7.989.474-5	45	15/06/1979
151	VANESSA ESPIRITO SANTOS	9.690.842-3	45	25/09/1982
152	DINALVA MARIA MACHADO DOS SANTOS	9.571.597-0	45	08/06/1985
153	CLEISIANE RODRIGUES SANTOS HALMA	10.173.431-5	45	31/03/1988
154	LILIAN KELLI MORAES DE LIMA GONÇALVES	10.271.207-2	45	26/04/1990
155	BARBARA ALVES MEIRA GOULART	10.530.645-8	45	20/4/1995
156	LÂNDANA LWENA DOS SANTOS PIRES	9.764.807-7	45	28/04/1996
157	ISABELLY CRISTINA DA COSTA CAVALHEIRO DOS SANTOS	12.424.526-5	45	7/11/1997
158	LUANA BENATO	14.316.360-1	45	20/04/2001
159	MARIA DA CONCEIÇÃO DA CRUZ	3.889.239-8	43,2	09/10/1963
160	CAROLINE CAPEL FERREIRA	14.368.019-3	43,2	19/06/2004
161	CINTHIA MARA GUILMANN GOMES	6.018.454-2	42,6	01/05/1972
162	MARIA FERNANDA DA SILVA TOMÉ DA ROSA	1.266.277-7	41,92	20/11/1957
163	VITOR HUGO DAMAZIO CARNEIRO	8.050.285-0	41,4	16/09/1981
164	REBECA GAIO THOMAZ	12.953.559-8	40,68	21/05/1994
165	ELAINE PATRICIA DOS SANTOS MARIANO	8.813.698-5	40,32	24/12/1976
166	FERNANDA CARDOSO MALCHER BANDEIRA	14.641.961-5	40	8/2/1996
167	NOEMI DE ARAUJO VARGAS RIBEIRO	8.491.928-4	39,84	14/09/1982
168	JOSIANE DE BRITO VALÉRIO	7.004.620-2	39,6	11/06/1974
169	LARISSA DE SOUZA PEREIRA	13.403.585-4	39,6	02/09/1997
170	RAIANY DOS SANTOS DA SILVA	13.657.507-4	39,48	14/12/2002
171	JOSÉ EDIVALDO LAZAROTO	8.712.601-3	39,24	09/05/1983
172	MARILDA APARECIDA DOMBROSKI	3.712.053-7	39	5/9/1964
173	TATIANE ALVES DA CRUZ FERREIRA	067.027.429-16	38,88	13/02/1989
174	ELIZABETE DE OLIVEIRA	4.924.454-1	38,28	15/10/1965
175	REINALDO MELO	4.617.775-4	38,28	06/01/1972
176	LILIANE FERNANDES DA SILVA	070.560.349-00	38,04	12/08/1993
177	MICHELLE DE FATIMA FERREIRA FERNANDES	9.713.411-1	37,8	02/11/1987
178	IZABELE DA SILVA MALAQUIAS	14.533.397-0	37,68	20/08/2002
179	SONALI FARIA PANEK	6.407.946-8	37,08	20/12/1976
180	JOZELMA CAMARGO DE MELO LEAL	5.717.354-8	36,48	16/01/1969
181	ELISANGELA DENISE VENTURA DE SOUZA	7.786.660-4	36	10/09/1978
182	POLLYANA GEFER DE SIQUEIRA	14.639.546-5	36	20/08/2001
183	RAFAELA DE OLIVEIRA RAMOS	13.401.078-9	35,5	04/04/1999
184	EVELYN REGINA YOKIMASA	9.430.526-8	35	8/12/1987
185	ANNA PAULA FONSECA DE OLIVEIRA	15.157.234-0	34,9	27/02/2003
186	LILIANA APARECIDA RODRIGUES DA SILVEIRA	12.450.371-0	34,4	24/07/1996
187	MARA CAROLINE RIBAS	12.996.283-6	34,2	09/01/1997
188	ROSENILDA STETISKI DOS SANTOS	8.669.007-1	34,12	17/02/1981
189	HELLEN CRISTINA CARVALHO BEZERRA	12.362.831-4	34	03/07/1997
190	VALDIRENE ROSA DA SILVA WALTRICK	6.415.603-9	33	9/6/1974
191	RAFAELE DE SOUZA	359.151.718-69	33	12/04/1990
192	SABRINA CASTRO DE MORAES MIRANDA	13.916.648-5	32	19/07/2000
193	RENATA CRISTINA PEREIRA	5.622.399-1	30,96	30/04/1974
194	AURIETE BRITO RODRIGUES DA SILVA	10.765.186-1	30,12	27/08/1981
195	DANIELA DALSENTER	6.325.874-1	30	10/01/1984
196	INGRID DE CAMARGO DE PAULA	12.461.279-9	30	06/09/1992
197	KATIA ROCHINSKI	13.109.167-2	30	11/11/1997
198	LOUISE SCREMIN PINTO	13.893.903-0	29,88	09/06/2002
199	ANA PAULA BIGAS	10.126.930-2	29,8	16/06/1986
200	PAMELLA CRISTINA DE SÁ RODRIGUES	13.679.868-5	29,52	02/03/2002
201	JUCIMARA NASCIMENTO DA PAZ	8.288.229-4	29	31/03/1982
202	DAIANA CORDEIRO DE PAULA	8.022.345-5	27,2	20/08/1981
203	DANNY RODRIGO DA SILVA	9.352.881-6	26,88	18/09/1983
204	DAIANY CORDEIRO LEAL	7.710.957-9	25,72	23/08/1981
205	LUANA MARIELI MULLER DA SILVA	13.430.261-5	25,32	22/01/1996
206	MARIA VALDINEIA THULER	6.526.603-3	25,2	02/02/1977
207	TANIA CRISTINA DE LIMA SEIXAS	5.017.590-1	25,16	29/10/1965
208	ANGELITA XAVIER CARDOSO DOS SANTOS	169.660.798-12	24,84	20/02/1974
209	OSNILDA APARECIDA BANDEIRA	6.537.353-0	24,36	01/09/1970
210	MARIA LUIZA NASCIMENTO FERREIRA	16.708.659-4	24,2	21/07/1970
211	REGIANE MOREIRA DOS SANTOS ANDRADE	9.657.869-5	24	13/8/1986
212	SUELEN THAMIRES PINHEIROS DO NASCIMENTO	10.490.153-0	24	30/06/1994
213	ANNA PAULA GUEDES SERAFIM	11.021.642-4	23,64	25/11/1997
214	ALINE FRANCIELE GELINKI	10.492.808-0	23,4	13/12/1991
215	KEITE ELISA DE MENEZES DA SILVA	36.000.665-6	23,16	21/05/1987
216	JUSSARA OLIVEIRA RIBAS	9.112.651-6	23	02/04/1984
217	MARAYA EDUARDA SABINO	13.048.326-7	23	05/10/1997
218	MARIA APARECIDA DE RAMOS SOUSA	7.759.488-4	22,92	09/09/1981
219	CINTIA STRAPASSON MACIEL	13.790.894-8	22,22	30/07/1995
220	MARIELI MATIAS BOAVENTURA	12.804.197-4	22,2	20/05/1993
221	FERNANDA DE PAULA FERREIRA	45.819.586-8	21,6	07/11/1982
222	IVONETE EPIFANO DA SILVA MIRETZKI	4.511.618-2	21	31/08/1970
223	ANA PAULA CARNEIRO	7.647.965-8	21	31/03/1979
224	DIULI FERREIRA GUILMANN	077.004.229-58	21	14/01/1989
225	EDINA DIAS DA SILVA	8.938.105-3	21	01/07/1992
226	ANDRESSA ARIANE DE BARROS SOUZA	13.019.651-9	21	05/11/1995
227	GISELE CRISTINA DA SILVA	9.221.924-0	20,48	1/11/1985
228	ARIELLY DALAZUANA	14.038.828-9	20,04	09/11/1999
229	BRUNA STEFANY DA SILVA	14.265.494-6	20	27/09/1999
230	ANA CRISTINA PIMENTEL BRANDINO DOS SANTOS	12.789.581-3	19,56	26/02/1996
231	ELIANA HONORATO DE LIMA	14.054.988-6	19	26/01/2003
232	ANA FLAVIA RODRIGUES ALENCAR FAGUNDES	111.738.259-16	18,72	14/11/2000
233	ROSANA DOS SANTOS GUEDES	5.378.288-4	18,6	06/11/1968
234	LIA LOURENÇO DOS SANTOS	4.302.469-8	18	06/04/1966
235	SOLANGE MARIANO GRABOSKI	6.417.755-9	18	02/03/1976
236	MICHELE CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	10.968.204-7	18	26/08/1991
237	LISLAINE FERNADNES DA SILVA	12.716.825-0	17,4	17/03/1997

238	MARIA DE FATIMA RODIRGUES DA SILVA PAZ	15.953.046-9	17,16	03/01/1983
239	PAMELA GOULART CONTINI	24.281.500-5	17	11/05/1988
240	FRANCIELI PEREIRA FEITOSA	57.780.207-0	17	13/07/2001
241	MILLENA DE FARIAS	12.770.979-3	17	09/09/2023
242	MARCIA APARECIDA DA ROCHA DENIZ	8.216.670-0	16,2	07/06/1981
243	FABIANA SUELEN DE LARA	12.586.175-0	16,2	21/02/1995
244	ELIANE DO ROCIO DA SILVA	4.007.449-0	15	16/11/1964
245	SILVETE APARECIDA PELAQUINI GOMES	4.335.628-3	15	21/3/1967
246	EMANUELE PEREIRA DA SILVA	6.245.929-8	15	18/04/1979
247	JAQUELINE KLAINA MOREIRA DA SILVA	9.511.531-4	15	18/06/1986
248	VALERIA NICOLAU DA COSTA	10.050.426-0	15	14/10/1990
249	MAISA DE ALCANTRA	10.232.012-3	15	08/08/1992

AFRODESCENDENTE

CLASS	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	LINDINALVA CALDAS NEHLS	12.977.780-0	78	20/02/1963
2	ALETICIA AP. FERNANDES DE ASSIS DE MELO	072.773.439-30	75	22/12/1989
3	KAMILA MAIA DE SOUZA	9.244.689-1	63,6	20/12/1990
4	LUCIENE SANTOS TEIXEIRA	15.527.998-2	58,2	26/07/1979
5	MARCIA DOS SANTOS MINA	25.618.105-6	57,72	21/12/1975
6	VANESSA PEREIRA DA SILVA	8.414.937-3	55,2	25/02/1984
7	DANIELLE KOTLINSKI DO ROSARIO	8.975.394-5	51	23/7/1983
8	BEATRIS CAROLINA DA SILVA NASCENDINO	8.763.279-2	50,28	08/03/1996
9	BRUNA CRISTINA DO CARMO SANTOS MULLER	10.383.262-4	48,12	17/07/1988
10	BEATRIZ FEIO DE CARVALHO	15.479.817-0	47	06/02/1984
11	FABIANE SANTOS DE ALMEIDA DA COSTA	16.447.488-7	45,72	07/02/1989
12	MAIARA CRISTINE F. DO NASCIMENTO DA SILVA	12.565.265-4	45,4	7/3/1994
13	CLEISIANE RODRIGUES SANTOS HALMA	10.173.431-5	45	31/03/1988
14	LÂNDANA LWENA DOS SANTOS PIRES	9.764.807-7	45	28/04/1996
15	ISABELLY C. DA C. CAVALHEIRO DOS SANTOS	12.424.526-5	45	7/11/1997
16	ELAINE PATRICIA DOS SANTOS MARIANO	8.813.698-5	40,32	24/12/1976
17	FERNANDA CARDOSO MALCHER BANDEIRA	14.641.961-5	40	8/2/1996
18	RAIANY DOS SANTOS DA SILVA	13.657.507-4	39,48	14/12/2002
19	ELIZABETE DE OLIVEIRA	4.924.454-1	38,28	15/10/1965
20	ELISANGELA DENISE VENTURA DE SOUZA	7.786.660-4	36	10/09/1978
21	RAFAELA DE OLIVEIRA RAMOS	13.401.078-9	35,5	04/04/1999
22	AURIETE BRITO RODRIGUES DA SILVA	10.765.186-1	30,12	27/08/1981
23	DANNY RODRIGO DA SILVA	9.352.881-6	26,88	18/09/1983
24	TANIA CRISTINA DE LIMA SEIXAS	5.017.590-1	25,16	29/10/1965
25	MARIA LUIZA NASCIMENTO FERREIRA	16.708.659-4	24,2	21/07/1970

JULIANA OSIK	6.619.775-1	INDEFERIDO
FABIANA ARLADO DA SILVA	10.185.303-9	INDEFERIDO
GISELI PLUCINSKI VIEIRA	9.435.610-5	INDEFERIDO
DANIEL EUGENIO DE LARA	4.201.892-9	INDEFERIDO
FERNANDA LOPES DOMINGUES	13.462.068-4	INDEFERIDO
CLAUDIELE CARINE BARBOZA	13.131.081-1	INDEFERIDO
NICOLY COSTA DE LIMA	13.601.359-9	INDEFERIDO
MARIA EDUARDA MARTINS ANUNCIATO	14.823.470-1	INDEFERIDO
EVELIN DONAIDE DE FARIA	10.580.967-0	INDEFERIDO
ALESSANDRA DA SILVA MONTEIRO	028.521.499-31	INDEFERIDO
SALETE NATALICIA WIATEK	8.876.587-7	INDEFERIDO
GABRIELLE NEPOMUCENO	14.788.740-0	INDEFERIDO
CHAYANA RESNAUER GOMES	8.844.695-0	INDEFERIDO
DANIELE VAIS DOS SANTOS	8.260.843-5	INDEFERIDO

*Os candidatos inscritos que tiveram sua inscrição **INDEFERIDA**, deixaram de cumprir o item 7.1 do Edital 011/2026 – PSS/SMRH.

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:DB05F263

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL E CONVOCAÇÃO N. º 022/2026– PSS/SMRH

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL E CONVOCAÇÃO

N. º 022/2026– PSS/SMRH
A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parecer jurídico 003/2026 e considerando:

TORNAR PÚBLICO

1.A **CLASSIFICAÇÃO FINAL** da avaliação do Processo Simplificado de Seleção – PSS para os candidatos contidos no Anexo I, ao cargo **MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR,** determinado no item 11.3.1 e item 2.3.5 do Edital 012/2026 – PSS/SMRH.

2.CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo II** deste Edital, para o cargo de **MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 012/2026– PSS/SMRH.

3.O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 012/2026 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

4.Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 012/2026 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO III**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

5.O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 012/2026 – PSS/SMRH**.**

Almirante Tamandaré, 16 de março de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CLASSIFICAÇÃO FINAL
CARGO: MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR – PSS/SMRH 2026

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	GUSTAVO IGODOIS BONFIM	15.723.091-1	75	31/03/2004
2	ANA BRASILIA DE SIQUERIA MORAIS	10.813.820-3	74	17/08/1995
3	MARIA ANGELA P. DE JESUS DOS SANTOS	8.903.669-0	71	13/03/1983
4	ANE CAROLINE RAMOS DE JESUS	14.371.377-6	69,6	08/02/2001
5	LORENA APARECIDA CHEVONICA	14.486.248-1	68,5	16/12/2000
6	OSNILDA APARECIDA BANDEIRA	6.537.353-0	65	01/09/1970
7	ANA LUCIA NUNES DA CUNHA	13.166.957-7	62,5	12/07/1995
8	GABRIELLE TORRES COSTA DAMASCENO	37.435.125-9	62	04/10/1999
9	LILIANE ALVES DE ALMEIDA	10.940.808-5	61	04/11/1990
10	MARIA PAULA DE CARVALHO	14.348.931-0	61	27/03/2008
11	DANIEL EUGENIO DE LARA	4.201.892-9	60	22/12/1967
12	RAIMUNDA MARIA PEREIRA ALMEIDA	351.504.083-87	60	15/10/1968
13	KELI REGINA DOMACOSKI	9.314.545-3	60	11/07/1985
14	MICHAEL VINICIUS DOS SANTOS	3.620.640-7	60	04/05/2000
15	CAMILA PEREIRA FARIA	13717.685-8	60	7/11/2001
16	LUCAS PETRICK SOUZA DOS SANTOS	15.529.952-5	60	03/03/2005
17	ANA FLAVIA RIBAS DE PAULA	15.422.733-4	60	21/06/2007
18	TATIANE SANTANA DE SOUZA	12.802.516-2	55,5	05/06/1995
19	LAUDINEIA PEREIRA DA SILVA	9.128.694-7	55	29/1/1981
20	ADRIANA MARIANO DE PAULA	8.722.814-2	55	28/08/1985
21	LAISLLA TAIAMY SILVA	10.553.033-9	54	24/10/1989
22	GISELI KANUTTA CASTELAN	9.783.894-1	51	06/12/1988
23	EDLINE APARECIDA DE SIQUEIRA	10.813.816-5	51	07/05/1990
24	AMANDA DE PAULA DA FONSECA	13.511.687-4	51	23/06/2001
25	NADIR DE PAULA CASTELAN	6.032.687-8	49	03/08/1972
26	ELZA ORTIZ DE MATOS	7.907.122-6	49	17/09/1977
27	GUSTAVO GAIO	146.006.189-63	49	20/08/2007
28	LUCIMARA BEZERRA	7.333694-5	46,4	15/10/1980
29	MARIA HELENA AUGUSTA DA SILVA	6.181.733-6	46	11/11/1970
30	ROSILDA PEREIRA DE ARAÚJO	10.051.515-6	46	06/07/1988
31	BIANCA GEFFER	13.628.838-5	46	27/02/2008
32	JUREMA RIBEIRO DA ROCHA	4.015.645-3	45	24/07/1965
33	MARIO LUIZ ACHITZKI	4.247.048-1	45	25/03/1967
34	MARLI RIBEIRO CAMARGO	5.963.028-8	45	1/11/1968
35	JUCELIA SANTOS LIMA FERREIRA	6.004.690-5	45	22/08/1972
36	MARIA SAMARITANA VELOSO	7.954.822-7	45	22/07/1973
37	JOSIANE DO PERPÉTUO MARQUES DE DEUS	7.028.577-0	45	08/04/1977
38	ROSANGELA NASCIMENTO DA SILVA MENDES	16.665.442-4	45	12/03/1979
39	SILVANE APARECIDA NEGRETTE DOS SANTOS	7.253484-0	45	16/5/1979
40	ALOÍZIA DE SOUSA RAMOS	16.011.386-3	45	03/09/1979
41	CRISTIANE VIERA DE ALELUIA	8.859.121-6	45	24/04/1981
42	IEDA REGINA SANTANA	8.470.372-9	45	27/5/1981
43	CIRLENE RODRIGUES FLORA	8.133.007-7	45	24/09/1981
44	EDIMARA CARVALHO MARQUES DA CRUZ	9.439.608-5	45	14/03/1982
45	BRUNA FERNANDA CELINO DE ALMEIDA DIAS	20.922.572-1	45	29/07/1982
46	KELLY MARIA DOS SANTOS	7.791.726-8	45	25/09/1982
47	CRISTIANE PILAR DA SILVA	9.028.411-8	45	31/10/1982
48	REGIANE DOS SANTOS PEREIRA	8.297.256-0	45	11/05/1983
49	CRISTIANE DE SOUZA ANHAIA	9.595.923-7	45	7/5/1986
50	GISELI PLUCINSKI VIEIRA	9.435.610-5	45	05/08/1987
51	THACIA MILLA DA SILVA MEDEIROS	1.077.824-7	45	26/02/1988
52	DAYANI LINS	15.062.880-6	45	12/05/1988
53	LILIAN ALVES DE ALMEIDA	9.675.218-0	45	11/08/1988
54	KENNYA KARLA KRELING	9.313.333-1	45	5/9/1988
55	SCHEILA PALKOWSKI	10.582.717-2	45	09/09/1988
56	DENISE PATRICIA EWANGELISTA	9.910.191-1	45	04/10/1989
57	MAELE PRISCILA DE MEDEIROS	10.941.216-3	45	22/03/1991
58	PAMELA CRYSTHIANE POLAK DA SILVA	10.580.761-9	45	24/04/1991
59	RENILZA DE OLIVEIRA SERCUNDINO CORREA	10.529.380-1	45	24/09/1991
60	LETICIA BORCHARDT	10.813.734-7	45	03/10/1991
61	CAMILA BARAN	12.484.935-7	45	12/12/1991
62	ANDRIELLY FONTINELI DOS SANTOS	10.767.070.0	45	08/01/1992
63	CLEONICE DOS SANTOS PEREIRA	12.519.432-0	45	08/04/1992
64	KEROLYN EDUARDA CALDEIRA MOREIRA	423.783.138-88	45	26/03/1993

65	FERNANDA NOGUEIRA BRANCO	10.813.974-9	45	26/07/1993
66	ANA CAROLINE DA SILVA	12.756.950-9	45	22/06/1994
67	MYTCHELLY JHEYNYT FONSECA BOCOLOWSKI	10.805.795-5	45	11/08/1995
68	BRUNA BARBOSA LIMA	12.955.387-1	45	29/08/1995
69	BIANCA OLIVEIRA COUTO	13.159.488-7	45	25/06/1996
70	EVELLIN WINY NUNES DOS SANTOS	59.068.218-0	45	21/11/1997
71	CASSIELE ESTER SOARES	13.674.032-6	45	23/11/1997
72	THAIS CHRISTINA DA SILVA	13.172.066-1	45	27/04/1998
73	JAMIL JOSE SOARES	13.674.002-4	45	21/04/1999
74	RITA DE KASSIA ALVES DA SILVA	10.035.707-0	45	15/6/1999
75	ANGELA CAMILA WOTEKOSKI	13.606.540-8	45	06/03/2000
76	GABRIELE BARBOSA DA COSTA	12.858.638-2	45	25/11/2000
77	JHENIFER LUANA SOUZA DE FARIA	14.550.228-4	45	11/06/2001
78	BEATRIZ CAROLAYNE VICENTE MENEZES	14.378.424-0	45	07/10/2001
79	GABRIELLY PAULINO DE ATAIDE	13.423.467-9	45	15/10/2001
80	ANA LUISA STRESSER	15.017.851-7	45	10/02/2004
81	JULLY AGATHA DE SOUZA	15.905.733-0	45	15/05/2004
82	LORENA RODRIGUES ORTIZ	13.297.274-5	45	29/10/2004
83	JESSICA APARECIDA MACEDO	14.681.097-7	45	12/11/2004
84	SOPHIA LIPOVIESKI BARROS DOS SANTOS	15.063.395-8	45	11/03/2005
85	PAULA CORDEIRO JARDIM	14.582.239-4	45	22/05/2005
86	ISABELLE CRISTINE SCHMIDT	16.188.343-3	45	30/06/2005
87	GABRIELE LIBANIA BRUSAMOLIN	16.054.354-0	45	19/08/2005
88	KIMBERLLI ESTER BARBOSA LIMA	14.657.356-8	45	25/09/2005
89	KARIELI KAROLAINE LARA SPRADA	14.936.783-7	45	10/10/2005
90	JHENIFER AMANDA ROSA MACHADO	15.659.741-4	45	25/04/2006
91	RAUANNA SERGIO DA SILVA	13.901.411-1	45	26/9/2006
92	CESAR VINICIUS LINS DOS SANTOS	15.438.062-0	45	04/01/2007
93	ERICA SILVA ALVES	140.782.769-38	45	14/01/2007
94	BRUNO HENRICK SANTOS BATISTA	14.648.792-0	45	23/10/2007
95	THAMILY VITORIA DE LIMA SKONIECZNY	15.509.128-2	45	10/01/2008
96	JESSICA CAROLINE STOQUEIRO DE TOLEDO	101.204.299-50	32,5	11/10/1994
97	KELLY APARECIDA PINHELLI MENDES	8.295.277-2	31	16/08/1980
98	STEFANI DA SILVA SALES	55.962.180-2	31	04/09/2003
99	ELIS REGINA STIVAL	4.050.734-5	30	30/12/1968
100	SANDRA JEREMIAS DOS SANTOS	6.721.138-3	30	08/10/1975
101	JAQUELINE APARECIDA FERNANDES	6.137.568-6	30	08/12/1975
102	MARGARETE FERREIRA	9.609.937-1	30	07/09/1985
103	LIDIANE CORDEIRO MENEZES	8.523.800-0	30	27/01/1988
104	FERNANDA NOGUEIRA SERAFIM	13.313.342-9	30	03/10/1990
105	FRANCIELE DA SILVA CONCEIÇÃO	10.813.870-0	30	15/4/1991
106	JESSICA DE PAES DE ALMEIDA	083.709.799-12	30	16/01/1994
107	EMANUELLE LUISA DE ALMEIDA MAZZAROTTO	14.034.305-6	30	13/06/2002
108	ELAINE FARIA NEUMANN	15.607.638-4	30	13/12/2002
109	ANDRESSA SANTOS DE FRANÇA	14.798.206-2	30	27/01/2005
110	MONICA KATRINA MONTEIRO	15.227.576-5	30	03/09/2005
111	ROBSON VINICIUS DA SILVA SALES	15.472.948-8	30	05/04/2006
112	DAYANE CAROLINE JARDEVESKI RIBEIRO	14.775.196-6	30	05/03/2007
113	FELIPE SANTOS IVANOSKI	16.186.304-1	30	29/04/2007
114	MELLANY DE SOUZA	15.598.707-3	30	26/11/2007
115	SARAH LIPOVIESKI BARROS DOS SANTOS	16.325.822-6	30	30/12/2007

	PCD			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	STEFANI DA SILVA SALES	55.962.180-2	31	04/09/2003

AFRODESCENDENTE

CLASS.	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	ELZA ORTIZ DE MATOS	7.907.122-6	49	17/09/1977
2	CIRLENE RODRIGUES FLORA	8.133.007-7	45	24/09/1981
3	CRISTIANE DE SOUZA ANHAIA	9.595.923-7	45	7/5/1986
4	RITA DE KASSIA ALVES DA SILVA	10.035.707-0	45	15/6/1999
5	JHENIFER LUANA SOUZA DE FARIA	14.550.228-4	45	11/06/2001

*Os candidatos inscritos que tiveram sua inscrição **INDEFERIDA**, deixaram de cumprir o item 7.1 do Edital 012/2026 – PSS/SMRH.

ANEXO II

CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**

DIA 26 DE MARÇO DE 2026

Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30

CARGO: MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR – PSS

CLASS.	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	GUSTAVO IGODOIS BONFIM	15.***.***-1	75	31/03/2004
2	ANA BRASILIA DE SIQUERIA MORAIS	10.***.***-3	74	17/08/1995
3	MARIA ANGELA PEREIRA DE JESUS DOS SANTOS	8.***.***-0	71	13/03/1983
4	ANE CAROLINE RAMOS DE JESUS	14.***.***-6	69,6	08/02/2001
5	LORENA APARECIDA CHEVONICA	14.***.***-1	68,5	16/12/2000
6	OSNILDA APARECIDA BANDEIRA	6.***.***-0	65	01/09/1970
7	ANA LUCIA NUNES DA CUNHA	13.***.***-7	62,5	12/07/1995
8	GABRIELLE TORRES COSTA DAMASCENO	37.***.***-9	62	04/10/1999
9	LILIANE ALVES DE ALMEIDA	10.***.***-5	61	04/11/1990
10	MARIA PAULA DE CARVALHO	14.***.***-0	61	27/03/2008
11	DANIEL EUGENIO DE LARA	4.***.***-9	60	22/12/1967
12	RAIMUNDA MARIA PEREIRA ALMEIDA	351.***.***-87	60	15/10/1968
13	KELI REGINA DOMACOSKI	9. ***.***--3	60	11/07/1985
14	MICHAEL VINICIUS DOS SANTOS	3. ***.***--7	60	04/05/2000

15	CAMILA PEREIRA FARIA	13.***.***--8	60	7/11/2001
16	LUCAS PETRICK SOUZA DOS SANTOS	15. ***.***--5	60	03/03/2005
17	ANA FLAVIA RIBAS DE PAULA	15. ***.***--4	60	21/06/2007
18	TATIANE SANTANA DE SOUZA	12. ***.***--2	55,5	05/06/1995
19	LAUDINEIA PEREIRA DA SILVA	9. ***.***--7	55	29/1/1981

	PCD			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	RG	NOTA - TITULOS	NASCIMENTO
1	STEFANI DA SILVA SALES	55.962.180-2	31	04/09/2003

AFRODECENDENTE

CLASS	NOME	R.G	NOTA	NASCIMENTO
1	BRUNA FERNANDA CELINO DE ALMEIDA DIAS	20.922.572-1	45	29/07/1982
2	REGIANE DOS SANTOS PEREIRA	8.297.256-0	45	11/05/1983

ANEXO III
De acordo com o item 13.4 do Edital 012/2026 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do **sexo masculino**;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;
j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP **(ATUALIZADO)**;
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público;.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO IV

CARGO:_____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____ CPF:_____ PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço Residencial:_____
_____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade:_____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____ celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	**DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE**
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:D7A3571C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ANEXO12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

FUNDO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DO MUNIC. ANDIRA				
Estado do Paraná				
Exercício: 2025				
Balanço Orçamentário				
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985				
Anexo XII da Lei nº 4.320/64				
Período de Janeiro a Dezembro				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	29.217.281,89	29.217.281,89	35.775.089,50	6.557.807,61
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.010.337,36	13.010.337,36	11.483.975,49	-1.526.361,87
Contribuições Sociais	13.010.337,36	13.010.337,36	11.483.975,49	-1.526.361,87
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	4.679.309,35	4.679.309,35	12.946.751,84	8.267.442,49
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	4.679.309,35	4.679.309,35	12.946.751,84	8.267.442,49
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Bruta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.527.635,18	11.527.635,18	11.344.362,17	-183.273,01
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	11.527.635,18	11.527.635,18	11.344.362,17	-183.273,01
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	29.217.281,89	29.217.281,89	35.775.089,50	6.557.807,61
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	29.217.281,89	29.217.281,89	35.775.089,50	6.557.807,61
DÉFICIT (IV)	610.000,00	2.648.300,00	0,00	-2.648.300,00
TOTAL (V) = (III + IV)	29.827.281,89	31.865.581,89	35.775.089,50	3.909.507,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA				
CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.038.300,00	2.038.300,00	-
Superávit Financeiro	-	2.038.300,00	2.038.300,00	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	23.104.121,33	25.142.421,33	23.828.431,80	23.814.036,73	23.804.447,79	1.313.989,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.416.762,38	24.147.262,38	22.985.060,87	22.985.060,87	22.975.471,93	1.162.201,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	687.358,95	995.158,95	843.370,93	828.975,86	828.975,86	151.788,02
DESPESAS DE CAPITAL	13.000,00	13.000,00	3.253,50	1.480,00	1.480,00	9.746,50
INVESTIMENTOS	13.000,00	13.000,00	3.253,50	1.480,00	1.480,00	9.746,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	23.117.121,33	25.155.421,33	23.831.685,30	23.815.516,73	23.805.927,79	1.323.736,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(VAImI)ortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	23.117.121,33	25.155.421,33	23.831.685,30	23.815.516,73	23.805.927,79	1.323.736,03
SUPERÁVIT (VIII)	0,00	0,00	11.943.404,20	11.959.572,77	11.969.161,71	-11.943.404,20
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	23.117.121,33	25.155.421,33	35.775.089,50	35.775.089,50	35.775.089,50	-10.619.668,17
RESERVA DO RPPS	6.710.160,56	6.710.160,56	0,00	0,00	0,00	6.710.160,56

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	34.758,53	18.531,76	18.531,76	0,00	16.226,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	34.758,53	18.531,76	18.531,76	0,00	16.226,77
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	7.887,00	7.887,00	7.887,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	7.887,00	7.887,00	7.887,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	42.645,53	26.418,76	26.418,76	0,00	16.226,77

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:					
RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	31.649,34	8.269,03	1.353,83	0,00	38.564,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.649,34	8.269,03	1.353,83	0,00	38.564,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	31.649,34	8.269,03	1.353,83	0,00	38.564,54

Notas Explicativas

1 - O Balanço Orçamentário do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e as Instruções de Procedimentos Contábeis vigentes.

Conforme dispõe o art. 102 da Lei nº 4.320/64, esse demonstrativo evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas no exercício, permitindo a apuração do resultado orçamentário. Os valores estão expressos em reais, moeda oficial do país, e as receitas e despesas são apresentadas por grupo de natureza.

Receitas

As receitas do Fundo de Previdência são compostas por:

Receitas de Contribuições: compreendem as contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como as contribuições patronais da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) e do próprio Fundo de Previdência, além dos valores recebidos referentes ao parcelamento firmado com o Município.

Receita Patrimonial: corresponde aos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do Fundo.

Outras Receitas Correntes: incluem os aportes periódicos destinados à amortização do déficit atuarial e os valores provenientes da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

No exercício de 2025, o Fundo de Previdência previu arrecadação de R$ 29.217.281,89, tendo realizado R$ 35.775.089,50, o que representa uma arrecadação 22,44% superior ao valor previsto.

Despesas

Para o exercício de 2025, foi fixada despesa orçamentária no valor de R$ 29.827.281,89, posteriormente atualizada para R$ 31.865.581,89, em razão da utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores.

Do total atualizado, foram empenhados R$ 23.831.685,30, o que corresponde a 74,79% da despesa orçada/atualizada. Considerando a receita arrecadada e a despesa empenhada o resultado orçamentário ficou superavitário em R$ 11.943.404,20.

KAIKE MONTEIRO BORGES	***ADRIANA DE FATIMA PEREIRA SALUSTIANO***
Controlador Interno	Contadora CRC/PR 063570/O-3
ANDRE HENRIQUE DASSIE	
Presidente Do Fundo Previdencia	

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:061B44BE

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ANEXO13 - BALANÇO FINANCEIRO

FUNDO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DO MUNIC. ANDIRA					
Estado do Paraná					
BALANÇO FINANCEIRO					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 13/03/2026		
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	35.775.089,50	28.744.127,22	Despesa Orçamentária (VI)	23.831.685,30	20.442.814,26
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	35.775.089,50	28.744.127,22	Vinculada	23.831.685,30	20.442.814,26
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	35.775.089,50	28.744.127,22	Regime Próprio de Previdência	23.831.685,30	20.442.814,26
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
			Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	526.115,72	501.875,27	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Para a Execução Orçamentária	526.115,72	501.875,27	Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.924.454,27	3.309.267,36	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	5.153.819,81	6.869.712,55
Inscrição de Restos a Pagar Processados	9.588,94	8.269,03	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.353,83	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	16.168,57	42.645,53	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	26.418,76	8.184,61
Realizável Inscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável - Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	1.226.901,46	3.603.365,94
Valores Restituíveis	3.898.696,76	3.258.352,80	Valores Restituíveis	3.899.145,76	3.258.162,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	73.617.753,13	68.375.010,09	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	84.857.907,51	73.617.753,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.617.753,13	68.375.010,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.857.907,51	73.617.753,13
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	113.843.412,62	100.930.279,94	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	113.843.412,62	100.930.279,94
Notas Explicativas					
1 - OBalanço Financeiro do Fundode Previdência Social dos ServidoresPúblicosdo Município de Andirá foi elaborado emconformidade comasdisposiçõesda Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como com as orientações constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), alémde demaisnormativosaplicáveis.					
Os valores apresentados estão expressos em reais (R$), moeda oficial do País, e não contemplam arredondamentos.					
Este demonstrativo, previsto no art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64, evidencia a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentosde natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.					
Destaca-se que as contasa pagar inscritas no exercício são registradas como recebimentosextraorçamentários, com a finalidadede compensar sua inclusão na despesa orçamentária.					

KAIKEMONTEIROBORGES	***ADRIANA DE FATIMA PEREIRA SALUSTIANO***
Controlador Interno	Contadora CRC/PR 063570/O-3
ANDRE HENRIQUE DASSIE	
Presidente Dofundo Previdencia	

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:69DB678C

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ANEXO14 - BALANÇO PATRIMONIAL

FUNDO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DO MUNIC. ANDIRA					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025			PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 13/03/2026	
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**85.720.037,09**	**73.617.753,13**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**68.231,64**	**60.445,53**
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.078,17	20.527,17	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	48.153,48	39.918,37
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	20.078,16	20.527,16
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	862.129,58	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	84.837.829,34	73.597.225,96			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**259.697.296,86**	**238.982.873,02**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**340.021.636,21**	**307.351.907,33**
Ativo Realizável a Longo Prazo	259.538.969,34	238.833.912,50	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Longo Prazo	85.585,49	85.585,49

Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	339.936.050,72	307.266.321,84
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	259.538.969,34	238.833.912,50			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**340.089.867,85**	**307.412.352,86**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	158.327,52	148.960,52	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	158.327,52	148.960,52	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	5.327.466,10	5.188.273,29
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	139.192,81	2.376.527,91
Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	5.188.273,29	2.811.745,38
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**5.327.466,10**	**5.188.273,29**
TOTAL	**345.417.333,95**	**312.600.626,15**	**TOTAL**	**345.417.333,95**	**312.600.626,15**
ATIVO FINANCEIRO	84.857.907,51	73.617.753,13	PASSIVO FINANCEIRO	100.626,98	103.091,06
ATIVO PERMANENTE	260.559.426,44	238.982.873,02	PASSIVO PERMANENTE	340.021.636,21	307.351.907,33
SALDO PATRIMONIAL				**5.295.070,76**	**5.145.627,76**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	82.678.407,45	71.655.662,50
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	2.078.873,08	1.858.999,57
869 - Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00
TOTAL	84.757.280,53	73.514.662,07

Notas Explicativas

1 - O Balanço Patrimonial (BP) do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Andirá foi elaborado em conformidade com as Instruções de Procedimentos Contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e a Lei Federal nº 4.320/64.

Previsto no art. 105 da referida lei, o BP é uma demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial, financeira e econômica da entidade em determinada data, representando, portanto, uma posição estática do patrimônio.

O BP é composto pelo Ativo e pelo Passivo. No Ativo são registrados os bens e direitos da entidade, enquanto no Passivo são registradas as obrigações.

No Ativo Circulante registram-se os valores mantidos em contas bancárias, bem como os investimentos e aplicações financeiras de curto prazo da entidade, com liquidez imediata. No exercício de 2025, esse grupo apresentou crescimento de 16,44% em relação à 2024, decorrente principalmente de aportes recebidos e dos rendimentos das aplicações financeiras.

O Ativo Não Circulante compreende os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte (longo prazo) e os bens de natureza duradoura. O Ativo Realizável a Longo Prazo refere-se aos ativos financeiros que a entidade espera receber em dinheiro ou utilizar para cumprimento de suas obrigações financeiras em prazo superior a um ano.

No subgrupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo estão registrados os valores referentes ao parcelamento que o Município possui junto ao Fundo de Previdência. Em 2025, o saldo desse parcelamento foi de R$ 631.410,60, correspondente ao valor da última parcela multiplicado pelas parcelas remanescentes.

Também compõe esse grupo o valor a receber referente ao aporte para cobertura do déficit atuarial da entidade, no montante de R$ 258.907.558,74. Dessa forma, o saldo do Ativo Realizável a Longo Prazo em 2025 foi de R$ 259.538.969,34, enquanto em 2024 era de R$ 238.982.873,02. A variação observada decorre principalmente da atualização do valor a receber referente ao aporte para cobertura do déficit atuarial, conforme apurado no cálculo atuarial.

O grupo Bens Móveis corresponde aos bens patrimoniais de propriedade da entidade.

Cabe destacar que, até o exercício de 2024, o saldo dos parcelamentos era registrado com base no valor da amortização multiplicado pela quantidade de parcelas restantes. A partir de 2025, o cálculo foi ajustado para considerar o valor da última parcela paga multiplicado pelas parcelas remanescentes. E em 2025 o parcelamento nº 0076/2008 foi considerado quitado pelo Ministério da Previdência ficando assim apenas um parcelamento ativo.

O Passivo Circulante compreende as obrigações conhecidas ou estimadas cujo prazo de exigibilidade ocorre dentro de até doze meses.

Já o Passivo Não Circulante compreende as obrigações conhecidas ou estimadas com prazo de exigibilidade superior a doze meses. Nesse grupo destacam-se os subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo, que correspondem aos valores referentes a precatórios a serem pagos em prazo superior a doze meses.

Também integram esse grupo as Provisões a Longo Prazo, que compreendem os passivos cuja realização provável ocorrerá após o período de doze meses. Dentre elas, destacam-se as Reservas Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, que em 2025 apresentaram aumento de 10,63%.

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre os ativos e os passivos da entidade, após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações. Essa situação patrimonial líquida é evidenciada no BP como Patrimônio Líquido, podendo apresentar valor positivo ou negativo.

Ao final do exercício de 2025, o resultado acumulado foi de R$ 5.327.466,10.

KAIKE MONTEIRO BORGES	***ADRIANA DE FATIMA PEREIRA SALUSTIANO***
Controlador Interno	Contadora CRC/PR 063570/O-3
ANDRE HENRIQUE DASSIE	
Presidente Do Fundo Previdencia	

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:746B078A

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ANEXO15 PCASP - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

FUNDO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DO MUNIC. ANDIRA			
Estado do Paraná			
Exercício: 2025			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985			
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64			
no Período de Janeiro a Dezembro			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**82.837.701,93**	**72.465.318,89**
CONTRIBUIÇÕES		18.336.164,61	12.109.400,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		18.336.164,61	12.109.400,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		12.946.751,84	6.136.679,34
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		12.946.751,84	6.136.679,34
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		526.115,72	501.875,27
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		526.115,72	501.875,27
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		51.028.669,76	53.717.363,68
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		18.925.135,29	16.695.939,70
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		32.103.534,47	37.021.423,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**82.698.509,12**	**70.088.790,98**
PESSOAL E ENCARGOS		2.337.025,77	775.978,82
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		2.137.006,72	608.642,86
ENCARGOS PATRONAIS		200.019,05	167.335,96
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		20.787.846,63	19.137.376,93
APOSENTADORIAS E REFORMAS		18.135.520,94	15.428.928,59
PENSÕES		2.652.325,69	2.454.395,32
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	1.254.053,02
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		217.534,99	190.170,06
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		6.794,94	4.350,94
SERVIÇOS		210.740,05	185.819,12
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		3.561,60	2.654,07
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		3.561,60	2.654,07
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		21.965,48	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		21.965,48	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.226.901,46	3.603.365,94
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		1.226.901,46	3.603.365,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		58.103.673,19	46.379.245,16
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		51.594.864,17	46.109.061,70
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		6.508.809,02	270.183,46
Resultado Patrimonial Do Período		**139.192,81**	**2.376.527,91**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)			
		EXERCÍCIO ATUAL	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		9.367,00	31.990,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00

Notas Explicativas

1 - A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi elaborada em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Observa, ainda, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como demais normativos vigentes.

Os valores apresentados estão expressos em reais (R$), moeda oficial do País, e não contemplam arredondamentos.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio público durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do período, apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e as variações patrimoniais quantitativas diminutivas. O resultado apurado passa a compor o saldo patrimonial evidenciado no Balanço Patrimonial do exercício.

No exercício em análise, o resultado patrimonial apurado foi superavitário no montante de R$ 139.192,81.

O resultado patrimonial superavitário verificado no exercício decorre, principalmente, do reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas provenientes das receitas de contribuições previdenciárias e das receitas financeiras auferidas com a aplicação dos recursos, em montante superior às variações patrimoniais diminutivas registradas no período, relacionadas, principalmente, ao pagamento de benefícios previdenciários, despesas administrativas e provisões dos benefícios do fundo a longo prazo.

KAIKE MONTEIRO BORGES	***ADRIANA DE FATIMA PEREIRA SALUSTIANO***
Controlador Interno	Contadora CRC/PR 063570/O-3
ANDRE HENRIQUE DASSIE	
Presidente Do Fundo Previdencia	

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:36D2E409

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ANEXO17 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

FUNDO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DO MUNIC. ANDIRA							
Estado do Paraná							
Exercício: 2025							
Demonstração da Dívida Flutuante							
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985							
Anexo XVII, da Lei nº 4.320/64							
no Período de Janeiro a Dezembro							
TÍTULOS	**RESTOS A PAGAR**						
	Saldo do exercício	**Movimento no Exercício**					**Saldo para o exercicio seguinte**
		Inscrição	**Liquidação Inscrição**	**Liquidação Baixa**	**Cancelado**	**Pago**	
Contas a Pagar Inscrito Processado							
Contas a Pagar: 2025	0,00	9.588,94	0,00	9.588,94	0,00	0,00	9.588,94
Contas a Pagar Inscrito Não Processado							
Contas a Pagar: 2025	0,00	16.168,57	0,00	0,00	0,00	0,00	16.168,57
Totais	**0,00**	**25.757,51**	**0,00**	**9.588,94**	**0,00**	**0,00**	**25.757,51**

Restos a Pagar Processados							
Restos a Pagar: 2017	4.057,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.057,58
Restos a Pagar: 2018	1.561,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.561,20
Restos a Pagar: 2019	2.129,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.129,47
Restos a Pagar: 2020	1.932,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.932,08
Restos a Pagar: 2021	10.466,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.466,20
Restos a Pagar: 2022	7.692,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.692,26
Restos a Pagar: 2023	3.810,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.810,55
Restos a Pagar: 2024	8.269,03	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353,83	6.915,20
Totais	**39.918,37**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.353,83**	**38.564,54**
Restos a Pagar Não Processados							
Restos a Pagar: 2024	42.645,53	0,00	26.418,76	0,00	0,00	26.418,76	16.226,77
Totais	**42.645,53**	**0,00**	**26.418,76**	**0,00**	**0,00**	**26.418,76**	**16.226,77**
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIA	20.527,16	2.310.360,74				2.310.809,74	20.078,16
OUTROS CONSIGNATARIOS	0,00	1.588.336,02				1.588.336,02	0,00
Totais	**20.527,16**	**3.898.696,76**				**3.899.145,76**	**20.078,16**
TOTAL GERAL :	**103.091,06**	**3.924.454,27**			**0,00**	**3.926.918,35**	**100.626,98**

Nota: Saldo para o exercício seguinte = Saldo do exercício + Inscrição - Cancelado - Pago.

Notas Explicativas

1 -O Demonstrativo da Dívida Flutuante é o relatório que evidencia os saldos a pagar relativos às despesas orçamentárias e extraorçamentárias de curto prazo, demonstrando a movimentação ocorrida durante o exercício financeiro. Apresenta, para cada grupo de obrigações, os saldos iniciais, as inscrições provenientes de exercícios anteriores e do exercício corrente, liquidações, cancelamentos, pagamentos e os saldos remanescentes para o exercício seguinte.

As contas a pagar inscritas processadas correspondem às despesas empenhadas e liquidadas no exercício de 2025 (despesas efetivamente realizadas), que não foram pagas até o encerramento do exercício.

As contas a pagar inscritas não processadas correspondem às despesas empenhadas no exercício de 2025, porém ainda não liquidadas até o encerramento do exercício, ou seja, despesas que ainda não tiveram sua execução devidamente comprovada.

Os restos a pagar processados correspondem às despesas empenhadas e liquidadas em exercícios anteriores, que permaneciam pendentes de pagamento até 31/12/2024.

Os restos a pagar não processados correspondem às despesas empenhadas em exercícios anteriores, porém ainda não liquidadas até 31/12/2024.

O demonstrativo evidencia, ainda, as despesas extraorçamentárias, representadas principalmente pelas consignações, que consistem em valores descontados em folha de pagamento dos servidores para posterior repasse a terceiros. Entre essas retenções destacam-se os empréstimos e financiamentos consignados junto à Caixa Econômica Federal, referentes a valores descontados na folha de pagamento do mês de dezembro de 2025, cujo repasse não ocorreu dentro do exercício financeiro.

A coluna “Saldo para o Exercício Seguinte” representa o montante das obrigações que permaneceram pendentes de pagamento ao final do exercício, totalizando R$ 100.626,98, valor que será transferido para o exercício subsequente para a devida quitação.

KAIKE MONTEIRO BORGES	***ADRIANA DE FATIMA PEREIRA SALUSTIANO***
Controlador Interno	Contadora CRC/PR 063570/O-3
ANDRE HENRIQUE DASSIE	
Presidente Do Fundo Previdencia	

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:219B40E3

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ANDIRÁ
ANEXO18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FUNDO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DO MUNIC. ANDIRA		
Estado do Paraná		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO MÊS: 12	DATA EMISSÃO: 13/03/2026
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	40.199.901,98	32.521.088,74
Receitas derivadas e originárias	35.775.089,50	28.744.127,22
Transferências correntes recebidas	526.115,72	501.875,27
Outros ingressos operacionais	3.898.696,76	3.275.086,25
DESEMBOLSOS	27.723.479,14	23.642.989,76
Pessoal e demais despesas	23.762.650,90	20.308.450,95
Transferências concedidas	61.682,48	59.643,36
Outros desembolsos operacionais	3.899.145,76	3.274.895,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	12.476.422,84	8.878.098,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	9.367,00	31.990,00
Aquisição de Ativo Não-Circulante	9.367,00	31.990,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-9.367,00	-31.990,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	12.467.055,84	8.846.108,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	73.617.753,13	68.375.010,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	84.857.907,51	73.617.753,13
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	11.483.975,49	12.885.034,06
Receita Patrimonial	12.946.751,84	6.136.679,34
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	11.344.362,17	9.722.413,82
Total das Transferências Recebidas	35.775.089,50	28.744.127,22
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	61.682,48	59.643,36
Outras transferências Intragovernamentais	0,00	0,00

Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	61.682,48	59.643,36
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	616.586,74	569.304,36
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	23.006.252,63	19.630.139,55
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	139.811,53	109.007,04
Perdas com Investimentos	0,00	0,00
Disponibilidades Compensatórias	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	23.762.650,90	20.308.450,95
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida Intraorcamentária	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Notas Explicativas		
1 - A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), bem como com as orientações constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), da Secretaria do Tesouro Nacional.		
A DFC evidencia a movimentação financeira ocorrida no exercício, demonstrando os ingressos de recursos e os desembolsos realizados, permitindo identificar a geração ou o consumo de caixa e equivalentes de caixa no período. Essa demonstração possibilita, ainda, avaliar a capacidade da entidade em gerar recursos para financiar suas atividades operacionais e realizar investimentos.		
A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é apurada pela diferença entre os ingressos e os desembolsos ocorridos no exercício de 2025. No período, verificou-se aumento de caixa, evidenciado pelo resultado financeiro positivo no montante de R$ 12.467.055,84.		
Considerando o saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa, somado à movimentação financeira ocorrida durante o exercício (ingressos, desembolsos e eventuais perdas com investimentos), apurou-se saldo final de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 84.857.907,51.		
KAIKE MONTEIRO BORGES	***ADRIANA DE FATIMA PEREIRA SALUSTIANO***	***ANDRE HENRIQUE DASSIE***
Controlador Interno	Contadora CRC/PR 063570/O-3	Presidente Do Fundo Previdencia

Publicado por:
André Henrique Dassie
Código Identificador:ED11B8FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 005/2026 - REPUBLICAÇÃO

LEI Nº 005/2026

SÚMULA: Concede revisão geral anual sobre a Tabela de Vencimentos dos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Antonina:
A Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º.Fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2026, revisão geral anual de 3,90% (três vírgula noventa por cento) sobre a Tabela de Vencimentos dos servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, da Administração Direta e Indireta, correspondente à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, referente ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2025.
§ 1º.O cálculo dos valores que resultarem em centavos será arredondado matematicamente.
§ 2º.São partes integrantes desta Lei os Anexos I, II, III, IV, V e VI.
§ 3º.Fica autorizado o Poder Executivo a complementar a remuneração dos servidores de provimento efetivo (Anexo I) cujos níveis estejam com valores inferiores ao Salário Mínimo Nacional vigente, em atendimento a Medida Provisória do Governo Federal.
§4º.Fica autorizado o Poder Executivo a complementar a remuneração dos servidores do magistério (Anexo II) cujos níveis estejam com valores inferiores ao Piso Nacional do Magistério - 2026, em atendimento à legislação aplicável.
Art. 2º.As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 3º.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

LEI Nº 005/2026
ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS			
Cargo de Provimento Efetivo do Executivo			
Nível	Vencimento	Nível	Vencimento
01	R$ 1.387,00	30	R$ 3.760,00
02	R$ 1.435,00	31	R$ 3.894,00
03	R$ 1.487,00	32	R$ 4.030,00
04	R$ 1.538,00	33	R$ 4.174,00
05	R$ 1.593,00	34	R$ 4.316,00
06	R$ 1.649,00	35	R$ 4.469,00
07	R$ 1.708,00	36	R$ 4.627,00
08	R$ 1.762,00	37	R$ 4.785,00
09	R$ 1.828,00	38	R$ 4.898,00
10	R$ 1.893,00	39	R$ 5.130,00
11	R$ 1.957,00	40	R$ 5.307,00
12	R$ 2,026,00	41	R$ 5.492,00
13	R$ 2.099,00	42	R$ 5.686,00
14	R$ 2.169,00	43	R$ 5.886,00
15	R$ 2.246,00	44	R$ 6.088,00
16	R$ 2.324,00	45	R$ 6.290,00
17	R$ 2.403,00	46	R$ 6.525,00
18	R$ 2.488,00	47	R$ 6.752,00
19	R$ 2.580,00	48	R$ 6.987,00
20	R$ 2.667,00	49	R$ 7.234,00
21	R$ 2.763,00	50	R$ 7.486,00
22	R$ 2.856,00	51	R$ 7.749,00
23	R$ 2.957,00	52	R$ 8.019,00
24	R$ 3.062,00	53	R$ 8.300,00
25	R$ 3.167,00	54	R$ 8.590,00
26	R$ 3.279,00	55	R$ 8.891,00
27	R$ 3.388,00	56	R$ 9.202,00
28	R$ 3.513,00	57	R$ 9.524,00
29	R$ 3.634,00	58	R$ 9.857,00

Valores arredondados matematicamente.

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

LEI Nº 005/2026
ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS	
Magistério Municipal	
Níveis	Vencimento
I	R$ 1.902,00
II	R$ 1.979,00
III	R$ 2.058,00
IV	R$ 2.139,00
V	R$ 2.224,00
VI	R$ 2.313,00
VII	R$ 2.406,00
VIII	R$ 2.503,00
IX	R$ 2.603,00
X	R$ 2.707,00
XI	R$ 2.816,00
XII	R$ 2.928,00
XIII	R$ 3.044,00
XIV	R$ 3.167,00
XV	R$ 3.293,00
XVI	R$ 3.426,00
XVII	R$ 3.563,00
XVIII	R$ 3.706,00

Valores arredondados matematicamente.

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

LEI Nº 005/2026
ANEXO III

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS		
Magistério Municipal		
Função Gratificada	Símbolo	Valor da Gratificação
Direção – Escolas Municipais	FG-1	R$ 9.032,00
Direção Auxiliar – Escolas Municipais	FG-2	R$ 9.032,00
Coordenação Pedagógica – Escolas Municipais	FG-3	R$ 7.338,00
Coordenação Técnica	FG-4	R$ 8.709,00
Documentador Escolar	FG-5	R$ 6.209,00
Unidade de Controle Interno - UCI		
Função Gratificada	Símbolo	Valor da Gratificação
Coordenador UCI	FG - 1	R$ 9.975,00
Assessor UCI	FG - 2	R$ 5.987,00
Licitação		
Função Gratificada	Símbolo	Valor da Gratificação
Agente de Contratação	FG - 1	R$ 6.063,00
Pregoeiro	FG - 2	R$ 6.063,00
Equipe de Apoio	FG - 3	R$ 3.638,00

Valores arredondados matematicamente.

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

LEI Nº 005/2026
ANEXO IV

TABELA DE VENCIMENTOS	
Pensionistas e Inativos	
Pensionistas	Nível – Equivalente à tabela do Anexo I
Antonia A. Cotelessi	14
Inativos	Nível – Equivalente à tabela do Anexo I
Claudete Alves Rodrigues	01
Dinorah da Cruz Gomes	21
Iramese C. Shtorache	31

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

LEI Nº 005/2026
ANEXO V

TABELA DE SUBSÍDIOS DO CONSELHO TUTELAR		
Cargo	Símbolo	Vencimento
Conselheiro Tutelar	CT	R$ 2.186,00

Valores arredondados matematicamente.

PISO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CLT		
Agente de Combate de Endemias CLT		
Cargo	Símbolo	Vencimento
Agente Comunitário de Saúde	ACS	R$ 3.242,00
Agente de Combate de Endemias	ACE	R$ 3.242,00

Valores arredondados matematicamente.

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

LEI Nº 005/2026
ANEXO VI

TABELA DE VENCIMENTOS COMISSIONADOS	
Cargos de Provimento em Comissão do Executivo	
Símbolo	Vencimento
CC-1	R$ 4.402,00
CC-2	R$ 2.642,00
CC-3	R$ 9.118,00

Valores arredondados matematicamente.

TABELA DE VENCIMENTOS COMISSIONADOS	
Cargos de Provimento em Comissão do SAMAE	
Símbolo	Vencimento
CC - E	R$ 8.999,00
CC - 1	R$ 6.385,00
CC - 2	R$ 4.784,00

CC - 3	R$ 3.707,00
CC - 4	R$ 2.870,00

Valores arredondados matematicamente.

Gabinete da Prefeita, em 25 de fevereiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:88E57973

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PSS Nº 001/2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 CANDIDATOS INDEFERIDOS OU NÃO COMPARECENTES Nº 09/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CANDIDATOS INDEFERIDOS OU NÃO COMPARECENTES Nº 09/2026

1. A **Secretária Municipal de Educação e Esportes**, Simone Medina Vicenço Chaves, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, considerando edital nº 001/2025 e considerando o Decreto 183/2025, que homologa o Processo Seletivo Simplificado 001/2025, **torna público** a lista de candidatos homologados **indeferidos ou que Não Compareceram** perante análise de títulos realizado pela Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS) - Edital nº 001/2025

Classificação	Nome	Situação	Observações
318º	QUELI PINHEIRO CORREA MERCURIO	Indeferido	Não cumpriu o requisito 6.8; os títulos informados em sua inscrição e seleção pública não correspondem aos apresentados. **(ANEXO I** Dos Títulos Seleção Do Processo Seletivo Simplificado-Pss 01/2025**)**
320º	DENISE PEREIRA SANTOS	Não compareceu	
321º	CLEIDE PEREIRA DA SILVA	Não compareceu	
322º	PAMELA MIRANDA ARMSTRONG RAMOS DOS SANTOS	Não compareceu	
323º	ANGÉLICA SOUZA DE MELO	Indeferido	Não cumpriu o requisito 6.8; os títulos informados em sua inscrição e seleção pública não correspondem aos apresentados.
325º	MAIRA FERREIRA DE SOUZA	Não compareceu	
327º	KAROLINA LETÍCIA DE MIRANDA	Não compareceu	
32º	JACKELINE DE OLIVEIRA POLETI MOREIRA	Indeferido	Não cumpriu o requisito 6.8; os títulos informados em sua inscrição e seleção pública não correspondem aos apresentados. **(ANEXO I** Dos Títulos Seleção Do Processo Seletivo Simplificado-Pss 01/2025**)**

2. Conforme dispõe o item 6, DA SELEÇÃO E ANÁLISE DOS TÍTULOS
3. Em conformidade ao que se dispõe no item 6 do edital nº 001/2025, "**DA SELEÇÃO E ANÁLISE DE TÍTULOS**".
a) (Item 6.8). Será eliminado do PSS o candidato que não apresentar os documentos exigidos e os títulos informados em sua inscrição e seleção pública.

b) (Item 6.9). Não haverá segunda chamada para a declara de títulos ou de sua análise.

c) Não comprovação de tempo de serviço.

d) (Item 6.11). Não haverá inclusão em final de lista de classificação.

Antonina, 13 de março de 2026.

SIMONE MEDINA VINCENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esportes
Decreto nº 005/2025

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:008DBE49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 69/2026

PROTOCOLO Nº 4975/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 02/2025 – SMO.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 03.339.646/0001-96 com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 99, Sala 02, Bairro Budag, CEP: 89.165-472 na cidade de Rio do Sul/SC.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	Projeto de Pavimentação	M²	3.750	3,65	13.687,50

Total: R$ 13.687,50 (treze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
06001154510004103144905100000	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 16 de Março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:03B15483

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

5° Termo aditivo do contrato nº14 / 2022, decorrente de PregãoN°1/ 2022 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE NATIVO DE PLATAFORMA WEB PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADO, NO MODO DE LICENÇAS DE USO, SEM LIMITE DE USUÁRIOS. INCLUI AINDA SERVIÇOS COMPLEMENTARES NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DE TAL SISTEMA, COMO MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E EVOLUTIVA, BEM COMO HOSPEDAGEM DA SOLUÇÃO EM DATA CENTER E TODAS AS DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA..

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº80.896.194/0001-94, neste ato representada por LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA, portador do CPF sob n° 035.470.069-37, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 20/03/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 417.576,12. Com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de novo certame para contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	51455	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA;	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	2	51456	SISTEMA DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO, LOA);	MENSAL	12	455,36	5.464,32
1	3	51457	SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E TESOURARIA MUNICIPAL;	MENSAL	12	455,36	5.464,32
1	4	51458	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS (SIM-AM)	MENSAL	12	569,22	6.830,64
1	5	51459	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DE CUSTOS;	MENSAL	12	341,53	4.098,36
1	6	51460	SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO DOS REPASSE E SUBVENÇÕES SOCIAIS	MENSAL	12	227,69	2.732,28

1	7	51461	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	8	51462	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO E ESTOQUES;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	9	51463	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	10	51464	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE OBRAS MUNICIPAIS;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	11	51465	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE INTERNO;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	12	51466	SISTEMA DE GESTÃO DO CONTROLE DE PATRIMONIAL DOS BENS MOVEIS E IMÓVEIS;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	13	51467	SISTEMA DE GESTÃO DE TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, DÍVIDA ATIVA E TRIBUTOS MUNICIPAIS;	MENSAL	12	1.138,45	13.661,40
1	14	51468	SISTEMA DO PORTAL CONTRIBUINTES E EMISSÃO TAXAS E CERTIDÕES ONLINE	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	15	51469	SISTEMA DE EMISSÃO DO ITBI ONLINE	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	16	51470	SISTEMA DE GESTÃO DA EMISSÃO E CONTROLE DO ALVARÁ ON-LINE;	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	17	51471	SISTEMA DE GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA E POSTURAS;	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	18	51472	APLICATIVO DE ACESSO AO CIDADÃO. (APP CIDADÃO)	MENSAL	12	341,53	4.098,36
1	19	51473	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE CEMITÉRIO E EMISSÃO DE TAXAS FUNERÁRIAS;	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	20	51474	SISTEMA DE GESTÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA E CONTROLE DO ISSQN;	MENSAL	12	3.984,56	47.814,72
1	21	51475	SISTEMA DE GESTÃO DE PORTAL TRANSPARÊNCIA LEI 131/2009;	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	22	51476	PORTAL WEB (SITE INSTITUCIONAL)	MENSAL	12	569,22	6.830,64
1	23	51477	SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (FOLHA DE PAGAMENTO E E-SOCIAL);	MENSAL	12	1.366,13	16.393,56
1	24	51478	PORTAL DO SERVIDOR MUNICIPAL	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	25	51479	SISTEMA DE GESTÃO DO PONTO ELETRÔNICO	MENSAL	12	796,91	9.562,92
1	26	51480	SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO E PROCESSOS DIGITAIS	MENSAL	12	683,07	8.196,84
1	27	51481	SISTEMA DE WORKFLOW (FLUXOS DE TRABALHO).	MENSAL	12	569,22	6.830,64
1	28	51482	SISTEMA DE GESTÃO DE AÇÕES SOCIAIS;	MENSAL	12	910,75	10.929,00
1	29	51485	PROVIMENTO DE DATA CENTER (HOSPEDAGEM, PROCESSAMENTO, SEGURANÇA E BACKUP)	MENSAL	12	2.960,01	35.520,12
2	1	51455	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA;	MENSAL	12	455,38	5.464,56
2	2	51456	SISTEMA DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO, LOA);	MENSAL	12	398,45	4.781,40
2	3	51457	SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA E TESOURARIA MUNICIPAL;	MENSAL	12	341,53	4.098,36
2	4	51458	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS (SIM-AM)	MENSAL	12	341,53	4.098,36
2	5	51459	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DE CUSTOS;	MENSAL	12	284,61	3.415,32
2	6	51461	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS;	MENSAL	12	455,38	5.464,56
2	7	51462	SISTEMA DE GESTÃO DE CONTROLE DE ALMOXARIFADO E ESTOQUES;	MENSAL	12	341,53	4.098,36
2	8	51463	SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DA FROTA MUNICIPAL;	MENSAL	12	341,53	4.098,36
2	9	51466	SISTEMA DE GESTÃO DO CONTROLE DE PATRIMONIAL DOS BENS MOVEIS E IMÓVEIS;	MENSAL	12	341,53	4.098,36
2	10	51477	SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (FOLHA DE PAGAMENTO E E-SOCIAL);	MENSAL	12	284,61	3.415,32
2	11	51478	PORTAL DO SERVIDOR MUNICIPAL	MENSAL	12	284,61	3.415,32
2	12	51480	SISTEMA DE PROTOCOLO ELETRÔNICO E PROCESSOS DIGITAIS	MENSAL	12	398,49	4.781,88
2	13	51485	PROVIMENTO DE DATA CENTER (HOSPEDAGEM, PROCESSAMENTO, SEGURANÇA E BACKUP)	MENSAL	12	455,38	5.464,56
2	15	51515	SISTEMA DE GESTÃO DE PORTAL TRANSPARÊNCIA LEI 131/2009 PARA CÂMARA MUNICIPAL	MENSAL	12	455,38	5.464,56
3	2	51487	HORA TÉCNICA DE CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE	HORAS	200	39,84	7.968,00
3	3	51488	HORA TÉCNICA DE TREINAMENTO	HORAS	100	39,84	3.984,00
3	5	51487	HORA TÉCNICA DE CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE	HORAS	500	39,84	19.920,00
3	6	51488	HORA TÉCNICA DE TREINAMENTO	HORAS	200	39,84	7.968,00

BARBOSA FERRAZ, 16 de março de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Elotech Gestão Pública LTDA
80.896.194/0001-94
LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:82B49D36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 5/2026

Decreto n° 5/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$174.567,46 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.002		CHEFIA DE GABINETE	
02.002.04.122.0002.2.004		GESTÃO E SUPORTE INSTITUCIONAL MUNICIPAL	
484 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	

03.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
03.001.04.122.0002.2.008		GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
33 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	6.594,00
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.001.04.123.0005.2.013		GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
49 - 3.1.90.94.00.00	1000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	12.217,22
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.022		FORTALECIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	
99 - 3.3.90.39.00.00	1103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.125,00
05.002.12.365.0011.2.044		FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ETAPA	
		PRÉ-ESCOLA	
114 - 3.1.90.11.00.00	1103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.765,49
115 - 3.1.90.13.00.00	1103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	959,12
05.002.12.365.0018.2.016		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	
125 - 3.1.90.11.00.00	1103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	34.228,18
126 - 3.1.90.13.00.00	1103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	6.036,31
05.003		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
05.003.13.392.0013.2.024		DESENVOLVIMENTO CULTURAL – GESTÃO E FUNDO MUNICIPAL	
154 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.028		SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MUNICIPAL	
172 - 3.1.90.94.00.00	1303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	26.263,20
177 - 3.3.90.36.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	9.773,94
178 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.305.0032.2.032		AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
232 - 3.3.90.32.00.00	1494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	2.205,00
08		SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	
08.004		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE	
08.004.26.782.0007.2.047		GESTÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
334 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
Suplementação			
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.006		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
10.006.08.241.0014.2.073		SUPORTE ÀS PESSOAS IDOSAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
461 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.900,00
		Total Suplementação:	174.567,46

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
02		GABINETE DO PREFEITO	
02.002		CHEFIA DE GABINETE	
02.002.04.122.0002.2.004		GESTÃO E SUPORTE INSTITUCIONAL MUNICIPAL	
19 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
03		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
03.001.04.122.0002.2.008		GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
32 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	106.588,52
04		SECRETARIA DE FINANÇAS	
04.001		GABINETE DO SECRETÁRIO	
04.001.04.123.0005.2.013		GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL	
58 - 3.3.90.92.00.00	1000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.000,00
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.306.0033.2.040		Assistência Integral a Saúde	
195 - 3.3.90.32.00.00	1494	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	39.773,94
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.304.0032.2.031		VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR	
		– MONITORAMENTO E CONTROLE	
224 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.205,00
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.006		FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
10.006.08.241.0014.2.073		SUPORTE ÀS PESSOAS IDOSAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
462 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.000,00
		Total Redução:	174.567,46

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 2 de Fevereiro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:664B9ED8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 6/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 6/2026

Decreto n° 6/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 937/2025 de 16/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$522.763,09 (quinhentos e vinte e dois mil e setecentos e sessenta e três reais e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
05.001		GABINETE DO SECRETARIO	
05.001.12.122.0002.2.037		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
79 - 4.4.90.52.00.00	3105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	39.450,78
05.002		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
05.002.12.361.0011.2.017		ACESSO E QUALIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL MUNICIPAL	
92 - 4.4.90.52.00.00	33845	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	107.611,41
05.002.12.365.0018.2.016		DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL	
125 - 3.1.90.11.00.00	33101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.557,44
126 - 3.1.90.13.00.00	33101	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	23.879,33
135 - 4.4.90.52.00.00	3105	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.746,98
05.003		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
05.003.13.392.0013.2.024		DESENVOLVIMENTO CULTURAL – GESTÃO E FUNDO MUNICIPAL	
162 - 3.3.90.93.00.00	31817	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	740,61
06		SECRETARIA DE SAUDE	
06.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
06.001.10.301.0029.2.026		MANUTENÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE	
168 - 3.3.90.40.00.00	33309	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.643,11
06.001.10.301.0029.2.028		SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE MUNICIPAL	
170 - 3.1.90.11.00.00	33498	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.407,72
171 - 3.1.90.13.00.00	33498	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.088,53
174 - 3.3.90.30.00.00	33480	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
177 - 3.3.90.36.00.00	31494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	26.100,00
178 - 3.3.90.39.00.00	33480	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	28.700,00
06.001.10.302.0031.2.030		SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE – ATENÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
189 - 3.3.71.70.00.00	3492	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	5.153,34
06.002		DEPARTAMENTO DE SAUDE	
06.002.04.122.0002.2.025		GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAÚDE	
203 - 3.3.90.39.00.00	33376	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.033,95
06.003		DEPARTAMENTO DE FARMACIA	
06.003.10.301.0030.2.029		SUPORTE ESTRUTURAL À FARMÁCIA MUNICIPAL	
217 - 4.4.90.52.00.00	33372	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.290,20
06.004		DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
06.004.10.304.0032.2.031		VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR – MONITORAMENTO E CONTROLE	
222 - 3.3.90.30.00.00	33342	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06.004.10.305.0032.2.032		AÇÕES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
228 - 3.1.90.11.00.00	33306	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.544,22
10		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

Suplementação			
10.004		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.004.08.244.0008.2.058		GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	
381 - 3.1.90.11.00.00	3940	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	4.960,00
382 - 3.1.90.13.00.00	3940	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	843,20
10.004.08.244.0014.2.077		BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS	
403 - 3.1.90.11.00.00	331934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.842,10
404 - 3.1.90.13.00.00	331934	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.057,88
10.004.08.244.0016.2.075		FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS	
416 - 3.1.90.11.00.00	3852	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.916,50
417 - 3.1.90.13.00.00	3852	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.195,79
		Total Suplementação:	522.763,09

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BRAGANEY, Estado do PR, em 2 de Fevereiro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:2DB973A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Unidade gestora: Fundo de Previdência Municipal de Cafeara					
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 13/03/2026**			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES		2.918.000,00	3.053.000,00	4.154.896,56	1.101.896,56
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		1.340.000,00	1.340.000,00	1.447.764,86	107.764,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.340.000,00	1.340.000,00	1.447.764,86	107.764,86
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL		1.556.000,00	1.656.000,00	2.626.610,79	970.610,79
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS		1.556.000,00	1.656.000,00	2.626.610,79	970.610,79
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO,					
		0,00	0,00	0,00	0,00
PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA					
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL		0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO					
		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE					
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		22.000,00	57.000,00	80.520,91	23.520,91
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		22.000,00	57.000,00	80.520,91	23.520,91
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS		3.682.000,00	3.682.000,00	3.679.440,07	(2.559,93)
CONTRIBUIÇÕES		1.357.000,00	1.357.000,00	1.465.976,18	108.976,18
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.357.000,00	1.357.000,00	1.465.976,18	108.976,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS		2.325.000,00	2.325.000,00	2.213.463,89	(111.536,11)
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		2.325.000,00	2.325.000,00	2.213.463,89	(111.536,11)
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		6.600.000,00	6.735.000,00	7.834.336,63	1.099.336,63
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		6.600.000,00	6.735.000,00	7.834.336,63	1.099.336,63
DÉFICIT (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III+IV)		6.600.000,00	6.735.000,00	7.834.336,63	1.099.336,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		5.409.000,00	5.544.000,00	5.194.655,99	5.194.655,99	5.194.655,99	349.344,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.265.000,00	5.400.000,00	5.117.161,81	5.117.161,81	5.117.161,81	282.838,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		144.000,00	144.000,00	77.494,18	77.494,18	77.494,18	66.505,82
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		5.442.000,00	5.577.000,00	5.194.655,99	5.194.655,99	5.194.655,99	382.344,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)		5.442.000,00	5.577.000,00	5.194.655,99	5.194.655,99	5.194.655,99	382.344,01
RESERVA DO RPPS		1.158.000,00	1.158.000,00	0,00	0,00	0,00	1.158.000,00
SUPERÁVIT (IX)		1.158.000,00	1.158.000,00	2.639.680,64	2.639.680,64	2.639.680,64	(1.481.680,64)
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		6.600.000,00	6.735.000,00	7.834.336,63	7.834.336,63	7.834.336,63	(1.099.336,63)

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas

1 - I - INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Previdência do Município de Cafeara - FPMC, localizado na Avenida Brasil, 188, centro, prédio da prefeitura, na cidade de Cafeara, foi criado pela Lei 94 de 10 de maio de 1993, alterado/reestruturado pelas Leis 204 de 25 de março de 2002, 238 de 31 de dezembro de 2004 e 250 de 19 de dezembro de 2005, com suas regras de aposentadoria conforme Lei 582/2021, de 16/12/2021, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração indireta, tendo inscrito na Receita Federal do Brasil no CNPJ o número 04.684.563/0001-05, tem por finalidade assegurar recursos, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento. Importante destacar que no ano de 2021, foi promulgada a Lei Complementar nº 582, de 16 de dezembro de 2021, que institui a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do servidor do município de Cafeara e consolidou a legislação previdenciária. Nos Artigos 55 a 62 da referida Lei, estão descritos o Plano de

Custeio, que a partir de 01/04/2022, a contribuição Patronal e do Servidor passou para a alíquota de 14% (quatorze por cento), e para os Inativos e pensionistas alíquota de 14% (quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos de aposentadorias ou pensões que superem 4 (quatro) salários-mínimos.

O FPMC, em 31/12/2025, não possui quadro próprio de servidores, os serviços administrativos, jurídicos e contábeis, são realizados por funcionários do executivo municipal. O FPMC conta com 81 aposentados e 17 pensionistas com benefícios ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cafeara.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do FPMC, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito

Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024 de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O regime contábil adotado pelo FPMC é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64.
O Balanço Geral do FPMC, referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e por estas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.
5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12
O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, evidenciando também as despesas fixadas e executadas no exercício, em conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício.
A verificação/análise desse Balanço é de extrema importância para a definição dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública.
A Receita Prevista na LOA (Lei nº 659/2024) para o FPMC foi de R$ 6.600.000,00 e a Receita Realizada no exercício apresentada no Anexo 12 foi de R$ 7.834.336,63, com saldo positivo de R$ 1.234.336,63.
Quanto às Despesas, a dotação inicial, considerando a Reserva do RPPS, era de R$ 6.600.000,00. No orçamento do exercício de 2025 foram realizadas atualizações, elevando a dotação atualizada para R$ 6.735.000,00.
A despesa fixada e atualizada, considerando a Reserva do RPPS, foi de R$ 6.735.000,00, sendo que as despesas empenhadas, liquidadas e pagas foram de R$ 5.194.655,99. O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário que traduz em um superávit de R$ 2.639.680,64 em relação às receitas realizadas de R$ 7.834.336,63.
6 - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS
As receitas intraorçamentárias totalizaram R$ 3.679.440,07, com destaque para:
- Contribuições Sociais (Obrigações Patronais): R$ 1.465.976,18, relacionadas aos pagamentos de pessoal efetivo do Executivo e Legislativo municipal.
- Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias: R$ 2.213.463,89, que se refere à amortização do passivo atuarial e ao parcelamento de débito junto ao FPMC.
7 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
As despesas do FPMC somaram R$ 5.194.655,99, distribuídas entre:
Pagamento de Benefícios (Pessoal e Encargos Sociais): R$ 5.117.161,81, compreendendo o pagamento de aposentadorias e demais benefícios previdenciários.
Outras Despesas Correntes: R$ 77.494,18, referentes a serviços contratados com terceiros para manutenção das atividades administrativas do fundo.
8 - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
A Análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para análise da gestão orçamentária, como segue:
- Excesso/Insuficiência de Arrecadação: uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada corresponde à insuficiência ou excesso de arrecadação ocorrido no exercício.
Analisando o Balanço Orçamentário do FPMC, verifica-se superávit de arrecadação no montante de R$ 1.099.336,63, observado pelo confronto entre a arrecadação de R$ 7.834.336,63 e a Previsão Atualizada da Receita Orçamentária de R$ 6.735.000,00, decorrente principalmente do aumento dos rendimentos de aplicação financeira, que superaram a estimativa inicial.
- Economia na realização da despesa: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada corresponde a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada não foi utilizada para execução de despesas.
Analisando o Balanço Orçamentário do FPMC, verifica-se economia na realização de despesas em R$ 1.540.344,01, observada pelo confronto entre a Dotação Atualizada de R$ 6.735.000,00 e a Despesa Empenhada Executada de R$ 5.194.655,99.
Inscrição de Restos a Pagar:
a) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício.
O FPMC não registrou despesa liquidada e não paga.
b) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício.
O FPMC não registrou despesa empenhada e não liquidada.
Não foram registrados restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) nem restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas), indicando que o FPMC não deixou compromissos financeiros pendentes no exercício de 2025.
- Quociente do Resultado Orçamentário - é uma relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou
nulo. Assim, um índice igual a 1 representa um resultado nulo, maior que 1 indica superávit e menor que 1, déficit.
Em 2025, o FPMC apresentou um Resultado Superavitário, ou seja, quociente maior que 1, conforme demonstrado a seguir:
Receita Realizada / Despesa Executada = 7.834.336,63 / 5.194.655,99 = 1,51
O quociente do resultado orçamentário (relação entre a Receita Realizada e a Despesa Executada) é de 1,51, o que indica um expressivo superávit orçamentário para o exercício. Esse valor superior a 1 reforça a gestão eficiente das receitas e despesas no ano de 2025, garantindo que a arrecadação superou as despesas, refletindo um desempenho positivo no controle orçamentário.
9 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis não se limitam a uma formalidade ou obrigação legal; elas são um instrumento fundamental por meio do qual o Fundo de Previdência Social do Município de Cafeara presta contas à sociedade, especialmente aos segurados, aposentados e pensionistas, oferecendo informações de maneira clara e detalhada.
No setor público, onde o principal destinatário da informação é a sociedade, as notas explicativas desempenham um papel essencial na promoção da transparência e no exercício do controle social. Elas são ferramentas imprescindíveis para garantir que a população tenha acesso ao entendimento sobre a gestão financeira e patrimonial do ente público.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivos a obtenção, decomposição e interpretação dos valores apresentados, de forma a gerar informações úteis para o entendimento das contas do FPMC, além de contribuir para o processo de tomada de decisão.
As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer as informações necessárias para esclarecer a situação patrimonial, detalhando contas, saldos ou transações, bem como apresentando valores relacionados aos resultados do exercício. Além disso, elas destacam eventuais fatos que possam impactar essa situação no futuro.
Este relatório tem como propósito apresentar de forma clara e objetiva as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando assegurar o máximo de transparência para os usuários das informações.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis, fundamentais para garantir a compreensão total das informações apresentadas.

MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Presidente RPPS de Cafeara	Controle Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5
Entidades Consolidadas:		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:8BEE338D

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Unidade gestora: Fundo de Previdência Municipal de Cafeara					
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 13/03/2026**			
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orcamentária (I)	7.834.336,63	6.547.450,02	**Despesa Orçamentária (VI)**	5.194.655,99	4.621.154,08
Ordinária	0,00	0,00	**Ordinária**	0,00	0,00
Vinculada	7.834.336,63	6.547.450,02	**Vinculada**	5.194.655,99	4.621.154,08
Transferências Financeiras Recebidas (II)	144.000,00	120.000,00	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	66.505,82	31.292,28
Recebimentos Extraorçamentários (III)	793.126,92	667.549,45	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	868.567,78	857.042,39
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	17.062.548,37	15.237.037,65	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	19.704.282,33	17.062.548,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.062.548,37	15.237.037,65	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.704.282,33	17.062.548,37
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	25.834.011,92	22.572.037,12	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	25.834.011,92	22.572.037,12
Notas Explicativas					
1 - I - INFORMAÇÕES GERAIS					
O Fundo de Previdência do Município de Cafeara - FPMC, localizado na Avenida Brasil, 188, centro, prédio da prefeitura, na cidade de Cafeara, foi criado pela Lei 94 de 10 de maio de 1993, alterado/reestruturado pelas Leis 204 de 25 de março de 2002, 238 de 31 de dezembro de 2004 e 250 de 19 de dezembro de 2005, com suas regras de aposentadoria conforme Lei 582/2021, de 16/12/2021, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração indireta, tendo inscrito na Receita Federal do Brasil no CNPJ o número 04.684.563/0001-05, tem por finalidade assegurar recursos, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento. Importante destacar que no ano de 2021, foi promulgada a Lei Complementar nº 582, de 16 de dezembro de 2021, que institui a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do servidor do município de Cafeara e consolidou a legislação previdenciária. Nos Artigos 55 a 62 da referida Lei, estão descritos o Plano de Custeio, que a partir de 01/04/2022, a contribuição Patronal e do Servidor passou para a alíquota de 14% (quatorze por cento), e para os Inativos e pensionistas alíquota de 14%					

(quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos de aposentadorias ou pensões que superem 4 (quatro) salários- mínimos.
O FPMC, em 31/12/2025, não possui quadro próprio de servidores, os serviços administrativos, jurídicos e contábeis, são realizados por funcionários do executivo municipal. O FPMC conta com 81 aposentados e 17 pensionistas com benefícios ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cafeara.
2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
As demonstrações que compõem o Balanço Geral do FPMC, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024 de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.
3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
O regime contábil adotado pelo FPMC é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita. Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64.
O Balanço Geral do FPMC, referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e por estas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.
5 - BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13
O Balanço Financeiro do exercício de 2025 do FPMC (Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Cafeara), conforme o Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, evidencia os ingressos e dispêndios financeiros, incluindo as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, com foco nos saldos de caixa do exercício anterior e os que são transferidos para o exercício seguinte.
Saldos de Caixa:
Saldo do Exercício Anterior (2024): R$ 17.062.548,37.
Saldo Final (2025): R$ 19.704.282,33.
Aumento no Saldo de Caixa: R$ 2.641.733,96, o que representa um incremento no caixa do fundo durante o exercício de 2025.
6 - RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS
A receita orçamentária no valor de R$ 7.834.336,63, e a despesa orçamentária de R$ 5.194.655,99, estão apresentadas no Balanço Financeiro, divididas entre ordinárias e vinculadas, conforme segue.
Receita Orçamentária:
a) Ordinária: R$ 0,00
b) Vinculada: R$ 7.834.336,63
A receita orçamentária registrada foi exclusivamente vinculada, refletindo a arrecadação específica para o Fundo.
Despesa Orçamentária:
a) Ordinária: R$ 0,00
b) Vinculada: R$ 5.194.655,99
As despesas também foram exclusivamente vinculadas, correspondendo a valores específicos do fundo, especialmente com o pagamento de benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões.
7 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INGRESSOS
Transferências Recebidas (Ingressos): R$ 144.000,00, referente à taxa de administração de até 2% do valor total da remuneração de subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do RPPS no exercício anterior, conforme a Lei Municipal nº 250 de 2005.
8 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - EGRESSOS
Transferências Concedidas (Egressos): R$ 66.505,82, devolvidos ao município de Cafeara, valores não utilizados para cobrir despesas administrativas do FPMC.
9 - RECEITAS E DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS
Ingressos Extraorçamentários: R$ 793.126,92, provenientes de valores retidos na folha de pagamento (empréstimos, contribuições previdenciárias e imposto de renda). Pagamentos Extraorçamentários: R$ 868.567,78, abrangendo a restituição dos valores retidos (R$ 793.126,92) e a baixa dos rendimentos negativos nas aplicações do fundo (R$ 75.440,86).
10 - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO
O Balanço Financeiro tem o objetivo de evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro; sua análise tem o objetivo de preparar indicadores de suporte para a avaliação da gestão financeira.
Abaixo apresentamos a análise do Quociente do Balanço Financeiro:
- Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros - O quociente é calculado pela relação entre o saldo financeiro do exercício de 2025 e o saldo do exercício anterior (2024), como segue: Saldo para o Exercício Seguinte / Saldo do Exercício Anterior = 19.704.282,33 / 17.062.548,37 = 1,15 Interpretação do Quociente: O quociente de 1,15 indica que o saldo de caixa no final de 2025 foi 15% maior do que o saldo de 2024. Esse aumento reflete uma gestão financeira eficiente, com bom controle das receitas e despesas, permitindo que o FPMC finalize o exercício com um saldo positivo de recursos. Conclusão:
O Balanço Financeiro de 2025 do FPMC mostra um desempenho financeiro positivo:
O saldo de caixa aumentou em R$ 2.641.733,96, o que demonstra uma gestão financeira sólida e equilibrada.
A receita orçamentária foi integralmente vinculada, assim como as despesas, mantendo a conformidade com os objetivos do fundo.
As transferências financeiras recebidas e concedidas foram bem gerenciadas, com a devolução de valores não utilizados ao município.
O quociente do resultado financeiro de 1,15 reforça a eficácia da gestão financeira ao assegurar um saldo maior no exercício seguinte.
Em resumo, a análise do Balanço Financeiro evidencia uma execução orçamentária e financeira eficaz, com um superávit financeiro que reflete a boa saúde fiscal e a capacidade do FPMC em gerar recursos e mantê-los bem administrados.
11 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis não se limitam a uma formalidade ou obrigação legal; elas são um instrumento fundamental por meio do qual o Fundo de Previdência Social do Município de Cafeara presta contas à sociedade, especialmente aos segurados, aposentados e pensionistas, oferecendo informações de maneira clara e detalhada.
No setor público, onde o principal destinatário da informação é a sociedade, as notas explicativas desempenham um papel essencial na promoção da transparência e no exercício do controle social. Elas são ferramentas imprescindíveis para garantir que a população tenha acesso ao entendimento sobre a gestão financeira e patrimonial do ente público.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivos a obtenção, decomposição e interpretação dos valores apresentados, de forma a gerar informações úteis para o entendimento das contas do FPMC, além de contribuir para o processo de tomada de decisão.
As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer as informações necessárias para esclarecer a situação patrimonial, detalhando contas, saldos ou transações, bem como apresentando valores relacionados aos resultados do exercício. Além disso, elas destacam eventuais fatos que possam impactar essa situação no futuro.
Este relatório tem como propósito apresentar de forma clara e objetiva as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando assegurar o máximo de transparência para os usuários das informações.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis, fundamentais para garantir a compreensão total das informações apresentadas.

MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Presidente RPPS de Cafeara	Controle Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5

Entidades Consolidadas:
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:9C8A134A

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - FUNDO DE PREVIDÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		19.704.282,33	17.062.548,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		0,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00

CONTA ÚNICA		0,00	0,00
CONTA ÚNICA RPPS		0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		19.704.282,33	17.062.548,37
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS		19.704.282,33	17.062.548,37
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSOLIDAÇÃO		19.704.282,33	17.062.548,37
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		18.407.403,96	16.034.278,99
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA		18.407.403,96	16.034.278,99
APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		1.296.878,37	1.028.269,38
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		1.296.878,37	1.028.269,38
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		60.515.145,02	42.944.882,03
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		60.515.145,02	42.944.882,03
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		60.515.145,02	42.944.882,03
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		140.000,00	152.000,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		140.000,00	152.000,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS INSCRITOS		140.000,00	152.000,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS		60.375.145,02	42.792.882,03
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS		60.375.145,02	42.792.882,03
VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL		60.375.145,02	42.792.882,03
TOTAL		**80.219.427,35**	**60.007.430,40**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR		0,00	0,00

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS		0,00	0,00
FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR		0,00	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATARIOS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO- INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		77.589.693,33	74.830.942,31
PROVISÕES A LONGO PRAZO		77.589.693,33	74.830.942,31
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		77.589.693,33	74.830.942,31
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		77.589.693,33	74.830.942,31
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER		0,00	0,00
(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM		0,00	0,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS		50.591.700,46	51.668.396,43
APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		53.563.359,35	52.449.404,11
(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		(293.490,92)	(659.005,61)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS		0,00	(9.253,29)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		(2.678.167,97)	(112.748,78)
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER		26.997.992,87	23.162.545,88
APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		47.506.878,06	42.860.677,42
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		(9.490.071,77)	(8.573.617,68)
(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM		(9.490.071,77)	(9.198.976,03)
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS		(1.528.741,65)	(1.925.537,83)
(-) OUTRAS DEDUÇÕES		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		**77.589.693,33**	**74.830.942,31**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício**
RESULTADOS ACUMULADOS		2.629.734,02	(14.823.511,91)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(2.342.480,95)	(16.710.246,59)
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.972.214,97	1.886.734,68
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.629.734,02**	**(14.823.511,91)**
TOTAL		80.219.427,35	60.007.430,40

ATIVO FINANCEIRO	19.704.282,33	17.062.548,37	**PASSIVO FINANCEIRO***	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	60.515.145,02	42.944.882,03	**PASSIVO PERMANENTE**	77.589.693,33	74.830.942,31
SALDO PATRIMONIAL				**2.629.734,02**	**(14.823.511,91)**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
40 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	18.384.269,14	15.865.337,96
94 Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
100 Reservas de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	0,00	0,00
551 Compensação entre Regimes Previdenciários	1.320.013,19	1.197.210,41
TOTAL	**19.704.282,33**	**17.062.548,37**
Notas Explicativas		

1 - I - INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Previdência do Município de Cafeara - FPMC, localizado na Avenida Brasil, 188, centro, prédio da prefeitura, na cidade de Cafeara, foi criado pela Lei 94 de 10 de maio de 1993, alterado/reestruturado pelas Leis 204 de 25 de março de 2002, 238 de 31 de dezembro de 2004 e 250 de 19 de dezembro de 2005, com suas regras de aposentadoria conforme Lei 582/2021, de 16/12/2021, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração indireta, tendo inscrito na Receita Federal do Brasil no CNPJ o número 04.684.563/0001-05, tem por finalidade assegurar recursos, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento. Importante destacar que no ano de 2021, foi promulgada a Lei Complementar nº 582, de 16 de dezembro de 2021, que institui a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do servidor do município de Cafeara e consolidou a legislação previdenciária. Nos Artigos 55 a 62 da referida Lei, estão descritos o Plano de Custeio, que a partir de 01/04/2022, a contribuição Patronal e do Servidor passou para a alíquota de 14% (quatorze por cento), e para os Inativos e pensionistas alíquota de 14% (quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos de aposentadorias ou pensões que superem 4 (quatro) salários-mínimos.

O FPMC, em 31/12/2025, não possui quadro próprio de servidores, os serviços administrativos, jurídicos e contábeis, são realizados por funcionários do executivo municipal. O FPMC conta com 81 aposentados e 17 pensionistas com benefícios ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cafeara.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do FPMC, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024 de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O regime contábil adotado pelo FPMC é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64.

O Balanço Geral do FPMC, referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e por estas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

5 - BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

O Balanço Patrimonial de 2025 do FPMC (Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Cafeara) fornece uma visão abrangente sobre a saúde financeira e patrimonial do fundo, permitindo uma análise detalhada dos seus ativos, passivos e patrimônio líquido. A partir da interpretação dos dados, podemos destacar pontos importantes sobre a gestão financeira do fundo e suas perspectivas futuras.

6 - ATIVO CIRCULANTE - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

O Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2025 totaliza R$ 19.704.282,33, apresentando uma variação positiva de aproximadamente 15,48% em relação ao exercício anterior (R$ 17.062.548,37). Esse montante é composto integralmente por investimentos e aplicações financeiras, como títulos e valores mobiliários, que são de fácil liquidez e podem ser resgatados no curto prazo, permitindo que o fundo tenha recursos disponíveis para atender a obrigações imediatas.

O portfólio é composto por:

- Aplicações em Segmento de Renda Fixa (Fundos de Investimento em Renda Fixa): R$ 18.407.403,96;

- Aplicações em Fundos de Investimento Estruturados (Multimercado): R$ 1.296.878,37.
7 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo:
O valor de R$ 140.000,00 refere-se à Dívida Ativa de Créditos Previdenciários Inscritos, referente ao parcelamento da Dívida do Município com o Fundo de Previdência Municipal de Cafeara, autorizado pela Lei 211/2002. Observa-se a redução em R$ 12.000,00 em relação ao exercício de 2024, que foi o valor da amortização de 12 parcelas, sendo amortizado R$ 1.000,00 em cada parcela.
O valor de R$ 60.375.145,02 refere-se à previsão de aportes necessários para cobrir o déficit atuarial do fundo, garantindo a solvência e a sustentabilidade financeira do Fundo de Previdência. Esse valor, que em 2024 era de R$ 42.792.882,03, apresentou crescimento de R$ 17.582.262,99, correspondendo ao montante de aportes futuros a serem realizados pelo Município para cobertura do déficit atuarial apurado no Laudo Atuarial de 2025, realizado pelos atuários Raphael K. Cunha Silva - MIBA 1.453 e Henrique Santos Santana - MIBA 2.800, Empresa Aliança Assessoria. Esse registro é essencial para equilibrar as contas do fundo e garantir que ele tenha recursos suficientes para honrar seus compromissos futuros com os beneficiários.
8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO
O fundo não possui bens corpóreos registrados, como imóveis ou equipamentos, no Ativo Imobilizado, o que é comum em Fundos de Previdência que não possuem infraestrutura própria significativa.
9 - PASSIVO CIRCULANTE
O Passivo Circulante no FPMC não apresenta registros ao final de 2025, indicando que o fundo não tem obrigações de curto prazo não pagas ou restos a pagar processados.
Isso sugere que as obrigações do fundo estão sendo cumpridas conforme os prazos estabelecidos.

10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Compreende os passivos exigíveis a longo prazo, ou seja, após doze meses da data das demonstrações contábeis, bem como as obrigações conhecidas e estimadas, que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.
No Passivo Não Circulante do FPMC, por ser uma entidade com a finalidade de garantir as aposentadorias e pensões dos segurados, aparece o registro das Provisões a Longo Prazo, que são registradas após emissão de Laudo Atuarial em cada exercício.
Em 2025, as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo - Consolidação do RPPS de Cafeara atingiram R$ 77.589.693,33, conforme Parecer Técnico emitido pelos atuários do fundo.
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo:
2024: R$ 74.830.942,31
2025: R$ 77.589.693,33
Diferença de R$ 2.758.751,02 em relação a 2024, que resultou em uma elevação das Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo de aproximadamente 3,69%.
11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.
O resultado acumulado no exercício de 2025, considerando as Provisões Matemáticas Previdenciárias, foi superavitário em R$ 2.629.734,02, sendo o Resultado do Exercício negativo em (R$ 2.342.480,95) e os resultados de exercícios anteriores superavitários no valor de R$ 4.972.214,97.
Cabe destacar que a reversão do patrimônio líquido, de negativo (R$ 14.823.511,91) em 2024 para positivo R$ 2.629.734,02 em 2025, está diretamente relacionada ao aumento significativo no ativo não circulante, especialmente no valor dos aportes para cobertura do déficit atuarial, registrado intraorçamentariamente.
12 - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL
A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de solvência.
1) Índice de Solvência (IS) - (Ativo Circulante + Ativo Permanente) / (Passivo Circulante + Passivo Permanente)
IS = Ativo Financeiro + Ativo Permanente / Passivo Financeiro + Passivo Permanente = 80.219.427,35 / 77.589.693,33 = 1,03
Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente às suas obrigações e apresenta situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.
O índice de solvência de 1,03 indica que o fundo possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações, representando uma melhora significativa em relação ao exercício anterior (0,80 em 2024). Isso indica que o Fundo de Previdência avançou em sua capacidade de honrar as obrigações a longo prazo, reflexo direto do incremento no ativo não circulante decorrente do aumento nos aportes previstos para cobertura do déficit atuarial.
2) Regra de Integridade do Superávit/Déficit Financeiro (RI): Ativo Financeiro - Passivo Financeiro = Superávit/Déficit
RI = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro = (19.704.282,33 - 0,00) = 19.704.282,33.
Sendo o saldo das fontes:
a) 40 - Regime Próprio de Previdência Social: R$ 18.384.269,14;
b) 551 - Compensação entre Regimes Previdenciários: R$ 1.320.013,19.
Conclusão
Em 2025, o FPMC de Cafeara demonstrou melhora no indicador de solvência, com o índice superando 1,0 pela primeira vez nos últimos exercícios. Esse avanço reflete o aumento nos aportes futuros registrados para cobertura do déficit atuarial e o crescimento das aplicações financeiras. A gestão proativa dos aportes financeiros realizados pelo município e a capacidade de gerar superávit financeiro são fatores que ajudam a mitigar riscos e garantir a continuidade dos pagamentos das aposentadorias e pensões no futuro.
13 - DISPOSIÇÕES FINAIS

As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis não se limitam a uma formalidade ou obrigação legal; elas são um instrumento fundamental por meio do qual o Fundo de Previdência Social do Município de Cafeara presta contas à sociedade, especialmente aos segurados, aposentados e pensionistas, oferecendo informações de maneira clara e detalhada.
No setor público, onde o principal destinatário da informação é a sociedade, as notas explicativas desempenham um papel essencial na promoção da transparência e no exercício do controle social. Elas são ferramentas imprescindíveis para garantir que a população tenha acesso ao entendimento sobre a gestão financeira e patrimonial do ente público.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivos a obtenção, decomposição e interpretação dos valores apresentados, de forma a gerar informações úteis para o entendimento das contas do FPMC, além de contribuir para o processo de tomada de decisão.

As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer as informações necessárias para esclarecer a situação patrimonial, detalhando contas, saldos ou transações, bem como apresentando valores relacionados aos resultados do exercício. Além disso, elas destacam eventuais fatos que possam impactar essa situação no futuro.
Este relatório tem como propósito apresentar de forma clara e objetiva as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando assegurar o máximo de transparência para os usuários das informações.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis, fundamentais para garantir a compreensão total das informações apresentadas.

MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO
Presidente RPPS de Cafeara

LETICIA APARECIDA ALVES
Controle Interno

MARCOS ROGERIO SOARES
Contabilista - CRC PR 050511/O-5

Entidades Consolidadas:
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:1D0057EB

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - FUNDO DE PREVIDÊNCIA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CAFEARA			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO:2025	**PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO**		**DATA EMISSÃO:13/03/2026**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**5.752.872,74**	**4.519.991,58**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**0,00**	**0,00**
IMPOSTOS		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTRA OFSS		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DO IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DO ITBI		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTRA OFSS		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS		0,00	0,00
OUTROS IMPOSTOS		0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00

(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**2.828.279,19**	**2.179.854,89**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.828.279,19	2.179.854,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES		2.828.279,19	2.179.854,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO		1.447.764,86	1.119.001,76
CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS		1.447.764,86	1.119.001,76
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS		1.380.524,53	1.060.859,56
CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS		67.240,33	58.142,20
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		1.380.514,33	1.060.853,13
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		1.380.514,33	1.060.853,13
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS		1.380.514,33	1.060.853,13
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**0,00**	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE MERCADORIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE DE PRODUÇÃO VEGETAL		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		0,00	0,00
VENDA DE LIVROS PERIOD. MAT. ESC. E PUBLICID.		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE MERCADORIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE PRODUTOS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE PRODUTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDA BRUTA DE PRODUTOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE PRODUTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER UNIÃO		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER ESTADO		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DO VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DO VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**2.700.072,64**	**1.543.336,73**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		73.461,85	69.193,89
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA - TAXAS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA - TAXAS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00

(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		73.461,85	69.193,89
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO		73.461,85	69.193,89
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		73.461,85	69.193,89
MULTAS E JUROS DE MORA DE CONTRIBUIÇÕES		73.461,85	69.193,89
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - MUNICIPIO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.626.610,79	1.474.142,84
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.626.610,79	1.474.142,84
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO		2.626.610,79	1.474.142,84
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**144.000,00**	**120.000,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		144.000,00	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		144.000,00	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		144.000,00	120.000,00
REPASSE RECEBIDO		144.000,00	120.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE CONSÓRCIOS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM AJUSTE DE GANHOS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM AJUSTE DE GANHOS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DOS GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS APREENDIDOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR PRODUÇÃO		0,00	0,00
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00

REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**80.520,91**	**676.799,96**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	0,00
DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
JUROS		0,00	0,00
POSIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO		0,00	0,00
POSIÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
CORREÇÃO CAMBIAL		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		80.520,91	676.799,96
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM		80.520,91	676.799,96
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM - INTER OFSS - UNIÃO		80.520,91	676.799,96
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICAÇÕES		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO EM INVESTIMENTOS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
OUTRAS MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
OUTRAS MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VPA DE ÔNUS SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS -		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**8.095.353,69**	**21.230.238,17**
PESSOAL E ENCARGOS		**940.413,17**	**839.890,81**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		390.905,61	343.704,52
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS		390.905,61	343.704,52
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO		390.905,61	343.704,52
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS		390.905,61	343.704,52
13. SALÁRIO		390.905,61	343.704,52
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS		0,00	0,00
OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS		0,00	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS		0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS		0,00	0,00

ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL		549.507,56	496.186,29
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS		549.507,56	496.186,29
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		549.507,56	496.186,29
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS		0,00	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL - MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		0,00	0,00
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**4.042.545,74**	**3.692.555,55**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		4.042.545,74	3.692.555,55
APOSENTADORIAS - RPPS		4.042.545,74	3.692.555,55
APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		4.042.545,74	3.692.555,55
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL		4.042.545,74	3.692.555,55
APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO		4.042.545,74	3.692.555,55
APOSENTADORIAS - RGPS		0,00	0,00
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS RESERVA- PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
REFORMA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
REFORMA - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS REFORMA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS APOSENTADORIAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
PENSÕES - RPPS		0,00	0,00
PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PENSÕES - RGPS		0,00	0,00
PENSÕES - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
PENSÕES - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
AUXÍLIO POR NATALIDADE		0,00	0,00
AUXÍLIO POR MORTE		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS POR SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SALARIO-FAMILIA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - RGPS		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - MILITAR		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SALARIO-FAMILIA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**77.494,18**	**88.707,72**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00
CONSUMO DE MATERIAL		0,00	0,00
CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SERVIÇOS		77.494,18	88.707,72
DIÁRIAS		0,00	0,00
DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00

SERVIÇOS TERCEIROS - PJ		77.494,18	88.707,72
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO		77.494,18	88.707,72
LOCAÇÕES		56.014,75	62.746,44
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00		0,00	0,00
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		0,00	0,00
DEPRECIAÇÃO		0,00	0,00
DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
EXAUSTÃO		0,00	0,00
EXAUSTÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**5.843,52**	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTRA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA MOBILIARIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS DE MORA		0,00	0,00
MULTAS DEDUTÍVEIS		0,00	0,00
MULTAS INDEDUTÍVEIS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - NÃO PARCELADAS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		5.843,52	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA EXTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS- UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS- MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		5.843,52	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO		5.843,52	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES CAMBIAIS		5.843,52	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00

JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
MANUTENÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM SENTENÇAS JUDICIAIS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**66.505,82**	**31.292,28**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		66.505,82	31.292,28
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA		66.505,82	31.292,28
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		66.505,82	31.292,28
REPASSE CONCEDIDO		66.505,82	31.292,28
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
FUNDO EM REPARTIÇÃO		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER-OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER-OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**69.597,34**	**189.492,94**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		69.597,34	189.492,94
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		69.597,34	189.492,94
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		69.597,34	189.492,94
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS		69.597,34	189.492,94
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS DE USO ESPECIAL		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS		0,00	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A SEGURADOS DO RPPS		0,00	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ALMOXARIFADO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE OUTROS ESTOQUES		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		**0,00**	**0,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00
IMPOSTOS- CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00
TAXAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**0,00**	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**2.892.953,92**	**16.388.298,87**
PREMIAÇÕES		0,00	0,00
PREMIAÇÕES CULTURAIS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES ARTÍSTICAS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES CIENTIFICAS		0,00	0,00

PREMIAÇÕES DESPORTIVAS		0,00	0,00
ORDENS HONORIFICAS		0,00	0,00
OUTRAS PREMIAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
JUROS		0,00	0,00
POSIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO		0,00	0,00
POSIÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
CORREÇÃO CAMBIAL		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA		0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA		0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE		0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE DEBÊNTURES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE ADMINISTRADORES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE PARTES BENEFICIARIAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE INSTITUIÇÕES OU FUNDOS DE ASSISTÊNCIA OU PREVIDÊNCIA DE EMPREGADOS		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		2.758.751,02	16.388.298,87
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		2.758.751,02	16.388.298,87
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		2.758.751,02	16.388.298,87
VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL		0,00	0,00
VPD DE OUTRAS PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		134.202,90	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM		134.202,90	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM - INTER OFSS - UNIÃO		134.202,90	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICAÇÕES		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO EM INVESTIMENTOS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		**(2.342.480,95)**	(16.710.246,59)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)		**0,00**	**0,00**
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		2.225.463,89	2.147.458,44

Notas Explicativas

1 - I - INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Previdência do Município de Cafeara - FPMC, localizado na Avenida Brasil, 188, centro, prédio da prefeitura, na cidade de Cafeara, foi criado pela Lei 94 de 10 de maio de 1993, alterado/reestruturado pelas Leis 204 de 25 de março de 2002, 238 de 31 de dezembro de 2004 e 250 de 19 de dezembro de 2005, com suas regras de aposentadoria conforme Lei 582/2021, de 16/12/2021, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração indireta, tendo inscrito na Receita Federal do Brasil no CNPJ o número 04.684.563/0001-05, tem por finalidade assegurar recursos, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento. Importante destacar que no ano de 2021, foi promulgada a Lei Complementar nº 582, de 16 de dezembro de 2021, que institui a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do servidor do município de Cafeara e consolidou a legislação previdenciária. Nos Artigos 55 a 62 da referida Lei, estão descritos o Plano de Custeio, que a partir de 01/04/2022, a contribuição Patronal e do Servidor passou para a alíquota de 14% (quatorze por cento), e para os Inativos e pensionistas alíquota de 14% (quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos de aposentadorias ou pensões que superem 4 (quatro) salários-mínimos. O FPMC, em 31/12/2025, não possui quadro próprio de servidores, os serviços administrativos, jurídicos e contábeis, são realizados por funcionários do executivo municipal. O FPMC conta com 81 aposentados e 17 pensionistas com benefícios ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cafeara.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do FPMC, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024 de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.
3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
O regime contábil adotado pelo FPMC é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita. Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64. O Balanço Geral do FPMC, referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e por estas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.
5 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15
De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e a NBCT T 16.6, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e as variações qualitativas, decorrentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, sem afetar o patrimônio líquido.
6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são transações que resultam em um aumento no benefício econômico do fundo, por meio de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos. Esses eventos impactam positivamente a situação patrimonial do fundo. Em 2025, as VPA totalizaram R$ 5.752.872,74, representando um aumento de 27,28% em relação a 2024 (R$ 4.519.991,58). As principais fontes de variações patrimoniais aumentativas foram:
- Contribuições Sociais (RPPS): R$ 2.828.279,19, compreendendo contribuições dos servidores (R$ 1.380.524,53), contribuições patronais do município (R$ 1.380.514,33) e contribuições de aposentados (R$ 67.240,33) e pensionistas;
- Remuneração de Aplicações Financeiras: R$ 2.626.610,79, resultado das aplicações em renda fixa e fundos multimercado;
- Juros e Encargos de Mora (sobre contribuições em atraso): R$ 73.461,85;
- Transferências Intragovernamentais Recebidas (taxa de administração): R$ 144.000,00;
- Compensação Financeira entre RGPS e RPPS: R$ 80.520,91.
7 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são transações que resultam em um decréscimo no benefício econômico do fundo, seja por saída de recursos, redução de ativos ou aumento de passivos, impactando negativamente o patrimônio líquido. Em 2025, as VPD totalizaram R$ 8.095.353,69, representando uma redução de 61,87% em relação a 2024 (R$ 21.230.238,17). As principais fontes foram:
- Benefícios Previdenciários (Aposentadorias): R$ 4.042.545,74;
- Benefícios a Pessoal (Benefícios do RPPS): R$ 549.507,56;
- Remuneração a Pessoal (13º Salário e vencimentos): R$ 390.905,61;
- Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica): R$ 77.494,18;
- VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo: R$ 2.758.751,02, decorrente da atualização do Laudo Atuarial de 2025;
- Compensação Financeira entre RGPS e RPPS (despesa): R$ 134.202,90;
- Redução a Valor Recuperável de Investimentos do RPPS: R$ 69.597,34;
- Transferências Intragovernamentais Concedidas: R$ 66.505,82;
- Outras Variações Monetárias e Cambiais: R$ 5.843,52.
8 - RESULTADO PATRIMONIAL
O Resultado Patrimonial é obtido pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), refletindo o impacto líquido das transações sobre o patrimônio líquido do fundo. Resultado Deficitário de (R$ 2.342.480,95): O cálculo do resultado patrimonial de 2025, considerando as VPA de R$ 5.752.872,74 e as VPD de R$ 8.095.353,69, resultou em um déficit de R$ 2.342.480,95. Esse resultado, embora ainda negativo, representa uma melhora expressiva de 85,98% em relação ao exercício de 2024, quando o déficit patrimonial foi de R$ 16.710.246,59. A redução no déficit patrimonial é atribuída principalmente à menor variação nas Provisões Matemáticas Previdenciárias (R$ 2.758.751,02 em 2025, contra R$ 16.388.298,87 em 2024), reflexo de uma atualização atuarial com menor impacto. Paralelamente, houve crescimento nas VPA, impulsionado pelo aumento das receitas de contribuições e rendimentos de aplicações financeiras.
9 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
As Variações Patrimoniais Qualitativas referem-se às mudanças nos ativos e passivos que não afetam diretamente o resultado patrimonial do exercício, mas alteram a composição dos elementos patrimoniais do fundo. Desincorporação de Ativo de R$ 2.225.463,89: Durante o exercício de 2025, foi registrada a desincorporação de ativos, com a amortização da dívida do Município de Cafeara com o FPMC. Esse montante corresponde a 12 parcelas da dívida da Prefeitura, incluindo o valor de R$ 12.000,00 pela amortização da dívida da Prefeitura Municipal (Lei 211/2002) e R$ 2.213.463,89 relativos ao aporte para amortização do déficit atuarial. Essa desincorporação reflete a recalibração das contas do fundo para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.
10 - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Em 2025, o FPMC de Cafeara apresentou cenário significativamente mais favorável do que em 2024, com uma expressiva redução no déficit patrimonial, que passou de R$ 16.710.246,59 para R$ 2.342.480,95 - uma melhora de 85,98%. Essa evolução positiva decorre principalmente da menor variação nas Provisões Matemáticas Previdenciárias e do crescimento nas Variações Patrimoniais Aumentativas. O crescimento de 27,28% nas VPA é resultado direto do aumento das contribuições previdenciárias e dos rendimentos das aplicações financeiras, que superaram as expectativas orçamentárias. A redução de 61,87% nas VPD confirma que o principal fator de pressão patrimonial no exercício de 2024 - o crescimento expressivo das Provisões Matemáticas - foi significativamente menor em 2025, favorecendo a estabilização do patrimônio líquido do fundo. A gestão do FPMC deve continuar acompanhando de perto o crescimento das provisões e garantir os recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações previdenciárias, a fim de assegurar a estabilidade financeira do fundo.
11 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis não se limitam a uma formalidade ou obrigação legal; elas são um instrumento fundamental por meio do qual o Fundo de Previdência Social do Município de Cafeara presta contas à sociedade, especialmente aos segurados, aposentados e pensionistas, oferecendo informações de maneira clara e detalhada.
No setor público, onde o principal destinatário da informação é a sociedade, as notas explicativas desempenham um papel essencial na promoção da transparência e no exercício do controle social. Elas são ferramentas imprescindíveis para garantir que a população tenha acesso ao entendimento sobre a gestão financeira e patrimonial do ente público.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivos a obtenção, decomposição e interpretação dos valores apresentados, de forma a gerar informações úteis para o entendimento das contas do FPMC, além de contribuir para o processo de tomada de decisão. As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer as informações necessárias para esclarecer a situação patrimonial, detalhando contas, saldos ou transações, bem como apresentando valores relacionados aos resultados do exercício. Além disso, elas destacam eventuais fatos que possam impactar essa situação no futuro. Este relatório tem como propósito apresentar de forma clara e objetiva as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando assegurar o máximo de transparência para os usuários das informações. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis, fundamentais para garantir a compreensão total das informações apresentadas.

MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Presidente RPPS de Cafeara	Controle Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5
Entidades Consolidadas:		
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:A6A9D9EE

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CAFEARA		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
2025		
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO	**DATA EMISSÃO: 13/03/2026**	
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	8.771.463,55	7.334.999,47
RECEITAS DERIVADAS	2.913.741,04	2.261.048,78
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	2.913.741,04	2.261.048,78
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	4.920.595,59	4.286.401,24
Receita Patrimonial	2.626.610,79	1.474.142,84
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	2.293.984,80	2.812.258,40
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	937.126,92	787.549,45
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	144.000,00	120.000,00
Recebimentos Extraorçamentários	793.126,92	667.549,45
DESEMBOLSOS	6.129.729,59	5.509.488,75
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	5.117.161,81	4.532.446,36
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.117.161,81	4.532.446,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	1.012.567,78	977.042,39
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	77.494,18	88.707,72
Transferências Financeiras Concedidas	66.505,82	31.292,28
Pagamentos Extraorçamentários	793.126,92	667.549,45
Outros Desembolsos	75.440,86	189.492,94
Perdas de Investimentos/Redução Valor Recuperável	75.440,86	189.492,94
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.641.733,96	1.825.510,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.641.733,96	1.825.510,72
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	17.062.548,37	15.237.037,65
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	19.704.282,33	17.062.548,37

Notas Explicativas

1 - I - INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Previdência do Município de Cafeara - FPMC, localizado na Avenida Brasil, 188, centro, prédio da prefeitura, na cidade de Cafeara, foi criado pela Lei 94 de 10 de maio de 1993, alterado/reestruturado pelas Leis 204 de 25 de março de 2002, 238 de 31 de dezembro de 2004 e 250 de 19 de dezembro de 2005, com suas regras de aposentadoria conforme Lei 582/2021, de 16/12/2021, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração indireta, tendo inscrito na Receita Federal do Brasil no CNPJ o número 04.684.563/0001-05, tem por finalidade assegurar recursos, mediante contribuição, aos seus beneficiários os meios de subsistência nos eventos de incapacidade, velhice, inatividade e falecimento. Importante destacar que no ano de 2021, foi promulgada a Lei Complementar nº 582, de 16 de dezembro de 2021, que institui a Reforma da Previdência no Regime de Previdência Social do servidor do município de Cafeara e consolidou a legislação previdenciária. Nos Artigos 55 a 62 da referida Lei, estão descritos o Plano de Custeio, que a partir de 01/04/2022, a contribuição Patronal e do Servidor passou para a alíquota de 14% (quatorze por cento), e para os Inativos e pensionistas alíquota de 14% (quatorze por cento) incidente sobre o valor dos proventos de aposentadorias ou pensões que superem 4 (quatro) salários-mínimos.

O FPMC, em 31/12/2025, não possui quadro próprio de servidores, os serviços administrativos, jurídicos e contábeis, são realizados por funcionários do executivo municipal. O FPMC conta com 81 aposentados e 17 pensionistas com benefícios ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cafeara.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do FPMC, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024 de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;
Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.
3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
O regime contábil adotado pelo FPMC é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.
Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64.
O Balanço Geral do FPMC, referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e por estas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.
5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), conforme o MCASP, é uma ferramenta fundamental para acompanhar a movimentação de recursos financeiros do FPMC de Cafeara. Ela descreve as entradas e saídas de caixa durante o exercício financeiro, classificando-as em fluxos operacionais, fluxos de investimentos e fluxos de financiamento. A DFC tem como objetivo destacar a geração de recursos e os compromissos financeiros assumidos pelo fundo ao longo do período, ajudando na análise da sua liquidez e capacidade de gerar caixa para cumprir suas obrigações.
6 - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS
Total de Ingressos das Atividades Operacionais: O FPMC apresentou R$ 8.771.463,55 de ingressos em 2025, o que representa um aumento de 19,58% em relação ao exercício anterior (R$ 7.334.999,47).
O crescimento dos ingressos é explicado pelo aumento nas contribuições previdenciárias (R$ 2.913.741,04, ante R$ 2.261.048,78 em 2024), pelo crescimento expressivo da receita patrimonial de aplicações financeiras (R$ 2.626.610,79, ante R$ 1.474.142,84 em 2024), e pelos recebimentos extraorçamentários e transferências recebidas.
7 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
Transferências Recebidas: O FPMC recebeu recursos de transferências financeiras para cobertura de despesas administrativas (R$ 144.000,00), assim como valores de recebimentos extraorçamentários (R$ 793.126,92).
As transferências financeiras são fundamentais para a gestão de recursos do fundo, permitindo o pagamento de despesas administrativas e a manutenção do equilíbrio financeiro. O acompanhamento dessas transferências garante que o fundo possa continuar operando de forma eficiente e cumprir com seus compromissos.
8 - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
Este quadro demonstra as despesas segundo as funções de governo, conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 42 de 14/04/1999.
No geral, os desembolsos em 2025 somaram R$ 6.129.729,59, representando aproximadamente 11,26% a mais do que em 2024 (R$ 5.509.488,75). Desembolsos Totais: O total de desembolsos realizados em 2025 foi de R$ 6.129.729,59.
Função com Maior Aporte: A Previdência Social foi a função que absorveu o maior montante de desembolso (R$ 5.117.161,81), o que é esperado, dado que o principal objetivo do fundo é garantir as aposentadorias e pensões dos segurados.
O aumento nos desembolsos reflete o crescimento das obrigações previdenciárias com o aumento de beneficiários e dos valores dos proventos.
9 - FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
Fluxo de Caixa Líquido: O fluxo de caixa das atividades operacionais foi de R$ 2.641.733,96 em 2025, superior ao valor de 2024 (R$ 1.825.510,72), representando uma variação positiva de 44,73%.
Causa da Variação: O incremento no fluxo de caixa líquido é atribuído principalmente ao crescimento significativo nas receitas de contribuições e nos rendimentos das aplicações financeiras, que cresceram 78,18% em relação a 2024, mais do que compensando o aumento nos desembolsos com benefícios previdenciários.
O fluxo de caixa operacional positivo e crescente é um indicativo de que o fundo está gerando recursos suficientes para cobrir suas atividades operacionais com folga crescente, o que representa uma evolução favorável na capacidade de pagamento do FPMC.
10 - APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO
Fluxo de Caixa Apurado: A apuração do fluxo de caixa do período resultou em uma geração líquida de caixa e equivalentes de R$ 2.641.733,96, que corresponde à diferença entre o saldo inicial e final de caixa e equivalentes de caixa:
Caixa Inicial: R$ 17.062.548,37
Caixa Final: R$ 19.704.282,33
Fluxo de Caixa = R$ 19.704.282,33 - R$ 17.062.548,37 = R$ 2.641.733,96
O saldo positivo de R$ 2.641.733,96 no fluxo de caixa do período mostra que o FPMC foi capaz de gerar recursos líquidos durante o exercício, o que é um bom sinal para sua liquidez e capacidade de pagamento. Esse superávit no fluxo de caixa é importante para financiar futuras obrigações, como a amortização do déficit atuarial e outros compromissos a longo prazo.
11 - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
O FPMC de Cafeara em 2025 demonstrou uma gestão positiva e crescente de caixa, com um fluxo de caixa operacional superavitário que cresceu 44,72% em relação ao ano anterior. Isso indica que o fundo não apenas manteve, mas ampliou sua capacidade de geração de recursos para cobrir as despesas operacionais.
O crescimento nas receitas de contribuições e nos rendimentos de aplicações financeiras foi o principal motor desse resultado positivo. O incremento de 78,18% nos rendimentos de aplicações financeiras (de R$ 1.474.142,84 para R$ 2.626.610,79) demonstra que a gestão dos investimentos do fundo está gerando retornos superiores às expectativas.
Contudo, é importante que a gestão de caixa continue a ser monitorada com atenção, especialmente diante das obrigações a longo prazo, como os aportes para cobrir o déficit atuarial e o crescimento natural das despesas com benefícios previdenciários.
A análise da DFC mostra que o FPMC de Cafeara, em 2025, tem plena capacidade de geração de caixa, o que pode ser suficiente para garantir sua solvência no futuro, desde que mantidos os aportes mensais e que a gestão financeira continue eficiente para assegurar o pagamento das obrigações previdenciárias.
12 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis não se limitam a uma formalidade ou obrigação legal; elas são um instrumento fundamental por meio do qual o Fundo de Previdência Social do Município de Cafeara presta contas à sociedade, especialmente aos segurados, aposentados e pensionistas, oferecendo informações de maneira clara e detalhada.
No setor público, onde o principal destinatário da informação é a sociedade, as notas explicativas desempenham um papel essencial na promoção da
transparência e no exercício do controle social. Elas são ferramentas imprescindíveis para garantir que a população tenha acesso ao entendimento sobre a gestão financeira e patrimonial do ente público.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivos a obtenção, decomposição e interpretação dos valores apresentados, de forma a gerar informações úteis para o entendimento das contas do FPMC, além de contribuir para o processo de tomada de decisão.
As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer as informações necessárias para esclarecer a situação patrimonial, detalhando contas, saldos ou transações, bem como apresentando valores relacionados aos resultados do exercício. Além disso, elas destacam eventuais fatos que possam impactar essa situação no futuro.
Este relatório tem como propósito apresentar de forma clara e objetiva as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando assegurar o máximo de transparência para os usuários das informações.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis, fundamentais para garantir a compreensão total das informações apresentadas.

MARCIA GISELE APARECIDA DA ROCHA MELO	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Presidente RPPS de CAFEARA	Controle Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5

Entidades Consolidadas:
Fundo de Previdência Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:9547C3E1

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Cafeara					
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de**	**13/03/2026**		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES		30.893.000,00	32.527.144,75	33.099.384,60	572.239,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.004.000,00	2.900.814,44	3.237.810,65	336.996,21
IMPOSTOS		1.815.000,00	2.711.814,44	3.099.341,36	387.526,92
TAXAS		162.000,00	162.000,00	134.274,72	(27.725,28)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		27.000,00	27.000,00	4.194,57	(22.805,43)
CONTRIBUIÇÕES		298.000,00	298.000,00	287.545,37	(10.454,63)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		298.000,00	298.000,00	287.545,37	(10.454,63)

RECEITA PATRIMONIAL		550.000,00	557.340,27	997.404,56	440.064,29
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		8.000,00	8.000,00	4.211,80	(3.788,20)
VALORES MOBILIÁRIOS		542.000,00	549.340,27	993.192,76	443.852,49
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL		0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		66.000,00	66.000,00	37.175,11	(28.824,89)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		66.000,00	66.000,00	37.175,11	(28.824,89)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		27.963.000,00	28.692.990,04	28.404.981,75	(288.008,29)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		20.351.000,00	20.950.914,69	19.876.930,15	(1.073.984,54)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		5.122.000,00	5.252.075,35	6.168.256,29	916.180,94
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	2.625,56	2.625,56
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		2.490.000,00	2.490.000,00	2.357.169,75	(132.830,25)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.000,00	12.000,00	134.467,16	122.467,16
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	0,00	3.588,03	3.588,03
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00	130.879,13	130.879,13
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		12.000,00	12.000,00	0,00	(12.000,00)
RECEITAS DE CAPITAL		282.000,00	932.000,00	2.699.713,18	1.767.713,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		30.000,00	30.000,00	0,00	(30.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		30.000,00	30.000,00	0,00	(30.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		90.000,00	90.000,00	0,00	(90.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		90.000,00	90.000,00	0,00	(90.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		162.000,00	812.000,00	2.699.713,18	1.887.713,18
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		54.000,00	54.000,00	461.500,00	407.500,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		108.000,00	758.000,00	2.238.213,18	1.480.213,18
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		31.175.000,00	33.459.144,75	35.799.097,78	2.339.953,03
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		31.175.000,00	33.459.144,75	35.799.097,78	2.339.953,03
DÉFICIT (IV)		0,00	2.631.663,32	0,00	(2.631.663,32)
TOTAL (V) = (III+IV)		31.175.000,00	36.090.808,07	35.799.097,78	(291.710,29)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	4.218.964,11	4.218.964,11	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	4.233.964,11	4.233.964,11	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	(15.000,00)	(15.000,00)	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		28.669.000,00	32.666.156,04	28.778.844,78	27.951.994,08	27.634.710,49	3.887.311,26

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.885.600,00	15.571.136,94	14.292.411,46	14.289.616,11	14.289.616,11	1.278.725,48
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		135.000,00	138.461,85	137.035,59	137.035,59	137.035,59	1.426,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13.648.400,00	16.956.557,25	14.349.397,73	13.525.342,38	13.208.058,79	2.607.159,52
DESPESAS DE CAPITAL		750.000,00	3.268.652,03	2.946.015,78	2.050.320,92	2.050.320,92	322.636,25
INVESTIMENTOS		605.000,00	3.126.652,03	2.812.708,46	1.917.013,60	1.917.013,60	313.943,57
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		145.000,00	142.000,00	133.307,32	133.307,32	133.307,32	8.692,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	0,00	156.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		29.575.000,00	36.090.808,07	31.724.860,56	30.002.315,00	29.685.031,41	4.365.947,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)		29.575.000,00	36.090.808,07	31.724.860,56	30.002.315,00	29.685.031,41	4.365.947,51
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)		1.600.000,00	0,00	4.074.237,22	5.796.782,78	6.114.066,37	(4.074.237,22)
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		31.175.000,00	36.090.808,07	35.799.097,78	35.799.097,78	35.799.097,78	291.710,29

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES		0,00	256.534,69	139.382,99	139.382,99	117.151,70	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	256.534,69	139.382,99	139.382,99	117.151,70	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	1.709.272,70	1.686.213,18	1.686.213,18	23.059,52	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	1.709.272,70	1.686.213,18	1.686.213,18	23.059,52	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	1.965.807,39	1.825.596,17	1.825.596,17	140.211,22	0,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		0,00	11.748,86	11.748,86	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	11.748,86	11.748,86	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	469.499,00	461.500,00	7.999,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	469.499,00	461.500,00	7.999,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	481.247,86	473.248,86	7.999,00	0,00

Notas Explicativas

1 - I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Município de Cafeara, com sede administrativa na Avenida Brasil, 188, CEP 86640-000, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração direta, CNPJ nº 75.845.545/0001-06, parte integrante do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 253/1954 de 26/11/1954, instalado oficialmente no dia 19/11/1955. É o órgão que representa o Poder Executivo Municipal, dotado de autonomia política, administrativa, e financeira, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população.

As demonstrações Consolidadas do Poder Executivo Municipal compreendem:

Prefeitura do Município de Cafeara - PR;

Fundo Municipal de Saúde - FMS;

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA;

E as Secretarias Municipais.

O Município de Cafeara, "Prefeitura Municipal", possui Regime Próprio de Previdência Social e na base 31/12/2025, conta com 190 funcionários estatutários, que contribuem para RPPS, 4 comissionados e 8 eletivos que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município de Cafeara, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 29/11/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Regime Contábil adotado pela Prefeitura Municipal de Cafeara é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência, com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade da empresa Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64, compreendendo todas às Secretarias e Fundos Municipais, com exceção do Fundo de Previdência Municipal que apresenta seus demonstrativos em separado, e a Câmara Municipal de Cafeara, que utiliza de Contabilidade descentralizada.

O Balanço Geral do Município, "Prefeitura Municipal", referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

O Balanço Orçamentário apresenta a comparação entre as receitas previstas e realizadas e as despesas fixadas e executadas dentro de um determinado exercício financeiro.

O objetivo do Balanço Orçamentário é evidenciar:

Se as receitas arrecadadas foram suficientes para cobrir as despesas planejadas;

Se houve superávit ou déficit orçamentário;

A eficiência na execução orçamentária e o equilíbrio fiscal.

Importância do Balanço Orçamentário:

Permite a transparência da gestão fiscal;

Indica a saúde financeira do município/estado;

Auxilia no planejamento e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Este relatório é fundamental para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e dentro dos limites da arrecadação.

6 - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A análise do Balanço Orçamentário é fundamental para avaliar a execução financeira da administração pública, garantindo transparência, eficiência e equilíbrio fiscal. Esse demonstrativo permite identificar se as receitas arrecadadas foram suficientes para cobrir as despesas previstas, ajudando na tomada de decisões estratégicas para a gestão pública.

A Análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para análise da gestão orçamentária. Neste sentido, segue alguns indicadores de gestão orçamentária:

7 - Excesso/Insuficiência de Arrecadação:

Uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Inicial da Receita e Receita Realizada correspondem à insuficiência ou excesso de arrecadação ocorrido no exercício.

A análise do Balanço Orçamentário da Prefeitura Municipal de Cafeara permite identificar excesso ou insuficiência de arrecadação, comparando as receitas previstas com as realizadas.

1. Excesso de Arrecadação

Ocorre quando as receitas arrecadadas superam a previsão inicial.

Áreas com excesso de arrecadação em 2025:

Receitas Correntes: A previsão inicial era R$ 30.893.000,00, e a arrecadação foi R$ 33.099.384,60, resultando em um superávit de R$ 2.206.384,60;

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: A arrecadação foi R$ 3.237.810,65, acima da previsão inicial de R$ 2.004.000,00, indicando eficiência tributária;

Receitas Patrimoniais: Foram arrecadados R$ 997.404,56, superando a previsão inicial de R$ 550.000,00;

Receitas de Capital: A previsão inicial era R$ 282.000,00, mas a arrecadação atingiu R$ 2.699.713,18, um aumento de R$ 2.417.713,18;

Esse excesso pode indicar um desempenho econômico melhor que o esperado, aumento de repasses ou maior eficiência na arrecadação.

2. Insuficiência de Arrecadação

Ocorre quando as receitas arrecadadas ficam abaixo da previsão inicial.

Áreas com insuficiência de arrecadação em 2025:

Contribuições: A receita prevista era R$ 298.000,00, mas foi arrecadado R$ 287.545,37, um déficit de R$ 10.454,63;

Receita de Serviços: A previsão era R$ 66.000,00 e a arrecadação foi R$ 37.175,11, déficit de R$ 28.824,89.

8 - Economia na realização da despesa:

A diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada correspondem a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada, não foi utilizada para execução de despesas.

Observa-se economia na realização de despesas de R$ 4.365.947,51, que corresponde a aproximadamente 12,10% da dotação atualizada, decorrente do confronto entre a

Dotação Atualizada de R$ 36.090.808,07 e a Despesa Empenhada de R$ 31.724.860,56.

A Prefeitura de Cafeara demonstrou boa gestão financeira, reduzindo despesas sem comprometer os serviços essenciais.

- Inscrição de Restos a Pagar:

Os Restos a Pagar (RAP) são despesas empenhadas em um exercício financeiro, mas que não foram pagas até o final do ano. Essas despesas podem ser processadas (quando já foram liquidadas) ou não processadas (ainda não liquidadas).

a) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício. A diferença entre despesas empenhadas R$ 31.724.860,56, e despesas liquidadas de R$ 30.002.315,00, importou em inscrição de RPNP, pela Prefeitura Municipal de Cafeara, em 2025 de R$ 1.722.545,56.

b) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício. A diferença entre despesas liquidadas no montante de R$ 30.002.315,00 e despesas pagas no montante de R$ 29.685.031,41, importou na inscrição de RPP, pela Prefeitura Municipal de Cafeara, em 2025 de R$ 317.283,59.

3. Impacto dos Restos a Pagar na Gestão

Efeito Positivo: Permite a continuidade de projetos sem comprometer o orçamento do próximo ano;

Garante a execução de despesas prioritárias, mesmo que atrasadas.

Efeito Negativo: Se os RAP não forem bem gerenciados, podem gerar acúmulo de dívidas e comprometer futuras receitas;

O alto volume de RAP pode indicar problemas de liquidez no caixa municipal.

4. Conclusão:

A Prefeitura de Cafeara encerrou 2025 com R$ 2.039.829,15 em Restos a Pagar (R$ 1.722.545,56 não processados e R$ 317.283,59 processados). Isso demonstra que houve compromissos assumidos para 2026, mas ainda dentro de um nível gerenciável. Destaca-se também o valor de R$ 95,62, a pagar de valores restituíveis ao INSS referente a férias antecipadas, totalizando R$ 2.039.924,77 de Restos a Pagar.

9 - Quociente do Resultado Orçamentário:
É uma relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Um índice igual a 1 representa resultado nulo, maior que 1 indica superávit e menor que 1, déficit.
Em 2025, a Prefeitura Municipal apresentou Resultado Superavitário, conforme demonstrado a seguir:
Receita Realizada = 35.799.097,78 = 1,13
Despesa Empenhada 31.724.860,56
O Resultado de 1,13 demonstra que a receita realizada em 2025 foi superior à despesa executada, evidenciando superávit orçamentário.
10 - Quociente da Execução Orçamentária Corrente:
Resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. Indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes.
Em 2025, o Município de Cafeara apresentou o seguinte resultado da Execução Orçamentária Corrente:
Receita Realizada Corrente = 33.099.384,60 = 1,15
Despesa Empenhada Corrente 28.778.844,78
O Resultado de 1,15 demonstra que a receita corrente realizada suportou as despesas correntes empenhadas, restando saldo positivo de R$ 4.320.539,82.
11 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
No Anexo I do Balanço Orçamentário, "DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", observa-se os valores inscritos em RPNP em 2024, de R$ 1.965.807,39, a serem liquidados e pagos em 2025, sendo que deste valor foi liquidado e pago R$ 1.825.596,17 e cancelados R$ 140.211,22.
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
No Anexo II do Balanço Orçamentário "DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS", observa-se os valores de RPP inscritos em 2024 no valor de R$ 481.247,86, sendo que R$ 473.248,86 foram pagos e R$ 7.999,00 foram cancelados em 2025.
A Prefeitura de Cafeara demonstrou boa execução dos Restos a Pagar, garantindo que as despesas processadas fossem quitadas. Com essas medidas, a administração municipal assegura sustentabilidade financeira e continuidade nos serviços públicos, sem comprometer o orçamento futuro.
12 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis vão além de uma obrigação legal ou mera formalidade. Elas representam um meio essencial pelo qual o Governo Municipal presta informações detalhadas e acessíveis aos cidadãos cafearenses, promovendo transparência e compreensão sobre a gestão pública.
No setor público, onde a sociedade é a principal usuária da informação, as notas explicativas desempenham um papel fundamental na transparência administrativa e são ferramentas essenciais para o exercício do controle social.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivo a extração, decomposição e interpretação dos valores apresentados nos demonstrativos, gerando informações úteis que possibilitam uma visão clara das contas do Município. Além disso, esse processo contribui diretamente para a tomada de decisões informadas e eficazes.
Por fim, as Notas Explicativas têm a finalidade de fornecer esclarecimentos sobre a situação patrimonial do Município, detalhando saldos, transações e resultados do exercício, além de registrar eventos que possam impactar a posição patrimonial no futuro.
O presente relatório busca apresentar, com clareza e objetividade, as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, garantindo máxima transparência aos usuários dessas informações.
Vale ressaltar que as Notas Explicativas são parte integrante e indispensável das Demonstrações Contábeis.

ELTON FABIO LAZARETTI	*LETICIA APARECIDA ALVES*	*MARCOS ROGERIO SOARES*
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5

Entidades Consolidadas:
Prefeitura Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:B3201A8D

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Cafeara					
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13					
Exercício 2025	**Balanço Anual**		**Data de 13/03/2026**		
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orcamentária (I)	35.799.097,78	34.799.100,98	**Despesa Orçamentária (VI)**	31.724.860,56	35.043.413,13
Ordinária	26.611.887,21	23.385.302,45	**Ordinária**	23.758.875,69	21.993.748,50
Vinculada	9.187.210,57	11.413.798,53	**Vinculada**	7.965.984,87	13.049.664,63
Transferências Financeiras Recebidas (II)	196.197,73	225.789,42	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	1.744.000,00	1.620.000,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	5.528.795,21	5.273.220,18	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	5.787.715,47	3.150.314,93
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	6.587.903,11	6.103.520,59	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	8.855.417,80	6.587.903,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.587.903,11	6.103.520,59	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.855.417,80	6.587.903,11
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	48.111.993,83	46.401.631,17	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	48.111.993,83	46.401.631,17
Notas Explicativas					
1 - I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
O Município de Cafeara, com sede administrativa na Avenida Brasil, 188, CEP 86640-000, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração direta, CNPJ nº 75.845.545/0001-06, parte integrante do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 253/1954 de 26/11/1954, instalado oficialmente no dia 19/11/1955. É o órgão que representa o Poder Executivo Municipal, dotado de autonomia política, administrativa, e financeira, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população.					
As demonstrações Consolidadas do Poder Executivo Municipal compreendem:					
Prefeitura do Município de Cafeara - PR;					
Fundo Municipal de Saúde - FMS;					
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;					
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA; E as Secretarias Municipais.					

O Município de Cafeara, "Prefeitura Municipal", possui Regime Próprio de Previdência Social e na base 31/12/2025, conta com 190 funcionários estatutários, que contribuem para RPPS, 4 comissionados e 8 eletivos que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município de Cafeara, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 29/11/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025;

Lei nº 659/2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Regime Contábil adotado pela Prefeitura Municipal de Cafeara é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência, com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade da empresa Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias

Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64, compreendendo todas às Secretarias e Fundos Municipais, com exceção do Fundo de Previdência Municipal que apresenta seus demonstrativos em separado, e a Câmara Municipal de Cafeara, que utiliza de Contabilidade descentralizada.

O Balanço Geral do Município, "Prefeitura Municipal", referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

5 - BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, no qual a Receita Orçamentária é desdobrada segundo sua destinação e funções e a Despesa Orçamentária segundo sua destinação e funções. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro apresenta a movimentação dos ingressos (receitas) e dispêndios (despesas) em determinado período, geralmente o exercício financeiro anual.

Objetivo do Balanço Financeiro

Ele tem a função de evidenciar:

A origem dos recursos recebidos (ingressos);

A destinação dos recursos gastos (dispêndios);

O saldo financeiro disponível no início e no final do período.

Importância do Balanço Financeiro

Transparência e Prestação de Contas: demonstra como os recursos públicos foram gerenciados;

Controle Financeiro: ajuda a avaliar a sustentabilidade das contas públicas;

Tomada de Decisão: permite que gestores públicos e órgãos de controle avaliem a necessidade de ajustes financeiros.

O saldo no fim do exercício de 2024 era de R$ 6.587.903,11 e ao final de 2025, havia em caixa (contas bancárias vinculadas e não vinculadas), o montante de R$ 8.855.417,80.

6 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INGRESSOS:

Conforme o Balanço Financeiro, foi registrado no exercício de 2025, a título de Transferências Financeiras Recebidas o montante de R$ 196.197,73, sendo R$ 129.691,91 a devolução de recursos da Câmara Municipal e R$ 66.505,82 devolução do Fundo de Previdência Municipal.

7 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - EGRESSOS:

No Balanço Financeiro - Anexo 13 da Prefeitura Municipal de Cafeara, as Transferências Financeiras Concedidas (Egressos) representam valores que o município repassou para outras entidades, como órgãos governamentais, fundos, autarquias ou outras instituições.

Foi registrado no exercício de 2025, a título de Transferências Financeiras Concedidas, o montante de R$ 1.744.000,00, sendo R$ 1.600.000,00, destinados à Câmara Municipal de Cafeara, e R$ 144.000,00, destinados ao Fundo de Previdência Municipal de Cafeara, referente à taxa de administração, (até dois por cento do valor total da remuneração subsídios, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do RPPS ao exercício financeiro anterior), conforme § 3º, inciso VII do Artigo 12 da Lei 250 de 19 de dezembro de 2005.

8 - RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS:

As Receitas Extraorçamentárias representam ingressos de recursos que não fazem parte da receita orçamentária do município. Ou seja, são valores que entram nos cofres públicos, mas que não são destinados a despesas governamentais diretas, pois têm natureza temporária ou de administração financeira.

O valor de R$ 5.528.795,21, refere-se ao ingresso de receitas extraorçamentárias oriundas de valores retidos em Folha de Pagamento (Contribuições Previdenciárias, Empréstimos, Imposto de Renda Retido na Fonte, Contribuição para a APAE, Sindicatos, etc.), Retenções de ISS, Cauções, (-) menos os Valores Restituíveis e estornos, (+) mais os valores de Restos a Pagar Processados e Não Processados, no valor de R$ 2.039.924,77.

9 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS:

As Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias representam os valores gastos pelo município, classificando-se entre aquelas previstas no orçamento (orçamentárias) e aquelas que envolvem apenas a administração de recursos temporários (extraorçamentárias). Despesas Orçamentárias

São os gastos planejados e aprovados no orçamento municipal, utilizados para a manutenção dos serviços públicos e execução de projetos.

Foram registradas despesas orçamentárias, que perfazem o montante de R$ 31.724.860,56.

Despesas Extraorçamentárias

São valores que saem dos cofres públicos, mas que não fazem parte das despesas do orçamento, pois envolvem administração de recursos temporários, como pagamentos extraorçamentários no montante de R$ 5.787.715,47, deste montante parte refere-se ao pagamento de valores restituíveis retidos em folha de pagamento, caução e retenções de ISS; R$ 481.247,86 restos a pagar processados e R$ 1.825.596,17 RPNP, restos a pagar não processados de 2024, pagos em 2025.

10 - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro tem o objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro, sua análise tem objetivo de preparar indicadores de suporte para a avaliação da gestão financeira.

Abaixo apresentamos a análise dos Quocientes do Balanço Financeiro:

- Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro:

É resultante da relação entre o resultado Orçamentário (Receita Orçamentária Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário.

Resultado Orçamentário = 4.074.237,22 = 1,80

Variação do Saldo em Espécie 2.267.514,69

Os dados apresentados mostram que o resultado orçamentário contribuiu positivamente para a variação do saldo em espécie, demonstrando que as receitas orçamentárias foram superiores às despesas, impulsionando o crescimento das disponibilidades.

- Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

É resultante da relação entre o Saldo que passa para o Exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Saldo para o Exercício Seguinte = 8.855.417,80 = 1,34

Saldo do Exercício Anterior 6.587.903,11

O índice de 1,34 mostra que o resultado dos saldos financeiros foi superior ao saldo financeiro do exercício anterior, indicando crescimento expressivo das disponibilidades de caixa.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis vão além de uma obrigação legal ou mera formalidade. Elas representam um meio essencial pelo qual o Governo Municipal presta informações detalhadas e acessíveis aos cidadãos cafearenses, promovendo transparência e compreensão sobre a gestão pública.

No setor público, onde a sociedade é a principal usuária da informação, as notas explicativas desempenham um papel fundamental na transparência administrativa e são ferramentas essenciais para o exercício do controle social.

A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivo a extração, decomposição e interpretação dos valores apresentados nos demonstrativos, gerando informações úteis que possibilitam uma visão clara das contas do Município. Além disso, esse processo contribui diretamente para a tomada de decisões informadas e eficazes.

Por fim, as Notas Explicativas têm a finalidade de fornecer esclarecimentos sobre a situação patrimonial do Município, detalhando saldos, transações e resultados do exercício, além de registrar eventos que possam impactar a posição patrimonial no futuro.

O presente relatório busca apresentar, com clareza e objetividade, as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, garantindo máxima transparência aos usuários dessas informações.

Vale ressaltar que as Notas Explicativas são parte integrante e indispensável das Demonstrações Contábeis.

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5

Entidades Consolidadas:

Prefeitura Municipal de Cafeara

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:EFAF7E9D

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Prefeitura Municipal de Cafeara			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		9.826.074,79	7.687.553,35
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		8.855.417,80	6.587.903,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		8.855.417,80	6.587.903,11
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO		8.855.417,80	6.587.903,11
CONTA ÚNICA		95,62	1.963,51
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		8.855.322,18	6.585.939,60
FUNDO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		8.855.322,18	6.585.939,60
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		970.656,99	1.099.650,24
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		135.671,21	624.531,20
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO		135.671,21	624.531,20
IMPOSTOS		102.290,92	590.086,82
IPTU		69.068,59	67.172,74
ITBI		14.639,24	505.964,36
ISS		18.583,09	16.949,72
TAXAS		33.380,29	33.219,38
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		11.779,70	8.276,89
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		21.600,59	24.942,49
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	1.225,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	1.225,00
DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		0,00	0,00
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00
ITBI		0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		834.985,78	475.119,04
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO		834.985,78	475.119,04
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		311.907,44	243.651,31
DÍVIDA ATIVA DO IPTU		295.197,04	237.443,06
DÍVIDA ATIVA DO ITBI		7.632,34	3.200,00
DÍVIDA ATIVA DO ISS		9.078,06	3.008,25
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		92.342,43	72.100,66
DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		12.459,69	7.178,46
DÍVIDA ATIVA DAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		79.882,74	64.922,20
DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		421.610,80	153.718,03
DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		421.610,80	153.718,03
DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		9.125,11	5.649,04
DÍVIDA ATIVA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		9.125,11	5.649,04
DEMAIS DÍVIDAS ATIVAS TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
ALUGUÉIS A RECEBER		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.268.077,11	34.599.251,53
IMOBILIZADO		36.268.077,11	34.599.251,53
BENS MOVEIS		13.257.458,30	11.615.816,50
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO		13.257.458,30	11.615.816,50
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		3.584.371,29	2.309.453,29
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO		16.095,00	16.095,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		15.749,00	15.749,00
APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E		399.386,57	352.971,59
APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES		341.887,00	214.990,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS		374.646,02	11.040,00
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA		31.849,00	14.649,00
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS		1.973.124,31	1.259.874,31
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS		4.985,00	4.985,00
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		426.649,39	419.099,39
BENS DE INFORMÁTICA		504.380,87	477.401,27
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		504.380,87	477.401,27
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		1.081.424,59	1.072.613,59
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		218.549,99	218.549,99
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO		3.989,80	3.989,80
BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Prefeitura Municipal de Cafeara			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
MOBILIÁRIO EM GERAL		858.884,80	850.073,80
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		88.131,60	84.960,30
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS		5.870,00	5.870,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO		82.261,60	79.090,30
VEÍCULOS		7.987.563,15	7.659.801,25
VEÍCULOS EM GERAL		629.000,00	629.000,00

VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA		7.358.563,15	7.030.801,25
DEMAIS BENS MÓVEIS		11.586,80	11.586,80
OUTROS BENS MÓVEIS		11.586,80	11.586,80
BENS IMÓVEIS		31.876.662,19	29.810.452,53
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO		31.876.662,19	29.810.452,53
BENS DE USO ESPECIAL		7.447.950,77	7.385.050,93
IMÓVEIS RESIDENCIAIS		263.596,98	263.596,98
EDIFÍCIOS		1.155.043,12	1.155.043,12
TERRENOS/GLEBAS		30.000,00	30.000,00
ARMAZÉNS/GALPÕES		1.158.408,31	1.158.408,31
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL		1.942.632,99	1.879.733,15
HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE		964.682,54	964.682,54
CEMITÉRIOS		14.127,62	14.127,62
ESTACIONAMENTOS E GARAGENS		272.835,67	272.835,67
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL		1.646.623,54	1.646.623,54
BENS DOMINICAIS		186.500,00	186.500,00
ARMAZÉNS		186.500,00	186.500,00
BENS DE USO COMUM DO POVO		24.242.211,42	22.238.901,60
RUAS		20.380.521,90	19.189.461,31
PRAÇAS		587.240,11	587.240,11
ESTRADAS		535.096,64	0,00
OUTROS BENS DE USO COMUM DO POVO		2.739.352,77	2.462.200,18
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(8.866.043,38)	(6.827.017,50)
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO		(8.866.043,38)	(6.827.017,50)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		(4.694.570,97)	(3.546.937,27)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		(1.101.227,20)	(864.979,82)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA		(342.002,30)	(272.850,90)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		(316.170,91)	(238.982,87)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		(36.103,02)	(28.424,22)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS		(2.494.898,36)	(1.852.411,44)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS		(404.169,18)	(289.288,02)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		(4.171.472,41)	(3.280.080,23)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS IMÓVEIS		(4.171.472,41)	(3.280.080,23)
TOTAL		**46.094.151,90**	**42.286.804,88**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE		466.384,12	616.637,64
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		12.000,00	12.000,00
PESSOAL A PAGAR		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PESSOAL A PAGAR		0,00	0,00
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS		0,00	0,00
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO		0,00	0,00
FÉRIAS		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTRA OFSS		0,00	0,00
APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		12.000,00	12.000,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		12.000,00	12.000,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO		12.000,00	12.000,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RPPS A PAGAR - PARCELADO (REGIME PRÓPRIO DE		12.000,00	12.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL **Exercício 2025**

Balanço Anual

Prefeitura Municipal de Cafeara

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		137.004,91	123.389,78
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		137.004,91	123.389,78
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO		137.004,91	123.389,78
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM TÍTULOS		0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS		137.004,91	123.389,78
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS		137.004,91	123.389,78
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO -		0,00	0,00
JUROS DE CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS		0,00	0,00
JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO -		0,00	0,00
JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS INTERNOS		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		316.604,85	481.247,86
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		316.604,85	481.247,86
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		316.604,85	481.247,86
FORNECEDORES NACIONAIS		316.604,85	481.247,86
FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR		316.604,85	481.247,86
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PIS/PASEP A RECOLHER		0,00	0,00
PIS/PASEP A RECOLHER - NÃO PARCELADO		0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DISCRICIONÁRIAS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS POR DELEGAÇÃO A PAGAR		0,00	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		774,36	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS		95,62	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATARIOS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	0,00
ISS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO		95,62	0,00
CONSIGNAÇÕES		95,62	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		95,62	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		678,74	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		678,74	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		678,74	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS		678,74	0,00
DIARIAS A PAGAR		0,00	0,00
SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR		0,00	0,00
SUBVENÇÕES A PAGAR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS ORCAMENTARIAS A LIBERAR		0,00	0,00
PRECATÓRIOS DE TERCEIROS DO EXERCÍCIO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		426.609,19	573.531,64
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		128.000,00	140.000,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		128.000,00	140.000,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO		128.000,00	140.000,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO		128.000,00	140.000,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO PARCELADO		128.000,00	140.000,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		298.609,19	433.531,64

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Prefeitura Municipal de Cafeara			
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		298.609,19	433.531,64
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - CONSOLIDAÇÃO		298.609,19	433.531,64
EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS		298.609,19	433.531,64
OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS		298.609,19	433.531,64
TOTAL DO PASSIVO		**892.993,31**	**1.190.169,28**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício**
RESULTADOS ACUMULADOS		45.201.158,59	41.096.635,60
RESULTADO DO EXERCÍCIO		3.143.858,15	5.124.956,34
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		41.096.635,60	35.898.342,48
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		960.664,84	73.336,78
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**45.201.158,59**	**41.096.635,60**
TOTAL		46.094.151,90	42.286.804,88

ATIVO FINANCEIRO	8.855.417,80	6.587.903,11	**PASSIVO FINANCEIRO***	2.039.924,77	2.447.055,25
ATIVO PERMANENTE	37.238.734,10	35.698.901,77	**PASSIVO PERMANENTE**	575.614,10	708.921,42
SALDO PATRIMONIAL				**43.478.613,03**	**39.130.828,21**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		9.237.304,41	7.749.702,49
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**9.237.304,41**	**7.749.702,49**

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Prefeitura Municipal de Cafeara		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
0 Recursos Ordinários (Livres)	2.613.597,48	1.141.279,55
94 Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
101 Transferência do FUNDEB 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	84.080,38	80.433,67
102 Transferência do FUNDEB 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	660,33	4.232,60
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	81.383,90	67.484,72
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	773,28	150.157,45

107 Salário-Educação	53.128,36	59.363,98
138 Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	25.288,96	34.996,44
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	175.267,23	87.890,75
494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	41.928,29	122.306,81
496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4.377,96	0,00
498 Assistência Farmacéutica	14.567,86	894,60
499 Gestão do SUS	582,05	582,05
501 Receitas de Alienações de Ativos	48.937,02	88.709,32
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	2.206,30	58.630,24
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	281.040,47	105.940,67
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	11.141,41	9.445,97
511 Taxas - Prestação de Serviços	28.084,78	13.154,18
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	13.085,29	6.079,35
518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	298,58	252,22
751 Transferências de Outros Programas FIA	391.324,37	193.437,57
774 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Pavimentação Asfáltica - CV 026/2022	0,00	0,00
786 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CV 459/2023 - SECID - Iluminação Pública (Substituição	0,00	0,00
787 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CV 558/2023 - SECID - Pavimentação de Vias Urbanas	0,00	(1.489.621,12)
788 Transferências Voluntárias Públicas Federais - CV para Aquisição de Ônibus para o Tranporte Escolar	184,75	(461.500,00)
789 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CV 191/2024 - SETU - Destinado a Realização do Natal	0,00	0,00
790 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CV 394/2025 - SEAB - SIT 73807 - Aquisição de	2.242,33	0,00
880 Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	2.625,56	0,00
900 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	43.615,24	69.009,91
934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	59.017,71	35.867,87
940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	82.352,58	56.720,30
960 Incentivo para Construçao do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	124.030,25	0,00
1011 Transferências de Outros Programas	73.204,15	72.898,83
1015 Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	0,00	0,00
1016 Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	128.070,17	148.344,37
1017 Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	61,59	3.684,79
1018 Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida - (Inciso II do Art. 166-A da E.C.	62.005,23	97.549,85
1021 FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual - COVID19	658,47	28.874,39
1022 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	3.642,63	3.286,10
1024 Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 - L.C nº	11,02	11,02
1033 Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de	175,00	175,00
1035 Incentivo Financeiro aos Municípios - (COVID-19) - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria	4.982,85	4.982,85
1040 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	121.987,62	35.966,51
1042 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	253,28	65,28
1043 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	3.663,87	243,33
1044 Outras Transferências de Recursos do FNDE	367,63	53.299,88

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Prefeitura Municipal de Cafeara		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1045 Outros Recursos não Vinculados	4.177,39	41.027,03
1051 Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes	17.503,23	1.765,92
1053 Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	0,00
1054 Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	0,00
1056 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos	950,66	950,66
1057 Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Livres	14.259,88	14.259,88
1063 Transferências da Política Nacional Aldir	15.201,93	44.831,57
1064 Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para	24.597,54	8.334,28
1067 Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da enfermagem	4.689,50	1.319,02
1072 Transferências Voluntárias Públicas Federais ITAIPU BINACIONAL PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA	791.377,80	2.187.287,84
1073 Apoio Financeiro aos Municípios AFM	6.069,78	6.069,78
1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	25.239,03	254.891,13
1495 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.687,81	0,00
2494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	337.789,98	309.835,19
2496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Estadual	2.570,01	0,00
2518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Estadual	955.472,26	385.144,26
TOTAL	**6.815.493,03**	**4.140.847,86**

Notas Explicativas

1 - I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Município de Cafeara, com sede administrativa na Avenida Brasil, 188, CEP 86640-000, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração direta, CNPJ nº 75.845.545/0001-06, parte integrante do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 253/1954 de 26/11/1954, instalado oficialmente no dia 19/11/1955. É o órgão que representa o Poder Executivo Municipal, dotado de autonomia política, administrativa, e financeira, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população.

As demonstrações Consolidadas do Poder Executivo Municipal compreendem:

Prefeitura do Município de Cafeara - PR;

Fundo Municipal de Saúde - FMS;

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA;

E as Secretarias Municipais.

O Município de Cafeara, "Prefeitura Municipal", possui Regime Próprio de Previdência Social e na base 31/12/2025, conta com 190 funcionários estatutários, que contribuem para RPPS, 4 comissionados e 8 eletivos que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município de Cafeara, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 29/11/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Regime Contábil adotado pela Prefeitura Municipal de Cafeara é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência, com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade da empresa Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da

Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64, compreendendo todas às Secretarias e Fundos Municipais, com exceção do Fundo de Previdência Municipal que apresenta seus demonstrativos em separado, e a Câmara Municipal de Cafeara, que utiliza de Contabilidade descentralizada.
O Balanço Geral do Município, "Prefeitura Municipal", referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.
5 - BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14
O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do município de Cafeara em 31 de dezembro de 2025. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação.
O Balanço patrimonial permite diversas análises acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez corrente e seu endividamento.
6 - ATIVO CIRCULANTE - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O Ativo Circulante inclui a conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que representa os recursos financeiros disponíveis de forma imediata. Esses valores

BALANÇO PATRIMONIAL	Exercício 2025
Balanço Anual	
Prefeitura Municipal de Cafeara	
são essenciais para cobrir despesas operacionais e garantir a liquidez da administração municipal.	
Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações e poupança. Os valores em reais e conciliados em conformidade com os registros contábeis e bancários.	
O Saldo das Disponibilidades Bancárias em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 8.855.417,80.	
Houve um aumento nos Caixa e Equivalentes de Caixa de aproximadamente R$ 2.267.514,69 em relação ao exercício anterior (de R$ 6.587.903,11 para R$ 8.855.417,80), representando crescimento de 34,42%.	
7 - ATIVO CIRCULANTE - CRÉDITOS A CURTO PRAZO	
Compreende os direitos ou créditos de natureza tributária e os créditos não tributário, não recebidos nos prazos estabelecidos. Representa os valores que o município tem a receber em um curto período (até um ano).	
O município de Cafeara, vem realizando medidas de combate à evasão e sonegação, desde o incentivo ao pagamento das dívidas, através de parcelamento com descontos de juros e multas, até mesmo o ajuizamento judicial.	
Houve uma redução no total de Créditos Tributários a Receber de R$ 624.531,20 (2024) para R$ 135.671,21 (2025), principalmente pela redução dos créditos de ITBI. No entanto, houve aumento significativo na Dívida Ativa Tributária, de R$ 475.119,04 para R$ 834.985,78, refletindo maior inscrição de débitos em dívida ativa	
8 - ATIVO NÃO-CIRCULANTE	
O Ativo Não Circulante representa os bens e direitos de longa duração, ou seja, aqueles que não se convertem em dinheiro no curto prazo. Imobilizado	
Os bens móveis e imóveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção, o qual é feito o registro do bem no ativo imobilizado.	
O valor atual apresentado no Ativo Imobilizado é R$ 36.268.077,11, tratando-se do valor escriturado na contabilidade, sendo:	
Bens Móveis: R$ 13.257.458,30	
Bens Imóveis: R$ 31.876.662,19	
(-) Depreciação Acumulada de bens móveis: (R$ 4.694.570,97)	
(-) Depreciação Acumulada de bens imóveis: (R$ 4.171.472,41)	
O Ativo Não Circulante aumentou R$ 1.668.825,58 em relação ao exercício anterior (de R$ 34.599.251,53 para R$ 36.268.077,11), indicando novos investimentos em bens	
permanentes. O maior crescimento foi em bens imóveis, com destaque para as Ruas e Estradas, provavelmente devido a novas obras de pavimentação e infraestrutura pública.	
A depreciação aumentou, o que é esperado, pois reflete o desgaste natural dos bens.	
9 - PASSIVO CIRCULANTE	
Nesta conta são escrituradas as obrigações da entidade, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não-circulante, quando se vencerem no exercício seguinte (prazo de 12 meses seguintes ao do balanço). Representa as obrigações de curto prazo, ou seja, os valores que o município deve pagar dentro de um ano.	
O Passivo Circulante reduziu de R$ 616.637,64 em 2024 para R$ 466.384,12 em 2025, o que indica melhora na quitação de obrigações de curto prazo.	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em Curto Prazo:	
Representa os valores que o município deve pagar em até um ano, relacionados a encargos trabalhistas e previdenciários.	
Nesta conta o município possui valor de R$ 12.000,00, sendo:	
- Contribuições Previdenciárias RPPS a Pagar - Parcelado - Referente a 12 (doze) parcelas no valor de R$ 1.000,00 cada, ref. ao parcelamento da Dívida com o Fundo de Previdência Municipal de Cafeara, Lei 211/2002.	
O valor se manteve estável em R$ 12.000,00, indicando que a Prefeitura tem compromissos previdenciários parcelados, mas não acumulou novas dívidas trabalhistas.	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo:	
Representa as dívidas contraídas pelo município que devem ser pagas no período de até um ano, com montante de R$ 137.004,91, sendo:	
a) Operações de Crédito Interna - em Contratos (01/2020 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE CAFEARA - CONTRATO 4053/2019);	
b) Operações de Crédito Interna - em Contratos (02/2020 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ - REFORMA DO GIN. DE ESPORTES PEDRO B. M. FILHO - CONTRATO 4054/2019).	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:	
Montante de R$ 316.604,85 em 2025, que inclui valores de restos a pagar processados referentes a fornecedores. Houve redução de R$ 481.247,86 (2024) para R$ 316.604,85 (2025), representando liquidação de compromissos anteriores.	
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo:	
Montante de R$ 774,36 em 2025, que inclui valores restituíveis de consignação de contribuição ao INSS ref. a adiantamento de férias no valor de R$ 95,62 e Indenizações e Restituição Diversas no valor de R$ 678,74 ref. a restituição de combustível.	
10 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Compreende os passivos exigíveis a longo prazo, ou seja, após doze meses da data das demonstrações contábeis, representa as obrigações de longo prazo, ou seja, aquelas que a Prefeitura precisará pagar após o período de um ano.	
Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.	
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo:	
R$ 128.000,00, referente às Contribuições Previdenciárias RPPS a Pagar - Parcelado (Referente ao parcelamento da Dívida com o Fundo de Previdência Municipal de Cafeara, Lei 211/2002). Redução de R$ 12.000,00 em relação a 2024 (R$ 140.000,00), refletindo amortização regular das parcelas.	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo:	
R$ 298.609,19, sendo referente aos contratos:	
a) Operações de Crédito Interna - em Contratos (01/2020 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ - REF. E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUN. DE CAFEARA - CONTRATO 4053/2019);	
b) Operações de Crédito Interna - em Contratos (02/2020 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ - REFORMA DO GIN. DE ESPORTES PEDRO B. M. FILHO - CONTRATO 4054/2019).	
A redução no Passivo Não Circulante de R$ 573.531,64 (2024) para R$ 426.609,19 (2025) indica que a Prefeitura quitou parte das suas dívidas previdenciárias e de financiamentos, melhorando sua posição financeira a longo prazo.	
11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Representa a diferença entre o total do ativo e o total do passivo, refletindo os recursos próprios da entidade. Esse valor indica a solidez financeira do município.	
Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.	
O Patrimônio Líquido aumentou de R$ 41.096.635,60 (2024) para R$ 45.201.158,59 (2025), indicando crescimento de R$ 4.104.522,99 e maior solidez financeira para a Prefeitura.	
12 - QUADROS ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO	
- O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores em bancos e demais créditos e valores a curto prazo, totalizando R$ 8.855.417,80.	
- O Passivo Financeiro compreende as Obrigações com fornecedores inscritos em restos a pagar Processados e não processados, e os depósitos	

BALANÇO PATRIMONIAL	Exercício 2025
Balanço Anual	
Prefeitura Municipal de Cafeara	
consignados, cauções. Total de Despesas a pagar em 31 de dezembro de 2025 - Passivo Financeiro - R$ 2.039.924,77, refere-se ao valor dos Restos a Pagar Processados no valor de R$ 317.379,21 e Restos a Pagar Não Processados no valor de R$ 1.722.545,56 (conforme Balanço Patrimonial).	
- O Ativo Permanente, R$ 37.238.734,10, compreende o saldo dos Créditos a Curto Prazo no valor de R$ 970.656,99 e o valor do Ativo não Circulante no valor de R$ 36.268.077,11.	
- O Passivo Permanente, R$ 575.614,10, compreende os valores do Passivo Circulante no valor de R$ 466.384,12 e o valor do Passivo não Circulante de R$ 426.609,19, menos o valor da Inscrição de Restos a Pagar Processados no valor de R$ 317.379,21 e considerados ajustes residuais.	
O crescimento expressivo do Ativo Financeiro (R$ 8,86 milhões em 2025 vs R$ 6,59 milhões em 2024), com redução do Passivo Financeiro (R$ 2,04 milhões em 2025 vs R$ 2,45 milhões em 2024), representa	

melhora significativa na folga financeira do município.
13 - SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS E PASSIVOS
Os Atos Potenciais Ativos e Passivos representam direitos e obrigações futuras que ainda não foram concretizados, mas que podem gerar impactos financeiros no futuro e vir a afetar o patrimônio.
No quadro de saldo dos atos potenciais passivos, a entidade possui em "Obrigações Contratuais a Executar" o valor de R$ 9.237.304,41, referente a saldos de contratos ainda vigentes em 31/12/2025.
O município tinha R$ 7.749.702,49 em obrigações contratuais futuras em 2024, e esse valor aumentou para R$ 9.237.304,41 em 2025, refletindo novos contratos firmados no exercício.
Atos Potenciais Passivos: R$ 9,2 milhões ? O município tem obrigações contratuais futuras a cumprir, cujo crescimento reflete os investimentos e contratos firmados durante o exercício de 2025.
14 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
O Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro mostra a diferença entre as receitas e despesas financeiras, evidenciando se o município teve um saldo positivo (superávit) ou negativo (déficit).
O saldo das fontes nesse quadro ao fim do ano de 2025 foi de R$ 6.815.493,03, que equivale ao valor de R$ 8.855.417,80, na conta Caixa e Equivalente de Caixa menos o Passivo Financeiro (restos a pagar processados e não processados do exercício), no valor de R$ 2.039.924,77, referente a:
1) Restos a Pagar Processados - R$ 317.379,21;
2) Restos a Pagar não Processados - R$ 1.722.545,56.
O município teve superávit financeiro em 2025 (R$ 6,82 milhões), o que significa que suas receitas superaram as despesas. O superávit cresceu expressivamente em relação a 2024 (R$ 4,14 milhões), representando aumento de aproximadamente 65%.
ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL
A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.
1) Liquidez Corrente (LC) = Ativo Financeiro / Passivo Financeiro
LC = Ativo Financeiro (AF) = 8.855.417,80 = 4,34
Passivo Financeiro (PF) 2.039.924,77
A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. O índice de 4,34 apresenta uma situação extremamente favorável, com significativa melhora em relação a 2024 (2,69), demonstrando que o Município tem ampla capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto prazo.
2) Índice de Solvência (IS) = (Ativo Financeiro + Ativo Permanente) / (Passivo Financeiro + Passivo Permanente)
IS = Ativo Financeiro + Ativo Permanente = 46.094.151,90 = 17,62
Passivo Financeiro + Passivo Permanente 2.615.538,87
Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente às suas obrigações. A Prefeitura Municipal de Cafeara obteve um índice superior a 1, garantindo a solvência de todas suas obrigações. Em 2025, o índice de solvência foi de 17,62, indicando que a Prefeitura tem R$ 17,62 em ativos para cada R$ 1,00 de passivo. O município está altamente solvente e não enfrenta risco de inadimplência no longo prazo.
3) Regra de Integridade do Superávit/Déficit Financeiro (RI): Ativo Financeiro - Passivo Financeiro = Superávit/Déficit
RI = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro = 8.855.417,80 - 2.039.924,77 = 6.815.493,03
O Resultado de R$ 6.815.493,03 apurado em 31/12/2025 é consistente e mantém integridade com o valor total apresentado no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apresentado no Balanço Patrimonial, por fonte de recurso. A regra foi cumprida em 2025, indicando que os números estão corretos e a contabilidade da Prefeitura está equilibrada.
15 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis vão além de uma obrigação legal ou mera formalidade. Elas representam um meio essencial pelo qual o Governo Municipal presta informações detalhadas e acessíveis aos cidadãos cafearenses, promovendo transparência e compreensão sobre a gestão pública.
No setor público, onde a sociedade é a principal usuária da informação, as notas explicativas desempenham um papel fundamental na transparência administrativa e são ferramentas essenciais para o exercício do controle social.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivo a extração, decomposição e interpretação dos valores apresentados nos demonstrativos, gerando informações úteis que possibilitam uma visão clara das contas do Município. Além disso, esse processo contribui diretamente para a tomada de decisões informadas e eficazes.
Por fim, as Notas Explicativas têm a finalidade de fornecer esclarecimentos sobre a situação patrimonial do Município, detalhando saldos, transações e resultados do exercício, além de registrar eventos que possam impactar a posição patrimonial no futuro.
O presente relatório busca apresentar, com clareza e objetividade, as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, garantindo máxima transparência aos usuários dessas informações.
Vale ressaltar que as Notas Explicativas são parte integrante e indispensável das Demonstrações Contábeis.

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5
Entidades Consolidadas:		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:B236B5D8

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO:2025 PERÍODO	**(MÊS):DEZEMBRO**	**DATA EMISSÃO:13/03/2026**	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**35.015.399,32**	**35.001.988,71**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**2.818.025,63**	**2.870.884,89**
IMPOSTOS		2.662.593,42	2.736.946,23
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTRA OFSS		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA		2.453.242,09	2.528.235,57
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO		2.453.242,09	2.528.235,57
IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		306.329,90	242.377,28
IPTU		306.329,90	242.377,28
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		1.509.992,62	1.196.520,44
IR - PESSOAS FISICAS		1.333.910,33	1.039.699,72
IR - PESSOAS JURIDICAS		176.082,29	156.820,72
ITBI		659.495,57	1.089.337,85
(-) DEDUÇÃO		(22.576,00)	0,00
(-) DEDUÇÃO DO IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DO ITBI		(22.576,00)	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTRA OFSS		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		209.351,33	208.710,66
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		209.351,33	208.710,66
ISS		209.411,33	208.710,66
(-) DEDUÇÃO		(60,00)	0,00
(-) DEDUÇÃO DE ISS		(60,00)	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS		0,00	0,00
OUTROS IMPOSTOS		0,00	0,00
TAXAS		152.742,23	133.938,66
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA		33.145,65	46.375,46
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDAÇÃO		33.145,65	46.375,46
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO		7.998,61	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		(25,10)	0,00
(-) OUTRAS DEDUÇÕES		(25,10)	0,00
OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		25.172,14	46.375,46
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		119.596,58	87.563,20
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		119.596,58	87.563,20
(-) DEDUÇÕES		(656,00)	0,00
(-) DEDUÇÃO DE OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		(656,00)	0,00
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		120.252,58	87.563,20
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.689,98	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES		2.689,98	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - CONSOLIDAÇÃO		2.689,98	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES		2.689,98	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**287.543,14**	**291.472,27**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		287.543,14	291.472,27
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		287.543,14	291.472,27
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO		287.543,14	291.472,27
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		287.543,14	291.472,27
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**40.161,91**	**138.231,98**
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE MERCADORIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE PRÓPRIO - PAÍS		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE DE PRODUÇÃO VEGETAL		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		0,00	0,00
VENDA DE LIVROS PERIOD. MAT. ESC. E PUBLICID.		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE MERCADORIAS		0,00	0,00

(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE MERCADORIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE PRODUTOS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE PRODUTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDA BRUTA DE PRODUTOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE PRODUTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		40.161,91	138.231,98
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		40.161,91	138.231,98
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		40.161,91	138.231,98
EXPLORAÇÃO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO		4.211,80	7.341,75
SERVICOS ADMINISTRATIVOS		35.950,11	31.130,22
TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS		0,00	99.760,01
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER UNIÃO		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER ESTADO		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DO VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DO VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**324.546,92**	**(81.056,75)**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		(668.645,84)	(642.086,78)
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		(668.645,84)	(642.086,78)
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		(668.645,84)	(642.086,78)
MULTAS E JUROS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		132,32	12.111,43
MULTAS E JUROS SOBRE ITBI PARCELADOS		88,20	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA SOBRE IPTU		36.158,63	956.407,25
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA SOBRE ITBI		404,00	4.305,24
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA SOBRE ISS		26,18	22.731,62
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA SOBRE TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		4.406,90	58.669,34
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA DE TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		7.591,07	213.626,27
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		8.275,21	1.761.408,45
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1,36	25.021,99
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA - TAXAS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DE CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00

OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - MUNICIPIO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		993.192,76	561.030,03
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		993.192,76	561.030,03
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		993.192,76	561.030,03
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**31.410.654,56**	**31.656.512,07**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.188.170,97	445.021,67
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.078.409,07	445.021,67
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		1.078.409,07	445.021,67
COTA RECEBIDA		66.505,82	32.735,54
REPASSE RECEBIDO		129.691,91	193.053,88
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		882.211,34	219.232,25
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		109.761,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		109.761,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		109.761,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS		109.761,90	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		29.919.858,03	31.116.490,40
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS		24.599.602,50	23.355.562,80
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIÃO		19.707.711,85	18.797.099,48
COTA-PARTE FPM		17.490.613,15	15.742.760,76
COTA-PARTE ITR		331.275,63	341.067,88
TRANSFERENCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		368.246,57	346.111,07
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS		1.174.747,85	1.748.983,79
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSITENCIA SOCIAL - FNAS		116.111,28	424.533,64
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE		226.717,37	193.642,34
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - ESTADO		4.891.890,65	4.558.463,32
COTA-PARTE ICMS		4.492.839,68	4.188.632,58
COTA-PARTE IPVA		323.332,39	295.132,84
COTA-PARTE IPI-EXPORTAÇÃO		65.293,80	63.337,95
COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		10.424,78	11.359,95
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		2.514.497,37	2.160.050,40
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - INTER OFSS - UNIÃO		2.514.497,37	2.160.050,40

TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		2.579.713,18	4.673.114,21
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO		461.500,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		461.500,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - ESTADO		2.118.213,18	4.673.114,21
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		2.118.213,18	4.673.114,21
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		226.044,98	927.762,99
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		30.640,68	223.441,43
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		195.404,30	704.321,56
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.625,56	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		2.625,56	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		2.625,56	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		2.625,56	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE CONSÓRCIOS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		300.000,00	95.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		300.000,00	95.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	25.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - INTER OFSS - ESTADO		300.000,00	70.000,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**0,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM AJUSTE DE GANHOS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM AJUSTE DE GANHOS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DOS GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS APREENDIDOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR PRODUÇÃO		0,00	0,00
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00

REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**134.467,16**	**125.944,25**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	0,00
DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
JUROS		0,00	0,00
POSIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO		0,00	0,00
POSIÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
CORREÇÃO CAMBIAL		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		134.467,16	125.944,25
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM		0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICAÇÕES		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO EM INVESTIMENTOS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		3.588,03	13.146,36
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - CONSOLIDAÇÃO		3.588,03	13.146,36
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		3.588,03	13.146,36
MULTA DECORRENTE DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA		3.588,03	13.146,36
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
OUTRAS MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA		0,00	0,00
OUTRAS MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		130.879,13	6.558,58
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		130.879,13	6.558,58
INDENIZAÇÕES		102.568,93	0,00
RESTITUIÇÕES		28.310,20	6.558,58
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	106.239,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	106.239,31
VPA DE ÔNUS SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	106.239,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS -		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**31.875.079,67**	**29.877.032,37**
PESSOAL E ENCARGOS		**15.839.079,17**	**12.862.971,07**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		12.673.086,62	10.768.478,69
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS		11.993.242,61	9.623.712,83
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO		11.993.242,61	9.623.712,83
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS		11.075.917,88	8.977.601,86
VENCIMENTOS E SALÁRIOS		7.929.752,17	6.080.661,60
ADICIONAL NOTURNO		39.773,44	21.947,98
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE		287.587,72	205.068,37
GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES		905.232,32	825.022,39
GRATIFICAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO		799.326,93	706.226,46
13. SALÁRIO		785.490,75	773.833,15
FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO		0,00	7.292,23
FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL		328.754,55	357.549,68
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS		889.519,12	637.213,67
SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS		889.519,12	637.213,67
SENTENCAS JUDICIAIS		27.805,61	8.897,30
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS		679.844,01	1.144.765,86
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO		679.844,01	1.144.765,86
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS		679.844,01	1.144.765,86
VENCIMENTOS E SALARIOS		344.607,00	781.919,05

13. SALARIO		32.778,95	60.481,68
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL		11.606,52	26.174,68
SUBSÍDIOS		290.851,54	276.190,45
OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS		0,00	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS		0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS		1.377.329,57	1.155.584,42
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS		1.225.105,46	935.873,75
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS		1.225.105,46	935.873,75
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS		1.225.105,46	935.873,75
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS		152.224,11	219.710,67
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	92.930,37
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS		0,00	92.930,37
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		152.224,11	126.780,30
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS		152.224,11	126.780,30
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL		1.557.537,47	899.437,52
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS		1.557.537,47	899.437,52
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		1.557.537,47	899.437,52
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS		0,00	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL - MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		231.125,51	39.470,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		0,00	29.998,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	29.998,56
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS		231.125,51	9.471,88
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO		231.125,51	9.471,88
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - ENCARGOS		231.125,51	9.471,88
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**405.572,84**	**401.274,95**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	17.829,19
APOSENTADORIAS - RPPS		0,00	17.829,19
APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	17.829,19
SENTENÇAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS		0,00	17.829,19
APOSENTADORIAS - RGPS		0,00	0,00
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS RESERVA- PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
REFORMA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
REFORMA - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS REFORMA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS APOSENTADORIAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
PENSÕES - RPPS		0,00	0,00
PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PENSÕES - RGPS		0,00	0,00
PENSÕES - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
PENSÕES - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
AUXÍLIO POR NATALIDADE		0,00	0,00
AUXÍLIO POR MORTE		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS POR SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		380.500,00	368.648,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		380.500,00	368.648,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - CONSOLIDAÇÃO		380.500,00	368.648,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		25.072,84	14.797,76
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL		25.072,84	14.797,76

OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL - CONSOLIDAÇÃO		25.072,84	14.797,76
SALARIO-FAMILIA		25.072,84	14.797,76
SALARIO FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL		25.072,84	14.797,76
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - RGPS		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - MILITAR		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SALARIO-FAMILIA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**10.746.164,88**	**11.049.196,13**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		3.907.285,28	3.743.993,27
CONSUMO DE MATERIAL		2.972.623,86	2.788.808,18
CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO		2.972.623,86	2.788.808,18
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS		964.085,73	982.672,49
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		17.695,19	14.237,50
GENEROS ALIMENTAÇÃO		394.119,27	349.112,13
MATERIAL DE EXPEDIENTE		85.068,78	63.349,83
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS		0,00	3.800,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS E INSTALAÇÕES		325.457,08	399.759,99
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS		48.861,47	75.222,93
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO		4.405,30	0,00
MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANCA		5.309,33	18.723,62
MATERIAL PARA AUDIO, VIDEO E FOTO		98,50	0,00
MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEICULOS		633.225,68	520.408,80
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO		494.297,53	361.520,89
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO		934.661,42	955.185,09
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO		934.661,42	955.185,09
MATERIAL DESTINADO À ASSISTÊNCIA SOCIAL		178.358,46	376.109,28
OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		756.302,96	579.075,81
SERVIÇOS		4.799.853,72	5.408.343,58
DIÁRIAS		212.059,97	143.863,20
DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		212.059,97	143.863,20
DIARIAS PESSOAL CIVIL		124.035,00	105.915,00
DIARIAS - PESSOAL MILITAR		0,00	200,00
DIARIAS - COLABORADORES EVENTUAIS		82.740,77	35.188,20
DIARIAS A CONSELHEIROS		5.284,20	2.560,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF		268.877,98	399.610,43
SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO		268.877,98	399.610,43
LOCAÇÕES		24.589,03	18.445,56
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL		235.168,31	377.940,87
OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA		9.120,64	3.224,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ		4.318.915,77	4.864.869,95
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO		4.318.915,77	4.864.869,95
LOCAÇÕES		276.210,70	275.775,12
SELEÇÃO E TREINAMENTO		891,00	191.587,08
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00		0,00	0,00
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		2.039.025,88	1.896.859,28
DEPRECIAÇÃO		2.039.025,88	1.896.859,28
DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		2.039.025,88	1.896.859,28
DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO		2.039.025,88	1.896.859,28
DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.147.633,70	1.061.409,89
DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		891.392,18	835.449,39
AMORTIZAÇÃO		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
EXAUSTÃO		0,00	0,00
EXAUSTÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**357.118,30**	**346.459,26**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		137.035,59	136.910,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA		137.035,59	136.910,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		63.573,74	67.716,73
JUROS E ENCARGOS DE OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS		63.573,74	67.716,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTRA		73.461,85	69.193,88
JUROS E ENCARGOS DE OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS		73.461,85	69.193,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA MOBILIARIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00

JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS DE MORA		0,00	0,00
MULTAS DEDUTÍVEIS		0,00	0,00
MULTAS INDEDUTÍVEIS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - NÃO PARCELADAS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA EXTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS- UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS- MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
MANUTENÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		220.082,71	209.548,65
JUROS E ENCARGOS EM SENTENÇAS JUDICIAIS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		220.082,71	209.548,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS - CONSOLIDAÇÃO		220.082,71	209.548,65
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**4.151.174,64**	**4.820.157,97**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		3.957.463,89	3.755.458,45
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA		1.744.000,00	1.620.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		1.744.000,00	1.620.000,00
COTA CONCEDIDA		144.000,00	120.000,00
REPASSE CONCEDIDO		1.600.000,00	1.500.000,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		2.213.463,89	2.135.458,45
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS		2.213.463,89	2.135.458,45
FUNDO EM REPARTIÇÃO		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		2.213.463,89	2.135.458,45
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - APORTES PERIÓDICOS		2.213.463,89	2.135.458,45
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER-OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER-OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		98.146,40	312.045,92
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		98.146,40	312.045,92
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		98.146,40	312.045,92
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		98.146,40	312.045,92
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		95.564,35	752.653,60
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		95.564,35	752.653,60
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - CONSOLIDAÇÃO		95.564,35	752.653,60
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**0,00**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS DE USO ESPECIAL		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS		0,00	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A SEGURADOS DO RPPS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ALMOXARIFADO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE OUTROS ESTOQUES		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		**352.889,91**	**374.604,93**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00
IMPOSTOS- CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00
TAXAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		352.889,91	374.604,93
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		330.986,16	354.352,56
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		330.986,16	354.352,56
PIS/PASEP		330.986,16	354.352,56
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		21.903,75	20.252,37
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		21.903,75	20.252,37
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**0,00**	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**23.079,93**	**22.368,06**
PREMIAÇÕES		0,00	0,00
PREMIAÇÕES CULTURAIS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES ARTÍSTICAS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES CIENTIFICAS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES DESPORTIVAS		0,00	0,00
ORDENS HONORIFICAS		0,00	0,00
OUTRAS PREMIAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
JUROS		0,00	0,00
POSIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO		0,00	0,00
POSIÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
CORREÇÃO CAMBIAL		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA		0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA		0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE		0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE DEBÊNTURES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE ADMINISTRADORES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE PARTES BENEFICIARIAS		0,00	0,00

PARTICIPAÇÕES DE INSTITUIÇÕES OU FUNDOS DE ASSISTÊNCIA OU PREVIDÊNCIA DE EMPREGADOS		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL		0,00	0,00
VPD DE OUTRAS PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		23.079,93	22.368,06
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM		0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICAÇÕES		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO EM INVESTIMENTOS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		23.079,93	22.368,06
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		23.079,93	22.368,06
REPOSIÇÃO OU INDENIZAÇÕES DE SERVIDORES		23.079,93	22.368,06
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		3.140.319,65	5.124.956,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)		**0,00**	**0,00**
		Exercício	**Exercício**
	Nota		
		Atual	**Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		3.594.551,06	6.899.844,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		131.081,22	123.604,88
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		1.585.327,89	1.491.708,29

Notas Explicativas

1 - I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Município de Cafeara, com sede administrativa na Avenida Brasil, 188, CEP 86640-000, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração direta, CNPJ nº 75.845.545/0001-06, parte integrante do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 253/1954 de 26/11/1954, instalado oficialmente no dia 19/11/1955. É o órgão que representa o Poder Executivo Municipal, dotado de autonomia política, administrativa, e financeira, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população.

As demonstrações Consolidadas do Poder Executivo Municipal compreendem:

Prefeitura do Município de Cafeara - PR;

Fundo Municipal de Saúde - FMS;

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA;

E as Secretarias Municipais.

O Município de Cafeara, "Prefeitura Municipal", possui Regime Próprio de Previdência Social e na base 31/12/2025, conta com 190 funcionários estatutários, que contribuem para RPPS, 4 comissionados e 8 eletivos que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município de Cafeara, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 29/11/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a

Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao

Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Regime Contábil adotado pela Prefeitura Municipal de Cafeara é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência, com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade

Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade da empresa Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64, compreendendo todas às Secretarias e Fundos Municipais, com exceção do Fundo de Previdência Municipal que apresenta seus demonstrativos em separado, e a Câmara Municipal de Cafeara, que utiliza de Contabilidade descentralizada.

O Balanço Geral do Município, "Prefeitura Municipal", referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas

Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

5 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANEXO 15

De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e a NBCT T 16.6, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no Setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O Demonstrativo apresenta as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas, detalhando:

Variação Patrimonial Aumentativa: Inclui receitas como impostos, taxas, contribuições, exploração de bens e serviços, transferências recebidas e ganhos com ativos;

Variação Patrimonial Diminutiva: Engloba despesas com pessoal, encargos, uso de bens e serviços, transferências concedidas e perdas de ativos;

Variações Patrimoniais Qualitativas: Registra incorporações e desincorporações de ativos e passivos.

6 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são evidenciadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e compreendem o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso, aumento do ativo ou diminuição do passivo, afetando positivamente a situação líquida patrimonial do ente.

As VPA de 2025 totalizaram R$ 35.015.399,32, apresentando crescimento em relação ao exercício anterior de R$ 35.001.988,71, representando aumento de aproximadamente 0,04%.
Os principais componentes das VPA de 2025 foram:
- Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: R$ 2.818.025,63 (2025) vs R$ 2.870.884,89 (2024);
- Transferências e Delegações Recebidas: R$ 31.410.654,56 (2025) vs R$ 31.656.512,07 (2024), com destaque para FPM (R$ 17.490.613,15), ICMS (R$ 4.492.839,68) e FUNDEB;
- Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras: R$ 993.192,76, crescimento expressivo em relação a R$ 561.030,03 em 2024.
7 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são evidenciadas nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e compreendem o decréscimo no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso, redução do ativo ou incremento do passivo, afetando negativamente a situação líquida patrimonial do ente.
A variação nominal do exercício de 2025, foi R$ 31.875.079,67, valor superior em 6,67% ao mesmo período de 2024, que foi de R$ 29.877.032,37.
Observa-se que o aumento na VPD se deu em sua maioria pelo aumento na remuneração de pessoal e encargos sociais (R$ 15.839.079,17 em 2025 vs R$ 12.862.971,07 em 2024.
8 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do exercício. Referem-se às mudanças no patrimônio que não afetam diretamente o resultado financeiro, mas alteram a composição dos ativos e passivos da entidade.
No exercício de 2025, foram registradas:
- Incorporação de Ativo: R$ 3.594.551,06 (2025) vs R$ 6.899.844,00 (2024);
- Desincorporação de Passivo: R$ 131.081,22 (2025) vs R$ 123.604,88 (2024);
- Desincorporação de Ativo: R$ 1.585.327,89 (2025) vs R$ 1.491.708,29 (2024).
9 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis vão além de uma obrigação legal ou mera formalidade. Elas representam um meio essencial pelo qual o Governo Municipal presta informações detalhadas e acessíveis aos cidadãos cafearenses, promovendo transparência e compreensão sobre a gestão pública.
No setor público, onde a sociedade é a principal usuária da informação, as notas explicativas desempenham um papel fundamental na transparência administrativa e são ferramentas essenciais para o exercício do controle social.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivo a extração, decomposição e interpretação dos valores apresentados nos demonstrativos, gerando informações úteis que possibilitam uma visão clara das contas do Município. Além disso, esse processo contribui diretamente para a tomada de decisões informadas e eficazes.
Por fim, as Notas Explicativas têm a finalidade de fornecer esclarecimentos sobre a situação patrimonial do Município, detalhando saldos, transações e resultados do exercício, além de registrar eventos que possam impactar a posição patrimonial no futuro.
O presente relatório busca apresentar, com clareza e objetividade, as informações contidas nas Demonstrações Contábeis, bem como os resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, garantindo máxima transparência aos usuários dessas informações.
Vale ressaltar que as Notas Explicativas são parte integrante e indispensável das Demonstrações Contábeis.

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***	
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Contabilista - CRC PR	050511/O-5
Entidades Consolidadas:			
Prefeitura Municipal de Cafeara			

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:923D0EBA

GOVERNO MUNICIPAL
ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
2025		
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DATA EMISSÃO: 13/03/2026		
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	39.484.261,57	37.851.055,33
RECEITAS DERIVADAS	3.525.356,02	2.646.522,76
Receita Tributária	3.237.810,65	2.354.506,90
Receita de Contribuições	287.545,37	292.015,86
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	1.169.046,83	721.855,57
Receita Patrimonial	997.404,56	568.371,78
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	37.175,11	130.890,23
Outras Receitas Originárias	134.467,16	22.593,56
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	34.789.858,72	34.482.677,00
Intergovernamentais	28.744.899,62	29.343.636,26
da União	20.338.430,15	19.062.254,92
de Estados e Distrito Federal	8.406.469,47	10.281.381,34
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	2.359.795,31	2.087.086,39
Transferências Financeiras Recebidas	196.197,73	225.789,42
Recebimentos Extraorçamentários	3.488.966,06	2.826.164,93
DESEMBOLSOS	37.083.439,56	37.243.067,93
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	14.289.616,11	12.100.247,31
URBANISMO	1.118.433,66	968.788,51
SAÚDE	4.884.029,12	4.291.367,26
ASSISTÊNCIA SOCIAL	485.481,91	287.675,61
ADMINISTRAÇÃO	2.618.511,66	2.194.629,27
EDUCAÇÃO	4.546.735,38	3.781.431,38
CULTURA	63.559,28	58.195,81
AGRICULTURA	357.551,74	323.907,83
TRANSPORTE	151.189,74	142.835,00
DESPORTO E LAZER	64.123,62	51.416,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	137.035,59	136.910,61
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	137.035,59	136.910,61
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	22.656.787,86	25.005.910,01
Intergovernamentais	241.986,46	127.966,56
da União	0,00	10.066,53
de Estados e Distrito Federal	220.082,71	96.131,43
de Municípios	21.903,75	21.768,60
Intragovernamentais	17.181.930,96	20.431.778,52
Transferências Financeiras Concedidas	1.744.000,00	1.620.000,00

Pagamentos Extraorçamentários	3.488.870,44	2.826.164,93
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos/Redução Valor Recuperável	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.400.822,01	607.987,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
DESEMBOLSOS	133.307,32	123.604,88
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	133.307,32	123.604,88
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(133.307,32)	(123.604,88)
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.267.514,69	484.382,52
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.587.903,11	6.103.520,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.855.417,80	6.587.903,11

Notas Explicativas

1 - I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Município de Cafeara, com sede administrativa na Avenida Brasil, 188, CEP 86640-000, é entidade jurídica de direito público interno, e de administração direta, CNPJ nº 75.845.545/0001-06, parte integrante do Estado do Paraná, criado pela Lei Estadual nº 253/1954 de 26/11/1954, instalado oficialmente no dia 19/11/1955. É o órgão que representa o Poder Executivo Municipal, dotado de autonomia política, administrativa, e financeira, asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica Municipal. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população.

As demonstrações Consolidadas do Poder Executivo Municipal compreendem:

Prefeitura do Município de Cafeara - PR;

Fundo Municipal de Saúde - FMS;

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA;

E as Secretarias Municipais.

O Município de Cafeara, "Prefeitura Municipal", possui Regime Próprio de Previdência Social e na base 31/12/2025, conta com 190 funcionários estatutários, que contribuem para RPPS, 4 comissionados e 8 eletivos que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

2 - II - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município de Cafeara, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da Lei nº 583/2021 de 16/12/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025; Lei nº 657/2024 de 29/11/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025; Lei nº 659/2024, que dispõe sobre o Orçamento Programa do Município de Cafeara para o exercício de 2025; Do Decreto 2415/2025 que estabelece a Programação Financeira para o Exercício Financeiro de 2025;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16); Das Legislações e Instruções Normativas, aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e outras normas que regulam o assunto.

3 - III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Regime Contábil adotado pela Prefeitura Municipal de Cafeara é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência, com a finalidade de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4 - IV - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A contabilização do exercício de 2025 foi realizada no sistema de Contabilidade da empresa Equiplano, sendo que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Portarias Interministeriais da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com o MCASP, instruções normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os registros obedecem ao disposto na Lei Federal 4.320/64, compreendendo todas às Secretarias e Fundos Municipais, com exceção do Fundo de Previdência Municipal que apresenta seus demonstrativos em separado, e a Câmara Municipal de Cafeara, que utiliza de Contabilidade descentralizada.

O Balanço Geral do Município, "Prefeitura Municipal", referente ao período de 01/01/2025 à 31/12/2025, está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pelas Notas Explicativas. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) - ANEXO 18

Conforme o MCASP, esta demonstração apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Ainda segundo o MCASP, a DFC identificará:

a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e

c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro.

Para fins de elaboração da DFC, os valores da fonte de recursos extra orçamentários não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

No tocante ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extra orçamentários integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, sendo, portanto, diferente do saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentados na DFC.

6 - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Este quadro destaca as receitas próprias do município, as quais chegaram a um total de R$ 4.694.402,85 no exercício de 2025, enquanto que, em 2024, totalizaram o valor de R$ 3.368.378,33, ou seja, houve elevação de aproximadamente 39,35% em relação ao ano anterior, causado pelo aumento expressivo das receitas derivadas (tributárias e de contribuições) e originárias (patrimoniais e de serviços).

7 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

Este quadro demonstra os recursos recebidos do Estado e da União, os quais representam a maior fatia de ingresso no caixa do Município. Em 2025, as transferências intergovernamentais totalizaram R$ 28.744.899,62, sendo R$ 20.338.430,15 da União e R$ 8.406.469,47 dos Estados. Comparativamente ao exercício anterior (R$ 29.343.636,26), houve pequena redução de 2,04%, compensada pelo aumento das transferências intragovernamentais de R$ 2.087.086,39 (2024) para R$ 2.359.795,31 (2025).

8 - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO.

Este quadro demonstra as despesas segundo as funções de governo, conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 42 de 14/04/1999.

As funções que tiveram maior aporte de desembolso foram: Saúde (R$ 4.884.029,12), Educação (R$ 4.546.735,38) e Administração (R$

2.618.511,66). No geral, os desembolsos em 2025 somaram R$ 37.083.439,56, sendo ligeiramente inferior ao exercício anterior de R$ 37.243.067,93 em 2024, representando redução de 0,43%.

9 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

O montante de desembolso com juros e encargos da dívida ficou em R$ 137.035,59 no exercício de 2025, enquanto que em 2024 houve o desembolso de R$ 136.910,61, ou seja, no exercício atual houve aumento de apenas 0,09% no pagamento de juros e encargos da dívida, demonstrando estabilidade no custo da dívida municipal.

10 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais do exercício de 2025 foi de R$ 2.400.822,01, enquanto que em 2024 foi de R$ 607.987,40. Diante disso, é possível notar uma variação positiva expressiva de aproximadamente 294,87%, demonstrando significativa melhora na geração de recursos das atividades operacionais.

11 - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

O valor de R$ 133.307,32 que é apresentado como Desembolso, refere-se ao pagamento de parcelas referente à amortização de dívida como segue:

a) Fundo de Previdência Municipal de Cafeara no valor de R$ 12.000,00;

b) Agência de Fomento do Estado do Paraná, referente ao contrato 4053/2019 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ - REF. A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE CAFEARA no valor de R$ 45.428,31;

c) Agência de Fomento do Estado do Paraná, referente ao contrato 4054/2019 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ - REF. DO GIN. DE ESPORTES PEDRO B. M. FILHO no valor de R$ 75.879,01.

O total de amortização de R$ 133.307,32 em 2025 é superior ao registrado em 2024 (R$ 123.604,88), representando aumento de 7,85% no esforço de amortização da dívida contratual.

12 - APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO
A apuração do fluxo de caixa do período apresentou uma geração Líquida de Caixa e Equivalentes superavitária de R$ 2.267.514,69, que corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa, sendo:
Apuração do Fluxo de Caixa do Período:
a) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial = R$ 6.587.903,11;
b) Caixa e Equivalente de Caixa Final = R$ 8.855.417,80;
c) Apuração do Fluxo de Caixa = b - a ? 8.855.417,80 - 6.587.903,11 = R$ 2.267.514,69.
Este resultado é expressivamente superior ao exercício anterior (R$ 484.382,52 em 2024), representando crescimento de 368,12% na geração líquida de caixa, reflexo da boa gestão financeira e do superávit orçamentário alcançado em 2025.
13 - DISPOSIÇÕES FINAIS
As Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis vão além de uma obrigação legal ou mera formalidade. Elas representam um meio essencial pelo qual o Governo Municipal presta informações detalhadas e acessíveis aos cidadãos cafearenses, promovendo transparência e compreensão sobre a gestão pública.
No setor público, onde a sociedade é a principal usuária da informação, as notas explicativas desempenham um papel fundamental na transparência administrativa e são ferramentas essenciais para o exercício do controle social.
A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem como objetivo a extração, decomposição e interpretação dos valores apresentados nos demonstrativos, gerando informações úteis que possibilitam uma visão clara das contas do Município. Além disso, esse processo contribui diretamente para a tomada de decisões informadas e eficazes. Por fim, as Notas Explicativas têm a finalidade de fornecer esclarecimentos sobre a situação patrimonial do Município, detalhando saldos, transações e resultados do exercício, além de registrar eventos que possam impactar a posição patrimonial no futuro.

ELTON FABIO LAZARETTI	***LETICIA APARECIDA ALVES***	***MARCOS ROGERIO SOARES***
Prefeito Municipal	Controlador Interno	Contabilista - CRC PR 050511/O-5
Entidades Consolidadas:		
Prefeitura Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:2659C83A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1º ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

EXTRATO DO 1º ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675, em pleno exercício de seu mandato e funções.

Contratado: MAO NA MASSA PANIFICADORA LTDA - ME, sediada na AV. Desembargador Munhoz de Melo, 771 QD65 LT05 - CEP: 85415000 - Bairro: Centro, Telefone:45 999761352, e-mail: maonamassa23@hotmail.com; beatrizreccofavero@gmail.com, na cidade de Cafelândia/PR inscrita no CNPJ sob o nº 37.104.362/0001-32, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **JULIANO KEMPNER.**

Objeto: Fica alterada a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços, para redimensionar, acrescentar o quantitativo em **25%** (vinte e cinco por cento), conforme Ofício da Secretaria Municipal de Administração nº 050/2026, anuência da Detentora da Ata e Parecer Jurídico, na forma da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ATUAL	QUANTIDADE REDIMENSIONADO/acrescentado	QUANTIDADE TOTAL DO CONTRATO
LOTE: 17	1	PÃO FRANCÊS MACIO. PESO MÍNIMO 70 GRAMAS/UND. ASSADO.	KG	2.500	625 KG	3.125 KG

Os recursos para assegurarem os pagamentos do objeto deste aditivo, serão através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
02.001	04.122.00022-003	339030	0	0170- Atividades da Assessoria Juridica
03.001	04.122.00022-004	339030	0	0300- Manut. Da Junta do Serviço Militar
03.001	04.122.00022-005	339030	0	0410- Gestão Políticas De Governo
03.001	04.131.00022-006	339030	0	0550- Gestão Politicas de Comunicação Social
04.001	04.122.00032-008	339030	0	0730- Administração Geral
05.001	04.121.00052-009	339030	0	0910- Manut. Secret. De Planejamento
06.001	04.123.00042-010	339030	0	1090- Manut. Coordenação contábil
06.001	04.129.00042-012	339030	0	1380- Manut. Coord. Tributação e Fiscalização
07.001	10.301.00082-018	339030	0	2010- Manutenção Da atenção básica
07.001	10.301.00082-018	339030	303	2020- Manutenção Da atenção básica
08.001	12.361.00082-030	339030	0	4060- Manut. Ensino Fundamental
08.001	12.365.00092-035	339030	0	4730- Manut. Da Educação Infantil
08.002	13.392.00102-041	339030	0	5340- Manutenção Das Atividades Culturais
09.001	08.122.00142-044	339030	0	5560- Serv. Administ. E Suporte Fisico
10.001	15.122.00162-053	339030	0	6450- Gestão Politicas Viação e Obras
11.001	20.608.00172-067	339030	0	7280- Manut. da Coordenação de Agricultura
12.001	27.812.00112-072	339030	0	7530- Manut. E Desenv. Do Esporte

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas**.**

Valor total do aditivo: 4.937,90 (Quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa centavos).
Assinaturas: Junior Motter e Juliano Kempner
Data da Assinatura: 16/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B59CBF80

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2024

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2024

TERMO DE CANCELAMENTO REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2024, FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA E A EMPRESA MC SUL COMERCIO VARJISTA E ATACADISTA DE MÁQUINAS E APARELHOS AGRICOLAS LTDA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2024

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, representado neste ato pelo Excelentíssimo Prefeito Sr. Paulo Sergio Chileide, portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 9.306.997-8 SSP-PR e do CPF/MF Nº 049.302.529-46, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 049/2023, Decreto Municipal nº 035/2026 e demais normas aplicáveis e edital de Pregão Eletrônico nº 070/2024, resolve **CANCELAR** a Ata de Registro de Preços nº 185/2024, celebrada com a empresa MC SUL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE MÁQUINAS E APARELHOS AGRÍCOLAS LTDA, CNPJ: 51.461.488/0001-95, com sede à Rua João da Madeira, 538, Município de Pelotas – RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO
Restam cancelados os itens registrados e saldos remanescentes conforme quadro abaixo:

LOTE	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	Bateria de 60 Ah, medidas: 250x175x175	STARKE/S60FD	UNID	27	211,0000	5.697,00
2	Bateria de 75 Ah, medidas: 250x175x175	STARKE/S75D	UNID	1	281,0000	281,00
3	Bateria de 95 Ah, medidas: 365x175x215	STARKE/S95FD	UNID	8	401,0000	3.208,00
4	Bateria de 100 Ah, medidas: 365x175x215	STARKE/S100MFE	UNID	48	399,0000	19.152,00
5	Bateria de 150 Ah, medidas: 510x205x210	STARKE/S150D	UNID	24	479,0000	11.496,00

PARÁGRAFO ÚNICO – O cancelamento ocorre nos termos do art. 137, I e art. 138, I da Lei Federal nº 14.133/21 e conforme disposições do Decreto Municipal n º 035/2026, após comprovada inexecução parcial dos termos acordados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA NÃO RETROATIVIDADE DOS EFEITOS DO CANCELAMENTO
O cancelamento não implica anulação dos atos anteriormente praticados na vigência da Ata de Registro de Preços nº 185/2024.

Califórnia/PR, 16 de março de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:4DEFD1FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA - CONTRATO 057/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 017/2025

No Contrato 057/2025 decorrente da Inexigibilidade nº 017/2025, referente à **AQUISIÇÃO DE 3 VEÍCULOS ZERO KM, POR MEIO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2025, PROCESSO LICITATÓRIO 116/2025, CONDUZIDO PELA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES.**

Onde se lê:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO (art. 92, I e II)

1.1 Aquisição de 3 veículos zero Km por meio da Ata de Registro de Preço, conduzido pela Secretaria de Estados das Cidades SECID, mediante formato de Inexigibilidade, resultante Pregão Eletrônico nº 116/2025, Ata de Registro de Preços n° 132/2025 SECID.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
2.1.1. O Termo de Referência;
2.1.2. A Proposta do contratado;
2.1.3. O edital do Pregão e a Ata de Registro de Preços.
2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor da contratação é de **R$ 426.000,00 (Quatrocentos e vinte e seis mil reais),** conforme proposta apresentada pela contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Veículo tipo Picape, cabine dupla, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 118 cv, torque mínimo de 16 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido. CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, cabine dupla, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou	Unidade	3	R$ 142,000,00	R$ 426.000,00

	superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses. CAPACIDADE: Capacidade de carga volumétrica mínima de 650 litros. EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: 4 (quatro) portas, ar condicionado, transmissão manual, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com Alto-falantes instalados, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, ganchos para fixação de carga, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN				
R$ 426.000,00					

Leia-se corretamente:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO (art. 92, I e II)

Aquisição de 01 (um) veículo utilitário, tipo PICK-UP Cabine Dupla, Marca FIAT, Modelo FIAT Strada Cabine Dupla Turbo Automática, Fabricação/Modelo 2025/2025 ou superior e demais características técnicas constantes na proposta de preços, por meio da Ata de Registro de Preço, conduzido pela Secretaria de Estados das Cidades SECID, mediante formato de Inexigibilidade, resultante Pregão Eletrônico nº 116/2025, Ata de Registro de Preços n° 132/2025 SECID, Lote 3 e-Protocolo nº 22.199.244.
Registra-se, para fins de controle e publicidade, que o veículo objeto deste contrato é adquirido no âmbito do Convênio nº 1177/2025, celebrado entre o Município de Campo Magro e a SECID, referente ao Projeto nº 68, Prioridade nº 80, Lote 1, cujas condições e obrigações integram o presente instrumento independentemente de transcrição.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
2.1.1. O Termo de Referência;
2.1.2. A Proposta do contratado;
2.1.3. O edital do Pregão e a Ata de Registro de Preços.
2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor da contratação é de **R$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais),** conforme proposta apresentada pela contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Veículo tipo Picape, cabine dupla, MOTORIZAÇÃO: Potência mínima de 118 cv, torque mínimo de 16 kgfm, etanol e/ou gasolina ou híbrido. CARACTERÍSTICAS GERAIS: Novo, zero km rodado, cabine dupla, ano de fabricação em vigor na data do pedido/ordem de compra ou superior, cor conforme necessidade do órgão e disponibilidade do fornecedor, entregue com tanque cheio, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses. CAPACIDADE: Capacidade de carga volumétrica mínima de 650 litros. EQUIPAMENTOS E RECURSOS MÍNIMOS: 4 (quatro) portas, ar condicionado, transmissão manual, direção hidráulica, elétrica ou similar, portas com travamento elétrico e acionamento remoto na chave, vidros elétricos nas quatro portas, comando elétrico dos retrovisores externos, vidros com película protetora conforme a legislação, rádio ou central multimídia com Alto-falantes instalados, jogo de tapetes de borracha originais ou fornecidos por concessionária da marca, ganchos para fixação de carga, itens de segurança obrigatórios exigidos pelo CONTRAN	Unidade	1	R$ 142,000,00	R$ 142.000,00
R$ 142.000,00					

2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

As demais informações permanecem inalteradas.

Campo Magro, 16 de março de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:472E197E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 112/2026

PORTARIA Nº 112/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade

Thiago Lucietto	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Renda	03 (três)	Curitiba – PR	16,17,18 de março de 2026.	Encontro com o Governador em exercício Darci Piana, Reunião Assembleia Legislativa PR.
Alex Junior Roman	Assessor Estratégico de Desen. Econômico e Renda				
Luciane Emilia Faquin	Coordenadora de Cultura	01 (uma)	Cascavel – PR	27 de fevereiro de 2026.	1° Reunião de alinhamento com gestores Municipais de Educação Ambiental e de Cultura.
Everton Kuhn Bittencourt	Motorista		Francisco Beltrão – PR	10 de março de 2026.	Levar usuário no INSS.
Valdemar Domoingos Quadros		02 (duas)	Curitiba – PR	11 e 12 de março de 2026.	Instituto de oncologia, ONCOVILE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:3293E91A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal Ademar Luiz Burckhardt, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro lado a empresa **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA,** estabelecida na Chácara 32, Gleba 5-A, Prolongamento da Rua Trindad, Zona Rural, sem Nº, na cidade de Ouro Verde do Oeste, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob nº 25.279.552/0001-01, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Maicon Uilians Backes, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 7.xxx.410-x e do CPF nº 040.xxx.xxx-29, residente e domiciliado a Rua Paraíba, N2 856, bairro Centro, na cidade de Ouro Verde do Oeste, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as nomas da lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 52/2025,** mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, ABRANGENDO PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, DISPENSAÇÃO DIRETA À POPULAÇÃO E DEMAIS AÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Independente da aceitação o adjudicatório garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO - É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO – A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICIPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO - Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO - Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO – O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no edital.
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO lll), buscando junto ao MUNICIPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Todos os produtos devem ter registro na ANVISA, condição que será verificada no ato da entrega, e em não sendo atendida esta exigência, a empresa será desclassifica, passado o item ao segundo colocado, e instaurado processo para aplicação de penalidades aquela que não atendeu edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 800,00 (Oitocentos reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
238	PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 40 MG	25000	OSÓRIO DE MORAES	R$ 0,032	R$ 800,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os pregos registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
Após entrega, mediante apresentação de nota fiscal;
Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço compras@catanduvas.pr.gov.br sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao temo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
e) A Nota Fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuado não isentará o contratado das responsabilidades decorrentes do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação;
- Número e ano do contrato;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.
a) No ato da entrega dos medicamentos/produtos hospitalares será exigido o adequado preenchimento do código GTIN e dos campos dos Grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes.
b) Os fornecedores, no ato da entrega, deverão comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica — NF-e, modelo 55.
c) O prazo de validade dos produtos não pode ser inferior a 75% do total de prazo de validade do mesmo, sendo que deverá restar no mínimo doze meses do prazo de validade, a contar de entrega.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
- A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha
apresentado para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
– O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, está estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365, multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	303	3162
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	303	3637

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade da ata de registro de preços é até 22 de outubro de 2026.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARAGRAFO TERCEIRO — O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão de ordem de entrega.
PARÁGRAFO QUARTO — O prazo de validade dos produtos não pode ser inferior a 75% do total de prazo de validade do mesmo, sendo que devera restar no mínimo doze meses o prazo de validade, a contar de entrega.
PARÁGRAFO QUINTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARÁGRAFO SEXTO — LOCAL DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Saúde

CLAUSULA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I – dar causa a inexecução parcial do contrato;
II – dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I – quando aplicado por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicado por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridade referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO - A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA — GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 – Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 – Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 – Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 – Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 – Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAFO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 – Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 – Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 – Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 – Fica designada para fiscalização do contrato: Marineuza Fatima Pessoli.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do **CONTRATANTE:**
1 – Realizar os pedidos de materiais/serviços
2 – Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo da referência e do contrato em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra "**c"** desse contrato, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 – Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 – Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 – Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 – Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 – Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 – Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar da execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
11 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
PARÁGRAFO TERCEIRO – São obrigações da **CONTRATADA:**
1 – Atender ao contido na Cláusula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** desse contrato, sob total e única responsabilidade.
2 – Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
3 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 – Indicar o responsável por representa-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 – Executar os serviços de revisão preventiva dentro das especificações e condições constantes, responsabilizando-se por todos os riscos inerentes à adequada execução do objeto da contratação.
6 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 – Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 – Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 – Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda as especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 – Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 – Executar os serviços conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.
PARÁGRAFO QUARTO – ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando na execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 – A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 – Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.

7 – O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes na lei nº 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.
2 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia Útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - E facultado aa Pregoeira/Agente de contratado a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexo.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO — A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SETIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.2 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**
I – Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em

práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 16 de março de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Distribuidora de Medicamentos Backes LTDA
MAICON UILIANS BACKES
Representante Legal
CPF 040.xxx.xxx-29

MARINEUZA FATIMA PESSOLI
Fiscal do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora do Contrato

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:D147EB1A

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 52/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, com sede à Av. dos Pioneiros, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal Ademar Luiz Burckhardt, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro lado a empresa **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** estabelecida na Rodovia BR 480, Nº 795, bairro Centro, na cidade de Bardo de Cotegipe, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Edivar Szymanski, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 50.xxx.329-xx e do CPF n2 670.xxx.xxx-34, residente e domiciliado a Rua a José Bonifácio, Nº 636, bairro centro, na cidade de Barão de Cotegipe, no Estado do Rio Grande do Sul, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as nomas da lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajusta a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 52/2025,** mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, ABRANGENDO PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, DISPENSAÇÃO DIRETA À POPULAÇÃO E DEMAIS AÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.**
PARÁGRAFO SEGUNDO – O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Independente da aceitação o adjudicatório garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO - É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO – A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICIPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO - Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO - Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO – O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO lll), buscando junto ao MUNICIPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Todos os produtos devem ter registro na ANVISA, condição que será verificada no ato da entrega, e em não sendo atendida esta exigência, a empresa será desclassifica, passado o item ao segundo colocado, e instaurado processo para aplicação de penalidades aquela que não atendeu edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA se obriga a realizar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO BR	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
191	METOPROLOL, PRINCÍPIO ATIVO: SAL SUCCINATO, DOSAGEM :50 MG, APRESENTAÇÃO: LIBERAÇÃO CONTROLADA	BR0276657	50000	ACCORD	R$ 0,39	R$ 19.500,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os pregos registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
Após entrega, mediante apresentação de nota fiscal;
Em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço compras@catanduvas.pr.gov.br sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
- Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços;
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c",** implicará em não pagamento, ao temo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
e) A Nota Fiscal que vem com a mercadoria, deve permanecer no local em que a mesma foi entregue.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento efetuado não isentará o contratado das responsabilidades decorrentes do serviço.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação;
- Número e ano do contrato;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.
a) No ato da entrega dos medicamentos/produtos hospitalares será exigido o adequado preenchimento do código GTIN e dos campos dos Grupos 180 e K das notas fiscais eletrônicas correspondentes.
b) Os fornecedores, no ato da entrega, deverão comprovar, mediante apresentação do respectivo arquivo XML, o preenchimento dos referidos campos na Nota Fiscal Eletrônica — NF-e, modelo 55.
c) O prazo de validade dos produtos não pode ser inferior a 75% do total de prazo de validade do mesmo, sendo que deverá restar no mínimo doze meses do prazo de validade, a contar de entrega.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
- A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha
apresentado para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
– O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, está estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365, multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código Despesa
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.32	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	303	3162
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	303	3637

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO e LOCAL DE ENTREGA

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo de validade da ata de registro de preços é até 22 de outubro de 2026.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARAGRAFO TERCEIRO — O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão de ordem de entrega.
PARÁGRAFO QUARTO — O prazo de validade dos produtos não pode ser inferior a 75% do total de prazo de validade do mesmo, sendo que devera restar no mínimo doze meses o prazo de validade, a contar de entrega.
PARÁGRAFO QUINTO - O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARÁGRAFO SEXTO — LOCAL DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Saúde

CLAUSULA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I – dar causa a inexecução parcial do contrato;
II – dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I – advertência;
II – multa;
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
II – as peculiaridades do caso concreto;
III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I – quando aplicado por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicado por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II – quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridade referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO - A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA — GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 – Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações ao contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 – Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
3 – Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 – Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 – Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 – Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAFO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 – Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 – Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 – Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 – Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 30 (trinta) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 – Fica designada para fiscalização do contrato: Marineuza Fatima Pessoli.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO – São obrigações do **CONTRATANTE:**
1 – Realizar os pedidos de materiais/serviços
2 – Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo da referência e do contrato em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra "**c"** desse contrato, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 – Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 – Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 – Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 – Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 – Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 – Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 – Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar da execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
11 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
PARÁGRAFO TERCEIRO – São obrigações da **CONTRATADA:**
1 – Atender ao contido na Cláusula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** desse contrato, sob total e única responsabilidade.
2 – Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação.
3 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 – Indicar o responsável por representa-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 – Executar os serviços de revisão preventiva dentro das especificações e condições constantes, responsabilizando-se por todos os riscos inerentes à adequada execução do objeto da contratação.
6 – Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 – Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 – Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 – Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.

10 – Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda as especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 – Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 – Executar os serviços conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade dos serviços executados, responsabilizando-se por eventuais falhas decorrentes da execução inadequada.
PARÁGRAFO QUARTO – ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:
1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando na execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 – A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 – É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 – Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 – O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes na lei nº 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.
2 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia Útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - E facultado aa Pregoeira/Agente de contratado a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira/Agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexo.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO — A Pregoeira/Agente de contratação poderá no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SETIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.2 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
a) **PRÁTICA CORRUPTA:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:**
I – Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, neste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUCESSÃO E FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo o Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 16 de março de 2026.

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Centermedi Comércio De Produtos Hosp. LTDA
EDIVAR SZYMANSKI
Representante Legal
CPF 670.xxx.xxx-34

MARINEUZA FATIMA PESSOLI
Fiscal Do Contrato

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Do Contrato

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:ADD32E72

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 50/2026

Súmula: Fixa a escala de plantão das farmácias estabelecidas na cidade de Catanduvas e dá outras providências.

Considerando que os proprietários das farmácias estabelecidas na cidade de Catanduvas participaram de reunião e chegaram ao consenso, nos termos da ata lavrada no dia 26 de março de 2024;
Considerando o contido no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e na Súmula Vinculante 38 do Supremo Tribunal Federal; bem como, o contido no artigo 56 da Lei Federal 5991/73 e no artigo 65 da Lei Municipal nº 97/2008;
O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º) Ficam as farmácias sediadas na cidade de Catanduvas, de segunda-feira até sexta-feira, autorizadas a exercer a atividade comercial até as 19h (dezenove horas) e no sábado até as 12 (doze horas).
Parágrafo único: Após as 19h (dezenove horas) de segunda-feira até sexta-feira e no sábado após as 12h (doze horas), haverá uma farmácia de plantão, em sistema de rodízio, conforme escala.
Art. 2º) Fica determinado que o estabelecimento farmacêutico responsável pelo plantão iniciará o mesmo as 06h (seis horas) de sábado que se findará às 06h (seis horas) do sábado seguinte, obedecendo escala abaixo.

Parágrafo único: Preferencialmente, no plantão, o estabelecimento farmacêutico responsável atenderá aos pedidos com receita médica.
Art. 3º) Fixa escala de plantão, como segue:

DIA/MÊS ANO 2026/2027	FARMÁCIA PLANTONISTA	DIA/MÊS ANO 2026/2027	FARMÁCIA PLANTONISTA
14/03/26 – 21/03/26	Ultra Descontão	30/01/27 – 06/02/27	Farmacenter
21/03/26 – 28/03/26	Alto Alegre	06/02/27 – 13/02/27	Santa Maria
28/03/26 – 04/04/26	Catanduvas	13/02/27 – 20/02/27	Ultra Descontão
04/04/26 – 11/04/26	Brava	20/02/27 – 27/02/27	Alto Alegre
11/04/26 – 18/04/26	Farmacenter	27/02/27 – 06/03/27	Catanduvas
18/04/26 – 25/04/26	Santa Maria	06/03/27 – 13/03/27	Brava
25/04/26 – 02/05/26	Ultra Descontão	13/03/27 – 20/03/27	Farmacenter
02/05/26 – 09/05/26	Alto Alegre	20/03/27 – 27/03/27	Santa Maria
09/05/26 – 16/05/26	Catanduvas	27/03/27 – 03/04/27	Ultra Descontão
16/05/26 – 23/05/26	Brava	03/04/27 – 10/04/27	Alto Alegre
23/05/26 – 30/05/26	Farmacenter	10/04/27 – 17/04/27	Catanduvas
30/05/36 – 06/06/26	Santa Maria	17/04/27 – 24/07/27	Brava
06/06/26 – 13/06/26	Ultra Descontão	24/07/27 – 01/05/27	Farmacenter
13/06/26 – 20/06/26	Alto Alegre	01/05/27 – 08/05/27	Santa Maria
20/06/26 – 27/06/26	Catanduvas	08/05/27 – 15/05/27	Ultra Descontão
27/06/26 – 04/07/26	Brava	15/05/27 – 22/05/27	Alto Alegre
04/07/26 – 11/07/26	Farmacenter	22/05/27 – 29/05/27	Catanduvas
11/07/26 – 18/07/26	Santa Maria	29/05/27 – 05/06/27	Brava
18/07/26 – 25/07/26	Ultra Descontão	05/06/27 – 12/06/27	Farmacenter
25/07/26 – 01/08/26	Alto Alegre	12/06/27 – 19/06/27	Santa Maria
01/08/26 – 08/08/26	Catanduvas	19/06/27 – 26/06/27	Ultra Descontão
08/08/26 – 15/08/26	Brava	26/06/27 – 03/07/27	Alto Alegre
15/08/26 – 22/08/26	Farmacenter	03/07/27 – 10/07/27	Catanduvas
22/08/26 – 29/08/26	Santa Maria	10/07/27 – 17/07/27	Brava
29/08/26 – 05/09/26	Ultra Descontão	17/07/27 – 24/07/27	Farmacenter
05/09/26 – 12/09/26	Alto Alegre	24/07/27 – 31/07/27	Santa Maria
12/09/26 – 19/09/26	Catanduvas	31/07/27 – 07/08/27	Ultra Descontão
19/09/26 – 26/09/26	Brava	07/08/27 – 14/08/27	Alto Alegre
26/09/26 – 03/10/26	Farmacenter	14/08/27 – 21/08/27	Catanduvas
03/10/26 – 10/10/26	Santa Maria	21/08/27 – 28/08/27	Brava
10/10/26 – 17/10/26	Ultra Descontão	28/08/27 – 04/09/27	Farmacenter
17/10/26 – 24/10/26	Alto Alegre	04/09/27 -11/09/27	Santa Maria
24/10/26 – 31/10/26	Catanduvas	11/09/27 – 18/09/27	Ultra Descontão
31/10/26 – 07/11/26	Brava	18/09/27 – 25/09/27	Alto Alegre
07/11/26 – 14/11/26	Farmacenter	25/09/27 – 02/10/27	Catanduvas
14/11/26 – 21/11/26	Santa Maria	02/10/27 – 09/10/27	Brava
21/11/26 – 28/11/26	Ultra Descontão	09/10/27 – 16/10/27	Farmacenter
28/11/26 – 05/12/26	Alto Alegre	16/10/27 – 23/10/27	Santa Maria
05/12/26 – 12/12/26	Catanduvas	23/10/27 – 30/10/27	Ultra Descontão
12/12/26 – 19/12/26	Brava	30/10/27 – 06/11/27	Alto Alegre
19/12/26 – 26/12/26	Farmacenter	06/11/27 – 13/11/27	Catanduvas
26/12/26 – 02/01/27	Santa Maria	13/11/27 – 20/11/27	Brava
02/01/27 – 09/01/27	Ultra Descontão	20/11/27 – 27/11/27	Farmacenter
09/01/27 – 16/01/27	Alto Alegre	27/11/27 – 04/12/27	Santa Maria
16/01/27 – 23/01/27	Catanduvas	04/12/27 – 11/12/27	Ultra Descontão
23/01/27 – 30/01/27	Brava	11/12/27 – 18/12/27	Alto Alegre

Art. 4º) Fica determinado que em sendo constatado o descumprimento ao plantão, quer pela não abertura da farmácia quando da obrigatoriedade do mesmo, quer pela abertura do estabelecimento em paralelo com a farmácia plantonista, nos horários de atendimento exclusivo via plantão, sujeitará o infrator as sanções previstas no art. 221 da Lei Municipal nº 97/2008, que poderá iniciar com multa, depois, em caso de reincidência, poderá culminar com a cassação do alvará de licença.
Parágrafo único: Ficam os Senhores proprietários de farmácia obrigados a tornar público, em local visível, qual a farmácia estará de plantão, divulgando o número do telefone para contato, o horário e o período em que a mesma estará de plantão.
Farmácia "**CATANDUVAS**", situada na Avenida dos Pioneiros, nº 521, Fone/plantão: 45-99849-2652, em Catanduvas/PR;
Farmácia "**FARMACENTER**", situada na Avenida dos Pioneiros, nº 615, Fone/plantão: 45-99147-9671, em Catanduvas/PR;
Farmácia "**SANTA MARIA**", situada na Avenida dos Pioneiros, nº 557, Fones/plantão: 45-99155-8710 ou 45-3234-1443, em Catanduvas/PR;
Farmácia "**ULTRA DESCONTÃO**", situada na Avenida dos Pioneiros, nº 572, sala A, Fone/plantão: 45-99155-1419, em Catanduvas/PR;
Farmácia "**ALTO ALEGRE**", situada na Avenida Adolfo Chagas, nº 491, Fone/plantão: 45-98800-1093, em Catanduvas/PR;
Farmácia "**BRAVA**", situada na Avenida Paraná, nº 359, Fone/plantão: 45-99142-0642, em Catanduvas/PR.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas, em 16 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BRUCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:80B1B0DD

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA CAMPANHAS, BONÉS E UNIFORMES PARA A FANFARRA MUNICIPAL, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: E D RIBEIRO LTDA
CNPJ: 50.728.178/0001-21

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	UNI	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Camiseta Manga Longa, tecido Dry Performace, poliéster 110gr, sublimação total da peça, com desenho em anexo ao processo licitatório. Camiseta no tamanho P, M, G, GG e EX.	500	uni	PRÓPRIA	22,50	11.250,00
16	Camiseta tecido Dry, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. Tamanhos 16 ao especial. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de assistência social. **Serão 11 modelos de camisetas para campanhas, sendo 25 camisetas para cada campanha**	275	uni	PRÓPRIA	20,00	5.500,00
17	Camiseta tecido Dry Performace, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de Assistência Social. (2 modelos de camisetas) Tamanhos adultos (P ao G4) e infantil (10 a 16) **(Uniforme SCFV)**	280	uni	PRÓPRIA	20,00	5.600,00
18	Camiseta tecido Dry Performace, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de Assistência Social. Tamanhos adultos e infantil a partir do tam 2. 2 modelos diferentes de camiseta **(Campanha Pestalozzi).**	200	uni	PRÓPRIA	20,00	4.000,00
19	Camiseta tecido Dry Performace, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de Assistência Social. Tamanhos adultos e infantil a partir do tam 10. **(Campanha 18 de maio)**	250	uni	PRÓPRIA	20,00	5.000,00
20	Camiseta tecido Dry Performace, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de Assistência Social. 2 modelos de camiseta Tamanhos 16 ao especial **Campanha caminhada feminicídio (150 unidades)** **Campanha tarde da beleza (50 unidades)**	200	uni	PRÓPRIA	20,50	4.100,00
21	Camiseta tecido Dry Performace, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de Assistência Social. Tamanhos 16, P, M, G e GG. VIAJA MAIS 60	50	uni	PRÓPRIA	22,00	1.100,00
22	Boné SuperCap, modelo 6 gomos, aba curva, circunferência da cabeça 58 cm e desenho/escrita serigrafado. VIAJA MAIS 60	50	uni	PRÓPRIA	37,00	1.850,00
23	Camiseta tecido Dry Performace, manga curta, 100% poliéster 110gr, sublimação total da peça. ARTE/DIAGRAMAÇÃO INCLUSOS. A empresa deverá desenvolver a arte a qual será aprovada pela Secretaria de Assistência Social. Tamanhos adultos. CAMPANHA LEÃO AMIGO	50	uni	PRÓPRIA	22,00	1.100,00
VALOR TOTAL						**39.500,00**

EMPRESA: UNILIMA UNIFORMES E CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 18.250.413/0001-90

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTD	UNI	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
4	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor azul a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Novembro Azul, com temática voltada à saúde do homem, prevenção e conscientização, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	27,90	4.185,00
5	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor azul a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Novembro Azul, com temática voltada à saúde do homem, prevenção e conscientização, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	25,90	3.885,00
6	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor Rosa a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Outubro Rosa, com temática voltada à saúde da mulher, prevenção e conscientização, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	26,40	3.960,00
7	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor Rosa a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Outubro Rosa, com temática voltada à saúde da mulher, prevenção e conscientização, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	25,50	3.825,00
8	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor branca, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha de Combate à Dengue, com temática voltada a eliminação do mosquito Aedes, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	26,30	3.945,00
9	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor azul a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma:	150	uni	PRÓPRIA	27,97	4.195,50

	Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Todos contra a dengue, com temática voltada à prevenção e conscientização de cuidar de criadouros do mosquito da dengue, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG					
VALOR TOTAL						**23.995,50**
EMPRESA: BACELAR & BACELAR LTDA **CNPJ: 04.086.793/0001-64**						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QTD**	**UNI**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
10	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor branca, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha de Vacinação, com temática voltada à prevenção e conscientização da vacina, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	29,00	4.350,00
VALOR TOTAL						**4.350,00**
EMPRESA: LMK CONFECÇÕES LTDA **CNPJ: 48.486.248/0001-30**						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QTD**	**UNI**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
11	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor azul, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha de Vacinação, com temática voltada à prevenção e conscientização da vacina, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	29,87	4.480,50
14	Camiseta confeccionada em tecido de poliviscose, composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, com gola careca, acabamento com ribana, na cor azul, mangas curtas, tamanho infantil. Aplicação das logomarcas com tamanho mínimo de 05 cm na manga esquerda o logo do município, e na manga direita logo do provigia, e na parte da frente com arte baseada na campanha Vacinação. Tamanhos: 2/ 4/ 6/ 8 /10	200	uni	PRÓPRIA	22,90	4.580,00
VALOR TOTAL						**9.060,50**
EMPRESA: N. T. CAVLHERI **CNPJ: 26.822.064/0001-61**						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QTD**	**UNI**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
12	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor azul a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Combate à Dengue nas escolas, campanha voltada à prevenção e conscientização de cuidar de criadouros do mosquito da dengue, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: 2/4/6/8/10/12	1100	uni	PRÓPRIA	17,90	19.690,00
13	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor azul a ser definido conforme tabela de cores, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo do PROVIGIA Paraná, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha Combate à Dengue nas escolas, campanha voltada à prevenção e conscientização de cuidar de criadouros do mosquito da dengue, conforme layout a ser aprovado. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: 14/16/P/M/G/XG	300	uni	PRÓPRIA	17,80	5.340,00
VALOR TOTAL						**25.030,00**
EMPRESA: CAMISETA CLOTESE LTDA **CNPJ: 53.157.572/0001-45**						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QTD**	**UNI**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
15	Camiseta confeccionada em tecido poliviscose composto por ⅔ de poliéster e ⅓ de viscose, na cor branca, modelo gola careca com acabamento em ribana, mangas curtas. A personalização na técnica de DTF será aplicada da seguinte forma: Manga esquerda: aplicação do brasão do município, com tamanho mínimo de 5 cm. Manga direita: aplicação do logotipo da Academia de Saúde, com tamanho mínimo de 5 cm. Parte frontal: arte gráfica baseada na campanha, movimente-se pela vida. As logomarcas deverão manter fidelidade às cores institucionais, boa definição e acabamento adequado para uso institucional. Tamanhos: PP/P/M/G/GG/EXG	150	uni	PRÓPRIA	25,90	3.885,00
VALOR TOTAL						**3.885,00**
EMPRESA: MEINERZ DO BRASIL LTDA **CNPJ: 49.128.590/0001-21**						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**QTD**	**UNI**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
24	Camiseta manga curta contendo as seguintes especificações mínimas: Confeccionadas em malha Piquet antipilling de Poliviscose nos tamanhos: PP, P, M, G, GG e EG. Cor: vermelho. Arte: conforme imagens em anexo.	60	uni	PRÓPRIA	42,50	2.550,00
VALOR TOTAL						**2.550,00**
ITENS FRACASSADOS						
2	UNIFORME PARA FANFARRA – CONJUNTO (TÚNICA E CALÇA) Confecção sob medida – do infantil ao adulto Conjunto de uniforme para fanfarra, composto por túnica (jaqueta) e calça, confeccionado em tecido Oxford 100% poliéster. **Túnica:** cor azul marinho, com detalhes nas cores vermelho e branco, filetes dourados, fechamento frontal por botões e ombreiros. **Calça**: cor azul marinho, com faixas laterais na cor branca, filetes dourados, cós com elástico duplo e cordão para ajuste.					
3	Quepe, modelo militar, tecido gabardine, cor azul marinho, bordado brasão do município, aba 6,0 cm, em acrílico, filete dourado na aba, tamanhos P, M, G e GG.					

Homologo a presente licitação, Catanduvas - PR, 16 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:F20C8D33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO Nº 011/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2025
EDITAL DE RESULTADO FINALDA PROVA OBJETIVA
PUBLICAÇÃO Nº 011/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal, e do Decreto nº 216/2025 torna público aos interessados o Edital de Resultado Final da Prova Objetivado Concurso 001/2025.

Art. 1º Consta no Anexo Único deste Edital o Resultado Final da Prova Objetiva.

Art. 2º Os candidatos aprovados para o cargo de Motorista constam na planilha a linha de corte para segunda fase conforme previsto na tabela 08 do Edital de Abertura.

Art. 3º Todos aprovados do cargo de Professor terão sua discursiva corrigida.

Art. 4º Os candidatos que protocolaram recurso contra o resultado preliminar poderão consultar suas respostas na área restrita do candidato.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 17 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	P. OBJETIVA	LINHA DE CORTE
Motorista	BRAIAN CESAR ISRAEL DE PAULA	018.104.052-54	85.00	1
Motorista	DIOGO EDUARDO MUNIZ	018.104.034-82	82.50	2
Motorista	WESLLEY MACHADO DE CARVALHO	018.104.022-14	77.50	3
Motorista	LEONARDO DUARTE DA SILVA	018.104.039-16	77.50	4
Motorista	EVERSON FABRI	018.104.057-35	77.50	5
Motorista	MARCELO ALEXANDRE SANTANA	018.104.066-35	77.50	6
Motorista	LUCAS RAFAEL DIAS	018.104.061-52	75.00	7
Motorista	VITOR GONÇALVES LEITE	018.104.041-22	75.00	8
Motorista	CARLOS DANIEL SANCHES FRANCISCO	018.104.049-06	72.50	9
Motorista	ANDRÉ EVANGELISTA RODRIGUES	018.104.026-17	72.50	10
Motorista	MAURO ZANDOMENICHI	018.104.049-16	72.50	11
Motorista	FRANCIELDO RODRIGUES DE SOUSA	018.104.032-46	70.00	12
Motorista	EDUARDO PASSONI	018.104.051-42	70.00	13
Motorista	GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES	018.104.044-04	70.00	14
Motorista	JHONES BATISTA RIBEIRO	018.104.066-72	70.00	15
Motorista	DIONATA CORREIA DA SILVA	018.104.026-39	70.00	16
Motorista	DIEGO HENRIQUE ALVES DE SOUZA	018.104.061-74	67.50	17
Motorista	DOUGLAS ROBERTO DA SILVA	018.104.000-75	67.50	18
Motorista	ELTON VALDINEI DE MARCHI	018.104.063-07	67.50	19
Motorista	MARCELO FERNANDO DE ALMEIDA	018.104.051-76	67.50	20
Motorista	ERIVELTO BENITE CHAVES	018.104.053-65	67.50	21
Motorista	ADRIANO LUIZ DELFINO	018.104.057-02	67.50	22
Motorista	LEONARDO DA SILVA RODRIGUES	018.104.051-35	67.50	23
Motorista	REGINALDO DOS SANTOS LEÃO	018.104.043-28	65.00	24
Motorista	DIRCEU TINTI JUNIOR	018.104.057-05	65.00	25
Motorista	FERNANDO HENRIQUE DA SILVA SEVERINO	018.104.029-34	65.00	26
Motorista	PAULO SERGIO DE FRANÇA	018.104.045-57	65.00	27
Motorista	BRUNO FERNANDO RODRIGUES	018.104.003-94	62.50	28
Motorista	RENAN BOSSI GIMENES	018.104.024-63	62.50	29
Motorista	EVERTON VIEIRA	018.104.053-11	62.50	30
Motorista	DIEMERSON FARIA	018.104.061-82	62.50	31
Motorista	ADLA FRANCIELI BEDIN	018.104.051-57	62.50	32
Motorista	ALESSANDRO DE SOUZA SANTANA	018.104.043-42	62.50	33
Motorista	LUCAS DA SILVA TERTULIANO	018.104.034-05	62.50	34
Motorista	BRUNO HENRIQUE DO NASCIMENTO	018.104.062-03	62.50	35
Motorista	LEONARDO GONÇALVES SOBRINHO	018.104.054-91	62.50	36
Motorista	ROGERIO DE SOUZA LIMA	018.103.998-72	62.50	37
Motorista	PAULO CEZAR GIMENES	018.104.043-00	62.50	38
Motorista	TIAGO SILVESTRE GOMES	018.104.059-01	62.50	39
Motorista	EDSON FLAVIO DOS SANTOS	018.104.055-04	62.50	40
Motorista	JULO CESAR DE SOUZA	018.103.999-28	60.00	41
Motorista	HENRIQUE DE OLIVEIRA MOURA	018.103.999-89	60.00	42

Motorista	ALEX BISPO RODRIGUES	018.104.057-97	60.00	43
Motorista	PAULO SÉRGIO MENDES DA SILVA	018.104.065-35	60.00	44
Motorista	BRUNO TAVARES DE SOUZA ORTIZ	018.104.031-69	60.00	45
Motorista	REGINALDO ALVES DOS SANTOS	018.104.055-57	60.00	46
Motorista	LEANDRO LEITE RANGEL	018.104.064-77	60.00	47
Motorista	GLEISON DE MELO BRITO	018.104.027-02	60.00	48
Motorista	LEANDRO ANTONIO DE SOUZA	018.104.036-57	60.00	49
Motorista	PAULO HENRIQUE SANTOS DE MEDEIROS	018.104.064-12	60.00	50
Motorista	FABIO MANFRÉ DOS SANTOS	018.104.023-54	60.00	51
Motorista	MARCOS EUZÉBIO DA SILVA	018.104.037-54	60.00	52
Motorista	JOSMAR MUNIZ SILVA	018.104.013-27	57.50	ELIMINADO
Motorista	JONI DA SILVA MAFRA	018.104.056-52	57.50	ELIMINADO
Motorista	ADILSON MACENA BARBOSA	018.104.038-77	57.50	ELIMINADO
Motorista	IVAN DA SILVA SANTOS	018.104.054-88	57.50	ELIMINADO
Motorista	DIOMAR DOS REIS FARIA	018.104.031-56	57.50	ELIMINADO
Motorista	JEISO ADRIANO CARDOSO	018.104.055-90	57.50	ELIMINADO
Motorista	MATEUS DOS SANTOS BIANCHI	018.104.052-32	57.50	ELIMINADO
Motorista	TIAGO ALVES DA SILVA	018.103.997-40	57.50	ELIMINADO
Motorista	CICERO MAURICIO DE LIMA	018.104.052-59	55.00	ELIMINADO
Motorista	LEANDRO GEMENTI RIBEIRO	018.104.061-67	55.00	ELIMINADO
Motorista	JEAN CARLOS ANDRADE DE AGUIAR	018.104.037-46	55.00	ELIMINADO
Motorista	SAULO DE PADUA RIBEIRO JUNIOR	018.104.031-95	55.00	ELIMINADO
Motorista	MARCOS MOREIRA DA SILVA	018.104.042-71	55.00	ELIMINADO
Motorista	NICESIO DIS SANTOS FERREIRA	018.104.045-97	55.00	ELIMINADO
Motorista	ATAMY FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS	018.104.056-58	55.00	ELIMINADO
Motorista	FÁBIO ARAUJO HERNANDES	018.104.038-76	55.00	ELIMINADO
Motorista	GILBERTO DOS SANTOS HORACIO	018.104.054-30	55.00	ELIMINADO
Motorista	ALEXANDRE BELIZÁRIO	018.104.032-00	55.00	ELIMINADO
Motorista	JOSÉ GONÇALVES CABRAL	018.104.059-36	55.00	ELIMINADO
Motorista	PAULO RICARDO DA SILVA COSTA	018.104.060-42	55.00	ELIMINADO
Motorista	JÚLIO CÉSAR FERREIRA	018.104.048-94	55.00	ELIMINADO
Motorista	FLAVIO LEONARDO ZAIA	018.104.053-15	55.00	ELIMINADO
Motorista	IVOMAR CHARLES DOS SANTOS	018.104.000-12	55.00	ELIMINADO
Motorista	LUIZ FELIPE CAMPOS DA SILVA	018.104.042-25	55.00	ELIMINADO
Motorista	FABIO DE SOUZA	018.104.027-18	55.00	ELIMINADO
Motorista	JOÃO RICARDO FERREIRA	018.104.057-09	55.00	ELIMINADO
Motorista	ALISSON TIAGO MOREIRA DIAS	018.104.042-31	55.00	ELIMINADO
Motorista	TANIA IZABEL BAZONI	018.104.055-89	52.50	ELIMINADO
Motorista	SILVIO DE MELO CABRAL	018.104.000-10	52.50	ELIMINADO
Motorista	PAULO ROGERIO FELIX	018.104.011-61	52.50	ELIMINADO
Motorista	EDSON AP BENEDITO	018.104.011-39	52.50	ELIMINADO
Motorista	ODAIR JOSÉ DOS SANTOS	018.104.061-55	52.50	ELIMINADO
Motorista	KELSON DE SOUZA BIER	018.104.048-70	52.50	ELIMINADO
Motorista	ANDRE APARECIDO ANDRADE	018.104.063-10	52.50	ELIMINADO
Motorista	DIRCEU AÇOFRA	018.104.039-46	52.50	ELIMINADO
Motorista	JULIO CESAR VECHIATTO	018.104.064-93	52.50	ELIMINADO
Motorista	MARCOS CARDOSO DA ROCHA	018.104.003-23	52.50	ELIMINADO
Motorista	LUCIANO RIBEIRO COSTA	018.104.062-07	52.50	ELIMINADO
Motorista	RODOLFO DIAS FELIX	018.104.036-14	50.00	ELIMINADO
Motorista	ALLYSON KADOGUTI MORAIS	018.104.066-26	50.00	ELIMINADO
Motorista	JAIANE DE FÁTIMA NASCIMENTO	018.104.053-10	50.00	ELIMINADO
Motorista	LEANDRO ENRIQUE RODRIGUES	018.104.058-98	50.00	ELIMINADO
Motorista	MAYCON LINDOLFO DA SILVA MURO	018.104.065-89	50.00	ELIMINADO
Motorista	ANDREIA CARLOS	018.104.032-44	50.00	ELIMINADO
Motorista	EDEVALDO DOS SANTOS GOMES	018.104.057-50	50.00	ELIMINADO
Motorista	JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA CASTOLDI	018.104.049-15	50.00	ELIMINADO

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	P. OBJETIVA	RESULTADO
Agente Administrativo	BRUNA TIEMY PEREIRA SANTOS DE OLIVEIRA	018.103.997-43	65.00	APROVADO
Agente Administrativo	DANIELLY CARVALHO STECANELLI	018.104.023-44	55.00	APROVADO
Agente Administrativo	ELIAS MACEDO DA SILVA	018.104.053-73	52.50	APROVADO
Agente Administrativo	GABRIEL SANTOS CASTOLDI	018.104.025-56	57.50	APROVADO
Agente Administrativo	GEOVANA SOARES DA SILVA	018.104.057-12	70.00	APROVADO
Agente Administrativo	JOÃO LUCAS NOGUEIRA DE AGUIAR	018.104.066-36	72.50	APROVADO
Agente Administrativo	JONATHAN GUSTAVO DE PAULA	018.104.053-98	67.50	APROVADO
Agente Administrativo	LEANDRO SANTOS CASTOLDI	018.104.041-01	70.00	APROVADO
Agente Administrativo	LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS	018.104.038-48	67.50	APROVADO
Agente Administrativo	NÁIRA EVELY DOS SANTOS SILVA	018.104.031-54	57.50	APROVADO
Agente Administrativo	RAMON GODOI COSTA	018.103.999-59	57.50	APROVADO
Agente Administrativo	SABRINA FELIPE PEREIRA	018.104.001-95	60.00	APROVADO
Agente Administrativo	STEFANNI GABRIELLI DA SILVA DELFINO	018.104.065-33	57.50	APROVADO
Agente Administrativo	TALITA GUIZONI	018.104.039-14	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JONATHAN MURILO SANTOS RODRIGUES	018.103.998-08	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ADRIANA CRISTINA XAVIER SCHIAVON	018.104.051-97	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ALESSANDRA DA SILVA BEZERRA	018.104.044-73	67.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ALESSANDRO LUCAS PÓVOA	018.104.061-85	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ALESSANDRO PEREIRA DA SILVA	018.104.039-83	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ALVARO MARTINS DE AZEVEDO NETO	018.104.039-55	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANA ANGELICA DE ANDRADE E SOUZA	018.104.061-34	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANA BEATRIZ GIRARDI	018.104.000-32	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANA MARIA BORGES DE ALMEIDA	018.104.036-62	77.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANDRESSA HELOISA VITORINO	018.104.041-90	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANDRESSA MOREIRA DIAS FAGOTTI	018.104.041-59	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANDREY YOHAN WILLIAN MARINHO	018.104.061-97	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ANGELA CRISTINA CASTOLDI FERRO	018.104.004-55	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ARTHUR HENRIQUE DE CASTRO SEMEÃO	018.104.042-67	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	BEATRIZ ABRILI DE JESUS	018.104.060-48	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	BEATRIZ APARECIDA MANTOAN	018.104.064-67	62.50	APROVADO

Agente Comunitário de Saúde	BEATRIZ MARTINS DA SILVA	018.104.026-42	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	BRUNA ALVES PORTO	018.103.999-04	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	CAIQUE HANDA DE OLIVEIRA	018.104.054-66	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	CAMILA GARCIA SILVESTRE GOMES	018.104.022-51	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	CARINA GIMENES BOCHI TOMADON	018.104.012-69	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	CLECI DANNACENA	018.104.000-42	67.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	DAIANE CRISTINA FARIA LEITE	018.104.061-54	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	DANIELLY CARVALHO STECANELLI	018.104.023-48	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	DAYANE APARECIDA DO NASCIMENTO	018.104.066-19	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	DEISE ARAUJO PEREIRA	018.104.063-97	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	DENISE BATISTA DA SILVA PASSANE	018.104.045-52	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	DIEGO JOSE MUNIZ	018.104.022-84	72.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	EDUARDA GABRIELA VENTURINI ZAIA	018.104.002-86	75.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	EDUARDO RAMOS DINIS	018.104.052-49	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ELIABE PEREIRA MUNIZ	018.104.059-12	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ELIANE PEREIRA DE LIMA CASTOLDO	018.103.999-58	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ELIZABETE RODRIGUES PEREIRA DOS SANTOS	018.104.056-06	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ELIZANGELA GONCALVES DIAS RAMOS	018.104.053-51	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	EVELYN NAIARA OLIVEIRA DOS SANTOS	018.104.045-23	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	FABIANA DA SILVA PEDROSO	018.104.042-69	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	FABIANO ANTÔNIO MORAES SANTOS	018.104.061-23	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	FERNANDA PONEZ PRUDENCIO DA COSTA	018.104.021-29	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	FERNANDA SATURNINO MEIRA	018.104.058-21	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GABRIELLY THOME DA SILVA	018.104.042-53	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GABRIELLY VIEIRA DA SILVA	018.104.025-57	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GEOVANE HENRIQUE ROSSI	018.104.051-37	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GERSILENER NUNES PEREIRA	018.104.033-97	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GESLAINE PINHEIRO DOS SANTOS	018.104.057-03	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GISELE APARECIDA PRADO DOROFE	018.104.026-02	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GUILHERME HENRIQUE DA SILVA SOARES RIBEIRO	018.104.041-32	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA AMARAL	018.104.045-08	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	GUSTAVO SOBRAL DOS SANTOS	018.104.044-68	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	IGOR RAFAEL MARTINS DA SILVA	018.104.020-05	67.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	INES BORGES DEE LIMA GIATI	018.104.026-81	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	IORRANAN ALVES PEREIRA	018.104.048-61	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ISABELI DE BRITO FERRARI	018.104.048-63	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	IZADORA RODRIGUES CRUZ	018.104.053-75	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JAMILE DA SILVA	018.104.043-61	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JILDENE LOPES DA SILVA	018.104.024-52	70.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JOÃO VICTOR DA SILVA	018.104.021-17	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JONATHAN NASCIMENTO GEROLA	018.104.066-66	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JOSIANE FRANCISCA DA SILVA	018.104.045-70	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JOSNEILE FERREIRA RIBEIRO	018.104.052-23	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JULIANA IAVES DOS SANTOS MEDEIROS	018.104.037-99	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	JULIANA PINHEIRO DA SILVA	018.104.062-05	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	KAIKY EDUARDO DE PAULA PASSONI	018.104.051-51	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LEDA MARIA DA SILVA CHAVES	018.104.051-60	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LORENA DE OLIVEIRA MELO	018.104.052-43	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LORENA LEITE DA CRUZ	018.104.031-11	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LUANA GARCIA DE OLIVEIRA	018.104.006-51	60.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LUANA GOULART MENDES	018.104.056-92	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LUCAS GABRIEL FERREIRA GOMES DOS SANTOS	018.104.040-53	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LUCIANA FERREIRA DE SOUZA	018.104.052-26	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	LUIZ GUSTAVO MACEDO RODRIGUES	018.104.056-71	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MAICON VEIRICK	018.104.032-92	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MAIMONE FERNANDES LEITE	018.104.036-47	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MARCELA BEATRIZ DOS SANTOS LOPES	018.104.032-16	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MARCELO DE MORAES	018.104.032-91	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MARCILENE DE JESUS TEODORO	018.104.039-63	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MARIA MONICA DE ARAUJO BRITO	018.104.054-90	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MARIDETE MARTINS DOS SANTOS	018.104.005-25	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	MÁRIO LUIZ DA SILVA	018.104.015-21	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	NAIYANA MORAES MANGANARO	018.104.063-05	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	NARA CRISTINA GAMBETA FALLA	018.104.022-55	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	NATALI DE ANDRADE FRANCISCO	018.103.999-46	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	PAOLA ALVES TAVARES DE LIMA LEITE	018.104.059-07	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	PEDRO HENRIQUE LOPES CASTOLDI	018.103.998-19	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	PIO SOUZA	018.104.061-26	65.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	RAMON GODOI COSTA	018.103.999-11	70.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	REGINALDO FERREIRA ALVES	018.104.064-30	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	REGINALDO JOVITO SOUZA	018.104.056-70	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	REJANI APARECIDA GODOI	018.103.999-78	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	RENATA DINIS MOREIRA DOS SANTOS	018.104.053-39	67.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	RENATO CELSO DA SILVA	018.104.061-37	62.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ROBERTA HELENA DOS PRAZERES	018.104.023-19	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ROBERTO NAZARIO DOS SANTOS FILHO	018.104.006-18	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	ROSA MARIA ROMOALDO	018.104.048-75	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SABRINA DAYENI DA SILVA ANGELINI	018.104.061-06	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SARA GABRIELY SILVA COELHO	018.104.040-20	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SHARON APARECIDA CAVALCANTI E SILVA	018.104.018-95	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SIMONE DO SANTOS APOLONIA	018.104.039-57	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SOLANGE MORAES FERNANDES	018.104.024-62	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SOLANGE SIMILI KREY	018.104.034-81	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	SUZANA CASTORINA PROENCA	018.104.044-91	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VERONICA PEREIRA COELHO	018.104.000-16	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VICTÓRIA FARIA DE OLIVEIRA	018.104.061-57	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VITOR HUGO PIOVESAM DO NASCIMENTO	018.104.032-63	87.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VITOR MANOEL SANTOS DE JESUS	018.104.053-05	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VITÓRIA CAROLAYNE DA SILVA APOLONIA	018.104.061-28	60.00	APROVADO

Agente Comunitário de Saúde	VITÓRIA VILALVA DE SOUZA MUNIZ	018.104.029-31	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VIVIANE ALINE RODRIGUES MOREIRA	018.104.014-91	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VIVIANE DOS SANTOS	018.104.060-09	52.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	VIVIANE MARIA DOS PRAZERES	018.104.024-95	67.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	WANDRESSA RIBEIRO DA ROCHA FERREIRA	018.104.000-93	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	WANESSA RAFAELA DA SILVA GARCIA	018.104.040-72	50.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	WISLEM LEISSE DE OLIVEIRA CASSIANO	018.104.036-74	57.50	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	YNAE TAMIRES FERNANDES DE AZEVEDO DA LUZ	018.104.062-58	55.00	APROVADO
Agente Comunitário de Saúde	YSADORA DIAS FIGUEREDO	018.104.003-70	50.00	APROVADO
Agente de Saúde Bucal	JANAINA DOS SANTOS ALVES	018.104.054-79	55.00	APROVADO
Agrônomo	ANA GABRIELLI RANTIN	018.104.054-08	65.00	APROVADO
Agrônomo	CAIO CESAR SOUSA OLIVEIRA	018.104.062-52	55.00	APROVADO
Agrônomo	CARLOS EDUARDO ORLANDINI BAZALHA	018.104.000-80	60.00	APROVADO
Agrônomo	JACQUELINE DALBELO PUIA	018.104.028-96	50.00	APROVADO
Agrônomo	LUIZ FERNANDO OLIVEIRA MENDES	018.104.042-96	57.50	APROVADO
Agrônomo	LUIZ GUILHERME GOMES FERREIRA	018.104.054-81	75.00	APROVADO
Agrônomo	LUIZ GUSTAVO DE MELO GONÇALVES	018.104.062-92	82.50	APROVADO
Agrônomo	MARCOS LUCIANO MANOEL	018.104.033-00	62.50	APROVADO
Agrônomo	MATHEUS TAKESHI ENOKIDA	018.104.031-18	80.00	APROVADO
Agrônomo	MURILO LUAN DA SILVA	018.104.053-33	55.00	APROVADO
Agrônomo	MURILO SAMPAIO BASSI JANEGITZ	018.104.063-09	65.00	APROVADO
Agrônomo	PEDRO MACHADO DE ALBUQUERQUE	018.104.063-24	90.00	APROVADO
Agrônomo	RAUL MACIEL MACHADO	018.104.035-48	80.00	APROVADO
Agrônomo	THAIS FERNANDA BOMBESSI SANTOS	018.104.055-07	72.50	APROVADO
Agrônomo	WELTON DOUGLAS DOS SANTOS	018.104.044-62	57.50	APROVADO
Agrônomo	WESLEY DUARTE NERIS	018.104.023-60	52.50	APROVADO
Analista de Tributos	AÉCIO FLÁVIO DOS SANTOS	018.104.025-27	55.00	APROVADO
Analista de Tributos	AILTON DE JESUS	018.104.005-80	67.50	APROVADO
Analista de Tributos	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	018.104.021-33	80.00	APROVADO
Analista de Tributos	BRUNO HIDEKI NAKASSUGUI FUKUDA	018.104.005-75	75.00	APROVADO
Analista de Tributos	ISABELLI DE SOUZA BONACHE	018.104.062-11	62.50	APROVADO
Analista de Tributos	JONATHAN GUSTAVO DE PAULA	018.104.053-99	65.00	APROVADO
Analista de Tributos	LUIDI FAGUNDES COSTA	018.104.048-93	57.50	APROVADO
Analista de Tributos	MARIANA SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS ALMEIDA	018.104.027-29	62.50	APROVADO
Analista de Tributos	MATEUS AZINARI	018.103.998-01	60.00	APROVADO
Analista de Tributos	THAILANI GUIMARÃES	018.104.043-78	60.00	APROVADO
Analista de Tributos	VALERIA MARA DE OLIVEIRA	018.104.054-68	67.50	APROVADO
Analista de Tributos	VITOR HUGO CAETANO MOREIRA	018.104.045-29	67.50	APROVADO
Assistente Social	ANA LUCIA DOS SANTOS	018.104.041-60	55.00	APROVADO
Assistente Social	ANA PAULA DOS SANTOS FLORES	018.104.053-62	62.50	APROVADO
Assistente Social	CASSIANE FERNANDES DE SOUZA	018.104.020-28	70.00	APROVADO
Assistente Social	ELAINE FERREIRA DE SOUZA ROCHA	018.104.056-25	52.50	APROVADO
Assistente Social	GLEICE CRISTINA DOS PRAZERES SILVA	018.104.043-02	60.00	APROVADO
Assistente Social	KARINE DE MORAIS	018.104.006-23	70.00	APROVADO
Assistente Social	LORENA ALZIRA DE SOUZA ALEXANDRE	018.103.997-56	75.00	APROVADO
Assistente Social	LOURISLEY SIQUEIRA GIL	018.104.064-26	67.50	APROVADO
Assistente Social	MARCOS MATHEUS RESENDE ZAMPARONI	018.104.059-78	60.00	APROVADO
Assistente Social	MARIANI PININGA MONTEIRO DOS SANTOS	018.104.056-85	65.00	APROVADO
Assistente Social	MARTA REIS DE OLIVEIRA DE SOUZA	018.104.031-46	72.50	APROVADO
Assistente Social	ROSANE SOTO JULIÃO DA SILVA	018.104.066-84	80.00	APROVADO
Assistente Social	SANDRA REGINA MACARIO SANTOS	018.104.036-29	62.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	ANA BEATRIZ PLANET COSTA	018.104.034-85	77.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	BÁRBARA INCERILO DA SILVA	018.104.002-38	55.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	BARBARA SAYURI DANNO BARBOSA RAMOS	018.104.001-03	57.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	BEATRIZ RAMOS DE MEDEIROS	018.103.998-51	72.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	DIOGO CELIO MOREIRA DE GOES	018.104.033-78	55.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	EMANUELLI CAROLINI DE SA	018.104.015-40	62.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	ESTHER VENANCIO CRUVINEL DINIZ RIBEIRO	018.104.045-47	80.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	FABRICIO ANTONIO DE ALMEIDA	018.104.001-22	57.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	FELIPE SOUZA DE MOURA BALANCIERI	018.104.064-21	65.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	FERNANDA MAYUMI KOGA	018.104.042-58	67.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	HELOÍSA DA SILVA CASTOLDI	018.104.055-48	70.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	ISADORA COELHO DA SILVA	018.104.037-51	65.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	ISADORA NOVAIS DE OLIVEIRA	018.104.040-28	60.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	ISADORA SALVADOR ANTIVERE	018.104.032-19	72.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	JOZIANE ROSA BATISTA NUNES	018.104.055-53	62.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	LETICIA YUKARI TAKINO	018.104.057-18	65.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	LIVIA MENEGHETTI MUNIZ	018.104.039-39	65.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	MARIA EDUARDA BALDUINO DE ARAUJO	018.104.043-32	57.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	MARIA EDUARDA TOMIAZZI MORON	018.104.062-09	75.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	MARIA FERNANDA MENEGASSI CARDOSO	018.104.058-80	67.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	MARIA VITÓRIA GLOOR	018.104.044-48	60.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	MARINA RIBEIRO COSTA	018.104.024-15	70.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	NATÁLIA CRISTINA DA SILVA	018.104.024-96	52.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	NICOLE GUIRELI INOUE	018.104.054-77	82.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	REGINA HARUMI VINHA SHIGA	018.104.054-67	82.50	APROVADO
Cirurgião Dentista	RENAM MONTEIRO SEFRIAN	018.104.032-02	65.00	APROVADO
Cirurgião Dentista	THAILON GUIMARÃES VASCONCELOS	018.104.055-63	70.00	APROVADO
Contador	ADALBERTO VICENTE DA SILVA	018.104.025-97	75.00	APROVADO
Contador	ADILSON DE OLIVEIRA	018.103.997-78	72.50	APROVADO
Contador	ALLAN VINICIUS FELISMINO DE OLIVEIRA	018.104.060-73	77.50	APROVADO
Contador	ANTONIO LUIZ ROMÃO	018.104.030-98	67.50	APROVADO
Contador	BRUNA CRISTINA GOTARDO	018.104.043-05	55.00	APROVADO
Contador	BRUNO HIDEKI NAKASSUGUI FUKUDA	018.104.005-51	82.50	APROVADO
Contador	BRUNO LEONARDO SOARES DE SOUZA	018.104.054-53	57.50	APROVADO
Contador	GUILHERME NOGUEIRA FUKUCIRO RODRIGUES DA SILVA	018.104.051-65	87.50	APROVADO
Contador	JAIME MURARI	018.104.034-23	67.50	APROVADO
Contador	MAGNA MORAIS DE OLIVEIRA	018.104.065-85	60.00	APROVADO
Contador	MARCELO DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA	018.104.042-38	60.00	APROVADO

Contador	MARIANA SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS ALMEIDA	018.104.027-28	67.50	APROVADO
Contador	MATHEUS DE OLIVEIRA RIBEIRO	018.104.037-43	62.50	APROVADO
Contador	PAULO SERGIO RIBEIRO	018.104.009-15	62.50	APROVADO
Contador	RAFAEL SOUZA CAMPOS	018.104.057-77	62.50	APROVADO
Contador	VITOR HUGO PIOVESAM DO NASCIMENTO	018.104.059-24	65.00	APROVADO
Educador Infantil	ADALBERLANDIA ALVES FERNANDES	018.104.064-36	62.50	APROVADO
Educador Infantil	ADIEL DE SOUZA SILVA	018.104.065-74	85.00	APROVADO
Educador Infantil	ADRIANA REINALDO DE LIMA TINTI	018.104.025-13	72.50	APROVADO
Educador Infantil	ADRIANA TEREZA DE OLIVEIRA	018.104.057-47	50.00	APROVADO
Educador Infantil	ADRIELLY MILENA FIGUEIRA RIBEIRO	018.104.065-37	50.00	APROVADO
Educador Infantil	ALEXANDRINA CRISTINA FELIX MARIANO	018.104.056-24	70.00	APROVADO
Educador Infantil	AMANDA CRISTINA DE SOUZA	018.103.999-57	60.00	APROVADO
Educador Infantil	AMANDA LEITE GRACIANO	018.104.038-31	67.50	APROVADO
Educador Infantil	ANA CRISTINA LEITE PAVANI	018.104.025-78	52.50	APROVADO
Educador Infantil	ANA PAULA AVELINO	018.104.021-09	52.50	APROVADO
Educador Infantil	ANDREIA MARCELINA DOS SANTOS BERTAN	018.104.060-81	55.00	APROVADO
Educador Infantil	ANDRESSA HELOISA VITORINO	018.104.041-89	60.00	APROVADO
Educador Infantil	ANDRESSA LOPES PINHO	018.104.030-43	75.00	APROVADO
Educador Infantil	ANGÉLICA TRAMBAIOLI DA SILVA	018.104.043-45	77.50	APROVADO
Educador Infantil	AYLA LEMES QUEIROZ SANTOS	018.104.032-79	72.50	APROVADO
Educador Infantil	BEATRIZ CLARO DE BRITO	018.104.064-61	62.50	APROVADO
Educador Infantil	BEATRIZ DE CARVALHO ROGERIO	018.104.035-18	75.00	APROVADO
Educador Infantil	BEATRIZ GODOY HAWERROTH MALLMANN	018.103.998-28	75.00	APROVADO
Educador Infantil	BEATRIZ MARTINS DA SILVA	018.104.026-45	82.50	APROVADO
Educador Infantil	BRENDA HELOISA SILVA NEGRI	018.104.051-43	65.00	APROVADO
Educador Infantil	BRUNA FERNANDA MARQUES LUZ OLIVEIRA	018.104.059-08	55.00	APROVADO
Educador Infantil	BRUNA GRAZIELA DA SILVA	018.104.028-90	67.50	APROVADO
Educador Infantil	BRUNA NARCISO MACEDO	018.104.049-11	60.00	APROVADO
Educador Infantil	CAMILA CRISTINA DA SILVA	018.104.061-90	62.50	APROVADO
Educador Infantil	CARINE GARCIA DOMINGUES GUIMARÃES	018.104.010-39	67.50	APROVADO
Educador Infantil	CARLA TAMIRIS MARIA DA SILVA SERVELIN	018.104.039-20	70.00	APROVADO
Educador Infantil	CASSIA SILENE DOS SANTOS	018.104.035-29	80.00	APROVADO
Educador Infantil	CLAUDIA ELIZIANE LINO DA SILVA	018.104.032-82	75.00	APROVADO
Educador Infantil	CLECI DANNACENA	018.104.000-46	92.50	APROVADO
Educador Infantil	CLEONICE FELIX DE LIMA DIAS	018.104.040-82	70.00	APROVADO
Educador Infantil	CRISTIANE GOULART MENDES MOREIRA	018.104.032-94	50.00	APROVADO
Educador Infantil	CRISTINA DE LIMA ARRUDA CARDOSO	018.104.004-94	57.50	APROVADO
Educador Infantil	CRISTINA DE OLIVEIRA ROSA DA SILVA	018.104.061-31	65.00	APROVADO
Educador Infantil	DAIANE APARECIDA SANTANA PENA	018.104.067-02	65.00	APROVADO
Educador Infantil	DAIANE DE SOUZA SILVA JESUS	018.104.032-25	62.50	APROVADO
Educador Infantil	DAIANE DOS SANTOS BARBOSA	018.104.060-77	50.00	APROVADO
Educador Infantil	DAIANE DOS SANTOS SOUZA	018.104.058-14	60.00	APROVADO
Educador Infantil	DAIANNA VICENTE FERREIRA	018.103.999-21	75.00	APROVADO
Educador Infantil	DALVA DOS REIS SOUZA MELLO	018.104.044-20	57.50	APROVADO
Educador Infantil	DAMARCENO BESA BARRETOS	018.104.058-76	57.50	APROVADO
Educador Infantil	DANIELI PARUSSOLO FIORI	018.104.052-40	57.50	APROVADO
Educador Infantil	DANIELI VERTUAN BAZONI FRASSATTI	018.104.031-30	65.00	APROVADO
Educador Infantil	DAYANA CAMILA DIAS DOS SANTOS	018.104.056-28	67.50	APROVADO
Educador Infantil	DAYANE APARECIDA FONTES	018.104.053-56	65.00	APROVADO
Educador Infantil	DENISE ALEXANDRA DE CASTRO FERNANDES	018.104.056-78	67.50	APROVADO
Educador Infantil	DENISE LOPES GUIMARÃES	018.104.065-23	70.00	APROVADO
Educador Infantil	DENISE MONTEIRO DE LIMA FRANÇA	018.104.035-74	60.00	APROVADO
Educador Infantil	DRYELLY ARYANE REINALDO DE LIMA BIANCHI	018.104.052-30	70.00	APROVADO
Educador Infantil	EDINEIA SOARES LOPES DA SILVA	018.103.997-62	55.00	APROVADO
Educador Infantil	ELIANE APARECIDA DE PROENÇA SILVA	018.104.009-91	72.50	APROVADO
Educador Infantil	ELIANE DOS SANTOS GOMES	018.104.038-35	50.00	APROVADO
Educador Infantil	ELIANE MARIA CARDOSO	018.104.028-05	67.50	APROVADO
Educador Infantil	ELISÂNGELA BARRETO DE ANDRADE	018.104.027-64	57.50	APROVADO
Educador Infantil	ELISANGELA FERNANDES GARCIA DA SILVEIRA	018.104.041-58	82.50	APROVADO
Educador Infantil	ELOIZA RIBEIRO DA SILVA	018.104.051-47	57.50	APROVADO
Educador Infantil	EMANUELLE ANTONIA PACHECO DE SOUZA	018.104.014-21	80.00	APROVADO
Educador Infantil	EMANUELLY ALINE FARIA PAULINO	018.104.065-34	67.50	APROVADO
Educador Infantil	EUNICE DE FREITAS	018.104.031-40	65.00	APROVADO
Educador Infantil	EUSÉBIO RODRIGUES ALVES	018.104.048-58	72.50	APROVADO
Educador Infantil	EVELYN BEATRIZ BUZATTO	018.104.026-59	67.50	APROVADO
Educador Infantil	EVELYN LEMES DA SILVA	018.104.055-70	65.00	APROVADO
Educador Infantil	FABIANA APARECIDA NUNES TAVARES	018.104.065-64	55.00	APROVADO
Educador Infantil	FERNANDA APARECIDA RODRIGUES FERREIRA	018.104.051-34	72.50	APROVADO
Educador Infantil	FERNANDA CRISTINA ROSA	018.103.997-30	80.00	APROVADO
Educador Infantil	FERNANDA DA CRUZ RONCHI	018.104.045-18	52.50	APROVADO
Educador Infantil	FERNANDA SANTOS COSTA	018.104.059-93	67.50	APROVADO
Educador Infantil	FERNANDO MARTINS DA SILVA	018.104.014-79	62.50	APROVADO
Educador Infantil	FLÁVIA DE SENA PEREIRA MESSIAS	018.104.022-66	52.50	APROVADO
Educador Infantil	FRANCIELDO RODRIGUES DE SOUSA	018.104.018-82	65.00	APROVADO
Educador Infantil	FRANCIELE SANTOS DE LIMA	018.104.025-36	70.00	APROVADO
Educador Infantil	GABRIELI LARISSE GREGO RUBIRA	018.104.035-20	67.50	APROVADO
Educador Infantil	GEOVANA MITIELE BATISTA DE SOUZA	018.104.060-16	55.00	APROVADO
Educador Infantil	GESILIANE CARMO DE SOUZA	018.104.023-51	55.00	APROVADO
Educador Infantil	HELOISA NAYARA TOMADON	018.104.042-21	70.00	APROVADO
Educador Infantil	HELOISA ROCHA OLIVEIRA	018.104.066-21	50.00	APROVADO
Educador Infantil	HELOISE MEIRELES SANTIAGO	018.104.066-34	75.00	APROVADO
Educador Infantil	ISABEL CRISTINA DA SILVA	018.104.039-76	60.00	APROVADO
Educador Infantil	JACSON LUAN DE OLIVEIRA	018.104.043-58	87.50	APROVADO
Educador Infantil	JESSIKA MONIQUE PINHEIRO	018.104.062-34	52.50	APROVADO
Educador Infantil	JOÃO VITOR SOARES MUNIZ	018.104.058-26	67.50	APROVADO
Educador Infantil	JOELMA LEAL	018.104.033-49	70.00	APROVADO
Educador Infantil	JOSEANE ARAGÃO GUIMARÃES VASCONCELOS	018.104.032-07	60.00	APROVADO
Educador Infantil	JULIA DE VASCONCELOS TAVEIRA	018.103.997-69	80.00	APROVADO
Educador Infantil	JULIANA DE ANDRADE PEREIRA DOS SANTOS	018.104.028-88	52.50	APROVADO

Educador Infantil	JULIANE REMONDINI JARDIM MOREIRA	018.104.030-53	72.50	APROVADO
Educador Infantil	KANANDA BEATRIZ SOARES	018.104.013-24	62.50	APROVADO
Educador Infantil	KATIÚSCIA JULIENNY CONGIO DA SILVA	018.104.040-66	62.50	APROVADO
Educador Infantil	KÉLEN MAITÊ MARTINS KOBAYASHI SANT'ANA	018.104.052-52	87.50	APROVADO
Educador Infantil	KELLY CRISTINA EGIDIO AQUATTI	018.104.054-32	65.00	APROVADO
Educador Infantil	KELLY JULIANE DOS SANTOS FRESQUI	018.104.009-16	55.00	APROVADO
Educador Infantil	KÉLVIA VIGILATO GOUVEIA FERREIRA	018.104.060-88	85.00	APROVADO
Educador Infantil	KESSIA NATACHA FERREIRA LUIZ	018.104.063-68	77.50	APROVADO
Educador Infantil	LARISSA FERNANDA DE ARAUJO FERREIRA	018.104.063-55	70.00	APROVADO
Educador Infantil	LAURA GOMES DA COSTA	018.104.027-52	87.50	APROVADO
Educador Infantil	LEILA APARECIDA ALVES MACEDO	018.104.029-32	77.50	APROVADO
Educador Infantil	LEILA AQUATTI ANTIVERE	018.104.000-26	77.50	APROVADO
Educador Infantil	LEILA DE QUEIROZ ANTIVERI	018.104.042-11	57.50	APROVADO
Educador Infantil	LENIR SOARES DA SILVA	018.104.038-21	75.00	APROVADO
Educador Infantil	LEONARDO ANTÔNIO RANGEL	018.104.063-04	67.50	APROVADO
Educador Infantil	LEONILDA CONCEIÇÃO RAMOS	018.104.033-68	65.00	APROVADO
Educador Infantil	LORENA FERNANDA BORGES DE SOUSA	018.104.062-48	65.00	APROVADO
Educador Infantil	LORENA KARINE COELHO	018.104.053-43	85.00	APROVADO
Educador Infantil	LORRAYNE LEITE DIAS	018.104.007-02	50.00	APROVADO
Educador Infantil	LUANA DOS SANTOS SOARES RODRIGUES	018.104.057-67	75.00	APROVADO
Educador Infantil	LUANA GOULART MENDES	018.104.056-94	65.00	APROVADO
Educador Infantil	LUANA KAROLINE PADILHA PASSONE	018.104.001-89	72.50	APROVADO
Educador Infantil	LUCIANA GONÇALVES	018.104.033-73	70.00	APROVADO
Educador Infantil	LUCIANA PEREIRA DE ALMEIDA	018.104.058-50	62.50	APROVADO
Educador Infantil	LUCIMARA SERVELIN	018.104.020-11	82.50	APROVADO
Educador Infantil	LUZIA DOS SANTOS XAVIER	018.104.034-32	52.50	APROVADO
Educador Infantil	MARCELA CANDIDA DE SOUZA MATOS	018.104.043-43	65.00	APROVADO
Educador Infantil	MARCIA APARECIDA DE SOUZA	018.104.056-08	67.50	APROVADO
Educador Infantil	MARCIA DE SOUZA PEREIRA RODRIGUES	018.104.060-51	67.50	APROVADO
Educador Infantil	MARCIA FERNANDA FERREIRA MARTINS	018.104.030-27	57.50	APROVADO
Educador Infantil	MARCIA GOIS LEME DE CASTRO	018.104.060-10	52.50	APROVADO
Educador Infantil	MÁRCIA MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA	018.104.032-71	60.00	APROVADO
Educador Infantil	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ROCHA	018.104.052-51	75.00	APROVADO
Educador Infantil	MARIA DE LOURDES RODRIGUES	018.104.056-82	50.00	APROVADO
Educador Infantil	MARIA EDUARDA MIRANDA DE OLIVEIRA	018.104.020-17	60.00	APROVADO
Educador Infantil	MARIA EMILIA ALGARTE DOS SANTOS SAVIO	018.104.026-35	67.50	APROVADO
Educador Infantil	MARIA FERNANDA BAUERMANN DA COSTA	018.104.021-39	75.00	APROVADO
Educador Infantil	MARIA FRANCISCA FERREIRA DE SOUZA SANTOS	018.104.044-35	72.50	APROVADO
Educador Infantil	MARIA ISABEL MATOS DE OLIVEIRA	018.104.042-02	67.50	APROVADO
Educador Infantil	MARIA IZABEL VIEIRA DA SILVA	018.104.027-36	62.50	APROVADO
Educador Infantil	MARIANA BIANCA VENCIGUERRA	018.104.038-36	70.00	APROVADO
Educador Infantil	MARIANA MONTEIRO DE FRANCA	018.104.000-45	65.00	APROVADO
Educador Infantil	MARINES GONÇALVES DOS SANTOS SILVA	018.104.013-31	62.50	APROVADO
Educador Infantil	MARLETE CAVALCANTE DA COSTA	018.104.025-49	65.00	APROVADO
Educador Infantil	MARTA DE MORAES COSTA DELANI	018.104.035-81	77.50	APROVADO
Educador Infantil	MICHELLI BATISTA DE SOUZA	018.104.016-66	55.00	APROVADO
Educador Infantil	MILENA ALVES DE OLIVEIRA MAZONI	018.104.033-40	52.50	APROVADO
Educador Infantil	NARA CRISTINA GAMBETA FALLA	018.104.022-59	72.50	APROVADO
Educador Infantil	NATALIA DA SILVA	018.104.026-48	75.00	APROVADO
Educador Infantil	NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS	018.104.032-41	75.00	APROVADO
Educador Infantil	NATALIA FIORI GIOVANINETTI	018.104.060-12	60.00	APROVADO
Educador Infantil	NICOLE ADRIANE DIAS MOTA	018.104.033-01	70.00	APROVADO
Educador Infantil	PALOMA VITORIA LOPES PEREIRA	018.104.026-53	57.50	APROVADO
Educador Infantil	PÂMELA DA SILVA BRITO DOS SANTOS	018.104.043-84	55.00	APROVADO
Educador Infantil	PAOLA ALVES TAVARES DE LIMA LEITE	018.104.059-17	57.50	APROVADO
Educador Infantil	PAULO HENRIQUE DE QUEIROZ	018.104.052-55	62.50	APROVADO
Educador Infantil	PRISCILA DA SILVA CASQUETE	018.104.055-41	72.50	APROVADO
Educador Infantil	PRISCILLA DA SILVA VICENTE DOS SANTOS	018.104.062-78	52.50	APROVADO
Educador Infantil	RAYANE HELENA DUGOLIN	018.104.033-71	60.00	APROVADO
Educador Infantil	REGI APARECIDA PARANHOS DA SILVA MELO	018.104.053-67	72.50	APROVADO
Educador Infantil	REJANI APARECIDA GODOI	018.103.999-05	65.00	APROVADO
Educador Infantil	RENATA DE CÁSSIA MILANI DA SILVA	018.104.025-71	70.00	APROVADO
Educador Infantil	RENATA PEREIRA FERRARI	018.104.044-99	67.50	APROVADO
Educador Infantil	RENATA RUFINO DOS SANTOS	018.104.058-31	62.50	APROVADO
Educador Infantil	ROBERTA BIGUETTI	018.104.059-30	67.50	APROVADO
Educador Infantil	ROSANGELA CAMPANA MURARI	018.104.034-19	72.50	APROVADO
Educador Infantil	ROSILEINE HENRIQUE DOS REIS	018.104.038-25	52.50	APROVADO
Educador Infantil	ROSILENE APARECIDA DOS SANTOS CAFÉ	018.104.059-41	75.00	APROVADO
Educador Infantil	ROSIMEIRE BRITO DE SOUZA	018.104.025-23	65.00	APROVADO
Educador Infantil	ROSINEIDE PEREIRA DA SILVA	018.104.025-10	50.00	APROVADO
Educador Infantil	SANDRA APARECIDA MENDES DIORIO	018.104.057-53	55.00	APROVADO
Educador Infantil	SANDRA MENEGHETTI BELLETTI	018.104.058-92	52.50	APROVADO
Educador Infantil	SANDRA REGINA RAMOS RODRIGUES	018.104.054-11	57.50	APROVADO
Educador Infantil	SIDNÉIA APARECIDA E JESUS	018.104.032-58	50.00	APROVADO
Educador Infantil	SILVIA ELIAS DA FONSECA	018.104.051-86	72.50	APROVADO
Educador Infantil	SIMARA APARECIDA DA SILVA	018.104.052-12	67.50	APROVADO
Educador Infantil	SIMEIA GOES COSTA	018.104.021-67	85.00	APROVADO
Educador Infantil	SIRLEI GOMES CUSTÓDIO ROMERO	018.104.060-64	55.00	APROVADO
Educador Infantil	SUELI DE FÁTIMA DA SILVA	018.104.023-68	67.50	APROVADO
Educador Infantil	SUELLEM CRISTINA DE SOUZA TINTI	018.103.999-60	55.00	APROVADO
Educador Infantil	TAIANA MARCELA DA SILVA	018.104.054-89	57.50	APROVADO
Educador Infantil	TAINA APARECIDA NASCIMENTO DOS SANTOS DE MENDONÇA	018.104.039-27	62.50	APROVADO
Educador Infantil	TAMIRES JUNQUEIRA MILITÃO	018.104.021-26	85.00	APROVADO
Educador Infantil	TATIANA TAVARES ALONSO	018.104.030-01	55.00	APROVADO
Educador Infantil	TATIANE KARINA DE SOUZA	018.104.024-43	57.50	APROVADO
Educador Infantil	TATIELI NEGRÃO SIQUEIRA	018.104.064-53	57.50	APROVADO
Educador Infantil	TEREZINHA DE JESUS DAUDT VECCHI	018.104.065-97	85.00	APROVADO
Educador Infantil	THAÍS GUIMARÃES TEIXEIRA	018.104.046-16	50.00	APROVADO
Educador Infantil	VANESSA RODRIGUES ROQUE	018.104.033-36	80.00	APROVADO

Educador Infantil	VERÔNICA MOREIRA DA SILVA	018.104.056-36	57.50	APROVADO
Educador Infantil	VITÓRIA GABRIELLI DE ARAUJO RODRIGUES	018.104.017-07	72.50	APROVADO
Educador Infantil	VIVIA ALVES DE ASSIS	018.104.064-99	57.50	APROVADO
Educador Infantil	VIVIANE GARBOSA MARQUES	018.104.028-74	72.50	APROVADO
Enfermeiro	BRUNNA GODOY HAWERROTH MALLMANN	018.104.057-51	65.00	APROVADO
Enfermeiro	CAROLINE QUEIROZ COELHO	018.104.054-38	50.00	APROVADO
Enfermeiro	DEISE ROBERTA MOREIRA DOS SANTOS	018.104.051-58	50.00	APROVADO
Enfermeiro	GIOVANI GABRIEL TEIXEIRA AQUATTI	018.104.054-26	60.00	APROVADO
Enfermeiro	JESSICA THALITA DA SILVA SANTOS	018.104.064-72	62.50	APROVADO
Enfermeiro	JOAO MARCOS CALDERONE	018.104.014-22	57.50	APROVADO
Enfermeiro	LEORÓI RODOLFO DOS SANTOS	018.104.011-72	60.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	AMANDA CORREA NUNES	018.104.035-76	75.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	ANDRESSA BARBOSA DE BRITO	018.104.041-87	67.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	ANNELISE PICOLO AGOSTINHO	018.104.065-47	65.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	ANTONIO CAVALINI	018.104.029-42	70.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	ARTHUR CARDOSO CESTARI	018.104.061-80	77.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	ARTHUR SILVA LIBERATTI	018.104.056-35	90.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	BRANDON LEE KAY NAKAO	018.104.054-22	80.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	CARLOS EDUARDO ORLANDINI BAZALHA	018.104.042-24	60.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	EVANDRO EIZO RONCAGLIA YABUSHITA	018.104.007-94	77.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	FERNANDO JOSÉ ARAÚJO PARREIRA	018.104.035-36	70.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	JOSÉ DAVI DE SOUZA OLIVEIRA	018.104.009-99	67.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	JULIANE MACEDO MAGERSKI	018.104.036-38	72.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	LÍGIA MIDORI KONNO LOPES	018.104.058-68	82.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	MARIA EDUARDA ARANEGA PESENTI	018.104.005-05	65.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	MURILO SILVA DE MEIRA	018.104.053-71	77.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	PAULO TAKASHI HORITA YOSHINAGA	018.104.055-69	62.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	RITA GABRIELA PEREIRA FERREIRA	018.104.039-04	62.50	APROVADO
Engenheiro Ambiental	STEPHANIE LUANA URATA	018.104.053-72	80.00	APROVADO
Engenheiro Ambiental	YASMIN SANTOS ALVES	018.104.032-06	82.50	APROVADO
Engenheiro Civil	BEATRIZ VERSSÃO SPIRANDIO	018.104.012-74	72.50	APROVADO
Engenheiro Civil	BRUNO LUIZ ALMEIDA PEDRAZZANI	018.104.051-83	82.50	APROVADO
Engenheiro Civil	CAIO MOREIRA DA SILVA	018.104.064-27	60.00	APROVADO
Engenheiro Civil	CLAUDIA RAFAELA ZOLLI PADULA	018.104.021-06	62.50	APROVADO
Engenheiro Civil	EDSON PIRES VIMIEIRO JUNIOR	018.104.061-39	87.50	APROVADO
Engenheiro Civil	EUCLIDES SIPRIANO DE OLIVEIRA	018.104.056-69	75.00	APROVADO
Engenheiro Civil	GABRIEL DA SILVA GALLI	018.104.060-08	65.00	APROVADO
Engenheiro Civil	GUILHERME AUGUSTO HANDA	018.104.061-75	87.50	APROVADO
Engenheiro Civil	GUILHERME VELOSO RAMOS	018.104.039-74	67.50	APROVADO
Engenheiro Civil	GUSTAVO CAPEL NORONHA RODRIGUES	018.104.055-73	72.50	APROVADO
Engenheiro Civil	HEITOR TEIXEIRA GONÇALVES	018.104.057-92	55.00	APROVADO
Engenheiro Civil	HENRIQUE FORNAJEIRO COVEZZI DA SILVA	018.104.033-95	85.00	APROVADO
Engenheiro Civil	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	018.104.024-19	87.50	APROVADO
Engenheiro Civil	LEONARDO ALBUQUERQUE PERCILIANO	018.104.022-95	65.00	APROVADO
Engenheiro Civil	LUCAS GALVÃO KUNS	018.103.997-81	87.50	APROVADO
Engenheiro Civil	LUCAS JOSE DE OLIVEIRA CAIRES PINHEIRO	018.104.059-46	62.50	APROVADO
Engenheiro Civil	LUCAS KENDY YAGUINUMA	018.104.060-27	67.50	APROVADO
Engenheiro Civil	LUCIANO LACERDA ANTONINI	018.104.006-62	50.00	APROVADO
Engenheiro Civil	LUIS GUSTAVO LOPES	018.103.997-67	75.00	APROVADO
Engenheiro Civil	MARIA EDUARDA GARCIA MIRANDA	018.104.056-91	80.00	APROVADO
Engenheiro Civil	MILENE SOUZA LOPES	018.104.045-78	77.50	APROVADO
Engenheiro Civil	MOISEIS GONZAGA DE OLIVEIRA	018.104.066-70	60.00	APROVADO
Engenheiro Civil	MURILO DE MELLO SILVA	018.104.058-29	57.50	APROVADO
Engenheiro Civil	NELSON DOS SANTOS PIO JUNIOR	018.104.040-27	82.50	APROVADO
Engenheiro Civil	NEMIAS JUNIOR BISPO DE SOUZA	018.104.061-14	75.00	APROVADO
Engenheiro Civil	PATRICK MOISES PERES	018.104.009-82	70.00	APROVADO
Engenheiro Civil	SERGIO KAZUO MARUMO	018.104.064-82	62.50	APROVADO
Engenheiro Civil	THIAGO SEIJI BENETON	018.104.054-65	52.50	APROVADO
Engenheiro Civil	VANESSA RODRIGUES FERREIRA	018.104.065-52	52.50	APROVADO
Engenheiro Civil	VITOR FLAVIO LIMA DA SILVA	018.104.042-75	85.00	APROVADO
Engenheiro Civil	VITÓRIA MARIA FRANCOLINO CHAMOUN	018.104.066-25	77.50	APROVADO
Fisioterapeuta	ALESSANDRA TALITA DA SILVA	018.104.039-48	55.00	APROVADO
Fisioterapeuta	FERNANDA MENDES DO NASCIMENTO	018.104.055-81	57.50	APROVADO
Fisioterapeuta	ISABELA DE QUEIROZ ANTIVERI COUTINHO	018.104.056-43	62.50	APROVADO
Fisioterapeuta	ISADORA MARIA SIMÕES FERREIRA	018.104.023-70	57.50	APROVADO
Fisioterapeuta	JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS	018.104.030-96	80.00	APROVADO
Fisioterapeuta	LORENA CRECEMBENI OLIVETTO	018.104.034-50	60.00	APROVADO
Fisioterapeuta	MARIA EDUARDA DOS SANTOS FRANÇA	018.104.028-21	50.00	APROVADO
Fisioterapeuta	MATEUS PEREIRA CARDOSO	018.104.040-60	52.50	APROVADO
Fisioterapeuta	REBECA THAIS DA SILVA CHAVES	018.104.046-28	70.00	APROVADO
Fonoaudiólogo	BRUNA BASSETO MICHELLI	018.104.061-29	65.00	APROVADO
Fonoaudiólogo	RENATA SANTANA	018.104.013-52	60.00	APROVADO
Médico Ginecologista	BRUNO INES GERALDO	018.104.045-73	62.50	APROVADO
Médico Pediatra	BIANCA AYMONE DA SILVA	018.104.048-87	87.50	APROVADO
Médico Pediatra	JULIANA MARTINES BORRI GERALDO	018.104.045-72	67.50	APROVADO
Médico PSF	AMANDA DE SOUZA GUEDES	018.104.016-82	75.00	APROVADO
Médico PSF	AUGUSTO DOS SANTOS GOMES	018.103.997-44	80.00	APROVADO
Médico PSF	EDUARDA PEREIRA DE BARROS	018.104.063-60	67.50	APROVADO
Médico PSF	FLAVIA CRISTINA DA SILVA	018.104.043-83	62.50	APROVADO
Médico PSF	GIOVANI CASTANHO FERRO COSTA	018.104.052-10	65.00	APROVADO
Médico PSF	JOÃO FABRIS NETO	018.104.059-22	67.50	APROVADO
Médico PSF	MARCELA REIS COELHO E SILVA	018.104.056-79	72.50	APROVADO
Médico PSF	MARCOS HENRIQUE JUNIOR DA SILVA	018.104.049-09	65.00	APROVADO
Médico PSF	MARIA AUGUSTA DA SILVA ANTÃO	018.104.033-85	52.50	APROVADO
Médico PSF	MARIA EDUARDA SUGIHARA VIDOTO	018.104.041-79	60.00	APROVADO
Médico PSF	MELISSA SUEMY ENOKIDA IWAMURA	018.104.058-33	77.50	APROVADO
Médico PSF	MUNIRA CHURK LAGO	018.104.052-28	77.50	APROVADO
Médico PSF	NATHÁLIA OTAVIANO GUIMARÃES	018.104.051-88	62.50	APROVADO
Médico PSF	NATHALIE PAULA GUIRELI	018.104.035-67	67.50	APROVADO

Médico PSF	PÂMELA LORENÇONI DE MOURA	018.104.056-96	60.00	APROVADO
Médico PSF	PAULO SERGIO PIAI FILIZZOLA	018.104.032-93	62.50	APROVADO
Médico PSF	TADEU WASICK NETO	018.104.005-19	65.00	APROVADO
Médico Psiquiatra	EDUARDO FERNANDES LEITE	018.104.063-84	87.50	APROVADO
Médico Veterinário	CAMILI VITORIA DOMINGOS NORONHA	018.104.065-36	57.50	APROVADO
Médico Veterinário	GUILHERME CASQUET DE BONFIM	018.104.062-28	65.00	APROVADO
Médico Veterinário	JULIANA SAITO SCOMPARIN	018.104.063-14	85.00	APROVADO
Médico Veterinário	KAMILLY QUEIROZ VIEIRA DA SILVA	018.104.032-50	57.50	APROVADO
Médico Veterinário	KAUANE MILEIDE SOUZA DO ESPÍRITO SANTO	018.104.063-32	70.00	APROVADO
Médico Veterinário	LETICIA DA SILVA SANTOS	018.104.057-87	62.50	APROVADO
Médico Veterinário	LILIANE VOLTARELLI FURINI	018.104.035-28	62.50	APROVADO
Médico Veterinário	MARIA LÚCIA PAVANI	018.104.041-91	65.00	APROVADO
Médico Veterinário	MEG GRANUCCI MELO	018.104.029-35	60.00	APROVADO
Médico Veterinário	MICHELLE DE SOUZA MELO	018.104.024-82	70.00	APROVADO
Médico Veterinário	RAFAEL VITOR MECA	018.104.045-84	55.00	APROVADO
Médico Veterinário	RAFAELA CALVO ROSSANEIS	018.104.063-03	75.00	APROVADO
Médico Veterinário	ROBERTA LAURIANO ROSSI	018.104.033-52	70.00	APROVADO
Médico Veterinário	ROVILSON NOGUEIRA DA SILVA	018.104.052-90	75.00	APROVADO
Médico Veterinário	TAIANE LORENA AUGUSTO	018.104.061-87	50.00	APROVADO
Médico Veterinário	VITOR CASTELUZZI VECHIATTO	018.104.064-79	60.00	APROVADO
Nutricionista	CAROLINE ALMEIDA DE OLIVEIRA	018.104.055-18	70.00	APROVADO
Nutricionista	THATIANE SILVÂNIA FIAMENGO	018.104.045-32	62.50	APROVADO
Professor	ADRIELLY FERNANDA RODRIGUES	018.104.060-31	57.50	APROVADO
Professor	ALESSANDRA DA SILVA CASTILHO	018.104.028-58	62.50	APROVADO
Professor	ALESSANDRA LOPES RIBEIRO	018.104.062-29	57.50	APROVADO
Professor	ALINE DA SILVA PEREIRA SALES	018.104.064-09	65.00	APROVADO
Professor	ANA PAULA MENDES DA SILVA	018.104.058-94	55.00	APROVADO
Professor	ANDREIA FRANCISCO DE SOUZA RISSATI	018.104.038-99	60.00	APROVADO
Professor	ANGÉLICA TRAMBAIOLI DA SILVA	018.104.043-47	62.50	APROVADO
Professor	AYLA LEMES QUEIROZ SANTOS	018.104.032-87	57.50	APROVADO
Professor	BEATRIZ DE CARVALHO ROGERIO	018.104.035-14	55.00	APROVADO
Professor	BRUNA FRANCISCHETTI MARDEGAM GOMES	018.104.043-94	60.00	APROVADO
Professor	BRUNA KARINE PEREIRA LIMA	018.104.056-44	55.00	APROVADO
Professor	CAMILA CRISTINA DA SILVA	018.104.064-64	52.50	APROVADO
Professor	CAMILE WOLF MORAES MORO	018.104.043-31	57.50	APROVADO
Professor	CARINA RODRIGUES SOARES	018.104.058-82	67.50	APROVADO
Professor	CELINA BANDEIRA	018.104.006-14	60.00	APROVADO
Professor	CLAUDIA ELIZIANE LINO DA SILVA	018.104.032-83	52.50	APROVADO
Professor	DAIANE ALVES DOS SANTOS FELÍCIO	018.104.064-45	65.00	APROVADO
Professor	DANIELA APARECIDA DA SILVA	018.104.053-45	70.00	APROVADO
Professor	DANIELI VERTUAN BAZONI FRASSATTI	018.104.031-28	62.50	APROVADO
Professor	DAYANE APARECIDA FONTES	018.104.060-41	60.00	APROVADO
Professor	ELENI DAS GRAÇAS VAZ GODOY DOS REIS	018.104.033-09	62.50	APROVADO
Professor	ELISANGELA APARECIDA RIBEIRO DO NASCIMENTO MACHADO	018.104.065-03	72.50	APROVADO
Professor	ELISÂNGELA BARRETO DE ANDRADE	018.104.041-83	57.50	APROVADO
Professor	ELISANGELA FERNANDES GARCIA DA SILVEIRA	018.104.041-56	72.50	APROVADO
Professor	EUNICE DE FREITAS	018.104.031-38	52.50	APROVADO
Professor	EVELYN BEATRIZ BUZATTO	018.104.026-61	50.00	APROVADO
Professor	GLALCE TATIANE DA SILVA	018.104.060-40	57.50	APROVADO
Professor	GRAZIELI FURLANETO DE ANDRADE	018.104.063-19	55.00	APROVADO
Professor	GUILHERME FABRICIO DE OLIVEIRA	018.104.013-64	62.50	APROVADO
Professor	GUILHERME RIBEIRO SEVERINO	018.104.048-44	67.50	APROVADO
Professor	IONE LOPES DOS SANTOS	018.104.045-58	50.00	APROVADO
Professor	ISABELLA KEYKO NAVARRO SANESHIGUE DOS SANTOS	018.104.038-81	55.00	APROVADO
Professor	JACSON LUAN DE OLIVEIRA	018.104.043-56	77.50	APROVADO
Professor	JAQUELINE RODRIGUES DA SILVA	018.104.057-15	55.00	APROVADO
Professor	JOELMA LEAL	018.104.033-45	67.50	APROVADO
Professor	JOSIANE DE PAULA PASSONI	018.104.051-44	55.00	APROVADO
Professor	JOVANIA VENANCIO FERNANDES RIBEIRO	018.104.045-51	55.00	APROVADO
Professor	JOYCI RODRIGUES PEREIRA	018.104.059-50	55.00	APROVADO
Professor	JUCIMAR ANTERO QUINTINO RIBEIRO	018.104.064-44	70.00	APROVADO
Professor	JULIANE CRISTINA VENÂNCIO MIGUEL	018.104.057-01	55.00	APROVADO
Professor	JULIANE REMONDINI JARDIM MOREIRA	018.104.030-52	75.00	APROVADO
Professor	KANANDA BEATRIZ SOARES	018.104.013-21	50.00	APROVADO
Professor	KARINA GODOY HAWERROTH	018.104.057-48	72.50	APROVADO
Professor	KATIÚSCIA JULIENNY CONGIO DA SILVA	018.104.065-46	50.00	APROVADO
Professor	KAUANE OLIVEIRA DA COSTA SILVA	018.104.052-82	80.00	APROVADO
Professor	KÉLVIA VIGILATO GOUVEIA FERREIRA	018.104.060-84	52.50	APROVADO
Professor	KELY DOS SANTOS	018.104.042-32	57.50	APROVADO
Professor	LAYRA CRISTINA ELIAS ALVES	018.104.063-76	62.50	APROVADO
Professor	LEILA AQUATTI ANTIVERE	018.104.000-34	65.00	APROVADO
Professor	LEONARDO ANTONIO RANGEL	018.104.062-95	70.00	APROVADO
Professor	LORENA FERNANDA BORGES DE SOUSA	018.104.062-45	67.50	APROVADO
Professor	LUANA KAROLINE PADILHA PASSONE	018.104.058-91	62.50	APROVADO
Professor	MARCIA CRISTINA FERREIRA DE LIMA	018.104.036-67	52.50	APROVADO
Professor	MÁRCIA MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA	018.104.032-74	65.00	APROVADO
Professor	MARIA CRISTINA FERREIRA DOS REIS	018.104.040-73	52.50	APROVADO
Professor	MARIA FRANCISCA FERREIRA DE SOUZA SANTOS	018.104.044-38	55.00	APROVADO
Professor	MARJORIE DE OLIVEIRA DOMINGUES	018.104.051-82	67.50	APROVADO
Professor	MARTHA BISPO DA SILVA	018.104.053-13	65.00	APROVADO
Professor	MAYARA CAROLINE BENEDITO DA SILVA	018.104.059-95	60.00	APROVADO
Professor	MICHELLI BATISTA DE SOUZA	018.104.016-76	50.00	APROVADO
Professor	MILAYRA SUEMI ENOKIDA	018.104.041-05	60.00	APROVADO
Professor	MONICA SERVELIN DE PAULA	018.104.038-51	75.00	APROVADO
Professor	NATALIA DA SILVA	018.104.023-25	65.00	APROVADO
Professor	NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS	018.104.032-42	65.00	APROVADO
Professor	RAFAEL SOUZA CAMPOS	018.104.057-80	67.50	APROVADO
Professor	RAYANE DE SALES OLIVEIRA	018.104.063-27	52.50	APROVADO
Professor	ROBERSON FELIX FRANCISCO DE SOUZA	018.104.037-83	70.00	APROVADO

Professor	ROSANGELA CAMPANA MURARI	018.104.034-22	60.00	APROVADO
Professor	SIMEIA GOES COSTA	018.104.021-71	70.00	APROVADO
Professor	TAMARA GUIZONI	018.104.039-21	55.00	APROVADO
Professor	TATIANE SANTOS COUTINHO	018.104.031-00	52.50	APROVADO
Professor	TICIANE MENEGHETTI BAZETTO	018.104.059-33	52.50	APROVADO
Professor	VALÉRIA GABRIELA DOS SANTOS VALERIO	018.104.052-71	55.00	APROVADO
Professor	VANESSA RODRIGUES ROQUE	018.104.033-34	70.00	APROVADO
Professor	VERNA CRISTINA CASTRO MARCUSSI	018.104.054-39	52.50	APROVADO
Professor	VIVIAN IZABELA JULIÃO	018.104.055-59	75.00	APROVADO
Professor	WELLITON FERNANDO DOS SANTOS	018.104.032-21	77.50	APROVADO
Psicólogo	ANA FLÁVIA FERNANDES SOARES	018.104.063-11	92.50	APROVADO
Psicólogo	ANA FLAVIA RODRIGUES DE CASTRO	018.104.044-64	82.50	APROVADO
Psicólogo	CAMILA NUNES DE CARVALHO	018.104.053-03	67.50	APROVADO
Psicólogo	ÉRICA HENRIQUE DE SOUZA	018.104.052-96	80.00	APROVADO
Psicólogo	FRANCIELLY MARA RAEL	018.104.000-38	82.50	APROVADO
Psicólogo	HELOISA ANGELINI	018.104.060-68	82.50	APROVADO
Psicólogo	JOAO PAULO NOVAK PADILHA	018.104.037-07	92.50	APROVADO
Psicólogo	JOÃO VICTOR PEREIRA DA SILVA GAGLIOTTI	018.104.025-90	92.50	APROVADO
Psicólogo	JULIA BEATRIZ DA SILVA	018.104.031-66	70.00	APROVADO
Psicólogo	LAYANE MARA SANNA PICOLO	018.104.064-29	77.50	APROVADO
Psicólogo	LIZANDRA NAIRA BORGES DA SILVA	018.104.025-51	62.50	APROVADO
Psicólogo	LUAN FELIPE PELEGRINI	018.104.041-55	87.50	APROVADO
Psicólogo	MARIA EDUARDA FERREIRA BARROS	018.104.026-40	85.00	APROVADO
Psicólogo	MARIA FERNANDA NASCIMENTO LOPES	018.104.060-23	72.50	APROVADO
Psicólogo	MARIANA TOLEDO DA SILVA	018.104.060-30	65.00	APROVADO
Psicólogo	MATHEUS ANTÔNIO ZAGO	018.104.062-27	65.00	APROVADO
Psicólogo	NAYARA APARECIDA TAVARES DE CASTRO	018.104.036-03	80.00	APROVADO
Técnico em Agropecuária	DOUGLAS FERNANDO GIMENES	018.103.999-97	57.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ANA FLAVIA NUNES BARBOSA	018.104.038-66	60.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ANGELA SALES DOS SANTOS	018.104.009-62	70.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ANNE KELLY LEMES QUEIROZ TUROSI	018.104.062-61	60.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ARILDA DE OLIVEIRA FRASSATO	018.104.029-37	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	BRUNA TEIXEIRA ROMÃO	018.104.004-53	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	CRISTINA DA SILVA ROCHA	018.103.999-26	70.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	DEBORA RAVELLY RAMOS PEDROSO	018.103.999-29	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	DIEGO LUIS RAVAGNANI	018.104.060-65	60.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	DIONI RAFAEL DA SILVA JACOMETO	018.104.010-81	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	EDILAINE APARECIDA DA SILVA LOPES	018.104.035-40	70.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	EDILAINE CRISTINA DE OLIVEIRA COUTINHO	018.104.066-83	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ELISANGELA SANCHES CRUZ	018.104.056-38	50.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ERICA CAROLINE DE PAULA PASSONI	018.104.042-99	72.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	FERNANDA DE OLIVEIRA DA SILVA	018.104.045-90	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	FLAVIA CRISTIANE CHAGAS	018.104.028-84	62.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	GABRIELA GARCIA FERREIRA	018.104.037-32	57.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	GLEYDES KELEN PEREIRA DA SILVA GONÇALVES	018.104.061-56	50.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	INGRA NATANI DOS SANTOS DANTAS	018.104.058-40	55.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	JANAINA DOS SANTOS ALVES	018.104.060-52	57.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	JOSIANI DE SOUZA SILVA	018.104.035-89	50.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	LARA DAS GRAÇAS VIVAN	018.104.041-93	57.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	LAYRA CRUZ VIEIRA DA SILVA	018.103.999-62	55.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	LORENA SILVA DE OLIVEIRA	018.104.052-19	62.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	LUCIANA FERREIRA DE SOUZA	018.104.052-29	60.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	LUCINEIDE GONÇALVES PIRES	018.104.040-87	67.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	PABLO LUIZ ALMEIDA PEREIRA DOS SANTOS BARBOSA	018.104.042-78	60.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	ROSANE VIRGOLINO DOS SANTOS	018.104.060-60	65.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	SELYS REGINA DE SOUSA	018.104.058-06	57.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	SILVANE DA SILVA FUNDATO	018.104.045-86	52.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	VANUZA PEREZ CUZMA	018.104.032-39	60.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	VERONICA DONATO DOS ANJOS RUIVO	018.104.041-85	55.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	VITÓRIA VILALVA DE SOUZA MUNIZ	018.104.057-46	62.50	APROVADO
Técnico em Enfermagem	VIVIANE FATIMA PEREZ CUZMA	018.104.035-04	65.00	APROVADO
Técnico em Enfermagem	WISLEM LEISSE DE OLIVEIRA CASSIANO	018.104.036-75	52.50	APROVADO
Técnico em Radiologia	BIANKA SCOLA FAGUNDES DE SOUZA	018.104.048-91	55.00	APROVADO
Técnico em Radiologia	IGOR STURNICH NOGUEIRA	018.104.062-93	52.50	APROVADO
Técnico em Radiologia	KARINE MAIARA JOLLI	018.104.022-49	55.00	APROVADO
Técnico em Radiologia	LORENA DE OLIVEIRA	018.104.026-37	75.00	APROVADO
Técnico em Radiologia	MATHEUS FRANCO DE OLIVEIRA PREZOTTO	018.104.055-43	62.50	APROVADO
Técnico em Radiologia	MICHEL BARBOSA DO CARMO	018.104.052-62	62.50	APROVADO
Técnico em Radiologia	ROMERIO MACHADO DA SILVA	018.104.026-79	55.00	APROVADO
Técnico em Radiologia	TAÍS APARECIDA DE CARVALHO DE ALBUQUERQUE	018.104.065-19	52.50	APROVADO
Técnico em Radiologia	THIAGO RODRIGO CAZON DA SILVA	018.104.066-31	75.00	APROVADO
Terapeuta Ocupacional	AMANDA FAUSTINO MIGUEL	018.103.997-21	52.50	APROVADO
Terapeuta Ocupacional	KARINA SAMPAIO DE MELO ROSA	018.104.027-01	52.50	APROVADO
Terapeuta Ocupacional	LAILA MARIA ALVES GIOTA	018.103.999-43	65.00	APROVADO
Terapeuta Ocupacional	LUIZ FERNANDES DA SILVA	018.104.044-69	77.50	APROVADO

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:6E9283D6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PUBLICAÇÃO Nº 013/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROVA PRÁTICA

PUBLICAÇÃO Nº 013/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal, e do Decreto nº 216/2025 torna público aos interessados o Edital de Convocação para Prova Práticado Concurso 001/2025.

Art. 1º A Prova Prática para o cargo:**Motorista** será realizada no dia **29 DE MARÇO DE 2026.**

Art. 2º Consta no **Anexo Único**deste Edital a convocação de todos candidatos aprovados dentro da linha de corte, em **datas e horários determinados**. Recomendamos aos candidatos que cheguem com antecedência mínima de 30min para fechamento dos portões.

Art. 3º Os candidatos convocados deverão comparecer noPátio Fátima Tereza Medeiros de Prado e Sanches - **Sede da Secretaria de infraestrutura e Serviços Públicos de Centenário do Sul,** localizada na Rua Wilson Damião, nº 85- Centro, na cidade de **Centenário do Sul/PR**.

Art. 4º Para realização da Prova Prática é obrigatório a apresentação da**Carteira Nacional de Habilitação CNH,** exigida como requisito do cargo, dentro da validade, Motorista de Veículos Pesados CNH "D". Será aceito CNH documento oficial digital. Não serão aceitas cópias mesmo que autenticadas, protocolos de alteração de categoria entre outros não permitidos conforme Edital de Abertura.

Art. 5º As provas serão realizadas conforme descrito no Edital de Abertura, independente das condições climáticas. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização da prova em data, horário diferente da convocação, e/ou entrada após o fechamento dos portões e/ou sem CNH original com foto. Não será permitido filmagem e/ou fotos pelos candidatos e/ou terceiros, podendo o candidato ser eliminado do certame.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Centenário do Sul, 17 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	ABERTURA PORTÕES	FECHAMENTO PORTÕES
Motorista	ADLA FRANCIELI BEDIN	018.104.051-57	08h	08h30min
Motorista	ADRIANO LUIZ DELFINO	018.104.057-02	08h	08h30min
Motorista	ALESSANDRO DE SOUZA SANTANA	018.104.043-42	08h	08h30min
Motorista	ALEX BISPO RODRIGUES	018.104.057-97	08h	08h30min
Motorista	ANDRÉ EVANGELISTA RODRIGUES	018.104.026-17	08h	08h30min
Motorista	BRAIAN CESAR ISRAEL DE PAULA	018.104.052-54	08h	08h30min
Motorista	BRUNO FERNANDO RODRIGUES	018.104.003-94	09h	09h30min
Motorista	BRUNO HENRIQUE DO NASCIMENTO	018.104.062-03	09h	09h30min
Motorista	BRUNO TAVARES DE SOUZA ORTIZ	018.104.031-69	09h	09h30min
Motorista	CARLOS DANIEL SANCHES FRANCISCO	018.104.049-06	09h	09h30min
Motorista	DIEGO HENRIQUE ALVES DE SOUZA	018.104.061-74	09h	09h30min
Motorista	DIEMERSON FARIA	018.104.061-82	09h	09h30min
Motorista	DIOGO EDUARDO MUNIZ	018.104.034-82	09h	09h30min
Motorista	DIONATA CORREIA DA SILVA	018.104.026-39	09h	09h30min
Motorista	DIRCEU TINTI JUNIOR	018.104.057-05	09h	09h30min
Motorista	DOUGLAS ROBERTO DA SILVA	018.104.000-75	09h	09h30min
Motorista	EDSON FLAVIO DOS SANTOS	018.104.055-04	10h	10h30min
Motorista	EDUARDO PASSONI	018.104.051-42	10h	10h30min
Motorista	ELTON VALDINEI DE MARCHI	018.104.063-07	10h	10h30min
Motorista	ERIVELTO BENITE CHAVES	018.104.053-65	10h	10h30min
Motorista	EVERSON FABRI	018.104.057-35	10h	10h30min
Motorista	EVERTON VIEIRA	018.104.053-11	10h	10h30min
Motorista	FABIO MANFRÉ DOS SANTOS	018.104.023-54	10h	10h30min
Motorista	FERNANDO HENRIQUE DA SILVA SEVERINO	018.104.029-34	10h	10h30min
Motorista	FRANCIELDO RODRIGUES DE SOUSA	018.104.032-46	10h	10h30min
Motorista	GLEISON DE MELO BRITO	018.104.027-02	11h	11h30min
Motorista	GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES	018.104.044-04	11h	11h30min
Motorista	HENRIQUE DE OLIVEIRA MOURA	018.103.999-89	11h	11h30min
Motorista	JHONES BATISTA RIBEIRO	018.104.066-72	11h	11h30min
Motorista	JULO CESAR DE SOUZA	018.103.999-28	11h	11h30min
Motorista	LEANDRO ANTONIO DE SOUZA	018.104.036-57	11h	11h30min
Motorista	LEANDRO LEITE RANGEL	018.104.064-77	11h	11h30min
Motorista	LEONARDO DA SILVA RODRIGUES	018.104.051-35	11h	11h30min
Motorista	LEONARDO DUARTE DA SILVA	018.104.039-16	13h	13h30min
Motorista	LEONARDO GONÇALVES SOBRINHO	018.104.054-91	13h	13h30min
Motorista	LUCAS DA SILVA TERTULIANO	018.104.034-05	13h	13h30min
Motorista	LUCAS RAFAEL DIAS	018.104.061-52	13h	13h30min
Motorista	MARCELO ALEXANDRE SANTANA	018.104.066-35	13h	13h30min
Motorista	MARCELO FERNANDO DE ALMEIDA	018.104.051-76	13h	13h30min
Motorista	MARCOS EUZÉBIO DA SILVA	018.104.037-54	13h	13h30min
Motorista	MAURO ZANDOMENICHI	018.104.049-16	13h	13h30min
Motorista	PAULO CEZAR GIMENES	018.104.043-00	13h	13h30min
Motorista	PAULO HENRIQUE SANTOS DE MEDEIROS	018.104.064-12	13h	13h30min
Motorista	PAULO SERGIO DE FRANÇA	018.104.045-57	14h	14h30min
Motorista	PAULO SÉRGIO MENDES DA SILVA	018.104.065-35	14h	14h30min
Motorista	REGINALDO ALVES DOS SANTOS	018.104.055-57	14h	14h30min
Motorista	REGINALDO DOS SANTOS LEÃO	018.104.043-28	14h	14h30min
Motorista	RENAN BOSSI GIMENES	018.104.024-63	14h	14h30min
Motorista	ROGERIO DE SOUZA LIMA	018.103.998-72	14h	14h30min
Motorista	TIAGO SILVESTRE GOMES	018.104.059-01	14h	14h30min
Motorista	VITOR GONÇALVES LEITE	018.104.041-22	14h	14h30min

Motorista	WESLLEY MACHADO DE CARVALHO	018.104.022-14	14h	14h30min

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:3FCA1B8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 001/2026

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 001/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal 13.465/2017, FAZ SABER que a Comissão de Regularização Fundiária, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas alterações, **CONCLUIU** os procedimentos de Regularização Fundiária (REURB), com vistas à regularização do parcelamento do solo e à titulação mediante Legitimação Fundiária dos seguintes requerimentos:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTE	CLASSIFICAÇÃO
1960/2022	Servidão de passagem distante 21,53m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**AIRTON DE OLIVEIRA E JOSELMA CAMARGO DE OLIVEIRA**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 124,52m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**ALISSON MOREIRA RAMOS**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 102,94m da Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**ANA PAULA DE ABREU LIMA AMARAL** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pela Requerente) de mapa e memorial descritivo com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-S (Edital de Classificação nº 001/2024)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 75,95m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**ANTONIO VERNICK** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, nº 1689, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**CLAUDINO TERENCIO**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Travessa Vernick, nº 38, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**CLAUDIO ALVES OKAWA E WILMA DA APARECIDA DE CAMARGO OKAWA**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Rua Miguel Boiano, nº 11, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**CLEITON LUIS RAACH**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 125,11m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**CLEONISE DIAS BATISTA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pela Requerente) de mapa e memorial descritivo com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Rua Miguel Boiano, nº 41, casa 04, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**DAIREU SOTEL**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Travessa Vernick, nº 65, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**DANIELE SCHEBEUKA**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Travessa Vernick, nº 38, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**EDICLEIA RAMOS MOREIRA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote, bem como deverá constar a metragem do terreno.	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Travessa Vernick, distante 57,67m da Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**EDILENE TOMAZ DE ASSIS E PUTIFAR GOMES PEGO** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelos Requerentes) de mapa e memorial descritivo com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote, contendo a assinatura dos Requerentes.	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, nº 25, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**IZILDA RIBEIRO HARDT**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 54,04m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**JOSÉ MARIA DOS SANTOS DE ABREU**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 001/2024)**
1960/2022	Rua Miguel Boiano, nº 240, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**LEONTINA FIGUEIRO DA SILVA**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Travessa Vernick, nº 42, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**LUCIANE VERNICK E ANTONIO CARLOS DA SILVEIRA**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 97,12m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**MARCELO PEREIRA E CLAUDIMERY REGINA ROCCO PEREIRA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelos Requerentes) de memorial descritivo retificado, contendo a descrição da área do perímetro correta.	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Travessa Vernick, distante 57,67m da Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**PEDRO VERNICK**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 103,96m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**SEBASTIANA PEREIRA DE LIMA**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 010/2025)**
1960/2022	Servidão de passagem distante 32,94m da esquina com a Rua Ulisses Mildemberg Lourenço, bairro: Lagoa das Almas, Contenda/PR.	**VANDIRA APARECIDA DA LUZ MOREIRA E PEDRO RAMOS**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 010/2025)**

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca; com exceção dos Requerentes que estão condicionados a apresentarem mapa com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.

Contenda/Paraná, 16 de Março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:6B775186

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 002/2026

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 002/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal 13.465/2017, FAZ SABER que a Comissão de Regularização Fundiária, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas alterações, **CONCLUIU** os procedimentos de Regularização Fundiária (REURB), com vistas à regularização do parcelamento do solo e à titulação mediante Legitimação Fundiária dos seguintes requerimentos:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTE	CLASSIFICAÇÃO
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 98,60m da esquina com a Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. **(Lote 12)**	**AMELIA SLAGA E MARCELO RODRIGUES DA SILVA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelos Requerentes) de mapa e memorial descritivo constando a servidão de passagem para os lotes que se encontram encravados e/ou sem acesso, bem como com a indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote e indicação de confrontante qualificado como desconhecido, considerando que conforme consta na prancha do núcleo, o imóvel dos Requerentes confronta com Gerson Graboski.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 74,40m da esquina com a Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. **(Lote 04)**	**ANTONIO SLAGA E** **DIRLENE MOREIRA DA LUZ** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelos Requerentes) de mapa e memorial descritivo constando a indicação de atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, nº 115, bairro: Serrinha, Contenda/PR. **(Lote 06)**	**CATARINA MÔNICA DOS SANTOS E SIMÃO EULÁLIO DOS SANTOS**	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 001/2024)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 118,30m da esquina com a Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. **(Lote 13)**	**CATARINA MÔNICA DOS SANTOS E SIMÃO EULÁLIO DOS SANTOS**	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 001/2024)**
1416/2022	Avenida Adão Wolski, distante 16,03m da esquina com a Rodovia do Xisto BR-476, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 09)	**CARLOS ROGERIO BORA E** **MARCIA DAS GRAÇAS SANTANA DA SILVA** **Observação**: A outorga do respectivo Título fica **expressamente condicionada** à prévia assinatura da Notificação por **todos os confrontantes do imóvel**, como forma de assegurar a plena ciência e anuência dos lindeiros quanto aos limites e confrontações indicados, constituindo tal providência **requisito indispensável para a efetivação do ato de titulação.**	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 119,77m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 05)	**CELSO KIOTHECKA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo constando a indicação de atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, nº 110, casa 02, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 14)	**CLEVERTON EULALIO DOS SANTOS** **E** **JESSICA DE SOUZA SANTOS** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelos Requerentes) de mapa e memorial descritivo indicando que o início do imóvel ocorre na Rua Estandislau Bora, bem como a área total e retificar a indicação de confrontante, qualificado como desconhecido, considerando que conforme consta na prancha do núcleo, o imóvel dos Requerentes confronta com Gerson Graboski.	**REURB-S** **REURB-E** **(Edital de Classificação nº 001/2024)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 146,38m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 07)	**JEFERSON MARIO BORA CHALUS** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo constando a indicação de atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 142,17m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 15)	**JEFERSON MARIO BORA CHALUS** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo com a retificação de indicação de confrontante, qualificado como desconhecido, considerando que conforme consta na prancha do núcleo, o imóvel dos Requerentes confronta com Gerson Graboski.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 74,72m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 03)	**JOSÉ ALEIXO BORA E** **BARBARA WOLSKI BORA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo constando a indicação de atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, esquina com a Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 01)	**MARCELO ROSNEI BORA** **E** **LUANA CRISTINA DE PAULA BORA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo indicando o curso do córrego existente, bem como constando a indicação de atingimento da área de preservação permanente	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**

		existente no referido Lote.	
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 52,89m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 02)	**NATALIA BORA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelo Requerente) de mapa e memorial descritivo constando a indicação de atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 005/2024)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 52,02m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 10)	**NATALIA BORA** **Observação**: A outorga do respectivo Título fica **expressamente condicionada** à prévia assinatura da Notificação por **todos os confrontantes do imóvel**, como forma de assegurar a plena ciência e anuência dos lindeiros quanto aos limites e confrontações indicados, constituindo tal providência **requisito indispensável para a efetivação do ato de titulação.**	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 005/2024)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, distante 72,47m da Avenida Adão Wolski, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 11)	**ORLEY DA SILVEIRA**	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**
1416/2022	Rua Estanislau Bora, nº 50, bairro: Serrinha, Contenda/PR. (Lote 08)	**RUBENS ALEIXO BORA** **Observação:** A outorga do respectivo Título fica condicionada a apresentação (pelos Requerentes) de mapa e memorial descritivo constando a servidão de passagem para os lotes que se encontram encravados e/ou sem acesso.	**REURB-E** **(Edital de Classificação nº 006/2025)**

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca; com exceção dos Requerentes que estão condicionados a apresentarem mapa com indicação do atingimento da área de preservação permanente existente no referido Lote.

Contenda/Paraná, 16 de Março de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:8AD8E563

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PARECER, TERMO DE ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 5/2026
DATA: 12/02/26 ABERTURA: 03/03/26 DISPUTA: 09:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Expirado o prazo recursal e após análise da documentação, constatamos que a mesma está de acordo com o solicitado no edital, e encaminhamos a autoridade superior o processo, para decisão final quanto a adjudicação e homologação dos itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,49	1.414,32
2	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	4,48	6.092,80
3	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,90	6.018,00
4	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,49	14.193,00
5	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,49	26.643,00
6	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	21,19	14.409,20
7	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	1.596,00
8	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,89	1.167,00
9	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,95	1.185,00
10	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	2,89	11.560,00
11	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,39	2.634,00
12	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,19	12.151,00
13	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,29	5.148,00
14	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,89	4.046,00
15	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,89	9.725,00
16	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,98	29.850,00
17	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,78	39.312,00
18	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	11,99	10.791,00
19	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,39	19.953,00
20	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,84	9.830,40
21	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,75	10.945,00
22	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,19	8.392,50
23	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	2,99	11.362,00
24	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,50	19.500,00
25	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,50	14.500,00
26	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,48	4.344,00
27	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,40	4.320,00
28	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	8,69	2.607,00
29	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,75	10.175,00
30	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,50	2.371,50
31	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,79	18.876,20
32	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	7,85	27.475,00
33	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,65	21.200,00
34	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,65	63.600,00
35	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	8,28	8.197,20
36	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,69	36.900,00
37	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	4,59	9.180,00

38	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,85	2.813,00
39	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,45	2.725,00
40	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,67	21.476,00
41	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,49	29.179,35
42	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,98	95.351,10
43	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,29	12.580,00
44	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	6,98	41.880,00
45	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,79	17.370,00
46	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,79	11.580,00
47	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,99	41.940,00
48	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,40	43.200,00
49	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	12,39	9.912,00
50	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	2,48	26.288,00
51	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	3,59	21.540,00
52	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	28,40	42.600,00
53	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,94	24.700,00
54	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,48	25.920,00
55	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,38	20.950,00
56	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,64	49.660,00
57	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,98	40.066,00
58	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	6,48	18.792,00
59	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,00	12.000,00
60	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	23,40	4.680,00
61	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,59	4.636,00
62	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	22,79	59.823,75
63	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	23,39	184.196,25
64	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	17,89	31.307,50
65	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	17,89	93.922,50
66	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	24,49	61.225,00
67	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	23,99	179.925,00
68	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	22,40	44.800,00
69	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	23,74	142.440,00
70	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	28,00	29.400,00
71	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	28,99	91.318,50
72	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	16,50	825,00
73	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	20,50	30.750,00
74	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	24,78	30.975,00
75	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	24,78	92.925,00
76	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	18,80	22.560,00
77	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	13,49	40.470,00
78	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	18,89	22.668,00
79	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,88	29.068,00
80	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,88	87.204,00
81	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	11,79	35.370,00
82	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,80	61.640,00
83	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	16,90	40.560,00
84	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	13,80	17.250,00
85	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	14,88	55.800,00
86	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	14,38	57.520,00
87	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	16,90	42.250,00
88	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	26,75	60.187,50
89	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	26,75	180.562,50
90	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	36,00	20.268,00
91	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	36,00	60.768,00
92	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,99	1.678,80
93	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	0,98	2.450,00
94	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,91	13.528,00
95	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,98	17.976,00
96	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	26,49	66.225,00
97	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,29	793,50
98	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	33,89	42.362,50
99	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	33,89	127.087,50
100	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	39,99	3.999,00
101	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,20	2.730,00
102	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	3.990,00
103	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,98	3.056,40
104	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	27,00	2.430,00
105	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	8,75	22.750,00
106	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	7,99	19.975,00
107	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	7,79	58.425,00
108	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	7,89	43.395,00
109	RAMOS E PIZZI LTDA	13,29	23.257,50
110	RAMOS E PIZZI LTDA	13,29	69.772,50
111	RAMOS E PIZZI LTDA	13,25	59.625,00
112	RAMOS E PIZZI LTDA	12,36	37.080,00
113	RAMOS E PIZZI LTDA	12,36	111.240,00
114	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,98	978,60
115	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,50	3.850,00
116	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	13,00	9.100,00
117	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,99	1.399,00
118	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	5,30	4.240,00
119	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	25,29	25.290,00
120	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	28,17	47.889,00
121	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	28,16	22.528,00
122	J.T INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA	25,50	61.200,00
123	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,79	306,90
124	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,79	837,00
125	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,19	2.618,00
126	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,19	12.380,00

127	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	13,95	48.825,00
128	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,79	579,00
129	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	6,65	2.660,00
130	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	16,98	50.940,00
131	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	8,10	1.215,00
132	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	21,45	10.725,00
133	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,06	2.908,80
134	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,59	1.436,00
135	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,59	2.590,00
136	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,29	10.580,00
137	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	11,48	15.785,00
138	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	11,48	47.355,00
139	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,75	7.700,00
140	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,57	3.140,00
141	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,49	3.298,00
142	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	180,00
143	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	300,00
144	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,50	2.750,00
145	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,02	224,40
146	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,50	2.000,00
147	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,99	2.145,70
148	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,35	1.175,00
149	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,29	2.303,00
150	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,29	2.303,00
151	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,39	2.034,00
152	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	41.982,50
153	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	125.947,50
154	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	41.982,50
155	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	125.947,50
156	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,25	2.112,50
157	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,39	1.525,50
158	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,39	2.203,50
159	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	9,98	4.990,00
160	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,35	1.675,00
161	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,39	1.390,00
162	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,40	280,00
163	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,40	210,00
164	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,82	7.230,00
165	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	325,00
166	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	325,00
167	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	8,00	800,00
168	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	20,52	17.442,00
169	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	1,18	354,00
170	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	1.170,00
171	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,75	4.125,00
172	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,19	2.233,00
173	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,98	6.556,00
174	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	1.430,00
175	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	650,00
176	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,73	2.457,00
177	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,89	15.560,00
178	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	450,00
179	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	78,00
180	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,40	2.940,00
181	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,24	2.464,00
182	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,99	4.990,00
183	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,99	1.398,00
184	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	8,69	8.690,00
185	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	10,38	16.608,00
186	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	15,34	19.942,00
187	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,72	3.440,00
188	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,45	6.900,00
189	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	4,79	9.580,00
190	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,62	3.240,00
191	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,39	1.649,10
192	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	9,50	9.500,00
193	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,95	7.900,00
194	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	10,00	600,00
195	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	4,99	1.996,00
196	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,69	5.918,00
197	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	798,00
198	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,20	2.240,00
199	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	13,40	37.520,00
200	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	13,40	13.400,00
201	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,50	2.100,00
202	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,09	352,25
203	RAMOS E PIZZI LTDA	6,50	26.000,00
204	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	3,79	20.845,00
205	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,99	29.950,00
206	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	9,79	979,00
207	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	5,50	4.400,00
208	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,99	11.477,00
209	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	1,34	1.340,00
210	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,49	1.122,50
211	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,79	36.666,00
212	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,43	25.521,00
213	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,69	1.345,00
214	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,79	1.953,00
215	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,69	1.533,30

216	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,48	57.266,00
217	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,48	171.798,00
218	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	6,99	3.495,00
219	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	12,99	19.485,00
220	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,59	6.885,00
221	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,97	3.970,00
222	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,84	21.120,00
223	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,95	65.175,00
224	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	15,08	5.579,60
225	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	4,70	3.055,00
226	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,72	1.116,00
227	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,99	2.396,00
228	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,38	7.380,00
229	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,69	2.307,00
230	RAMOS E PIZZI LTDA	16,13	58.068,00
231	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,24	2.240,00
232	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,24	2.240,00
233	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,09	4.090,00
234	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,58	4.580,00
235	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	5,73	5.730,00
236	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	23,69	7.107,00
237	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	6,65	2.327,50
238	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,39	1.347,50
239	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,94	1.430,40
240	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,58	2.580,00
241	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,65	3.325,00
242	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,28	4.560,00
243	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,28	4.104,00
244	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	24,00	2.400,00
245	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	6,98	104,70
246	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	10,00	10.000,00
247	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,67	46.690,00
248	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	199,50
249	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	30,00	600,00
250	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,96	358,80
251	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,40	544,00
252	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,80	440,00
253	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,10	105,00
254	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,39	2.305,20
255	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,89	344,50
256	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	14,95	1.196,00
257	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	9,99	999,00
258	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	60,00
259	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,38	2.856,00
260	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,08	324,00
261	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	10,90	763,00
262	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	2,70	189,00
263	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,45	145,00
264	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,94	950,40
265	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,33	5.994,00
266	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,45	4.410,00
267	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,75	3.750,00
268	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	5,30	6.890,00
269	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	4,89	1.956,00
270	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	4,89	2.445,00
271	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	6,48	2.462,40
272	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	7,68	1.920,00
273	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	5,59	3.354,00
274	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,99	12.475,00
275	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,90	195,00
276	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,55	1.065,00
277	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	26,19	2.619,00
278	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	23,12	9.248,00
279	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	56,30	16.890,00
280	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	6,82	2.046,00
282	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,99	2.699,00
283	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	5,82	1.746,00
284	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,75	2.675,00
285	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,80	2.680,00
286	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,94	712,80
287	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,24	3.296,00
288	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	8,25	3.300,00
289	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,14	322,80
290	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	17,55	7.020,00
291	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	35,90	8.975,00
292	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	7,88	2.364,00
293	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	15,01	3.002,00
294	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	8,98	4.490,00
295	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,89	2.334,00
296	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	28,90	2.312,00
297	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	28,72	2.584,80
298	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,89	1.556,00
299	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	26,32	789,60
300	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,80	2.730,00
301	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,39	2.619,70
302	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,25	8.125,00
303	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,86	2.430,00
304	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	20,40	4.080,00
305	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,35	735,00

306	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	45,68	22.840,00
307	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	39,80	31.840,00
308	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,85	3.080,00
309	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	24,75	12.375,00
310	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,76	275,20
311	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	10,49	5.245,00
312	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	750,00
313	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	30,95	12.380,00
314	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,49	6.596,00
315	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,95	1.185,00
316	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	27,98	5.596,00
317	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	57,44	5.744,00
318	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	22,00	5.500,00
319	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,43	26,58
321	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,15	157,50
322	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,89	1.183,50
323	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,50	1.750,00
324	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	19,39	9.695,00
325	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,99	1.995,00
326	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,23	1.692,00
327	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,85	785,00
328	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	32,06	320,60
329	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	28,99	289,90
330	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	80,11	24.033,00
331	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	47,88	14.364,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	36.086.266/0001-46	1.771.869,35
AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	21.670.255/0001-31	884.665,10
DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	27.787.054/0001-03	112.664,50
IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	54.186.728/0001-89	117.178,90
J.T INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA	03.370.573/0001-03	61.200,00
MANG FOODS ATACADISTA LTDA	52.371.452/0001-83	612.539,95
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0004-97	38.397,00
OTIS DISTRIBUICAO LTDA	47.641.174/0001-05	312.640,80
RAMOS E PIZZI LTDA	47.199.892/0001-65	720.903,00
SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	07.882.240/0001-06	1.157.074,70

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total da licitação é de R$ 5.789.133,30 (cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e trinta centavos).
Os itens 281 e 320 foram considerados FRACASSADOS.
Nada mais havendo a constar, finalizamos o presente Parecer que vai adiante assinado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.
Coronel Vivida, 13 de março de 2026.
Fernando Q. Abatti Elaine Bortolotto Juliano Ribeiro Maira Soares
Pregoeiro Equipe de Apoio Equipe de Apoio Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 5/2026
DATA: 12/02/26 ABERTURA: 03/03/26 DISPUTA: 09:00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS; conforme discriminado no objeto do presente edital.
Analisados todos os atos referentes ao Pregão Eletrônico nº 05/2026, HOMOLOGO e ADJUDICO os itens a seguir aos licitantes vencedores:

ITEM	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
1	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,49	1.414,32
2	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	4,48	6.092,80
3	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,90	6.018,00
4	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,49	14.193,00
5	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,49	26.643,00
6	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	21,19	14.409,20
7	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	1.596,00
8	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,89	1.167,00
9	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,95	1.185,00
10	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	2,89	11.560,00
11	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,39	2.634,00
12	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,19	12.151,00
13	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,29	5.148,00
14	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,89	4.046,00
15	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,89	9.725,00
16	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,98	29.850,00
17	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,78	39.312,00
18	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	11,99	10.791,00
19	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,39	19.953,00
20	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,84	9.830,40
21	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,75	10.945,00
22	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,19	8.392,50
23	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	2,99	11.362,00
24	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,50	19.500,00
25	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,50	14.500,00
26	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,48	4.344,00
27	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,40	4.320,00
28	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	8,69	2.607,00
29	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,75	10.175,00
30	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,50	2.371,50
31	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,79	18.876,20
32	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	7,85	27.475,00
33	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,65	21.200,00
34	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	2,65	63.600,00
35	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	8,28	8.197,20
36	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,69	36.900,00

37	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	4,59	9.180,00
38	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,85	2.813,00
39	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,45	2.725,00
40	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,67	21.476,00
41	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,49	29.179,35
42	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,98	95.351,10
43	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,29	12.580,00
44	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	6,98	41.880,00
45	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,79	17.370,00
46	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,79	11.580,00
47	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,99	41.940,00
48	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,40	43.200,00
49	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	12,39	9.912,00
50	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	2,48	26.288,00
51	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	3,59	21.540,00
52	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	28,40	42.600,00
53	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,94	24.700,00
54	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,48	25.920,00
55	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,38	20.950,00
56	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,64	49.660,00
57	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,98	40.066,00
58	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	6,48	18.792,00
59	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,00	12.000,00
60	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	23,40	4.680,00
61	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,59	4.636,00
62	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	22,79	59.823,75
63	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	23,39	184.196,25
64	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	17,89	31.307,50
65	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	17,89	93.922,50
66	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	24,49	61.225,00
67	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	23,99	179.925,00
68	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	22,40	44.800,00
69	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	23,74	142.440,00
70	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	28,00	29.400,00
71	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	28,99	91.318,50
72	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	16,50	825,00
73	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	20,50	30.750,00
74	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	24,78	30.975,00
75	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	24,78	92.925,00
76	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	18,80	22.560,00
77	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	13,49	40.470,00
78	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	18,89	22.668,00
79	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,88	29.068,00
80	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	6,88	87.204,00
81	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	11,79	35.370,00
82	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,80	61.640,00
83	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	16,90	40.560,00
84	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	13,80	17.250,00
85	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	14,88	55.800,00
86	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	14,38	57.520,00
87	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	16,90	42.250,00
88	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	26,75	60.187,50
89	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	26,75	180.562,50
90	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	36,00	20.268,00
91	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	36,00	60.768,00
92	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,99	1.678,80
93	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	0,98	2.450,00
94	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,91	13.528,00
95	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,98	17.976,00
96	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	26,49	66.225,00
97	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,29	793,50
98	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	33,89	42.362,50
99	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	33,89	127.087,50
100	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	39,99	3.999,00
101	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,20	2.730,00
102	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	3.990,00
103	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,98	3.056,40
104	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	27,00	2.430,00
105	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	8,75	22.750,00
106	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	7,99	19.975,00
107	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	7,79	58.425,00
108	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	7,89	43.395,00
109	RAMOS E PIZZI LTDA	13,29	23.257,50
110	RAMOS E PIZZI LTDA	13,29	69.772,50
111	RAMOS E PIZZI LTDA	13,25	59.625,00
112	RAMOS E PIZZI LTDA	12,36	37.080,00
113	RAMOS E PIZZI LTDA	12,36	111.240,00
114	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,98	978,60
115	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	5,50	3.850,00
116	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	13,00	9.100,00
117	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,99	1.399,00
118	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	5,30	4.240,00
119	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	25,29	25.290,00
120	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	28,17	47.889,00
121	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	28,16	22.528,00
122	J.T INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA	25,50	61.200,00
123	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,79	306,90
124	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,79	837,00
125	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,19	2.618,00

126	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,19	12.380,00
127	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	13,95	48.825,00
128	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,79	579,00
129	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	6,65	2.660,00
130	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	16,98	50.940,00
131	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	8,10	1.215,00
132	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	21,45	10.725,00
133	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,06	2.908,80
134	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,59	1.436,00
135	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,59	2.590,00
136	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,29	10.580,00
137	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	11,48	15.785,00
138	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	11,48	47.355,00
139	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,75	7.700,00
140	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,57	3.140,00
141	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,49	3.298,00
142	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	180,00
143	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	300,00
144	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,50	2.750,00
145	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,02	224,40
146	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,50	2.000,00
147	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,99	2.145,70
148	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,35	1.175,00
149	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,29	2.303,00
150	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,29	2.303,00
151	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,39	2.034,00
152	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	41.982,50
153	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	125.947,50
154	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	41.982,50
155	RAMOS E PIZZI LTDA	23,99	125.947,50
156	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,25	2.112,50
157	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,39	1.525,50
158	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,39	2.203,50
159	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	9,98	4.990,00
160	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,35	1.675,00
161	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,39	1.390,00
162	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,40	280,00
163	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,40	210,00
164	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,82	7.230,00
165	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	325,00
166	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	325,00
167	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	8,00	800,00
168	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	20,52	17.442,00
169	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	1,18	354,00
170	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	1.170,00
171	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,75	4.125,00
172	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,19	2.233,00
173	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,98	6.556,00
174	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	1.430,00
175	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	650,00
176	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,73	2.457,00
177	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,89	15.560,00
178	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	450,00
179	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,30	78,00
180	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,40	2.940,00
181	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,24	2.464,00
182	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,99	4.990,00
183	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,99	1.398,00
184	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	8,69	8.690,00
185	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	10,38	16.608,00
186	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	15,34	19.942,00
187	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,72	3.440,00
188	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	3,45	6.900,00
189	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	4,79	9.580,00
190	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,62	3.240,00
191	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,39	1.649,10
192	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	9,50	9.500,00
193	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,95	7.900,00
194	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	10,00	600,00
195	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	4,99	1.996,00
196	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,69	5.918,00
197	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	798,00
198	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,20	2.240,00
199	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	13,40	37.520,00
200	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	13,40	13.400,00
201	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,50	2.100,00
202	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	14,09	352,25
203	RAMOS E PIZZI LTDA	6,50	26.000,00
204	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	3,79	20.845,00
205	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,99	29.950,00
206	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	9,79	979,00
207	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	5,50	4.400,00
208	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,99	11.477,00
209	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	1,34	1.340,00
210	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	4,49	1.122,50
211	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,79	36.666,00
212	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,43	25.521,00
213	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,69	1.345,00
214	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,79	1.953,00

215	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	2,69	1.533,30
216	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,48	57.266,00
217	ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	5,48	171.798,00
218	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	6,99	3.495,00
219	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	12,99	19.485,00
220	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,59	6.885,00
221	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,97	3.970,00
222	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	3,84	21.120,00
223	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,95	65.175,00
224	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	15,08	5.579,60
225	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	4,70	3.055,00
226	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,72	1.116,00
227	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,99	2.396,00
228	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,38	7.380,00
229	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,69	2.307,00
230	RAMOS E PIZZI LTDA	16,13	58.068,00
231	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,24	2.240,00
232	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,24	2.240,00
233	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,09	4.090,00
234	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,58	4.580,00
235	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	5,73	5.730,00
236	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	23,69	7.107,00
237	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	6,65	2.327,50
238	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	5,39	1.347,50
239	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,94	1.430,40
240	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,58	2.580,00
241	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,65	3.325,00
242	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,28	4.560,00
243	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	2,28	4.104,00
244	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	24,00	2.400,00
245	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	6,98	104,70
246	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	10,00	10.000,00
247	AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	6,67	46.690,00
248	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,99	199,50
249	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	30,00	600,00
250	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,96	358,80
251	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,40	544,00
252	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,80	440,00
253	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,10	105,00
254	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,39	2.305,20
255	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	6,89	344,50
256	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	14,95	1.196,00
257	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	9,99	999,00
258	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	60,00
259	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	2,38	2.856,00
260	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	1,08	324,00
261	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	10,90	763,00
262	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	2,70	189,00
263	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,45	145,00
264	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,94	950,40
265	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	3,33	5.994,00
266	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	2,45	4.410,00
267	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,75	3.750,00
268	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	5,30	6.890,00
269	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	4,89	1.956,00
270	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	4,89	2.445,00
271	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	6,48	2.462,40
272	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	7,68	1.920,00
273	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	5,59	3.354,00
274	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	4,99	12.475,00
275	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,90	195,00
276	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,55	1.065,00
277	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	26,19	2.619,00
278	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	23,12	9.248,00
279	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	56,30	16.890,00
280	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	6,82	2.046,00
282	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,99	2.699,00
283	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	5,82	1.746,00
284	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,75	2.675,00
285	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	26,80	2.680,00
286	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	5,94	712,80
287	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	8,24	3.296,00
288	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	8,25	3.300,00
289	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,14	322,80
290	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	17,55	7.020,00
291	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	35,90	8.975,00
292	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	7,88	2.364,00
293	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	15,01	3.002,00
294	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	8,98	4.490,00
295	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,89	2.334,00
296	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	28,90	2.312,00
297	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	28,72	2.584,80
298	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	3,89	1.556,00
299	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	26,32	789,60
300	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,80	2.730,00
301	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	11,39	2.619,70
302	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,25	8.125,00
303	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,86	2.430,00
304	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	20,40	4.080,00

305	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,35	735,00
306	OTIS DISTRIBUICAO LTDA	45,68	22.840,00
307	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	39,80	31.840,00
308	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,85	3.080,00
309	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	24,75	12.375,00
310	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	13,76	275,20
311	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	10,49	5.245,00
312	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	1,50	750,00
313	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	30,95	12.380,00
314	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	16,49	6.596,00
315	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,95	1.185,00
316	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	27,98	5.596,00
317	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	57,44	5.744,00
318	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	22,00	5.500,00
319	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,43	26,58
321	IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	3,15	157,50
322	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	7,89	1.183,50
323	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,50	1.750,00
324	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	19,39	9.695,00
325	DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	3,99	1.995,00
326	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	4,23	1.692,00
327	SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	7,85	785,00
328	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	32,06	320,60
329	MANG FOODS ATACADISTA LTDA	28,99	289,90
330	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	80,11	24.033,00
331	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	47,88	14.364,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R$
ANA CLAUDIA RIBEIRO LTDA	36.086.266/0001-46	1.771.869,35
AQUINO COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA	21.670.255/0001-31	884.665,10
DISTRIBUIDORA TIO IVO LTDA	27.787.054/0001-03	112.664,50
IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA	54.186.728/0001-89	117.178,90
J.T INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFES LTDA	03.370.573/0001-03	61.200,00
MANG FOODS ATACADISTA LTDA	52.371.452/0001-83	612.539,95
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0004-97	38.397,00
OTIS DISTRIBUICAO LTDA	47.641.174/0001-05	312.640,80
RAMOS E PIZZI LTDA	47.199.892/0001-65	720.903,00
SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	07.882.240/0001-06	1.157.074,70

Nas condições de sua proposta e do edital.
Valor total da licitação é de R$ 5.789.133,30 (cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil cento e trinta e três reais e trinta centavos).
Os itens 281 e 320 foram considerados FRACASSADOS.
Não houve adesão ao cadastro de reserva para nenhum dos itens.
Coronel Vivida, 13 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:FBDB255B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 13 - BALANCO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE					
Estado do Paraná					
BALANÇO FINANCEIRO					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO: 1 a 12		DATA EMISSÃO: 09/03/2026		
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**48.492.696,90**	**41.260.298,22**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**43.006.342,79**	**40.003.004,42**
Ordinária	30.294.831,17	27.049.939,71	Ordinária	26.448.461,53	26.046.320,04
Vinculada	18.197.865,73	14.210.358,51	Vinculada	16.557.881,26	13.956.684,38
Transferências do FUNDEB	4.125.330,86	3.554.615,26	Transferências do FUNDEB	4.111.898,96	3.514.421,58
Transferências Voluntárias	2.055.328,52	1.012.626,03	Transferências Voluntárias	2.372.686,60	1.126.404,74
Alienação de Bens	6.174,77	394.000,54	Alienação de Bens	131.970,00	361.081,17
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	4.437.025,72	2.946.470,34	Transferências de Programas	3.237.302,17	2.862.010,90
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	2.626.351,48	1.470.475,55	Transferências Voluntárias	2.018.098,50	985.253,93
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	4.947.654,38	4.832.170,79	Valores Restituíveis	0,00	0,00
			Outras Origens	4.685.925,03	5.107.512,06
Transferências Financeiras Recebidas (II)	46.122,60	161.431,92	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	2.043.000,00	1.755.000,00
Para a Execução Orçamentária	46.122,60	161.431,92	Para a Execução Orçamentária	2.043.000,00	1.755.000,00
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00

Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**4.807.109,03**	**3.777.725,96**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**4.806.836,92**	**3.777.607,39**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	84,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00
Realizável Inscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável - Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	4.807.109,03	3.777.641,96	Valores Restituíveis	4.806.836,92	3.777.607,39
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**7.333.344,96**	**7.669.500,67**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**10.823.093,78**	**7.333.344,96**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.332.530,38	7.668.686,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.822.279,20	7.332.530,38
Realizável	814,58	814,58	Realizável	814,58	814,58
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**60.679.273,49**	**52.868.956,77**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**60.679.273,49**	**52.868.956,77**

Notas Explicativas

1 - Analizando o exercício atual e comparação ao anterior, tivemos aumentos moderados tanto na arrecadação das receitas, quanto nas despesas, contudo as despesas permanecem inferiores as receitas em ambos os exercícios, evidenciando assim um superávit financeiro, sendo no exercício atual, superior a 5,4 milhões. Quanto as variações nas transferencias financeiras e nos movimentos extraorçamentários estes foram insuficientes para afetar o superávit orçamentário. Quanto aos saldos em Caixa e Equivalente de Caixa tiveram uma alta no exercício atual superior a 3.5 milhões.

MEYALISON FRANK ESTEFANO MELO	***SERGIO SEVERINO DO NASCIMENTO***
Contador	Controle Interno
AMARILDO APARECIDO DA SILVA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:2910DA10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
BALANÇO PATRIMONIAL
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2025 | PERÍODO: 1 a 12 | DATA EMISSÃO: 09/03/2026

ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**22.187.316,39**	**18.591.822,51**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**67.034,21**	**66.762,10**
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.822.279,20	7.332.530,38	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	11.293.835,25	11.126.281,04			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	479.536,31	300.190,54	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	64.309,77	64.309,77
Divida Ativa Tributaria	287.044,89	298.836,45	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	10.527.254,05	10.527.254,05	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.724,44	2.452,33
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	28.593,73	17.331,36			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	42.608,21	115.679,73			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**48.250.301,03**	**42.612.406,81**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
Ativo Realizável a Longo Prazo	85,09	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	85,09	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	85,09	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**67.034,21**	**66.762,10**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	48.250.215,94	42.612.406,81	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	26.465.270,05	22.306.900,31	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	21.784.945,89	20.305.506,50	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	70.370.583,21	61.137.467,22
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	9.233.115,99	5.373.434,07
Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	61.137.467,22	55.764.655,05
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-621,90
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada Diferido	0,00 0,00	0,00 0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**70.370.583,21**	**61.137.467,22**
TOTAL	**70.437.617,42**	**61.204.229,32**	**TOTAL**	**70.437.617,42**	**61.204.229,32**
ATIVO FINANCEIRO	10.823.093,78	7.333.344,96	PASSIVO FINANCEIRO	143.282,60	143.010,49
ATIVO PERMANENTE	59.614.523,64	53.870.884,36	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**70.294.334,82**	**61.061.218,83**

Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**	Atual	Anterior
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	515.809,46	515.809,46
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**515.809,46**	**515.809,46**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	2.272.614,80	1.085.900,29
501 - Outros Recursos Não Vinculados	73.906,86	-536.501,80
502 - Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos	53.246,05	12.099,24
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	137.238,16	123.806,26
550 - Transferência do Salário-Educação	163.032,35	22.213,69
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNA	344,97	116,68
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esco	850,29	0,94
576 - Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação	13,08	20,96
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	18.453,68	18.453,68
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	358.264,59	562.542,91
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Est	88.743,94	132.702,01
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	44.307,96	44.307,96
604 - Transferências Provenientes do Governo Federal Destinadas ao Vencimento dos Agentes Comunitári	3.002,60	20.889,23
605 - Assistência Financeira da União Destinada à Complementação ao Pagamento dos Pisos Salariais pa	66.998,94	55.149,81
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual	1.305.574,14	501.828,39
631 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados	479,44	479,44
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	5.619,70	5.619,70
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	114.199,72	157.927,90
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	930.368,76	186.127,98
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	92.564,86	82.520,55
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	2.914.773,05	3.313.001,54
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	252.672,70	156.275,30
702 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	1.478,25	17.005,24
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Natu	33.140,56	5.151,13
706 - Transferência Especial da União	433.051,31	570.475,55
707 - Transferências da União - Inciso I do Art. 5º da Lei Complementar 173/2020	75.605,31	75.605,31
709 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	102.488,88	13.675,34
711 - Demais Transferências Obrigatórias Não Decorrentes de Repartições de Receitas	14.352,49	14.352,49
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	61.584,59	55.556,96
716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cul	24.947,08	22.505,37
718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	1.902,34
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	56.950,68
749 - Outras Vinculações de Transferências	986.269,22	253.485,64
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	15.879,26	12.552,28
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	11.401,39	10.620,65
753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	20.331,80	7.207,20
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	2.010,40	127.805,63
TOTAL	10.679.811,18	7.190.334,47

Notas Explicativas

1 - Apresentação do Município:

O Município de Diamante D'Oeste, situado no Estado do Paraná, conta atualmente com uma população, estimada pelo IBGE, de 4.557 habitantes, apresenta um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,644, um médio Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM) de 0,6251, está situado à 576,70 km da capital Curitiba e possui uma extensão territorial total de 311,399 km².

O município apresenta uma situação atípica para a região, pois conta com duas aldeias indígenas e um assentamento. Maiores informações municipais podem consulte o caderno estatístico do IPARDES pela página http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85896.

2 - Contexto Organizacional:

Os Balanços apresentados são isolados, ou seja, refletem apenas a movimentação do Executivo, haja vista a Administração Pública do Município não conta com entidades de Administração Indireta. Dessa forma, estão englobados nos Balanços apresentados apenas as Unidades Orçamentárias e suas respectivas Unidades Executoras, assim representadas:

02 - Governo Municipal: 001 - Gabinete do Prefeito;

03 - Secretaria de Administração: 001 - Departamento de Administração e Serviços;

04 - Secretaria de Fazenda: 001 - Departamento de Finanças e Tesouraria, e 002 - Departamento de Controladoria Interna;

05 - Secretaria de Saúde: 001 - Fundo Municipal de Saúde;

06 - Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo: 001 - Departamento de Ensino, e 002 - Departamento de Cultura, Esportes e Turismo;

07 - Secretaria de Assistência Social: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social, e 002 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente;

08 - Secretaria de Serviços e Obras Públicas: 001 - Departamento de Obras e Serviços Públicos, e 002 - Departamento de Trânsito e Rodoviário;

09 - Secretaria de Agricultura: 001 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente; e

10 - Administração Geral do Município: 001 - Encargos Gerais do Município.

Resumo dos Critérios Contábeis adotados:

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto nos artigos 104 e 105 e no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Para o exercício em exame, não foram reavaliados os bens patrimoniais, desta forma não foram realizadas as avaliações, reavaliações e depreciações nos ativos e para o reconhecimento de provisões ativas e passivas estão sendo realizadas adequações no sistema informatizado utilizado pelo Município.

Os registros contábeis foram executados através dos sistemas informatizados da empresa Elotech Gestão Pública LTDA. (CNPJ 80.896.194/000194), e estão adequados ao PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público).

3 - Ativo Circulante:

Contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda, e apresenta uma estabilidade, pois teve variação positiva de 19,34% em relação ao exercício anterior.
4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:
O item apresenta uma elevação de 47,59% em relação ao exercício anterior.
5 - Créditos a Curto Prazo:
Representa os créditos de origem tributária, decorrentes de Divida Ativa de Impostos, nota-se um aumento dos valores de 1,51% em relação ao exercício anterior, contudo essa situação foi causada pela ausência de valores das dívidas ativas não tributárias, informamos que houve uma inconsistência, nesse caso gerada por recentes mudanças nos sistemas de gestão do Município
6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:
Os créditos referem-se a salário-família e maternidade a serem compensados nas obrigações previdenciárias no exercício subsequente, estes tiveram um acrescimo de 64,98%.
7 - Estoques:
O Município não mantém estoques, com exceção dos combustíveis que mesmo tendo um depósito de combustíveis, os valores deste item são irrisórios, sendo estocados apenas a quantidade a ser consumida dentro da mesma semana.
8 - Ativo Não-Circulante:
Contempla o numerário e outros bens e direitos com menor capacidade de conversibilidade em moeda, houve um aumento de 13,23 % em relação ao exercício anterior.
9 - Bens Móveis:
Apresenta uma variação positiva, representando uma elevação de 18,64%, sendo os principais responsáveis as máquinas, equipamentos e veículos.
10 - Bens Imóveis:
Apresenta uma variação positiva de 7,29%, sendo registrados aumentos na maioria das subcategorias.
11 - Passivo:
Os passivos correspondem aos saldos das obrigações devidas, estes tiveram um aumento, em relação ao exercício anterior, de 15,09%.
12 - Passivo Circulante:
Contempla as obrigações que normalmente são pagas dentro de um ano, apresenta variação positiva de 0,41%, evidenciando um aumento do endividamento do município.
13 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo:
Não apresenta valores pela ausência deste tipo de dívida nos dois exercícios.
14 - Empréstimos e financiamentos a curto prazo:
Não apresenta valores pela ausência deste tipo de dívida nos dois exercícios.
15 - Fornecedores e contas a pagar a curto prazo:
Apresenta uma diferença de -86,09%, evidenciando uma redução do endividamento no valor de 398 mil.
16 - Obrigações Fiscais a curto prazo:
Não presenta valores pela ausência deste tipo de obrigação nos dois exercícios.

17 - Demais obrigações a curto prazo:
Apresenta uma variação positiva de 1,43%, evidenciando um aumento do endividamento.
18 - Patrimônio Líquido:
O Patrimônio Líquido do Município teve um aumento de 15,1% em relação ao exercício anterior, caracterizando um aumento do patrimônio do município superior a 9,23 milhões.
19 - Índices de Liquidez:
A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices que seguem, sempre comparando o exercício atual em relação ao anterior:
Índice de Solvência: Avalia a capacidade do Município de fazer frente a suas obrigações. O Município teve uma elevação de 916,75, no exercício anterior, para 1050,77 no exercício atual.
Liquidez Corrente: Demonstra quanto o Município pode dispor de recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes. Ocoreu uma elevação desta liquidez do Município, passando de 278,48 no exercício anterior para 330,98 no exercício atual.
Índice de Endividamento Geral: Demonstra o grau de endividamento do Município. Nesta avaliação demonstrou-se uma redução do endividamento de 0,11 no exercício anterior, para 0,1 no exercício atual.
Liquidez Imediata: Indica a capacidade financeira do Município em honrar seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, houve uma elevação do endividamento município, passando de 109,83 no exercício anterior para 161,44 no exercício atual.

MEYALISON FRANK ESTEFANO MELO
Contador

SERGIO SEVERINO DO NASCIMENTO
Controle Interno

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:7139678C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
Exercício: 2025
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64 no Período de Janeiro a Dezembro
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**54.556.486,08**	**49.322.496,47**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.999.558,74	2.227.342,28
IMPOSTOS		2.770.189,48	2.003.056,65
TAXAS		229.369,26	224.285,63
CONTRIBUIÇÕES		205.859,88	161.874,33
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		205.859,88	161.874,33
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		4.029.616,85	4.037.305,32
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		4.029.616,85	4.037.305,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		1.236.598,51	2.386.681,87
JUROS E ENCARGOS DE MORA		66.225,73	91.534,29
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.154.558,11	846.268,66
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		15.814,67	1.448.878,92
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		46.011.925,51	39.357.455,35
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		46.122,60	161.431,92
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		45.876.443,66	39.096.688,87
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		89.359,25	99.334,56
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		19.000,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		19.000,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		53.926,59	1.151.837,32
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		53.926,59	1.151.837,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**45.323.370,09**	**43.949.062,40**
PESSOAL E ENCARGOS		18.861.443,82	15.132.882,97
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		15.653.891,61	13.481.470,76
ENCARGOS PATRONAIS		2.478.193,87	1.651.412,21
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		729.358,34	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		102.335,53	102.161,18
PENSÕES		100.913,97	100.804,34
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		1.421,56	1.356,84
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		17.532.911,67	20.846.456,69
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		7.379.847,50	10.761.912,21
SERVIÇOS		10.153.064,17	10.084.544,48
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		437.135,78	106.500,08
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		39.818,84	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		397.316,94	106.500,08
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		8.348.375,61	7.479.825,13
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.043.000,00	1.755.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		5.824.282,46	5.525.285,30
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		481.093,15	199.539,83
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		25.450,00	1.391,52
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		25.450,00	1.391,52
TRIBUTÁRIAS		6.428,46	4.300,33
CONTRIBUIÇÕES		6.428,46	4.300,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		9.289,22	275.544,50
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	8.915,39
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		9.289,22	266.629,11
Resultado Patrimonial Do Período		**9.233.115,99**	**5.373.434,07**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)			
		EXERCÍCIO ATUAL	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		5.644.259,13	2.798.295,98
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	378.775,70
Notas Explicativas			
1 - Analizando as variações patrimoniais quantitativas do exercício atual em comparação ao anterior, vemos um aumento das variações patrimoniais aumentativas superior a 5,2 milhões, quanto as variações patrimoniais diminutivas, observa-se uma elevação superior a 1,3 milhões, tendo assim um Resultado Patrimônial inferior ao exercício do anterior de aproximadamente 3,8 milhões, tendo como principais fatorer as variações aumentativas de Transferências Inter Governamentais e as diminutivas de Pessoal e Encargos.			
MEYALISON FRANK ESTEFANO MELO		***SERGIO SEVERINO DO NASCIMENTO***	
Contador		Controle Interno	
AMARILDO APARECIDO DA SILVA			
Prefeito Municipal			

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:06CF4076

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CRF – CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CRF – Certidão de Regularização Fundiária

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Paraná, em pleno exercício do mandato, na forma da lei e nos termos dos artigos 30 e 41 da Lei nº 13.465/2017 e art. 38 do Decreto nº 9.310/2018, **CERTIFICA,** para os devidos fins de registro imobiliário, que tramitou perante a administração deste Município o procedimento de regularização fundiária urbana do Núcleo Vila União, finalizado por decisão publicada, informando os seguintes requisitos existentes no referido procedimento:

1. Nome do núcleo urbano regularizado: **Vila União**
2. Localização: **Bairro Vila União, no município de Diamante d'Oeste/PR**
3. Modalidade da regularização: **REURB-S e REURB-E (mista)**
4. Matrículas atingidas: **8.080, 8.079, 4.311, 7.798, 8.711, 11.855, 11.540 e 6.045 (RI Matelândia), e 18.312 (RI Santa Helena/PR)**
4. Instrumento utilizado: **Legitimação fundiária**
5. Responsabilidades das obras e serviços constantes do cronograma (art. 41, IV, da Lei Federal 13.465/17:

OBRAS E SERVIÇOS	RESPONSABILIDADE	PRAZO
Regularização do núcleo	Município de Diamante d'Oeste/PR	06 meses

Individualização das matrículas	Registro de Imóveis Santa Helena/PR	07 meses
Drenagem e tubulação de águas pluviais	Município de Diamante d'Oeste/PR	4 anos

6. Indicação numérica de cada unidade regularizada, quando houver;
7. Listagem com nomes dos ocupantes que houverem adquirido a respectiva unidade, caso o Município não tenha optado por fazer a titulação em momento posterior ao registro da CRF;

As edificações existentes poderão ser averbadas nas matrículas individualizadas em etapa posterior ao registro da CRF, se for da vontade do interessado, conforme prevê o art. 31 §3º, do Decreto Federal nº 9.310/2018;
As unidades desocupadas e não comercializadas alcançadas pela REURB terão as matrículas abertas em nome do titular originário do domínio da área, conforme apontado nos trabalhos técnicos ou no requerimento para registro da CRF (art. 52, Decreto n 9.310/2018);
As unidades não edificadas que tenham sido comercializadas a qualquer título terão as matrículas abertas em nome do adquirente, nos termos estabelecidos no parágrafo único do art. 50 do referido Decreto;
O município notificou os titulares de domínio, confrontantes internos e externos e eventuais terceiros interessados sobre o procedimento, para, querendo, apresentar impugnação;
Os padrões dos memoriais descritivos, das plantas e das demais representações gráficas, inclusive as escalas adotadas e outros detalhes técnicos, seguem as diretrizes estabelecidas pela autoridade municipal competente, as quais foram consideradas atendidas com a emissão da CRF, conforme art. 47 da lei e art. 45 do decreto regulamentador;
O município declara cumprido todos os requisitos legais exigidos para a sua emissão;

Diamante D'Oeste/PR, 16 de março de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

LISTAGEM DOS REQUERENTES DA REURB, ENQUADRAMENTO DA REURB E VALOR AVALIADO DO IMÓVEL:

Nº	QUADRA LOTE	QUALIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO INDIVIDUAL	AVALIAÇÃO DO LOTE
	QUADRA 17-B LOTE 01	**CRISTIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES,** brasileira, solteira, a qual declarou não conviver em união estável, autônoma, nascida no dia 10/11/1996, filha de Jose Aparecido Gonçalves e Marinete Cordeiro de Oliveira, portadora da carteira de identidade nº 13282750-8 SESP/PR e inscrita no CPF nº 108.359.229-79, residente e domiciliada na Av. Brasil, n° 931, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-E**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 21 LOTE 01	**MARIA APARECIDA LEMES GONÇALVES,** brasileira, viúva conforme certidão de óbito sob matrícula nº 141721 01 55 1995 4 00001 025 0000098 91, a qual declarou não conviver em união estável, aposentada, nascida no dia 08/04/1965, filha de Joaquim Lemes da Anunciação e Tomázia Mariano da Anunciação, portadora do Registro Geral - CPF nº 021.954.199-03 SESP/PR, residente e domiciliada na Av. Brasil, nº 1227, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 23 LOTE 01	**PAULO ITAMAR NEU**, brasileiro, solteiro, o qual declarou não conviver em união estável, operador de máquinas autônomo, nascido no dia 25/04/1984, filho de Adalberto Armin Neu e Iracema Wachter Neu, portador da carteira de identidade nº 10.228.038-5 SESP/PR e inscrito no CPF nº 065.572.689-61, residente e domiciliado na Av. Brasil, n° 1258, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 23 LOTE 02	**DIANEZ RODRIGUES SIMIÃO,** brasileira, auxiliar de produção evisceração, divorciada conforme averbação na certidão de casamento sob matricula nº 087296 01 55 2006 2 00011 065 0002952 31, a qual declarou não conviver em união estável, auxiliar de produção, nascida no dia 21/12/1989, filha de Adão Rodrigues Simião e Emília Rodrigues Simião, portadora da carteira de identidade nº 10.996.219-8 SESP/PR e inscrita no CPF nº 081.254.799-37, residente e domiciliada na Rua Av. Brasil, nº 1261, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 29 LOTE 01	**ERONDI MACENO DE OLIVEIRA,** brasileiro, divorciado conforme averbação na certidão de casamento sob matrícula nº 141721 01 55 2002 2 00002 096 0000296 28, o qual declarou não conviver em união estável, beneficiário, nascido no dia 12/09/1965, filho de Vidalino Artigas de Oliveira e Diva Maceno de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 4.343.208-7 SESP/PR e inscrito no CPF nº 563.003.609-20, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n° 232, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 29 LOTE 02	**IDALINA BENTO DA SILVA,** brasileira, divorciada conforme averbação na certidão de casamento sob matrícula nº 087296 01 55 1973 2 00003 211 0001111 10, a qual declarou não conviver em união estável, aposentada, nascida no dia 26/07/1955, filha de Adelino de Oliveira e Herondina Bento de Oliveira, portadora da carteira de identidade nº 3.654.011-7 SESP/PR e inscrita no CPF nº 502.757.559-91, residente e domiciliada na Rua Avenida Brasil nº 804, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 29 LOTE 06A	**NILVA CONCEIÇÃO WASEM,** brasileira, solteira, a qual declarou não conviver em união estável, beneficiária, nascida no dia 28/09/1985, filha de José Adelio Wasem e Maria Ondina Wasem portadora da carteira de identidade nº 9.449.050-2 SESP/PR, e inscrita no CPF nº 060.135.169-01, residente e domiciliada na Rua São Luiz, nº 900, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 30 LOTE 05	**VALIRIA LAURENTINO CEQUINATTO,** brasileira, do lar, nascida no dia 08/03/1975, filha de Leodoro Laurentino e Maria Laurentino, portadora da carteira de identidade nº 6.658.921-8 SESP/PR e inscrita no CPF nº 022.649.679-19, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob o nº 304, Fls.104, Livro n° 02-B, no dia 21/09/2002, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **IDOLCI ANTONIO CEQUINATTO,** brasileiro, pedreiro, nascido o dia 17/11/1960, filho de Lucidio Cequinatto e Ida Cequinatto, portador da carteira de identidade nº 8032973681 SSP/RS e inscrito no CPF nº 549.222.169-87, residentes e domiciliados na Av. Brasil, n° 980, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-E**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 30 LOTE 13	**MARIA TEREZINHA KUMMER,** brasileira, servidora pública, nascida no dia 22/09/1968, filha de Amando João Schmidt e Lourdes Schmidt, portadora da carteira de identidade nº 8.026.402-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 027.356.049-26, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob o nº 2.618, Fls. 256, Livro n° B-8, no dia 29/12/1990, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **ARI KUMMER,** brasileiro, pedreiro autônomo, nascido no dia 15/07/1962, filho de Antonio Kummer e Olinda Kel, portador da carteira de identidade nº 7.940.681-3 SES/PR e inscrito no CPF nº 556.896.989-20, residentes e domiciliados na Av. Parana, n° 859, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 30 LOTE 15	**MARIA GONSALVES DE MENEZES MAGALHÃES,** brasileira, viúva conforme certidão de óbito sob matrícula nº 141721 01 55 2017 4 00002 097 0000541 62, a qual declarou não conviver em união estável, aposentada, nascida no dia 20/10/1965, filha de Jose Gonsalves Meneses e Luzia Maria Cardoso, portadora da carteira de identidade nº 9.057.650-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 054.377.899-12, residente e domiciliada na Rua São Luiz, n° 80, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 31 LOTE 01A	**CRISTIANE DE OLIVEIRA GONÇALVES,** brasileira, solteira, a qual declarou não conviver em união estável, autônoma, nascida no dia 10/11/1996, filha de Jose Aparecido	**REURB-E**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**

		Gonçalves e Marinete Cordeiro de Oliveira, portadora da carteira de identidade nº 13282750-8 SESP/PR e inscrita no CPF nº 108.359.229-79, residente e domiciliada na Av. Brasil, n° 931, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.		
	QUADRA 31 LOTE 06A	**DORVALINA RODRIGUES MENDES,** brasileira, aposentada, viúva conforme certidão de óbito sob matrícula nº 141721 01 55 1998 4 00001 046 0000183 16, a qual declarou não conviver em união estável, aposentada, nascida no dia 30/07/1952, filha de Eduardo Rodrigues da Costa e Osara Fernandes de Oliveira, portadora da carteira de identidade nº 8.525.600-9 SESP/PR e inscrita no CPF nº 031.877.849-17, residente e domiciliada na Avenida Brasil, nº 1104, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 31 LOTE 06B	**ANA TEIXEIRA MENDES DA COSTA,** brasileira, aposentada, nascida no dia 19/06/1935, filha de Manoel Teixeira Mendes e Joana Rodrigues Moreira, portadora da carteira de identidade nº 6.331.742-0 SESP/PR e inscrita no CPF nº 616.123.839-04, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob o nº 700, Fls. 15, Livro nº 4-B, no dia 17/04/1978, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **HORACIO RODRIGUES DA COSTA,** brasileiro, aposentado, nascido no dia 06/04/1946, filho de Eduardo Rodrigues da Costa e Rosaria Fernandes de Oliveira, portador da carteira de identidade nº 8.643.169-6 SESP/PR e inscrito no CPF nº 616.123.679-68, residentes e domiciliados na Av. Brasil, nº 1110, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 31 LOTE 07A	**LAUDICEIA MENDES,** brasileira, solteira, costureira, nascida no dia 09/06/1987, filha de Francisco Moreira Mendes e Jacira Moura Mendes, portadora da carteira de identidade nº 9.829.142-3 SESP/PR e inscrita no CPF nº 072.213.749-45, a qual declarou conviver em união estável com **VILMAR PAGLIARI SANGALI,** brasileiro, solteiro, agricultor, nascido no dia 09/04/1980, filho de Jorge Sangali e Lourdes Pagliari, portador da carteira de identidade nº 8.421.509-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº 032.296.429-61, residente e domiciliada na Rua Para, n° 87, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 31 LOTE 16	**ANDRELINA FERREIRA DOS SANTOS,** brasileira, viúva conforme certidão de óbito sob matrícula nº 1417210155 2020 4 00002 147 0000640 70, a qual declarou não conviver em união estável, aposentada e pensionista, nascida no dia 11/03/1962, filha de Sebastião da Conceição da Paz e Maria Ferreira dos Santos, portadora da carteira de identidade nº 6.658.846-7 SESP/PR, e inscrita no CPF nº 778.652.609-97, residente e domiciliada na Rua Manaus, nº 70, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 32 LOTE 11	**ROSELENE FERREIRA DA SILVA SCHUSTER,** brasileira, agricultora, nascida no dia 10/01/1987, filha de Francisco Vilmar Matos da Silva e Elena Fátima Ferreira da Silva, portadora da carteira de identidade nº 9.057.771-9 SESP/PR, e inscrita no CPF nº 074.787.889 -71, casada pelo regime de comunhão universal de bens, sob matricula nº 141721 01 55 2006 2 00003 026 0000426 15, no dia 09/12/2006, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **FABIO SCHUSTER,** brasileiro, aposentado, nascido no dia 25/11/1984, filho de Edmar Schuster e Lucia Schuster, portador da carteira de identidade nº 8.779.322-2 SESP/PR, e inscrito no CPF nº 061.607.939-77, residentes e domiciliados na Est. Vila São Francisco, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-E**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 01	**DORVALINA PADILHA,** brasileira, viúva conforme certidão de óbito nº 17, Fls 05, livro L-1C-, a qual declarou não conviver em união estável, pensionista, nascida no dia 18/01/1954, filha de Tranquilino Antunes Monteiro e Angelina Antunes dos Santos, portadora da carteira de identidade nº 4.880.323-7 SESP/PR e inscrita no CPF nº 703.438.539-49, residente e domiciliada na Rua Brasilia, n° 102, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 03A	**MARIA DAS MERCES DE SOUZA RUIVO,** brasileira, do lar, nascida no dia 26/09/1969, filha de João Batista Gonçalves de Souza e Leivina Dias de Souza, portadora da carteira de identidade nº 9.315.948-9 SESP/PR e inscrita no CPF nº 072.152.109-60, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob matricula nº 086439 01 55 1987 2 00007 075 0002420 31, no dia 21/02/1987, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **DIRCEU RUIVO,** brasileiro, beneficiário, nascido no dia 07/11/1960, filho de José Ruivo e Dominga Firmiano Ruivo, portador da carteira de identidade nº 3.802.722-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº 512.722.889-00, residentes e domiciliados na Rua Brasilia, n° 00090, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 07A	**LINDACIR ANTUNES MONTEIRO,** brasileira, solteira, a qual declarou não conviver em união estável, beneficiaria, nascida no dia 20/01/1967, filha de Franquilino Nunes Monteiro e Angelina Antunes Marcelino, portadora da carteira de identidade nº 9.118.794-9 SESP/PR, e inscrita no CPF n° 066.550.609-07, residente e domiciliada na AV. Parana, Chacara 26 A, nº 1121, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 08	**MARIA LEONIDA KLASSEN,** brasileira, divorciada conforme averbação na certidão de casamento sob nº 542, Fls. 063, Livro n° B-03, a qual declarou não conviver em união estável, aposentada, nascida no dia 07/07/1953, filha de Alfredo Klassen e Nercita Specht Klassen, portadora do Registro Geral - CPF nº 035.179.999-03, residente e domiciliada na Av. Brasil, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 09	**ROSANA DE FREITAS,** brasileira, solteira, a qual declarou não conviver em união estável, beneficiária, nascida no dia 15/03/1987, filha de Jose Dias de Freitas e Cirene Peres, portadora da carteira de identidade nº 10.132.736-1 SESP/PR e inscrita no CPF nº 060.786.269-65, residente e domiciliada na Rua Joao Pessoa, n° 46, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 10	**ANTONINHO EVANGELISTA MONTEIRO,** brasileiro, viúvo conforme certidão de óbito sob matrícula nº 085894 01 55 2008 4 00040 026 0014729 97, o qual declarou não conviver em união estável, aposentado, nascido no dia 20/05/1968, filho de Beijamim Monteiro e Eutalia Monteiro, portador da carteira de identidade nº 6.249.638-0 SESP/PR e inscrito no CPF nº 883.030.049-72, residente e domiciliado na Av. Brasil, n° 1007, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 11	**IVALNETE SCHENKEL DIETRICH,** brasileira, agricultora, nascida no dia 24/09/1970, filha de Irineu Schenkel e Venilda Schenkel, portadora da carteira de identidade nº 9.145.660-5 SESP/PR e inscrita no CPF nº 056.817.769-05, casada pelo Regime de Comunhão Parcial de Bens, sob nº 2.897, Fls. 235, Livro n° B-9, no dia 11/09/1993, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **VALMOR JOSE DIETRICH,** brasileiro, agricultor, nascido no dia 10/11/1965, filho de Willy Alfredo Dietrich e Leonor Elsina Dietrich, portador da carteira de identidade nº 4.778.872-2 SESP/PR e inscrito no CPF nº 661.934.869-68, residentes e domiciliados na Rod. PR 488, em Vera Cruz Do Oeste/PR.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 12	**VALDIVINA PEREIRA FELIPAK,** brasileira, aposentada, nascida no dia 23/11/1955, filha de Jose Candido Pereira e Geni Maria de Jesus Pereira, portadora da carteira de identidade nº 1.896.593-3 SESP/PR e inscrita no CPF nº 784.375.479-20, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob matricula nº 086439 01 55 1982 2 00005 160 0001590 90, no dia 09/01/1982, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **JURACY JOSÉ FELIPAK,** brasileiro, aposentado, nascido no dia 09/02/1956, filho de Albino Felipak e Olivina dos Santos Rocha Felipak, portador do Registro Geral - CPF nº 784.373.269-15, residentes e domiciliados na Av. Brasil, n° 1460, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 13	**ROZANA SANTOS DE OLIVEIRA,** brasileira, solteira, conselheira tutelar, nascida no dia 06/04/1993, filha de Antonio Carlos Gonçalves de Oliveira e Maria Anita dos Santos, portadora da carteira de identidade nº 12.407.385-5 SESP/PR e inscrita no CPF nº 083.793.829-51, a qual declarou conviver em união estável com **NATAN ARTIGAS DE OLIVEIRA,** brasileiro, solteiro, autônomo, nascido no dia 11/06/1999, filho de Edilson Artigas de Oliveira e Solange Pessi, portador da carteira de identidade nº 14.534.618-5 SESP/PR e inscrito no CPF nº 117.234.799-93, residentes e domiciliados na Av. Brasil, n° 1470, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 33 LOTE 14	**IVAN JACSON GUNTZEL,** brasileiro, solteiro, o qual declarou não conviver em união estável, operador de máquina industrial, nascido no dia 21/05/1989, filho de Valerio Francisco Guntzel e Ivone Terezinha Guntzel, portador da carteira de identidade nº 9.853.219-6 SESP/PR e inscrito no CPF nº 073.923.329-70, residente e domiciliado na Av. Brasil, n° 996, Centro, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-E**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 47	**ADRIANE CHAVES DE SOUZA,** brasileira, do lar, nascida no dia 12/09/1982, filha de	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais)**

	LOTE 03	Regina de Fatima Chaves, portadora da carteira de identidade nº 16.654.569-2 SESP/PR e inscrita no CPF nº 042.618.409-28,casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob matricula nº 141721 01 55 2012 2 00003 131 0000531 40, no dia 27/10/2012, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **JULIANO DE SOUZA,** brasileiro, autônomo, nascido no dia 16/07/1990, filho de João de Souza e Ines de Souza, portador da carteira de identidade nº 9.868.533-2 SESP/PR ,e inscrito no CPF nº 095.442.099-30, residentes e domiciliados na Rua 21 de Dezembro, nº 95, em Diamante do Oeste/PR.		**por metros quadros.**
	QUADRA 47 LOTE 10A	**VALDINA SOARES PEREIRA,** brasileira, divorciada conforme averbação na certidão de casamento sob matricula n° 050849 01 55 1983 2 00013 097 0000406 36, a qual declarou não conviver em união estável, autônoma, nascida no dia 14/12/1965, filha de Sebastião Soares Pereira e Clarinda Gomes Vieira, portadora da carteira de identidade nº MG-6.455.433 e inscrita no CPF nº 820.388.806-20, residente e domiciliada na Rua Wanessa Kelly De Oliveira, nº 191, no Bairro Vale Verde, em Mateus Leme/MG, CEP: 35.670-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**
	QUADRA 47 LOTE 10A	**MARIA EFIGENIA DE SOUZA RUIVO,** brasileira, zeladora, nascida no dia 26/07/1963, filha de João Batista Gonçalves de Souza e Leivina Dias de Souza, portadora da carteira de identidade nº 4.394.549-1 SESP/PR e inscrita no CPF nº 065.806.859-80, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, sob o nº 2.747, Fls. 239, Livro n° 7-B, no dia 26/01/1990, na vigência da Lei nº 6.515/77, com **VALDIVINO RUIVO,** brasileiro, aposentado, nascido no dia 27/08/1956, filho de José Ruivo e Dominga Xavier De Lima, portador do Registro Geral - CPF nº 512.718.509-15, residentes e domiciliados na Av. Parana, n° 1022, em Diamante do Oeste/PR, CEP: 85.896-000.	**REURB-S**	**Valor de 200,00 (duzentos reais) por metros quadros.**

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:B8BC8E76

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 025/2026

PORTARIA Nº 025/2026

Concede diária a servidores municipais.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto nas Lei nº 1662/2011 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER diária aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	Leda Maria Ferrari
Matrícula Funcional	9900-1 e 9900-2
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Maringá
Objetivo da viagem	Participar de seminário: ‘’planejamento e educação – desafio para avançar na qualidade e equidade.’’
Período	11,12, 13 e 14/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.940,27 (um mil, novecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos)
Proc. Administrativo nº 642/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jailene Dal Bosco
Matrícula Funcional	17798-1
Função	Diretora Departamento de Ensino
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Maringá
Objetivo da viagem	Participar de seminário: ‘’planejamento e educação – desafio para avançar na qualidade e equidade.’’
Período	11,12,13 e 14/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.680,38 (um mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e oito centavos)
Proc. Administrativo nº 642/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Clesiani Rodrigues Bedra Ricardi
Matrícula Funcional	18774-1 e 19171-1
Função	Professora
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Maringá
Objetivo da viagem	Participar de seminário: ‘’planejamento e educação – desafio para avançar na qualidade e equidade.’’
Período	11,12,13 e 14/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 642 /2025	

Nome do servidor	Alcinei Tadiotto
Matrícula Funcional	19549-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Maringá
Objetivo da viagem	Levar representantes da Secretaria da Educação para participar de Seminário.
Período	11,12,13 e 14/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 642/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Levar o Prefeito até o Aeroporto Regional do Oeste e participar de reunião na Secretaria Municipal da Casa Civil.
Período	01 e 02/03/2026
Valor das diárias	R$ 598,38 (quinhentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos)
Proc. Administrativo 717/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Giovane Cezar Rosin
Matrícula Funcional	20609-1
Função	Chefe de Relações Políticas e Institucionais
Secretaria	Gabinete do Prefeito
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião Secretaria das Cidades (SECID PR), Reunião Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) e Reunião Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).
Período	02,03 e 04/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.281,41 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos)
Proc. Administrativo n° 716/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Carlos Eduardo Mangini Silva
Matrícula Funcional	20392-1
Função	Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Secretaria	Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião Secretaria das Cidades (SECID PR), Reunião Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) e Reunião Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).
Período	02,03 e 04/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.281,41 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos)
Proc. Administrativo 716/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jorge Augusto Didone
Matrícula Funcional	20360-1
Função	Diretor do Departamento de Interior
Secretaria	Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Reunião Secretaria das Cidades (SECID PR), Reunião Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) e Reunião Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).
Período	02,03 e 04/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.124,29 (um mil, cento e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)
Proc. Administrativo 716/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ana Luísa Barbosa
Matrícula Funcional	9630-1
Função	Nutricionista
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Marmeleiro
Objetivo da viagem	Participar de formação em segurança alimentar e nutricional.
Período	11/03/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 759/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Claudete Meurer
Matrícula Funcional	17949-1
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Embarque no Aeroporto Regional do Oeste – deslocamento à Brasília.
Data	01 e 02/03/2026
Valor das diárias	R$ 525,86 (quinhentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos)
Memorando/CI 1.814/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Claudete Meurer
Matrícula Funcional	17949-1
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Cascavel
Destino da viagem	Brasília
Objetivo da viagem	Reunião com deputado federal Paulo Litro, reunião na ANAC e reunião com demais parlamentares.
Data	02,03 e 04/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.828,82 (dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos)
Memorando/CI 1.814/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Claudete Meurer
Matrícula Funcional	17949-1
Função	Secretária
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Cascavel

Destino da viagem	Dois Vizinhos
Objetivo da viagem	Retorno a cidade de Dois Vizinhos pós cumprimento de agenda.
Data	04 e 05/03/2026
Valor das diárias	R$ 507,71 (quinhentos e sete reais e setenta e um centavos)
Memorando/CI 1.814/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Sulina
Objetivo da viagem	Transportar atletas para a copa Sulina de Futebol
Período	03 e 04/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 764/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Salto do Lontra
Objetivo da viagem	Transportar atletas do futsal feminino
Período	04/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 764/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Odirlei Galon
Matrícula Funcional	19239-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava
Objetivo da viagem	Transportar atletas do futsal feminino
Período	06,07 e 08/03/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo 764/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Heloisa Occhi Detoni
Matrícula Funcional	20398-1
Função	Professora de Educação Física
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Guarapuava
Objetivo da viagem	Técnica da equipe de futsal feminino
Período	06,07 e 08/03/2026
Valor das diárias	R$ 840,15 (oitocentos e quarenta reais e quinze centavos)
Proc. Administrativo 764/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Allison Bueno
Matrícula Funcional	20558-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Esporte e Lazer
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Santa Izabel D'Oeste
Objetivo da viagem	Transportar atletas de futebol para final da Copa dos Campeões
Data	08/03/2026
Valor das diárias	R$ 145,06 (cento e quarenta e cinco reais e seis centavos)
Proc. Administrativo 764/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Neri Machado
Matrícula Funcional	20427-1
Função	Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba
Objetivo da viagem	Participação na "22° Reunião Ordinária do Grupo R-20, a realizar-se no dia 4 de março de 2026 (quarta-feira) no Auditório do SESC da Esquina, Rua Visconde do Rio Branco nº 969 - Mercês, Curitiba-PR". Reunião sobre projetos no IAT
Período	01,02,03,04 e 05/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.922,12 (um mil, novecentos e vinte e dois reais e doze centavos)
Memorando/CI 1.939/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Tatiana Dalapasqual Duarte
Matrícula Funcional	9630-1
Função	Operador de Computador
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar do Encontro de Integração em Segurança Alimentar e Nutricional
Período	18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 797,84 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo n° 779/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ana Luisa Barbosa

Matrícula Funcional	20060-1
Função	Nutricionista
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar do Encontro de Integração em Segurança Alimentar e Nutricional
Período	18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 797,84 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo n° 779/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Helena Maria Pelentir Corchak
Matrícula Funcional	18638-1-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Levar servidoras para participar do Encontro de Integração em Segurança Alimentar e Nutricional
Período	18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 797,84 (setecentos e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos)
Proc. Administrativo n° 779/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Wanessa Giseli Beal
Matrícula Funcional	14869-1
Função	Suporte pedagógico
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Educa Juntos
Período	17, 18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 776/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Catiane Aparecida Soares de Moraes Liecheski
Matrícula Funcional	18763-1
Função	Suporte Pedagógico
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Educa Juntos
Data	17, 18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 776/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Kaliane Segato Gaspar
Matrícula Funcional	19919-1
Função	Assessoramento Pedagógico
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Educa Juntos
Data	17, 18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 776/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Letícia Alves Borges de Barros
Matrícula Funcional	18355-1
Função	Telefonista
Secretaria	Secretaria de Educação e Cultura
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Participar de Seminário Educa Juntos
Data	17, 18, 19 e 20/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.208,85 (um mil, duzentos e oito reais e oitenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo 776/2026 - 1Doc	

Nome do servidor	Adelir Antonio Coscode
Matrícula Funcional	17361-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cruzeiro do Iguaçu
Objetivo da viagem	Acompanhamento de pacientes
Período	03, 04, 05, 07 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 453,30 (quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adenilso Vieira Schmitz
Matrícula Funcional	16594-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03, 05, 06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 392,86 (trezentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos)
Proc. Administrativo 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Adilson Nicolodi
Matrícula Funcional	13152-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03, 04, 05, 06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 556,06 (quinhentos e cinquenta e seis reais e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Angelo Cardoso da Silva
Matrícula Funcional	18148-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03, 04, 05, 06, 07 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 701,10 (setecentos e um reais e dez centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Bruno Dambros
Matrícula Funcional	18996-1
Função	Diretor Depto. dos Serviços de Agendamento, Encaminhamento e Transporte
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco, Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03 e 07/03/2026
Valor das diárias	R$ 314,32 (trezentos e quatorze reais e trinta e dois centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Delço Pereira de Lima
Matrícula Funcional	14222-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	03/03/2026
Valor das diárias	R$ 102,75 (cento e dois reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Edenilson Alves de Moraes
Matrícula Funcional	18063-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	03, 04, 05, 06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 846,18 (oitocentos e quarenta e seis reais e dezoito centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Fabiano Borba Meure
Matrícula Funcional	19555-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel, Pato Branco
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	03, 04, 05, 06, 07 e 08/03/226
Valor das diárias	R$ 725,26 (setecentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Gilberto Morais
Matrícula Funcional	17828-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	03, 04, 05, 06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 513,75 (quinhentos e treze reais e setenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Henrique Claro da Silva Machado
Matrícula Funcional	20447-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	24, 25 e 28/02/2026; 02, 03, 04, 05 e 06/03/2026
Valor das diárias	R$ 828,03 (oitocentos e vinte e oito reais e três centavos)

Proc. Administrativo n° 788/2026 – 1Doc

Nome do servidor	Itamar Jose Frantz
Matrícula Funcional	4650-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Curitiba
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	02, 03, 04, 05 e 06/03/2026
Valor das diárias	R$ 822,00 (oitocentos e vinte e dois reais)
Proc. Administrativo n° 788/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ivonei Lopes Pedroso
Matrícula Funcional	14150-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Cascavel
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	04 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 205,50 (duzentos e cinco reais e cinquenta centavos)
Proc. Administrativo n° 788/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jocemar Aloisio Assmann
Matrícula Funcional	19168-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Curitiba, Francisco Beltrão, Ampere, Cascavel, Guarapuava
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.130,26 (um mil, cento e trinta reais e vinte e seis centavos)
Proc. Administrativo n° 788/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Jucelio Rodrigues de Freitas
Matrícula Funcional	5835-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 145,05 (cento e quarenta e cinco reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Leocir Paulo Tranker
Matrícula Funcional	14338-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Irati, Pato Branco, Londrina
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	03, 04, 05 e 06/03/2026
Valor das diárias	R$ 719,25 (setecentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Mizael Gonçalves de Menezes
Matrícula Funcional	18065-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Laranjeiras, Cascavel, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Período	02, 03, 04, 05 e 06/03/2026
Valor das diárias	R$ 477,47 (quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos)
Proc. Administrativo n° 788/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Krupinski
Matrícula Funcional	18268-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	03, 04, 05, 06 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 556,05 (quinhentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Rafael Muttoni
Matrícula Funcional	17790-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Pato Branco, Curitiba

Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	03, 05, 06, 08 e 09/03/2026
Valor das diárias	R$ 1.045,65 (um mil, quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Ricardo Besson
Matrícula Funcional	18060-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	04, 06, 09 e 10/03/2026
Valor das diárias	R$ 411,00 (quatrocentos e onze reais)
Proc. Administrativo nº 778/2026 – 1Doc	

Nome do servidor	Vanderlei Venassi
Matrícula Funcional	13154-1
Função	Motorista
Secretaria	Secretaria de Saúde
Origem da viagem	Dois Vizinhos
Destino da viagem	Francisco Beltrão, Santa izabel, Curitiba, Pato Branco, Paranaguá
Objetivo da viagem	Transporte de pacientes
Data	23, 24, 25, 26 e 27/02/2026; 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07/03/2026
Valor das diárias	R$ 2.115,45 (dois mil, cento e quinze reais e quarenta e cinco centavos)
Proc. Administrativo n° 778/2026 – 1Doc	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:2144C400

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026 EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
DEFERIDAS E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;

RESOLVE
1 **–** Fica divulgada as Inscrições Deferidas e Classificação Preliminar do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2026;
2 - Poderão ser interpostos recursos contra os resultados constantes neste edital e seu anexo, nos dias 18/03/2026 a 19/03/2026.
3 – Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Doutor Ulysses – PR, 16/03/2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

COTAS RACIAIS - (não houve candidatos INSCRITOS)

COTAS PCD **- (não houve candidatos INSCRITOS)**

ANEXO I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

CARGO	CIRURGIÃO DENTISTA SAUDE DA FAMÍLIA					
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	ALINE BELOTTE DE MORAES	04	30	28,86	58,86	
2	LARYSSA KRISTINE FERNANDES DE SOUZA	09	15	40,78	55,78	
3	PEDRO ALIPIO DE ALMEIDA MONTEIRO	01	15	29,81	44,81	

4	ANDRESSA LORENA SILVA ALELUIA	03	30	8,09	38,09	
5	MAURICIO MIGUEL RODRIGUES DA SILVA	08	15	5,75	20,75	
6	THAMYRES GELIN CRUZ	10	0	0	0	
CARGO	FONOAUDIOLOGO					
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	RAFAELA DA SILVA MORAES MARTINS	02	15	6,09	21,09	
CARGO	FISIOTERAPEUTA					
CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE SERVIÇO	TOTAL	DESEMPATE
1	PATRICIA APARECIDA OBLADEN FUCKNER	05	30	10,83	40,83	
2	LUANA PINA DE OLIVEIRA	06	15	16,65	31,65	
3	HELEN WOLKER MOREIRA	07	30	0	30,00	

INFORMAMOS QUE O CRITÉRIO DE DESEMPATE APLICADO É O DE IDADE, ONDE O CANDIDATO DE MAIOR IDADE, FICA EM MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AOS CANDIDATOS DE MENOR IDADE, CONFORME ITEM 7.1 DO EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO.

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:165E6632

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - EMPRESAS FL LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	13/2026
b) Licitação Nrº :	5/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	16/03/2026
e) Objeto Homologado :	CONCESSÃO DE DIREITO DE USO, POR PRAZO DETERMINADO DE 12 (DOZE) MESES, DE SISTEMA ELETRÔNICO ESPECIALIZADO EM GESTÃO DE FROTA VEICULAR E PESQUISA DE PREÇOS DE PEÇAS E INSUMOS AUTOMOTIVOS, DENOMINADO COMO BANCO DE DADOS DE PREÇOS MÉDIOS DE MERCADO, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES - PR. O SISTEMA DEVERÁ SER ACESSÍVEL VIA WEB, DE FORMA NÃO EXCLUSIVA, LIMITADO A ATÉ 10 (DEZ) USUÁRIOS CADASTRADOS, E CONTEMPLAR VEÍCULOS LEVES, MOTOCICLETAS, PESADOS, MÁQUINAS PESADAS, TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS DE JARDINAGEM, INCLUINDO PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS, ACESSÓRIOS, FUNILARIA, LUBRIFICANTES, FILTROS, PNEUS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA
f) Processo Adm Nrº :	13/2026

04.122.0001.2.007. - Manutenção do Departamento de Administração

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: EMPRESAS FL LTDA
CNPJ/CPF: 17.922.286/0001-65

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	concessão de direito de uso, por prazo determinado de 12 (doze) meses, de sistema eletrônico especializado em gestão de frota veicular e pesquisa de preços de peças e insumos automotivos, denominado como banco de dados de preços médios de mercado, atendendo às necessidades do Município de Doutor Ulysses - PR. O sistema deverá ser acessível via web, de forma não exclusiva, limitado a até 10 (dez) usuários cadastrados, e contemplar veículos leves, motocicletas, pesados, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e equipamentos de jardinagem, incluindo peças mecânicas, elétricas, acessórios, funilaria, lubrificantes, filtros, pneus e mão de obra especializada.		12	R$ 2.010,1200	R$ 24.121,4400

Valor Total Homologado - R$ 24.121,44

DOUTOR ULYSSES, 16 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:5227C5B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EDITAL 08/2026 RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 01/2026

A Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado do Edital nº 01/2026, vem por meio deste torna público o Resultado Final do Processo Seletivo, conforme segue:

PROFESSOR 20 HORAS

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Silvia Maria Pavelski	63	1º
Rozilda Aparecida Ferreira	63	2º
Silvana Slominski	63	3º
Josmar de Graauw	60,5	4º
Angela Maria de Andrade da Rocha	60	5º
Débora Bolde	60	6º
Patrícia Gonçalves Albin	59,5	7º
Ironi Borges dos Santos	59,5	8º
Scheila Ferreira Chicora	59	9º
Fernando Manoel da Costa	59	10º
Paloma Milena Wagner	58,5	11º
Reni Pereira	58,5	12º
Arlete das Graças Matozo Jesus	58,5	13º
Patricia Mustefaga	58,5	14º
Fernanda Ivanir Braganhol	58,5	15º
Jocieli Santos Rebello	58	16º
Marciane Maria de Castro	58	17º
Andressa Amatnecks de Oliveira	58	18º
Edna Regina de Paula	57,5	19º
Luciane de Fátima Alves da Silva	57	20º
Andrea Padilha Do Nascimento	57	21º
Elismara Vasco Blanc	56,5	22º
Jessica Daiane Pires	56,5	23º
Dirlene Castilho da Cunha	56,5	24º
Joyce Zagre de Mello	56,5	25º
Amanda Beatriz dos Santos Pinto	56,5	26º
Elis Marina Ferreira de Jesus Nery	56	27º
Luana Fernandes Andrade Ribeiro	56	28º
Maria Jose de Jesus Rebelo Gort	55,5	29º
Ivone de Fátima do Carmo Vieira Klein	55,5	30º
Ana Paula Martins Schletz	55	31º
Ines Kuc Kuller	53	32º
Carla Daiane Bresciani	53	33º
Sandra Aparecida Costa	53	34º
Rosmari de Lara dos Santos	53	35º
Silvana dos Santos	52,5	36º
Adriana Aparecida Padilha	51,5	37º
Regiane Aparecida de Jesus	50	39º
Paula Izabella Chagas	50	40º
Marisa Alessi	49,5	41º
Leticia Purfirio dos Santos	48	42º
Elizabeth Kuller Caragnato	48	43º
Tailise Cristina da Silva	48	44º
Josiane Aparecida Alves da Silva	47,5	45º
Fernando Henrique Chicalski	47,5	46º
Janaina de Lima Jaques	47,5	47º
Danielle Kuller	47,5	48º
Janice Alves Pires	47	49º
Sonia Maria Vasco	47	50º
Ana Camila Carlos	47	51º
Valdirene Kutach Veiga	47	52º
Suellen Cristine Matte Rodrigues	47	53º
Ana Paula da Luz Chagas Araujo	47	54º
Ana Julia Marchinski	47	55º
Viviane Guimarães	46,5	56º
Ana Carolina Ribeiro de Andrade	46,5	57º
Suemen dos Santos de Jesus Crevelim	46,5	58º
Veridiana Kuller Chagas Bello	46,5	59º
Edinelson Sikora	46,5	60º
Beatriz Magali Schreiber Garzuzi	46,5	61º
Lucimara Sausen Teixeira	46	62º
Roceli Cordeiro	46	63º
Giovani de Farias de Paula	46	64º
Marlise Kistemacher	46	65º
Kayane Taborda Ribeiro	46	66º
Mariana Eduarda de Abreu	45,5	67º
Marcia Aparecida Ribeiro	45,5	68º
Cristina Juliana Costa Ferreira	45,5	69º
Ariane Andrade	45,5	70º
Estela Virginia Barbato Mendes	45	71º
Polyana Machado Ferreira Almas	45	72º
Eli Veridiana Bittencourt de Mattos	45	73º
Adriana Pchibcherski	45	74º
Kauanny da Cruz Bukner	45	75º
Caroline Cupozak Viana	38,5	76º
Fabiano Wardzynski Machado	37	77º
Elaine Cristina da Paixão Vasques Blaz	36,5	78º
Sibele Prade Sabakeviski	36	79º
Alezandra de Oliveira Vieira	36	80º
Regina Kuller Pabis da Rocha	35	81º
Elias Vasco	35	82º
Sidmar Ferreira	35	83º
Ariane Gracheski	35	84º

Giovanni Henrique Bilibiu	35	85º
Ketlen Cristina Paixão Coltro	26,5	86º
Taís Biernaski	26,5	87º
Bruna Pereira dos Santos	26	88º
Luana de Lima	25,5	89º
Flávia Eduarda Policeno	25,5	90º
Eduarda Machado Barby	25,5	91º
Vilma de Souza Couto dos Santos	25	92º
Kastielli Joffe	25	93º
Karina Fogaça Mendes	25	94º
Tainá Aparecida Teixeira	21,5	95º
Fabiane das Graças Soares Machado	18	96º
Karolayne Mikalski Pires	17	97º
Evelin Eduarda Fernandes Alves	16,5	98º
Thaylan Josué Costa Andrade	16,5	99º
Grasiele Fernandes	16	100º
Alisson Marcelo dos Santos	15,5	101º
Marta Alves Zanlorenço	15,5	102º
Yasmine Pires Joner Cardoso	15,5	103º
Gabriele Dorgiewicz	15,5	104º
Karina Crevelim	15,5	105º
Vânia da Silva Rodrigues	15	106º
Michele Chagas	15	107º
Gislaine Prestupa Bialeski	15	108º
Andréia Vanessa Linhares de Lara	15	109º
Vitória Miguel Messias	15	110º
Gabriely Rujiski Stanski	15	111º
Amanda Rocha de Lima	15	112º
Ingrid Graziele Borges Mendes	Desclassificada	
Andriele Aparecida Vonsovicz	Desclassificada	
Sidney Urnau	Desclassificado	
Reginaldo de Souza	Desclassificado	
Noelton Charles Souza de Abreu	Desclassificado	
Marlon João Chmik	Desclassificado	
Cristiane de Souza de Lima	Desclassificada	
Emily Tainara da Luz	Desclassificada	
Karen Letícia Gonçalves.	Desclassificada	
Janaina Bueno Rebello de Castro	Desclassificada	
Ireni de Melo Trindade	Desclassificada	
Milena Marcelo de Oliveira	Desclassificada	
Flavia Emanueli Kopp	Desclassificada	
Rosemari Terezinha Ferreira	Desclassificada	
Tamara Aparecida Lucas	Desclassificada	
Ingrid Ágata de Souza	Desclassificada	
Camila Sobutka	Desclassificada	
Samanta da Cunha	Desclassificada	
Camila Alexander	Desclassificada	
Kauana Klassmann	Desclassificada	
Lauren Chepluski Mattuella	Desclassificada	
Klediane Regina Musial Sinhuri	Desclassificada	
Vanessa Luciana Zanlorensi Cosmo	Desclassificada	
Adriane de Lima Oliveira	Desclassificada	
Franciele da Luz Andrade Alves	Desclassificada	
Steffany Gaievisk Fillos	Desclassificada	
Rafaella Cordeiro Alves da Silva	Desclassificada	
Emanuela Rusczak Gonçalves	Desclassificada	
Maria Gabrielly Borges Golchinski	Desclassificada	
Ana Caroline de Lima Gonçalves	Desclassificada	
Camila Duda Batista	Desclassificada	
Jucilene Maria Galicki Berger	Desclassificada	
Milena Viante da Silva	Desclassificada	
Casturina Rodrigues da Cruz	Desclassificada	
Emanuelle Estael Rocetim	Desclassificada	
Emanuelle Estael Rocetim	Desclassificada	
Marieli Grokorriski Gonçalves	Desclassificada	
Mariane Zakrzewski Correia	Desclassificada	
Jéssica De Andrade Cordeiro	Desclassificada	

ASSISTENTE SOCIAL

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ronisi Oliveira Lutz	51	1º
Patrícia Aparecida Batista Zeaginski	42,5	2º
Daniele das Graças de Goes Camargo de Oliveira	40	3º
Ana Regina Corodel	35	4º
Franciele Paz Brun	26,5	5º
Claudia Carlota Bittencourt Fulber	25	6º
Marcelo Nascimento de Oliveira	19	7º
Monica Mylena de Souza Maciel	17,5	8º
Maria Aparecida Lima Debastiani	16	9º
Bruna Gabriella Correia dos Santos Piala	15	10º
Maria Elica dos Santos Silva	Desclassificada	
Rosenilda Faria Chula Rodrigues	Desclassificada	
Jessica Aparecida Pereira	Desclassificada	
Josiane da Conceição Mello	Desclassificada	
Silvana Ortis da Fonseca	Desclassificada	

PROFESSOR DE INGLÊS

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ana Carolina de Sousa Mendes	46	1º
Juliana da Luz	15	2º
Aline Pereira Moreira	Desclassificada	
André Henrique Ribeiro Borges	Desclassificado	

PROFESSOR DE APOIO

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Adriano da Cruz Filho	58	1º
Diane Micheli Bueno	51	2º
Bruna Letícia Mendes	51	3º
Laiza Menon	50	4º
Taís dos Santos Telles	49	5º
Josélia Loch Ribeiro	43	6º
Elisama de Souza	41	7º
Samara Hanzen	31,5	8º
Maria Teresa Ferreira De Lima Borges	30	9º
Graziela Inês Zuege	15	10º
Sidney Urnau	Desclassificado	
Viviane Aparecida Carneiro	Desclassificada	
Cassiana Baida	Desclassificada	

SECRETÁRIO ESCOLAR

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Luciane Santos do Carmo	81,5	1º
Michael Alex Ferreira	54	2º
Lorena Aparecida Cardoso Pepe	53	3º
Denise Setti Bernaldo de Lara	45	4º
Daiane Rodrigues dos Santos	40,5	5º
Karem Priscilla Barbosa	36,5	6º
Régis Lanza	35	7º
Tamara das Brotas Garcias Ribas	25,5	8º
Matheus Victor Garcia Vida	25	9º
Lucas Elisandro Silveira Chicalski	16	10º
Léa Vaz Ferreira	15	11º
Marineia do Rocio Lopes	15	12º
Emanoelle Maria Nalichen	15	13º
Eferson Luis Cisseski	15	14º
Pablo Patrick Gonçalves Pinto	15	15º
Saul Ferreira Cavalheiro	Desclassificado	
Daniely Aparecida Chaves	Desclassificada	
Ingrid luzia Ferreira	Desclassificada	

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Francielle Betim da Rosa Lascoski	40	1º
Ana Paula Bora	40	2º
Marcelo de Oliveira Brizola	40	3º
Joice Luana Limanski	39	4º
Caroline Rodrigues Dea	37,5	5º
Aline Machinski	36	6º
Letícia Janaina Ferreira	32,5	7º
Amanda Soares de Gois	32,5	8º
Érica Rodrigues Serpe	32	9º
Gabriela Strujak Wagner	31,5	10º
Samantha Lozinski Schimanko	31,5	11º
Andriele Damasio	31,5	12º
Milena Nathaly Ferreira	31,5	13º
Kauane da Silva Barauce	31,5	14º
Manoela Mendes	31	15º
Louíse Vitória Borges	31	16º
Geovana Cristina Sniezko	31	17º
Eliziane de Fátima Ferreira	31	18º
Elisiane Aparecida Perek	30,5	19º
Jaine Lohaine Santos do Amarante	30,5	20º
Walquênia Alves da Cunha	30,5	21º
João Tiago Ribas Fernandes	30,5	22º
Lavínia Meira	30	23º
Sirlei de Fatima Cordeiro	30	24º
Guilherme Huk	30	25º
Rodrigo Pires Tribeck	30	26º
Gabriele Karine Janke	30	27º
Nayara Mikalski Pires	22,5	28º
Maria Aparecida Ribeiro Batista	21	29º
Andreia Tribek	20	30º
Regina Woiski	19,5	31º
Valdeci Rodrigues Paz Corodel	18,5	32º
Larissa Albach	18,5	33º
Gisele de Jesus Nahm	18,5	34º
Francisco de Assis de Lima Junior	18	35º
Rita de Cássia Cordeiro	18	36º
Marici das Graças do Carmo Mazepa	17	37º
Andressa Dallazuanna	16	38º
Letícia Gabrieli da Silva Andrade	15,5	39º
Estefani Caroline Rouver da Silva	15,5	40º
Carolina Aparecida Mattozo	15,5	41º
Karla dos Santos Peppe	15,5	42º

Vinicius de Goes Camargo de Oliveira	15,5	43º
Jéssica Andressa Jozwiak Borges	15	44º
Valter Jesus dos Santos	15	45º
Gisele Simone Sequinel Gasparelo	15	46º
Claudia Mara Lozinski	15	47º
Mauricio Soares Kisielewicz	15	48º
Eliane da Conceção Ibraim	15	49º
Edson Moreira Lemes	15	50º
Ducilene Mendes	15	51º
Josiane da Conceição Mello	15	52º
Vanessa Aparecida Batista	15	53º
Tatiane Machinski	15	54º
Isabele Heloise Tozetto Acordi	15	55º
Johny Cavalheiro da Silva	15	56º
Alan Vicente Dias	15	57º
Rosana Aparecida Ferreira de Lima	15	58º
Franciele Camila Hentges	15	59º
Helen Cristina Padilha Cruz	15	60º
Renata Aparecida Freitas Purfirio	15	61º
Jean Carlo Zarpelon	15	62º
Alexandra Viante dos Santos	15	63º
Nubia Aparecida Rodrigues de Castro	15	64º
Felipe Viegandt	15	65º
Weitelem Iasmin Stec	15	66º
Leydimary Andrade Alves	15	67º
Sandroval Lara Mendes	15	68º
Luis Fernando Schnaider	15	69º
Flávia Eloísa Van Tienen	15	70º
Amanda Nascimento Campos	15	71º
Fabio Lucas Franck	15	72º
Vinicius Gabriel de Deus	15	73º
Daniely Aparecida Chaves	15	74º
Aléxia Taborda Ribeiro	15	75º
Denise Roberta Strona	15	76º
Suelen Machado	15	77º
Luana Kszan Almeida	15	78º
Ana Luísa Gomes Bora	15	79º
Bianca Lozinski Schimanko	15	80º
Leticia Kszan	15	81º
Leticia Vasco dos Santos	15	82º
André Luis Pabis	Desclassificado	
Alexandre Fonseca Faria	Desclassificado	
Reginaldo de Souza	Desclassificado	
Alexandre Fonseca Faria	Desclassificado	
Weslei Osni Ribeiro	Desclassificado	
Kamilly Vitória Kovalski	Desclassificada	
Emillyn Caroline de Souza Calixtro	Desclassificada	
Lais Fernanda Miranda Rodrigues	Desclassificada	
Sheila Aparecida de Assis	Desclassificada	
Laura Karine Sedor	Desclassificada	
Maria Izaura Marciniuk	Desclassificada	
Nicole Marçal Champoski	Desclassificada	
Klediane Regina Musial Sinhuri	Desclassificada	

Segue o cronograma de divulgação:

DATA	**ORIENTAÇÕES**
25/02/2026	Divulgação preliminar dos inscritos
02 e 03/03/2026	Reabertura das inscrições presenciais
Até 05/03/2026	Análise dos títulos pela Comissão Organizadora
ATÉ 06/03/2026	RESULTADO PRELIMINAR
2 DIAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO	PRAZO PARA RECURSOS
Até 11/03/2026	**Publicação do Resultado Final**
2 dias após a publicação do resultado final	**Prazo para recursos quanto ao resultado final**
Até 16/03/2026	Divulgação da homologação final

Fernandes Pinheiro, 16 de março de 2026.

GISELE ROESSLER
Presidente da Comissão Especial Organizadora- PSS

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:414D7E96

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2025

Pelo presente Termo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 09.298.629/0001-34, por intermédio do **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ**, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor **PEDRO ANTONIO DE**

OLIVEIRA COELHO, nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028, matrícula funcional nº 604009, e de outro lado, o **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.887.471/0001-62, sediada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, na Avenida Paraná, nº 441, Bairro Santa Casa, CEP: 87.360-000, neste ato representada pelo Interventor, o senhor **ADILSON DE BRITO**, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 60/2025, para constar a seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração no Contrato?
1.1.1. Acréscimo quantitativo equivalente a **25% (vinte e cinco por cento)**, ao **Contrato nº 60/2025.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Com a alteração o Contrato passará a ter o seu quantitativo aumentado, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde	Aditivo	Valor Unit (R$)
01	REPASSE FINANCEIRO referente a "ESTRATÉGIA DA QUALIFICAÇÃO HOSPITALAR (EQH)", para os Internamentos de Caráter de Urgência dos Usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná, destinada ao HOSPITAL SANTA CASA DE MISERICÓRDIA MARIA ANTONIETA, de acordo com a PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 3/2017, CAPÍTULO I, ANEXO III, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; LEI ESTADUAL Nº 21.292/2022, RESOLUÇÃO SESA Nº 905/2023 e RESOLUÇÃO SESA Nº 078/2025, DO GOVERNO ESTADUAL DO PARANÁ; DELIBERAÇÃO Nº 168/2023 e DELIBERAÇÃO Nº 003/2025, DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO PARANÁ – CIB-PR; e OFÍCIO Nº 229/PMG/SMS da Secretaria Municipal de Saúde de Goioerê/PR.	Serv.	11	2,75	145.000,00

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód.	Un. Orç.	Proj./Ativ.	Elemento de Despesa	Fonte
224	12.001	2.037	3.3.90.39.00.00.00.00	07494

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 16 de março de 2026.

Assinado Digitalmente
PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Município de Goioerê

Assinado Digitalmente
ADILSON DE BRITO
Santa Casa De Misericórdia Maria Antonieta

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:7EF46E36

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.708/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 300.951,55 (trezentos mil e novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$100.951,55
00504.00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	100.951,55
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.20.608.4.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$200.000,00
00504.00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$200.000,00
00504.00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	200.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$100.951,55
00504.00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	100.951,55

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 16 de março de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:FDA44186

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO_1º BIMESTRE/2026

CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA
CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	233.542.520,98	234.092.833,40	22.341.061,95	9,54	22.341.061,95	9,54	211.751.771,45
RECEITAS CORRENTES	233.542.520,98	234.092.833,40	22.341.061,95	9,54	22.341.061,95	9,54	211.751.771,45
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	69.112,84	0,00	69.112,84	0,00	-69.112,84
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	69.112,84	0,00	69.112,84	0,00	-69.112,84
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	229.539,20	0,00	229.539,20	0,00	-229.539,20
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	229.539,20	0,00	229.539,20	0,00	-229.539,20
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	233.542.520,98	234.092.833,40	22.030.445,47	9,41	22.030.445,47	9,41	212.062.387,93
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	233.542.520,98	234.092.833,40	22.030.445,47	9,41	22.030.445,47	9,41	212.062.387,93
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	11.964,44	0,00	11.964,44	0,00	-11.964,44
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	11.964,44	0,00	11.964,44	0,00	-11.964,44
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	233.542.520,98	234.092.833,40	22.341.061,95	9,54	22.341.061,95	9,54	211.751.771,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	233.542.520,98	234.092.833,40	22.341.061,95	9,54	22.341.061,95	9,54	211.751.771,45
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	233.542.520,98	234.092.833,40	22.341.061,95	9,54	22.341.061,95	9,54	211.751.771,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	0,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	187.521.723,76	31.020.508,46	31.020.508,46	203.072.324,94	18.137.451,35
DESPESAS CORRENTES	232.680.520,98	233.227.153,40	46.210.207,76	46.210.207,76	187.016.945,64	31.020.508,46	31.020.508,46	202.206.644,94	18.137.451,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	163.682.796,54	164.229.428,96	24.854.114,50	24.854.114,50	139.375.314,46	24.854.114,50	24.854.114,50	139.375.314,46	15.948.437,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.997.724,44	68.997.724,44	21.356.093,26	21.356.093,26	47.641.631,18	6.166.393,96	6.166.393,96	62.831.330,48	2.189.013,77
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	68.997.724,44	68.997.724,44	21.356.093,26	21.356.093,26	47.641.631,18	6.166.393,96	6.166.393,96	62.831.330,48	2.189.013,77
DESPESAS DE CAPITAL	862.000,00	865.680,00	360.901,88	360.901,88	504.778,12	0,00	0,00	865.680,00	0,00
INVESTIMENTOS	862.000,00	865.680,00	360.901,88	360.901,88	504.778,12	0,00	0,00	865.680,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	187.521.723,76	31.020.508,46	31.020.508,46	203.072.324,94	18.137.451,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	187.521.723,76	31.020.508,46	31.020.508,46	203.072.324,94	18.137.451,35
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	0,00	-	-	0,00	-	4.203.610,60
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	-	31.020.508,46	31.020.508,46	-	22.341.061,95
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA, emitido em 13/mar/2026 as 14h e 06m.									

THIAGO DAROSS STEFANELLO	***JOÃO GABRIEL AVANCI***	***MARIANA SOARES SILVA BERNARDI***
Presidente	Diretor Geral	Controlador Interno
FRANCIMAR DOS SANTOS	***ELISANGELA CHIMBIDA***	
Diretor Financeiro	Contadora / CRC: 076844/0.	

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:266CFF8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1/2026

b) Licitação Nrº :	1/2026
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Homologação :	13/03/2026
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI-PR (CMG).

FORNECEDOR: RLB VENDAS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 33.037.655/0001-93
Valor Total do Fornecedor: R$ 8.050,00 (Oito mil e cinquenta reais).

LOTE 1 LOTE 1
Valor Total do Lote: R$ 8.050,00 (Oito mil e cinquenta reais).

Item	Descrição (especificações mínimas)	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	Condicionador, de ar, tipo split hi wall, de parede, quente e frio, capacidade de refrigeração mínima de 9.000 BTU/h, 220 volts, função de desumidificacao, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL A com classificação do Inmetro, nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano.	UNID TCL TECNOLOGIA INVERTER	2	1.750,00	3.500,00
2	Condicionador, de ar, tipo split hi wall, de parede, frio, capacidade de refrigeração mínima de 18.000 BTU/h, 220 volts, função de desumidificacao, controle remoto sem fio, baixo nível de ruído. Rotulagem contendo, Selo PROCEL A com classificação do Inmetro, nome do produto, dados do fabricante e tensão nominal. Garantia mínima do fabricante de 01 (um) ano.	UNID TCL TECNOLOGIA INVERTER	1	2.250,00	2.250,00
3	Serviço de retirada de aparelho ar condicionado de 9.000 BTUs instalado em ambiente da sede da CMG. O preço proposto deve incluir todos os custos e materiais necessários à correta execução do serviço.	UNID	2	150,00	300,00
4	Serviço de instalação de aparelho ar condicionado de 9.000 BTUs em ambiente da sede CMG. O preço proposto deve incluir todos os custos e materiais necessários à correta execução do serviço.	UNID	3	450,00	1.350,00
5	Serviço de instalação de aparelho ar condicionado de 18.000 BTUs em ambiente da sede CMG. O preço proposto deve incluir todos os custos e materiais necessários à correta execução do serviço.	UNID	1	650,00	650,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 8.050,00 (Oito mil e cinquenta reais)

Guaraci, 13 de março de 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:37E2F6CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00980/2025) RETIFICADOR

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00980/2025)
RETIFICADOR

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF: Endereço: **Bairro:**	Irati/PR XV DE NOVEMBRO Centro	**CNPJ:** **CEP:**	75.654.574/0001-82 84500-054
Telefone: **E-mail: Representante legal: CPF:** **Cargo:**	423132-6391 CAPSIRATI@GMAIL.COM EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES 088.503.499-63 Prefeito	**Fax:** **Complemento:**	
E-mail: **Ordenador de despesa:**	gabinete@irati.pr.gov.br JOBY AYUB	**Data início da**	01/01/2025
CREDOR			
Unidade Gestora: Endereço: **Bairro:**	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES RUA XV DE NOVEMBRO,735 CENTRO	**CNPJ:** **CEP:**	04.525.731/0001-01 84500-069
Telefone: **E-mail: Representante legal: CPF:** **Cargo:**	4203132-6391 capsirati@gmail.com ROZENILDA ROMANIW BARBARA 722.526.779-53 Superintendente	**Fax:** **Complemento:**	
E-mail:	ROZENILDAROMANIW@YAHOO.COM	**Data início da**	01/08/2021

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° Lei nº 5295/2025 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Irati da quantia de R$ 12.397.828,06 (doze milhões e trezentos e noventa e sete mil e oitocentos e vinte e oito reais e seis centavos), correspondentes

aos valores de Outros Critérios - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 06/2025 a 06/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Irati confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 12.397.828,06 (doze milhões e trezentos e noventa e sete mil e oitocentos e vinte e oito reais e seis centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 41.326,09 (quarenta e um mil e trezentos e vinte e seis reais e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 41.326,09 (quarenta e um mil e trezentos e vinte e seis reais e nove centavos), vencerá em 10/05/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgulazero vírgula por cento), conforme Lei n° Lei nº 5295/2025 e alteração lei nº 5315/2026.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação. Cláusula Oitava - DO FORO
Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma. Irati - PR / 11/03/2026

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 12/03/2026
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 11/03/2026
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 11/03/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 12/03/2026 15:46:37.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2302678&crc=89C56A3 1, informando o código verificador: 2302678 e código CRC: 89C56A31.

DECLARAÇÃO

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00980/2025, firmado entre o/a Irati e o CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI em 11/03/2026, foi publicado em 17/ 03 / 2026 no
( ) mural
( ) jornal - Edição nº , de / /
(x) Diário Oficial do AMP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - Edição nº 3490, de 17/03/2026

Por ser expressão da verdade, firma a presente. Irati, 17 / 03 / 2026

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 12/03/2026
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 11/03/2026
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 11/03/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 12/03/2026 15:46:37.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2302678&crc=89C56A3 1, informando o código verificador: 2302678 e código CRC: 89C56A31.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM						
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários						
Acordo CADPREV nº	00980/2025			Data		17/12/2025
Valor consolidado	12.397.828,06			Valor da prestação inicial		41.326,09
Número prestações	300			Vencimento 1ª prestação		10/05/2026
DEVEDOR						
Ente Federativo	Irati/PR				CNPJ	75.654.574/0001-82
Representante Legal	EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES				CPF	088.503.499-63
Conta do FPM para	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1		Conta nº	73001-7
CREDOR						
Unidade Gestora	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI				CNPJ	04.525.731/0001-01
Representante Legal	ROZENILDA ROMANIW BARBARA				CPF	722.526.779-53
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1		Conta nº	12679-9

O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas
Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
- A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
- Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e
– O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Irati/PR - 11/03/2026

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*)	Matrícula: 9.195.680-3 Gerente Geral

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 12/03/2026
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 11/03/2026
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 11/03/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 12/03/2026 15:46:37.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2302678&crc=89C56A3 1, informando o código verificador: 2302678 e código CRC: 89C56A31.

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:565DDF7A

PROCURADORIA
TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00942/2025) RETIFICADOR

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00942/2025)
RETIFICADOR

DEVEDOR			
Ente Federativo/UF: Endereço: **Bairro:**	Irati/PR XV DE NOVEMBRO Centro	**CNPJ:** **CEP:**	75.654.574/0001-82 84500-054
Telefone: **E-mail: Representante legal: CPF:** **Cargo:**	423132-6391 CAPSIRATI@GMAIL.COM EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES 088.503.499-63 Prefeito	**Fax:** **Complemento:**	
E-mail: **Ordenador de despesa:**	gabinete@irati.pr.gov.br JOBY AYUB	**Data início da**	01/01/2025
CREDOR			
Unidade Gestora: Endereço: **Bairro:**	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES RUA XV DE NOVEMBRO,735 CENTRO	**CNPJ:** **CEP:**	04.525.731/0001-01 84500-069
Telefone: **E-mail: Representante legal: CPF:** **Cargo:**	4203132-6391 capsirati@gmail.com ROZENILDA ROMANIW BARBARA 722.526.779-53 Superintendente	**Fax:** **Complemento:**	
E-mail:	ROZENILDAROMANIW@YAHOO.COM	**Data início da**	01/08/2021

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei n° LEI nº 5295/2025 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Irati da quantia de R$ 17.727.722,74 (dezessete milhões e setecentos e vinte e sete mil e setecentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Outros Critérios - EC 136 (300 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2023 a 08/2025, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Irati confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 17.727.722,74 (dezessete milhões e setecentos e vinte e sete mil e setecentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos), será pago em 300 (trezentos) parcelas mensais e sucessivas de R$ 59.092,41 (cinquenta e nove mil e noventa e dois reais e quarenta e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 59.092,41 (cinquenta e nove mil e noventa e dois reais e quarenta e um centavos), vencerá em 10/05/2026 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social as informações referentes ao presente acordo de reparcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,00% (zero vírgulazero vírgula por cento), conforme Lei n° LEI Nº 5295/2025 e atualização lei nº 5315/2026.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês

da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido

disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento dos valores das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da cláusula terceira e da legislação do Município. A vinculação será formalizada, por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM, da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a revogação da autorização fornecida ao agente financeiro para vinculação do FPM prevista na Cláusula Quarta ou a ocorrência de alguma das demais hipóteses rescisórias estabelecidas na lei municipal que autorizou este acordo.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 389 e 395 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação. Cláusula Oitava - DO FORO
Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma. Irati - PR / 11/03/2026

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 12/03/2026
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 11/03/2026
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 11/03/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 12/03/2026 15:46:37.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2302613&crc=84D15A3 0, informando o código verificador: 2302613 e código CRC: 84D15A30.

DECLARAÇÃO

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00942/2025, firmado entre o/a Irati e o CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI em 11/03/2026, foi publicado em 17 / 03 / 2026 no
( ) mural
( ) jornal - Edição nº , de / /
(x) Diário Oficial do AMP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ - Edição nº _3490, de _17/03/2026

Por ser expressão da verdade, firma a presente. Irati, 17 / 03 / 2026

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO			
CPF	**NOME**	**RESPONSABILIDADE**	**ASSINATURA DIGITAL**
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 12/03/2026
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 11/03/2026
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 11/03/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 12/03/2026 15:46:37.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2302613&crc=84D15A3 0, informando o código verificador: 2302613 e código CRC: 84D15A30.

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	00942/2025			Data	17/12/2025
Valor consolidado	17.727.722,74			Valor da prestação inicial	59.092,41
Número prestações	300			Vencimento 1ª prestação	10/05/2026
DEVEDOR					
Ente Federativo	Irati/PR			CNPJ	75.654.574/0001-82
Representante Legal	EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES			CPF	088.503.499-63
Conta do FPM para	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1	Conta nº	73001-7
CREDOR					
Unidade Gestora	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE IRATI			CNPJ	04.525.731/0001-01
Representante Legal	ROZENILDA ROMANIW BARBARA			CPF	722.526.779-53

Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0182-1	Conta nº	12679-9

O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como meio de pagamento das parcelas

Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores das parcelas relativas ao Termo de Acordo de Parcelamento supracitado, enquanto estiver vigente o referido termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev encaminhará ao Banco do Brasil, com a antecedência necessária, o demonstrativo atualizado do valor devido;
- Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do FPM ligado ao ente federativo, no dia 10 subsequente, transferindo-o de imediato para a conta da unidade gestora; em caso de insucesso na tentativa de débito no dia 10, novas tentativas de débito deverão ser feitas nos dias 20 e 30 subsequentes; e

– O valor devido, indicado para débito na conta do FPM ligado ao ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade do Ministério da Previdência Social e das partes do integrantes do acordo, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Irati/PR - 11/03/2026

ASSINATURAS

BANCO DO BRASIL (*)	Matrícula: 9.195.680-3 Gerente Geral

(*) Apenas para recebimento. Preencher nome, cargo e matrícula.

RESPONSÁVEIS PELO DOCUMENTO

CPF	NOME	RESPONSABILIDADE	ASSINATURA DIGITAL
08850349963	Emiliano Augusto Rocha Gomes	Representante Legal do Ente	Assinado digitalmente em 12/03/2026
72252677953	Rozenilda Romaniw Barbara	Representante da Unidade	Assinado digitalmente em 11/03/2026
95690654949	JOBY AYUB	Ordenador de despesa –	Assinado digitalmente em 11/03/2026

Este documento foi assinado digitalmente por completo em 12/03/2026 15:46:37.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cadprev.previdencia.gov.br:443/Cadprev/pages/publico/assinatura/validacao.xhtml?verificador=2302613&crc=84D15A3 0, informando o código verificador: 2302613 e código CRC: 84D15A30.

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:4A5E3321

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO, PENALIDADE E ADVERTÊNCIA DE 01 A 15 DE MARÇO DE 2026.

276070 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 20/04/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ALW2595	116100T003544353	22/02/2026	54521
ATA9F01	116100T002991944	23/02/2026	54521
ATP8E33	116100T000524513	21/02/2026	54521
AWS0G07	116100T003544354	22/02/2026	54600
MJR2I02	116100T003059007	23/02/2026	54522

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 20/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
FBT9I88	276070T000012710	22/12/2025	73662
MKW6I08	276070T000015699	24/12/2025	56731
SEH8G85	276070T000012711	22/12/2025	73662

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 20/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AEE1507	276070T000016001	24/12/2025	76331
AHV5781	276070I000016787	02/12/2025	55412
AIM8018	276070I000017489	01/12/2025	55412
AKA3686	276070T000014543	24/12/2025	60501
AKJ0H27	276070T000015730	24/12/2025	51851
AKV0052	276070T000015733	24/12/2025	51851
ALX6747	276070T000010390	23/12/2025	51851
ANA9C46	276070T000014912	23/12/2025	51851
ANY7653	276070T000015280	24/12/2025	51851
AOD0I64	276070T000015718	23/12/2025	51851
AOG0341	276070T000015713	23/12/2025	51851
AOR4524	276070T000014546	24/12/2025	60841
APO4J61	276070T000015865	21/12/2025	61220
APQ0E67	276070T000016004	24/12/2025	76252
AQF6D35	276070I000017525	02/12/2025	55412
AQQ7C81	276070T000015860	21/12/2025	51930
AQU9J18	276070T000014541	24/12/2025	72930
ARF1484	276070T000015719	23/12/2025	51851
ARS7I13	276070T000015700	24/12/2025	58431
ART4C56	276070T000015696	24/12/2025	55920
ARV7390	276070T000015720	23/12/2025	51851
ASD5A69	276070T000015697	24/12/2025	51930
ASS3I71	276070T000015681	23/12/2025	51851
ASU6018	276070T000015682	23/12/2025	55090

ASW9119	276070T000015732	24/12/2025	76332
ASY5E26	276070T000015861	21/12/2025	51930
ASY9E79	276070T000015679	23/12/2025	51851
ASZ2658	276070T000015870	24/12/2025	51851
ATA9153	276070T000016003	24/12/2025	51852
ATB6786	276070I000017527	02/12/2025	55412
ATE1H81	276070T000010392	23/12/2025	51851
ATP2G97	276070T000015283	24/12/2025	51851
AUD7E90	276070T000015726	24/12/2025	51851
AUT3417	276070I000017492	02/12/2025	55412
AUZ2E37	276070T000015277	23/12/2025	76331
AVJ8118	276070T000014913	23/12/2025	51851
AVQ3790	276070T000015735	24/12/2025	51851
AVV8499	276070T000015867	21/12/2025	51851
AWQ4573	276070I000017486	01/12/2025	55412
AWQ5I80	276070T000014539	23/12/2025	76332
AWZ0G53	276070T000015725	23/12/2025	76332
AXF4053	276070T000015680	23/12/2025	51851
AXP2E30	276070T000014536	23/12/2025	51851
AXP7D73	276070I000017494	02/12/2025	55412
AYC4I23	276070T000015689	23/12/2025	51930
AYH7617	276070T000010391	23/12/2025	51851
AYI4772	276070T000015716	23/12/2025	51851
AYO9187	276070T000015863	21/12/2025	51930
AYU4033	276070T000015275	23/12/2025	51851
AYW2240	276070T000015727	24/12/2025	51851
AYW8D76	276070T000015721	23/12/2025	51851
AZO5919	276070I000017495	03/12/2025	55412
AZT9C60	276070T000015684	23/12/2025	76332
AZY0C04	276070T000015691	23/12/2025	55411
AZY4G16	276070T000014537	23/12/2025	55920
BAQ8F86	276070T000015736	24/12/2025	51851
BAV9C91	276070I000017375	03/12/2025	55412
BAW1H91	276070T000015282	24/12/2025	76331
BAX9I16	276070T000015694	24/12/2025	55920
BBK7C94	276070T000011257	22/12/2025	51930
BBL7G82	276070T000015712	23/12/2025	51851
BBX9H47	276070T000015728	24/12/2025	51851
BCG5D57	276070T000015695	24/12/2025	58431
BCU7J49	276070T000015723	23/12/2025	76332
BCV1F21	276070T000015715	23/12/2025	51851
BDG3C25	276070T000015868	24/12/2025	51851
BDZ2I36	276070I000017373	03/12/2025	55412
BEF5A94	276070T000015686	23/12/2025	61220
BES6H40	276070I000017487	01/12/2025	55412
BLK0F14	276070T000014538	23/12/2025	58191
CGB1A99	276070I000017374	03/12/2025	55412
CIG6228	276070I000017526	02/12/2025	55412
CVJ9E60	276070T000014540	24/12/2025	51851
DBN4A78	276070T000014914	23/12/2025	55250
DRU9A29	276070T000015734	24/12/2025	51851
EDB0350	276070T000015687	23/12/2025	51851
EGG2D47	276070I000017485	01/12/2025	55412
FBT8590	276070T000014544	24/12/2025	51851
FBT8590	276070T000014545	24/12/2025	76331
FEO2H68	276070I000017524	01/12/2025	55412
FHM6F09	276070T000015279	24/12/2025	51851
FIR8000	276070T000015862	21/12/2025	51930
GDT4H50	276070T000015866	21/12/2025	76332
GGQ9J06	276070T000015278	24/12/2025	51851
GWH4C19	276070T000015729	24/12/2025	51851
HJB8544	276070I000017484	01/12/2025	55412
JCG9E15	276070T000014542	24/12/2025	66371
JMA3378	276070T000010393	24/12/2025	51851
LMA5J75	276070T000015685	23/12/2025	61220
LRR0F00	276070T000015731	24/12/2025	51851
LZA7B97	276070I000017493	02/12/2025	55412
MAP4C79	276070T000010389	23/12/2025	51851
MDW4A87	276070T000010394	24/12/2025	51851
MEX2105	276070T000015722	23/12/2025	51851
MFB8B38	276070T000011258	22/12/2025	50100
MFB8B38	276070T000011259	22/12/2025	50610
MFB8B38	276070T000011260	22/12/2025	65992
MGZ3J93	276070T000015675	23/12/2025	51851
MHA2B62	276070T000015864	21/12/2025	51930
MIK5H42	276070T000015676	23/12/2025	51851
MIQ9060	276070T000015692	24/12/2025	51852
MJC9F94	276070T000015104	21/12/2025	58194
MLK3D70	276070I000017491	02/12/2025	55412
MMA1D67	276070I000017529	03/12/2025	55412
MMA1D67	276070I000017417	04/12/2025	55412
MMH3E92	276070T000015714	23/12/2025	51851
OAN7E79	276070T000015869	24/12/2025	51851
OKG8H58	276070I000017530	03/12/2025	55412
QCK5G03	276070T000015693	24/12/2025	55417
REA6G10	276070T000015688	23/12/2025	58433
RYH5D67	276070T000015276	23/12/2025	76331
SDY6C48	276070T000016002	24/12/2025	73400
SEM7F24	276070T000015103	21/12/2025	55840

SET8H55	276070T000015717	23/12/2025	51851
SFI2I00	276070T000015690	23/12/2025	58270
SHE5H15	276070NIC0004030	05/12/2025	50020
TAQ6H75	276070T000015677	23/12/2025	58191
TAQ6H75	276070T000015678	23/12/2025	55411
TAZ8E15	276070T000015683	23/12/2025	51930
TBA2F49	276070T000015674	23/12/2025	73400
TBE4F52	276070T000015724	23/12/2025	76332
TDJ9C71	276070I000017490	01/12/2025	55412
TXP6A62	276070T000015698	24/12/2025	76331

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 20/04/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAG0I49	276070NIC0004106	10/02/2026	50020
AAG0I49	276070NIC0004107	10/02/2026	50020
ANO3B71	276070NIC0004119	10/02/2026	50020
APW5777	276070NIC0004121	10/02/2026	50020
AUE3599	276070NIC0004125	10/02/2026	50020
AUT3D64	276070NIC0004113	10/02/2026	50020
AVJ8118	276070NIC0004117	10/02/2026	50020
AWU6964	276070NIC0004123	10/02/2026	50020
BAS8C70	276070NIC0004128	10/02/2026	50020
BCO9380	276070NIC0004116	10/02/2026	50020
BCY6F42	276070NIC0004105	10/02/2026	50020
BCY6F42	276070NIC0004112	10/02/2026	50020
DOD0A61	276070NIC0004110	10/02/2026	50020
FAU8D13	276070NIC0004118	10/02/2026	50020
FHV6B16	276070NIC0004122	10/02/2026	50020
MGZ8B93	276070NIC0004111	10/02/2026	50020
MJU8088	276070NIC0004109	10/02/2026	50020
QJQ3E39	276070NIC0004120	10/02/2026	50020
QUF4A10	276070NIC0004126	10/02/2026	50020
RHI2C88	276070NIC0004114	10/02/2026	50020
RHI2C88	276070NIC0004115	10/02/2026	50020
SFB8J59	276070NIC0004124	10/02/2026	50020
TBE4F52	276070NIC0004108	10/02/2026	50020
TBW1I51	276070NIC0004129	10/02/2026	50020
TEO4C29	276070NIC0004127	10/02/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 23/04/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAH2208	276070T000017578	03/03/2026	76332
AAQ7373	276070T000017670	27/02/2026	51851
AAX2441	276070T000017703	25/02/2026	51851
AAY9170	276070T000016800	27/02/2026	51851
ABE6949	276070T000017419	24/02/2026	51851
ACB6C39	276070T000017338	24/02/2026	51851
ACK3J43	276070T000017461	02/03/2026	51851
ACQ5C84	276070T000017654	26/02/2026	51851
ACV4294	276070T000017731	27/02/2026	51851
ADB6D18	276070T000014614	25/02/2026	51851
ADH9H97	276070T000017423	25/02/2026	76332
ADK4E45	276070T000017254	25/02/2026	51930
ADL0131	276070T000016593	25/02/2026	51851
ADS3513	276070T000017506	02/03/2026	51851
AEF5A51	276070T000017719	26/02/2026	51851
AER8905	276070T000017470	03/03/2026	51851
AFD8886	276070T000017730	27/02/2026	51851
AFF7C08	276070T000017714	26/02/2026	51851
AFX4B79	276070T000017566	02/03/2026	51851
AGD6854	276070T000017739	27/02/2026	51851
AGD7F77	276070T000014631	26/02/2026	51851
AGD7F77	276070T000016847	25/02/2026	51851
AGP8D67	276070T000014623	26/02/2026	51851
AGZ9243	276070T000014305	25/02/2026	54600
AHA2C31	276070T000016796	27/02/2026	51851
AHA2C31	276070T000016834	24/02/2026	51851
AHL4J04	276070T000017685	03/03/2026	51851
AHO7171	276070T000017724	26/02/2026	76331
AHO7171	276070T000017725	26/02/2026	51851
AHT3520	276070T000017455	27/02/2026	51851
AIB7749	276070T000017682	03/03/2026	51851
AIC0D36	276070T000016836	24/02/2026	76332
AIF2459	276070T000017454	27/02/2026	51851
AJD7C21	276070T000016589	24/02/2026	51851
AJK0017	276070T000017584	04/03/2026	51851
AJZ9596	276070T000017738	27/02/2026	51851
AKB1053	276070T000017679	02/03/2026	51851
AKD4E76	276070T000017469	03/03/2026	51851
AKE0209	276070T000014610	25/02/2026	51851
AKE0561	276070T000017579	03/03/2026	55920
AKE5B12	276070T000016820	24/02/2026	51851
AKF3012	276070T000017268	03/03/2026	59320

AKF3012	276070T000017269	03/03/2026	63941
AKG7198	276070T000017437	25/02/2026	55920
AKJ0H27	276070T000017476	03/03/2026	51851
AKL1A87	276070T000016842	25/02/2026	51851
AKL3E90	276070T000016845	25/02/2026	51851
AKL4G35	276070T000017562	02/03/2026	51851
AKQ6848	276070T000014635	27/02/2026	55920
ALD8J57	276070T000016826	24/02/2026	51851
ALD8J57	276070T000016827	24/02/2026	76332
ALE2686	276070T000017479	04/03/2026	51851
ALE7992	276070T000017565	02/03/2026	51851
ALL6D41	276070T000017667	27/02/2026	51851
ALP8E61	276070T000014620	26/02/2026	76251
ALT7496	276070T000014185	25/02/2026	73662
ALW9F02	276070T000017717	26/02/2026	51851
ALY1461	276070T000016803	23/02/2026	51851
ALZ3F44	276070T000017721	26/02/2026	51851
AMC7861	276070T000014638	27/02/2026	51851
AME2G60	276070T000017449	26/02/2026	51851
AMG3D01	276070T000017505	02/03/2026	51851
AMG5I24	276070T000017509	02/03/2026	51851
AMH1E31	276070T000017101	03/03/2026	51851
AMH1E31	276070T000017446	26/02/2026	51930
AMH1E31	276070T000017456	27/02/2026	51851
AMJ4400	276070T000017722	26/02/2026	76252
AML1C38	276070T000017681	02/03/2026	51851
AMP7C39	276070T000017472	03/03/2026	51851
AMS7B70	276070T000017678	02/03/2026	76332
AMZ3989	276070T000016595	25/02/2026	55920
ANI1C68	276070T000017412	24/02/2026	51851
ANK1D94	276070T000017410	24/02/2026	51851
ANU4170	276070T000017750	02/03/2026	51851
ANX8461	276070T000017828	04/03/2026	51851
AOD0I64	276070T000017809	02/03/2026	51851
AOD0I64	276070T000014645	27/02/2026	76331
AOF6212	276070T000017835	03/03/2026	51851
AOT0E68	276070T000016600	25/02/2026	63941
AOT0E68	276070T000014611	25/02/2026	59320
AOT0E68	276070T000016599	25/02/2026	70301
AOT0E68	276070T000016598	25/02/2026	58000
AOT9729	276070T000017832	04/03/2026	51851
AOW1H71	276070T000017810	02/03/2026	76331
AOW7688	276070T000014609	25/02/2026	55920
API3615	276070T000017459	02/03/2026	51851
API7D49	276070T000016846	25/02/2026	51851
API7D49	276070T000017443	26/02/2026	51851
APP6A86	276070T000017553	27/02/2026	76331
APR2G55	276070T000016801	23/02/2026	76251
APS5930	276070T000016590	24/02/2026	51930
APV0B32	276070T000017408	24/02/2026	51930
APX3I53	276070T000017581	04/03/2026	51851
AQB0D48	276070T000017460	02/03/2026	51851
AQB1558	276070T000017441	26/02/2026	51851
AQB3H53	276070T000016830	24/02/2026	51851
AQF9F44	276070T000017430	25/02/2026	51851
AQK7G31	276070T000017684	03/03/2026	51851
AQR8925	276070T000017676	02/03/2026	51851
AQU9E85	276070T000014187	03/03/2026	60411
ARB1C44	276070T000017680	02/03/2026	51851
ARH6581	276070T000017465	02/03/2026	73400
ARH9784	276070T000017683	03/03/2026	51851
ARH9B87	276070T000014642	27/02/2026	51851
ARK2C78	276070T000017705	25/02/2026	51851
ARL3B61	276070T000017812	02/03/2026	51851
ARM8026	276070T000017712	26/02/2026	51851
ARM8026	276070T000017727	26/02/2026	76331
ARN5256	276070T000014619	26/02/2026	55920
ARU0I41	276070T000017732	27/02/2026	51851
ARX1H73	276070T000017518	03/03/2026	61220
ARY1152	276070T000014637	27/02/2026	51851
ASA5E06	276070T000014632	26/02/2026	76331
ASB6044	276070T000017448	26/02/2026	51851
ASB9201	276070T000017701	25/02/2026	51851
ASC2394	276070T000017445	26/02/2026	51851
ASD7D32	276070T000016799	27/02/2026	73400
ASF5409	276070T000017737	27/02/2026	51851
ASP1A60	276070T000016812	24/02/2026	51851
ASV0I75	276070T000017332	24/02/2026	55920
ASV5A62	276070T000017729	27/02/2026	51851
ASV8J81	276070T000017741	27/02/2026	76331
ASV8J81	276070T000017735	27/02/2026	51851
ASW3A25	276070T000017425	25/02/2026	51851
ASW6A18	276070T000017512	02/03/2026	58431
ASX0382	276070T000014622	26/02/2026	51851
ASY0317	276070T000017677	02/03/2026	51851
ASY6F92	276070T000016597	25/02/2026	55920
ATA8G86	276070T000017427	25/02/2026	51851
ATE4J60	276070T000017340	24/02/2026	51851
ATG0J20	276070T000015107	24/02/2026	68231

ATG1J66	276070T000016838	25/02/2026	51851
ATG7391	276070T000016793	27/02/2026	73400
ATI5J76	276070T000017827	04/03/2026	51851
ATL0F20	276070T000017339	24/02/2026	51851
ATL3B68	276070T000016795	27/02/2026	51851
ATM1D44	276070T000017526	03/03/2026	51851
ATR9J62	276070T000016825	24/02/2026	51851
ATS8782	276070T000017555	02/03/2026	51851
ATU4D49	276070T000017673	02/03/2026	51851
ATU7B28	276070T000017334	24/02/2026	55920
ATU8224	276070T000017431	25/02/2026	51851
ATU8224	276070T000016797	27/02/2026	51851
ATW2799	276070T000017559	02/03/2026	51851
ATZ9G26	276070T000017710	26/02/2026	51851
AUE6I85	276070T000017417	24/02/2026	56731
AUG3352	276070T000016815	24/02/2026	51851
AUH9026	276070T000016347	24/02/2026	51930
AUM2511	276070T000017411	24/02/2026	51851
AUO9E80	276070T000017808	02/03/2026	51851
AUQ4F40	276070T000017582	04/03/2026	55920
AUQ4F81	276070T000017801	02/03/2026	51851
AUR3C90	276070T000017587	04/03/2026	76331
AUR8F84	276070T000017665	27/02/2026	51851
AUS4B99	276070T000017517	02/03/2026	51851
AUS6A86	276070T000017668	27/02/2026	51851
AUT6919	276070T000017267	03/03/2026	55920
AUY4643	276070T000016594	25/02/2026	51851
AVB4F31	276070T000017560	02/03/2026	51851
AVB9J16	276070T000016348	24/02/2026	51851
AVC3134	276070T000017819	03/03/2026	51851
AVK0J86	276070T000017409	24/02/2026	51851
AVK3982	276070T000017453	27/02/2026	51851
AVL2I73	276070T000017429	25/02/2026	51851
AVL9751	276070T000017350	27/02/2026	51851
AVL9751	276070T000017830	04/03/2026	51851
AVM2G94	276070T000017345	27/02/2026	61220
AVO4850	276070T000016832	24/02/2026	51851
AVS3H72	276070T000017802	02/03/2026	51851
AVT0854	276070T000016813	24/02/2026	51851
AVX7554	276070T000016829	24/02/2026	51851
AVY1911	276070T000017820	03/03/2026	51851
AVZ1284	276070T000016791	24/02/2026	55411
AVZ9101	276070T000017478	04/03/2026	51851
AWA0642	276070T000017669	27/02/2026	51851
AWH4I82	276070T000017442	26/02/2026	51851
AWK0C15	276070T000017660	26/02/2026	76331
AWQ9G88	276070T000017675	02/03/2026	51851
AWR9I32	276070T000017521	03/03/2026	55411
AWU5126	276070T000014650	27/02/2026	51851
AWW9D26	276070T000017266	03/03/2026	55920
AWX7719	276070T000016350	03/03/2026	76331
AXB0374	276070T000017462	02/03/2026	51851
AXB7F97	276070T000017259	03/03/2026	76331
AXE3977	276070T000017718	26/02/2026	51851
AXF2I30	276070T000017270	03/03/2026	55920
AXG2B50	276070T000017407	24/02/2026	51851
AXH2630	276070T000017838	04/03/2026	51851
AXI3A81	276070T000017749	02/03/2026	51851
AXJ3075	276070T000017823	04/03/2026	51851
AXJ3075	276070T000017708	26/02/2026	76251
AXJ7130	276070T000016804	23/02/2026	51851
AXL6D60	276070T000017585	04/03/2026	76331
AXM1A88	276070T000017570	02/03/2026	55920
AXM1E85	276070T000017726	26/02/2026	76331
AXM4437	276070T000016587	24/02/2026	54521
AXM4437	276070T000014636	27/02/2026	51851
AXN7F64	276070T000017743	27/02/2026	76331
AXP3386	276070T000016449	23/02/2026	51851
AXP3E90	276070T000017337	24/02/2026	55250
AXT9A69	276070T000017814	02/03/2026	51851
AXV6G31	276070T000017265	03/03/2026	55920
AXV8A88	276070T000017263	03/03/2026	55411
AXV8A88	276070T000014618	25/02/2026	55411
AXW2050	276070T000017447	26/02/2026	51851
AXY0657	276070T000017418	24/02/2026	51851
AXY3609	276070T000017264	03/03/2026	55920
AYB6I26	276070T000017554	27/02/2026	55920
AYE5427	276070T000017551	27/02/2026	76331
AYE7E20	276070T000016591	25/02/2026	73232
AYI1A21	276070T000014640	27/02/2026	51851
AYK4I96	276070T000017471	03/03/2026	51851
AYL1C32	276070T000016809	23/02/2026	76332
AYM9G14	276070T000016818	24/02/2026	51851
AYM9G14	276070T000017736	27/02/2026	51851
AYP2B23	276070T000017571	02/03/2026	55920
AYW9F20	276070T000017663	27/02/2026	76332
AZA3811	276070T000014629	26/02/2026	51851
AZE5I88	276070T000016843	25/02/2026	51851
AZH2296	276070T000014634	27/02/2026	55920

AZI4482	276070T000017745	02/03/2026	51851
AZK5G73	276070T000017507	02/03/2026	51851
AZK7019	276070T000017444	26/02/2026	51851
AZK7019	276070T000017656	26/02/2026	76332
AZM1417	276070T000017343	27/02/2026	51851
AZM4981	276070T000014630	26/02/2026	51851
AZM4981	276070T000017720	26/02/2026	51851
AZM9144	276070T000017260	03/03/2026	55411
AZN7B38	276070T000017341	25/02/2026	76252
AZO4F35	276070T000017826	04/03/2026	51851
AZS6889	276070T000017664	27/02/2026	76331
AZV5053	276070T000014627	26/02/2026	51851
AZZ4D79	276070T000017561	02/03/2026	51851
BAI4J69	276070T000017815	02/03/2026	76331
BAN0002	276070T000017468	03/03/2026	51851
BAS4791	276070T000017438	25/02/2026	51851
BAS4G87	276070T000017103	03/03/2026	76331
BAT0B72	276070T000014641	27/02/2026	76331
BAT7D89	276070T000017463	02/03/2026	58194
BAX4J89	276070T000017651	26/02/2026	54870
BBC6B53	276070T000017557	02/03/2026	76332
BBG0E91	276070T000017457	27/02/2026	51851
BBG7F36	276070T000017816	03/03/2026	76251
BBJ4H87	276070T000016849	25/02/2026	51851
BBK0F01	276070T000017519	03/03/2026	58431
BBK7C94	276070T000017811	02/03/2026	76331
BBR7551	276070T000017255	25/02/2026	76251
BBS5058	276070T000017821	03/03/2026	51851
BCB3B10	276070T000017428	25/02/2026	51851
BCB3B10	276070T000016835	24/02/2026	51851
BCE2800	276070T000016802	23/02/2026	51851
BCE9850	276070T000017504	27/02/2026	76331
BCG7278	276070T000014633	26/02/2026	55920
BCH5229	276070T000017432	25/02/2026	51851
BCL2F55	276070T000014608	25/02/2026	55920
BCM2I33	276070T000017742	27/02/2026	76332
BCM4B01	276070T000016839	25/02/2026	51851
BCN7D35	276070T000016592	25/02/2026	55920
BCO4J16	276070T000017567	02/03/2026	76331
BCP0561	276070T000017251	25/02/2026	55920
BCP7C62	276070T000016596	25/02/2026	55920
BCQ9H06	276070T000017258	03/03/2026	57200
BCY6F42	276070T000017524	03/03/2026	61220
BCY8D93	276070T000014625	26/02/2026	76331
BCZ8A79	276070T000017744	27/02/2026	51930
BDJ2908	276070T000016817	24/02/2026	51851
BDL4F14	276070T000017262	03/03/2026	55411
BDQ0H26	276070T000017842	04/03/2026	76252
BDQ8I56	276070T000017655	26/02/2026	76332
BDR1G38	276070T000017424	25/02/2026	76332
BDR3A35	276070T000017748	02/03/2026	76331
BDR3B53	276070T000017344	27/02/2026	55920
BDV3J59	276070T000017659	26/02/2026	60412
BDX9H69	276070T000017503	27/02/2026	76252
BEA8H84	276070T000017435	25/02/2026	55920
BED8G88	276070T000016850	25/02/2026	51851
BEF9A95	276070T000014626	26/02/2026	76331
BEF9A95	276070T000017662	27/02/2026	76332
BEJ9C72	276070T000017515	02/03/2026	51852
BEK9B44	276070T000016819	24/02/2026	51851
BEM3C89	276070T000017413	24/02/2026	76332
BER2J34	276070T000016588	24/02/2026	76251
BES7B24	276070T000014606	25/02/2026	55920
BEU4I31	276070T000017511	02/03/2026	51930
BEV4D83	276070T000016808	23/02/2026	76331
BNJ2E25	276070T000017102	03/03/2026	51851
CBP6506	276070T000017704	25/02/2026	51851
CEL6523	276070T000017657	26/02/2026	51930
CEZ8D66	276070T000014648	27/02/2026	51851
CMU9067	276070T000016794	27/02/2026	51851
CRN7242	276070T000017586	04/03/2026	76331
CYK1H95	276070T000017420	24/02/2026	51851
DCE7D20	276070T000016840	25/02/2026	51851
DKR6E02	276070T000017502	27/02/2026	51852
DNS4I57	276070T000017706	25/02/2026	51851
DPB9H74	276070T000017252	25/02/2026	55920
DSD9754	276070T000017452	27/02/2026	51851
DSK2J41	276070T000017569	02/03/2026	51851
DUK0459	276070T000017568	02/03/2026	76331
DVM2849	276070T000016448	23/02/2026	51851
DWJ6E60	276070T000016823	24/02/2026	76331
DWJ6E60	276070T000016822	24/02/2026	51851
EIL0H53	276070T000017653	26/02/2026	51851
EVV9J59	276070T000017422	24/02/2026	51851
FBY3F31	276070T000016450	23/02/2026	51851
FCQ5G99	276070T000016346	24/02/2026	51851
FJO1B65	276070T000017661	26/02/2026	51851
FJO1B65	276070T000017416	24/02/2026	76332
FSB2C15	276070T000017806	02/03/2026	51851

FSO0E04	276070T000016844	25/02/2026	51851
FTP4E38	276070T000016586	24/02/2026	55920
FUT4H49	276070T000017573	03/03/2026	51851
FYZ8C53	276070T000017564	02/03/2026	76331
FYZ8C53	276070T000017836	03/03/2026	58194
GCI1H16	276070T000014644	27/02/2026	76331
GEG3H67	276070T000017822	04/03/2026	51852
GHC9C63	276070T000017583	04/03/2026	76332
GHU9E68	276070T000016837	24/02/2026	76331
GSB1H44	276070T000016790	24/02/2026	55920
GSZ5A08	276070T000017702	25/02/2026	51851
HCR6B53	276070T000017516	02/03/2026	51851
HMR9A26	276070T000017825	04/03/2026	51851
HPQ4D71	276070T000017713	26/02/2026	51851
HPR3C45	276070T000016805	23/02/2026	51851
IER0G61	276070T000017818	03/03/2026	51851
IMB8327	276070T000017349	27/02/2026	51851
INU6A91	276070T000017824	04/03/2026	51851
IPY9F46	276070T000017415	24/02/2026	76332
IPY9F46	276070T000016345	24/02/2026	76331
IQQ4135	276070T000017709	26/02/2026	51851
IRZ4B46	276070T000017347	27/02/2026	76331
ISH7740	276070T000017841	04/03/2026	76331
ISH7740	276070T000017840	04/03/2026	51851
ISV8602	276070T000017477	04/03/2026	51851
IUR5A69	276070T000016816	24/02/2026	51851
IVJ9A50	276070T000017733	27/02/2026	51851
KCY2521	276070T000016841	25/02/2026	51851
KDU5I87	276070T000017525	03/03/2026	68580
KEU8B90	276070T000017723	26/02/2026	76331
KJO8B02	276070T000017527	03/03/2026	51930
KMW5F25	276070T000016821	24/02/2026	51851
KOR7856	276070T000017572	03/03/2026	76331
KRR6859	276070T000017426	25/02/2026	51930
KRR6859	276070T000016349	25/02/2026	51851
LLT6D98	276070T000014643	27/02/2026	51851
LOJ6E50	276070T000017728	26/02/2026	76332
LQI1H78	276070T000017674	02/03/2026	51851
LXF8D47	276070T000014621	26/02/2026	51851
LXJ0C55	276070T000016833	24/02/2026	51851
LYP8G54	276070T000017421	24/02/2026	51851
LZS1523	276070T000014647	27/02/2026	51851
MAP4C79	276070T000017501	27/02/2026	60501
mar/07	276070T000017451	27/02/2026	51851
MAU5J21	276070T000017658	26/02/2026	60412
MCL6C66	276070T000017577	03/03/2026	76331
MDM2A62	276070T000014613	25/02/2026	51851
MDT9495	276070T000017817	03/03/2026	51851
MDW3093	276070T000017331	23/02/2026	51851
MDW4A87	276070T000017436	25/02/2026	55920
MES6C29	276070T000017740	27/02/2026	76251
MFO2C50	276070T000017261	03/03/2026	55411
MFO2C50	276070T000016806	23/02/2026	51851
MFX9616	276070T000017747	02/03/2026	51851
MGG3I49	276070T000017829	04/03/2026	51851
MGJ4F39	276070T000014615	25/02/2026	55920
MGN5D95	276070T000017804	02/03/2026	58194
MGR4B09	276070T000017464	02/03/2026	73400
MGZ1945	276070T000017746	02/03/2026	51851
MHQ2E42	276070T000017467	03/03/2026	51851
MHW7F74	276070T000017433	25/02/2026	51851
MHW9762	276070T000014186	03/03/2026	73662
MIJ6D54	276070T000017813	02/03/2026	51851
MIM6I35	276070T000017475	03/03/2026	51851
MIR8I93	276070T000017450	26/02/2026	51851
MIS2626	276070T000016848	25/02/2026	51851
MIS2626	276070T000017711	26/02/2026	51851
MIS4H89	276070T000017837	04/03/2026	76331
MIV2B00	276070T000017552	27/02/2026	51851
MJC1078	276070T000016831	24/02/2026	51851
MJV0D95	276070T000017807	02/03/2026	51851
MJW4H54	276070T000017513	02/03/2026	76331
MKI3713	276070T000017580	03/03/2026	55920
MKZ9773	276070T000017805	02/03/2026	76332
MMI0D46	276070T000016798	27/02/2026	51851
NFH2A33	276070T000016814	24/02/2026	51851
OKN6C23	276070T000014616	26/02/2026	51851
OWQ4H36	276070T000017716	26/02/2026	51851
PPQ3G33	276070T000017574	03/03/2026	60501
PUL5417	276070T000017734	27/02/2026	51851
PVD5D63	276070T000017520	03/03/2026	55411
PWF0I51	276070T000014617	25/02/2026	55411
QIS2F06	276070T000016807	23/02/2026	76331
QJH1H55	276070T000017839	04/03/2026	51851
QJH2I39	276070T000017508	02/03/2026	76252
QNP0E77	276070T000014607	25/02/2026	55920
QOG6I55	276070T000017831	04/03/2026	51851
QTK2B88	276070T000014628	26/02/2026	76251
QUG3A47	276070T000017439	26/02/2026	51851

RAH9878	276070T000017803	02/03/2026	51851
RFK1B60	276070T000017563	02/03/2026	51851
RHN9F35	276070T000017666	27/02/2026	76332
RHO1E34	276070T000017514	02/03/2026	58431
RHU6C57	276070T000017558	02/03/2026	76251
RHY1F32	276070T000017256	03/03/2026	76331
RMX2H34	276070T000017510	02/03/2026	58431
RUK4A37	276070T000017715	26/02/2026	51851
RYH4F00	276070T000017522	03/03/2026	76331
RYL2J90	276070T000014639	27/02/2026	76331
SDP7E78	276070T000017414	24/02/2026	76332
SDV5D51	276070T000016824	24/02/2026	51851
SEH2A37	276070T000016828	24/02/2026	51851
SEI5G57	276070T000017523	03/03/2026	58431
SEL2B40	276070T000017556	02/03/2026	51851
SEL2B40	276070T000014624	26/02/2026	76331
SET2C73	276070T000015106	24/02/2026	68231
SEV5E98	276070T000017346	27/02/2026	55920
SEV5E98	276070T000017466	02/03/2026	55920
SEZ6C95	276070T000014188	03/03/2026	55250
SFB0H26	276070T000014612	25/02/2026	51851
SFL3J14	276070T000017440	26/02/2026	51851
SHD8J08	276070T000014646	27/02/2026	76331
SIW0E28	276070T000017576	03/03/2026	76331
SJA7I44	276070T000017434	25/02/2026	76251
TAI9D56	276070T000017707	25/02/2026	76331
TAT1H67	276070T000017671	27/02/2026	76331
TAX1A67	276070T000017672	02/03/2026	76331
TAX6D61	276070T000017257	03/03/2026	57463
TBD3C52	276070T000017575	03/03/2026	56222
TBH8J17	276070T000017335	24/02/2026	54521
TBI0F17	276070T000016792	27/02/2026	60330
TBI3J53	276070T000017474	03/03/2026	76331
TBL5G43	276070T000017833	04/03/2026	51851
TBL5G43	276070T000017834	04/03/2026	76332
TBM3F01	276070T000017253	25/02/2026	76332
TBN1F33	276070T000017473	03/03/2026	76331
TBP5G53	276070T000014649	27/02/2026	55920
TBS9G16	276070T000017348	27/02/2026	76331
TBT8H55	276070T000017333	24/02/2026	55920
TCY6E41	276070T000017342	26/02/2026	55920
TPR7C00	276070T000017336	24/02/2026	54522
TXM4J72	276070T000017458	02/03/2026	60501
UBB8B16	276070T000016810	24/02/2026	58194

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 24/04/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ASY9E79	276070NIC0004135	14/02/2026	50020
AVJ8118	276070NIC0004131	14/02/2026	50020
AXF4053	276070NIC0004136	14/02/2026	50020
AZY0C04	276070NIC0004140	14/02/2026	50020
BEF5A94	276070NIC0004138	14/02/2026	50020
GDT4H50	276070NIC0004144	14/02/2026	50020
REA6G10	276070NIC0004139	14/02/2026	50020
RYH5D67	276070NIC0004132	14/02/2026	50020
SET8H55	276070NIC0004142	14/02/2026	50020
TAQ6H75	276070NIC0004133	14/02/2026	50020
TAQ6H75	276070NIC0004134	14/02/2026	50020
TAZ8E15	276070NIC0004137	14/02/2026	50020
TBE4F52	276070NIC0004143	14/02/2026	50020
TDJ9C71	276070NIC0004130	14/02/2026	50020
TXP6A62	276070NIC0004141	14/02/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 27/04/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ACZ3G54	116100T003562902	28/02/2026	54521
AWR6H72	116100T003562901	28/02/2026	54521
AZR0839	116100T003502433	01/03/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 27/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
APM3059	116100T003007557	20/12/2025	55500
AWO6483	116100T003243628	19/12/2025	56222

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 27/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AGU8006	116100T002498211	22/12/2025	54521

AKC9057	116100T003007558	20/12/2025	55500
ARL8101	116100T002498209	19/12/2025	55413
ASW3A25	116100T003402409	23/12/2025	55250
AVX2915	116100T003334174	18/12/2025	54521
AZQ8G76	116100T003007556	20/12/2025	54521
BAL1830	116100T002985957	19/12/2025	55413
BBC6B53	116100T002985956	19/12/2025	55413
BDN8C27	116100T002985958	22/12/2025	54522
FPT8F86	276070NIC0004031	09/12/2025	50020
GJR1G61	116100T003007559	20/12/2025	55500
HGR8A21	116100T003402408	23/12/2025	54521
SER9E95	276070NIC0004032	12/12/2025	50020
SEY7D86	116100T002985959	22/12/2025	54521
TAX4E72	116100T002498210	22/12/2025	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 30/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
APE1782	276070T000016013	05/01/2026	73400
BAI9D72	276070T000011261	31/12/2025	73400
BCM0116	276070T000016010	05/01/2026	55920
BDM2A70	276070T000016017	05/01/2026	64830
TBS1G94	276070T000013993	04/01/2026	73400

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 30/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAV9J94	276070T000012713	02/01/2026	51930
ACZ0D79	276070T000014169	31/12/2025	54521
AIN5H00	276070T000016022	06/01/2026	51930
AKK7523	276070T000014173	01/01/2026	76251
AMF8H26	276070T000015874	06/01/2026	76251
ATT0042	276070T000014174	02/01/2026	51180
AXV9E42	116100T003033642	25/12/2025	54521
AZG0505	276070T000015742	05/01/2026	51851
AZO5C06	276070T000015740	05/01/2026	51851
BAR1H35	276070T000011266	31/12/2025	76331
BDC2C78	276070T000015875	06/01/2026	55411
CEZ7810	276070T000010396	05/01/2026	51851
DHH9I21	276070T000012712	02/01/2026	51930
ENG7J91	276070T000016016	05/01/2026	60174
ICD4H76	116100T000304080	30/12/2025	55250
MJO7D61	276070T000014547	24/12/2025	51930
MJW2E26	116100T000920387	26/12/2025	54522
NXY1040	276070T000010395	05/01/2026	51851
OHU8193	276070T000016014	05/01/2026	76332
RHW3A41	276070T000014170	31/12/2025	54521
RYU3H84	116100T003033645	27/12/2025	54521
SDX9J35	276070T000014167	30/12/2025	73662
SYF9J69	276070NIC0004033	16/12/2025	50020
TAW6B68	276070T000016019	05/01/2026	76332
UBC4G35	276070T000014172	31/12/2025	55411

Publicado por:
Andrelli Crsitina de Andrade
Código Identificador:837B875C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
PORTARIA Nº 002/2026

JOSÉ MARCOS DA SILVA, Presidente interino da Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve:

Art. 1º - Conceder diárias, conforme abaixo:

Nome	Cargo	Nº diárias	Valor Total	Data	Destino	Motivo
Rafael de Almeida	Vereador	3 (Três)	R$ 1.800,00	17 a 19/03/2026	Curitiba – PR	Cumprimento de agenda junto aos órgãos competentes vinculados ao Poder Executivo Estadual.

Art. 2º - Cumpra-se e publique-se.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

JOSÉ MARCOS DA SILVA
Presidente Interino

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:B80963D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	90.735.380,00	130.662.027,40	15.384.196,56	11,77	15.384.196,56	11,77	115.277.830,84
RECEITAS CORRENTES	86.646.380,00	88.573.299,78	14.821.222,08	16,73	14.821.222,08	16,73	73.752.077,70
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9.466.600,00	9.466.600,00	1.163.314,37	12,29	1.163.314,37	12,29	8.303.285,63
Impostos	8.517.000,00	8.517.000,00	1.113.792,83	13,08	1.113.792,83	13,08	7.403.207,17
Taxas	917.700,00	917.700,00	48.530,46	5,29	48.530,46	5,29	869.169,54
Contribuição de Melhoria	31.900,00	31.900,00	991,08	3,11	991,08	3,11	30.908,92
CONTRIBUIÇÕES	1.688.780,00	1.688.780,00	256.299,35	15,18	256.299,35	15,18	1.432.480,65
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.688.780,00	1.688.780,00	256.299,35	15,18	256.299,35	15,18	1.432.480,65
RECEITA PATRIMONIAL	2.081.600,00	3.497.019,78	511.318,05	14,62	511.318,05	14,62	2.985.701,73
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	203.000,00	203.000,00	22.767,62	11,22	22.767,62	11,22	180.232,38
Valores Mobiliários	1.878.600,00	3.294.019,78	488.550,43	14,83	488.550,43	14,83	2.805.469,35
RECEITA DE SERVIÇOS	1.256.000,00	1.256.000,00	315.151,98	25,09	315.151,98	25,09	940.848,02
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	27.000,00	27.000,00	2.115,04	7,83	2.115,04	7,83	24.884,96
Outros Serviços	1.229.000,00	1.229.000,00	313.036,94	25,47	313.036,94	25,47	915.963,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.057.400,00	72.568.900,00	12.388.196,64	17,07	12.388.196,64	17,07	60.180.703,36
Transferências da União e de suas Entidades	33.049.400,00	33.050.900,00	5.479.915,53	16,58	5.479.915,53	16,58	27.570.984,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	24.859.000,00	25.369.000,00	4.436.557,59	17,49	4.436.557,59	17,49	20.932.442,41
Transferências de Instituições Privadas	125.000,00	125.000,00	10.699,14	8,56	10.699,14	8,56	114.300,86
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.000.000,00	14.000.000,00	2.461.024,38	17,58	2.461.024,38	17,58	11.538.975,62
Outras Transferências	24.000,00	24.000,00	-	-	-	-	24.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96.000,00	96.000,00	186.941,69	194,73	186.941,69	194,73	(90.941,69)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	96.000,00	96.000,00	186.941,69	194,73	186.941,69	194,73	(90.941,69)
RECEITAS DE CAPITAL	4.089.000,00	42.088.727,62	562.974,48	1,34	562.974,48	1,34	41.525.753,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	8.716.122,40	26.481,62	0,30	26.481,62	0,30	8.689.640,78
Operações de Crédito - Mercado Interno	3.000.000,00	8.716.122,40	26.481,62	0,30	26.481,62	0,30	8.689.640,78
ALIENAÇÃO DE BENS	370.000,00	370.000,00	-	-	-	-	370.000,00
Alienação de Bens Móveis	370.000,00	370.000,00	-	-	-	-	370.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	719.000,00	33.002.605,22	536.492,86	1,63	536.492,86	1,63	32.466.112,36
Transferências da União e de suas Entidades	100.000,00	15.684.834,30	76.256,01	0,49	76.256,01	0,49	15.608.578,29
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	619.000,00	17.317.770,92	460.236,85	2,66	460.236,85	2,66	16.857.534,07
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.735.380,00	130.662.027,40	15.384.196,56	11,77	15.384.196,56	11,77	115.277.830,84
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	90.735.380,00	130.662.027,40	15.384.196,56	11,77	15.384.196,56	11,77	115.277.830,84
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	90.735.380,00	130.662.027,40	15.384.196,56	11,77	15.384.196,56	11,77	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	10.719.578,01	-	-	10.719.578,01	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	10.719.578,01	-	-	10.719.578,01	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	90.735.380,00	141.381.605,41	16.388.257,32	16.388.257,32	124.993.348,09	12.175.107,85	12.175.107,85	129.206.497,56	10.825.280,60	-
DESPESAS CORRENTES	76.989.925,60	80.287.107,89	12.675.277,50	12.675.277,50	67.611.830,39	10.886.474,16	10.886.474,16	69.400.633,73	10.094.873,31	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.164.000,00	42.950.576,33	6.278.063,11	6.278.063,11	36.672.513,22	6.253.308,32	6.253.308,32	36.697.268,01	6.252.567,66	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	900.000,00	900.000,00	88.389,50	88.389,50	811.610,50	88.389,50	88.389,50	811.610,50	88.389,50	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.925.925,60	36.436.531,56	6.308.824,89	6.308.824,89	30.127.706,67	4.544.776,34	4.544.776,34	31.891.755,22	3.753.916,15	-
DESPESAS DE CAPITAL	12.838.800,00	60.187.843,12	3.712.979,82	3.712.979,82	56.474.863,30	1.288.633,69	1.288.633,69	58.899.209,43	730.407,29	-
INVESTIMENTOS	9.438.800,00	56.787.843,12	3.578.480,57	3.578.480,57	53.209.362,55	1.154.134,44	1.154.134,44	55.633.708,68	595.908,04	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.400.000,00	3.400.000,00	134.499,25	134.499,25	3.265.500,75	134.499,25	134.499,25	3.265.500,75	134.499,25	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	906.654,40	906.654,40	-	-	906.654,40	-	-	906.654,40	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	90.735.380,00	141.381.605,41	16.388.257,32	16.388.257,32	124.993.348,09	12.175.107,85	12.175.107,85	129.206.497,56	10.825.280,60	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	90.735.380,00	141.381.605,41	16.388.257,32	16.388.257,32	124.993.348,09	12.175.107,85	12.175.107,85	129.206.497,56	10.825.280,60	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.209.088,71	-	4.558.915,96	-

TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	90.735.380,00	141.381.605,41	16.388.257,32	16.388.257,32	-	12.175.107,85	15.384.196,56	129.206.497,56	15.384.196,56	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:9D5AFA74

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I - FMDCA

Fundo dos Direitos da Criança e Adolescência							
Prefeitura Municipal de Itapejara D´Oeste-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Janeiro a Fevereiro - Bimestre Janeiro/Fevereiro 2026							
RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	500.000,00	963.465,89	27.989,27	0,03	27.989,27	0,03	935.476,62
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)		-		-	-		-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	500.000,00	963.465,89	27.989,27	0,03	27.989,27	0,03	935.476,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-		-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-		-	-	-	-	-
Mobiliária	-		-	-	-	-	-
Contratual	-		-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-		-	-	-	-	-
Mobiliária	-		-	-	-	-	-
Contratual	-		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	500.000,00	963.465,89	27.989,27	0,03	27.989,27	0,03	935.476,62
DÉFICIT(VI)	-						-
TOTAL(VII)=(V+VI)	500.000,00	963.465,89	27.989,27	0,03	27.989,27	0,03	1.383.942,51
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-			-	-	-	448.465,89
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							-
Superávit Financeiro	-		-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	448.465,89	-	-	-	-	448.465,89

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO LIQUIDAR (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	500.000,00	463.465,89	963.465,89	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	0,03	935.476,62
Deapesas Corrrntes	445.000,00	238.106,44	683.106,44	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	0,04	655.117,17
Pessoal e Encargos Sociais			-						-
Outras Despesas Correntes	445.000,00	238.106,44	683.106,44	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	0,04	655.117,17
Despesas de Capital	55.000,00	225.359,45	280.359,45	-	-	-	-	-	280.359,45
Obras e Equipamentos	55.000,00	225.359,45	280.359,45	-				-	280.359,45
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	500.000,00	463.465,89	963.465,89	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	0,03	935.476,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	,	-	-		-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	500.000,00	463.465,89	963.465,89	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	0,03	935.476,62
SUPERÁVIT(XIII)	**0**	**448.465,89**	**448.465,89**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	448.465,89
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	500.000,00	463.465,89	963.465,89	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	0,02905061	935.476,62
Fonte:									
ANA MARIA CORTUNG		***VILMAR SCHMOLLER***							
CRC/PR-072160/O-4		Prefeito Municipal							

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:1DE1C91C

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II - FMDCA

Fundo dos Direitos da Criança e Adolescência
Prefeitura Municipal de Itapejara D´Oeste- PR
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social									
Janeiro a Fevereiro - Bimestre Janeiro/Fevereiro 2026									
RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')									R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	**500.000,00**	**963.465,89**	**27.989,27**	**27.989,27**	**27.989,27**	**27.989,27**	**100,00**	**0,03**	**935.476,62**
ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Assistência à Criança e ao Adolescente	**500.000,00**	**963.465,89**	27.989,27	27.989,27	27.989,27	27.989,27	100,00	0,03	935.476,62
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)							0,00		
TOTAL (III)=(I+II)	**500.000,00**	**963.465,89**	**27.989,27**	**27.989,27**	**27.989,27**	**27.989,27**	**100,00**	**0,03**	**935.476,62**
Fonte:									
ANA MARIA CORTUNG		***VILMAR SCHMOLLER***							
CRC/PR-072160/O-4		Prefeito Municipal							

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:B5367E31

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida								
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Março/2025 a Fevereiro/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.941.504,00	7.920.314,05	7.256.715,57	7.536.862,62	8.218.596,99	7.015.672,85	93.626.801,42	100.363.299,78
	8.494.256,18	6.566.352,30	7.079.125,53	9.630.574,41	8.902.729,91	8.064.097,01		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	652.025,24	1.212.072,08	892.841,97	713.391,48	741.660,09	653.345,81	8.854.186,05	9.466.600,00
	707.913,09	640.402,84	592.127,89	885.091,19	587.400,22	575.914,15		
IPTU	181.367,10	562.671,63	146.660,48	124.334,57	63.654,19	40.931,77	1.329.909,12	1.910.100,00
	32.124,54	34.005,14	24.820,01	32.211,43	24.291,14	62.837,12		
ISS	204.895,60	212.749,43	260.811,86	226.881,32	316.738,97	249.569,08	3.079.583,96	2.855.900,00
	265.768,64	258.814,33	233.229,50	361.364,57	214.004,77	274.755,89		
ITBI	30.728,82	79.045,73	12.176,49	124.669,33	81.416,01	97.119,87	852.935,87	801.000,00
	124.013,32	67.101,03	82.915,41	61.248,38	75.549,10	16.952,38		
IRRF	181.760,10	214.396,20	215.167,62	196.659,25	247.695,78	243.131,55	2.908.945,64	2.950.000,00
	264.363,02	259.410,11	227.725,48	413.234,10	253.273,35	192.129,08		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.273,62	143.209,09	258.025,52	40.847,01	32.155,14	22.593,54	682.811,46	949.600,00
	21.643,57	21.072,23	23.437,49	17.032,71	20.281,86	29.239,68		
Contribuições	129.365,14	167.366,87	144.519,56	129.353,31	108.845,27	100.305,29	1.465.074,45	1.688.780,00
	115.322,22	105.119,67	99.463,08	109.114,69	121.334,01	134.965,34		
Receita Patrimonial	224.077,53	235.327,71	278.499,40	248.636,32	298.982,21	260.101,49	3.175.242,14	3.497.019,78
	269.641,25	279.715,14	267.160,69	301.782,35	272.555,23	238.762,82		
Rendimentos de Aplicação Financeira	205.343,52	231.443,12	259.237,27	240.681,60	283.273,19	244.300,96	3.015.767,53	3.294.019,78
	256.051,84	267.858,25	251.957,79	287.069,56	261.028,71	227.521,72		
Outras Receitas Patrimoniais	18.734,01	3.884,59	19.262,13	7.954,72	15.709,02	15.800,53	159.474,61	203.000,00
	13.589,41	11.856,89	15.202,90	14.712,79	11.526,52	11.241,10		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Receita de Serviços	77.280,93	73.924,18	68.026,70	95.001,27	101.753,50	107.839,66	1.260.169,75	1.256.000,00
	104.630,45	106.922,19	107.818,04	101.820,85	127.101,80	188.050,18		
Transferências Correntes	5.856.472,61	6.230.077,31	5.863.795,50	6.348.576,47	6.961.807,27	5.892.534,70	78.642.521,87	84.358.900,00
	7.295.203,27	5.431.189,32	5.999.796,70	8.229.267,24	7.786.792,75	6.747.008,73		
Cota-Parte do FPM	1.852.642,52	1.882.600,93	2.401.524,42	2.466.695,52	2.592.651,25	1.997.781,32	28.795.880,70	32.500.000,00
	2.535.263,01	1.700.311,84	2.311.301,44	3.722.056,56	2.362.580,48	2.970.471,41		
Cota-Parte do ICMS	1.930.922,24	2.157.266,75	1.646.414,94	1.955.317,81	2.245.435,93	1.802.972,59	24.002.345,80	27.000.000,00
	2.217.009,36	2.008.621,30	1.871.662,70	2.373.794,03	2.107.560,52	1.685.367,63		
Cota-Parte do IPVA	362.958,00	336.696,65	326.017,63	129.160,53	115.564,48	95.391,95	3.229.170,82	2.500.000,00
	110.228,94	90.232,34	42.179,32	76.751,52	1.299.285,00	244.704,46		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
Cota-Parte do ITR	171,16	188,44	499,06	257,47	58,67	862,26	56.372,89	50.000,00
	8.939,46	42.581,19	1.308,40	1.355,72	25,24	125,82		
Transferências da LC 61/1989	30.263,63	28.414,05	27.604,80	31.425,88	26.962,70	29.783,37	360.433,54	400.000,00
	31.584,64	30.289,88	29.937,37	36.263,20	28.254,18	29.649,84		
Transferências do FUNDEB	991.355,51	1.156.819,66	950.132,60	1.010.544,18	965.366,65	898.931,29	12.646.719,25	14.000.000,00
	881.321,86	1.090.675,57	985.501,99	1.184.799,70	1.437.133,45	1.094.136,79		
Outras Transferências Correntes	688.159,55	668.090,83	511.602,05	755.175,08	1.015.767,59	1.066.811,92	9.551.598,87	7.908.900,00
	1.510.856,00	468.477,20	757.905,48	834.246,51	551.953,88	722.552,78		
Outras Receitas Correntes	2.282,55	1.545,90	9.032,44	1.903,77	5.548,65	1.545,90	229.607,16	96.000,00
	1.545,90	3.003,14	12.759,13	3.498,09	7.545,90	179.395,79		
DEDUÇÕES (II)	835.391,46	881.033,30	880.412,12	916.571,38	780.447,75	785.358,22	10.666.054,06	11.790.000,00
	796.153,83	774.407,27	851.277,83	1.019.396,06	1.159.541,04	986.063,80		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		

Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	835.391,46	881.033,30	880.412,12	916.571,38	780.447,75	785.358,22	10.666.054,06	11.790.000,00
	796.153,83	774.407,27	851.277,83	1.019.396,06	1.159.541,04	986.063,80		
Convênio Merenda Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Salário Educação	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PAB/SUS - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PAB/SUS - PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRI	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROG NACIONAL DE VIG EPIDEMIOLOGICA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSFERENCIAS RECURSOS SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSFERENCIAS CARTAO SUS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMA APOIO PESSOA IDOSA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**							
	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Janeiro/2026	Fevereiro/2026		
PROGRAMA APOIO PESSOA PORTADORA DEFICIÊN	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSFERENCIA FNAS/SAC	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMAS SAÚDE	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMAS ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
PROGRAMAS EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
CONVÊNIOS COM UNIÃO E ESTADO	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RENDIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	**6.106.112,54**	**7.039.280,75**	**6.376.303,45**	**6.620.291,24**	**7.438.149,24**	**6.230.314,63**	**82.960.747,36**	**88.573.299,78**
	7.698.102,35	**5.791.945,03**	**6.227.847,70**	**8.611.178,35**	**7.743.188,87**	**7.078.033,21**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	**150.000,00**	-	-	-	-	-	**250.000,00**	-
	-	-	-	-	**100.000,00**	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**5.956.112,54**	**7.039.280,75**	**6.376.303,45**	**6.620.291,24**	**7.438.149,24**	**6.230.314,63**	**82.710.747,36**	**88.573.299,78**
	7.698.102,35	**5.791.945,03**	**6.227.847,70**	**8.611.178,35**	**7.643.188,87**	**7.078.033,21**		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**5.956.112,54**	**7.039.280,75**	**6.376.303,45**	**6.620.291,24**	**7.438.149,24**	**6.230.314,63**	**82.710.747,36**	**88.573.299,78**
	7.698.102,35	**5.791.945,03**	**6.227.847,70**	**8.611.178,35**	**7.643.188,87**	**7.078.033,21**		

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 24m.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:6A2B00B8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO IV

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		Em Reais
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-

Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-	-	-	-	
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 25m.					

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 25m.	

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)[2]	-	-	-	-	
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 25m.					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-

Investimentos e Aplicações	-				
Outros Bens e Direitos	-				
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
Receitas Correntes	-	-			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-	-			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	-	-	-	-	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-				
Investimentos e Aplicações	-				
Outros Bens e Direitos	-				
BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
Contribuições dos Servidores	-	-			
Demais receitas Previdenciárias	-	-			
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-			
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 25m.					

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	-	-	-	-	
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração					
2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)					
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 25m.					

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:C0F75235

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO IX

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE-PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)	Em Reais		
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	8.716.122,40	26.481,62	8.689.640,78
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	60.187.843,12	1.288.633,69	58.899.209,43
Investimentos	56.787.843,12	1.154.134,44	55.633.708,68
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	3.400.000,00	134.499,25	3.265.500,75
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte	-	-	-
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	60.187.843,12	1.288.633,69	58.899.209,43
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(II–I)	51.471.720,72	1.262.152,07	50.209.568,65
Notas:			
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III			

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:06CE98D1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO V

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)	R$ 1,00	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2026
		Receitas Realizadas

		(a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	88.573.299,78	14.821.222,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.466.600,00	1.163.314,37
IPTU	1.910.100,00	87.128,26
ISS	2.855.900,00	488.760,66
ITBI	801.000,00	92.501,48
IRRF	2.950.000,00	445.402,43
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	949.600,00	49.521,54
Contribuições	1.688.780,00	256.299,35
Receita Patrimonial	3.497.019,78	511.318,05
Aplicações Financeiras (II)	3.294.019,78	488.550,43
Outras Receitas Patrimoniais	203.000,00	22.767,62
Transferências Correntes	72.568.900,00	12.388.196,64
Cota-Parte do FPM	26.700.000,00	4.266.441,58
Cota-Parte do ICMS	21.600.000,00	3.034.342,55
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	1.235.191,53
Cota-Parte do ITR	40.000,00	120,86
Transferências da LC 61/1989	320.000,00	46.323,22
Transferências do FUNDEB	14.000.000,00	2.531.270,24
Outras Transferências Correntes	7.908.900,00	1.274.506,66
Demais Receitas Correntes	1.352.000,00	502.093,67
Outras Receitas Financeiras (III)	-	175.996,06
Receitas Correntes Restantes	1.352.000,00	326.097,61
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	85.279.280,00	14.156.675,59
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	42.088.727,62	562.974,48
Operações de Crédito (VIII)	8.716.122,40	26.481,62
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-
Alienação de Bens	370.000,00	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	370.000,00	-
Transferências de Capital	33.002.605,22	536.492,86
Convênios	29.213.605,21	137.620,46
Outras Transferências de Capital	3.789.000,01	398.872,40
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	33.372.605,22	536.492,86
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	118.651.885,22	14.693.168,45
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	118.651.885,22	14.693.168,45

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2026					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	80.287.107,89	12.675.277,50	10.886.474,16	10.094.873,31	103.679,11	188.895,33	165.745,54
Pessoal e Encargos Sociais	42.950.576,33	6.278.063,11	6.253.308,32	6.252.567,66	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	900.000,00	88.389,50	88.389,50	88.389,50	-	-	-
Outras Despesas Correntes	36.436.531,56	6.308.824,89	4.544.776,34	3.753.916,15	103.679,11	188.895,33	165.745,54
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	36.436.531,56	6.308.824,89	4.544.776,34	3.753.916,15	103.679,11	188.895,33	165.745,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	79.387.107,89	12.586.888,00	10.798.084,66	10.006.483,81	103.679,11	188.895,33	165.745,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	60.187.843,12	3.712.979,82	1.288.633,69	730.407,29	277.351,36	270.849,82	240.013,81
Investimentos	56.787.843,12	3.578.480,57	1.154.134,44	595.908,04	277.351,36	270.849,82	240.013,81
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	3.400.000,00	134.499,25	134.499,25	134.499,25	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	56.787.843,12	3.578.480,57	1.154.134,44	595.908,04	277.351,36	270.849,82	240.013,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	906.654,40	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	137.081.605,41	16.165.368,57	11.952.219,10	10.602.391,85	381.030,47	459.745,15	405.759,35
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	137.081.605,41	16.165.368,57	11.952.219,10	10.602.391,85	381.030,47	459.745,15	405.759,35
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							3.303.986,78
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							3.303.986,78

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	125.054,40
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	488.550,43
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	88.389,50
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.704.147,71
ABAIXO DA LINHA	
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**

	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o 1º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.240.768,43	4.132.750,80
DEDUÇÕES (XL)	25.529.551,60	29.631.521,48
Disponibilidade de Caixa	25.524.185,93	29.623.356,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.010.516,22	29.810.561,12
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	469.955,27	142.910,60
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	16.375,02	44.293,78
Demais Haveres Financeiros	5.365,67	8.164,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-21.288.783,17	-25.498.770,68
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**4.209.987,51**	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2026**	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-327.044,67	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	-	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	**3.882.942,84**	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**3.482.781,91**	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.719.578,01
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	10.719.578,01
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:44C95556

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VIII

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)		Em Reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	8.517.000,00	1.113.792,83
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.910.100,00	87.128,26
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	801.000,00	92.501,48
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.855.900,00	488.760,66
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.950.000,00	445.402,43
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	62.450.000,00	10.728.024,58
2.1- Cota-Parte FPM	32.500.000,00	5.333.051,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	29.000.000,00	5.333.051,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	3.500.000,00	-
2.2- Cota-Parte ICMS	27.000.000,00	3.792.928,15
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	57.904,02
2.4- Cota-Parte ITR	50.000,00	151,06
2.5- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	1.543.989,46
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**70.967.000,00**	**11.841.817,41**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**11.790.000,00**	**2.145.604,84**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**5.951.750,00**	**814.849,44**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	14.315.000,00	2.556.679,30
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.315.000,00	2.486.433,44
6.1.1- Principal	14.000.000,00	2.461.024,38
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	315.000,00	25.409,06
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	20.318,67
6.2.1- Principal	-	20.318,67
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	49.927,19
6.3.1- Principal	-	49.927,19
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**2.210.000,00**	**315.419,54**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**VALOR**

8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**2.556.679,30**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.106.165,13	2.242.921,85	2.242.921,85	2.242.921,85	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.509.526,43	1.935.340,33	1.935.340,33	1.935.340,33	-
10.1.1 - Educação Infantil	3.250.000,00	-	-	-	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	8.259.526,43	1.935.340,33	1.935.340,33	1.935.340,33	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	3.596.638,70	307.581,52	307.581,52	307.581,52	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	3.596.638,70	307.581,52	307.581,52	307.581,52	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.856.293,22	1.856.293,22	1.856.293,22	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.856.293,22	1.856.293,22	1.856.293,22	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.625.813,90	1.625.813,90	1.625.813,90	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.789.675,51	1.625.813,90	1.625.813,90	63,59
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	7.489,08	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	255.667,93	700.386,08	700.386,08	444.718,15	27,39

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	7.090.000,00	1.462.521,89	736.222,42	601.074,54	-
20.1- Educação Infantil	1.312.000,00	231.083,93	95.481,50	37.450,92	-
20.2- Ensino Fundamental	5.778.000,00	1.231.437,96	640.740,92	563.623,62	-

20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	-	-	-	-	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[4]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	22.196.165,13	3.705.443,74	2.979.144,27	2.843.996,39	-
21.1- Educação Infantil	7.614.638,70	551.672,86	252.504,03	193.353,45	-
21.1.1- Creche	2.179.000,00	191.685,16	28.118,76	26.998,76	-
21.1.2- Pré-escola	5.435.638,70	359.987,70	224.385,27	166.354,69	-
21.2- Ensino Fundamental	14.581.526,43	3.153.770,88	2.726.640,24	2.650.642,94	-

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	736.222,42
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.145.604,84
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	444.718,15
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**2.437.109,11**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2] e [5]	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.960.454,28	2.437.109,11	20,58

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[6]	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	145.917,97	101.354,42	99.479,90	-	46.438,07
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	145.917,97	101.354,42	99.479,90	-	46.438,07
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	18.366.328,28	248.760,66
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.582.000,00	248.760,66
31.1.1- Salário-Educação	1.010.000,00	205.775,91
31.1.2- PDDE	2.000,00	-
31.1.3- PNAE	5.000,00	-
31.1.4- PNATE	70.000,00	-
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	495.000,00	42.984,75
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.784.328,28	-
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	5.000.000,00	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[4]	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	22.289.491,46	754.210,93	232.841,01	178.102,77	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	275.359,45	-	-	-	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	21.604.132,01	732.271,19	210.901,27	156.643,46	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	400.000,00	21.939,74	21.939,74	21.459,31	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	44.485.656,59	4.459.654,67	3.211.985,28	3.022.099,16	-
33.1- Despesas Correntes	23.913.462,69	3.296.121,15	2.885.609,80	2.747.106,68	-
33.1.1- Pessoal Ativo	16.784.350,50	2.337.839,75	2.337.839,75	2.337.099,09	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	453.814,63	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.675.297,56	958.281,40	547.770,05	410.007,59	-
33.2- Despesas de Capital	20.572.193,90	1.163.533,52	326.375,48	274.992,48	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	20.572.193,90	1.163.533,52	326.375,48	274.992,48	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	791.165,13	35.249,12
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.536.360,63	205.775,91
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.242.921,85	37.154,52
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.084.603,91	203.870,51
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.084.603,91	203.870,51
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:55FDBC1E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO X

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE				
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
2026 a 2026				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 29m.				

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:907138FB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XI

PREFEITURA MUNIC DE ITAPEJARA D´OESTE - PR			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO			
RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	386.000,00	773,32	385.226,68
Receita de Alienação de Bens Móveis	370.000,00	-	370.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.000,00	773,32	15.226,68

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00
Despesas de Capital	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00
Investimentos	70.000,00	-	-	-	-	-	70.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)	2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)		773,32					773,32
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 30m.							

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:018960A9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XIV

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	90.735.380,00
Previsão Atualizada	130.662.027,40
Receitas Realizadas	15.384.196,56
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	10.719.578,01
DESPESAS	
Dotação Inicial	90.735.380,00
Dotação Atualizada	141.381.605,41
Despesas Empenhadas	16.388.257,32
Despesas Liquidadas	12.175.107,85
Despesas Pagas	10.825.280,60
Superávit Orçamentário	3.209.088,71
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	16.388.257,32
Despesas Liquidadas	12.175.107,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	82.960.747,36
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	82.710.747,36
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	82.710.747,36
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	125.054,40	3.303.986,78	2.642,04	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	4.209.987,51		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	469.745,27	0,00	381.030,47	88.714,80
Poder Executivo	469.745,27	0,00	381.030,47	88.714,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	596.459,75	10.286,01	405.759,35	180.414,39
Poder Executivo	596.459,75	10.286,01	405.759,35	180.414,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.066.205,02	10.286,01	786.789,82	269.129,19

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.437.109,11	25%	20,58
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.625.813,90	70%	63,59
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.191.142,71	15%	23,15
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:A0EA38E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
4º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 036/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2022-PMI ADITIVO DE PRAZO – VALOR E REAJUSTE

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **JL PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 40.090.547/0001-40.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de igual prazo, aditivo de valor e reequilíbrio financeiro do Contrato de Prestação de Serviços nº. 036/2022, firmado com a empresa JL PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO LTDA, que tem como objeto**

Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de assessoria técnica em gestão pública para inclusão, acompanhamento, intermediação e conclusão de convênios, contratos de repasse, programas governamentais, pré-projetos, transferências voluntárias e transferências de findos a serem apresentados e/ou firmados em nome do Município de Ivatuba junto ao Portal de Convênios - Plataforma + Brasil do Governo Federal e Portal dos Municípios do Governo do Estado do Paraná.

Item a ser aditivado:

Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	R$ Unitário	R$ Total
01	Mensal	12	Prestação de serviços de assessoria técnica em gestão pública para inclusão, acompanhamento, intermediação e conclusão de convênios, contratos de repasse, programas governamentais, pré-projetos, transferências voluntárias e transferências de fundo a fundo a serem apresentados e/ou firmados em nome do Município de Ivatuba junto ao Portal de Convênios – Plataforma + Brasil do Governo Federal e Portal dos Municípios do Governo do Estado do Paraná.	5.079,29	60.951,48
TOTAL:					60.951,48

Item com ajuste de valor:

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor anterior	Novo valor	Diferença entre valores	Total
01	Mensal	12	Prestação de serviços de assessoria técnica em gestão pública para inclusão, acompanhamento, intermediação e conclusão de convênios, contratos de repasse, programas governamentais, pré-projetos, transferências voluntárias e transferências de fundo a fundo a serem apresentados e/ou firmados em nome do Município de Ivatuba junto ao Portal de Convênios – Plataforma + Brasil do Governo Federal e Portal dos Municípios do Governo do Estado do Paraná.	5.079,29	5.304,81	225,52	2.706,24
						TOTAL	2.706,24

TOTAL GERAL	**63.657,72**

VALOR DO ADITIVO: **R$ 60.951,48 (sessenta mil, novecentos e cinquenta e um e quarenta e oito centavos).**
VALOR DO REAJUSTE: **R$ 2.706,24 (dois mil e setecentos e seis reais e vinte e quatro centavos).**
VALOR TOTAL: **R$ 63.657,72 (sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **16 de março de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **16 de março de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 16 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:4EBE7E43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ANEXO12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA				
Estado do Paraná				
Exercício: 2025				
Balanço Orçamentário				
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985				
Anexo XII da Lei nº 4.320/64				
Período de Janeiro a Dezembro				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Bruta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	2.946.000,00	2.946.000,00	2.377.145,69	-568.854,31
TOTAL (V) = (III + IV)	2.946.000,00	2.946.000,00	2.377.145,69	-568.854,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	2.831.000,00	2.621.000,00	2.114.731,44	2.113.097,28	2.113.097,28	506.268,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.530.000,00	2.270.000,00	1.879.680,55	1.879.680,55	1.879.680,55	390.319,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	301.000,00	351.000,00	235.050,89	233.416,73	233.416,73	115.949,11
DESPESAS DE CAPITAL	115.000,00	325.000,00	262.414,25	257.239,31	257.239,31	62.585,75
INVESTIMENTOS	115.000,00	325.000,00	262.414,25	257.239,31	257.239,31	62.585,75
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	2.946.000,00	2.946.000,00	2.377.145,69	2.370.336,59	2.370.336,59	568.854,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	2.946.000,00	2.946.000,00	2.377.145,69	2.370.336,59	2.370.336,59	568.854,31
SUPERÁVIT (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	2.946.000,00	2.946.000,00	2.377.145,69	2.370.336,59	2.370.336,59	568.854,31
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	866,12	763,62	763,62	102,50	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	866,12	763,62	763,62	102,50	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.619,85	1.619,85	1.619,85	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	1.619,85	1.619,85	1.619,85	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.485,97	2.383,47	2.383,47	102,50	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:					
RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JUVALDI FERREIRA TOMAZ	***EDIVALDO PEREIRA***
Presidente	Controlador Interno
FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO	
Contador CRC PR-069434/O-9	

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:F022B68F

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ANEXO13 - BALANÇO FINANCEIRO 2025

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA					
Estado do Paraná					
BALANÇO FINANCEIRO					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 09/03/2026		
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**2.377.145,69**	**1.560.336,47**
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	2.377.145,69	1.560.336,47
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
			Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.946.000,00	2.499.000,00	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	568.956,81	938.663,53
Para a Execução Orçamentária	2.946.000,00	2.499.000,00	Para a Execução Orçamentária	568.956,81	938.663,53
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**601.760,37**	**456.002,51**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**597.334,74**	**482.823,12**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	6.809,10	2.485,97	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.383,47	29.306,58
Realizável Inscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável - Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	594.951,27	453.516,54	Valores Restituíveis	594.951,27	453.516,54
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**2.485,97**	**29.306,58**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**6.809,10**	**2.485,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.485,97	29.306,58	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.809,10	2.485,97
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**3.550.246,34**	**2.984.309,09**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**3.550.246,34**	**2.984.309,09**

JUVALDI FERREIRA TOMAZ	***EDIVALDO PEREIRA***
Presidente	Controlador Interno
FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO	
Contador CRC PR-069434/O-9	

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:1D117D68

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ANEXO14 - BALANÇO PATRIMONIAL 2025

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA		
Estado do Paraná		
BALANÇO PATRIMONIAL		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64		
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 09/03/2026
ATIVO	**PASSIVO**	

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**6.809,10**	**2.485,97**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**103.583,10**	**65.303,21**
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.809,10	2.485,97	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	103.583,10	65.303,21
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**350.653,93**	**121.889,74**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**103.583,10**	**65.303,21**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	324.232,39	121.889,74	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	460.056,62	227.796,30	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-135.824,23	-105.906,56			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	253.879,93	59.072,50
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	194.807,43	-15.585,22
Intangível	26.421,54	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	59.072,50	74.657,72
Softwares	26.421,54	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**253.879,93**	**59.072,50**
TOTAL	**357.463,03**	**124.375,71**	**TOTAL**	**357.463,03**	**124.375,71**
ATIVO FINANCEIRO	6.809,10	2.485,97	PASSIVO FINANCEIRO	6.809,10	2.485,97
ATIVO PERMANENTE	350.653,93	121.889,74	PASSIVO PERMANENTE	103.583,10	65.303,21
SALDO PATRIMONIAL				**247.070,83**	**56.586,53**

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA

Estado do Paraná

BALANÇO PATRIMONIAL

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 09/03/2026

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICIT**	**SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR**
01 - Recursos Ordinários / Livres	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA

Estado do Paraná

BALANÇO PATRIMONIAL

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 09/03/2026

Notas Explicativas

1 - Contexto Operacional

A Câmara Municipal de Jaguapitã presta serviços legislativos aos seus cidadãos por meio de apreciação de leis, fiscalização de atos, contratos e da gestão pública municipal, fazendo, portanto, uso do controle externo sobre as atividades públicas municipais.

2 - Elaboração e Apresentação do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial foi elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade e estruturado conforme as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – STN – 11º Edição) e na NBC TSP 11 (CFC).

3 - Principais Práticas Contábeis

A) Regime de Escrituração

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas,

independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.
B) Caixa e Equivalentes de Caixa
As movimentações dos valores das contas do Ativo Circulante demonstram que no final do exercício houve um saldo de R$ 6.809,10 na conta de Caixa e Equivalentes de Caixa, que se refere à cobertura de despesas empenhadas e não liquidadas, sendo que o restante do saldo de interferências financeiras repassadas e não utilizadas foi integralmente devolvido ao Poder Executivo ao final do exercício. O respectivo saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa ficará inscrito em Restos a Pagar para o exercício seguinte.
C) Imobilizado
Os bens móveis do Imobilizado foram registrados inicialmente pelo custo de aquisição, porém no ano de 2020 foi realizada a avaliação de todos esses bens pelo método de valor justo, com base na Lei Municipal Nº. 024/2020, e observadas as NBCASP e MCASP, e outras normas pertinentes ao assunto.
Principais informações do processo:
- Data de corte adotada para registro, ou seja, todos os bens adquiridos antes dessa "data de corte" foram avaliados: 01/09/2020.
- Período inicial e final da realização do estudo para o cálculo do ajuste pela comissão: 21/09/2020 à 26/10/2020.
- Montante total do impacto diminutivo causado no patrimônio do ente: R$ 37.790,52 (Saldo da conta Ajuste de Exercícios Anteriores – PL – Na coluna referente ao exercício de 2020).
- Não foi utilizado avaliador independente.
- Foi utilizado o valor justo como base de mercado para avaliação dos bens patrimoniais móveis.
Posteriormente foi dado início a depreciação dos respectivos bens patrimoniais, também de acordo com a Lei Municipal Nº. 024/2020 e as regras das NBCASP e MCASP vigentes, reconhecendo as depreciações desde o mês de novembro de 2020.
Sendo assim, o total de depreciação acumulada até dezembro de 2025 foi de R$ 135.824,23 conforme consta no Ativo Não-Circulante, Imobilizado, conta de Depreciação.
D) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo
As movimentações no Passivo Circulante são esporádicas e o órgão não tem costume de deixar suas obrigações a pagar por períodos superiores a 10 (dez) dias. Porém, nota-se que ao final do exercício houve um saldo de R$ 103.583,10 na conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo. Esse valor é advindo da apropriação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados a serem exigidos em prazo inferior a 12 (doze) meses, mais especificamente, referente às férias, 1/3 de férias e obrigações patronais sobre as férias, incorridas durante o exercício de 2025 e ainda não gozadas pelos servidores efetivos e comissionados. Quanto às contas de longo prazo não houveram movimentações durante o exercício.
E) Patrimônio Líquido
A conta de Resultados Acumulados ou o Total do Patrimônio Líquido apresenta um saldo positivo ao final do exercício de 2025 no montante de R$ 253.879,93 que se fundamenta pela adição do Resultado do Exercício, que teve valor positivo de R$ 194.807,43, com o Resultado de Exercícios Anteriores, no valor de R$ 59.072,50. Ressalta-se que o resultado positivo da conta Resultado do Exercício é advindo da confrontação entre receitas (variações patrimoniais aumentativas) e despesas (variações patrimoniais diminutivas) patrimoniais, considerando, o regime contábil de competência. Também foi publicada a Demonstração das Variações Patrimoniais, a qual apresenta os fatos ocorridos durante o exercício de 2025 que resultaram nesse impacto patrimonial aumentativo.

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA		
Estado do Paraná		
BALANÇO PATRIMONIAL		
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985		
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64		
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 09/03/2026
JUVALDI FERREIRA TOMAZ	***EDIVALDO PEREIRA***	
Presidente	Controlador Interno	
FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO		
Contador CRC PR-069434/O-9		

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:44C2B065

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ANEXO15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2025

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA			
Estado do Paraná			
Exercício: 2025			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Adendo III a Portaria SOF nº08, de 04/02/1985			
Anexo XV, da Lei nº4.320/64			
no Período de Janeiro a Dezembro			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**2.946.000,00**	**2.499.000,00**
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		2.946.000,00	2.499.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.946.000,00	2.499.000,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**2.751.192,57**	**2.514.585,22**
PESSOAL E ENCARGOS		1.917.960,44	1.381.346,42
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		1.699.763,99	1.272.155,68
ENCARGOS PATRONAIS		218.196,45	109.190,74
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		209.693,67	154.285,52
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		15.713,91	22.394,06
SERVIÇOS		164.062,09	102.437,12
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		29.917,67	29.454,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		54.404,35	40.289,75
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		54.404,35	40.289,75
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		568.956,81	938.663,53
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		568.956,81	938.663,53
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		177,30	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		177,30	0,00
Resultado Patrimonial Do Período		**194.807,43**	**-15.585,22**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)			
		EXERCÍCIO ATUAL	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		232.437,62	23.802,26
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
JUVALDI FERREIRA TOMAZ		***EDIVALDO PEREIRA***	
Presidente		Controlador Interno	
FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO			
Contador CRC PR-069434/O-9			

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:3A94A853

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
ANEXO18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2025

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA		
Estado do Paraná		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO MÊS: 12	
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	3.540.951,27	2.952.516,54
Transferências correntes recebidas	2.946.000,00	2.499.000,00
Outros ingressos operacionais	594.951,27	453.516,54
DESEMBOLSOS	3.277.768,98	2.955.534,89
Pessoal e demais despesas	2.113.860,90	1.563.354,82
Transferências concedidas	568.956,81	938.663,53
Outros desembolsos operacionais	594.951,27	453.516,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	263.182,29	-3.018,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
DESEMBOLSOS	258.859,16	23.802,26
Aquisição de Ativo Não-Circulante	232.437,62	23.802,26
Outros Desembolsos de investimentos	26.421,54	0,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-258.859,16	-23.802,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	4.323,13	-26.820,61
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.485,97	29.306,58
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.809,10	2.485,97
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências Intragovernamentais	568.956,81	938.663,53
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	568.956,81	938.663,53
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	2.113.860,90	1.563.354,82
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
Perdas com Investimentos	0,00	0,00
Disponibilidades Compensatórias	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	2.113.860,90	1.563.354,82
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida Intraorcamentária	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Notas Explicativas		
-		
JUVALDI FERREIRA TOMAZ	***EDIVALDO PEREIRA***	***FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO***
Presidente	Controlador Interno	Contador CRC PR-069434/O-9

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:7CC95734

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
DECRETO N° 002/2026

DECRETO N.º 002/2026

Concede recomposição salarial e reajuste aos Servidores do Poder Legislativo desta Municipalidade, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e da Lei Municipal n.º 020/2019 e dá outras providências.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 003/2026 DE 12/03/2026, PROMULGA O SEGUINTE**:**

DECRETO

Artigo 1º - Atendendo o disposto na Lei Municipal n.º 003/2026, que *"Concede recomposição salarial e reajuste aos Servidores do Poder Legislativo desta Municipalidade, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e da Lei Municipal n.º 020/2019 e dá outras providências"*, fica por este Decreto concedido recomposição salarial e reajuste aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Jaguapitã, da seguinte forma e percentuais a abaixo:

I – concede recomposição salarial de 4,30% (quatro ponto trinta por cento), segundo INPC/IBGE, aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Jaguapitã, relativa às perdas salariais acumuladas no período de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026, conforme dispõe o artigo 1º da Lei Municipal n.º 003/2026;

II – concede reajuste salarial de 5,70% (cinco ponto setenta por cento), aos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Jaguapitã, conforme dispõe o artigo 2º da Lei Municipal n.º 003/2026.

Artigo 2º - Os índices de recomposição e reajuste salarial dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Jaguapitã, previstos neste Decreto serão concedidos em uma única parcela, devendo ser calculado sobre a folha de pagamento do mês de janeiro de 2026, e pago na folha de pagamento do mês de fevereiro de 2026, conforme dispõe o artigo 3º da Lei Municipal n.º 003/2026.

Artigo 3º - Fica aprovada a atualização da Tabela de Vencimentos do Quadro de Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal constante dos Anexos II e III da Lei Complementar Municipal n.º 001/2011 e suas alterações, conforme Tabela de Vencimentos constantes nos Anexos ao presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto passa a vigorar a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao 1° de fevereiro de 2026, conforme dispõe o artigo 5° da Lei Municipal n°. 003/2026.

Câmara Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

JUVALDI FERREIRA TOMAZ
Presidente

ANEXO II

TABELA DE VENCIMENTOS

1	R$ 2.583,46	26	R$ 4.238,34	51	R$ 6.953,49	76	R$ 11.407,87
2	R$ 2.635,08	27	R$ 4.323,12	52	R$ 7.092,49	77	R$ 11.636,05
3	R$ 2.687,78	28	R$ 4.409,60	53	R$ 7.234,39	78	R$ 11.868,71
4	R$ 2.741,60	29	R$ 4.497,79	54	R$ 7.379,06	79	R$ 12.106,09
5	R$ 2.796,34	30	R$ 4.587,78	55	R$ 7.526,72	80	R$ 12.348,29
6	R$ 2.852,25	31	R$ 4.679,50	56	R$ 7.677,21	81	R$ 12.595,28
7	R$ 2.909,35	32	R$ 4.773,05	57	R$ 7.830,75	82	R$ 12.847,19
8	R$ 2.967,55	33	R$ 4.868,56	58	R$ 7.987,32	83	R$ 13.104,06
9	R$ 3.026,85	34	R$ 4.965,87	59	R$ 8.147,08	84	R$ 13.366,19
10	R$ 3.087,41	35	R$ 5.065,25	60	R$ 8.310,04	85	R$ 13.633,53
11	R$ 3.149,17	36	R$ 5.166,56	61	R$ 8.476,25	86	R$ 13.906,15
12	R$ 3.212,13	37	R$ 5.269,92	62	R$ 8.645,77	87	R$ 14.184,30
13	R$ 3.276,39	38	R$ 5.375,32	63	R$ 8.818,68	88	R$ 14.468,00
14	R$ 3.341,91	39	R$ 5.482,74	64	R$ 8.995,05	89	R$ 14.757,28
15	R$ 3.408,74	40	R$ 5.592,38	65	R$ 9.174,96	90	R$ 15.052,47
16	R$ 3.476,94	41	R$ 5.704,26	66	R$ 9.358,47	91	R$ 15.353,56
17	R$ 3.546,47	42	R$ 5.818,37	67	R$ 9.545,61	92	R$ 15.660,67
18	R$ 3.617,42	43	R$ 5.934,75	68	R$ 9.736,57	93	R$ 15.973,85
19	R$ 3.689,77	44	R$ 6.053,42	69	R$ 9.931,26	94	R$ 16.293,28

20	R$ 3.763,57	45	R$ 6.174,50	70	R$ 10.129,91	95	R$ 16.619,13
21	R$ 3.838,86	46	R$ 6.298,01	71	R$ 10.332,47	96	R$ 16.951,52
22	R$ 3.915,56	47	R$ 6.423,91	72	R$ 10.539,12	97	R$ 17.290,58
23	R$ 3.993,89	48	R$ 6.552,40	73	R$ 10.749,93	98	R$ 17.636,37
24	R$ 4.073,77	49	R$ 6.683,48	74	R$ 10.964,90	99	R$ 17.989,10
25	R$ 4.155,23	50	R$ 6.817,10	75	R$ 11.184,23	100	R$ 18.348,90

ANEXO III

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO
TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO	SIMBOLO	VALOR ATUALIZADO
Controlador Interno	CC-1	**R$ 10.314,98**
Procurador Jurídico	CC-2	**R$ 9.136,73**
Diretor da Secretaria Geral	CC-3	**R$ 8.405,77**

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:24D639C1

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
RGF - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º SEMESTRE 2025 - REPUBLICAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA		
PODER LEGISLATIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 2º SEMESTRE DE 2.025		
LRF, Art. 48 - Anexo VI	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	102.741.821,73	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCLAJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.879.680,55	1,83
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) -<6,00%>	6.164.509,30	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) -<95% do Limite Máximo>	5.856.283,84	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) -<90% do Limite Máximo>	5.548.058,37	5,40
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	6.809,10	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA, emitido em 12/mar/2026 as 06h e 28m.		

JUVALDIFERREIRA TOMAZ	***EDIVALDO PEREIRA***
Presidente	Controlador Interno
FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO	
Contador CRC PR-069434/O-9	

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:4B861E4F

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
RGF - DEMOSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - 2025 - REPUBLICAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA									
PODER LEGISLATIVO									
ESTADO DO PARANÁ									
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL									
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2.025									
RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")									R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	6.809,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.809,10	6.809,10	0,00	0,00
Recursos Ordinários	6.809,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.809,10	6.809,10	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.809,10	0,00	0,00	0,00	0,00	6.809,10	6.809,10	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA, emitido em 12/mar/2026 as 06h e 27m.									

JUVALDI FERREIRA TOMAZ	*EDIVALDO PEREIRA*	*FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO*
Presidente	Controlador Interno	Contador CRC PR-069434/O-9

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:543B0B87

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N° 17/2026

C.N.P.J. 75.457.341/0001-90
Av. Minas Gerais Nº 220
Decreto nº 17/2026 de 05/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 17/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 3.153.699,08 (três milhões cento e cinquenta e três mil seiscentos e noventa e nove reais e oito centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos Anulação de Dotação , Excesso de Arrecadação , Superávit Financeiro, verificado a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/64:

SUPLEMENTAÇÃO			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.020		**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**	
02.020.04.124.0002.2.005		**Manutenção do Sistema de Controle Interno**	
16 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
03		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
03.020		**DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**	
03.020.04.122.0002.2.004		**Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Administrativos**	
43 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.000,00
03.020.28.846.0002.0.007		**Indenizações e Restituições**	
66 - 3.3.90.93.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.000,00
06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.020		**DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS**	
06.020.15.451.0014.1.150		**Pavimentação Urbana**	
162 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	29.900,00
162 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	49.935,48
08		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**	
08.010		**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**	
08.010.12.122.0011.2.209		**Participação no CIEDEPAR- Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do**	
175 - 3.1.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	14.000,00
175 - 3.1.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	9.004,00
08.010.12.361.0011.2.043		**Encargos do FUNDEB 70%**	
198 - 3.3.90.46.00.00	107	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	25.500,00
08.010.12.361.0011.2.045		**Manutenção do Ensino Fundamental - MDE**	
892 - 4.4.90.52.00.00	32027	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	123.500,00
245 - 3.3.90.93.00.00	104	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.308,00
237 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	600,00
209 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	53.000,00
217 - 3.1.90.94.00.00	103	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
237 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	3.960,00
232 - 3.3.90.36.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.400,00
08.010.12.361.0011.2.047		**Manutenção do Transporte Escolar**	
267 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.000,00
08.010.12.365.0011.2.051		**Encargos do FUNDEB - Educação Infantil 30%**	
317 - 3.3.90.39.00.00	102	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	180.000,00
08.010.12.365.0011.2.052		**Manutenção da Educação Infantil - MDE**	
330 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	8.000,00
344 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
08.010.12.365.0011.2.227		**Programa de Estágio e Remuneração - Educação Infantil**	
357 - 3.3.90.39.00.00	103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
10		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010		**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010.10.122.0010.2.217		**Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde**	
879 - 3.3.90.30.00.00	32022	MATERIAL DE CONSUMO	68.466,72
10.010.10.301.0010.1.222		**Construção de Unidade Mista de Saúde**	
450 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	60.000,00
450 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	68.200,00

10.010.10.301.0010.2.034		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica**	
889 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	118.535,78
880 - 3.3.90.30.00.00	32021	MATERIAL DE CONSUMO	165.787,48
881 - 3.3.90.39.00.00	32016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	223.851,09
882 - 3.3.90.39.00.00	4494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	47.374,61
		JURÍDICA	
888 - 4.4.90.52.00.00	1518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	357.664,10
477 - 3.3.90.34.00.00	494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	170.000,00
904 - 3.3.90.30.00.00	32003	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00
477 - 3.3.90.34.00.00	494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	40.000,00
481 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
10.010.10.302.0010.2.037		**Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Alta Complexidade**	
884 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
507 - 3.3.90.34.00.00	000	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	64.600,00
508 - 3.3.90.34.00.00	303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	50.000,00
511 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
510 - 3.3.90.36.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
511 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	130.000,00
10.010.10.304.0010.2.036		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilância em Sanitária**	
885 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	103.984,16
886 - 3.3.90.39.00.00	4494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	460,54
887 - 4.4.90.52.00.00	1518	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.536,12
886 - 3.3.90.39.00.00	4494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
903 - 3.3.90.14.00.00	510	DIÁRIAS - CIVIL	5.000,00
10.010.10.305.0010.2.305		**Vigilância Epidemiológica**	
876 - 3.3.90.30.00.00	32024	MATERIAL DE CONSUMO	1.623,67
877 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
878 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	9.494,04
11		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
11.010.08.122.0024.2.029		**Manutenção de Serviços Administrativos da Assistência Social**	
902 - 3.3.90.39.00.00	31971	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.900,00
906 - 3.3.90.14.00.00	31971	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
11.010.08.243.0023.6.020		**Implantação/Manut Programa Guarda Subsidiada para Criança e Adolescente**	
614 - 3.3.90.48.00.00	000	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	19.500,00
11.010.08.245.0009.2.081	**Vinculos para a Pessoa I**	**Manutenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de**	
642 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.721,00
11.010.08.245.0009.2.082		**Manutenção do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social**	
668 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	100,00
666 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.000,00
11.010.08.245.0023.6.027		**Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS**	
901 - 4.4.90.52.00.00	31979	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.179,04
11.010.08.245.0023.6.163		**Manutenção do Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes em MSE d**	
721 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
723 - 3.1.90.13.00.00	000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	2.000,00
11.020		**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLECENTE**	
11.020.08.243.0008.6.165		**Formação e Capacitação Continuada do Conselho Tutelar**	
759 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
11.040		**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO**	
11.040.08.241.0022.2.027		**Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso**	
900 - 4.4.90.52.00.00	32024	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.378,62
12		**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA**	
12.010		**SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA**	
12.010.20.606.0016.1.081		**Aquisição de Implementos Agricolas**	
899 - 4.4.90.52.00.00	1018	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	734,63
14		**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
14.010		**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**	
14.010.18.541.0018.2.058		**Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins Urbanos**	
803 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
14.010.18.541.0018.2.059		**Execução dos Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**	
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	5.000,00
		JURÍDICA	
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
810 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
814 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	80.000,00
15		**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
15.010		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMI**	
15.010.22.661.0005.2.192		**Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico**	
831 - 3.1.90.94.00.00	000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.000,00
Total.....:			**3.153.699,08**

Artigo 3º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

REDUÇÃO			
02		**GOVERNO MUNICIPAL**	
02.010		**GABINETE DO PREFEITO**	
02.010.04.122.0002.2.002		**Suporte Administrativo ao Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito**	
8 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
03		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
03.020		**DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**	
03.020.04.122.0002.2.004		**Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Administrativos**	
31 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	60.000,00
38 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00

06		**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**	
06.010		**DIVISÃO DE OBRAS**	
06.010.04.122.0007.2.015		**Manutenção da Secretaria de Obras**	
139 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	29.900,00
144 - 4.4.90.51.00.00	000	OBRAS E INSTALAÇÕES	49.935,48
08		**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**	
08.010		**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**	
08.010.12.122.0011.2.209		**Participação no CIEDEPAR- Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do**	
176 - 3.3.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	14.000,00
176 - 3.3.71.70.00.00	000	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	9.004,00
08.010.12.361.0011.2.045		**Manutenção do Ensino Fundamental - MDE**	
236 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.308,00
234 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	600,00
234 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.960,00
228 - 3.3.90.32.00.00	103	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	55.000,00
225 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	2.400,00
08.010.12.361.0011.2.047		**Manutenção do Transporte Escolar**	
264 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
265 - 3.3.90.30.00.00	103	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
266 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
08.010.12.365.0011.2.051		**Encargos do FUNDEB - Educação Infantil 30%**	
316 - 3.3.90.30.00.00	102	MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
313 - 3.1.90.11.00.00	102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
08.010.12.365.0011.2.052		**Manutenção da Educação Infantil - MDE**	
321 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
08.010.12.365.0011.2.214		**Encargos do Salário Educação - Educação Infantil**	
353 - 3.3.90.32.00.00	107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	25.500,00
10		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010		**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**	
10.010.10.301.0010.2.034		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica**	
482 - 3.3.90.39.00.00	494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
471 - 3.3.90.30.00.00	494	MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
452 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
484 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
489 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
489 - 4.4.90.52.00.00	000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	68.200,00
10.010.10.302.0010.2.037		**Assistência Hospitalar e Ambulatorial e Alta Complexidade**	
503 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	64.600,00
503 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
504 - 3.3.90.30.00.00	303	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
512 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
493 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	130.000,00
10.010.10.304.0010.2.036		**Manutenção dos Serviços de Saúde - Vigilância em Sanitária**	
885 - 3.3.90.30.00.00	4494	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
527 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
546 - 3.3.90.30.00.00	510	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
527 - 3.1.90.11.00.00	494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	40.000,00
11		**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
11.010		**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**	
11.010.08.244.0024.2.030		**Manutenção do Programa Auxílio Brasil e Cad Único**	
615 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.500,00
11.010.08.245.0009.2.081		**Manutenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos para a Pessoa I**	
646 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.721,00
11.010.08.245.0009.2.082		**Manutenção do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social**	
660 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
666 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100,00
11.010.08.245.0023.6.028		**Manutenção da Casa Lar**	
717 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.000,00
11.020		**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLECENTE**	
11.020.08.243.0008.6.165		**Formação e Capacitação Continuada do Conselho Tutelar**	
758 - 3.3.90.36.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00
14		**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
14.010		**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE**	
14.010.18.122.0018.2.106		**Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente**	
793 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
793 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
793 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00
793 - 3.3.90.39.00.00	000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00
14.010.18.541.0018.2.059		**Execução dos Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana**	
806 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00
14.010.18.541.0018.2.069		**Distribuição de Sementes, Mudas e Insumos Agroecológicos**	
819 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
819 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00
14.010.18.541.0018.2.215		**Manutenção e Controle das Atividades do Centro de Zoonoses**	
823 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
823 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
15		**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**	
15.010		**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMI**	
15.010.22.661.0005.2.192		**Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico**	
829 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.000,00
Total.....:			**1.498.228,48**

Superavit Financeiro nas Fonte(s):		
6494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos da Saúde	494	19.494,04
31518 BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1518	390.200,22
33971 Piso ùnico da Assistência Social - C/C 24314-0	31971	26.900,00
33979 Deliberação CEAS 88/2024 - C/C 25823-7	31979	24.179,04
34494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos da Saúde - ESTADUA	4494	370.355,09

332003 Piso de Atenção Primária a saúde - Despesas diversas	32003	200.000,00
332016 EMENDA - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - Portaria GM/ms N	32016	223.851,09
332021 EMENDA COMISSÃO DA SAÚDE	32021	165.787,48
332022 EMENDA COMISSÃO DA SAÚDE OB 065140	32022	68.466,72
332024 Deliberação nº 049/2025/CEDIPI/PR	32024	40.378,62
332027 TERMO DE CONVÊNIO N.º 202512176 SIT 79722/25	32027	123.500,00
Total:		**1.653.112,30**
Excesso de Arrecadação:		
Receita: 1.7.1.3.50.3.1.1.4.00.00.00.00 Incentivo Financeiro as Ações de Vigilância e Prevenção e Controle das DST?AIDS e Hepatites Virais		1.623,67
Receita: 1.3.2.1.01.0.1.0.1.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		734,63
Total:		**2.358,30**

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã , em 05 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lana Taiane Cruz
Código Identificador:CAF4548A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04 2026

CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA							
Estado do Paraná							
Exercício: 2026							
TERMO DE DISPENSAD E LICITAÇÃO 4 / 2026							
DATA: 13/03/2026	**PROTOCOLO:** 4 / 2026	**PROCESSO:** 4					
CONTRATANTE							
CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA							
CONTRATADO(A)							
Fornecedor: ADAIZA SOUZA DE CASTRO							
CNPJ: 58.732.979/0001-72	**Insc. Estadual:** ISENTO						
Endereço: RUA RUI BARBOSA, 163							
Bairro: CENTRO	**Cidade:** Jardim Olinda - PR	**CEP:** 87.690-000					
Telefone:							
OBJETO							
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa (interna e externa) e polimento simples linha leve para o veículo oficial, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal.							
JUSTIFICATIVA							
AUTORIZAR a contratação da empresa ADAIZA SOUZA DE CASTRO - ME para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem completa (interna e externa) e polimento simples linha leve para o veículo oficial, com a finalidade de atender as necessidades da Câmara Municipal, pelo valor de R$ 3.396,00 (três mil trezentos e noventa e seis reais) por DISPENSA DE LICITAÇÃO em conformidade com o disposto no art. 75 inciso II, da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.							
DESPESA							
Programática	**Fonte**	**Descrição**					
40001010314000270133903900000	10000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
ITEM(S)							
Lot	**Orde**	**Item**	**Descrição**	**Unidade**	**Qtde.**	**V. Unitário**	**V. Total**
1	1	31622	SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	48.00	64,50	3.096,00
1	2	31624	SERVIÇOS DE POLIMENTO COM MAQUINHA VEÍCULOS LINHA LEVE	UN	6.00	50,00	300,00
						Total:	**3,396.00**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL							
Presidente Câmara							
HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO							

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:0316C39E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2026 – PML
LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA
EMPRESA DETENTORA: SCALIANTE & MACEDO LTDA

OBJETO: Registro de Preços apra contratação de empresa especializada para eventual aquisição de pão francês, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Finanças e Administração, Planejamento, Industria e Comercio, Saúde, Serviços Urbanos, Trabalho e Serviço Social, Esporte, Lazer e Turismo, Políticas Públicas para Mulheres, Agricultura, Meio Ambiente e Habitação, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	PÃO FRANCÊS, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL; PESANDO APROXIMADAMENTE 50 GRAMAS. VIDA ÚTIL DE 6 (SEIS) HORAS. AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO DEVERÃO ATENDER A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE; SEM SINAIS DE MOFO; TER ASPECTO, COR, SABOR, CHEIRO E TEXTURA CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO NOVO. EMBALAGEM: TRANSPARENTE, INCOLOR, RESISTENTE, RESPEITANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE (ITEM PRINCIPAL)	KG	12975	17,31	224.597,25
2	PÃO FRANCÊS, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL; PESANDO APROXIMADAMENTE 50 GRAMAS. VIDA ÚTIL DE 6 (SEIS) HORAS. AS CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PRODUTO DEVERÃO ATENDER A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE; SEM SINAIS DE MOFO; TER ASPECTO, COR, SABOR, CHEIRO E TEXTURA CARACTERÍSTICOS DO PRODUTO NOVO. EMBALAGEM: TRANSPARENTE, INCOLOR, RESISTENTE, RESPEITANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE (ITEM RESERVADO)	KG	4325	17,31	74.865,75

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos da presente licitação deverão ser entregues nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitantes. O prazo de entrega deve seguir as recomendações diária, conforme for descrito por cada Secretaria no momento do pedido.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 11 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

FABIANO MACEDO SCALIANTE
Scaliante & Macedo LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:8EAB44B8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 029/2026 - PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 029/2026 – PML

DOCUMENTO: Licitação Pregão Eletrônico n° 006/2026 – PML

PARTES: Município de Loanda e a empresa Chiapetti Comércio de Caminhões e Ônibus Ltda

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de 01 (um) veículo do tipo Caminhão Caçamba Basculante, 6x4, zero km, através do Convênio nº 1034/2025 SEAB, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, do Município de Loanda-Pr.

VALOR CONTRATUAL: O valor total da contratação é de R$ 644.900,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil e novecentos reais), conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE DE 10M³; ZERO KM; FABRICAÇÃO 2026, MODELO 2027, TRAÇÃO 6X4, POTÊNCIA 315 CV; CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO 42.000 KG; COR BRANCA (CAMINHÃO E CAÇAMBA); ALARME SONORO DE MARCHA RÉ; EQUIPADO COM CINTO DE SEGURANÇA DE 3 (TRÊS) PONTOS COM RETRATOR E ENCOSTO DE CABEÇA; SISTEMA DE CONTROLE DE ESTABILIDADE; AR-CONDICIONADO; CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS E TRAVAS DAS PORTAS; ASSENTO ERGONÔMICO DO MOTORISTA; JOGO DE TAPETES; TACÓGRAFO; LUZES DE RODAGEM DIURNA; EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE, CONFORME CATÁLOGO COMERCIAL DO PRODUTO;	VOLKSWAGEN CONSTELLATION 31-320 6X4 CAÇAMBA BASCULANTE MARCA GERMANI	UN	1	644.900,00	644.900,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O equipamento, objeto desta licitação, deverá ser entregue mediante ORDEM DE FORNECIMENTO, em uma única parcela, com entrega técnica, na sede da Prefeitura Municipal de Loanda, localizada na Rua Mato Grosso, 354, Alto da Glória no município de Loanda – PR. O equipamento deverá ser entregue no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após assinatura do contrato emitido pelo Município. O veículo deverá ser entregue no prazo e local acima indicado, totalmente completo e em perfeito funcionamento, com data previamente agendada onde ocorrerá a entrega técnica e testes de funcionamento, acompanhados por servidor designado pela administração municipal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, em 04 de março de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

RAFAEL CHIAPETTI
Chiapetti Comércio de Caminhões e Ônibus LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:DDC4F634

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 030/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 030/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, à servidora pública municipal abaixo elencados, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
10689 SUELLEN ARCANJO BRITO OLIVEIRA	02/02/2011	EDUCADOR INFANTIL	02/02/2016	À	01/02/2021	16/03/2026	À	13/06/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (16/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:122BA97C

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 13/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023
PROCESSO N. 20/2023

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ./M.F. n.º 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções a Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n. 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e a **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **LAVEBRAS GESTÃO DE TEXTEIS S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.272.575/0067-76, com endereço na Rodovia dos Minérios, 5505, Jardim Rafaela, CEP: 83.512-000, na cidade de Almirante Tamandaré/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o senhor **OTÁVIO BATISTA DE CARVALHO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da cédula de identidade RG nº 4.191.060 SDS – PE e CPF nº 666.550.214-72 e o senhor **REMI MICHEL FOULADOUX**, francês, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE- V214380-9 e CPF nº 215.825.398-39, tem justo e acertado o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, nos termos do Pregão 14/2023, bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica prorrogado o prazo de vigência e execução da Contrato n° 13/2023 referente ao Pregão n° 14/2023, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 28 de Fevereiro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor referente a prorrogação, conforme solicitação da secretaria (em anexo), será de acordo com tabela abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRICAO	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR COM LOCAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE ENXOVAL, englobando o processamento de roupas e tecidos em geral, em todas as suas etapas, desde sua utilização até o seu retorno em ideais condições de reuso - sob situações higiênico - sanitárias adequadas, passado e empacotado por conjunto individual.	kg	25000	R$9,55	R$238.750,00

CLÁUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Ata de Registro de Preços Original, datado de 28 de Fevereiro de 2023.

Mandaguari (PR), 11 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

REMI MICHEL FOULADOUX
Lavebras Gestão de Texteis S/a

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:4AC8A6C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
1º RETIFICAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – 2026

1º RETIFICAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela Resolução 01/2024 , formaliza a primeira retificação ao Plano de Contratações Anual do Poder Legislativo, para o exercício de 2026, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: PCA 2- Materiais de Limpeza							
Justificativa Sucinta: Alteração da quantidade e no valor do objeto: 2 – Materiais de Limpeza (Item 17), deve-se à estimativa ter considerado 80 rolos de 30 metros na qual será alterada para a quantidade de 20 fardos contendo 8 rolos de 300 metros cada.							
Item	**Catmat**	**Especificação**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Estimado Unitário**	**Valor Estimado Total**	**Vinculação com Outro Item**
001	227864	Papel Higiênico Folhas:Dupla, Comprimento: 300m, Largura 10 cm, Cor: Branca	Fardo 8 rolos	20	R$ 160,71	R$ 3.214,20	Sim

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: PCA 12 – Viagens Oficiais							
Justificativa Sucinta: Alteração na nomenclatura, quantidade e valor do objeto 12 – Viagens Oficiais (Item 1), a alteração de nomenclatura será para considerar viagens em todo o território brasileiro, levando em conta possíveis visitas ou cursos, com isso a mudança na quantidade é devido ao número de servidores e ás possíveis viagens que devem ser realizadas, mediante a alteração o valor sofre um acréscimo.							
Item	**CatSer**	**Especificação**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Estimado Unitário**	**Valor Estimado Total**	**Vinculação com Outro Item**
002	3719 9946	Despesas com passagens áreas e hotéis	Serviços	42	R$ 5.714,29	R$ 240.000,18	Sim

Mandirituba, 16 de março de 2026.

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:19A0BCA5

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, com sede na Travessa Padre Francisco Bierman, nº 10, Centro, Mandirituba-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.942.395/0001-41, neste ato representado pela Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Brenda Carolina Lecheta.

Validade das Atas de Registro de Preços é de 12 meses a partir de 17 de março de 2026.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026
FORNECEDOR: 52.208.900 JOSÉ DE CASTRO GOMES FILHO, inscrito no CNPJ nº 52.208.900./0001-22, com sede na Rua José Caldart, Nº1412,Maria Luiza – Cascavel-PR, CEP 85819-570, telefone (45) 984172470, e-mail: exitoslicita@gmail.com, neste ato representado por seu representante legal Sr. JOSÉ DE CASTRO GOMES FILHO, brasileiro, inscrito no CPF nº 55591051391

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
7	438696	**Biscoito** Sabor: Leite Com Gotas De Chocolate Tipo: Amanteigado Características Adicionais: Sem Recheio	Unid.	200	R$ 9,64	R$ 1.928,00

O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 1.928,00**–(mil novecentos e vinte e oito reais);

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026
FORNECEDOR: 59.359.130 LUZIMAR PEREIRA DA SILVA, inscrito no CNPJ nº 59.359.130/0001-68, com sede na Rua PROFESSOR ANTONIO DANTAS, Nº1084,PARQUE DA FONTE – São José dos Pinhais-PR, CEP 83050-100, telefone (41) 98464-2663, e-mail:fornecimentos.pereira@gmail.com, neste ato representado por seu representante legal Sra. LUZIMAR PEREIRA DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF nº 67224865249

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
2	445479	**Água Mineral Natural** Tipo: Com Gás Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável	Garrafa com 500 ml	288	R$ 1,09	R$ 313,92

O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 313,92**–(trezentos e treze reais e noventa e dois centavos);

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026
FORNECEDOR: MATAS DE MINAS COMERCIO DE CAFE LTDA, inscrito no CNPJ nº 47417807000198, com sede na Rua Jose Simao Magalhaes, Nº 06,Belvedere – Ervália-MG, CEP 36555-000, telefone (32) 99900-6754, e-mail: cafecoliseusuperior@gmail.com, neste ato representado por seu representante legal Sr. Gustavo de Oliveira Moreira, brasileiro, inscrito no CPF nº 094.498.806-70

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
11	463582	**Café** Apresentação: Torrado Moído Intensidade: Média Tipo: Superior Empacotamento: Vácuo Prazo Validade Mínimo: 06 Meses	Pct 500 gramas	100	R$ 24,63	R$ 2.463,00

O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 2.463,00** –(dois mil quatrocentos e sessenta e três reais);

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2026
FORNECEDOR: VB Comercio de Produtos Alimenticios Ltda, inscrito no CNPJ nº 72.131.402/0001-36, com sede na RUA FRANCISCO PORTES, nº 1105Retiro – Mandirituba-PR, CEP 83805-070, telefone (41) 32736234, e-mail: vbatacados@gmail.com, neste ato representado por seu representante legal Sra. Laura Joselia Vilas Boas, brasileiro, inscrito no CPF nº 629.740.509-30

Item	CATMAT	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	463996	**Açúcar** Tipo: Refinado Coloração: Branca	Pacote 5 Kg	12	R$ 17,81	R$ 213,72
3	445484	**Água Mineral Natural** Tipo: Sem Gás Material Embalagem: Plástico Tipo Embalagem: Descartável	Copo 200 ml	1600	R$ 0,94	R$ 1.504,00
5	232143	**Biscoito** Apresentação: Sortido Características Adicionais: Amanteigado, com ou sem Recheio Classificação: Doce	Unidade	100	R$ 6,35	R$ 635,00
6	255866	**Biscoito** Apresentação: Retangular Sabor: Chocolate Tipo: Wafer Classificação: Doce Prazo Validade: 10 MESES	Pcts	100	R$ 3,30	R$ 330,00
8	255865	**Biscoito** Apresentação: Retangular Sabor: Morango Tipo: Wafer Classificação: Doce Prazo Validade: 10 MESES	Pcts	100	R$ 3,30	R$ 330,00
9	232930	**Biscoito** Apresentação: Quadrado Sabor: Cream Cracker Características Adicionais: Sem Recheio Classificação: Salgado	Pcts	30	R$ 3,47	R$ 104,10
12	237590	**Coador Descartável Café** Material: Papel Tamanho: 103	Cx. 30 unid.	30	R$ 3,74	R$ 112,20
13	446004	**Leite Fluido** Origem: De Vaca Tipo: B Teor Gordura: Integral Processamento: Pasteurizado Tratamento: Homogeneizado	Cx 1 Litro	200	R$ 5,05	R$ 1.010,00

14	355015	**Talher Descartável** Material: Plástico Tipo: Mexedor De Cafezinho Cor: Cristal Características Adicionais: Resistente Comprimento: 9 CM	Pcts 500 unid.	20	R$ 6,79	R$ 135,80
15	314683	Toalha De Papel Material: Papel Cor: Branca Características Adicionais: 120 folhas, folha dupla, descartável	Pct 2 unid.	30	R$ 4,95	R$ 148,50

O valor total registrado na presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 4.523,32**–(quatro mil quinhentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos);

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente
Órgão Gerenciador

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:E68F1793

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
21º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

21° ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO – PCA-M - 2026

O Município de Mandirituba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Bom Jesus, n.º 44, Centro, CEP 83.800-058, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.105.550/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito FELIPE CLAUDINO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições legais previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como, o Decreto Municipal n.º 1.216/2023 – Regulamenta a Lei 14133/2021, formaliza ao Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026.

As demandas não previstas no Plano de Contratações Anual foram solicitadas pelo respectivo Secretário responsável pela pasta e está autorizada pela autoridade competente.

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

Justificativa Suscinta: A aquisição de materiais de higiene e limpeza é essencial para garantir ambientes saudáveis e seguros em espaços públicos, contribuindo para a promoção da saúde da comunidade. Esta medida visa fornecer os insumos necessários para a manutenção da limpeza e higiene em locais de grande circulação, como prédios públicos, escolas e centros de atendimento. Ao investir na aquisição desses materiais, buscamos assegurar a prevenção de doenças, a segurança sanitária e o bem-estar dos cidadãos. Isso é crucial para promover um ambiente mais saudável, acolhedor e em conformidade com normas sanitárias, contribuindo para a qualidade de vida e a segurança da comunidade.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant .	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridad e	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.30	Água sanitária 05 litros	UND	50	R$ 6,60	R$ 330,00	Médio	20/06/2026	SIM
02	3.3.90.30	Álcool 70% em gel. 5 litros	UND	15	R$ 22,00	R$ 330,00	Médio	20/06/2026	SIM
03	3.3.90.30	Álcool 70% em gel.500 ml	UND	15	R$ 3,60	R$ 54,00	Médio	20/06/2026	SIM
05	3.3.90.30	Álcool Gel Refil 70% bactericida 800ml	UND	20	R$ 5,34	R$ 106,80	Médio	20/06/2026	SIM
28	3.3.90.30	Copo descartável, 180 ml. Caixa com 2.500 unidades	CX	30	R$ 72,00	R$ 2.160,00	Médio	20/06/2026	SIM
29	3.3.90.30	Copo descartável.50 ml. Caixa com 5.000 unidades.	CX	5	R$ 84,00	R$ 420,00	Médio	20/06/2026	SIM
30	3.3.90.30	Creme dental 90 gramas.	UND	150	R$ 1,76	R$ 264,00	Médio	20/06/2026	SIM
31	3.3.90.30	Desengordurante 500 ml.	UND	100	R$ 2,68	R$ 268,00	Médio	20/06/2026	SIM
35	3.3.90.30	Desinfetante para uso geral. 05 litros cada.	UND	60	R$ 5,24	R$ 314,40	Médio	20/06/2026	SIM
39	3.3.90.30	Detergente líquido neutro embalagem de 500 ml;	UND	120	R$ 1,34	R$ 160,80	Médio	20/06/2026	SIM
40	3.3.90.30	Detergente líquido neutro concentrado. 05 litros.	UND	50	R$ 9,47	R$ 473,50	Médio	20/06/2026	SIM
49	3.3.90.30	Esponja de lã de aço. Embalagem com 60 gramas.	UND	100	R$ 1,60	R$ 160,00	Médio	20/06/2026	SIM
50	3.3.90.30	Esponja dupla face verde/amarela.	UND	60	R$ 0,57	R$ 34,20	Médio	20/06/2026	SIM
53	3.3.90.30	Fralda descartavel infantil tamanho P, M, G, e XG	UND	3000	R$ 0,57	R$ 1.710,00	Médio	20/06/2026	SIM
55	3.3.90.30	Guardanapo de papel. Embalagem com 50 unidades.	PCT	400	R$ 1,48	R$ 592,00	Médio	20/06/2026	SIM
60	3.3.90.30	Limpador multiuso líquido 500 ml com	UND	30	R$ 1,74	R$ 52,20	Médio	20/06/2026	SIM
75	3.3.90.30	Papel toalha em rolo. Embalagem com 02 rolos.	PCT	100	R$ 3,28	R$ 328,00	Médio	20/06/2026	SIM
76	3.3.90.30	Papel toalha. Embalagem com 4.800 folhas.	CX	20	R$ 45,00	R$ 900,00	Médio	20/06/2026	SIM
87	3.3.90.30	Sabão em barra. Embalagem com 5 unidades de 200 g.	PCT	20	R$ 7,30	R$ 146,00	Médio	20/06/2026	SIM
98	3.3.90.30	Saco plástico gofrado 50 x 80 cm, pacote com 100 unidades.	ROLO	20	R$ 32,25	R$ 645,00	Médio	20/06/2026	SIM
99	3.3.90.30	Sacola 50X60 cm. Embalagem com 1.000 unidades.	CX	10	R$ 125,00	R$ 1.250,00	Médio	20/06/2026	SIM
101	3.3.90.30	Saponáceo cremoso. Embalagem com 300 ml.	UND	30	R$ 2,34	R$ 70,20	Médio	20/06/2026	SIM
109	3.3.90.30	Touca descartável com elástico. Embalagem com 100 unidades.	PCT	10	R$ 6,11	R$ 61,10	Médio	20/06/2026	SIM
121	3.3.90.30	Sabonete líquido anti-séptico. Embalagem com 800ml (refil).	UND	100	R$ 4,80	R$ 480,00	Médio	20/06/2026	SIM
136	3.3.90.30	Sabonete intimo liquido com 200 ml	UND	100	R$ 27,00	R$ 270,00	Médio	20/06/2026	SIM
137	3.3.90.30	Hastes de algodão com pontas de algodão	UND	100	R$ 5,00	R$ 500,00	Médio	20/06/2026	SIM
141	3.3.90.30	Creme para pentear uso infantil	UND	30	R$ 13,00	R$ 390,00	Médio	20/06/2026	SIM
142	3.3.90.30	Creme para pentear,sem enxague, para todos os tipos de cabelo	UND	30	R$ 8,00	R$ 240,00	Médio	20/06/2026	SIM
144	3.3.90.30	Fio dental encerado; resistente; vedado em caixa com rolo de 100 metros	UND	100	R$ 8,19	R$ 819,00	Médio	20/06/2026	SIM
145	3.3.90.30	Escova para cabelo em plástico, infantil, com cerdas macias e pontas protetoras	UND	50	R$ 13,95	R$ 697,50	Médio	20/06/2026	SIM
146	3.3.90.30	Escova para cabelo em plástico, adulto, com cerdas macias e pontas protetoras	UND	50	R$ 19,99	R$ 999,50	Médio	20/06/2026	SIM
147	3.3.90.30	Pente grosso para cabelo, em plástico resistente em cabo	UND	50	R$ 5,00	R$ 250,00	Médio	20/06/2026	SIM
149	3.3.90.30	Cortador de unha infantil	UND	50	R$ 12,50	R$ 625,00	Médio	20/06/2026	SIM
150	3.3.90.30	Cortador de unha em aço carbono niquelado e cromado	UND	50	R$ 7,59	R$ 379,50	Médio	20/06/2026	SIM
152	3.3.90.30	Repelente de insetos 200 ML em creme	UND	20	R$ 19,49	R$ 389,80	Médio	20/06/2026	SIM

Valor total: R$ 16.870,50

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Serviço de Dedetização e Desratização, e Limpeza de caixas de água.

Justificativa Suscinta: A inclusão da demanda não prevista no PCA 2026 para serviços de Dedetização e Desratização e limpeza de caixas d'água é necessária para atender às necessidades desta secretaria, garantindo condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as normas da vigilância sanitária e visando à proteção da saúde.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.39	Serviço de dedetização e desratização	M²	4.000 M²	R$ 0,50	R$ 2.000,00	Média	06/04/2026	não
02	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 500 litros	UND	10	R$ 90,00	R$ 900,00	Média	06/04/2026	não
03	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 1.000 litros	UND	02	R$ 130,00	R$ 260,00	Média	06/04/2026	
04	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 20.000 litros	UND	01	R$ 330,00	R$ 330,00	Média	06/04/2026	não

Valor total: **R$ 3.490,00**

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Serviço de Dedetização e Desratização, e Limpeza de caixas de água.

Justificativa Suscinta: A inclusão da demanda não prevista no PCA 2026 para serviços de Dedetização e Desratização e limpeza de caixas d'água é necessária para atender às necessidades desta secretaria, garantindo condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as normas da vigilância sanitária e visando à proteção da saúde.

Item	(Elemento da	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de	Estimativa	Grau de	Data	Vinculaçã o com

	despesa)				valor unitário	valor total	Prioridade	Prevista	outro item
01	3.3.90.39	Serviço de dedetização e desratização	M²	4.000	R$ 0,50	R$ 2.000,00	Média	06/04/2026	não
02	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 500 litros	UND	02	R$ 90,00	R$ 180,00	Média	06/04/2026	não
03	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 1.000 litros	UND	02	R$ 130,00	R$ 260,00	Média	06/04/2026	não
04	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 15.000 litros	UND	02	R$ 290,00	R$ 580,00	Média	06/04/2026	não
05	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 18.000 litros	UND	04	320,00	R$ 1.280,00	Média	06/04/2026	não
Valor total: **R$**						**4.300,00**			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Serviço de Dedetização e Desratização, e Limpeza de caixas de água.

Justificativa Suscinta: A inclusão da demanda não prevista no PCA 2026 para serviços de Dedetização e Desratização, e Limpeza de caixas de água é necessária para atender às necessidades desta secretaria, garantindo condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as normas da vigilância sanitária e visando à proteção da saúde de nossos alunos e comunidade em geral.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	3.3.90.39	Serviço de dedetização e desratização	M²	40.000 M²	R$ 0,50	R$ 20.000,00	Média	06/04/2026	não
02	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 500 litros	UND	65	R$ 90,00	R$ 5.850,00	Média	06/04/2026	não
03	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 1.000 litros	UND	22	R$ 130,00	R$ 2.860,00	Média	06/04/2026	não
04	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 18.000 litros	UND	02	290,00	R$ 580,00	Média	06/04/2026	não
05	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 20.000 litros	UND	03	330,00	990,00	Média	06/04/2026	não
06	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 30.000 litros	UND	02	R$ 340,00	R$ 680,00	Média	06/04/2026	não
07	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 36.000 litros	UND	02	R$ 400,00	R$ 800,00	Média	06/04/2026	não
Valor total: **R$**						**31.760,00**			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Serviço de Dedetização e Desratização, e Limpeza de caixas de água.

Justificativa Suscinta: A inclusão da demanda não prevista no PCA 2026 para serviços de Dedetização e Desratização e limpeza de caixas d'água é necessária para atender às necessidades desta secretaria, garantindo condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as normas da vigilância sanitária e visando à proteção da saúde.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativ a de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	3.3.90.39	Serviço de dedetização e desratização.	M²	11.778	R$ 0,50	R$ 5.889,00	Média	06/04/2026	não
02	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 500 litros.	UND	30	R$ 50,00	R$ 1.500,00	Média	06/04/2026	não
03	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 1.000 litros.	UND	32	R$ 45,00	R$ 1.440,00	Média	06/04/2026	não
Valor total: **R$**						**8.829,00**			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Serviço de Dedetização e Desratização, e Limpeza de caixas de água.

Justificativa Suscinta: A inclusão da demanda não prevista no PCA 2026 para serviços de dedetização e desratização e limpezas de caixas d'água é necessária para atender às necessidades desta secretaria, garantindo condições adequadas de higiene e segurança, em conformidade com as normas da vigilância sanitária e visando à proteção da saúde.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativ a de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculaçã o com outro item
01	3.3.90.39	Serviço de dedetização e desratização	M²	1.800	R$ 0,50	R$ 900,00	Média	06/04/2026	não
02	3.3.90.39	Limpeza e desinfecção de caixas de água de 1.000 litros	UND	16	R$ 45,00	R$ 720,00	Média	03/04/2026	não
Valor total: **R$**						**1.620,00**			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados na revisão do ICMS Ecológico.

Justificativa sucinta: Contratação de instituição para prestação de serviços técnicos especializados, a fim de identificar potenciais melhorias que aumentem o repasse financeiro para o Município de Mandirituba, Paraná, assim como a provisão de serviços ecossistêmicos para a população.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Priorida de	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.39	Serviços de Pesquisa	mês	6	R$ 18.125,00	R$ 108.750,00	Médio	30/03/2026	Não
Valor total: R$						108.750,00			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: Desinfetante para uso geral. composição: cloreto de alquilbenzilamônio, tensoativo não iônico, corante, fragrância sequestrante e veículo. embalagem 05 litros cada.

Justificativa Suscinta: necessidade se dá pelo fato da secretaria municipal de administração ser responsável pela limpeza do paço municipal e de outros ambientes.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant.	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridad e	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.30	Desinfetante para uso geral. composição: cloreto de alquilbenzilamônio, tensoativo não iônico, corante, fragrância sequestrante e veículo. embalagem 05 litros cada.	Und	350	R$ 5,24	R$ 1.834,00	Médio	31/03/2026	Não
Valor total: R$						1.834,00			

DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS

Justificativa Suscinta: A aquisição de gêneros alimentícios é indispensável para garantir a oferta regular e diversificada de alimentos necessários em programas sociais, merendas escolares e demais atividades que demandem provisões. Esta medida visa assegurar a qualidade nutricional, a variedade e a suficiência no abastecimento, promovendo a saúde e bem-estar da população beneficiada. Ressalta-se que alguns dos itens ora solicitados já constavam no Plano de Contratações Anual – PCA2026, porém houve a necessidade de revisão e aumento das quantidades inicialmente previstas, considerando a ampliação da demanda dos serviços e a estimativa de consumo ao longo do exercício. Além disso, verificou-se que determinados itens estavam previstos com quantitativo zerado ou não haviam sido inicialmente incluídos, situação identificada após reavaliação das necessidades dos setores responsáveis pela execução dos programas e atividades que utilizam tais gêneros alimentícios. Dessa forma, a presente inclusão e adequação de quantitativos no PCA 2026 tem como objetivo corrigir e complementar o planejamento inicial, garantindo que o processo de contratação contemple de forma adequada a real necessidade da Administração, evitando desabastecimento e assegurando a continuidade dos serviços prestados.

Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und	Quant	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
01	3.3.90.30	Açucar refinado. Embalagem 5kg.	PCT	1000	R$ 18,50	R$ 18.500,00	Médio	10/04/2026	Sim
02	3.3.90.30	Amido de milho. Embalagem 1kg	UND	1000	R$ 4,90	R$ 4.900,00	Médio	10/04/2026	Sim
03	3.3.90.30	Arroz parboilizado, tipo 1. Embalagem 5kg.	PCT	1000	R$ 22,00	R$ 22.000,00	Médio	10/04/2026	Sim
04	3.3.90.30	Balas sortidas. Embalagem com no mínimo 600g.	PCT	50	R$ 8,20	R$ 410,00	Médio	10/04/2026	Sim
05	3.3.90.30	Bala de goma com no mínimo 8 unidades, caixa com no mínimo 24 unidades,	CX	50	R$ 18,36	R$ 918,00	Médio	10/04/2026	Sim
06	3.3.90.30	Banha suína. Embalagem 1kg Biscoito salgado crocante.	PCT	50	R$ 16,45	R$ 822,50	Médio	10/04/2026	Sim
07	3.3.90.30	Embalagem com no mínimo 400g.	PCT	1500	R$ 3,57	R$ 5.355,00	Médio	10/04/2026	Sim
08	3.3.90.30	Bombom recheado. Embalagem com no mínimo 950 gramas ou 48 und.	PCT	200	R$ 47,80	R$ 9.560,00	Médio	10/04/2026	Sim
09	3.3.90.30	Canjica de milho branco, tipo 1. Embalagem com no mínimo 500g.	PCT	50	R$ 4,00	R$ 200,00	Médio	10/04/2026	Sim
10	3.3.90.30	Cocada branca e cocada preta. Caixa com 50 unidades.	CX	15	R$ 26,12	R$ 391,80	Médio	10/04/2026	Sim
11	3.3.90.30	Cravo da índia. Pacote com aprox. 8g	PCT	10	R$ 1,90	R$ 19,00	Médio	10/04/2026	Sim
12	3.3.90.30	Creme de leite UHT. Embalagem com 200 gramas	CX	300	R$ 2,68	R$ 804,00	Médio	10/04/2026	Sim
13	3.3.90.30	Doce cremoso com polpa de fruta	UND	500	R$ 3,60	R$ 1.800,00	Médio	10/04/2026	Sim
14	3.3.90.30	Doce de leite	UND	100	R$ 3,90	R$ 390,00	Médio	10/04/2026	Sim
15	3.3.90.30	Doce tipo pingo de leite pote com 50 unidades	POT	10	R$ 22,17	R$ 221,70	Médio	10/04/2026	Sim
16	3.3.90.30	Farinha de milho branca, tipo biju. Embalagem com 1kg	PCT	1000	R$ 5,60	R$ 5.600,00	Médio	10/04/2026	Sim
17	3.3.90.30	Farinha de rosca. Embalagem com no mínimo 500g.	PCT	10	R$ 3,85	R$ 38,50	Médio	10/04/2026	Sim
18	3.3.90.30	Farinha de trigo branca especial, tipo 1. Embalagem com 1kg.	PCT	1500	R$ 13,75	R$ 20.625,00	Médio	10/04/2026	Sim
19	3.3.90.30	Fermento químico em pó. Embalagem com 100g.	UND	200	R$ 2,26	R$ 452,00	Médio	10/04/2026	Sim
20	3.3.90.30	Fermento biológico seco. Embalagem com aproximadamente 125g.	UND	200	R$ 5,77	R$1.154,00	Médio	10/04/2026	Sim
21	3.3.90.30	Fubá de milho branco. Embalagem com 1kg.	PCT	2000	R$ 4,65	R$ 9.300,00	Médio	10/04/2026	Sim
22	3.3.90.30	Fubá amarelo fino. Embalagem com 1kg.	PCT	2000	R$ 2,25	R$ 4.500,00	Médio	10/04/2026	Sim

23	3.3.90.30	Granulado colorido. Embalagem com no mínimo 500g.	PCT	50	R$ 9,64	R$ 482,00	Médio	10/04/2026	Sim
24	3.3.90.30	Leite condensado. Embalagem com aprox. 395g.	CX	400	R$ 4,95	R$ 1.980,00	Médio	10/04/2026	Sim
25	3.3.90.30	Macarrão conchinha, ave maria ou padre nosso. Embalagem com 500g.	PCT	1000	R$ 2,45	R$ 2.450,00	Médio	10/04/2026	Sim
26	3.3.90.30	Maionese. Embalagem com 500g.	POT	200	R$ 4,35	R$ 870,00	Médio	10/04/2026	Sim
27	3.3.90.30	Margarina sem sal. Embalagem com 500g.	POT	100	R$ 6,59	R$ 659,00	Médio	10/04/2026	Sim
28	3.3.90.30	Margarina vegetal cremosa com sal. Embalagem com 500g.	POT	50	R$ 5,42	R$ 271,00	Médio	10/04/2026	Sim
29	3.3.90.30	Maria caxuxa. Caixa com 50 unidades	CX	20	R$ 34,03	R$ 680,60	Médio	10/04/2026	Sim
30	3.3.90.30	Melhorador de farinha com no mínimo 300g	PCT	150	R$ 18,30	R$ 2.745,00	Médio	10/04/2026	Sim
31	3.3.90.30	Óleo de soja. Embalagem com 900ml	UND	1000	R$ 4,65	R$ 4.650,00	Médio	10/04/2026	Sim
32	3.3.90.30	Orégano desidratado. Embalagem com 250 gramas	PCT	10	R$ 4,20	R$ 42,00	Médio	10/04/2026	Sim
33	3.3.90.30	Paçoca de amendoim. Caixa com aprox. 50 unidades	CX	30	R$ 21,48	R$ 644,40	Médio	10/04/2026	Sim
34	3.3.90.30	Pimenta do reino em pó fino. Embalagem com aprox. 30 gramas	PCT	20	R$ 1,10	R$ 22,00	Médio	10/04/2026	Sim
35	3.3.90.30	Pipoca doce pacote com 50 unidades de aprox. 50 gramas	FARD O	20	R$ 52,95	R$ 1.059,00	Médio	10/04/2026	Sim
36	3.3.90.30	Polvilho doce. Embalagem com 500g	PCT	100	R$ 3,15	R$ 315,00	Médio	10/04/2026	Sim
37	3.3.90.30	Refresco em pó. Embalagem com no mínimo 450 gramas	PCT	100	R$ 6,55	R$ 655,00	Médio	10/04/2026	Sim
38	3.3.90.30	Sagu de mandioca. Pacote de no mínimo 500g	PCT	100	R$ 4,95	R$ 495,00	Médio	10/04/2026	Sim
39	3.3.90.30	Uva passa. Embalagem de aprox. 150g	PCT	50	R$ 7,10	R$ 355,00	Médio	10/04/2026	Sim
Valor total:						**R$ 126.336,50**			
DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS E REPOSIÇÃO DE FOLHAS TESTES									
Justificativa Suscinta: A inclusão se faz necessária em razão de erro de soma, que não foi considerado na quantidade total inicial do PCA 2026.									
Item	(Elemento da despesa)	Especificação	Und.	Quant. a ser incluída	Estimativa de valor unitário	Estimativa valor total	Grau de Prioridade	Data Prevista	Vinculação com outro item
35	3.3.90.30	Desinfetante para uso geral. 05 litros cada.	LITRO	60	R$5,24	R$314,40	Alto	20/06/2026	Não
Valor total:						R$314,40			

12 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mayara Thaine Moro
Código Identificador:B5C8760B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº050//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº050//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº050/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VOLMIR KLAUS		**MATR.**	**1012195**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS-FUNDEB	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		HB20
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA SDQ-2I01**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
12/03/2026	12/03/2026	SÃO MIGUEL DO OESTE	SC	PARA ; LEVAR USUÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL .	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 12 de março 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:88FC776B

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 053/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 053/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 053/2026
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VAGNER ERASMO CAPRA		MATR.	8231
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		ÔNIX
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	TBM-7E85

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
04/03/2026	04/03/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
PACIENTE FOZ DO IGUAÇU/PR ;			
AGENOR TAVARES (DIA 04/03/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:04919402

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 054/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 054/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 054/2026
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDER RAIMUNDO		MATR.	1012202
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		ÔNIX CITROEN
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	TBM-7E85 SFB-3E52

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
20/02/2026	16/03/2026	CASCAVEL	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
PACIENTES CASCAVEL/PR ; ;			
MARGARIDA CARVALHO (DIA 20/02/2026) ..			

MARIA SCHONS (DIA 20/02/2026) .
MARGARIDA CARVALHO (DIA 06/03/2026) .
VALDEMAR PAULI (DIA 08/03/2026) .
JOÃO FERREIRA (DIA 16/03/2026) .

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:83D0C5DA

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 055/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 055/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 055/2026**
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDER RAIMUNDO		**MATR.**	**1012202**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		ÔNIX CITROEN
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** TBM-7E85 SFB-3E52
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
23/02/2026	18/03/2026	DOIS VIZINHOS PATO BRANCO	PR PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	04

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES PATO BRANCO/PR ; ;			
MARIA TESTONI (DIA 23/02/2026) .			
VICTÓRIA LOURDES DOS SANTOS (DIA 26/02/2026) .			
LUIZ PAIS (DIA 05/03/2026) .			
SEBASTIÃO ZANARDI (DIA 18/03/2026) .			
PACIENTES DOIS VIZINHOS/PR ;			
GILMAR DE CAMPOS (DIA 02/03/2026) .			
GILMAR DE CAMPOS (DIA 07/03/2026) .			
GILMAR DE CAMPOS (DIA 09/03/2026) .			
JOCEMARA KOCH (DIA 04/03/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:09AE5BC4

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 056/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 056/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 056/2026**
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	NERI DE LIMA MOURA		**MATR.**	**8171**
CARGO/FUNÇÃO	MOTORISTA	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		COROLLA FIAT TORO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** BBM-8521 SDU-9J52
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
04/03/2026	12/03/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CURITIBA/PR ;			
ANA CLARA ALIERI FELEZ (DIA 04/03/2026) .			
DANIELEN CAROLINE DOS SANTOS (DIA 12/03/2026) .			
ADÃO RIVORAL RAMOS (DIA 12/03/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:7DA4C401

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 057/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 057/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 057/2026**
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VAGNER CAMARGO		**MATR.**	**1012297**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO DA PASTA DA SAÚDE	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		COROLLA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA** BBM-8521
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
08/03/2026	10/03/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTES PARA CONSULTA E TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTES CURITIBA/PR ;			
ADÃO RIVORAL RAMOS (DIA 08/03/2026			
ADÃO RIVORAL RAMOS (DIA 10/03/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 13 de março 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:636B9DD2

SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº048//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº048//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº048/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ROBERTO RONALDO NUNES		**MATR.**	**1012239**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO DA PASTA DO ESPORTE	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		FIAT CRONOS
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA UBA-6E89**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
17/03/2026	19/03/2026	CURITIBA	PR	PARA ;PARTICIPAR DE CIRCUITO DE CAPACITAÇÕES PARA GESTORES MUNICIPAIS DO ESPORTE .	2,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 10 de março 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:7F88561B

SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº049//2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº049//2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº049/2026**
LEI MUNICIPAL Nº 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	RUBENS JÚNIOR JUNG		**MATR.**	**1012244**
CARGO/FUNÇÃO	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DO ESPORTE	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		FIAT CRONOS
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA UBA-6E89**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
DE	**A**				
17/03/2026	19/03/2026	CURITIBA	PR	PARA ; PARTICIPAR DE CIRCUITO DE CAPACITAÇÕES PARA GESTORES MUNICIPAIS DO ESPORTE .	2,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 10 de março 2026 .

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:7DAB2D3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná,
pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001 -99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10 - Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350 -000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 13.XXX.XXX-9
SSP/PR, residente e domiciliado na Travessa Cruz Alta, nº 137 – América de Baixo, no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no
CNPJ/MF sob nº 75.140.848/0001 -15 ,
estabelecida na Rod. BR 277, KM 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo Sr. **DIOGO JOSÉ MOREIRA** , brasileiro, portador da identidade nº 7. XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 003. XXX.XXX-60.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES** , doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP** , doravante denominada **CONTRATADA** , de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, cujo objeto é o "*fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura***",** oriunda do Pregão Presencial nº 056/2022, firmam o presente **TERMO ADITIVO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO** , conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO DIESEL S-500 - LOTES 04 e 05:

De comum acordo, as partes procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do valor dos Lotes 04 e 05, referente ao Combustível DIESEL S-500, cujo preço passará de R$ 6,16 (seis reais e dezesseis centavos) para R$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos).
Parágrafo único. Os valores unitários dos objetos do Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID 037/2023, vinculado ao Pregão Presencial 056/2022, passam a assim constar, a partir do presente Aditivo:

Lote	Descrição	Unidade	Valor unitário (R$)
1	Gasolina comum A	Litros	6,48
2	Gasolina comum B	Litros	6,48
3	Etanol	Litros	4,09
4	Diesel A	Litros	6,35
5	Diesel B	Litros	6,35

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2023 – ID 37/2023
O valor total do Contrato Administrativo passará de R$ 1.510.500,00 (um milhão, quinhentos e dez mil e quinhentos reais) para R$ 1.535.200,00 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos reais).

Lote	Descrição	Unidade	Valor unitário (R$)	Quantidade de litros	Valor total (R$)
1	Gasolina comum A	Litros	6,48	**75.000**	**R$486.000,00**
2	Gasolina comum B	Litros	6,48	**25.000**	**R$162.000,00**
3	Etanol	Litros	4,09	**15.085,57**	**R$61.700,00**
4	Diesel A	Litros	6,35	**97.500**	**R$619.125,00**
5	Diesel B	Litros	6,35	**32.500**	**R$206.375,00**
					R$1.535.200,00

Parágrafo único. Embora o valor do reequilíbrio econômico-financeiro tenha sido computado dos quantitativos originais no presente Aditivo, **as quantidades não correspondem ao montante original devido aos abastecimentos ocorridos até presente data.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento emitiu parecer financeiro informando que a dotação orçamentária utilizada segue a constante na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID Nº 037/2023 , oriunda do Pregão Presencial 056/2022, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.
Morretes, 13 de março de 2026 .

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretária Municipal de Infraestrutura Interina
Gestora

DIOGO JOSÉ MOREIRA
Representante do Auto Posto Moreira LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:4E1A7ACE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
1° TERMO ADITIVO - REDUÇÃO DE VALOR KARINGAS

1º TERMO ADITIVO – REDUÇÃO DE VALOR
ARP Nº 92/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 46/2025

A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 30.372.351/0001-94, com sede na Rua Onésio Francisco de Farias, n° 782, em Paiçandu, Estado do Paraná, neste ato representada pela Presidente da Fundação a Sra. **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI**, brasileira, portadora do R.G. *.870.***-2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº ***.744.***.18, denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **KARINGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA,** inscrita no CNPJ sob n. 03.468.193/0001-06, com sede na Av. Kakogawa, nº 761, Parque Residencial Quebec, na cidade de Maringá-PR, representada neste ato pelo representante **ANDREIA CRISTINA SCALABRINI ANTUNES**, brasileira, portadora da cédula de identidade n. *.387.***-0 I.I/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. ***.431.***-34, residente e domiciliado na cidade de Maringá-PR, neste ato denominada **CONTRATADA**, tendo em vistas o que dispõe as normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021 e as condições do Pregão Presencial nº 22/2025, celebram o presente termo aditivo de REDUCÃO DE VALOR, por questões de legalidade e conformidade com a legislação vigente (art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21).

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:
Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **REDUÇÃO DE VALOR**, nos termos do artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é Contratação de empresa para aquisição de GÁS DE COZINHA, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial do Município e Educação de Jovens e Adultos do Município de Paiçandu.
Com a redução de valor do saldo/quantitativo remanescente, o valor total inicial contratado passará de R$ 73.220,00 (setenta e três mil, duzentos e vinte reais) para o valor final de R$ 46.888,00 (quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais).
Sem mais alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE LICITADA	SALDO	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL	VALOR TOTAL ATUALIZADO DO ITEM
1	Gás Envasado P-13	200	152	R$ 112,00	R$ 109,00	R$ 16.568,00
3	Gás Envasado P-45	100	56	R$ 425,00	R$ 400,00	R$ 22.400,00
4	Vasilhame de gás P-13	8	8	R$ 200,00	R$ 190,00	R$ 1.520,00
5	Vasilhame de gás P-45	8	8	R$ 840,00	R$ 800,00	R$ 6.400,00
TOTAL						**R$ 46.888,00**

Paiçandu – PR 09 de março de 2026

Fundação De Educação De Paiçandu
ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

Karingás Comércio De Gás LTDA
ANDREIA CRISTINA SCALABRINI ANTUNES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – REDUÇÃO DE VALOR
ARP Nº 92/2025 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 46/2025

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita sob o nº CNPJ: 30.372.351/0001-94.

CONTRATADO: KARINGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA, sob o CNPJ nº 03.468.193/0001-06.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **REDUÇÃO DE VALOR**, nos termos do artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, cujo objeto é Contratação de empresa para aquisição de GÁS DE COZINHA, para atender as necessidades das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial do Município e Educação de Jovens e Adultos do Município de Paiçandu.
Com a redução de valor do saldo/quantitativo remanescente, o valor total inicial contratado passará de R$ 73.220,00 (setenta e três mil, duzentos e vinte reais) para o valor final de R$ 46.888,00 (quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais).

Sem mais alterações.

Paiçandu-PR, 09 de março de 2026.

Fundação de Educação de Paiçandu
ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

Publicado por:
Lorrayne Vitoria Barbosa Ribeiro
Código Identificador:069D082C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 19.132, DE 16 DE MARÇO DE 2026 - TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA SEGUNDA ETAPA DA PROMOÇÃO HORIZONTAL, REFERENTE AOS PERÍODOS 2023 – 2024 - 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelo cargo e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 4.132/16 e 4.133/16:

Considerando o Processo Administrativo nº 5891/2026;

Considerando o resultado da primeira etapa da promoção horizontal, o qual contempla os servidores que obtiveram média igual ou superior a estabelecida pela lei, na avaliação de desempenho o que permite a apresentação de títulos de aperfeiçoamento, cuja relação consta do Decreto nº 19.042, de 25 de Fevereiro de 2026;

Considerando o disposto art. 20, § 4º da Lei nº4.132/2016 e art. 32 da Lei nº4.133/2016, combinados com o art. 4º do Decreto nº11.288, de 31 de maio de 2017, que orientam que os servidores classificados na avaliaçãohorizontalpor merecimento poderão apresentar os cursos de aperfeiçoamento e capacitação, para a avaliação da segunda etapa da promoçãohorizontal, qual seja, a da avaliação por aperfeiçoamento;

DECRETA:

Art. 1º Torna público o resultado da segunda etapa da promoção horizontal, referente aos períodos 2023 – 2024 - 2025, já considerando o resultado da avaliação por aperfeiçoamento, dos servidores classificados:

MATRÍCULA	NOME	DATA DE ADMISSÃO	RESULTADO	PERCENTUAL
204083	ADERLAINE PEREIRA DE BASTOS	03/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204092	ALAN AUGUSTO FERRANDO	17/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203838	ALESSANDRA BARRETTO	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204093	ALINE DE SOUZA RAIN	24/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203866	ANA PAULA DE GOIS ARACHESKI	16/04/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203849	ANAGISA DE PAULA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203960	ANDERSON CARLOS ANTUNES	21/07/2016	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203868	ANDRESSA COVALSKI DELFRATE	05/05/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203859	ANGELA HORNES DA TRINDADE	19/03/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203970	ANNA CAROLINA TAUFFER DE PAULA	12/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204067	ANNELISE BREUS DE SOUZA	14/01/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203969	ARIELE RIPKA GELINSKI	12/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204088	BEATRIZ APARECIDA MENDES BELO STELLE	03/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203857	BRUNA FERNANDA VENC DOS SANTOS	19/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204052	CARINA DE SOUZA COSTA	22/08/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203855	CARLA DAIANE BRESCIANI	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203977	CAROLINE APARECIDA SANTANA DA SILVA	24/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204078	CAROLINE MARIE SUNDIN DE PAULA	22/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204074	CAROLINE PASSONI LEDERER	13/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203822	CINTHIA HELENA BORDINHAO DO VALE	10/11/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203862	CLECIANE ROBES MONIGATE	13/04/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203980	CRISLAINE MOSCALESKI	08/05/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203864	CRISTIANE PEREIRA	13/04/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203240	CRISTINA ROCHA MEZZADRI	04/10/1999	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203840	DANIELI COELHO DOS SANTOS	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204085	DANIELLE MULLER	03/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204051	DENISE DO ROCIO SANTOS	22/08/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204076	DIESSICA DOS SANTOS DE AZEVEDO	18/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203972	DIRLENE DA CONCEIÇÃO MACHADO GULCHINSKI	17/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203854	DJANE PATRICIA TELEGINSKI DA SILVA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203976	DJESSICA LUANA SCHUEBEL	24/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203869	ELISANDRO VOICHICOSKI	18/05/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204056	ELISANGELA MARQUES	24/09/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203841	ELIZANGELA COVALSKI	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204091	ERICA FERNANDA DE PAULA	17/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203817	FABIANA FERREIRA VARJAO	06/10/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203966	FERNANDA GORDIA	27/03/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203687	FRANCIELLE TAMARA NIKKEL	18/06/2012	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203973	GISELI GULCHINSKI	17/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203842	GISLAINE APARECIDA GOGOLA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204070	GISLAINE SVIECH VALLE	01/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203836	GIZELE CRISTINE DE FRANCA TABORDA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203852	HELOYSE HELENA SENDECKI	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203905	ISABEL DOS SANTOS RISTOW	22/02/2016	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204054	ISABELA MAYER FARION DE AGUIAR	03/09/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%

203833	ISABELA VIANTE	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203816	ISMAEL HASS	06/10/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203831	IZABEL CRISTINA ORNES HARTMANN	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203963	JAQUELINE GONÇALVES DA COSTA	17/03/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203750	JAQUELINE KAPP HARTMAN	14/02/2013	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203281	JOCELAINE PASSONI BARBOSA DA COSTA	30/06/2000	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203834	JONEIDE DOS SANTOS	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204048	JOSE MIGUEL STADLER DE AMORIM	13/08/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203843	JOSELI APARECIDA FRANCO RAMOS	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203818	JOSELIA APARECIDA FERREIRA	06/10/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203974	JOSIANE DZIADZIO DA SILVA	24/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203823	JULIANA IACHINSKI	17/11/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203116	JULIANO CHENPCIK	20/08/1998	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204087	JUSSARA DE FATIMA DA SILVA MOREIRA	03/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204073	KANANDA LOIZE SCHUHLI GROSS MOCHENSKI	06/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203850	KAREN VLODARSKI	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204071	KESSYANE STELE	01/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204044	LAURA BAGINSKI	01/07/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204058	LEONI DUPS EURICH	24/09/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203835	LERINA OPIEKO DE OLIVEIRA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203845	LIDIANE APARECIDA CORREA PELEGRINI	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204086	LILIANA HUBSCH GROSS	03/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203251	LINEU ZENILDO FERREIRA	15/03/2000	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203832	LOUISE NICOLE MOTA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203844	LUCIANE BURGINSKI FILIPAK KAUKA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203978	MARCOS SVIECH	25/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203837	MARI CRISTINE DE LIMA	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204090	MARIA FELOMENA BORCOSKI WONSTTRET	03/06/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204045	MARILDA TELEGINSKI DOS SANTOS	02/07/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203847	MARILIZE DA LUZ RIBAS	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204065	MARLO ADRIANO AYRES	19/11/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203830	MAURICIO RIPKA	26/01/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203806	MICHELLE SOARES DE CARVALHO KAPP	28/04/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204061	NATALI ANTONIETE GONCALVES	26/10/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203867	NICOLLE DAYENE MORAIS DA CRUZ	16/04/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203851	NICOLLI DELFRATE BOZZI RODRIGUES	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203538	NIZETE APARECIDA MOREIRA	01/08/2007	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203535	OSMAIR MIODUCKI	09/07/2007	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204069	PAULA KARISE STADLER KASIOROWSKI	01/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203979	RAFAELA WIEGAND FURMAM	02/05/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204072	RENATA DENISE DE ANDRADE KUCZIRCA	06/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
700004	ROBERTA DE OLIVEIRA BRECAILO	01/07/2022	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204081	ROSANA HIPOLITO DO NASCIMENTO	22/04/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204049	ROSELIO OLIBRATOSKI	15/08/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203853	SANDRA DE LIMA PLODEK	02/02/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203958	SHEILA JANZEN WEDEL	01/07/2016	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203814	SIDNEI SCHNELL	01/09/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203626	SILMARA CARDOSO HIPOLITO	14/02/2011	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204077	TAIS COSTA MOCHENSKI LOURENCO	20/02/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203961	TATIANA FERNANDES STADLER	14/03/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203804	TATIELLE ADAMS RODRIGUES	01/04/2014	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204047	THIAGO LANDARIN RODRIGUES	08/08/2018	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203858	VALQUIRIA DE PAULA KUHN	19/03/2015	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
203967	VICTOR BROSTULIN VIDA	01/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
204080	VIVIANA APARECIDA KRAIEWSKI	12/04/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%
203968	VIVIANE IANOSKI	03/04/2017	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	3%
204068	WILSON CARLOS HASS	23/01/2019	PROGRESSÃO HORIZONTAL DE MERECIMENTO	6%

Parágrafo único. Fica aberto o prazo de 05 dias para recurso a partir da data de publicação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:CA81CBA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

CONSOLIDADO DE PALMITAL									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		

									(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	86.599.910,00	118.736.299,66	12.656.596,22	12.656.596,22	106.079.703,44	12.387.070,09	12.387.070,09	106.349.229,57	11.137.565,78
DESPESAS CORRENTES	79.207.110,00	80.817.458,57	12.143.210,41	12.143.210,41	68.674.248,16	12.061.164,17	12.061.164,17	68.756.294,40	10.830.300,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.880.300,00	47.880.300,00	7.399.247,38	7.399.247,38	40.481.052,62	7.399.247,38	7.399.247,38	40.481.052,62	7.264.219,49
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.070.000,00	1.070.000,00	155.879,49	155.879,49	914.120,51	155.879,49	155.879,49	914.120,51	155.879,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.256.810,00	31.867.158,57	4.588.083,54	4.588.083,54	27.279.075,03	4.506.037,30	4.506.037,30	27.361.121,27	3.410.201,64
DESPESAS DE CAPITAL	7.372.800,00	37.898.841,09	513.385,81	513.385,81	37.385.455,28	325.905,92	325.905,92	37.572.935,17	307.265,16
INVESTIMENTOS	5.322.800,00	35.848.841,09	219.868,66	219.868,66	35.628.972,43	32.388,77	32.388,77	35.816.452,32	13.748,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.050.000,00	2.050.000,00	293.517,15	293.517,15	1.756.482,85	293.517,15	293.517,15	1.756.482,85	293.517,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	1.359.287,10	7.754.074,91	1.359.287,10	1.359.287,10	7.754.074,91	800.805,95
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	95.703.210,00	127.849.661,67	14.015.883,32	14.015.883,32	113.833.778,35	13.746.357,19	13.746.357,19	114.103.304,48	11.938.371,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	95.703.210,00	127.849.661,67	14.015.883,32	14.015.883,32	113.833.778,35	13.746.357,19	13.746.357,19	114.103.304,48	11.938.371,73
RESERVA DO RPPS	4.280.000,00	4.280.000,00	0,00	0,00	4.280.000,00	0,00	0,00	4.280.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	4.280.000,00	0,00	5.050.225,95	5.050.225,95	(5.050.225,95)	5.319.752,08	5.319.752,08	(5.319.752,08)	7.127.737,54
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	99.983.210,00	127.849.661,67	19.066.109,27	19.066.109,27	108.783.552,40	19.066.109,27	19.066.109,27	108.783.552,40	19.066.109,27

ANTONIO SIMIANO	***ROBERTO CARLOS ROSSI***	***DEBORA REGINA COSTA***
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		

Entidades:

Câmara Municipal de Palmital

Município de Palmital

Prev Soc Serv Pub Mun Palmital

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:392B428A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA

CONSOLIDADO DE PALMITAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	7.753.300,00	7.763.362,01	1.159.410,29	1.159.410,29	6.603.951,72	1.159.410,29	1.159.410,29	6.603.951,72	600.929,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.336.700,00	3.346.762,01	483.828,09	483.828,09	2.862.933,92	483.828,09	483.828,09	2.862.933,92	263.138,02
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.416.600,00	4.416.600,00	675.582,20	675.582,20	3.741.017,80	675.582,20	675.582,20	3.741.017,80	337.791,12
DESPESAS DE CAPITAL (II)	1.350.000,00	1.350.000,00	199.876,81	199.876,81	1.150.123,19	199.876,81	199.876,81	1.150.123,19	199.876,81
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.350.000,00	1.350.000,00	199.876,81	199.876,81	1.150.123,19	199.876,81	199.876,81	1.150.123,19	199.876,81
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	1.359.287,10	7.754.074,91	1.359.287,10	1.359.287,10	7.754.074,91	800.805,95
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.232,11
TOTAL (V) = (III + IV)	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	1.359.287,10	7.754.074,91	1.359.287,10	1.359.287,10	7.754.074,91	896.038,06

ANTONIO SIMIANO	***ROBERTO CARLOS ROSSI***	***DEBORA REGINA COSTA***
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		

Entidades:

Câmara Municipal de Palmital

Município de Palmital

Prev Soc Serv Pub Mun Palmital

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:7F7A502B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

CONSOLIDADO DE PALMITAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	

RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	91.453.210,00	119.002.839,05	18.170.071,21	15,27	18.170.071,21	15,27	100.832.767,84
RECEITAS CORRENTES	89.053.210,00	89.133.331,96	14.407.979,04	16,16	14.407.979,04	16,16	74.725.352,92
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	8.380.000,00	8.380.000,00	890.174,09	10,62	890.174,09	10,62	7.489.825,91
IMPOSTOS	7.876.000,00	7.876.000,00	792.892,61	10,07	792.892,61	10,07	7.083.107,39
TAXAS	504.000,00	504.000,00	97.281,48	19,30	97.281,48	19,30	406.718,52
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	3.337.000,00	3.337.000,00	335.443,88	10,05	335.443,88	10,05	3.001.556,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.610.000,00	2.610.000,00	234.777,58	9,00	234.777,58	9,00	2.375.222,42
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	727.000,00	727.000,00	100.666,30	13,85	100.666,30	13,85	626.333,70
RECEITA PATRIMONIAL	5.075.660,00	5.116.510,38	1.562.912,90	30,55	1.562.912,90	30,55	3.553.597,48
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	3.150,00	3.150,00	100,00	3,17	100,00	3,17	3.050,00
VALORES MOBILIÁRIOS	5.072.510,00	5.113.360,38	1.562.812,90	30,56	1.562.812,90	30,56	3.550.547,48
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.700,00	50.700,00	1.229,77	2,43	1.229,77	2,43	49.470,23
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.700,00	50.700,00	1.229,77	2,43	1.229,77	2,43	49.470,23
RECEITA INDUSTRIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	171.400,00	171.400,00	4.364,46	2,55	4.364,46	2,55	167.035,54
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	20.400,00	20.400,00	4.364,46	21,39	4.364,46	21,39	16.035,54
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	71.404.450,00	71.443.721,58	11.521.016,12	16,13	11.521.016,12	16,13	59.922.705,46
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	37.099.450,00	37.138.721,58	6.218.237,84	16,74	6.218.237,84	16,74	30.920.483,74
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	21.735.000,00	21.735.000,00	3.069.698,95	14,12	3.069.698,95	14,12	18.665.301,05
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	12.550.000,00	12.550.000,00	2.233.079,33	17,79	2.233.079,33	17,79	10.316.920,67
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	633.000,00	633.000,00	92.837,82	14,67	92.837,82	14,67	540.162,18
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	192.000,00	192.000,00	2.948,97	1,54	2.948,97	1,54	189.051,03
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	439.000,00	439.000,00	89.888,85	20,48	89.888,85	20,48	349.111,15
RECEITAS DE CAPITAL	2.400.000,00	29.869.507,09	3.762.092,17	12,60	3.762.092,17	12,60	26.107.414,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	908.865,36	45,44	908.865,36	45,44	1.091.134,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	2.000.000,00	2.000.000,00	908.865,36	45,44	908.865,36	45,44	1.091.134,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00	27.569.507,09	2.853.226,81	10,35	2.853.226,81	10,35	24.716.280,28
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	100.000,00	4.948.822,40	350.873,71	7,09	350.873,71	7,09	4.597.948,69
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	0,00	22.620.684,69	2.502.353,10	11,06	2.502.353,10	11,06	20.118.331,59
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	8.530.000,00	8.530.000,00	896.038,06	10,50	896.038,06	10,50	7.633.961,94
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	99.983.210,00	127.532.839,05	19.066.109,27	14,95	19.066.109,27	14,95	108.466.729,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	99.983.210,00	127.532.839,05	19.066.109,27	14,95	19.066.109,27	14,95	108.466.729,78
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	99.983.210,00	127.532.839,05	19.066.109,27	14,95	19.066.109,27	14,95	108.466.729,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	4.596.822,62	0,00	0,00	4.596.822,62	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	4.596.822,62	0,00	0,00	4.596.822,62	100,00	0,00

ANTONIO SIMIANO	*ROBERTO CARLOS ROSSI*	*DEBORA REGINA COSTA*
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		
Entidades:		
Câmara Municipal de Palmital		
Município de Palmital		
Prev Soc Serv Pub Mun Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:E510AF65

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA

CONSOLIDADO DE PALMITAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO DE	8.530.000,00	8.530.000,00	896.038,06	10,50	896.038,06	10,50	7.633.961,94
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME PRÓPRIO	4.292.000,00	4.292.000,00	558.246,94	13,01	558.246,94	13,01	3.733.753,06
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O REGIME	4.292.000,00	4.292.000,00	558.246,94	13,01	558.246,94	13,01	3.733.753,06
APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE	4.238.000,00	4.238.000,00	337.791,12	7,97	337.791,12	7,97	3.900.208,88
APORTES PERIÓDICOS PARA AMORTIZAÇÃO DE	4.238.000,00	4.238.000,00	337.791,12	7,97	337.791,12	7,97	3.900.208,88
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	8.530.000,00	8.530.000,00	896.038,06	10,50	896.038,06	10,50	7.633.961,94
DÉFICIT (IV)	573.300,00	583.362,01	463.249,04		463.249,04		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	14,92	1.359.287,10	14,92	7.633.961,94

ANTONIO SIMIANO	*ROBERTO CARLOS ROSSI*	*DEBORA REGINA COSTA*
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		
Entidades:		
Câmara Municipal de Palmital		
Município de Palmital		
Prev Soc Serv Pub Mun Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:400A254A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONSOLIDADO DE PALMITAL	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	99.983.210,00
Previsão Atualizada da Receita	127.532.839,05
Receitas Realizadas	19.066.109,27
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	4.596.822,62
Dotação Inicial	95.703.210,00
Créditos Adicionais	32.146.451,67
Dotação Atualizada	127.849.661,67
Despesas Empenhadas	14.015.883,32
Despesas Liquidadas	13.746.357,19
Despesas Pagas	11.938.371,73
Superávit Orçamentário	5.319.752,08
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	14.015.883,32
Despesas Liquidadas	13.746.357,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	82.534.601,43
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	80.141.410,97
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	78.936.932,97
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.434.979,97
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.434.979,97
Despesas Previdenciárias Pagas	1.434.979,97
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de		Resultado apurado até o	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00		375.075,72	0,00 %
Resultado Primário	653.360,00		382.538,26	59,00 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.126.282,26	0,00	1.938.967,56	187.314,70
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	8.131.185,30	19.860,81	2.796.977,89	5.314.346,60
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.257.467,56	19.860,81	4.735.945,45	5.501.661,30

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	2.947.810,10	25% / 18%	27,31
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	1.791.765,74	70%	79,73

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Operações de Crédito	908.865,36	1.091.134,64
Despesa de Capital Líquida	713.262,62	38.535.578,47

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	300.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	7.985,00	417.509,41

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.678.863,77	15%	15,55

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

ANTONIO SIMIANO	*ROBERTO CARLOS ROSSI*	*DEBORA REGINA COSTA*
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		
Entidades:		
Câmara Municipal de Palmital		
Município de Palmital		
Prev Soc Serv Pub Mun Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:95256E53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - ORÇAMENTO CRIANÇA POR FONTE DE RECURSO

Município de Palmital - 2026

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA POR FONTE DE RECURSO

Período: 01/01/2026 até 28/02/2026

Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza despesa/Fonte recurso	(E) Exclusivo (NE) Não Exclusivo	Orçado(a)	Atualizado (b)	Empenhado (c)	% (c/b)	Liquidado (d)	% (d/b)	Pago (e)	% (e/b)
02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		**486.000,00**	**486.000,00**	**38.089,73**	**7,84**	**38.089,73**	**7,84**	**35.018,88**	**7,21**
005 Departamento de Serviços e Encargos Gerais		**486.000,00**	**486.000,00**	**38.089,73**	**7,84**	**38.089,73**	**7,84**	**35.018,88**	**7,21**
6074 Manutenção do Conselho Tutelar	(E)	**286.000,00**	**286.000,00**	**38.089,73**	**13,32**	**38.089,73**	**13,32**	**35.018,88**	**12,24**
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		**220.000,00**	**220.000,00**	**31.732,12**	**14,42**	**31.732,12**	**14,42**	**31.732,12**	**14,42**
00820 00000 Recursos Ordinários (Livres)		220.000,00	220.000,00	31.732,12	14,42	31.732,12	14,42	31.732,12	14,42
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		**50.000,00**	**50.000,00**	**6.141,70**	**12,28**	**6.141,70**	**12,28**	**3.070,85**	**6,14**
00830 00000 Recursos Ordinários (Livres)		50.000,00	50.000,00	6.141,70	12,28	6.141,70	12,28	3.070,85	6,14
3.1.91.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
00840 00000 Recursos Ordinários (Livres)		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO		**100,00**	**100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
00850 00000 Recursos Ordinários (Livres)		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL		**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
00860 00000 Recursos Ordinários (Livres)		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		**4.900,00**	**4.900,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
00870 00000 Recursos Ordinários (Livres)		4.900,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		**2.000,00**	**2.000,00**	**215,91**	**10,80**	**215,91**	**10,80**	**215,91**	**10,80**
00880 00000 Recursos Ordinários (Livres)		2.000,00	2.000,00	215,91	10,80	215,91	10,80	215,91	10,80
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		**3.000,00**	**3.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
00890 00000 Recursos Ordinários (Livres)		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6075 Contrapartida Programa Nacional de Alimentação Escolar	(E)	**200.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		**200.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
00910 00000 Recursos Ordinários (Livres)		200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		**749.360,00**	**890.304,68**	**91.146,41**	**10,24**	**88.012,53**	**9,89**	**76.971,27**	**8,65**
002 Fundo Municipal de Assistência Social		**363.360,00**	**504.304,68**	**49.257,28**	**9,77**	**46.123,40**	**9,15**	**37.328,07**	**7,40**
6070 Execução SUAS - Fundo a Fundo Federal	(E)	**279.160,00**	**347.983,22**	**26.071,17**	**7,49**	**26.071,17**	**7,49**	**19.961,39**	**5,74**
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		**114.400,00**	**147.483,53**	**8.618,17**	**5,84**	**8.618,17**	**5,84**	**3.606,98**	**2,45**
04000 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		50.000,00	64.212,69	100,00	0,16	100,00	0,16	100,00	0,16
04010 00935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04020 00938 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média		4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04030 00940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família		50.000,00	65.991,82	8.518,17	12,91	8.518,17	12,91	3.506,98	5,31
06480 00941 Transferências do Sistema Único de Assistência Social -		0,00	1.198,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06490 00942 Transferência SUAS - Piso SIGTV Estruturação Custeio		0,00	1.460,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06500 00944 Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas de		0,00	220,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		**500,00**	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04040 00000 Recursos Ordinários (Livres)		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		**500,00**	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04050 00000 Recursos Ordinários (Livres)		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		**44.000,00**	**61.739,69**	**7.780,64**	**12,60**	**7.780,64**	**12,60**	**7.780,64**	**12,60**
04060 00935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS		40.000,00	57.739,69	7.780,64	13,48	7.780,64	13,48	7.780,64	13,48
Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza despesa/Fonte recurso	**(E) Exclusivo (NE) Não Exclusivo (a)**	**Orçado**	**Atualizado (b)**	**Empenhado (c)**	**% (c/b)**	**Liquidado (d)**	**% (d/b)**	**Pago (e)**	**% (e/b)**
04070 00940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família		4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		**65.500,00**	**65.500,00**	**4.686,85**	**7,16**	**4.686,85**	**7,16**	**3.588,26**	**5,48**
04080 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		45.000,00	45.000,00	2.381,58	5,29	2.381,58	5,29	1.776,96	3,95
04090 00935 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS		10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04100 00940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família		10.000,00	10.000,00	2.305,27	23,05	2.305,27	23,05	1.811,30	18,11
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		**10.200,00**	**22.200,00**	**4.985,51**	**22,46**	**4.985,51**	**22,46**	**4.985,51**	**22,46**
04110 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		10.200,00	22.200,00	4.985,51	22,46	4.985,51	22,46	4.985,51	22,46
3.3.90.47.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04120 00000 Recursos Ordinários (Livres)		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		**3.060,00**	**3.060,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04130 00828 Convênio 922403/2021 - MIN. CIDADANIA - Construção do		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04140 00936 Componente para Qualificação da Gestão - SUAS		10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04150 00941 Transferências do Sistema Único de Assistência Social -		50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04160 00942 Transferência SUAS - Piso SIGTV Estruturação Custeio		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04170 00943 Transferência SUAS - SIGTV - Estruturação da Rede de		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04180 00944 Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emendas de		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		**40.000,00**	**46.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04190 00940 Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família		40.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6071 Execução SUAS - Fundo a Fundo Estadual	(E)	**84.200,00**	**156.321,46**	**23.186,11**	**14,83**	**20.052,23**	**12,83**	**17.366,68**	**11,11**
3.3.30.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		**3.200,00**	**3.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04200 00919 Transferencia Estado - SUAS - IDOSO		50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04210 00925 FIA - Fundo a Fundo - Criança Vulnerab e Risco Social - Delib		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04220 00926 FIA - Fundo a Fundo - Incentivo e Apoio CMDCA - Delib		50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04230 00929 FIA- Fundo a Fundo - Apoio e Fortalecimento 1ª Infancia-		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04240 00930 FIA - Fundo a Fundo - Prom. Dir. Criança Hig. Íntima - Delib.		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04250 00931 FIA - Fundo a Fundo - Incentivo Atendimento Adolescentes		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04260 00945 FEAS - Fundo a Fundo - Incentivo Qualificação Estrutura		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		**22.000,00**	**72.822,46**	**22.424,73**	**30,79**	**19.290,85**	**26,49**	**16.605,30**	**22,80**
04270 01011 Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de		22.000,00	51.523,42	22.424,73	43,52	19.290,85	37,44	16.605,30	32,23
06450 00931 FIA - Fundo a Fundo - Incentivo Atendimento Adolescentes		0,00	21.299,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04280 01011 Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

04290 01011 Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04300 01011 Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		**1.000,00**	**1.000,00**	**761,38**	**76,14**	**761,38**	**76,14**	**761,38**	**76,14**
04310 01011 Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de		1.000,00	1.000,00	761,38	76,14	761,38	76,14	761,38	76,14
3.3.90.47.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza despesa/Fonte recurso	**(E) Exclusivo (NE) Não Exclusivo**	**Orçado (a)**	**Atualizado (b)**	**Empenhado (c)**	**% (c/b)**	**Liquidado (d)**	**% (d/b)**	**Pago (e)**	**% (e/b)**
04320 01011 Transferencia Estado SUAS Fundo a Fundo - Piso Único de		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		**5.000,00**	**26.299,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04330 00000 Recursos Ordinários (Livres)		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06460 00931 FIA - Fundo a Fundo - Incentivo Atendimento Adolescentes		0,00	21.299,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
003 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		**386.000,00**	**386.000,00**	**41.889,13**	**10,85**	**41.889,13**	**10,85**	**39.643,20**	**10,27**
6073 Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do	(E)	**386.000,00**	**386.000,00**	**41.889,13**	**10,85**	**41.889,13**	**10,85**	**39.643,20**	**10,27**
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		**225.000,00**	**225.000,00**	**37.041,62**	**16,46**	**37.041,62**	**16,46**	**37.041,62**	**16,46**
04340 00000 Recursos Ordinários (Livres)		225.000,00	225.000,00	37.041,62	16,46	37.041,62	16,46	37.041,62	16,46
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		**30.000,00**	**30.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04350 00000 Recursos Ordinários (Livres)		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		**15.000,00**	**15.000,00**	**4.491,86**	**29,95**	**4.491,86**	**29,95**	**2.245,93**	**14,97**
04360 00000 Recursos Ordinários (Livres)		15.000,00	15.000,00	4.491,86	29,95	4.491,86	29,95	2.245,93	14,97
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO		**1.000,00**	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04370 00000 Recursos Ordinários (Livres)		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		**20.000,00**	**20.000,00**	**250,00**	**1,25**	**250,00**	**1,25**	**250,00**	**1,25**
04380 00000 Recursos Ordinários (Livres)		20.000,00	20.000,00	250,00	1,25	250,00	1,25	250,00	1,25
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		**20.000,00**	**20.000,00**	**105,65**	**0,53**	**105,65**	**0,53**	**105,65**	**0,53**
04390 00000 Recursos Ordinários (Livres)		20.000,00	20.000,00	105,65	0,53	105,65	0,53	105,65	0,53
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		**20.000,00**	**20.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04400 00000 Recursos Ordinários (Livres)		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		**50.000,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04410 00000 Recursos Ordinários (Livres)		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		**5.000,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
04420 00000 Recursos Ordinários (Livres)		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**1.235.360,00**	**1.376.304,68**	**129.236,14**	**9,39**	**126.102,26**	**9,16**	**111.990,15**	**8,14**
Critério de seleção:									
Entidades:									
38 - Município de Palmital									

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:E838584C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - ORÇAMENTO CRIANÇA POR PROJETO/ATIVIDADE

Município de Palmital - 2026									
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA POR PROJETO/ATIVIDADE									
Período: 01/01/2026 até 28/02/2026									
Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza de despesa	**(E) Exclusivo (NE) Não Exclusivo (a)**	**Orçado**	**Atualizado (b)**	**Empenhado (c)**	**% (c/b)**	**Liquidado (d)**	**% (d/b)**	**Pago (e)**	**% (e/b)**
02 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		**486.000,00**	**486.000,00**	**38.089,73**	**7,84**	**38.089,73**	**7,84**	**35.018,88**	**7,21**
005 Departamento de Serviços e Encargos Gerais		**486.000,00**	**486.000,00**	**38.089,73**	**7,84**	**38.089,73**	**7,84**	**35.018,88**	**7,21**
6074 Manutenção do Conselho Tutelar	(E)	**286.000,00**	**286.000,00**	**38.089,73**	**13,32**	**38.089,73**	**13,32**	**35.018,88**	**12,24**
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		220.000,00	220.000,00	31.732,12	14,42	31.732,12	14,42	31.732,12	14,42
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		50.000,00	50.000,00	6.141,70	12,28	6.141,70	12,28	3.070,85	6,14
3.1.91.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO		100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		4.900,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.000,00	2.000,00	215,91	10,80	215,91	10,80	215,91	10,80
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6075 Contrapartida Programa Nacional de Alimentação Escolar	(E)	**200.000,00**	**200.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		**749.360,00**	**890.304,68**	**91.146,41**	**10,24**	**88.012,53**	**9,89**	**76.971,27**	**8,65**
002 Fundo Municipal de Assistência Social		**363.360,00**	**504.304,68**	**49.257,28**	**9,77**	**46.123,40**	**9,15**	**37.328,07**	**7,40**
6070 Execução SUAS - Fundo a Fundo Federal	(E)	**279.160,00**	**347.983,22**	**26.071,17**	**7,49**	**26.071,17**	**7,49**	**19.961,39**	**5,74**
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		114.400,00	147.483,53	8.618,17	5,84	8.618,17	5,84	3.606,98	2,45
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		44.000,00	61.739,69	7.780,64	12,60	7.780,64	12,60	7.780,64	12,60
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		65.500,00	65.500,00	4.686,85	7,16	4.686,85	7,16	3.588,26	5,48
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		10.200,00	22.200,00	4.985,51	22,46	4.985,51	22,46	4.985,51	22,46
3.3.90.47.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.060,00	3.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		40.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6071 Execução SUAS - Fundo a Fundo Estadual	(E)	**84.200,00**	**156.321,46**	**23.186,11**	**14,83**	**20.052,23**	**12,83**	**17.366,68**	**11,11**

3.3.30.93.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		3.200,00	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		22.000,00	72.822,46	22.424,73	30,79	19.290,85	26,49	16.605,30	22,80
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.33.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		1.000,00	1.000,00	761,38	76,14	761,38	76,14	761,38	76,14
3.3.90.47.00.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.000,00	26.299,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
003 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		**386.000,00**	**386.000,00**	**41.889,13**	**10,85**	**41.889,13**	**10,85**	**39.643,20**	**10,27**
6073 Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do	(E)	**386.000,00**	**386.000,00**	**41.889,13**	**10,85**	**41.889,13**	**10,85**	**39.643,20**	**10,27**
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		225.000,00	225.000,00	37.041,62	16,46	37.041,62	16,46	37.041,62	16,46
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		15.000,00	15.000,00	4.491,86	29,95	4.491,86	29,95	2.245,93	14,97

Município de Palmital - 2026

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA POR PROJETO/ATIVIDADE

Período: 01/01/2026 até 28/02/2026

Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza de despesa	(E) Exclusivo (NE) Não Exclusivo (a)	Orçado	Atualizado (b)	Empenhado (c)	% (c/b)	Liquidado (d)	% (d/b)	Pago (e)	% (e/b)
3.3.90.08.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO		20.000,00	20.000,00	250,00	1,25	250,00	1,25	250,00	1,25
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO		20.000,00	20.000,00	105,65	0,53	105,65	0,53	105,65	0,53
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.40.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		**1.235.360,00**	**1.376.304,68**	**129.236,14**	**9,39**	**126.102,26**	**9,16**	**111.990,15**	**8,14**

Critério de seleção:

Entidades:

38 - Município de Palmital

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:D44E4546

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE PALMITAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	7.876.000,00	792.892,61
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.365.000,00	47.535,08
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.828.000,00	87.221,47
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	1.582.000,00	255.727,45
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.101.000,00	402.408,61
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	62.970.000,00	10.000.240,20
2.1 - Cota-parte FPM	36.800.000,00	6.232.516,19
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	32.900.000,00	6.232.516,19
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.900.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	21.800.000,00	2.656.162,90
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	270.000,00	39.954,11
2.4 - Cota-parte ITR	1.000.000,00	92.237,90
2.5 - Cota-parte IPVA	2.800.000,00	979.369,10
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	300.000,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	70.846.000,00	10.793.132,81
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	11.814.000,00	2.000.048,04
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.897.500,00	698.235,16

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.799.000,00	2.247.418,20
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.549.000,00	2.234.635,50
6.1.1 - Principal	12.500.000,00	2.226.213,48
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	46.000,00	8.422,02
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	3.000,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	250.000,00	12.782,70
6.3.1 - Principal	250.000,00	12.782,70
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	686.000,00	226.165,44
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	63.573,38	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	63.573,38	

8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	2.310.991,58

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	12.884.078,35	2.244.773,63	2.241.773,63	2.102.349,49	3.000,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.980.063,27	1.800.829,01	1.800.829,01	1.711.727,42	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.434.063,27	408.458,51	408.458,51	387.309,69	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	7.916.000,00	1.282.716,87	1.282.716,87	1.220.372,62	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.4 - Educação Especial	630.000,00	109.653,63	109.653,63	104.045,11	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	1.904.015,08	443.944,62	440.944,62	390.622,07	3.000,00
10.2.1 - Educação Infantil	883.015,08	239.591,85	236.591,85	194.914,68	3.000,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	521.000,00	133.776,81	133.776,81	125.131,43	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	500.000,00	70.575,96	70.575,96	70.575,96	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.200.784,83	2.200.784,83	2.068.899,20	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.200.784,83	2.200.784,83	2.068.899,20	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.791.765,74	1.791.765,74	1.702.664,15	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.573.192,74	1.791.765,74	1.791.765,74	79,73
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	6.391,35	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	1.917,40	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	224.741,82	46.633,37	46.633,37	0,00	2,07

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.186.386,66	63.573,38	42.990,06	0,00	0,00	20.583,32
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.163.284,50	51.043,72	30.926,79	0,00	0,00	20.116,93
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	23.102,16	12.529,66	12.063,27	0,00	0,00	466,39

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

FUNDEB (Por Subfunção)					
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.461.351,18	975.712,03	969.188,99	896.143,91	6.523,04

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.1 - Educação Infantil	1.899.500,00	144.384,64	144.214,64	141.502,35	170,00
20.2 - Ensino Fundamental	5.368.851,18	773.003,45	766.650,41	697.272,34	6.353,04
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	41.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	610.000,00	30.092,85	30.092,85	30.092,85	0,00
20.5 - Administração Geral	542.000,00	28.231,09	28.231,09	27.276,37	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	19.023.429,53	2.937.943,33	2.931.420,29	2.733.052,82	6.523,04
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	5.216.578,35	748.446,20	748.276,20	690.276,43	170,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	13.806.851,18	2.189.497,13	2.183.144,09	2.042.776,39	6.353,04
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					969.188,99
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					2.000.048,04
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					20.116,93
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					1.310,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					2.947.810,10
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			2.698.283,20	2.947.810,10	27,31
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	65.511,00	5.500,00	39.879,32	1.310,00	24.321,68
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	52.877,24	0,00	31.414,18	1.310,00	20.153,06
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	12.633,76	5.500,00	8.465,14	0,00	4.168,62
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.664.700,00	348.668,63
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.441.500,00	226.892,72
31.1.1 - Salário-Educação	851.500,00	193.003,96
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	289.000,00	33.877,10
31.1.4 - PNATE	161.000,00	10,26
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	140.000,00	1,40
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.000,00	34,17
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	26,53
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.218.200,00	121.715,21

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	4.718.785,27	200.113,50	193.814,00	193.394,00	6.299,50
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	226.800,00	2.217,16	2.217,16	2.217,16	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.221.985,27	197.896,34	191.596,84	191.176,84	6.299,50
32.3 - ENSINO MÉDIO	1.259.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	26.066.214,80	3.420.599,16	3.404.776,62	3.191.887,40	15.822,54
33.1 - Despesas Correntes	22.631.736,63	3.339.424,93	3.326.602,39	3.113.713,17	12.822,54
33.1.1 - Pessoal Ativo	15.392.062,01	2.608.234,72	2.608.234,72	2.462.288,90	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	536.000,00	70.575,96	70.575,96	70.575,96	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	6.703.674,62	660.614,25	647.791,71	580.848,31	12.822,54
33.2 - Despesas de Capital	3.434.478,17	81.174,23	78.174,23	78.174,23	3.000,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

33.2.2 - Outras Despesas de Capital	3.434.478,17	81.174,23	78.174,23	78.174,23	3.000,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	59.441,79	26.584,97
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.286.689,76	193.003,96
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.111.058,43	191.176,84
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	235.073,12	28.412,09
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	235.073,12	28.412,09

Entidades:

Município de Palmital

ANTONIO SIMIANO	*ROBERTO CARLOS ROSSI*	*DEBORA REGINA COSTA*
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:D01344E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.566

DECRETO Nº 1.567

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária no valor de R$ 741.630,77 (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta reais e setenta e sete centavos)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 741.630,77 (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta reais e setenta e sete centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
06.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0004.0122.0004.2021	Esta ação foca na coordenação e supervisão estratégica de todas as atividades e projetos ligados às áreas de Cultura e Turismo do município. O objetivo é planejar, organizar, promover e executar iniciativas que valorizem e impulsionem o patrimônio cultural e turístico da cidade. Isso inclui a gestão de eventos, a criação de roteiros e a implementação de políticas que visam o desenvolvimento econômico e social, usando a cultura e o turismo como ferramentas para o progresso local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 173.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Praças e Áreas de Lazer	
15.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.004.0018.0541.0021.2136	Esta ação estratégica visa aprimorar e conservar os espaços públicos de lazer e convívio, tornando-os mais seguros, acessíveis e atraentes para a população. A manutenção contínua e a revitalização dos parques e áreas de lazer são essenciais para promover a saúde física e mental dos cidadãos, incentivar a mobilidade urbana sustentável e fortalecer o senso de comunidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 568.630,77
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 741.630,77		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
06.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.001.0004.0122.0004.2021	Esta ação foca na coordenação e supervisão estratégica de todas as atividades e projetos ligados às áreas de Cultura e Turismo do município. O objetivo é planejar, organizar, promover e executar iniciativas que valorizem e impulsionem o patrimônio cultural e turístico da cidade. Isso inclui a gestão de eventos, a criação de roteiros e a implementação de políticas que visam o desenvolvimento econômico e social, usando a cultura e o turismo como ferramentas para o progresso local.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 93.835,01
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**

3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento do Turismo	
06.006		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.006.0023.0695.0049.2322	A ação compreende a realização, o apoio e a qualificação de eventos culturais, religiosos, turísticos, gastronômicos, esportivos, náuticos, institucionais e comunitários que compõem o calendário oficial e o cotidiano festivo de Paranaguá. As ações abrangem o planejamento, a organização e a execução de grandes eventos como a Festa Nacional da Tainha, o Paranaguá Motos, o aniversário da cidade, a Festa de Nossa Senhora do Rocio e outros, bem como feiras de negócios, exposições temáticas, eventos escolares e celebrações promovidas por comunidades e instituições locais. Incluem ainda o apoio logístico e técnico, a contratação de infraestrutura, a elaboração de material de divulgação, a cobertura audiovisual e a avaliação técnica das atividades.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Patrimônio Histórico	
06.005		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
06.005.0015.0451.0051.1077	Restauro da Casa Cecy, Restauro do Palácio Visconde de Nacar, reforma Casa Monsenhor Celso, reforma Casa Brasilio Itiberê, reforma Casa Dacheux. Locação de Veículos, Aquisição de Computadores, Televisores, Retroprojetores, Aquisição Barracas, Iluminação, Manutenção de Próprios.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 16.005,92
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.994,07
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 8.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 2.000,00
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3350410000 - Contribuições	01000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 13.165,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Praças e Áreas de Lazer	
15.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.004.0018.0541.0021.2136	Esta ação estratégica visa aprimorar e conservar os espaços públicos de lazer e convívio, tornando-os mais seguros, acessíveis e atraentes para a população. A manutenção contínua e a revitalização dos parques e áreas de lazer são essenciais para promover a saúde física e mental dos cidadãos, incentivar a mobilidade urbana sustentável e fortalecer o senso de comunidade.	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 - Obras e instalações	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Praças e Áreas de Lazer	
15.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.004.0018.0541.0021.2136	Esta ação estratégica visa aprimorar e conservar os espaços públicos de lazer e convívio, tornando-os mais seguros, acessíveis e atraentes para a população. A manutenção contínua e a revitalização dos parques e áreas de lazer são essenciais para promover a saúde física e mental dos cidadãos, incentivar a mobilidade urbana sustentável e fortalecer o senso de comunidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390330000 - Passagens e despesas com locomoção	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 9.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Praças e Áreas de Lazer	
15.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.004.0018.0541.0021.2136	Esta ação estratégica visa aprimorar e conservar os espaços públicos de lazer e convívio, tornando-os mais seguros, acessíveis e atraentes para a população. A manutenção contínua e a revitalização dos parques e áreas de lazer são essenciais para promover a saúde física e mental dos cidadãos, incentivar a mobilidade urbana sustentável e fortalecer o senso de comunidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Praças e Áreas de Lazer	
15.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.004.0018.0541.0021.2136	Esta ação estratégica visa aprimorar e conservar os espaços públicos de lazer e convívio, tornando-os mais seguros, acessíveis e atraentes para a população. A manutenção contínua e a revitalização dos parques e áreas de lazer são essenciais para promover a saúde física e mental dos cidadãos, incentivar a mobilidade urbana sustentável e fortalecer o senso de comunidade.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Gestão dos Cemitérios Municipais	
15.008		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.008.0004.0122.0012.2140	Esta ação estratégica é dedicada à gestão, conservação e melhoria dos cemitérios e capelas mortuárias do município. Mais do que um serviço de manutenção, a ação visa garantir que esses locais sejam espaços de dignidade, respeito e ordem, honrando a memória dos cidadãos de Paranaguá e proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para as famílias. A ação abrange as cinco unidades municipais: Nossa Senhora do Carmo, São Benedito, São Francisco de Assis (Ilha dos Valadares), Alexandra e Alexandra - Rio das Pedras.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 308.382,58

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 3.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390370000 - Locação de mão-de-obra	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390470000 - Obrigações tributárias e contributivas	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Gestão dos Cemitérios Municipais	
15.008		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.008.0004.0122.0012.2140	Esta ação estratégica é dedicada à gestão, conservação e melhoria dos cemitérios e capelas mortuárias do município. Mais do que um serviço de manutenção, a ação visa garantir que esses locais sejam espaços de dignidade, respeito e ordem, honrando a memória dos cidadãos de Paranaguá e proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para as famílias. A ação abrange as cinco unidades municipais: Nossa Senhora do Carmo, São Benedito, São Francisco de Assis (Ilha dos Valadares), Alexandra e Alexandra - Rio das Pedras.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 30.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 10.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Gestão dos Cemitérios Municipais	
15.008		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.008.0004.0122.0012.2140	Esta ação estratégica é dedicada à gestão, conservação e melhoria dos cemitérios e capelas mortuárias do município. Mais do que um serviço de manutenção, a ação visa garantir que esses locais sejam espaços de dignidade, respeito e ordem, honrando a memória dos cidadãos de Paranaguá e proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para as famílias. A ação abrange as cinco unidades	

	municipais: Nossa Senhora do Carmo, São Benedito, São Francisco de Assis (Ilha dos Valadares), Alexandra e Alexandra - Rio das Pedras.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 50.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretário	
15.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.001.0018.0122.0012.2135	A preservação ambiental é fundamental para o futuro de Paranaguá, uma cidade que se destaca por seu ecossistema único. Esta ação busca centralizar e fortalecer a atuação municipal na área do meio ambiente, garantindo que o desenvolvimento econômico e urbano aconteça de forma sustentável e responsável. A coordenação e supervisão são vitais para a atuação eficiente da administração pública. Esta ação garante que os projetos ambientais não sejam iniciativas isoladas, mas partes de uma estratégia maior e coordenada. Promove a sustentabilidade como um princípio para todas as decisões do governo, desde a gestão de resíduos até a proteção das áreas de manguezal e da orla marítima. O objetivo é criar uma cidade mais verde, resiliente e segura para as futuras gerações.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 248,19
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Gestão dos Cemitérios Municipais	
15.008		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
15.008.0004.0122.0012.2140	Esta ação estratégica é dedicada à gestão, conservação e melhoria dos cemitérios e capelas mortuárias do município. Mais do que um serviço de manutenção, a ação visa garantir que esses locais sejam espaços de dignidade, respeito e ordem, honrando a memória dos cidadãos de Paranaguá e proporcionando um ambiente acolhedor e seguro para as famílias. A ação abrange as cinco unidades municipais: Nossa Senhora do Carmo, São Benedito, São Francisco de Assis (Ilha dos Valadares), Alexandra e Alexandra - Rio das Pedras.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$ 80.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 741.630,77		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 16 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5BF3E89F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 01-26 - IV

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR
Compras e Contratos
Termo Homologação - Credenciamento
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Inexigibilidade Nº 1/2026
Processo Administrativo: 1/2026
A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.
Homologa
Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 1/2026, como segue:
Vencedores dos Itens

1335 - SIMONE SOARES DA SILVA LTDA - PD 1048/26						
Lote: 1 - ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS NOS MUNICÍPIOS						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	ATENDIMENTOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS (CONSULTAS/PROCEDIMENTOS/TERAPIAS) NAS ESTRUTURAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	SERVIÇO		1	R$2.471.902,20	R$2.471.902,20
Total do Fornecedor:						R$2.471.902,20

Dos recursos orçamentários:
35 - 00.000.0000.3339039503000000000.00000000 - Serviços e procedimentos em saúde de média e alta complexidade

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 13 de março de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:FCCECDF1

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL - PORTARIA Nº 08/2026

Publica a listagem de credenciados no EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025.

A Fundação Cultural de Paranavaí, por meio do seu Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, considerando o EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025; considerando o item 12.1, alínea "c", do referido edital, que faculta ao credenciado solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo; e considerando a solicitação formal protocolada pela empresa 30.179.095 LUANA SVERSUTE AGUIAR DOS REIS em 09 de março de 2026, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o descredenciamento voluntário da empresa 30.179.095 LUANA SVERSUTE AGUIAR DOS REIS, inscrita no CNPJ sob o nº 30.179.095/0001-13, do rol de profissionais credenciados no Edital de Chamamento Público nº 09/2025 – Viva Cultura.
Parágrafo único: Em decorrência do descredenciamento, a empresa e os artistas por ela representados deixam de compor a listagem de profissionais habilitados para futuras contratações no âmbito do referido programa, permanecendo inalteradas as obrigações relativas a contratos administrativos já assinados e em fase de execução, nos termos da alínea "d" do item 12.1 do Edital.

Art. 2º Publicar a listagem com os proponentes (agentes culturais) até o momento credenciados no referido Edital, na forma do Anexo único desta portaria.
Parágrafo único: A listagem de credenciados e ordem de classificação, considerando a ordem de inscrição e credenciamento, será, sempre que necessário, atualizada e republicada por meio de portarias à medida em que novas inscrições forem recebidas e habilitadas por meio das atas da Comissão Especial de Credenciamento enquanto o referido edital permanecer vigente.

Art. 3º Conforme Edital, a convocação dos credenciados para contração, será feita pela Fundação Cultural, conforme seu interesse e dotação orçamentária, de acordo com a demanda de seus eventos e calendário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, PR, 16 de março de 2026.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ANEXO ÚNICO

LISTAGEM DE CREDENCIADOS CONSIDERANDO OS PROPONENTES JÁ HABILITADOS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025.

1 - Credenciados conforme itens da tabela do anexo I do Edital, e categoria prevista.

Somente estão listadas os itens e categorias, que tiveram inscrições recebidas e proponentes habilitados.

Segue listagem, conforme descritivos e tabelas abaixo:

Credenciados para o **item 1** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	38	22/04/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 2** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO TEATRAL (2 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	138	15/10/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO
2ª	142	05/11/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500 - "O Tesouro de Cascudo"	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 3** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE DANÇA DE SALÃO DUO (2 integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	122	12/08/2025	ASSOCIACAO PARAISENSE DEARTES MARCIAIS - APAM Rep. Bete e Valter	34.696.828/0001-48	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 5** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE DANÇAS URBANAS (3 OU MAIS INTEGRANTES)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	75	26/05/2025	ASSOCIACAO PARAISENSE DE ARTES MARCIAIS - APAM Rep. Studio Arte Corporal	34.696.828/0001-48	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 7** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE CULTURA POPULAR, ÉTNICA E / OU REGIONAL (10 integrantes ou mais)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	112	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Orquestra Maringaense de Viola Caipira	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 8** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	30	16/04/2025	DAMT ARTE, EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	17.425.148/0001-70	CREDENCIADO
2ª	52	05/05/2025	17.457.399 FELIPE OLIVEIRA DA SILVA	17.457.399/0001-37	CREDENCIADO
3ª	129	08/09/2025	MELINA BELUSSE RAMOS 36056100804	33.481.778/0001-19	CREDENCIADO
4ª	130	08/09/2025	FRANK PARIS 07748151911	40.676.449/0001-99	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 10** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	09	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ BOKKA JR	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
2ª	10	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ SONO	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
3ª	11	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ Matarazzo	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
4ª	49	02/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ GHO	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
5ª	84	29/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Jorginho	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
6ª	85	30/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Magrão	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
7ª	88	31/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Nelsinho	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 11** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO MUSICAL INSTRUMENTAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	114	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Jean Michel	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO
2ª	123	19/08/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Pedro Enrique Costa Ribeiro	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
3ª	127	02/09/2025	OSP PRODUCOES ARTISTICAS EMUSICAIS LTDA Rep. Glebson Elvis Ribeiro	09.176.671/0001-82	CREDENCIADO
4ª	143	10/11/2025	Tomás Gleiser Oliveira 00886215021	35.147.231/0001-07	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 12** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO MUSICAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	20	07/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI	46.857.584/0001-17	CREDENCIADO
2ª	105	30/06/2025	LK PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Rep. Laura Calil	57.396.457/0001-84	CREDENCIADO
3ª	109	14/07/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
4ª	110	14/07/2025	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	39.806.007/0001-30	CREDENCIADO
5ª	115	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Jean Michel	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO
6ª	118	25/07/2025	18.583.091 FERNANDO JOSE SOARES DE CARVALHO Rep. Fernando Jhow Jhow	18.583.091/0001-09	CREDENCIADO
7ª	128	04/09/2025	52.442.157 Rafaela Machado Rep. Pedro Henrique Costa Ribeiro (Pedrão)	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 13** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO MUSICAL (2 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	03	02/04/2025	22.479.458 HUGO UBALDO DE SOUZA – Rep.43 Duo	22.479.458/0001-08	CREDENCIADO
2ª	22	07/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI Rep. Thiago Guglielmi e Núbia Rafaela - Acústico	46.857.584/0001-17	CREDENCIADO
3ª	25	10/04/2025	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954. Rep. Duo Irmãos Bellanda	31.055.259/0001-63	CREDENCIADO
4ª	42	24/04/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Duo Crisálida	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
5ª	45	25/04/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Dona	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO

			Diva Trio		
6ª	61	15/05/2025	53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO Rep. Banda Forró Mais Menino	53.268.519/0001-11	**CREDENCIADO**
7ª	63	16/05/2025	M B ROSSI PRODUÇÕES LTDA Rep. Trio Cumadi Zeca	59.543.599/0001-52	**CREDENCIADO**
8ª	68	18/05/2025	M B ROSSI PRODUÇÕES LTDA Rep. Grupo Wave Lance	59.543.599/0001-52	**CREDENCIADO**
9ª	141	04/11/2025	MARCOS HENRIQUE GUIMARAES 07811769999 Rep. Banda Causa Própria	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 14** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MUSICAL DE DUPLA SERTANEJA (2 integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	113	18/07/2025	J M DINZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Duo Jean & Cauê	12.202.839/0001-91	**CREDENCIADO**
2ª	124	25/08/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Klebim e Gustavo	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 15** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MÚSICA SERTANEJA (3 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	56	12/05/2025	53.559.615 GUSTAVO FAQUIM DOS SANTOS Rep. Lucas Müller e Gusttavo	53.559.615/0001-19	**CREDENCIADO**
2ª	73	23/05/2025	53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO Rep. Banda Forró Mais Menino	53.268.519/0001-11	**CREDENCIADO**
3ª	101	18/06/2025	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS Rep. Trio Crisálida	39.806.007/0001-70	**CREDENCIADO**
4ª	102	18/06/2025	MAKCILAINE DE SOUZA FREIRE Rep. Maks Freire & Alex	31.866.039/0001-10	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 17** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO DE BANDA DE ROCK (3 ou mais integrantes).

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	04	03/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI - Rep. Guglielmi Blues Band	46.857.584/0001-17	**CREDENCIADO**
2ª	06	03/04/2025	37.073.041 CARLOS HENRIQUE CASTILHO SANCHES - Rep. Banda Um Reino	37.073.041/0001-18	**CREDENCIADO**
3ª	07	03/04/2025	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954 - Rep. Banda Domínio Livre	31.055.259/0001-63	**CREDENCIADO**
4ª	08	03/04/2025	39.806.007JACQUELINE CARDOSO - Rep. Dona Diva Trio	39.806.007/0001-70	**CREDENCIADO**
5ª	18	05/04/2025	49.698.130 NATALIA GIMENES VIANNA. Rep. Vênus Disorder	49.698.130/0001-39	**CREDENCIADO**
6ª	40	23/04/2025	55.714.978 MARIA DE LOURDES PUPPIN Rep. Empala Rock	55.714.978/0001-07	**CREDENCIADO**
7ª	58	15/05/2025	60.245.975 MARCIO OREJANA Rep. Banda Kichuti 80	60.245.975/0001-01	**CREDENCIADO**
8ª	140	04/11/2025	MARCOS HENRIQUE GUIMARAES 07811769999 Rep. Banda Causa Própria	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 18** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NA MODALIDADE SAMBA (4 ou mais integrantes).

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	89	02/06/2025	58.086.460 CRISTOVAO RODRIGUES DE SOUZA Rep. Cristovão	58.086.460/0001-64	**CREDENCIADO**
2ª	126	28/08/2025	ORLANDO JASPER JUNIOR06619040918 Rep. Grupo Semse	33.061.655/0001-29	**CREDENCIADO**

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:DA8A4092

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 04/05/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AEV9274	277490T000000391	08/03/2026	55680
AGE0C26	277490T000000375	07/03/2026	76331
AGM5A36	277490T000000364	06/03/2026	60411
AHN3I85	277490NIC0042889	21/02/2026	50020
ALC0G81	277490T000000459	10/03/2026	76251
ALU7248	277490A000162794	11/03/2026	70481

ALV4436	277490T000000360	06/03/2026	51930
ANJ7H69	277490T000000359	06/03/2026	56222
ANK1765	277490A000162790	11/03/2026	70481
ANK1765	277490A000162787	09/03/2026	70481
ANN6I57	277490T000000371	06/03/2026	72340
APA3322	277490T000000377	07/03/2026	57380
ASE5E95	277490A000162793	11/03/2026	70481
ASM2J70	277490T000000110	10/03/2026	55414
ASS2F42	277490T000000458	10/03/2026	55411
ASX7I62	277490T000000365	06/03/2026	76332
ATK2D11	277490T000000362	06/03/2026	60411
ATQ2H63	277490T000000455	07/03/2026	76331
AVK9C29	277490T000000464	10/03/2026	55411
AXJ5614	277490NIC0042888	21/02/2026	50020
AYE5901	277490A000162791	11/03/2026	70481
AYU2915	277490A000162788	09/03/2026	70481
AYU2915	277490A000162792	11/03/2026	70481
AYV7F12	277490T000000653	07/03/2026	60501
AZJ9E89	277490T000000454	07/03/2026	54870
AZU6B06	277490T000000393	09/03/2026	59910
BAD4J13	277490T000000358	06/03/2026	51930
BCC8F54	277490T000000461	10/03/2026	55414
BCQ0852	277490T000000385	08/03/2026	54521
BCW6B92	277490T000000453	07/03/2026	76251
BDQ0H49	277490T000000109	10/03/2026	76332
BDQ0H49	277490T000000108	10/03/2026	76332
BEV6B22	277490T000000203	06/03/2026	76251
ELL2E55	277490T000000463	10/03/2026	76331
FIL5G73	277490T000000460	10/03/2026	55414
HKX4E00	277490T000000367	06/03/2026	51930
MDY1866	277490T000000357	06/03/2026	55417
NDJ7J92	277490T000000374	07/03/2026	76331
OQZ7E63	277490T000000370	06/03/2026	60411
OZH1E17	277490T000000376	07/03/2026	55680
QIT3C24	277490T000000373	06/03/2026	60411
RHN3H71	277490T000000386	08/03/2026	54522
RHU4C67	277490T000000363	06/03/2026	60411
SEM7C05	277490T000000378	07/03/2026	76332
SES1F91	277490T000000164	10/03/2026	60501
SEX1F78	277490T000000392	08/03/2026	55680
SFA2I22	277490T000000380	07/03/2026	60411
SFE8B59	277490T000000379	07/03/2026	57380

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:6004C4F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: FARMODONTO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 25.386.019/0001-49
Endereço: RUA OITO DE JULHO, 88 - JARDIM BOTANICO, Porto Alegre - RS, CEP 90690-240

E-mail: farmodonto@farmodonto.com.br

Telefone: 51 3028-8978

Nome do Representante: ALESSANDRA DE OLIVEIRA LARA CASTANHEIRA CPF: 016.217.780-10

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
113 - Mepivacaína cloridrato, apresentação: associada com epinefrina, dosagem: 2% + 1:100.000 (10 mcg/ml) tubete 1,80 ml.Cod BR 0269888	TUBETE	DLA	36.563	R$ 2,64	R$ 96.526,32
114 - Mepivacaína cloridrato, 3%, sem vaso constritor tubetes de 1,80 ml. Cod BR 0357788	TUBETE	DLA	11.625	R$ 2,64	R$ 30.690,00
115 - PRILOCAÍNA, ASSOCIADA COM FELIPRESSINA, DOSAGEM 3%+ 0,03 UI/ML, APRESENTAÇÃO INJETÁVEL TUBETE DE 1,80 ML. COD BR 0269833	TUBETE	DFL DFL	11.625	R$ 3,60	R$ 41.850,00
116 - Lidocaína cloridrato, composição: associada com epinefrina, dosagem:2% + 1:100.000, (10mcg/ml) apresentação:injetável tubete 1,8 ml. Cod BR 0269851	TUBETE	DLA	36.563	R$ 1,90	R$ 69.469,70
134 - Mepivacaína cloridrato, apresentação: associada com epinefrina, dosagem: 2% + 1:100.000 (10 mcg/ml) tubete 1,80 ml.Cod BR 0269888	TUBETE	DLA	12.187	R$ 2,64	R$ 32.173,68
135 - Lidocaína cloridrato, composição: associada com epinefrina, dosagem:2% + 1:100.000, (10mcg/ml) apresentação:injetável tubete 1,8 ml. Cod BR 0269851	TUBETE	DLA	12.187	R$ 1,90	R$ 23.155,30
Total do Lote:					R$ 293.865,00
Total do Fornecedor:					R$ 293.865,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____
ALESSANDRA DE OLIVEIRA LARA CASTANHEIRA

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:D2CE09B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: GMC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 51.205.028/0001-04
Endereço: AVENIDA Brasília, 372 - Zona 06, Cianorte - PR, 87.200-000 E-mail: gmc.medicamentos@gmail.com
Telefone: (44) 99938-4488

Nome do Representante: ALEX BERTULINI CPF: 029.844.109-80
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
131 - Diosmina + hesperidina 450 mg + 50 mg comprimidos. Cod. BR. 0273818	COMPRIMIDO	Cimed	161.000	R$ 0,43	R$ 69.230,00
Total do Lote:					R$ 69.230,00
Total do Fornecedor:					R$ 69.230,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses 4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses 4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

ALEX BERTULINI

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:C463363D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35 / 2026
O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.
Fornecedor:
Empresa: R P HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 59.903.312/0001-58
Endereço: RUA Rio de Janeiro, 252 – SALA 02 - Centro, Ouro Verde do Oeste - PR, 85.933-000
E-mail: rphospitalarltda@gmail.com
Telefone: 45 3196-4111
Nome do Representante: RAISSA PETTER
CPF: 101.521.979-90
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES
1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.
CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
CLÁUSULA 3ª: OBJETO
3.1. O objeto desta Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS
4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
109 - VITAMINAS DO COMPLEXO B QUE CONTENHA PELO MENOS VIT B1, B2, B3, B5, B6 (TIAMINA, RIBOFLAVINA, NICOTINAMIDA, DEXPANTENOL, PIRIDOXINA) XAROPE FRASCO 100 ML COD. BR 396695	FRASCO	NATUBRAS	300	R$ 2,73	R$ 820,41
Total do Lote:					R$ 820,41
Total do Fornecedor:					R$ 820,41

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.
CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES
6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante avigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.
6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.
CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO
7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.
CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS
8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.
CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;
9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.
CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES
11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____
RAISSA PETTER

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:63237C40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 85.247.385/0001-49
Endereço: RUA ISRAEL 2345 E – Loteamento Pop Vida Nova - Bairro Passo do Fortes – CEP 89805-730MARIA GORETTI, Chapecó - SC
E-mail: prosaude@prosaudesc.com.br
Telefone: (44) 3322-5585, 4933245585, 4433225585, 493324-5585,

Nome do Representante: CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI
CPF: 076.332.029-39

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
76 - Cloreto de sódio 0,9% sistema fechado frasco ou bolsa de 100 ml. Cod BR 0268236	FRASCO/BOLSA	EQUIPLEX	34.500	R$ 2,40	R$ 82.800,00
Total do Lote:					R$ 82.800,00
Total do Fornecedor:					R$ 82.800,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____
CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:46BC4979

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: PLENA MEDICA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 29.032.903/0001-36
Endereço: RUA Souza Naves 867 – CEP 87702-220 – PARANAVAÍ / PR E-mail: plenamedica@gmail.com
Telefone: (43) 93305-8700, (44) 3062-0772

Nome do Representante: REGIANE RODRIGUES BRAGA CPF: 856.228.269-34
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
2 - ÁCIDO ASCÓRBICO 100MG/ML AMPOLA COM 5ML INJETÁVEL IM/EV. COD BR 0271687	AMPOLA	Farmace	10.000	R$ 0,82	R$ 8.247,00
12 - BIPERIDENO, LACTATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA COM 1ML - USO IM/EV.COD BR 0270138	AMPOLA	CRISTÁLIA	100	R$ 2,59	R$ 258,67
20 - Clonidina, cloridrato 0,100mg comprimido. Cod BR 0272043	COMPRIMIDO	MAWDSLEYS	50.000	R$ 0,26	R$ 13.050,00
31 - DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL EV AMPOLA COM 10ML. COD BR 0268960	AMPOLA	Hipolabor	150	R$ 3,38	R$ 507,48
45 - Gliconato de Cálcio 10% ampola 10 ml cod BR 0270019	AMPOLA	HALEX ISTAR	200	R$ 1,88	R$ 376,00
48 - Imipenem + cilastatina sódica 500mg pó injetável frasco ampola com 20mL sem diluente - Uso EV. Cod BR 0342258	FRASCO AMPOLA	ABL ABL	600	R$ 55,30	R$ 33.181,50
55 - Metoprolol, tartarato 1 mg/ml ampolas de 5 ml- Uso EV. Cod BR 0345259	AMPOLA	CRISTÁLIA	400	R$ 15,89	R$ 6.355,72
92 - Escopolamina, butilbrometo + dipirona sódica 6,67 + 333,4mg/ml solução oral gotas frasco 20 ml cod BR 270622	FRASCO	NATULAB	4.000	R$ 5,66	R$ 22.624,00
118 - Polimixina B associada com neomicina e hidrocortisona, 10.000 UI + 5 mg + 10 mg/ml, solução otológica, frascos de 10 ml. Cod BR 0270228	FRASCO	FQM	465	R$ 13,30	R$ 6.184,50
130 - Cloreto de sódio 0,9% sistema fechado frasco ou bolsa de 500 ml. Cod BR 0268236	FRASCO/BOLSA	FARMARIN	6.000	R$ 3,80	R$ 22.800,00
Total do Lote:					R$ 113.584,87
Total do Fornecedor:					R$ 113.584,87

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

_____
REGIANE RODRIGUES BRAGA

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:7442BF9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 33.398.831/0001-12
Endereço: AVENIDA 21 DE ABRIL, 274 - CENTRO., Barão de Cotegipe - RS, 99.740-000 E-mail: FENIXBARAO@GMAIL.COM
Telefone: 54 3523-1477, 54 3523-2283

Nome do Representante: JACKSON ELIZANDRO NIEC CPF: 970.290.840-04
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1 - Acebrofilina 10mg/ml xarope 100 a 120ml acompanhados de dosadores. Cod BR 0448839	FRASCO	Cimed	250	R$ 4,58	R$ 1.145,00
90 - Doxiciclina 100mg comprimidos. cod. BR 271036	COMPRIMIDO	PHARLAB	9.800	R$ 0,48	R$ 4.723,60
Total do Lote:					R$ 5.868,60
Total do Fornecedor:					R$ 5.868,60

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

JACKSON ELIZANDRO NIEC

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:0BC6EA4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 34.223.536/0001-98
Endereço: RODOVIA ROD RODOVIA PR-317, 0 - PQ INDUSTRIAL 200, Maringá - PR, CEP 87.035-510

E-mail: pregao@multihosp.com.br, licitacao@licitesaude.com.br

Telefone: (44) 99965-9837, (44) 3354-5826

Nome do Representante: MARCOS HENRIQUE LAHOUD CPF: 000.744.681-03
CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
26 - Dexametasona, Fosfato Dissódico Solução Injetável ampola 4 mg/mL com 2,5ml - Uso IM/EV. Cod BR 0292427	AMPOLA	Farmace	8.000	R$ 0,82	R$ 6.560,00
34 - ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/EV AMPOLA COM 5ML. COD BR 0270621	AMPOLA	Farmace	16.000	R$ 1,38	R$ 22.080,00
42 - Glicerol dosagem 12% clister frasco 500 ml. Cod 0269622	FRASCO	JP.	450	R$ 9,43	R$ 4.243,50
43 - GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML. COD BR 0267541	AMPO	EQUIPLEX	4.000	R$ 0,46	R$ 1.840,00
44 - Glicose 5% solução injetável sistema fechado frascos ou bolsa 250 ml. Cod BR 0357880	FRASCO/BOLSA	JP.	2.000	R$ 3,87	R$ 7.740,00
46 - Heparina Sódica Solução Injetável 5.000 UI/mL SC/IV ampola- com 5ml equivalente a 25.000 UI. Cod BR 0272796	AMPOLA	Hipolabor	1.200	R$ 11,00	R$ 13.200,00
52 - Manitol 20% solução injetável sistema fechado frasco ou bolsa 250ml. Cod BR 0299675	FRASCO/BOLSA	JP.	400	R$ 7,88	R$ 3.152,00
56 - Metronidazol 5mg/ml - sistema fechado frasco ou bolsa com 100mL - Uso EV. Cod BR 268498	FRASCO/BOLSA	JP.	2.000	R$ 4,00	R$ 8.000,00
71 - Teicoplanina frasco ampola 400mg + ampola de diluente 3ml - Uso IM/EV. Cod BR 0268528	AMPOLA	UNIÃO QUIMICA	360	R$ 34,00	R$ 12.240,00
77 - Cloreto de sódio 0,9% sistema fechado frasco ou bolsa de 1000 ml. Cod BR 0268236	FRASCO/BOLSA	JP.	8.000	R$ 6,65	R$ 53.168,00
80 - GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO OU BOLSA 1000 ML. COD BR 0366913	FRASCO/BOLSA	JP.	600	R$ 7,03	R$ 4.216,50
81 - GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO OU BOLSA 500 ML. COD BR 0366913	FRASCO/BOLSA	JP.	1.200	R$ 4,77	R$ 5.724,00
82 - GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO FRASCOS OU BOLSA 1000 ML. COD BR 0357880	FRASCO/BOLSA	JP.	500	R$ 7,22	R$ 3.610,00
83 - GLICOSE 5% SOLUÇÃO INJETÁVEL SISTEMA FECHADO FRASCOS OU BOLSA 500 ML. COD BR 0357880	FRASCO/BOLSA	JP.	500	R$ 4,77	R$ 2.385,00
84 - Ringer + lactato de sódio (Lactato de sódio, cloreto de potassio, cloreto de sodio, cloreto de cálcio) solução injetável sistema fechado. Frasco ou bolsa 500 ml. Cod BR 0303292	FRASCO/BOLSA	JP.	1.800	R$ 4,78	R$ 8.604,00
128 - Cloreto de sódio 0,9% sistema fechado frasco ou bolsa de 100 ml. Cod BR 0268236	FRASCO/BOLSA	JP.	11.500	R$ 2,69	R$ 30.935,00
129 - CLORETO DE SÓDIO 0,9% SISTEMA FECHADO FRASCO OU BOLSA DE 250 ML. COD BR 0268236	FRASCO/BOLSA	JP.	8.500	R$ 3,10	R$ 26.350,00
Total do Lote:					R$ 214.048,00
Total do Fornecedor:					R$ 214.048,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar adocumentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validadeda ata	Impedimento de licitar ou contratar com omunicípio de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsaexigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar oucontratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometerfraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar oucontratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar osobjetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar oucontratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar oucontratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

__

MARCOS HENRIQUE LAHOUD

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:35CC24D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025

1ºTERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representadopelos(as)**Secretários(as)Municipais ANDREIA MARTINS DE SOUZA**residentese domiciliados(as)nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de Mobiliários para para aquisição de equipamentos médicos para suprir as demandas das Equipes Odontológicas e de Vigilância em Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme edital de licitação nº 13/2025.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**4,461836 %**referente à variação do IPCA no período de dezembro/2024 a dezembro/2025com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 146/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 146/2025passa a ser de: **R$24.965,36(vinte quatro mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos).**

Fornecedor:SOUL DIST. DE PRODUTOS E EQUIP. INDUSTRIAIS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
23	Compressor De Ar Odontológico Capacidade Reservatório: Volume Interno Acima De 120 L, Características Adicionais: Isento Óleo, Tanque Pintura Interna Anticorrosiva , Voltagem: 110/220 V , Componente Adicional: Válvula De Segurança. Manômetro, Dreno P/ Água. Código CATMAT 416014. Observações complementares: Compressor compressor de ar odontológico, isento de óleo, com reservatório resistente a corrosão, com motor de 4 HP (2 x 2 HP), com kit de amortecedor de vibração de 3/8 pol., com dreno para água, com filtro regulador de ar comprimido triplo, com baixo nível de ruído, pressão máxima de 120 PSI. Bloco do compressor em ferro fundido, com válvulas de segurança. Equipamento com prontuário de vaso de pressão. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português-Brasil. Certificação pelo INMETRO.	Unid.	4	R$ 6.241,34	R$ 24.965,36
Total Fornecedor: R$ 24.965,36 (vinte quatro mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2025), datada de 11 de junho de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa: Soul Distribuidora De Produtos E Equipamentos Industriais LTDA
CNPJ: 51.659.136/0001-49
Endereço: Rua LAGUNENSES, 101 - CASA NOSSA SENHORA DAS GRACAS, Canoas - RS, 92.025-360
Nome do Representante:
VIVIANE LOPES FRAGA
CPF: 890.525.440-34

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:219E08A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2025

1ºTERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representadopelos(as)**Secretários(as)Municipais ANDREIA MARTINS DE SOUZA**residentese domiciliados(as)nesta cidade,registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de equipamentos médicos para suprir as demandas das Equipes Odontológicas e de Vigilância em Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme edital de licitação nº 13/2025.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR

2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**4,461836%**referente à variação do IPCA no período de dezembro/2024 a dezembro/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 149/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 149/2025passa a ser de: **R$41.429,82 (quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos).**

Fornecedor: PIETRA ODONTO IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIDORA LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
11	Caneta Alta Rotação Material Rolamento: Rolamento Cerâmica, Velocidade Máxima: Velocidade Máxima Maior 400.000 RPM, Refrigeração: 3 Ou Mais Furos , Troca De Brocas: Saca Broca , Tipo Conexão: Conexão 2 Furos , Tipo Cabeça: Cabeça Padrão. Código CATMAT 437552. Observações complementares: caneta de alta rotação com led, velocidade máxima de rotação de 42.000 rpm, e mínima de 35.000 rpm, rolamento de cerâmica, push botton; modelo similar ou equivalente a Kavo modelo 636 CP. Garantia de 1 ano. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português-Brasil. Registro ANVISA.	Unid.	45	R$ 365,62	R$ 16.452,90
12	Equipamento Odontológico Tipo: Fotopolimerizador , Aspecto Físico: Base Peça De Mão Sem Fio , Material Ponteira: Ponteira Fibra Ótica Ou Acrílico , Material Corpo: Plástico Abs , Fonte: Luz Led , Instalação: Elétrica , Componentes: Protetor Ocular. Código CATMAT 410459. Observações complementares: Indicado para fotopolimerização de resinas compostas ou qualquer substância sensível à faixa de luz no espectro de 440nm à 480nm aproximadamente. Equipamento sem fio, com tecnologia em fotopolimerização de resinas compostas pela utilização de luz. Potência mínima de 1200 mW/cm²; leve, funcional, compacto, bivolt, emite luz com baixíssima produção de calor, a qual protege a polpa do dente. Garantia mínima de 1 ano e assistência técnica permanente. Biossegurança: Assepsia sem danos nos componentes eletrônicos. Ponteira de fibra ótica autoclavável e removível. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português- Brasil. Registro ANVISA.	Unid	15	R$ 338,46	R$ 5.076,90
14	Equipamento Odontológico Tipo: Jato Bicarbonato E Ultrassom , Aspecto Físico: Motor De Bancada , Material Corpo: Plástico Abs , Indicação: Profilaxia/Periodontia/Endodontia , Fonte: EletroPneumático , Componentes Adicionais: Bomba Peristáltica/ Reservatório P/ Líquido/Pedal , Componentes: 2 Peças De Mão, 3 Ponteiras, Pedal. Código CATMAT 416674 Observações complementares: Equipamento para profilaxia com ultrassom e jato de bicarbonato, montado em conjunto, com jato de bicarbonato com regulagem de água no spray; com ultrassom de 30.000 Hz, 5 níveis de potência do ultrassom: baixa, baixa/média, média, média/alta e alta com no mínimo 3(três) ponteiras de formatos e funções diferentes e autoclaváveis, com duas capas removíveis para autoclavagem, com regulagem de água do spray e seleção de potência de uso, filtro de ar com drenagem automática, recipientes para bicarbonato de fácil limpeza. Pintura lisa em epóxi na cor branca, operação digital, com caneta e transdutor do ultrassom autoclavável. Bivolt. Frequência: 50/60 Hz; Pressão de entrada de água: 14 PSI a 40 PSI; Pressão de entrada de ar: 60 PSI a 80 PSI; voltagem: bivolt ou 110v. Garantia mínima de 12 meses. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português-Brasil. Registro ANVISA.	Unid	12	R$ 1.201,31	R$ 14.415,72
27	Caneta Alta Rotação Material Rolamento: Rolamento Cerâmica, Velocidade Máxima: Velocidade Máxima Maior 400.000 RPM, Refrigeração: 3 Ou Mais Furos , Troca De Brocas: Saca Broca , Tipo Conexão: Conexão 2 Furos , Tipo Cabeça: Cabeça Padrão. Código CATMAT 437552. Observações complementares: caneta de alta rotação com led, velocidade máxima de rotação de 42.000 rpm, e mínima de 35.000 rpm, rolamento de cerâmica, push botton; modelo similar ou equivalente a Kavo modelo 636 CP. Garantia de 1 ano. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português-Brasil. Registro ANVISA.	Unid	15	R$ 365,62	R$ 5.484,30
Total Fornecedor: R$41.429,82 (quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2025), datada de 11 de junho de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa:
Pietra Odonto Importacao e Distribuidora LTDA
CNPJ: 28.877.319/0001-19
Endereço: Rua GASTAO VIEIRA, - PQ STA FELIC JD, São Carlos - SP, 13.562-410
Nome do Representante:
VERA APARECIDA TREVISANO KONDOR
CPF: 214.561.298-05

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:42534660

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2025

1ºTERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2025
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representadopelos(as)**Secretários(as)Municipais ANDREIA MARTINS DE SOUZA**residentese domiciliados(as)nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
O objeto é **Registro de Preços destinado à aquisição de equipamentos médicos para suprir as demandas das Equipes Odontológicas e de Vigilância em Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme edital de licitação nº 13/2025.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**4,461836%**referente à variação do IPCA no período de dezembro/2024 a dezembro/2025, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 150/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo primeiro – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado da Ata de Registro de Preços nº 150/2025passa a ser de: **R$84.613,50 (oitenta e quatro mil, seiscentos e treze reais e cin quenta centavos).**

Fornecedor: GNATUS PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
10	Caneta de alta rotação com cabo invertido no mesmo sentido dacabeça, aumentando a visibilidadedo operador durante o procedimento cirúrgico. Cabeça mediana, angulação de 45º. Alto torque, confeccionada em alumínio anodizado, o que possibilita levezae excelente acabamento superficial, facilitando a desinfecção; cabeça com linhas arredondadas; baixo nível de ruído; sistema de rolamentos apoiado. Peso g 38 a 44. Rotação (rpm) 0 a 420.000. Fixação da broca (saca broca). Pressão (psi) 30 a 40. Consumo de ar (L/min) 42. Consumo de água (ml/min) 42. Nível sonoro (dB)69 - Registro ANVISA e assistência técnica em todo Estado do Paraná. Garantia de 1 ano. CATMAT 437552. Com manual de instruções impressos contendo todas as informações sobre o mesmo em Português-Brasil.	Unid.	150	R$ 564,09	R$ 84.613,50
Total Fornecedor: R$84.613,50 (oitenta e quatro mil, seiscentos e treze reais e cin quenta centavos).					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150/2025), datada de 12 de junho de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Empresa: GNATUS Produtos Medicos e Odontologicos LTDA
CNPJ: 09.609.356/0001-00
Endereço: Avenida 25 DE AGOSTO, - DISTRITO INDUSTRIAL I, Barretos - SP, 14.783-037
Nome do Representante:
ALEXANDRE VICENTINI DE QUEIROZ
CPF: 218.847.158-00

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:E60C9AD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 506/2026

Dispõe sobre a interrupção de substituição de servidor na função de Professor Substituto.

Considerando o Processo digitai nº. 13417/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012,

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER as atividades nas funções de **Professor Substituto,** do servidor abaixo relacionado, nos termos do Art. 23, §3º da Lei Municipal nº. 2.796/2006.

SUBSTITUTO		MATR.	SUBSTITUIÇÃO DE:	INTERRUPÇÃO	TURNO	ESCOLA/CMEI
1.	PRISCILA CARDOSO DA CRUZ	10511-2	SONIA HATUM ALONSO	27/02/26	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
2.	JOSIANI MARQUES DA SILVA	9246-3	VAGA REAL	25/02/26	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:019BDC5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 507/2026

Dispõe sobre a designação de servidores para prestarem serviços na função de Professor Substituto, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o Processo digitai nº. 13417/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor, abaixo relacionados, para prestar serviços na função de **Professor Substituto**, nos termos do art. 23 da Lei Municipal nº 2.796/2006.

	SUBSTITUTO	MATR.	SUBSTITUIÇÃO DE:	INÍCIO	TÉRMINO	TURNO	ESCOLA/CMEI
1.	ROSANA MARIA PELICANO DA SILVA	9247-2	ANICE RAMALHO TAVARES	02/03/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL MARIA SHUROFF BACK
2.	LILIANE DA SILVA BELTRAME	6425-3	SUELY APARECIDA RUIZ LIMA	02/03/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
3.	GISELE LOPES QUINTINO	10911-2	SONIA HATUM ALONSO	02/03/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT
4.	GRAZIELA FERNANDO DA SILVA SALVADOR	9536-2	CLEUCI FÁTIMA DOS SANTOS LIMA	14/03/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL MARIA SHUROFF BACK
5.	LUCIANA THOMASSEN CHAVES	1906-2	CLEUCI FÁTIMA DOS SANTOS LIMA	04/03/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL MARIA SHUROFF BACK
6.	LAIS CARLA GANDORFO	9251-1	VAGA REAL	14/03/2026	30/04/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
7.	FRANCIELE DA SILVA FRANÇA	9944-2	VAGA REAL	14/03/2026	30/04/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
8.	DARLENE DOS SANTOS ARGENTON	10056-2	VAGA REAL	14/03/2026	30/04/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL NEUSA PEREIRA BRAGA
9.	JULIANY VIEIRA FREIRE	8541-2	PATRICIA PAULINO GRAÇA	05/03/2026	18/12/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL DÁCIA FIGUEREDO FORTES
10.	EDUARDO MOURA GOBO	9555-1	SUELLEN C. VIRCHE ANTONIO	05/03/2026	05/03/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
11.	CAMILA VIEIRA DE FARIAS	10790-5	SUELLEN C. VIRCHE ANTONIO	06/03/2026	06/03/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL JAYME CANET
12.	DALVA THEODORO MACIEL DAMASCENO	5335-1	IVONE RUBIRA DE ALENCAR ARRAIS	16/03/2026	30/03/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL HERMETO BOTELHO
13.	JAQUELINE RODRIGUES DE SOUZA ALECIO	7245-2	PRISCILA G. OLIVEIRA BARATELLA	16/03/2026	24/04/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS
14.	ANA CRISTINA FURTADO PEREIRA	9991-2	PATRICIA PAULINO GRAÇA	11/03/2026	18/12/2026	VESPERTINO	ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA DA SILVA
15.	SILVANA DA SILVA	5367-2	LAIS DOS SANTOS	16/03/2026	24/04/2026	MATUTINO	ESCOLA MUNICIPAL ILDA CAMPANO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 16 DIAS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:8E50DE19

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Município de Pato Branco
EDITAL DE INTIMAÇÃO nº 021/2026
Pato Branco, 13 de março de 2026.
Fica o contribuinte abaixo relacionado, com fulcro nos artigos 339 e 340, do Código Tributário Municipal, INTIMADO, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresente à Divisão de Fiscalização, na rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR, a documentação abaixo descrita, sob pena de multa de cinco unidades fiscais do município e possível arbitramento da receita bruta, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "a", das Outras Infrações e art. 297, ambos da Lei Complementar n° 001/98.

Cadastro Municipal	CNPJ	Documentos fiscais
320359-0	19.169.888/0001-19	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro/2024 a janeiro/2026
811780-0	36.310.328/0001-51	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Bloco de RPS n°001 a 100. Período da documentação:janeiro a dezembro/2025
818421-0	21.396.477/0001-08	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: janeiro/2025 a janeiro/2026
403685-0	33.849.648/0001-96	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Livro razão/Diário. Período da documentação: janeiro/2021 a dezembro/2025
407793-0	34.749.644/0001-07	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Livro razão/Diário. Período da documentação: janeiro a dezembro/2025
293018-0	13.932.353/0001-71	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Livro razão/Diário. Período da documentação: janeiro/2024 a dezembro/2025
338486-0	21.800.530/0001-94	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Livro razão/Diário. Período da documentação: janeiro/2024 a novembro/2025
8226562-0	59.846.171/0001-89	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Livro razão/Diário.

		Período da documentação: março a novembro/2025
MARINES BONETT		***JULLI REBONATTO***
Fiscal de Tributos		Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:4B00CB97

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO

Município de Pato Branco
EDITAL DE INTIMAÇÃO nº 022/2026
Pato Branco, 13 de março de 2026.
Fica o contribuinte abaixo relacionado, com fulcro nos artigos 339 e 340, do Código Tributário Municipal, INTIMADO, para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresente à Divisão de Fiscalização, na rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR, a documentação abaixo descrita, sob pena de multa de cinco unidades fiscais do município e possível arbitramento da receita bruta, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "a", das Outras Infrações e art. 297, ambos da Lei Complementar n° 001/98.

Cadastro Municipal	CNPJ	Documentos fiscais
8016810	25.363.012/0001-01	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação:janeiro/2021 a julho/2025
8130640	40.716.504/0001-27	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Bloco de RPS n°001 a 100. Período da documentação:janeiro/2025 a julho/2025
2583680	09.379.951/0001-98	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Bloco de RPS n°001 a 100. Período da documentação: janeiro/2021 a julho/2025
8189800	47.619.527/0001-62	Balanço patrimonial ou balancete; DRE; Período da documentação: janeiro/2025 a julho/2025
8002100	22.917.635/0001-90	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação:janeiro/2021 a agosto/2025
82237450	55.336.475/0001-45	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: junho/2024 a agosto/2025
82244480	56.422.994/0001-99	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Fluxo de caixa/relatório de entrada e saída no regime de caixa. Período da documentação: agosto/2024 a agosto/2025
8209540	50.020.644/0001-10	Balanço patrimonial ou balancete; DRE e/ou Livro-caixa; Período da documentação: abril/2023 a setembro/2025
DANIELA PAGNONCELLI MORAWSKI	***JULLI REBONATTO***	
Fiscal de Tributos	Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação	

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:E43A19FD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 208, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 6.091, de 02 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Remover os servidores abaixo relacionados dentro do quadro da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a seguir especificado:

MATRÍC.	NOME	DE	PARA
8267-8	Luciane Cordeiro Garcia	NIS Central	CAPSi
7229-0	Luciane Bergamin	UBS São Cristóvão	UBS Central
10535-0	Luciane Vedovatto Lorenset	UBS São Cristóvão	UBS Central
7774-7	Dandara Pra	NIS Central	UBS Fraron
10621-6	Eduardo Bassani Dal Bosco	UBS Alvorada	UBS São Cristóvão
8195-7	Amanda Bragamonte Pereira Borba Baldissera	NIS Central	UBS Novo Horizonte
7986-3	Cristiane Valeria Poposki	NIS Central	UBS São Francisco
8189-2	Silvania de Agostinho Bussolaro	UBS Alvorada	Administração
8512-0	Gabriel Sbardelotto	UBS Morumbi	UBS Fazenda da Barra
7889-1	Elizangela Greggio VIcensi	NIS Central	Vigilância Sanitária

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D98E6CCA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA N.º 083/2026 – DE 13 DE MARÇO DE 2026

ERRATA

O Senhor **SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA**, Prefeito Municipal do Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.687.954/0001-13, torna público a **ERRATA** da Portaria n.º 083/2026 – de 13 de março de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 16/03/2026 – Edição n.º 3489, sendo:

ONDE LÊ-SE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Cesário Gonçalves de Mello	09/03/2026	09/03/2026	1	R$ 114,15	R$ 114,15	Rebouças/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes

LEIA-SE:

Cesário Gonçalves de Mello	09/03/2026	09/03/2026	1	R$ 45,66	R$ 45,66	Rebouças/PR	POLO TAT 8F30	Transporte de Pacientes

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Paula Freitas, 16 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:FBCF1FE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 085/2026 – DE 16 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA N.º 085/2026 – de 16 de março de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	Saída	Retorno	N.º de Diárias	Vl. Unit.	Total	Destino	Meio Transp.	Motivo
Hemerson José Kmita	17/03/2026	17/03/2026	1	114,15	114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Administração
Luiz Sérgio Oleksichen	17/03/2026	17/03/2026	1	114,15	114,15	Curitiba/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 16 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:EDFF2BB6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2026

Concurso Público 01/2025
O Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais e nos termos do art. 65, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a homologação do Concurso Público nº 01/2025,
CONVOCA
Os candidatos abaixo relacionados para apresentação de documentos e exames médicos, visando a investidura nos empregos públicos correspondentes, conforme as condições estabelecidas no item 15 do Edital de Abertura:

Inscrição	Emprego	Nome Completo	Classificação

0000792	Professor 20h	ANGÉLICA CRISTINA COBOS	27º lugar
0000547	Professor 20h	ANGÉLICA KOVALCZUK FRANCO	28º lugar
0000394	Professor 20h	JISELE NAHIRNE AIOLFI	29º lugar
0000459	Professor 20h	TATIANE SÔNIA GURSKI MELNIK JAREMKO	30º lugar
0000595	Professor 20h	GABRIELA NUNES DE SOUZA	31º lugar
0000591	Professor 20h	CLARICE DA LUZ	32º lugar
0000641	Professor 20h	FRANCIELE JOSIANE MORO IGNASZEWSKI	33º lugar
0000769	Professor 20h	JULIANE NAHIRNE SVIDZINSKI	34º lugar
0000175	Professor 20h	WESLEI DJORDAN FILUS	35º lugar
000072	Professor 20h	JULIANE SCOTNICCI	36º lugar

Inscrição	Emprego	Nome Completo	Classificação
0000473	Auxiliar Administrativo	CARLOS DANIEL GLAAB	3º lugar
0000672	Auxiliar Administrativo	MISAEL VERISSIMO MARINHUK	4º lugar

ART. 1º - DOS DOCUMENTOS DE INVESTIDURA
O(s) candidato(s) deverá(ão) encaminhar, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da publicação deste edital, os seguintes documentos (em cópias legíveis acompanhadas dos originais para conferência ou cópias autenticadas):
Identificação e Estado Civil
Certidão de Nascimento ou Casamento (conforme estado civil atual);
Certificado de Naturalização (se estrangeiro naturalizado);
Documento Oficial de Identidade com foto e CPF.
Escolaridade e Habilitação Profissional (conforme o cargo)
Nível Fundamental: Histórico Escolar e Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental;

Nível Médio: Histórico Escolar e Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
Nível Superior: Diploma de Graduação e Histórico Escolar;

Conselhos de Classe: Para cargos que exijam registro profissional (ex: Contador), apresentar Certidão de Inscrição e Regularidade no Conselho Regional de Classe do Paraná;
Motorista/Operador: CNH Categoria "D" com anotação de EAR (para Motorista) ou CNH Categoria "C" (para Operador).
Obrigações Legais e Certidões
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral (disponível em: tse.jus.br);
Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);
Atestado de Antecedentes Criminais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de residência
dos últimos 5 anos (PR: atestados.pr.gov.br);
Certidão de Antecedentes Criminais da Polícia Federal (disponível em: servicos.pf.gov.br);
Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual (Juizados Especiais Criminais, Comarca de Residência dos últimos 5 anos);
Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ (disponível em: cnj.jus.br).
Declarações Administrativas (Modelos em Anexo)
Declaração de Acúmulo de Cargo, Emprego ou Função Pública (em conformidade com o art. 37 da CF e Lei Municipal 928/2013);
Declaração de que não sofreu demissão do serviço público nos últimos 05 anos (nos termos do art. 22 da Lei Municipal 928/2013).
ART. 2º - DA AVALIAÇÃO MÉDICA
Cumprida a etapa documental, o candidato será agendado pelo Departamento de Recursos Humanos para inspeção médica oficial, de caráter eliminatório.

§ 1º. O candidato deverá apresentar, no ato da avaliação, os seguintes exames (realizados às suas expensas):
Hemograma completo;
Raio X de tórax (PA e Perfil);
Raio X de coluna Lombo-Sacra e Bacia (com laudo).
§ 2º. A não apresentação dos exames ou o resultado "Inapto" impossibilitará a investidura, conforme item 16.6 do Edital 001/2025.
ART. 3º - DA NOMEAÇÃO E POSSE
Após a aprovação médica e documental, será editada a Portaria de Nomeação. Para a assinatura do Contrato de Trabalho (regime CLT) e posse no prazo de 30 dias, o candidato deverá entregar:
Declaração de Bens e Rendas (ou cópia da última Declaração de IRRF);
Comprovante de endereço atualizado;
Dados bancários (Conta Corrente no Banco do Brasil);
Carteira de Trabalho (CTPS) física ou digital;
Comprovante de PIS/PASEP.
Art. 4º. A falsidade de qualquer documento ou declaração sujeitará o candidato à eliminação do concurso ou rescisão contratual imediata, sem prejuízo das sanções penais.
Paulo Frontin-PR, 16 de março de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Nome: _____
Cargo: _____ Edital: _____ Class.: _____
RG: _____ CPF: _____

Declaro que: SIM ( ) NÃO ( ) POSSUO VÍNCULO EMPREGATÍCIO.
(Se sim, informar nos quadros 1 e/ou 2)

QUADRO 1

Tipo de vínculo: ( ) Público ( ) Privado
Entidade/Órgão/Empresa: _____
Cargo/Emprego: _____ Regime Trabalho: _____
Local de trabalho: _____
Turno: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
Horário Entrada: ____:____ Saída: ____:____
Carga horária semanal: _____ Escala: _____

QUADRO 2
Tipo de vínculo: ( ) Público ( ) Privado
Entidade/Órgão/Empresa: _____
Cargo/Emprego: _____ Regime Trabalho: _____
Local de trabalho: _____
Turno: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite
Horário Entrada: ____:____ Saída: ____:____
Carga horária semanal: _____ Escala: _____

A presente declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei comprometo-me a comunicar imediatamente a secretaria municipal de administração e de gestão de pessoal quaisquer alterações de minha situação funcional, bem como autorizo-a diligenciar quanto à veracidade das informações ora prestadas. fico ciente do teor desta declaração e se por qualquer forma ocultar ou omitir a acumulação presumir-se-á má fé, o que me ensejará segundo as formalidades legais a aplicação das penalidades de demissão e restituição do que houver percebido indevidamente.

FALSIDADE IDEOLÓGICA (CÓDIGO PENAL)

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984).

Local: Data: / /

Candidato Responsável pela Conferência

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA

Nome: _____

Cargo: _____ Edital: _____ Class.: _____

RG: _____ CPF: _____

Declaro, tendo lido o disposto no artigo 37, incisos XVI e XVII e § 10, art. 40, §6º, da Constituição Federal, nos art. 1º, §§ 1º e 2º da lei municipal 928/2013 e art. 299 do código penal, transcritos na folha 2, que:
SIM ( ) NÃO ( ) ACÚMULO cargo, emprego ou função pública em quaisquer esferas de Governo (Federal, Estadual ou Municipal), na Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista ou Fundações Públicas de Direito Público ou Privado mantidas pelo Poder Público, direta ou indiretamente. (Se sim, informar nos quadros 1 e/ou 2)
SIM ( ) NÃO ( ) RECEBO proventos de aposentadoria ou outro benefício do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS decorrentes da atuação como servidor titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações. (Se sim, informar nos quadros 1 e/ou 2)

Quadro 1
Entidade/Órgão/Empresa: _____
Cargo/Emprego: _____ Regime Trabalho: _____
Local de trabalho: _____
Turno: (___) Manhã (___) Tarde (___) Noite
Horário Entrada: : Saída: :
Carga horária Semanal: _____ Escala: _____

Quadro 2
Entidade/Órgão/Empresa: _____
Cargo/Emprego: _____ Regime Trabalho: _____
Local de trabalho: _____
Turno: (___) Manhã (___) Tarde (___) Noite
Horário Entrada: : Saída: :
Carga horária Semanal: _____ Escala: _____

Declaro também que estou ciente das implicações criminais por falsa declaração, conforme o art. 299 do código penal, e que as informações por mim preenchidas acima são verdadeiras. A presente declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei comprometo-me a comunicar imediatamente a secretaria municipal de administração e de gestão de pessoal quaisquer alterações de minha situação funcional, bem como autorizo-a diligenciar quanto à veracidade das informações ora prestadas. fico ciente do teor desta declaração e se por qualquer forma ocultar ou omitir a acumulação presumir-se-á má fé, o que me ensejará segundo as formalidades legais a aplicação das penalidades de demissão e restituição do que houver percebido indevidamente.
Local: Data: / /

Candidato Responsável pela Conferência

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) a) a de dois cargos de professor; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) c) a de dois cargos ou Funções Públicas privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001) XVII - a proibição de acumular estende-se a Funções Públicas e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998). Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003) § 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de
mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de15/12/98)
REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS (LEI 928/2013)
Art. 1º. Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos ou Funções Públicas públicos
§ 1º. A proibição de acumular estende-se a cargos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
§ 2º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários
§ 3º. Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

FALSIDADE IDEOLÓGICA (CÓDIGO PENAL)
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

ACÚMULO DE CARGO E FUNÇÃO PÚBLICA
SÚMULA Nº 246 Tribunal de Contas da União – TCU
O fato de o servidor licenciar-se, sem vencimentos, do cargo público ou emprego que exerça em órgão ou entidade da administração direta ou indireta não o habilita a tomar posse em outro cargo ou emprego público, sem incidir no exercício cumulativo vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal, pois que o instituto da acumulação de cargos se dirige à titularidade de cargos, Funções Públicas e funções públicas, e não apenas à percepção de vantagens
pecuniárias.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SANÇÃO DE PERDA DE CARGO OU EMPREGO OU FUNÇÃO

Eu, ,
portador do RG nº e CPF nº , DECLARO para o fim específico de contratação para emprego público de , pelo Concurso Público nº.001/2025 que não fui demitido(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após Sindicância ou Processo Administrativo, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação, e que não perdi o cargo/emprego/função em razão de Sentença Judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.
A não veracidade da declaração prestada é considerada como Crime de Falsidade ideológica (Código Penal - Artigo 299), sujeitando-se às penas da Lei. Pena: Reclusão de um a cinco anos, e multa- quando o documento objeto da fraude é público; ou Reclusão de um a três anos, e multa – se o documento for particular.

Paulo Frontin/Pr, / /

Candidato (a)

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS (DBR)

I - PATRIMÔNIO DO DECLARANTE

TIPO DO BEM (1)	DESCRIÇÃO DO BEM (2)	VALOR DE AQUISIÇÃO (3)	DATA DE AQUISIÇÃO (4)	VALOR VENAL ATUALIZADO (5)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO (6)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (7)

Observações:
Para cada bem, informar um único tipo: imóvel, móvel, semovente, veículo terrestre, embarcação, aeronave, títulos ou valores mobiliários, aplicação financeira, depósitos em conta bancária.
Para cada bem, informar as características que o descrevem ou identificam.
Para cada bem, informar o valor de aquisição constante no instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito, expresso em moeda nacional, se adquirido no Brasil, ou na moeda do país onde o bem foi adquirido.

Para cada bem, informar a data de aquisição constante no instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito.
Para cada bem, quando não for possível informar o valor de aquisição, informar o valor de venda atualizado até a data do último mês que integra o período relativo à DBR.
Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro a que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.
Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.

DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO (1 DÍVIDAS/ÔNUS
DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2)

Observações:
Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro a que se refere a DBR.
Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR.

III - RENDIMENTOS DO DECLARANTE

RENDIMENTO TRIBUTÁVEL (1)	
RENDIMENTO NÃO TRIBUTÁVEL (2)	
RENDIMENTO SUJEITO À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (3)	
RENDIMENTO DO CÔNJUGE (4)	
IMPOSTO PAGO (5)	
IMPOSTO PAGO SOBRE GANHO DE CAPITAL (6)	
RESULTADO NEGATIVO DA ATIVIDADE RURAL (7)	
OUTROS PAGAMENTOS (8)	

Observações:
Informar o total de rendimento tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR que compõe a base de cálculo para fins de apuração do imposto pago a título de IRPF.
Informar o total de rendimento não tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
Informar o total de rendimento sujeito à tributação exclusiva obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
Informar o total geral de rendimentos obtido pelo cônjuge no exercício financeiro a que se refere a DBR, quando for o caso.

Informar o total de imposto pago a título de IRPF no exercício financeiro a que se refere a DBR.
Informar o total de imposto pago sobre o ganho de capital aferido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
Informar o prejuízo apurado com atividade rural, quando for o caso.
Informar outros pagamentos efetuados no exercício financeiro a que se refere a DBR.

IV - INFORMAÇÕES PRESTADAS À RFB

Declaro que as informações constantes do presente formulário são as mesmas constantes da Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil, relativa ao exercício financeiro de (1).

Número do recibo de entrega da Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil: (2).

Observações:
Informar o exercício financeiro a que se refere a Declaração Anual de ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil e que serviu de base para a elaboração da DBR.
Informar o número do recibo de entrega da Declaração Anual de ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil.

LOCAL E DATA	ASSINATURA Autoridade / Servidor:

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:A23B935C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				**R$ 1,00**
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.354.900,00	3.354.900,00	2.837.674,43	84,58
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	891.050,00	891.050,00	613.759,62	68,88
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	607.350,00	607.350,00	477.634,19	78,64
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	874.000,00	874.000,00	840.815,11	96,20
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	982.500,00	982.500,00	905.465,51	92,16
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.496.935,00	30.496.935,00	24.567.820,06	80,56
Cota-Parte FPM	19.170.935,00	19.170.935,00	15.253.867,94	79,57
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	27.726,99	252,06
Cota-Parte IPVA	1.890.000,00	1.890.000,00	1.873.847,43	99,15

Cota-Parte ICMS	9.300.000,00	9.300.000,00	7.307.548,31	78,58
Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	125.000,00	104.829,39	83,86
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	33.851.835,00	33.851.835,00	27.405.494,49	80,96

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.338.425,00	7.045.369,00	5.995.299,28	85,10	5.990.414,96	85,03	5.947.672,91	84,42
Despesas Correntes	7.304.825,00	7.011.769,00	5.989.719,28	85,42	5.984.834,96	85,35	5.942.092,91	84,74
Despesas de Capital	33.600,00	33.600,00	5.580,00	16,61	5.580,00	16,61	5.580,00	16,61
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	9.000,00	9.000,00	8.096,94	89,97	8.096,94	89,97	8.096,94	89,97
Despesas Correntes	9.000,00	9.000,00	8.096,94	89,97	8.096,94	89,97	8.096,94	89,97
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.357.625,00	7.064.569,00	6.003.396,22	84,98	5.998.511,90	84,91	5.955.769,85	84,30

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	6.003.396,22	5.998.511,90	5.955.769,85
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.003.396,22	5.998.511,90	5.955.769,85
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		4.110.824,17	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		-------	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-------	1.887.687,73	1.844.945,68
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-------	-------	-------
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-------	**21,89**	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
		Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	-------	-------	-------	-------	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no Indevidamente no exercício (p)	RPNP Inscritos Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0 então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	4.110.824,17	5.998.511,90	1.887.687,73	24.842.920,39	0,00	22.955.232,66	-------	691.929,23	-------	1.887.687,73
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.039,92	2.158,90	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100

RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.309.400,00	2.309.400,00	2.236.326,19	96,84
Proveniente da União	2.093.000,00	2.093.000,00	1.688.390,60	80,67
Proveniente dos Estados	216.400,00	216.400,00	547.935,59	253,20
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.309.400,00	2.309.400,00	2.236.326,19	96,84

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.025.900,00	8.895.677,09	5.197.639,97	58,43	5.197.602,42	58,43	4.597.492,72	51,68
Despesas Correntes	1.996.900,00	6.146.682,47	4.208.125,19	68,46	4.208.087,64	68,46	3.609.526,05	58,72
Despesas de Capital	29.000,00	2.748.994,62	989.514,78	36,00	989.514,78	36,00	987.966,67	35,94
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	168.000,00	168.000,00	63.958,44	38,07	63.958,44	38,07	63.958,44	38,07
Despesas Correntes	122.000,00	122.000,00	63.958,44	52,42	63.958,44	52,42	63.958,44	52,42
Despesas de Capital	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	115.500,00	115.500,00	94.858,87	82,13	94.858,87	82,13	94.505,96	81,82
Despesas Correntes	115.500,00	115.500,00	94.858,87	82,13	94.858,87	82,13	94.505,96	81,82
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	321.500,00	559.576,40	330.727,68	59,10	330.727,68	59,10	295.646,68	52,83
Despesas Correntes	281.000,00	519.076,40	330.727,68	63,71	330.727,68	63,71	295.646,68	56,96
Despesas de Capital	40.500,00	40.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.630.900,00	9.738.753,49	5.687.184,96	58,40	5.687.147,41	58,40	5.051.603,80	51,87

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.364.325,00	15.941.046,09	11.192.939,25	70,21	11.188.017,38	70,18	10.545.165,63	66,15
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	177.000,00	177.000,00	72.055,38	40,71	72.055,38	40,71	72.055,38	40,71
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	117.700,00	117.700,00	94.858,87	80,59	94.858,87	80,59	94.505,96	80,29
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	321.500,00	559.576,40	330.727,68	59,10	330.727,68	59,10	295.646,68	52,83

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.988.525,00	16.803.322,49	11.690.581,18	69,57	11.685.659,31	69,54	11.007.373,65	65,51

FONTE: Sistema e-Pública (1742-8319-644). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:53.

Notas:

1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:4D683A9C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	**Em Reais**
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	40.114.835,00
Previsão Atualizada	40.114.835,00
Receitas Realizadas	50.404.595,55
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)	12.761.844,29
DESPESAS	
Dotação Inicial	38.452.335,00
Créditos Adicionais	54.570.928,83
Dotação Atualizada	93.023.263,83
Despesas Empenhadas	49.703.200,09
Despesas Liquidadas	49.698.218,22
Despesas Pagas	46.394.207,43
Superávit Orçamentário	706.377,33
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	49.703.200,09
Despesas Liquidadas	49.698.218,22

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	48.839.278,85
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	43.889.278,85
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	40.956.780,85
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)		Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00		5.977.002,18	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00		3.730.965,60	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	920.255,21	0,00	895.680,58	24.574,63
Poder Executivo	920.255,21	0,00	895.680,58	24.574,63
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	920.255,21	0,00	895.680,58	24.574,63

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.864.403,25	25,00	27,21
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.410.676,39	70,00	102,71
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.998.511,90	15,00	21,89
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		
FONTE: Sistema e-Pública (1677-7954-426). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:52.			
1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.			

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:58DB6679

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro	
LRF, Art. 48 – Anexo 14	**Em Reais**
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	40.114.835,00
Previsão Atualizada	40.114.835,00
Receitas Realizadas	7.706.330,38
Déficit Orçamentário	951.300,95
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)	11.691.252,67
DESPESAS	
Dotação Inicial	38.452.335,00
Créditos Adicionais	20.456.027,21
Dotação Atualizada	58.908.362,21
Despesas Empenhadas	8.676.664,61
Despesas Liquidadas	8.657.631,33
Despesas Pagas	6.394.000,02
Superávit Orçamentário	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	8.676.664,61
Despesas Liquidadas	8.657.631,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	39.814.352,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	39.814.352,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	39.117.240,73
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	

Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		**Meta Fixada no AMF da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		0,00	1.060.018,57	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	520.721,18	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	920.255,21	0,00	798.138,88	122.116,33
Poder Executivo	920.255,21	0,00	798.138,88	122.116,33
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	920.255,21	0,00	798.138,88	122.116,33
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.932.673,09	25,00	29,01
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		759.594,25	70,00	97,69
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	15,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.907.039,92	15,00	28,62
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		**Valor Apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00		
FONTE: Sistema e-Pública (2292-8987-938). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:51.				
1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.				

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:0CB2BECD

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)							**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**7.706.330,38**	**19,21**	**7.706.330,38**	**19,21**	**32.408.504,62**
RECEITAS CORRENTES	**39.914.835,00**	**39.914.835,00**	**7.519.413,13**	**18,84**	**7.519.413,13**	**18,84**	**32.395.421,87**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.282.400,00	4.282.400,00	484.910,02	11,32	484.910,02	11,32	3.797.489,98
Impostos	3.354.900,00	3.354.900,00	369.594,26	11,02	369.594,26	11,02	2.985.305,74
Taxas	927.500,00	927.500,00	112.589,25	12,14	112.589,25	12,14	814.910,75
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	2.726,51	0,00	2.726,51	0,00	-2.726,51
CONTRIBUIÇÕES	382.000,00	382.000,00	75.352,08	19,73	75.352,08	19,73	306.647,92
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	382.000,00	382.000,00	75.352,08	19,73	75.352,08	19,73	306.647,92
RECEITA PATRIMONIAL	132.700,00	132.700,00	225.725,83	170,10	225.725,83	170,10	-93.025,83
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	69.200,00	69.200,00	3.543,58	5,12	3.543,58	5,12	65.656,42
Valores Mobiliários	63.500,00	63.500,00	222.182,25	349,89	222.182,25	349,89	-158.682,25
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	293.600,00	293.600,00	9.174,49	3,12	9.174,49	3,12	284.425,51
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	238.000,00	238.000,00	9.174,49	3,85	9.174,49	3,85	228.825,51
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	55.600,00	55.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.812.195,00	34.812.195,00	6.717.366,02	19,30	6.717.366,02	19,30	28.094.828,98
Transferências da União e de suas Entidades	20.409.795,00	20.409.795,00	3.580.900,38	17,55	3.580.900,38	17,55	16.828.894,62
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.502.400,00	9.502.400,00	2.112.578,45	22,23	2.112.578,45	22,23	7.389.821,55
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.900.000,00	4.900.000,00	1.023.887,19	20,90	1.023.887,19	20,90	3.876.112,81
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.940,00	11.940,00	6.884,69	57,66	6.884,69	57,66	5.055,31
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.940,00	6.940,00	6.884,69	99,20	6.884,69	99,20	55,31
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	**200.000,00**	**200.000,00**	**186.917,25**	**93,46**	**186.917,25**	**93,46**	**13.082,75**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.000,00	75.000,00	186.917,25	249,22	186.917,25	249,22	-111.917,25
Transferências da União e de suas Entidades	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	50.000,00	50.000,00	186.917,25	373,83	186.917,25	373,83	-136.917,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**7.706.330,38**	**19,21**	**7.706.330,38**	**19,21**	**32.408.504,62**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**7.706.330,38**	**19,21**	**7.706.330,38**	**19,21**	**32.408.504,62**
DÉFICIT (VI)	-------	-------	-------	-------	**951.300,95**	-------	-------
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**7.706.330,38**	**19,21**	**8.657.631,33**	**21,58**	**31.457.203,67**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	-------	11.691.252,67	-------	-------	-------	-------	-------
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-------	11.691.252,67	-------	-------	-------	-------	-------

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**SALDO (i) = (e-h)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**38.452.335,00**	**58.908.362,21**	**8.676.664,61**	**8.676.664,61**	**50.231.697,60**	**8.657.631,33**	**8.657.631,33**	**6.394.000,02**	**50.250.730,88**
DESPESAS CORRENTES	**36.181.435,00**	**37.116.031,86**	**7.769.133,88**	**7.769.133,88**	**29.346.897,98**	**7.750.100,60**	**7.750.100,60**	**5.912.635,01**	**29.365.931,26**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.035.885,00	17.268.969,96	2.885.498,18	2.885.498,18	14.383.471,78	2.878.086,23	2.878.086,23	2.874.317,72	14.390.883,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.350.000,00	1.350.000,00	386.697,20	386.697,20	963.302,80	386.697,20	386.697,20	386.697,20	963.302,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.795.550,00	18.497.061,90	4.496.938,50	4.496.938,50	14.000.123,40	4.485.317,17	4.485.317,17	2.651.620,09	14.011.744,73
DESPESAS DE CAPITAL	**2.150.900,00**	**21.672.330,35**	**907.530,73**	**907.530,73**	**20.764.799,62**	**907.530,73**	**907.530,73**	**481.365,01**	**20.764.799,62**
INVESTIMENTOS	750.900,00	20.272.330,35	526.218,59	526.218,59	19.746.111,76	526.218,59	526.218,59	100.052,87	19.746.111,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.400.000,00	1.400.000,00	381.312,14	381.312,14	1.018.687,86	381.312,14	381.312,14	381.312,14	1.018.687,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**38.452.335,00**	**58.908.362,21**	**8.676.664,61**	**8.676.664,61**	**50.231.697,60**	**8.657.631,33**	**8.657.631,33**	**6.394.000,02**	**50.250.730,88**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**38.452.335,00**	**58.908.362,21**	**8.676.664,61**	**8.676.664,61**	**50.231.697,60**	**8.657.631,33**	**8.657.631,33**	**6.394.000,02**	**50.250.730,88**
SUPERÁVIT (XIII)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	**1.312.330,36**	-------
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**38.452.335,00**	**58.908.362,21**	**8.676.664,61**	**8.676.664,61**	**50.231.697,60**	**8.657.631,33**	**8.657.631,33**	**7.706.330,38**	**50.250.730,88**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema e-Pública (1939-9087-708). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:45.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:30636EAA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro							
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							**Em Reais**
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre	**% (b/a)**	**Até o Bimestre**	**% (c/a)**	

			(b)		(c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**15.754.943,99**	**39,27**	**50.404.595,55**	**125,65**	**-10.289.760,55**
RECEITAS CORRENTES	**39.914.835,00**	**39.914.835,00**	**12.736.041,13**	**31,91**	**41.661.629,25**	**104,38**	**-1.746.794,25**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.282.400,00	4.282.400,00	641.942,67	14,99	3.567.781,55	83,31	714.618,45
Impostos	3.354.900,00	3.354.900,00	523.443,16	15,60	2.837.674,43	84,58	517.225,57
Taxas	927.500,00	927.500,00	113.123,27	12,20	705.902,12	76,11	221.597,88
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	5.376,24	0,00	24.205,00	0,00	-24.205,00
CONTRIBUIÇÕES	382.000,00	382.000,00	57.553,72	15,07	428.991,52	112,30	-46.991,52
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	382.000,00	382.000,00	57.553,72	15,07	428.991,52	112,30	-46.991,52
RECEITA PATRIMONIAL	132.700,00	132.700,00	225.106,65	169,64	1.095.577,59	825,60	-962.877,59
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	69.200,00	69.200,00	2.034,27	2,94	10.226,65	14,78	58.973,35
Valores Mobiliários	63.500,00	63.500,00	223.072,38	351,30	1.085.350,94	1.709,21	-1.021.850,94
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	293.600,00	293.600,00	42.997,05	14,64	187.923,06	64,01	105.676,94
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	238.000,00	238.000,00	42.997,05	18,07	187.923,06	78,96	50.076,94
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	55.600,00	55.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.812.195,00	34.812.195,00	11.768.122,19	33,80	36.373.586,83	104,49	-1.561.391,83
Transferências da União e de suas Entidades	20.409.795,00	20.409.795,00	9.563.315,99	46,86	24.059.078,00	117,88	-3.649.283,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.502.400,00	9.502.400,00	1.393.285,32	14,66	7.932.228,56	83,48	1.570.171,44
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	-40.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.900.000,00	4.900.000,00	811.520,88	16,56	4.342.280,27	88,62	557.719,73
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.940,00	11.940,00	318,85	2,67	7.768,70	65,06	4.171,30
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.940,00	6.940,00	318,85	4,59	7.768,70	111,94	-828,70
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	**200.000,00**	**200.000,00**	**3.018.902,86**	**1.509,45**	**8.742.966,30**	**4.371,48**	**-8.542.966,30**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	450.000,00	360,00	-325.000,00
Alienação de Bens Móveis	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	450.000,00	450,00	-350.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.000,00	75.000,00	3.018.902,86	4.025,20	8.292.966,30	11.057,29	-8.217.966,30
Transferências da União e de suas Entidades	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	50.000,00	50.000,00	3.018.902,86	6.037,81	8.292.966,30	16.585,93	-8.242.966,30
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**15.754.943,99**	**39,27**	**50.404.595,55**	**125,65**	**-10.289.760,55**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**15.754.943,99**	**39,27**	**50.404.595,55**	**125,65**	**-10.289.760,55**
DÉFICIT (VI)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**40.114.835,00**	**40.114.835,00**	**15.754.943,99**	**39,27**	**50.404.595,55**	**125,65**	**-10.289.760,55**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)	-------	12.761.844,29	-------	-------	-------	-------	-------
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-------	12.761.844,29	-------	-------	-------	-------	-------

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**SALDO (i) = (e-h)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-	**38.452.335,00**	**93.023.263,83**	**9.257.381,86**	**49.703.200,09**	**43.320.063,74**	**9.264.233,33**	**49.698.218,22**	**46.394.207,43**	**43.325.045,61**

ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	**36.181.435,00**	**44.947.403,36**	**6.114.325,70**	**33.989.632,33**	**10.957.771,03**	**6.121.177,17**	**33.984.650,46**	**30.976.555,13**	**10.962.752,90**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.035.885,00	19.566.969,96	2.817.854,58	14.524.223,69	5.042.746,27	2.825.229,01	14.524.186,14	14.274.252,91	5.042.783,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.350.000,00	2.070.000,00	427.168,13	2.025.146,78	44.853,22	427.168,38	2.025.146,78	2.025.146,78	44.853,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.795.550,00	23.310.433,40	2.869.302,99	17.440.261,86	5.870.171,54	2.868.779,78	17.435.317,54	14.677.155,44	5.875.115,86
DESPESAS DE CAPITAL	**2.150.900,00**	**47.955.860,47**	**3.143.056,16**	**15.713.567,76**	**32.242.292,71**	**3.143.056,16**	**15.713.567,76**	**15.417.652,30**	**32.242.292,71**
INVESTIMENTOS	750.900,00	45.959.860,47	2.754.077,84	13.791.068,96	32.168.791,51	2.754.077,84	13.791.068,96	13.495.153,50	32.168.791,51
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.400.000,00	1.996.000,00	388.978,32	1.922.498,80	73.501,20	388.978,32	1.922.498,80	1.922.498,80	73.501,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**38.452.335,00**	**93.023.263,83**	**9.257.381,86**	**49.703.200,09**	**43.320.063,74**	**9.264.233,33**	**49.698.218,22**	**46.394.207,43**	**43.325.045,61**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**38.452.335,00**	**93.023.263,83**	**9.257.381,86**	**49.703.200,09**	**43.320.063,74**	**9.264.233,33**	**49.698.218,22**	**46.394.207,43**	**43.325.045,61**
SUPERÁVIT (XIII)	-------	-------	-------	**701.395,46**	-------	-------	**706.377,33**	**4.010.388,12**	-------
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**38.452.335,00**	**93.023.263,83**	**9.257.381,86**	**50.404.595,55**	**42.618.668,28**	**9.264.233,33**	**50.404.595,55**	**50.404.595,55**	**43.325.045,61**
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema e-Pública (1534-0921-604). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:57.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:95C900C6

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Março/2024	Abril/2024	Maio/2024	Junho/2024	Julho/2024	Agosto/2024	Setembro/2024
RECEITAS CORRENTES (I)	3.412.390,73	3.480.113,90	4.030.807,42	3.792.994,16	3.812.978,64	3.469.086,23	3.380.740,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	220.158,25	299.986,99	438.934,46	574.875,44	296.562,55	344.770,38	310.401,48
IPTU	3.474,90	6.425,29	100.536,56	316.908,87	29.254,71	24.026,59	24.233,22
ISS	62.550,33	64.824,73	52.106,56	63.198,78	95.378,82	53.712,03	136.540,68
ITBI	26.309,75	71.827,16	106.272,05	52.050,97	23.615,64	94.093,52	23.665,61
IRRF	72.014,29	73.184,77	77.690,10	66.891,99	71.415,25	76.577,02	75.213,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.808,98	83.725,04	102.329,19	75.824,83	76.898,13	96.361,22	50.748,23
Contribuições	10.782,09	16.145,31	29.699,49	50.584,71	10.545,05	45.529,26	33.097,87
Receita Patrimonial	100.148,19	101.221,95	110.516,61	85.952,31	91.398,90	86.878,13	80.335,76
Rendimentos de Aplicação Financeira	97.282,12	96.725,96	107.475,29	81.842,19	87.683,80	84.768,51	79.008,92
Outras Receitas Patrimoniais	2.866,07	4.495,99	3.041,32	4.110,12	3.715,10	2.109,62	1.326,84
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	15.377,55	8.292,76	19.435,37	23.032,47	19.123,90	16.894,20	13.856,58
Transferências Correntes	2.997.199,23	3.053.847,87	3.393.845,10	3.058.549,23	3.395.348,24	2.975.014,26	2.943.048,85
Cota-Parte do FPM	1.260.862,65	1.322.460,54	1.538.514,26	1.652.107,79	1.790.199,40	1.400.423,98	1.458.346,04
Cota-Parte do ICMS	672.236,56	810.439,19	669.525,36	692.256,02	826.208,36	706.741,30	765.501,83
Cota-Parte do IPVA	152.832,18	150.817,61	139.800,20	45.206,18	80.254,87	45.383,43	27.572,23
Cota-Parte do ITR	358,06	216,86	351,09	166,16	5.229,76	1.882,98	8.198,63
Transferências da LC 61/1989	10.498,30	9.078,91	9.555,86	12.007,61	10.613,68	14.363,86	15.679,62
Transferências do FUNDEB	366.351,19	389.199,76	438.349,42	371.008,41	390.713,46	379.379,25	358.488,62
Outras Transferências Correntes	534.060,29	371.635,00	597.748,91	285.797,06	292.128,71	426.839,46	309.261,88
Outras Receitas Correntes	68.725,42	619,02	38.376,39	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	419.357,49	458.602,56	471.549,28	480.348,67	398.597,96	433.759,13	392.252,38
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	419.357,49	458.602,56	471.549,28	480.348,67	398.597,96	433.759,13	392.252,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	2.993.033,24	3.021.511,34	3.559.258,14	3.312.645,49	3.414.380,68	3.035.327,10	2.988.488,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro
Continuação
RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Março/2024	Abril/2024	Maio/2024	Junho/2024	Julho/2024	Agosto/2024	Setembro/2024
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.993.033,24	3.021.511,34	3.559.258,14	3.312.645,49	3.414.380,68	3.035.327,10	2.988.488,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	53.656,00	45.184,00	53.656,00	53.656,00	53.656,00	53.656,00	53.656,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.939.377,24	2.976.327,34	3.505.602,14	3.258.989,49	3.360.724,68	2.981.671,10	2.934.832,16

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro							
Continuação							
RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)							**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Outubro/2024	Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2025
RECEITAS CORRENTES (I)	3.216.755,26	3.456.434,46	4.731.663,02	4.591.217,23	4.186.714,62	45.561.896,21	45.880.035,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	256.140,17	301.756,78	195.308,10	234.299,31	250.610,71	3.723.804,62	4.282.400,00
IPTU	14.293,79	15.874,23	13.059,48	5.186,22	3.036,91	556.310,77	891.050,00
ISS	103.551,80	84.373,28	59.657,92	49.858,40	74.983,72	900.737,05	874.000,00
ITBI	21.405,45	62.434,31	16.584,26	66.025,37	23.121,46	587.405,55	607.350,00
IRRF	66.652,18	85.487,01	62.715,73	62.297,68	85.084,50	875.224,26	982.500,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	50.236,95	53.587,95	43.290,71	50.931,64	64.384,12	804.126,99	927.500,00
Melhoria							
Contribuições	30.022,60	33.401,65	30.972,34	38.297,65	37.054,43	366.132,45	382.000,00
Receita Patrimonial	108.796,55	90.216,53	132.756,39	104.717,40	121.008,43	1.213.947,15	132.700,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	107.556,61	88.533,43	131.080,37	102.161,42	120.020,83	1.184.139,45	63.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.239,94	1.683,10	1.676,02	2.555,98	987,60	29.807,70	69.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.610,81	7.974,15	5.978,26	3.835,03	5.339,46	151.750,54	293.600,00
Transferências Correntes	2.809.185,13	3.023.085,35	4.365.937,44	4.203.673,36	3.772.211,38	39.990.945,44	40.777.395,00
Cota-Parte do FPM	1.219.883,71	1.561.506,84	2.518.916,72	1.572.358,67	2.109.923,79	19.405.504,39	20.834.935,00
Cota-Parte do ICMS	861.077,01	727.492,32	919.235,86	783.544,82	653.316,68	9.087.575,31	9.300.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.540,95	34.568,56	29.568,12	941.917,33	212.071,85	1.872.533,51	1.890.000,00
Cota-Parte do ITR	16.400,47	1.123,64	301,26	307,11	147,29	34.683,31	11.000,00
Transferências da LC 61/1989	10.645,36	11.822,03	13.879,07	8.914,93	10.091,76	137.150,99	125.000,00
Transferências do FUNDEB	421.230,60	389.055,91	460.609,34	599.732,14	486.635,88	5.050.753,98	4.980.000,00
Outras Transferências Correntes	267.407,03	297.516,05	423.427,07	296.898,36	300.024,13	4.402.743,95	3.636.460,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	710,49	6.394,48	490,21	115.316,01	11.940,00
DEDUÇÕES (II)	424.109,41	467.302,60	543.145,28	661.408,50	597.110,22	5.747.543,48	5.965.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	424.109,41	467.302,60	543.145,28	661.408,50	597.110,22	5.747.543,48	5.965.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	2.792.645,85	2.989.131,86	4.188.517,74	3.929.808,73	3.589.604,40	39.814.352,73	39.914.835,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro							
Continuação							
RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)							**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Outubro/2024	Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2025

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.792.645,85	2.989.131,86	4.188.517,74	3.929.808,73	3.589.604,40	39.814.352,73	39.914.835,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	53.656,00	53.656,00	107.312,00	57.684,00	57.684,00	697.112,00	620.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.738.989,85	2.935.475,86	4.081.205,74	3.872.124,73	3.531.920,40	39.117.240,73	39.294.835,00

FONTE: Sistema e-Pública (1324-4795-083). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:47.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:15C95F8E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		**Em Reais**
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/2025**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	39.914.835,00	7.519.413,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.282.400,00	484.910,02
IPTU	891.050,00	8.223,13
ISS	874.000,00	124.842,12
ITBI	607.350,00	89.146,83
IRRF	982.500,00	147.382,18
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	927.500,00	115.315,76
Contribuições	382.000,00	75.352,08
Receita Patrimonial	132.700,00	225.725,83

Aplicações Financeiras (II)	63.500,00	222.182,25
Outras Receitas Patrimoniais	69.200,00	3.543,58
Tranferências Correntes	34.812.195,00	6.717.366,02
Cota-Parte do FPM	17.134.935,00	2.945.826,02
Cota-Parte do ICMS	7.440.000,00	1.149.489,24
Cota-Parte do IPVA	1.512.000,00	923.191,35
Cota-Parte do ITR	8.800,00	363,54
Transferências da LC 61/1989	100.000,00	15.205,36
Transferências do FUNDEB	4.980.000,00	1.086.368,02
Outras Transferências Correntes	3.636.460,00	596.922,49
Demais Receitas Correntes	305.540,00	16.059,18
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	305.540,00	16.059,18
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	39.851.335,00	7.297.230,88
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	200.000,00	186.917,25
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	125.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00

Outras Alienações de Bens	125.000,00	0,00
Transferência de Capital	75.000,00	186.917,25
Convênios	0,00	186.917,25
Outras Transferências de Capital	75.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	200.000,00	186.917,25
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	40.051.335,00	7.484.148,13
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	40.051.335,00	7.484.148,13

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/2025**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTO A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO**	
						LIQUIDADOS	**PAGO (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	37.116.031,86	7.769.133,88	7.750.100,60	5.912.635,01	281.782,71	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	17.268.969,96	2.885.498,18	2.878.086,23	2.874.317,72	16.201,22	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.350.000,00	386.697,20	386.697,20	386.697,20	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.497.061,90	4.496.938,50	4.485.317,17	2.651.620,09	265.581,49	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	18.497.061,90	4.496.938,50	4.485.317,17	2.651.620,09	265.581,49	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	35.766.031,86	7.382.436,68	7.363.403,40	5.525.937,81	281.782,71	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	21.672.330,35	907.530,73	907.530,73	481.365,01	516.356,17	0,00	0,00
Investimentos	20.272.330,35	526.218,59	526.218,59	100.052,87	516.356,17	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.400.000,00	381.312,14	381.312,14	381.312,14	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	20.272.330,35	526.218,59	526.218,59	100.052,87	516.356,17	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	56.158.362,21	7.908.655,27	7.889.621,99	5.625.990,68	798.138,88	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	56.158.362,21	7.908.655,27	7.889.621,99	5.625.990,68	798.138,88	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							1.060.018,57
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							1.060.018,57

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre/2025**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	222.182,25
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	386.697,20
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	895.503,62

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	Até o Bimestre/2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.858.554,09	10.499.908,06
DEDUÇÕES (XL)	13.652.623,58	13.814.698,73

Disponibilidade de Caixa	13.652.623,58	13.814.698,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.652.623,58	13.936.815,06
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	122.116,33
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-2.794.069,49	-3.314.790,67
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		520.721,18

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2025**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	122.116,33
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	642.837,51
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	807.352,46
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.691.252,67
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	11.691.252,67
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1369-5442-393). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:48.	

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:61A3E47A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro		
RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		**Em Reais**
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/2025**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	39.914.835,00	41.661.629,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.282.400,00	3.567.781,55
IPTU	891.050,00	613.759,62
ISS	874.000,00	840.815,11
ITBI	607.350,00	477.634,19
IRRF	982.500,00	905.465,51
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	927.500,00	730.107,12
Contribuições	382.000,00	428.991,52
Receita Patrimonial	132.700,00	1.095.577,59
Aplicações Financeiras (II)	63.500,00	1.085.350,94
Outras Receitas Patrimoniais	69.200,00	10.226,65
Tranferências Correntes	34.812.195,00	36.373.586,83
Cota-Parte do FPM	17.134.935,00	13.703.612,29
Cota-Parte do ICMS	7.440.000,00	5.846.038,88
Cota-Parte do IPVA	1.512.000,00	1.499.077,98
Cota-Parte do ITR	8.800,00	22.181,71
Transferências da LC 61/1989	100.000,00	83.863,54
Transferências do FUNDEB	4.980.000,00	4.710.868,21
Outras Transferências Correntes	3.636.460,00	10.507.944,22
Demais Receitas Correntes	305.540,00	195.691,76
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	305.540,00	195.691,76
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	39.851.335,00	40.576.278,31
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	200.000,00	8.742.966,30
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	125.000,00	450.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00

Outras Alienações de Bens	125.000,00	450.000,00
Transferência de Capital	75.000,00	8.292.966,30
Convênios	0,00	8.113.423,69
Outras Transferências de Capital	75.000,00	179.542,61
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	200.000,00	8.742.966,30
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	40.051.335,00	49.319.244,61
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	40.051.335,00	49.319.244,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTO A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO	
						LIQUIDADOS	PAGO (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	44.947.403,36	33.989.632,33	33.984.650,46	30.976.555,13	379.324,41	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	19.566.969,96	14.524.223,69	14.524.186,14	14.274.252,91	16.201,30	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	2.070.000,00	2.025.146,78	2.025.146,78	2.025.146,78	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	23.310.433,40	17.440.261,86	17.435.317,54	14.677.155,44	363.123,11	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	23.310.433,40	17.440.261,86	17.435.317,54	14.677.155,44	363.123,11	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	42.877.403,36	31.964.485,55	31.959.503,68	28.951.408,35	379.324,41	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	47.955.860,47	15.713.567,76	15.713.567,76	15.417.652,30	516.356,17	0,00	0,00
Investimentos	45.959.860,47	13.791.068,96	13.791.068,96	13.495.153,50	516.356,17	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.996.000,00	1.922.498,80	1.922.498,80	1.922.498,80	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	45.959.860,47	13.791.068,96	13.791.068,96	13.495.153,50	516.356,17	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	88.957.263,83	45.755.554,51	45.750.572,64	42.446.561,85	895.680,58	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	88.957.263,83	45.755.554,51	45.750.572,64	42.446.561,85	895.680,58	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							5.977.002,18
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							5.977.002,18

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	**Até o Bimestre/2025**
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.085.350,94
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	2.025.146,78
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	5.037.206,34

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	Até o Bimestre/2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.858.554,09	9.058.721,40
DEDUÇÕES (XL)	13.652.623,58	15.583.756,49
Disponibilidade de Caixa	13.652.623,58	15.583.756,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.652.623,58	15.608.331,12
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	24.574,63
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-2.794.069,49	-6.525.035,09
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		3.730.965,60

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre/2025**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	24.574,63
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	3.755.540,23
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	4.695.336,07
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.761.844,29
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	12.761.844,29
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1468-2607-494). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:55.	

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:86D4A55C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro	
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	**R$ 1,00**
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)	

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1-RECEITA DE IMPOSTOS	3.354.900,00	2.837.674,43
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	891.050,00	613.759,62
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	607.350,00	477.634,19
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	874.000,00	840.815,11
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	982.500,00	905.465,51
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.160.935,00	26.068.337,62
2.1-Cota Parte FPM	20.834.935,00	16.754.385,50
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.170.935,00	15.253.867,94
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.664.000,00	1.500.517,56
2.2-Cota-Parte ICMS	9.300.000,00	7.307.548,31
2.3-Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	104.829,39
2.4-Cota-Parte ITR	11.000,00	27.726,99
2.5-Cota-Parte IPVA	1.890.000,00	1.873.847,43
2.6-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7-Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	35.515.835,00	28.906.012,05
4-TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	5.965.200,00	4.913.563,22
5-VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.779.571,75	2.312.939,00

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6-TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	3.709.920,00	3.637.670,19
6.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.629.920,00	3.269.082,25
6.1.1-Principal	3.629.920,00	3.216.761,22
6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	52.321,03
6.1.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2-FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	51.714,85
6.2.1-Principal	0,00	51.714,85
6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3-FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1-Principal	0,00	0,00
6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4-FUNDEB - Complementação da União – VAAR	80.000,00	316.873,09
6.4.1-Principal	80.000,00	316.873,09
6.4.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	-2.335.280,00	-1.696.802,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**	
8-TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1-SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2-SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9-TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	3.637.670,19	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10-TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.190.000,00	3.524.943,32	3.524.943,32	3.427.969,42	0,00
10.1-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.610.000,00	3.410.676,39	3.410.676,39	3.313.702,49	0,00
10.1.1-Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2-Ensino Fundamental	5.610.000,00	3.410.676,39	3.410.676,39	3.313.702,49	0,00
10.1.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2-OUTRAS DESPESAS	580.000,00	114.266,93	114.266,93	114.266,93	0,00
10.2.1-Educação Infantil	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2-Ensino Fundamental	540.000,00	114.266,93	114.266,93	114.266,93	0,00
10.2.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO9 (i)**
11-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.524.943,32	3.524.943,32	3.427.969,42	0,00	0,00	0,00
11.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.410.676,39	3.410.676,39	3.313.702,49	0,00	0,00	141.594,14
11.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	114.266,93	114.266,93	114.266,93	0,00	0,00	0,00
12-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS	3.410.676,39	3.410.676,39	3.313.702,49	0,00	0,00	0,00

DA EDUCAÇÃO BÁSICA						
13-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)
15-MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.324.557,97	3.410.676,39	3.410.676,39	102,71
16-PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17-MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18-TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	363.767,02	112.726,87	112.726,87	0,00	3,10

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO(w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL(x)
19-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.092.534,96	2.950.840,03	2.950.840,03	2.476.489,82	0,00
20.1-Educação Infantil	765.750,00	601.808,28	601.808,28	522.207,90	0,00
20.2-Ensino Fundamental	3.316.784,96	2.349.031,75	2.349.031,75	1.954.281,92	0,00
20.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7-Outras	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**VALOR**
22-TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					2.950.840,03
23-TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					4.913.563,22
24-(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25-(-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					0,00
26-(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					0,00
27-(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)					0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					7.864.403,25

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29-APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.226.503,01	7.864.403,25	27,21

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL ag = (ac) – (ae) – (af)
30-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.929,86	3.929,86	3.468,90	0,00	460,96
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	3.929,86	3.929,86	3.468,90	0,00	460,96
30.2-Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3-Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	756.500,00	698.704,83
31.1-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	531.500,00	478.028,34
31.1.1-Salário-Educação	359.500,00	315.987,39
31.1.2-PDDE	0,00	0,00
31.1.3-PNAE	110.000,00	104.539,49
31.1.4-PNATE	62.000,00	56.566,59
31.1.5-Outras Transferências do FNDE	0,00	934,87
31.2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	1.022,18
31.3-RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5–RECEITAS DE PRECATÓRIOS – FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	225.000,00	219.654,31

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	3.174.375,18	1.994.754,19	1.994.754,19	1.829.171,76	0,00
32.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2-ENSINO FUNDAMENTAL	3.169.375,18	1.994.754,19	1.994.754,19	1.829.171,76	0,00
32.3-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5-ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8-OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (d)**	**Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	13.456.910,14	8.470.537,54	8.470.537,54	7.733.631,00	0,00
33.1-Despesas Correntes	13.305.295,41	8.769.821,74	8.769.821,74	8.008.327,40	0,00
33.1.1-Pessoal Ativo	9.048.584,96	5.603.671,78	5.603.671,78	5.485.151,23	0,00
33.1.2-Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	473.000,00	359.441,17	359.441,17	327.147,86	0,00
33.1.4-Outras Despesas Correntes	3.783.710,45	2.806.708,79	2.806.708,79	2.196.028,31	0,00
33.2-Despesas de Capital	623.114,73	60.156,97	60.156,97	52.451,46	0,00
33.2.1-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2-Outras Despesas de Capital	623.114,73	60.156,97	60.156,97	52.451,46	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	0,00	21.488,80
35-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.915.457,82	315.987,39
36-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.214.994,10	395.375,21
37-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	700.463,72	-57.899,02
38-(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39-(-)AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	700.463,72	-57.899,02

FONTE: Sistema e-Pública (2410-2041-708). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:54.

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:F616C048

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	**R$ 1,00**	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1-RECEITA DE IMPOSTOS	3.354.900,00	369.594,26
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	891.050,00	8.223,13
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	607.350,00	89.146,83
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	874.000,00	124.842,12
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	982.500,00	147.382,18
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	32.160.935,00	6.292.594,23

2.1-Cota Parte FPM	20.834.935,00	3.682.282,46
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.170.935,00	3.682.282,46
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.664.000,00	0,00
2.2-Cota-Parte ICMS	9.300.000,00	1.436.861,50
2.3-Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	19.006,69
2.4-Cota-Parte ITR	11.000,00	454,40
2.5-Cota-Parte IPVA	1.890.000,00	1.153.989,18
2.6-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7-Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	35.515.835,00	6.662.188,49
4-TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	5.965.200,00	1.258.518,72
5-VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.779.571,75	407.028,27

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6-TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	3.709.920,00	840.050,12
6.1-FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.629.920,00	777.569,29
6.1.1-Principal	3.629.920,00	758.495,63
6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	19.073,66
6.1.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2-FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1-Principal	0,00	0,00
6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3-FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1-Principal	0,00	0,00
6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4-FUNDEB - Complementação da União – VAAR	80.000,00	62.480,83
6.4.1-Principal	80.000,00	62.480,83
6.4.2-Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3-Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	-2.335.280,00	-500.023,09

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**
8-TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00
8.1-SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2-SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9-TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	840.050,12

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10-TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.710.000,00	759.594,25	759.594,25	759.594,25	0,00
10.1-PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.630.000,00	759.594,25	759.594,25	759.594,25	0,00
10.1.1-Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2-Ensino Fundamental	3.630.000,00	759.594,25	759.594,25	759.594,25	0,00
10.1.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2-OUTRAS DESPESAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1-Educação Infantil	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2-Ensino Fundamental	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)7 (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHAD AS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO9 (i)**
11-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	759.594,25	759.594,25	759.594,25	0,00	0,00	0,00
11.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	759.594,25	759.594,25	759.594,25	0,00	0,00	0,00
11.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	759.594,25	759.594,25	759.594,25	0,00	0,00	0,00
13-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						

14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO10 (m)**
15-MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	544.298,50	759.594,25	759.594,25	97,69
16-PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17-MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18-TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	84.005,01	80.455,87	80.455,87	0,00	9,58

INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO(w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL(x)**
19-TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimes tre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.972.534,96	674.154,37	674.154,37	487.544,46	0,00
20.1-Educação Infantil	765.750,00	345.493,50	345.493,50	227.000,76	0,00
20.2-Ensino Fundamental	3.196.784,96	328.660,87	328.660,87	260.543,70	0,00
20.3-Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4-Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5-Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6-Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7-Outras	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00	
21.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00	
21.1.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00	
21.1.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00	
21.2-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR**
22-TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	674.154,37

23-TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.258.518,72
24-(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25-(-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	0,00
26-(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27-(-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	1.932.673,09

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	**VALOR EXIGIDO VALOR (z)**	**APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29-APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.665.547,12	1.932.673,09	29,01

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL ag = (ac) – (ae) – (af)**
30-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.929,86	3.929,86	315,30	0,00	3.614,56
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	3.929,86	3.929,86	315,30	0,00	3.614,56
30.2-Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3-Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	756.500,00	83.906,78
31.1-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	531.500,00	61.477,13
31.1.1-Salário-Educação	359.500,00	48.032,46
31.1.2-PDDE	0,00	0,00
31.1.3-PNAE	110.000,00	13.053,46
31.1.4-PNATE	62.000,00	3,19
31.1.5-Outras Transferências do FNDE	0,00	388,02
31.2-RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	362,22
31.3-RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5–RECEITAS DE PRECATÓRIOS – FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	225.000,00	22.067,43

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.013.875,18	375.448,50	368.904,17	265.407,54	0,00
32.1-EDUCAÇÃO INFANTIL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2-ENSINO FUNDAMENTAL	2.008.875,18	375.448,50	368.904,17	265.407,54	0,00
32.3-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5-ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7-EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8-OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	9.696.410,14	1.809.197,12	1.802.652,79	1.512.546,25	0,00
33.1-Despesas Correntes	9.809.795,41	1.861.220,86	1.854.676,53	1.565.885,47	0,00
33.1.1-Pessoal Ativo	6.373.584,96	1.189.283,61	1.189.283,61	1.189.283,61	0,00
33.1.2-Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	238.000,00	53.355,20	53.355,20	53.355,20	0,00
33.1.4-Outras Despesas Correntes	3.198.210,45	618.582,05	612.037,72	323.246,66	0,00
33.2-Despesas de Capital	123.114,73	1.331,46	1.331,46	15,98	0,00
33.2.1-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2-Outras Despesas de Capital	123.114,73	1.331,46	1.331,46	15,98	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA				**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34-DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024				0,00	21.488,80
35-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)				911.473,14	48.032,46
36-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)				721.511,95	0,00
37-(=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE				189.961,19	69.521,26
38-(+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)				0,00	0,00
39-(-)AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)				0,00	0,00

40-(=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	189.961,19	69.521,26
FONTE: Sistema e-Pública (2377-3561-120). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:49.		
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre		
a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:0DC988AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.526/2026

Concede Progressão por Titulação aos Servidores do Executivo Municipal de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o previsto no artigo 10, §3º da Lei Municipal nº 864/2006, regulamentada pelo Decreto nº 12.071/2024, segundo o que estabelece o seu artigo 8º, parágrafo único,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão por Titulação aos servidores nominados abaixo, conforme solicitação de seus respectivos protocolos:

CARREIRA NÍVEL ELEMENTAR				
MATRÍCULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
556381	ANGELITA FAVORETO TAVARES	Agente Operacional	19	01/03/2026
992350	ELIZAMA CLAUDINA DA SILVA	Assistente Operacional	07	01/03/2026
992882	IONARA CAMILO DE SOUZA	Agente Comunitário de Saúde	05	01/03/2026
992883	KEILINE PIRUK	Agente Comunitário de Saúde	05	01/03/2026
992894	MARINES FERNANDES	Agente Comunitário de Saúde	05	01/03/2026
992391	RUAN CAETANO ARAÚJO DOS SANTOS	Agente Operacional	06	01/03/2026
992887	VANESSA NAVARRO DE MIRANDA	Agente Comunitário de Saúde	04	01/03/2026
CARREIRA NÍVEL MÉDIO				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
992164	EDINEIDE TORRES DOS SANTOS	Auxiliar De Enfermagem	07	01/03/2026
676791	JOCELI ALBERTI VALENGA	Técnico Administrativo	15	01/03/2026
992895	MARINETE RODRIGUES SIMÕES	Auxiliar De Enfermagem	05	01/03/2026
CARREIRA NÍVEL GESTOR PÚBLICO				

992406	ANNA MARIA LINHARES DE ALMEIDA	Nutricionista	07	01/03/2026
992307	CEILA DE ALMEIDA	Enfermeiro	06	01/03/2026
505801	VANESSA MARIA DE LARA	Administrador	17	01/03/2026
CARREIRA NÍVEL ESPECIAL				
992898	CINTIA CAMILA DALAZEN	Médico Psiquiatra	05	01/03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais e pecuniários as respectivas datas acima listadas.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 16 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
refeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:CADA0470

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 023, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

D E C R E T O Nº 023, de 16 de março de 2026.

CORRIGE OS VALORES DA TABELA I DE SALÁRIOS E OS VALORES DA TABELA II DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DO QUADRO SUPLEMENTAR DO PESSOAL REGIDO PELA C.L.T. – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

O Prefeito do Município de Porecatu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial as estabelecidas pela Lei Municipal nº 2.059, de 13 de março de 2026,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam corrigidos em 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento), retroativos a 1º de janeiro de 2026, os valores das referências das Tabelas I de Salários e II de Funções Gratificadas, do Pessoal regido pela C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho, constantes do Anexo I deste Decreto.

Artigo 2º - Os recursos para atendimento dos encargos deste Decreto correrão à conta das dotações constantes do orçamento vigente.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês março do ano de dois mil e vinte e seis. (16.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

ANEXO I – Decreto nº 023/26

QUADRO DO PESSOAL SUPLEMENTAR

TABELA I - DE SALÁRIOS

REFERÊNCIA SALARIAL	VALOR EM R$	REFERÊNCIA SALARIAL	VALOR EM R$
1	1.621,00	**26**	2.565,58
2	1.621,00	**27**	2.693,86
3	1.621,00	**28**	2.828,57
4	1.621,00	**29**	2.970,00
5	1.621,00	**30**	3.118,51
6	1.621,00	**31**	3.274,44
7	1.621,00	**32**	3.438,18
8	1.621,00	**33**	3.610,08
9	1.621,00	**34**	3.790,59
10	1.621,00	**35**	3.980,15
11	1.621,00	**36**	4.179,16
12	1.621,00	**37**	4.388,12
13	1.621,00	**38**	4.607,54
14	1.621,00	**39**	4.837,91
15	1.621,00	**40**	5.079,83
16	1.621,00	**41**	5.333,83
17	1.653,77	**42**	5.600,54
18	1.736,46	**43**	5.880,57
19	1.823,30	**44**	6.174,60
20	1.914,47	**45**	6.483,34
21	2.010,21	**46**	9.186,91
22	2.110,72	**47**	9.977,94
23	2.216,25	**48**	11.319,18

24	2.327,03	**49**	12.289,18
25	2.443,40	**50**	12.927,40

ANEXO II

QUADRO DO PESSOAL SUPLEMENTAR

TABELA II - DE FUNÇÃO GRATIFICADA

REF	VALOR EM R$
1	1.015,97
2	881,96
3	768,15
4	666,57
5	579,65
6	505,52
7	438,59
8	381,64
9	332,09
10	289,94
11	252,75
12	218,07
13	190,80
14	166,01
15	143,72

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:13C84584

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 024, DE 16 DE MARÇO DE 2026.

D E C R E T O Nº 024, de 16 de março de 2026.

CORRIGE A TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, PROVIMENTO EFETIVO E DE FUNÇÃO GRATIFICADA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Porecatu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em especial as estabelecidas pela Lei Municipal nº 2.059, de 13 de março de 2026,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam corrigidos em 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) os vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão, os valores das Funções Gratificadas e os Proventos dos Inativos e Pensionistas do Executivo Municipal, retroativamente à 1º de janeiro de 2026.

Artigo 2º - Ficam alteradas as Tabelas I, II e III do Anexo III da Lei nº 549, de 14 de julho de 1981, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO III
PLANO DE RETRIBUIÇÃO
TABELAS DE VENCIMENTOS

TABELA I
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SÍMBOLOS	VALORES MENSAIS / R$
CC-1	6.522,05
CC-2	4.782,89
CC-3	3.478,70
CC-4	1.739,48
CC-5	1.621,00

TABELA II
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
GRUPOS: ADMINISTRAÇÃO (AD), TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (TA), OUTRAS ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO (NM) E OUTRAS ATIVIDDES DE NÍVEL SUPERIOR (NS)

NÍVEIS	GRAUS PROGRESSIVOS	
	A - R$	B - R$
1	1.621,00	1.621,00
2	1.621,00	1.621,00
3	1.621,00	1.621,00
4	1.621,00	1.621,00
5	1.648,31	1.730,74
6	1.817,28	1.908,15
7	2.003,56	2.103,77
8	2.208,95	2.319,41
9	2.435,39	2.557,15
10	2.685,02	2.819,28
11	2.960,25	3.108,27
12	3.263,69	3.426,87

13	3.598,25	3.778,17
14	3.967,08	4.165,44
15	4.373,73	4.592,43
16	4.822,06	5.063,16
17	5.316,32	5.582,15
18	5.861,27	6.154,33
19	6.462,07	6.785,16
20	7.124,43	7.480,66
21	7.854,70	8.247,45
22	8.244,86	9.092,82
23	9.547,47	10.024,86
24	10.526,11	11.052,41
25	11.605,05	12.185,29

TABELA III
FUNÇÃO GRATIFICADA
GRUPO: CHEFIA E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO

NÍVEIS	**GRAUS**		
HIERARQUICOS	**A - R$**	**B - R$**	**C - R$**
FG-1	869,49	956,44	1052,08
FG-2	653,24	718,56	790,44
FG-3	490,77	539,92	593,91

Artigo 3º - Os recursos para atendimento dos encargos deste Decreto correrão à conta das dotações constantes do orçamento vigente.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês março do ano de dois mil e vinte e seis (16.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:C127FE62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	100,00	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	100,00	83.679.088,44	5.896.348,01
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO											

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	100,00	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	100,00	83.679.088,44	5.896.348,01
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	100,00	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	100,00	83.679.088,44	5.896.348,01
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSORCIO
INTERMUNICIPAL DE
SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	100,00	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	100,00	83.679.088,44	5.896.348,01
Notas Explicativas											

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:CB7F78BB

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO O RÇAMENTÁRIA	
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
RECEITAS	
Previsão Inicial	85.500.000,00
Previsão Atualizada	85.500.000,00
Receitas Realizadas	2.748.595,45
Déficit Orçamentário	7.717.259,57
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	85.500.000,00
Dotação Atualizada	85.500.000,00
Despesas Empenhadas	7.717.259,57
Despesas Liquidadas	1.820.911,56
Despesas Pagas	1.447.129,14
Superávit Orçamentário	7.717.259,57
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	7.717.259,57
Despesas Liquidadas	1.820.911,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	14.482.484,58
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	14.482.484,58
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	14.482.484,58
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	**0,00**
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	-717.855,54	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70,00	0,00
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.203.314,50	52.340.261,57

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2026	2036	2046	2061
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício		Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos	0,00		0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		5.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:753F4EF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°035/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	035/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	16/03/2026			
FAVORECIDO:	LUCILENE SOARES DE OLIVEIRA			
CPF:	**045.***.***-99**			
DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS .				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	17/03/2026			
RETORNO:	19/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e ½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 16 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C91F25BA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°037/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	037/2026
DATA DA CONCESSÃO:	16/03/2026
FAVORECIDO:	ADELAIDE DA CRUZ
CPF:	**855.***.***-15**

DESTINO VIAGEM:	FOZ DO IGUAÇU PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS .				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	17/03/2026			
RETORNO:	19/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	02 e ½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		02 e ½	**R$573,94**	R$ 1.434,85
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$1.434,85**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 16 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:ED67E1DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE - PR - PODER EXECUTIVO - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º SEMESTRE DE 2025

REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
3º QUADRIMESTRE DE 2025		
LRF, Art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE**	
Receita Corrente líquida	36.487.514,07	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	35.987.514,07	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	35.987.514,07	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	15.313.988,39	42,55
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	19.433.257,60	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	18.461.594,72	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	17.489.931,84	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	(12.282.097,54)	(34,13)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	86.370.033,77	240,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.917.253,10	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.758.002,25	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.519.125,98	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	2.194.819,69	9.654.161,42
Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.		
EVERTON CÁSSIO ZANUTO	***JOSE REGINALDO PEPECE***	
Prefeito Municipal	CRCPR-033451/O-1	
JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO	***VIVALDO JOSE PEREIRA***	
Diretora de Departamento de Fazenda	Controle Interno	

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:E664A8A1

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE - PR - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2025

REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE - PR
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2026/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c)=(a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	263.500,00	26.652,36	236.847,64
Receita de Alienação de Bens Móveis	150.000,00	-	150.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	69.000,00	-	69.000,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	44.500,00	26.652,36	17.847,64

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) -		-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025 (i)			2026 (j) = (Ib - (IIf + IIg))			SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)				26.652,36			26.652,36
Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.							
EVERTON CÁSSIO ZANUTO							
Prefeito Municipal							
JOSÉ REGINALDO PEPECE							
CRCPR 033451/O-1							
JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO							
Diretora do Departamento de Fazenda							
VIVALDO JOSÉ PEREIRA							
Controle Interno							

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:187D12ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO EBERSON

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 174/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: EBERSON ALVES 03318707031
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA COM PROFISSIONAL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE AULAS DE DANÇA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PODENDO, EM COMUM ACORDO, SER CEDIDO PARA OUTRAS SECRETARIAS
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para **26 de Março de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subseqüentes. Fica determinada a aplicação da correção percentual estabelecida Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) aferido pela calculadora do cidadão – site BACEN .

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário Atual	Preço reajustado
LOTE: 001 - Lote 001	1	73900	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULA DE DANÇA, MINISTRAR AULAS DE DANÇA ESPECÍFICAS PARA O PÚBLICO INFANTIL OU ADAPTADA CONFORME A REALIDADE DE CADA ESCOLA OU INSTITUIÇÃO. CRIAR COREOGRAFIAS, APRESENTAÇÕES E ESTILOS ADAPTADAS A REALIDADE INFANTI/ESCOLAR OU CONFORME A NECESSIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO OU ATÉ MESMO ONDE SERÁ EXECUTADA, PREPARANDO OS ALUNOS PARA APRESENTAÇÕES/PERFORMANCES PARA EVENTOS OU REUNIÕES. PODENDO, CONFORME NECESSIDADE, PRESTAR SERVIÇOS PARA OUTRAS SECRETARIAS E PÚBLICOS, COMO: MULHERES, IDOSOS E JOVENS, CONFORME NECESSIDADE E CRONOGRAMA.	HORAS	2.400,00	31,01	33,58

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 36/2023
DATA DA ASSINATURA: 10/03/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:E936B52A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO LUCAS PEREIRA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 127/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: 53.738.771 LUCAS PEREIRA DE DEUS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ENSINO E MONITORAMENTO DE AULAS DE FANFARRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE REALEZA

ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para 01 de Maio de 2027, conforme faculta o disposto no Artigo 107, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subseqüentes;

Lote	Item	Código do serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço Atual
LOTE: 001 - Lote 001	1	77095	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ENSINO E MONITORAMENTO DE AULAS FANFARRA.	HORAS	430,00	50,34

REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 32/2024
DATA DA ASSINATURA: 16/03/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:99960455

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO MARIZA PORTIGLIOTTI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 263/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MARIZA PORTIGLIOTTI HOFFMAN ROSIN 07037903906
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA OFICINA DE ARTESANATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE REALEZA
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para 20 de Maio de 2027, conforme faculta o disposto no Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subseqüentes;

ITENS							
Lote	Item	Código do serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço Atual
LOTE: 001 - Lote 001	1	74105	OFICINA DE ARTESANATO: INDISPENSÁVEL CONHECIMENTO DE ARTESANATO NAS áreas de: pintura em tecidos com técnicas diversas, bordado em tecido com técnicas diversas, customização de roupas e acessórios, crochê, tricô, artesanato com materiais recicláveis, artesanatos com miçangas, habilidade com materiais emborrachados e/ou feltro, biscuit, patchwork, fuxico, decupagem, macramê, artesanato com madeiras, bordado em chinelo com fita, miçangas e pedrarias, costura criativa, saboaria artesanal, aromatizadores de ambiente, confecção de adereços (máscaras, bonecos de tecido e outros materiais), experiência comprovada em operar máquinas: galoneira, industrial, interlock, talhadeira, bordadeira. É indispensável disponibilidade de horários flexíveis para ministrar aulas no período da manhã, tarde e noite, na faixa etária de 6 à 60 anos de idade, com experiência comprovada. Acompanhar a equipe das oficinas da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer nos eventos Culturais do Município de Realeza, bem como em outras cidades e estados, auxiliando na organização e ornamentação conforme a necessidade e demanda da CONTRATANTE.	HORAS	2.600,00	34,50	37,35

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 58/2023
DATA DA ASSINATURA: 16/03/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:D6BF7ADB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO RÁDIO CLUBE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 67/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: RÁDIO CLUBE DE REALEZA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RADIODIFUSÃO COM CANAL ABERTO NA FREQUÊNCIA FM, QUE POSSUA SINAL DE TRANSMISSÃO EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA-PR, PARA A VEICULAÇÃO DE INSERÇÕES E PROGRAMAS DE RÁDIO, PARA A DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO, AVISOS, COMUNICADOS E MATÉRIAS DE INTERESSE DOS MUNÍCIPES BEM COMO, BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS DESENVOLVIDOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA.
ADITIVO: Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente Contrato para **19 de Março de 2027,** conforme faculta o disposto no Artigo 84, da Lei Federal nº. 107 da Lei nº 14.133/2021.e suas alterações subseqüentes;

ITENS								
Lote	Item	Código do produto	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário Atual	Preço Atual
LOTE: 001 - Lote 001	1	76832	PROGRAMA SEMANAL DE 30 (TRINTA) MINUTOS CADA, SENDO: 01 (um) programa semanal, 05 (cinco) programas mensais.		MES	12,00	5.850,00	6.343,76
TOTAL								76.125,12

REFERENTE: PREGÃO Nº 08/2024
DATA DA ASSINATURA: 12/03/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:42B49CC4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2688, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Abre crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 1º da Lei Municipal nº 2002/2025, de 11 de março de 2026.
Art. 1º) – Abre Crédito Adicional ESPECIAL e complementa ações do PPA-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e LOA-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de 2026, no valor de **R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0500	**SECREATIRA MUN. DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE**	**EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA) Fonte: 1017 – Convênio SEAB nº 06/2026_EMENDA_BANCADA_RETROESCAVADEIRA**	
05.01	**DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA**		
20.608.0011.1.006.	Projetos de agropecuária		
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente		440.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições ***(Possível Devolução de sobras dos recursos do Convênio + Rendimentos em aplicações financeiras)***		50.000,00
TOTAL			**490.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – Possível EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA), da Fonte: 1017 em 2026, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2025 R$
1017	Convênio SEAB nº 06/2026_EMENDA_BANCADA _RETROESCAVADEIRA	440.000,00 *(valor repasse do Convênio)*
1017	Convênio SEAB nº 06/2026_EMENDA_BANCADA _RETROESCAVADEIRA	50.000,00 *(valor/previsão de possível devolução de sobras de recursos + rendimentos)*
TOTAL.....R$		**490.000,00**

Art. 3º) – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:8C0A1782

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - PR
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
DECRETO N.º 003/2026

Súmula: Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar Processados já prescritos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, Sr. PEDRO TABORDA DESPLANCHES, no uso de suas atribuições legais, e que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, decreta:
DECRETO:
Art. 1º - Nos termos do Inciso I do §5° do artigo 206 da Lei 10406/2002 (Código Civil), ficam cancelados os Empenhos contabilizados como Restos a Pagar Processados e não pagos constante no anexo I desde Decreto.
Art. 2° - O cancelamento dos empenhos deverá ser contabilizado no mês de dezembro de 2025;
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo os efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de RIO BRANCO DO IVAÍ, em 06 de Janeiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

ANEXO I			
EMPENHO/ANO	DATA	VALOR	CREDOR
3039/2016	25/08/2016	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP

3899/2016	31/10/2016	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
4109/2016	28/11/2016	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4314/2016	02/12/2016	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4385/2016	05/12/2016	0,01	MARÇAL & GARCIA LTDA
4549/2016	14/12/2016	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4701/2016	29/12/2016	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
358/2017	15/02/2017	0,01	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES-EPP
686/2017	08/03/2017	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
695/2017	08/03/2017	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
4046/2017	27/11/2017	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4147/2017	30/11/2017	0,01	RODAP AUTO PECAS LTDA
4156/2017	30/11/2017	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
2378/2017	26/07/2017	0,02	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
3307/2017	25/09/2017	0,02	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
3866/2017	10/11/2017	0,02	DIARIO PUBLICAÇÕES OFICIAIS
320/2017	09/02/2017	0,10	CIRURGICA REAL - COM. HOSP E FARM. EIRELI
2602/2017	04/08/2017	0,10	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
4506/2017	06/12/2017	0,20	SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA -ME
409/2019	15/02/2019	0,27	MARÇAL & GARCIA LTDA
3571/2017	23/10/2017	0,31	SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA -ME
3147/2017	14/09/2017	0,50	ETERSON GOMES 06104387942
2586/2018	31/07/2018	4,90	R. CANDIDO RAMOS MAT. PARA CONSTR. - ME
1343/2017	02/05/2017	5,58	CIRURGICA REAL - COM. HOSP E FARM. EIRELI
318/2019	31/01/2019	8,55	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRANSITO
4546/2017	08/12/2017	9,72	MARÇAL & GARCIA LTDA
4509/2017	06/12/2017	10,00	SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA -ME
4395/2018	04/12/2018	16,80	ELOTECH INFORMATICA E SISTEMAS S/C LTDA
1993/2012	31/08/2012	20,00	JULIANE LOPES DA SILBA ABREU
723/2017	10/03/2017	43,30	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
3155/2013	30/12/2013	47,80	P. H. RODRIGUES DA SILVA - VARIEDADES
62/2015	13/01/2015	56,11	ALEX FABIANO S. SILVEIRA CIA LTDA-ME
51/2018	11/01/2018	62,24	SANEPAR - COMP. DE SAN. DO PARANA
5/2011	03/01/2011	99,07	OI S.A
39/2011	03/01/2011	148,50	COPEL - DISTRIBUICAO S.A.
16/2017	05/01/2017	149,64	COPEL - DISTRIBUICAO S.A.
925/2014	14/04/2014	176,74	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
60/2019	10/01/2019	200,00	OI S.A
656/2015	07/04/2015	250,00	MAZIERO & OLIVEIRA LTDA - ME
3005/2018	31/08/2018	260,00	NITROTEC COM. DE PRODUTOS AGROP.LTDA
1522/2010	10/08/2010	325,60	BAUMANN, JAROSKEWICZ & CIA LTDA
14/2017	05/01/2017	368,18	OI S.A
79/2016	05/01/2016	600,00	CONS. DE SEG. ALIMENTAR E DESENV. LOCAL

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:364C617A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.413/0001-90 - Av. Rio Branco, 500 CEP 86848-000
FONE (43) 3467.1057 (43) 3467.1000
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2024

1. BALANÇO PATRIMONIAL

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essas Notas Explicativas são partes integrantes às demonstrações contábeis do Município de Rio Branco do Ivaí encerradas em 31 de dezembro de 2024 e, seguindo os critérios das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16), visam identificar os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis do período, expondo informações das naturezas patrimonial, orçamentária, financeira, econômica, legal, física, social de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

1.2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NORTEADORES NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2024 foram elaboradas considerando- se os princípios contábeis, principalmente:

a) O princípio da Entidade: tem o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

b) Princípio da Continuidade: pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

c) Princípio da Oportunidade: refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

d) Princípio do Registro pelo Valor Original: determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

e) Princípio da Competência: os efeitos das transeções e outros eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

f) Princípio da Prudência: determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que apresentarem alternativas igualmente válidas para a qualificação das mutações patrimoniais alterem o Patrimônio Líquido

1.3. COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T) n° 16.6, o Balanço Patrimonial é estruturado em: Ativo (Circulante e Não Circulante), Passivo (Circulante e Não Circulante), Patrimônio Líquido e Contas de Compensação.

a) Entende-se como ativo as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos;
b) Passivos são as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões;
c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, segregando-se os resultados do período daqueles apurados em exercícios anteriores;
d) Contas de Compensação compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio;
Entende-se que o Ativo é "circulante" quando satisfizer um destes critérios:
a) estarem disponíveis para realização imediata;
b) tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte.
Os ativos que não satisfazem os critérios "a" e "b" foram considerados como "não circulantes".
A classificação em passivos "circulantes" e "não circulantes" observaram os seguintes critérios:
Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:
(a) corresponderem a valores exigíveis até o final do exercício seguinte;
(b) corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.
Os demais passivos foram ser classificados como "não circulante".

1.4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, define-se como caixa todo numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis para a entidade; Equivalente de Caixa são as aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

1.5. CRÉDITOS A CURTO PRAZO

a) Créditos Tributários a Receber:

Conta	2023	2024
IR	42.708,70	42.696,76
IPTU	79.823,73	124.352,76
ITBI	149.146,98	243.004,98
ISS	56.122,03	31.455,67
TAXAS	46.651,82	79.421,17
COSIP	24.633,77	11.000,35
TOTAL	399.087,03	531.930,97

b) Dívida Ativa Tributária:

Conta	2023	2024
IPTU	168.255,39	144.367,06
ITBI	12.862,00	9.462,00
ISS	4.954,39	4.681,72
Outros Impostos	175.620,53	175.620,53
TAXAS	157.752,44	144.253,57
TOTAL	519.444,75	483.689,67

1.6. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Os valores que compõem o saldo de R$395.048,18 são formados por:

Conta	2023	2024
Adiantamentos Concedidos	21.432,41	25.757,91
Créditos por Dano ao Patrimônio	282.030,47	282.030,47
Outros Valores a Receber Curto Prazo	91.585,30	91.523,26
TOTAL	395.048,18	399.311,64

1.7. ESTOQUES

A entidade não possui controle contábil de estoques, sendo o valor de R$197.982,66. A única unidade municipal que possui controle de estoques é a Farmácia Básica Municipal logo esse saldo refere-se principalmente ao saldo de medicamentos e materiais hospitalares adquiridos pela prefeitura até 31/12/2024. Demais saldos de estoques foram zerados e contabilizados como despesas do exercício.

Conta	2023	2024
Medicamentos e Materiais Hospitalares	325.323,95	197.982,66
Outros estoques	1.447,50	0,00

1.8. IMOBILIZADO

A entidade entende que o Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.). O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.
São classificados ainda, no imobilizado, os recursos aplicados ou já destinados à aquisição de bens de natureza tangível, mesmo que ainda não em operação, tais como construções em andamento, importações em andamento, etc.
Para ser um ativo é necessário que o item preencha três requisitos básicos:
a) Incorporar benefícios econômicos futuros;
b) A entidade possuir controle sobre ele;
c) Os benefícios econômicos devem resultar de transações ou eventos passados.
Seguindo os pressupostos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Publico, NBCT 16.10 a entidade adotou para a elaboração de suas demonstrações os seguintes pressupostos:
a) O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

b) Deverá ser mensurado, sempre que possível, ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção.
c) Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional.
d) Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.
e) Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.
Os saldos das contas de imobilizados são:
1.8.1. Bens Móveis
1.8.2. Bens Imóveis

CONTA	2023	2024
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.540,054,10	5.992.120,63
Bens de Informática	406.267,45	508.472,71
Móveis e Utensílios	670.741,75	949.640,60
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	102.669,12	142.605,85
Veículos	6.778.762,00	7.927.702,00
Demais Bens Móveis	1.193.928,30	1.193.928,30
Bens Imóveis de Uso Especial	2.674.243,65	3.680.723,96
Bens de Uso Comum do Povo	3.791.561,95	6.455.466,19

Depreciação/Amortização
O Inventário e controle patrimonial dos ativos imobilizados da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí ainda estão em fase de elaboração, deste modo, afim de evitar distorções patrimoniais optou-se por não realizar depreciação/amortização no exercício de 2024.
1.9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO
Os Saldos das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo é composto por:

CONTA	2023	2024
13° Salário	449.034,32	633.720,41
Férias	912.396,21	854.599,56
Licença-Prêmio	2.775.156,60	2.743.298,92
Contribuição ao RGPS a Pagar - Patronal	77.726,80	113.114,26
FGTS a Recolher	6.291,51	15.037,70
RPPS	420.177,29	599.590,45

1.10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO
As obrigações vinculadas a fornecedores são assim classificadas:

CONTA	2023	2024
Fornecedores Nacionais	1.403.790,79	1.749.379,06

1.11. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

ORDEM	CONTA	2023	2024
a)	Pensão Alimentícia	202,35	202,35
b)	Outros Consignatários	40.984,11	132.777,59
c)	Contribuições ao RGPS	38.551,66	30.850,13
d)	Recomposição do Fundo de Reserva do RPPS	685.228,78	685.228,78
e)	Demais Obrigações a Curto Prazo	45.114,46	126.712,81
TOTAL		768.894,90	975.771,66

1.12. CONTRATOS DE RATEIO:
A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí possui contratos de rateio com os seguintes consórcios:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DO NOROESTE DO PARANA – CIUENP – CNPJ 15.718.459/0001-00.
CONSORCIO INT. DE SAUDE DA 22 REG. DE SAUDE DE IVAIPORA – CNPJ 02.586.019/0001-97.
CONSORCIO INTERGESTORES PARANA SAUDE – CNPJ 03.273.207/0001-28.
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI - CNPJ 17.058.641/0001-08.
CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ – CIDCENTRO – CNPJ 11.881.350/0001-20

1.13. OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – PASSIVO NÃO CIRCULANTE
A entidade possui parcelamentos com o INSS e com o RPPS, porém, devido à falta de dados precisos não foi possível contabilizar os saldos em ativo não circulante.
1.14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O Patrimônio Líquido da entidade aumentou na seguinte proporção:

Conta	2023	2024
Resultados Acumulados	21.982.619,28	27.658.767,23

O saldo dos resultados acumulados sofrerá considerável redução quando a entidade começar a contabilizar as depreciações.
2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)
A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo evidenciar as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
Conceitos relevantes:
a) Variações Quantitativas: elas são produtos de transações no setor público que aumentem ou diminuem o patrimônio líquido.

b) Variações Qualitativas: são decorrentes de transações no setor público que alterem a composição dos elementos patrimoniais, mas que não afetam o patrimônio líquido.
c) A Demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada de maneira a segregar as Variações Aumentativas e as Diminutivas.
d) O resultado patrimonial é obtido pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e as diminutivas.

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
O Balanço Orçamentário, definido pela Lei n° 4.320/1964, demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar as receitas por fonte (espécie) e as despesas por grupo de natureza.
4. BALANÇO FINANCEIRO
Segundo a Lei 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os pagamentos e os recebimentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Deste modo, o Balanço Financeiro é composto por duas seções:
1) Ingressos (receitas orçamentárias e extra orçamentária)
2) Dispêndios (despesa orçamentária e pagamentos extra orçamentários)
O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre a somatória dos ingressos orçamentários com os extra orçamentários, e dos dispêndios orçamentários e extra orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá superávit; caso contrário, haverá um déficit.
5. OBSERVAÇÕES FINAIS
O Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido encontram-se publicados no Diário Oficial dos Municípios na mesma edição em que este relatório foi publicado.
Rio Branco do Ivaí, 04 de Abril de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito

LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO
Contador

ANTÔNIO CARLOS ROSA HASS
Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2024			PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 04/04/2025	
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**8.847.033,48**	**10.108.410,73**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**7.649.428,95**	**6.919.264,09**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.198.282,77	8.425.015,99	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	4.924.278,23	4.685.656,27
Créditos a Curto Prazo	1.051.456,41	961.575,11			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	531.930,97	399.087,03	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.749.379,06	1.403.790,79
Divida Ativa Tributaria	483.689,67	526.652,31	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	60.922,13
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	35.835,77	35.835,77	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	975.771,66	768.894,90
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	399.311,64	395.048,18			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	197.982,66	326.771,45			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**26.850.660,24**	**19.158.228,32**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**389.497,54**	**364.755,68**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Longo Prazo	389.497,54	364.755,68
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**8.038.926,49**	**7.284.019,77**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	26.850.660,24	19.158.228,32	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	16.714.470,09	12.692.422,72	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	10.136.190,15	6.465.805,60	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	27.658.767,23	21.982.619,28
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	5.736.932,63	6.210.547,34

Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	21.982.619,28	15.796.250,76
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	-60.784,68	-24.178,82
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**27.658.767,23**	**21.982.619,28**
TOTAL	**35.697.693,72**	**29.266.639,05**	**TOTAL**	**35.697.693,72**	**29.266.639,05**
ATIVO FINANCEIRO	7.571.836,50	8.798.631,76	PASSIVO FINANCEIRO	3.499.221,95	3.009.661,59
ATIVO PERMANENTE	28.125.857,22	20.468.007,29	PASSIVO PERMANENTE	5.114.966,60	4.903.899,58
SALDO PATRIMONIAL				**27.083.505,17**	**21.353.077,88**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
Direitos Contratuais	41.021,06	41.021,06	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	23.317.084,75	19.575.349,90
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	17.711,59	13.578,89	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**58.732,65**	**54.599,95**	**TOTAL**	**23.317.084,75**	**19.575.349,90**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	958.255,95	178.560,59
501 - Outros Recursos Não Vinculados	-1.776.520,22	-1.610.723,72
502 - Recursos Não Vinculados da Compensação de Impostos	0,00	31.965,88
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	62.454,71	16.719,75
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.132,53	-374,38
550 - Transferência do Salário-Educação	15.793,49	79.207,34
551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	3.993,32	87,88
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNA	1.024,21	20.943,69
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	80.600,39	517,89
570 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados	18.194,41	16.845,40
576 - Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação	-7.196,90	-6.545,41
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	657,04	2.258,54
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	143.639,53	166.972,58
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Est	125.925,48	339.591,63
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	-1.251,00	-1.251,00
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Est	0,00	145,00
605 - Assistência Financeira da União Destinada à Complementação ao Pagamento dos Pisos Salariais pa	36.086,26	55.125,56
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual	520.926,04	862.411,20
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	12.746,96	11.794,99
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	141.508,60	188.938,44
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	12.507,65	31.905,03
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	3.618.702,76	3.368.510,02
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-991.815,32	0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Natu	12.922,38	8.388,07
706 - Transferência Especial da União	465.387,77	1.244.825,94
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	49.429,34	0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cul	20.023,15	0,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	2.193,99	0,00
720 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural de	81.763,60	0,00
749 - Outras Vinculações de Transferências	216.041,52	194.590,09
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-167,52	1.326,38
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	177.153,02	158.950,66
753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	-110,47	-153,24
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	68.611,88	427.435,37
869 - Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00
TOTAL	4.072.614,55	5.788.970,17

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***ANTONIO CARLOS ROSA HASS***
Prefeito Municipal	Controle Interno
LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO	
Contador	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
Exercício: 2024
Balanço Orçamentário
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XII da Lei nº 4.320/64
Período de Janeiro a Dezembro

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	32.981.770,00	40.490.303,79	34.709.291,06	-5.781.012,73
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.869.550,00	2.660.900,00	2.636.255,87	-24.644,13
Impostos	1.651.550,00	2.442.900,00	2.496.826,23	53.926,23
Taxas	218.000,00	218.000,00	139.429,64	-78.570,36
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	199.600,00	199.600,00	186.012,02	-13.587,98
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	199.600,00	199.600,00	186.012,02	-13.587,98
RECEITA PATRIMONIAL	588.320,00	656.507,58	657.129,29	621,71
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	588.320,00	656.507,58	657.129,29	621,71
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	0,00	-30.000,00
Receita Bruta de Serviços	30.000,00	30.000,00	0,00	-30.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.283.300,00	36.914.509,01	31.200.583,34	-5.713.925,67
Transferências da União e de suas Entidades	19.768.800,00	24.288.347,01	19.424.342,29	-4.864.004,72
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.914.500,00	8.846.162,00	8.061.357,97	-784.804,03
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	30.000,00	24.000,00	-6.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.600.000,00	3.750.000,00	3.690.883,08	-59.116,92
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.000,00	28.787,20	29.310,54	523,34
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	11.000,00	28.787,20	29.310,54	523,34
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	400.000,00	8.620.959,13	4.120.020,31	-4.500.938,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	48.650,00	48.650,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	48.650,00	48.650,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	8.572.309,13	4.071.370,31	-4.500.938,82
Transferências da União e de suas Entidades	300.000,00	1.440.750,00	1.170.000,00	-270.750,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	100.000,00	7.131.559,13	2.901.370,31	-4.230.188,82
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	33.381.770,00	49.111.262,92	38.829.311,37	-10.281.951,55
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	33.381.770,00	49.111.262,92	38.829.311,37	-10.281.951,55
DÉFICIT (IV)	0,00	5.491.755,32	481.345,01	-5.010.410,31
TOTAL (V) = (III + IV)	33.381.770,00	54.603.018,24	39.310.656,38	-15.292.361,86
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA				
CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	7.349.755,32	7.349.755,32	-
Superávit Financeiro	-	7.349.755,32	7.349.755,32	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	29.039.715,00	38.460.931,45	31.539.019,97	31.166.653,75	30.673.753,97	6.921.911,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.574.127,50	16.586.512,38	15.048.700,06	15.048.700,06	14.900.444,77	1.537.812,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00	50.000,00	15.641,20	15.641,20	15.641,20	34.358,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.410.587,50	21.824.419,07	16.474.678,71	16.102.312,49	15.757.668,00	5.349.740,36
DESPESAS DE CAPITAL	2.136.590,00	16.142.086,79	7.771.636,41	7.585.042,74	6.300.140,32	8.370.450,38
INVESTIMENTOS	1.581.590,00	15.207.468,37	6.870.975,17	6.684.381,50	5.399.479,08	8.336.493,20
INVERSÕES FINANCEIRAS	480.000,00	864.618,42	864.618,42	864.618,42	864.618,42	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	75.000,00	70.000,00	36.042,82	36.042,82	36.042,82	33.957,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	347.465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	31.523.770,00	54.603.018,24	39.310.656,38	38.751.696,49	36.973.894,29	15.292.361,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	31.523.770,00	54.603.018,24	39.310.656,38	38.751.696,49	36.973.894,29	15.292.361,86
SUPERÁVIT (VIII)	1.858.000,00	0,00	0,00	77.614,88	1.855.417,08	0,00
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	33.381.770,00	54.603.018,24	39.310.656,38	38.829.311,37	38.829.311,37	15.292.361,86
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:						
RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	24.494,25	399.874,52	315.664,48	315.664,48	91.102,12	17.602,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,02	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.494,23	399.874,52	315.664,48	315.664,48	91.102,11	17.602,16
DESPESAS DE CAPITAL	4.681,45	201.791,18	192.082,00	190.565,03	14.390,63	1.516,97
INVESTIMENTOS	4.681,45	162.381,92	152.672,74	151.155,77	14.390,63	1.516,97
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	39.409,26	39.409,26	39.409,26	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	29.175,70	601.665,70	507.746,48	506.229,51	105.492,75	19.119,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	822.653,36	1.409.322,19	1.373.870,10	3.050,59	855.054,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	802.899,07	29.807,66	26.757,07	3.050,59	802.899,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.754,29	1.379.514,53	1.347.113,03	0,00	52.155,79
DESPESAS DE CAPITAL	29.911,51	37.195,00	59.568,51	0,00	7.538,00
INVESTIMENTOS	29.911,51	37.195,00	59.568,51	0,00	7.538,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	852.564,87	1.446.517,19	1.433.438,61	3.050,59	862.592,86

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***ANTONIO CARLOS ROSA HASS***
Prefeito Municipal	Controle Interno
LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO	
Contador	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
BALANÇO FINANCEIRO
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2024 | PERÍODO: 1a 12 | DATA EMISSÃO: 04/04/2025

INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**38.829.311,37**	**36.282.430,24**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**39.310.656,38**	**31.720.329,30**
Ordinária	25.951.186,98	22.602.592,55	Ordinária	24.097.913,31	23.342.981,95
Vinculada	12.878.124,39	13.679.837,69	Vinculada	15.212.743,07	8.377.347,35
Transferências do FUNDEB	3.766.637,62	3.181.065,40	Transferências do FUNDEB	3.717.395,75	3.199.696,08
Transferências Voluntárias	3.111.882,04	3.376.128,39	Transferências Voluntárias	3.852.155,61	57.322,56
Alienação de Bens	66.960,95	427.435,37	Alienação de Bens	425.784,44	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	2.712.560,54	2.552.670,88	Transferências de Programas	3.125.797,96	2.193.059,75
Valores Restituíveis	0,00	866,06	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	2.362.078,12	2.986.756,16	Transferências Voluntárias	3.257.172,69	1.666.686,19
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	370.162,66	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	370.162,66
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	858.005,12	784.752,77	Valores Restituíveis	0,00	2.808,16
			Outras Origens	834.436,62	887.611,95
Transferências Financeiras Recebidas (II)	521.959,61	444.316,55	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	1.865.513,56	1.699.717,06
Para a Execução Orçamentária	521.959,61	444.316,55	Para a Execução Orçamentária	1.865.513,56	1.699.717,06
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**6.915.295,24**	**5.904.923,23**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**6.317.191,54**	**5.113.655,31**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.777.802,20	1.446.517,19	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.433.438,61	504.666,67
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	558.959,89	601.665,70	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	506.229,51	794.004,48
Realizável Inscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável - Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	4.578.533,15	3.856.740,34	Valores Restituíveis	4.377.523,42	3.814.984,16
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**8.798.631,76**	**4.700.663,41**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**7.571.836,50**	**8.798.631,76**
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.425.015,99	4.327.047,64	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.198.282,77	8.425.015,99
Realizável	373.615,77	373.615,77	Realizável	373.553,73	373.615,77
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**55.065.197,98**	**47.332.333,43**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**55.065.197,98**	**47.332.333,43**

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***ANTONIO CARLOS ROSA HASS***
Prefeito Municipal	Controle Interno
LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO	
Contador	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
Exercício: 2024
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64
no Período de Janeiro a Dezembro
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**44.770.513,85**	**41.164.527,70**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.697.941,77	2.495.189,02
IMPOSTOS		2.553.976,23	2.352.230,82
TAXAS		143.965,54	142.958,20

CONTRIBUIÇÕES		183.573,02	189.800,38
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		183.573,02	189.800,38
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		0,00	94.660,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	94.660,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		711.319,75	495.703,96
JUROS E ENCARGOS DE MORA		54.190,46	59.423,43
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		657.129,29	436.280,53
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		41.148.746,05	37.855.936,76
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		521.959,61	444.316,55
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		40.602.786,44	37.364.397,99
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		24.000,00	47.222,22
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		28.933,26	33.237,58
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		28.933,26	33.237,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**39.033.581,22**	**35.435.404,22**
PESSOAL E ENCARGOS		15.542.175,07	14.102.211,32
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		13.437.293,94	11.878.614,05
ENCARGOS PATRONAIS		2.016.779,08	2.024.178,19
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		88.102,05	199.419,08
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		15.301.687,40	14.274.424,88
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		7.165.033,54	6.978.042,37
SERVIÇOS		8.136.653,86	7.296.382,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		41.508,20	103.379,71
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		15.641,20	7.048,04
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		25.867,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		0,00	96.331,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		7.944.699,58	6.814.569,02
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.107.648,00	1.699.717,06
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		5.354.832,79	4.608.249,65
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		482.218,79	506.602,31
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		8.510,94	2.127,09
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		8.510,94	2.127,09
TRIBUTÁRIAS		21.080,03	63,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		6.412,19	63,00
CONTRIBUIÇÕES		14.667,84	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		173.920,00	138.629,20
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		173.920,00	138.629,20
Resultado Patrimonial Do Período		**5.736.932,63**	**5.729.123,48**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)			
		EXERCÍCIO ATUAL	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		7.741.081,92	2.825.299,73
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		36.042,82	41.686,32
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		48.650,00	404.800,00

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***ANTONIO CARLOS ROSA HASS***
Prefeito Municipal	Controle Interno
LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO	
Contador	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI

Estado do Paraná

Exercício:2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.982.619,28	0,00	21.982.619,28
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-60.784,68	0,00	-60.784,68
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/ Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.736.932,63	0,00	5.736.932,63
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R$...por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.658.767,23	0,00	27.658.767,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI

Estado do Paraná

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO: 2024	PERÍODO MÊS: 12	DATA EMISSÃO: 04/04/2025
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	40.380.612,44	34.850.325,16
Receitas derivadas e originárias	3.508.707,72	3.074.259,68
Transferências correntes recebidas	31.722.542,95	27.098.331,21
Outros ingressos operacionais	5.149.361,77	4.677.734,27
DESEMBOLSOS	39.177.092,11	34.219.645,60
Pessoal e demais despesas	30.610.774,62	26.499.891,43
Juros e encargos da dívida	15.641,20	7.048,04
Transferências concedidas	3.602.386,29	3.076.728,04
Outros desembolsos operacionais	4.948.290,00	4.635.978,09
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.203.520,33	630.679,56

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	48.650,00	404.800,00
Alienação de Bens	48.650,00	404.800,00
DESEMBOLSOS	6.514.231,04	3.045.180,79
Aquisição de Ativo Não-Circulante	6.514.231,04	3.043.170,79
Outros Desembolsos de investimentos	0,00	2.010,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-6.465.581,04	-2.640.380,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	4.071.370,31	6.149.355,90
Transferências de Capital Recebidas	4.071.370,31	6.149.355,90
DESEMBOLSOS	36.042,82	41.686,32
Amortização/Refinanciamento da Dívida	36.042,82	41.686,32
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	4.035.327,49	6.107.669,58
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	-1.226.733,22	4.097.968,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	8.425.015,99	4.327.047,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	7.198.282,77	8.425.015,99

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	2.636.255,87	2.341.921,70
Receita de Contribuições	186.012,02	168.146,90
Receita Patrimonial	657.129,29	436.280,53
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	94.660,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	29.310,54	33.250,55
Total das Transferências Recebidas	3.508.707,72	3.074.259,68
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	1.562.952,73	1.238.381,78
Outras transferências Intragovernamentais	1.865.513,56	1.699.717,06
Outras transferências concedidas	173.920,00	138.629,20
Total das Transferências Concedidas	3.602.386,29	3.076.728,04

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	4.658.808,84	4.216.965,50
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	1.727.082,10	1.538.279,21
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	9.927.119,69	8.317.051,60
Trabalho	443.989,16	311.185,22
Educação	7.459.263,32	6.594.952,17
Cultura	651.799,17	582.963,61
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	4.359.225,37	3.463.664,86
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	295.335,75	233.631,89
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	703.585,94	910.797,66
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	107.315,25	94.507,90
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	39.921,01	36.841,39
Desporto e Lazer	204.816,58	137.648,83
Encargos Especiais	32.512,44	61.401,59
Perdas com Investimentos	0,00	0,00
Disponibilidades Compensatórias	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	30.610.774,62	26.499.891,43

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	15.641,20	7.048,04
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida Intraorcamentária	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	15.641,20	7.048,04
Notas Explicativas		

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***ANTONIO CARLOS ROSA HASS***	***LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO***
Prefeito Municipal	Controle Interno	Contador

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:264D85A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 01.612.413/0001-90 - Av. Rio Branco, 500 CEP 86848-000
FONE (43) 3467.1057 (43) 3467.1000
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025
1. BALANÇO PATRIMONIAL
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
Essas Notas Explicativas são partes integrantes às demonstrações contábeis do Município de Rio Branco do Ivaí encerradas em 31 de dezembro de 2025 e, seguindo os critérios das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16), visam identificar os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis do período, expondo informações das naturezas patrimonial, orçamentária, financeira, econômica, legal, física, social de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.
1.2. PRINCÍPIOS CONTÁBEIS NORTEADORES NA ELABORAÇÃO DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025 foram elaboradas considerando- se os princípios contábeis, principalmente:
a) O princípio da Entidade: tem o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
b) Princípio da Continuidade: pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
c) Princípio da Oportunidade: refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
d) Princípio do Registro pelo Valor Original: determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
e) Princípio da Competência: os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
f) Princípio da Prudência: determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que apresentarem alternativas igualmente válidas para a qualificação das mutações patrimoniais alterem o Patrimônio Líquido

1.3. COMPOSIÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL
De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T) n° 16.6, o Balanço Patrimonial é estruturado em: Ativo (Circulante e Não Circulante), Passivo (Circulante e Não Circulante), Patrimônio Líquido e Contas de Compensação.
a) Entende-se como ativo as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos;
b) Passivos são as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões;
c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, segregando-se os resultados do período daqueles apurados em exercícios anteriores;
d) Contas de Compensação compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio;
Entende-se que o Ativo é "circulante" quando satisfizer um destes critérios:
a) estarem disponíveis para realização imediata;
b) tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte.
Os ativos que não satisfazem os critérios "a" e "b" foram considerados como "não circulantes".
A classificação em passivos "circulantes" e "não circulantes" observaram os seguintes critérios:
Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:
(a) corresponderem a valores exigíveis até o final do exercício seguinte;
(b) corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.
Os demais passivos foram ser classificados como "não circulante".
1.4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
Segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, define-se como caixa todo numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis para a entidade; Equivalente de Caixa são as aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

1.5. CRÉDITOS A CURTO PRAZO
a) Créditos Tributários a Receber:

Conta	2024	2025
IR	42.696,76	42.696,76
IPTU	124.352,76	166.899,22
ITBI	243.004,98	241.604,98
ISS	31.455,67	27.517,13
TAXAS	79.421,17	110.434,59
COSIP	11.000,35	12.227,52
TOTAL	531.930,97	601.380,20

b) Dívida Ativa Tributária:

Conta	2024	2025
IPTU	144.367,06	122.521,99
ITBI	9.462,00	8.262,00
ISS	4.681,72	4.681,72
Outros Impostos	175.620,53	175.620,53
TAXAS	144.253,57	131.517,95
TOTAL	483.689,67	446.884,55

1.6. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Conta	2024	2025
Adiantamentos Concedidos	25.757,91	35.875,91
Créditos por Dano ao Patrimônio	282.030,47	282.030,47
Outros Valores a Receber Curto Prazo	91.523,26	91.309,17
TOTAL	399.311,64	409.215,55

1.7. ESTOQUES

A entidade não possui controle contábil de estoques, sendo o valor de R$129.377,01. A única unidade municipal que possui controle de estoques é a Farmácia Básica Municipal logo esse saldo refere-se principalmente ao saldo de medicamentos e materiais hospitalares adquiridos pela prefeitura até 31/12/2025. Demais saldos de estoques foram zerados e contabilizados como despesas do exercício.

Conta	2024	2025
Medicamentos e Materiais Hospitalares	197.982,66	129.377,01
Outros estoques	0,00	0,00

1.8. IMOBILIZADO

A entidade entende que o Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.). O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

São classificados ainda, no imobilizado, os recursos aplicados ou já destinados à aquisição de bens de natureza tangível, mesmo que ainda não em operação, tais como construções em andamento, importações em andamento, etc.

Para ser um ativo é necessário que o item preencha três requisitos básicos:

a) Incorporar benefícios econômicos futuros;

b) A entidade possuir controle sobre ele;

c) Os benefícios econômicos devem resultar de transações ou eventos passados.

Seguindo os pressupostos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Publico, NBCT 16.10 a entidade adotou para a elaboração de suas demonstrações os seguintes pressupostos:

a) O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

b) Deverá ser mensurado, sempre que possível, ao valor de aquisição ou ao valor de produção e construção.

c) Os bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, ou aqueles eventualmente recebidos em doação, devem ser incluídos no ativo não circulante da entidade responsável pela sua administração ou controle, estejam, ou não, afetos a sua atividade operacional.

d) Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

e) Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Os saldos das contas de imobilizados são:

1.8.1. Bens Móveis e Imóveis

CONTA	2024	2025
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.992.120,63	6.229.445,42
Bens de Informática	508.472,71	585.174,82
Móveis e Utensílios	949.640,60	1.100.848,20
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	142.605,85	156.000,06
Veículos	7.927.702,00	9.431.392,00
Demais Bens Móveis	1.193.928,30	1.195.970,20
Bens Imóveis de Uso Especial	3.680.723,96	4.207.173,78
Bens de Uso Comum do Povo	6.455.466,19	8.310.458,76

Depreciação/Amortização O Inventário e controle patrimonial dos ativos imobilizados da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí ainda estão em fase de elaboração, deste modo, afim de evitar distorções patrimoniais optou-se por não realizar depreciação/amortização no exercício de 2025.

1.9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

Os Saldos das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo é composto por:

CONTA	2024	2025
13° Salário	633.720,41	816.725,55
Férias	854.599,56	984.669,75
Licença-Prêmio	2.743.298,92	2.743.298,92
Contribuição ao RGPS a Pagar - Patronal	113.114,26	120.311,39
Encargos Sociais a Pagar - RPPS	559.590,45	3.714.192,86
Encargos Sociais a Pagar – RGPS	0,00	2.646,88
FGTS	4.916,53	9.214,51

1.10. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

CONTA	2024	2025
Retenções s/ Vencimentos – RPPS	116.303,87	261.858,76
Retenções s/ Vencimentos – RGS	30.850,13	19.838,40
Diárias a Pagar	860,00	10.835,00

Consórcios a Pagar	8.660,02	6.536,00
Recomposição do Fundo de Reserva do RPPS	685.228,78	549.608,61

1.11. CONTRATOS DE RATEIO:
A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí possui contratos de rateio com os seguintes consórcios:
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DO NOROESTE DO PARANA – CIUENP – CNPJ 15.718.459/0001-00.
CONSORCIO INT. DE SAUDE DA 22 REG. DE SAUDE DE IVAIPORA – CNPJ 02.586.019/0001-97.
CONSORCIO INTERGESTORES PARANA SAUDE – CNPJ 03.273.207/0001-28.
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI - CNPJ 17.058.641/0001-08.

CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ – CIDCENTRO – CNPJ 11.881.350/0001-20
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU – CNPJ 11.074.898.0001-69

1.12. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Contribuições Previdenciárias - RPPS	11.095.730,93
Acordo CADPREV 367/2025	2.604.347,75
Acordo CADPREV 368/2025	1.007.221,34
Acordo CADPREV 369/2025	427.890,84
Acordo CADPREV 433/2025	3.187.106,64
Acordo CADPREV 445/2025	3.178.514,59
Acordo CADPREV 446/2025	690.649,77
Contribuições ao INSS	361.230,08
Parcelamento n° 620107596	361.230,08

1.13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O Patrimônio Líquido da entidade aumentou na seguinte proporção:

Conta	2024	2025
Resultados Acumulados	27.658.767,23	16.965.017,46

O saldo dos resultados acumulados sofrerá considerável redução quando a entidade começar a contabilizar as depreciações.
2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)
A Demonstração das Variações Patrimoniais tem por objetivo evidenciar as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.
Conceitos relevantes:
a) Variações Quantitativas: elas são produtos de transações no setor público que aumentem ou diminuem o patrimônio líquido.
b) Variações Qualitativas: são decorrentes de transações no setor público que alterem a composição dos elementos patrimoniais, mas que não afetam o patrimônio líquido.
c) A Demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada de maneira a segregar as Variações Aumentativas e as Diminutivas.
d) O resultado patrimonial é obtido pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e as diminutivas.
3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
O Balanço Orçamentário, definido pela Lei n° 4.320/1964, demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar as receitas por fonte (espécie) e as despesas por grupo de natureza.
,

4. BALANÇO FINANCEIRO
Segundo a Lei 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os pagamentos e os recebimentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Deste modo, o Balanço Financeiro é composto por duas seções:
1) Ingressos (receitas orçamentárias e extra orçamentária)
2) Dispêndios (despesa orçamentária e pagamentos extra orçamentários)
O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre a somatória dos ingressos orçamentários com os extra orçamentários, e dos dispêndios orçamentários e extra orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá superávit; caso contrário, haverá um déficit.
5. OBSERVAÇÕES FINAIS
O Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido encontram-se publicados no Diário Oficial dos Municípios na mesma edição em que este relatório foi publicado.
Rio Branco do Ivaí, 12 de março de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito

LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO
Contador

BRUNA GABRIELA DOS S. BERNARDES
Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
BALANÇO PATRIMONIAL

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2025			PERÍODO: 1 a 12		DATA EMISSÃO: 12/03/2026
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**10.127.612,62**	**8.847.033,48**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**12.510.097,39**	**7.649.428,95**
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.504.919,54	7.198.282,77	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencias a Pagar a Curto Prazo	8.407.073,37	4.924.278,23
Créditos a Curto Prazo	1.084.100,52	1.051.456,41			
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	601.380,20	531.930,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.975.828,77	1.749.379,06
Divida Ativa Tributaria	446.884,55	483.689,67	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	35.835,77	35.835,77	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.127.195,25	975.771,66
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	409.215,55	399.311,64			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	129.377,01	197.982,66			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**31.216.463,24**	**26.850.660,24**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**11.868.961,01**	**389.497,54**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	11.456.961,01	389.497,54
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Assistencias a Pagar a Longo Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	412.000,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**24.379.058,40**	**8.038.926,49**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00			
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Imobilizado	31.216.463,24	26.850.660,24	Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	18.698.830,70	16.714.470,09	Reserva de Capital	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	12.517.632,54	10.136.190,15	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	16.965.017,46	27.658.767,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	-11.379.147,93	5.736.932,63
Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	27.658.676,61	21.982.619,28
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	685.488,78	-60.784,68
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**16.965.017,46**	**27.658.767,23**
TOTAL	**41.344.075,86**	**35.697.693,72**	**TOTAL**	**41.344.075,86**	**35.697.693,72**
ATIVO FINANCEIRO	8.878.259,18	7.571.836,50	PASSIVO FINANCEIRO	6.510.631,51	3.499.221,95
ATIVO PERMANENTE	32.465.816,68	28.125.857,22	PASSIVO PERMANENTE	19.923.497,78	5.114.966,60
SALDO PATRIMONIAL				**14.909.946,57**	**27.083.505,17**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
Direitos Contratuais	41.021,06	41.021,06	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	21.840.415,74	23.317.084,75
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	28.104,59	17.711,59	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**69.125,65**	**58.732,65**	**TOTAL**	**21.840.415,74**	**23.317.084,75**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT	SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	162.773,97	958.255,95
501 - Outros Recursos Não Vinculados	-2.095.717,15	-1.776.520,22
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	63.544,84	62.454,71
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-3.200,26	3.132,53
546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	54.843,87	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	54.714,28	15.793,49
551 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	538,56	3.993,32
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNA	-1.069,67	1.024,21
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	482,03	80.600,39
570 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados	20.168,40	18.194,41
576 - Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação	9.805,54	-7.196,90
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	657,07	657,04
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	417.161,01	143.639,53
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Est	201.982,53	125.925,48
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Man	-1.251,00	-1.251,00
605 - Assistência Financeira da União Destinada à Complementação ao Pagamento dos Pisos Salariais pa	15.628,86	36.086,26
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual	763.223,07	520.926,04
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	-92,45	12.746,96
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	128.033,15	141.508,60
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	676.577,28	12.507,65
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	3.861.779,53	3.618.702,76

701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-2.359.183,16	-991.815,32
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Natu	13.285,74	12.922,38
706 - Transferência Especial da União	100.049,74	465.387,77
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	49.429,34
716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cul	0,00	20.023,15
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	2.432,02	2.193,99
720 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural de	33.770,73	81.763,60
749 - Outras Vinculações de Transferências	60.330,01	216.041,52
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.051,52	-167,52
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	186.523,97	177.153,02
753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	-6.537,01	-110,47
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	5.320,65	68.611,88
869 - Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00
TOTAL	2.367.627,67	4.072.614,55

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO***
Prefeito Municipal	Contador
BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES	
Controle Interno	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
Exercício: 2025
Balanço Orçamentário
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XII da Lei nº 4.320/64
Período de Janeiro a Dezembro

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	37.910.329,00	42.978.960,04	36.771.409,36	-6.207.550,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.472.500,00	2.667.500,00	2.556.138,53	-111.361,47
Impostos	2.315.500,00	2.510.500,00	2.420.794,29	-89.705,71
Taxas	157.000,00	157.000,00	135.344,24	-21.655,76
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	213.572,00	213.572,00	173.262,60	-40.309,40
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	213.572,00	213.572,00	173.262,60	-40.309,40
RECEITA PATRIMONIAL	503.134,00	525.954,00	924.056,61	398.102,61
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	503.134,00	525.954,00	924.056,61	398.102,61
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	42.000,00	42.000,00	7.090,00	-34.910,00
Receita Bruta de Serviços	42.000,00	42.000,00	7.090,00	-34.910,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.658.123,00	39.508.934,04	33.090.542,59	-6.418.391,45
Transferências da União e de suas Entidades	22.194.460,00	25.236.686,86	21.112.960,76	-4.123.726,10
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.356.963,00	10.165.547,18	8.239.404,31	-1.926.142,87
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	150.000,00	150.000,00	0,00	-150.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.956.700,00	3.956.700,00	3.738.177,52	-218.522,48
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.000,00	21.000,00	20.319,03	-680,97
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	21.000,00	21.000,00	20.319,03	-680,97
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	370.000,00	4.684.696,89	3.226.230,79	-1.458.466,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	370.000,00	4.684.696,89	3.226.230,79	-1.458.466,10
Transferências da União e de suas Entidades	100.000,00	200.000,00	100.000,00	-100.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	270.000,00	4.484.696,89	3.126.230,79	-1.358.466,10
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	38.280.329,00	47.663.656,93	39.997.640,15	-7.666.016,78

REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	38.280.329,00	47.663.656,93	39.997.640,15	-7.666.016,78
DÉFICIT (IV)	0,00	3.379.122,98	668.225,95	-2.710.897,03
TOTAL (V) = (III + IV)	38.280.329,00	51.042.779,91	40.665.866,10	-10.376.913,81
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA				
CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	5.379.122,98	5.379.122,98	-
Superávit Financeiro	-	5.379.122,98	5.379.122,98	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	33.263.229,00	40.451.965,32	35.020.594,57	34.460.530,82	32.147.915,81	5.431.370,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.883.451,00	19.317.408,22	18.305.223,84	18.305.223,84	18.012.906,76	1.012.184,38
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	50.100,00	26.436,25	26.436,25	26.436,25	23.663,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.364.778,00	21.084.457,10	16.688.934,48	16.128.870,73	14.108.572,80	4.395.522,62
DESPESAS DE CAPITAL	2.567.100,00	10.590.814,59	5.645.271,53	4.268.008,83	2.886.052,43	4.945.543,06
INVESTIMENTOS	1.687.100,00	9.155.714,59	4.742.175,32	3.364.912,62	1.982.956,22	4.413.539,27
INVERSÕES FINANCEIRAS	775.000,00	775.000,00	526.449,82	526.449,82	526.449,82	248.550,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	105.000,00	660.100,00	376.646,39	376.646,39	376.646,39	283.453,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	36.280.329,00	51.042.779,91	40.665.866,10	38.728.539,65	35.033.968,24	10.376.913,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	36.280.329,00	51.042.779,91	40.665.866,10	38.728.539,65	35.033.968,24	10.376.913,81
SUPERÁVIT (VIII)	2.000.000,00	0,00	0,00	1.269.100,50	4.963.671,91	0,00
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	38.280.329,00	51.042.779,91	40.665.866,10	39.997.640,15	39.997.640,15	10.376.913,81
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	17.602,17	372.366,22	226.502,66	202.262,15	77.388,67	110.317,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.602,16	372.366,22	226.502,66	202.262,15	77.388,66	110.317,57
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	186.593,67	151.651,83	136.767,41	1.974,46	47.851,80
INVESTIMENTOS	0,00	186.593,67	151.651,83	136.767,41	1.974,46	47.851,80
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.602,17	558.959,89	378.154,49	339.029,56	79.363,13	158.169,37

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	855.054,86	492.899,78	412.359,40	688.093,18	247.502,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	802.899,07	148.255,29	138.589,57	685.228,86	127.335,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.155,79	344.644,49	273.769,83	2.864,32	120.166,13
DESPESAS DE CAPITAL	9.054,97	1.284.902,42	1.269.101,05	0,00	24.856,34
INVESTIMENTOS	9.054,97	1.284.902,42	1.269.101,05	0,00	24.856,34
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	864.109,83	1.777.802,20	1.681.460,45	688.093,18	272.358,40

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO***
Prefeito Municipal	Contador
BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES	
Controle Interno	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI

Estado do Paraná

BALANÇO FINANCEIRO

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2025 | PERÍODO: 1a 12 | DATA EMISSÃO: 12/03/2026

INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**39.997.640,15**	**38.829.311,37**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**40.665.866,10**	**39.310.656,38**
Ordinária	27.779.068,84	25.951.186,98	Ordinária	27.840.570,53	24.097.913,31
Vinculada	12.218.571,31	12.878.124,39	Vinculada	12.825.295,57	15.212.743,07
Transferências do FUNDEB	3.828.589,82	3.766.637,62	Transferências do FUNDEB	3.779.424,96	3.717.395,75
Transferências Voluntárias	2.964.310,23	3.111.882,04	Transferências Voluntárias	4.086.627,31	3.852.155,61
Alienação de Bens	7.442,70	66.960,95	Alienação de Bens	70.733,93	425.784,44

Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	3.631.806,16	2.712.560,54	Transferências de Programas	2.839.739,20	3.125.797,96
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	911.560,83	2.362.078,12	Transferências Voluntárias	1.162.950,46	3.257.172,69
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	874.861,57	858.005,12	Valores Restituíveis	0,00	0,00
			Outras Origens	885.819,71	834.436,62
Transferências Financeiras Recebidas (II)	380.493,25	521.959,61	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	2.184.710,49	1.865.513,56
Para a Execução Orçamentária	380.493,25	521.959,61	Para a Execução Orçamentária	2.184.710,49	1.865.513,56
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**10.741.567,58**	**6.915.295,24**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**6.962.701,71**	**6.317.191,54**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	3.694.571,41	1.777.802,20	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.681.460,45	1.433.438,61
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.937.326,45	558.959,89	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	339.029,56	506.229,51
Realizável Inscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável - Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	5.109.669,72	4.578.533,15	Valores Restituíveis	4.942.211,70	4.377.523,42
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**7.571.836,50**	**8.798.631,76**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**8.878.259,18**	**7.571.836,50**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.198.282,77	8.425.015,99	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.504.919,54	7.198.282,77
Realizável	373.553,73	373.615,77	Realizável	373.339,64	373.553,73
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**58.691.537,48**	**55.065.197,98**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**58.691.537,48**	**55.065.197,98**

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO***
Prefeito Municipal	Contador
BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES	
Controle Interno	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI
Estado do Paraná
Exercício: 2025
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64
no Período de Janeiro a Dezembro
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**46.099.747,35**	**44.770.513,85**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		2.562.292,76	2.697.941,77
IMPOSTOS		2.416.692,76	2.553.976,23
TAXAS		145.600,00	143.965,54
CONTRIBUIÇÕES		173.272,94	183.573,02
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		173.272,94	183.573,02
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		7.090,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		7.090,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		960.565,58	711.319,75
JUROS E ENCARGOS DE MORA		36.508,97	54.190,46
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		924.056,61	657.129,29
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		42.376.249,41	41.148.746,05
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		380.493,25	521.959,61
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		41.995.756,16	40.602.786,44
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	24.000,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		20.276,66	28.933,26
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		20.276,66	28.933,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**57.478.895,28**	**39.033.581,22**
PESSOAL E ENCARGOS		19.062.778,05	15.542.175,07
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		16.465.659,20	13.437.293,94
ENCARGOS PATRONAIS		2.484.841,99	2.016.779,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		112.276,86	88.102,05
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		14.431.440,53	15.301.687,40
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		7.267.663,98	7.165.033,54
SERVIÇOS		7.163.776,55	8.136.653,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		14.813.147,18	41.508,20
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		26.436,25	15.641,20
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		14.499.721,86	25.867,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		286.989,07	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		8.932.896,47	7.944.699,58
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.734.319,10	2.107.648,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		5.678.982,78	5.354.832,79
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		519.594,59	482.218,79
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		9.623,19	8.510,94
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		9.623,19	8.510,94
TRIBUTÁRIAS		20.002,86	21.080,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		19.738,16	6.412,19
CONTRIBUIÇÕES		264,70	14.667,84
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		209.007,00	173.920,00
PREMIAÇÕES		7.579,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		201.428,00	173.920,00
Resultado Patrimonial Do Período		**-11.379.147,93**	**5.736.932,63**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)			

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.953.803,00	7.741.081,92
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	376.646,39	36.042,82
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	48.650,00

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO***
Prefeito Municipal	Contador
BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES	
Controle Interno	

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI

Estado do Paraná

Exercício:2025

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.658.767,23	0,00	27.658.767,23
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	685.398,16	0,00	685.398,16
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/ Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.379.147,93	0,00	-11.379.147,93
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R$...por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.965.017,46	0,00	16.965.017,46

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI

Estado do Paraná

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO MÊS: 12	DATA EMISSÃO: 12/03/2026
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	42.659.511,58	40.380.612,44
Receitas derivadas e originárias	3.680.866,77	3.508.707,72
Transferências correntes recebidas	33.471.035,84	31.722.542,95
Outros ingressos operacionais	5.507.608,97	5.149.361,77
DESEMBOLSOS	40.287.184,71	39.177.092,11
Pessoal e demais despesas	30.968.300,86	30.610.774,62
Juros e encargos da dívida	26.436,25	15.641,20
Transferências concedidas	3.952.510,74	3.602.386,29
Outros desembolsos operacionais	5.339.936,86	4.948.290,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	2.372.326,87	1.203.520,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	48.650,00
Alienação de Bens	0,00	48.650,00
DESEMBOLSOS	3.915.274,50	6.514.231,04
Aquisição de Ativo Não-Circulante	3.826.063,23	6.514.231,04
Outros Desembolsos de investimentos	89.211,27	0,00
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-3.915.274,50	-6.465.581,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	3.226.230,79	4.071.370,31
Transferências de Capital Recebidas	3.226.230,79	4.071.370,31
DESEMBOLSOS	376.646,39	36.042,82
Amortização/Refinanciamento da Dívida	376.646,39	36.042,82
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	2.849.584,40	4.035.327,49
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	1.306.636,77	-1.226.733,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	7.198.282,77	8.425.015,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.504.919,54	7.198.282,77

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	2.556.138,53	2.636.255,87
Receita de Contribuições	173.262,60	186.012,02
Receita Patrimonial	924.056,61	657.129,29
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.090,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	20.319,03	29.310,54
Total das Transferências Recebidas	3.680.866,77	3.508.707,72
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	1.572.908,25	1.562.952,73
Outras transferências Intragovernamentais	2.184.710,49	1.865.513,56
Outras transferências concedidas	194.892,00	173.920,00

Total das Transferências Concedidas	3.952.510,74	3.602.386,29
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	4.791.820,51	4.658.808,84
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	1.956.826,69	1.727.082,10
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	9.772.941,47	9.927.119,69
Trabalho	430.736,90	443.989,16
Educação	7.550.752,09	7.459.263,32
Cultura	1.007.840,17	651.799,17
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	3.994.879,36	4.359.225,37
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	342.621,99	295.335,75
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	617.832,32	703.585,94
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	92.280,13	107.315,25
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	56.659,35	39.921,01
Desporto e Lazer	280.010,04	204.816,58
Encargos Especiais	73.099,84	32.512,44
Perdas com Investimentos	0,00	0,00
Disponibilidades Compensatórias	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	30.968.300,86	30.610.774,62

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	26.436,25	15.641,20
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida Intraorcamentária	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	26.436,25	15.641,20
Notas Explicativas		
-		

PEDRO TABORDA DESPLANCHES	***LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO***	***BRUNA GABRIELA DOS SANTOS BERNARDES***
Prefeito Municipal	Contador	Controle Interno

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:1AD704CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO DE EMPREITADA N.º 136/2025 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 14/2025 REDIMENSIONAMENTO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do CPF/MF sob n.º 936.249.729-87 e a **CONTRATADA: MARTINS SOLUÇÕES E SERVIÇOS GERAIS LTDA,** com sede na Travessa Maria da Conceição, 133, Bairro Centro, na cidade de Nilópolis-RJ; registrada no CNPJ /MF sob nº 48.287.009/0001-51, neste ato representada por **BRUNA BARBOSA MARTINS,** inscrita no CPF nº 131.662.157-00, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação aplicável. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO** Conforme solicitação da Contratante e anuência da Contratada, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria, fica redimensionado os serviços de **REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE ESF RUBENS ANTONIO ZAGESKI,** conforme segue**:**

				CUSTO UNITÁRIO R$			CUSTO TOTAL	PREÇO TOTAL
CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID. MEDIDA	QTD	MATERIAL	MÃO DE OBRA	MAT+MO	MAT+MO	MAT+MO
	ADITIVO ACRESCENTAR						R$ 5.570,40	R$ 7.007,45
98458	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA. AF_03/2024	M2	110,00	34,09	16,55	50,64	5.570,40	7.007,45

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto, o presente termo acrescentará ao valor contratual importância de **R$ 7.007,45 (sete mil e sete reais e quarenta e cinco centavos).** 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 1272 – 11.004.10.301.0008.1.145.4.4.90.51.01.07 – Fonte 303. **CLÁUSULA TERCEIRA –** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro/PR, 16 de março de 2026

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:9A50B0A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.414/2026 – RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE:

CONCEDER aos (a) Servidores (a) desta Municipalidade, as **FÉRIAS** regulamentares a que tem direito, de acordo com o **Art. 150, da lei Complementar 55/2011**, conforme segue abaixo:

Matrícula	Nome do Servidor	Período	Data Início	Data Final	Dias	Secretaria
2018-4/1	Ademir Ferreira de Lima	2025/2026	09/02/2026	10/03/2026	30	Infraestrutura
2088-5/1	Ademir Marchetti	2024/2025	04/02/2026	13/02/2026	10	Finanças
33328-0/1	Adriana Aparecida Augusto dos Santos	2024/2025	19/02/2026	05/03/2026	15	Saúde
378508-4/1	Adriana de Fátima Inocêncio Lopes	2025/2026	19/02/2026	05/03/2026	15	Saúde
377195-4/1	Adriane de Fátima dos Santos de Moraes	2023/2024	02/03/2026	21/03/2026	20	Saúde
378520-3/1	Adrielly Rodrigues da Silva	2025/2026	09/03/2026	23/03/2026	15	Saúde
378176-3/3	Agilson Delattre Dal Bo	2025/2026	02/03/2026	31/03/2026	30	Planejamento
33514-2/1	Alessandra Aparecida F. dos Santos	2024/2025	04/02/2026	13/02/2026	10	Assist. Social
33861-3/2	Alessandra da Silva	2025/2026	23/02/2026	09/03/2026	15	Meio Ambiente
33770-6/1	Alexandra Souza Neuba	2025/2026	17/03/2026	31/03/2026	15	Saúde
33587-8/1	Alexsandra Christini Xavier Barbosa	2024/2025	23/02/2026	04/03/2026	10	Saúde
378512-2/1	Amanda Kamilly Garcia da Silveira	2025/2026	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
32849-9/1	Ana Celia Ribeiro	2023/2024	02/03/2026	11/03/2026	10	Saúde
32849-9/2	Ana Celia Ribeiro	2024/2025	12/03/2026	31/03/2026	20	Saúde
33178-3/2	Ana Maria Liasch da Silva	2024/2025	06/04/2026	20/04/2026	15	Finanças
378421-5/1	Ana Paula Mayumi de Souza Gouveia	2024/2025	19/02/2026	28/02/2026	10	Saúde
33406-5/1	Ana Paula Moreira da Silva	2025/2026	22/04/2026	01/05/2026	10	Compras
2196-2/1	Andreia Alves de Siqueira	2024/2025	19/02/2026	05/03/2026	15	Saúde
33240-2/1	Andreia Moreira da Silva	2024/2025	04/03/2026	13/03/2026	10	Saúde
33820-6/1	Angela Cristina Schneider	2025/2026	09/04/2026	18/04/2026	10	Saúde
1739-6/1	Angela Regina Trevisan	2024/2025	16/03/2026	30/03/2026	15	Saúde
33741-2/1	Bruna Luiza Dutra de Mello	2024/2025	24/03/2025	22/04/2025	30	Saúde
33469-3/1	Bruno Lucio Correa	2024/2025	04/03/2026	02/04/2026	30	Saúde
33215-1/1	Bruno Lundgren Rodrigues Aranda	2024/2025	23/03/2026	11/04/2026	20	Jurídico
33215-1/2	Bruno Lundgren Rodrigues Aranda	2025/2026	13/04/2026	22/04/2026	10	Jurídico
33373-5/1	Carlos Henrique Ferreira Beltrame	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
378483-5/1	Carolaine de Marchi Nascimento	2024/2025	16/02/2026	07/03/2026	20	Saúde
377196-2/1	Caroline Vanessa Franco	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
377196-2/1	Caroline Vanessa Franco	2024/2025	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
32388-8/1	Cecilia Valbuena Martins	2024/2025	05/03/2026	19/03/2026	15	Saúde
33847-8/1	Celia Tomoe Nasu de Tanaka	2024/2026	04/03/2026	18/03/2026	15	Assist. Social
378442-8/1	Cesar de Arruda Penteado	2024/2025	23/03/2026	06/04/2026	15	Saúde
378610-2/1	Cilso da Silva	2025/2026	23/03/2026	21/04/2026	30	Meio Ambiente
32935-5/1	Cintia Borges Gabriel Luciano	2024/2025	18/02/2026	04/03/2026	15	Saúde
337253-7/1	Clarice Casalotti	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Saúde
561-4/1	Clenir de Araújo	2024/2025	16/03/2026	30/03/2026	15	Assist. Social
1741-8/1	Cleri Pereira	2024/2025	18/02/2026	09/03/2026	20	Saúde
378502-5/1	Creusa Justina Serapião da Silva	2025/2026	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
32627-5/1	Cristiane Gomes de Ataide Lima	2024/2025	16/03/2026	25/03/2026	10	Saúde
32530-9/1	Daiane Aparecida de Padua Silva	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Saúde
32927-4/1	Darlene Alves da Silva	2025/2026	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
2317-5/1	Dayane Aparecida Fermino	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Finanças
378447-9/1	Diana Rafaela Mendes de Mello	2024/2025	25/03/2026	23/04/2026	30	Saúde
33849-4/1	Dione Ramos da Silva	2024/2025	18/02/2026	09/03/2026	20	Compras
1500-8/1	Edileini Aparecida Salgueiro	2024/2025	23/02/2026	04/03/2026	10	Saúde
377674-3/4	Edson Carvalho Sanches Antunes	2025/2026	19/02/2026	05/03/2026	15	Jurídico
378548-3/1	Eduarda Schwengber Welter	2025/2026	10/03/2026	19/03/2026	10	Saúde
33661-0/2	Eduardo Acyr Giesen	2025/2026	13/02/2026	14/03/2026	30	Saúde
377627-1/3	Edvania Bispo Perillo	2025/2026	30/03/2026	18/04/2026	20	Saúde
32330-6/4	Elenice Aparecida da Silva	2025/2026	09/03/2026	28/03/2026	20	Saúde
33347-6/1	Eliane da Silva Zampa	2023/2024	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
33976-8/1	Eliane de Oliveira	2024/2025	18/02/2026	04/03/2026	15	Saúde
1591-1/1	Eliane Fonseca	2024/2025	09/03/2026	07/04/2026	30	Assist.Social
377255-1/1	Eliane Paiva	2024/2025	11/03/2026	20/03/2026	10	Saúde
32645-3/1	Elizandra Celina dos Santos Santinon	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
33964-4/1	Eloisa de Oliveira Targa	2024/2025	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
378312-0/2	Eloisa Fernanda Boraschi da Silva	2025/2026	20/03/2026	03/04/2026	15	Administração
337217-0/1	Érica Lopes Rodrigues Marra	2025/2026	18/03/2026	27/03/2026	10	Administração
33821-4/1	Fabio Paula da Silva	2025/2026	18/03/2026	27/03/2026	10	Saúde
378455-0/1	Fabricio Antonio de Lima Sena	2024/2025	06/03/2026	20/03/2026	15	Saúde
378468-1/1	Felipe Montalvão dos Santos	2024/2025	19/02/2026	20/03/2026	30	Saúde
2142-3/1	Fernanda Cotarelli Buranello de Almeida	2024/2025	09/03/2026	23/03/2026	15	Assist.Social
377349-3/1	Fernanda de Souza Leite Jesus	2024/2025	18/03/2026	27/03/2026	10	Saúde
337229-4/1	Fernanda Sousa da Silva Schmidt	2023/2024	15/01/2026	24/01/2026	10	Saúde
33751-0/3	Fernando Tizzo	2025/2026	02/03/2026	11/03/2026	10	Chef. Gabinete
33751-0/3	Fernando Tizzo	2025/2026	23/03/2026	01/04/2026	10	Chef. Gabinete
378471-1/1	Gabriela Monteiro Silva	2024/2025	02/03/2026	21/03/2026	20	Saúde
33934-2/1	Gerson Carlos dos Santos	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Administração

1138-0/1	Gilberto Ossamu Maeda	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Saúde
33252-6/1	Gislaine Rodrigues Alves Brunosi	2024/2025	23/02/2026	04/03/2026	10	Saúde
32641-0/1	Gislei Figueiredo Gorla	2024/2025	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
378510-6/1	Iara Regina Fioravante	2025/2026	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
33749-8/1	Igor gomes da silva	2025/2026	16/03/2026	30/03/2026	15	Saúde
33966-0/1	Ingrid Luana Beserra	2024/2025	18/02/2026	04/03/2026	15	Saúde
33293-3/1	Ione Horacio	2024/2025	16/03/2026	04/04/2026	20	Des. Econômico
32826-0/1	Isis Medina dos Santos	2024/2025	06/04/2026	20/04/2026	15	Assist.Social
1598-9/1	Ivanete Ferreira da Silva Dias	2024/2025	02/02/2026	03/03/2026	30	Saúde
377333-7/1	Janaine Canônico	2024/2025	16/03/2026	25/03/2026	10	Finanças
33871-0/1	Jaqueline Cremonil da Encarnação	2024/2025	09/03/2025	18/03/2025	10	Saúde
32969-0/1	Jaqueline Massoni	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
378569-6/1	Jessica Fernanda de Mello G. de Souza	2025/2026	12/03/2026	10/04/2026	30	Saúde
377731-6/3	João Batista da Silva	2025/2026	23/02/2026	04/03/2026	10	Saúde
33420-0/1	João Dias dos Santos	2025/2026	26/02/2026	27/03/2026	30	Esportes
32834-0/1	Jorge Augusto Campaner	2023/2024	18/02/2026	04/03/2026	15	Saúde
377692-1/5	Jose Carlos Stofalete Salgueiro	2025/2026	16/03/2026	25/03/2026	10	Planejamento
32682-8/1	José Sabino de Lemos	2024/2025	23/02/2026	09/03/2026	15	Saúde
32560-0/1	Josieli Bazoni Silva Candido	2024/2025	23/02/2026	09/03/2026	15	Saúde
377316-7/1	Josue Alves Pereira	2024/2025	09/03/2026	28/03/2026	20	Saúde
33408-1/1	Joziane Rodrigues da Silva	2025/2026	18/02/2026	04/03/2026	15	Saúde
378549-1/1	Joziele Rezende Rocha Souza	2025/2026	09/03/2026	28/03/2026	20	Saúde
337256-1/1	Juliana Casagrande de Oliveira	2024/2025	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
32982-7/1	Juliana Marla da Silva Gomes	2024/2025	04/03/2026	02/04/2026	30	Saúde
378475-4/1	Julio Cesar Gomes	2024/2025	01/03/2026	30/03/2026	30	Saúde
1846-5/1	Jurandir Brunosi	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Finanças
32928-2/1	Karla Giovana Bavaresco Ulinski	2025/2026	16/03/2026	25/03/2026	10	Saúde
337258-8/1	Ketlen Heloyse da Silva	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
337223-5/1	Leandro Kawata da Silva	2024/2025	10/02/2026	19/02/2026	10	Saúde
1551-2/1	Leise Marcia de Moraes Camargo	2021/2023	18/02/2026	27/02/2026	10	Educação
1551-2/2	Leise Marcia de Moraes Camargo	2021/2023	18/02/2026	27/02/2026	10	Educação
33300-0/1	Lenita Fernanda da Silva Rossaneis	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
33300-0/1	Lenita Fernanda da Silva Rossaneis	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
377271-3/1	Leticia Aparecida de Oliveira	2024/2025	09/03/2026	07/04/2026	30	Educação
378200-0/2	Letícia Bernardino Nascimento dos Santos	2025/2026	03/03/2026	12/03/2026	10	Administração
33967-9/1	Letícia Franceschini Kubiak	2024/2025	20/03/2026	03/04/2026	15	Saúde
33870-2/1	Lucelia Delmira Oliveira	2023/2024	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
33870-2/2	Lucelia Delmira Oliveira	2024/2025	19/03/2026	28/03/2026	10	Saúde
32478-7/1	Luciana Cavequia Garcia	2024/2025	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
32626-7/1	Luciana Regina Burhoff	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Saúde
32575-9/1	Lucileia da Silva Schuster	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Saúde
32588-0/1	Lucimara Morais Silva	2024/2025	23/02/2026	09/03/2026	15	Saúde
33919-9/1	Lucimara Vitória de Jesus	2024/2025	18/02/2026	04/03/2026	15	Chef. Gabinete
208/9/1	Luiz Antonio da Silva	2024/2025	09/03/2026	07/04/2026	30	Saúde
34010-3/1	Marcello Jordão Gomes Ribeiro	2023/2024	06/04/2026	20/04/2026	15	Maio ambiente
32677-1/1	Marcelo Marques Ferreira	2025/2026	19/02/2026	28/02/2026	10	Saúde
378592-0/1	Marcelo Shozo Correia Okabe	2025/2026	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
1742-6/1	Marcia Aparecida de Moura Lopes	2024/2025	23/02/2026	04/03/2026	10	Saúde
1602-0/1	Maria Aparecida da Costa Chiconato	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
32633-0/1	Maria Bernardete da Silva Massei	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
32266-0/1	Maria Cristina Cardoso	2024/2025	02/03/2026	21/03/2026	20	Saúde
1144-4/1	Maria de Fatima do Carmo	2025/2026	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
33979-2/1	Maria Eliane Peres	2024/2025	30/03/2026	13/04/2026	15	Saúde
32535-0/1	Maria José Ignácio	2024/2025	09/02/2026	28/02/2026	20	Saúde
33916-4/1	Maria José Martins	2024/2025	16/03/2026	25/03/2026	10	Saúde
1145-2/1	Maria Regina Afonso de Lima	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
32684-4/1	Mariangela Portello Canuto	2024/2025	09/02/2026	23/02/2026	15	Saúde
33572-0/1	Marianne Cristina Baudraz Pereira	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Finanças
226-7/1	Mario Ademir de Aro Salgueiro	2024/2025	09/03/2026	07/04/2026	30	Infraestrutura
33468-5/1	Mario Augusto Gomes	2024/2025	04/03/2026	02/04/2026	30	Saúde
33534-7/1	Marta Pedroso	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Assistência Social
377356-6/1	Mary Ariane Januário	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
1458/3/1	Mateus Inácio Pereira	2024/2025	18/02/2026	19/03/2026	30	Chefia de Gabinete
377630-1/4	Meire Antônia Champam de Freitas	2024/2025	09/03/2026	28/03/2026	20	Saúde
128-7/1	Meire Denise Rodrigues Casoti	2024/2025	09/03/2026	07/04/2026	30	Saúde
33971-7/2	Michael Felipe da Costa	2025/2026	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
378073-2/2	Michele da Silva Pereira	2025/2026	09/03/2026	18/03/2026	10	Assist. Social
337220-0/1	Nanci Abreu Melim	2024/2025	23/02/2026	04/03/2026	10	Saúde
378553-0/1	Nelma dos Santos Assunção Galli	2025/2026	02/03/2026	21/03/2026	20	Assist. Social
2172-5/1	Nilma Ferreira dos Santos Lima	2024/2025	23/03/2026	01/04/2026	10	Saúde
32574-0/1	Nilza Rocio Garrido	2024/2025	18/02/2026	04/03/2026	15	Saúde
377521-6/4	Nilza Rosa de Jesus	2025/2026	06/03/2026	04/04/2026	30	Saúde
33303-4/1	Nivea Regina Bondesan Braggion	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Saúde
1364-1/1	Norberto Valter Dittich	2023/2024	09/02/2026	28/02/2026	20	Saúde
1364-1/1	Norberto Valter Dittich	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
378197-6/2	Odyr Giordani	2025/2026	09/02/2026	18/02/2026	10	Esportes
33585-1/1	Patricia Golin Caldeira	2024/2025	19/02/2026	05/03/2026	15	Saúde
378187-9/2	Paulo Henrique de Aguiar	2025/2026	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
34012-0/1	Paulo Sérgio do Carmo	2024/2025	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
33598-3/1	Rafael D Athayde Bock	2023/2024	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
378573-4/1	Rafaela Amâncio Armacollo	2025/2026	16/03/2026	25/03/2026	10	Finanças
378057-0/3	Reginaldo Severiano	2025/2026	02/03/2026	21/03/2026	20	Cultura
33670-0/2	Renan Bruno Magon Scarpi	2025/2026	04/03/2026	13/03/2026	10	Saúde
2162-8/1	Ricardo Alexandre Polvani	2024/2025	02/03/2026	21/03/2026	20	Saúde
33848-6/1	Robson Tadashi Saito	2024/2025	18/02/2026	04/03/2026	15	Assistência Social
337301-0/1	Rodrigo Gervazoni Delanheze	2024/2025	03/03/2026	12/03/2026	10	Saúde
1896-1/1	Rosimeiri de Faria Baviloni Adas	2025/2026	09/02/2026	23/02/2026	15	Educação
31620-2/1	Sandra Ienke da Silva	2023/2024	02/03/2026	16/03/2026	15	Saúde
378446-0/1	Sandra Raquel Ribeiro Guimarães	2024/2025	16/02/2026	02/03/2026	15	Saúde

32926-6/1	Sandra Regina da Silva Batista	2025/2026	09/03/2026	23/03/2026	15	Saúde
32837-5/1	Selma Antunes dos Reis Souza	2024/2025	18/02/2026	19/03/2026	30	Saúde
2354-0/3	Sergio Domingues	2025/2026	09/03/2026	28/03/2026	20	Chef. Gabinete
2112-1/1	Sérgio Moço da Silva	2024/2025	09/03/2026	07/04/2026	30	Saúde
337262-6/1	Silvia Moribe Tominaga	2024/2025	30/03/2026	08/04/2026	10	Saúde
1749-3/1	Sineu de Souza	2025/2026	01/04/2026	30/04/2026	30	Infraestrutura
1629-2/1	Stenia Simone Sakiyama Maeda	2024/2025	16/03/2026	30/03/2026	15	Saúde
378497-5/1	Stephane Christina dos Santos	2025/2026	02/03/2026	11/03/2026	10	Saúde
33746-3/1	Stevam de Almeida Meneguetti	2024/2025	19/02/2026	20/03/2026	30	Saúde
33345-0/1	Talita Santiago Marino Silvestre	2022/2023	18/02/2026	27/02/2026	10	Chef. Gabinete
33345-0/2	Talita Santiago Marino Silvestre	2023/2024	02/03/2026	11/03/2026	10	Chef. Gabinete
2132-6/1	Tania Cristina Valoni	2024/2025	02/03/2026	31/03/2026	30	Assist. Social
1613-6/1	Teresa Borges Guirro	2024/2025	18/02/2026	09/03/2026	20	Saúde
378453-3/1	Thaianne Carolina da Silva	2024/2025	02/03/2026	21/03/2026	20	Saúde
378511-4/1	Thayana Garcia de Novaes Real	2025/2026	02/03/2026	11/03/2026	10	Saúde
378521-1/1	Thiago Rodrigo Cazon da Silva	2025/2025	30/03/2026	18/04/2026	20	Saúde
33600-9/1	Vania Bonfim dos Santos Yoshida	2023/2024	24/03/2026	02/04/2026	10	Saúde
337265-0/1	Vania Lucia Leite Grosskreutz	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
378571-8/1	Victor Hugo Marin	2025/2026	02/03/2026	21/03/2026	20	Finanças
33594-0/1	Viviane Dalto	2024/2025	09/03/2026	18/03/2026	10	Saúde
378575-0/1	William Ricardo Akira Yokoyama	2025/2026	23/02/2026	04/03/2026	10	Finanças

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 13 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:4319B6D4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 34.415/2026 – RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme Art. 117 e 118, da Lei Complementar 55/2011, de acordo com o que segue abaixo:

Matricula	Nome do Servidor	Data Início	Data Final	Dias	Secretaria
1010-3/1	Adilson Gonçalves de Oliveira	02/02/2026	06/02/2026	05	Saúde
377220-9/1	Adma Camargo de Souza	04/02/2026	18/02/2026	15	Saúde
337211-1/1	Adriana de Carvalho Vieira Michels	04/02/2026	05/03/2026	30	Educação
33217-8/3	Adriana Regina Rodrigues Alves	28/02/2026	30/03/2026	31	Educação
2170-9/1	Adriana Silva	26/02/2026	26/04/2026	60	Serviços Públicos
2270-5/1	Aldecir Cristina Iankoski Betanim	09/02/2026	26/03/2026	46	Educação
378703-6/1	Aldo Coelho	23/02/2026	27/02/2026	05	Esportes
33977-6/1	Alessandra Gonçalves vilasboas	03/03/2026	07/03/2026	05	Saúde
337127-1/1	Alessandra Adiz de Oliveira	21/02/2026	26/02/2026	06	Assistência Social
2390-6/1 2390-6/2	Alessandra Pereira da Silva	03/02/2026	17/02/2026	15	Educação
377977-7/4	Aline Aparecida Cristino Moreira	29/01/2026	06/02/2026	09	Educação
33527-4/1	Aline Brend Alves de Assis	10/12/2025	09/01/2026	31	Assistência Social
32398-5/1	Ana Paula Liberari Siviero	31/01/2026	09/02/2026	10	Educação
32398-5/1	Ana Paula Liberari Siviero	06/02/2026	13/02/2026	08	Educação
377299-3/1	Ana Paula Missias da S. B. Biazin	27/10/2025	26/11/2025	31	Assistência Social
32845-6/1	Andreia Pereira da Silva	12/12/2025	11/04/2026	121	Educação
1739-6/1	Angela Regina Trevisan	18/02/2026	27/02/2026	10	Saúde
1739-6/1	Angela Regina Trevisan	30/01/2026	08/02/2026	10	Saúde
33424-3/1	Angelica Batista Weiser	11/03/2025	23/11/2025	258	Saúde
32856-1/1	Anselma Ap. C. Mroguschfski	13/02/2026	15/03/2026	31	Educação
560-6/1	Benedita Clara Delfino	26/11/2025	27/03/2026	122	Administração
377262-4/1	Bianca Zucoloto Kawai De Azevedo	30/11/2025	28/05/2026	180	Saúde
377328-0/3	Breno Dino Giesen	11/02/2026	11/03/2026	29	Saúde
378784-2/1	Camilla Moreira de Figueiredo Faria	02/03/2026	12/03/2026	11	Saúde
31612-1/1	Carolina Marilei Dias	19/12/2025	01/04/2026	104	Educação
1316-1/2	Claudia Maria Poppi	06/10/2025	19/12/2025	75	Educação
33482-0/1	Claudiana Alves da Cruz	14/08/2025	01/03/2026	200	Assistência Social
378605-6/1	Daiane Gisele de Lima	11/11/2025	20/12/2025	40	Educação
377213-6/1	Daniela Rodrigues França	11/03/2026	17/03/2026	07	Educação
33593-2/1	Daniele Fernandes Piveta	30/10/2025	28/12/2025	60	Saúde
33825-7/2	Diego Paulino	06/02/2026	10/02/2026	05	Saúde
33825-7/2	Diego Paulino	20/02/2026	24/02/2026	05	Saúde
2111-3/1	Edson Henrique de Paulo	12/12/2025	26/12/2025	15	Saúde
1433-8/1	Eliana Sanches Pereira	30/11/2025	17/08/2026	261	Assistência Social
1760-4/1	Eliane Hiromi Yokota Agustineti	19/02/2026	04/03/2026	14	Saúde
32534-1/1	Eliete Serafim	19/02/2026	04/03/2026	14	Saúde
377289-6/3	Érika Fernanda dos S. B. Ludwig	17/11/2025	06/12/2025	20	Saúde
32932-0/1	Eunice Cristina da Silva	10/02/2026	14/02/2026	05	Saúde
33267-4/3	Fabiana Petruscke Niyama	28/02/2026	13/03/2026	14	Saúde
377661-1/5	Fábio Batista Theodoro	07/03/2026	11/03/2026	05	Saúde
377198-9/1	Fadhia Karina Antunes	08/12/2025	16/01/2026	40	Saúde
378739-7/1	Felipe de Vargas Dutra	08/12/2025	17/01/2026	41	Trânsito

821-4/1	Geraldo Picotti	10/02/2026	30/06/2026	141	Administração
32843-0/1	Gislaine Cristina Xavier	04/11/2025	03/12/2025	30	Esportes
337293-6/1	Gislene Asevedo de Marqui	03/03/2026	01/04/2026	30	Educação
464/2/2	Helenita Carli Alves	15/10/2025	12/04/2026	180	Educação
33969-5/1	Hellen Paula P. da Silva Bueno	25/02/2026	03/03/2026	07	Saúde
337274-0/1	Isabel Espanga Cruz	29/01/2026	02/02/2026	05	Educação
337274-0/1	Isabel Espanga Cruz	18/11/2025	22/12/2025	35	Educação
1475-3/1	Jose Ricardo Moraes	04/02/2026	05/05/2026	91	Esportes
32481-7/1	Josiane Maria Favaro de Souza	26/02/2026	11/03/2026	14	Educação
32982-7/1	Juliana Marla da Silva Gomes	21/01/2026	20/02/2026	31	Saúde
378212-3/2	Kandice Lyzandra Alves de Oliveira	29/01/2026	06/02/2026	09	Educação
33745-5/1	Kelen Mitie Wakasugui de Rocco	04/03/2026	17/03/2026	14	Saúde
337223-5/1	Leandro kawata da Silva	24/02/2026	05/03/2026	10	Saúde
2074-5/1	Lina Samuel Ferrari	21/02/2026	22/03/2026	30	Assistência Social
32477-9/1	Luciana Rodrigues Ciola	04/03/2026	18/03/2026	15	Saúde
1725-6/1	Luiz Carlos Bernardo	31/01/2026	30/10/2026	273	Assistência Social
377898-3/2	Magno Fernando de Paula	09/02/2026	22/02/2026	14	Saúde
33344-1/1	Marcia Cristina Bolotário	09/02/2026	18/02/2026	10	Educação
337285-5/1	Maria Cecilia Batista	09/02/2026	09/05/2026	90	Educação
33588-6/1	Maria Conceição da Fonseca Araujo	07/01/2026	06/02/2026	31	Educação
32684-4/1	Mariangela Portello Canuto	09/12/2025	09/02/2026	63	Saúde
33357-3/3	Marlene Barbosa dos Santos	23/02/2026	24/03/2026	30	Educação
33506-1/1	Marli de Oliveira Castilho	23/02/2026	24/03/2026	30	Assistência Social
378458-1/1	Marlon Cesar Sandi	17/11/2025	05/12/2025	19	Saúde
128-7/1	Meire Denise Rodrigues Casoti	07/01/2026	04/02/2026	29	Saúde
31840-0/1	Nadir Aparecida Paganini Derossi	15/01/2026	15/04/2026	91	Educação
33213-5/1	Nathalie Casagrande De Oliveira	15/01/2026	15/03/2026	60	Educação
2026-5/1	Nelson Eduardo Degan	27/01/2026	10/02/2026	15	Infraestrutura
1526-1/1	Nilcelia Lonardoni Pizzaia	11/02/2026	10/06/2026	120	Educação
32653-4/1	Nilza Xavier de Oliveira Francisconi	19/12/2025	03/01/2026	16	Saúde
337130-1/1	Patrícia Oliveira da Silva Braga	29/10/2025	28/12/2025	61	Assistência Social
32363-2/1	Rafael Nehrke	25/01/2026	08/02/2026	15	Finanças
2162-8/1	Ricardo Alexandre Polvani	03/02/2026	17/02/2026	15	Saúde
33978-4/1	Rivaldo Antônio Gonçalves	19/12/2025	18/04/2026	121	Saúde
31559-1-1	Rosana Novaes Puzzi	23/02/2026	08/03/2026	14	Educação
2418-0/1	Rosangela Moloni Kanda	14/02/2026	30/03/2026	45	Educação
33202-0/1	Rosélia Aparecida Dutra	04/11/2025	21/12/2025	48	Educação
33202-0/1	Roselia Aparecida Dutra Laurano	12/02/2026	20/02/2026	09	Educação
34011-1/1	Samira Machado mustafa	08/03/2026	21/03/2026	14	Planejamento
31714-4/1	Sandra Bueno de Godoi	06/12/2025	29/05/2026	175	Educação
1498-2/1	Sandra Cristina Joaquim	28/09/2025	02/08/2026	309	Saúde
32926-6/1	Sandra Regina da Silva Batista	20/02/2026	01/03/2026	10	Saúde
2093-1/1	Sandra Regina Martins	19/02/2026	05/03/2026	15	Assistência Social
377325-6/1	Sergio Maurício Bento	15/09/2025	19/01/2027	492	Saúde
33180-5/1	Shirley Mesquita Zanin	04/02/2026	18/02/2026	15	Educação
33822-2/1	Sidineia Aparecida dos Reis	18/11/2025	16/01/2026	60	Saúde
337337-1/2	Simone Gomes dos Santos	03/03/2026	16/03/2026	14	Educação
33264-0/1	Snadra Dias Mentore	14/01/2026	15/03/2026	61	Educação
1613-6/1	Teresa Borges Guirro	07/02/2026	13/02/2026	07	Saúde
1613-6/1	Teresa Borges Guirro	10/12/2025	24/12/2025	15	Saúde
378764-8/1	Thiellen Camila de C. Guerreiro	26/02/2026	04/03/2026	07	Saúde
378764-8/1	Thiellen Camila de C. Guerreiro	06/03/2026	12/03/2026	07	Saúde
33283-6/1	Vanessa Pedroso Piccinin	10/10/2025	06/04/2026	179	Educação
32722-0/1	Vanessa Vieira da Silva	20/10/2025	31/03/2026	163	Saúde
32968-1/1	Vilma Maria Rodrigues Chofard	06/02/2026	10/02/2026	05	Educação
32523-6/1	Welida Dias da Silva Dall Agua	09/02/2026	15/02/2026	07	Saúde

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 13 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:32BECD1E

SECRETARIA GERAL
TERMO ADITIVO 01/162023 MISSIONÁRIA EVANGÉLICA VIDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 4.915/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO 16/2023, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA E A ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA EVANGÉLICA VIDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, com sede na Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ n° 76.288.760/0001-08, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA EVANGÉLICA VIDA, com sede na Rua PlatinaEst. Monte Cristo, nº222, Riberão Vermelho, inscrita no CNPJ nº 01.139.179/0011-05, doravante denominado simplesmente **CONVENENTE**, neste ato representado por seu presidente **HENRIQUE BORGES GOMES DOS ANJOS**.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Termo de Colaboração 16-2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA DO ADITIVO Foi apresentado ao Departamento de Projetos e Convênios pedido de alteração do Plano de Trabalho, consistente no rearranjo de rubricas já existentes, com remanejamento de valores entre elas, sem alteração do valor global originalmente pactuado, bem como na prorrogação do prazo de vigência, mediante modificação da data final de execução, no âmbito da parceria celebrada com a OSC **ASSOCIAÇÃO MISSIONÁRIA EVANGÉLICA VIDA**., pela Secretaria de Assistência Social, fazendo necessário o aditivo. Em análise interna, consignou-se que a situação em apreço possui legalidade amparada na Lei Federal nº 13.019/2014 e que não possui quaisquer impedimentos, de cunho legal, que obste o deferimento do pleito formulado. Isso porque a Lei Federal nº 13.019/2014, em seu artigo 57, permite a alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostilamento ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: : Constitui objeto deste Termo Aditivo a alteração da Cláusula Sexta - "DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E DA PRORROGAÇÃO" e da Cláusula Sétima "DO VALOR DO CONVÊNIO" e alteração do "DESDOBRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÃO" do Plano de Trabalho apresentado

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES
I) Fica alterada a data de término da vigência para 31 de agosto de 2026.

II) Passa a vigorar o seguinte Plano de Aplicação:

PLANO DE APLICAÇÃO		
NATUREZA DA DESPESA		**VALOR**
META	**ESPECIFICAÇÃO**	
1	3.1.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA	R$ 494.760,00
2	3.3.90.30.00.00 - MATERIAIS DE CONSUMO	126.240,00
		R$ 621.000,00

DESDOBRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÃO			
NATUREZA DA DESPESA			**VALOR**
META	**ETAPA**	**ESPECIFICAÇÃO**	
1	1	3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R$ 494.760,00
2	1	3.3.90.30.07 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	R$71.000,00
	2	3.3.90.30.01 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	55.240,00
			R$ 621.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
MÊS	**Mai/23**	**Jun/23**	**Jul/23**	**Ago/23**	**Set/23**	**Out/23**
VALOR	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**
MÊS	**Nov/23**	**Dez/23**	**Jan/24**	**Fev/24**	**Mar/24**	**Abr/24**
VALOR	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**
MÊS	**Mai/24**	**Jun/24**	**Jul/24**	**Ago/24**	**Set/24**	**Out/24**
VALOR	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**
MÊS	**Nov/24**	**Dez/24**	**Jan/25**	**Fev/25**	**Mar/25**	**Abr/25**
VALOR	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**
MÊS	**Mai/25**	**Jun/25**	**Jul/25**	**Ago/25**	**Set/25**	**Out/25**
VALOR	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**
MÊS	**Nov/25**	**Dez/25**	**Jan/26**	**Fev/26**	**Mar26**	**Abr/26**
VALOR	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$17.250,00**	**R$0,00**
MÊS	**Mai/26**	**Jun/26**	**Jul/26**	**Ago/26**	-	-
VALOR	**R$0,00**	**R$0,00**	**R$0,00**	**R$0,00**	-	-
TOTAL		**R$621.000,00**				

CLÁUSULA QUARTA – FUNDAMENTO - Com base no art. 57 da Lei Federal nº 13019/2014, realiza-se o presente Termo Aditivo nº. 01/162023

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no TERMO DE COLABORAÇÃO Nº16/2023 que não foram modificadas de moda expressa por este Instrumento.

Rolândia, 13 de março de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

CARLA PATRICIA MASTELINI
Secretária Municipal de Assistência Social

HENRIQUE BORGES GOMES DOS ANJOS
Presidente da Entidade

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:16E1C87C

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 171/2025

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício

de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa CAROL DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 07.654.231/0001-26, com sede à Avenida Ney Braga, nº 440, Vila Franchello, na cidade de Mandaguaçu – PR, CEP 87.160-626, Fone (44) 3245-2026, e-mail licitacao3@carolcomercial.com.br, representada pela Senhora PÁSCOA APARECIDA CARAÇATO ROCCO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de produtos alimentícios, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 171/2025, devidamente homologado pelo Município em 10/02/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
13	FR	710,00	50351	Vinagre branco, fermentado de vinho com acidez mínima de 4%. Embalagem de 750ml. Prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega.	4,00	2.840,00	CASTELO

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
2. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
3. Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
4. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6. O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
7. Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
8. A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
9. A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
10. Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
11. O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
12. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
13. Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
14. Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
15. Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
16. A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
17. A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

1. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
2. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
3. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 72 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
4. Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
5. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
6. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização

de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
7. Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
8. Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
9. O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
10. A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
11. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) produtos, material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 03 (três) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
12. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
13. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) produtos/material(is) a ser(em) substituído(s).
14. O(s) produtos/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material/produto.
15. A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar os produtos/material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 2.840,00 (dois mil, oitocentos e quarenta reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.

Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até cinco (5) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 03 – Procuradoria Geral/ 04 - Secretaria Municipal de Administração/ 08 – Secretaria Municipal de Educação/09 – Secretaria Municipal de Saúde/ 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social/ 29 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Mobilidade
Classificação Orçamentária: Para: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO / Para: 3.3.90.32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 10 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***CAROL DISTRIBUIDORA LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:7105C7CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

Ref. Pregão Eletrônico nº 171/2025

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa D. CAMP ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 60.496.699/0001-54, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 308, Sala 01, Jardim Dona Marcelina II, na cidade de Paiçandu – PR, CEP 87.140-000, Fone (44) 3031-5073, e-mail pedidos@dcampalimentos.com.br, representada pela Senhora MAISA DE CAMPOS NASSER, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de produtos alimentícios, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 171/2025, devidamente homologado pelo Município em 10/02/2026.

Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	PCT	4.950,00	71343	Açúcar cristal (5Kg) - ingrediente: sacarose. Apresentar coloração uniforme e sabor caracteristico, ser isento de materiais terrosos, parasitas, detritos animais e vegetais e odores estranhos. Embalagem plástica de 5 kg. Validade mínimo de 16 meses no ato da entrega.	14,50	71.775,00	DOURO
3	PCT	140,00	53303	Arroz integral, classe longo fino, tipo 1. Apresentar identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega. Embalagem de 1kg.	7,80	1.092,00	SABOR SUL
5	PCT	840,00	51104	Canjica branca, tipo 1 - ingrediente: canjica branca. Embalagem de 500 g., despeliculada, isentas de sujidades. Prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega do produto	5,00	4.200,00	CATEMAR
6	PCT	1.250,00	51111	Coco ralado - ingrediente: amêndoa/polpa de coco ralada sem adição de açúcar Embalagem de 100 g., de polietileno atóxica ou aluminizada. Prazo de validade mínimo de 10 meses no ato da entrega do produto	3,80	4.750,00	INGACOCO
7	PCT	100,00	71346	Cravo, de primeira qualidade. Embalagem de 10g., constar na embalagem os dados de identificação, procedência e valor nutricional. Prazo de validade mínima de 10 meses no prazo da entrega.	4,60	460,00	CATEMAR
12	PCT	130,00	67910	Sagu de mandioca. Sem sabor. Ingredientes: Amido de mandioca. Tipo 1, grupo II tapioca, subgrupo perolado. Produto preparado a partir do Amido de Mandioca com forma de grânulos redondos. Grãos inteiros e sãos (livre de bolinhas quebradas ou trituradas); isento de sujidades e mistura de outros produtos e espécies. Embalagem plástica atóxica, intacta, resistente, contendo informações sobre o produto, informações nutricionais, prazo de validade, procedências de fabricação e número de registro no órgão competente, pesando 500 g; VALIDADE: mínima de 8 meses a contar da data da entrega do produto. ISENTO DE GLÚTEN.	6,80	884,00	CATEMAR

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
1. Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
2. Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
3. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
1. Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
2. Os produtos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, peso e tamanho da embalagem, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
3. Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
4. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6. O transporte dos produtos deverá ser feito dentro do preconizado para cada um e devidamente protegido quanto a danos.
7. Em caso de dano e extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o município.
8. A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, a fim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
9. A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço, caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.

10. Os produtos deverão obedecer às normas e padrão ABNT, INMETRO, ANVISA, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
11. O produto deverá atender integralmente as especificações do edital.
12. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
13. Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
14. Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
15. Aceitar toda e qualquer fiscalização da administração, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital.
16. A existência e atuação da fiscalização da administração, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas consequências e implicações.
17. A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do Instrumento hábil de formalização da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do Instrumento hábil de formalização da contratação e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133/21). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

1. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado mediante requisição emitida pela Secretaria competente do Município.
2. O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado de acordo com o local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
3. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a adjudicatária a substituí-los no prazo de até 72 horas, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega. Em caso de divergência entre o especificado no edital e na proposta, prevalece o especificado neste edital e seus anexos.
4. Quando a recusa for parcial, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados.
5. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade de cada produto fornecido pelo prazo estabelecido na garantia pelo fabricante, obrigando-se a reparar aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Município de Rolândia.
6. As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades conforme Instrumento hábil de formalização da contratação ou equivalente. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Instrumento hábil de formalização da contratação à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
7. Caso a proponente entregue um produto que não se ajusta nos padrões utilizados no município (ESPECIFICAÇÕES TECNICAS, VALIDADE ADEQUADA, etc.), o mesmo deverá ser substituído para que atenda tais padrões, para não acarretar em prejuízos ao patrimônio e erário público.
8. Todos os itens licitados devem estar de acordo com o descritivo constante em sua respectiva discriminação.
9. O(s) material(is) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Documento de Referência.
10. A verificação da conformidade das especificações do(s) material(is) ocorrerá no ato da entrega. Admitida à conformidade quantitativa e qualitativa, o(s) material(is) será(ão) recebido(s) definitivamente, mediante “atesto” na Nota Fiscal, com a consequente aceitação do(s) objeto(s).
11. Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do(s) produtos, material(is)/serviço(s), este(s) será(ão) rejeitado(s), em todo ou em parte, conforme dispõe a Lei nº 14.133/21, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-lo(s) no prazo de até 03 (três) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
12. Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
13. Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega do(s) produtos/material(is) a ser(em) substituído(s).
14. O(s) produtos/material(is) deverá(ão) ser entregue(s) acondicionado(s) em embalagem própria para cada material/produto.
15. A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar os produtos/material(is) entregue(s), se esse(s) não estiver(em) de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 83.161,00 (oitenta e três mil, cento e sessenta e um reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata de registro, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado.
V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação.
V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor da ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do registro;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o registro ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o registro após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do registro;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do registro;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do registro, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021. Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
1. O prazo de entrega dos itens será de até cinco (5) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento.
2. O Instrumento hábil de formalização da contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.
3. A prorrogação estará condicionada:
a. à manutenção das condições vantajosas para a Administração;
b. à manifestação expressa do fornecedor quanto ao interesse na prorrogação;
c. à necessidade administrativa devidamente justificada;
d. à avaliação da conveniência e oportunidade pelo órgão gerenciador.
4. Os preços poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou da assinatura do Instrumento hábil de formalização da contratação, o que ocorrer primeiro, nos termos do art. 82, §5º, IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.1. Antes do transcurso do prazo previsto no item anterior, caso comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro da contratação, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, mediante justificativa técnica e documental, podendo resultar em revisão contratual, glosa, aditamento ou outras medidas cabíveis.
5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
6. O pedido de reajuste deverá ser formalizado pelo fornecedor, instruído com a comprovação da variação acumulada do IPCA no período, e só produzirá efeitos financeiros a partir do 13º mês, respeitada a disponibilidade orçamentária e mediante prévia autorização da Administração.
7. A ausência de manifestação do fornecedor na data prevista para reajuste será interpretada como aceitação tácita da manutenção dos preços, sem prejuízo da possibilidade de posterior revisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro.
8. A Administração poderá recusar a prorrogação do Instrumento hábil de formalização da contratação ou o reajuste solicitado, mediante justificativa formal, quando verificada a perda da vantajosidade, a inviabilidade orçamentária ou outro motivo de interesse público devidamente motivado.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;

Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 03 – Procuradoria Geral/ 04 - Secretaria Municipal de Administração/ 08 – Secretaria Municipal de Educação/09 – Secretaria Municipal de Saúde/ 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social/ 29 – Secretaria Municipal de Segurança Pública, Trânsito e Mobilidade
Classificação Orçamentária: Para: 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO / Para: 3.3.90.32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia – PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 10 de fevereiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***D. CAMP ALIMENTOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI FERNOCHI	LEISE MÁRCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rafaelle Alves Aranha
Código Identificador:6B88A610

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº043/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº043/2026

Ref. Pregão nº049/2025 – Material Elétrico – PA – 2.079/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado na cidade de Rolândia – PR, resolve registrar o preço da empresa, ATRIUM INDÚSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 46.423.434/0001-03, com sede à Rua Santos Dumont, nº 888, Jardim São Cristovão, na cidade de Erechim - RS, CEP 99.709-370, fone (54)3015-2661, (54)99189-8797 e-mail atrium.vendas@gmail.com, vendas@atriumcomercio.com, representada pelo Senhor GECIANO ANTONIO JAGUSESKI, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais para manutenção elétrica nos prédios e praças do Município de Rolândia, conforme detalhado na tabela abaixo e na documentação do Pregão Eletrônico nº 049/2025, homologado em 17/06/2025. Ressalta-se que a presente Ata formaliza a inclusão de itens decorrentes da desclassificação da licitante detentora da primeira colocação.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
74	74	MT	1.700,00	58335	CABO PP 2X6.0 MM NORMATIZADO	14,39	24.463,00	CORFIO
76	76	MT	1.700,00	58337	CABO PP 3X10 MM NORMATIZADO	36,19	61.523,00	CORFIO

CLÁUSULA SEGUNDA –OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Os vencedores da licitação assumem inteira responsabilidade pela qualidade dos produtos entregues.
Os produtos devem estar devidamente embalados, rotulados e com etiqueta de garantia do fabricante.
As rotulagens dos produtos a serem utilizados devem estar em conformidade com as exigências da legislação em vigor.
Todos os produtos deverão ser entregues em estado de conservação ideal para seu uso.
Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
Os produtos utilizados deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas para armazenamento, fazendo constar a descrição do produto e incluindo: marca, modelo, data de fabricação e validade de acordo com as características do produto.
Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
A adjudicatária deverá se comprometer a atender a logística reversa com o município, caso o item ganho seja passível da mesma, ou seja, deverá dar o devido gerenciamento, transporte e destinação final adequada aos resíduos, produtos e embalagens reunidos ou devolvidos, nos termos da Lei Federal nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.
A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, afim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço. Caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
Os produtos deverão obedecer as normas e padrão ABNT, INMETRO, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
Se os itens apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela contratada, sem ônus para a administração.
Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens especificados, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.
A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei. Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.
Os dados de identificação da embalagem de transporte, no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverá corresponder ao conteúdo interno da mesma, ou seja, às embalagens primárias e de consumo.
As embalagens primárias individuais dos materiais devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade, denominação genérica do produto e concentração.
As embalagens de transporte devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo, etc).
Os rótulos devem estar aderidos corretamente nas embalagens.
Os produtos contidos em frascos deverão conter lacre ou selo de segurança, com as características de rompimento irrecuperável.
Os materiais deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade vigente. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o município
Caso o fabricante ou o produto venha a ser interditado ou sua produção descontinuada, a empresa vencedora deverá substituir o produto por outro com a mesma composição e qualidade, sem custo para o Município. No caso do produto apresentar alterações em sua composição, aspecto, etc. a empresa será contatada e deverá providenciar análise do produto em Laboratório. No curso de discordância, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos se reserva o direito de realizar a análise sendo que o ônus da mesma será de inteira responsabilidade do fornecedor.
Em caso de devolução do(s) material (is) por estar (em) em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à contratada.
Em caso de avaria, quebra ou extravio do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para o Município.
Em caso de quebra de frasco(s) com material líquido que vierem a danificar a(s) embalagem(s) e/ou rótulo(s) de outro(s) frasco(s), todos os frascos atingidos com o líquido derramado deverão ser trocados, sem qualquer ônus adicional para o Município.
Na nota fiscal deverá constar: nome de marca do produto fornecido, forma de apresentação, número do lote, prazo de validade, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a facilitar a conferência.
O recebimento será feito inicialmente em caráter provisório. O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no edital de licitação.
Caso não cumpridas as exigências do Edital, o Fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do Edital, sem nenhum ônus para o Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
O fornecimento dos produtos deverá ser efetuado contando o prazo a partir da autorização da AF. (Autorização de Fornecimento), no local indicado na requisição, desde que apresentada à requisição devidamente preenchida.
Local da Entrega: Secretaria Municipal de Serviços Públicos, situada na Rua Ivaí, 50, Rolândia -PR. No período das 8:00 às 15:00 horas.
Quando da entrega dos produtos, o fornecedor deverá observar o horário de funcionamento dos locais solicitados.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo recebimento das mercadorias bem como pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
As solicitações de produtos obedecerão à conveniência e às necessidades conforme ata de registro de preços. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Rolândia a firmar as contratações que dele poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para o item pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
Na eventualidade de um produto não ser entregue em conformidade com os termos do edital, a vencedora do mesmo fica responsável por sanar o problema, não acarretando em nenhum ônus adicional ao Município.
Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada dos mateiriais, estes serão rejeitados, em todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Rolândia, devendo o fornecedor reapresentá-los no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.
Caso atrase na entrega ou se recuse a realizar a substituição, o fornecedor estará sujeito a sanções administrativas, sendo que o material substituído passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira entrega.
Caberá ao fornecedor arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com embalagem, taxas de frete e seguro da entrega dos materiais a serem substituídos.
Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para cada material.
A Prefeitura Municipal de Rolândia reserva-se o direito de impugnar o materiais entregues, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas deste Documento de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 85.986,00 (oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado à confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão da autorização de fornecimento, ficando vedada a utilização de boleto bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município,sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO –É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para iscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;

• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA
O prazo de entrega dos itens será de até 07 (sete) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento. O período de vigência da presente Ata de Registro de Preços estender-se-á até 17/06/2026, **podendo ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, conforme disposto no art. 84 e 111 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação expressa da Administração e do fornecedor.**

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Desdobramento.	Dot. Orçamentária	Órgão	Unidade
	13693	17	

Classificação Orçamentária:
33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE–DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 11 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***ATRIUM INDÚSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Serviços Públicos

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:E64A4CBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 32, DE 16 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 32, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Altera os Membros da Comissão Intersetorial de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência do Município de Salgado Filho-Pr.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.742/93, bem como o estabelecido nas Leis Municipais nº 29/2009, nº 48/2017 alterada pela Lei Municipal nº 51/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os membros que compõe a Comissão Intersetorial de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência do Município de Salgado Filho.

NOME	REPRESENTAÇÃO
EDSON CAPPELIN	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
REGIANE WINNICKI GIOVANA RAMOS MARIA EDILEUZA SOBRAL DINIZ (Vice-coordenadora geral)	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EDINA RIVA DUARTE ALEXANDRA ALVES (1ª secretária) MARCIA MARIA TERRAS BARRETO (Coordenadora geral)	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELIANE MARCIA RUCH JUCEMARA DE MORAIS ROMANOSKI PAULA JOZIANE PICINI	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SILVANA TEREZA WELTER ELIANE CIMONI PILGER PIRES	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NEUZA KRAUSE ALCIDES PILATTI	ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA
NEOMAR SEVERO CLEONISE ANA KLEIN LUCIMARA HUDSON NUNES VALMOR DE OLIVEIRA TEREZA FÁTIMA DA ROCHA	CONSELHO TUTELAR
HARI OSCAR WEIPPERT KELI MARISTELA BEUTLER	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
JOICELENE DA GLÓRIA DE OLIVEIRA ANGELA MARIA MAZZARO DE CAMARGO	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA ESTADUAL PADRE ANCHIETA - APMF
NEUZA KRAUSE ALCIDES PILATTI	ASSOCIAÇÃO DE IDOSOS NOSSA SENHORA APARECIDA
MARILENE RIMOLDI CELANTE	ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO Á MATERNIDADE, INFÂNCIA E FAMÍLIA
EDER LUIZ BACKOF FABIO ANTÔNIO RODRIGUES	POLÍCIA MILITAR
ELAINE ALVES MACIEL TAFAREL ELAINE RODRIGUES	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
MARILISEI DIAS KLEIN (2ª Secretária)	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto nº 39, de 24 de março de 2025.
Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao décimo sexto dia do mês de março de ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia ___/___/2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Aluana Pastre
Código Identificador:C637F0AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PORTARIA Nº 50/2026

PORTARIA Nº 050/2026

SÚMULA - Autoriza o pagamento de diárias aos Servidores Municipais, abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar o pagamento de diárias aos Servidores Municipais, abaixo especificados e dá outras providências.

NOME	*CPF Nº*	*REQUISIÇÃO*	*DATA*	*DESTINO*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*153/2026*	*23,24,25/02/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*154/2026*	*23,24,25/02/2026*	*Curitiba PR*
Laura Ap. O. Pieta	*026.337.089-51*	*155/2026*	*25,26,27/02/2026*	*Cascavel PR*
Eronilde de O. Toscan	*819.966.409-68*	*156/2026*	*25,26/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*

Nicelda Kalkmann	*034.847.329-03*	*157/2026*	*25,26/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Priscila M. Delonzek	*081.451.989-09*	*158/2026*	*25,26/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Roberto C. Lucietto	*984.956.829-15*	*159/2026*	*13/02/2026*	*Cascavel PR*
Roniel Paulo Santi	*922.993.779-72*	*160/2026*	*13/02/2026*	*Cascavel PR*
Volmir Weber	*650.124.889-20*	*161/2026*	*13/02/2026*	*Cascavel PR*
Ana Cardozo de Almeida	*036.293.069-42*	*162/2026*	*13/02/2026*	*Campo Largo PR*
Ademir de Campos	*640.783.459-72*	*163/2026*	*13/02/2026*	*Campo Largo PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*164/2026*	*19/02/2026*	*Cascavel PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*165/2026*	*21,22/02/2026*	*Campo Largo PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*166/2026*	*24/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*167/2026*	*23/02/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*168/2026*	*25/02/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*169/2026*	*23/02/2026*	*Cascavel PR*
Ivandro N. Abreu	*841.408.019-72*	*170/2026*	*20/02/2026*	*Cascavel PR*
Ivandro N. Abreu	*841.408.019-72*	*171/2026*	*25/02/2026*	*Piraquara PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*172/2026*	*19/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*173/2026*	*20/02/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*174/2026*	*24/02/2026*	*Pato Branco PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*175/2026*	*25/02/2026*	*Missal PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*176/2026*	*24/02/2026*	*Nova Aurora PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*177/2026*	*25/02/2026*	*Pato Branco PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*178/2026*	*19/02/2026*	*Pato Branco PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*179/2026*	*22/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*180/2026*	*24/02/2026*	*Cascavel PR*
Eliane Ap. Schimanski	*581.227.379-00*	*181/2026*	*20/02/2026*	*Cascavel PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*182/2026*	*23/02/2026*	*Pato Branco PR*
Valtair Laurindo	*778.709.649-72*	*183/2026*	*20/02/2026*	*Pato Branco PR*
Roberto C. Lucietto	*984.956.829-15*	*184/2026*	*23/02/2026*	*Cascavel PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*185/2026*	*25,26/02/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*186/2026*	*02,03/03/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*187/2026*	*02,03/03/2026*	*Curitiba PR*
Marcia Franz	*066.694.449-07*	*188/2026*	*02,03/03/2026*	*Curitiba PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*189/2026*	*25/02/2026*	*Cascavel PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*190/2026*	*26/02/2026*	*Pato Branco PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*191/2026*	*02/03/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*192/2026*	*26/02/2026*	*Missal PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*193/2026*	*27/02/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*194/2026*	*01,02,03/03/2026*	*Curitiba PR*
Valtair Laurindo	*778.709.649-72*	*195/2026*	*24/02/2026*	*Pato Branco PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*196/2026*	*25/02/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*197/2026*	*02/03/2026*	*Cascavel PR*
Gilsandro J. Oliveira	*034.733.059-28*	*198/2026*	*28/02/2026*	*Pato Branco PR*
Marcio Hesper	*068.629.799-73*	*199/2026*	*02/03/2026*	*Arapongas PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*200/2026*	*26,27/02/2026*	*Curitiba PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*201/2026*	*02/03/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*202/2026*	*03/03/2026*	*Pato Branco PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*203/2026*	*26/02/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*204/2026*	*28/02/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*205/2026*	*03/03/2026*	*Guarapuava PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*206/2026*	*26/02/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*207/2026*	*03/03/2026*	*Cascavel PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*208/2026*	*25/02/2026*	*Pato Branco PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*209/2026*	*27/02/2026*	*Pato Branco PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*210/2026*	*03/03/2026*	*Pato Branco PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*211/2026*	*05,06/03/2026*	*Céu Azul PR*
Valtair Laurindo	*778.709.649-72*	*212/2026*	*04/03/2026*	*Cascavel PR*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*213/2026*	*08,09,10/03/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*214/2026*	*08,09,10/03/2026*	*Curitiba PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*215/2026*	*04/03/2026*	*Cascavel PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*216/2026*	*06/03/2026*	*Pato Branco PR*
Cesar A. Alves	*075.696.019-39*	*217/2026*	*10/03/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*218/2026*	*04/03/2026*	*Pato Branco PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*219/2026*	*05/03/2026*	*Cascavel PR*
David E. Dallabarba	*021.923.009-99*	*220/2026*	*06/03/2026*	*Cascavel PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*221/2026*	*08/03/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*222/2026*	*09/03/2026*	*Guarapuava PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*223/2026*	*10/03/2026*	*Pato Branco PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*224/2026*	*11/03/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*225/2026*	*05/03/2026*	*Toledo PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*226/2026*	*06/03/2026*	*Cascavel PR*
Renan Augusto Fogues	*070.378.609-13*	*227/2026*	*10/03/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*228/2026*	*04/03/2026*	*Ceu Azul PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*229/2026*	*09/03/2026*	*Cascavel PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*230/2026*	*10/03/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Thiago A. C. Bernardi	*072.637.799-60*	*231/2026*	*11/03/2026*	*Cascavel PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*232/2026*	*05/03/2026*	*Nova Aurora PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*233/2026*	*06/03/2026*	*Foz do Iguaçu PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*234/2026*	*09/03/2026*	*Ceu Azul PR*
Valcir Risso	*619.932.639-34*	*235/2026*	*10/03/2026*	*Cascavel PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*236/2026*	*06/03/2026*	*Pato Branco PR*
Fernando A. Vieira	*052.023.149-06*	*237/2026*	*09/03/2026*	*Pato Branco PR*
Marcio de Campos	*053.466.279-01*	*238/2026*	*11/03/2026*	*Pato Branco PR*
Roberto C. Lucietto	*984.956.829-15*	*239/2026*	*09,10/03/2026*	*Curitiba PR*
Deoclesio de Oliveira	*946.031.709-04*	*240/2026*	*04/03/2026*	*Cascavel PR*
Eder Berkembrock	*045.294.659-00*	*241/2026*	*12,13/03/2026*	*Curitiba PR*
Fernando Alberto Cadore	*512.805.829-87*	*242/2026*	*15,16,17/03/2026*	*Curitiba PR*
Ana Claudia Madruga	*076.416.079-69*	*243/2026*	*15,16,17/03/2026*	*Curitiba PR*

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com data retroativa à 13 de fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Bueno
Código Identificador:E48E9B79

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 15.803

PORTARIA Nº 15.803
Data: 12 de março de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 06/2026, de 9 de fevereiro de 2026, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pediatria na Atenção Primária em Saúde e Casa de Saúde Santa Izabel, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do oeste - PR, para um período de 24 (vinte e quatro) meses, com recursos Próprios, Estaduais e Federais, conforme especificações, quantitativos e condições técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I)., e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):
Vencedores dos Itens

71803 - CLINICA MEDICA LV LTDA						
Lote: 1 - LOTE I - SERVIÇOS DE MÉDICO PEDIATRA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSISTÊNCIA PEDIÁTRICA EM SALA DE PARTO, NO ACOMPANHAMENTO E ASSESSORIA DO RECÉM-NASCIDO, A PARTIR DAS 7 HORAS DA MANHÃ DE SEGUNDA FEIRA ATÉ AS 7 HORAS DA MANHÃ DE SÁBADO; REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE TESTE DO OLHINHO, CORAÇÃOZINHO, AVALIAÇÕES E ORIENTAÇÕES PARA COM O RECÉM-NASCIDO, DURANTE O PERÍODO DE INTERNAMENTO; ATENDIMENTOS, VISITAS E PRESCRIÇÕES MÉDICAS ÀS CRIANÇAS INTERNADAS NA CASA DE SAÚDE SANTA IZABEL, NO PERÍODO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA; ATENDIMENTO DE RECÉM-NASCIDO NA SALA DE PARTO E CRIANÇAS NO PRONTO SOCORRO, TOTALIZANDO ATÉ 5 CHAMADAS DE URGÊNCIA EM FINAIS DE SEMANA, FERIADOS.	MENSAL		24	R$15.744,39	R$377.865,36
2	CONSULTAS MÉDICAS EM PEDIATRIA A SEREM REALIZADAS DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, NO PERÍODO DA MANHÃ, COM INÍCIO ATÉ ÀS 9H00MIN, OU CONFORME A NECESSIDADE DESTA SECRETARIA. SERÃO ATENDIDOS 15 PACIENTES DIÁRIOS, REFERENCIADOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POR LIVRE DEMANDA.	MENSAL		24	R$20.205,59	R$484.934,16
				Total do Fornecedor:		R$862.799,52

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste, em 12 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:F747439B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão Eletrônico
Nº 13/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão Eletrônico Nº 13/2026***, que teve como objeto ***Contratação de empresa para ministrar aulas de fanfarra e danças tradicionais, compreendendo ensino prático, organização de ensaios, preparação para apresentações oficiais e eventos municipais, desenvolvimento de técnicas musicais, rítmicas e coreográficas, bem como acompanhamento pedagógico dos participantes, destinados ao atendimento das atividades culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.***

Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

DIEGO FERNANDO THIS 06595920964								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	AULAS DE FANFARRA Com foco no desenvolvimento musical, disciplina rítmica e preparação para apresentações. l deverá ter planejamento e execução de aulas práticas de fanfarra como: instrumentos de percussão, coreografias), orientar e os alunos na parte técnica e musical incentivando o trabalho em equipe e a expressão artística, realizar a manutenção básica dos instrumentos utilizados nas aulas, ter agilidade e domínio dos instrumentos. Carga horária de 8 (oito) horas uma vez por semana totalizando 32 horas mensais.			H	384,00	50,00	19.200,00
TOTAL								19.200,00
THAIS C FAVERO ASSESSORIA E CONSULTORIA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	DANÇAS TRADICIONAIS E GAUCHESCAS AULAS DE DANÇAS TRADICIONAIS E GAUCHESCAS E DEMAIS DANÇAS TÍPICAS DA REGIÃO - Carga Horária Semanal: 04 Horas semanais/16 horas mês.			H	192,00	124,69	23.940,48
TOTAL								23.940,48

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 43.140,48 (Quarenta e Três Mil, Cento e Quarenta Reais e Quarenta e Oito Centavos), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em dezesseis dias de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:A0E1B534

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CONTABILIDADE
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Unidade gestora: Município de Santo Antonio do Sudoeste					
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 10/03/2026**			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES		128.132.997,00	139.826.940,15	123.115.553,72	(16.711.386,43)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		14.626.000,00	15.526.000,00	13.629.339,05	(1.896.660,95)
IMPOSTOS		11.665.000,00	12.565.000,00	11.054.723,59	(1.510.276,41)
TAXAS		2.961.000,00	2.961.000,00	2.574.615,46	(386.384,54)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		2.600.000,00	2.600.000,00	2.325.401,50	(274.598,50)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		2.600.000,00	2.600.000,00	2.325.401,50	(274.598,50)
RECEITA PATRIMONIAL		2.174.464,50	2.303.407,65	1.244.495,00	(1.058.912,65)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		40.000,00	40.000,00	8.970,00	(31.030,00)
VALORES MOBILIÁRIOS		2.034.464,50	2.163.407,65	1.235.525,00	(927.882,65)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		100.000,00	100.000,00	0,00	(100.000,00)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL		0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		30.000,00	110.000,00	75.756,81	(34.243,19)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		0,00	80.000,00	61.211,00	(18.789,00)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS		30.000,00	30.000,00	14.545,81	(15.454,19)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		108.587.532,50	119.172.532,50	105.565.826,87	(13.606.705,63)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		59.186.390,00	68.548.390,00	61.829.985,26	(6.718.404,74)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS		27.826.142,50	29.049.142,50	24.247.981,85	(4.801.160,65)

ENTIDADES					
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		380.000,00	380.000,00	208.000,00	(172.000,00)
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		195.000,00	195.000,00	168.255,69	(26.744,31)
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		21.000.000,00	21.000.000,00	19.111.604,07	(1.888.395,93)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		115.000,00	115.000,00	274.734,49	159.734,49
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		10.000,00	10.000,00	25.095,42	15.095,42
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		105.000,00	105.000,00	249.639,07	144.639,07
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		47.567.003,00	70.237.270,48	37.333.244,76	(32.904.025,72)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		200.000,00	9.657.000,00	5.350.000,00	(4.307.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		200.000,00	9.657.000,00	5.350.000,00	(4.307.000,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		400.000,00	400.000,00	0,00	(400.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		400.000,00	400.000,00	0,00	(400.000,00)
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		46.967.003,00	60.180.270,48	31.983.244,76	(28.197.025,72)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		3.378.003,00	3.378.003,00	1.797.129,29	(1.580.873,71)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		43.589.000,00	56.802.267,48	30.186.115,47	(26.616.152,01)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		175.700.000,00	210.064.210,63	160.448.798,48	(49.615.412,15)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		175.700.000,00	210.064.210,63	160.448.798,48	(49.615.412,15)
DÉFICIT (IV)		0,00	2.891.784,00	0,00	(2.891.784,00)
TOTAL (V) = (III+IV)		175.700.000,00	212.955.994,63	160.448.798,48	(52.507.196,15)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	6.821.949,00	6.821.949,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	6.428.949,00	6.428.949,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	393.000,00	393.000,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		120.972.997,00	133.301.841,16	116.687.788,34	116.652.643,16	116.652.643,16	16.614.052,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		50.221.200,00	50.581.185,47	47.128.297,34	47.128.297,34	47.128.297,34	3.452.888,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2.700.000,00	3.256.000,00	3.255.100,97	3.255.100,97	3.255.100,97	899,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		68.051.797,00	79.464.655,69	66.304.390,03	66.269.244,85	66.269.244,85	13.160.265,66
DESPESAS DE CAPITAL		50.892.003,00	79.654.153,47	36.915.995,40	35.843.790,40	35.818.491,40	42.738.158,07
INVESTIMENTOS		49.692.003,00	78.204.153,47	35.468.220,17	34.396.015,17	34.370.716,17	42.735.933,30
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		1.200.000,00	1.450.000,00	1.447.775,23	1.447.775,23	1.447.775,23	2.224,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		172.165.000,00	212.955.994,63	153.603.783,74	152.496.433,56	152.471.134,56	59.352.210,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)		172.165.000,00	212.955.994,63	153.603.783,74	152.496.433,56	152.471.134,56	59.352.210,89
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)		3.535.000,00	0,00	6.845.014,74	7.952.364,92	7.977.663,92	(6.845.014,74)
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		175.700.000,00	212.955.994,63	160.448.798,48	160.448.798,48	160.448.798,48	52.507.196,15
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		265.208,50	1.870.176,14	2.007.344,23	2.007.344,23	128.040,41	0,00
INVESTIMENTOS		265.208,50	1.870.176,14	2.007.344,23	2.007.344,23	128.040,41	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		265.208,50	1.870.176,14	2.007.344,23	2.007.344,23	128.040,41	0,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	457.565,00	457.565,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	457.565,00	457.565,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	457.565,00	457.565,00	0,00	0,00

Notas Explicativas

-

Entidades Consolidadas:

Município de Santo Antonio do Sudoeste

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 10/03/2026 16:28

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:3065E40E

CONTABILIDADE
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Unidade gestora: Município de Santo Antonio do Sudoeste

BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

Exercício 2025	**Balanço Anual**		**Data de 11/03/2026**		
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)	160.448.798,48	125.331.819,71	**Despesa Orçamentária (VI)**	153.603.783,74	123.518.538,13
Ordinária	77.760.522,59	65.280.224,89	**Ordinária**	74.016.603,61	63.642.632,20
Vinculada	82.688.275,89	60.051.594,82	**Vinculada**	79.587.180,13	59.875.905,93
Transferências Financeiras Recebidas (II)	416.872,48	905.878,78	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	3.535.000,00	3.485.000,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	14.155.787,11	12.412.945,53	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	15.488.047,16	13.746.296,22
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	9.522.216,72	11.621.407,05	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	11.916.843,89	9.522.216,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.522.216,72	11.621.407,05	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.916.843,89	9.522.216,72
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	184.543.674,79	150.272.051,07	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	184.543.674,79	150.272.051,07

Notas Explicativas

-

Entidades Consolidadas:

Município de Santo Antonio do Sudoeste

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:E1AAFF3A

CONTABILIDADE
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		17.691.705,01	13.718.590,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		11.916.843,89	9.522.216,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		11.916.843,89	9.522.216,72
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		5.774.861,12	4.196.374,21
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER		4.861.569,17	3.168.176,43
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		1.166.492,91	1.162.449,94
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		(253.200,96)	(134.252,16)
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		242.003.216,65	206.421.347,71
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.872.052,76	3.872.052,76
CRÉDITOS A LONGO PRAZO		3.872.052,76	3.872.052,76
INVESTIMENTOS		0,00	297.612,47

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO		0,00	297.612,47
IMOBILIZADO		238.131.163,89	202.251.682,48
BENS MOVEIS		56.447.069,60	38.952.460,77
BENS IMÓVEIS		194.297.068,78	173.005.275,63
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(12.612.974,49)	(9.706.053,92)
TOTAL		**259.694.921,66**	**220.139.938,64**
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE		733.516,73	1.947.959,19
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		343.634,36	343.634,36
PESSOAL A PAGAR		343.634,36	343.634,36
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		364.583,37	1.146.759,83
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	90.269,26
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		364.583,37	1.056.490,57
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		25.299,00	457.565,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		25.299,00	457.565,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		0,00	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
PASSIVO NAO-CIRCULANTE		19.060.036,72	14.375.635,49
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		19.060.036,72	14.375.635,49
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO		1.574.950,69	1.692.542,73
FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - INTERNO		17.485.086,03	12.683.092,76
TOTAL DO PASSIVO		**19.793.553,45**	**16.323.594,68**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		**Exercício Atual**	**Exercício**
RESULTADOS ACUMULADOS		239.901.368,21	203.816.343,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO		36.085.024,25	13.587.561,08
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		203.816.343,96	198.268.316,80
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	(8.039.533,92)
RESULTANTES DE EXTINÇÃO, FUSÃO E CISÃO		0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**239.901.368,21**	**203.816.343,96**
TOTAL		259.694.921,66	220.139.938,64

ATIVO FINANCEIRO	11.916.843,89	9.522.216,72	**PASSIVO FINANCEIRO***	1.132.649,18	2.592.949,64
ATIVO PERMANENTE	247.778.077,77	210.617.721,92	**PASSIVO PERMANENTE**	19.768.254,45	15.866.029,68
SALDO PATRIMONIAL				**238.794.018,03**	**201.680.959,32**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**0,00**	**0,00**
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR		244.847.493,18	169.865.034,93
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**244.847.493,18**	**169.865.034,93**

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
0 Recursos Ordinários (Livres)	544.951,82	207.667,26
3 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	0,00	0,00
94 Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00
95 RETENÇÃO DE TERCEIROS	0,00	0,00
101 FUNDEB 70%	0,00	0,00
102 FUNDEB 30%	0,00	700.979,31
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	0,00	0,00
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	0,00	11.493,20
107 Salário-Educação	0,00	0,00
123 TRANSPORTE ESCOLAR/PNATE ESTADUAL	0,00	0,00
303 Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	300.000,10	0,00
491 ASSIST FINANCEIRA UNIÃO - PISO PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	5.284,84	4.475,17
492 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estadual	695.499,15	604.855,17
493 TRANSFERÊNCIA UNIÃO - ACS E ACE EC Nº 120/2022	0,00	175.967,23
494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	5.834,34

500 Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de 2007	3.912.418,78	824.307,36
501 Receitas de Alienações de Ativos	0,00	0,00
504 Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	0,00	0,00
507 COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	0,00	0,00
510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	0,00	0,00
511 Taxas - Prestação de Serviços	0,00	0,00
512 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	0,00	0,00
518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00
555 SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	0,00	0,00
600 OPERAÇÃO DE CRÉDITO	297.649,67	319.231,69
601 OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OUTRAS	110.820,55	0,00
753 PROG FED/IGD/INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	0,00	3.317,18
812 BLPSBFNAS/26931-X	15.674,33	15.811,32
813 FMAS - PMSAS - CRIANÇA FELIZ	19.762,00	6.564,00
820 SIFF/CEAS 69/2022 - SERV ACOLHIM INSTIT DE PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIENCIA	9.222,24	0,00
821 FIA PROJ PARQUES ACESSIVEIS - DELIBERAÇÃO 80/2022	0,00	0,00
937 REPASSE PRANCHITA/CASA LAR LEI 3.093/2022 e TERMO DE COLABORAÇÃO	4.950,50	3.322,71
938 CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD-SUAS	0,00	0,00
1000 OUTROS RECURSOS LIVRES	0,00	0,00
1005 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	13.479,26	8.605,82
1069 CONV. EST. SEAB/ESTRADAS RURAIS 3 TRECHOS	530.864,97	51.162,48
1070 EMENDA INDIVIDUAL/TRANSFERENCIA ESPECIAL - PAV. POLIEDRICA VIAS URBANAS	0,00	128.983,06
1072 CONV. FED. MDR/PAV POLIEDRICA EM VIAS URBANAS - CR 913927/2021	0,00	0,00
1078 CONV. EST. SESP/DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL - CONV. Nº 290/2021	0,00	399.127,79
1080 CONV. EST. IAT/PARQUE AMBIENTAL - CONV. Nº 255/2021	507,06	228,98

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1081 CONV. EST.SEDU/CENTRO DE CONVIVÊNCIA JARDIM FRONTEIRA - CONV Nº 252/2022	0,00	0,00
1083 CONVÊNIO COPACOL/TERMO DE APOIO 001/2022	0,00	0,00
1084 CONV. EST. SEIL/RECAPE ASFALTICO LINHA CEDRO - CONV. Nº 32/2022	0,00	0,00
1086 CONV. EST. SEDU/TERMINAL RODOVIARIO - CONV. Nº 357/2022	0,00	0,00
1087 CONV. EST. SEDU/CENTRO DE CONVIVÊNCIA NOVO HORIZONTE - CONV. Nº 331/2022	366,90	330,99
1089 CONV. EST. SEDU/CENTRO DE CONVIVÊNCIA EDIL TRAIANO - CONV. Nº 511/2022	0,00	1.833,12
1090 CONV.EST.SEDU/BARRACÃO INDUSTRIAL - CONVÊNIO Nº 821/2022	0,00	0,00
1091 CONV. EST.SEAB/ PAV. POLIÉDRICA LINHA GLÓRIA - CONVÊNIO Nº 130/2022	0,00	0,00
1092 CONV. EST.SEAB/AQUISIÇÃO PATRULHA AGRÍCOLA	0,00	0,00
1093 CONV. EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA DE FEIRA	0,00	0,00
1099 EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC - APAE	0,00	2.138,13
1101 FUNDEB 70% - VAAT	0,00	0,00
1102 FUNDEB 30% - VAAT	0,00	0,00
1103 CONV. SEAB 455 197652543/PAVIMENTAÇÃO ASF. ESTRADAS RURAIS SIT 57068	0,00	0,00
1105 CONV.MDR/CEF/IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS VIAS URBANAS 939630/2022 FTE 1105	0,00	47.137,35
1107 Transferências Dest. Setor cultural - LC nº 195/2022 LC nº 195/2022 ART 5º AUDIOVISUAL	0,00	4.927,35
1108 Transferências Dest. Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	2.182,45
1109 RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - LIVRES	0,00	0,00
1110 RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTO - EDUCAÇÃO	0,00	0,00
1111 RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE	0,00	0,00
1112 MERENDA ESCOLAR FNDE/PNAE	0,00	0,00
1113 CONV.FED.MAPA/ AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E EQUIPAMENTO	0,00	0,00
1114 CONV.EST.SECID/ BARRAÇÃO INDUSTRIAL P	0,00	0,00
1115 CONV.FED.MDR/ PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA LINHA SÃO DOMINGOS - CR 942487/2023	0,00	0,00
1116 CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA/AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP - CONV. 941879/2023	8.137,57	84.000,24
1118 EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE MAC	0,00	0,00
1119 TRANSPORTE ESCOLAR FNDE/PNATE - FEDERAL	0,00	0,00
1121 INCENTIVO ITAIPU- SEMINÁRIO BOVINOCULTURA LEITERA	0,00	0,00
1123 CONV.EST.SESA/HOSPITAL MUNICIPAL	30.086,47	97.694,53
1124 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS ATINGIDAS POR DESASTRES - FECAP - FONTE 1124	0,00	0,00
1126 REPASSE DELIBERAÇÃO 24/2023 - PARANÁ VIAJA MAIS 60	27.999,31	25.258,86
1128 EMENDA INDIVIDUAL/TRANFERENCIA ESPECIAL PARA INVESTIMENTO - 3073007 E 3073008	0,00	0,00
1130 PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	1.073.663,19	1.390.736,17
1131 REPASSE DELIDERAÇÃO 08/2023 - APOIO E FORTALECIMENTO A POLITICA DOS DIREITOS DA MULHER	0,00	2.413,14
1132 REPASSE PARA ASSISTÊNCIA A FAMÍLIAS AFETADAS PELAS ENXURRADAS- SEDEC/MIDR	0,00	0,00
1133 CONV. EST.SECID/PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS- CONV Nº 830/2023	0,00	577,79
1135 EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC	0,00	0,00
1136 CONV. EST. SEAB/DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO- CONV. Nº 106 211867620	0,00	200.697,84
1137 CONV. EST. SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS- CONV. Nº 486/2024	111,66	0,00
1138 CONV. EST. SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS- CONV. Nº 487/2024	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1139 CONV. EST. SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS- CONV. Nº 488/2024	28,77	0,00
1140 CONV. EST.SEAB/11º EXPOSANTO	0,00	0,00
1141 CONV.EST.SEED/AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES	0,00	13.610,72
1142 CONVÊNIO CASA LAR/PÉROLA D'OESTE	0,00	139,11
1143 CONVÊNIO CASA LAR/PLANALTO	0,00	158,66
1144 REPASSE DELIBERAÇÃO 04/2024 CEDM/PR- DIREITOS DA MULHER - AQUISIÇÃO DE VEICULO	0,00	2.835,21
1145 REPASSE DELIBERAÇÃO Nº 078/2022 - CEDCA/PR - HIGIENE INTIMA	0,00	312,81
1146 EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE MAC - APAE	0,00	80.000,00
1147 CONSTRUÇÃO DE CRECHE- RES. 219/2024 - SEDEF - FIA	638.495,45	135.488,91
1148 CONV.FED.MAPA/EMENDA DE BANCADA- CONVÊNIO Nº 951736	59.383,88	95.168,95
1149 CONV.EST.SEAB/PAV.ASFÁLTICA EM 11 TRECHOS DO INTERIOR - CONV. Nº 351/2024	969.484,88	0,00

1151 REPASSE DELIBERAÇÃO Nº 13/2024 - CEDCA/PR - INCENTIVO A MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	0,00	49.334,28
1152 CONV. EST.SECID/PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS/CONV.Nº 978/2024	157,46	0,00
1153 EMENDA INDIVIDUAL - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL/INVESTIMENTO (VERMELHO)	0,00	256.805,76
1154 EMENDA INDIVIDUAL - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL/CUSTEIO (BETO RICHA)	0,00	304.994,17
1155 REPASSE DELIBERAÇÃO Nº 009/2024 COEDE/PR - DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	0,00	68.493,15
1158 INCENTIVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	0,00	0,00
1159 INCENTIVO PRIMEIRA INFANCIA	0,00	0,00
1161 REPASSE DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC	0,00	0,00
1163 PISO ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL- PAS	25.990,88	0,00
1164 CONV.EST.SECID/BARRACÃO INDUSTRIAL - CONVÊNIO Nº 640/2024	0,00	0,00
1165 CONV.EST.SETU/11º EXPOSANTO TURISMO - CONVÊNIO Nº 100/2024	0,00	0,00
1166 CONV.EST.SETU/PARANÁ MAIS VIAGEM- CONVÊNIO Nº 257/2024 - FONTE 1166	0,00	59.993,97
1167 REPASSE DELIBERAÇÃO Nº 088/2024 - INCENTIVO QUALIFICAÇÃO DE ESTRUTURA DO CREAS	0,00	30.069,35
1168 EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - SAÚDE PAP	158.006,53	500.000,00
1169 EMENDA PARLAMENTAR DE BANCADA - SAÚDE PAP	0,00	0,00
1170 CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS- CONV. Nº 861/2024	0,00	0,00
1171 CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DOIS CAMINHÕES BASCULANTES- CONVº 99/2025	0,00	0,00
1172 CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DOIS CAMINHÕES BASCULANTE - CONV. Nº 43/2024	0,00	0,00
1173 CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE TRÊS ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS E UM ROLO COMPACTADOR - CONV.	0,00	0,00
1174 INCENTIVO GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES - DELIBERAÇÃO Nº 13/2025	0,00	0,00
1175 CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO, MOTONIVELADORA, TRATOR DE ESTEIRA E PÁ	3.151,36	0,00
1176 EMENDA INDIVIDUAL/TRANSFERÊNCIA ESPECIAL - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS - LT	1.023.688,93	0,00
1177 CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE DUAS MINICARREGADEIRAS, UM GUINDASTE HIDRÁULICO E UM CESTO	(997.308,61)	0,00
1178 CONV.EST.SECID/AQUISIÇÃO DE UM TRICICLO AUTOMOTOR PARA PINTURA VIÁRIA- CONV. Nº 620/2025	49,60	0,00
1179 CONV.EST.SEAB/AQUISIÇÃO DE CONTAINER E EQUIPAMENTO FEIRA LIVRE -CONV. Nº 495/2025	240.516,17	0,00
1181 CONV.FED.MTUR/CENTRO DE TURISMO- CR 964994/2024 - EMENDA DE COMISSÃO	583.025,47	0,00
1182 INCENTIVO AO FORTALECIMENTO PESSOA COM DEFICIENCIA - DEL. Nº 05/2025	47.013,84	0,00
1186 REPASSE DO PROGRAMA ACESSO E PERMANENCIA NA ESCOLA - ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.336,15	0,00
1187 CONV.EST/SETU/PARANÁ MAIS EVENTOS- SANTO NATAL- CONV.Nº 562/2025	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL		**Exercício 2025**
Balanço Anual		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
1188 INCENTIVO CUIDA MAIS PARANÁ/ENVELHECIMENTO ATIVO - DELIBERAÇÃO Nº 049/2025	40.326,73	0,00
1191 REPASSE DELIBERAÇÃO 15/2025 CEDM/PR- DIREITOS DA MULHER - CAPITAL	75.224,63	0,00
1192 EMENDA DE COMISSÃO - SAUDE MAC	130,81	0,00
1193 TERMO DE COMPROMISSO Nº 983410/2025/MCIDADES - 20 UNIDADES HABITACIONAIS	229.126,29	0,00
1203 FUNDEB - VAAR	0,00	0,00
1204 PROGRAMA NACIONAL ETI- ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL- LEI Nº14.640/2023	0,00	0,00
1205 COMPLEMENTAÇÃO DO ETI - 70%	84.915,12	0,00
1206 COMPLEMENTAÇÃO DO ETI - 30%	0,00	0,00
TOTAL	**10.784.194,71**	**6.929.267,08**
Notas Explicativas		
-		
Entidades Consolidadas:		
Município de Santo Antonio do Sudoeste		
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 11/03/2026 10:04		

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:24F103B0

CONTABILIDADE
ANEXO 15 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO:2025	**PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO**		**DATA EMISSÃO:11/03/2026**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**164.805.171,10**	**126.045.578,89**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**15.039.920,19**	**12.351.136,78**
IMPOSTOS		12.215.965,55	9.702.253,04
TAXAS		2.823.954,64	2.648.883,74
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**2.336.242,49**	**2.280.380,91**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		2.336.242,49	2.280.380,91
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**84.726,81**	**18.749,58**
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		84.726,81	18.749,58
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**1.511.538,58**	**2.252.273,14**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		276.013,58	395.126,91
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		1.235.525,00	1.857.146,23
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**140.190.864,37**	**105.431.283,15**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		2.641.792,74	905.878,78

TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		137.172.815,94	104.139.526,45
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		168.255,69	158.877,92
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		208.000,00	227.000,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**5.367.144,17**	**653.000,00**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		5.179.014,17	653.000,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		188.130,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**274.734,49**	**3.058.755,33**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	2.300.000,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		274.734,49	758.755,33
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**128.720.146,85**	**112.458.017,81**
PESSOAL E ENCARGOS		**44.646.721,85**	**35.472.596,90**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		39.843.598,63	33.051.060,55
ENCARGOS PATRONAIS		4.803.123,22	2.421.536,35
BENEFÍCIOS A PESSOAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**1.256.248,83**	**1.135.886,44**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		861.575,97	792.598,65
PENSÕES		394.672,86	343.287,79
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**65.360.512,82**	**61.904.250,91**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		23.570.958,82	22.235.714,87
SERVIÇOS		38.868.965,39	37.225.467,72
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		2.920.588,61	2.443.068,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**3.255.100,97**	**4.423.219,57**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		3.255.100,97	4.422.690,78
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	528,79
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**6.554.939,31**	**6.540.881,30**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		3.535.000,00	3.485.000,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		600.246,00	672.500,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		2.419.693,31	2.383.381,30
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**5.592.753,21**	**787.252,16**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		118.948,80	134.252,16
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		5.473.804,41	653.000,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		**974.811,30**	**905.512,05**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		974.811,30	905.512,05
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**0,00**	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**1.079.058,56**	**1.288.418,48**
PREMIAÇÕES		81.363,80	40.063,80
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		997.694,76	1.248.354,68
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		36.085.024,25	13.587.561,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)		**0,00**	**0,00**
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		36.265.248,73	21.153.284,44
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		1.571.373,18	926.218,60
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		5.350.000,00	2.000.000,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00
Notas Explicativas			

-

Entidades Consolidadas:
Município de Santo Antonio do Sudoeste

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:9FACE7C8

CONTABILIDADE
ANEXO 16 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA

DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA - ANEXO 16			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Município de Santo Antonio do Sudoeste			
Entidade: 58 - Município de Santo Antonio do Sudoeste			
Num/Ano: 1/2016 Contrato Pró-Transporte N.º 0413.095-78/2013			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Empréstimo		Tipo Dívida: Outras Operações de Crédito	
Saldo Anterior			R$ 1.151.859,55
Inscrição	2.1.2.5.1.01.01.00.00.00.00	JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS	R$ 67.938,59
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 132.942,77
Saldo Atual			R$ 1.086.855,37
Num/Ano: 4/2021 FINANCIAMENTO BANCO DO BRASIL S/A			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 630.952,44
Inscrição	2.1.2.5.1.01.01.00.00.00.00	JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS	R$ 163.412,66
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 306.269,78
Saldo Atual			R$ 488.095,32
Num/Ano: 6/2022 FINISA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO- CONTRATO Nº 609761-14			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 4.739.583,33
Inscrição	2.1.2.5.1.01.01.00.00.00.00	JUROS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS	R$ 758.326,12
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 1.383.326,08
Saldo Atual			R$ 4.114.583,37
Num/Ano: 5/2023 FINISA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO- CONTRATO Nº 615663-53			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 5.000.000,00
Inscrição	2.1.2.5.1.03.01.00.00.00.00	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS	R$ 953.775,49
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 1.214.192,14
Saldo Atual			R$ 4.739.583,35
Num/Ano: 1/2024 CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 40/00033-8 BANCO DO BRASIL			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 2.000.000,00
Inscrição	2.1.2.5.1.03.01.00.00.00.00	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS	R$ 430.588,84
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 692.493,56
Saldo Atual			R$ 1.738.095,28
Num/Ano: 4/2024 CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 40/00064-8 BANCO DO BRASIL			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 2.000.000,00
Inscrição	2.1.2.5.1.03.01.00.00.00.00	ENCARGOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM CONTRATOS	R$ 400.143,49
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 492.736,09
Saldo Atual			R$ 1.907.407,40
Num/Ano: 1/2025 FINISA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO- CONTRATO Nº 0630403-12			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 0,00
Inscrição	2.1.2.5.3.03.98.00.00.00.00	ENCARGOS DE OUTROS EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	R$ 480.915,78
Inscrição	2.2.2.3.3.01.00.00.00.00.00	FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	R$ 5.000.000,00
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 480.915,78
Saldo Atual			R$ 5.000.000,00
Num/Ano: 2/2025 PROCESSO: 0012111-18.2015.8.16.6000 S.P.			
Origem: Precatórios		Natureza: Precatórios Posteriores a 05.05.2000	
Grupo: Outros Precatórios		Tipo Dívida: Outros Precatórios	
Saldo Anterior			R$ 0,00
Inscrição	2.1.1.1.1.05.02.00.00.00.00	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - VENCIDOS E	R$ 22.000,00
Baixa	1.1.1.1.1.02.00.00.00.00.00	CONTA ÚNICA	-R$ 22.000,00
Saldo Atual			R$ 0,00
Num/Ano: 3/2025 CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 40/00080- X BANCO DO BRASIL			
Origem: Interna		Natureza: Contratual	
Grupo: Financiamento		Tipo Dívida: Outros Financiamentos	
Saldo Anterior			R$ 0,00
Inscrição	2.2.2.3.3.01.00.00.00.00.00	FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	R$ 350.000,00
Saldo Atual			R$ 350.000,00
Total Entidade			
Saldo Inicial	R$ 15.522.395,32		
Inscrição	R$ 8.627.100,97		
Baixa	-R$ 4.724.876,20		
Est Inscrição	R$ 0,00		
Est Baixa	R$ 0,00		
Saldo Atual	R$ 19.424.620,09		
Total Geral			
Saldo Inicial	R$ 15.522.395,32		
Inscrição	R$ 8.627.100,97		

Baixa	-R$ 4.724.876,20
Est Inscrição	R$ 0,00
Est Baixa	R$ 0,00
Saldo Atual	R$ 19.424.620,09
Entidades Consolidadas:	
Município de Santo Antonio do Sudoeste	

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador:35CFAF55

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026

OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços médicos, enfermeiros, técnico em enfermagem, farmaceuticos, psicologo, odontólogo, auxiliar de saúde bucal, terapeuta ocupacional, nutricionista e assistente social e fisioterapeuta, para suprir as necessidades das Secretarias do município, conforme Chamamento Público Nº 001/2024.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
MB NEUMANN SERVIÇOS MEDICOS LTDA	1	1	MÉDICO CLÍNICO GERAL, para atendimento na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária aproximada de 40 (quarenta) horas semanais, a serem realizadas de acordo com a necessidade/solicitação desta Secretaria.		2.400,00	117,18

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste, em 13/03/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:65EAE898

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026

ESTADO DO PARANÁ		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA	PREGÃO ELETRÔNICO	
Praça Coronel Deolindo, 151 - Centro - São Jerônimo da Serra	**Nr.: 9/2026**	
CEP: 86270-000 CNPJ: 76.290.683/0001-20 Telefone: (43) 3772-2762	**Processo Adm.:**	**18/2026**
E-mail: licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br Site: http://www.	**Data do Processo:**	**12/02/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	18/2026
b) Nr. Licitação:	9/2026 - PE
c) Modalidade:	Pregão eletrônico
d) Data de Homologação:	
e) Objeto da Licitação:	*AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA SALA DE ESPERA DO GABINETE, PARA ATENDER UMA DEMANDA DO GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR*

Participante: DAC MOVEIS LTDA (56.101.450/0001-25)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Mesa de trabalho (tampo em "L") – especificações: altura 75cm, largura 1,40m x 1,40m, profundidade 60cm. Mesa estação em L com tampo em 25mm de espessura, pés em MDP e 1 pé todo feito em aço com pintura epóxi eletrostática para melhor vedação do aço contra umidade e água, aumentando a resistência do aço com sapatas niveladoras de altura para desnível de piso. Na cor MDP Ameixa. Acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão e antirreflexo e resistente a abrasão e impacto. - Mesa de trabalho (tampo em "L") – especificações: altura 75cm, largura 1,40m x 1,40m, profundidade 60cm. Mesa estação em L com tampo em 25mm de espessura, pés em MDP e 1 pé todo feito em aço com pintura epóxi eletrostática para melhor vedação do aço contra umidade e água, aumentando a resistência do aço com sapatas niveladoras de altura para desnível de piso. Na cor MDP Ameixa. Acabamento em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão e antirreflexo e resistente a abrasão e impacto. Marca: PRÓPRIA	1,000	U	800,00	800,00
2	Balcão com 2 portas – especificações: altura 75cm, largura 83cm, profundidade 47cm. Balcão 2 portas de abrir, conta com 1 prateleira interna, todo em espessura de 25mm, com fechadura e chave na porta direita, porta esquerda com fechadura interna, com sapatas niveladoras de altura, puxadores e sapatas em polipropileno, balcão todo em MDP. Com sapatas niveladoras de altura para desnível de piso. Na cor MDP Ameixa / Preto. Imagem de Referência - Balcão com 2 portas – especificações: altura 75cm, largura 83cm, profundidade 47cm. Balcão 2 portas de abrir, conta com 1 prateleira interna, todo em espessura de 25mm, com fechadura e chave na porta direita, porta esquerda com fechadura interna, com sapatas niveladoras de altura, puxadores e sapatas em polipropileno, balcão todo em MDP. Com sapatas niveladoras de altura para desnível de piso. Na cor MDP Ameixa / Preto. Imagem de Referência Marca: PRÓPRIA	1,000	U	575,00	575,00
3	Suporte CPU c/ rodízios – especificações: altura 7cm, largura 23cm, profundidade 45cm. Suporte para CPU todo em 15 mm de espessura, contém 4 rodinhas para mobilidade do suporte. Na cor MDP Ameixa. Imagem de Referência - Suporte CPU c/ rodízios– especificações: altura 7cm, largura 23cm, profundidade 45cm. Suporte para CPU todo em 15 mm de espessura, contém 4 rodinhas para mobilidade do suporte. Na cor MDP Ameixa. Imagem de Referência Marca: PRÓPRIA	1,000	U	100,00	100,00
4	Gaveteiro Volante 4 gavetas – especificações: altura 68cm, largura 48cm, profundidade 45cm. Gaveteiro 4 gavetas com fechadura e chave na primeira gaveta, todo em	1,000	U	380,00	380,00

	MDP com tampo de 25mm de espessura, corpo todo em 15mm de espessura, com rodízio em polipropileno e puxadores das gavetas em polipropileno. Na cor MDP Ameixa / Preto. Imagem de Referência - Gaveteiro Volante 4 gavetas – especificações: altura 68cm, largura 48cm, profundidade 45cm. Gaveteiro 4 gavetas com fechadura e chave na primeira gaveta, todo em MDP com tampo de 25mm de espessura, corpo todo em 15mm de espessura, com rodízio em polipropileno e puxadores das gavetas em polipropileno. Na cor MDP Ameixa / Preto. Imagem de Referência Marca: PRÓPRIA				
5	Painel de Tv - com as dimensões: 1,40m de altura x 1,00m de largura, com espessura de 40mm no MDP na cor Ameixa. Dotado de um passa-fios cabos em polipropileno injetado com diâmetro central de 7cm o passa fio, tampa externa para acabamento da passa fios em formato circular, com suporte para fixação na parede. Imagem de Referência - Painel de Tv - com as dimensões: 1,40m de altura x 1,00m de largura, com espessura de 40mm no MDP na cor Ameixa. Dotado de um passa-fios cabos em polipropileno injetado com diâmetro central de 7cm o passa fio, tampa externa para acabamento da passa fios em formato circular, com suporte para fixação na parede. Imagem de Referência Marca: PRÓPRIA	1,000	U	690,00	690,00
		Total do Participante:			**2.545,00**
Participante: J D N JUNIOR LTDA (15.300.246/0001-56)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
8	Poltrona Show Comfort 3 lugares – com as seguintes características: Estrutura: estrutura interna em madeira pinus com estofado em espuma laminada D16. Assento e encosto: poltrona 3 lugares com espuma laminada com revestimento em tecido courvin, estofado em espuma laminada D28, com apoio para braços em cada lateral do sofá também estofado. Base: fixa em aço tubular com perfil quadrado, com pés feitos em tubo de Metalon com tratamento e pintura epóxi eletrostática proporcionando durabilidade e re - Poltrona Show Comfort 3 lugares – com as seguintes características: Estrutura: estrutura interna em madeira pinus com estofado em espuma laminada D16. Assento e encosto: poltrona 3 lugares com espuma laminada com revestimento em tecido courvin, estofado em espuma laminada D28, com apoio para braços em cada lateral do sofá também estofado. Base: fixa em aço tubular com perfil quadrado, com pés feitos em tubo de Metalon com tratamento e pintura epóxi eletrostática proporcionando durabilidade e re Marca:	2,000	U	2.122,00	4.244,00
		Total do Participante:			**4.244,00**
Participante: TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA (20.315.728/0001-10)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
6	Cadeira executiva giratória com lâmina e com apoio de braços (corano) com as características, cadeira executiva giratória com apoio de braços reguláveis de altura por botão lateral, com regulagem de altura da cadeira por coluna a gás, assento e encosto em espuma injetada revestida em corano na cor preto, com lâmina de aço interligando o assento e o encosto para maior reforço, durabilidade e resistência da cadeira, base da cadeira toda em aço com capa de nylon e com rodízios em polipropileno, ass - Cadeira executiva giratória com lâmina e com apoio de braços (corano) com as características, cadeira executiva giratória com apoio de braços reguláveis de altura por botão lateral, com regulagem de altura da cadeira por coluna a gás, assento e encosto em espuma injetada revestida em coranona cor preto, com lâmina de aço interligando o assento e o encosto para maior reforço, durabilidade e resistência da cadeira, base da cadeira toda em aço com capa de nylon e com rodízios em polipropileno, ass Marca: PROPRIA	20,000	U	279,00	5.580,00
			Total do Participante:		**5.580,00**
Participante: VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITORIO LTDA (05.684.135/0001-37)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
7	Cadeira addit ergonômica fixa – cadeira addid fixa ergonômica com regulagem de altura dos apoios de braço por botão lateral. Estrutura: base fixa, não giratória, sem rodízios. Em estrutura em aço com capa de nylon. Atendendo as normas NBR17 e ABNT, base fixa em "S", garantindo estabilidade. Base em aço de alta resistência com acabamento em pintura epóxi e tratamento antiferrugem. Sapata fixa plástica em polipropileno para não danificar o piso. Base em S em aço carbono. Encosto: estruturado em qu - Cadeira addit ergonômica fixa – cadeira addid fixa ergonômica com regulagem de altura dos apoios de braço por botão lateral. Estrutura: base fixa, não giratória, sem rodízios. Em estrutura em aço com capa de nylon. Atendendo as normas NBR17 e ABNT, base fixa em "S", garantindo estabilidade. Base em aço de alta resistência com acabamento em pintura epóxi e tratamento antiferrugem. Sapata fixa plástica em polipropileno para não danificar o piso. Base em S em aço carbono. Encosto: estruturado em qu Marca: PROPRIA	3,000	U	650,00	1.950,00
			Total do Participante:		**1.950,00**
				Total Geral:	**14.319,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE	02.001.04.122.0001.1004.4.4.90.52.00	R$ 23.033,11

São Jerônimo da Serra, 12/03/2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:F8913ECD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2026-CMS

O Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dionizio Aparecido Viaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores, da Lei 3008, de 2024da Câmara Municipal de Sarandi e demais legislaçõespertinentes,à vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve ratificar e homologar a presente Dispensa de Licitação, nestes termos:

DO PROCESSO:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº:**004/2026-CMS**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:**004/2026-CMS**
REQUISIÇÃO DE COMPRAS Nº: **006/2026-CMS**
DFD Nº:**023 e 025/2025-CMS**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
OBJETO HOMOLOGADO: Registro de Preço para futura e eventual aquisiçãode materiais de limpeza, higiene pessoal e matérias para expediente da cozinha desta Casa de leispara os próximos 12 (doze) meses, conforme quantitativos estimados com base na média de consumo durante o último ano**,**conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

DA RETIFICAÇÃO

Em razão de erro material verificado no Termo de Ratificação e Homologação da Dispensa de Licitação nº 004/2026-CMS, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 12/03/2026, Edição nº 3487, código identificador 6024C4E0, torna-se necessária a correção da descrição de um dos itens vencidos pelo fornecedor BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 29.530.767/0001-04, conforme segue:

Onde se lê:item 31 - Esponja dupla face, para limpeza geral, pacote com 10 unidades. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.;

Leia-se:item 30 - Esponja de lã de aço, pacote com 8 unidades, textura macia e sem sinais de oxidação. Validade mínima de 12 meses na data da entrega..

A presente correção decorre de erro material, não implicando alteração do objeto principal da contratação, nem modificação dos demais itens constantes neste documento.

Assim segue o item 3. DOS ITENS E FORNECEDORES - com as correções pertinentes.

DOS ITENS E FORNECEDORES:

J DE BRITO - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA. CNPJ: 32.282.308/0001-63.

A empresa apresentou a melhor proposta para os itens 01, 04, 05, 06, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 26, 27, 29, 32, 34, 36 e 37, totalizando o valor de R$ 7.007,90 (sete mil, sete reais, noventa centavos) para 18 (dezoito) itens.

Item	Descrição do Item	Métrica	Qde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Balde plástico com capacidade aproximada de 15 litros, em material resistente, com alça metálica galvanizada ou material equivalente, para uso doméstico ou institucional.	Und	10	Arqplast	11,87	R$ 118,70
4	Copo plástico descartável 50 ml, em polipropileno (PP), atóxico, transparente ou branco, conforme normas da ABNT, caixa com 50 pacotes contendo 100 unidades cada.	Cx	01	Altacoppo	131,60	R$ 131,60
5	Copo plástico descartável 180 ml, em polipropileno (PP), atóxico, transparente ou branco, conforme normas da ABNT, caixa com 25 pacotes contendo 100 unidades cada.	Cx	20	Ecocoppo	117,25	R$ 2.345,00
6	Guardanapo de papel, branco, folha simples, medida aproximada de 20 x 20 cm, pacote com 50 unidades.	Pc	70	Tropicos	1,31	R$ 91,70
11	Cesto para lixo, em polipropileno ou material equivalente, vazado, sem tampa, capacidade aproximada de 10 litros.	Und	10	Arqplast	6,53	R$ 65,30
14	Luva de borracha para limpeza, forrada, tamanhos M, embalagem contendo 1 par.	Und	30	MB Life	3,00	R$ 90,00
15	Luva de borracha para limpeza, forrada, tamanhos G, embalagem contendo 1 par.	Und	15	MB Life	3,00	R$ 45,00
16	Luva nitrílica descartável sem pó, caixa com 100 unidades, tamanhos M.	Cx	5	Glomed	21,46	R$ 107,30
17	Luva nitrílica descartável sem pó, caixa com 100 unidades, tamanhos G.	Cx	5	Glomed	21,46	R$ 107,30
18	Rodo de borracha dupla, base com largura aproximada de 40 cm, cabo rosqueável em madeira ou material resistente, comprimento mínimo aproximado de 1,20 m.	Und	15	GS	5,19	R$ 77,85
24	Alvejante clorado, frasco de 1 litro, à base de hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo mínimo de 2%, com registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 5 meses na data da entrega.	Und	228	Alpes	2,97	R$ 677,16
26	Odorizador de ambiente aerossol, fragrâncias preferencialmente de lavanda, vanilla ou neutra, frasco com conteúdo mínimo aproximado de 360 ml, com válvula de acionamento. Validade mínima de 18 meses na data da entrega.	Und	60	Ultrafresh	11,72	R$ 703,20
27	Limpador para alumínio, embalagem de aproximadamente 500 ml. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	36	Brilha Alumínio	3,16	R$ 113,76
29	Detergente líquido neutro para louças, frasco de 500 ml. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	56	Vida	1,95	R$ 109,20
32	Inseticida aerossol a base de citronela, eficaz contra insetos voadores e rasteiros, embalagem metálica com conteúdo mínimo aproximado de 350 ml, com registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	12	Proinset	11,24	R$ 134,88
34	Papel higiênico, branco, neutro, folha dupla, picotado, rolo com comprimento mínimo aproximado de 30 metros, fardo com 64 rolos e composto de extrato de algodão. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Fdo	20	Delicate	84,00	R$ 1.680,00
36	Sabão em barra, glicerinado ou neutro, pacote com 5 unidades totalizando aproximadamente 1 kg. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.	Pc	15	Girando Sol	14,73	R$ 220,95
37	Sabão em pó, biodegradável, para lavagem de roupas, com capacidade de remover manchas e sujeiras sem danificar os tecidos, embalagem de aproximadamente 800 g e registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Cx	30	Girando Sol	6,30	R$ 189,00

BELA KOMPRA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 29.530.767/0001-04.

A empresa Apresentou a melhor proposta para os itens 30, 35 e 38, totalizando o valor de R$ 2.660,26 (dois mil, seiscentos e sessenta reais, vinte e seis centavos) para 03 (três) itens.

Item	Descrição do Item	Métrica	Qde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
30	Esponja de lã de aço, pacote com 8 unidades, textura macia e sem sinais de oxidação. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	20	Assolan	2,31	R$ 27,72
35	Papel toalha interfolhado, branco, 100% celulose virgem, com 2 dobras, dimensões aproximadas entre 20 e 23 cm, fardo com aproximadamente 1.000 folhas. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Fdo	230	Belapell	9,19	R$ 2.113,70
38	Sabonete líquido, cremoso ou perolado, glicerinado, embalagem de 5 litros, com pH neutro, fragrâncias suaves, para higienização das mãos, com registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	28	Four Line	18,53	R$ 518,84

CAROL DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 07.654.231/0001-68.

A empresa apresentou a melhor proposta para os itens 02, 03, 08, 19, 20, 22, 23, 31 e 33, totalizando o valor de R$ 3.532,37 (três mil, quinhentos e trinta e dois reais, trinta e sete centavos) para 09 (nove) itens.

Item	Descrição do Item	Métrica	Qde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Coador de tecido (médio), diâmetro aproximado entre 8 e 11 cm, confeccionado em flanela 100% algodão, com estrutura em arame galvanizado e cabo em madeira ou material equivalente.	Und	05	Triutil	25,97	R$ 129,85
3	Coador de tecido (grande), diâmetro aproximado entre 14 e 16 cm, confeccionado em flanela 100% algodão, com estrutura em arame galvanizado e cabo em madeira ou material equivalente.	Und	03	Triutil	26,97	R$ 80,91

8	Garrafa térmica, capacidade aproximada de 1,8 litros, com alça e sistema de acionamento por pressão ou alavanca, corpo externo em aço inox ou material resistente, adequada para uso institucional.	Und	04	Uniterm Inox	107,97	R$ 431,88
19	Pano de microfibra para limpeza, composição de poliéster e poliamida, tamanho mínimo de 70 x 50 cm.	Und	40	Martins	9,15	R$ 366,00
20	Vassoura de palha natural, com cerdas em palhas medindo aproximadamente 53cm, com cabo em madeira ou material resistente, comprimento mínimo aproximado de 1,40 m.	Und	20	Locatelli	24,17	R$ 483,40
22	Varal de chão Giratório, com 09 Cordas, em alumínio, dobrável ou bipartido, capacidade mínima aproximada de 30 metros lineares de corda.	Und	01	Multivarais	192,17	R$ 192,17
23	Cabo Extensão Telescopica em aluminio estriado, comprimento aberto entre 1,60 a 2 m. Com ponteira em formato de rosca, que facilita a fixação de rolos, suportes, MOPs, vassouras, rodos etc.	Und	08	Sanches	103,17	R$ 825,36
31	Esponja dupla face, para limpeza geral, pacote com 10 unidades. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	20	Pertuto	10,97	R$ 219,40
33	Limpador multiuso, frasco de aproximadamente 500 ml, para limpeza geral, com registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	260	Alpes	3,09	R$ 803,40

ESTAÇÃO LIMPEZA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ: 26.063.204/0001-65.
Apresentou a melhor proposta para os itens 12, 13, 21, 25 e 28, totalizando o valor de R$ 1.879,00 (hum mil, oitocentos e setenta e nove reais) para 05 (cinco) itens.

Item	Descrição do Item	Métrica	Qde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	Escova para lavar roupas, formato oval, base em madeira ou material resistente, com cerdas de nylon ou material sintético, com dimensões aproximadas de 12x5x4cm (CLA.	Und	10	Condor	5,50	R$ 55,00
13	Escova sanitária com suporte, cabo em plástico ou material resistente com comprimento mínimo aproximado de 30 cm, cerdas de nylon ou material equivalente.	Und	10	Locatelli	11,50	R$ 115,00
21	Vassoura com cerdas sintéticas, base com largura mínima aproximada de 21 cm, cabo com comprimento mínimo aproximado de 1,20 m.	Und	10	Vip	8,90	R$ 89,00
25	Álcool em gel 70% INPM, galão de 5 litros, glicerinado, com registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	Und	10	Brasil Clean	42,00	R$ 420,00
28	Desinfetante líquido concentrado, galão de 5 litros, com ação bactericida e fungicida, à base de quaternário de amônio ou princípio ativo equivalente, com diluição mínima de 1:10, com registro ou notificação na ANVISA. Validade mínima de 12 meses na data da entrega.	Und	100	Brasil Clean	12,00	R$ 1.200,00

Os itens 07 (Guardanapo de tecido), 09 (Palito de dente) e 10 (Toalha de mesa plástica) não tiveram propostas, portanto sua contratação ficou Deserta.

DO VALOR TOTAL ESTIMADO DO PRESENTE PROCESSO:
R$ 15.079,53 (quinze mil, setenta e nove reais, cinquenta e três centavos).

DA AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO:
Através deste, autorizo a emissão da Ata de Registro de Preçose/ou Nota(s) de Empenho correspondentes ao Processo Administrativo 004/2026/CMS.
Sarandi, 16 de marçode 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:5340944B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
BALANÇO FINANCEIRO - 2025

MUNICIPIO DE SARANDI					
Estado do Paraná					
BALANÇO FINANCEIRO					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12		DATA EMISSÃO: 11/03/2026	
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**420.983.408,87**	**395.164.759,77**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**388.782.463,80**	**363.781.691,94**
Ordinária	252.015.335,14	233.665.370,26	Ordinária	219.354.481,52	224.123.571,60
Vinculada	168.968.073,73	161.499.389,51	Vinculada	169.427.982,28	139.658.120,34
Transferências do FUNDEB	90.152.330,93	90.187.227,83	Transferências do FUNDEB	90.681.904,13	87.484.377,39
Transferências Voluntárias	5.864.924,45	2.592.682,50	Transferências Voluntárias	15.071.984,02	3.006.536,61
Alienação de Bens	319.456,81	1.923.300,02	Alienação de Bens	0,00	666.384,43
Operações de Crédito	223.627,35	1.329.812,67	Operações de Crédito	0,00	564.795,65
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	29.907.294,98	23.598.024,86	Transferências de Programas	37.135.568,09	22.268.902,33
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	12.295.103,49	12.141.331,64	Transferências Voluntárias	6.442.166,45	4.075.188,89
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	8.831,89	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	28.422,97
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	30.205.335,72	29.718.178,10	Valores Restituíveis	0,00	0,00
			Outras Origens	20.096.359,59	21.563.512,07
Transferências Financeiras Recebidas (II)	3.630.170,30	4.596.801,10	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	12.190.605,00	11.378.826,56
Para a Execução Orçamentária	3.630.170,30	4.596.801,10	Para a Execução Orçamentária	12.190.605,00	11.378.826,56
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00

Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**114.386.242,96**	**80.108.640,76**	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	**72.524.817,11**	**82.463.299,99**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.503.056,98	614.330,03	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	698.995,28	607.325,92
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	55.474.394,84	25.937.249,74	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	16.564.983,76	24.663.136,21
Realizável Inscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável - Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	56.408.791,14	53.557.060,99	Valores Restituíveis	55.260.838,07	57.192.837,86
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**158.433.494,89**	**136.187.111,75**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**223.935.431,11**	**158.433.494,89**
Caixa e Equivalentes de Caixa	158.279.524,46	136.014.421,35	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.651.526,08	158.279.524,46
Realizável	153.970,43	172.690,40	Realizável	2.283.905,03	153.970,43
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	**697.433.317,02**	**616.057.313,38**	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	**697.433.317,02**	**616.057.313,38**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR	***Elizangela Aparecida de Freitas Almeida***
Prefeito Municipal	Controladoria geral do Municipio
MARCELO RODRIGUES DE LIMA	***GISLAINE FERNANDA CARNEIRO***
Contador	Secretária de Fazenda

Publicado por:
Jordany Goes da Silva Vieira
Código Identificador:AB89E7A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
BALANÇO ORÇAMENTARIO - 2025

MUNICIPIO DE SARANDI				
Estado do Paraná				
Exercício: 2025				
Balanço Orçamentário				
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985				
Anexo XII da Lei nº 4.320/64				
Período de Janeiro a Dezembro				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	385.868.942,60	416.095.073,26	410.693.674,49	-5.401.398,77
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	86.415.309,60	99.567.045,60	83.400.913,89	-16.166.131,71
Impostos	59.764.534,00	72.916.270,00	67.281.766,73	-5.634.503,27
Taxas	20.777.399,00	20.777.399,00	15.341.172,15	-5.436.226,85
Contribuição de Melhoria	5.873.376,60	5.873.376,60	777.975,01	-5.095.401,59
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.513.040,00	13.513.040,00	12.447.204,00	-1.065.836,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	13.513.040,00	13.513.040,00	12.447.204,00	-1.065.836,00
RECEITA PATRIMONIAL	8.290.606,00	8.480.470,05	22.374.497,79	13.894.027,74
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	8.290.606,00	8.480.470,05	22.285.747,79	13.805.277,74
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	88.750,00	88.750,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	319.615,00	319.615,00	361.888,66	42.273,66
Receita Bruta de Serviços	319.615,00	319.615,00	361.888,66	42.273,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	264.997.840,00	281.224.770,70	277.549.054,65	-3.675.716,05
Transferências da União e de suas Entidades	122.902.926,00	136.957.725,05	140.277.075,99	3.319.350,94
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	36.294.914,00	38.467.045,65	51.697.551,74	13.230.506,09
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	22,88	22,88
Transferências de Outras Instituições Públicas	105.800.000,00	105.800.000,00	85.573.146,96	-20.226.853,04
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	1.257,08	1.257,08
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.332.532,00	12.990.131,91	14.560.115,50	1.569.983,59
Multas e Juros de Mora	11.375.222,00	11.375.222,00	11.417.962,71	42.740,71
Indenizações e Restituições	335.143,00	335.143,00	2.403.786,81	2.068.643,81
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	622.167,00	1.279.766,91	738.365,98	-541.400,93
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	20.262.285,14	49.135.270,22	10.289.734,38	-38.845.535,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.949.901,00	5.949.901,00	163.401,35	-5.786.499,65
Operações de Crédito Internas	5.949.901,00	5.949.901,00	163.401,35	-5.786.499,65
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	28.583,92	28.583,92
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	28.583,92	28.583,92
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.312.384,14	43.185.369,22	10.097.749,11	-33.087.620,11
Transferências da União e de suas Entidades	14.312.384,14	38.580.369,22	5.697.994,05	-32.882.375,17
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	4.605.000,00	4.399.755,06	-205.244,94
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	406.131.227,74	465.230.343,48	420.983.408,87	-44.246.934,61
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	406.131.227,74	465.230.343,48	420.983.408,87	-44.246.934,61
DÉFICIT (IV)	0,00	63.539.497,35	0,00	-63.539.497,35
TOTAL (V) = (III + IV)	406.131.227,74	528.769.840,83	420.983.408,87	-107.786.431,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	69.506.078,31	69.506.078,31	-
Superávit Financeiro	-	69.506.078,31	69.506.078,31	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	351.423.979,10	428.298.754,55	340.126.321,10	316.753.999,17	314.342.304,95	88.172.433,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	214.899.875,00	250.063.794,01	214.509.178,02	214.428.944,84	212.543.684,73	35.554.615,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.306.250,00	1.696.831,22	1.527.341,78	1.527.341,78	1.527.341,78	169.489,44
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	134.217.854,10	176.538.129,32	124.089.801,30	100.797.712,55	100.271.278,44	52.448.328,02
DESPESAS DE CAPITAL	38.636.643,64	96.591.086,28	48.656.142,70	16.554.069,79	16.462.707,03	47.934.943,58
INVESTIMENTOS	29.525.813,64	86.515.256,28	38.636.944,96	6.534.872,05	6.443.509,29	47.878.311,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.110.830,00	10.075.830,00	10.019.197,74	10.019.197,74	10.019.197,74	56.632,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.880.000,00	3.880.000,00	0,00	0,00	0,00	3.880.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	393.940.622,74	528.769.840,83	388.782.463,80	333.308.068,96	330.805.011,98	139.987.377,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(VAIml)ortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	393.940.622,74	528.769.840,83	388.782.463,80	333.308.068,96	330.805.011,98	139.987.377,03
SUPERÁVIT (VIII)	12.190.605,00	0,00	32.200.945,07	87.675.339,91	90.178.396,89	-32.200.945,07
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	406.131.227,74	528.769.840,83	420.983.408,87	420.983.408,87	420.983.408,87	107.786.431,96
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	1.293.949,34	12.590.667,33	6.929.882,16	6.925.309,69	3.939.679,13	3.019.627,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	184.027,81	184.027,81	184.027,81	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.293.949,34	12.406.639,52	6.745.854,35	6.741.281,88	3.939.679,13	3.019.627,85
DESPESAS DE CAPITAL	5.031.071,31	13.346.582,41	9.639.674,07	9.639.674,07	5.535.781,67	3.202.197,98
INVESTIMENTOS	5.031.071,31	13.346.582,41	9.639.674,07	9.639.674,07	5.535.781,67	3.202.197,98
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.325.020,65	25.937.249,74	16.569.556,23	16.564.983,76	9.475.460,80	6.221.825,83

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	1.014.578,02	292.951,99	272.713,50	4.885,77	1.029.930,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.833,99	278.889,75	263.794,79	0,00	24.928,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.004.744,03	14.062,24	8.918,71	4.885,77	1.005.001,79
DESPESAS DE CAPITAL	107.417,74	321.378,04	426.281,78	0,00	2.514,00
INVESTIMENTOS	107.417,74	321.378,04	426.281,78	0,00	2.514,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.121.995,76	614.330,03	698.995,28	4.885,77	1.032.444,74

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR	***ELIZANGELA APARECIDA DE FREITAS ALMEIDA***
Prefeito Municipal	Controladoria geral do Municipio
MARCELO RODRIGUES DE LIMA	***GISLAINE FERNANDA CARNEIRO***
Contador	Secretária de Fazenda

Publicado por:
Jordany Goes da Silva Vieira
Código Identificador:A0CCD0CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
BALANÇO PATRIMONIAL - 2025

MUNICIPIO DE SARANDI
Estado do Paraná
BALANÇO PATRIMONIAL

Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985

Anexo
XIV, da Lei nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2025			PERÍODO: 1 a 12 DATA	EMISSÃO: 11/03/2026	
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**253.657.656,21**	**180.329.253,92**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**7.935.126,95**	**4.983.425,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa	221.651.526,08	158.279.524,46	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	1.985.669,30	300.187,52
Créditos a Curto Prazo	17.881.135,17	18.607.852,38	Assistencias a Pagar a Curto Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	1.795.164,72	1.940.084,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.303.171,74	1.344.726,55
Divida Ativa Tributaria	16.085.970,45	16.667.767,93	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	229.250,89	1.107,73
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	60.000,00	60.000,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.357.035,02	3.277.403,68
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.635.900,23	506.065,63			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	11.489.094,73	2.935.811,45			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**317.822.512,57**	**307.580.746,31**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**40.852.536,72**	**44.917.084,00**
Ativo Realizável a Longo Prazo	19.823.316,50	20.024.037,15	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	7.755.141,24	8.385.274,44
Créditos a Longo Prazo	19.823.316,50	20.024.037,15	Assistencias a Pagar a Longo Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	29.462.692,10	35.869.330,28
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	3.634.703,38	662.479,28
Divida Ativa Tributaria	19.579.846,76	19.780.567,41	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	243.469,74	243.469,74	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**48.787.663,67**	**49.900.509,48**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00			
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00		Atual	Anterior
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	297.999.196,07	287.556.709,16			
			Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	113.729.696,16	110.882.607,37			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-25.840.242,49	-20.625.688,34			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	210.924.768,98	197.706.343,42	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-815.026,58	-406.553,29	Resultados Acumulados	522.692.505,11	438.009.490,75
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	84.683.014,36	55.029.554,58
Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	438.009.490,75	382.979.936,17
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**522.692.505,11**	**438.009.490,75**
TOTAL	**571.480.168,78**	**487.910.000,23**	**TOTAL**	**571.480.168,78**	**487.910.000,23**
ATIVO FINANCEIRO	223.935.431,11	158.433.494,89	PASSIVO FINANCEIRO	69.564.607,23	37.183.527,95
ATIVO PERMANENTE	347.544.737,67	329.476.505,34	PASSIVO PERMANENTE	40.914.704,64	44.979.251,92
SALDO PATRIMONIAL				**461.000.856,91**	**405.747.220,36**

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres 0,00		0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICIT**	**SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR**
500 - Recursos Não Vinculados de Impostos	66.590.283,15	41.820.110,48
501 - Outros Recursos Não Vinculados	16.313,08	4.895,95
540 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.480.803,04	6.301.947,42
541 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	101,16	101,16
542 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.073.665,16	691.569,55
543 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	10.629,36	82.065,16
546 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	176.817,07	0,00
550 - Transferência do Salário-Educação	2.353.258,56	2.132.346,02
552 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	516.382,77	518.710,77
Alimentação Escolar (PNA		
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	-230.985,73	-305.280,69

Transporte Esco		
570 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados	-5.107.683,93	109,34
571 - Transferências do Estado Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educaçã	1.126,47	905,94
572 - Transferências de Municípios Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Edu	-2.141.450,24	914,87
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação	-248.181,19	-98.207,03
576 - Transferências de Recursos dos Estados para Programas de Educação	1.240.695,97	643.798,95
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	-7.558.381,44	1.316.159,42
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal- Bloco de Man	5.177.029,70	2.200.515,06
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal- Bloco de Est	209,59	188,40
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal- Bloco de Est	562,63	562,63
604 - Transferências Provenientes do Governo Federal Destinadas ao Vencimento dos	875.558,49	856.327,93
Agentes Comunitári		
605 - Assistência Financeira da União Destinada à Complementação ao Pagamento dos Pisos Salariais pa	92.677,02	57.303,52
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Estadual	8.238.976,89	7.181.894,81
631 - Transferências do Governo Federal Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados	6.091,25	4.846,85
632 - Transferências do Estado Referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Saúde	2.861,15	2.476,33
659 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	974,90	974,90
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.257.946,19	992.488,39
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	194.700,06	187.841,66
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	216.359,57	86.408,43
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-4.581.932,34	-488.210,90
702 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	814.249,27	882.063,26
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Natu	2.581.622,12	1.194.370,69
706 - Transferência Especial da União	12.395.998,10	8.711.278,09
707 - Transferências da União - Inciso I do Art. 5º da Lei Complementar 173/2020	13.038,48	13.038,48
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	319.877,08
716 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cul	0,00	176.103,25
718 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº123/2022	94.217,00	94.217,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº	943.639,48	905.409,91
14.399/2022		

749 - Outras Vinculações de Transferências	5.437.392,37	3.550.953,69
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	163.143,79	24.834,87
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	19.612.418,67	13.726.791,31
752 - Recursos Vinculados ao Trânsito	18.692.982,49	15.496.996,81
753 - Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	9.094.219,89	3.395.103,47
754 - Recursos de Operações de Crédito	126.880,11	-1.096.747,24
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	2.872.177,27	2.552.720,46
759 - Recursos Vinculados a Fundos	7.688.466,39	6.936.266,82
799 - Outras Vinculações Legais	184.970,09	172.923,67
869 - Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00
TOTAL	154.370.823,88	121.249.966,94

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR	***ELIZANGELA APARECIDA DE FREITAS ALMEIDA***
Prefeito Municipal	Controladoria geral do Municipio
MARCELO RODRIGUES DE LIMA	***GISLAINE FERNANDA CARNEIRO***
Contador	Secretária de Fazenda

Publicado por:
Jordany Goes da Silva Vieira
Código Identificador:71D98435

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2025

MUNICIPIO DE SARANDI									
Estado do Paraná									
Exercício:2025									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.009.490,75	0,00	438.009.490,75
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/ Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.683.014,36	0,00	84.683.014,36
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R$...por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	522.692.505,11	0,00	522.692.505,11

ELIZANGELA APARECIDA DE FREITAS ALMEIDA	***MARCELO RODRIGUES DE LIMA***	***CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR***
Controladoria Geral Do Municipio	Contador	Prefeito
GISLAINE FERNANDA CARNEIRO		
Secretária de Fazenda		

Publicado por:
Jordany Goes da Silva Vieira
Código Identificador:1D053EA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 2025

MUNICIPIO DE SARANDI			
Estado do Paraná			
Exercício: 2025			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985			
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64			
no Período de Janeiro a Dezembro			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**458.797.719,38**	**441.832.773,55**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		80.500.111,50	70.251.389,47
IMPOSTOS		66.758.651,53	62.064.109,34
TAXAS		13.699.155,33	8.187.514,67
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		42.304,64	-234,54
CONTRIBUIÇÕES		12.420.344,46	16.231.403,35
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		12.420.344,46	16.231.403,35
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		698.283,25	10.862.745,87
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		698.283,25	10.862.745,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		26.778.907,58	15.678.712,95
JUROS E ENCARGOS DE MORA		3.683.227,50	2.586.892,43
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		22.285.747,79	12.887.528,05
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		809.932,29	204.292,47
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		324.412.660,82	304.511.712,44
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		3.630.170,30	4.596.801,10
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		320.781.210,56	299.912.474,74
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		1.279,96	2.436,60
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		13.987.411,77	24.296.809,47
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		13.987.411,77	24.296.809,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**374.114.705,02**	**386.803.218,97**
PESSOAL E ENCARGOS		212.496.633,72	201.354.983,31
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		180.976.971,50	162.403.953,13
ENCARGOS PATRONAIS		28.123.384,03	25.220.413,93
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		3.396.278,19	13.730.616,25
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		28.136,17	55.824,19
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		28.136,17	55.824,19
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		69.631.667,25	105.881.699,08
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		12.358.353,30	30.725.314,75
SERVIÇOS		51.650.286,51	70.033.861,61
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		5.623.027,44	5.122.522,72
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		6.093.711,17	6.886.943,22
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		1.527.341,78	1.959.507,09
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		4.566.369,39	4.927.436,13
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		75.240.217,62	67.120.451,78
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		30.231.709,79	26.142.356,75
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		33.957.544,19	31.472.251,45
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		11.050.963,64	9.505.843,58
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.600.904,89	373.273,46
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		1.600.904,89	373.273,46
TRIBUTÁRIAS		690.769,74	301.648,99
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		669.029,03	220.735,39
CONTRIBUIÇÕES		21.740,71	80.913,60
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		8.332.664,46	4.828.394,94
PREMIAÇÕES		493.349,97	142.134,49
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		4.370.704,89	3.912.865,86
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		3.468.609,60	773.394,59
Resultado Patrimonial Do Período		**84.683.014,36**	**55.029.554,58**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)			
		EXERCÍCIO ATUAL	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985			
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64			
no Período de Janeiro a Dezembro			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		16.064.338,52	20.530.991,26
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		10.019.197,74	9.149.055,34
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		28.583,92	1.780.418,74
CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR	***ELIZANGELA APARECIDA DE FREITAS ALMEIDA***		
Prefeito Municipal	Controladoria Geral Do Municipio		
MARCELO RODRIGUES DE LIMA	***GISLAINE FERNANDA CARNEIRO***		
Contador	Secretária de Fazenda		

Publicado por:
Jordany Goes da Silva Vieira
Código Identificador:AC4D7ABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2025

MUNICIPIO DE SARANDI		
Estado do Paraná		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO MÊS: 12	DATA EMISSÃO: 11/03/2026
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		

INGRESSOS	474.545.957,00	443.339.509,47
Receitas derivadas e originárias	133.144.619,84	123.445.562,10
Transferências correntes recebidas	281.177.967,87	261.104.778,12
Outros ingressos operacionais	60.223.369,29	58.789.169,25
DESEMBOLSOS	392.916.556,96	407.050.523,82
Pessoal e demais despesas	275.643.084,94	290.965.138,62
Juros e encargos da dívida	1.527.341,78	1.959.507,09
Transferências concedidas	56.670.714,02	51.700.990,33
Outros desembolsos operacionais	59.075.416,22	62.424.887,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	81.629.400,04	36.288.985,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	28.583,92	1.782.428,55
Alienação de Bens	28.583,92	1.782.428,55
DESEMBOLSOS	16.399.257,54	20.104.709,48
Aquisição de Ativo Não-Circulante	16.399.257,54	20.104.709,48
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-16.370.673,62	-18.322.280,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	10.261.150,46	13.427.008,65
Operações de Crédito	163.401,35	1.282.132,47
Transferências de Capital Recebidas	10.097.749,11	12.144.876,18
DESEMBOLSOS	10.019.197,74	9.149.055,34
Amortização/Refinanciamento da Dívida	10.019.197,74	9.149.055,34
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	241.952,72	4.277.953,31
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	65.500.679,14	22.244.658,03
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	158.279.524,46	136.014.421,35

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	221.651.526,08	158.279.524,46
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	83.400.913,89	71.832.127,33
Receita de Contribuições	12.447.204,00	16.356.591,49
Receita Patrimonial	22.374.497,79	13.047.402,21
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	361.888,66	10.751.469,48
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	14.560.115,50	11.457.971,59
Total das Transferências Recebidas	133.144.619,84	123.445.562,10
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	821.857,43	211.178,01
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	821.857,43	211.178,01
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	39.283.260,93	36.145.464,90
Outras transferências Intragovernamentais	12.190.605,00	11.378.826,56
Outras transferências concedidas	4.374.990,66	3.965.520,86
Total das Transferências Concedidas	56.670.714,02	51.700.990,33
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	1.641.013,31	1.770.408,36

Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	21.540.325,67	23.758.219,79
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	12.022.088,98	12.493.983,48
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	9.796.720,59	10.437.545,38
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	77.992.872,53	77.943.136,69
Trabalho	5.565.180,87	5.500.330,55
Educação	110.899.688,80	115.303.100,37
Cultura	1.945.369,66	933.470,72
Direitos da Cidadania	583.542,46	421.973,53
Urbanismo	10.480.730,20	17.463.390,72
Habitação	139.250,33	150.234,23
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	15.292.498,91	16.080.540,31
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	18,00	99,64
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	2.874.656,22	4.238.800,86
Encargos Especiais	4.869.128,41	4.469.903,99
Perdas com Investimentos	0,00	0,00
Disponibilidades Compensatórias	0,00	0,00

Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	275.643.084,94	290.965.138,62
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.527.341,78	1.959.507,09
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida Intraorcamentária	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	1.527.341,78	1.959.507,09
Notas Explicativas		
-		

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR	***ELIZANGELA APARECIDA DE FREITAS ALMEIDA***	***MARCELO RODRIGUES DE LIMA***
Prefeito Municipal	Controladoria Geral Do Municipio	Contador
GISLAINE FERNANDA CARNEIRO		
Secretária De Fazenda		

Publicado por:
Jordany Goes da Silva Vieira
Código Identificador:330BACBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.38/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°38

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
ROGERIO BOONE	129020	3	16	JD. IMPERIAL
PEDRO HENRIQUE HONORIO SANTOS	218430	11	22	JARDIM ANA ELIZA - NUCLEO - B
SEBASTIAO INACIO DOS SANTOS	129453	6	4	RESIDENCIAL SAO JOSE
FLAVIO FERNANDO EUSTAQUIO	431420	5	9A	JD. MERCURIO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	172286	13	5	JD. COMETA
VANDO DE ALCANTARA	129607	1	1	JD. IBIRAPUERA
ESPOLIO DE CARLOS JOSE BONFIM	161900	10	1	JD. HIGIENOPOLIS
CONSTRUTORA VICKY LTDA	129976	4	1	JD. IBIRAPUERA
LUIZ CARLOS DE ARAUJO	212300	8	2	JD. MERCURIO
EWERTON ROCHA	280739	5	17	JD. SANTA TEREZA
CONSTRUTORA VICKY LTDA	130567	7	10	JD. IBIRAPUERA
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443889	7	22	JARDIM AURORA II
JHON LUIZ RIBEIRO	446565	24	1A	JARDIM AURORA
MICHAEL HENRIQUE BALBINO	447218	7	4	JARDIM AURORA
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444697	39	4	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444070	12	31	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443916	8	15	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444009	11	3	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444450	30	15	JARDIM AURORA II
J V VIGNOTO & CIA LTDA	395145	20	12	JARDIM AURORA
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444125	14	18	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443810	5	31	JARDIM AURORA II
MOISES CORDEIRO ALVES	259853	14	5	CONJ. RES.SARANDI-I
ESPOLIO DE IOLANDA DE MARI	163210	9	2	JD. ESPERANCA III PT
CONSTRUTORA VICKY LTDA	133094	12	9	JD. GRALHA AZUL
JOSUE MATEUS DE SOUZA MARTINS	261289	4	33	JD. ITAMARATY
CONSTRUTORA VICKY LTDA	168440	13	5	JARDIM ESPLANADA
EMERSON SOARES DE OLIVEIRA	144924	13	2	JARDIM ESPERANÇA 1º PARTE
CONSTRUTORA VICKY LTDA	133140	12	12	JD. GRALHA AZUL
CLEIBSON FERREIRA VENANCIO	218510	11	29	JARDIM ANA ELIZA - NUCLEO - B

Paço Municipal, 12 de Março de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS	***ELISÂNGELA RUELA***
Diretor Departamento Administração de Receitas	Coordenadora Tributos Municipais Cadastro Pessoas Física e Jurídicas
Decreto nº 294/2025	Decreto nº 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:0898F57B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.38/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°38

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
ROGERIO BOONE	129020	3	16	JD. IMPERIAL
PEDRO HENRIQUE HONORIO SANTOS	218430	11	22	JARDIM ANA ELIZA - NUCLEO - B
SEBASTIAO INACIO DOS SANTOS	129453	6	4	RESIDENCIAL SAO JOSE
FLAVIO FERNANDO EUSTAQUIO	431420	5	9A	JD. MERCURIO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	172286	13	5	JD. COMETA
VANDO DE ALCANTARA	129607	1	1	JD. IBIRAPUERA
ESPOLIO DE CARLOS JOSE BONFIM	161900	10	1	JD. HIGIENOPOLIS
CONSTRUTORA VICKY LTDA	129976	4	1	JD. IBIRAPUERA
LUIZ CARLOS DE ARAUJO	212300	8	2	JD. MERCURIO
EWERTON ROCHA	280739	5	17	JD. SANTA TEREZA
CONSTRUTORA VICKY LTDA	130567	7	10	JD. IBIRAPUERA
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443889	7	22	JARDIM AURORA II
JHON LUIZ RIBEIRO	446565	24	1A	JARDIM AURORA
MICHAEL HENRIQUE BALBINO	447218	7	4	JARDIM AURORA
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444697	39	4	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444070	12	31	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443916	8	15	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444009	11	3	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444450	30	15	JARDIM AURORA II
J V VIGNOTO & CIA LTDA	395145	20	12	JARDIM AURORA
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444125	14	18	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443810	5	31	JARDIM AURORA II
MOISES CORDEIRO ALVES	259853	14	5	CONJ. RES.SARANDI-I
ESPOLIO DE IOLANDA DE MARI	163210	9	2	JD. ESPERANCA III PT
CONSTRUTORA VICKY LTDA	133094	12	9	JD. GRALHA AZUL
JOSUE MATEUS DE SOUZA MARTINS	261289	4	33	JD. ITAMARATY
CONSTRUTORA VICKY LTDA	168440	13	5	JARDIM ESPLANADA
EMERSON SOARES DE OLIVEIRA	144924	13	2	JARDIM ESPERANÇA 1º PARTE
CONSTRUTORA VICKY LTDA	133140	12	12	JD. GRALHA AZUL
CLEIBSON FERREIRA VENANCIO	218510	11	29	JARDIM ANA ELIZA - NUCLEO - B
Paço Municipal, 12 de Março de 2026.				
IZAEL CARVALHO DOS SANTOS		***ELISÂNGELA RUELA***		
Diretor Departamento Administração de Receitas		Coordenadora Tributos Municipais Cadastro Pessoas Física e Jurídicas		
Decreto nº 294/2025		Decreto nº 183/2025		

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:B75AE1F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.40/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°40/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data. Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	443806	5	27	JARDIM AURORA II
LUIZ DA SILVA CAMARGO	129518	6	10	JD. IMPERIAL
WILSON DE ARRUDA CAMPOS	427930	19	3A	PQ. SAO PEDRO
WILSON DE ARRUDA CAMPOS	201219	7	4	PQ. SAO PEDRO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	172570	14	12	JD. COMETA
REINALDO ADRIANO ZAMBERLAN	443072	9	9A	JARDIM KUSUMOTO
MARIA DE LIMA ROCHA	138363	11	28	JD. CASTELO
DIONISIO JUSTO	138061	11	4	JD. CASTELO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	140341	19	9	JD. CASTELO
EDNA DE SOUZA CARVALHO CRUCIARI	136310	5	6	JD. CASTELO
MARCELO ALESSANDRO RIBEIRO DA SILVA	139106	13	15	JD. CASTELO
DIONISIO JUSTO	136620	6	8	JD. CASTELO
LUCIMAR MARIA DA SILVA	398681	5	8A	JD. MONTE LIBANO
DANIEL TAKAHASHI DA ROCHA	454148	4	4	JARDIM WILLIAM
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	448297	13	20	JARDIM AURORA III
Paço Municipal, 13 de Março de 2026.				
IZAEL CARVALHO DOS SANTOS	***ELISANGELA RUELA***			
Diretor de Departamento Administração de Receitas	Coordenador de Tributos Municipais e Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas			
Decreto 294/2025	Decreto 183/2025			

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:94846B95

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.41/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°41/2026
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
MARTA APARECIDA LOPES BELLAFONTE DE ALMEIDA	63797	90P	24	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
SIRLEI APARECIDA FERREIRA	68748	108	9	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444369	25	10	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444787	42	17	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444207	17	26	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444660	37	11	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444675	38	10	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444110	14	5	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444636	36	18	JARDIM AURORA II
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	447999	2	9	JARDIM AURORA III
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	448318	14	13	JARDIM AURORA III
FRANCISCO LUCIANO DE BRAGA NETO	364371	7	1	JD. NOVO BERTIOGA

Paço Municipal, 13 de Março de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretor de Departamento Administração de Receitas
Decreto 294/2025

ELISANGELA RUELA
Coordenador de Tributos Municipais e Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas
Decreto 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:999F6CD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.42/26

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°42/2026
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
DESIGN EMPREENDIMENTOS LTDA	317012	15	9	JD. MONTE REY
MAURICIO JOSE DE OLIVEIRA	334669	57	14	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
LAKARRAR TECNOLOGIA E COMPUTADORES LTDA	454097	2	7	JARDIM WILLIAM
ESPOLIO DE JOSE JACINTO DE ANDRADE	283525	10	17	CJ.CASA FAMILIA SARANDI - I ETAPA
ESPOLIO DE AMELIA DEMITO	5240	17	3	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
EDVALDO POLETTI	451674	27	18	JARDIM SAO PAULO II
U3 URBANISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	401519	29	2	JARDIM SAO PAULO II
U3 URBANISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	401592	32	26	JARDIM SAO PAULO II
U3 URBANISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	401612	33	14	JARDIM SAO PAULO II
U3 URBANISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	401713	36	16	JARDIM SAO PAULO II
ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA	401397	25	16	JARDIM SAO PAULO II
U3 URBANISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	401101	10	15	JARDIM SAO PAULO II
U3 URBANISMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	401103	11	1	JARDIM SAO PAULO II
MARIA HELENA FERREIRA	146692	5	15	JD. DOM BOSCO
EDER BUZO ALCINE	146382	4	13	JD. DOM BOSCO
LEANDRO PACHECO MARTINS	391017	4	18	JARDIM REAL II
IZAEL MARTINS DE SOUZA	390995	3	12	JARDIM REAL II

CONTRIBUINTE	CADASTRO AVULSO	CPF
ROSANGELA RODRIGUES	4-31066	072.XXX.XXX-80

Paço Municipal, 13 de Março de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretor de Departamento Administração de Receitas
Decreto 294/2025

ELISANGELA RUELA
Coordenador de Tributos Municipais e Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas
Decreto 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:7E2EE75B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.43/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI				
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR				
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600				
SECRETARIA DE FAZENDA				
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°43/2026				
Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data. Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.				
CONTRIBUINTE	**CADASTRO**	**QUADRA**	**LOTE**	**LOTEAMENTO**
VIGNOTO & IMHX EMPREENDIMENTOS LTDA	444614	35	29	JARDIM AURORA II
VANDERLEI MACEDO MELO	326143	7	27	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	328880	23	1	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	329312	25	10	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
CONSTRUTORA VICKY LTDA	134570	19	6	JD. GRALHA AZUL
IRENE RODRIGUES NOVAES LIMA	254207	6	1	CJ.RESID VALE AZUL
GUILHERME ANTONIO PEDROZO	445470	30	1A	JD. MONTE REY
CONSTRUTORA VICKY LTDA	125539	65	4	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	126926	69	14	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	289604	FR	52A	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	290114	FR	112	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	290343	FR	139	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	123951	58A	4	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	128350	74	26	JD. VERAO
ESPOLIO DE FATIMA RIBEIRO LEMES PEREIRA	262412	4	4	CJ.RESID.TRIANGULO
MOACIR DA SILVA MORAES	262609	4	22	CJ.RESID.TRIANGULO
Paço Municipal, 16 de Março de 2026.				
IZAEL CARVALHO DOS SANTOS			***ELISANGELA RUELA***	
Diretor de Departamento Administração de Receitas			Coordenador de Tributos Municipais e Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas	
Decreto 294/2025			Decreto 183/2025	

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:5899F317

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTARIO

MUNICÍPIO DE SENGÉS									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	120.672.662,16	13.179.065,54
DESPESAS CORRENTES	111.686.194,33	116.589.931,53	22.583.049,23	22.583.049,23	94.006.882,30	14.344.295,89	14.344.295,89	102.245.635,64	12.801.099,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.931.981,60	50.162.379,36	7.264.679,58	7.264.679,58	42.897.699,78	7.004.825,30	7.004.825,30	43.157.554,06	6.431.572,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.500.000,00	2.500.000,00	860.000,00	860.000,00	1.640.000,00	401.387,95	401.387,95	2.098.612,05	401.387,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.254.212,73	63.927.552,17	14.458.369,65	14.458.369,65	49.469.182,52	6.938.082,64	6.938.082,64	56.989.469,53	5.968.139,82
DESPESAS DE CAPITAL	7.893.805,67	17.630.017,29	4.067.775,66	4.067.775,66	13.562.241,63	410.990,77	410.990,77	17.219.026,52	377.965,77
INVESTIMENTOS	6.893.805,67	16.630.017,29	3.315.620,10	3.315.620,10	13.314.397,19	43.203,90	43.203,90	16.586.813,39	10.178,90
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	1.000.000,00	752.155,56	752.155,56	247.844,44	367.786,87	367.786,87	632.213,13	367.786,87
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.208.000,00	1.208.000,00	0,00	0,00	1.208.000,00	0,00	0,00	1.208.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	120.672.662,16	13.179.065,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	120.672.662,16	13.179.065,54
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.523.620,76	7.523.620,76	(7.523.620,76)	9.099.841,88
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	108.777.123,93	22.278.907,42	22.278.907,42	113.149.041,40	22.278.907,42
Entidades:									
Município de Sengés									

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:0C21E610

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTARIO INTRA

MUNICÍPIO DE SENGÉS									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:									
Município de Sengés									

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:9AE20C79

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTARIO RECEITA

MUNICÍPIO DE SENGÉS							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	120.788.000,00	127.923.249,90	22.278.907,42	17,42	22.278.907,42	17,42	105.644.342,48
RECEITAS CORRENTES	120.688.000,00	120.784.849,90	19.510.020,45	16,15	19.510.020,45	16,15	101.274.829,45
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	22.593.500,00	22.593.500,00	2.562.515,82	11,34	2.562.515,82	11,34	20.030.984,18
IMPOSTOS	19.819.000,00	19.819.000,00	2.218.443,75	11,19	2.218.443,75	11,19	17.600.556,25
TAXAS	2.774.500,00	2.774.500,00	344.072,07	12,40	344.072,07	12,40	2.430.427,93
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.502.100,00	1.502.100,00	241.890,80	16,10	241.890,80	16,10	1.260.209,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	1.502.100,00	1.502.100,00	241.890,80	16,10	241.890,80	16,10	1.260.209,20
RECEITA PATRIMONIAL	2.373.415,00	2.373.415,00	515.906,83	21,74	515.906,83	21,74	1.857.508,17
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	12.200,00	12.200,00	2.836,41	23,25	2.836,41	23,25	9.363,59
VALORES MOBILIÁRIOS	2.361.215,00	2.361.215,00	513.070,42	21,73	513.070,42	21,73	1.848.144,58
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	377.785,00	377.785,00	29.317,36	7,76	29.317,36	7,76	348.467,64
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	306.000,00	306.000,00	27.043,36	8,84	27.043,36	8,84	278.956,64
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	21.785,00	21.785,00	2.274,00	10,44	2.274,00	10,44	19.511,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	93.619.200,00	93.716.049,90	16.094.215,92	17,17	16.094.215,92	17,17	77.621.833,98
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	47.793.200,00	47.793.200,00	7.921.469,20	16,57	7.921.469,20	16,57	39.871.730,80
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	26.746.000,00	26.842.849,90	4.853.247,07	18,08	4.853.247,07	18,08	21.989.602,83
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	80.000,00	80.000,00	22.289,33	27,86	22.289,33	27,86	57.710,67
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	19.000.000,00	19.000.000,00	3.297.210,32	17,35	3.297.210,32	17,35	15.702.789,68

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	222.000,00	222.000,00	66.173,72	29,81	66.173,72	29,81	155.826,28
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	119.000,00	119.000,00	55.744,50	46,84	55.744,50	46,84	63.255,50
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	100.000,00	10.429,22	10,43	10.429,22	10,43	89.570,78
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	7.138.400,00	2.768.886,97	38,79	2.768.886,97	38,79	4.369.513,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	1.162.282,00	86.500,00	7,44	86.500,00	7,44	1.075.782,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	1.162.282,00	86.500,00	7,44	86.500,00	7,44	1.075.782,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	5.876.118,00	2.682.386,97	45,65	2.682.386,97	45,65	3.193.731,03
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	1.467.500,00	1.979.375,34	134,88	1.979.375,34	134,88	(511.875,34)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	4.408.618,00	703.011,63	15,95	703.011,63	15,95	3.705.606,37
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	120.788.000,00	127.923.249,90	22.278.907,42	17,42	22.278.907,42	17,42	105.644.342,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	120.788.000,00	127.923.249,90	22.278.907,42	17,42	22.278.907,42	17,42	105.644.342,48
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	120.788.000,00	127.923.249,90	22.278.907,42	17,42	22.278.907,42	17,42	105.644.342,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.504.698,92	0,00	0,00	7.504.698,92	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	7.504.698,92	0,00	0,00	7.504.698,92	100,00	0,00
Entidades:							
Município de Sengés							

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:42FDA9BE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTARIO RECEITA INTRA

MUNICÍPIO DE SENGÉS							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso							
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Entidades:							
Município de Sengés							

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:5A7FDACC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO MDE

MUNICÍPIO DE SENGÉS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e

212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	19.819.000,00	2.218.443,75
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	2.652.000,00	50.263,74
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	1.201.000,00	107.452,21
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	12.466.000,00	1.576.762,54
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.500.000,00	483.965,26
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	81.043.000,00	14.081.272,51
2.1 - Cota-parte FPM	44.300.000,00	7.999.577,84
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	40.500.000,00	7.999.577,84
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.800.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	30.000.000,00	4.553.349,70
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	405.000,00	68.620,53
2.4 - Cota-parte ITR	4.300.000,00	70.658,49
2.5 - Cota-parte IPVA	2.000.000,00	1.389.065,95
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	38.000,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	100.862.000,00	16.299.716,26
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	15.441.000,00	2.816.254,50
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	9.774.500,00	1.258.674,56

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	21.201.000,00	3.690.115,02
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	19.201.000,00	3.347.047,65
6.1.1 - Principal	19.000.000,00	3.297.210,32
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	201.000,00	49.837,33
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.000.000,00	343.067,37
6.4.1 - Principal	2.000.000,00	343.067,37
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	3.559.000,00	480.955,82

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	294.188,31
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	294.188,31
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.984.303,33

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	21.550.628,04	2.887.308,07	2.871.913,45	2.644.474,26	15.394,62
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.902.846,10	2.680.084,63	2.680.084,63	2.472.611,74	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	5.515.224,33	1.055.859,54	1.055.859,54	973.233,57	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	9.387.621,77	1.624.225,09	1.624.225,09	1.499.378,17	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	6.647.781,94	207.223,44	191.828,82	171.862,52	15.394,62
10.2.1 - Educação Infantil	2.976.328,37	19.861,18	6.244,56	5.150,77	13.616,62
10.2.2 - Ensino Fundamental	3.671.453,57	187.362,26	185.584,26	166.711,75	1.778,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	2.756.690,47	2.741.295,85	2.513.856,66	15.394,62	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.756.690,47	2.741.295,85	2.513.856,66	15.394,62	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.656.252,07	2.656.252,07	2.448.779,18	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.342.933,36	2.656.252,07	2.656.252,07	79,36
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	369.011,50	948.819,17	948.819,17	579.807,67	25,71

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.868.060,19	294.188,31	255.763,89	0,00	0,00	38.424,42
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.751.624,49	294.131,36	255.706,94	0,00	0,00	38.424,42
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	116.435,70	56,95	56,95	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	13.182.247,10	1.528.558,21	1.012.513,01	814.286,72	516.045,20
20.1 - Educação Infantil	3.453.822,20	282.725,65	213.895,00	169.973,47	68.830,65
20.2 - Ensino Fundamental	9.728.424,90	1.245.832,56	798.618,01	644.313,25	447.214,55
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	34.732.875,14	4.285.248,68	3.753.808,86	3.328.143,38	531.439,82
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	11.945.374,90	1.358.446,37	1.275.999,10	1.148.357,81	82.447,27
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	22.787.500,24	2.926.802,31	2.477.809,76	2.179.785,57	448.992,55

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.012.513,01
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.816.254,50
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	579.807,67
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	38.424,42
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	3.210.535,42

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	4.074.929,06	3.210.535,42	19,70

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	6.788.790,08	438.138,23	758.561,57	0,00	6.030.228,51

30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	5.224.722,75	310.021,19	394.343,71	0,00	4.830.379,04
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	553.749,57	60.900,00	297.000,82	0,00	256.748,75
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da	1.010.317,76	67.217,04	67.217,04	0,00	943.100,72
União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.696.800,00	476.348,58
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.151.800,00	341.977,68
31.1.1 - Salário-Educação	1.320.000,00	292.294,24
31.1.2 - PDDE	3.250,00	7,38
31.1.3 - PNAE	535.000,00	49.601,52
31.1.4 - PNATE	69.500,00	74,54
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	224.050,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	545.000,00	134.370,90

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.715.621,15	357.023,21	148.243,67	136.990,27	208.779,54
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.026.358,64	178.620,69	75.569,58	69.784,63	103.051,11
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.689.262,51	178.402,52	72.674,09	67.205,64	105.728,43
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	38.448.496,29	4.772.889,49	4.032.670,13	3.595.751,25	740.219,36
33.1 - Despesas Correntes	33.473.173,86	4.763.099,49	4.029.870,13	3.592.951,25	733.229,36
33.1.1 - Pessoal Ativo	19.710.016,14	3.041.982,48	3.036.895,68	2.793.498,34	5.086,80
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	526.000,00	68.964,00	68.964,00	68.964,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	13.237.157,72	1.652.153,01	924.010,45	730.488,91	728.142,56
33.2 - Despesas de Capital	4.975.322,43	9.790,00	2.800,00	2.800,00	6.990,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	271.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	4.704.322,43	9.790,00	2.800,00	2.800,00	6.990,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.911.015,09	185.790,31
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	3.757.269,03	292.294,24
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.009.196,61	152.500,87
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.659.087,51	325.583,68
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.659.087,51	325.583,68
Entidades:		
Município de Sengés		

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:3D7B03D9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO OPERAÇÕES DE CREDITO

MUNICÍPIO DE SENGÉS			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	1.162.282,00	86.500,00	1.075.782,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	17.630.017,29	4.067.775,66	13.562.241,63
Investimentos	16.630.017,29	3.315.620,10	13.314.397,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.000.000,00	752.155,56	247.844,44
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	17.630.017,29	4.067.775,66	13.562.241,63
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	16.467.735,29	3.981.275,66	12.486.459,63
Entidades:			
Município de Sengés			

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:5721C6D8

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO RECEITA ALIENAÇÃO

MUNICÍPIO DE SENGÉS			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	39.098,57	160.901,43
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	200.000,00	39.098,57	160.901,43
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	0,00	100.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	100.000,00	39.098,57	60.901,43
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	200.000,00	39.098,57	160.901,43

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	1.254.227,88	30.295,00	0,00	0,00	0,00	1.223.932,88
Investimentos	1.254.227,88	30.295,00	0,00	0,00	0,00	1.223.932,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.254.227,88	30.295,00	0,00	0,00	0,00	1.223.932,88

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	1.953.906,10	8.803,57	1.962.709,67
Entidades:			
Município de Sengés			

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:8B580789

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO RESULTADO PRIMARIO

MUNICÍPIO DE SENGÉS		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	120.781.849,90	19.510.020,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.593.500,00	2.562.515,82
IPTU	2.652.000,00	50.263,74
ISS	12.466.000,00	1.576.762,54
ITBI	1.201.000,00	107.452,21
IRRF	3.500.000,00	483.965,26
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.774.500,00	344.072,07
Contribuições	1.502.100,00	241.890,80
Receita patrimonial	2.370.415,00	515.906,83
Aplicações Financeiras (II)	2.361.215,00	513.070,42
Outras Receitas Patrimoniais	9.200,00	2.836,41
Transferências correntes	93.716.049,90	16.094.215,92
Cota-Parte do FPM	36.200.000,00	6.399.662,36
Cota-Parte do ICMS	24.000.000,00	3.642.679,80
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.111.252,72
Cota-Parte do ITR	3.440.000,00	56.526,82
Transferências da LC 61/1989	324.000,00	54.896,42
Transferências do FUNDEB	21.000.000,00	3.707.431,70
Outras transferências correntes	7.152.049,90	1.121.766,10
Demais receitas correntes	599.785,00	95.491,08
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	599.785,00	95.491,08
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	118.420.634,90	18.996.950,03
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00

RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	7.138.400,00	2.768.886,97
Operações de Crédito (VIII)	1.162.282,00	86.500,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	100.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	100.000,00	0,00
Transferências de Capital	5.876.118,00	2.682.386,97
Convênios	4.886.118,00	2.682.386,97
Outras Transferências de Capital	990.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	5.976.118,00	2.682.386,97
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	124.396.752,90	21.679.337,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	124.396.752,90	21.679.337,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	116.589.931,53	22.583.049,23	14.344.295,89	12.801.099,77	1.846.352,16	856.119,28	805.914,58
Pessoal e encargos sociais	50.162.379,36	7.264.679,58	7.004.825,30	6.431.572,00	498.817,66	107.543,36	104.441,60
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	2.500.000,00	860.000,00	401.387,95	401.387,95	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	63.927.552,17	14.458.369,65	6.938.082,64	5.968.139,82	1.347.534,50	748.575,92	701.472,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	114.089.931,53	21.723.049,23	13.942.907,94	12.399.711,82	1.846.352,16	856.119,28	805.914,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	17.630.017,29	4.067.775,66	410.990,77	377.965,77	3.197.796,50	861.739,98	567.539,98
Investimentos	16.630.017,29	3.315.620,10	43.203,90	10.178,90	3.197.796,50	861.739,98	567.539,98
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.000.000,00	752.155,56	367.786,87	367.786,87	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	16.630.017,29	3.315.620,10	43.203,90	10.178,90	3.197.796,50	861.739,98	567.539,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	131.927.948,82	25.038.669,33	13.986.111,84	12.409.890,72	5.044.148,66	1.717.859,26	1.373.454,56
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	131.927.948,82	25.038.669,33	13.986.111,84	12.409.890,72	5.044.148,66	1.717.859,26	1.373.454,56
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							2.851.843,06
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.851.843,06

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	92.537,00
JUROS NOMINAIS	Até Fevereiro / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	513.070,42
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	234.977,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.129.936,48

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Fevereiro / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	14.120.444,37	14.008.114,47
DEDUÇÕES (XL)	23.225.292,85	28.386.448,83
Disponibilidade de Caixa	23.225.292,85	28.386.448,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.766.789,69	30.782.826,39
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	5.057.865,41	1.934.342,57
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	483.631,43	462.034,99
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(9.104.848,48)	(14.378.334,36)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		5.273.485,88

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	5.020.000,00
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Fevereiro / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(3.123.522,84)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	2.149.963,04
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.871.869,62
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.504.698,92
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.504.698,92
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
Entidades:	
Município de Sengés	

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:279BFB8E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RREO

MUNICÍPIO DE SENGÉS	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	120.788.000,00
Previsão Atualizada da Receita	127.923.249,90
Receitas Realizadas	22.278.907,42
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	7.504.698,92
Dotação Inicial	120.788.000,00
Créditos Adicionais	14.639.948,82
Dotação Atualizada	135.427.948,82
Despesas Empenhadas	26.650.824,89
Despesas Liquidadas	14.755.286,66
Despesas Pagas	13.179.065,54
Superávit Orçamentário	7.523.620,76
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	26.650.824,89
Despesas Liquidadas	14.755.286,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	120.216.610,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	119.416.610,07
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	118.852.806,07
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	3.129.936,48	0,00 %
Resultado Primário	92.537,00	2.851.843,06	3.082,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.057.865,41	0,00	5.044.148,66	13.716,75
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	24.831.585,01	17.800,00	1.373.454,56	23.440.330,45
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	29.889.450,42	17.800,00	6.417.603,22	23.454.047,20

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	3.210.535,42	25% / 18%	19,70
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	2.656.252,07	70%	79,36

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	86.500,00		1.075.782,00	
Despesa de Capital Líquida	4.067.775,66		13.562.241,63	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		100.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	30.295,00		1.223.932,88
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.354.770,33	15%	20,58
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Município de Sengés			

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:674BACA3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO

Termo de Doação de Bens Móveis nº 004/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CURITIBA/PR e o MUNICÍPIO DE SENGÉS/PR.

O **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.417.005/0001-86, sediado na Avenida Cândido de Abreu, nº 817, bairro Centro Cívico, CEP 80530-908, nesta capital, doravante denominado **DOADOR**, representado legalmente pelo seu Prefeito Municipal **EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO**, inscrito no CPF/MF nº 004.764.179-70 e
de outro lado, o **MUNICÍPIO DE SENGÉS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.911.676/0001-07, sediado na Travessa Senador Souza Naves, nº 95, Centro, CEP 83.203-060, Sengés, doravante denominado **DONATÁRIO**, representado legalmente pelo seu Prefeito Municipal **GERSON NUNES DA SILVA**, inscrito no CPF/MF nº 120.174.888-79, resolvem celebrar o presente Termo de Doação, **Processo Administrativo nº 04-041860/2025**, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21, Lei Orgânica Municipal do Município, Decreto Municipal nº 210/2014 e demais legislações aplicáveis, mediante as Cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O objeto do presente instrumento consiste na doação sem encargos pelo **DOADOR**, de Pistolas, Marca Taurus, calibre .380, conforme condições e quantidades especificadas no Anexo I deste Termo de Doação, comprometendo-se o **DONATÁRIO** a utilizar o bem, objeto deste instrumento, exclusivamente para fim e uso de interesse social.

Parágrafo primeiro
Para fins de definição da data de celebração do presente Termo de Doação, considera-se:
No termo assinado presencialmente, considerar-se-á celebrado na data indicada acima das assinaturas, ao final deste instrumento;
No termo assinado digitalmente, considerar-se-á celebrado na data da última assinatura eletrônica, aposta por dentre as partes.

Parágrafo segundo
Caso os bens não sejam utilizados na finalidade que deu causa à doação, esta poderá ser revogada unilateralmente, pelo **DOADOR**, sem que caiba ao **DONATÁRIO** indenização de qualquer natureza.

Parágrafo terceiro
Revogada a doação, deverá o **DONATÁRIO** devolver imediatamente os bens doados, arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus jurídico ou financeiro pendente.

CLÁUSULA SEGUNDA
Por força deste instrumento e, na melhor forma de direito, o **DOADOR** doa e transfere ao **DONATÁRIO**, espontânea e gratuitamente, todo o direito e ação, domínio e posse sobre os bens móveis mencionados na Cláusula Primeira, passando os referidos bens móveis a integrar ao patrimônio do **DONATÁRIO**.

CLÁUSULA TERCEIRA
O **DONATÁRIO** declara, para os fins de direito, que aceita a doação e transferência de domínio de material, conforme discriminação constante na Cláusula Primeira supra, comprometendo-se a efetuar a incorporação patrimonial dentro das normas estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA
O presente Termo é firmado em caráter irrevogável e irretratável, podendo ser rescindido em caso de caso fortuito ou força maior ou se restar demonstrada impossibilidade, técnica ou jurídica de se utilizar o bem doado.

CLÁUSULA QUINTA
Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico- trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução de atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade de origem.

CLÁUSULA SEXTA
Incumbe ao **DONATÁRIO** e ao **DOADOR** providenciar a publicação do extrato deste instrumento em seus respectivos Diários Oficiais dos Municípios.

CLÁUSULA SÉTIMA
O **DONATÁRIO** compromete-se a informar, tempestivamente, ao Exército Brasileiro, por meio do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados (SFPC) da respectiva região, sobre a transferência do armamento objeto desta doação, imediatamente após a emissão dos registros junto ao Sistema Nacional de Armas – SINARM, da Polícia Federal, bem como cumprir todas as obrigações legais e normativas relativas ao controle, cadastro, rastreamento e comunicação da posse e movimentação do referido acervo bélico.

CLÁUSULA OITAVA
Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas provenientes da execução e cumprimento do presente Termo.

E para constar, foi lavrado o presente, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2026.

EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO
Prefeito de Curitiba

GERSON NUNES DA SILVA
Prefeito de Sengés

RAFAEL FERREIRA VIANNA
CPF/MF 040.908.269-42
1ª Testemunhas

JOSE CARLOS FELIPUS COSTA
CPF/MF 709.435.089-91
2ª Testemunhas

ANEXO I
TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

QTDE	ESPECIE	MARCA	MODELO	N° Serie	Patrimonial	N° REGISTRO	N° SINARM	VALIDADE DO REGISTRO
1	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22103	1-295832	002573254	2016/008673727-89	03/01/2029
2	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22104	1-295833	002573255	2016/008673728-60	03/01/2029
3	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22106	1-295834	002573256	2016/008673729-40	03/01/2029
4	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22107	1-295835	002573257	2016/008673730-84	03/01/2029
5	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22101	1-295830	002573252	2016/008673725-17	03/01/2029
6	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22102	1-295831	002573253	2016/008673726-06	03/01/2029
7	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22114	1-295842	002573264	2016/008673636-07	03/01/2029
8	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22109	1-295837	002573259	2016/008673732-46	03/01/2029
9	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22115	1-295843	002573265	2016/008673637-98	03/01/2029
10	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22117	1-295845	002573267	2016/008673639-50	03/01/2029
11	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22124	1-295852	002573274	2016/008673646-89	03/01/2029
12	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22127	1-295855	002573279	2016/008673649-21	03/01/2029
13	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22119	1-295847	002573269	2016/008673641-74	03/01/2029
14	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22122	1-295850	002573272	2016/008673644-17	03/01/2029
15	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22128	1-295856	002573281	2016/008673650-65	03/01/2029
16	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22132	1-295860	002573285	2016/008673654-99	03/01/2029
17	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22134	1-295862	002573287	2016/008673656-50	03/01/2029
18	PISTOLA	TAURUS	938	KIX22135	1-295863	002573288	2016/008673657-31	03/01/2029

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:5A2284FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2026

Processo Licitatório n.º 214/2025 - Pregão Eletrônico n.º 092/2025

CONTRATADA: ANA PAULA M. DE ALMEIDA TRANSPORTE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 29.791.364/0001-19.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de locação de micro-ônibus e van por meio de fretamento, por km rodado, incluso motorista e todos os demais custos, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo, nos termos especificado a seguir: §1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	FRETAMENTO DE MICRO ÔNIBUS Serviço de locação (fretamento por km rodado) de micro ônibus com no mínimo 26 lugares em excelente estado de conservação, possuindo bancos reclináveis, tipo de assento soft, cinto de segurança, ar condicionado, bagageiro, idade máxima dos veículos de 15 anos de sua fabricação e tudo mais determinado na legislação. Granprix AMCG Voleibol Masculino e Feminino Local: Ipiranga/PR Saída: 28/03/2026 Horário previsto de saída: 04h00min Distância: 410 km Local de embarque: Ginásio de Esportes Candido Rossoni – Rua Francisco Teodoro, nº 530, bairro Morungava.	Serviço	KM	410	10,50	4.305,00
2	1	FRETAMENTO DE VAN Serviço de locação (fretamento por km rodado) de van com no mínimo 15 lugares em excelente estado de conservação, possuindo bancos reclináveis, tipo de assento soft, cinto de segurança, ar condicionado, bagageiro, idade máxima dos veículos de 15 anos de sua fabricação e tudo mais determinado na	Serviço	KM	869	9,55	8.298,95

		legislação. Festival Verão Itararé Futsal Local: Itararé/SP Saída: 18/03/2026 e 19/03/2026 Horário previsto de saída: 18h00min Distância: 64 km Local de embarque: Ginásio de Esportes Candido Rossoni – Rua Francisco Teodoro, nº 530, bairro Morungava. 14ª Copa AMCG Futsal Local: Imbaú/PR Saída: 26/03/2026 Horário previsto de saída: 18h00min Distância: 202,5 km - Total ida e volta: 405 km Local de embarque: Ginásio de Esportes Candido Rossoni – Rua Francisco Teodoro, nº 530, bairro Morungava. Local: Telêmaco Borba/PR Saída: 30/04/2026 Horário previsto de saída: 18h00min Distância: 200 km - Total ida e volta: 400 km Local de embarque: Ginásio de Esportes Candido Rossoni – Rua Francisco Teodoro, nº 530, bairro Morungava.					

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 12.603,95 (doze mil, seiscentos e três reais e noventa e cinco centavos).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:
09 – Sec. de Cultura, Esporte e Turismo
4920.000.339039 - O. S. T. – P. J.
DA VIGÊNCIA: O presente contrato administrativo o qual terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31/12/2026.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 13/03/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 16 de março de 2026.

Departamento de Gestão de Contratos

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:60D3785C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
2º TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2025

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE - SERMUSA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no MF/CNPJ SOB Nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, Estado Do Paraná, neste ato representado por sua diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, portadora da cédula de identidade registro geral n.º 6.487.109-1/SESP-PR, inscrita no CPF(MF) sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominado de contratante e de outro lado a empresa **NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**, CNPJ n.º **19.850.311/0001-78**, com sede na Rua Humberto Moacir Schenna, nº 432, Ibaiti, Estado do Paraná, CEP: 84.900-000, telefone:(43) 3546-1236, E-MAIL nortesulsaude@hotmail.com, representada por seu(sua) CRISTIANO PARRA VIEIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural da cidade de Grandes Rios/PR, nascido em 06/08/1986, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº. 03714638714 DETRAN/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº. 055.174.029-92, residente e domiciliado na Rua Dr. Euclides Monteiro, nº. 901, centro, na cidade de Ibaiti/PR, CEP 84.900-000, doravante denominada contratada.
CLÁUSULA PRIMEIRA.
O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da Primeira *Cláusula – do objeto e valor da ata de registro de preço*, de n.º 01/2026 do pregão eletrônico nº 59/2025, decorrente de aditivo de 25%. Valor total de **R$ 231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais)**.

Item	Especificação	Quant.	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
5	SERVIÇO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM 40 HORAS SEMANAIS	1	Mês	10	R$ 6.900,00	R$ 69.000,00
6	SERVIÇO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM 44 HORAS SEMANAIS	2	Mês	20	R$ 8.100,00	R$ 162.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.
E, por estarem justos e certos e acordados com o presente termo aditivo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao contrato inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.

Sertanópolis, 16 de Março de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora superintendente do Serviço Municipal de Saúde
Contratante

CRISTIANO PARRA VIEIRA
Norte Sul Serviços de Saúde LTDA
Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:36183E89

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
6º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº. 13/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA E SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; SERVIÇO DE APOIO A CLIENTE E CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; INSTALAÇÃO DE CABEAÇÃO LÓGICA COM CABOS UTP E FIBRA ÓPTICA; INSTALAÇÕES DE CABOS PARA INSTALAÇÕES DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA EM EDIFICAÇÕES; INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIDORES EM INSTALAÇÕES DE CPD; SUPORTE À INTERLIGAÇÃO DE REDES; SERVIÇOS DE CONEXÃO DE REDES DE COMPUTADORES ENTRE PRÉDIOS; SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO EM COMPUTADORES E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E USO DE APLICATIVOS E PROGRAMAS DE INFORMÁTICA; REVISÃO GERAL, LIMPEZA E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SERVIÇOS DE APOIO A CLIENTES (SUPORTE A USUÁRIOS); SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM INFORMÁTICA, COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE ANTIVÍRUS; MANUTENÇÃO EM SERVIDORES DE REDE COM SISTEMAS OPERACIONAIS DE REDE WINDOWS 2008, 2012, 2016 SERVER, 2019 SERVER, 2022 SERVER E LINUX PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE – SERMUSA.

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE – SERMUSA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 78.318.359/0001-07, com sede na rua Senador Souza Naves, Nº 487, em Sertanópolis, estado do Paraná, neste ato representado pela diretora superintendente **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a Empresa **DK7 - TECNOLOGIA E SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA - ME**, CNPJ Nº 17.585.941/0001-37. Situada na Av. Prefeito Mário de Menezes, Nº 2093, Jardim Beltrão, Ibiporã Pr, Neste ato representado pela senhora **ISABELA DUMAS CAROLENSKY**, com cédula de identidade Nº 6.594.210-0 SSP/PR, inscrito no CPF Nº 034.195.529-98, residente e domiciliado na cidade de Londrina Pr, doravante denominada **CONTRATADA**.

Cláusula Primeira
Altera-se a Cláusula Segunda – da duração do contrato, ficando então prorrogada por 12 (doze) meses, a partir da data de 16 de março de 2026, de acordo com art. 57, II da Lei 8.666/93.

Cláusula Segunda
Altera-se a primeira e quinta cláusula do contrato n.º 13/2023, valor R$ 64.266,84 (Sessenta e quatro mil e duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) pelo período de 12 meses.

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviços de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em tecnologia da informação; serviço de apoio a cliente e configuração de equipamentos de informática; serviços	serv	serv	12	R$ 5.535,57	R$ 64.266,84

Cláusula Terceira
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.
E, por estarem justos certos e acordados com o presente TERMO ADITIVO, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que serão anexadas ao Contrato Inicial, feito na época e aditado nesta oportunidade na presença das testemunhas constantes.
Sertanópolis, 16 de março de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde
Contratante

ISABELA DUMAS CAROLENSKY
DK7 - Tecnologia e Solucoes Corporativas LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:7FED4A45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PROCESSO DE DISPENSA ELETRONICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Nº 8/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 37/2026
Plataforma: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado"
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por item.
Licitação exclusiva para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Torna-se público que o Samae de Terra Rica, por meio do departamento de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica**,** na hipótese do art. 75, inciso **II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da Sessão: 20/03/2026
Horário da Fase de Lances: 09:00 horas.

OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
O objeto da presente dispensa: Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica**.,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

O objeto será conforme Tabela:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	61029	Decoração para eventos Decoração para eventos de capacitação pedagogica, formaturas; Itens necessários: - 1 (uma) mesa diretiva retangular em madeira medindo 6.0x3,0x0,9; - 15 cadeiras com assentos e encostos acolchoados em madeira ou acrílico medindo 0,90x0,40x0,45; - 03 (uma) toalha em tecido jacquard em cores opcionais de acordo com a necessidade do evento medindo 9,0x3,0x0,90; - 1.200 balões coloridos simples, com cores a ser definidas pela Secretaria de educação e cultura bem como a forma como os balões serão ornamentados; - Revestimento de parede com tecidos jacquard e cetim de 10m de comprimento x 4m de altura; - Tapete estilo passadeira (cor a combinar), com 15m de comprimento x 1,00 de largura; - Hall/Painel com estrutura de tecidos (cores a escolher) numa extensão de 4m de altura x 5m de comprimento; - 04 folhagens de porte médio para a decoração do Hall e do painel; - 04 ramalhetes de flores e folhas; - 02 arranjos grandes de flores e folhas (gérberas, rosas, lírios, lisanthus) – montagem na véspera e desmontagem no turno seguinte ao evento.	5,00	SER	3.900,00	19.500,00
TOTAL						19.500,00

Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

O critério de julgamento adotado será o Dispensa, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/.

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

que se enquadrem nas seguintes vedações:

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Documento de Formalização da Demanda, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e/ou, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, conforme o caso;
Juntamente dos documentos de habilitação o licitante apresentará as Declarações exigidas em Edital na forma do Anexo III;

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa deverá apresentar declaração, conforme Anexo IV, junto aos documentos de habilitação, para possuir o direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Fica facultado ao fornecedor, **caso a opção seja disponível no sistema,** cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.
Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso
FASE DE LANCES
A partir da data e horário definidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 centavos (um centavos de reais)
Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
Estando o preço compatível, será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do Anexo V do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Na mesma oportunidade o fornecedor deverá encaminhar os documentos de habilitação, conforme item 6.1.2.
É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta (60) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
contiver vícios insanáveis;
não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha

estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

HABILITAÇÃO

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
O Agente de contratação exigirá do fornecedor mais bem classificado o envio dos documentos de habilitação a que se referem esse tópico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, devendo ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico, devendo ser encaminhado juntamente com a proposta de preços (conforme *item 5.3)*.
Após o prazo do *item* anterior permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

CONTRATAÇÃO

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de (5) cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco (05) dias, a contar da data de seu recebimento.
O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
Em caso de a Administração utilizar a Nota de Empenho como instrumento que substitua o contrato:
O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de até 05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
Poderá ser aplicada multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O procedimento será divulgado na plataforma de dispensa eletrônica, Diário Oficial do Município e sítio eletrônico do órgão público.
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
republicar o presente aviso com uma nova data;
valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência Simplificado
ANEXO II	Modelo De Declaração Unificada
ANEXO III	Modelo Padrão De Declaração De Enquadramento – ME/EPP
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Minuta de Contrato (INSERIR QUANDO APLICÁVEL)

Terra Rica, 16/03/2026

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal de Terra Rica

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Agente de Contratações

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica.

Órgão: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Solicitante: Sirlene Lopes Travagin
Responsável pela elaboração: Lucas Miguel Martins.

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Conforme Relatório de Cotação (anexo).

DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMOS

Nos termos do art. 72, *caput*, V da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão exigidos, como requisitos de habilitação mínimos para a contratação:

a) Documento constitutivo da empresa;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;
c) Certidão Conjunta de quitação de Tributos e contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e regularidade relativa a Seguridade Social (INSS-CND);
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos;
e) Certidão negativa conjunta relativa a débitos junto Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
f) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO

Produto / Serviço					
Nome	Quantidade	Preço máximo	Valor Total	Descrição Complementar	Unidade de medida
DECORAÇÃO PARA EVENTOS	5,00	3.900,00	19.500,00	Decoração para eventos de capacitação pedagógica, formaturas; Itens necessários: - 1 (uma) mesa diretiva retangular em madeira medindo 6.0x3,0x0,9; - 15 cadeiras com assentos e encostos acolchoados em madeira ou acrílico medindo 0,90x0,40x0,45; - 03 (uma) toalha em tecido jacquard em cores opcionais de acordo com a necessidade do evento medindo 9,0x3,0x0,90; - 1.200 balões coloridos simples, com cores a ser definidas pela Secretaria de educação e cultura bem como a forma como os balões serão ornamentados; - Revestimento de parede com tecidos jacquard e cetim de 10m de comprimento x 4m de altura; - Tapete estilo passadeira (cor a combinar), com 15m de comprimento x 1,00 de largura; - Hall/Painel com estrutura de tecidos (cores a escolher) numa extensão de 4m de altura x 5m de comprimento; - 04 folhagens de porte médio para a decoração do Hall e do painel; - 04 ramalhetes de flores e folhas; - 02 arranjos grandes de flores e folhas (gérberas, rosas, lírios, lisanthus) – montagem na véspera e desmontagem no turno seguinte ao evento.	SER

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Prazo de vigência do Contrato:

a) O prazo de vigência do Contrato será de 12 meses, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• LOCAIS DE EXECUÇÃO

a) Os serviços serão prestados, no local indicado na Solicitação, no local ou dentre os locais listados abaixo
Secretaria de Educação e Cultura e Casa da Cultura, Rua Nilza de Oliveira Pipino Nº 1177.
Espaços destinados a realização de festas e eventos localizados no município de Terra Rica PR.

(o local da execução dentre os listados será apresentado na Requisição de Empenho/ Requisição de Compra):

• DO PRAZO, CRONOGRAMA OU ESCALA

• Prazo de Execução:

I -O prazo de execução será de 10 dias úteis, a contagem do prazo terá início à partir do recebimento da *Requisição de Empenho* ou documento equivalente.

II – A quantidade e data de prestação de serviços, será conforme a demanda incerta da Administração em relação ao objeto.

III - O prazo de execução poderá ser prorrogado, desde que a empresa apresente pedido formal de prorrogação com a devida motivação por escrito instruída com os documentos que se fizerem necessários e o pedido seja aprovado pelo Fiscal responsável.

• GARANTIA E VALIDADE DO OBJETO

I – O prazo de garantia contratual dos serviços será de12 meses, contado à partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

II – O prazo da garantia contará do recebimento definitivo do objeto.

III – Durante o período de garantia técnica, a empresa deverá prestar assistência técnica on-site por meios próprios ou por intermédio de empresa credenciada, com eventuais serviços para substituição, reparação e saneamento do vício, com a substituição de insumos, peças ou equipamentos que se fizerem necessários.

IV – Durante o período de garantia ou assistência técnica, a Administração Municipal não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejaram o acionamento da garantia.
IV – A contratada deverá disponibilizar “Central de Atendimento” ou equipe de contato para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda feira a sexta-feira), em horário comercial (08h às 18h), indicando os telefones de contato.

V - A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por
parte do prestador dos serviços, da correção do problema no prazo máximo de 2 horas após a comunicação oficial, sem ônus para a Administração, podendo ser prorrogado por esta, mediante solicitação.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

• DO RECEBIMENTO

I – Após a conclusão do serviço o prestador deverá encaminhar Nota Fiscal dos serviços prestados, acompanhada de relatório de serviços prestados (conforme modelo disponibilizado abaixo) na sede do órgão Solicitante. **Ausente o relatório, o objeto não será considerado entregue;**

II - O Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços emitirá *Termo de Recebimento Provisório* do objeto.

III - O *Termo de Recebimento Provisório* poderá ser substituído, à critério do Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços pelo *visto* na Nota Fiscal;

IV - Disposição na Nota Fiscal ou documento que o acompanhe de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota opera efeitos de recebimento legal do objeto, que impedem sua devolução ou substituição não produzirão quaisquer efeitos jurídicos. Eventual assinatura ou visto na Nota Fiscal pelo recebedor significará única e exclusivamente o recebimento provisório do objeto.

V - Apenas poderá ser dispensado o relatório, em se tratado de serviços de dedicação de mão-de-obra exclusiva, apenas quando houver o registro do *ponto eletrônico* de controle de horário do profissional. Para o cadastro do profissional no *ponto eletrônico* deverá ser apresentado o número *PIS;*

VI - Disposição na Nota Fiscal, ou documento que a acompanhe, de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota operam-se efeitos de recebimento legal do objeto ou que implicam em sua aceitação, não produzirão quaisquer efeitos jurídicos;

VII - A emissão do *Termo de Recebimento Provisório (*ou equivalente) é o marco inicial do recebimento dos serviços prestados, que só serão considerados como efetivamente recebidos, para todos os efeitos, quando da emissão do *Termo de Recebimento Definitivo;*

VIII - Até o recebimento definitivo, os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desconformidade com especificações constantes no Termo de Referência e na proposta ou quando desatenderem os requisitos mínimos de qualidade;

IX – Até o recebimento definitivo do objeto, os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

Executados em desconformidade com especificações constantes no Termo de Referência ou proposta;
Não produzir os efeitos acordados;
Deixar e executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida;
Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

X – Em relação aos serviços rejeitados poderá a Administração solicitar a substituição ou refazimento dos serviços prestados;

XI – Em relação aos serviços rejeitados, em que não for possível ou conveniente à Administração, sua repetição ou substituição, poderá a Administração realizar a dedução proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo de multa e demais sanções cabíveis;

XII – Quando da situação apresentada, nos termos dos incisos *X* e *XI*, solicitação de substituição ou comunicação de dedução proporcional será realizada via *A.R.* ou *e-mail.* No caso de substituição ou refazimento, a empresa terá o prazo de 03 dias para fazê-lo sem prejuízo de eventual aplicação de sanções administrativas.

XII - No caso de indícios de irregularidade do objeto em relação a parte dos serviços executados, será notificada a empresa (via A.R. ou *e-mail*), na forma do *inciso* anterior, com solicitação para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa (regular) do objeto, para liquidação e pagamento, conforme art. 143 da Lei 14.133/21.

XIII - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal juntamente com o relatório mencionado, após a verificação da regularidade de sua execução e consequente aceitação devidamente documentada.

XIV – A notificação para substituição ou refazimento dos serviços interrompe o prazo para o recebimento definitivo do objeto, desde sua emissão até a solução fornecida pela empresa.

XV – O recebimento definitivo do objeto, não isenta o fornecedor de responsabilidade legal pelo objeto nos termos do Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor ou outro dispositivo legal aplicável.

• DO MODELO DE RELATÓRIO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Relatório de Prestação de Serviços		
Data	Descrição dos serviços	Documento comprovante

• LIQUIDAÇÃO

I – Após o recebimento definitivo do objeto, a Nota Fiscal junto com a documentação de aceite do objeto, será encaminhado para o Departamento competente para fins de verificação se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

II - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Poder Público;

III – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que será conferida pela Administração na oportunidade da liquidação;

IV – Constatada irregularidade fiscal do fornecedor, este será notificado para no prazo de 15 (quinze) dias realizar a regularização fiscal necessária;

V – Persistindo a irregularidade, a Administração Pública tomará as providências necessárias para a rescisão contratual, assegurado o contraditório e ampla defesa do fornecedor.

VI - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato

• DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão realizados à partir do décimo quinto dia do mês subsequente a data do *recebimento definitivo* do objeto.

II – Serão retidos, na fonte, de tributos e contribuições exigidos na forma da Lei, exceto, quando o fornecedor comprovar, juntamente com os documentos exigidos para o pagamento, ser optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

DAS OBRIGAÇÕES
• DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

• Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato/Ata, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

• Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
• Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei 14133/21);

• Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

• Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando esta autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;
• Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

• Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e sociais e de acidentes de trabalho e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado;

• Informar à contratante quaisquer irregularidades na execução do objeto que não possam ser corrigidas nos termos deste Termo de Referência;
• Responsabilizar-se civil e criminalmente por todo e qualquer dano que cause à terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do contrato, objeto deste Termo de Referência, não cabendo à administração, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

• Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações assumidas na prestação dos serviços;
• Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, os direitos e obrigações assumidas por força de contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
• Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

• Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

• Manter durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de nota de empenho, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação/formalização de Ata;

• Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

• Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato/ata;

• Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

• Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

• Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

• Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

• Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

• Os prestadores de serviço deverão estar munidos e equipados com todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos em normas técnicas pertinentes;

• Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14133/21);

• Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

• DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

• Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo prestador de serviços, de acordo com o Termo de Referência, Edital e os termos de sua proposta;

• Proporcionar as condições necessárias ao fiel cumprimento das obrigações do prestador de serviços, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;

• Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

• Efetuar o pagamento da fatura de acordo com as normas de execução orçamentária e financeira e demais condições legais e editalícias;

• Permitir aos funcionários do prestador de serviços (devidamente identificados) acesso às dependências da administração, caso necessário;

• Notificar o prestador de serviços, por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

• Responder aos requerimentos formulados pelo prestador de serviços pertinentes às condições de execução no prazo máximo de 30 (trinta) dias, exceto quando impertinentes ou manifestamente protelatórios;

• A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo prestador de serviços com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do prestador de serviços, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

• Comunicar alterações promovidas pela Administração que alterem as condições de execução de prestação de serviços, contrato ou instrumento equivalente.

DA FISCALIZAÇÃO

I – A fiscalização dos serviços prestados ficará a cargo do(s) agente(s) público(s), denominado de Fiscal Responsável:

• *Nome: Sirlene Lopes Travagin, cargo/função: Secretaria de Educação e Cultura , e-mail:educacao@terrarica.pr.gov.br.*

IV - São atribuições do(s) fiscal(is) do contrato:

a) Acompanhar a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo recebimento provisório e definitivo do objeto;

b) Acompanhar o cumprimento das condições do instrumento convocatório e contratual ou instrumento que o substitua, bem como, verificação do cumprimento das obrigações pelo prestador de serviços;

c) Registrar ocorrências e eventos relevantes à execução do contrato ou ata, com a descrição do que for necessária para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

d) Emissão de notificação conforme tópico “Do recebimento”, ou em constatada irregularidade, falha ou falta no cumprimento das obrigações do instrumento convocatório e/ou contratual, com auxílio da Procuradoria Jurídica e Departamento de Compras.

e) Informar ao gestor do contato/ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

f) Quando do recebimento definitivo, encaminhar as Notas Ficais acompanhadas de seus respectivos relatórios, com registro do recebimento definitivo, ao Departamento de Compras para a liquidação e pagamento.

V – O fiscal do contrato/ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Terra Rica, 10/03/2026

SIRLENE LOPES TRAVAGIN
Secretária de Educação e Cultura

LUCAS MIGUEL MARTINS
Diretor de Merenda Escolar

ANEXO - II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL DE PREGÃO Nº 8/2026
OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica.**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

A ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
O cumprimento dos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, em caso de tratarem-se de profissionais organizados em coopertativa;

Não enquadra-se em situação de vedação a participação no processo licitatório, nos termos do *item 2.7.* e seguintes do Edital;

Declaramos os meios de contato oficiais da empresa e seu respectivo endereço, para fins de toda e qualquer comunicação oficial a ser tratada entre o licitante e eventual contratado/ detentor de ata de registro de preços. As comunicações, intimações ou notificações enviadas pelo e-mail e/ou por correspondência aos endereços indicados serão considerados como recebidos. Eventuais alterações deverão ser previamente comunicadas à Administração.

E-mail:
Telefone:
Endereço (completo com CEP):

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaramos para os fins de direito, em relação ao presente processo licitatório e eventual instrumento contratual ou congênere firmado à partir dele, queo(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc**.**

....., ..., ... de .....
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO - III

EDITAL DE PREGÃO Nº 8/2026
OBJETO: **Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica.**

Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP/EQUIPARADAS

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que:

1) Se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (que atende aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14;

2) Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

3) Inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., ..., ... de .....
.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO – IV
Modelo de proposta comercial
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica., conforme segue:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	61029	Decoração para eventos Decoração para eventos de capacitação pedagogica, formaturas; Itens necessários: - 1 (uma) mesa diretiva retangular em madeira medindo 6.0x3,0x0,9; - 15 cadeiras com assentos e encostos acolchoados em madeira ou acrílico medindo 0,90x0,40x0,45; - 03 (uma) toalha em tecido jacquard em cores opcionais de acordo com a necessidade do evento medindo 9,0x3,0x0,90; - 1.200 balões coloridos simples, com cores a ser definidas pela Secretaria de educação e cultura bem como a forma como os balões serão ornamentados; - Revestimento de parede com tecidos jacquard e cetim de 10m de comprimento x 4m de altura; - Tapete estilo passadeira (cor a combinar), com 15m de comprimento x 1,00 de largura; - Hall/Painel com estrutura de tecidos (cores a escolher) numa extensão de 4m de altura x 5m de comprimento; - 04 folhagens de porte médio para a decoração do Hall e do painel; - 04 ramalhetes de flores e folhas; - 02 arranjos grandes de flores e folhas (gérberas, rosas, lírios, lisanthus) – montagem na véspera e desmontagem no turno seguinte ao evento.	5,00	SER	3.900,00	19.500,00
TOTAL						19.500,00

Informar o valor final do prêmio máximo de cada item.

Validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **Processo dispensa**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2026.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Anexo - V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>-PMTR

São partes integrantes neste instrumento de Contrato:

1. de um lado, o **MUNICÍPIO DE TERRA RICA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.978.881/0001-81, com sede na Avenida Claudio Domingos Soletti, nº 1120, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº 5.994.543-2 e o CPF sob o nº 919.243.329-49, residente e domiciliado nesta cidade, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade Processo dispensa 8/2026, doravante denominada **CONTRATANTE.**

2. de outro lado, a empresa **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>**, com sede à <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, inscrito no CNPJ/MF nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, neste ato devidamente representado pelo <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>, portador do CPF/MF sob nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>, doravante denominada **CONTRATADA.**

As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si, justo e acordado, celebrar o presente Contrato de Fornecimento de *Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica*., devidamente autorizado pelo Processo dispensa 8/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E VALOR

Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica. conforme informações constantes no Processo dispensa 8/2026, e os itens contratados conforme tabela abaixo:

<ITENS.CONTRATO#T>

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Integram e completam o presente Instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do Contrato será de 12 meses, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.
A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA: PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (Data do Relatório de Cotação).

Após o interregno do *item* anterior, poderá ser concedido o reajuste de valores, desde que o contratado formalmente o requeira, por meio de documento assinado apresentado nos canais de comunicação oficiais (nos termos do Edital).

Para fins de reajustamento de valores, será aplicado o índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Os valores não serão reajustados, quando o contratado concorrer ou der causa à mora na execução do objeto contratual.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7. As obrigações das partes CONTRATANTE E CONTRATADA constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DO CONTRATO

8**.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

quando o contrato exigir garantia de execução contratual, moratória de 0,05% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.3 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
10.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
10.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
10.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correão por conta de recursos específicos consignados no orçamento, conforme dotação abaixo descriminada.

<DOTACOES.CONTRATO#T>

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS
12. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:ALTERAÇÕES
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FORO
14. As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste contrato perante o foro da Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam este Instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com as testemunhas.

Terra Rica – PR, 16/03/2026 (dezesseis dias de março de 2026).

Município De Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
<Fornecedor.Contrato
Contratante
<Fornecedor.Contrato#
T&Nome
>#T&NOMEREPRESENTANTE>
Contratado

Testemunhas:

Nome:
CPF.:

_____
Nome:
CPF.:

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>**.

DOMICÍLIO: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de decoração/ornamentação de eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura de Terra Rica., do Processo dispensa 8/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em <DTHOMOLOGACAOLIC>.

VALOR TOTAL: R$ **<VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: <PRAZOVIGENCIA>, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 16/03/2026(dezesseis dias de março de 2026).

Município De Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

<Fornecedor.Contrato#T&Nome>
<Fornecedor.Contrato
#T&NOMEREPRESENTANTE>
Contratado

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:DB54EE00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 - EDITAL Nº 02 - EDITAL DA SITUAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Município de Tijucas do Sul, representado pelo Sr. Prefeito José Altair Moreira, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com os termos do art. 37, IX da Constituição Federal e Lei Municipal n° 660/2019, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** a **SITUAÇÃO DAS INSCRIÇÕES** do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º Ficam **PUBLICADAS** as situações das inscrições relacionadas no **ANEXO I** deste Edital, de acordo com o Item 3 do Edital nº 01/2025.
Art. 2º Os candidatos poderão interpor recurso quanto a situação da inscrição, conforme previsto no item 9.1 "b" do Edital de Abertura nº 01/2026, utilizando o modelo estabelecido no Anexo III, nos dias **18 de março de 2026 e 19 de março de 2026, EXCLUSIVAMENTE através do e-mail concursos@tijucasdosul.pr.gov.br.**
Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Tijucas do Sul, 17 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

ANEXO I

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	INSC	CARGO	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
EMA CRISTIANE FERREIRA DA MAIA	01	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	12/03/1976	DEFERIDA
SUELEN RIBEIRO DE MELLO	02	NUTRICIONISTA	18/08/1994	DEFERIDA
VALMIR FERNANDES DA MAIA	03	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	21/10/1975	DEFERIDA
IVANILDO MARTIM CARDOSO	04	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	24/04/1986	DEFERIDA
JOÃO DAMASCENO BUENO	05	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	16/03/1968	INDEFERIDO –ITEM 3.14 "C" NÃO CUMPRE O MÍNIMO EXIGIDO. AUSÊNICA DA DECLARAÇÃO ITEM "F"
JOÃO DAMASCENO BUENO	06	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	16/03/1968	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DOS ITENS 3.14 "C", "F"
CLAUDINE JANDIRA RAMOS DA SILVA	07	FISIOTERAPEUTA	31/08/1989	DEFERIDA
LARISSA WELKER COSTA	08	FARMACÊUTICO	21/04/1993	DEFERIDA
JOSÉ AMÂNCIO	09	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	21/12/1986	DEFERIDA
EMA CRISTIANE FERREIRA DA MAIA	10	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	12/03/1976	DEFERIDA
EMA CRISTIANE FERREIRA DA MAIA	11	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	12/03/1976	DEFERIDA
ALINE MEIRELLE LIMA FEREIRA BORGES	12	FARMACÊUTICO	12/09/1987	DEFERIDA
JAIR DOS SANTOS MARTINS	13	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	12/05/1974	DEFERIDA
REBECA SANTOS ALVES ROCHA	14	TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL	31/10/1999	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO DOCUMENTO E DECLARAÇÃO DO ITEM 3.14 "K"
SILVIO CEZAR RODRIGUES	15	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	24/08/1975	INDEFERIDO –ITEM 3.14 "C" NÃO CUMPRE O MÍNIMO EXIGIDO
LUIZA BUCZKO QUADROS	16	NUTRICIONISTA	29/05/1996	DEFERIDA
DIONE JOSÉ FARIAS	17	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	21/04/1992	DEFERIDA
ADRIANA FERREIRA DA CRUZ	18	TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL	14/09/1976	INDEFERIDO –ITEM 3.14 "C" NÃO CUMPRE O MÍNIMO EXIGIDO. AUSÊNICA DA DECLARAÇÃO ITEM "K"
JAIR MAXIMIANO	19	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	17/06/1973	INDEFERIDO –ITEM 3.14 "C" NÃO CUMPRE O MÍNIMO EXIGIDO
EDMILSON DIAS	20	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	09/08/1975	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO CURSO ITEM 3.14 "L"
EDMILSON DIAS	21	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	09/08/1975	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO CURSO ITEM 3.14 "L"
PAULO CESAR SILVA BORGES	22	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	17/09/1983	DEFERIDA
PAULO CESAR SILVA BORGES	23	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	17/09/1983	DEFERIDA
PAULO CESAR SILVA BORGES	24	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	17/09/1983	DEFERIDA
VILSON ALCEDINO DE OLIVEIRA	25	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	04/05/1960	DEFERIDA
JAIR DOS SANTOS MARTINS	26	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	12/05/1974	DEFERIDA
THALITA FERREIRA CELARIUS	27	FARMACÊUTICA	09/01/1998	DEFERIDA
PEDRO MARIA DO SACRAMENTO	28	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	14/11/1966	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO CURSO ITEM 3.14 "L"
PEDRO MARIA DO SACRAMENTO	29	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	14/11/1966	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO CURSO ITEM 3.14 "L"
PEDRO MARIA DO SACRAMENTO	30	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	14/11/1966	DEFERIDA
MAYARA BATISTA FERREIRA	31	FARMACÊUTICA	03/08/1990	DEFERIDA
DANIELA GALLON CORREA	32	FISIOTERAPEUTA	13/09/1980	DEFERIDA
ELOIR CEZAR CARBORNAL	33	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	01/04/1975	DEFERIDA
LUNNY CECERE DE SOUZA	34	FISIOTERAPEUTA	10/06/1997	DEFERIDA
ALCEU ALVES CARDOSO	35	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	28/12/1975	DEFERIDA
ALCEU ALVES CARDOSO	36	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	28/12/1975	DEFERIDA
ALCEU ALVES CARDOSO	37	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	28/12/1975	DEFERIDA
GERSON MARQUES	38	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	31/12/1975	DEFERIDA
GERSON MARQUES	39	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	31/121975	DEFERIDA
RODRIGO CARDOSO GAPSKI	40	NUTRICIONISTA	25/04/1993	DEFERIDA

SILMARA LEILA ALVES FONTES FELCZAK	41	NUTRICIONISTA	11/11/1977	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO CURSO ITEM 3.14 "K"
MARCO FRANCESCHI	42	FARMACÊUTICO	26/04/1961	DEFERIDA
CAMILA CIPRANDI PIRES	43	FISIOTERAPEUTA	06/01/1985	DEFERIDA
VANUZA CRISTINA DE LIMA BATISTA	44	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	05/04/1979	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO ITEM 3.14 "C" E COMPROVANTE DE CURSO ITEM "L"
ALLAN HENRIQUE ANDRADE DE LIMA	45	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	13/11/1992	DEFERIDA
ALLAN HENRIQUE ANDRADE DE LIMA	46	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	13/11/1992	DEFERIDA
FERNANDA FABRICIO DE MELO HALAMA	47	NUTRICIONISTA	16/09/1982	DEFERIDA
DYANE CALDEIRA DOS SANTOS	48	FONOAUDIÓLOGO	10/01/1995	DEFERIDA
MARIANO ALVES	49	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	02/05/1991	DEFERIDA
ZEQUIAS OLIVEIRA DE LACERDA	50	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	26/05/1986	DEFERIDA
ZEQUIAS OLIVEIRA DE LACERDA	51	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	26/05/1986	DEFERIDA
DANIELE APARECIDA GIOLLO	52	FISIOTERAPEUTA	12/02/1997	DEFERIDA
PALLOMA LOISE MOREIRA	53	FARMACÊUTICO	22/11/1993	DEFERIDA
FABIOLA HIRT BITENCOURT	54	FISIOTERAPEUTA	03/11/1986	DEFERIDA
MAURO CEZAR GROCHEVISKI	56	FARMACÊUTICO	24/10/1985	DEFERIDA
CATIA ISABEL CLAUDINO	57	FARMACÊUTICO	14/09/1968	DEFERIDA
MEIRE CRISTIANE DE OLIVEIRA	58	NUTRICIONISTA	05/05/1972	DEFERIDA
MARCOS CARDOSO BUENO	59	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	26/06/1980	DEFERIDA
THAIS EDELINGUE RAMOS LEANDRO	60	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	17/10/1985	DEFERIDA
THAIS EDELINGUE RAMOS LEANDRO	61	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	17/10/1985	DEFERIDA
JOHN ELVES MACHADO	62	FISIOTERAPEUTA	03/05/1994	DEFERIDA
LUCAS ADRIANO PEREIRA DA SILVA	63	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	12/03/1996	DEFERIDA
MARYA ELOYSA CRUZ	64	FISIOTERAPEUTA	27/05/2000	DEFERIDA
SIRLENE MARIA DOS SANTOS	65	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	03/10/1974	INDEFERIDO –ITEM 3.14 "C" NÃO CUMPRE O MÍNIMO EXIGIDO
SIRLENE MARIA DOS SANTOS	66	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	03/10/1974	INDEFERIDO –ITEM 3.14 "C" NÃO CUMPRE O MÍNIMO EXIGIDO
JOSE JOAO DE CARVALHO	67	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	27/06/1973	DEFERIDA
LAERCIO CARVALHO DOS SANTOS	68	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	17/08/1981	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE CURSO - ITEM 3.14 "C"
LAERCIO CARVALHO DOS SANTOS	69	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	17/08/1981	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE CURSO - ITEM 3.14 "C"
PATRICIA FREITAG DA SILVA	70	FISIOTERAPEUTA	14/09/1984	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DO CURSO ITEM 3.14 "K"
LOIR FERREIRA DE LIMA	71	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	28/02/1967	DEFERIDA
LOIR FERREIRA DE LIMA	72	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	28/02/1967	DEFERIDA
LOIR FERREIRA DE LIMA	73	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	28/02/1967	DEFERIDA
JUAREZ PAIXÃO DE MELO	74	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	16/12/1981	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO ITEM 3.14 "C"
REGINA FERREIRA DE LIMA	75	FONOAUDIÓLOGO	14/06/1982	DEFERIDA

COTA RACIAL

NOME	INSC	CARGO	DATA DE NASCIMENTO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
LUNNY CECERE DE SOUZA	34	FISIOTERAPEUTA	10/06/1997	DEFERIDA
REBECA SANTOS ALVES ROCHA	14	TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL	31/10/1999	INDEFERIDO – AUSÊNCIA DO DOCUMENTO E DECLARAÇÃO DO ITEM 3.14 "K"

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:8F8F5D87

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA Nº1271/2026

PORTARIA Nº1271/2026
Data 16.03.2026

Súmula. Concede adicional de insalubridade aos servidores em estágio probatório municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o art. 47 da Lei Municipal nº 2626/2024 e o Decreto nº 6919/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido adicional de insalubridade aos servidores em estágio probatório, conforme abaixo relacionados, já na lotação em que se encontram:

Mat.	Nome	Cargo	Lotação	Percentual	Data inicio
1874-0/1	Ederson Cezar Batistel	Motorista	Secretaria Municipal de Obras,	Grau Médio 16%	09/03/2026

1852-0/1	Sidney Simon	Motorista	Viação e Serviços Urbanos - Rodoviário	Grau Médio 16%	09/03/2026
1842-2/1	Millena Curtis Soares	Farmacêutica	Secretaria Municipal de Saúde – Centro de Saúde	Grau Médio 11%	19/02/2026

Art. 2º. Fica concedido adicional de insalubridade, com base em Estudo de Caso realizado no quadro de servidores deste Município, definido no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT/2022 e de acordo com a Lei Municipal 2433/2023, de 07/02/2023.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 16 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:EC46D21C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR 001/2026 EDITAL 002/2026 HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR 001/2026
EDITAL 002/2026
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ**, por meio da Comissão Organizadora constituída nos termos do Decreto Municipal nº 060/2026 e do Edital 001/2026, nos termos do cronograma estabelecido, torna público o resultado da análise das inscrições apresentadas no período de 09 a 13 de março de 2026, para o processo de nomeação de diretores dos estabelecimentos municipais de ensino, para a gestão 2026/2027.

I – DA AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Não foi registrada, no prazo legal estabelecido no cronograma (até 10/03/2026), nenhuma impugnação ao Edital 001/2026, nem tampouco pedido de esclarecimento por parte de qualquer interessado. Assim, o Edital 001/2026 mantém-se íntegro em todos os seus termos, sem qualquer modificação decorrente de impugnação ou pedido de esclarecimento.

II – DOS CANDIDATOS INSCRITOS

Registraram-se as seguintes inscrições no período de 09 a 13 de março de 2026:

N	Nome	Data da Inscrição	Estabelecimento Pretendido	Situação
01	Rosicleia Straub	09/03/2026	ERM Marquês de Abrantes	DESCLASSIFICADA
02	Andrea B. S. P. Santos	11/03/2026	EM Prof. Abgail Candido Krasota	DESCLASSIFICADA
03	Odete P. dos Santos	12/03/2026	CMEI Araci dos Santos Cordeiro	DESCLASSIFICADA
04	Josiane B. Faria	12/03/2026	CMEI Prof. Gelta S. T. de Faria	HOMOLOGADA
05	Solange Lopes Teixeira	12/03/2026	CMEI Maria Joana Prestes	DESCLASSIFICADA
06	Eliane F. das Neves	12/03/2026	CMEI Maria Joana Prestes	DESCLASSIFICADA
07	Edson B. Oliveira	13/03/2026	ERM Marquês de Abrantes	DESCLASSIFICADO
08	Odete P. dos Santos	13/03/2026	CMEI Araci dos Santos Cordeiro	DESCLASSIFICADA
09	Jair de Oliveira Pereira	13/03/2026	EM Prof. Abgail Candido Krasota	DESCLASSIFICADO
10	Gentila O. C. Gerent	13/03/2026	EM Prof. Abgail Candido Krasota	HOMOLOGADA

III – DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Para fins de habilitação, o item 11 do Edital 001/2026, combinado com o art. 5º do Decreto Municipal nº 060/2026, exigiu a apresentação dos seguintes documentos:

I – requerimento online devidamente preenchido, nos termos do item 11, inciso I, do Edital 001/2026;

II – cópia do **histórico da graduação** e do diploma de curso superior em Pedagogia, frente e verso, nos termos do item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026;

III – documentos comprobatórios de 5 (cinco) anos de docência no magistério, nos termos do item 11, inciso III, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso II, do Decreto Municipal nº 060/2026;

IV – documentos comprobatórios de pertencimento ao Quadro Geral Municipal, nos termos do item 11, inciso IV, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso III, do Decreto Municipal nº 060/2026;

V – documentos comprobatórios de atuação efetiva nos últimos 18 (dezoito) meses no estabelecimento de ensino onde pretende candidatar-se, nos termos do item 11, inciso V, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 060/2026;

VI – cópia do certificado de **pós-graduação em Gestão Escolar**, nos termos do item 11, inciso VI, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso V, do Decreto Municipal nº 060/2026;

VII – atestado de antecedentes criminais emitido pela Polícia Civil, nos termos do item 11, inciso VII, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso VII, do Decreto Municipal nº 060/2026;

VIII – Anexo I do Edital, consistente em **declaração de concordância** com o regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e com a participação nas capacitações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos do item 11, inciso VIII, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 060/2026;

IX – Plano de Ação e Metas para a instituição de ensino pretendida, conforme Anexo II do Edital, nos termos do item 11, inciso IX, do Edital 001/2026 e do art. 5º, inciso IX, do Decreto Municipal nº 060/2026.

O item 11, inciso XI, do Edital 001/2026, combinado com o art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026, estabelece de forma expressa e inequívoca que **a não entrega de qualquer documento comprobatório implicará na eliminação automática do candidato**, sem possibilidade de saneamento posterior.

A exigência documental não constitui mera formalidade procedimental. Trata-se de requisito de mérito e desempenho, indispensável para a aferição objetiva da qualificação técnica, da regularidade funcional e da aptidão jurídica do candidato para o exercício da função de diretor escolar. A ausência de qualquer documento compromete a própria possibilidade de verificação do atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 5º do Decreto Municipal nº 060/2026, tornando inviável a continuidade da candidatura.

Ressalta-se, ainda, que a admissão de complementação posterior de documentos violaria os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, gerando tratamento desigual entre candidatos que cumpriram integralmente os requisitos no prazo estabelecido e aqueles que deixaram de fazê-lo, em detrimento da segurança jurídica do processo.

IV – DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

As inscrições abaixo relacionadas foram **INDEFERIDAS**, com consequente **DESCLASSIFICAÇÃO** dos respectivos candidatos do processo de nomeação, pela ausência de apresentação de documentos obrigatórios.

Com base nos critérios acima estabelecidos, a Comissão Organizadora procedeu à análise individual de cada inscrição, com o seguinte resultado:

Rosicleia Straub — ERM Marquês de Abrantes

Após análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência dos seguintes documentos obrigatórios:

I – Anexo I — Declaração de concordância com o regime de trabalho de 40 horas semanais e participação em capacitações, exigida pelo item 11, inciso VIII, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 060/2026;
II – Certificado de pós-graduação em Gestão Escolar, exigido pelo item 11, inciso VI, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso V, do Decreto Municipal nº 060/2026;
III – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADA**, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Andrea Bley Sanches Prestes Santos — EM Prof. Abgail Candido Krasota

Após análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência dos seguintes documentos obrigatórios:

I – Anexo I — Declaração de concordância com o regime de trabalho de 40 horas semanais e participação em capacitações, exigida pelo item 11, inciso VIII, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 060/2026;
II – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADA**, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Odete Pontes dos Santos — CMEI Araci dos Santos Cordeiro

Verificou-se que a candidata realizou duas inscrições distintas para o mesmo estabelecimento de ensino, em datas diferentes (12/03/2026 e 13/03/2026), em violação ao princípio da unicidade de inscrição e ao disposto no item 10 do Edital 001/2026, que veda a participação do candidato em mais de um estabelecimento simultaneamente, aplicando-se o mesmo raciocínio à duplicidade de inscrições no mesmo estabelecimento.

Ademais, em ambas as inscrições, verificou-se a ausência do seguinte documento obrigatório:

I – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADA** em ambas as inscrições, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026, com registro de duplicidade de inscrição.

Solange Lopes Teixeira — CMEI Maria Joana Prestes

Após análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência dos seguintes documentos obrigatórios:

I – Anexo I — Declaração de concordância com o regime de trabalho de 40 horas semanais e participação em capacitações, exigida pelo item 11, inciso VIII, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 060/2026;

II – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026;
III – Declaração comprobatória de atuação efetiva nos últimos 18 (dezoito) meses no estabelecimento de ensino onde pretende candidatar-se, exigida pelo item 11, inciso V, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso IV, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADA**, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Eliane de Fátima das Neves — CMEI Maria Joana Prestes

Após análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência do seguinte documento obrigatório:

I – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADA**, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Edson Brasílio de Oliveira — ERM Marquês de Abrantes

Após análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência do seguinte documento obrigatório:

I – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADO**, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Jair de Oliveira Pereira — EM Prof. Abgail Candido Krasota

Após análise da documentação apresentada, verificou-se a ausência do seguinte documento obrigatório:

I – Histórico da graduação, exigidos pelo item 11, inciso II, do Edital 001/2026 e pelo art. 5º, inciso I, do Decreto Municipal nº 060/2026.

Resultado: **DESCLASSIFICADO**, nos termos do item 11, inciso XI, do Edital 001/2026 e do art. 7º, § 2º, do Decreto Municipal nº 060/2026.

V – DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

As inscrições abaixo relacionadas foram **DEFERIDAS**, com **HOMOLOGAÇÃO** da candidatura, após análise e verificação do atendimento à totalidade dos requisitos documentais exigidos no Edital 001/2026:

Gentila Otaviana Camargo Gerent
Estabelecimento pretendido: Escola Municipal Professora Abigail Candido Krasota Situação: **INSCRIÇÃO HOMOLOGADA**

Josiane Bonete de Faria
Estabelecimento pretendido: CMEI Prof. Gelta Santos Taborda de Faria
Situação: **INSCRIÇÃO HOMOLOGADA**

VI – DOS ESTABELECIMENTOS SEM CANDIDATO HABILITADO

Os estabelecimentos de ensino abaixo listados não contam com candidato habilitado ao término da fase de inscrições, em razão da desclassificação de todos os inscritos que manifestaram interesse em suas diretorias, ou da ausência de inscrições:

CMEI Araci dos Santos Cordeiro
CMEI Maria Joana Prestes
Escola Elza Maria de Castro Bahr
ERM Marquês de Abrantes

Para os referidos estabelecimentos, aplica-se o disposto no art. 10 do Decreto Municipal nº 060/2026, que determina que, na ausência de candidatos considerados aptos, a Secretaria Municipal de Educação designará diretamente um profissional efetivo do Quadro do Magistério da Rede Municipal.

VII – DO PRAZO PARA RECURSO

Conforme o cronograma do Edital 001/2026, fica aberto o prazo para interposição de recursos referentes às inscrições até o dia 17 de março de 2026, por meio dos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Tunas do Paraná.

Os recursos deverão ser fundamentados e instruídos com os documentos pertinentes, identificando com precisão o ato contestado e as razões de inconformidade.

O resultado dos recursos será divulgado em 19 de março de 2026, conforme cronograma.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este edital de homologação será publicado no site oficial do Município de Tunas do Paraná e nos canais oficiais da Secretaria Municipal de Educação, em cumprimento ao item 7 do Edital 001/2026.

Tunas do Paraná, 16 de março de 2026.

BRUNO JACKSON DE MELO ANGELO
Matrícula 955 - Procurador do Município

MARGARIDA ELIANE BERTICELLI
Matrícula 241 - Técnica em Ensino Fundamental

EZULINA APARECIDA BURKNER RIBEIRO
Matrícula 383 - Membro do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:90BCBD3C



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

MUNICÍPIO DE FÊNIX
CNPJ: 76.950.021/0001-30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Rua Jangada, nº 25 – Centro, Fênix – Paraná – CEP 86950-000
Fone (44) 3272-8000 - pmfenix@fenix.pr.gov.br **REPUBLICAÇÃO**
DECRETO Nº 01/2026

Súmula: Fica estabelecida a programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2026 da Prefeitura Municipal de Fênix.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, da Prefeitura Municipal de Fênix, conforme disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – Os anexos deste Decreto estabelecem a Programação Financeira por fonte de Recurso **(Anexo I)** e o Demonstrativo da receita desdobrada em metas mensais de arrecadação por fonte de recursos **(Anexo II)** para o exercício financeiro de 2026, da Prefeitura Municipal de Fênix.

Art. 2º - A verificação do cumprimento da Programação Financeira e do Cronograma de execução mensal de desembolso se dará bimestralmente e se verificado o desequilíbrio fiscal, o mesmo deverá ser reconduzido pelo Órgão que lhe der causa no bimestre seguinte aos limites estabelecidos por este Decreto.

Parágrafo Único – A não recondução no bimestre seguinte aos limites estabelecidos por este Decreto acarretará Ao Órgão que lhe der causa a limitação de empenhos e movimentação financeira, conforme previsto no artigo 9º, da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Fênix - PR, em 09 de janeiro de 2026

EURÍPEDES MOLINA TASCA JÚNIOR
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE FENIX
Estado do PR
Exercício: 2026
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

R$ 1,00

Fonte de Recurso	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1005 Recursos do Tesouro (Descentralizados) - Exercício Corrente	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	164.110,00	1.969.320,00
1001 Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	1.643.090,00	19.717.080,00
1002 Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1013 Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias - Exercício Corrente	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,63	368.600,00
1017 CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) - Exercício Corrente	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,63	15.200,00
1022 FUNDEF/FUNDEB 70%	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	4.278.000,00
1024 FUNDEF/FUNDEB 30%	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	225.000,00
1026 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	135.000,00	1.620.000,00
1028 Demais impostos vinculados à educação básica	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,67	77.291,63	927.500,00
1034 Salário Educação - Exercício Corrente	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,63	290.000,00
1035 Salário Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	5.131.200,00
1049 Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
1050 Receitas de Alienações de Ativos - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1053 Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Exercício Corrente	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,37	497.500,00
1494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	62.625,00	751.500,00
1510 Taxas - Exercício Poder de Polícia	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	10.166,67	122.000,00
1511 TAXAS - PRESTACAO DE SERVICOS	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,37	28.000,00
1555 SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00
3051 Transferências SUS - Governo Federal vencimento dos agentes comunitários de Saúde e Endemias.	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,37	580.000,00
3064 Transferências SUS - Governo Federal Complementação ao pagamento dos Pisos Salariais da Enfermagem.	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,37	40.000,00
3507 Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - ESTADUAL	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,37	190.000,00
5934 Bloco de financiamento da Proteção	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,37	85.000,00

MUNICIPIO DE FENIX

Estado do PR

Exercício: 2026

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

R$ 1,00

Fonte de Recurso	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Social Básica (SUAS) - ESTADUAL													
6016 Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,67	31.666,63	380.000,00
31108 Recursos Vinculados à Educação - Originários de Transf. Públicas Voluntárias	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
31110 MDE / Programa de Merenda Escolar - Exercício Corrente	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,63	80.000,00
31116 PNATE-Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Exercício Corrente	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00
31125 Convênio Transporte Escolar - Exercício Corrente	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
31771 CONVENIO CEXTRAN	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
31934 Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,37	118.000,00
31938 Bloco de financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	85.500,00
31940 Bloco de financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	45.000,00
33940 Bloco de financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35518 Bloco de Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde - ESTADUAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33895 Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra as Mulheres - Deliberação 04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31994 CONVÊNIO Nº 1683/2025 - SECID - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PEDRAS IRREGULARES - SIT 76944	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31995 CONVÊNIO Nº 953/2025 - SEAB - PROGRAMA PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS - SIT 79471	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33996 CONVÊNIO Nº 202512175/2025 - SEED - PARANA MAIS CIDADES IV-PPMC IV - SIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79723 - EXERCÍCIO ANTERIOR													

MUNICIPIO DE FENIX

Estado do PR

Exercício: 2026

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Totais	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,63	38.000.000,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável MUNICIPIO DE FENIX — 11/03/2026 - 13:14:19

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***
Prefeito	Contador	Tesoureiro

MUNICIPIO DE FENIX

Estado do PR

Exercício: 2026

DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

R$ 1,00

	PROGRAMAÇÃO												
	Fonte de Recurso	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
1001	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,66	1.838.866,74	22.066.400,00
1013	Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias - Exercício Corrente	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,67	30.716,63	368.600,00
1017	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) -	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,67	1.266,63	15.200,00

	Exercício Corrente													
1022	FUNDEF/FUNDEB 70%	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	356.500,00	4.278.000,00
1024	FUNDEF/FUNDEB 30%	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	18.750,00	225.000,00
1026	5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	135.000,03	134.999,67	1.620.000,00
1028	Demais impostos vinculados à educação básica	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,66	77.291,74	927.500,00
1034	Salário Educação - Exercício Corrente	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,67	24.166,63	290.000,00
1039	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	427.600,00	5.131.200,00
1049	Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
1053	Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Exercício Corrente	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,33	41.458,37	497.500,00
1494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.624,99	62.625,11	751.500,00
1510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,66	10.166,74	122.000,00
1511	TAXAS - PRESTACAO DE SERVICOS	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,33	2.333,37	28.000,00
1555	SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00
3051	Transferências SUS - Governo Federal vencimento dos agentes comunitários de Saúde e Endemias.	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,33	48.333,37	580.000,00
3064	Transferências SUS - Governo Federal Complementação ao pagamento dos Pisos Salariais da Enfermagem.	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,33	3.333,37	40.000,00
31108	Recursos Vinculados à Educação - Originários de Transf. Públicas Voluntárias	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	600,00
31110	MDE / Programa de Merenda Escolar - Exercício Corrente	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,63	80.000,00

MUNICIPIO DE FENIX

Estado do PR

Exercício: 2026

DEMONSTRATIVO DA RECEITA, DESDOBRADA EM METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO POR FONTE DE RECURSO

31116	PNATE-Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Exercício Corrente	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00
31125	Convênio Transporte Escolar - Exercício Corrente	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
31771	CONVENIO CEXTRAN	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	15.000,00
31934	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,33	9.833,37	118.000,00
31938	Bloco de financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	85.500,00
31940	Bloco de financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	3.750,00	45.000,00
5494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - ESTADUAL	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,33	15.833,37	190.000,00
5934	Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) - ESTADUAL	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,33	7.083,37	85.000,00
Totais		3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,74	38.000.000,00

11/03/2026 - 12:05:16

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	***ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS***	***CÁSSIO BRESSAN TONIELLO***
Prefeito	Contador	Tesoureiro

MUNICIPIO DE FENIX

Estado do PR

Exercício: 2026

COMPARATIVO DA RECEITA PROGRAMADA COM O DESEMBOLSO MENSAL DA DESPESA

R$ 1,00

Despesa	PROGRAMAÇÃO												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
RECEITA PROGRAMADA	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,66	3.166.666,74	38.000.000,00
DESEMBOLSO PROGRAMADO	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,67	3.166.666,63	38.000.000,00
SALDO DO MÊS	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	0,11	0,00
11/03/2026 - 12:07:56													

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR	*ALEXANDRE DE PADUA DOS SANTOS*	*CÁSSIO BRESSAN TONIELLO*
Prefeito	Contador	Tesoureiro

Publicado por:
Domingos Santos Costa
Código Identificador:0E8A9D26

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 1º BIM/2026

Municipio de Saudade do Iguacu-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	62.611.828,00	72.316.384,31	10.327.807,82	14,28	10.327.807,82	14,28	61.988.576,49
RECEITAS CORRENTES	62.565.828,00	62.662.878,00	9.910.267,40	15,82	9.910.267,40	15,82	52.752.610,60
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.027.741,00	5.027.741,00	718.401,36	14,29	718.401,36	14,29	4.309.339,64
Impostos	4.867.916,00	4.867.916,00	699.083,99	14,36	699.083,99	14,36	4.168.832,01
Taxas	159.825,00	159.825,00	19.317,37	12,09	19.317,37	12,09	140.507,63
CONTRIBUIÇÕES	647.766,00	647.766,00	104.253,98	16,09	104.253,98	16,09	543.512,02
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	647.766,00	647.766,00	104.253,98	16,09	104.253,98	16,09	543.512,02
RECEITA PATRIMONIAL	477.900,00	574.950,00	410.594,90	71,41	410.594,90	71,41	164.355,10
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.300,00	1.300,00	-	-	-	-	1.300,00
Valores Mobiliários	476.600,00	573.650,00	410.594,90	71,58	410.594,90	71,58	163.055,10
RECEITA DE SERVIÇOS	141.788,00	141.788,00	3.328,27	2,35	3.328,27	2,35	138.459,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	455,00	455,00	-	-	-	-	455,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	17.000,00	17.000,00	-	-	-	-	17.000,00
Outros Serviços	124.333,00	124.333,00	3.328,27	2,68	3.328,27	2,68	121.004,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.199.889,00	56.199.889,00	8.651.536,90	15,39	8.651.536,90	15,39	47.548.352,10
Transferências da União e de suas Entidades	24.851.912,00	24.851.912,00	4.095.644,74	16,48	4.095.644,74	16,48	20.756.267,26
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	24.164.850,00	24.164.850,00	3.285.664,75	13,60	3.285.664,75	13,60	20.879.185,25
Transferências de Instituições Privadas	22.280,00	22.280,00	3.111,51	13,97	3.111,51	13,97	19.168,49
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.160.847,00	7.160.847,00	1.267.115,90	17,70	1.267.115,90	17,70	5.893.731,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	70.744,00	70.744,00	22.151,99	31,31	22.151,99	31,31	48.592,01
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.700,00	1.700,00	-	-	-	-	1.700,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	69.044,00	69.044,00	22.151,99	32,08	22.151,99	32,08	46.892,01
RECEITAS DE CAPITAL	46.000,00	9.653.506,31	417.540,42	4,33	417.540,42	4,33	9.235.965,89
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.000,00	9.653.506,31	417.540,42	4,33	417.540,42	4,33	9.235.965,89
Transferências da União e de suas Entidades	-	3.450.763,21	382.000,00	11,07	382.000,00	11,07	3.068.763,21
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	46.000,00	6.202.743,10	35.540,42	0,57	35.540,42	0,57	6.167.202,68
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.611.828,00	72.316.384,31	10.327.807,82	14,28	10.327.807,82	14,28	61.988.576,49
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	62.611.828,00	72.316.384,31	10.327.807,82	14,28	10.327.807,82	14,28	61.988.576,49
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	62.611.828,00	72.316.384,31	10.327.807,82	14,28	10.327.807,82	14,28	-

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	9.934.450,86	-	-	9.934.450,86	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	9.934.450,86	-	-	9.934.450,86	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	62.611.828,00	82.250.835,17	19.489.416,35	19.489.416,35	62.761.418,82	8.056.893,60	8.056.893,60	74.193.941,57	7.558.457,75	-
DESPESAS CORRENTES	59.886.712,05	66.366.362,73	10.994.903,82	10.994.903,82	55.371.458,91	7.155.301,93	7.155.301,93	59.211.060,80	6.656.866,08	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.228.983,00	35.132.274,38	4.896.167,39	4.896.167,39	30.236.106,99	4.784.341,79	4.784.341,79	30.347.932,59	4.422.733,83	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.281.000,00	1.281.000,00	209.343,06	209.343,06	1.071.656,94	209.343,06	209.343,06	1.071.656,94	209.343,06	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.376.729,05	29.953.088,35	5.889.393,37	5.889.393,37	24.063.694,98	2.161.617,08	2.161.617,08	27.791.471,27	2.024.789,19	-
DESPESAS DE CAPITAL	2.075.115,95	15.234.472,44	8.494.512,53	8.494.512,53	6.739.959,91	901.591,67	901.591,67	14.332.880,77	901.591,67	-
INVESTIMENTOS	1.264.115,95	14.414.472,44	8.364.591,48	8.364.591,48	6.049.880,96	771.670,62	771.670,62	13.642.801,82	771.670,62	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	811.000,00	820.000,00	129.921,05	129.921,05	690.078,95	129.921,05	129.921,05	690.078,95	129.921,05	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	650.000,00	-	-	650.000,00	-	-	650.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	62.611.828,00	82.250.835,17	19.489.416,35	19.489.416,35	62.761.418,82	8.056.893,60	8.056.893,60	74.193.941,57	7.558.457,75	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	62.611.828,00	82.250.835,17	19.489.416,35	19.489.416,35	62.761.418,82	8.056.893,60	8.056.893,60	74.193.941,57	7.558.457,75	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	2.270.914,22	-	2.769.350,07	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	62.611.828,00	82.250.835,17	19.489.416,35	19.489.416,35	-	8.056.893,60	10.327.807,82	74.193.941,57	10.327.807,82	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:AE7770B7

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO RECEITAS E DESPESAS COM ASPS 1º BIM/2026

Municipio de Saudade do Iguacu-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.867.916,00	4.867.916,00	699.083,99	14,36
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	354.314,00	354.314,00	29.507,97	8,33
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	182.045,00	182.045,00	132.430,65	72,75
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.246.485,00	1.246.485,00	152.715,89	12,25

Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.085.072,00	3.085.072,00	384.429,48	12,46
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	50.690.000,00	50.690.000,00	8.065.568,69	15,91
Cota-Parte FPM	21.390.000,00	21.390.000,00	3.999.788,91	18,70
Cota-Parte ITR	23.000,00	23.000,00	85,56	0,37
Cota-Parte IPVA	1.205.000,00	1.205.000,00	481.379,12	39,95
Cota-Parte ICMS	27.648.000,00	27.648.000,00	3.531.251,06	12,77
Cota-Parte IPI-Exportação	424.000,00	424.000,00	53.064,04	12,52
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	55.557.916,00	55.557.916,00	8.764.652,68	15,78

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.219.455,49	6.569.455,49	1.191.021,26	18,13	1.039.474,96	15,82	977.898,17	14,89
Despesas Correntes	6.212.455,49	6.562.455,49	1.191.021,26	18,15	1.039.474,96	15,84	977.898,17	14,90
Despesas de Capital	7.000,00	7.000,00	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.131.175,22	1.204.141,22	973.659,68	80,86	458.876,34	38,11	456.874,31	37,94
Despesas Correntes	1.125.154,14	1.198.120,14	972.553,51	81,17	458.621,07	38,28	456.704,13	38,12
Despesas de Capital	6.021,08	6.021,08	1.106,17	18,37	255,27	4,24	170,18	2,83
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	361.157,39	393.157,39	192.441,88	48,95	192.441,88	48,95	189.336,08	48,16
Despesas Correntes	358.157,39	390.157,39	192.526,97	49,35	192.526,97	49,35	189.336,08	48,53
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	(85,09)	-	(85,09)	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	168.000,00	168.000,00	25.070,15	14,92	25.070,15	14,92	22.356,29	13,31
Despesas Correntes	165.000,00	165.000,00	25.070,15	15,19	25.070,15	15,19	22.356,29	13,55
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	145.000,00	145.000,00	16.495,11	11,38	16.495,11	11,38	15.258,02	10,52
Despesas Correntes	144.000,00	144.000,00	16.495,11	11,45	16.495,11	11,45	15.258,02	10,60
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	249.000,00	249.000,00	37.620,73	15,11	37.620,73	15,11	35.039,03	14,07
Despesas Correntes	247.000,00	247.000,00	37.620,73	15,23	37.620,73	15,23	35.039,03	14,19
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	580.000,00	580.000,00	70.104,35	12,09	68.220,34	11,76	63.376,62	10,93
Despesas Correntes	577.000,00	577.000,00	70.104,35	12,15	68.220,34	11,82	63.376,62	10,98

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.853.788,10	9.308.754,10	2.506.413,16	26,93	1.838.199,51	19,75	1.760.138,52	18,91

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.506.413,16	1.838.199,51	1.760.138,52
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.506.413,16	1.838.199,51	1.760.138,52
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.314.697,90
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			1.314.697,90
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	523.501,61	445.440,62
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	20,97	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	1.314.697,90	1.838.199,51	523.501,61	-	-	-	-	-	-	523.501,61
Empenhos de 2025	7.498.137,99	12.243.351,11	4.745.213,12	193.132,43	-	-	87.549,47	105.532,77	50,19	4.745.162,93
Empenhos de 2024	7.191.504,87	11.006.219,75	3.814.714,88	237.111,91	-	-	195.876,95	19.448,70	21.786,26	3.792.928,62
Empenhos de 2023	6.897.217,73	10.953.277,83	4.056.060,10	138.068,29	-	-	132.008,51	243,40	5.816,38	4.050.243,72

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	7.253.465,31	10.378.654,80	3.125.189,49	177.193,25	-	-	172.069,57	-	5.123,68	3.120.065,81
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.016.400,00	2.016.400,00	273.658,20	13,57
Proveniente da União	1.612.878,00	1.612.878,00	265.165,99	16,44
Proveniente dos Estados	403.522,00	403.522,00	8.492,21	2,10
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.016.400,00	2.016.400,00	273.658,20	13,57

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.682.617,00	2.487.414,35	286.644,04	11,52	260.585,22	10,48	251.015,98	10,09
Despesas Correntes	1.682.217,00	2.182.127,42	286.644,04	13,14	260.585,22	11,94	251.015,98	11,50
Despesas de Capital	400,00	305.286,93	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	16.971,00	84.038,16	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	10.471,00	21.909,63	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	6.500,00	62.128,53	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	278.634,00	446.005,14	23.953,56	5,37	23.953,56	5,37	12.968,00	2,91
Despesas Correntes	237.634,00	302.634,00	23.953,56	7,92	23.953,56	7,92	12.968,00	4,29
Despesas de Capital	41.000,00	143.371,14	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	43.600,00	98.392,52	31.500,00	32,01	-	-	-	-
Despesas Correntes	43.600,00	98.392,52	31.500,00	32,01	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.021.822,00	3.115.850,17	342.097,60	10,98	284.538,78	9,13	263.983,98	8,47
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.902.072,49	9.056.869,84	1.477.665,30	16,32	1.300.060,18	14,35	1.228.914,15	13,57
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.131.175,22	1.204.141,22	973.659,68	80,86	458.876,34	38,11	456.874,31	37,94

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	378.128,39	477.195,55	192.441,88	40,33	192.441,88	40,33	189.336,08	39,68
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	446.634,00	614.005,14	49.023,71	7,98	49.023,71	7,98	35.324,29	5,75
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	145.000,00	145.000,00	16.495,11	11,38	16.495,11	11,38	15.258,02	10,52
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	249.000,00	249.000,00	37.620,73	15,11	37.620,73	15,11	35.039,03	14,07
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	623.600,00	678.392,52	101.604,35	14,98	68.220,34	10,06	63.376,62	9,34
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.875.610,10	12.424.604,27	2.848.510,76	22,93	2.122.738,29	17,08	2.024.122,50	16,29
Notas:								
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.								
GILVANE HOFFMANN	***ROGERIO GALLINA***							
Contador CRC/PR 045431/O-1	Prefeito Municipal							

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:A7A03DCB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 12/2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	3.540.000,00	3.540.000,00	2.789.333,68	- 750.666,32
TOTAL (V) = (III + IV)	3.540.000,00	3.540.000,00	2.789.333,68	- 750.666,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de créditos adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)

DESPESAS CORRENTES	3.380.000,00	3.380.000,00	2.739.518,68	2.713.030,13	2.677.000,49	640.481,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.457.000,00	2.457.000,00	2.331.687,55	2.331.687,55	2.310.619,16	125.312,45
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	923.000,00	923.000,00	407.831,13	381.342,58	366.381,33	515.168,87
DESPESAS DE CAPITAL	160.000,00	160.000,00	49.815,00	26.550,00	26.550,00	110.185,00
INVESTIMENTOS	160.000,00	160.000,00	49.815,00	26.550,00	26.550,00	110.185,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	3.540.000,00	3.540.000,00	2.789.333,68	2.739.580,13	2.703.550,49	750.666,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	3.540.000,00	3.540.000,00	2.789.333,68	2.739.580,13	2.703.550,49	750.666,32
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VII + IX)	3.540.000,00	3.540.000,00	2.789.333,68	2.739.580,13	2.703.550,49	750.666,32

RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JUCELIA LEAL FERREIRA
Presidente do Legislativo

ANA MARIA CLASS
Contadora – CRC PR 050262/O-8

CAMILA MAZUR VIEIRA
Controle Interno

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Dados processados em: 03/02/2026 21:27 | Relatório emitido em: 23/02/2026 11:46

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:E8266DD9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE				
Estado do Paraná				
Exercício: 2025				
Balanço Orçamentário				
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985				
Anexo XII da Lei nº 4.320/64				
Período de Janeiro a Dezembro				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO c=(b-a)

		(a)	(b)	
RECEITAS CORRENTES	33.767.566,96	42.146.298,87	44.584.377,14	2.438.078,27
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.245.320,27	3.025.818,48	2.898.606,65	-127.211,83
Impostos	1.193.483,62	2.847.693,73	2.697.633,80	-150.059,93
Taxas	51.836,65	178.124,75	200.972,85	22.848,10
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.857,56	178.833,82	198.842,57	20.008,75
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	3.857,56	178.833,82	198.842,57	20.008,75
RECEITA PATRIMONIAL	3.849.673,04	4.511.046,21	5.183.710,19	672.663,98
Receitas Imobiliárias	6.188,01	6.188,01	3.671,22	-2.516,79
Receitas de Valores Mobiliários	335.654,80	479.270,35	1.154.558,11	675.287,76
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	3.507.830,23	4.025.587,85	4.025.480,86	-106,99
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	146.958,12	146.958,12	275,78	-146.682,34
Receita Bruta de Serviços	146.958,12	146.958,12	275,78	-146.682,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.373.927,82	34.120.868,03	36.233.200,69	2.112.332,66
Transferências da União e de suas Entidades	17.657.735,71	21.734.781,74	22.921.567,92	1.186.786,18
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.606.649,83	8.572.444,01	9.262.546,48	690.102,47
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	176.261,13	176.261,13	89.359,25	-86.901,88
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.933.281,15	3.637.381,15	3.959.727,04	322.345,89
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.770,40	161.714,46	69.572,96	-92.141,50
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	146.770,40	161.714,46	54.508,05	-107.206,41
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	15.064,91	15.064,91
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	437.417,50	3.362.296,17	3.908.319,76	546.023,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.447,85	400.447,85	0,00	-400.447,85
Operações de Crédito Internas	400.447,85	400.447,85	0,00	-400.447,85
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	36.969,65	36.969,65	0,00	-36.969,65
Alienação de Bens Móveis	36.969,65	36.969,65	0,00	-36.969,65
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	2.924.878,67	3.908.319,76	983.441,09
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	1.397.368,67	1.694.400,00	297.031,33
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	1.527.510,00	2.213.919,76	686.409,76
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	34.204.984,46	45.508.595,04	48.492.696,90	2.984.101,86

REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	34.204.984,46	45.508.595,04	48.492.696,90	2.984.101,86
DÉFICIT (IV)	0,00	5.821.914,83	0,00	-5.821.914,83
TOTAL (V) = (III + IV)	34.204.984,46	51.330.509,87	48.492.696,90	-2.837.812,97
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA				
CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	2.567.286,76	2.567.286,76	-
Superávit Financeiro	-	2.567.286,76	2.567.286,76	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	30.239.580,66	41.753.848,96	37.250.140,05	37.250.140,05	37.250.140,05	4.503.708,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.283.448,44	19.937.264,43	19.023.192,86	19.023.192,86	19.023.192,86	914.071,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	31.614,30	31.614,30	0,00	0,00	0,00	31.614,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.924.517,92	21.784.970,23	18.226.947,19	18.226.947,19	18.226.947,19	3.558.023,04
DESPESAS DE CAPITAL	2.765.451,90	9.365.898,88	5.756.202,74	5.756.202,74	5.756.202,74	3.609.696,14
INVESTIMENTOS	2.702.223,29	9.302.670,27	5.756.202,74	5.756.202,74	5.756.202,74	3.546.467,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	63.228,61	63.228,61	0,00	0,00	0,00	63.228,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.762,03	210.762,03	0,00	0,00	0,00	210.762,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	33.215.794,59	51.330.509,87	43.006.342,79	43.006.342,79	43.006.342,79	8.324.167,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(VAIml)ortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	33.215.794,59	51.330.509,87	43.006.342,79	43.006.342,79	43.006.342,79	8.324.167,08
SUPERÁVIT (VIII)	989.189,87	0,00	5.486.354,11	5.486.354,11	5.486.354,11	-5.486.354,11
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	34.204.984,46	51.330.509,87	48.492.696,90	48.492.696,90	48.492.696,90	2.837.812,97
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	71.454,39	0,00	0,00	0,00	0,00	71.454,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.454,39	0,00	0,00	0,00	0,00	71.454,39
DESPESAS DE CAPITAL	4.794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.794,00
INVESTIMENTOS	4.794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.794,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	76.248,39	0,00	0,00	0,00	0,00	76.248,39

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO			

		ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	64.225,77	84,00	0,00	0,00	64.309,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.225,77	84,00	0,00	0,00	64.309,77
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	64.225,77	84,00	0,00	0,00	64.309,77

Notas Explicativas

1 - As receitas e despesas demonstram um superávit de 5,5 milhões, ou seja, as despesas liquidadas foram inferiores as receitas arrecadadas, também percebe-se que os restos a pagar do exercício são inexpressivos, e em sua
maioria se referem a valores ajuizados, o que impede o pagamento dos mesmo até que se tenha
uma decisão judicial. Tanto para estes quanto para os demais restos a pagar, o Município apresenta disponibilidades para pagá-los, seja com o superávit
apresentado neste Balanço, como também pelos saldos disponíveis nas fontes, demonstrado no Anexo 14.

MEYALISON FRANK ESTEFANO MELO	***SERGIO SEVERINO DO NASCIMENTO***
Contador	Controle Interno
AMARILDO APARECIDO DA SILVA	
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Sergio Severino do Nascimento
Código Identificador:76F6C5D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO_1º BIMESTRE/2026

CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA
CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2.026/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)		No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	100,00	187.521.723,76	31.020.508,46	31.020.508,46	100,00	203.072.324,94
SAÚDE	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	100,00	187.521.723,76	31.020.508,46	31.020.508,46	100,00	203.072.324,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	233.542.520,98	234.092.833,40	46.571.109,64	46.571.109,64	100,00	187.521.723,76	31.020.508,46	31.020.508,46	100,00	203.072.324,94
TOTAL	**233.542.520,98**	**234.092.833,40**	**46.571.109,64**	**46.571.109,64**	**100,00**	**187.521.723,76**	**31.020.508,46**	**31.020.508,46**	**100,00**	**203.072.324,94**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA, emitido em 13/mar/2026 as 14h e 06m.

THIAGO DAROSS STEFANELLO	***JOÃO GABRIEL AVANCI***
Presidente	Diretor Geral
FRANCIMAR DOS SANTOS	***MARIANA SOARES SILVA BERNARDI***
Diretor Financeiro	Controlador Interno
	ELISANGELA CHIMBIDA
	Contadora / CRC: 076844/0.

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:85183800

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**90.735.380,00**	**141.381.605,41**	**16.388.257,32**	**16.388.257,32**	**100,00**	**124.993.348,09**	**12.175.107,85**	**12.175.107,85**	**100,00**	**129.206.497,56**
Legislativa	2.800.000,00	2.800.000,00	226.410,04	226.410,04	1,38	2.573.589,96	226.410,04	226.410,04	1,86	2.573.589,96
Ação Legislativa	2.800.000,00	2.800.000,00	226.410,04	226.410,04	1,38	2.573.589,96	226.410,04	226.410,04	1,86	2.573.589,96
Judiciária	380.000,00	380.000,00	43.649,16	43.649,16	0,27	336.350,84	43.649,16	43.649,16	0,36	336.350,84
Ação Judiciária	380.000,00	380.000,00	43.649,16	43.649,16	0,27	336.350,84	43.649,16	43.649,16	0,36	336.350,84
Administração	8.280.900,00	8.387.024,16	1.129.108,10	1.129.108,10	6,89	7.257.916,06	875.968,04	875.968,04	7,19	7.511.056,12
Administração Geral	7.056.900,00	7.163.024,16	947.109,15	947.109,15	5,78	6.215.915,01	693.969,09	693.969,09	5,70	6.469.055,07
Administração Financeira	997.000,00	997.000,00	127.959,16	127.959,16	0,78	869.040,84	127.959,16	127.959,16	1,05	869.040,84
Controle Interno	227.000,00	227.000,00	54.039,79	54.039,79	0,33	172.960,21	54.039,79	54.039,79	0,44	172.960,21
Defesa Nacional	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Defesa Terrestre	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	6.500,00
Segurança Pública	422.000,00	422.000,00	25.079,75	25.079,75	0,15	396.920,25	24.353,75	24.353,75	0,20	397.646,25
Defesa Civil	422.000,00	422.000,00	25.079,75	25.079,75	0,15	396.920,25	24.353,75	24.353,75	0,20	397.646,25
Assistência Social	3.540.000,00	4.026.496,80	548.612,98	548.612,98	3,35	3.477.883,82	490.806,16	490.806,16	4,03	3.535.690,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	450.000,00	688.106,44	27.989,27	27.989,27	0,17	660.117,17	27.989,27	27.989,27	0,23	660.117,17
Assistência Comunitária	3.090.000,00	3.338.390,36	520.623,71	520.623,71	3,18	2.817.766,65	462.816,89	462.816,89	3,80	2.875.573,47
Saúde	24.787.315,60	27.152.497,39	4.842.586,16	4.842.586,16	29,55	22.309.911,23	3.984.576,91	3.984.576,91	32,73	23.167.920,48
Administração Geral	257.000,00	257.000,00	97.785,78	97.785,78	0,60	159.214,22	97.785,78	97.785,78	0,80	159.214,22
Atenção Básica	12.540.970,00	14.493.149,38	2.345.035,66	2.345.035,66	14,31	12.148.113,72	1.696.864,77	1.696.864,77	13,94	12.796.284,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.663.345,60	11.076.348,01	2.346.677,50	2.346.677,50	14,32	8.729.670,51	2.140.176,00	2.140.176,00	17,58	8.936.172,01
Suporte Profilático e Terapêutico	168.000,00	168.000,00	0,00	0,00	0,00	168.000,00	0,00	0,00	0,00	168.000,00
Vigilância Sanitária	971.000,00	971.000,00	53.087,22	53.087,22	0,32	917.912,78	49.750,36	49.750,36	0,41	921.249,64
Vigilância Epidemiológica	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	167.000,00	0,00	0,00	0,00	167.000,00
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Educação	24.160.000,00	44.535.656,59	4.459.654,67	4.459.654,67	27,21	40.076.001,92	3.211.985,28	3.211.985,28	26,38	41.323.671,31
Ensino Fundamental	19.138.000,00	39.288.297,14	4.206.631,00	4.206.631,00	25,67	35.081.666,14	3.094.564,04	3.094.564,04	25,42	36.193.733,10
Ensino Superior	400.000,00	400.000,00	21.939,74	21.939,74	0,13	378.060,26	21.939,74	21.939,74	0,18	378.060,26
Educação Infantil	4.612.000,00	4.837.359,45	231.083,93	231.083,93	1,41	4.606.275,52	95.481,50	95.481,50	0,78	4.741.877,95
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura	1.180.000,00	1.552.899,42	201.204,96	201.204,96	1,23	1.351.694,46	190.068,40	190.068,40	1,56	1.362.831,02
Difusão Cultural	1.180.000,00	1.552.899,42	201.204,96	201.204,96	1,23	1.351.694,46	190.068,40	190.068,40	1,56	1.362.831,02
Direitos da Cidadania	202.000,00	367.998,61	3.244,61	3.244,61	0,02	364.754,00	3.244,61	3.244,61	0,03	364.754,00
Assistência à Pessoa Idosa	99.000,00	180.390,66	0,00	0,00	0,00	180.390,66	0,00	0,00	0,00	180.390,66
Assistência à Pessoa com Deficiência	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	59.000,00	143.607,95	3.244,61	3.244,61	0,02	140.363,34	3.244,61	3.244,61	0,03	140.363,34
Urbanismo	6.675.210,00	9.986.707,91	1.581.679,94	1.581.679,94	9,65	8.405.027,97	1.027.859,11	1.027.859,11	8,44	8.958.848,80
Infra-estrutura Urbana	964.400,00	3.735.779,23	708.380,08	708.380,08	4,32	3.027.399,15	266.558,20	266.558,20	2,19	3.469.221,03

Serviços Urbanos	5.710.810,00	6.250.928,68	873.299,86	873.299,86	5,33	5.377.628,82	761.300,91	761.300,91	6,25	5.489.627,77
Habitação	2.900.000,00	2.900.000,00	27.481,43	27.481,43	0,17	2.872.518,57	27.481,43	27.481,43	0,23	2.872.518,57
Habitação Urbana	2.900.000,00	2.900.000,00	27.481,43	27.481,43	0,17	2.872.518,57	27.481,43	27.481,43	0,23	2.872.518,57
Agricultura	1.658.000,00	1.770.122,05	307.224,68	307.224,68	1,87	1.462.897,37	211.066,40	211.066,40	1,73	1.559.055,65
Extensão Rural	1.658.000,00	1.770.122,05	307.224,68	307.224,68	1,87	1.462.897,37	211.066,40	211.066,40	1,73	1.559.055,65
Indústria	755.000,00	1.455.000,01	122.692,39	122.692,39	0,75	1.332.307,62	112.111,27	112.111,27	0,92	1.342.888,74
Promoção Industrial	755.000,00	1.455.000,01	122.692,39	122.692,39	0,75	1.332.307,62	112.111,27	112.111,27	0,92	1.342.888,74
Transporte	7.660.800,00	29.211.730,50	2.292.721,65	2.292.721,65	13,99	26.919.008,85	1.230.041,77	1.230.041,77	10,10	27.981.688,73
Transporte Rodoviário	7.660.800,00	29.211.730,50	2.292.721,65	2.292.721,65	13,99	26.919.008,85	1.230.041,77	1.230.041,77	10,10	27.981.688,73
Desporto e Lazer	1.490.000,00	2.589.317,57	208.694,84	208.694,84	1,27	2.380.622,73	147.273,56	147.273,56	1,21	2.442.044,01
Desporto Comunitário	1.490.000,00	2.589.317,57	208.694,84	208.694,84	1,27	2.380.622,73	147.273,56	147.273,56	1,21	2.442.044,01
Encargos Especiais	2.931.000,00	2.931.000,00	368.211,96	368.211,96	2,25	2.562.788,04	368.211,96	368.211,96	3,02	2.562.788,04
Outros Encargos Especiais	2.931.000,00	2.931.000,00	368.211,96	368.211,96	2,25	2.562.788,04	368.211,96	368.211,96	3,02	2.562.788,04
Reservas	906.654,40	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40
Reserva de Contingência	906.654,40	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40	0,00	0,00	0,00	906.654,40
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	**90.735.380,00**	**141.381.605,41**	**16.388.257,32**	**16.388.257,32**	**100,00**	**124.993.348,09**	**12.175.107,85**	**12.175.107,85**	**100,00**	**129.206.497,56**
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 23m.										

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:2B5E5668

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO VII

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste - PR												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	72.572,20	397.173,07	381.030,47	-	88.714,80	51.673,30	544.786,45	459.745,15	405.759,35	10.286,01	180.414,39	269.129,19
PODER EXECUTIVO	72.572,20	397.173,07	381.030,47	-	88.714,80	51.673,30	544.786,45	459.745,15	405.759,35	10.286,01	180.414,39	269.129,19
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Câmara Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	72.572,20	397.173,07	381.030,47	-	88.714,80	51.673,30	544.786,45	459.745,15	405.759,35	10.286,01	180.414,39	269.129,19

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4E6379EC

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO XIII

Prefeitura Munic de Itapejara D´Oeste-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL
		Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		

TOTAL DE PASSIVOS											
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE											
Provisões de PPP											
Outros Passivos											
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS											
Obrigações contratuais											
Riscos não Provisionados											
Garantias concedidas											
Outros Passivos Contingentes											

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	88.573.299,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)		-									
FONTE: Governança Brasil – Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 11h e 32m.											

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:E55D232A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
RGF - DEMOSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 2º SEMESTRE 2025 - REPUBLICAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITA														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	1 / 2.025	**2 / 2.025**	**3 / 2.025**	**4 / 2.025**	**5 / 2.025**	**6 / 2.025**	**7 / 2.025**	**8 / 2.025**	**9 / 2.025**	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	134.906,62	133.918,85	141.585,24	135.733,93	137.507,76	148.909,73	152.245,99	147.538,57	147.538,57	157.246,97	148.442,66	294.105,66	1.879.680,55	0,00
Pessoal Ativo	134.906,62	133.918,85	141.585,24	135.733,93	137.507,76	148.909,73	152.245,99	147.538,57	147.538,57	157.246,97	148.442,66	294.105,66	1.879.680,55	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	120.188,58	118.512,26	125.816,55	120.118,53	121.688,29	131.778,53	135.149,09	130.565,11	130.565,11	139.870,29	131.365,19	260.270,52	1.665.888,05	0,00
Obrigações Patronais	14.718,04	15.406,59	15.768,69	15.615,40	15.819,47	17.131,20	17.096,90	16.973,46	16.973,46	17.376,68	17.077,47	33.835,14	213.792,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	134.906,62	133.918,85	141.585,24	135.733,93	137.507,76	148.909,73	152.245,99	147.538,57	147.538,57	157.246,97	148.442,66	294.105,66	1.879.680,55	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	105.500.337,73	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	700.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	750.000,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	1.308.516,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	102.741.821,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**1.879.680,55**	**1,83**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.164.509,30	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.856.283,84	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.548.058,37	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 12/mar/2026 as 06h e 25m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

JUVALDI FERREIRA TOMAZ	*EDIVALDO PEREIRA*	*FERNANDO BIGOTTO RIBEIRO*
Presidente	Controlador Interno	Contador CRC PR-069434/O-9

Publicado por:
Andre Luiz de Mello
Código Identificador:15FF6FC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
8°.ALTERAÇÃO_PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS DE 2026

8º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA - EXERCÍCIO 2026
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
Responsável: Thiago Pontes
PROCESSO Nº. 4473/2026
1.OBJETO
O presente termo visa alterar o Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026 e incluir neste os seguintes itens:

AQUISIÇÃO DE TRATOR CORTADOR DE GRAMA

VALOR PREVISTO: R$ R$30.000,00
2. JUSTIFICATIVA (Art. 12, VII, Lei 14.133/21)

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer possui como atribuições promover, incentivar e desenvolver de forma contínua atividades esportivas, recreativas e de lazer no Município de Palmeira, bem como organizar e apoiar certames escolares, municipais e intermunicipais. Compete ainda a esta Secretaria estabelecer políticas públicas de recreação e lazer, fomentar a iniciação esportiva visando à integração social e ao desenvolvimento psicomotor de crianças e adolescentes, além de implantar, manter e conservar os espaços públicos destinados às práticas esportivas. Entre os equipamentos públicos sob sua responsabilidade

destaca-se o Estádio Municipal Arlei José Corsi, utilizado diariamente para treinamentos de futebol de campo, além de sediar competições relevantes. A manutenção adequada do gramado é condição essencial para garantir segurança, qualidade técnica das partidas e preservação do patrimônio público. Nesse contexto, a aquisição de um trator cortador de grama torna-se medida indispensável para assegurar a conservação regular e eficiente do campo, permitindo que as atividades esportivas ocorram em condições adequadas. A inexistência de equipamento próprio compromete a eficiência dos serviços de manutenção, podendo ocasionar prejuízos ao calendário esportivo municipal, à integridade física dos atleta e à imagem institucional do Município perante competições intermunicipais.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 16 de março de 2026.

OSMAIR LEDERER
Diretor de Licitações

MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - SMEL

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	Nº. CONTRATO/ ATA	DATA DE VENCIMENTO	t	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Material Esportivo	Contratação	x	x	Pregão Eletrônico	Janeiro	Março	MATERIAL DE CONSUMO	R$800.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Medalhas e Troféus	Contratação 53, 54, 55 e 56/2025	09.06.2026	x	Pregão Eletrônico	Janeiro	Fevereiro	MATERIAL DE CONSUMO	R$500.000,00	Média	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Arbitragem	Contratação	15/2024	15.03.2026	Pregão Eletrônico	Janeiro	Março	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	R$ 300.00,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Fornecimento refeiçoes prontas (marmitex, buffet livre, prato fe	Contratação	358/2023	07.11.2025	Pregão/ Registro de preço	Outubro (2025)	Novembro (2025)	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	R$ 100.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Uniformes esportivosUniformes esportivos	Contratação	x	x	Pregão eletrônico	Janeiro	Fevereiro	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 180.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Assessoria Esportiva - Corrida da Baronesa	Contratação	x	x	Pregão eletrônico	Julho	Setembro	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	R$ 50.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Construção quadra/pista skate - Rocio I	Contratação	x	x	Pregão Eletrônico	Fevereiro	Maio	OBRAS E I INSTALAÇÕES	R$ 550.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Construção campo sintético - Vilinha	Contratação	x	x	Pregão Eletrônico	Março	Junho	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 520.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Construção "Meu parquinho"	Contratação	x	x	Pregão Eletrônico	Maio	Agosto	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 210.000,00	Alta	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
JOGOS AMCG	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
JOGOS JOJUPS	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.900,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
JOGOS JAPS	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2.900,00	ALTA	_
JOGOS LIGA SUL NORTE	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 8.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
JOGOS DIVERSOS	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
BOM DE BOLA 2025	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 600,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
PARANÁ CUP 2025	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
CARRETINHA ENGATE	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 25.000,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
PLAYGROUNDS	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	A DEFINIR	BAIXA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
CORTINA GORGURINHO	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	R$ 5.194,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

							PESSOA JURÍDICA			
TATAME/ APARADOR	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
QUADRA POLIESPORTIVA CAMPESTRINHO	CONTRATAÇÃO	SEM CONTRATO	SEM CONTRATO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	Obras e Instalações	A DEFINIR	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
ARBITRAGEM	RENOVAÇÃO	PREGÃO 09/2024	15/03/2025	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 345.102,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
CORTADOR DER GRAMA	AQUISIÇÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	R$30.000,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
VALOR ESTIMADO								Valor total R$ 3.250.594,00		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:888136AF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO DE PALMITAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	90.879.910,00	123.016.299,66	12.656.596,22	12.656.596,22	90,30	110.359.703,44	12.387.070,09	12.387.070,09	90,11	110.629.229,57
LEGISLATIVA	3.809.500,00	3.809.500,00	402.149,77	402.149,77	2,87	3.407.350,23	398.567,30	398.567,30	2,90	3.410.932,70
AÇÃO LEGISLATIVA	3.809.500,00	3.809.500,00	402.149,77	402.149,77	2,87	3.407.350,23	398.567,30	398.567,30	2,90	3.410.932,70
ADMINISTRAÇÃO	11.286.800,00	15.288.414,20	1.947.748,43	1.947.748,43	13,90	13.340.665,77	1.934.557,93	1.934.557,93	14,07	13.353.856,27
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	735.000,00	735.000,00	104.532,90	104.532,90	0,75	630.467,10	104.532,90	104.532,90	0,76	630.467,10
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.257.000,00	1.257.000,00	159.101,66	159.101,66	1,14	1.097.898,34	159.101,66	159.101,66	1,16	1.097.898,34
ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.265.500,00	12.267.114,20	1.595.338,36	1.595.338,36	11,38	10.671.775,84	1.582.147,86	1.582.147,86	11,51	10.684.966,34
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	93.000,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00
CONTROLE INTERNO	118.000,00	118.000,00	19.446,12	19.446,12	0,14	98.553,88	19.446,12	19.446,12	0,14	98.553,88
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	244.300,00	244.300,00	27.903,88	27.903,88	0,20	216.396,12	27.903,88	27.903,88	0,20	216.396,12
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	224.000,00	224.000,00	16.236,41	16.236,41	0,12	207.763,59	16.236,41	16.236,41	0,12	207.763,59
COMUNICAÇÃO SOCIAL	150.000,00	150.000,00	25.189,10	25.189,10	0,18	124.810,90	25.189,10	25.189,10	0,18	124.810,90
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DEFESA CIVIL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.424.360,00	3.980.477,55	399.458,90	399.458,90	2,85	3.581.018,65	396.325,02	396.325,02	2,88	3.584.152,53
ADMINISTRAÇÃO GERAL	125.000,00	125.000,00	20.618,55	20.618,55	0,15	104.381,45	20.618,55	20.618,55	0,15	104.381,45
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	172.000,00	248.981,01	18.416,72	18.416,72	0,13	230.564,29	18.416,72	18.416,72	0,13	230.564,29
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	734.360,00	1.149.496,54	86.654,55	86.654,55	0,62	1.062.841,99	83.520,67	83.520,67	0,61	1.065.975,87
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	2.368.000,00	2.432.000,00	273.769,08	273.769,08	1,95	2.158.230,92	273.769,08	273.769,08	1,99	2.158.230,92
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.817.900,00	10.827.870,25	1.443.589,71	1.443.589,71	10,30	9.384.280,54	1.439.631,80	1.439.631,80	10,47	9.388.238,45
ADMINISTRAÇÃO GERAL	537.900,00	537.900,00	83.170,26	83.170,26	0,59	454.729,74	79.212,35	79.212,35	0,58	458.687,65
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	30.000,00	39.970,25	0,00	0,00	0,00	39.970,25	0,00	0,00	0,00	39.970,25
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	10.250.000,00	10.250.000,00	1.360.419,45	1.360.419,45	9,71	8.889.580,55	1.360.419,45	1.360.419,45	9,90	8.889.580,55
SAÚDE	14.029.050,00	18.324.623,80	2.236.577,99	2.236.577,99	15,96	16.088.045,81	2.223.488,54	2.223.488,54	16,18	16.101.135,26
ADMINISTRAÇÃO GERAL	224.000,00	224.000,00	19.923,89	19.923,89	0,14	204.076,11	19.923,89	19.923,89	0,14	204.076,11
ATENÇÃO BÁSICA	11.663.300,00	15.868.873,80	1.907.372,61	1.907.372,61	13,61	13.961.501,19	1.894.283,16	1.894.283,16	13,78	13.974.590,64

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.204.750,00	1.204.750,00	240.910,67	240.910,67	1,72	963.839,33	240.910,67	240.910,67	1,75	963.839,33
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	384.000,00	474.000,00	25.875,16	25.875,16	0,18	448.124,84	25.875,16	25.875,16	0,19	448.124,84
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	303.000,00	303.000,00	13.572,81	13.572,81	0,10	289.427,19	13.572,81	13.572,81	0,10	289.427,19
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	250.000,00	250.000,00	28.922,85	28.922,85	0,21	221.077,15	28.922,85	28.922,85	0,21	221.077,15
EDUCAÇÃO	21.986.200,00	24.119.152,79	3.194.752,05	3.194.752,05	22,79	20.924.400,74	3.178.929,51	3.178.929,51	23,13	20.940.223,28
ADMINISTRAÇÃO GERAL	530.000,00	530.000,00	26.321,65	26.321,65	0,19	503.678,35	26.321,65	26.321,65	0,19	503.678,35
ENSINO FUNDAMENTAL	13.553.900,00	15.609.836,45	2.226.378,63	2.226.378,63	15,88	13.383.457,82	2.213.726,09	2.213.726,09	16,10	13.396.110,36
ENSINO MÉDIO	1.259.000,00	1.259.000,00	0,00	0,00	0,00	1.259.000,00	0,00	0,00	0,00	1.259.000,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.936.300,00	5.013.316,34	743.529,54	743.529,54	5,30	4.269.786,80	740.359,54	740.359,54	5,39	4.272.956,80
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	43.450,00	43.450,00	0,00	0,00	0,00	43.450,00	0,00	0,00	0,00	43.450,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.663.550,00	1.663.550,00	198.522,23	198.522,23	1,42	1.465.027,77	198.522,23	198.522,23	1,44	1.465.027,77
CULTURA	970.000,00	970.000,00	29.968,39	29.968,39	0,21	940.031,61	29.968,39	29.968,39	0,22	940.031,61
ADMINISTRAÇÃO GERAL	139.000,00	139.000,00	21.547,30	21.547,30	0,15	117.452,70	21.547,30	21.547,30	0,16	117.452,70
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	231.000,00	231.000,00	8.421,09	8.421,09	0,06	222.578,91	8.421,09	8.421,09	0,06	222.578,91
URBANISMO	3.844.000,00	16.804.375,97	191.876,79	191.876,79	1,37	16.612.499,18	174.831,19	174.831,19	1,27	16.629.544,78
INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.503.000,00	15.463.375,97	0,00	0,00	0,00	15.463.375,97	0,00	0,00	0,00	15.463.375,97
SERVIÇOS URBANOS	1.341.000,00	1.341.000,00	191.876,79	191.876,79	1,37	1.149.123,21	174.831,19	174.831,19	1,27	1.166.168,81
SANEAMENTO	200.000,00	200.000,00	4.000,00	4.000,00	0,03	196.000,00	4.000,00	4.000,00	0,03	196.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	200.000,00	200.000,00	4.000,00	4.000,00	0,03	196.000,00	4.000,00	4.000,00	0,03	196.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.196.000,00	2.196.000,00	282.749,66	282.749,66	2,02	1.913.250,34	282.583,79	282.583,79	2,06	1.913.416,21
ADMINISTRAÇÃO GERAL	137.000,00	137.000,00	19.423,88	19.423,88	0,14	117.576,12	19.423,88	19.423,88	0,14	117.576,12
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.334.000,00	1.334.000,00	166.169,81	166.169,81	1,19	1.167.830,19	166.003,94	166.003,94	1,21	1.167.996,06
CONTROLE AMBIENTAL	725.000,00	725.000,00	97.155,97	97.155,97	0,69	627.844,03	97.155,97	97.155,97	0,71	627.844,03
AGRICULTURA	1.901.000,00	2.833.086,33	484.413,40	484.413,40	3,46	2.348.672,93	297.228,88	297.228,88	2,16	2.535.857,45
ADMINISTRAÇÃO GERAL	139.000,00	139.000,00	19.673,90	19.673,90	0,14	119.326,10	19.673,90	19.673,90	0,14	119.326,10
ABASTECIMENTO	175.000,00	241.133,84	0,00	0,00	0,00	241.133,84	0,00	0,00	0,00	241.133,84
EXTENSÃO RURAL	1.587.000,00	2.452.952,49	464.739,50	464.739,50	3,32	1.988.212,99	277.554,98	277.554,98	2,02	2.175.397,51
INDÚSTRIA	612.000,00	1.912.000,00	109.379,79	109.379,79	0,78	1.802.620,21	109.379,79	109.379,79	0,80	1.802.620,21
ADMINISTRAÇÃO GERAL	137.000,00	137.000,00	19.548,88	19.548,88	0,14	117.451,12	19.548,88	19.548,88	0,14	117.451,12
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	475.000,00	1.775.000,00	89.830,91	89.830,91	0,64	1.685.169,09	89.830,91	89.830,91	0,65	1.685.169,09
COMÉRCIO E SERVIÇOS	106.000,00	136.219,21	6.000,00	6.000,00	0,04	130.219,21	6.000,00	6.000,00	0,04	130.219,21
TURISMO	106.000,00	136.219,21	6.000,00	6.000,00	0,04	130.219,21	6.000,00	6.000,00	0,04	130.219,21
ENERGIA	742.000,00	742.000,00	72.387,43	72.387,43	0,52	669.612,57	72.387,43	72.387,43	0,53	669.612,57
CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	742.000,00	742.000,00	72.387,43	72.387,43	0,52	669.612,57	72.387,43	72.387,43	0,53	669.612,57
TRANSPORTE	5.955.100,00	11.403.062,67	986.841,33	986.841,33	7,04	10.416.221,34	977.281,33	977.281,33	7,11	10.425.781,34
ADMINISTRAÇÃO GERAL	136.000,00	136.000,00	19.423,88	19.423,88	0,14	116.576,12	19.423,88	19.423,88	0,14	116.576,12
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	5.819.100,00	11.267.062,67	967.417,45	967.417,45	6,90	10.299.645,22	957.857,45	957.857,45	6,97	10.309.205,22
DESPORTO E LAZER	1.000.000,00	1.469.516,89	68.383,46	68.383,46	0,49	1.401.133,43	65.590,07	65.590,07	0,48	1.403.926,82
ADMINISTRAÇÃO GERAL	152.000,00	152.000,00	22.190,84	22.190,84	0,16	129.809,16	22.190,84	22.190,84	0,16	129.809,16
DESPORTO COMUNITÁRIO	848.000,00	1.317.516,89	46.192,62	46.192,62	0,33	1.271.324,27	43.399,23	43.399,23	0,32	1.274.117,66
ENCARGOS ESPECIAIS	3.650.000,00	3.650.000,00	796.319,12	796.319,12	5,68	2.853.680,88	796.319,12	796.319,12	5,79	2.853.680,88
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.800.000,00	1.800.000,00	326.367,44	326.367,44	2,33	1.473.632,56	326.367,44	326.367,44	2,37	1.473.632,56
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	850.000,00	850.000,00	186.204,85	186.204,85	1,33	663.795,15	186.204,85	186.204,85	1,35	663.795,15
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	283.746,83	283.746,83	2,02	716.253,17	283.746,83	283.746,83	2,06	716.253,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.300.000,00	4.300.000,00	0,00	0,00	0,00	4.300.000,00	0,00	0,00	0,00	4.300.000,00
RESERVA DO RPPS	4.280.000,00	4.280.000,00	0,00	0,00	0,00	4.280.000,00	0,00	0,00	0,00	4.280.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	1.359.287,10	9,70	7.754.074,91	1.359.287,10	1.359.287,10	9,89	7.754.074,91
TOTAL III = (I +	99.983.210,00	132.129.661,67	14.015.883,32	14.015.883,32	100,00	118.113.778,35	13.746.357,19	13.746.357,19	100,00	118.383.304,48
ANTONIO SIMIANO		***ROBERTO CARLOS ROSSI***				***DEBORA REGINA COSTA***				
Contador		Prefeito Municipal				Controle Interno				
CRC: 024431/O-0										
Entidades:										
Câmara Municipal de Palmital										
Município de Palmital										
Prev Soc Serv Pub Mun Palmital										

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:923F386D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - INTRAORÇAMENTÁRIA

CONSOLIDADO DE PALMITAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	1.359.287,10	9,70	7.754.074,91	1.359.287,10	1.359.287,10	9,89	7.754.074,91
LEGISLATIVA	366.500,00	366.500,00	25.284,76	25.284,76	0,18	341.215,24	25.284,76	25.284,76	0,18	341.215,24
AÇÃO LEGISLATIVA	366.500,00	366.500,00	25.284,76	25.284,76	0,18	341.215,24	25.284,76	25.284,76	0,18	341.215,24
ADMINISTRAÇÃO	571.700,00	571.700,00	74.439,54	74.439,54	0,53	497.260,46	74.439,54	74.439,54	0,54	497.260,46
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	106.000,00	106.000,00	12.780,72	12.780,72	0,09	93.219,28	12.780,72	12.780,72	0,09	93.219,28
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	103.000,00	103.000,00	15.458,42	15.458,42	0,11	87.541,58	15.458,42	15.458,42	0,11	87.541,58
ADMINISTRAÇÃO GERAL	303.700,00	303.700,00	40.316,82	40.316,82	0,29	263.383,18	40.316,82	40.316,82	0,29	263.383,18
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
CONTROLE INTERNO	7.000,00	7.000,00	956,58	956,58	0,01	6.043,42	956,58	956,58	0,01	6.043,42
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	20.000,00	20.000,00	2.463,50	2.463,50	0,02	17.536,50	2.463,50	2.463,50	0,02	17.536,50
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	18.000,00	18.000,00	2.463,50	2.463,50	0,02	15.536,50	2.463,50	2.463,50	0,02	15.536,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.000,00	75.000,00	16.636,80	16.636,80	0,12	58.363,20	16.636,80	16.636,80	0,12	58.363,20
ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.000,00	10.000,00	1.763,58	1.763,58	0,01	8.236,42	1.763,58	1.763,58	0,01	8.236,42
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	15.000,00	4.491,86	4.491,86	0,03	10.508,14	4.491,86	4.491,86	0,03	10.508,14
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	50.000,00	50.000,00	10.381,36	10.381,36	0,07	39.618,64	10.381,36	10.381,36	0,08	39.618,64
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.320.100,00	4.320.100,00	686.744,64	686.744,64	4,90	3.633.355,36	686.744,64	686.744,64	5,00	3.633.355,36
ADMINISTRAÇÃO GERAL	82.100,00	82.100,00	11.162,44	11.162,44	0,08	70.937,56	11.162,44	11.162,44	0,08	70.937,56
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	4.238.000,00	4.238.000,00	675.582,20	675.582,20	4,82	3.562.417,80	675.582,20	675.582,20	4,91	3.562.417,80
SAÚDE	875.000,00	875.000,00	89.062,85	89.062,85	0,64	785.937,15	89.062,85	89.062,85	0,65	785.937,15
ADMINISTRAÇÃO GERAL	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00	0,00	0,00	0,00	365.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	510.000,00	510.000,00	89.062,85	89.062,85	0,64	420.937,15	89.062,85	89.062,85	0,65	420.937,15
EDUCAÇÃO	1.937.000,00	1.947.062,01	226.090,91	226.090,91	1,61	1.720.971,10	226.090,91	226.090,91	1,64	1.720.971,10
ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.000,00	12.000,00	1.909,44	1.909,44	0,01	10.090,56	1.909,44	1.909,44	0,01	10.090,56
ENSINO FUNDAMENTAL	1.419.000,00	1.419.000,00	161.014,84	161.014,84	1,15	1.257.985,16	161.014,84	161.014,84	1,17	1.257.985,16
EDUCAÇÃO INFANTIL	420.000,00	430.062,01	51.366,42	51.366,42	0,37	378.695,59	51.366,42	51.366,42	0,37	378.695,59
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	80.000,00	80.000,00	11.800,21	11.800,21	0,08	68.199,79	11.800,21	11.800,21	0,09	68.199,79
CULTURA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
URBANISMO	15.000,00	15.000,00	3.013,24	3.013,24	0,02	11.986,76	3.013,24	3.013,24	0,02	11.986,76
SERVIÇOS URBANOS	15.000,00	15.000,00	3.013,24	3.013,24	0,02	11.986,76	3.013,24	3.013,24	0,02	11.986,76
GESTÃO AMBIENTAL	72.000,00	72.000,00	10.648,22	10.648,22	0,08	61.351,78	10.648,22	10.648,22	0,08	61.351,78
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	70.000,00	70.000,00	10.648,22	10.648,22	0,08	59.351,78	10.648,22	10.648,22	0,08	59.351,78
AGRICULTURA	86.000,00	86.000,00	11.700,60	11.700,60	0,08	74.299,40	11.700,60	11.700,60	0,09	74.299,40

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
EXTENSÃO RURAL	84.000,00	84.000,00	11.700,60	11.700,60	0,08	72.299,40	11.700,60	11.700,60	0,09	72.299,40
INDÚSTRIA	12.000,00	12.000,00	1.777,93	1.777,93	0,01	10.222,07	1.777,93	1.777,93	0,01	10.222,07
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	10.000,00	10.000,00	1.777,93	1.777,93	0,01	8.222,07	1.777,93	1.777,93	0,01	8.222,07

TRANSPORTE	106.000,00	106.000,00	13.160,44	13.160,44	0,09	92.839,56	13.160,44	13.160,44	0,10	92.839,56
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	104.000,00	104.000,00	13.160,44	13.160,44	0,09	90.839,56	13.160,44	13.160,44	0,10	90.839,56
DESPORTO E LAZER	11.000,00	11.000,00	850,36	850,36	0,01	10.149,64	850,36	850,36	0,01	10.149,64
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	8.000,00	8.000,00	850,36	850,36	0,01	7.149,64	850,36	850,36	0,01	7.149,64
ENCARGOS ESPECIAIS	650.000,00	650.000,00	199.876,81	199.876,81	1,43	450.123,19	199.876,81	199.876,81	1,45	450.123,19
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	650.000,00	650.000,00	199.876,81	199.876,81	1,43	450.123,19	199.876,81	199.876,81	1,45	450.123,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	9.103.300,00	9.113.362,01	1.359.287,10	1.359.287,10	100,00	7.754.074,91	1.359.287,10	1.359.287,10	100,00	7.754.074,91

ANTONIO SIMIANO	***ROBERTO CARLOS ROSSI***	***DEBORA REGINA COSTA***
Contador	Prefeito Municipal	Controle Interno
CRC: 024431/O-0		
Entidades:		
Câmara Municipal de Palmital		
Município de Palmital		
Prev Soc Serv Pub Mun Palmital		

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:2BDDA71D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
RREO - RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAUDE - ASPS

CONSOLIDADO DE PALMITAL				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	7.876.000,00	7.876.000,00	792.892,61	10,07
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.365.000,00	1.365.000,00	47.535,08	3,48
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.828.000,00	1.828.000,00	87.221,47	4,77
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.582.000,00	1.582.000,00	255.727,45	16,16
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.101.000,00	3.101.000,00	402.408,61	12,98
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	59.070.000,00	59.070.000,00	10.000.240,20	16,93
Cota-Parte FPM	32.900.000,00	32.900.000,00	6.232.516,19	18,94
Cota-Parte ITR	1.000.000,00	1.000.000,00	92.237,90	9,22
Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	979.369,10	34,98
Cota-Parte ICMS	21.800.000,00	21.800.000,00	2.656.162,90	12,18
Cota-Parte IPI-Exportação	270.000,00	270.000,00	39.954,11	14,80
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	66.946.000,00	66.946.000,00	10.793.132,81	16,12

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	8.717.900,0	8.717.900,0	1.406.253,84	16,13	1.402.082,71	16,08	1.212.398,20	13,91
Despesas Correntes	8.617.900,0	8.617.900,0	1.406.253,84	16,32	1.402.082,71	16,27	1.212.398,20	14,07
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.000.000,0	1.000.000,0	240.910,67	24,09	240.910,67	24,09	85.254,05	8,53
Despesas Correntes	990.000,00	990.000,00	240.910,67	24,33	240.910,67	24,33	85.254,05	8,61
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	100.000,00	100.000,00	2.825,50	2,83	2.825,50	2,83	2.825,50	2,83
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	2.825,50	2,83	2.825,50	2,83	2.825,50	2,83
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	103.000,00	103.000,00	13.121,00	12,74	13.121,00	12,74	13.121,00	12,74
Despesas Correntes	103.000,00	103.000,00	13.121,00	12,74	13.121,00	12,74	13.121,00	12,74
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	588.000,00	588.000,00	19.923,89	3,39	19.923,89	3,39	18.262,75	3,11
Despesas Correntes	238.000,00	238.000,00	19.923,89	8,37	19.923,89	8,37	18.262,75	7,67
Despesas de Capital	350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	10.508.900,	10.508.900,	1.683.034,90	16,02	1.678.863,77	15,98	1.331.861,50	12,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.683.034,90	1.678.863,77	1.331.861,50
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.683.034,90	1.678.863,77	1.331.861,50
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.618.969,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	64.064,98	59.893,85	(287.108,42)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	15,59	15,55	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2026	1.618.969,9	1.683.034,9	64.064,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,80	64.064,98
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	1,80	1,80	1,80	-1,80
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.793.950,00	6.071.898,69	645.548,60	10,63
Proveniente da União	3.519.950,00	5.797.898,69	540.193,60	9,32
Proveniente dos Estados	274.000,00	274.000,00	105.355,00	38,45
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	353.200,00	353.200,00	86.967,52	24,62
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.147.150,00	6.425.098,69	732.516,12	11,40

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100

ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.355.400,0	7.560.973,8	590.181,62	7,81	581.263,30	7,69	563.665,50	7,45
Despesas Correntes	3.204.400,0	3.731.600,0	582.196,62	15,60	573.278,30	15,36	563.665,50	15,11
Despesas de Capital	151.000,00	3.829.373,8	7.985,00	0,21	7.985,00	0,21	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	204.750,00	204.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	204.750,00	204.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	5.000,00	2.088,90	41,78	2.088,90	41,78	2.088,90	41,78
Despesas Correntes	0,00	5.000,00	2.088,90	41,78	2.088,90	41,78	2.088,90	41,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	200.000,00	200.000,00	28.922,85	14,46	28.922,85	14,46	28.922,85	14,46
Despesas Correntes	200.000,00	200.000,00	28.922,85	14,46	28.922,85	14,46	28.922,85	14,46
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.960.150,0	8.170.723,8	621.193,37	7,60	612.275,05	7,49	594.677,25	7,28

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.073.300,	16.278.873,	1.996.435,46	12,26	1.983.346,01	12,18	1.776.063,70	10,91
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.204.750,0	1.204.750,0	240.910,67	20,00	240.910,67	20,00	85.254,05	7,08
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	100.000,00	105.000,00	4.914,40	4,68	4.914,40	4,68	4.914,40	4,68
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	303.000,00	303.000,00	13.121,00	4,33	13.121,00	4,33	13.121,00	4,33
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	200.000,00	200.000,00	28.922,85	14,46	28.922,85	14,46	28.922,85	14,46
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	588.000,00	588.000,00	19.923,89	3,39	19.923,89	3,39	18.262,75	3,11
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	14.469.050,	18.679.623,	2.304.228,27	12,34	2.291.138,82	12,27	1.926.538,75	10,31
ANTONIO SIMIANO		***ROBERTO CARLOS ROSSI***			***DEBORA REGINA COSTA***			
Contador CRC: 024431/O-0		Prefeito Municipal			Controle Interno			
Entidades:								
Câmara Municipal de Palmital								
Município de Palmital								
Prev Soc Serv Pub Mun Palmital								

Publicado por:
Antonio Simiano
Código Identificador:4ED4F62A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				**R$ 1,00**
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a)x100**

RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.354.900,00	3.354.900,00	369.594,26	11,02
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	891.050,00	891.050,00	8.223,13	0,92
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	607.350,00	607.350,00	89.146,83	14,68
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	874.000,00	874.000,00	124.842,12	14,28
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	982.500,00	982.500,00	147.382,18	15,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.496.935,00	30.496.935,00	6.292.594,23	20,63
Cota-Parte FPM	19.170.935,00	19.170.935,00	3.682.282,46	19,21
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	454,40	4,13
Cota-Parte IPVA	1.890.000,00	1.890.000,00	1.153.989,18	61,06
Cota-Parte ICMS	9.300.000,00	9.300.000,00	1.436.861,50	15,45
Cota-Parte IPI-Exportação	125.000,00	125.000,00	19.006,69	15,21
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	33.851.835,00	33.851.835,00	6.662.188,49	19,68

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.338.425,00	7.340.369,00	1.910.594,37	26,03	1.905.589,37	25,96	1.504.895,90	20,50
Despesas Correntes	7.304.825,00	7.306.769,00	1.910.594,37	26,15	1.905.589,37	26,08	1.504.895,90	20,60
Despesas de Capital	33.600,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	9.000,00	9.000,00	1.450,55	16,12	1.450,55	16,12	1.450,55	16,12
Despesas Correntes	9.000,00	9.000,00	1.450,55	16,12	1.450,55	16,12	1.450,55	16,12
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.357.625,00	7.359.569,00	1.912.044,92	25,98	1.907.039,92	25,91	1.506.346,45	20,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.912.044,92	1.907.039,92	1.506.346,45
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.912.044,92	1.907.039,92	1.506.346,45
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)		999.328,27	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)		-------	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	-------	907.711,65	507.018,18
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-------	-------	-------
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-------	**28,62**	-------

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas custeadas no exercício de referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2025	-------	-------	-------	-------	0,00

Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0 então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	999.328,27	1.907.039,92	907.711,65	5.206.757,34	0,00	4.299.045,69	-------	459.617,77	-------	907.711,65
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167.229,69	4.969,13	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.309.400,00	2.309.400,00	384.712,03	16,66
Proveniente da União	2.093.000,00	2.093.000,00	364.942,24	17,44
Proveniente dos Estados	216.400,00	216.400,00	19.769,79	9,14
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.309.400,00	2.309.400,00	384.712,03	16,66

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.025.900,00	4.852.987,09	470.871,65	9,70	463.513,75	9,55	452.938,75	9,33
Despesas Correntes	1.996.900,00	2.208.992,47	460.296,65	20,84	452.938,75	20,50	452.938,75	20,50
Despesas de Capital	29.000,00	2.643.994,62	10.575,00	0,40	10.575,00	0,40	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	168.000,00	168.000,00	63.958,44	38,07	63.958,44	38,07	63.958,44	38,07
Despesas Correntes	122.000,00	122.000,00	63.958,44	52,42	63.958,44	52,42	63.958,44	52,42
Despesas de Capital	46.000,00	46.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	115.500,00	115.500,00	23.625,41	20,45	23.625,41	20,45	23.625,41	20,45
Despesas Correntes	115.500,00	115.500,00	23.625,41	20,45	23.625,41	20,45	23.625,41	20,45
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	321.500,00	559.576,40	107.959,20	19,29	107.959,20	19,29	71.972,80	12,86

Despesas Correntes	281.000,00	519.076,40	107.959,20	20,80	107.959,20	20,80	71.972,80	13,87
Despesas de Capital	40.500,00	40.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.630.900,00	5.696.063,49	666.414,70	11,70	659.056,80	11,57	612.495,40	10,75
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	9.364.325,00	12.193.356,09	2.381.466,02	19,53	2.369.103,12	19,43	1.957.834,65	16,06
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	177.000,00	177.000,00	65.408,99	36,95	65.408,99	36,95	65.408,99	36,95
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	117.700,00	117.700,00	23.625,41	20,07	23.625,41	20,07	23.625,41	20,07
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	321.500,00	559.576,40	107.959,20	19,29	107.959,20	19,29	71.972,80	12,86

TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.988.525,00	13.055.632,49	2.578.459,62	19,75	2.566.096,72	19,66	2.118.841,85 16,23
FONTE: Sistema e-Pública (2371-2373-541). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:50.							
Notas:							
1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.							
2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.							

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:8B556D2A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro										
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										**Em Reais**
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.452.335,00	58.908.362,21	8.676.664,61	8.676.664,61	100,00	50.231.697,60	8.657.631,33	8.657.631,33	100,00	50.250.730,88
ADMINISTRAÇÃO	8.034.500,00	15.581.574,52	2.249.159,75	2.249.159,75	25,92	13.332.414,77	2.249.033,75	2.249.033,75	25,98	13.332.540,77
Administração Geral	5.284.500,00	12.831.574,52	1.481.150,41	1.481.150,41	17,07	11.350.424,11	1.481.024,41	1.481.024,41	17,11	11.350.550,11
Administração Financeira	2.750.000,00	2.750.000,00	768.009,34	768.009,34	8,85	1.981.990,66	768.009,34	768.009,34	8,87	1.981.990,66
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.300.060,00	2.345.018,01	448.347,35	448.347,35	5,17	1.896.670,66	448.347,35	448.347,35	5,18	1.896.670,66
Assistência ao Idoso	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	120.000,00	120.656,64	24.794,78	24.794,78	0,29	95.861,86	24.794,78	24.794,78	0,29	95.861,86
Assistência à Criança e ao Adolescente	356.000,00	356.000,00	30.784,80	30.784,80	0,35	325.215,20	30.784,80	30.784,80	0,36	325.215,20
Assistência Comunitária	1.208.060,00	1.252.361,37	229.812,53	229.812,53	2,65	1.022.548,84	229.812,53	229.812,53	2,65	1.022.548,84
Demais Subfunções	566.000,00	566.000,00	162.955,24	162.955,24	1,88	403.044,76	162.955,24	162.955,24	1,88	403.044,76
SAÚDE	10.378.825,00	13.445.932,49	2.609.560,12	2.609.560,12	30,08	10.836.372,37	2.597.197,22	2.597.197,22	30,00	10.848.735,27
Atenção Básica	9.754.625,00	12.583.656,09	2.412.566,52	2.412.566,52	27,81	10.171.089,57	2.400.203,62	2.400.203,62	27,72	10.183.452,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Vigilância Sanitária	177.000,00	177.000,00	65.408,99	65.408,99	0,75	111.591,01	65.408,99	65.408,99	0,76	111.591,01
Vigilância Epidemiológica	117.700,00	117.700,00	23.625,41	23.625,41	0,27	94.074,59	23.625,41	23.625,41	0,27	94.074,59
Demais Subfunções	321.500,00	559.576,40	107.959,20	107.959,20	1,24	451.617,20	107.959,20	107.959,20	1,25	451.617,20
TRABALHO	3.210.000,00	6.229.550,91	581.347,45	581.347,45	6,70	5.648.203,46	581.347,40	581.347,40	6,71	5.648.203,51
Demais Subfunções	3.210.000,00	6.229.550,91	581.347,45	581.347,45	6,70	5.648.203,46	581.347,40	581.347,40	6,71	5.648.203,51
EDUCAÇÃO	9.365.950,00	9.696.410,14	1.809.197,12	1.809.197,12	20,85	7.887.213,02	1.802.652,79	1.802.652,79	20,82	7.893.757,35
Ensino Fundamental	8.545.200,00	8.875.660,14	1.463.703,62	1.463.703,62	16,87	7.411.956,52	1.457.159,29	1.457.159,29	16,83	7.418.500,85
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	810.750,00	810.750,00	345.493,50	345.493,50	3,98	465.256,50	345.493,50	345.493,50	3,99	465.256,50
CULTURA	44.000,00	1.146.270,01	0,00	0,00	0,00	1.146.270,01	0,00	0,00	0,00	1.146.270,01
Difusão Cultural	44.000,00	1.146.270,01	0,00	0,00	0,00	1.146.270,01	0,00	0,00	0,00	1.146.270,01

URBANISMO	3.160.500,00	8.401.554,87	559.442,01	559.442,01	6,45	7.842.112,86	559.442,01	559.442,01	6,46	7.842.112,86
Serviços Urbanos	3.150.500,00	8.391.554,87	559.442,01	559.442,01	6,45	7.832.112,86	559.442,01	559.442,01	6,46	7.832.112,86
Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	8.000,00	13.066,52	0,00	0,00	0,00	13.066,52	0,00	0,00	0,00	13.066,52
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	13.066,52	0,00	0,00	0,00	13.066,52	0,00	0,00	0,00	13.066,52
AGRICULTURA	1.244.000,00	1.244.000,00	327.699,52	327.699,52	3,78	916.300,48	327.699,52	327.699,52	3,79	916.300,48
Promoção da Produção Agropecuária	1.244.000,00	1.244.000,00	327.699,52	327.699,52	3,78	916.300,48	327.699,52	327.699,52	3,79	916.300,48
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Demais Subfunções	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPORTO E LAZER	561.500,00	659.984,74	91.911,29	91.911,29	1,06	568.073,45	91.911,29	91.911,29	1,06	568.073,45
Desporto Comunitário	561.500,00	659.984,74	91.911,29	91.911,29	1,06	568.073,45	91.911,29	91.911,29	1,06	568.073,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.452.335,00	58.908.362,21	8.676.664,61	8.676.664,61	100,00	50.231.697,60	8.657.631,33	8.657.631,33	100,00	50.250.730,88
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
FONTE: Sistema e-Pública (1736-9407-901). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:46.										

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:C2AC0FA0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro										
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										**Em Reais**
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.452.335,00	93.023.263,83	9.257.381,86	49.703.200,09	100,00	43.320.063,74	9.264.233,33	49.698.218,22	100,00	43.325.045,61
ADMINISTRAÇÃO	8.034.500,00	20.933.074,52	1.725.285,22	10.998.216,48	22,13	9.934.858,04	1.725.376,90	10.998.156,48	22,13	9.934.918,04
Administração Geral	5.284.500,00	16.867.074,52	909.138,77	7.050.570,90	14,19	9.816.503,62	909.230,20	7.050.510,90	14,19	9.816.563,62
Administração Financeira	2.750.000,00	4.066.000,00	816.146,45	3.947.645,58	7,94	118.354,42	816.146,70	3.947.645,58	7,94	118.354,42
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.300.060,00	7.295.018,01	297.952,31	1.673.932,86	3,37	5.621.085,15	297.952,76	1.673.932,86	3,37	5.621.085,15
Assistência ao Idoso	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	120.000,00	165.656,64	40.862,78	148.918,63	0,30	16.738,01	40.862,78	148.918,63	0,30	16.738,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	356.000,00	336.000,00	27.906,95	162.877,09	0,33	173.122,91	27.906,95	162.877,09	0,33	173.122,91
Assistência Comunitária	1.208.060,00	6.077.361,37	199.420,58	989.397,74	1,99	5.087.963,63	199.420,58	989.397,74	1,99	5.087.963,63
Demais Subfunções	566.000,00	666.000,00	29.762,00	372.739,40	0,75	293.260,60	29.762,45	372.739,40	0,75	293.260,60
SAÚDE	10.378.825,00	17.583.622,49	2.291.366,96	12.113.830,86	24,37	5.469.791,63	2.298.126,15	12.108.908,99	24,36	5.474.713,50
Atenção Básica	9.754.625,00	16.721.346,09	2.296.504,88	11.616.188,93	23,37	5.105.157,16	2.303.264,07	11.611.267,06	23,36	5.110.079,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Vigilância Sanitária	177.000,00	177.000,00	1.631,34	72.055,38	0,14	104.944,62	1.631,34	72.055,38	0,14	104.944,62
Vigilância Epidemiológica	117.700,00	117.700,00	14.775,06	94.858,87	0,19	22.841,13	14.775,06	94.858,87	0,19	22.841,13
Demais Subfunções	321.500,00	559.576,40	-21.544,32	330.727,68	0,67	228.848,72	-21.544,32	330.727,68	0,67	228.848,72
TRABALHO	3.210.000,00	10.264.770,91	542.841,17	3.960.870,86	7,97	6.303.900,05	542.841,22	3.960.870,86	7,97	6.303.900,05
Demais Subfunções	3.210.000,00	10.264.770,91	542.841,17	3.960.870,86	7,97	6.303.900,05	542.841,22	3.960.870,86	7,97	6.303.900,05
EDUCAÇÃO	9.365.950,00	13.456.910,14	1.744.211,86	8.470.537,54	17,04	4.986.372,60	1.744.211,96	8.470.537,54	17,04	4.986.372,60
Ensino Fundamental	8.545.200,00	12.636.160,14	1.744.037,18	7.868.729,26	15,83	4.767.430,88	1.744.037,28	7.868.729,26	15,83	4.767.430,88
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	810.750,00	810.750,00	174,68	601.808,28	1,21	208.941,72	174,68	601.808,28	1,21	208.941,72
CULTURA	44.000,00	1.115.370,01	0,00	931.739,45	1,87	183.630,56	0,00	931.739,45	1,87	183.630,56
Difusão Cultural	44.000,00	1.115.370,01	0,00	931.739,45	1,87	183.630,56	0,00	931.739,45	1,87	183.630,56
URBANISMO	3.160.500,00	16.082.446,49	2.168.042,81	8.164.948,04	16,43	7.917.498,45	2.168.042,81	8.164.948,04	16,43	7.917.498,45

Serviços Urbanos	3.150.500,00	16.072.446,49	2.168.042,81	8.164.948,04	16,43	7.907.498,45	2.168.042,81	8.164.948,04	16,43	7.907.498,45
Demais Subfunções	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	8.000,00	93.066,52	11.650,76	16.037,56	0,03	77.028,96	11.650,76	16.037,56	0,03	77.028,96
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	
Preservação e Conservação Ambiental	8.000,00	93.066,52	11.650,76	16.037,56	0,03	77.028,96	11.650,76	16.037,56	0,03	77.028,96
AGRICULTURA	1.244.000,00	5.219.000,00	411.866,40	2.677.670,19	5,39	2.541.329,81	411.866,40	2.677.670,19	5,39	2.541.329,81
Promoção da Produção Agropecuária	1.244.000,00	5.219.000,00	411.866,40	2.677.670,19	5,39	2.541.329,81	411.866,40	2.677.670,19	5,39	2.541.329,81
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Demais Subfunções	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPORTO E LAZER	561.500,00	834.984,74	64.164,37	695.416,25	1,40	139.568,49	64.164,37	695.416,25	1,40	139.568,49
Desporto Comunitário	561.500,00	834.984,74	64.164,37	695.416,25	1,40	139.568,49	64.164,37	695.416,25	1,40	139.568,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.452.335,00	93.023.263,83	9.257.381,86	49.703.200,09	100,00	43.320.063,74	9.264.233,33	49.698.218,22	100,00	43.325.045,61
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a - b)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**			**SALDO (e) = (a - d)**
			No Bimestre	**Até o bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o bimestre (d)**	**% (d/total d)**	

FONTE: Sistema e-Pública (1533-0635-846). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:57.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:AA6708FB

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Prefeitura
Municipal de Pérola d'Oeste

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) — **R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025
RECEITAS CORRENTES (I)	3.456.434,46	4.731.663,02	4.591.217,23	4.186.714,62	3.615.816,51	3.871.136,29	3.983.595,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	301.756,78	195.308,10	234.299,31	250.610,71	360.168,55	344.971,27	464.974,73
IPTU	15.874,23	13.059,48	5.186,22	3.036,91	3.946,50	14.604,44	169.490,62
ISS	84.373,28	59.657,92	49.858,40	74.983,72	72.462,69	98.775,75	79.065,75
ITBI	62.434,31	16.584,26	66.025,37	23.121,46	108.165,58	27.618,88	31.492,43
IRRF	85.487,01	62.715,73	62.297,68	85.084,50	90.971,47	119.708,96	79.071,91
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	53.587,95	43.290,71	50.931,64	64.384,12	84.622,31	84.263,24	105.854,02
Melhoria							
Contribuições	33.401,65	30.972,34	38.297,65	37.054,43	38.576,94	50.265,04	68.726,97
Receita Patrimonial	90.216,53	132.756,39	104.717,40	121.008,43	104.287,95	108.201,30	99.791,76
Rendimentos de Aplicação Financeira	88.533,43	131.080,37	102.161,42	120.020,83	103.665,15	107.396,10	98.986,56
Outras Receitas Patrimoniais	1.683,10	1.676,02	2.555,98	987,60	622,80	805,20	805,20
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	7.974,15	5.978,26	3.835,03	5.339,46	23.403,75	8.965,74	23.643,87
Transferências Correntes	3.023.085,35	4.365.937,44	4.203.673,36	3.772.211,38	3.089.379,32	3.358.432,43	3.326.457,93
Cota-Parte do FPM	1.561.506,84	2.518.916,72	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31
Cota-Parte do ICMS	727.492,32	919.235,86	783.544,82	653.316,68	710.089,41	793.326,76	605.462,94
Cota-Parte do IPVA	34.568,56	29.568,12	941.917,33	212.071,85	196.265,61	168.435,82	126.160,28
Cota-Parte do ITR	1.123,64	301,26	307,11	147,29	244,38	182,27	308,43
Transferências da LC 61/1989	11.822,03	13.879,07	8.914,93	10.091,76	10.990,22	10.318,55	10.024,66
Transferências do FUNDEB	389.055,91	460.609,34	599.732,14	486.635,88	446.721,15	495.230,64	436.311,53
Outras Transferências Correntes	297.516,05	423.427,07	296.898,36	300.024,13	335.586,67	478.987,72	347.046,78
Outras Receitas Correntes	0,00	710,49	6.394,48	490,21	0,00	300,51	0,00
DEDUÇÕES (II)	467.302,60	543.145,28	661.408,50	597.110,22	461.414,21	476.842,74	508.619,82
Contrib. do Servidor para o Plano de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Previdência							
Compensação Financ. entre Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência							
Rendimentos de Aplicações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários							
Dedução de Receita para Formação do	467.302,60	543.145,28	661.408,50	597.110,22	461.414,21	476.842,74	508.619,82
FUNDEB							
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	2.989.131,86	4.188.517,74	3.929.808,73	3.589.604,40	3.154.402,30	3.394.293,55	3.474.975,44
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**						
	Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.989.131,86	4.188.517,74	3.929.808,73	3.589.604,40	3.154.402,30	3.394.293,55	3.474.975,44
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	53.656,00	107.312,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00	57.684,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.935.475,86	4.081.205,74	3.872.124,73	3.531.920,40	3.096.718,30	3.336.609,55	3.417.291,44

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**					Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2025
	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.009.206,93	4.355.493,44	3.400.137,29	7.949.557,49	5.612.317,41	54.763.289,95	45.880.035,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	674.663,49	304.235,70	291.915,12	311.410,96	330.531,71	4.064.846,43	4.282.400,00
IPTU	331.450,42	19.088,48	27.622,05	18.584,94	20.749,04	642.693,33	891.050,00
ISS	129.811,51	74.433,33	68.413,68	64.136,27	128.874,01	984.846,31	874.000,00
ITBI	30.069,13	39.888,37	44.855,38	74.015,13	32.382,46	556.652,76	607.350,00
IRRF	100.886,48	89.136,11	93.607,09	88.141,47	96.559,84	1.053.668,25	982.500,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de	82.445,95	81.689,41	57.416,92	66.533,15	51.966,36	826.985,78	927.500,00
Melhoria							
Contribuições	74.988,81	31.976,43	31.551,53	25.589,07	31.964,65	493.365,51	382.000,00
Receita Patrimonial	94.540,31	128.061,76	109.862,03	109.274,90	115.831,75	1.318.550,51	132.700,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	93.735,11	127.074,16	109.239,23	108.045,83	115.026,55	1.304.964,74	63.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	805,20	987,60	622,80	1.229,07	805,20	13.585,77	69.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	27.131,16	26.095,34	26.511,66	18.991,28	24.005,77	201.875,47	293.600,00
Transferências Correntes	4.137.883,16	3.864.879,31	2.940.277,20	7.483.996,37	5.109.959,59	48.676.172,84	40.777.395,00
Cota-Parte do FPM	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	20.834.809,06	20.834.935,00
Cota-Parte do ICMS	719.060,79	825.750,65	663.036,42	815.296,88	738.662,96	8.954.276,49	9.300.000,00
Cota-Parte do IPVA	60.368,36	99.982,72	24.961,33	26.819,30	16.864,83	1.937.984,11	1.890.000,00
Cota-Parte do ITR	395,53	0,00	2.075,17	10.982,22	13.084,59	29.151,89	11.000,00
Transferências da LC 61/1989	11.412,28	9.791,50	10.815,81	11.469,93	10.999,75	130.530,49	125.000,00
Transferências do FUNDEB	464.247,28	445.096,65	417.833,30	401.364,65	517.694,99	5.560.533,46	4.980.000,00
Outras Transferências Correntes	1.032.377,29	539.769,37	323.219,15	4.316.616,15	2.537.418,60	11.228.887,34	3.636.460,00
Outras Receitas Correntes	0,00	244,90	19,75	294,91	23,94	8.479,19	11.940,00
DEDUÇÕES (II)	528.251,62	414.237,47	439.844,87	414.864,65	410.969,12	5.924.011,10	5.965.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência							
Compensação Financ. entre Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência							
Rendimentos de Aplicações de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários							

Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	528.251,62	414.237,47	439.844,87	414.864,65	410.969,12	5.924.011,10	5.965.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	4.480.955,31	3.941.255,97	2.960.292,42	7.534.692,84	5.201.348,29	48.839.278,85	39.914.835,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	3.960.000,00	990.000,00	4.950.000,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	**Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses**					Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2025
	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.480.955,31	3.941.255,97	2.960.292,42	3.574.692,84	4.211.348,29	43.889.278,85	39.914.835,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	750.000,00	142.690,00	0,00	0,00	1.300.000,00	2.192.690,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	58.684,00	57.684,00	57.684,00	58.684,00	57.684,00	739.808,00	620.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	3.672.271,31	3.740.881,97	2.902.608,42	3.516.008,84	2.853.664,29	40.956.780,85	39.294.835,00

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:2EA4CA21

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — **Em Reais**

PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total (L)=(e+k)**
	Inscritos					**Inscritos**						
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2024 (b)**	**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo (e)=(a+b)-(c+d)**	**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2024 (g)**	**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo (k)=(f+g)-(i+j)**	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	920.255,21	895.680,58	0,00	24.574,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.574,63
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste	0,00	920.255,21	895.680,58	0,00	24.574,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.574,63
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	920.255,21	895.680,58	0,00	24.574,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.574,63

FONTE: Sistema e-Pública (1838-6039-438). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:54.

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:1A186179

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2025/Bimestre Janeiro-Fevereiro
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — **Em Reais**

PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**Saldo Total**

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (k)=(f+g)-(i+j)	(L)=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	920.255,21	798.138,88	0,00	122.116,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.116,33
EXECUTIVO												
Prefeitura Municipal de Pérola d'Oeste	0,00	920.255,21	798.138,88	0,00	122.116,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.116,33
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	920.255,21	798.138,88	0,00	122.116,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.116,33
FONTE: Sistema e-Pública (1734-5417-068). Unidade Responsável: . Data da emissão: 13/03/2026 e hora de emissão: 13:49.												

Publicado por:
Stefany Moretto Kasmas
Código Identificador:297D49D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 16.01/2026 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO - PSS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS – PR
EDITAL N.º 16.01/2025
RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO
O Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Resultado final e classificação** do Processo Seletivo n.º 01/2025, nos seguintes termos.
Art. 1° Fica divulgado por intermédio do presente edital, o Resultado Final e Classificação do Processo Seletivo do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, na seguinte ordem:
I. O **ANEXO I** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas aos Afrodescendentes (AFRO), conforme os critérios estabelecidos no item 15.
II. O **ANEXO II** dispõe do Resultado Final e Classificação, dos candidatos inscritos para concorrer as vagas destinadas a Ampla Concorrência (AC), conforme os critérios estabelecidos no item 15.
Art. 2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 13/03/2026 às 23h59min do dia 16/03/2026**, observado o horário oficial de Brasília - DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o Resultado Final e Classificação, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art. 3° O candidato poderá consultar individualmente seu desempenho na "Área do Candidato", a partir do dia **13/03/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF.
Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas (PR), 12 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito

MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS - PR											
PROCESSO SELETIVO - 01/2025											
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76											
ANEXO I DO EDITAL N.º 16.01/2025 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AFRO)											
7928 - MOTORISTA II - PORTO AMAZONAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041373	CLEMERSON LUIZ FERREIRA	13/09/1982	24,50	15,00	12,00	14,00	79,00	144,50	1º	Classificado	Afrodescendente
7929 - PROFESSOR - PORTO AMAZONAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041415	ELUZA BARBOZA DOS SANTOS	22/11/1982	17,50	0,00	12,00	24,50	3,00	57,00	1º	Classificado	Afrodescendente

ANEXO II DO EDITAL N.º 16.01/2025 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)											
7928 - MOTORISTA II - PORTO AMAZONAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041329	MARCELO VIEIRA	13/02/1991	21,00	15,00	12,00	17,50	100,00	165,50	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0041331	GERSON CLAITON KOVALSKI	04/01/1985	17,50	15,00	12,00	21,00	93,00	158,50	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0041319	BRUNO ALVES DE MOURA PEREIRA	10/07/1993	31,50	15,00	15,00	14,00	79,00	154,50	3º	Classificado	Ampla Concorrência

0041361	JEAN ROBERTO DOS S. CARNEIRO	11/10/1975	24,50	15,00	15,00	14,00	86,00	154,50	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0041452	CLEVERSON DE JESUS DA SILVEIRA	09/10/1990	17,50	15,00	12,00	17,50	86,00	148,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041460	DOUGLAS MATEUS JORGE	29/11/1999	21,00	15,00	15,00	17,50	79,00	147,50	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0041373	CLEMERSON LUIZ FERREIRA	13/09/1982	24,50	15,00	12,00	14,00	79,00	144,50	7º	Classificado	Afrodescendente
0041358	JOÃO EDUARDO SIENKIEWICZ	28/05/1998	21,00	12,00	9,00	17,50	84,00	143,50	8º	Classificado	Ampla Concorrência
7929 - PROFESSOR - PORTO AMAZONAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041370	MYLENA SANTOS MENEGASSI	06/12/1998	28,00	9,00	12,00	21,00	-	70,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0041411	LAÍSA APARECIDA GARRETT PEREIRA	22/10/2002	24,50	6,00	12,00	24,50	-	67,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0041328	CINDY BAHR ESPOSITO DE SOUZA	14/10/1995	31,50	3,00	9,00	21,00	1,50	66,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0041314	FRANCIELE RIBEIRO CARDOSO	07/01/1994	31,50	6,00	12,00	14,00	1,50	65,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0041357	ELAINE CRISTINE VIEIRA DOS SANTOS	08/07/1986	24,50	9,00	9,00	17,50	3,00	63,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041419	MARGARETE LUCEKI GUIMARÃES	21/07/1970	28,00	3,00	12,00	14,00	3,00	60,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0041405	GABRIELA CRISTINA DE MELLO PINTO	01/08/1996	17,50	3,00	15,00	21,00	3,00	59,50	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0041415	ELUZA BARBOZA DOS SANTOS	22/11/1982	17,50	0,00	12,00	24,50	3,00	57,00	8º	Classificado	Afrodescendente
0041366	JANAINA SEVERIANO FERREIRA GONSALVES	13/12/1995	21,00	3,00	15,00	17,50	-	56,50	9º	Classificado	Ampla Concorrência
0041374	TERESINHA BATISTA KICHILESKI DE MELLO	06/06/1984	21,00	3,00	15,00	14,00	-	53,00	10º	Classificado	Ampla Concorrência
0041414	ELIANDRA DA SILVA DE OLIVEIRA SANTOS	02/03/2003	21,00	0,00	9,00	21,00	-	51,00	11º	Classificado	Ampla Concorrência
0041441	FRANCINY GUIMARÃES	21/06/2003	24,50	6,00	9,00	10,50	-	50,00	12º	Classificado	Ampla Concorrência

7930 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PORTO AMAZONAS										
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041398	ELISANGELA DE FATIMA GARCIA FERREIRA	20/02/1983	10,50	6,00	12,00	24,50	53,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0041338	ISABELE VIEIRA SOARES	07/06/2000	17,50	6,00	12,00	17,50	53,00	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0041440	GIOVANA DE JESUS RODRIGUES FERREIRA	16/06/1993	21,00	6,00	12,00	14,00	53,00	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0041409	ADRIELE FERNANDA DA SILVA VIANA PIETROVSKI	06/07/1996	24,50	3,00	9,00	14,00	50,50	4º	Classificado	Ampla Concorrência

ANEXO II DO EDITAL N.º 16.01/2025 - RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO (AC)											
7931 - FARMACÊUTICO II - PORTO AMAZONAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041347	LUCIANA SIQUEIRA FRANCA	28/04/1986	10,50	3,00	15,00	24,50	1,50	54,50	1º	Classificado	Ampla Concorrência
7932 - PSICÓLOGO - PORTO AMAZONAS											
INSCRIÇÃO	**NOME**	**INS. NASC.**	**LPO**	**MAT**	**CG**	**CE**	**PT**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	**MODALIDADE**
0041395	LORENA LAROCCA DE SOUZA FARIA	28/03/2003	28,00	6,00	6,00	35,00	-	75,00	1º	Aprovado	Ampla Concorrência
0041426	BRUNO MONTESCHIO NERY	04/02/1998	14,00	6,00	12,00	28,00	1,50	61,50	2º	Aprovado	Ampla Concorrência
0041382	CLARA BAVARESCO VOLPATO	27/01/2003	17,50	6,00	9,00	28,00	-	60,50	3º	Aprovado	Ampla Concorrência
0041421	SILMARA DOS PASSOS MASCARENHAS	13/05/1993	14,00	9,00	9,00	28,00	-	60,00	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0041360	MANOELLA VIEIRA DE MEDEIROS SCOPEL	17/10/1993	14,00	3,00	15,00	28,00	0,00	60,00	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0041413	SARAH KRAINSKI MARTINS	28/01/1998	10,50	9,00	15,00	24,50	-	59,00	6º	Classificado	Ampla Concorrência
0041367	PAMELLA MARILIA KUHN KOVALIK	06/01/2003	10,50	9,00	12,00	24,50	-	56,00	7º	Classificado	Ampla Concorrência
0041372	FERNANDA DE CHAVES PEDROZO	23/11/1978	10,50	3,00	12,00	28,00	0,00	53,50	8º	Classificado	Ampla Concorrência
0041432	ERICA KAROLINE SEIXAS DA SILVA	23/09/2003	10,50	3,00	12,00	28,00	-	53,50	9º	Classificado	Ampla Concorrência

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5D9EEA7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO	
RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	**R$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2026
	Março 2025	Abril 2025	Maio 2025	Junho 2025	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	**540.606,98**	**916.317,15**	**1.046.569,39**	**499.228,34**	**1.678.867,23**	**1.021.092,94**	**1.430.943,87**	**2.578.338,83**	**1.155.725,97**	**2.174.156,79**	**662.626,76**	**778.010,33**	**14.482.484,58**	**34.186.423,93**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	450.668,45	612.925,55	797.219,87	366.925,17	960.842,78	687.936,83	687.737,16	1.514.487,91	940.247,97	1.602.216,68	436.410,58	559.214,32	9.616.833,27	14.546.000,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.595.423,93
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.595.423,93
Outras Receitas Correntes	89.938,53	303.391,60	249.349,52	132.303,17	718.024,45	333.156,11	743.206,71	1.063.850,92	215.478,00	571.940,11	226.216,18	218.796,01	4.865.651,31	9.165.000,00
DEDUÇÕES (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**540.606,98**	**916.317,15**	**1.046.569,39**	**499.228,34**	**1.678.867,23**	**1.021.092,94**	**1.430.943,87**	**2.578.338,83**	**1.155.725,97**	**2.174.156,79**	**662.626,76**	**778.010,33**	**14.482.484,58**	**34.186.423,93**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	540.606,98	916.317,15	1.046.569,39	499.228,34	1.678.867,23	1.021.092,94	1.430.943,87	2.578.338,83	1.155.725,97	2.174.156,79	662.626,76	778.010,33	14.482.484,58	34.186.423,93
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	**540.606,98**	**916.317,15**	**1.046.569,39**	**499.228,34**	**1.678.867,23**	**1.021.092,94**	**1.430.943,87**	**2.578.338,83**	**1.155.725,97**	**2.174.156,79**	**662.626,76**	**778.010,33**	**14.482.484,58**	**34.186.423,93**
Notas Explicativas														
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null													13/03/2026 - 07:11:23	

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:6C72E795

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.500.000,00	85.500.000,00	2.748.595,45	0,03	2.748.595,45	0,03	82.751.404,55
RECEITAS CORRENTES	34.186.423,93	34.186.423,93	2.748.595,45	0,08	2.748.595,45	0,08	31.437.828,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	880.000,00	880.000,00	1.047.662,09	1,19	1.047.662,09	1,19	-167.662,09
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	880.000,00	880.000,00	1.047.662,09	1,19	1.047.662,09	1,19	-167.662,09
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.546.000,00	14.546.000,00	995.624,90	0,07	995.624,90	0,07	13.550.375,10
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	42.080,50	0,00	42.080,50	0,00	-42.080,50
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	14.546.000,00	14.546.000,00	953.544,40	0,07	953.544,40	0,07	13.592.455,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.595.423,93	9.595.423,93	260.296,27	0,03	260.296,27	0,03	9.335.127,66
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2.242.000,00	2.242.000,00	260.296,27	0,12	260.296,27	0,12	1.981.703,73
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.353.423,93	7.353.423,93	0,00	0,00	0,00	0,00	7.353.423,93
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.165.000,00	9.165.000,00	445.012,19	0,05	445.012,19	0,05	8.719.987,81
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.165.000,00	9.165.000,00	445.012,19	0,05	445.012,19	0,05	8.719.987,81

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	51.313.576,07	51.313.576,07	0,00	0,00	0,00	0,00	51.313.576,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.313.576,07	51.313.576,07	0,00	0,00	0,00	0,00	51.313.576,07
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	51.313.576,07	51.313.576,07	0,00	0,00	0,00	0,00	51.313.576,07
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	85.500.000,00	85.500.000,00	2.748.595,45	0,03	2.748.595,45	0,03	82.751.404,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	85.500.000,00	85.500.000,00	2.748.595,45	0,03	2.748.595,45	0,03	82.751.404,55
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.664,12	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	85.500.000,00	85.500.000,00	2.748.595,45	0,03	7.717.259,57	0,09	82.751.404,55
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	83.679.088,44	1.447.129,14	5.896.348,01
DESPESAS CORRENTES	29.956.423,93	29.956.423,93	4.513.945,07	4.513.945,07	25.442.478,86	1.820.911,56	1.820.911,56	28.135.512,37	1.447.129,14	2.693.033,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.204.625,94	8.204.625,94	1.011.471,24	1.011.471,24	7.193.154,70	973.725,52	973.725,52	7.230.900,42	875.519,28	37.745,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.751.797,99	21.751.797,99	3.502.473,83	3.502.473,83	18.249.324,16	847.186,04	847.186,04	20.904.611,95	571.609,86	2.655.287,79
DESPESAS DE CAPITAL	55.543.576,07	55.543.576,07	3.203.314,50	3.203.314,50	52.340.261,57	0,00	0,00	55.543.576,07	0,00	3.203.314,50
INVESTIMENTOS	55.543.576,07	55.543.576,07	3.203.314,50	3.203.314,50	52.340.261,57	0,00	0,00	55.543.576,07	0,00	3.203.314,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	83.679.088,44	1.447.129,14	5.896.348,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	77.782.740,43	1.820.911,56	1.820.911,56	83.679.088,44	1.447.129,14	5.896.348,01
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	927.683,89	0,00	1.301.466,31	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	85.500.000,00	85.500.000,00	7.717.259,57	7.717.259,57	77.782.740,43	1.820.911,56	2.748.595,45	83.679.088,44	2.748.595,45	5.896.348,01
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:0021A354

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - FUNDO MUN. PREV. RANCHO ALEGRE D'OESTE - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Fundo Mun.Previd.Rancho Alegre D´Oeste-PR

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro 2025/Meses Janeiro-Dezembro
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)
Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	**3.224.560,00**	**9.444.323,24**
Receita de Contribuições dos Segurados	**681.400,00**	**1.287.946,65**
Ativo	631.300,00	1.221.716,36
Inativo	33.400,00	66.230,29
Pensionista	16.700,00	-
Receita de Contribuições Patronais	**631.260,00**	**1.227.051,79**
Ativo	631.260,00	1.227.051,79
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	**793.400,00**	**4.853.902,98**
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	793.400,00	4.853.902,98
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	**1.118.500,00**	**2.075.421,82**
Compensação Financeira entre os regimes	50.100,00	41.809,20
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	1.068.400,00	2.033.612,62
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-

Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	**2.156.160,00**	**7.410.710,62**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	4.995.001,00	4.639.883,79	4.639.883,79	4.639.883,79	-
Aposentadorias	4.415.001,00	4.104.127,45	4.104.127,45	4.104.127,45	-
Pensões por Morte	580.000,00	535.756,34	535.756,34	535.756,34	-
Outras Despesas Previdenciárias	19.664,45	19.122,54	19.122,54	19.122,54	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	19.664,45	19.122,54	19.122,54	19.122,54	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**5.014.665,45**	**4.659.006,33**	**4.659.006,33**	**4.659.006,33**	**-**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**-2.858.505,45**	**2.751.704,29**	**2.751.704,29**	**2.751.704,29**	

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Mar/2026, 09h e 08m.

Fundo Mun.Previd.Rancho Alegre D´Oeste-PR Página 2 de 5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro 2025/Meses Janeiro-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) Em Reais

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	1.407.885,66
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	20.611.152,78
Outros Bens e Direitos	40.143.442,19

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Mar/2026, 09h e 08m.

Fundo Mun.Previd.Rancho Alegre D´Oeste-PR Página 3 de 5

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro 2025/Meses Janeiro-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-

Receita Patrimonial	-		-
Receitas Imobiliárias	-		-
Receitas de Valores Mobiliários	-		-
Outras Receitas Patrimoniais	-		-
Receita de Serviços	-		-
Outras Receitas Correntes	-		-
Compensação Financeira entre os regimes	-		-
Demais Receitas Correntes	-		-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-		-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-		-
Amortização de Empréstimos	-		-
Outras Receitas de Capital	-		-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-		-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	-	-	-	-	

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Mar/2026, 09h e 08m.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro 2025/Meses Janeiro-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	115.440,00	325.515,90
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	**115.440,00**	**325.515,90**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	218.335,55	174.068,19	174.068,19	173.968,19	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	218.335,55	174.068,19	174.068,19	173.968,19	-
Despesas de Capital (XIV)	10.000,00	9.863,00	9.863,00	9.863,00	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**228.335,55**	**183.931,19**	**183.931,19**	**183.831,19**	-

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**-112.895,55**	**141.584,71**	**141.584,71**	**141.684,71**	

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Contribuições dos Servidores	-	-
Demais receitas Previdenciárias	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Mar/2026, 09h e 08m.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Dezembro 2025/Meses Janeiro-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) Em Reais

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	-	-	-	-	

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração

2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 16/Mar/2026, 09h e 08m.

Publicado por:
Jhonny Leperes Costa
Código Identificador:BC10A25E

ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE-PR - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 6º BIMESTRE DE 2025

REPUBLICAÇÃO - Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste-PR		Página 1 de 3
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Balanço Orçamentário		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials		
Janeiro a Dezembro 2025/Bimestre Novembro-Dezembro		

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS No Bimestre (b)**	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	**SALDO (a-c)**
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.786.416,26	20,37	38.699.769,44	101,23	(469.315,20)
RECEITAS CORRENTES	36.247.389,29	36.247.389,29	7.018.416,26	19,36	36.487.514,07	100,66	(240.124,78)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.690.065,63	3.690.065,63	690.228,20	18,71	2.668.335,38	72,31	1.021.730,25

Impostos	2.526.211,65	2.526.211,65	657.116,30	26,01	2.383.832,18	94,36	142.379,47		
Taxas	346.010,65	346.010,65	4.021,89	1,16	97.726,69	28,24	248.283,96		
Contribuição de Melhoria	817.843,33	817.843,33	29.090,01	3,56	186.776,51	22,84	631.066,82		
CONTRIBUIÇÕES	101.204,69	101.204,69	44,50	0,04	720,12	0,71	100.484,57		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	101.204,69	101.204,69	44,50	0,04	720,12	0,71	100.484,57		
RECEITA PATRIMONIAL	490.611,90	490.611,90	253.928,22	51,76	1.353.410,40	275,86	(862.798,50)		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	12.308,68	12.308,68	-	-	-	-	12.308,68		
Valores Mobiliários	478.303,22	478.303,22	253.928,22	53,09	1.353.410,40	282,96	(875.107,18)		
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.941,05	10.941,05	-	-	-	-	10.941,05		
RECEITA DE SERVIÇOS	25.301,18	25.301,18	-	-	-	-	25.301,18		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.154,35	6.154,35	-	-	-	-	6.154,35		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	19.146,83	19.146,83	-	-	-	-	19.146,83		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.446.491,08	31.446.491,08	6.069.295,62	19,30	32.338.594,86	102,84	(892.103,78)		
Transferências da União e de suas Entidades	18.845.139,03	18.845.139,03	4.285.611,74	22,74	21.749.051,01	115,41	(2.903.911,98)		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.686.668,65	10.686.668,65	1.464.732,32	13,71	8.596.563,81	80,44	2.090.104,84		
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.914.683,40	1.914.683,40	318.951,56	16,66	1.992.980,04	104,09	(78.296,64)		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	482.773,76	482.773,76	4.919,72	1,02	126.453,31	26,19	356.320,45		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	482.773,76	482.773,76	33,84	0,01	3.547,51	0,73	479.226,25		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	1.750,00	-	(1.750,00)		
Demais Receitas Correntes	-	-	4.885,88	-	121.155,80	-	(121.155,80)		
RECEITAS DE CAPITAL	1.983.064,95	1.983.064,95	768.000,00	38,73	2.212.255,37	111,56	(229.190,42)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.367.631,00	1.367.631,00	-	-	-	-	1.367.631,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.367.631,00	1.367.631,00	-	-	-	-	1.367.631,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	615.433,95	615.433,95	-	-	-	-	615.433,95		
Alienação de Bens Móveis	478.670,85	478.670,85	-	-	-	-	478.670,85		
Alienação de Bens Imóveis	136.763,10	136.763,10	-	-	-	-	136.763,10		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	768.000,00	-	2.212.255,37	-	(2.212.255,37)		
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	198.000,00	-	231.189,31	-	(231.189,31)		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	570.000,00	-	1.981.066,06	-	(1.981.066,06)		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.786.416,26	20,37	38.699.769,44	101,23	(469.315,20)		
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.786.416,26	20,37	38.699.769,44	101,23	(469.315,20)		
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	38.230.454,24	38.230.454,24	7.786.416,26	20,37	38.699.769,44	101,23	-		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	8.856.206,31	-	-	8.856.206,31	-	-		

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 11/Mar/2026, 09h e 27m.

Balanço Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials

Janeiro a Dezembro 2025/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	8.856.206,31	-	-	8.856.206,31	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.141.454,24	47.160.267,16	8.498.382,45	31.644.757,61	15.515.509,55	7.250.961,62	29.449.937,92	17.710.329,24	28.827.875,50	2.194.819,69
DESPESAS CORRENTES	28.149.614,42	34.168.025,48	6.479.234,86	28.528.867,62	5.639.157,86	6.587.259,09	28.102.926,75	6.065.098,73	27.697.806,33	425.940,87

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.258.917,15	15.449.081,70	3.176.983,11	13.352.454,04	2.096.627,66	3.189.975,12	13.352.454,04	2.096.627,66	13.281.894,42	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	80.000,00	65.000,00	5.478,33	40.758,65	24.241,35	5.478,33	40.758,65	24.241,35	40.758,65	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.810.697,27	18.653.943,78	3.296.773,42	15.135.654,93	3.518.288,85	3.391.805,64	14.709.714,06	3.944.229,72	14.375.153,26	425.940,87
DESPESAS DE CAPITAL	4.718.313,62	12.991.715,48	2.019.147,59	3.115.889,99	9.875.825,49	663.702,53	1.347.011,17	11.644.704,31	1.130.069,17	1.768.878,82
INVESTIMENTOS	4.538.313,62	12.811.715,48	1.987.984,06	2.937.637,18	9.874.078,30	632.539,00	1.168.758,36	11.642.957,12	951.816,36	1.768.878,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	180.000,00	180.000,00	31.163,53	178.252,81	1.747,19	31.163,53	178.252,81	1.747,19	178.252,81	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	273.526,20	526,20	-	-	526,20	-	-	526,20	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.839.000,00	3.387.000,00	760.238,15	3.290.467,94	96.532,06	760.238,15	3.290.467,94	96.532,06	3.290.467,94	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	35.980.454,24	50.547.267,16	9.258.620,60	34.935.225,55	15.612.041,61	8.011.199,77	32.740.405,86	17.806.861,30	32.118.343,44	2.194.819,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	35.980.454,24	50.547.267,16	9.258.620,60	34.935.225,55	15.612.041,61	8.011.199,77	32.740.405,86	17.806.861,30	32.118.343,44	2.194.819,69
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	3.764.543,89	-	-	5.959.363,58	-	6.581.426,00	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	35.980.454,24	50.547.267,16	9.258.620,60	38.699.769,44	-	8.011.199,77	38.699.769,44	17.806.861,30	38.699.769,44	2.194.819,69
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g)=(e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i)=(e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.839.000,00	3.387.000,00	760.238,15	3.290.467,94	96.532,06	760.238,15	3.290.467,94	96.532,06	3.290.467,94	-
DESPESAS CORRENTES	2.839.000,00	3.387.000,00	760.238,15	3.290.467,94	96.532,06	760.238,15	3.290.467,94	96.532,06	3.290.467,94	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.449.000,00	1.467.000,00	322.278,71	1.392.643,70	74.356,30	322.278,71	1.392.643,70	74.356,30	1.392.643,70	-

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 11/Mar/2026, 09h e 27m.

Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste-PR — Página 3 de 3

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials

Janeiro a Dezembro 2025/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g)=(e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i)=(e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (f)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (h)**			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.390.000,00	1.920.000,00	437.959,44	1.897.824,24	22.175,76	437.959,44	1.897.824,24	22.175,76	1.897.824,24	-

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.
Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO JOSE
Prefeito Municipal CRCPR-033451/O-1

REGINALDO PEPECE
JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO
Diretora de Departamento de Fazenda

VIVALDO JOSE PEREIRA
Controle Interno

FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 11/Mar/2026, 09h e 27m.

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:A3A35C26

ADMINISTRAÇÃO

REPUBLICADO - PREFEITURA MUN. DE RANCHO ALEGRE D´OESTE - PR - PODER EXECUTIVO - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - 2º SEMESTRE DE 2025

REPUBLICADO - Prefeitura Mun. de Rancho Alegre D´Oeste - PR - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro 2025
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**9.995.412,43**	**100,00**	**363.250,98**	**75.230,92**	**1.529.020,03**	-	**8.027.810,50**	**473.433,17**	-	**7.554.377,33**
Recursos Não Vinculados de Impostos	6.258.773,19	4.016,20	363.250,98	(829.104,71)	(2.645.737,74)	-	9.366.348,46	473.433,17	-	8.892.915,29
Outros Recursos não Vinculados	3.736.639,24	(3.916,20)	-	904.335,63	4.174.757,77	-	(1.338.537,96)	-	-	(1.338.537,96)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**3.243.594,96**	-	**258.811,44**	**729.988,58**	**(1.479.797,38)**	-	**3.734.592,32**	**1.721.386,52**	-	**2.013.205,80**
Recursos Vinculados à Educação	**(231.163,62)**	-	**9.939,75**	-	**(1.209.266,60)**	-	**968.163,23**	**10.774,03**	-	**957.389,20**
Transferências do FUNDEB	(499.210,47)	-	-	-	(1.208.785,96)	-	709.575,49	-	-	709.575,49
Outros Recursos Vinculados à Educação	268.046,85	-	9.939,75	-	(480,64)	-	258.587,74	10.774,03	-	247.813,71
Recursos Vinculados à Saúde	**2.674.216,98**	-	**21.427,36**	**169.844,48**	**(184.778,55)**	-	**2.667.723,69**	**11.903,20**	-	**2.655.820,49**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	(17.461,24)	-	3.609,09	156.838,55	(22.374,85)	-	(155.534,03)	11.324,32	-	(166.858,35)
Outros Recursos Vinculados à Saúde	2.691.678,22	-	17.818,27	13.005,93	(162.403,70)	-	2.823.257,72	578,88	-	2.822.678,84
Recursos Vinculados à Assistência Social	**(1.600.886,18)**	-	**9.714,11**	**46.734,42**	**(51.803,86)**	-	**(1.605.530,85)**	-	-	**(1.605.530,85)**
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**339.882,25**	-	**788,22**	**313.245,86**	**(9.005,51)**	-	**34.853,68**	-	-	**34.853,68**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	(74.361,62)	-	-	323.292,38	-	-	(397.654,00)	-	-	(397.654,00)
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	414.243,87	-	788,22	(10.046,52)	(9.005,51)	-	432.507,68	-	-	432.507,68
Demais Vinculações Legais	**1.508.939,85**	-	**216.942,00**	**200.163,82**	**(24.942,86)**	-	**1.116.776,89**	**1.698.709,29**	-	**(581.932,40)**
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	2.941,07	-	-	-	-	-	2.941,07	-	-	2.941,07
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Vinculações Legais	1.505.998,78	-	216.942,00	200.163,82	(24.942,86)	-	1.113.835,82	1.698.709,29	-	(584.873,47)
Recursos Extraorçamentários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Vinculações	**552.605,68**	-	-	-	-	-	**552.605,68**	-	-	**552.605,68**

TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**86.678,29**	-	**100,00**	-	-	-	**86.578,29**	-	-	**86.578,29**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	1.271,34	-	-	-	-	-	1.271,34	-	-	1.271,34
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	85.406,95	-	100,00	-	-	-	85.306,95	-	-	85.306,95
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**13.325.685,68**	**100,00**	**622.162,42**	**805.219,50**	**49.222,65**	-	**11.848.981,11**	**2.194.819,69**	-	**9.654.161,42**
1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 13/Mar/2026, 13h e 41m.										

Nota Explicativa: Republicação motivada pela ajustes efetuados no fechamento do SIM-AM – TCE.		
EVERTON CÁSSIO ZANUTO	***JOSE REGINALDO PEPECE***	***JAQUELINE DOS SANTOS FIRMINO***
Prefeito Municipal	CRCPR-033451/O-1	Diretora de Departamento de Fazenda
VIVALDO JOSE PEREIRA		
Controle Interno		

Publicado por:
Rosangela da Silva Moreira Alves
Código Identificador:EAAEB893

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DESPESA FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SENGÉS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	100,00	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	100,00	120.672.662,16
LEGISLATIVA	3.830.000,00	3.830.000,00	0,00	0,00	0,00	3.830.000,00	0,00	0,00	0,00	3.830.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	889.000,00	889.000,00	137.030,12	137.030,12	0,51	751.969,88	127.377,43	127.377,43	0,86	761.622,57
ADMINISTRAÇÃO	9.673.310,00	9.699.331,25	2.237.582,31	2.237.582,31	8,40	7.461.748,94	1.380.127,87	1.380.127,87	9,35	8.319.203,38
SEGURANÇA PÚBLICA	1.037.000,00	1.037.000,00	274.568,66	274.568,66	1,03	762.431,34	268.510,72	268.510,72	1,82	768.489,28
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.480.640,00	5.985.684,12	1.319.326,29	1.319.326,29	4,95	4.666.357,83	710.149,20	710.149,20	4,81	5.275.534,92
SAÚDE	26.560.310,00	28.264.727,26	4.799.026,58	4.799.026,58	18,01	23.465.700,68	3.758.134,62	3.758.134,62	25,47	24.506.592,64
EDUCAÇÃO	36.179.280,00	38.448.496,29	4.781.553,98	4.781.553,98	17,94	33.666.942,31	4.039.278,69	4.039.278,69	27,38	34.409.217,60
CULTURA	1.210.810,00	4.273.950,40	3.354.822,88	3.354.822,88	12,59	919.127,52	171.771,76	171.771,76	1,16	4.102.178,64
URBANISMO	13.930.345,00	14.894.345,00	2.515.084,46	2.515.084,46	9,44	12.379.260,54	1.497.131,71	1.497.131,71	10,15	13.397.213,29
HABITAÇÃO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
SANEAMENTO	208.000,00	208.000,00	35.328,26	35.328,26	0,13	172.671,74	35.328,26	35.328,26	0,24	172.671,74
GESTÃO AMBIENTAL	1.806.720,00	1.806.720,00	906.613,33	906.613,33	3,40	900.106,67	339.245,12	339.245,12	2,30	1.467.474,88
AGRICULTURA	2.909.100,00	3.860.209,50	494.109,47	494.109,47	1,85	3.366.100,03	351.599,14	351.599,14	2,38	3.508.610,36
INDÚSTRIA	810.000,00	810.000,00	118.306,33	118.306,33	0,44	691.693,67	93.408,65	93.408,65	0,63	716.591,35
TRANSPORTE	7.546.595,00	10.329.595,00	1.756.256,98	1.756.256,98	6,59	8.573.338,02	945.993,05	945.993,05	6,41	9.383.601,95
DESPORTO E LAZER	1.277.890,00	3.651.890,00	2.103.159,68	2.103.159,68	7,89	1.548.730,32	124.141,68	124.141,68	0,84	3.527.748,32
ENCARGOS ESPECIAIS	6.131.000,00	6.131.000,00	1.818.055,56	1.818.055,56	6,82	4.312.944,44	913.088,76	913.088,76	6,19	5.217.911,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.208.000,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL III = (I + II)	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	100,00	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	100,00	120.672.662,16
Entidades:										
Município de Sengés										

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:81E514B9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DESPESA FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SENGÉS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	100,00	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	100,00	120.672.662,16
LEGISLATIVA	3.830.000,00	3.830.000,00	0,00	0,00	0,00	3.830.000,00	0,00	0,00	0,00	3.830.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	3.830.000,00	3.830.000,00	0,00	0,00	0,00	3.830.000,00	0,00	0,00	0,00	3.830.000,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	889.000,00	889.000,00	137.030,12	137.030,12	0,51	751.969,88	127.377,43	127.377,43	0,86	761.622,57
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	889.000,00	889.000,00	137.030,12	137.030,12	0,51	751.969,88	127.377,43	127.377,43	0,86	761.622,57
ADMINISTRAÇÃO	9.673.310,00	9.699.331,25	2.237.582,31	2.237.582,31	8,40	7.461.748,94	1.380.127,87	1.380.127,87	9,35	8.319.203,38
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.149.000,00	1.149.000,00	187.998,52	187.998,52	0,71	961.001,48	187.998,52	187.998,52	1,27	961.001,48
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.781.310,00	6.781.310,00	1.786.278,78	1.786.278,78	6,70	4.995.031,22	966.972,56	966.972,56	6,55	5.814.337,44
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	811.000,00	837.021,25	116.766,13	116.766,13	0,44	720.255,12	95.176,85	95.176,85	0,65	741.844,40
CONTROLE INTERNO	215.000,00	215.000,00	20.687,87	20.687,87	0,08	194.312,13	20.687,87	20.687,87	0,14	194.312,13
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	717.000,00	717.000,00	125.851,01	125.851,01	0,47	591.148,99	109.292,07	109.292,07	0,74	607.707,93
SEGURANÇA PÚBLICA	1.037.000,00	1.037.000,00	274.568,66	274.568,66	1,03	762.431,34	268.510,72	268.510,72	1,82	768.489,28
POLICIAMENTO	1.037.000,00	1.037.000,00	274.568,66	274.568,66	1,03	762.431,34	268.510,72	268.510,72	1,82	768.489,28
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.480.640,00	5.985.684,12	1.319.326,29	1.319.326,29	4,95	4.666.357,83	710.149,20	710.149,20	4,81	5.275.534,92
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	510.580,00	553.010,54	88.166,59	88.166,59	0,33	464.843,95	54.865,83	54.865,83	0,37	498.144,71
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	159.920,00	159.920,00	75.000,00	75.000,00	0,28	84.920,00	25.000,00	25.000,00	0,17	134.920,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.107.660,00	1.252.723,47	431.084,35	431.084,35	1,62	821.639,12	151.292,06	151.292,06	1,03	1.101.431,41
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.685.460,00	3.958.010,11	724.425,35	724.425,35	2,72	3.233.584,76	478.991,31	478.991,31	3,25	3.479.018,80
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	17.020,00	62.020,00	650,00	650,00	0,00	61.370,00	0,00	0,00	0,00	62.020,00
SAÚDE	26.560.310,00	28.264.727,26	4.799.026,58	4.799.026,58	18,01	23.465.700,68	3.758.134,62	3.758.134,62	25,47	24.506.592,64
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	26.144.910,00	27.701.939,76	4.789.389,81	4.789.389,81	17,97	22.912.549,95	3.751.899,27	3.751.899,27	25,43	23.950.040,49
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	414.400,00	561.787,50	9.636,77	9.636,77	0,04	552.150,73	6.235,35	6.235,35	0,04	555.552,15
EDUCAÇÃO	36.179.280,00	38.448.496,29	4.781.553,98	4.781.553,98	17,94	33.666.942,31	4.039.278,69	4.039.278,69	27,38	34.409.217,60
ENSINO FUNDAMENTAL	23.591.639,16	25.476.762,75	3.244.486,92	3.244.486,92	12,17	22.232.275,83	2.687.710,01	2.687.710,01	18,22	22.789.052,74
EDUCAÇÃO INFANTIL	12.587.640,84	12.971.733,54	1.537.067,06	1.537.067,06	5,77	11.434.666,48	1.351.568,68	1.351.568,68	9,16	11.620.164,86
CULTURA	1.210.810,00	4.273.950,40	3.354.822,88	3.354.822,88	12,59	919.127,52	171.771,76	171.771,76	1,16	4.102.178,64
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
DIFUSÃO CULTURAL	1.201.810,00	4.264.950,40	3.354.822,88	3.354.822,88	12,59	910.127,52	171.771,76	171.771,76	1,16	4.093.178,64
URBANISMO	13.930.345,00	14.894.345,00	2.515.084,46	2.515.084,46	9,44	12.379.260,54	1.497.131,71	1.497.131,71	10,15	13.397.213,29
INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.382.475,00	2.382.475,00	219.924,76	219.924,76	0,83	2.162.550,24	145.406,44	145.406,44	0,99	2.237.068,56
SERVIÇOS URBANOS	11.547.870,00	12.511.870,00	2.295.159,70	2.295.159,70	8,61	10.216.710,30	1.351.725,27	1.351.725,27	9,16	11.160.144,73
HABITAÇÃO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
HABITAÇÃO URBANA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
SANEAMENTO	208.000,00	208.000,00	35.328,26	35.328,26	0,13	172.671,74	35.328,26	35.328,26	0,24	172.671,74
INFRA-ESTRUTURA URBANA	208.000,00	208.000,00	35.328,26	35.328,26	0,13	172.671,74	35.328,26	35.328,26	0,24	172.671,74
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
GESTÃO AMBIENTAL	1.806.720,00	1.806.720,00	906.613,33	906.613,33	3,40	900.106,67	339.245,12	339.245,12	2,30	1.467.474,88
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.806.720,00	1.806.720,00	906.613,33	906.613,33	3,40	900.106,67	339.245,12	339.245,12	2,30	1.467.474,88
AGRICULTURA	2.909.100,00	3.860.209,50	494.109,47	494.109,47	1,85	3.366.100,03	351.599,14	351.599,14	2,38	3.508.610,36

ABASTECIMENTO	2.458.090,00	3.409.199,50	481.763,31	481.763,31	1,81	2.927.436,19	340.765,33	340.765,33	2,31	3.068.434,17
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	451.010,00	451.010,00	12.346,16	12.346,16	0,05	438.663,84	10.833,81	10.833,81	0,07	440.176,19
INDÚSTRIA	810.000,00	810.000,00	118.306,33	118.306,33	0,44	691.693,67	93.408,65	93.408,65	0,63	716.591,35
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	810.000,00	810.000,00	118.306,33	118.306,33	0,44	691.693,67	93.408,65	93.408,65	0,63	716.591,35
TRANSPORTE	7.546.595,00	10.329.595,00	1.756.256,98	1.756.256,98	6,59	8.573.338,02	945.993,05	945.993,05	6,41	9.383.601,95
ADMINISTRAÇÃO GERAL	542.025,00	542.025,00	21.837,29	21.837,29	0,08	520.187,71	21.837,29	21.837,29	0,15	520.187,71
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	7.004.570,00	9.787.570,00	1.734.419,69	1.734.419,69	6,51	8.053.150,31	924.155,76	924.155,76	6,26	8.863.414,24
DESPORTO E LAZER	1.277.890,00	3.651.890,00	2.103.159,68	2.103.159,68	7,89	1.548.730,32	124.141,68	124.141,68	0,84	3.527.748,32
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
TURISMO	262.820,00	262.820,00	63.787,03	63.787,03	0,24	199.032,97	34.055,17	34.055,17	0,23	228.764,83
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.008.070,00	3.382.070,00	2.039.372,65	2.039.372,65	7,65	1.342.697,35	90.086,51	90.086,51	0,61	3.291.983,49
ENCARGOS ESPECIAIS	6.131.000,00	6.131.000,00	1.818.055,56	1.818.055,56	6,82	4.312.944,44	913.088,76	913.088,76	6,19	5.217.911,24
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	4.900.000,00	4.900.000,00	1.612.155,56	1.612.155,56	6,05	3.287.844,44	769.174,82	769.174,82	5,21	4.130.825,18
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.231.000,00	1.231.000,00	205.900,00	205.900,00	0,77	1.025.100,00	143.913,94	143.913,94	0,98	1.087.086,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.208.000,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.208.000,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	120.788.000,00	135.427.948,82	26.650.824,89	26.650.824,89	100,00	108.777.123,93	14.755.286,66	14.755.286,66	100,00	120.672.662,16
Entidades:										
Município de Sengés										

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:7F59BC05

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DESPESA FUNÇÃO SUBFUNÇÃO INTRA

MUNICÍPIO DE SENGÉS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Entidades:										
Município de Sengés										

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:15970890

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO RCL

MUNICÍPIO DE SENGÉS														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
MARÇO DE 2025 A FEVEREIRO DE 2026														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**													
	03/2025	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**01/2026**	**02/2026**	**TOTAL**	**Previsão atualiza 2026**
RECEITAS CORRENTES (I)	10.327.113,38	10.619.713,76	10.848.239,30	10.729.842,34	11.739.421,81	9.386.712,64	10.671.980,10	14.776.749,57	10.013.104,23	14.023.840,64	11.561.510,59	10.764.764,25	135.462.992,61	136.222.849,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.005.479,54	2.022.295,09	2.408.619,79	1.684.757,96	2.136.496,32	1.724.218,73	1.523.592,68	1.766.840,50	1.444.955,49	1.840.183,16	1.248.312,84	1.314.202,98	21.119.955,08	22.593.500,00
IPTU	48.645,88	154.942,69	892.531,10	217.419,24	216.792,35	161.947,77	167.511,52	141.116,72	48.110,17	59.404,43	26.690,46	23.573,28	2.158.685,61	2.652.000,00

ISS	1.108.860,78	1.208.673,56	858.670,63	995.434,71	1.378.250,76	1.109.211,57	982.551,14	994.809,58	967.234,36	1.092.193,89	806.529,34	770.233,20	12.272.653,52	12.466.000,00
ITBI	270.304,88	34.407,22	194.200,96	26.099,57	80.468,13	19.953,54	23.270,55	23.031,66	15.238,35	21.150,97	92.477,50	14.974,71	815.578,04	1.201.000,00
IRRF	308.906,99	292.385,81	294.493,61	289.698,36	282.728,88	293.366,19	178.069,36	470.156,28	289.377,14	547.770,85	194.288,95	289.676,31	3.730.918,73	3.500.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	268.761,01	331.885,81	168.723,49	156.106,08	178.256,20	139.739,66	172.190,11	137.726,26	124.995,47	119.663,02	128.326,59	215.745,48	2.142.119,18	2.774.500,00
Contribuições	120.365,74	127.914,64	136.630,56	124.194,27	111.732,40	113.055,31	111.079,08	111.490,96	113.371,02	116.473,13	117.720,78	124.170,02	1.428.197,91	1.502.100,00
Receita patrimonial	220.274,77	215.563,71	273.421,29	256.274,74	697.920,39	213.526,08	237.852,87	280.640,61	256.839,71	286.573,57	271.637,78	244.269,05	3.454.794,57	2.370.415,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	220.274,77	215.563,71	268.859,58	256.274,74	256.638,70	212.244,03	237.852,87	280.640,61	256.839,71	286.573,57	268.801,37	244.269,05	3.004.832,71	2.361.215,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	4.561,71	0,00	441.281,69	1.282,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.836,41	0,00	449.961,86	9.200,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	25.904,56	20.850,91	17.195,41	25.979,03	32.641,75	58.967,68	46.766,09	43.626,46	20.551,48	14.476,35	17.914,92	11.402,44	336.277,08	377.785,00
Transferências correntes	7.832.875,96	8.227.878,57	8.004.891,51	8.631.843,34	8.727.745,68	7.247.358,32	8.732.902,05	12.565.059,89	8.166.113,19	11.733.371,53	9.894.176,04	9.016.294,27	108.780.510,35	109.157.049,90
Cota parte do FPM	2.778.963,77	2.823.901,38	3.602.286,60	3.700.043,28	3.888.976,87	2.996.671,99	3.802.894,52	2.550.467,76	3.466.952,16	5.583.084,85	3.543.870,70	4.455.707,14	43.193.821,02	44.300.000,00
Cota parte do ICMS	2.342.794,57	2.617.419,13	2.004.361,79	2.372.393,81	2.724.395,11	2.187.552,83	2.689.905,06	2.437.067,11	2.270.894,41	2.880.132,81	2.530.782,35	2.022.567,35	29.080.266,33	30.000.000,00
Cota parte do IPVA	354.397,59	353.919,33	327.130,58	136.833,84	98.705,35	98.035,91	100.021,37	92.118,13	74.298,29	87.439,74	1.083.566,82	305.499,13	3.111.966,08	2.000.000,00
Cota parte do ITR	13.013,17	5.075,90	6.023,45	7.931,70	9.412,74	18.567,46	172.825,70	4.652.138,67	77.060,68	59.718,67	64.453,42	6.205,07	5.092.426,63	4.300.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	36.259,99	34.043,92	26.313,42	37.652,51	32.305,00	35.684,57	37.842,73	36.291,43	35.869,07	43.448,30	33.483,29	35.137,24	424.331,47	405.000,00
Transferências do FUNDEB	1.463.874,95	1.627.504,27	1.429.426,32	1.520.860,70	1.458.044,63	1.368.570,19	1.315.033,06	1.717.232,75	1.515.884,86	1.710.283,63	2.192.692,59	1.514.739,11	18.834.147,06	21.000.000,00
Outras transferências correntes	843.571,92	766.014,64	609.349,35	856.127,50	515.905,98	542.275,37	614.379,61	1.079.744,04	725.153,72	1.369.263,53	445.326,87	676.439,23	9.043.551,76	7.152.049,90
Outras receitas correntes	122.212,81	5.210,84	7.480,74	6.793,00	32.885,27	29.586,52	19.787,33	9.091,15	11.273,34	32.762,90	11.748,23	54.425,49	343.257,62	222.000,00
DEDUÇÕES (II)	1.105.085,80	1.166.871,86	1.193.223,08	1.250.971,00	1.027.228,73	1.067.302,49	1.084.021,02	1.953.616,57	1.185.014,96	1.396.792,64	1.451.231,26	1.365.023,13	15.246.382,54	15.441.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.105.085,80	1.166.871,86	1.193.223,08	1.250.971,00	1.027.228,73	1.067.302,49	1.084.021,02	1.953.616,57	1.185.014,96	1.396.792,64	1.451.231,26	1.365.023,13	15.246.382,54	15.441.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.222.027,58	9.452.841,90	9.655.016,22	9.478.871,34	10.712.193,08	8.319.410,15	9.587.959,08	12.823.133,00	8.828.089,27	12.627.048,00	10.110.279,33	9.399.741,12	120.216.610,07	120.781.849,90
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	800.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	9.222.027,58	9.452.841,90	9.655.016,22	9.478.871,34	10.712.193,08	8.319.410,15	9.587.959,08	12.223.133,00	8.828.089,27	12.427.048,00	10.110.279,33	9.399.741,12	119.416.610,07	120.781.849,90
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	57.684,00	57.684,00	54.648,00	60.720,00	15.180,00	(90.280,00)	60.720,00	60.720,00	54.648,00	115.368,00	58.356,00	58.356,00	563.804,00	710.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	9.164.343,58	9.395.157,90	9.600.368,22	9.418.151,34	10.697.013,08	8.409.690,15	9.527.239,08	12.162.413,00	8.773.441,27	12.311.680,00	10.051.923,33	9.341.385,12	118.852.806,07	120.071.849,90
Entidades:														
Município de Sengés														

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:46C95789

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS ASPS

MUNICÍPIO DE SENGÉS				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE				
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	19.819.000,00	19.819.000,00	2.218.443,75	11,19
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.652.000,00	2.652.000,00	50.263,74	1,90
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	107.452,21	8,95
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.466.000,00	12.466.000,00	1.576.762,54	12,65
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.500.000,00	3.500.000,00	483.965,26	13,83
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	77.205.000,00	77.205.000,00	14.081.272,51	18,24

Cota-Parte FPM	40.500.000,00	40.500.000,00	7.999.577,84	19,75
Cota-Parte ITR	4.300.000,00	4.300.000,00	70.658,49	1,64
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	1.389.065,95	69,45
Cota-Parte ICMS	30.000.000,00	30.000.000,00	4.553.349,70	15,18
Cota-Parte IPI-Exportação	405.000,00	405.000,00	68.620,53	16,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	97.024.000,00	97.024.000,00	16.299.716,26	16,80

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	13.327.370,	13.686.732,	3.790.969,74	27,70	3.349.781,95	24,47	3.075.652,42	22,47
Despesas Correntes	13.307.320,	13.316.682,	3.651.325,83	27,42	3.316.756,95	24,91	3.075.652,42	23,10
Despesas de Capital	20.050,00	370.050,00	139.643,91	37,74	33.025,00	8,92	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	229.300,00	247.032,68	8.389,80	3,40	4.988,38	2,02	3.946,98	1,60
Despesas Correntes	219.300,00	229.300,00	8.389,80	3,66	4.988,38	2,18	3.946,98	1,72
Despesas de Capital	10.000,00	17.732,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	13.557.670,	13.934.765,	3.799.359,54	27,27	3.354.770,33	24,07	3.079.599,40	22,10

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.799.359,54	3.354.770,33	3.079.599,40
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.799.359,54	3.354.770,33	3.079.599,40
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.444.957,44
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.354.402,10	909.812,89	634.641,96
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	23,31	20,58	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -	
Empenhos de 2026	2.444.957,44	3.799.359,54	1.354.402,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.354.402,10	
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00	

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º"	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS

DA LC 141/2012	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.770.000,00	2.770.000,00	1.122.983,32	40,54
Proveniente da União	2.310.000,00	2.310.000,00	459.392,55	19,89
Proveniente dos Estados	460.000,00	460.000,00	663.590,77	144,26
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	494.550,00	494.550,00	78.606,96	15,89
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.264.550,00	3.264.550,00	1.201.590,28	36,81

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.000.460,0	3.051.110,8	840.015,69	27,53	323.537,53	10,60	272.555,57	8,93
Despesas Correntes	1.934.910,0	2.272.977,5	379.515,69	16,70	323.537,53	14,23	272.555,57	11,99
Despesas de Capital	65.550,00	778.133,31	460.500,00	59,18	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	131.500,00	251.500,00	1.246,97	0,50	1.246,97	0,50	1.246,97	0,50
Despesas Correntes	131.490,00	151.490,00	1.246,97	0,82	1.246,97	0,82	1.246,97	0,82
Despesas de Capital	10,00	100.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.131.960,0	3.302.610,8	841.262,66	25,47	324.784,50	9,83	273.802,54	8,29

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	15.327.830,	16.737.843,	4.630.985,43	27,67	3.673.319,48	21,95	3.348.207,99	20,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	360.800,00	498.532,68	9.636,77	1,93	6.235,35	1,25	5.193,95	1,04
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	15.689.630,	17.237.375,	4.640.622,20	26,92	3.679.554,83	21,35	3.353.401,94	19,45
Entidades:								
Município de Sengés								

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:E6811653

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE SENGÉS												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k=(f+g)-(i**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**10.778,75**	**5.047.086,66**	**5.044.148,66**	**0,00**	**13.716,75**	**5.945.623,22**	**18.885.961,7**	**1.717.859,26**	**1.373.454,56**	**17.800,00**	**23.440.330,4**	**23.454.047,20**
EXECUTIVO												
Município de Sengés	**10.778,75**	**5.047.086,66**	**5.044.148,66**	**0,00**	**13.716,75**	**5.945.623,22**	**18.885.961,7**	**1.717.859,26**	**1.373.454,56**	**17.800,00**	**23.440.330,4**	**23.454.047,20**
GABINETE DO PREFEITO	0,00	71.263,13	71.117,23	0,00	145,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,90
PROCURADORIA GERAL	0,00	4.629,20	4.629,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	105.183,85	104.042,10	0,00	1.141,75	0,00	263.671,16	109.529,15	109.529,15	0,00	154.142,01	155.283,76
SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO E SANEAMENTO	0,00	1.937.492,25	1.937.492,25	0,00	0,00	5.482.600,29	7.104.310,59	129.181,76	129.181,76	0,00	12.457.729,12	12.457.729,12
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	0,00	77.602,92	77.602,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	0,00	1.171.837,14	1.171.837,14	0,00	0,00	116.664,94	140.713,61	1.901,13	411,00	17.800,00	239.167,55	239.167,55
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.778,75	386.692,57	385.647,77	0,00	11.823,55	0,00	6.496.443,06	466.989,64	425.752,10	0,00	6.070.690,96	6.082.514,51
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	0,00	47.209,03	47.209,03	0,00	0,00	0,00	28.889,84	21.478,60	21.478,60	0,00	7.411,24	7.411,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	712.515,65	712.455,65	0,00	60,00	346.357,99	1.034.874,84	264.545,65	252.254,89	0,00	1.128.977,94	1.129.037,94
SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	0,00	98.485,45	98.485,45	0,00	0,00	0,00	692.505,09	119.790,25	119.790,25	0,00	572.714,84	572.714,84
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	387.818,40	387.458,39	0,00	360,01	0,00	799.148,25	469.148,25	182.148,25	0,00	617.000,00	617.360,01
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	0,00	4.145,84	4.145,84	0,00	0,00	0,00	5.264,07	5.264,07	5.264,07	0,00	0,00	0,00
CONTROLE INTERNO	0,00	1.101,23	1.101,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Orgão NÃO encontrado: 16	0,00	1.703,11	1.703,11	0,00	0,00	0,00	45.540,00	26.210,00	26.210,00	0,00	19.330,00	19.330,00
Orgão NÃO encontrado: 17	0,00	6.564,40	6.378,86	0,00	185,54	0,00	2.110.889,31	62.790,65	62.790,65	0,00	2.048.098,66	2.048.284,20
Orgão NÃO encontrado: 18	0,00	18.569,04	18.569,04	0,00	0,00	0,00	139.133,01	27.422,14	27.422,14	0,00	111.710,87	111.710,87
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	2.144,45	2.144,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	0,00	12.129,00	12.129,00	0,00	0,00	0,00	24.578,96	13.607,97	11.221,70	0,00	13.357,26	13.357,26
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I	**10.778,75**	**5.047.086,66**	**5.044.148,66**	**0,00**	**13.716,75**	**5.945.623,22**	**18.885.961,7**	**1.717.859,2**	**1.373.454,5**	**17.800,00**	**23.440.330,4**	**23.454.047,20**
Entidades:												
Município de Sengés												

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:FDF4A3FC